

MONSENHOR HENRI DELASSUS

A CONJURAÇÃO ANTI-CRISTÃ

O Templo maçônico que quer se erguer
sobre as ruínas da Igreja Católica



Castela

Monsenhor HENRI DELASSUS

Doutor em Teologia

A
C O N J U R A Ç Ã O
A N T I C R I S T Ã

O Templo Maçônico
que quer se erguer sobre as ruínas da
Igreja Católica

As portas do inferno
não prevalecerão
contra Ela.
(Mat., XVI, 8)

TOMO I



Bibliothèque Saint Libère

<http://www.liberius.net>

© Bibliothèque Saint Libère 2009.

A reprodução sem fins lucrativos é permitida.

NIHIL OBSTAT:

Insulis, die 11 Novembris 1910.

H. QUILLIET, s. th. d.

librorum censor

IMPRIMATUR

Cameraci, die 12 Novembris 1910.

A. MASSART, vic. gen.

Domus Pontificiae Antistes.

Traduzido do original francês

“La Conjuración Anticristiana - Le Temple Maçonique
voulant s'élever sur les ruines de l'Église Catholique”,

impresso por Societé Saint-Augustin

Desclée, De Brouwer et Cie.

LILLE, 41, Rue du Metz

SECRETARIA DE ESTADO
DE SUA SANTIDADE

Do Vaticano, 23 de outubro de 1910.

MONSENHOR

O Santo Padre Pio X recebeu com paternal interesse a obra intitulada: “A Conjuração Anticristã”, que me pedistes para Lhe encaminhar em vosso nome.

Sua Santidade vos felicita afetuosamente por haverdes levado a bom termo a composição dessa obra importante e sugestiva, em seqüência a uma longa série de estudos que igualmente fazem honra a vosso zelo e a vosso ardente desejo de servir a causa de Deus e da Santa Igreja.

As idéias diretrizes de vosso belo trabalho são aquelas que inspiraram os grandes historiadores católicos: a ação de Deus nos acontecimentos deste mundo, o fato da Revelação, o estabelecimento da ordem sobrenatural, e a resistência que o espírito do mal opõe à obra da Redenção. Vós mostrais o abismo a que conduz o antagonismo entre a civilização cristã e a pretensa civilização que regride em direção ao paganismo. Quanta razão tendes em estabelecer que a renovação social só se poderá fazer através da proclamação dos direitos de Deus e da Igreja!

Ao vos exprimir sua gratidão, o Santo Padre faz votos de que possais, com uma saúde sempre vigorosa, realizar inteiramente o plano sintético que traçastes, e como sinal de Sua particular benevolência, Ele vos envia a Bênção Apostólica.

Com meus agradecimentos pessoais e minhas felicitações, recebei, Monsenhor, a certeza dos meus sentimentos bem devotados em Nosso Senhor.

Cardeal MERRY DEL VAL

Monsenhor Henri Delassus
Prelado Doméstico
Lille

À

M A R I A

PRESERVADA DO PECADO ORIGINAL

À VISTA DOS MÉRITOS

DE

NOSSO SENHOR JESUS CRISTO

Deus disse à serpente:

“Porei inimizades

entre ti e a Mulher,

entre tua posteridade

e a posteridade dEla.

Ela te esmagará a cabeça.

E tu Lhe ferirás o calcanhar”

(*Gênesis* III, 15)

S O B R E O A U T O R

(O texto abaixo foi extraído do livro **Nobreza e Elites Tradicionais Análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana**, do Professor Plínio Corrêa de Oliveira, Livraria Civilização Editora, Porto, 1993)

“Mons. Henri Delassus (1836-1921), ordenado sacerdote em 1862, exerceu o ministério como vigário em Valenciennes (Saint-Géry) e Lille (Sainte-Catherine e Sainte-Marie-Madelaine). Em 1874 foi nomeado capelão da Basílica Notre-Dame de la Treille (Lille). Cônego honorário em 1882 e Prelado Doméstico em 1904. Em 1911 foi promovido a Protonotário Apostólico. Em 1914 tornou-se Cônego da recém-criada diocese de Lille e Deão do Cabido da Catedral.

Como escritor publicou as seguintes obras:

Histoire de Notre-Dame de la Treille, Patronne de Lille (1891), *L'Américanisme et la Conjuration Antichrétienne* (1899), *Le Problème de l'Heure Présente: Antagonisme de Deux Civilisations* (2 vols., 1904), *L'Encyclique “Pascendi Dominici Gregis” et la Démocratie* (1908), *Vérités Sociales et Erreurs Démocratiques* (1909), *La Conjuration Antichrétienne: Le Temple Maçonnique voulant s'élever sur les Ruines de l'Eglise Catholique* (prefácio do Cardeal Merry del Val, 3 vols., 1910), *Condamnation du Modernisme dans la Censure du Sillon* (1910), *La Question Juive* (extraído de *La Conjuration Antichrétienne*, 1911), *La Démocratie Chrétienne: Parti et Ecole vus du Diocèse de Cambrai* (1911), *La Mission Posthume de Jeanne d'Arc et le Règne Social de Jésus-Christ* (1913), *Les Pourquoi de la Guerre Mondiale: Réponses de la Justice Divine, de l'Histoire, de la Bonté Divine* (3 vols., 1919-1921).

Como jornalista, em 1872 passou a colaborar no periódico “Semaine Religieuse du Diocèse de Cambrai”, do qual se tornou proprietário, diretor e principal redator em 1874. Fez desta publicação “um bastião contra o Liberalismo, o Modernismo, e todas as formas de conspiração anticristã no mundo”. Com a criação da Diocese de Lille esta revista tomou o nome de “Semaine Religieuse du Diocèse de Lille”, tornando-se órgão oficial do bispado em 1919.

Mons. Delassus — que fora ordenado sacerdote sob Pio IX — exerceu a maior parte das atividades do seu ministério sob Leão XIII e S. Pio X, havendo falecido durante o pontificado de Bento XV.

Teve parte saliente nas ardentes polêmicas que marcaram a vida da Igreja durante esses pontificados, sempre movido pelas grandes preocupações que marcaram os pontificados de Pio IX e de S. Pio X. O modo de Mons. Delassus encarar os problemas religiosos, sociais e políticos da Europa e da América do seu tempo era muito afim com o de Pio IX e o de S. Pio X, orientação que defendeu com inteligência, cultura e valentia inexcelável, quer durante o reinado desses dois Pontífices, quer durante o de Leão XIII.

Como é sabido, a interpretação que este último dava ao panorama geral religioso, social e político da Europa e da América no mesmo período, quer como Cardeal-Bispo de Perusa, quer como Papa, em muitos pontos não coincidia — na medida em que tal pode ocorrer entre Papas — com a interpretação de Pio IX e de S. Pio X. A fidelidade de Mons. Delassus à linha de pensamento e de ação que ele seguira sob Pio IX continuaria a seguir durante os pontificados subsequentes, era própria a expô-lo a incompreensões, advertências e medidas acautelatórias, provavelmente penosas para ele, partidas da Cúria Romana ao tempo de Leão XIII. Ele as recebeu com toda a medida de acatamento preceituado pelas leis da Igreja, mas usando também da medida de liberdade que essas leis lhe asseguravam.

Assim, foi ele objeto de advertências de autoridades locais e da própria Santa Sé devido aos seus ataques contra o Congresso Eclesiástico de Reims (1896) e o Congresso da Democracia Cristã (1897). Em 1898 uma carta do Pe. Sébastien Wyart fez-lhe ver que os seus artigos polêmicos desagradavam ao Vaticano. Logo a seguir a Santa Sé pediu a Mons.

Delassus para cessar “a sua campanha refratária e as suas polémicas violentas”. Em 1902 o Cardeal Rampolla pediu a Mons. Sannois, Bispo de Cambrai, para advertir o jornal de Mons. Delassus, “Semaine Religieuse”.

A ascensão de S. Pio X ao Sólido Pontifício haveria de reparar largamente Mons. Delassus pelos dissabores que sofrera. O Santo Pontífice compreendeu, admirou e apoiou claramente o valente polemista, como esta também apoiou sem reservas a luta antiliberal e antimodernista de S. Pio X. Como reconhecimento ao mérito dessa luta o valoroso sacerdote foi elevado por S. Pio X a Prelado Doméstico em 1904, a Protonotário Apostólico em 1911, tendo também ascendido ao cargo de Deão do Cabido da Catedral de Lille em 1914.¹

Durante a Guerra, Mons. Delassus suspendeu compreensivelmente as suas polémicas tal como o fizeram, em benefício da união nacional contra o adversário externo, os polemistas franceses de todos os matizes. Na aurora da paz, em 1918, Mons. Delassus reacendia a sua chama de polemista. Esta chama sagrada extinguiu-a pouco depois a sua morte.

¹ Por ocasião das bodas de ouro da sua ordenação sacerdotal, Mons. Delassus recebeu do Pontífice a seguinte carta: *“Tivemos conhecimento com alegria que daqui a poucos dias completareis cinquenta anos de sacerdócio. Felicitamo-vos de todo o coração, pedindo a Deus para vós toda a espécie de prosperidades. Sentimo-Nos levado a esse ato de benevolência, que vós bem mereceis, Nós bem o sabemos, tanto pela vossa devoção à Nossa pessoa como pelos testemunhos inequívocos do vosso zelo, seja pela doutrina católica que defendeis, seja pela disciplina eclesiástica que mantendes, seja enfim por todas estas obras católicas que sustentais e das quais a nossa época tem uma tão grande necessidade.*

“Devido a tão santos trabalhos é de todo o coração que vos dispensamos os merecidos elogios e vos concedemos, de toda a boa vontade, caro filho, a Bênção Apostólica, ao mesmo tempo penhor de graças celestes e testemunho da Nossa benevolência.

“Dada em Roma, aos pés de S. Pedro, em 14 de junho de 1912, nono ano do Nosso pontificado.

“Pio X, Papa”.

(Actes de Pie X, Maison de la Bonne Presse, Paris, 1936, t. VII, p. 236).

As duas edições francesas do PROBLEMA DA HORA PRESENTE estão esgotadas. Restam alguns exemplares da versão italiana². Os livreiros pedem que essa obra seja reimpressa, para que possam atender aos pedidos de seus clientes.

O autor entendeu não dever ocupar-se com a reimpressão.

O problema que o Americanismo havia apresentado inicialmente às suas meditações tornou-se logo, no seu espírito, o da Revolução, depois o da civilização moderna, que data da Renascença.

Hoje, ele o concebe numa amplitude ainda maior: é o problema da resistência que o naturalismo opõe ao estado sobrenatural que Deus se dignou de oferecer às Suas criaturas inteligentes. Assim considerado, o problema abraça todos os tempos. Ele se apresentou na criação dos anjos, no paraíso terrestre, no deserto onde Cristo quis submeter-Se à tentação; ele continuará colocado, para a cristandade e para cada um de nós, até o fim do mundo.

Refazer a obra esgotada oferecia, sob esse ponto de vista, duas vantagens. Após madura reflexão, o autor preferiu seccionar sua obra.

O problema estava posto assim: existe luta entre a civilização cristã que está na posse do estado e a civilização moderna que quer suplantá-la; qual será a saída para esse antagonismo?

Daí três questões:

A do Judeu e do franco-maçom que são precisamente hoje, aos olhos de todos, os sitiados da cidadela católica.

A da Democracia que é, no dizer dos próprios sitiados, a sugestão-mãe de que se servem para atacar a civilização cristã na opinião pública e em seguida nas instituições.

A da Renovação religiosa, social e familiar, exigida pelas ruínas já amontoadas e aquelas que o anticristianismo ainda fará.

Essas três questões foram intimamente unidas no livro intitulado **O Problema da Hora Presente**. O autor acreditou ser bom separá-las a fim de poder tratar cada uma delas mais a fundo.

A questão da democracia foi retomada na obra que acaba de aparecer sob o título **Verdades Sociais e Erros Democráticos**.

A questão da conjuração anticristã, da qual a seita judeu-maçônica é a alma e o braço, é objeto do presente livro.

O autor não se deteve em procurar as origens da seita; não se preocupou em estudá-la de pontos de vista diversos, nos quais outros publicistas se colocaram. O que ele quis trazer à luz foi a parte de ação que a seita judeu-maçônica tem na guerra declarada à instituição católica e à idéia cristã, e o objetivo dessa guerra. Esse objetivo é de arrancar a humanidade da ordem sobrenatural fundada pela Redenção do divino Salvador e de fixá-la definitivamente no naturalismo.

Faltará falar da Renovação. Ela não pode ser fruto senão da restauração da Autoridade:

A autoridade de Deus sobre Sua obra, particularmente sobre as criaturas inteligentes;

A autoridade de Nosso Senhor Jesus Cristo, o novo Adão, sobre a humanidade que Ele resgatou com Seu Sangue e da qual Ele é o Senhor por Sua personalidade divina;

A autoridade da Igreja sobre os povos que Ela dotou de civilização cristã e que se precipitam nos Seus braços sob a pressão do abandono em que vai jogá-los o progresso da civilização moderna;

A autoridade das famílias principescas sobre as nações que elas construíram;

² Desclée et Cie. Rome, Piazza Grazioli, Palazzo Doria; Lille 41, rue du Metz.

A autoridade do pai na sua família e a dos ancestrais sobre as gerações de que foram o princípio.

Enfim, o direito de propriedade sobre os bens de que a família ou o indivíduo se tornaram *autores* por seu trabalho e suas virtudes, e não sobre as riquezas adquiridas pela agiotagem ou pela injustiça.

A Renovação exige essa sêxtupla restauração. Se ela não começa a se produzir num futuro próximo, a sociedade familiar, civil, religiosa se precipitará no abismo em direção ao qual ela corre com uma velocidade que se acelera a cada dia.

Feito esse terceiro trabalho, faltaria reconstruir a síntese da qual jorraria a solução do enigma que inquieta as gerações contemporâneas e que projetaria sua luz sobre o futuro da humanidade.

Septuagenário há cinco anos, o autor não pode esperar cumprir tal encargo. Queira Deus, se isto entra em Seus desígnios, de confiá-lo a quem puder levá-lo a bom termo.



I

ESTADO DA QUESTÃO

CAPÍTULO I

AS DUAS CIVILIZAÇÕES

O *Syllabus* de Pio IX termina com esta proposição condenável e condenada:

“O Pontífice romano pode e deve se reconciliar e transigir com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna”.

A última proposição do decreto que se chamou o *Syllabus* de Pio X, proposição igualmente condenável e condenada, está concebida assim:

“O catolicismo de hoje não se pode conciliar com a verdadeira ciência, a menos que se transforme num cristianismo não dogmático, isto é, num protestantismo sábio e liberal”.

Sem dúvida não foi sem intenção que essas duas proposições receberam, num e noutro *Syllabus*, este lugar, o último, aparecendo aí como conclusão. Dá-se que, com efeito, essas proposições resumem as precedentes e precisam-lhes o espírito.¹

É necessário que a Igreja se reconcilie com a civilização moderna. E a base proposta para essa reconciliação é, não a aceitação dos dados da verdadeira ciência, que a Igreja jamais repudiou, que Ela sempre favoreceu, cujos progressos Ela sempre aplaudiu e para o qual contribuiu mais do que qualquer outra instituição; mas o abandono da verdade revelada, abandono que transformaria o catolicismo num protestantismo largo e liberal, no qual todos os homens pudessem se reencontrar, quaisquer que fossem suas idéias a respeito de Deus, de Suas revelações e de Seus mandamentos. Dizem os modernistas que é apenas através desse liberalismo que a Igreja pode ver novos dias se abrirem diante dEla, obter a honra de entrar nas vias da civilização moderna e marchar junto com o progresso.

Todos os erros assinalados num e noutro *Syllabus* apresentam-se como as diversas cláusulas do tratado proposto à assinatura da Igreja para essa reconciliação com o mundo, para sua admissão na cidade moderna.

Civilização moderna. Existe, pois, civilização e civilização? Existiu, portanto, antes da era dita moderna uma civilização diversa daquela que o mundo de nossos dias usufrui, ou pelo menos, persegue?

Com efeito, existiu, e existe ainda na França e na Europa, uma civilização chamada civilização cristã.

Que motivo faz com que essas duas civilizações se diferenciem?

Elas se diferenciam pela concepção que têm do fim último do homem, e dos efeitos diversos e mesmo opostos que uma e outra concepção produzem assim na ordem social como na ordem privada.

“O objetivo último do homem é ser feliz”,² diz Bossuet. Isto não é exclusivo dele: é o fim para o qual tendem todas as inteligências, sem exceção. O grande orador não

¹ Por ocasião da deliberação da lei sobre a liberdade do ensino superior, Challemeil-Lacourt disse: “As universidades católicas quererão preparar nos futuros médicos, advogados e magistrados, auxiliares do espírito católico que procurarão sustentar e aplicar os princípios do *Syllabus*. Ora, a França, na sua grande maioria, considera as proposições condenadas pelo *Syllabus* como os próprios fundamentos da nossa sociedade”.

² Meditações sobre o Evangelho.

falha em reconhecer isso: “As naturezas inteligentes não têm vontade nem desejo senão para sua felicidade”. E acrescenta: “Nada de mais razoável, porque o que há de melhor do que desejar o bem, quer dizer, a felicidade?”³ Assim, encontramos no coração do homem um impulso invencível, que o impele a procurar a felicidade. Se quisesse, não poderia se desfazer dele. É o fundo de todos os seus pensamentos, o grande móvel de todas as suas ações; e mesmo quando ele se atira à morte, é por estar persuadido de achar no nada uma sorte preferível àquela na qual ele se vê.

O homem pode se enganar, e de fato ele se engana muito freqüentemente na busca da felicidade, na escolha da via que deve levá-lo a ela. “Colocar a felicidade onde ela está é a fonte de todo o bem, diz ainda Bossuet; e a fonte de todo o mal consiste em colocá-la onde não é preciso”.⁴ Isto é tão verdadeiro para a sociedade como para o homem individual. O impulso em direção à felicidade vem do Criador, e Deus nele acrescenta Sua luz para iluminar o caminho, diretamente por Sua graça, indiretamente pelos ensinamentos de Sua Igreja. Mas pertence ao homem, indivíduo ou sociedade, pertence ao livre arbítrio dirigir-se, ir buscar sua felicidade ali onde lhe agrada colocá-la, no que é realmente bom, e, acima de toda bondade, no Bem absoluto, Deus; ou naquilo que têm apenas as aparências do bem, ou que não é senão um bem relativo.

Desde a criação do gênero humano o homem se desviou do bom caminho. Ao invés de crer na palavra de Deus e de obedecer à Sua determinação, Adão deu ouvidos à voz encantadora que lhe dizia para colocar seu fim nele mesmo, na satisfação de sua sensualidade, nas ambições de seu orgulho. “Sereis como deuses”; “o fruto da árvore era bom de comer, belo de ver, e de um aspecto que excitava o desejo”. Tendo assim se desviado desde o primeiro passo, Adão arrastou sua descendência na direção que ele acabava de tomar.

Nessa direção ela caminhou, nessa direção ela avançou, nessa direção ela submergiu durante longos séculos. A história aí está para contar os males que ela encontrou nesse longo extravio. Deus teve piedade dela. No Seu conselho de infinita misericórdia e de infinita sabedoria, Ele resolveu recolocar o homem sobre o caminho da felicidade. E a fim de tornar Sua intervenção mais eficaz, Ele quis que uma Pessoa divina viesse sobre a terra mostrar o caminho por Sua palavra, tocar os homens por Seu exemplo. O Verbo de Deus se encarnou e veio passar trinta e três anos entre nós, para nos tirar da via da perdição e para nos abrir a estrada de uma felicidade não enganosa.

Suas palavras e Seus atos derrubavam todas as idéias até então aceitas. Ele dizia: Bem-aventurados os pobres! Bem-aventurados os mansos, os pacíficos, os misericordiosos! Bem-aventurados os puros! Até a vinda dEle, dizia-se: Bem-aventurados os ricos! Bem-aventurados aqueles que dominam! Bem-aventurados os que vivem sem nada recusar às suas paixões! Ele tinha nascido em um estábulo, fizera-Se o servidor de todos, sofrera morte e paixão, a fim de que não se considerassem suas palavras meras declamações, mas lições, as mais persuasivas lições que possam ser concebidas, dadas que eram por um Deus, e um Deus que Se aniquilou por amor a nós.

Ele quis perpetuar essas lições, torná-las sempre expressivas e operantes aos olhos e nos ouvidos de todas as gerações que deviam vir. Para isso Ele fundou a Santa Igreja. Estabelecida no centro da humanidade, Ela não cessou, pelos ensinamentos de seus doutores e pelos exemplos de seus santos, de dizer a todos os que Ela viu passar sob seus olhos: “Procurais, ó mortais, a felicidade, e procurais uma coisa boa; ficai atentos apenas para não procurardes onde ela não está. Vós a procurais na terra, mas não é aí que ela está estabelecida, nem aí que se encontram

³ *Oeuvres oratoires de Bossuet*. Edição crítica e completa, pelo abade J. Lebarq. Sermão para a Festa de Todos os Santos, v. 325.

⁴ Meditações sobre o Evangelho.

esses dias felizes dos quais nos falou o divino Salmista: *Diligit dies videre bonos...* Aí estão os dias de miséria, os dias de suor e de trabalhos, os dias de gemidos e de penitência, aos quais nós podemos aplicar as palavras do profeta Isaías: “Meu povo. Os que te dizem feliz, abusam de ti e perturbam tua conduta”. E ainda: “Os que fazem o povo acreditar que é feliz, são enganadores”. Pois onde se encontra a felicidade e a verdadeira vida, senão na terra dos vivos? Quem são os homens felizes, senão aqueles que estão com Deus? Esses vêem dias bonitos, porque Deus é a luz que os ilumina. Esses vivem na abundância, porque Deus é o tesouro que os enriquece. Esses, enfim, são felizes, porque Deus é o bem que os contenta e que, somente Ele, é tudo para todos”.⁵

Do século I ao século XIII, os povos tornaram-se cada vez mais atentos a essa pregação, e o número dos que dela fizeram luz e regra de vida foi cada vez maior. Sem dúvida, havia fraquezas, fraquezas das nações e fraquezas das almas.

Mas a nova concepção da vida permanecia lei para todos, lei que os desvios não faziam perder de vista e à qual todos sabiam, todos sentiam que era preciso retornar uma vez que se tivessem afastado. Nosso Senhor Jesus Cristo, com Seu Novo Testamento, era o doutor escutado, o guia seguido, o rei obedecido. Sua realeza era a tal ponto reconhecida pelos príncipes e pelos povos, que eles a proclamavam até em suas moedas. Em todas estava gravada a cruz, o signo augusto da idéia que o cristianismo tinha introduzido no mundo, que era o princípio da nova civilização, da civilização cristã, que devia regê-lo, o espírito de sacrifício oposto à idéia pagã, ao espírito de gozo que tinha construído a civilização antiga, a civilização pagã.

À medida que o espírito cristão penetrava as almas e os povos, almas e povos cresciam na luz e no bem, se elevavam pelo só fato de verem a felicidade no alto e de a carregarem consigo. Os corações tornavam-se mais puros, os espíritos mais inteligentes. Os inteligentes e os puros introduziam na sociedade uma ordem mais harmoniosa, aquela que Bossuet nos descreveu no sermão sobre a eminente dignidade dos pobres. A ordem mais perfeita tornava a paz mais geral e mais profunda; a paz e a ordem engendravam a prosperidade, e todas essas coisas davam ensejo às artes e às ciências, esses reflexos da luz e da beleza dos céus. De sorte que, como observou Montesquieu: “A religião cristã, que parece não ter outro objetivo além da felicidade da outra vida, ainda constrói nossa felicidade nesta”.⁶ É, ademais,

⁵ *Oeuvres oratoires de Bossuet*. Sermão para a Festa de Todos os Santos, v. 325.

⁶ *Esprit des Lois*, livro XXIV, cap. III.

Tocqueville deu para esse fato uma razão que não é a única nem mesmo a principal, mas que convém assinalar.

“Nos séculos de fé, coloca-se o objetivo final da vida após a vida. Os homens daqueles tempos acostumaram-se, pois, naturalmente, e, por assim dizer, sem querer, a considerar, durante uma longa seqüência de anos, um objetivo fixo em direção ao qual eles caminham sem cessar, e aprendem, mediante progressos insensíveis, a reprimir mil pequenos desejos passageiros para melhor chegarem a satisfazer esse grande e permanente desejo que os aflige. Quando esses mesmos homens querem se ocupar das coisas da terra, reencontram esses hábitos. Eles fixam para suas ações daqui de baixo de preferência um objetivo geral e certo, em direção ao qual dirigem todos os esforços. Não se os vê aplicarem-se cada dia a novas tentativas; mas eles têm desejos não satisfeitos que não se cansam de perseguir.

“Isto explica por que os povos religiosos têm freqüentemente conseguido coisas tão duráveis. Sucedia que, ocupando-se do outro mundo, tinham reencontrado o grande segredo de obter êxito neste. As religiões fornecem o hábito geral de se comportarem com vistas ao futuro. Nisto elas não são menos úteis à felicidade desta vida do que à felicidade da outra. É um de seus maiores aspectos políticos. Mas à medida que as luzes da fé se obscurecem, a vista dos homens se aperta, e dir-se-ia que a cada dia o objetivo das ações humanas parece-lhes mais próximo.

“Uma vez que se acostumam a não mais se ocupar do que deve acontecer após a vida, vê-se-os recaírem facilmente nessa indiferença completa e brutal do futuro, que é por demais conforme a certos instintos da espécie humana. Tão logo perdem a prática de colocar suas principais esperanças a longo prazo, são naturalmente levados a realizar sem tardança seus menores desejos, e parece que a partir do momento em

o que São Paulo tinha anunciado, quando disse: "*Pietas ad omnia utilis est, promissiones habens vitae quae nunc est et futurae*".⁷ A piedade é útil para tudo, possuindo as promessas da vida presente e aquelas da vida futura".⁷ Não havia o próprio Nosso Senhor dito: "Procurai primeiro o reino de Deus e Sua Justiça, que o resto vos será dado de acréscimo"?⁸ Não há aí uma promessa de ordem sobrenatural, mas o anúncio das conseqüências que deviam sair logicamente da nova orientação dada ao gênero humano.

De fato, vemos que o espírito de pobreza e a pureza de coração dominam as paixões, fontes de todas as torturas da alma e de todas as desordens sociais. A mansidão, a pacificação e a misericórdia produzem a concórdia, fazem reinar a paz entre os cidadãos e na cidade. O amor da justiça, mesmo contrariado pela perseguição e pelo sofrimento, eleva a alma, enobrece o coração e lhe proporciona os mais sãos prazeres; ao mesmo tempo eleva o nível moral da sociedade.

Que sociedade, aquela em que as bem-aventuranças evangélicas fossem colocadas sob os olhos de todos, como objetivo a conquistar, e na qual seriam oferecidos a todos os meios de alcançar a perfeição e a bem-aventurança assinaladas no sermão da montanha:

Felizes os que têm espírito de pobreza!

Felizes os mansos!

Felizes os que choram!

Felizes os que têm fome e sede de justiça!

Felizes os que são misericordiosos!

Felizes os que têm o coração puro!

Felizes os pacíficos!

Felizes os que sofrem perseguição por amor da justiça!

A ascensão, não direi das almas santas, mas das nações, teve seu ponto culminante no século XIII. São Francisco de Assis e São Domingos, com seus discípulos São Luís de França e Santa Elisabete da Hungria, acompanhados e seguidos por tantos outros, mantiveram por algum tempo o nível que havia sido atingido pela emulação que tinham excitado nas almas os exemplos de desapego das coisas deste mundo, de caridade em relação ao próximo e de amor a Deus, que tantos outros santos tinham dado. Mas enquanto essas almas nobres atingiam os mais altos cumes da santidade, muitas outras esfriavam no seu entusiasmo por Deus; e por volta do fim do século XIV, manifestou-se abertamente o movimento de retrocesso que arrebatou a sociedade e que a conduziu à situação atual, quer dizer, o triunfo próximo, o reino iminente do socialismo, fim obrigatório da civilização moderna. Porque enquanto a civilização cristã elevava as almas e tendia a dar aos povos a paz social e a prosperidade mesmo temporal, o fermento da civilização pagã tende a produzir seus últimos efeitos: a procura, por todos, de todos os prazeres; a guerra, para consegui-los, de homem contra homem, de classe contra classe, de povo contra povo; guerra que não poderia terminar senão com o aniquilamento do gênero humano.



que desesperam de viver uma eternidade, ficam dispostos a agir como se não devessem existir senão um só dia.

"Nos séculos de incredulidade, é, pois, sempre de requebrar que os homens se entreguem sem cessar aos azares diários de seus desejos, e que, renunciando inteiramente a obter o que não se pode adquirir senão sem longos esforços, não fundem nada de grande, de pacífico e de durável".

⁷ I Tim., IV, 8.

⁸ Mat., VI, 33.

CAPÍTULO II

A DUPLA CONCEPÇÃO DE VIDA

A civilização cristã procede de uma concepção de vida diversa daquela que dera origem à civilização pagã.

O paganismo, empurrando o gênero humano pelo declive em que o pecado original o colocara, dizia ao homem que ele estava sobre a terra para fruir a vida e os bens que este mundo lhe oferece. O pagão não ambicionava, não buscava nada além disso; e a sociedade pagã estava constituída para oferecer esses bens tão abundantes e esses prazeres tão refinados, ou também tão grosseiros quanto possam ser, para os que estavam em situação de pretendê-los. A civilização antiga nasceu desse princípio, todas as suas instituições dele decorriam, sobretudo as duas principais, a escravidão e a guerra. Pois a natureza não é suficientemente generosa, e sobretudo então não tinha sido cultivada pelo tempo necessário e bastante bem para oferecer a todos os prazeres cobiçados. Os povos fortes subjugavam os povos fracos, e os cidadãos escravizavam os estrangeiros e mesmo seus irmãos, para obter produtores de riquezas e instrumentos de prazer.

O cristianismo chegou e fez o homem compreender que devia procurar numa outra direção a felicidade cuja necessidade não cessa de atormentá-lo. Ele destruiu a noção que o pagão criara da vida presente. O divino Salvador ensinou-nos por Sua palavra, persuadiu-nos por Sua morte e ressurreição, que se a vida presente é *uma vida*, ela não é A VIDA que Seu Pai nos destinou.

A vida presente não é senão a preparação para a vida eterna. Aquela é o caminho que conduz a esta. Nós estamos *in via*, diziam os escolásticos, caminhando *ad terminum*, na estrada para o céu. Os sábios de hoje exprimiriam a mesma idéia, dizendo que a terra é o laboratório no qual se formam as almas, no qual se recebem e se desenvolvem as faculdades sobrenaturais que o cristão, após a morte, gozará na morada celeste. Como a vida embrionária no seio materno. É também uma vida, mas uma vida em formação, na qual se elaboram os sentidos que deverão funcionar na estada terrestre: os olhos que contemplarão a natureza, o ouvido que recolherá suas harmonias, a voz que a isso misturará seus cantos etc.

No céu nós veremos a Deus face a face,¹ é a grande promessa que nos foi feita. Toda a religião está baseada nela. E no entanto nenhuma natureza criada é capaz dessa visão.

Todos os seres vivos têm sua maneira de conhecer, limitada por sua própria natureza. A planta tem um certo conhecimento das substâncias que devem servir à sua manutenção, posto que suas raízes se estendem em direção a elas, procurando-as para ingeri-las. Esse conhecimento não é uma visão. O animal vê, mas ele não tem a inteligência das coisas que seus olhos abarcam. O homem compreende essas coisas, sua razão as penetra, abstrai as idéias que elas contêm e através delas se eleva à ciência. Mas as substâncias das coisas permanecem escondidas, porque o homem é apenas um animal racional e não uma pura inteligência. Os anjos,

¹ *Vidimus nunc per speculum in aenigmate: tunc autem facie ad faciem. Nunc cognosco ex parte: tunc autem cognoscam sicut cognitus sum.* (I Cor., XIII, 12). Agora vemos num espelho e em enigma: mas então veremos face a face. Agora conheço imperfeitamente: mas então conhecerei como sou conhecido (por intuição). (Conf. Mat. XVIII, 10; I Jo, III, 2).

O Concílio de Florença definiu: *Animae sanctorum... intuentur clare ipsum Deum trinum et unum sicut est*: As almas dos santos vêem claramente o próprio Deus, tal qual Ele é na trindade das pessoas e na unidade de Sua natureza.

inteligências puras, vêem a si mesmos na sua substância, podem contemplar diretamente as substâncias da mesma natureza da deles, e com mais razão as substâncias inferiores. Mas eles não podem ver a Deus. Deus é uma substância à parte, de uma ordem infinitamente superior. O maior esforço do espírito humano conseguiu qualificá-Lo de “ato puro”, e a Revelação nos diz que Ele é uma trindade de pessoas na unidade da substância, a segunda engendrada pela primeira, a terceira que procede das outras duas, e isso numa vida de inteligência e de amor que não tem começo nem fim. Ver a Deus como Ele é, amá-Lo como Ele Se ama — e nisto consiste a beatitude prometida — está acima das forças de toda natureza criada e mesmo possível. Para compreendê-Lo, essa natureza não deveria ser nada menos que igual a Deus.

Mas aquilo que não tem cabimento pela natureza pode sobrevir pelo dom gratuito de Deus. E isto é: nós o sabemos porque Deus no-lo disse ter feito. Isto serve para os anjos e isto serve para nós. Os anjos bons vêem a Deus face a face, e nós somos chamados a gozar da mesma felicidade.

Nós não podemos chegar a isso senão por alguma coisa de sobre-acrescentado, que nos eleva acima de nossa natureza, que nos torna capazes daquilo de que somos radicalmente impotentes por nós mesmos, como seria o dom da razão para um animal ou o dom da visão para uma planta. Essa alguma coisa é chamada aqui em baixo de graça santificante. É, diz o apóstolo São Pedro, uma participação na natureza divina. E é preciso que seja assim; pois, como acabamos de ver, em nenhum ser a operação ultrapassa, pode ultrapassar a natureza desse ser. Se um dia somos capazes de ver a Deus, é porque alguma coisa de divino terá sido depositada em nós, ter-se-á tornado uma parte do nosso ser, e o terá elevado até torná-lo semelhante a Deus. “Bem-amados, diz o apóstolo São João, agora somos filhos de Deus, e aquilo que um dia seremos ainda não se manifestou: seremos semelhantes a Ele, porque nós O veremos tal como Ele é” (I Jo., III, 2).

Essa alguma coisa nós a recebemos desde este mundo, no santo Batismo. O apóstolo São João a chama um germe (I Jo., III, 9), isto é, o início de uma vida. Era o que Nosso Senhor nos assinalava quando falava a Nicodemos sobre a necessidade de um novo nascimento, de uma geração para a nova vida: a vida que o Pai tem nEle mesmo, que Ele dá ao Filho, e que o Filho nos traz ao nos enxertar nEle pelo Santo Batismo. Essa palavra **enxerto**, que dá uma imagem tão viva de todo o mistério, São Paulo a tomara de Nosso Senhor, que disse a Seus apóstolos: “Eu sou a videira, vós sois os ramos. Assim como o ramo não pode dar fruto por si só, sem permanecer na videira, assim também vós, se não permanecerdes em Mim”.

Essas idéias elevadas eram familiares aos primeiros cristãos. O que o demonstra é que os apóstolos, quando levados a falar delas nas Epístolas, fazem-no como de uma coisa já conhecida. E de fato, foi assim que os ritos do batismo lhes foram apresentados em longas catequeses. Depois, as vestes brancas dos neófitos lhes dizia que eles começavam uma vida nova, que relativamente a essa vida eles estavam nos dias da infância: Filhos espirituais, era-lhes dito, como crianças recém-nascidas, desejai ardentemente o leite que deve alimentar vossa vida sobrenatural: o leite da fé sem alteração, *sine dolo lac concupiscite*, e o leite da caridade divina. Quando o desenvolvimento do germe que recebestes tiver chegado a seu fim, essa fé tornar-se-á clara visão, essa caridade tornar-se-á amor divino.

Toda a vida presente deve tender a esse desabrochar, à transformação do velho homem, do homem da pura natureza e mesmo da natureza decaída, em homem deificado. Eis o que acontece aqui em baixo ao cristão fiel. As virtudes sobrenaturais, infundidas em nossa alma no batismo, desenvolvem-se a cada dia pelo exercício que nós lhes damos com os socorros da graça, e tornam assim a graça capaz das atividades sobrenaturais que deverá desdobrar no céu. A entrada no céu será o nascimento, assim como o batismo foi a concepção.

Assim são as coisas. Eis o que Jesus fez e a respeito do que Ele veio informar o gênero humano. Desde então a concepção da vida presente foi radicalmente mudada. O homem não estava mais sobre a terra para *gozar* e morrer, mas para se preparar para a vida do alto e *merecê-la*.

GOZAR, MERECER, são as duas palavras que caracterizam, que separam, que opõem as duas civilizações.

Isto não quer dizer que desde o momento em que o cristianismo foi pregado os homens não pensaram em mais nenhuma outra coisa que não fosse a sua santificação. Eles continuaram a perseguir as finalidades secundárias da vida presente, e a cumprir, na família e na sociedade, as funções que elas requerem e os deveres que elas impõem. Ademais, a santificação não se opera unicamente pelos exercícios espirituais, mas pelo cumprimento de todo dever de estado, por todo ato feito com pureza de intenção. “Tudo quanto fizerdes, diz o apóstolo São Paulo, por palavras ou por obras, fazei-o em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo... Trabalhai para agradar a Deus em todas as coisas, e dareis frutos em toda boa obra” (Col., I, 10 e III, 17).

Além disso, permaneceram na sociedade, e nela permanecerão até o fim dos tempos, as duas categorias de homens que a Santa Escritura tão bem denomina: os bons e os maus. Todavia é de se reparar que o número dos maus diminui e o número dos bons aumenta à medida que a fé adquire mais influência na sociedade. Estes, porque têm a fé na vida eterna, amam a Deus, fazem o bem, observam a justiça, são os benfeitores de seus irmãos, e por tudo isso fazem reinar na sociedade a segurança e a paz. Aqueles, porque não têm fé, porque seus olhares ficaram fixados nesta terra, são egoístas, sem amor, sem piedade por seus semelhantes: inimigos de todo o bem, eles são na sociedade uma causa de discórdia e de impedimento para a civilização.

Misturados uns aos outros, os bons e os maus, os crentes e os incrédulos, formam as duas cidades descritas por Santo Agostinho: “O amor a si, que pode ir até ao desprezo de Deus, constitui a sociedade comumente chamada “o mundo”; o amor a Deus, levado até ao desprezo de si mesmo, produz a santidade e povoa “a vida celeste”.

À medida que a nova concepção da vida trazida por Nosso Senhor Jesus Cristo à terra entrou nas inteligências e penetrou nos corações, a sociedade se modificou: o novo ponto de vista mudou os costumes, e, sob a pressão das idéias e dos costumes, as instituições se transformaram. A escravidão desapareceu, e ao invés de se ver os poderosos subjugar seus irmãos, viu-se-os se dedicarem até ao heroísmo para obter-lhes o pão da vida presente, e também, e sobretudo, para obter-lhes o pão da vida espiritual, para elevar as almas e santificá-las. A guerra não mais foi feita para se apoderar dos territórios de outrem, e conduzir homens e mulheres à escravidão, mas para quebrar os obstáculos que se opunham à expansão do reino de Cristo e obter para os escravos do demônio a liberdade dos filhos de Deus.

Facilitar, favorecer a liberdade dos homens e dos povos nos seus passos em direção ao bem, tornou-se a finalidade para a qual as instituições sociais se encaminharam, senão sua finalidade expressamente determinada. E as almas aspiraram ao céu e trabalharam para merecê-lo. A busca dos bens temporais pelo gozo que deles se pode tirar não foi mais o único nem mesmo o principal objeto da atividade dos cristãos, pelo menos dos que estavam verdadeiramente imbuídos do espírito do cristianismo, mas a busca dos bens espirituais, a santificação da alma, o crescimento das virtudes, que são o ornamento e as verdadeiras delícias da vida daqui de baixo, e ao mesmo tempo garantia da bem-aventurança eterna.

As virtudes adquiridas pelos esforços pessoais se transmitiam pela educação de uma geração a outra; e assim se formou pouco a pouco a nova hierarquia social, fundada não mais sobre a força e seus abusos, mas sobre o mérito: em baixo, famílias que se detiveram na virtude do trabalho; no meio, aquelas que, sabendo juntar ao trabalho a moderação no uso dos bens que ele lhes propicia, fundaram a

propriedade através da poupança; no alto, aquelas que, desembaraçando-se do egoísmo, se elevaram às sublimes virtudes da dedicação a outrem: povo, burguesia, aristocracia. A sociedade foi baseada e as famílias escalonadas sobre o mérito ascendente das virtudes, transmitidas de geração em geração.

Tal foi a obra da Idade Média. Durante seu curso, a Igreja realizou uma tripla tarefa. Ela lutou contra o mal que provinha das diversas seitas do paganismo e o destruiu; ela transformou os bons elementos que se encontravam entre os antigos romanos e as diversas espécies de bárbaros; enfim, Ela fez triunfar a idéia que Nosso Senhor Jesus Cristo dera da verdadeira civilização. Para aí chegar, Ela tinha-Se empregado primeiramente em reformar o coração do homem; daí viera a reforma da família, a família reformara o Estado e a sociedade: via inversa daquela que se quer seguir hoje.

Sem dúvida, crer que, na ordem que acabamos de explanar, não tenha havido desordem, seria se enganar. O antigo espírito, o espírito do mundo, que Nosso Senhor havia anatematizado, jamais foi, jamais será completamente vencido e aniquilado. Sempre, mesmo nas melhores épocas, ainda quando a Igreja obteve na sociedade a maior ascendência, houve homens bons e homens maus; mas viam-se as famílias subir em razão de suas virtudes ou declinar em razão de seus vícios; viam-se os povos distinguir-se entre si por suas civilizações, e o grau de civilização prender-se às aspirações dominantes em cada nação: elas se elevavam quando essas aspirações depuravam e subiam; elas regrediam quando suas aspirações levavam-nas em direção ao gozo e ao egoísmo. Entretanto, ainda que acontecesse que nações, famílias, indivíduos se abandonassem aos instintos da natureza ou a eles resistissem, o ideal cristão permanecia sempre inflexivelmente mantido sob os olhos de todos pela Santa Igreja.

O impulso imprimido à sociedade pelo cristianismo começou a diminuir, dissemos, no século XIII; a liturgia o percebe e os fatos o demonstram. Inicialmente houve a paralisação, depois o recuo. Esse recuo, ou melhor, essa nova orientação, foi logo tão manifesta que recebeu um nome, a RENASCENÇA, renascença do ponto de vista pagão na idéia da civilização. E com o recuo veio a decadência. “Tendo-se em conta todas as crises atravessadas, todos os abusos, todas as sombras no quadro, é impossível contestar que a história da França — a mesma observação vale para toda a república cristã — é uma *ascensão*, como história de uma nação, enquanto a influência moral da Igreja domina, e que ela se torna uma queda, apesar de tudo o que essa queda às vezes tem de brilhante e de épico, desde que os escritores, os sábios, os artistas e os filósofos substituíram a Igreja e A despojaram de seu domínio”.²



² Maurice Talmeyr.

CAPÍTULO III

A RENASCENÇA, PONTO DE PARTIDA DA CIVILIZAÇÃO MODERNA

N a sua admirável introdução à *Vida de Santa Elisabete*, Montalembert diz que o século XIII foi — pelo menos no que concerne ao passado — o apogeu da civilização cristã: “Talvez jamais a Esposa de Cristo tenha reinado com um império tão absoluto sobre o pensamento e sobre o coração dos povos... Então, mais do que em nenhum outro momento desse rude combate, o amor de seus filhos, sua dedicação sem limites, sua quantidade e sua coragem a cada dia crescentes, os santos que Ela via eclodir diariamente entre eles, ofereciam a essa Mãe imortal forças e consolações das quais Ela não foi cruelmente privada senão depois de muito tempo. Graças a Inocêncio III, que continua a obra de Gregório VII, a cristandade é uma vasta unidade política, um reino sem fronteira, habitado por múltiplas raças. Os senhores e os reis tinham aceitado a supremacia pontifícia. Foi preciso que viesse o protestantismo para destruir essa obra”.

Antes mesmo do protestantismo, um primeiro e rudíssimo golpe foi dado na sociedade cristã, a partir de 1308. O que constituía a força dessa sociedade era, como diz Montalembert, a reconhecida e respeitada autoridade do Soberano Pontífice, o chefe da cristandade, o regularizador da civilização cristã. Essa autoridade foi contraditada, insultada e quebrada pela violência e pela astúcia do rei Filipe IV, na perseguição a que ele submeteu o Papa Bonifácio VIII; ela também foi diminuída pela complacência de Clemente V relativamente a esse mesmo rei, que chegou até a mudar a sede do Papado para Avignon em 1305. Urbano VI não deveria voltar a Roma senão em 1378. Durante esse longo exílio, os Papas perderam uma boa parte de sua independência e seu prestígio encontrou-se singularmente enfraquecido. Quando retornaram a Roma, após setenta anos de ausência, tudo estava pronto para o grande cisma do Ocidente, que iria durar até 1416, e que por um momento decapitou o mundo cristão.

Desde então, a força começou a avantajar-se sobre o direito, como antes de Jesus Cristo. Viram-se as guerras retomar o caráter pagão de conquista e perder o caráter de libertação. A “filha primogênita”, que tinha esbofeteado sua Mãe em Anagni, foi a primeira a sofrer as consequências de sua prevaricação: guerra dos Cem Anos, Crécy, Poitiers, Azincourt. Em nossos dias, para não falar do que precedeu, a ocupação de Roma, a ampliação da Prússia às custas de seus vizinhos, a impassibilidade da Europa diante do massacre dos cristãos pelos turcos, e a imolação de um povo à cobiça do império britânico, tudo isso é muito pagão.

Pastor inicia com estas palavras sua *História dos Papas na Idade Média*:

“Deixada de lado a época em que se operou a transformação da antiguidade pagã no cristianismo, não há talvez época mais memorável que o período de transição que liga a Idade Média aos tempos modernos. Esse período foi chamado de Renascença.

“Ela se produziu numa época de moleza, de decadência quase geral da vida religiosa, período lamentável cujas características são, a partir do século XIV, o enfraquecimento da autoridade dos Papas, a invasão do espírito mundano no clero, a decadência da filosofia e da teologia escolástica, uma espantosa desordem na vida política e civil. Nessas circunstâncias se colocavam sob os olhos de uma geração intelectual e fisicamente sobreexcitada, doentia sob todos os aspectos, as deploráveis lições contidas na literatura antiga.

“Sob a influência de uma admiração excessiva, poderíamos dizer doentia, pelos encantos dos escritores clássicos, arvorava-se francamente o estandarte do

paganismo; os seguidores dessa reforma pretendiam modelar tudo exatamente como na antiguidade, os costumes e as idéias, restabelecer a preponderância do espírito pagão e destruir radicalmente o estado de coisas existente, considerado por eles como uma degenerescência.

“A influência desastrosa exercida na moral pelo humanismo, fez-se igualmente sentir cedo e de maneira assustadora no domínio da religião. Os seguidores da Renascença pagã consideravam sua filosofia antiga e a fé da Igreja como dois mundos inteiramente distintos e sem nenhum ponto de contacto”.

Eles queriam que o homem tivesse a felicidade na terra, que todas as suas forças, toda a sua atividade fossem empregadas para buscar a felicidade temporal; diziam que o dever da sociedade era de se organizar de tal maneira que ela conseguisse chegar a oferecer a cada um o que pudesse satisfazer-lhe todos os desejos e em todos os sentidos.

Nada de mais oposto à doutrina e à moral cristãs.

“Os antigos humanistas, diz com muita razão Jean Jansen,¹ não tinham menos entusiasmo pela herança grandiosa legada pelos povos da antiguidade do que tiveram mais tarde seus sucessores. Antes destes, eles tinham visto no estudo da antiguidade um dos mais poderosos meios de educar com sucesso a inteligência humana. Mas no seu pensamento os clássicos gregos e latinos não deviam ser estudados com o objetivo de alcançar com eles e por eles o fim de toda educação. Eles entendiam dever colocá-los a serviço dos interesses cristãos; desejavam antes de mais nada chegar, graças a eles, a uma compreensão mais profunda do cristianismo e à melhoria da vida moral. Mas pelos mesmos motivos os Padres da Igreja tinham recomendado e encorajado o estudo das línguas antigas. A luta não começou e não se tornou necessária senão quando os jovens humanistas rejeitaram toda a antiga ciência teológica e filosófica por serem bárbaras, pretenderam que toda noção científica se encontra contida unicamente nas obras dos antigos, entraram em luta aberta com a Igreja e o cristianismo, e muito freqüentemente lançaram um desafio à moral”.

A mesma observação vale para os artistas. “A Igreja, diz o mesmo historiador,² colocara a arte a serviço de Deus, chamando os artistas para cooperarem na propagação do reino de Deus sobre a terra e convidando-os “a anunciar o Evangelho aos pobres”. Os artistas, respondendo fielmente a esse apelo, não erguiam o belo sobre um altar para dele fazer um ídolo, adorado por si mesmo; eles trabalhavam “para a glória de Deus”. Através de suas obras de arte eles desejavam despertar e aumentar nas almas o desejo e o amor dos bens celestes. Enquanto a arte conservou os princípios religiosos que a trouxeram à luz, manteve-se em constante progresso. Mas na medida em que se evanesceram a fidelidade e a solidez dos sentimentos religiosos, ela viu escapar-lhe a inspiração. Mais ela olhou para as divindades estrangeiras, mais ela quis ressuscitar e dar uma vida artificial ao paganismo, e mais também viu desaparecer sua força criadora, sua originalidade; ela caiu enfim numa *secura* e numa *aridez completas*”.³

¹ *L'Allemagne à la fin du moyen âge*, p. 50.

² *Ibid.*, p. 130.

³ Emile Mâle, que publicou estudos tão sábios e tão interessantes sobre a ARTE RELIGIOSA NO SÉCULO XIII e sobre a ARTE RELIGIOSA NO FIM DA IDADE MÉDIA, termina a segunda dessas obras com estas palavras: “É preciso reconhecer que o princípio da arte na Idade Média estava em completa oposição com o princípio da arte da Renascença. A Idade Média que terminava deixara impressos todos os aspectos humildes da alma: sofrimento, tristeza, resignação, aceitação da vontade divina. Os santos, a Virgem, o próprio Cristo, freqüentemente medíocres, assemelhados ao povinho do século XV, não possuem outro brilho que não aquele que vem da alma. Essa arte é de uma humildade profunda: o verdadeiro espírito do cristianismo está nela.

Bem diferente é a arte da Renascença: seu princípio oculto é o orgulho. Doravante o homem basta a si mesmo e aspira a ser um Deus. A mais alta expressão da arte é o corpo humano sem véu: a idéia de uma queda, de uma decadência do ser humano, que cativou durante tanto tempo os artistas do nu, nem mesmo

Sob a influência desses intelectuais, a vida moderna tomou uma direção inteiramente nova, que foi o oposto da verdadeira civilização. Porque, como disse muito bem Lamartine:

“Toda civilização que não vem da idéia de Deus é falsa.

“Toda civilização que não tende à idéia de Deus é curta.

“Toda civilização que não é penetrada da idéia de Deus é fria e vazia.

“A última expressão de uma civilização perfeita é Deus melhor visto, melhor adorado, melhor servido pelos homens”.⁴

A mudança se operou primeiro nas almas. Muitos perderam a concepção segundo a qual todo o fim está em Deus, para adotar aquela que quer que tudo esteja no homem. “Ao homem decaído e resgatado, disse com muita propriedade Bériot, a Renascença opôs o homem nem decaído, nem resgatado, que se eleva à uma admirável altura pelas simples forças de sua razão e de seu livre arbítrio”. O coração não mais serviu para amar a Deus, o espírito para conhecê-Lo, o corpo para servi-Lo, e mediante isso merecer a vida eterna. A noção superior que a Igreja tivera tanto cuidado em estabelecer, e que Lhe custara tanto tempo, se obliterou neste, naquele, nas multidões; como no tempo do paganismo, elas fizeram do prazer, do gozo, a finalidade da vida; elas procuraram os meios para obtê-los na riqueza, e para adquirir esta não se tiveram mais tanto em conta os direitos de outrem. Para os Estados, a civilização não foi mais a santidade de numerosos, e as instituições sociais meios ordenados para preparar as almas para o céu. Novamente eles encerraram a função da sociedade no tempo, sem atenção para as almas feitas para a eternidade. Naquela época, como hoje, deram a isso o nome de progresso! “Tudo nos anuncia, exclamava com entusiasmo Campanello, a renovação do mundo. Nada impede a liberdade do homem. Como se impediria a marcha e o progresso do gênero humano?” As novas invenções, a imprensa, a pólvora, o telescópio, a descoberta do Novo Mundo etc., vindo juntar-se ao estudo das obras da antiguidade, provocaram uma embriaguez de orgulho, que disse: a razão humana basta a si mesma para governar seus negócios na vida social e política. Não temos necessidade de uma autoridade que sustente ou corrija a razão.

Assim foi derrubada a noção sobre a qual a sociedade tinha vivido e em razão da qual ela havia prosperado a partir de Nosso Senhor Jesus Cristo.

A civilização renovada do paganismo agiu inicialmente sobre as almas isoladas, depois sobre a opinião pública, depois sobre os costumes e as instituições. Seus estragos manifestaram-se em primeiro lugar na ordem estética e intelectual: a arte, a literatura e a ciência retiraram-se pouco a pouco do serviço da alma para se empenharem na animalidade: fato que conduziu para dentro da ordem moral e da ordem religiosa essa revolução que foi a Reforma. Da ordem religiosa o espírito da Renascença ganhou a ordem política e social com a Revolução. E ei-los que atacam a ordem econômica com o socialismo. É aí que a civilização pagã devia chegar, é aí que ela encontrará seu fim, ou nós o nosso; seu fim, se o cristianismo retomar o domínio sobre os povos apavorados ou, melhor dizendo, acabrunhados pelos males que o socialismo fará pesar sobre eles; o nosso, se o socialismo puder levar até o fim a experiência do dogma do livre gozo nesta terra e nos fizer sofrer todas as consequências.

No entanto, isto não se fez e não continua sem resistência. Uma multidão de almas permaneceu e permanece hoje ligada ao ideal cristão, e a Igreja está sempre

se pôs em seus espíritos. Fazer do homem um herói resplendente de força e beleza, que escapa às fatalidades da raça para se elevar até ao arquétipo, ignorando a dor, a compaixão, a resignação, eis aí exatamente (com todas as espécies de nuances), o ideal da Itália do século XVI.

⁴ Citado por Monsenhor Perraud, bispo de Autun, por ocasião das festas do centenário do poeta.

presente para mantê-lo e trabalhar pelo seu triunfo. Daí o conflito que, no seio da sociedade, dura mais de cinco séculos, e que hoje chegou ao estado agudo.

A Renascença é, pois, o ponto de partida do estado atual da sociedade. Tudo quanto sofremos vem daí. Se queremos conhecer nosso mal e tirar desse conhecimento o remédio radical para a situação presente, é preciso remontar à Renascença.⁵

E não obstante, os Papas a favoreceram, ela que foi o ponto de partida da civilização dita moderna! Impõe-se uma palavra de explicação.

Os Padres da Igreja, dissemos, haviam recomendado o estudo das literaturas antigas, e isto por duas razões: eles encontravam nelas um excelente instrumento de cultura intelectual, e delas faziam um pedestal para a Revelação; assim, a razão é o suporte da fé.

Fiéis a essa orientação, a Igreja, e em particular os monges, colocaram todos os seus cuidados em salvar do naufrágio da barbárie os autores antigos, em copiá-los, em estudá-los, e em fazê-los servir à demonstração da fé.

Era, pois, inteiramente natural que, quando começou na Itália a renovação literária e artística, os Papas a ela se mostrassem favoráveis.

Às vantagens acima assinaladas, eles viram acrescentarem-se outras, de um caráter mais imediatamente útil àquela época. Desde a metade do século XIII consecutivas tratativas tinham sido mantidas entre o Papado e o mundo grego para obter o retorno das Igrejas do Oriente à Igreja romana. De um lado e de outro enviavam-se embaixadas. O conhecimento do grego era necessário para argumentar contra os cismáticos e oferecer-lhes a luta no seu próprio terreno.

A queda do império bizantino ensejou oportunidade para um novo e decisivo impulso desse gênero de estudos. Os sábios gregos, trazendo para o Ocidente os tesouros literários da antiguidade, excitaram um verdadeiro entusiasmo pelas letras pagãs, e esse entusiasmo não se manifestou em nenhum outro lugar tanto como entre as pessoas da Igreja. A imprensa veio a propósito para multiplicá-los e para tornar a aquisição infinitamente menos onerosa.

Enfim, a invenção do telescópio e a descoberta do Novo Mundo abriam aos pensamentos os mais largos horizontes. Ainda aqui vemos os Papas, e primeiramente os de Avignon, com seu zelo em enviar missionários aos países longínquos, oferecerem um novo estímulo à fermentação dos espíritos, boa no seu princípio, mas da qual abusou o orgulho humano, como em nossos dias vemo-lo abusar dos progressos das ciências naturais.

Os Papas, pois, foram levados, por toda sorte de circunstâncias providenciais, a chamar e a fixar perto deles os representantes renomados do movimento literário e artístico de que eram testemunhas. Disso fizeram um dever e uma honra. Prodigalizaram as encomendas, as pensões, as dignidades àqueles cujos talentos os elevavam acima dos outros. Infelizmente, com o olhar posto no objetivo que queriam alcançar, não tomaram suficiente cuidado com a qualidade das pessoas que assim encorajavam.

Petrarca, que concordamos em chamar “o primeiro dos humanistas”, encontrou na corte de Avignon a mais alta proteção, e ali recebeu o cargo de secretário apostólico. Desde então se estabeleceu na corte pontifícia a tradição de reservar as altas funções de secretário apostólico aos escritores mais renomados, de maneira que esse colégio logo se tornou um dos focos mais ativos da Renascença. Ali foram vistos santos religiosos, tais como o camaldulense Ambroise Traversari, mas infelizmente

⁵ Jean Guiraud, professor da Faculdade de Letras de Besançon, que acaba de publicar um excelente livro sob o título *L'Eglise et les Origines de la Renaissance*, servir-nos-á de guia para relembrar sumariamente o que aconteceu naquela época. Esse volume faz parte da “Biblioteca de Ensino da História Eclesiástica”, publicada por Lecoffre.

também grosseiros epicúrios como Pogge, Filelfe, o Arentino e muitos outros. Apesar da piedade, apesar mesmo da austeridade pessoal com que os Papas dessa época edificaram a Igreja,⁶ eles não souberam, em razão da atmosfera que os envolvia, defender-se de uma condescendência demasiadamente grande para com escritores que, apesar de estarem a serviço deles, logo se tornaram, por causa do declive ao qual se abandonaram, os inimigos da moral e da Igreja. Essa condescendência estendeu-se às próprias obras, se bem que, tudo somado, elas fossem a negação do cristianismo.

Todos os erros que depois perverteram o mundo cristão, todos os atentados perpetrados contra as suas instituições, tiveram aí sua fonte; podemos dizer que tudo isto a que assistimos foi preparado pelos humanistas. Eles são os iniciadores da civilização moderna. Já Petrarca havia haurido no comércio da antiguidade sentimentos e idéias que teriam afligido a corte pontifícia, se esta tivesse medido as conseqüências. Ele, é verdade, sempre se inclinou diante da Igreja, de Sua hierarquia, de Seus dogmas, de Sua moral; mas não foi assim com os que o sucederam, e pode-se dizer que foi ele quem os colocou na via ruim na qual se embrenharam. Suas críticas contra o governo pontifício autorizaram Valla a minar o poder temporal dos Papas, a denunciá-los como inimigos de Roma e da Itália, a apresentá-los como os inimigos dos povos. Ele foi mesmo até à negação da autoridade espiritual dos Soberanos Pontífices na Igreja, recusando aos Papas o direito de se chamarem “vigários de Pedro”. Outros apelaram ao povo ou ao imperador para restabelecerem seja a república romana, seja a unidade italiana, seja um império universal: coisas essas que, todas, vemos nos dias atuais, tentadas (1848), realizadas (1870) ou apresentadas como o objetivo das aspirações da franco-maçomaria.

Alberti preparou uma outra espécie de atentado, o mais característico da civilização contemporânea. Jurista e literato, compôs um tratado do Direito. Aí proclamava “que a Deus deve ser deixado o cuidado das coisas divinas, e que as coisas humanas são da competência do juiz”. Era, como observa Guiraud, proclamar o divórcio da sociedade civil e da sociedade religiosa; era abrir os caminhos àqueles que querem que os governos não persigam senão os fins temporais e permaneçam indiferentes aos espirituais, defendam os interesses materiais e deixem de lado as leis sobrenaturais da moral e da religião; era afirmar que os poderes terrestres são incompetentes ou devem ser indiferentes em matéria religiosa, que eles não têm que conhecer a Deus, que eles não têm que fazer observar Suas leis. Era, numa palavra, formular a grande heresia do tempo presente, e arruinar pela base a civilização dos séculos cristãos. O princípio proclamado por esse secretário apostólico encerrava o germe de todas as teorias que nossos modernos “defensores da sociedade laica” atribuem a si. Bastava deixar esse princípio se desenvolver para chegar a tudo que hoje testemunhamos com tristeza.

Atacando assim a base da sociedade cristã, os humanistas derrubavam ao mesmo tempo no coração do homem a noção cristã do seu destino. “O céu, escrevia

⁶ Martinho V teve um gosto constante pela justiça e pela caridade. Sua devoção era grande; dela deu provas incontestáveis por diversas vezes, sobretudo quando trouxe de Óstia as relíquias de Santa Mônica. Ele suportou com uma resignação profundamente cristã, uma após a outra, as mortes entre as suas mais caras afeições, que vieram afligi-lo. Desde sua juventude distribuíra a maior parte de seus bens aos pobres.

Eugênio IV conservou no trono pontifício seus hábitos austeros de religioso. Sua simplicidade e sua frugalidade fizeram-no merecer de sua equipe o apelido de *Abstenius*. É com razão que Vespasiano celebra a santidade de sua vida e de seus costumes.

Nicolau V quis ter na sua intimidade o espetáculo contínuo das virtudes monásticas. Para isso, chamou para perto de si Nicolas de Cortone e Laurent de Mantoue, dois cartuxos, com os quais gostava de se entreter a respeito das coisas do céu em meio às torturas de sua última doença.

Collacio Salutati, nos seus *Travaux d'Hercule*, pertence de direito aos homens enérgicos que sustentaram grandes lutas ou realizaram grandes trabalhos sobre a terra”. Extraíram-se desse princípio as decorrentes conseqüências. O ideal antigo e naturalista, o ideal de Zenon, de Plutarco e de Epicuro, consistia em multiplicar ao infinito as energias de seu ser, desenvolvendo harmoniosamente as forças do espírito e as do corpo. Este tornou-se o ideal que os fiéis da Renascença adotaram, na sua conduta, assim como nos seus escritos, em substituição às aspirações sobrenaturais do cristianismo. Este foi, nos dias de hoje, o ideal que Friedrich Nietzsche levou ao extremo, gabando a força, a energia, o livre desenvolvimento de todas as paixões, que devem fazer o homem chegar a um estado superior àquele em que ele se encontra, que devem produzir o *super-homem*.⁷

Para esses intelectuais, e para aqueles que os escutaram, e para aqueles que até nossos dias fizeram-se seus discípulos, a ordem sobrenatural foi, mais ou menos completamente, posta de lado; a moral tornou-se a satisfação dada a todos os instintos; o gozo sob todas as formas foi o objeto de suas pretensões. A glorificação do prazer era o tema preferido das dissertações dos humanistas. Laurent Valla afirmava no seu tratado *De Voluptate* que “o prazer é o verdadeiro bem, e que não há outros bens fora do prazer”. Essa convicção levou-o, a ele e a muitos outros, a escrever em poesia as piores licenciosidades. Assim eram prostituídos os talentos que deveriam ter sido empregados em vivificar a literatura e a arte cristãs.

Sob todos os aspectos ocorria o divórcio entre as tendências da Renascença e as tradições do cristianismo. Enquanto a Igreja continuava a pregar a decadência do homem, a afirmar sua fraqueza e a necessidade de um socorro divino para o cumprimento do dever, o humanismo tomava a dianteira relativamente a Jean-Jacques Rousseau para proclamar a bondade da natureza: ele deificava o homem. Enquanto a Igreja assinalava uma razão e um fim sobrenaturais para a vida humana, colocando em Deus o termo do nosso destino, o humanismo, repaganizado, limitava a este mundo e ao próprio homem o ideal da vida.

Da Itália, o movimento ganhou as outras partes da Europa.

Na Alemanha, o nome de Reuchlin foi, sem que esse sábio o soubesse, o grito de guerra de todos os que trabalharam para destruir as ordens religiosas, a escolástica e, no final das contas, a própria Igreja. Sem o escândalo que se fez ao seu redor, Lutero e seus discípulos jamais teriam ousado sonhar o que fizeram.

Nos Países Baixos, Erasmo preparou, ele também, os caminhos da Reforma com seu *Elogio da Loucura*. Lutero nada fez além de proclamar bem alto e descaradamente executar o que Erasmo não cessara de insinuar.

A França tinha igualmente se apressado em acolher em seu território as letras humanistas; elas não produziram aí, pelo menos na ordem das idéias, efeitos tão ruins. Não se passou da mesma forma com os costumes. “Desde que os costumes dos estrangeiros começaram a nos agradar — diz o grande chanceler de Vair, que presenciou aquilo sobre o que ele fala — os nossos se perverteram e se corromperam de tal maneira que podemos dizer: Há muito tempo não somos mais franceses”.

Em nenhuma parte os chefes da sociedade tiveram suficiente clarividência para realizar a separação do que havia de são e do que havia de infinitamente perigoso no movimento de idéias, de sentimentos, de aspirações, que recebeu o nome de Renascença. De maneira que por toda a parte a admiração pela antiguidade pagã passou da forma ao fundo, das letras e das artes à civilização. E a civilização

⁷ A glorificação daquilo que os americanos chamam “virtudes ativas” parece também provir daí, por intermédio do protestantismo.

começou a se transformar para tornar-se o que ela é hoje, esperando ser como se apresentará amanhã.

Deus, no entanto, não deixou Sua Igreja sem socorro nesta, como em nenhuma outra provação. Santos, entre outros São Bernardino de Siena, não cessaram de advertir e de mostrar o perigo. Eles não foram ouvidos. E foi por isso que a Renascença engendrou a Reforma e a Reforma a Revolução, cujo objetivo é aniquilar a civilização cristã para substituí-la em todo o universo pela civilização dita moderna.



CAPÍTULO IV

A REFORMA, FILHA DA RENASCENÇA

No seu livro *La Réforme en Allemagne et en France*, um antigo magistrado, o conde J. Boselli, conta que Paulin Paris, um dos sábios mais eruditos sobre a Idade Média e um dos que melhor a conheceram, disse um dia em sua presença a um interlocutor que se espantava da grande diferença entre a França moderna e aquela de outrora, “obscurecida pelas trevas da Idade Média”: “Desenganai-vos, a Idade Média não era tão diferente dos tempos modernos, como credes; *as leis eram diferentes, assim como os usos e os costumes*, mas as paixões humanas eram as mesmas. Se um de nós fosse transportado para a Idade Média veria ao seu redor trabalhadores, soldados, padres, economistas, desigualdades sociais, ambições, traições. O QUE MUDOU FOI O OBJETIVO DA ATIVIDADE HUMANA”. Não se poderia dizer de melhor maneira. Os homens da Idade Média eram da mesma natureza que a nossa, natureza inferior à dos anjos e, ademais, decaída. Eles tinham nossas paixões, deixavam-se, como nós, arrastar por elas, freqüentemente a excessos mais violentos. Mas o objetivo era a vida eterna: os usos, as leis e os costumes inspiravam-se nela; as instituições religiosas e civis dirigiam os homens para seu fim último, e a atividade humana se dirigia, em primeiro lugar, à melhoria do homem interior.

Hoje — e aí está o fruto, o produto da Renascença, da Reforma e da Revolução —, o ponto de vista mudou, o fim não é mais o mesmo; o que é desejado, o que é procurado, não pelos indivíduos isoladamente, mas pelo impulso dado à toda a atividade social, é a melhoria das condições da vida presente para chegar a um maior e mais universal gozo. O que conta como “progresso” não é o que contribui para uma maior perfeição moral do homem, mas o que aumenta seu domínio sobre a matéria e a natureza, a fim de colocá-las mais completa e docilmente a serviço do bem-estar temporal.

Para alcançar esse bem-estar foram sucessivamente proclamadas a independência da razão relativamente à Revelação, a independência da sociedade civil relativamente à Igreja, a independência da moral relativamente à lei de Deus: três etapas na via do PROGRESSO perseguido pela Renascença, pela Reforma e pela Revolução.

Não se deve crer que os humanistas, literatos e artistas, cujas aberrações vimos do tríplice ponto de vista intelectual, moral e religioso, não formassem senão pequenos cenáculos fechados, sem eco, sem ação no exterior. Inicialmente, os artistas falavam à vista de todos; e quando, para ficar apenas neste exemplo, Filarète tomou emprestada à mitologia a decoração das portas de bronze da basílica de São Pedro, ele certamente não edificou o povo que por ali passava. Ademais, era na corte dos príncipes que os humanistas tinham suas academias; era ali que compunham seus livros; era ali que espalhavam suas idéias, que estabeleciam seus costumes; e é sempre do alto que desce todo mal e todo bem, toda perversão assim como toda edificação.

Não há, pois, motivo para espanto se a Reforma, que foi uma primeira tentativa de aplicação prática das novas idéias formuladas pelos humanistas, foi recebida e propagada com tanto ardor pelos príncipes na Alemanha e em outras partes e se ela encontrou no povo acolhimento tão fácil.

A resistência foi muito fraca na Alemanha; foi mais vigorosa na França. O cristianismo tinha penetrado mais profundamente nas almas de nossos pais do que em qualquer outro lugar; combatido na sua teoria pelos humanistas, ele sobreviveu mais tempo na maneira de viver, de pensar e de sentir. Daí, entre nós, uma luta mais encarniçada e mais prolongada. Ela começou pelas guerras de religião, continuou na Revolução, ela dura sempre, como muito bem assinalou Waldeck-Rousseau. Através de meios diversos dos do início, continua sempre o conflito entre o espírito pagão, que quer renascer, e o espírito cristão, que quer se manter. Hoje, como desde o primeiro dia, um e outro querem triunfar sobre o adversário: o primeiro, pela violência que fecha as escolas livres, despoja e exila os religiosos e ameaça as igrejas; o segundo, pelo recurso a Deus e pela continuidade do ensino cristão por todos os meios que permanecem à sua disposição.

As diversas peripécias desse longo drama mantêm em expectativa o céu, a terra e o inferno; porque se a França decidir-se por rejeitar o veneno revolucionário, ela restaurará no mundo inteiro a civilização que ela foi a primeira a compreender, a adotar e a propagar. Se ela sucumbir, o mundo terá tudo a temer.

O protestantismo veio-nos da Alemanha e sobretudo de Genebra. Ele foi bem denominado. Era impossível qualificar a Reforma de Lutero com uma palavra diferente de protesto, porque ela é protesto contra a civilização cristã, protesto contra a Igreja que fundara essa civilização, protesto contra Deus, do qual essa civilização emanava. O protestantismo de Lutero é o eco sobre a terra do *Non serviam* de Lúcifer. Ele proclama a liberdade, a dos rebeldes, a de Satã: o liberalismo. Ele diz aos reis e aos príncipes: “Empregai vosso poder para sustentar e para fazer triunfar minha revolta contra a Igreja e eu vos entrego toda a autoridade religiosa”.¹

Tudo o que a Reforma tinha recebido da Renascença e que ela devia transmitir à Revolução está contido nesta palavra: Protestantismo.

Comunicado de indivíduo a indivíduo, o protestantismo logo ganhou província após província. O historiador alemão e protestante Ranke, diz qual foi seu grande meio de sedução: o desregramento moral, que a Renascença havia colocado em lugar de honra. “Muitas pessoas abraçaram a Reforma, diz ele, com a esperança de que ela lhes asseguraria uma maior liberdade na conduta privada”. Com efeito, existe entre o catolicismo e o protestantismo, tal como pregou Lutero, uma diferença radical sob esse aspecto. O catolicismo promete recompensas futuras para a virtude e ameaça o vício com castigos eternos; por aí, ele põe o mais poderoso freio às paixões humanas. A Reforma vinha prometer o paraíso a todo o homem, mesmo ao mais criminoso, com a única ressalva de um ato de fé interior para a justificação pessoal, por imputação dos méritos de Cristo. Se, pelo só efeito dessa persuasão, que é fácil de se conceder, os homens recebem a garantia de ir ao paraíso, mesmo continuando a se entregarem ao pecado, e mesmo ao crime, muito tolo seria aquele que renunciasse a obter aqui em baixo tudo o que encontra à sua disposição.

A presença, num país profundamente católico, de pessoas que têm esses princípios e se esforçam em propagá-los devia já causar algum transtorno ao Estado; esse transtorno se tornou profundo quando o protestantismo não mais se contentou em pregar aos indivíduos a fé sem as obras, mas se sentiu suficientemente forte para querer se apoderar do reino a fim de arrancá-lo de suas tradições e de moldá-lo a seu modo.

A partir de Clóvis, o catolicismo não tinha deixado um só dia de ser a religião do Estado. Das tradições carolíngias e merovíngias foi a única conservada completamente intacta até a Revolução. Durante meio século os protestantes tentaram separar de sua Mãe a filha primogênita da Igreja; usaram alternadamente a

¹ *Œuvres de Luther*, XII, 1522 e XI, 1867.

astúcia e a força para se apoderarem do governo, para colocar o povo francês tão católico sob o jugo dos reformadores, como acabavam de fazer na Alemanha, na Inglaterra, na Escandinávia. Estiveram prestes a conseguir.

Após a morte de Francisco de Guise, os huguenotes eram senhores de todo o Midi. Não hesitaram, pois, para se assenhorearem do restante, em apelar aos alemães e aos ingleses, seus correligionários. Aos ingleses eles entregaram o Havre; aos alemães prometeram a administração dos bispados de Metz, Toul e Verdun.² Enfim, com la Rochelle, eles mesmos tinham criado materialmente um Estado dentro do Estado. Sua intenção era substituir a monarquia cristã por um governo e um gênero de vida “modelados segundo os de Genebra”, quer dizer, a república.³ “Os huguenotes, diz Tavannes, estão a caminho de fundar uma democracia”. O plano para isso tinha sido traçado em Béarn, e os Estados do Languedoc reclamavam sua execução em 1573. O jurista protestante François Hatman exerceu sobre os espíritos, no sentido democrático, uma grande influência com seu livro *Franco-Gallia*, 1573. Ele coloca a serviço das teorias republicanas uma história à sua maneira, para conduzir, com grande reforço de textos e de afirmações, os franceses à “sua constituição primitiva”. “A soberana e principal administração do reino, dizia ele, pertence à geral e solene assembléia dos três Estados”. O rei reina, mas não governa. O Estado, a República é tudo, o rei quase nada. Ele joga seu leitores na plena soberania do povo.

O *Franco-Gallia* teve uma repercussão enorme. Os panfletários huguenotes plagiaram-no, um melhor que o outro. O sistema exposto nesse livro é a democracia tal como compreendida hoje em dia. Essa forma de governo, dando aos agitadores fácil acesso aos primeiros cargos do Estado, propicia-lhes o poder para propagarem suas doutrinas; ao mesmo tempo, ela dá melhor resposta às idéias de independência que estavam no fundo da Reforma, ao direito que a Renascença queria conferir ao homem para que se dirigisse por ele mesmo em direção ao ideal de felicidade que ela lhe apresentava.

A França, por causa dos huguenotes, estava à beira do abismo.

A situação não era menos crítica para a Igreja Católica. Ela acabava de perder a Alemanha, a Escandinávia, a Inglaterra e a Suíça; os Países Baixos se insurgiam contra Ela. A apostasia da França, se viesse a confirmar-se, devia causar no mundo inteiro o escândalo mais pernicioso e o mais profundo abalo: tanto mais que a Espanha deveria segui-la. O objetivo mais constante de todo o partido protestante, para o qual Coligny não cansou de trabalhar, era arrastar a França para uma liga geral com todos os Estados protestantes, para esmagar a Espanha, única grande nação católica que permaneceu poderosa. Isto teria sido a ruína completa da civilização cristã.

Deus não o permitiu e a França também não. Os Valois fraquejavam, hesitavam, adotavam variações na sua política. A Liga nasceu para tomar em suas mãos a

² Ver Ranke.

³ Hanotaux (*Histoire du cardinal de Richelieu*, t. XII, 2ª parte, p. 184), justifica assim a revogação do edito de Nantes:

“A França não podia ser forte enquanto encerrasse no seu seio, em plena paz, um corpo organizado, em pé de guerra, com chefes independentes, quadros militares, praças de segurança, orçamento e justiça à parte, sempre armado, pronto a entrar em campanha. Seria preciso reconhecer a existência de um Estado dentro do Estado? Podia-se admitir que numerosos e ardentes franceses tivessem sempre a ameaça na boca e a rebelião no coração? Tolerar-se-ia seu perpétuo e insolente recurso ao estrangeiro? Um Estado não pode subsistir, se está assim dividido contra si mesmo. Para assegurar a unidade do reino, para arrebatar todas as forças nacionais em razão das lutas externas que se preparavam, era preciso minar o corpo de huguenotes na França ou conduzi-lo à composição.”

defesa da fé, para mantê-la na nação e no governo do país. Os católicos, que formavam agora a quase totalidade dos franceses,⁴ quiseram ter chefes absolutamente inquebrantáveis em sua fé. Escolheram a Casa de Guise. “Em qualquer apreciação que se faça sobre as guerras de religião, diz Boselli, é impossível desconhecer que a Casa de Guise foi, durante todo esse período, a própria encarnação da religião do Estado, do culto nacional e tradicional ao qual tantos franceses permaneciam unidos. Ela personificou a idéia da fidelidade católica. Os Guise provavelmente ter-se-iam tornado reis de França se Henrique III se tivesse feito protestante, ou se Henrique IV não se tivesse feito católico”.

Deus quis conservar à França sua estirpe real, como Ele havia feito uma primeira vez pela missão dada a Joana d'Arc. O herdeiro do trono, segundo a lei sálica, era Henrique de Navarra, aluno de Coligny, protestante e chefe dos protestantes. Deus mudou seu coração. A França recobrou a paz, e Luís XIII e Luís XIV recolocaram nosso país no caminho da civilização católica. Digamos, entretanto, que esse último cometeu essa falta, que por si devia ter graves conseqüências, de desejar a declaração de 1682. Ela trazia nos seus flancos a constituição civil do clero, ela começava a obra, nefasta entre todas, da secularização que prossegue hoje até às suas últimas conseqüências.

Luís XV, que se abandonou aos usos da Renascença, viu a obra de descristianização iniciada pela Reforma ser retomada por Voltaire e pelos enciclopedistas precursores de Robespierre, ancestrais daqueles que nos governam atualmente. Taine disse com muita propriedade: “A Reforma não é senão um movimento particular dentro de uma revolução que começou antes dela. O século XIV abre o caminho; e depois, cada século se ocupa apenas a preparar, na ordem das idéias, novas concepções, e, na ordem prática, novas instituições. Desde aquele tempo, a sociedade não mais reencontrou seu guia na Igreja, nem a Igreja Sua imagem na sociedade”.⁵



⁴ Os protestantes eram apenas quatrocentos mil em 1558. É o número que dá o historiador protestante Ranke. Castelnau, testemunha bem informada, vai mais longe; afirma que os protestantes estavam para o resto da nação na proporção de 1 para 100. Os católicos viram seu país devastado durante cinquenta anos por esse punhado de calvinistas.

⁵ *Études sur les barbares et le moyen âge*, p. 374-375.

CAPÍTULO V

A REVOLUÇÃO INSTITUI O NATURALISMO

O protestantismo fracassara; a França, após as guerras de religião, se mantivera católica. Mas um mau fermento fora depositado em seu seio. Sua fermentação produziu, além da corrupção dos costumes, três tóxicos de ordem intelectual: o galicanismo, o jansenismo e o filosofismo. A ação desses elementos sobre o organismo social acarretou a Revolução, segundo e muito mais terrível assalto contra a civilização cristã.

Como a conclusão deste livro demonstrará, todo o movimento imprimido à cristandade pela Renascença, pela Reforma e pela Revolução é um esforço satânico para arrancar o homem da ordem sobrenatural estabelecida por Deus na origem e restaurada por Nosso Senhor Jesus Cristo, e confiná-lo no naturalismo.

Como tudo era cristão na constituição francesa, tudo estava por ser destruído. A Revolução empenhou-se conscienciosamente nisso. Em alguns meses ela fez tábula rasa do governo da França, de suas leis e de suas instituições. Ela queria “moldar um povo novo”: é a expressão que se encontra, em cada página, sob a pena dos relatores da Convenção; mais ainda: “refazer o próprio homem”.

Assim, os convencionais, de conformidade com a concepção que a Renascença dera aos destinos humanos, não limitaram sua ambição à França; quiseram inocular a loucura revolucionária nos povos vizinhos, em todo o universo. Sua ambição consistia em derrubar o edifício social para reconstruí-lo. “A Revolução, dizia Thuriot à Assembléia Legislativa em 1792, não é somente para a França; nós somos responsáveis perante a humanidade”. Siéyès dissera antes dele, em 1788: “Alcemo-nos bruscamente à ambição de querer, nós mesmos, servir de exemplo às nações”.¹ E Barrère, no momento em que os Estados-Gerais se reuniam em Versalhes: “Vós sois, disse ele, chamados a recomeçar a história”.

Vê-se o caminho que a idéia da Renascença trilhou; o quanto ela se mostrava mais aperfeiçoada no seu desenvolvimento e mais audaciosa no seu empreendimento por ocasião da Revolução, do que ela tinha parecido, dois séculos antes, por ocasião da Reforma.

No seu número de abril de 1896, o *Le Monde* maçônico dizia: “Quando aquilo que foi olhado durante muito tempo como um ideal se realiza, os horizontes mais largos de um novo ideal oferecem à atividade humana, sempre em marcha em direção a um futuro melhor, novos campos de exploração, novas conquistas a realizar, novas esperanças a perseguir”.

Isto é verdadeiro no caminho do bem. Como diz o Salmista, o justo dispôs degraus em seu coração para se elevar até à perfeição que ele ambiciona.² Isto é igualmente verdadeiro relativamente ao mal.

Os homens da Renascença não dirigiram seus olhares — pelo menos nem todos — tão longe quanto os da Reforma. Os homens da Reforma foram ultrapassados pelos da Revolução. A Renascença tinha deslocado o lugar da felicidade e mudado suas condições: ela havia declarado que via esse lugar neste mundo inferior. A autoridade religiosa permanecia para afirmar: “Vós vos enganais; a felicidade está no Céu”. A Reforma afastou a autoridade, mas manteve o livro das Revelações divinas, que conservava a mesma linguagem. O Filosofismo negou que Deus tivesse algum

¹ *Qu'est-ce que le Tiers-Etat?*

² Salmo LXXXIII, 6-7.

dia falado aos homens, e a Revolução se esforçou em negar Seus testemunhos de sangue, a fim de poder estabelecer livremente o culto da natureza.

O *Journal des Débats*, em um de seus números de abril de 1852, reconhecia essa filiação: “Nós somos revolucionários; mas somos filhos da Renascença e da filosofia antes de sermos filhos da Revolução”.

É inútil que nos estendamos longamente sobre a obra empreendida pela Revolução. O Papa Pio IX caracterizou-a em uma palavra, na Encíclica de 8 de dezembro de 1849: “A Revolução é inspirada pelo próprio Satã; seu objetivo é destruir, dos fundamentos à cúpula, o edifício do cristianismo e reconstruir sobre suas ruínas a ordem social do paganismo”. Ela destruiu primeiramente a ordem eclesiástica. “Durante cento e vinte anos e mais, segundo a expressão enérgica de Taine, o clero trabalhara para a construção da sociedade, como arquiteto e como pedreiro, inicialmente sozinho, depois quase sozinho”; puseram-no na impossibilidade de continuar essa obra, pretendeu-se pô-lo na impossibilidade de jamais retomá-la. Em seguida suprimiu-se a realza, o elo vivo e perpétuo da unidade nacional, a repressora de tudo quanto pretendia atingir essa unidade. Desembaraçaram-se da nobreza, guardiã das tradições, e das corporações de trabalhadores, estas também conservadoras do passado. Depois, tendo sido afastadas todas estas sentinelas, puseram mãos à obra, muitos para destruir, o que era fácil, poucos para reedificar, o que era menos fácil.

Não queremos traçar aqui o quadro dessas ruínas e dessas construções. Dizemos somente que, no que concerne ao edifício político, a revolução apressou-se em proclamar a República, que a Renascença sonhara para a própria Roma, com a qual os protestantes tinham desejado substituir a monarquia francesa, e que hoje realiza tão bem as obras da franco-maçonaria.

Discípulos de J.-J. Rousseau, os convencionais de 1792 deram como fundamento do novo edifício o princípio segundo o qual o homem é bom por natureza; em cima, levantaram a trilogia maçônica: liberdade, igualdade, fraternidade. Liberdade para todos e para tudo, posto que no homem só há bons instintos; igualdade, porque, igualmente bons, os homens têm direitos iguais em tudo; fraternidade, ou ruptura de todas as barreiras entre indivíduos, famílias, nações, para deixar o gênero humano se abraçar numa República universal.

Em matéria de religião, organizou-se o culto da natureza. Os humanistas da Renascença tinha-na chamado com seus desejos. Os protestantes não tinham ousado empurrar a Reforma até esse ponto. Nossos revolucionários o tentaram.

Eles não chegaram de uma só vez a esse excesso. Eles começaram por convidar o clero católico para suas festas.

Talleyrand presidiu, em 14 de julho de 1790, a grande Festa da Federação, rodeado por 40 capelães da guarda nacional, que sobre suas alvas portavam faixas tricolores, com uma orquestra de 1.800 músicos, na presença de 25.000 deputados e de 400.000 espectadores. Mas logo ele não quis nem mesmo essas exhibições, mais “patrióticas” que religiosas: “Não convém, dizia, que a religião compareça a festas públicas, é mais religioso afastar-se delas”.

Posto de lado o culto nacional, era preciso procurar um outro. Mirabeau propôs um, muito abstrato: “O objeto de nossas festas nacionais, disse, deve ser somente o culto da liberdade e o culto da lei”.

Isto pareceu pouco. Boissy-d'Anglas lamentou em alta voz o tempo em que “as instituições políticas e religiosas” prestavam mútuo socorro, em que “uma religião brilhante” se apresentava com dogmas que prometiam “o prazer e a felicidade”, ornada com todas as cerimônias que tocam os sentidos, com as ficções mais risíveis, com as mais suaves ilusões.

Seus desejos não tardaram em ser atendidos. Uma religião foi fundada, tendo seus dogmas, seus padres, seus domingos, seus santos. Deus foi substituído pelo Ser supremo e pela deusa Razão, o culto católico pelo culto da Natureza.³ É o que deseja atualmente a Aliança Israelita Universal, é para isso que ela trabalha, é o que ela tem a missão de estabelecer no mundo, apenas com menos precipitação e com mais astúcia.

Nada poderia melhor convir às aspirações dos humanistas da Renascença. Na festa de 19 de agosto de 1793, uma estátua da Natureza foi levantada na praça da Bastilha, e o presidente da Convenção, Héroult de Séchelles, endereçou-lhe esta homenagem em nome da França oficial: “Ó Natureza, soberana dos selvagens e das nações esclarecidas, este povo imenso, reunido desde os primeiros clarões do dia diante de tua imagem, é digno de ti. Ele é livre; foi no teu seio, foi nas tuas fontes sagradas, que ele recobrou seus direitos, que ele se regenerou. Após ter atravessado tantos séculos de erros e de servidão, era preciso reentrar na simplicidade de tuas vias para reencontrar a liberdade e a igualdade. Natureza, recebe a expressão da afeição eterna dos franceses por tuas leis!”

A ata do evento acrescenta: “Em seguida a essa espécie de hino, única oração, desde os primeiros séculos do gênero humano, endereçada à Natureza pelos representantes de uma nação e por seus legisladores, o presidente encheu uma taça, de forma antiga, com água que corria do seio da Natureza: com ela fez libações ao redor da Natureza, bebeu um pouco da taça e a apresentou aos enviados do povo francês”. Como se vê, o culto é completo: oração, sacrifício, comunhão.

Com o culto, as instituições. “É pelas instituições, escrevia o ministro de polícia Duval, que se compõem a opinião e a moralidade dos povos”.⁴ Entre essas instituições, aquela considerada mais necessária para fazer o povo esquecer seus antigos hábitos religiosos e fazê-lo adquirir novos foi o *Décadi* ou domingo civil. Assim, foi a essa criação que a República dispensou a maior parte de seus decretos e esforços. Ao *Décadi* vieram juntar-se festas anuais: festas políticas, festas civis, festas morais. As festas políticas tinham por finalidade, segundo Chénier, “consagrar as épocas imortais em que as diferentes tiranias foram aniquiladas pelo arrebatamento nacional, pelos grandes passos da razão que abrem a Europa e vão tocar as fronteiras do mundo”.⁵ A festa republicana por excelência era a de 21 de janeiro, porque então se celebrava “o aniversário da justa punição do último rei dos franceses”. Havia também a festa da fundação da República, fixada para o dia 1º. do vendemiário⁶. A grande festa nacional, ressuscitada em nossos dias, era a da federação ou do juramento, fixada para 14 de julho.

Relativamente à moral, havia a festa da juventude, as do casamento, da maternidade, dos anciãos e sobretudo as dos direitos do homem. Muitas outras festas foram, se não instituídas e celebradas, pelo menos decretadas ou propostas.

Como coroamento foi inventado um calendário republicano inteiramente baseado na agricultura. Era uma consagração solene do novo culto, o culto da Natureza.

Tal foi o resultado fatal das idéias que a Renascença tinha semeado nos espíritos. A Reforma havia ensaiado uma realização tímida, imperfeita: contentara-se em

³ Na festa do Ser supremo, é a natureza que recebe as homenagens de Robespierre e dos representantes da nação. Ver *À la recherche d'une religion civile*, pelo abade Sicard, p. 133-134. Tomamos emprestados dessa obra os fatos aqui referidos.

⁴ *Moniteur* dos dias 9, 10 e 11 do pluvioso, ano VII. (*Pluvioso* era o quinto mês do calendário republicano francês – N. do T.).

⁵ Discurso de 5 de novembro de 1793. *Moniteur* do dia 8.

⁶ *Vendemiário* era o primeiro mês do calendário republicano francês. (N. do T.)

corromper o cristianismo; a Revolução o aniquilou tanto quanto dependia dela, e sobre suas ruínas edificou altares à Razão e à Volúpia.

Sabemos para onde conduziu o naturalismo que, no pensamento de seus promotores, devia exaltar a dignidade do homem. Barbé-Marbois, em seu relatório ao Conselho dos Anciãos, denunciava a juventude escolar como “ultrapassando em seus excessos todos os limites, e até aqueles que a própria natureza parece ter fixado para as desordens da infância”. E, na outra extremidade da vida, todos os documentos da época mostram-nos os mortos entregues a “coveiros impuros”, as famílias que se habituam a “considerar os restos de um marido, de um pai, de um filho, de um irmão, de uma irmã, de um amigo, como aqueles de qualquer outro animal dos quais nos livramos”. Em 1800, o cidadão Cambry, encarregado pela administração central do Sena para fazer um relatório sobre o estado das sepulturas em Paris, acreditou não poder publicá-lo senão em latim, tanto havia de vergonhoso nesses funerais bárbaros. Frequentemente os corpos eram dados como comida aos animais.

Todos os que tinham conservado alguma honestidade se espantavam com a desordem dos costumes chegada assim ao cúmulo. Com a ruína dos costumes e a abolição do culto cristão tinham chegado a bancarrota e a miséria.

Tal foi a manifestação da civilização moderna em seu primeiro ensaio. Aquele ao qual estamos entregues atualmente não terá um fim melhor.

Ruína, miséria, desordem moral não podiam durar e se agravar para sempre. O clamor público reclamava o restabelecimento do culto católico. Ele jamais deixara de ser praticado, ainda que com risco de vida: padres tinham permanecido no meio das populações, as quais se expunham a todos os perigos para favorecer o exercício do santo ministério.

Em 1800 a obra da restauração se impunha, todas as criações destinadas a substituir o cristianismo tinham caído num descrédito absoluto e universal. Os Conselhos Gerais eram unânimes em reconhecer e declarar essa realidade.⁷ Napoleão chegou. Se ele restabeleceu, de comum acordo com Pio VII, a Igreja na França, ele também tomou medidas — através dos artigos orgânicos, da instituição da Universidade, do Código Civil etc. — para que a civilização cristã não pudesse retomar seu completo domínio sobre as almas e não fosse restaurada nas instituições.

Ele não fez, como se disse muito bem, senão represar a Revolução.

A Revolução pôde pois retomar seu curso com uma espécie de regularidade que vai ser mantida até que seja chegado o momento de uma desordem completa e dessa vez definitiva, como ela crê, da civilização cristã e de tudo o que foi edificado em nome de Cristo, para estabelecer sobre as ruínas da ordem sobrenatural o reino do naturalismo, a deificação do homem.



⁷ Análise das atas dos Conselhos Gerais dos Departamentos dos anos VIII e IX. Biblioteca Nacional.

CAPÍTULO VI

A REVOLUÇÃO, UMA DAS ÉPOCAS DO MUNDO

No início do século XIX podia-se acreditar que a Revolução Francesa fora principalmente uma revolução política e que, terminada essa revolução, a sociedade iria readquirir sua estabilidade. Hoje não se pode mais ter essa ilusão, mesmo que se considere a Revolução apenas no seu primeiro período. Como disse Brunetière: “A grandeza dos acontecimentos [da Revolução Francesa] transborda e ultrapassa em todos os sentidos a mediocridade daqueles que crêem ser ou que cremos serem seus autores. É prodigiosa a desproporção entre a obra e os operários. Uma corrente mais forte do que eles os arrasta, os carrega, fá-los rolar, quebra-os... e continua a correr”.

Assim que o duque de Rochefoucault-Liancourt acordou Luís XVI para anunciar-lhe a queda da Bastilha, o rei perguntou: “Então isso é uma revolta?” O duque respondeu: “Não, *sire*, é uma revolução”. Ele não disse o bastante; não era *uma revolução*, mas A REVOLUÇÃO que surgia.

O que aparece à primeira vista na Revolução, o que de Maistre viu nela e assinalou desde o dia em que se pôs a considerá-la, e o que nós vemos no presente momento com mais evidência ainda, é o ANTICRISTIANISMO. A Revolução consiste essencialmente na revolta contra Cristo, e mesmo na revolta contra Deus, mais ainda, na negação de Deus. Seu objetivo supremo é subtrair o homem e a sociedade ao sobrenatural. A palavra LIBERDADE, na boca da Revolução, não tem outro significado: liberdade para a natureza humana ser dela, como Satã quis se pertencer, e isto, como explicaremos mais adiante, por instigação de Lúcifer, que quer recobrar a supremacia que a superioridade de sua natureza lhe dava sobre a natureza humana, e da qual foi despojado pela elevação do cristão à ordem sobrenatural. E é por isso que J. de Maistre justissimamente caracterizou a Revolução com essa palavra: “satânica”.

“Sem dúvida, a Revolução Francesa percorreu um período cujos momentos, todos, não são semelhantes entre si; no entanto, seu caráter geral não variou, e mesmo no seu berço ela provou o que ela devia ser”. “Há na Revolução um caráter *satânico* que a distingue de tudo o que já se viu e talvez de tudo o que se verá. Ela é satânica na sua essência”.¹

Em 1849, Pio IX disse — nós já lembramos essas palavras — com mais autoridade ainda: “A Revolução é inspirada pelo próprio Satã; seu objetivo é destruir da base ao topo o edifício do cristianismo, e reconstruir sobre suas ruínas a ordem social do paganismo”.

Após nossos desastres de 1870-1871, Saint-Bonnet dizia: “A França trabalha há um século para afastar de todas as suas instituições Aquele a quem ela deve Tolbiac, Poitiers, Bouvines e Denanin, quer dizer, Aquele ao Qual ela deve seu território, sua existência! Para mostrar todo seu ódio contra Ele, para fazer-Lhe a injúria de expulsá-Lo para fora das muralhas de nossas cidades, a seita estimula, desde 1830, uma imprensa odiosa a aguardar impientemente a época da festa desse “Cristo que ama os Francos”, dAquele que se fez “Homem para salvar o homem, que se fez Pão para alimentá-lo!” E conclui: “E a França indaga qual a causa de suas infelicidades”.

¹ *Oeuvres complètes de J. de Maistre*, t. I, pp. 51, 52, 55, 303.

Ao ódio contra Cristo, que não se teria crido possível no seio do cristianismo, junta-se a revolta contra Deus.²

Há razões para crer que uma tal revolta contra Deus não pôde ter ocorrido nem mesmo no ardor do grande combate entre Lúcifer e o arcanjo São Miguel.

É preciso ter o espírito limitado do homem para se levantar contra o Infinito. É preciso também corrupção e extrema baixeza do coração.

O que não se via, vê-se hoje. “A Revolução é a luta entre o homem e Deus; quer ser o triunfo do homem sobre Deus”. Eis o que declaram os que dizem que no momento atual trata-se de saber quem vencerá: a Revolução ou a Contra-Revolução.

Assim, Saint-Bonnet não diz nada de mais, não diz talvez bastante, quando afirma que “o tempo presente não pode ser comparado senão àquele da revolta dos anjos”. E conseqüentemente, de Maistre, Bonald, Donoso-Cortés, Blanc de Saint-Bonnet e outros concordam em afirmar: “O mundo não pode permanecer como está”.

Ou ele chega ao fim, no ódio que o Anticristo tornará mais generalizado e mais violento contra Deus e Seu Cristo; ou ele se encontra na véspera da maior misericórdia que Deus possa ter exercido nesse mundo, afora o Ato Redentor.

Eis aí o estado em que nos encontramos, aquele que a Revolução criou, aquele que não deixou de existir desde os primeiros dias da Revolução, sob o império da qual nós sempre estamos.

Em 1796, dois anos após a queda de Robespierre, J. de Maistre escrevia: “A revolução não terminou, nada lhe pressagia o fim. Ela já produziu grandes infelicidades, ela anuncia ainda maiores”.³

Na véspera do dia em que parecia aos espíritos superficiais que a sagração de Napoleão ia tornar estável a nova ordem de coisas, ele escrevia a de Rossi (3 de novembro de 1804): “Estaríamos tentados a crer que tudo está perdido, mas acontecerão coisas pelas quais ninguém espera... Tudo anuncia uma convulsão geral do mundo político”.⁴

No apogeu da epopéia napoleônica: “Jamais o universo viu nada igual! O que devemos ver ainda? Ah! como estamos longe do último ato ou da última cena dessa pavorosa tragédia!” “Nada anuncia o fim das catástrofes, e tudo, ao contrário, anuncia que elas devem perdurar”.⁵ Foi em 1806 que ele formulou esse prognóstico. No ano seguinte, ele convidava de Rossi a fazer com ele esta observação: “Quantas vezes, desde a origem desta terrível Revolução, tivemos todas as razões do mundo para dizer: *Acta est fabula?* E no entanto a peça sempre continua... Tanto isso é verdadeiro que a sabedoria consiste em saber encarar com olhar firme esta época como o que ela é, quer dizer, UMA DAS MAIORES ÉPOCAS DO UNIVERSO; desde a invasão dos bárbaros e da renovação da sociedade na Europa, nada de igual se passou no mundo; é preciso tempo para semelhantes operações, e repugna-me acreditar que o mal não possa ter fim, ou que ele possa terminar amanhã... Estando o mundo político absolutamente transtornado, até nos seus fundamentos, nem a geração atual, nem provavelmente aquela que a sucederá, poderá ver o cumprimento de tudo o que se prepara... Nós teremos essa situação talvez por dois séculos...

² Em uma de suas cartas a d'Alembert, Voltaire assinala como caráter especial de Damilaville “odiar a Deus” e trabalhar para fazê-Lo odiado. É sem dúvida por isso que ele lhe escrevia mais freqüentemente e com mais intimidade do que a todos os seus outros adeptos.

Após a morte desse infeliz, falido e separado de sua mulher, Voltaire escrevia isto: “Chorarei Damilaville toda a minha vida. Eu amava a intrepidez de seu coração. Ele tinha o entusiasmo de São Paulo (quer dizer, tanto zelo para destruir a religião quanto São Paulo tinha para estabelecê-la): ERA UM HOMEM NECESSÁRIO.

³ *Ibid.*, t. I, p. 406.

⁴ *Oeuvres complètes de J. de Maistre*, t. IX, pp. 250-252.

⁵ *Ibid.*, t. X, pp. 107-150.

Quando penso em tudo o que ainda deve acontecer na Europa e no mundo, parece-me que a Revolução começa”.⁶

Vem a restauração dos Bourbons. Ele jamais deixara de anunciar, com uma imperturbável segurança, apesar da chegada do Império, da sagração de Bonaparte e da marcha constantemente triunfante de Napoleão através da Europa, que o rei retornaria. Sua profecia se realiza; ele revê os Bourbons sobre o trono de seus pais e diz: “Um certo *não-sei-o-quê*, anuncia que NADA acabou”. “O cúmulo da infelicidade para os franceses seria acreditar que a Revolução terminou e que a coluna foi recolocada porque foi reerguida. Deveis acreditar, ao contrário, que o espírito revolucionário é sem comparação mais forte e mais perigoso do que era há alguns anos. Que pode o rei quando a inteligência de seu povo está apagada?”⁷ “Nada é estável ainda, e vêem-se de todos os lados sementes de infelicidade”.⁸ “O estado atual da Europa (1819) causa horror; o da França, particularmente, é inconcebível. A Revolução está de pé sem dúvida, e não somente está de pé, mas ela caminha, corre, se precipita. A única diferença que percebo entre esta época e aquela do *grande Robespierre*, é que então as cabeças caíam e que hoje elas viram. É infinitamente provável que os franceses nos propiciarão ainda uma tragédia”.⁹

Essa nova tragédia não se anuncia próxima?

O que dava a J. de Maistre essa segurança de visão é que ele tinha sabido dirigir seu olhar por cima dos fatos revolucionários dos quais era testemunha, até suas causas primeiras.

“Desde a época da Reforma, dizia, e mesmo depois daquela de Wiclef, existiu na Europa um certo espírito terrível e invariável que tem trabalhado sem descanso para derrubar as monarquias européias e o cristianismo... Nesse espírito destruidor têm vindo se enxertar todos os sistemas antisociais e anticristãos que apareceram em nossos dias: *calvinismo, jansenismo, filosofismo, iluminismo* etc. (acrescentemos: liberalismo, internacionalismo, modernismo); tudo isso não forma senão um todo e não deve ser considerado senão como uma única seita que jurou a destruição do cristianismo e de todos os tronos cristãos, mas sobretudo e antes de tudo a destruição da casa de Bourbon e da Sé de Roma”.¹⁰

Não somente de Maistre via a Revolução ter, no tempo, uma estabilidade que se estende por quatro séculos, mas ele a via, no espaço, atingir todos os povos.

No cabeçalho de um memorial endereçado em 1809 a seu soberano, Victor-Emanuel I, ele dizia: “Se há alguma coisa evidente, é a imensa base da Revolução atual, que não tem outras fronteiras que não o mundo”.¹¹

“As coisas se conjugam para uma confusão geral do globo”.

“É uma época, uma das maiores épocas do universo”, dizia sem cessar, vendo na Revolução tão grandes preliminares e uma tão grande superfície. E acrescentava: “Infelizes as gerações que assistem às épocas do mundo!”¹²

“A Revolução Francesa é uma grande época, e suas conseqüências de todos os gêneros serão sentidas muito além do tempo de sua explosão e dos limites de seu centro”.¹³ “Quanto mais eu examino o que sucede, mais me persuado de que

⁶ *Ibid.*, t. XI, p. 284.

⁷ *Oeuvres complètes de J. de Maistre*, t. II, *Du Pape*. Int.

⁸ *Ibid.*, t. XIII, pp. 133-188.

⁹ *Ibid.*, t. XIV, p. 156.

¹⁰ *Oeuvres complètes de J. de Maistre*, t. VIII, p. 312.

¹¹ *Ibid.*, t. XI, p. 232.

¹² *Ibid.*, t. VIII, p. 273.

¹³ *Ibid.*, t. I, n. 26.

assistimos à uma das maiores épocas do gênero humano”.¹⁴ “O mundo está num estado de parto”.

Estado de parto, é exatamente isto que faz com que um tempo seja uma época. Houve a época do dilúvio, que deu à luz a nova geração dos homens; a época de Moisés, que concebeu o povo precursor; a época de Cristo, que deu à luz o povo cristão.

A época da Revolução, é a época do mais agudo antagonismo entre a civilização cristã e a civilização pagã, entre o naturalismo e o sobrenatural, entre Cristo e Satã.

Qual será o resultado dessa luta? Lúcifer e os seus pensam em triunfar. Os judeus dizem que a vinda de seu Messias, que o reino do Anticristo está próximo, e que esse reino abrirá, em proveito deles, a maior época do mundo.

Nós esperamos que nossos leitores, após terem lido este livro, compartilhem conosco a convicção exatamente oposta. A derrota da Revolução inaugurará o reino social de Nosso Senhor Jesus Cristo sobre o gênero humano, formando um só rebanho sob um só Pastor.



¹⁴ *Ibid.*, t. IX, p. 358.

CAPÍTULO VII

O QUE FAZ E DIZ A REVOLUÇÃO NOS DIAS ATUAIS

No discurso que pronunciou em 28 de outubro de 1900 em Toulouse, como introdução à discussão da lei sobre as associações religiosas, Waldeck-Rousseau colocou nestes termos a questão que, naquele momento, mantinha a França em suspenso e o mundo atento ao que se passava entre nós.

“Neste país, em que a unidade moral construiu, através dos séculos, a força e a grandeza, duas juventudes, menos separadas por suas condições sociais do que pela educação que recebem, crescem sem se conhecer, até o dia em que elas se reencontrarão, tão dessemelhantes que estarão sujeitas a não mais se compreender. Pouco a pouco se preparam, assim, duas sociedades diferentes — uma cada vez mais democrática, levada pela larga corrente da Revolução, a outra cada vez mais imbuída de doutrinas que se acreditava não terem sobrevivido ao grande movimento do século XVIII — e destinadas um dia a se chocar”.

O fato observado nessas linhas por Waldeck-Rousseau é real. Há, com efeito, não somente duas juventudes, mas duas sociedades na nossa França. Elas não aguardam o futuro para se chocar, elas se enfrentam e faz muito tempo. Essa divisão do país contra ele mesmo remonta além da época assinalada por Waldeck-Rousseau, além do século XVIII. Ela é notada já no século XVI, nos longos esforços que os protestantes fizeram para constituir uma nação dentro da nação.

Para reencontrar a unidade moral que construiu, através dos séculos, a força e a grandeza de nossa pátria, coisa que Waldeck-Rousseau lamenta, é preciso transportar-se mais longe ainda. Foi a Renascença que começou a fazer a divisão das idéias e dos costumes, que permaneceram cristãos entre uns e retornaram ao paganismo entre outros. Mas após mais de quatro séculos, o espírito da Renascença ainda não pôde triunfar sobre o espírito do cristianismo e refazer, em sentido oposto, a unidade moral do país. Nem as violências, nem as perfídias e as traições da Reforma; nem a corrupção dos espíritos e dos costumes empreendida pelo Filosofismo; nem os confiscos, os exílios, os massacres da Revolução, não puderam ter razão contra as doutrinas e as virtudes com as quais o cristianismo embebeu a alma francesa durante quatorze séculos. Napoleão viu esse espírito de pé sobre as ruínas acumuladas pelo Terror, e não encontrou nada melhor do que deixá-lo viver, recusando-lhe, todavia, os meios de restaurar plenamente a civilização cristã. Daí o conflito com as alterações diversas, entretido, como nota Waldeck-Rousseau, não tanto pela diversidade das classes sociais quanto pela presença das duas educações: a educação universitária fundada por Napoleão, e a educação cristã que se manteve nas famílias, na igreja, e, por conseguinte, no ensino livre.

Assim, pois, a Igreja está sempre presente, continuando a dizer que a verdadeira civilização é aquela que dá resposta à verdadeira condição do homem, aos destinos que seu Criador lhe traçou e àqueles que seu Redentor tornou possíveis; e que, conseqüentemente, a sociedade deve ser constituída e governada de tal maneira que favoreça os esforços dirigidos para a santidade.

E a Revolução também está sempre presente, dizendo que o homem tem apenas um fim terreno, que a inteligência lhe foi dada para satisfazer seus apetites; e que, por conseqüência, a sociedade deve ser organizada de tal maneira que consiga oferecer a todos a maior soma possível de satisfações mundanas e carnavais.

Aí não há somente divisão, mas conflito; conflito patente após a Renascença, conflito surdo desde as origens do cristianismo; porque, a partir do dia em que a Igreja se esforçou em estabelecer e propagar a verdadeira civilização, ela encontrou diante de Si os maus instintos da natureza humana para Lhe resistir.

“É preciso acabar com isso de uma vez por todas, dissera Raoul Rigault ao conduzir os reféns ao muro de execuções; faz cento e dezoito anos que isso dura, é tempo de acabar com isso”. É preciso acabar de vez com isso! Foi essa a palavra do Terror, foi essa a palavra da Comuna. É a palavra de Waldeck-Rousseau. As duas juventudes, as duas sociedades devem se chocar num conflito supremo; uma, levada pela larga corrente da Revolução, a outra sustentada e empurrada pelo sopro do Espírito Santo ao encontro das ondas revolucionárias.

É preciso que uma triunfe sobre a outra.

Instruída pela experiência, a seita da qual Waldeck-Rousseau se fez mandatário, emprega, para chegar a seus fins, meios menos sanguinários do que em 93, porque ela acredita serem mais eficazes.

O primeiro desses meios foi a abolição das congregações religiosas. Waldeck-Rousseau, no discurso de Toulouse, expôs nestes termos a razão da prioridade a dar à lei que as fazia desaparecer: “Semelhante fato (a coexistência de duas juventudes, de duas sociedades) não se explica pelo jogo das opiniões: ele supõe um *substratum* de influências outrora mais escondidas e hoje mais visíveis, um poder que nem mesmo é oculto, e a constituição no Estado de uma potência rival”. Esse *substratum* de influências, essa potência rival, que Waldeck-Rousseau assim denunciava, ele pretendia encontrá-las nas congregações religiosas. “Aí está, continuou ele, uma situação intolerável e que todas as medidas administrativas foram impotentes para fazer desaparecer. Todo esforço será vão, durante todo o tempo em que uma legislação racional, eficaz, não tiver substituído uma legislação a um só tempo ilógica, arbitrária e inoperante”.

Waldeck-Rousseau proporcionou-nos essa legislação eficaz, de comum acordo com o Parlamento. Ela tinha sido longamente estudada, sabiamente preparada nas lojas para o efeito a ser alcançado; ela foi votada e promulgada em todos os pontos, sem obstáculo, e mais tarde aperfeiçoada por resoluções, decretos e medidas que parecem não mais deixar na França nenhum refúgio para a vida monástica e, logo, para o ensino religioso .

No entanto, a supressão das congregações não põe fim ao conflito. Waldeck não o ignorava. Assim, tivera o cuidado de dizer que “a lei das associações é apenas um ponto de partida”. De fato. Suponhamos que todas as congregações desapareçam, sem esperança de ressurreição: seria ingênuo crer que a idéia cristã desapareceria com elas. Atrás de seus batalhões se encontra a Santa Igreja Católica. E é a Igreja quem diz, não somente ao congregacionistas, mas a todos os cristãos e a todos os homens: “Vosso fim último não está aqui em baixo; aspirai a mais alto”. É nEla que se encontra, para falar como Waldeck-Rousseau, esse *substratum* de influências que não deixou de agir há mais de dezoito séculos. É Ela que seria preciso destruir para matar a idéia.¹ Waldeck-Rousseau sabe disso, e foi por isso que apresentou sua lei como sendo somente um ponto de partida.

“A lei sobre as associações é, a nosso ver, o ponto de partida da maior e da mais livre evolução social, e também a garantia indispensável das prerrogativas mais necessárias da sociedade moderna”.

Uma EVOLUÇÃO SOCIAL, eis aí, segundo o desejo do próprio Waldeck-Rousseau, o que é preparado pela lei que ele se propusera então apresentar à sanção do Parlamento, e que atualmente está em vigor.

¹ Em 12 de julho de 1909, Clemenceau disse da tribuna: “Nada será feito neste país enquanto não se tiver mudado o estado de espírito que nele introduziu a autoridade católica”.

A evolução social desejada, perseguida, é, veremos em toda a sequência desta obra, a saída, sem esperança de retorno, das vias da civilização cristã, e a marcha para frente nas vias da civilização pagã.

Como pode a destruição das congregações religiosas ser o “ponto de partida”?

Ah! é que a só presença dos religiosos no meio do povo cristão é um sermão contínuo, que não o deixa perder de vista o fim último do homem, a finalidade principal da sociedade e o caráter que deve ter a verdadeira civilização. Vestidos com um hábito especial que marca o que eles são e o que eles pretendem neste mundo, eles dizem às multidões em meio às quais circulam, que somos todos feitos para o Céu e que devemos tender a ele. A esse sermão mudo acrescentam o de suas obras, obras de dedicação que não pedem retribuição aqui em baixo, e que afirmam, por esse desinteresse, que há uma recompensa maior que todos devem ambicionar. Enfim, seu ensinamento nas escolas e no púlpito não cessa de semear na alma das crianças, de fazer crescer na alma dos adultos, de propagar em todas as direções, a fé nos bens eternos. Não existe nada que se oponha mais diretamente e mais eficazmente ao restabelecimento da ordem social pagã. Não existe nada cujo desaparecimento a ressurreição dessa ordem projetada, desejada, perseguida há quatro séculos, requeira com mais urgência.² Pelo tempo em que os monges estão presentes, agem e ensinam, há e haverá não somente duas juventudes, mas duas França, a França católica e a França maçônica, tendo uma e outra ideais diferentes e mesmo opostos, lutando entre si para fazer triunfar cada qual o seu. E como a maçonaria, assim como o catolicismo, se estende ao mundo inteiro, e como por toda a parte as duas Cidades estão uma em face da outra, também em toda a parte se vê ao mesmo tempo o mesmo engajamento na mesma batalha. Em toda a parte a guerra está declarada aos religiosos, em toda a parte a palavra de ordem é expulsá-los, desbaratá-los. Quantas leis, quantos decretos a franco-maçonaria fez promulgar contra eles, em todos os países, somente no século XIX.

Mas a abolição da vida monástica não é e não pode ser, como diz Waldeck-Rousseau, senão “um ponto de partida”. Depois dos religiosos vêm os padres, e mesmo que os padres viessem a ser dispersos, a Igreja permaneceria, com nos dias das Catacumbas, para manter a fé num certo número de famílias e num certo número de corações; e um dia ou outro, a fé traria de volta padres e religiosos, como ela o fez em 1800.

É preciso, pois, algo mais.

² No século XV como hoje, os monges foram atacados pelos humanistas da Renascença, porque eles representavam o ideal cristão da renúncia. Os humanistas levavam o individualismo até ao egoísmo; por seu voto de obediência e de permanência, os monges combatiam o egoísmo e o suprimiam. Os humanistas exaltavam o orgulho de espírito; os monges exaltavam a humildade e a abjeção voluntárias. Os humanistas glorificavam a riqueza; os monges faziam voto de pobreza. Os humanistas, enfim, legitimavam o prazer sensual; os monges mortificavam a carne pela penitência e pela castidade. A Renascença pagã percebeu tão bem essa oposição que ela se encarnçou contra as Ordens Religiosas com tanto ódio quanto nossos modernos sectários.

Quanto mais rigorosa era uma observância religiosa, mais ela excitava as cóleras do humanismo.

(*L'Eglise et les Origines de la Renaissance*, por Jean Guéraud, p. 305).

Os enciclopedistas tiveram relativamente aos religiosos os mesmos sentimentos dos humanistas.

Em 24 de março de 1767, Frederico II, rei da Prússia, escrevia a Voltaire: “Percebi, e, como eu, outros, que os lugares onde há mais conventos de monges são aqueles em que o povo está mais cegamente preso à superstição (ao cristianismo). Não há dúvida de que, se se conseguir destruir esses asilos de fanatismo, o povo se tornará um pouco indiferente e morno a respeito dos objetos que atualmente são os de sua veneração. Seria preciso começar a destruir os claustros, pelo menos começar a diminuir-lhes o número...”

Primeiro, acabar de subjugar a Igreja, depois aniquilá-La. Tentaram subjugar-La através da “estrita execução da Concordata”; esperam chegar a aniquilá-La através da lei da separação entre a Igreja e o Estado.



CAPÍTULO VIII

PARA ONDE CAMINHA A CIVILIZAÇÃO MODERNA

A necessidade de suprimir a Igreja para assegurar o triunfo da civilização moderna foi o que Waldeck-Rousseau tinha dado a entender no discurso de Toulouse. Foi o que Viviani disse brutalmente, em 15 de janeiro de 1901, do alto da tribuna.

“Estamos encarregados de preservar de todo atentado o patrimônio da Revolução... Apresentamo-nos aqui carregando em nossas mãos, além das tradições republicanas, essas tradições francesas atestadas por *séculos de combate, nos quais, pouco a pouco, o espírito laico foi se insinuando nas estreitezas da sociedade religiosa...* Nós não estamos apenas frente à frente com as congregações, *nós estamos frente à frente com a Igreja católica...* Sob esse combate de um dia não é verdade que se reencontra mais uma vez esse conflito formidável em que o poder espiritual e o poder temporal disputam prerrogativas soberanas, tentando, no conquistarem as consciências, manter até o fim *a direção da humanidade?*”

“Como eu dizia no início, credes que esta lei nos leva à última batalha? Mas esta é apenas uma escaramuça relativamente às batalhas do passado e do futuro! A verdade é que aqui se reencontram, segundo a bela expressão de de Mun em 1878,¹ a sociedade baseada na vontade do homem e a sociedade baseada na vontade de Deus. Trata-se de saber se, nessa batalha, uma lei sobre as Associações vai ser suficiente para nós. *As Congregações e a Igreja não vos ameaçam apenas por suas intrigas, MAS PELA PROPAGAÇÃO DA FÉ...* Não temais as batalhas que se vos oferecerão, ide; e se encontrardes diante de vós essa religião divina que torna poético o sofrimento mediante promessa de reparações futuras, *oponde-lhe a religião da humanidade* que, ela também, torna poético o sofrimento, oferecendo-lhe como recompensa a felicidade das gerações”.

Eis aí a questão claramente posta.

Ouvem-se nessas palavras menos os pensamentos pessoais de Viviani do que os da seita anticristã. Ela declara lutar há séculos contra a Igreja Católica: ela se vangloria de já ter obtido que o espírito laico se insinuasse pouco a pouco nas estreitezas da sociedade religiosa; ela diz que, no esforço feito para destruir as congregações, ela empenha apenas uma escaramuça, e que, para garantir o triunfo definitivo, ela deverá aplicar-se a novas e numerosas batalhas.

Em seu nome, Viviani declara que na batalha atual trata-se de coisa muito diferente da “defesa republicana”, de um lado, e da aceitação da forma de governo, de outro lado. Eis do que se trata: “insinuar o espírito laico nas estreitezas da sociedade religiosa”, “tomar as rédeas da humanidade”, “e destruir a sociedade baseada na vontade de Deus, para construir uma sociedade nova, baseada na vontade do homem”.²

¹ Ou melhor, em 22 de maio de 1875, no encerramento do congresso católico de Paris.

² Conhecemos a palavra de ordem dada por Gambetta: “O clericalismo, eis o inimigo!” e em que circunstâncias ele a pronunciou... A república de centro-direita, inaugurada com o septenato do marechal Mac-Mahon, devia logo se eclipsar diante de uma república de centro-esquerda. Buffet fora substituído no comando do ministério por Dufaure. Dufaure, cansado de ter sempre de resistir às exigências dos radicais, pediu demissão. Mac-Mahon chamou, então, ao poder a esquerda, na pessoa de Jules Simon. Jules Simon fez à extrema-esquerda as concessões que Dufaure fizera à esquerda e Buffet à centro-

Eis porque a guerra declarada contra as congregações é apenas um alistamento. A verdadeira campanha é aquela que põe frente a frente a Igreja Católica e o Templo maçônico, isto é, a Igreja de Deus e a Igreja de Satã, conflito formidável do qual depende a sorte da humanidade. Durante o tempo em que a Igreja estiver de pé, Ela propagará a fé, Ela colocará no coração dos que sofrem — e quem não sofre? — as esperanças eternas. É somente sobre suas ruínas, pois, que se poderá edificar “a religião da humanidade, que promete a felicidade sobre esta terra”.

A continuação da discussão, no Senado assim como na Câmara, apenas acentuou a importância dessas declarações. Algumas curtas citações mostrarão que o discurso de Waldeck-Rousseau e de Viviani têm exatamente o significado que acabamos de dar.

Jacques Piou: “Aquilo que os socialistas querem, Viviani disse-o outro dia, sem rebuços. É arrancar as consciências do poder espiritual e conquistar a direção da humanidade”. O orador é interrompido por um membro da esquerda que lhe grita: “Não são somente os socialistas que o querem, são todos os republicanos”.

Piou não contradiz. Ele lê um discurso em que Bourgeois afirmara: “Desde que o pensamento francês se liberalizou, desde que o espírito da Reforma, da Filosofia e da Revolução entrou nas instituições da França, o clericalismo é o inimigo”. Bourgeois interrompe; Viviani replica: “A citação que fiz é exata, e Bourgeois mantém-na por inteiro. Ele a mantém porque ela constitui o fundo de seu pensamento; ela explica seu ardor em sustentar a lei sobre as associações, porque a lei sobre as associações é a vitória do espírito da Revolução, da Filosofia e da Reforma sobre a afirmação católica”.

Na sessão de 22 de janeiro, Lasies repõe a questão em seu verdadeiro terreno, nestes termos: “Há duas frases, direi dois atos, que dominam todo este debate. A primeira frase foi pronunciada por nosso nobre colega Viviani. Ele disse: “Guerra ao catolicismo!” Levantei-me e respondi-lhe: “Obrigado, eis o que é franqueza!” Uma outra palavra foi pronunciada, e esta pelo digno Léon Bourgeois. A convite de Piou, Bourgeois afirmou novamente que o objetivo que ele persegue com seus amigos é substituir o espírito da Igreja, isto é, o espírito do catolicismo, pelo espírito da Reforma, pelo espírito da Revolução e pelo espírito da Razão. Essas palavras pairam sobre o debate, dominam-no, e quero tratar disso face a face, porque aí está toda a questão, desimpedida dos subterfúgios da linguagem e das hipocrisias da discussão”.

Em 11 de março, C. Pelletan declara também que a luta atual se interliga ao grande conflito envolvendo os *direitos do homem* e os *direitos de Deus*. “Eis o conflito que paira acima de tudo neste debate”.

esquerda. Mac-Mahon quis remediar as coisas. Em 16 de maio ele endereçou a J. Simon uma carta que este interpretou como um pedido de demissão. O presidente então encarregou de Broglie de formar o Gabinete, e, em 18 de maio, encaminhou às Câmaras uma mensagem na qual, após ter-lhes explicado sua conduta, adiava os trabalhos por um mês, na forma do artigo 24 da Constituição.

Durante esse recesso, no dia 1º de junho de 1877, Gambetta recebeu uma delegação da juventude das Faculdades de Direito, Medicina etc., e disse-lhes uma palavra que jamais deveria ser esquecida, porque nenhuma outra lança luz mais clara sobre o quarto de século que acaba de passar e sobre o caráter da luta atual. “*Nós fingimos*, disse ele, *combater em favor da forma de governo*, pela integridade da Constituição. A LUTA É MAIS PROFUNDA: *a luta é contra tudo o que resta do velho mundo*, ENTRE OS AGENTES DA TEOCRACIA ROMANA E OS FILHOS DE 89.

Um inglês, Bodley, após longa pesquisa feita na França, publicou-a sob o título: A FRANÇA, *Ensaio sobre a História e o Funcionamento das Instituições Políticas Francesas*. Esse dito de Gambetta pode ser lido na página 201.

Quanto ao grito de guerra “O clericalismo, eis o inimigo!”, Gambetta declarou na tribuna, em 1876, que ele o tomara de Peyrat. Peyrat, com efeito, tinha escrito, no tempo do Império, no *Opinion Nationale*, esta frase: “O catolicismo, eis o inimigo!” Substituindo a palavra catolicismo pela palavra clericalismo, Gambetta usava a hipocrisia familiar aos franco-maçons.

Em 28 de junho, no encerramento da discussão, o abade Gayraud pensa dever, antes da votação, lembrar aos deputados o que eles vão fazer, sobre o que eles vão se pronunciar. “A lei que ides votar não é uma lei de conciliação ou de pacificação. Está-se enganando o país com palavras. É uma lei de ódio contra a Igreja Católica. Viviani desvendou o fundo do projeto, quando *declarou da tribuna a guerra à Fé católica*”.

De Mun realiza a mesma tarefa: “Ninguém esqueceu o memorável discurso de Viviani, que permanecerá, apesar da abundância dos discursos e dos cartazes, o mais bem compreendido. Viviani vê na lei o começo da guerra contra a Igreja Católica, que é o alfa e o ômega de seu partido... No relatório que o *Officiel* publicou esta manhã e que tivemos que ler apressadamente, o digno Trouillot diz que a lei das associações é o prelúdio da separação entre as Igrejas e o Estado, que deverá ter por corolário indispensável uma lei geral sobre a disciplina dos cultos. A Câmara e o país estão, pois, esclarecidos. É a guerra aberta, declarada à Igreja Católica. Porque essa lei geral sobre a disciplina dos cultos não passará de um conjunto de prescrições de natureza a entrar, por todos os meios possíveis, os ministros do culto”.

Viviani sobe à tribuna para confirmar a ameaça de Trouillot, o qual, ademais, apenas repete o que numerosos ministros tinham dito antes dele: “No curso das sessões durante as quais o partido republicano rematou o projeto atual, tão incompleto e tão imperfeito que fosse sua forma legal, nós aderimos plenamente a ele, com o desejo bem determinado de fortificá-lo no futuro através de novas medidas”. (*Muito bem! muito bem! da extrema-esquerda*).

Quais devem ser essas medidas? Para onde devem tender? Viviani disse: “substituir a religião católica pela religião da humanidade”, ou, segundo a fórmula de Bourgeois, “dar ao espírito da Revolução, da Filosofia e da Reforma, a vitória sobre a afirmação católica”: a afirmação católica que mostra o fim do homem além deste mundo e da vida presente, e o espírito da Filosofia e da Revolução, que limita o horizonte da humanidade à vida animal e terrestre.

Se as palavras que acabamos de relatar tivessem sido pronunciadas em um clube ou numa loja maçônica, mereceriam consideração em razão de sua gravidade. Mas que elas tenham sido ditas na tribuna, e repetidas, lá ainda, com cerca de seis meses de intervalo, aplaudidas pela grande maioria dos representantes do povo, e enfim sancionadas por uma lei feita segundo o espírito que as pronunciou, eis aí, seguramente, um sério tema para meditação.

Viviani disse: “Não estamos somente enfrentando as Congregações, nós estamos face a face com a Igreja Católica”, para combatê-la, para dedicar-lhe uma guerra de EXTERMÍNIO”.

Há muito tempo este pensamento povoa o espírito dos inimigos de Deus. Há muito tempo eles se vangloriam de poder exterminar a Igreja.

Em uma carta escrita em 25 de fevereiro de 1758, Voltaire dizia: “Ainda vinte anos e Deus terá o melhor jogo”. Ao tenente de polícia Hérault, que lhe repreendia a impiedade dizendo: “O senhor se esforça em vão; apesar do que escreve, não conseguirá destruir a religião cristã”, Voltaire respondeu: “É o que veremos”.³

Deus teve o melhor jogo... contra Voltaire. No que diz respeito à Igreja, eis não vinte anos, mas cento e cinquenta anos que se passaram; e a Igreja Católica continua de pé.

Assim também será nos nossos dias, se bem que eles se sintam seguros de ter, desta vez, melhor adotado suas providências.

Em 15 de janeiro de 1881, o *Journal de Genève* publicava uma entrevista de seu correspondente em Paris com um dos chefes da maioria franco-maçônica que dominava, naquela época como hoje, a Câmara dos Deputados: “No fundo de tudo

³ Condorcet. *Vie de Voltaire*.

isso (de todas essas leis promulgadas umas após as outras), há uma inspiração dominante, um plano determinado e metódico, que se desenvolve com maior ou menor ordem, maior ou menor velocidade, mas com uma lógica invencível. O que fazemos, é o cerco em regra ao catolicismo romano, buscando nosso ponto de apoio na Concórdia. Queremos fazê-lo capitular ou quebrá-lo. Sabemos onde estão suas forças vivas e é lá que queremos atingi-lo”.

Em 1886, no número de 23 de janeiro da *Semaine Religieuse* de Cambrai, referíamos estas outras palavras pronunciadas em Lille: “Perseguiremos sem perdão o clero e tudo o que diz respeito à religião. Empregaremos contra o catolicismo meios dos quais ele próprio duvida. Faremos esforços de gênio para que ele desapareça deste mundo. Se apesar de tudo suceder que ele resista a esta *guerra científica*, serei o primeiro a declarar que ele é de essência divina”.

G. de Pascal escrevia na *Revue Catholique et Royaliste*, número de março de 1908:

“Faz muitos anos, o cardeal Mermillod me contou um episódio que retrata bem a situação, quando ele ainda estava em Genebra: o ilustre prelado via de tempos em tempos o príncipe Jerônimo Bonaparte, que morava na região de Prangins. O príncipe revolucionário apreciava muito a conversa do espiritual bispo. Um dia, ele lhe disse: “Não sou um amigo da Igreja Católica, não acredito em sua origem divina, mas conhecendo o que se trama contra ela, os esforços admiravelmente executados contra sua existência, se Ela resistir a esse assalto serei obrigado a concordar que há aí alguma coisa que ultrapassa o humano”.

Em junho de 1903, a *Vérité Française* referia que Ribot, numa conversa íntima, falara da mesma maneira: “Sei o que se prepara; conheço em detalhes as malhas da vasta rede que está estendida. Muito bem, se a Igreja romana escapa desta vez na França, isto será um milagre, milagre tão deslumbrante a meus olhos que me farei católico convosco”.⁴

Nós vimos esse milagre no passado, nós o veremos no futuro. Os jacobinos podiam crer-se muito seguros, mais seguros mesmo do sucesso do que nossos livre-pensadores; eles tiveram de reconhecer que se tinham enganado, ...e eles não se converteram. “Vi, disse Barruel em suas *Mémoires*,⁵ vi Cerutti acercar-se insolentemente do secretário do Núncio de Pio VI, e com uma alegria ímpia, com o sorriso da piedade, dizer-lhe: “Protegi bem vosso Papa; protegi bem este, e embalsamai-o bem após sua morte, porque eu vos anuncio, e podeis estar bem certo disto, não tereis outro”. Ele então não adivinhava, esse pretensso profeta, continua Barruel, que ele apareceria antes de Pio VI perante o Deus que, apesar das tempestades do jacobinismo, como apesar de tantas outras, nem por isso não estará menos com Pedro e Sua Igreja até o fim dos séculos”.

Viviani disse que se a maçonaria queria aniquilar a Igreja, era para poder substituir a religião de Cristo pela religião da humanidade.

Constituir uma nova religião, a “religião da humanidade”, é, com efeito, nós o veremos, o objetivo para o qual a franco-maçonaria direciona o movimento começado na Renascença: a libertação da *humanidade*.

Numa obra editada em Friburgo, sob o título *A deificação da humanidade, ou o lado positivo da franco-maçonaria*, o padre Patchtler bem demonstrou o significado que a maçonaria dá à palavra “humanidade” e o uso que dela faz. “Essa palavra, diz ele, é empregada por milhares de homens (iniciados ou ecos inconscientes dos iniciados), num sentido confuso, sem dúvida, mas sempre, entretanto, como o nome

⁴ Na sessão de 8 de novembro de 1909, no Senado, Ribot disse: “Manteremos a escola leiga como um instrumento necessário de progresso e de civilização”. Assim falando, Ribot não se mostrava somente como um dos iniciados, mas como participante da conspiração.

⁵ Tomo V, p. 208.

de guerra de um certo partido para uma certa finalidade, que é a *oposição ao cristianismo positivo*. Essa palavra, na boca deles, não significa somente o ser humano por oposição ao ser bestial... ela coloca, em tese, a independência absoluta do homem no domínio intelectual, religioso e político; *ela nega todo fim sobrenatural do homem*, e requer que a perfeição puramente natural da raça humana seja encaminhada pelas vias do *progresso*. A esses três erros correspondem três etapas na via do mal: *a Humanidade sem Deus, a Humanidade que se faz de Deus, a Humanidade contra Deus*. Tal é o edifício que a maçonaria pretende erguer no lugar da ordem divina que é *Humanidade com Deus*.

Quando a seita fala da religião do futuro, da religião da humanidade, é este edifício, este Templo que tem em mente.

Em 1870, por volta do fim de julho e começo de agosto, realizou-se em Metz um congresso do qual participaram as lojas de Strasbourg, Nancy, Vesoul, Metz, Châlons-sur-Marne, Reims, Mulhouse, Sarreguemines, numa palavra, todo o Este. A questão do "Ser supremo" foi colocada, e as discussões que se seguiram propagaram-se de loja em loja.

Para resumir, o *Monde Maçonnique*, edições de janeiro e maio, fez a seguinte declaração: "A franco-maçonaria nos ensina que não há senão uma só religião verdadeira, e por conseguinte uma só natural, *o culto da humanidade*. Porque, meus irmãos, Deus, *essa abstração* que, erigida em sistema, serviu para formar todas as religiões, *nada mais é do que o conjunto de todos nossos instintos* mais elevados, aos quais demos um corpo, uma existência distinta; esse Deus é apenas o produto de uma concepção generosa, mas errônea, da humanidade, que se despojou em benefício de uma quimera".

Nada mais claro: a humanidade é Deus, os direitos do homem devem substituir os da lei divina, o culto dos instintos do homem deve tomar o lugar daquele rendido ao Criador, a procura do progresso nas satisfações a dar aos sentidos deve substituir as aspirações da vida futura.

Numa sessão comum das lojas de Lyon, realizada em 3 de maio de 1882 e cujo resultado foi publicado na *Chaîne d'Union* de agosto de 1882, o I.: Régnier dizia: "É preciso não ignorar o que não é mais um mistério: que há muito tempo dois exércitos estão frente a frente, que a luta está atualmente aberta na França, na Itália, na Bélgica, na Espanha, entre a luz e a ignorância, e que uma terá razão sobre a outra. É preciso que se saiba que os Estados-Maiores, os chefes desses exércitos, são, de um lado os jesuítas (leia-se: o clero, secular e regular) e de outro os franco-maçons".

Mas a destruição da Igreja não deixará o lugar suficientemente limpo para a construção do Templo maçônico; aos clamores contra a Igreja juntam-se sempre gritos não menos raivosos contra a ordem social, contra a família e contra a propriedade. E assim deve ser, posto que as verdades da ordem religiosa entraram na própria substância dessas instituições.

A sociedade repousa sobre a autoridade, que tem seu princípio em Deus; a família, sobre o casamento que retira da benção divina sua legitimidade e sua indissolubilidade; a propriedade, sobre a vontade de Deus, Que a promulgou no sétimo e no décimo mandamento para protegê-la contra o roubo e mesmo contra a cobiça. É tudo isto que importa destruir, se se quer, como pretende a seita, fundar a civilização sobre novas bases.

Leão XIII anotou isso na sua encíclica *Humanum genus*: "Aquilo a que os franco-maçons se propõem, disse ele, aquilo para que tendem todos os seus esforços, é a completa destruição de toda a disciplina religiosa e social nascidas das instituições cristãs, e a substituição por uma outra, adaptada às suas idéias, cujo princípio e leis fundamentais são tirados do naturalismo".

As idéias e os projetos expostos na tribuna e nas lojas são a expressão de um pensamento e de uma vontade que se encontram por toda a parte. A França, a

Bélgica, a Suíça, a Itália, a Alemanha, ouvem-nos em todos os congressos democráticos, lêem-nos cada dia numa multidão de jornais.

Em 1865 realizou-se em Liège o congresso dos estudantes. Nesse congresso foram escolhidos, inicialmente, o estado-maior da internacional, depois os auxiliares de Gambetta. Mais de mil jovens, vindos da Alemanha, da Espanha, da Holanda, da Inglaterra, da França, da Rússia, estiveram presentes. Eles se mostraram unânimes em seus sentimentos de ódio contra os dogmas e mesmo contra a moral católica: unanimidade de adesão às doutrinas e aos atos da Revolução Francesa, nesta compreendidos os massacres de 1793; unanimidade de ódio contra a ordem social atual, “que não conta nem duas instituições baseadas na justiça”, expressão pronunciada na tribuna por Arnoult, redator do *Précurseur* de Anvers, e aplaudido a não mais poder pela assembleia. Um outro orador, Fontaine, de Bruxelas, terminou seu discurso com estas palavras: “Nós, revolucionários e socialistas, queremos o desenvolvimento físico, moral e intelectual do gênero humano. Nós queremos, na ordem moral, *pela supressão dos preconceitos de religião e de igreja, chegar à negação de Deus e ao livre exame*. Nós queremos, na ordem política, *pela realização da idéia republicana*, chegar à federação dos povos e à solidariedade dos indivíduos. Na ordem social, queremos, *pela transformação da propriedade, pela abolição da herança*, pela aplicação dos princípios de associação, de mutualidade, chegar à solidariedade dos interesses e à justiça! Nós queremos, primeiramente pela libertação do trabalhador, e em seguida, do cidadão e do indivíduo, e sem distinção de classes, a abolição de todo *sistema autoritário*”.

Outros falaram no mesmo sentido. É que a supressão do cristianismo não pode ser concebida sem a ruína de todas as instituições dele nascidas e nele baseadas; os homens lógicos o compreendem, os homens francos o dizem, os anarquistas o executarão.

Nesse mesmo congresso de Liège, Lafargue perguntava:

“O que é a Revolução?” E respondia: “A Revolução é o triunfo do trabalho sobre o capital, do operário sobre o parasita, do homem sobre Deus. Eis a Revolução social que comportam os princípios de 1889 e os direitos do homem levados à sua última expressão”. Ele dizia ainda: “*Faz quatrocentos anos que minamos os alicerces do catolicismo*, a mais forte máquina jamais inventada em matéria de espiritualismo; ela ainda está sólida, infelizmente!” Depois, na última sessão, lançou este grito do inferno: “Guerra a Deus! Ódio a Deus! O PROGRESSO ESTÁ AÍ! É preciso estourar o céu como um saco de papel”.

A conclusão de Lafargue foi: “Na presença de um princípio tão grande, tão puro como este (assim liberto do sobrenatural e de tudo o que tem constituído até aqui a ordem social), é preciso odiar ou provar que se ama”.

Outros franceses pediram com ele que a separação fosse a mais clara e a mais inteira entre os que odeiam e os que amam, entre os que odeiam o mal e amam o bem, e entre os que odeiam o bem e amam o mal. Regnard, parisiense, veio dizer onde a maçonaria coloca o bem e o mal: o mal no espiritualismo, o bem no materialismo. “Nós vinculamos nossa bandeira aos homens que proclamam o materialismo: todo homem que é *a favor do progresso* é também a favor da filosofia positiva ou materialista”.

Quando a palavra “progresso” e outras semelhantes caem de lábios maçônicos, encontramos católicos para recolhê-las com uma espécie de respeito e de ingênua confiança, crendo ver nelas aspirações relativas a um estado de coisas desejável. Lafargue e Regnard acabam de nos contar o que a seita, que pôs esses termos em circulação, entendeu que eles deveriam representar.

Germain Casse: “É preciso que, saindo daqui, nós sejamos de PARIS ou de ROMA, ou jesuítas, ou revolucionários”. E como sanção, ele pede “a exclusão total, completa de todo indivíduo que represente, em qualquer nível, a idéia religiosa”. Condição necessária para que possa ser estabelecida e, sobretudo, subsistir a nova ordem de coisas desejada e pedida.

Inútil prolongar essas citações, estenografadas pelos redatores da *Gazette de Liège* nas próprias mesas do congresso. Os outros jornais tiveram medo de reproduzir essas palavras em sua grande crueza. O cidadão Fontaine lembrou-os a propósito da verdade: “Um só jornal, disse ele, um só foi de boa fé, a *Gazette de Liège*, e isto porque ele é com franqueza católico, apostólico e romano. Ele publicou uma análise completa dos debates”.

No ano seguinte, no congresso de Bruxelas, o cidadão Sibrac, francês, concitou as mulheres para a grande obra; e para convencê-las disse-lhes: “Foi Eva quem lançou o primeiro grito de revolta contra Deus”. — Sabemos que um dos gritos de admiração da franco-maçonaria é: “Eva! Eva!”

Nesse congresso, também o cidadão Brismée disse: “Se a propriedade resiste à Revolução, é preciso, por decretos populares, liquidá-la. Se a burguesia resiste, é preciso matá-la”. E o cidadão Pèlerin: “Se seiscentas mil cabeças põem obstáculo, que elas caiam!”

Após os congressos de Liège e de Bruxelas houve um outro em Genebra, composto de estudantes e de operários, como em Bruxelas. Aí também Deus e a religião foram de comum acordo afastados, as idéias religiosas declaradas funestas ao povo e contrárias à dignidade humana, a moral proclamada independente da religião. Falou-se em organizar greves “*imensas, invencíveis*”, que deviam terminar pela GREVE GERAL.

Abreviemos. Um outro congresso internacional foi realizado em Haia, em 1873. O cidadão Vaillant também disse ali que a guerra ao catolicismo e a Deus não podia prosseguir sem a guerra à propriedade e aos proprietários.

“A burguesia, disse, deve contar com uma guerra mais séria do que a luta latente à qual a Internacional está atualmente condenada. E o dia da revanche da Comuna de Paris não tardará!

“Extermínio completo da burguesia: tal deve ser o primeiro ato da futura revolução social”.⁶

Se quiséssemos dar uma idéia do que foi dito e do que foi impresso nesses últimos trinta anos, iríamos ao infinito. É do conhecimento de todos que o regime republicano, sobretudo nestes últimos tempos, deixou entrar, ou mesmo propagou, em todas as classes da sociedade, as idéias mais subversivas.



⁶ Aqueles que desejarem citações mais numerosas e mais extensas, poderão encontrá-las na obra *Les Sociétés Secrètes et la Société*, de N. Deschamps, continuada por Claudio Janet.

CAPÍTULO IX

É A MAÇONARIA QUE COMANDA A GUERRA CONTRA A CIVILIZAÇÃO CRISTÃ

No dia seguinte ao da publicação da encíclica através da qual Leão XIII denunciou novamente ao mundo a franco-maçonaria como sendo o agente secreto da guerra contra a Igreja e contra toda a ordem social, o *Bulletin de la Grande Loge Symbolique Écossaise* exprimiu o pensamento da seita nestes termos:

“O mínimo que a franco-maçonaria pode fazer é agradecer ao Soberano Pontífice sua última encíclica. Leão XIII, com uma autoridade incontestável e com grande luxo de provas, acaba de demonstrar, mais uma vez, que *existe um abismo intransponível entre a Igreja, da qual ele é o representante, e a Revolução, da qual a franco-maçonaria é o braço direito*. É bom que aqueles que estão hesitantes parem de entreter vãs esperanças. É preciso que todos se habituem a compreender que *é chegada a hora de OPTAR entre a ordem antiga, que se apóia na Revelação, e a nova ordem, que não reconhece outros fundamentos que não sejam a ciência e a razão humana*, entre o espírito de autoridade e o espírito de liberdade”.¹

Este pensamento foi novamente expresso na Convenção de 1902, pelo orador encarregado de pronunciar o discurso de encerramento: “... O que nos separa? É um abismo, abismo que não será coberto senão no dia em que a triunfar a maçonaria, obreira incansável do progresso democrático e da justiça social... Até lá, nada de trégua, de repouso, de aproximação, de concessões... É a última fase da luta da Igreja e da Congregação contra nossa sociedade republicana e laica. O ESFORÇO DEVE SER SUPREMO...” Derrubada a Igreja, todo o resto ruirá.

Também *La Lanterne*, órgão oficioso de nossos governantes e da franco-maçonaria, não cessou de dizer todos os dias e em todos os tons: “Antes de qualquer outra questão, antes da questão social, antes da questão política, é preciso terminar de vez com a questão clerical. É a chave de todo o resto. Se cometermos o crime de capitular, de retardar nossa ação, de deixar o adversário escapar, logo o partido republicano e a República estarão perdidos... A Igreja não nos permitiria recomeçar a experiência. Ela sabe hoje que a República ser-Lhe-á mortal, e se esta não A matar, é Ela que matará a República. Entre a República e a Igreja existe um duelo de morte. Apressemos-nos em esmagar a infame, ou resignemo-nos a deixar a liberdade sufocada durante séculos”.

Um fato que acaba de acontecer mostra resumidamente o que será exposto na segunda e na terceira parte deste livro: como a seita age para chegar à realização de seus desígnios.

Sob vão pretexto, acontece uma revolta em Barcelona; incêndios e massacres forçam o governo espanhol a colocar a cidade em estado de sítio... O instigador Ferrer é preso. Em vez de ser fuzilado incontinenti, é entregue ao tribunal militar, que o condena à morte. O julgamento é ratificado. Despachos mentirosos são enviados aos jornais de todos os países: Ferrer não foi julgado segundo as leis. Seu defensor não pôde agir amplamente. O clero, o próprio Papa são envolvidos. “A mão sangrenta da Igreja, parte no processo, escreve *La Lanterne*, conduziu tudo; e os soldados do rei da Espanha limitam-se a executar Suas vontades. Todos os povos devem se revoltar contra essa religião de morte e de sangue”. Em apoio, uma

¹ Citado por Don Sardá y Salvany. *Le mal social, ses causes, ses remèdes*.

caricatura representa um padre segurando um punhal. Ameaças de represálias, de assassinato do rei e do Papa chovem em Madri e em Roma. Petições circulam em Paris, Roma, Bruxelas, Londres, Berlim, para protestar contra o julgamento. Ferrer é executado. Logo se produzem manifestações, várias sangrentas, nas principais cidades da França e de todos os países europeus. Por cúmulo, uma espécie de triunfo quer glorificá-lo nas ruas de Paris, com a cobertura da polícia e a participação do exército, ao canto da *Internacional*.

Os governantes são interpelados nos diversos parlamentos, protestos são assinados pelos Conselhos departamentais, municipais. Cinquenta e sete cidades da França decidem dar o nome de Ferrer a uma de suas ruas.

A espontaneidade e o conjunto prodigioso dessas manifestações por uma causa estranha aos interesses dos diversos países indica uma organização que se estende a todos os povos, tendo capacidade de ação até nas mais humildes localidades. Entre as peças do processo de Barcelona, uma há que estabelece que Ferrer pertencia à grande loja internacional, o misterioso centro de onde se exerce sobre o mundo o poder oculto da Maçonaria.

Mas eis que a seita se denuncia a si mesma.

O conselho da ordem do Grande Oriente de Paris enviou a todas as suas oficinas e a todas as potências maçônicas do mundo, um manifesto de protesto contra a execução de Ferrer. Nele o conselho reivindicava o revoltoso como um dos seus: “Ferrer era um dos nossos. Ele sentiu que a obra maçônica exprimia o mais alto ideal que pode ser dado ao homem realizar. Ele afirmou nossos princípios até o fim. O que se quis atingir nele foi o ideal maçônico.

“Diante da marcha do progresso indefinido da humanidade ergueu-se uma força de estagnação cujos princípios e ação visam a nos jogar na noite da Idade Média”.

O Grande Oriente da Bélgica apressou-se em responder ao manifesto do Grande Oriente da França: “O Grande Oriente da Bélgica, partilhando os nobres sentimentos que inspiraram a proclamação do Grande Oriente da França, se associa, em nome das lojas belgas, ao protesto indignado que este dirigiu à Maçonaria universal e ao mundo civilizado contra a sentença iníqua pronunciada e impiedosamente executada relativamente ao Irmão Francisco Ferrer”.

O Grande Oriente italiano e outros sem dúvida fizeram o mesmo: “Francisco Ferrer, honra da cultura e do pensamento modernos, apóstolo infatigável da idéia laica, foi fuzilado por ordem dos Jesuítas, no horrível calabouço da fortaleza de Montjuich, no qual ainda ressoam os gritos de inumeráveis vítimas... Um frêmito de horror percorreu o mundo, que, num sublime impulso de solidariedade humana, amaldiçoou os autores conhecidos e ocultos da morte e os vota à execração e à infâmia”.

O comitê central da Liga maçônica dos direitos do homem, reunido em sessão extraordinária em 13 de outubro de 1909, decidiu erguer um monumento à memória de Ferrer, “mártir do livre pensamento e do ideal democrático”. Ele convidou todas as organizações do livre pensamento a contribuírem para a realização desse projeto, e resolveu erguê-lo em Montmartre, em frente à igreja do Sagrado Coração.

A franco-maçonaria declarou, pois, em palavras e em atos que ela considerava e defendia Ferrer como a encarnação do “ideal maçônico”. Qual era o ideal de Ferrer? Ele mesmo o proclamou em maio de 1907, na revista pedagógica *Humanidad Nueva*, na qual expôs os princípios da “Escola moderna” que acabava de fundar com dinheiro pouco lealmente conseguido de um católico praticante e mesmo piedoso.

“Quando tivemos, faz seis anos, a imensa alegria de abrir a Escola Moderna de Barcelona, apressamo-nos em divulgar que seu sistema de ensino seria racionalista e científico. Queríamos prevenir o público de que, sendo a ciência e a razão antídotos de todo dogma, não ensinaríamos em nossa escola nenhuma religião...

“Quanto mais nos mostravam a temeridade que tínhamos em nos colocar tão francamente em face da Igreja todo-poderosa da Espanha, mais sentíamos a coragem para perseverar em nossos projetos.

“Entretanto, é necessário esclarecer que a missão da Escola moderna não se limita somente ao desejo de ver desaparecer os preconceitos religiosos das inteligências. Se bem que esses preconceitos sejam daqueles que mais se opõem à emancipação intelectual dos indivíduos, não obteríamos, com seu desaparecimento, uma humanidade livre e feliz, posto que se pode conceber um povo sem religião, mas também sem liberdade.

“Se as classes trabalhadoras se libertassem dos preconceitos religiosos e conservassem o da propriedade tal como existe no momento, se os trabalhadores acreditassem sem cessar na parábola que sempre haverá pobres e ricos, se o ensino racionalista se contentasse em disseminar noções sobre higiene e as ciências em preparar somente bons aprendizes, bons operários, bons empregados em todas as profissões, nós continuaríamos a viver mais ou menos sãos e robustos com o modesto alimento que nos proporcionaria nosso módico salário, mas não deixaríamos de ser sempre os escravos do capital.

“A Escola Moderna pretende, pois, combater todos os preconceitos que se opõem à emancipação total do indivíduo e ela adotou, com esse objetivo, o racionalismo humanitário, que consiste em inculcar na juventude o desejo de conhecer a origem de todas as injustiças sociais, a fim de que ela venha a combatê-las através dos conhecimentos que adquirir.

“Nosso racionalismo combate as guerras fratricidas, sejam internas, sejam externas, a exploração do homem pelo homem; ele luta contra o estado de servidão no qual se encontra atualmente colocada a mulher em nossa sociedade; em uma palavra, ele combate os inimigos da harmonia universal, como a ignorância, a maldade, o orgulho e todos os vícios e defeitos que dividem os homens em duas classes: os exploradores e os explorados”.

Numa carta endereçada a um de seus amigos, Ferrer manifestava de maneira ainda melhor o pensamento de sua escola: “Para não atemorizar as pessoas e para não fornecer ao governo um pretexto para fechar meus estabelecimentos, eu os chamo “Escola Moderna” e não “Escola de Anarquistas”. Porque a finalidade de minha propaganda é, confesso-o francamente, formar em minhas escolas anarquistas convictos. Meu desejo é convocar a revolução. No momento, todavia, devemos contentar-nos em implantar no cérebro da juventude a idéia do saque violento. Ela deve aprender que não existe, contra os policiais e a tonsura, senão um único meio: a bomba e o veneno”.

A instrução do processo levou à descoberta, na *villa* “Germinal”, em que ele morava, de documentos escondidos em um subterrâneo habilmente dissimulado e que tinha diversas portas de saída. Esses documentos provavam que ele era a alma de todos os movimentos revolucionários que se produziram na Espanha, desde 1872. Eis, entre outros, extratos de circulares redigidas em 1892:

“Companheiros, sejamos homens, esmaguemos esses infames burgueses... Antes de construir, arruinemos tudo... Se entre os políticos alguns apelarem à vossa humanidade, matai-os... Abolição de todas as leis... expulsão de todas as comunidades religiosas... Dissolução da Magistratura, do Exército e da Marinha... Demolição das igrejas...”

Enfim, do próprio punho de Ferrer, esta nota:

“Eu disponho de uma receita para fabricar a panclastite”.

Eis o homem que a franco-maçonaria apresentou ao mundo como professando o seu IDEAL.

Alguns dias após a execução de Ferrer, o Gabinete de Madrid foi forçado a pedir demissão; os chefes do partido liberal e do partido democrático, obedecendo sem dúvida às injunções da loja, levaram ao conhecimento de Maura que eles fariam uma obstrução irreduzível a toda medida, a todo projeto que ele apresentasse. Ora, na Espanha, sem pelo menos dois terços dos votos tudo pode ficar sempre parado e tornar-se legalmente impossível. O partido liberal e o partido democrático, ao recusarem seu concurso daquele dia em diante, tornavam a administração impossível. Essa demissão alegrou os livre-pensadores e os ateus em toda Europa. O *Action* dizia:

“Não é verdade que, no mundo inteiro, um *grande duelo*, em toda a parte o mesmo, se fere entre as Religiões e o Livre Pensamento, entre a Autocracia e a Democracia, entre o Absolutismo e a Revolução? Existem fronteiras para a Igreja e uma pátria para o Vaticano? O drama da humanidade não é jogado ao redor dessas formas internacionais que são a Convenção e a Escola? A queda do gabinete Maura, assim como a execução de Ferrer, não constituíram senão um episódio desse grande drama incessante”.

Nós nos alongamos sobre esse fato. Nada poderia melhor preparar o leitor para compreender o que vai seguir: a história da ação maçônica na França durante os dois últimos séculos, a exposição da organização da seita, de seus meios de ação e de seus procedimentos, as conjecturas sobre o resultado da luta em que se empenham a sinagoga de Satã e a Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo.

II

O AGENTE DA
CIVILIZAÇÃO MODERNA



HISTÓRICO

PRIMEIRO PERÍODO

DOS PRIMÓRDIOS À REVOLUÇÃO

CAPÍTULO X

A FRANCO-MAÇONARIA NOS SEUS PRIMÓRDIOS

Numa Carta Pastoral escrita em 1878, Monsenhor Martin, bispo de Natchitoches, nos Estados Unidos, disse com muito acerto:

“Na presença dessa perseguição de uma universalidade até aqui inaudita, da simultaneidade de seus atos, da similaridade dos meios que ela emprega, somos forçosamente levados a concluir pela existência de uma direção, de um plano de conjunto, de uma forte organização, que executa um objetivo determinado para o qual tudo tende.

“Sim, ela existe, essa organização, com seu fim, seu plano e a direção oculta à qual ela obedece; sociedade compacta apesar de sua disseminação sobre o globo; sociedade misturada a todas as sociedades, sem se fazer notar em nenhuma delas; sociedade de um poder acima de todo o poder, excetuado o de Deus; sociedade terrível, que é, para a sociedade religiosa, para as sociedades civis, para a civilização do mundo, não somente um perigo, mas o mais temível dos perigos”.

Leão XIII expôs nestes termos o fim que essa organização internacional persegue:

“O desígnio supremo da franco-maçonaria é DERRUBAR DE ALTO A BAIXO *toda a disciplina religiosa e social nascida das instituições cristãs*, E DE SUBSTITUÍ-LA POR UMA NOVA DISCIPLINA, moldada segundo sua idéia, *cujos princípios fundamentais e leis são emprestados do NATURALISMO*”.¹

A idéia de substituir a civilização cristã por uma outra civilização baseada no naturalismo, nasceu, dissemos, na metade do século XIV; um esforço sobre-humano, continuado até nossos dias, foi tentado para realizá-la no fim do século XVIII. Concebemos com dificuldade que, combatida durante todo esse tempo pela Igreja, ela tenha subsistido e se tenha desenvolvido através de cinco séculos, para explodir enfim com o poder que nela vemos hoje, se não se pressupõe que, através desse longo espaço de tempo, tenham existido homens que transmitiram a sua guarda e a propaganda de geração em geração, e uma sociedade poderosa para preparar-lhe o triunfo.

Uma verdadeira conspiração contra o cristianismo pressupõe, com efeito, não somente o desejo de destruí-lo, mas inteligências, um concerto nos meios de atacá-lo, combatê-lo e aniquilá-lo.

Esses adeptos, visto que conspiravam contra o estado de coisas existente, tinham todo interesse em se esconder durante a vida, e em deixar após eles a menor quantidade de pistas possível sobre a existência de sua associação e de sua conspiração.

No entanto, indícios sérios permitem acreditar que a idéia dos humanistas foi recolhida pela franco-maçonaria. Existisse a maçonaria ou não antes deles, ela tentou a realização dos seus desígnios no século XVIII e retomou-os em nossos dias com a experiência que seu insucesso lhe conferiu.

Os franco-maçons pretendem fazer remontar suas origens ao templo de Salomão, e mesmo serem os herdeiros dos mistérios do paganismo. Não examinaremos aqui o arrazoado ou não dessas pretensões; mas devemos verificar se, nos tempos modernos, a seita tem sido verdadeiramente a alma da transformação social

¹ Encíclica de 20 de abril de 1884.

começada pela Renascença, continuada pela Reforma, e que quer terminar pela Revolução,² continuada há mais de um século.

A segunda geração dos humanistas, mais ainda do que a primeira, introduziu nos espíritos uma maneira absolutamente pagã de conceber a existência. Essa tendência devia enfim provocar a resistência da autoridade suprema da Igreja. Foi o que aconteceu sob o reinado de Paulo II. Este Papa renovou o corpo dos [abréviateurs] da chancelaria, fazendo sair todos os que não eram de uma integridade e de uma honestidade perfeitas. Essa medida levou aos últimos limites a cólera dos que lhe sofreram as consequências. Durante vinte noites consecutivas eles assediaram as portas do palácio pontifício, sem conseguirem ser recebidos. Um deles, Platina, escreveu então a Papa para ameaçá-lo de ir procurar os reis e os príncipes, e de convidá-los a convocarem um concílio diante do qual Paulo II teria que se desculpar por sua conduta. Essa insolência acarretou-lhe a prisão na fortaleza Santo-Anjo.

Os demais fizeram reuniões na casa de um deles, Pomponius Letus, do qual Pastor diz que “jamais talvez um sábio tenha impregnado sua existência de paganismo antigo no mesmo grau que ele”. Ele professava o mais profundo desprezo pela religião cristã e não cessava de se derramar em discursos violentos contra seus ministros”.³

Essas reuniões deram nascimento a uma sociedade que eles chamaram Academia Romana. Uma multidão de jovens, pagãos de idéias e de costumes, juntaram-se a ela. Ao entrar nesse cenáculo, eles abandonavam seus nomes de batismo para tomar outros, tirados da antiguidade, e escolhidos mesmo entre os mais mal afamados. Ao mesmo tempo, apropriavam-se dos mais escandalosos vícios do paganismo. Valateranus reconheceu que essas reuniões e as festas que aí se celebravam eram “o início de um movimento que devia encaminhar-se para a abolição da religião”.

É possível ter chegado um momento em que não se sentiram mais em segurança na casa de Pomponius? O fato é que os nomes dos membros da Academia Romana estão inscritos nas catacumbas; que Pomponius Letus foi qualificado de “*Pontifex maximus*” e Pantagathus, “padre”.⁴ A esses nomes juntaram-se inscrições com caráter de deboche. Não tiveram vergonha de gravá-las nessas paredes tão profundamente veneráveis. O historiador Gregovorius não hesita em chamar essa Academia de “loja de franco-maçons clássicos”. A Academia tinha escolhido as trevas das catacumbas para melhor esconder da autoridade a sua existência; e dando aos seus chefes os títulos de “padre” e de “Soberano Pontífice”, manifestava não ser uma sociedade literária, mas uma espécie de igreja em oposição à Igreja Católica, uma religião, essa religião humanitária ou essa religião da Natureza com a qual a Revolução quis, mais tarde, na França, substituir a religião de Deus Criador, Redentor, Santificador; e cuja adoção por todo o gênero humano, como veremos, a seita almeja.

À impiedade e à licenciosidade pagãs eles tinham dado por companheira a idéia republicana. Num dos últimos dias de fevereiro de 1468, Roma soube, ao despertar, que a polícia acabava de descobrir uma conspiração contra o Papa e de realizar numerosas prisões, principalmente entre os membros da Academia. O projeto consistia em assassinar Paulo II e proclamar a república romana. “Sem dúvida jamais se dissipará inteiramente, diz Pastor, a obscuridade que paira sobre essa conjuração”. Todos esses fatos carregam os caracteres de uma sociedade secreta.

² Perceber-se-á entre estas três palavras: *REnascença*, *REforma*, *REvolução*, um manifesto parentesco. Elas assinalam as grandes etapas de um mesmo movimento.

³ Ver, para todos estes fatos, HISTOIRE DES PAPES *desde o fim da Idade Média*. Obra escrita de acordo com grande número de documentos inéditos extraídos dos arquivos secretos do Vaticano e de outros, pelo Dr. Louis Pastor, t. IV, p. 32-72.

⁴ Ver Rossi, *Roma Sott.*, t. I, p. 3 e segts.

Na época da Reforma, a existência da franco-maçonaria torna-se mais manifesta.

É ao século XVI, diz N. Deschamps, ao ano de 1535, que remonta o mais antigo documento autêntico das Lojas maçônicas. Ele é conhecido pelo nome de *Carta de Colônia*. Ele nos revela a existência, já antiga, que remonta talvez a dois séculos, de uma ou de várias sociedades secretas que existiam clandestinamente nos diversos Estados da Europa, e em antagonismo direto com os princípios religiosos e civis que tinham formado a base da sociedade cristã.

N. Deschamps dá provas da autenticidade dessa carta. Digamos que não sejam aceitas por todos. Claudio Jannet admite-as. O original do documento encontrar-se-ia nos arquivos da loja-mãe de Amsterdã, que conserva, diz-se, também a ata de sua própria constituição, datada de 1519.

Tudo é notável nesse documento: os fatos, as idéias e os nomes dos signatários. Ele nos revela a existência e a atividade, há pelo menos um século — o que nos leva além de Paulo II e da sociedade secreta dos humanistas —, de uma sociedade que já se estende a todo o universo, cercada do mais profundo segredo, que tem iniciações misteriosas, obedece a um chefe supremo ou patriarca, conhecido apenas de alguns mestres.

“Não obedecendo a nenhum poder do mundo, dizem os signatários, e submissos somente aos superiores eleitos de nossa associação espalhada pela terra inteira, executamos suas incumbências ocultas e suas ordens clandestinas através de um intercâmbio de cartas secretas e por seus mandatários encarregados de missões expressas”.

Dizem eles não permitir acesso a seus mistérios senão àqueles que foram examinados e aprovados e que se ligarão e consagrarão às suas assembléias mediante juramentos.

Caracterizam a distinção entre eles e o mundo profano através destas palavras que encontramos em todos os documentos da maçonaria: “O mundo iluminado” e “o mundo mergulhado nas trevas”, palavras que exprimem a totalidade da franco-maçonaria, porque sua finalidade é fazer passar das trevas do cristianismo à luz da pura natureza, da civilização cristã à civilização maçônica.

Entre os signatários dessa carta encontram-se não somente Philippus Mélanchthon, o grande amigo de Lutero;⁵ Herman de Vieg, arcebispo-eleitor de Colônia, que teve de ser proscrito do império por causa de sua convivência com os protestantes; Jacobus d'Anvers, preboste dos Agostinianos daquela cidade; e Nicolas Van Noot, que, com o anterior, incorrem nas mesmas reprovações, assim como Coligny, o chefe do partido calvinista na França.

Doze anos antes, quatro anos após a constituição da Loja de Amsterdã, Franz de Seckongen, cuja revolta quase jogou toda a Alemanha na guerra civil, morria por causa dos ferimentos no castelo de Landstuchl, assediado pelos príncipes aliados de Trèves, de Hesse e do Palatinato. “Onde estão, exclamava, todos os nossos amigos? Onde estão os senhores d'Arnberg, de Furstenberg, de Zollern, os suíços, meus amigos, aliados de Strasbourg, e *todos os amigos da fraternidade*, que tanto me prometeram e que tão mal mantiveram a palavra empenhada?” Z. Janssen, em sua obra *L'Allemagne et la Réforme* pergunta: “De que elementos era composta essa FRATERNIDADE de qual fala o moribundo?” Não é impossível que a resposta se encontre no que precede. — É de se notar, com efeito, que as cidades nas quais,

⁵ O editor de Mélanchthon, o sábio Bretschneider, diz: “Mélanchthon recebia em sua intimidade estranhos que ele jamais vira antes, e ele os recomendava calorosamente em todos os lugares em que iam e subvencionava suas necessidades de toda espécie. Não sei se *semelhante familiaridade* tinha como causa somente as virtudes desses homens ou então o renome de Mélanchthon e *a doutrina que era comum entre eles*.”

após a Carta de Colônia, as lojas se tinham estabelecido, são aquelas em que o protestantismo encontrou seus primeiros adeptos.

Desses fatos vemos surgir uma probabilidade séria, no sentido de que a franco-maçonaria teve uma parte muito importante no movimento de idéias que se manifestou na Renascença, e que quis se impor à sociedade cristã através da Reforma, seja por existir ela antes, seja porque ela deva sua existência aos humanistas, que a teriam criado precisamente para nela encarnar, de alguma maneira, sua concepção de vida da sociedade.

Nas suas origens a franco-maçonaria devia estar envolta num segredo muito mais impenetrável do que lhe é possível hoje, após a ação contínua durante vários séculos; daí a dificuldade em recuperar suas pistas. Mas a participação que ela teve na Revolução dá aos indícios que acabamos de recolher um valor probante que por si próprio não seria tão grande; porque foi o pensamento dos humanistas, tal como o vimos, que a Revolução quis realizar com a destruição da Igreja Católica e com o estabelecimento do culto da natureza.

Louis Blanc reconhece que é exatamente aí que se encontra a finalidade buscada pela Maçonaria: “No grau de *cavaleiro do sol*, assim que uma admissão acontecia, o Venerabilíssimo começava perguntando ao primeiro que chegava: “Que horas são?” E este devia responder: “*É a hora da obscuridade entre os homens*”. Interrogado, por sua vez, sobre os motivos que ali o traziam, o recipiendário respondia: “Venho procurar a luz, porque meus companheiros e eu nos perdemos durante a noite que cobre o mundo. Nuvens obscurecem Hesperus, a estrela da Europa; elas são formadas pelo incenso que a superstição oferece aos déspotas”. Não se poderia dizer de maneira mais clara que a civilização católica jogara a Europa nas trevas, que o gênero humano perdera de vista o fim natural do homem, e que a franco-maçonaria se impusera a missão de abrir-lhe os olhos.

Durante muito tempo os historiadores afastaram deliberadamente a franco-maçonaria da história; e por essa razão apresentaram a Revolução sob uma perspectiva falsa e enganadora.

Wallon, com a publicação das atas que foram elaboradas na própria ocasião, expôs-nos enfim os fatos tais como se produziram; mas ele não remonta às causas e aos agentes primeiros que motivaram esse cataclismo, às idéias cuja propagação tornou-o possível. Tocqueville e Taine, que trouxeram para o estudo da Revolução uma crítica tão esclarecida, não conduziram suas investigações ao domínio das sociedades secretas.

As maquinações da franco-maçonaria nestes últimos tempos despertaram a atenção. Vemo-la preparar-nos novas reviravoltas e novas ruínas. Perguntamo-nos se as infelicidades e os crimes que marcaram o fim do século XVIII não lhe são imputáveis. Maurice Talmeyr proferiu recentemente uma conferência que publicou em seguida em brochura, sob o título *La Franc-Maçonnerie et la Révolution Française*. Copin-Albancelli, Prache e outros aplicaram-se, em diferentes publicações, em fazer sair das trevas cuidadosamente cultivadas, a participação que as sociedades secretas tiveram na Revolução. Para a sua demonstração puderam aproveitar a obra publicada, há trinta anos, por N. Deschamps, sob o título *Les Sociétés Secrètes et la Société*, completada em 1880 por Claudio Jannet. E estes tinham oferecido larga contribuição com uma obra anterior, publicada em plena Revolução, em 1789, por Barruel: *Mémoires pour servir à l'histoire du jacobinisme*.

Essas *Mémoires* não oferecem, como o título poderia fazer crer, documentos relacionados à história dos crimes cometidos pelos jacobinos; o que Barruel, nos seus cinco volumes, se aplicou em fornecer aos futuros historiadores do Terror, foram as informações que lhes permitiriam estabelecer o ponto de partida, os agentes primeiros e as causas ocultas da Revolução. “Na Revolução Francesa, diz ele, tudo, até suas perversidades mais pavorosas, tudo foi previsto, meditado, combinado, resolvido,

estabelecido; tudo foi efeito da mais profunda maldade, posto que tudo foi amargo, dos homens que possuíam, sozinhos, o fio das conspirações urdidas nas sociedades secretas, e que souberam escolher e apressar o momento propício às conjurações”.

A convicção dessa premeditação e dessas conspirações resulta da leitura de seus cinco volumes. No início do quarto, no “Discurso preliminar”, ele pergunta: “Como os adeptos secretos do moderno Spartacus (Weishaupt) presidiram todas as perversidades, todos os desastres desse flagelo de pilhagem e de ferocidade chamado “Revolução”? *Como presidem eles ainda todos aqueles que ela medita para consumir a dissolução das sociedades humanas?*”⁶

“Consagrando meus últimos volumes a esclarecer essas questões, não me vanglorio de resolvê-las com toda a precisão e com os detalhes dos homens que teriam a faculdade de seguir a seita “Iluminada” nos seus subterrâneos, sem perder de vista por um só instante os chefes ou os adeptos... Recolhendo os aspectos que me foram desvendados, não deixam de ser suficientes para marcar a seita por toda a parte em que as perversidades assinalam sua fatal influência”.

Compreendemos o forte, o pungente interesse que a leitura dessa obra apresenta no momento atual.⁷ Aquilo que está acontecendo, aquilo a que nós assistimos, é o segundo ato do drama que começou há um século, para realizar a idéia da Renascença: substituir a civilização cristã por uma civilização dita moderna. É a mesma Revolução, reavivada em seu fogo, com a intenção, que Barruel já observara, de espalhar o incêndio a todo o mundo. Ele nos mostra esse desígnio, essa vontade, expressos desde o começo do século XVIII. Poderão os conjurados alcançar seus objetivos? É segredo de Deus, mas também nosso. Porque o estratagema da Revolução depende do uso que nós quisermos fazer de nossa liberdade, assim como dos decretos eternos de Deus.

Foi para dar apoio, para encorajar as boas vontades, que Barruel escreveu em suas *Mémoires*: “É para triunfar, enfim, a qualquer preço, sobre a Revolução, e não para desesperar, que é preciso estudar os fastos da seita. Sede tão zelosos relativamente ao bem quanto ela tem sabido ser relativamente ao mal. Que se saiba querer salvar os povos; que os povos saibam eles mesmos querer salvar sua religião, suas leis e sua fortuna, assim como ela sabe destruir, e os meios de salvação não faltarão”. É precisamente a vontade e a esperança que também gostaríamos de ver resultar da leitura deste livro.

Antes de dar aqui um resumo muito curto da obra de Barruel, é bom apresentar nossos leitores ao autor, para que saibam que crédito devem dar-lhe.

Augustin Barruel nasceu no dia 2 de outubro de 1741, em Villeneuve-de-Berg. Seu pai era tenente do bailiado de Vivarais. Terminou seus estudos e entrou na Companhia de Jesus. Quando ela foi ameaçada, ele se mudou para a Áustria, onde pronunciou seus primeiros votos. Permaneceu alguns anos na Boêmia, depois na Morávia, e foi professor em Viena, no Colégio Teresiano. Em seguida foi enviado à Itália e a Roma. Retornou à França após a supressão de sua Ordem, em 1774. Tendo se tornado independente por sua fortuna, consagrou-se inteiramente aos trabalhos filosóficos e históricos, e publicou desde então obras que, apesar de escritas em vários volumes, atingiram até cinco edições.

De 1788 a 1792 redigiu praticamente sozinho o *Journal Ecclésiastique*, publicação hebdomadária das mais preciosas para a história literária e eclesiástica da segunda metade do século XVIII. Assumindo sua direção, Barruel disse a seus leitores: “Nós sentimos todo o peso e toda a extensão dos deveres que nos impomos. Não

⁶ Aquilo que ela considerava retomar no dia seguinte ao da Revolução, ela executa hoje sob nossos olhos. São mesmo os franco-maçons que presidem tudo o que vemos.

⁷ Não tendo sido mais encontrada, a obra foi editada de novo com notas explicativas pela direção do jornal *La Bastille*.

podemos deixar de sentir preocupação com toda a assiduidade que eles exigem, interditando-nos, doravante, toda ocupação que poderia distrair-nos deles. Mas, votado por estado ao culto do verdadeiro Deus, à defesa de nossas santas verdades, como esses deveres vão se tornar caros para nós! Sim, este dia no qual nos comprazemos em considerar nossas funções de jornalista eclesiástico, torna esses deveres preciosos”. Ele pôs em todas as suas obras esse espírito de fé.

Quanto mais os dias se tornavam ruins, mais o abade Barruel demonstrava zelo e bravura. Mudava freqüentemente de domicílio, para fugir dos mandados de prisão. A partir de 10 de agosto teve de suspender a publicação de seu jornal e ir para a Normandia. Daí ele se refugiou na Inglaterra.

Publicou, em Londres, em 1794, uma *Histoire du Clergé de France pendant la Révolution*. Foi lá também que ele concebeu o plano de sua grande obra: *Mémoires pour servir à l'histoire du jacobinisme*. Trabalhou quatro anos para reunir e preparar as matérias das primeiras partes. Os tomos I e II vieram à lume em Londres, em 1796.

Em 1798 foram reimpressos em Hamburgo, acompanhados do terceiro, relativo à seita dos Iluministas. Os dois últimos foram editados igualmente em Hamburgo, em 1803. Barruel publicou uma segunda edição, “revista e corrigida pelo autor”, em 1818, dois anos antes de sua morte, em Lion, na casa de Théodore Pitrat.

É necessário ler essa obra inteira se se quiser conhecer a Revolução a fundo. Para escrevê-la, o abade Barruel teve revelações diretas de vários personagens da época, e encontrou na Alemanha uma série de documentos de primeira ordem. “Devo ao público — diz ele nas *Observações preliminares* do terceiro volume, aquele que desvenda os Iluministas — uma explicação especial das obras das quais tiro minhas provas”. Ela dá a lista das principais, em número de dez, com uma nota sobre cada uma, que permite julgar sua autenticidade. A lista das obras se completa com aquela de vários outros documentos menos importantes. Ele acrescenta: “Eis aí o suficiente para ver que não escrevo sobre os Iluministas sem conhecimento de causa. Gostaria, em reconhecimento, poder nomear aqueles cuja correspondência me forneceu muitos novos recursos, cartas, memórias, que não poderia apreciar suficientemente; mas esse reconhecimento ser-lhes-ia fatal”. E mais adiante: “Aquilo que eu cito, tenho à minha frente, eu o traduzo; e quando traduzo, o que freqüentemente acontece, coisas impressionantes, coisas que com dificuldade se acreditaria poderem ser ditas, cito o próprio texto, convidando cada qual a explicá-las, ou fazê-las explicar e verificar. Eu cotejo os diversos testemunhos, sempre com o livro à mão. Não menciono nenhuma lei do Código da Ordem, sem as provas da lei ou de sua prática”.

De volta à França, foi consultado a respeito da promessa de fidelidade à Constituição, que substituíra, por decreto de 28 de dezembro de 1799, todos os juramentos anteriores. Ele publicou, em 8 de julho de 1800, um parecer favorável. Suas razões, muito claras, anexadas às explicações do *Moniteur*, declarado jornal oficial, decidiram Emery e o conselho arquiepiscopal de Paris a se pronunciarem em favor da legitimidade da promessa. Alguns, nesta oportunidade, acusaram Barruel de lisonjear Bonaparte para obter favores. Longe de lisonjeá-lo, o abade Barruel foi de uma audácia inaudita: falando do primeiro Cônsul, ele o chama de “flagelo de Deus”. Em 1800, ele aduz: “Todos os príncipes da Europa reconheceriam a República; não vejo como por isso Luís XVIII tenha sido menos verdadeiro herdeiro de Luís XVI. Sou francês. O consentimento dos outros soberanos sobre essa matéria é para mim tão nulo quanto o dos jacobinos; ele pode diminuir minha esperança, cercear os meios; mas não faz mossa ao direito”.⁸

⁸ *L'Evangile et le clergé français. Sur la soumission des pasteurs dans les révolutions des empires*, p. 75. Londres.

Barruel retornou à França somente em 1802. Tomou a defesa da Concordata e publicou sobre a matéria seu tratado *Du Pape et de ses droits religieux à l'occasion du Concordat*.⁹

Durante o Império, Barruel manteve-se afastado, não recebeu posto nem dignidade. Empreendeu a refutação da filosofia de Kant. Por ocasião da questão do cardeal Maury, Napoleão suspeitou que ele tivesse feito propagar o Breve de Pio VII, e foi aprisionado, com a idade de 70 anos. A polícia perseguiu-o ainda durante os Cem Dias. Ele terminou sua vida na casa de seus pais, em Villeneuve-de-Bery, no dia 5 de outubro de 1820, com a idade de 80 anos.

Foi preciso entrar nesses detalhes para mostrar a que ponto esse autor merece nossa confiança. Eis abaixo o que acabará por conferir-lha.

Durante os cinco e os sete anos que decorreram entre a publicação dos três primeiros volumes e dos dois últimos, sua obra foi lida e suscitou observações da parte dos franco-maçons. “De acordo com alguns desses II.:., diz Barruel, eu disse demais; de acordo com outros, faltou muito para que eu tivesse dito tudo. Sabemos que os primeiros pertencem ao número daqueles que incluí na exceção dos II.:. honestos demais para serem admitidos nos últimos mistérios; e os outros, ao número daqueles que, após terem visto tudo nos bastidores das lojas, envergonharam-se, enfim, e se arrependem de terem podido merecer as honras maçônicas. Devo a uns e a outros agradecimentos, mas devo-lhes também uma resposta”. Ele lhes dá essa resposta, mostrando ter dito tudo que devia dizer, e nada além do que devia dizer.

Outros maçons se irritaram de se ver assim descobertos e acusaram Barruel de má-fé. Isto aconteceu principalmente com a obra de um inglês, Griffith, redator da *Monthly Review*. Esse escritor acha passáveis, satisfatórias mesmo, as provas que Barruel dá sobre a conspiração contra o altar; mas diz que as da conspiração contra os tronos estão imperfeitamente demonstradas. Em particular, a abolição da realeza na França é devida, diz ele, às circunstâncias locais, mais do que aos desígnios e às conspirações dos inspiradores da Revolução. Dizendo isso, não faz a menor menção às provas trazidas por Barruel em favor de sua tese.

Para responder à acusação de má-fé, Barruel observou que ele deu, e que ele dá de novo, os textos em sua língua original ao lado da tradução que ele fez. E relativamente aos mais importantes documentos aos quais ele se refere, diz que não somente é permitido a cada qual consultar os volumes impressos, mas confrontar esses volumes com os manuscritos que se encontram nos arquivos reais de Munique. Barruel faz mais: oferece a seu acusador um encontro em Munique, para lhe mostrar nos *escritos originais* as provas evidentes da sua calúnia. Griffith resguardou-se desse encontro e também recusou publicar na sua revista a resposta de Barruel.

Weishaupt, o fundador do Iluminismo, veio oferecer forte apoio a Griffith, que era sem dúvida um de seus adeptos. Barruel ofereceu também a Weishaupt um encontro nos arquivos de Munique, onde ele poderia rever os originais de suas próprias cartas, cujo texto ou existência ele contestava. “Mas, acrescentava Barruel, como ele não poderia comparecer lá sem se expor a ser enforcado (por causa de seus crimes contra os costumes), ele poderia nomear um procurador”. Ele não foi, nem pessoalmente, nem por procurador.



⁹ Paris, 1803, dois vol. in-8°.

CAPÍTULO XI

A FRANCO-MAÇONARIA NO SÉCULO XVIII

I. — OS ENCICLOPEDISTAS

Voltaire foi um dos primeiros e dos mais poderosos agentes da Revolução.

Esta se propôs, dissemos — e nisto seguimos Haller, Leão XIII, e muitos outros, e mais ainda, seus próprios desígnios — o aniquilamento de toda religião e a derrubada de toda autoridade. Voltaire se encarregou da primeira parte desse programa, senão na totalidade, ao menos em sua parte mais elevada, o aniquilamento da religião de Cristo.

Concebeu ele esse projeto por si próprio, ou lhe foi sugerido? Condorcet não o diz, mas nos dá esta informação: “Foi na Inglaterra que Voltaire jurou consagrar sua vida a esse projeto; e manteve a palavra”.¹

Fez ele promessa no seu foro íntimo, ou prestou-a a conjurados? Esta última suposição parece a mais verossímil. “Foi na Inglaterra”, diz Condorcet. Ora, em sua primeira viagem àquele país (1725-1728), Voltaire foi recebido como franco-maçomnum dos sodalícios descritos por Toland no seu *Pantheisticon* dedicado aos *Lectori Philometho et Philaleti*. (Essa denominação Filaletes será a de uma das lojas de Paris mais avançadas no movimento revolucionário). Durante esses três anos de estada no solo inglês, Voltaire levou “a vida de um rosa-cruz sempre ambulante e sempre escondido”.

Aqui não estamos mais nas trevas intransponíveis das primeiras épocas da franco-maçonaria; estamos, como observa Claudio Jannet, num terreno histórico perfeitamente seguro. É a época da viagem de Voltaire à Inglaterra e de sua iniciação na franco-maçonaria pelos ingleses, que data da fundação das primeiras lojas na França, pelo menos daquelas constituídas para preparar a Revolução.² Elas foram estabelecidas pelos ingleses, e nas cidades onde as relações com eles eram freqüentes. Tais foram as de Dunquerque e de Mons, em 1721; Paris, em 1725; Bordeaux, em 1732; Valenciennes, em 1735; Havre, em 1739.³

A Inglaterra teve sempre uma grande participação nas revoluções do continente, e sempre soube tirar disso um grande proveito. A Revolução Francesa destruiu nossa frota, fez-nos perder as colônias, e garantiu à Inglaterra o império dos mares, do qual ela goza desde então.⁴ A mão da Inglaterra foi igualmente percebida na Revolução que a Rússia sofre atualmente.

¹ Condorcet. *Vie de Voltaire*.

² Os franco-maçons (*Liberi Muratorii*) foram condenados pela primeira vez por Clemente XII, em 1738.

³ Foram também os ingleses que instituíram as primeiras lojas nos outros países.

Sir George Hamilton, dignitário da Grande Loja da Inglaterra, encarregou-se da Suíça. O conde Scheffer foi designado para a Suécia; lorde Chesterfield para a Holanda; o duque d'Exter, Martin Folkes, para o Reino do Piemonte; o duque de Middlesex para o grão-ducado de Toscana. O emissário enviado a Roma foi o I.: Martin Folkes; e o duque de Wharton recebeu o mandado de maçonizar a Espanha e Portugal.

⁴ Lacourt Gayet acaba de publicar num volume muito documentado o resumo de seu curso na Escola Superior de Marinha. Vemos aí que, após a época de Colbert, o reino de Luís XVI foi o período mais brilhante de nosso poderio marítimo. Durante os quinze anos que precederam a Revolução, pudemos,

À Voltaire juntaram-se, inicialmente, d'Alembert, Frederico II e Diderot. Voltaire foi o chefe da conspiração; d'Alembert, o seu mais astuto agente; Frederico, o protetor, freqüentemente o conselheiro; Diderot, o filho perdido. Todos os quatro estavam penetrados por um profundo ódio ao cristianismo: Voltaire porque invejava o divino Autor e todos aqueles cuja glória Ele produziu; d'Alembert porque nascera com o coração ruim; Frederico porque conhecia o catolicismo apenas através dos inimigos deste; Diderot porque era louco pela natureza, com a qual pretendia, como os humanistas, substituir o culto do Deus vivo. Eles arrastaram um grande número de homens de todas as classes em sua conspiração.

De retorno a Paris, por volta de 1730, Voltaire não fez mistério de seu projeto de destruir o cristianismo contra o qual já havia publicado tantos escritos. Hérault, tenente de polícia, repreendendo-lhe um dia sua impiedade, disse-lhe: “Vós vos esforçais em vão, apesar do que escreveis não conseguireis jamais destruir a religião cristã”. Voltaire respondeu: “É o que veremos”.⁵ Ele dizia ainda: “Estou cansado de ouvi-los repetir que doze homens foram suficientes para estabelecer o cristianismo, e tenho desejo de provar-lhes que não é preciso mais do que um para destruí-lo”.⁶

Mas o que melhor mostra seu desígnio é a palavra que constantemente se repete sob sua pena e sobre seus lábios. “Todos os conspiradores, diz Barruel, têm uma linguagem secreta, uma senha, uma fórmula ininteligível para o leigo, mas cuja explicação secreta desvenda e lembra sem cessar aos adeptos o grande objetivo de sua conspiração. A fórmula escolhida por Voltaire consistiu nessas três palavras: “Esmagai a infame”. “O que me interessa, escrevia ele a Damilaville,⁷ é o aviltamento da infame”. “Engajai todos os irmãos em perseguir a infame de viva voz e por escrito, sem lhe dar um momento de descanso”. “Fazei, tanto quanto puderdes, os mais inteligentes esforços para esmagar a infame”. “Esquecemos que a principal ocupação deve ser esmagar a infame”. “Nossa situação é tal que somos a execração do gênero humano, se (nesse esforço) não tivermos em nosso favor as pessoas de bem (as

pela primeira e pela última vez até o presente, colocar-nos como rivais dos ingleses na posse do império dos mares.

A Revolução sobrevém e os fenômenos de “anarquia espontânea” imediatamente se manifestam nos portos de guerra. Desde antes da reunião dos Estados-Gerais, os clubes, as municipalidades pretendem substituir-se à autoridade militar que não tarda a se encontrar radicalmente aniquilada. As tripulações desertam. Observa-se com freqüência que os navios de guerra estão aparelhados com um *déficit* de sessenta a cem homens. Não é caso de fazer a prova de que a Inglaterra tenha tirado um imenso proveito dessa desordem. Colaborou ela diretamente para isso? Numa carta a um de seus amigos, lorde Granville confessou que “o governo britânico tem o hábito de excitar e de entreter desordens interiores no território francês”. Por seu turno, lorde Mansfield declarou em pleno Parlamento que “o dinheiro gasto para fomentar uma insurreição na França seria bem empregado”.

Mais recentemente, em 1899, quando a Inglaterra estava empenhada na guerra do Transvaal, o filho do ministro das colônias, Chamberlain Filho, dizia numa correspondência íntima publicada pelo *Le Jura* de Porrentruy: “Além das garantias do governo francês, estamos garantidos contra todas as represálias de Fachoda em razão dos acontecimentos internos que vão se desenvolver na França. Se não podemos contar com o *affaire* Dreyfus, que está gasto; se o processo na Suprema Corte não parece criar uma sensação suficiente para absorver a atenção da nação, sabemos que, a partir da reabertura do Parlamento de Paris, o governo introduzirá, com o apoio da maioria, diferentes *bills* contra os católicos, que, por sua violência, poderão mergulhar a França num estado de extrema sobreexcitação e desviar a atenção dos franceses do sul da África. Meu pai só marchou depois de todas as garantias por parte da França”. Como explicar uma tal certeza e uma tal cumplicidade, se não através do acordo e da ação das sociedades secretas internacionais?

⁵ Condillac. *Vie de Voltaire*.

⁶ *Ibid.*

⁷ Carta de 15 de junho de 1762.

peças da alta sociedade). É preciso, pois, tê-los todos, não importa a que preço: Esmagai a infame, eu vos digo”.⁸

Qual é essa infame que era preciso assim perseguir sem descanso, aviltar, esmagar, não importa a que preço e através dos esforços de todos os conjurados?

Na boca de Voltaire e na de todos os seus adeptos, essas palavras significavam constantemente: Esmagai a religião que adora Jesus Cristo. Abundam as provas disso em sua correspondência. Esmagai a infame, é desfazer o que os Apóstolos fizeram; é combater Aquele que os deístas e ateus combateram; é correr para cima de todo homem que se declare por Jesus Cristo. É o sentido que Voltaire vincula a essas palavras, e esse sentido não é menos evidente em sua pena do que na de outros. O cristianismo, a seita cristã, a superstição “cristícola”, são sinônimos sob a pena de Frederico. D'Alembert é mais reservado no uso dessa palavra, mas ele a toma sempre no pensamento que Voltaire lhe dá. Os outros conjurados não compreendem de outra forma essa “senha”. Eles não a acham suficientemente forte para exprimir o voto diabólico que está em seus corações. A extensão que eles dão à sua conjuração não deve deixar sobre a terra o menor vestígio da doutrina ou do culto do divino Salvador.

Os conjurados se encontraram completamente organizados em torno de Voltaire após sua estada na Prússia, por volta do fim de 1752.

O meio que julgaram dever empregar preferencialmente a qualquer outro para esmagar a infame foi atacar a fé nas almas. “Minar surdamente e sem ruído o edifício, escrevia Frederico a Voltaire, é obrigá-lo a cair por si mesmo” (29 de julho de 1775). No entanto, mesmo nisso d'Alembert advertia de serem prudentes e de não quererem ir rápido demais. “Se o gênero humano se ilumina, dizia ele ao observar o efeito produzido pela Enciclopédia, é porque se tomou a precaução de iluminá-lo pouco a pouco”.

Os conjurados faziam da Enciclopédia o depósito de todos os erros, de todos os sofismas, de todas as calúnias inventadas até então contra a religião. Mas estava convencionado que ela verteria o veneno de forma insensível. Uma arte admirável foi empregada para chegar a esse resultado. “Sem dúvida, escrevia d'Alembert a Voltaire, nós temos artigos ruins (quer dizer, artigos ortodoxos) de teologia e de metafísica. Com censores teológicos e um privilégio, eu vos desafio a torná-los melhores. Há artigos menos no dia em que tudo tiver sido reparado”.⁹ Sabiam esperar a ocasião para insinuar esses artigos reparadores. “Durante a guerra dos Parlamentos e dos Bispos, escrevera Voltaire no ano anterior a d'Alembert (13 de novembro de 1756), tereis o tempo disponível para recheiar a Enciclopédia de verdades que não se ousaria dizer há vinte anos”. E a Damilaville: “Deposito todas as minhas esperanças na Enciclopédia”.¹⁰ De fato, ela foi, no dizer de Diderot, um sorvedouro em que uma espécie de catadores de trapos jogaram misturadamente uma infinidade de coisas mal recebidas, mal digeridas, boas, ruins, incertas e sempre incoerentes; e isto porque, segundo ele próprio, pretendia-se insinuar aquilo que não se podia dizer abertamente sem revoltar.¹¹

Enquanto procuravam abalar os fundamentos da fé, os conjurados trabalhavam em fazer desaparecer seus defensores, e antes de todos os religiosos. Foi o segundo meio que empregaram para chegar a seus objetivos.

⁸ Cartas a Damilaville, d'Alembert, Thercot e Saurin.

⁹ Carta de 24 de julho de 1757

¹⁰ Cartas de 23 de maio de 1764.

¹¹ A Enciclopédia teve uma tiragem de 4.200 exemplares, em 35 volumes in-folio. O processo de difusão foi montado com todo o cuidado e todo o sucesso possível. Os livreiros ganharam 500 por cento. Era uma espécie de revista cuja publicação durou vinte anos.

A partir de 1743, Voltaire foi encarregado de uma missão secreta junto ao rei da Prússia, com a finalidade de secularizar os principados eclesiásticos.

Na França não havia eleitores eclesiásticos a despojar, mas havia Ordens a suprimir. Os primeiros atacados foram os jesuítas. Choiseul deu a razão dessa escolha: “Sendo destruída a educação que dão, todos os outros corpos religiosos cairão por si próprios”. Sabemos como chegaram à supressão dos religiosos.

O terceiro meio foi a propaganda. A correspondência desses conjurados mostra-os atentos em mutuamente se darem contas das obras que preparam contra o cristianismo, dos frutos que esperam, da arte com a qual se empregam para garantir o sucesso. Eles as mandavam imprimir na maioria das vezes na Holanda, e cada mês surgiam novas.

Para obter a faculdade de divulgá-las, eles tinham homens poderosos na corte, ministros mesmo que sabiam fazer calar a lei e favorecer esse comércio de impiedade. Foi em reconhecimento a esse estranho uso da autoridade que lhe era confiado, que Voltaire exclamava: “Viva o ministério da França! Viva Choiseul!”¹² Malesherbes, que tinha a superintendência da livraria, estava, para essa propaganda, de entendimento com d'Alembert. Ele mostrava nas suas funções uma parcialidade odiosa em favor dos enciclopedistas. Ele suprimia dos artigos de Fréron tudo o que pudesse molestar a obra deles. Esse homem, guilhotinado aos 70 anos, fizera tudo o que estava em seu poder para propagar as idéias pelas quais deveria morrer e combater aquelas que teriam podido salvar a sociedade.

Em sua correspondência, os conjurados se felicitam pelos sucessos que obtêm na Suíça, na Alemanha, na Rússia, na Espanha, na Itália. O que mostra que em seu pensamento, a conjuração confessada de destruir o cristianismo não estava limitada à França. Brunetière assinala: “A Enciclopédia era uma obra internacional”. Relativamente à Inglaterra, eles não têm nenhuma solicitude; ela regurgita, dizem, de socinianos. No que diz respeito à França, Voltaire e d'Alembert lamentam os obstáculos que aí encontram, apesar do que acabamos de dizer relativamente à ajuda que eles encontravam nas camadas elevadas da sociedade. Onde eles não podiam difundir os escritos abertamente ímpios ou licenciosos, eles publicavam outros que tinham por finalidade colocar em voga as grandes palavras como *tolerância*, *razão*, *humanidade*, das quais a seita não deixou de fazer uso, fiel à recomendação de Condorcet, que dizia delas fazer seu grito de guerra.¹³

Bertin, encarregado da administração do tesouro particular do rei, compreendeu o perigo dessa propaganda e chamou a atenção sobre os propagandistas. Ele viu que livros eles disseminavam em suas campanhas. Interrogados por ele, disseram que esses livros não lhes custavam nada, que eles os recebiam em pacotes, sem saber de onde vinham, com a recomendação apenas de vendê-los em seu trajeto ao preço mais módico possível. Os preceptores eram igualmente gratificados. Em dias e horas marcados, eles reuniam os operários e os camponeses, e um deles lia em alta voz um livro que servira para corromper a si próprio. Era dessa forma que os caminhos para a Revolução eram preparados até mesmo nas classes ínfimas da sociedade.

As pesquisas que Bertin fez para chegar à fonte dessa propaganda conduziram-no a um escritório de preceptores, criado e dirigido por d'Alembert.

Esse escritório se ocupava também em conseguir preceptores nas cidades e colocar professores nos colégios. Os adeptos, espalhados de um lado e de outro, se informavam sobre as vagas existentes, instruía d'Alembert e seus coadjuvantes e davam, ao mesmo tempo, informações sobre os que se apresentavam para preenchê-las. Antes de enviá-los, traçava-se-lhes a regra de conduta a seguir e as precauções a tomar segundo os lugares, as pessoas e as circunstâncias. Já então a franco-

¹² Carta a Marmontel, 1767.

¹³ *Esquisse du tableau historique des progrès*. Époque 9.

maçonaria tinha compreendido que ninguém poderia melhor difundir suas idéias, melhor servir a seus desígnios do que o preceptor.

Para se apoderar do povo, recorreu-se ainda a outros meios. Barruel assinala particularmente aquele empregado pelos que se autodenominavam “economistas”, porque se diziam amigos do povo, preocupados com seus interesses, desejosos de aliviar sua miséria e de fazerem observar mais ordem e economia na administração. A humanidade não está perdida. “Suas obras, diz Barruel, estão cheias desses traços que anunciam a resolução de fazer suceder uma religião puramente natural à Religião revelada”. Como prova ele traz a análise que fez dos economistas de le Gros, preboste de Saint-Louis du Louvre.

Esses economistas tinham persuadido Luís XV que o povo dos campos e os artistas das cidades apodreciam numa ignorância fatal a si próprios e ao Estado, e que era necessário criar *Escolas profissionais*. Luís XV, que amava o povo, acolheu esse projeto com desvelo, e se mostrou disposto a tomar recursos próprios para fundar essas escolas. Bertin dissuadiu-o. “Faz muito tempo, disse ele, que eu observava as diversas seitas de nossos filósofos. Compreendi que se tratava muito menos de dar aos filhos do lavrador e do artesão lições de agricultura do que impedi-los de receberem as lições habituais de catecismo ou da religião. Não hesitei em declarar ao rei que as intenções dos filósofos eram bem diferentes das suas”.

Bertin não se enganava. Barruel relata os temores e os remorsos que manifestou, três meses antes de sua morte, um grande senhor que tinha exercido as funções de secretário desse clube dos “Economistas”: “Nós só admitíamos em nossa sociedade aqueles a respeito dos quais estávamos muito seguros. Nossas assembléias realizavam-se regularmente no palácio do barão d'Holbach. De medo que suspeitassem do objetivo, nós nos denominávamos de economistas. Tivemos Voltaire como presidente honorário e perpétuo. Nossos principais membros eram d'Alembert, Turgout, Condorcet, Diderot, La Harpe, Lamoignon, ministro da Justiça, e Damilaville, a quem Voltaire atribui como aspecto principal do caráter o ódio a Deus”. Para terminar de esclarecer o Rei, Bertin desvendou-lhe o sentido dessas meias-palavras “Ecr. l'inf”,¹⁴ com as quais Voltaire terminava um número tão grande de suas cartas. Acrescentou que todos aqueles que recebiam de Voltaire cartas que terminavam com a horrível fórmula eram ou membros do comitê secreto ou iniciados nos seus mistérios.

Esse clube tinha sido fundado entre os anos 1763 e 1766. No momento em que a Revolução estourou, ele trabalhava, pois, há pelo menos vinte e cinco anos, para seduzir o povo, sob o especioso pretexto de auxiliá-lo a aliviar seus males.

Para chegar ao grande objetivo de sua conjuração, os sectários julgaram que não seria suficiente empregar os meios gerais que acabamos de descrever e para os quais todos deveriam concorrer com um esforço comum. Eles atribuíram a cada um deles um trabalho particular ao qual se consagraram mais especialmente.

Voltaire se encarregou dos ministros, dos duques, dos príncipes e dos reis.¹⁵ Quando ele não podia aproximar-se pessoalmente do príncipe, ele o cercava. Ele

¹⁴ “Ecrasez l'infame” — Esmagai a infame. (N. do T.)

¹⁵ E. J. F. Barbier, advogado do Parlamento de Paris, manuseou um “Journal historique et anecdotique du règne de Louis XV”, publicado pela Sociedade da História da França, de acordo com o manuscrito inédito da Biblioteca Nacional, por A. de la Villegille (Paris, Jules Renouard et Cie., rua de Tournon, 6, MDCCCXLIX. Por ali se vê como os príncipes eram especialmente procurados pelos chefes da franco-maçonaria: “Nossos senhores da Corte inventaram muito recentemente uma ordem chamada dos Frimasons, a exemplo da Inglaterra, na qual há também diferentes ordens particulares e não tardaremos a imitar os impertinentes estrangeiros. Nessa ordem estavam arrolados alguns de nossos secretários de Estado e diversos duques e senhores. Não se sabe nada a respeito dos estatutos, das regras e do objetivo dessa nova ordem. Eles se reuniam, recebiam novos cavalheiros, e a primeira regra era um segredo

havia colocado junto a Luís XV um médico, Quesnay, que soube muito bem assenhorear-se das idéias do rei, que o chamava de seu “pensador”. E o meio escolhido pelo pensador para se imiscuir no espírito do rei foi aquele empregado pelos economistas: chamar sua atenção sobre o que podia fazer a felicidade do povo.

D'Alembert foi encarregado ou se encarregou de recrutar jovens adeptos. “Tratai, escrevia-lhe Voltaire, tratai, de vossa parte, de esclarecer a juventude tanto quanto puderdes” (15 de setembro de 1762). Jamais uma missão foi cumprida com mais habilidade, zelo e energia. D'Alembert se fixou como o protetor de todos os jovens que vinham a Paris com algum talento e algum dinheiro. Ele os atraía pelas recompensas, pelos prêmios, pelas presidências acadêmicas a respeito das quais dispunha mais ou menos soberanamente, seja como secretário perpétuo, seja por suas intrigas. Sua influência e suas manobras nesse gênero se estendiam bem além de Paris. “Acabo, escrevia a Voltaire, de fazer entrar na academia de Berlim Helvetius e o cavaleiro Jaucourt”. Ele dispensava cuidados todos particulares àqueles que destinava a formar outros adeptos, confiando-lhes as funções de professores ou de preceptores. Ele teve êxito em colocá-los em todas as províncias da Europa e todos o mantinham ao par da propaganda filosófica. “Eis, meu caro filósofo, escrevia ele a Voltaire, na alegria de sua alma ruim, eis o que foi proferido em Cassel no dia 8 de abril (1772), na presença de Monsenhor, o *landgrave*¹⁶ de Hesse-Cassel, de seis príncipes do império e da mais numerosa assembléia, por um professor de história que dei a Monsenhor, o *landgrave*”. A peça enviada era um discurso cheio de invectivas contra a Igreja e o clero.

Era sobretudo junto aos jovens príncipes destinados a governar os povos que importava aos conjurados colocar preceptores iniciados nos mistérios.

A correspondência deles mostra a atenção em não negligenciar um meio tão poderoso. Usaram de todos os artifícios para colocar junto ao herdeiro de Luís XVI um padre disposto a inspirar seus princípios ao ilustre aluno, como eles tinham conseguido colocar o abade Condillac junto ao Infante de Parma¹⁷. No entanto, não foi dado aos conjurados verem o filosofismo sentado sobre o trono dos Bourbons, como estava sobre os tronos do Norte. Mas Luís XV, sem ser ímpio, sem poder ser contado entre o número de seus adeptos, nem por isso deixou de ser uma das grandes causas do progresso da conjuração anticristã. Ele o foi pela dissolução de seus costumes e pela publicidade de seus escândalos. Ademais, Luís XV se cercou

inviolável relativamente a tudo o que se passava. Como semelhantes assembléias, assim secretas, são muito perigosas dentro de um Estado, sendo compostas de senhores, sobretudo nas circunstâncias da mudança que acaba de acontecer no ministério, o cardeal Fleury entendeu dever reprimir essa ordem de cavalaria em seu nascimento, e interditou todos esses senhores de se reunirem e de manterem semelhantes capítulos”. T. II, março de 1737, p. 448).

Em 1738, veio à lume em Dublin um livro que a F.-M. publicou especialmente para a França. O título é: *Relation apologique et historique de la Société des Francs-Maçons*, por S.G.D.M.F.M. Essa apologia foi condenada pela Santa Sé em fevereiro de 1739. Clemente XII acabava de lançar a primeira bula papal contra a F. M.; o cardeal Fleury tinha dado ao chefe de polícia Hérault a ordem de fazer uma pesquisa nas assembléias dos Free-Mason e em 14 de setembro de 1737 uma sentença da polícia proibira suas reuniões. A atenção dos poderes espiritual e temporal era chamada sobre a seita. O poder civil, que tinha em mãos os meios de coerção, não soube ir até o fim.

¹⁶ Título ou dignidade de alguns príncipes alemães. (N. do T.)

¹⁷ O grão-duque Nicolas Mikhailowitch da Rússia acaba de publicar um livro, *Comte Paul Stroganow*. Stroganow foi confiado por sua família aos cuidados do futuro convencional e regicida Romme, como Alexandre I, do qual se tornou amigo e conselheiro, teve por preceptor o iluminista La Harpe. Romme levou seu aluno para França e não o deixou faltar a uma só sessão da Constituinte, “a melhor escola de direito público”. Em janeiro de 1790, Romme funda um clube, a “Sociedade dos Amigos da Lei”; nele faz entrar seu aluno, ao qual dá desde logo o nome de Paul Otcher. Em 7 de agosto de 1799, Paul Otcher é recebido como membro do clube dos jacobinos. Catarina, advertida por seu embaixador, chama então Stroganow, que deve retornar à Rússia.

ou se deixou rodear de ministros sem fé, que tiveram relações íntimas com Voltaire e seus conjurados.

Barruel consagra os capítulos XII a XVI de seu primeiro volume em mostrar as conquistas que eles fizeram entre as cabeças coroadas, os príncipes e as princesas, os ministros, os grandes senhores, os magistrados, os homens de letras, e enfim, aí de nós! no clero.¹⁸ É verdadeiro dizer que os conjurados tirados do corpo eclesiástico eram quase todos daqueles que se chamavam “abades de corte”. Barruel presta uma homenagem bem merecida ao conjunto do clero da França na véspera da Revolução. Ele louva particularmente os eclesiásticos que, por seus escritos, se esforçaram em entrar a corrupção dos espíritos, tão ardentemente perseguida pelos conjurados.



¹⁸ O I.: J. Emile Daruty intercalou numa de suas obras um *Quadro dos Oficiais e Membros do Grande Oriente da França, em 1787*.

Essa lista compreendia: 1 príncipe de sangue: o duque de Orléans, Grão-Mestre; 2 duques: o duque de Luxemburgo, Administrador Geral; o duque de Crussol, Grande Conservador da Ordem na França; *treze* padres, religiosos: *Oficial Honorário*: Pingré (abade Alexandre Guy), membro da Academia Real das Ciências, bibliotecário da Abadia de Santa Genoveva; — *Oficiais em exercício*: Beaudeau (abade), preboste mitrado de Vidzini, vigário-geral e plenipotenciário do Príncipe Bispo de Vilna; Coquelin (abade), cônego da igreja Real de Santo Aubin, de Crespy en Valois; — Sauvigne (abade); — Vermondans (abade), *capelão do Rei!!!* — *Deputados não dignatários*: Baudot, religioso beneditino; — Bertolio (abade Antoine René Constance), substituto do Grande Mestre do Rito Escocês Filosófico em 1776; — Champagne (abade Jean François), professor fundador do Colégio Luís-o-Grande; — Expilly (abade Jean Joseph d'); — Guessier de la Garde de Longpré, padre, doutor em teologia; — Le Febvre (abade), procurador-geral da Abadia Real de Santa Genoveva; — Robin, religioso beneditino; um dos fundadores da loja *As Nove Irmãs*, da qual ainda fazia parte em 1806, e Tavernier (abade), cônego da igreja de Meaux (*op. cit.*, pp. 161 a 169, inclusive).

Não é sem interesse anotar que o Capelão de Luís XVI, abade de Vermondans, era, em 1787, Oficial do Grande Oriente de França. O infortunado monarca estava, pois, rodeado de todos os lados por franco-maçons, desses franco-maçons que se tinham juntado aos *Iluministas*, como veremos mais adiante, para votar sua morte na Convenção de Wilhelmsbad!

CAPÍTULO XII

A FRANCO-MAÇONARIA NO SÉCULO XVIII

II. — OS ANARQUISTAS

Os Enciclopedistas não foram os únicos a preparar a Revolução; Barruel não o ignorava. Ele divide em três classes os demolidores que sabotam os fundamentos da sociedade cristã. Voltaire e os seus, que ele chama de “sofistas da impiedade”, porque seu principal objetivo era derrubar os altares de Nosso Senhor Jesus Cristo; os franco-maçons, que ele chama de “sofistas da rebelião”, porque eles se propõem — pelos menos os que conheciam o segredo da seita — derrubar os tronos dos reis; os iluministas, que ele chama de “sofistas da anarquia”, porque, ao juramento de derrubar os altares de Cristo eles acrescentaram o de destruir toda e qualquer religião, e ao juramento de derrubar os tronos, o de fazer desaparecer todo governo, toda propriedade, toda sociedade governada pelas leis.

Mais tarde veremos aparecer os Maçons das Lojas, que retomaram, após a Revolução, a obra que ela não pudera terminar completamente. Os *carbonari*, ou Maçons das Lojas inferiores, terão por missão especial suscitar a revolução política e substituir as monarquias pelas repúblicas; a Grande Loja, a de destruir a soberania temporal dos Papas, e de assim preparar a ruína do Poder espiritual.

Barruel chama, pois, os franco-maçons, em razão da função própria atribuída àqueles de sua época: “os sofistas da rebelião”; rebeldes, posto que tinham como meta a derrubada dos tronos; sofistas, porque o primeiro meio empregado para chegar a esse resultado era a propagação no seio da sociedade de um sofisma, o sofisma da igualdade, pai da anarquia.

À medida que avançarmos neste estudo, veremos cada vez melhor que o sofisma e a mentira sempre foram e ainda são os grandes meios de ação empregados pela seita para chegar a seus fins. Eles não poderiam desejar que fosse de outra maneira, pois precisam ocultar aos olhos do público e aos olhos dos próprios franco-maçons aquilo que o Poder oculto busca, aquilo que ele os faz executar.

Aí está a razão pela qual o primeiro sofisma empregado para conduzir a revolução foi chamado de SEGREDO MAÇÔNICO por excelência.

Barruel narra com ele pôde um dia se introduzir numa loja para assistir à admissão de um aprendiz.¹ “O ponto importante para mim, diz ele, era aprender o famoso segredo da maçonaria. Fez-se passar o recipiendário sob a abóbada de aço para chegar diante de uma espécie de altar, no qual se fez um discurso sobre a inviolabilidade do segredo que lhe ia ser confiado e sobre o perigo de faltar ao juramento que devia pronunciar. O recipiendário jura que quer ter a cabeça cortada se vier a trair o segredo. O Venerável, sentando sobre um trono atrás do altar, diz então: “Meu caro I.:., o segredo da franco-maçonaria consiste nisto: Todos os homens são iguais e livres, todos os homens são irmãos”. O Venerável não acrescentou mais nenhuma palavra. Os presentes se abraçaram e passaram ao jantar maçônico. “Eu estava então, continua Barruel, tão longe de suspeitar uma intenção ulterior nesse famoso segredo, que quase estourei de rir quando o ouvi e disse àqueles que me tinham introduzido: Se é esse todo o vosso grande segredo, faz muito tenho que o

¹ T. II, p. 278 e segtes. Edit. princeps.

conheço”. E, com efeito, se se compreende por “igualdade” e “liberdade” que os homens não são feitos para serem escravos de seus irmãos, mas para gozar da liberdade que Deus dá a Seus filhos; se por “fraternidade” se quer dizer que sendo todos filhos do Pai celeste, os homens devem todos se amar, ajudar-se mutuamente como irmãos, não se percebe que haja necessidade de ser maçom para aprender essas verdades. “Eu as achei bem melhor ditas no Evangelho do que nos seus jogos infantis”, diz Barruel. Ele acrescenta: “Devo dizer que em toda loja, por mais numerosa que fosse, não vi um só maçom dar ao grande segredo um outro significado”.

Barruel observa que havia ali apenas não-iniciados; e a prova que oferece é que nenhum daqueles que assistiam àquela sessão se deixou levar pela Revolução, exceto o Venerável.

Dá-se que, com efeito, se a franco-maçonaria é uma associação muito numerosa de homens, unidos pelos juramentos e que lhe emprestam uma cooperação mais ou menos consciente e mais ou menos direta para a obra proposta, há apenas um pequeno número de iniciados que conhecem o objetivo último da própria associação. Era preciso encontrar esse objetivo, para aquela época, nas palavras “Igualdade, Liberdade”, posto que eram dadas ao aprendiz como o segredo da sociedade, segredo a ser guardado sob as mais graves penas, consentidas quando do juramento, segredo a ser meditado e cujo sentido profundo seria liberado pouco a pouco nas sucessivas iniciações.

Em sua recente obra, Gustave Bord confirma essa maneira de ver. Também segundo ele, a primeira sugestão lançada no mundo pela franco-maçonaria para preparar os caminhos para a Jerusalém da nova ordem, o Templo que os franco-maçons querem levantar sobre as ruínas da civilização cristã, foi a idéia da igualdade.

Nosso Senhor Jesus Cristo pregara a igualdade, mas uma igualdade que procedia da humildade que Ele soube colocar nos corações dos grandes. “Os reis dominam as nações. Quanto a vós, não procedais assim: mas que o maior dentre vós seja como o último, e aquele que governa como aquele que serve” (Lucas, XXII, 25-26). Essa igualdade de condescendência, que inclina os grandes em direção aos pequenos, a franco-maçonaria quer substituir pela igualdade do orgulho, que diz aos pequenos que eles têm o direito de se considerarem no nível dos grandes ou de os rebaixarem até eles. A igualdade orgulhosa, pregada por ela, diz também assim ao bruto como ao infortunado: “Vós sois iguais às mais altas inteligências, aos poderosos e aos ricos e vós sois a *maioria*. A palavra “liberdade” tinha esse significado preciso: a igualdade perfeita só pode ser encontrada na liberdade total, na independência de cada um, relativamente a todos, após a ruptura definitiva dos laços sociais. Não mais mestres, não mais magistrados, não mais pontífices nem soberanos; todos iguais sob o nível maçônico, e livres para seguirem seus instintos, — tal era o significado total das palavras: *igualdade, liberdade*.

Esse duplice dogma maçônico devia ter e tem por efeito destruir toda a hierarquia e substituí-la pela anarquia, isto é, suprimir a sociedade. Ao passo que a doutrina pregada por Nosso Senhor Jesus Cristo teve por efeito a abolição da escravidão e o exercício de uma autoridade e de uma obediência que tomaram, uma a inspiração, outra o poder, da vontade de Deus, o que regenerou a humanidade e produziu a civilização cristã.

“A idéia da igualdade orgulhosa que a franco-maçonaria esforçou-se em fazer entrar nas entranhas da nação é, diz Gustave Bord, a mais nefasta, a mais terrível que se possa imaginar. A substituição da idéia de hierarquia pela idéia de igualdade é destruidora de toda a idéia social. Ela conduz as sociedades aos piores cataclismos”.

E mais adiante: “As idéias de igualdade social impregnaram suas idéias (dos franco-maçons) a tal ponto que elas se manifestaram antes de suas idéias antireligiosas, que por sua vez triunfaram não como único objetivo da maçonaria, mas como consequência da aplicação de suas teorias de igualdade ao extremo, após tê-las

aplicado à vida social e política; não somente eles se impregnaram delas, mas ainda farão a França e a Europa inteira adotarem suas doutrinas, tornadas a razão de ser das novas sociedades”.

Foi em 12 de agosto de 1792 que a maçonaria julgou que o tempo do mistério havia passado, que o segredo seria inútil dali em diante. “Até então os jacobinos não tinham datado os fastos de sua Revolução senão pelos anos de sua pretendida *liberdade*. Nesse dia, Luís XVI, quarenta e oito horas após ter sido declarado pelos rebeldes destituído de todos os direitos ao trono, foi levado cativo às torres do Templo. Nesse mesmo dia, o conjunto dos rebeldes decidiu que à data da *liberdade* seria dali em diante acrescentada nos atos públicos a data da *igualdade*. Esse próprio decreto foi datado como sendo do quarto ano da *liberdade*, como do primeiro ano, primeiro dia da *igualdade*.²

“Nesse mesmo dia, pela primeira vez, brilhou enfim publicamente esse segredo tão caro aos franco-maçons, prescrito em suas lojas com toda a fé do mais inviolável juramento. À leitura desse famoso decreto eles exclamaram: “Enfim, eis-nos aqui; a França inteira não é mais do que uma Loja; os franceses são todos franco-maçons e o universo inteiro logo será como nós. Fui testemunha dessas manifestações; ouvi as perguntas e as respostas a que deram ensejo. Vi os até então mais reservados maçons responderem dali em diante sem o menor constrangimento: “Sim, enfim, eis cumprido o grande objetivo da franco-maçonaria. *Igualdade e Liberdade: todos os homens são iguais e irmãos; todos os homens são livres*; aí estava a essência de nosso código, todo o objetivo de nossos desígnios, todo o nosso grande segredo”. Ouvi mais especialmente as palavras saírem da boca dos mais zelosos franco-maçons; daqueles que eu vira condecorados com todas as ordens da franco-maçonaria e revestidos com todos os direitos para presidir as lojas”.³

Coisa curiosa: era estritamente proibido aos franco-maçons apresentar aos profanos essas duas palavras justapostas: Igualdade, Liberdade (é a ordem em que então se encontravam). “Essa lei, diz Barruel, era tão bem observada pelos escritores maçônicos, que não lembro de jamais tê-la visto violada em seus livros, apesar de ter lido um grande número e dos mais secretos. O próprio Mirabeau, ainda quando dava a impressão de trair o segredo da maçonaria, não ousava revelar-lhe senão uma parte, liberdade, aqui, igualdade de condições, lá. Ele sabia que ainda não tinha chegado o tempo em que seus I.: poderiam perdô-lo por ter, mediante a justaposição dessas duas palavras, despertado a atenção sobre o sentido que elas poderiam tomar, esclarecidas uma pela outra”.

A palavra “liberdade”, considerada isoladamente e em si mesma, apresenta ao espírito não uma coisa misteriosa e secreta, mas uma coisa conhecida e

² É de se notar que as duas palavras que compõem o nome que os franco-maçons se atribuíram indicam, a primeira, o que eles são, ou pelo menos o que querem ser e todo o gênero humano com eles, isto é, livres ou *francs*, no sentido determinado de independência; e a segunda, o que eles querem fazer: *maçonner*, construir o TEMPLO. Mais tarde diremos o que esse templo quer ser.

Somente mais tarde a palavra fraternidade completou a trilogia. Ela serviu de máscara para a sociedade, com o intuito de fazê-la parecer uma instituição benfazeja.

Observamos que a fórmula sagrada dos mistérios maçônicos era tão preciosa para Voltaire que Franklin, tendo tido a baixeza de apresentar-lhe os filhos para serem abençoados, ele pronunciou sobre eles apenas estas palavras: Igualdade, Liberdade. (Condorcet, *Vie de Voltaire*).

³ “Existe, diz Barruel, um livro impresso há cinquenta anos (por conseguinte por volta de 1750), sob o título: *De l'origine des francs-maçons et de leur doctrine*. Essa obra ter-me-ia sido muito útil, se eu a tivesse conhecido antes. Que não me acusem de ter sido o primeiro a desvendar que uma igualdade e uma liberdade ímpias e desagregadoras constituíam o grande segredo dos bastidores das lojas. O autor afirmava-o tão positivamente quanto eu e o demonstrava claramente, seguindo passo a passo os graus da maçonaria escocesa, tal como então existiam”.

eminentemente boa. É mesmo o dom mais precioso que Deus concedeu à natureza humana, aquele que a coloca num reino tão superior ao ocupado pelos animais: o dom de praticar atos que não sejam obrigatórios e que, por conseguinte, trazem com eles a responsabilidade e o mérito, e por isso permitem a cada um de nós crescer indefinidamente.

A palavra “igualdade” aplicada ao gênero humano indica que, na diversidade das condições, a comunidade de origem e de fim último dá a todas as pessoas que a compõem a mesma dignidade.

Também a franco-maçonaria não via nenhum inconveniente, longe disso, em ser apresentada a estes como glorificadora da liberdade, àqueles como glorificadora da igualdade. O que ela não queria fora de suas lojas, o que ela, ao contrário, queria no seu interior, é que essas palavras fossem apresentadas juntas e unidas. A inteligência do que ela tivera a intenção de colocar na reunião dessas palavras, eis o que ela queria fosse apreendido por seus adeptos e escondido aos leigos. Aí estava seu mistério. E esse mistério, ainda hoje importa não manifestá-lo à luz do dia, porque a franco-maçonaria não cessou de mistificar o público com essas palavras, que ela e os seus tomam num sentido e as pessoas de bem em outro.

Assinalemos, inicialmente, qual o gênero de igualdade que a franco-maçonaria exaltava em suas lojas. Todos os maçons, fossem eles príncipes, eram “Irmãos”. A igualdade que ela estabelecia entre eles marcava que aquilo que ela se impusera como missão de estabelecer no mundo não era a igualdade, que temos segundo nossa origem comum e nosso destino comum, mas a igualdade social, que deve abolir toda hierarquia e conseqüentemente toda autoridade, fazer reinar a anarquia. A palavra liberdade unida à palavra igualdade acentuava ao último grau esse significado. Isto traduziria que a igualdade não se encontraria senão na liberdade, vale dizer, na independência de todos relativamente a todos, após a ruptura de todos os liames que ligam os homens uns aos outros. Assim, nada mais de mestres, nem de magistrados, nada mais de padres, nem de soberanos e, em conseqüência, nada de subordinados a nenhum título: todos iguais sob o nível maçônico, todos livres, com a liberdade dos animais, podendo seguir seus instintos.

Era a isso que a franco-maçonaria queria desde logo chegar, é para aí que ela queria levar o gênero humano; mas era um segredo a ser guardado. Espalhemos no meio do povo as palavras liberdade e igualdade; mas guardemos para nós o significado último.

Já Voltaire declarara querer dar liberdade à razão oprimida pelo dogma, e restabelecer entre os homens a igualdade que o sacerdócio, armado da Revelação, havia rompido. “Nada há de tão pobre e de tão miserável, dizia Voltaire, como um homem que recorre a outro homem para saber no que ele deve crer”.⁴ Ele invocava com seus desejos “aqueles dias em que o sol iluminará apenas os homens livres, que não reconhecerão outros mestres além de sua razão”.⁵

A essa primeira igualdade na incredulidade, a alta maçonaria julgou ser necessário juntar uma outra, a igualdade social. Era necessário, por conseguinte, desfazer-se dos reis, assim como dos padres, abater os tronos, assim como os altares, e antes de tudo aquele que dominava todos os outros, o trono dos Bourbons. *Lilia pedibus destrue*,⁶ foi a palavra de ordem que se espalhou de loja em loja, e daí, no meio do povo.

Nas lojas ouvia-se que não existe liberdade nem igualdade para um povo que não é soberano, que não pode fazer suas leis, que não pode nem revogá-las, nem mudá-las.

⁴ Carta ao duque de Usez, 19 de novembro de 1760.

⁵ Condorcet. *Esquisse d'un tableau historique du progrès de l'esprit humain*. (Época 9).

⁶ Destrói os lírios (as flores de lis) pela base (N. do T.).

Para o povo não há necessidade de longas explicações. Basta fazê-lo ouvir essas palavras: liberdade, igualdade. Ele compreende, e logo se mostrará pronto para os combates que os objetos de seus mais ardentes desejos deveriam proporcionar-lhe. Assim, num instante, armado de lanças, baionetas e archotes, ele se lançou à conquista da liberdade e da igualdade. Ele soube onde encontrar os castelos a serem queimados e as cabeças a serem cortadas para nada mais ver acima de si, e em tudo e por tudo ter liberdade de ação.

Não se injuria a franco-maçonaria quando se afirma que o segredo que ela ocultara sob essas palavras, liberdade e igualdade, era a Revolução com todos os seus horrores.

Citemos, no entanto, por causa de sua importância e de sua clareza, o que diz John Robison, professor de filosofia natural e secretário da Academia de Edimburgo. Ele se tornou maçom na segunda metade do século XVIII e logo obteve o grau de Mestre escocês. Com esse título ele visitou as lojas da França, Bélgica, Alemanha e Rússia. Adquiriu tão grande crédito junto aos franco-maçons, que estes lhe ofereceram os mais elevados graus. Foi então, em 1797, que ele publicou o resultado de seus estudos num livro intitulado *Preuves des conspirations contre toutes les religions et tous les gouvernements de l'Europe, ourdies dans les assemblées secrètes des illuminés et des francs-maçons*. “Tive, disse ele, as oportunidades de acompanhar todas as tentativas realizadas durante cinquenta anos, sob o pretexto especioso de esclarecer o mundo com a chama da filosofia, e de dissipar as nuvens de que se servem a superstição religiosa e civil para manter o povo da Europa nas trevas da escravidão”. Sempre as mesmas palavras para exprimir as mesmas intenções: liquidar com a civilização cristã para substituí-la por uma civilização baseada unicamente na razão e que deve dar satisfação aqui em baixo a todas as concupiscências da natureza.

“Vi, continua John Robison, formar-se uma associação que tinha por único objetivo destruir, até seus fundamentos, todas as instituições religiosas, e derrubar todos os governos existentes na Europa. Vi essa associação divulgar seus sistemas com um zelo tão alentado, que ela se tornou quase irresistível; e percebi que os personagens que tiveram maior participação na Revolução francesa eram membros dessa associação, que seus planos foram concebidos segundo seus princípios e executados com sua assistência”.

Um personagem ainda mais autorizado, o conde Haugwitz, ministro da Prússia, acompanhou seu soberano no congresso de Verona, e, naquela augusta assembléia, leu um memorial que teria podido intitular: “Minha confissão”. Ele diz nesse memorial que não somente foi franco-maçom, mas que foi encarregado da direção superior das reuniões maçônicas de uma parte da Prússia, da Polônia e da Rússia. “A maçonaria, diz ele, estava então dividida em duas partes nos seus trabalhos secretos”; aquilo que um outro maçom chama de “parte pacífica”, encarregada da propagação das idéias, e de “parte guerreira”, encarregada de fazer as revoluções. “As duas partes davam-se as mãos para chegarem à dominação do mundo... Exercer uma influência dominadora sobre os soberanos: tal era nosso objetivo”.⁷ Essa vontade de chegar à dominação do mundo é própria dos judeus; nisto os franco-maçons não são senão instrumentos deles; ela explica quase todos os acontecimentos dos dois últimos séculos, e sobretudo os do momento atual.

⁷ O escrito desse homem de Estado foi publicado pela primeira vez em Berlim, em 1840, na obra intitulada: *Dorow's Dnkschriften und Briefen zur charackteristick der Wett und litteratur* (T. IV, p. 211e 221).

A Revolução é o fato da maçonaria; ou melhor, como diz Henri Martin, “a franco-maçonaria foi o laboratório da Revolução”.⁸ Ela própria, ademais, não se omite em reivindicar a honra de ter posto a Revolução no mundo.

Na Câmara dos Deputados, na sessão de 1º de julho de 1904, tendo o marquês de Rosanbo dito: “A franco-maçonaria trabalhou na surdina, mas de uma maneira constante para preparar a Revolução”,

“JUMEL — É isto, com efeito, do que nos vangloriamos.

“Alexandre ZÉVAËS — É o maior elogio que o senhor nos poderia fazer.

“Henri MICHEL (Bouches-du-Rhône) — É a razão pela qual o senhor e seus amigos a detestam”.⁹

Rosanbo replicou: “Estamos, pois, perfeitamente de acordo a respeito desse ponto: que a maçonaria foi a única autora da Revolução, e os aplausos que ela recolhe da esquerda, e aos quais estou pouco habituado, provam, senhores, que reconheceis comigo que ela fez a Revolução francesa.

JUMEL — Fazemos mais do que reconhecer. Nós o proclamamos”.

Num relatório lido na Sessão Plenária das Respeitáveis Lojas *Paz e União* e *Livre Consciência*, no Oriente de Nantes, em 23 de abril de 1883, uma segunda-feira, lemos:

“Foi de 1772 a 1789 que a Maçonaria elaborou a grande Revolução que devia mudar a face do mundo...

“Foi então que os franco-maçons vulgarizaram as idéias que tinham recebido em suas lojas... (Relatório, p. 8)”.

Na circular que o grande conselho da ordem maçônica enviou a todas as lojas para preparar o centenário de 89, encontramos a mesma afirmação seguida de uma ameaça: “A maçonaria, que preparou a Revolução de 1789, tem por dever continuar sua obra; o atual estado dos espíritos compromete-a com isso”.

Bem antes disso, em 1776, Voltaire escrevera ao conde d'Argental: “De todos os lados se anuncia uma Revolução”.

Ele conhecia o que ele e seus amigos das lojas preparavam para a Igreja e para a sociedade; o convencional Guffroy caracterizou-a assim: “Jamais a história dos povos bárbaros, jamais a história pavorosa dos tiranos, oferecerão a imagem de uma conspiração mais espantosa nem melhor combinada contra a humanidade e a virtude”.

Já nesse mesmo ano de 1776 a comissão central do Grande Oriente tinha escolhido, entre os maçons, homens encarregados de percorrer as províncias e de visitar as lojas em toda a extensão da França, para adverti-las de se manterem prontas para oferecer seu concurso ao que se ia cumprir.¹⁰

⁸ *Histoire de France*, t. XVI, p. 535.

⁹ *Journal Officiel*, 2 de julho, p. 1799.

¹⁰ Eis aqui, como exemplo, o que, segundo o testemunho de Barruel, foi tentado em Flandre:

“Desde o ano de 1776, a comissão central do *Oriente* encarregou seus deputados de predispor os irmãos à insurreição, de percorrerem e visitarem as lojas em toda a extensão da França, de apressá-las, de concitá-las em virtude do juramento maçônico, e de lhes anunciar que era tempo enfim de dar cumprimento a esse juramento pela morte dos tiranos.

“Aquele dentre os grandes adeptos que teve por missão as províncias do norte, era um oficial de infantaria chamado Sinetty. Suas marchas revolucionárias o levaram a Lille. O regimento de Sarre estava então servindo nessa cidade. Importava aos conjurados garantir sobretudo os irmãos com os quais contavam entre os militares; a missão de Sinetty teve o sucesso do qual ele se vangloriara, mas a maneira pela qual ele se desincumbiu dela basta para o nosso objetivo. Para contá-la, vou apenas repetir aqui a exposição que me quis fazer uma testemunha ocular, então oficial desse regimento de Sarre, escolhido por Sinetty para escutar o objetivo de seu apostolado, assim como vários outros do mesmo regimento.

“Nós tínhamos, dizia-me aquele digno militar, nossa loja maçônica; *ela era para nós, como para a maioria dos outros regimentos, apenas uma verdadeira brincadeira*; as provas dos novos que chegavam

Copin-Albancelli fez uma observação muito justa: “Para chegar a tornar-se a mestra dos destinos da França, a franco-maçonaria precisou de setenta anos de preparação.

“Por que tanto tempo? Isto está relacionado ao método que ela estava obrigada a empregar.

“Quando a maçonaria apareceu na França, vinda da Inglaterra, sob a Regência, ela era totalmente impotente. Não obstante, ela visava desde logo destruir as tradições francesas, quer dizer, os elementos de que se compunha o ser chamado França. Fazer da França uma outra França! Como chegar à realização desse objetivo, tão louco como se se tentasse fazer de um homem um anti-homem, da Humanidade uma anti-Humanidade?

“O poder oculto maçônico, não podendo agir pela força, posto que na origem ela não possuía a força, estava reduzido a agir por persuasão, por sugestão. Mas não é fácil sugerir a uma nação que ela deve destruir suas tradições, isto é, destruir a si própria. Não se pode esperar um tal resultado senão procedendo por sugestões sucessivas, dirigidas com extrema habilidade e prodigiosa hipocrisia; uma hipocrisia cuja medida é dada pelo fato de que a divisa *liberdade, igualdade e fraternidade*, que não cessaram de apresentar, como se se tratasse de seduzir a nação, como uma carta de emancipação e de universal felicidade, manifestou seu veneno quando chegou a dominar esta nação, pelo terror e pela guilhotina.

“Para fazer aceitar toda a série das sugestões pelas quais era necessário passar, para criar os estados de espírito intermediários indispensáveis à obtenção do resultado almejado, compreende-se que tenha sido necessário muito tempo”.

Lançando daí seu olhar sobre o que acontece hoje, Copin-Albancelli acrescenta: “A franco-maçonaria preparou, pois, seu primeiro reino durante cerca de setenta anos. Ora, esse reino não durou senão alguns anos. Sufocada pelo sangue do Terror e pela lama do Diretório, a franco-maçonaria se reencontrou tão fraca quanto era nos seus primórdios.

serviam de diversão para nós; nossas refeições maçônicas tornavam encantador nosso lazer e nos repousavam dos trabalhos. Vós percebeis bem que *nossa liberdade e nossa igualdade* não eram nada menos do que a liberdade e a igualdade dos jacobinos. A grande generalidade e quase universalidade dos oficiais souberam-no demonstrar quando a Revolução chegou.

“Não pensávamos em nada menos do que nessa Revolução, quando um oficial de infantaria chamado Sinetty, famoso franco-maçom, apresentou-se em nossa loja. Foi recebido como irmão. Inicialmente não manifestou nenhum sentimento contrário aos nossos. Mas poucos dias após, ele próprio convidou vinte de nossos oficiais para uma assembléia particular. Acreditamos que ele queria simplesmente retribuir-nos a festa que lhe havíamos oferecido.

“Acedendo a seu convite, encontramos-nos numa pequena quinta chamada *A Nova Aventura*. Esperávamos uma simples refeição maçônica, quando eis que ele toma a palavra, como orador que tem importantes segredos a desvendar de parte do Grande Oriente. Nós escutamos. Imagine nossa surpresa quando o vimos subitamente adotar o tom da ênfase, do entusiasmo, para dizer-nos que era tempo enfim; que os projetos tão dignamente concebidos, tão longamente meditados pelos verdadeiros franco-maçons, deviam-se cumprir; que o universo enfim ia ser libertado de suas amarras; que os tiranos chamados reis seriam vencidos; que todas as superstições religiosas dariam lugar à luz; que a liberdade, a igualdade, iriam substituir a escravidão na qual o universo geme; que o homem, enfim, iria retomar seus direitos.

“Enquanto nosso orador se aplicava a essas declamações, olhávamos uns para os outros como a dizer: Quem é esse louco? Alvitramos em escutá-lo durante mais de uma hora, reservando-nos de rir livremente entre nós. O que nos parecia mais extravagante era o tom de confiança com o qual ele anunciava que dali em diante os reis ou os tiranos se oporiam em vão aos grandes projetos; que a Revolução era infalível e que ela estava próxima; que os tronos e os altares iam cair.

“Ele percebeu, sem dúvida, que não éramos maçons da sua espécie; deixou-nos para ir visitar outras lojas. Após termo-nos divertido com o que tomávamos como o efeito de um cérebro perturbado, quando tínhamos nos esquecido dessa cena, a Revolução veio nos ensinar o quanto nós nos tínhamos enganado” (BARRUEL, *Mémoires*, tomo II, p. 446). Em *Notas* sobre alguns pontos dos dois primeiros volumes, Barruel acrescenta outros testemunhos desse fato que ele acaba de relatar aqui.

“Ela foi obrigada a recomeçar seu trabalho subterrâneo, a preparar de novo os estados de espírito sobre os quais ela poderá se apoiar um dia para escalar, uma segunda vez, o poder que ela foi obrigada a abandonar. Não serão precisos menos de oitenta anos.

“Setenta anos de esforços pacientes e miseravelmente hipócritas, na primeira vez; oitenta anos, na segunda! Compreende-se que, instruída por suas primeiras experiências, ela não possa se decidir agora a largar o bocado!

“Ela não quer, pois, deixar o poder e nós podemos estar certos de que ela fará o impossível para aí permanecer e terminar enfim a obra de ruína para a qual, faz dois séculos, ela tem empregado tanta astúcia e tantas violências”.



CAPÍTULO XIII

A FRANCO-MAÇONARIA NO SÉCULO XVIII

III. — OS ILUMINISTAS

L Blanc, na sua *Histoire de la Révolution*, consigna a existência desses santuários mais tenebrosos do que as lojas, “cujas portas não se abrem ao adepto senão após uma longa série de provas calculadas de maneira a confirmar os progressos de sua educação revolucionária, a confirmar a constância de sua fé, a experimentar a têmpera de seu coração”.

É desses santuários que descem às lojas a “luz” e o estímulo.

Antes de 89, foi a seita dos “Iluministas” que imprimiu à franco-maçonaria as diretrizes requeridas para que pudesse implementar o projeto de revolucionar a França e a Europa. Após a Restauração, coube à Grande-Loja o papel de preparar os fatos aos quais assistimos e que devem completar e terminar a obra interrompida da Revolução.

“Após os trabalhos históricos desses últimos anos, diz Monsenhor Freppel, não é mais permitido ignorar a perfeita identidade das fórmulas de 1789 com os planos elaborados na seita dos Iluministas”.¹

Barruel trouxe à luz a organização dos Iluministas, suas doutrinas, a ação que ela exerceu sobre a franco-maçonaria e através desta sobre o movimento revolucionário.

Para fazer essas revelações, ele se apóia em documentos, sobre cuja origem e autoridade é preciso inicialmente falar.

Por volta do ano de 1781, a Corte da Baviera suspeitou da existência de uma seita que se constituíra naquele país para se sobrepôr à franco-maçonaria. Ela ordenou pesquisas, que os sectários tiveram a arte de afastar ou de tornar inúteis. No entanto, no dia 22 de junho de 1784, sua Alteza Eleitoral mandou publicar nos seus Estados a proibição absoluta de “toda comunidade, sociedade e confraria secreta ou não aprovada pelo Estado”. Muitos franco-maçons fecharam suas lojas. Os Iluministas, que tinham Il. na própria Corte, continuaram a realizar suas assembléias.

No mesmo ano, um professor de Munich, Babo, desvendou o que ele sabia acerca de da existência dos iluministas e de seus projetos num livro intitulado *Premier avis sur les francs-maçons*. O governo demitiu então Weishaupt da cadeira de Direito que ele ocupava em Ingolstadt, não porque soubesse ser ele o fundador do Iluminismo, coisa que não estava clara, mas na qualidade de “famoso mestre das lojas”.² Ao

¹ *La Révolution Française*. A propos du centenaire de 1789, p. 34.

² Weishaupt, “o mais profundo conspirador que jamais surgiu”, diz L. Blanc, mais conhecido nos *anais* de sua seita sob o nome de Spartacus, nasceu na Baviera por volta do ano de 1748. Eis o retrato que dele traça Barruel: “Ateu sem remorsos, hipócrita profundo, sem nenhum desses talentos superiores que dão à verdade célebres defensores, mas com todos os vícios e todo esse ardor que dão à impiedade, à anarquia grandes conspiradores. Esse desatrado sofista não ficará conhecido na história senão como o demônio, pelo mal que fez e pelo que pretendia fazer. Sua infância é obscura, sua juventude ignorada; na sua vida doméstica, um só traço escapa às trevas das quais se cerca, e esse traço é o da depravação, da perfídia consumada (incesto e infanticídio confirmados em seus próprios escritos).

“Mas é mais especialmente como conspirador que importa conhecer Weishaupt. Assim que a Justiça o descobre, ela o vê à frente de uma conspiração perto da qual todas aquelas dos clubes de d'Alembert e de Voltaire não passam de jogos infantis. Não sabemos, e é difícil comprovar, se Weishaupt teve um mestre, ou se ele foi o pai dos dogmas monstruosos sobre os quais fundou sua escola”.

mesmo tempo, dois professores de humanidades em Munique, o padre Cosandey e o abade Benner, que, após terem sido discípulos de Weishaupt, tinham se separado dele, receberam ordem para comparecer diante do tribunal do Ordinário, para aí declarar, sob juramento, o que eles tinham visto de contrário aos costumes e à religião entre os Iluministas. Não se sabia então que essas lojas de retaguarda também tinham por missão conspirar contra os governos. Barruel publicou os depoimentos que eles prestaram nos dias 3 e 7 de abril de 1786. O conselheiro palaciano Utschneider e o acadêmico Grümberger, que se haviam retirado da ordem quando lhe conheceram todo o horror, prestaram, igualmente, depoimento jurídico que Barruel também publicou.

Esses depoimentos, por importantes que fossem, não conduziram à adoção das medidas que reclamavam, seja porque os Iluministas tivessem inteligências no próprio seio do tribunal, seja porque o afastamento de Weishaupt levou a crer que a seita, estando decapitada, desapareceria por si mesma.

Foi preciso, diz Barruel, que o céu interferisse. Deposto de suas funções, Weishaupt tinha se refugiado em Ratisbonne, mais decidido do que nunca a prosseguir sua obra. Ele tinha junto a si um padre apóstata, chamado Lanz. No momento em que ele lhe transmitia suas instruções, antes de enviá-lo para levar à Silésia suas misteriosas e funestas maquinações, um raio caiu sobre eles e Lanz morreu ao lado de Weishaupt.³

O pavor não deixou aos conjurados liberdade de espírito suficiente para subtrair aos olhos da Justiça os papéis dos quais Lanz estava encarregado. A leitura desses documentos lembra os depoimentos de Cosandey, de Benner, de Utschneider e de Grümberger, e resolveu-se perquirir entre estes aquele que se sabia ter tido ligações mais estreitas com Weishaupt.

Em 11 de outubro de 1786, no momento em que Xavier Zwack, conselheiro palaciano da regência — chamado Caton na seita — se julgava ao abrigo de qualquer busca, magistrados se encaminharam para sua casa de Landshut. Outros, ao mesmo tempo, desceram ao castelo de Sanderstorf, que pertencia ao barão de Bassus — Aníbal para a seita. Essa visitas colocaram a Justiça na posse dos estatutos e das regras, dos projetos e dos discursos, em uma palavra, de tudo o que constituía os arquivos dos Iluministas. Em bilhetes, na sua maioria escritos em código por

Uma tradição que Barruel não pôde confirmar pretende que, por volta do ano de 1771, um negociante chamado Kolmer, após ter estado no Egito, pôs-se a percorrer a Europa. Dá-se-lhe por discípulo o famoso Cagliostro, e afirma-se que ele teve contactos com Weishaupt.

Pode ser que Kolmer fosse um mensageiro da comissão central das sociedades secretas internacionais, ou do Patriarca que, de um santuário impenetrável, rege e dirige a guerra contra a civilização cristã.

O objetivo do Iluminismo, aquilo a que ele devia conduzir jamais variou no espírito de Weishaupt: nada mais de religião, de sociedade, de leis civis, de propriedades, foram sempre os termos fixos de suas conspirações; mas ele compreendia que era necessário conduzir para esse fim seus adeptos escondendo-lhes seu pensamento último. Daí as iniciações misteriosas e sucessivas, que ocupam uma grande parte da obra de Barruel. “Não posso, escrevia Weishaupt a Xavier Zwack, empregar os homens tais como eles são: é preciso que eu os forme; é preciso que cada classe de minhas ordens seja uma escola de provas para a prova seguinte”.

Como seu segredo, seu pensamento último podia ser, um dia ou outro, divulgado, ele tomava muito cuidado em não expor sua pessoa. Ele escrevia a seus confidentes: “Conheceis as circunstâncias em que me encontro. É preciso que eu dirija tudo através de cinco ou seis pessoas: *é absolutamente necessário que eu permaneça desconhecido*” (escritos originais). “Quando o objeto desse desejo (o seu), dizia ele ainda, é uma Revolução universal, não seria possível divulgá-lo sem expor aquele que o concebeu à vingança pública. É na intimidade das sociedades secretas que é preciso saber propagar a opinião” (T. I, Lettres à Caton, 11 e 25).

³ Barruel dá aqui por referência, *Apologie des Illuminés*, p. 62.

Massenhausen, conselheiro em Munique — chamado Ajax pelos conjurados — encontravam-se receitas para fazer a *Acqua toffana*, para tornar insalubre o ar dos apartamentos etc. O arresto abrangeu, igualmente, uma coleção de cento e trinta sinetes de soberanos, senhores, banqueiros, e o segredo de imitar aqueles dos quais a ordem não podia dispor.

A conspiração de Weishaupt mostrou-se tão monstruosa nesses documentos, diz Barruel, que com dificuldade se podia conceber que toda a perfídia humana tivesse bastado para prestar-se a isso.

O Eleitor mandou depositar os documentos confiscados nos arquivos do Estado. Quis, ao mesmo tempo, advertir os soberanos do perigo que a todos ameaçava, a eles e a seus povos. Para tanto, mandou-os imprimir sob o título *ÉCRITS ORIGINAUX DE L'ORDRE ET DE LA SECTE DES ILLUMINÉS* na tipografia de Ant. François, editor da Corte de Munique, em 1787.

A primeira parte dessa obra contém os escritos descobertos em Lanshut, na casa do conselheiro da Regência Zwack, nos dias 11 e 12 de outubro de 1786.

A segunda parte contém aqueles que foram encontrados por ocasião da visita feita por ordem de Sua Alteza Eleitoral ao castelo de Sanderstorf.

No início do primeiro volume e no frontispício do segundo encontra-se esta advertência bem digna de atenção: “Aos que tiverem qualquer dúvida a respeito da autenticidade desta compilação basta que se apresentem aos Arquivos secretos de Munique, no qual se tem ordem para mostrar-lhes as peças originais”.

Nesses dois volumes encontramos reunido tudo o que pode evidenciar a mais característica conspiração anticristã. Aí se vêem os princípios, o objetivo, os meios da seita, as partes essenciais de seu código, a correspondência entre os adeptos e seu chefe, seus progressos e suas esperanças. Barruel, em suas *Mémoires*, reproduz as peças mais interessantes.⁴ Cada uma das potências da Europa recebeu pois esses documentos. Todas foram assim advertidas com provas autênticas sobre a monstruosa Revolução meditada para sua perdição e a de todas as nações. O próprio excesso das conspirações fê-las que as vissem, talvez, como quiméricas, até o momento em que estouraram os acontecimentos que elas preparavam.

Na Baviera, a cabeça de Weishaupt foi posta a prêmio; ele se refugiou junto de Sua Alteza o duque de Saxe-Gotha. A proteção que aí encontrou, e aquela de que

⁴ As outras obras das quais Barruel tirou suas provas são:

1ª. *Le véritable Illuminé* ou o perfeito *Rituel des Illuminés*. O barão Knigge, apelidado Philon na seita, que é o autor desse código, atestou nestes termos a sinceridade dessa publicação: “Todos esses graus, tal como os descrevi, apareceram este ano impressos em Edesse (vale dizer, em Francfort-sur-le-Mein) sob o título *Véritable illuminé*. Não sei quem é esse editor, mas os graus estão absolutamente como saíram de minha pena, tais como os redigi”. (*Dernier éclaircissement de Philon*, p. 96).

2ª. *Dernier éclaircissement de Philon* ou *Dernier mot de Philon*. Constituem as respostas de Knigge a diversas perguntas sobre suas ligações com os Iluminados.

3ª. Diversos trabalhos de Spartacus (Weishaupt) e de Philon (Knigge). Após os *Écrits originaux*, esta obra é a mais importante que se imprimiu sobre o Iluminismo.

4ª. *Histoire critique des grades de l'Illuminisme*. Tudo o que aí é dito está provado pelas próprias cartas dos grandes adeptos.

5ª. *L'Illuminé dirigeant*. É o complemento da de nº 3.

6ª. *Dépositions remarquables sur les Illuminés*. Como tudo é jurídico nesses depoimentos, como foram confirmados pelo juramento diante dos tribunais, nenhuma necessidade de insistir sobre sua força probante.

7ª. *Les apologies* dos Iluministas.

Além dos documentos que teve em mãos, Barruel pôde se informar através de outras vias. As viagens que tinha feito a diversos países, puseram-no em ligação com numerosos personagens que, de viva voz ou por correspondência, colocaram-no ao par do que se passava entre eles.

gozaram em diversas cortes vários de seus adeptos, explicam-se pelo número de seus discípulos que ele tinha nos mais eminentes cargos, mesmo ao nível dos príncipes.⁵

Excetuado Weishaupt, que soubera escapar dos juízes, nenhum dos conjurados foi condenado na Baviera a penas mais fortes do que o exílio ou uma prisão passageira, e desde Holstein até Veneza, desde Livonie até Estrasburgo, não foi feita a menor busca nas suas lojas. A maioria dos adeptos reconhecidos como os mais culpados encontrou mais proteção do que indignação. Assim, a seita se livrou de ter que abandonar a pátria. Zwack escreveu: “É preciso, para restabelecer nossos negócios, que entre os Il.: que fugiram a nossos adversários, alguns dos mais hábeis tomem o lugar de nossos fundadores, que se desfaçam dos descontentes e que, de acordo com novos eleitos, trabalhem para dar à nossa sociedade seu primeiro vigor”. Weishaupt, numa carta a Fischer, deixava ouvir essa ameaça contra os que o tinham expulsado de Ingolstad: “Um dia transformaremos sua alegria em prantos”.

Instruídos pelo valor dos documentos que Barruel arrola em suas *Mémoires*, podemos, com toda confiança, penetrar no antro dos Iluministas e transformar-nos em espectadores das tramas através das quais preparavam a Revolução.

Weishaupt era, como dissemos, professor na Universidade de Ingolstad quando lançou os fundamentos do Iluminismo, em 1º. de março de 1776. Entre os estudantes que seguiam seu curso, ele escolheu Massehausen, que depois foi conselheiro em Munique, e ao qual deu o nome de Ajax, e Merz, que mais tarde foi secretário do embaixador do Império em Copenhague; a este deu o nome de guerra de Tibério. Disse ao primeiro: “Jesus Cristo enviou Seus apóstolos para pregarem no universo. Tu, que és meu Pedro, porque te deixarei ocioso e tranqüilo? Vai, pois, e prega”. O ano de 1776 precede bem pouco o da Revolução; e aí estão seus frágeis princípios. Mas não esqueçamos que a franco-maçonaria era organizada há muito mais tempo e que a seita dos Iluministas não tinha senão que lhe dar seu último impulso.

Menos de dois anos mais tarde, no dia 13 de março de 1778, Weishaupt, numa carta dirigida a Tibério e Merz, assim se felicitava pelo sucesso de seu empreendimento: “Tenho extremo prazer em comunicar-vos os felizes progressos de minha ordem... Conjuro-vos, ponde mãos à obra. Em cinco anos, ficareis espantados com o que teremos feito. O mais difícil foi superado. Ireis perceber que dareis passos de gigantes”.

⁵ Barruel oferece uma lista dos personagens que fizeram parte da seita dos Iluministas desde sua fundação, em 1776, até a descoberta de seus escritos originais, em 1786. Encontramos aí os nomes próprios dos conjurados, seus nomes de guerra, suas residências, suas qualificações, funções e dignidades, etc.

Revelamos aqui o que segue por causa do interesse mais particular que apresenta.

No mundo eclesiástico: 1 bispo, vice-presidente do conselho espiritual em Munique, — 1 primeiro pregador, — 1 cura, — 1 padre, — 1 eclesiástico, — 2 ministros luteranos.

Na nobreza: 1 príncipe, — 2 duques, — 2 condes, — 7 barões.

Na magistratura: 1 conselheiro palaciano da Regência, — 1 vice-presidente, — 17 conselheiros, — 2 juízes, — 1 procurador, — 1 secretário dos Estados, — 1 secretário de embaixada, — 1 chanceler, — 1 coadjuvante e um secretário de coadjuvante, — 1 superintendente, — 1 tesoureiro, — 1 comissário, — 1 baillio.

No exército: 1 general, governador de Ingolstad, — 1 oficial, — 1 capitão, — 1 major.

No ensino: 1 professor de teologia católica e 1 professor de teologia protestante, — 4 professores, — 1 institutor numa casa principesca, — 1 governante dos filhos de um conde, — 1 bibliotecário, — 1 livreiro.

Outras profissões: O médico da alfândega do Eleitor, — um outro médico, — etc., sem contar, diz Barruel, um número prodigioso de outros adeptos designados somente por seus nomes de guerra e cujo verdadeiro nome não foi descoberto.

O que lhe dava esta confiança era a facilidade que encontrava para seduzir os homens que gozavam da consideração pública. Em Eichstad, onde se encontrava a loja que ele próprio presidia, levou suas tentativas até sobre dois cônegos.

Logo ele pôde enviar missionários para toda a Alemanha e toda a Itália. Mais tarde explicaremos como o Iluminismo se introduziu na França.

Do fundo de seu santuário, ele acompanhava todos os seus adeptos, mantendo com eles contínuas relações. A correspondência de Voltaire é prodigiosa, mas ela não se aproxima da de Weishaupt.

Aliás, como Voltaire, ou melhor, como d'Alembert, ele se esforçava em colocar seus homens junto aos príncipes, a introduzi-los em seus conselhos, a fazê-los penetrar em seus congressos.⁶ “A história sem dúvida um dia dirá com que arte ele soube, no congresso de Rastadt, fazer combinar os interesses da sua seita com os das Potências e com seus juramentos de destruí-las todas. Dentre seus discípulos, quem melhor o seguiu nesse aspecto foi Xavier Zwack: “Ninguém jamais soube melhor aparentar ares de um servidor zeloso por seu príncipe, por sua pátria e pela sociedade, ao mesmo tempo em que conspirava contra seu príncipe, sua pátria e a sociedade”.

Em diferentes lugares de sua obra, no curso da narração, Barruel é levado a falar dos grandes personagens que Weishaupt ganhou em grande número, seja por ele mesmo, seja por seus afilhados. Ele soube fazer desses príncipes instrumentos, apóstolos e propagandistas de uma conspiração da qual deveriam ser as primeiras vítimas.

Mas, aquilo a que Weishaupt mais se aplicou, foi em conquistar a direção da franco-maçonaria. Desde os primeiros dias da fundação da sua seita, e talvez mesmo antes, ele compreendia o partido que tiraria para suas conspirações da multidão de franco-maçons espalhados pelos diversos pontos do mundo, se um dia pudesse obter seu concurso.

No ano de 1777 ele ingressou na loja chamada São Teodoro, em Munique. Assim, ele tinha qualificação para se imiscuir nas suas convenções. O que ele próprio fizera, recomendava a seus iniciados que igualmente o fizessem. “Ele possuía os segredos da franco-maçonaria, observa Barruel, e os franco-maçons não conheciam os dele”. Weishaupt sabia que ele e os franco-maçons tendiam para o mesmo fim, mas se encontravam localizados, no caminho que para conduzia a esse fim, em pontos desigualmente distantes do objetivo. Veremos tudo isso se reproduzir no século seguinte com a Grande Loja. Copin-Albancelli, no seu livro *Le pouvoir occulte contre la France*, esclareceu definitivamente essa hierarquia entre as diversas sociedades secretas, e as superiores que, através de alguns de seus membros, penetram nas inferiores para imprimir-lhes a direção que sem dúvida elas próprias recebem de mais alto.

O demônio das Revoluções, diz Barruel, serviu Weishaupt à vontade para a execução de seu desígnio. Ele lhe enviou um barão de Hanover, chamado Knigge, “Philon-Knigge”. “Que me dêem seis homens dessa têmpera, disse Weishaupt quando o conheceu, e com eles eu mudo a face do universo”.⁷ Esses dois tições do inferno se completavam um ao outro. Uma ocasião única se apresentou para colocar seus desígnios em execução.

Corria o ano de 1780. Sob a proteção e os auspícios de Sua Alteza o príncipe Ferdinando, duque de Brunswick, uma assembléia geral dos deputados maçônicos acabava de ser convocada para Wilhelmsbad, no ano seguinte. “Não era uma sociedade insignificante, diz Barruel, aquela cujos deputados acorrem de todas as partes do mundo”. Muitos franco-maçons naquela época acreditavam poder chegar a

⁶ Ver Barruel, IV, p. 47, 52, 174, etc.

⁷ *Ecrits originaux*, t. I, carta 56.

três milhões o número de seus iniciados; os da loja *A Candura*, estabelecida em Paris, vangloriavam-se, em sua encíclica de 31 de maio de 1782, de serem um milhão somente na França.

“Que estranho interesse convoca para uma Corte da Alemanha, de todas as partes da Europa, do fundo mesmo da América, da África e da Ásia, os agentes, os eleitos de tantos homens, todos unidos pelo juramento de um segredo inviolável sobre a natureza de suas associações e sobre o objeto de seus mistérios? Que projetos traziam consigo os deputados de uma associação tão formidável?” A resposta é que a hora da Revolução estava decretada, que a hora da Revolução estava próxima. Nesse canto da Alemanha e através desse congresso se concebia e se inflamava o braseiro do qual devia partir o incêndio que ia devastar a Europa.

Outras assembléias de franco-maçons tinham sido realizadas nos últimos vinte anos em Brunswick, em Wiesbaden e em outras cidades alemãs; nenhuma tinha sido geral como essa; nenhuma reunira uma tal variedade de seitas. “Eram, de alguma maneira, diz Barruel, todos os elementos do caos maçônico reunidos no mesmo centro”.

“Os II.: chegavam de todos os lados munidos de passaportes de autoridades civis. Durante mais de seis meses eles entraram e deliberaram tranqüilamente na sua imensa e tenebrosa loja, sem que os magistrados se dignassem de se inquietar com o que ali se passava relativamente a eles e seus povos. Se os organismos religiosos, se o corpo episcopal ele próprio, tivessem, nesses dias, realizado uma assembléia geral, o soberano teria reclamado o direito de enviar emissários; ele os teria encarregado de vigiar para que, sob o pretexto de questões religiosas, não acontecesse nada de contrário aos direitos do Estado. Aqui, a política mereceu sem dúvida a confiança dos príncipes que os maçons contavam entre seus II.:.. Ela não sabia que não há para os adeptos desse nível senão meias-confidências.

Weishaupt enviou, pois, a Wilhelmsbad seu lugar-tenente Knigge,⁸ com o pensamento e talvez com a missão, recebida da direção suprema das sociedades secretas, que os havia convocado, de arrastar todas as diversas seitas da franco-maçonaria para o movimento revolucionário.

Knigge julgou mais conveniente manter-se à porta da assembléia, acompanhar o encaminhamento das matérias e agir mais por seus confidentes do que por si mesmo. Ele se serviu sobretudo do adepto *Minos*, isto é, do barão Dittfurth, conselheiro do Gabinete Imperial de Wetzlar, que ele sabia estar cheio de zelo e de entusiasmo pelo Iluminismo e que ele tivera o cuidado de fazer incluir na categoria dos deputados. “As principais disposições combinadas entre Knigge e Dittfurth, diz Barruel, foram decretadas pelo congresso”. Não entraremos no detalhe das manobras que ele realizou para alcançar seu objetivo; podem ser lidas no quarto volume das *Mémoires pour servir à l'histoire du jacobinisme*. Bastará dizer que seu objetivo foi atingido.

“Se eu não temesse acabrunhar de espanto e de dor os franco-maçons honestos, diz Barruel, eu os convidaria aqui a meditar um pouco estas palavras:

“Todos ficaram encantados, entusiasmados! Eleitos e Rosacruzes, Irmãos Templários, Irmãos de Zenendorff e Irmãos de São João, cavaleiros do sol e cavaleiros Kadosch, filósofos perfeitos, todos escutam, recebem com admiração os oráculos do Epopte Hierofante (Knigge), que restitui à claridade primitiva seus antigos mistérios, mostrando no seu Hiram seu Mac-Renac, e sua Pedra polida, toda a história dessa liberdade e dessa igualdade primitivas, toda essa moral que nada é além da arte de desembaraçar-se de príncipes, de governos, da religião e da propriedade!”

⁸ O barão Knigge, apelidado *Philon*, é o mais famoso dos iluministas após o autor da seita. Ele se encarregou de redigir e efetivamente redigiu todo o código dos Iluministas sob o título *Véritable illuminé*, impresso em Francfort-sur-le-Mein. Numa outra obra, *Dernier éclaircissement*, ele conta sua história, a do Iluminismo, de seus pactos com os chefes da seita e dos trabalhos que empreendeu em favor dela.

Um dos membros mais distintos da nobreza do Delfinado, o conde de Virieu, que fora enganado pelas aparências místicas do sistema de Saint-Martin, fundador de um Iluminismo distinto daquele de Weishaupt, fazia parte da loja dos *Cavaleiros Filantrópicos de Lyon*, e fora, nessa qualidade, delegado no congresso de Wilhelmsbad. De regresso a Paris, pressionado pelo conde de Gilliers, diz: “Não vos contarei os segredos que trago comigo, mas o que julgo poder dizer-vos é que se trama uma conspiração tão bem urdida e tão profunda, que será muito difícil que a religião e os governos não sucumbam”.⁹

L. Blanc, na sua *Histoire de la Révolution*, caracterizou com muita propriedade a obra de Weishaupt: “Submeter, unicamente através do mistério, o único poderio da associação, a uma mesma vontade e animar com um mesmo sopro milhares de homens em cada região do mundo, mas inicialmente na Alemanha e na França; fazer desses homens, por intermédio de uma educação lenta e gradual, seres inteiramente novos; torná-los obedientes até ao delírio, até à morte, a chefes invisíveis e ignorados; com semelhante legião avaliar secretamente os corações, envolver os soberanos, dirigir à sua vontade os governos e levar a Europa a tal ponto que toda superstição (leia-se toda religião) fosse apagada, toda monarquia abatida, todo privilégio de nascimento declarado injusto, o próprio direito de propriedade abolido: tal foi o plano gigantesco do Iluminismo”.



⁹ Numa carta dirigida à *Gazette de France*, em 26 de fevereiro de 1909, Gustave Bord diz: “Virieu não somente não abandonou a maçonaria, como posso provar que em 1788 envidou todos os esforços para manter na seita o duque d'Haire, que havia pedido demissão”.

CAPÍTULO XIV

A FRANCO-MAÇONARIA NO SÉCULO XVIII

IV. — OS JACOBINOS

Os progressos da seita bávara, que deveria dar o impulso definitivo para a Revolução, datam da convenção de Wilhelmsbad. “Após os trabalhos históricos destes últimos anos, diz Monsenhor Freppel,¹ não é mais permitido ignorar a perfeita identidade das fórmulas de 1789 com os planos elaborados pela seita dos iluministas, dos quais Weishaupt e Knigge eram promotores, e muito particularmente do congresso geral das lojas maçônicas reunido em Wilhelmsbad em 1781. Não poderíamos esquecer, ademais, com que solicitude acorreram a Paris, para tomar parte mais ativa em todos os acontecimentos, o suíço Pache, o inglês Payne, o prussiano Cloutz, o espanhol Guzman, Abarat, de Neufchâtel-en-Bray, o americano Fournier, o austríaco Prey, os belgas Proly e Dubuisson, um príncipe de Hesse, poloneses, italianos, batavos, e trãsfugas de todos os países, cujos serviços a Revolução aceitou, tornando-os ricos”.

Os deputados das lojas, após terem recebido o batismo do Iluminismo, retornam a seus países e trabalham por toda a parte a franco-maçonaria no sentido que lhes foi indicado: na Áustria, na França, na Itália, na Bélgica, na Holanda, na Inglaterra, na Polônia. “O contágio é tão rápido que logo o universo estará cheio de iluministas”. Seu centro é doravante Francfort, pelo menos no que diz respeito à organização da ação revolucionária. Veremos o que aí foi resolvido contra a dinastia capetíngia, cume da ordem social européia. Knigge estabeleceu nessa cidade sua sede. Dali ele estende suas conspirações do Oriente ao Ocidente e do Norte ao Sul, ele faz iniciações nos seus mistérios e recruta essa multidão de cabeças e de braços dos quais a seita tem necessidade para as revoluções que cogita.

“A propósito da França, diz Barruel, a seita tem desígnios mais profundos”. Segundo o plano de Weishaupt e de Knigge, os franceses deveriam ser os primeiros a agir, mas os últimos a serem instruídos. Contava-se com o temperamento deles. “Estávamos certos de que sua energia esperaria apenas, para revelar-se, que chegasse a hora em que a Europa inteira estivesse em revolução, para então abaterem os altares e os tronos no seu país”.

No entanto, já se encontravam aí alguns adeptos desde 1782, aqueles dos deputados das lojas que tinham sido admitidos ao segredo, por ocasião da assembléia de Wilhelmsbad. Os dois mais conhecidos, e que deviam ter a mais funesta ação, eram Dietrich², prefeito de Strasbourg, e Mirabeau.

Este, encarregado de uma missão na Prússia pelos ministros de Luís XVI, ligou-se estreitamente a Weishaupt e se fez iniciar em Brunswick na seita dos iluministas, apesar de já pertencer, há muito tempo, a outras sociedades secretas. De retorno à França, ele *iluminou* Tayllerland e outros colegas da loja *Os Amigos Reunidos*.³ Ele

¹ *La Révolution française* (a propósito do centenário de 1879), p. 34.

² Foi na casa dele que se cantou a Marselhesa pela primeira vez.

³ Em 1776, escreve Henri Martin, o jovem Mirabeau havia redigido um plano de reformas no qual propunha à ordem maçônica trabalhar com moderação, mas *com resolução* e atividade sustentada, para *transformar progressivamente o mundo, minar o despotismo*, buscar a *emancipação* civil, econômica, religiosa, a plena conquista da liberdade individual. (*Histoire de France*, t. XVI, p. 435).

também introduziu os novos mistérios na loja chamada *Filaletes*. Os chefes da conspiração ocupavam-se então principalmente da Alemanha. Mirabeau afirmou-lhes que na França o terreno estava admiravelmente preparado por Voltaire e pelos Enciclopedistas e que eles podiam pôr-se à obra com toda segurança. Deram então essa missão a Bode, conselheiro íntimo, em Weymar, que eles apelidavam de Aurelius, e a esse outro discípulo de Knigge, chamado Bayard na seita, cujo verdadeiro nome era barão de Busche, e que era um hanoveriano a serviço da Holanda.

As circunstâncias, com efeito, não podiam ser mais favoráveis à sua propaganda. Como diz Barruel, “os discípulos de Voltaire e de Jean-Jacques tinham preparado nas lojas o reino dessa *igualdade* e dessa *liberdade* cujos últimos mistérios transformavam-se, segundo o que se conhece de Weishaupt, naqueles da impiedade e da mais absoluta anarquia.

“A igualdade e a liberdade, dizia ele, são os direitos essenciais que o homem, na sua perfeição originária e primitiva, recebe da natureza; a primeira agressão a essa igualdade foi desferida pela propriedade; a primeira agressão à liberdade foi desferida pelas sociedades políticas e pelos governos; os únicos sustentáculos da propriedade e dos governos são as leis religiosas e civis: assim, para restabelecer o homem nos seus direitos primitivos de igualdade e de liberdade, é preciso começar pela destruição de toda religião, toda sociedade civil e acabar pela abolição de toda propriedade”.⁴

Nesses mesmos discursos, Weishaupt traçava aos iniciados esta linha de conduta para chegarem à liquidação da propriedade, da sociedade civil e da religião, objetivo de sua instituição.

“A grande arte de tornar infalível uma Revolução qualquer, é a de *esclarecer os povos*. Esclarecê-los é, insensivelmente, conduzir a opinião pública para o desejo das mudanças que constituem o objeto da Revolução meditada.

“Quando o objeto desse desejo não puder aflorar sem expor aquele que o concebeu à vingança pública, é nas intimidades das sociedades secretas que é preciso saber propagar a opinião.

“Quando o objeto desse desejo é uma Revolução universal, todos os membros dessas sociedades que tendem ao mesmo objetivo, apoiando-se uns nos outros, devem procurar dominar invisivelmente e sem aparência de meios violentos, não somente a parte mais eminente ou a mais distinta de um só povo, mas os homens de toda condição, de toda nação, de toda religião. Soprar por toda parte um mesmo espírito, no maior silêncio e com toda atividade possível, dirigir todos os homens dispersos pela superfície da terra em direção ao mesmo objetivo.

“Eis aí sobre o que se estabelece o domínio das sociedades secretas, aquilo a que deve levar o império do Iluminismo.

“Um império cuja força, uma vez estabelecido pela união e pela multidão dos adeptos, suceda ao império invisível; atai as mãos de todos os que resistem, subjuguai, sufocai a maldade no seu embrião, isto é, tudo o que resta de homens que não puderdes convencer”.⁵

⁴ Barruel, III, 24.

⁵ Instruções dadas àquele que recebe o grau de Eopote ou padre iluminado, para a direção dos iluministas de ordem inferior.

“Foi para realizar nossos trabalhos que um dia foste chamado. Observar os outros dia e noite; formá-los, socorrê-los, vigiá-los; reavivar a coragem dos pusilânimes, a atividade e o zelo dos mornos; pregar e ensinar aos ignorantes; relevar os que caem, fortificar os que balançam, reprimir o ardor dos temerários, prevenir a desunião, ocultar as faltas e fraquezas, prevenir a imprudência e a traição, manter, enfim, a subordinação relativamente aos superiores, o amor dos Irmãos entre si, tais e ainda maiores são os deveres que te impomos... Auxiliai-vos, apoiai-vos mutuamente; aumentai vosso número. Tornaste-vos numerosos em determinado ponto? Fortificaste-vos por vossa união? Não hesitai mais; começai a tornar-vos poderosos e formidáveis relativamente aos maus (isto é, aos que resistem a nossos projetos). Pelo só fato de serdes suficientemente numerosos para falar em força, e por falar nela, os *maus*, os profanos

Assim instruídos pelos delegados do Iluminismo, as lojas, pelo menos as lojas de retaguarda, puseram-se à obra e começaram por se organizar mais fortemente.

Um “Relatório lido na Sessão plenária das Respeitáveis Lojas *Paz e União* e *A Livre Consciência*, no Oriente de Nantes, numa segunda-feira, 23 de abril de 1883”, foi impresso em brochura sob o título *Du Rôle de la Franc-Maçonnerie au XVIII^e. siècle*.

Na página 8, lemos que a fundação (em 1772) do Grande Oriente da França, que significou uma concentração das tropas maçônicas francesas até então dispersas, deu “uma força considerável à franco-maçonaria”.

“Ele obteve todo seu desenvolvimento (continua o Relatório), se bem que em 1789 ela contasse menos de 700 lojas na França e nas suas colônias, sem contar um grande número de Capítulos e de Areópagos. Foi de 1772 a 1789 que ela elaborou a grande Revolução que devia mudar a face do mundo...”

“Foi então que os franco-maçons vulgarizaram as idéias de que se tinham embebido nas lojas...”

“Que homens saíram dessas lojas em que fervilhava o pensamento humano! Sieyès (L.: n.º 22), os dois Lameth, Lafayette (L.: *A Candura*), Bailly, Brissot, Camille Desmoulins, Condorcet, *Danton* (L.: *As Duas Irmãs*)... *Hebert*, Robespierre e tantos outros!...” (Relatório, p. 8).

O Grande Oriente foi desde então o que é hoje o grande Parlamento maçônico de todas as lojas do reino, que para ele enviam seus deputados. O catálogo da sua correspondência, no ano de 1787, mostra-nos não menos de 282 cidades que tinham alguma das lojas regulares sob sua direção. Somente em Paris, contavam-se desde então 81; havia 16 em Lyon, 7 em Bordeaux, 5 em Nantes, 6 em Marselha, 10 em Montpellier, 10 em Toulouse, e quase em todas as cidades um número proporcionado à população.⁶

As lojas da Savóia, Suíça, Bélgica, Prússia, Rússia e Espanha, recebiam do mesmo centro as instruções necessárias à sua cooperação. Nesse mesmo ano de 1787, contava-se, diz Deschamps, segundo fontes históricas fidedignas, 703 lojas na França, 627 na Alemanha, 525 na Inglaterra, 284 na Escócia, 227 na Irlanda, 192 na Dinamarca, 79 na Holanda, 72 na Suíça, 69 na Suécia, 145 na Rússia, 9 na Turquia, 85 na América do Norte, 120 nas possessões de além-mar dos Estados europeus.

A palavra de Louis Blanc é por demais verdadeira: “Na véspera da Revolução francesa, a franco-maçonaria parecia ter adquirido um desenvolvimento imenso; espalhada por toda a Europa, ela apresentava em toda parte a imagem de uma sociedade fundada sobre princípios contrários aos da sociedade civil”.

Sob o Grande Oriente, a *Loja dos Amigos Reunidos* estava encarregada da correspondência estrangeira. Seu Venerável era Savalette de Lange, encarregado da guarda do tesouro real, honrado, por conseguinte, com toda a confiança do soberano, o que não o impedia de ser o homem de todas as lojas, de todos os mistérios e de todas as conspirações. Ele tinha feito de sua loja o lugar de prazeres da aristocracia. Enquanto os concertos e bailes aí retinham os l.: e as l.: de alta linhagem, ele se retirava para um santuário no qual só se era admitido depois de jurar ódio a todo culto

começam a tremer. Para não sucumbirem ao número, vários tornam-se bons (como nós) por si mesmos e se alinham sob nossas bandeiras. Logo sereis bastante fortes para atar as mãos dos outros, para subjugá-los”. Barruel, III, p. 171, 199.

⁶ Gustave Bord conseguiu identificar 154 lojas parisienses, 322 lojas provinciais e 21 lojas de regimentos militares. Sabemos que a Revolução tornou-se possível graças apenas à súbita dissolução do exército real; ora, lendo atentamente a composição das 21 lojas de regimentos, persuadimo-nos facilmente que nada era — em 1771 — mais provável do que essa dissolução. A Maçonaria foi instalada no exército desde a origem pelos regimentos irlandeses; ela invadiu as tropas nacionais; ela forçosamente introduziu nelas a indisciplina.

e a todo rei. Ali ficavam os arquivos da correspondência secreta, ali se realizavam os conselhos misteriosos.

“Havia, diz Barruel, antros menos conhecidos e mais temidos ainda. Aí se evocavam os espíritos e se interrogavam os mortos, ou, como numa loja de Ermonville, entregavam-se à mais terrível dissolução dos costumes”.

Para que a Maçonaria passasse da propaganda doutrinária e da influência moral à ação política, era preciso um trabalho de organização e de concentração de todas as obediências. Isto foi feito, e o Duque de Chartres, mais tarde Philippe-Égalité, foi o agente principal. Este príncipe estava designado para ser o chefe dos conjurados e para servir-lhes de salvaguarda. “Era preciso que fosse poderoso, diz Barruel, para apoiar todas as atrocidades que deviam cometer; era preciso que fosse atroz, para que se horrorizasse pouco com o número de vítimas que essas atrocidades deveriam causar. Era preciso ter não um gênio de Cromwel, mas todos os seus vícios. Ele queria reinar. Mas, semelhante ao demônio, que quer pelo menos ruínas se não pode ser exaltado, Filipe havia jurado sentar-se sobre o trono, pelo fato de ele se encontrar esmagado por sua queda”.⁷ Luís XVI fora advertido, mas permaneceu numa segurança cuja ilusão só reconheceu quando retornou de Varennes. “Por que não acreditei há onze anos! Tudo que hoje vejo haviam-me anunciado”.⁸

Filipe já era Grande-Mestre do corpo escocês, o mais considerável da época, quando, em 1772, juntou-se a essa Grande-Mestria a do Grande Oriente. Seus conjurados trouxeram-lhe então a Loja-Mãe inglesa da França. Dois anos após, o Grande Oriente filiou regularmente as lojas de adoção e fê-las assim passar para a mesma direção. No ano seguinte, o Grande Capítulo geral da França juntava-se também ao Grande-Oriente. Enfim, em 1781, um tratado solene interveio entre o Grande-Oriente e a Loja-Mãe do rito escocês.

Feita a concentração dessa forma, prepararam-se para a ação. Ao término da convenção de Wilhelmsbad, Knigge tinha fundado em Francfort o grupo dos *Ecléticos*. Esse grupo não tinha ainda quatro anos de existência quando foi considerado suficientemente numeroso e suficientemente espalhado no exterior para poder convocar uma assembléia geral da *Grande Loja Eclética*. Nela foi resolvido o assassinato de Luís XVI e do rei da Suécia.⁹ O fato é hoje incontestável: abundam os

⁷ Stephane Pol publicou, em 1900, um manuscrito inédito de Elizabeth Duplay, viúva do convencional Le Bas. Nas *Notas Esparsas* lê-se: “Robespierre teve uma impressão terrível do voto (pela morte de Luís XVI) do duque de Orleans: “Qual! disse ele, como se ele pudesse ser recusado tão facilmente!”

A cidadã Le Bas acrescenta: “Esse homem profundamente imoral e tão desejoso de se tornar rei, havia distribuído a maior parte de sua fortuna para alcançar seu objetivo: os Mirabeau, os Danton, os Camille Desmoulins, os Collot-d’Herbois, os Billaud-Varennes e tantos outros tão desprezíveis quanto ele tiveram participação em suas prodigalidades corruptoras”.

Por ocasião da morte de Luís XVI, vendo que fora usado, ele enviou à franco-maçonaria sua demissão, numa carta cheia de amargura.

⁸ *Histoire de la Révolution*, t. II, p. 74 a 81.

Visto como Varennes apresenta-se aqui sob nossa pena, lembremos que assim que os exércitos alemães estavam em marcha sobre Paris, o rei da Prússia mandou deter suas tropas em Varennes, e aí, tendo a seu lado Bismarck e Moltke, os dois gênios da vitória, reuniu em torno de si os principais oficiais e dirigiu-lhes as seguintes palavras: “Sabeis onde nos encontramos e que atentado aqui se perpetrou, faz vinte e quatro anos. Daqui saíram todas as infelicidades que caíram sobre a França. Quando uma nação trata assim seu rei, a mão de Deus pesa sobre ela”.

A algum tempo dessa data, o rei Guilherme, proclamado imperador alemão, como fruto da vitória, lembrou ele próprio o incidente ao cardeal de Bonnechose e o comentou de maneira a disso fazer uma lição para a França. (*Vie du cardinal de Bonnechose*, pelo monsenhor Besson, t. II, p. 146).

⁹ Gustavo III foi assassinado no grande teatro de Estocolmo por quatro senhores de sua corte. Os assassinos espalharam o boato de que o rei tinha sido ferido por um revolucionário francês. Mas logo foram descobertos. Gustavo fora apenas ferido, mas no décimo quarto dia morreu envenenado, declarou o médico Dalberg. O assassinato de Gustavo e a subida ao poder de seu irmão estavam preparados de

testemunhos. Primeiro, o de Mirabeau, que, na abertura dos Estados-Gerais, disse, apontando para o rei: “Eis a vítima”; depois, o do conde de Haugwitz, ministro da Prússia, no congresso de Verona, no qual acompanhou seu soberano, em 1822. Naquela oportunidade ele leu um memorial, que poderia ser intitulado “minha confissão”. Disse que não somente fora franco-maçom, mas que fora encarregado da direção superior das reuniões maçônicas em diversos países. “Foi em 1777 que me encarreguei da direção das Lojas da Prússia, Polônia e Rússia.

“Adquiri nessa atividade a firme convicção de que tudo o que aconteceu à França, a partir de 1788, a Revolução francesa, enfim, nela compreendido o assassinato do Rei e todos os seus horrores, não somente foram decididos naquela época, mas de que tudo fora preparado através das reuniões, das instruções, dos juramentos e dos sinais que não deixam nenhuma dúvida sobre a inteligência que tudo preparou e tudo conduziu”. “Os que conhecem meu coração e minha inteligência imaginam a impressão que essas descobertas produziram em mim”.¹⁰

Em 1875, o cardeal Mathieu, arcebispo de Besançon, escreveu a um de seus amigos uma carta que foi comunicada a Léon Pagès e por este publicada. Nela se lê: “Houve em Francfort, em 1784, uma assembléia de franco-maçons, para a qual foram convocadas duas respeitáveis pessoas de Besançon, Raymond, inspetor dos Correios, e Marie de Bouleguey, presidente do Parlamento. Nessa reunião, a morte do rei da Suécia e de Luís XVI foi decidida... O último sobrevivente (dos dois) contou isto a Bourgon (Presidente de Câmara honorário na Corte), que deixou uma grande reputação de probidade, de retidão e de firmeza entre nós. Conheci-o bem e durante longo tempo, pois estou em Besançon há quarenta e dois anos e ele faleceu recentemente. Ele contou freqüentes vezes o fato a mim e a outros”.

Besson, então vigário-geral do cardeal Mathieu e depois bispo de Nîmes, completou essa revelação nestes termos: “Posso confirmar a carta do cardeal mediante detalhes que não são sem interesse e que me foram relatados freqüentes vezes em Besançon, não somente pelo Presidente Bourgon, mas por Weiss, bibliotecário da cidade, membro do Instituto e o principal autor da Biografia universal, publicada sob o nome de Michaud. Bourgon e Weiss eram homens de bem na plena acepção da palavra... Raymond viveu até 1839. Foi ele quem lhes revelou o segredo das lojas sobre a condenação de Luís XVI, numa idade em que não se deve mais ao mundo senão a verdade. Weiss e o Presidente Bourgon citavam ainda a esse respeito as afirmações do barão Jean Debry, prefeito de Doubs. Franco-maçom, convencional e regicida, esse personagem, que os acontecimentos trouxeram à luz, representou em Besançon um papel honrado, nos doze anos que ali passou, de 1801 a 1814”.

Mas eis aqui o que acabará por convencer. Nos primeiros dias de março de 1898, o Revdo. Pe. Abel, jesuíta de grande nomeada na Áustria, em uma de suas conferências para homens vindos a Viena por ocasião da Quaresma, disse: “Em 1784, realizou-se em Francfort uma reunião extraordinária da grande Loja Eclética. Um dos membros submeteu à votação a morte de Luís XVI, rei da França, e de Gustavo, rei da Suécia. Esse homem se chamava Abel. Era meu avô”. Por haver um jornal judeu, *La Nouvelle Presse Libre*, repreendido o orador por ter assim desconsiderado sua família, o Pe. Abel, na conferência seguinte, disse: “Meu pai, ao morrer, determinou-me, como sua última vontade, que eu me aplicasse em reparar o mal que ele e nossos parentes

longa data pelas lojas, como o atestam os papéis do duque de Sudermanie, assim como os inquéritos que ele instaurou e rubricou em consequência das sessões de magnetismo maçônico a que assistira em 1783. A maçonaria gastara nove anos em procurar cinco vadios na Suécia para assassinar Gustavo.

¹⁰ O escrito desse estadista foi publicado pela primeira vez em Berlim, em 1840, na obra intitulada *Dorrev's Denkschriften und Briefen zur charackteristik der wet un litteratur*. (T. IV, p. 211 e 221).

A citação acima foi tirada da *Histoire et documents sur la franc-maçonnerie*.

cometeram. Se eu não tivesse que executar essa prescrição do testamento de meu pai, datado de 31 de julho de 1870, não falaria da maneira como o faço”.¹¹

Gustave Bord acredita que a morte do rei só foi decidida após Varennes. Sem dúvida ele ignora essa declaração do Pe. Abel, que foi publicada nos jornais austríacos no momento em que foi feita, isto é, na data acima indicada.

Decidida a morte do rei, era preciso encontrar os meios para levá-la a termo e, para isso, encontrar uma assembléia composta de homens capazes de cometer essa perversidade.

Augustin Cochin e Charles Charpentier, num estudo publicado nos dias 1º e 16 de novembro de 1904, na revista *Action Française*, mostraram como a campanha eleitoral de 1789 foi conduzida na Borgonha. Desse estudo, e de vários outros semelhantes, chegaram à conclusão, corroborada por todas as suas pesquisas, de que, no estado de dissolução em que haviam caído todos os antigos corpos independentes, províncias, ordens ou corporações, foi fácil para um partido organizado apoderar-se da opinião e dirigi-la sem nada dever ao número de seus afiliados, nem ao talento de seus chefes. Eles mostram, através de documentos de arquivos, a existência e a ação dessa organização.¹²

¹¹ O Pe. Abel é filho do famoso ministro da Baviera cuja carreira merece ser lembrada em duas palavras.

Inicialmente liberal, agente do partido prussiano-maçônico na Baviera, e, por conseguinte, fiel à tradição de seu pai, o franco-maçomde 1784, o ministro Abel se converteu após a morte de sua mulher, e se tornou aquilo que os prussianos chamam de clerical, um ultramontano, pois foi da Prússia que saíram essas duas palavras, imediatamente adotadas por nossas lojas.

Abel foi derrubado em 1847 pela... dançarina Lola Montès. O rei queria fazê-la duquesa, e para isso era preciso um ato de cidadania, que o ministro recusou assinar. Ele foi mandado embora e substituído por Maurer, o primeiro protestante a ser ministro na Baviera. Seu primeiro ato foi a assinatura do pretendido ato.

¹² Em 1888, Auguste Carion publicou em Lyon (Livraria Vitte) esta brochura: *La Vérité sur l'Ancien Régime et la Révolution*. Nela encontramos esta passagem, que entra na ordem de idéias desenvolvida por Charpentier e Cochin:

Encontram-se em certos cadernos (*cadernos de queixas do Terceiro-Estado*), escreve Carion, proposições que patenteiam o espírito revolucionário. Taine explica esse fato. Os advogados, os procuradores, os notários das cidadezinhas, tinham escrito as queixas de seus chefes e apresentado seus cadernos ao chefe local do bailadio, sem mesmo terem reunido a comunidade para fazer a respectiva leitura. (Ver Taine, *L'Ancien Régime*, p. 5109). (*La Vérité sur l'Anc. Régime*, Carion, p. 68).

L. Ricaud, num livro importante, *La Bigorre et les Hautes-Pyrénées pendant la Révolution* (Paris, Livraria Honoré Champion, e Tarbes, Livraria Croharé, 1894), faz a mesma observação relativamente à região pireneia.

Examinando os 260 cadernos de queixas do Terceiro-Estado que foram conservados nos arquivos do departamento dos Altos-Pireneus, Ricaud pesquisou como cada comunidade tinha redigido o seu, e é de opinião que esses cadernos não foram de forma nenhuma redigidos pelas comunidades.

Primeiramente, diz ele, eis os cadernos de Argelès-Bagnères e de Bonnemazon. No primeiro momento percebe-se que nem um nem outro foi escrito na vila a respeito da qual são feitas as queixas. Um e outro, com efeito, foram concebidos nos mesmos termos e escritos quase que inteiramente pela mesma mão. Isto indica uma origem comum; por que é impossível que essas duas vilas, separadas por uma distância bastante considerável e sem relações de vizinhança, tenham tido as mesmas idéias, e ao mesmo tempo dois redatores que as exprimissem nos mesmos termos e com a mesma caligrafia. Ademais, o autor da duas peças havia deixado espaços em branco para que se inserisse o nome das vilas, o dos deputados que seriam nomeados, assim como a data em que a comunidade se reuniria para assinar seu caderno e escolher seu mandatário... (*La Bigorre*, p. 12, 13).

Nos Altos-Pireneus, oito ou dez vilas vizinhas depositaram algumas vezes *o mesmo caderno escrito no mesmo papel com a mesma caligrafia*, enquanto em outros grupos de localidades os camponeses se limitavam a copiar fórmulas genéricas que lhes tinham sido dadas (*La Bigorre*, p. 15 a 21).

Passou-se da mesma maneira, ademais, a quarenta léguas de Bigorre, no Armagnac, em que um relatório de 29 de maio de 1789, emitido pelo marquês de Fodoas, que governava aquele território, nos faz saber que “... de um único rascunho, (os advogados, procuradores e notários de pequenas cidades)

Estudando-os de perto, levantando os nomes e datas, eles permitem “enfileirar” os maçons, encontrar suas pistas numa série de passos que, tomados a parte, nada têm de significativo, mas que, vistos no conjunto, revelam um sistema engenhoso e uma aliança misteriosa. Quando se comparam os resultados desse trabalho em duas províncias diferentes e distantes uma da outra, a impressão torna-se surpreendente.

André Chénier, que tinha sido adepto entusiasta das idéias que a Revolução produziu, e que o conduziram, a ele próprio, ao cadafalso, percebera bem isto, quando dizia: “Essas Sociedades, todas dando-se as mãos, formam uma espécie de corrente elétrica ao redor da França. No mesmo momento, em todos os cantos do império, elas agem juntas, soltam os mesmos gritos, imprimem os mesmos movimentos”.

À medida que se aproxima a abertura dos Estados-Gerais, as sociedades secretas redobram a atividade para desacreditar a família real e balançar o governo. Graças aos adeptos espalhados por toda a parte, as palavras de ordem se transmitem, as lendas circulam, a agitação se propaga, os problemas aparecem: tudo se faz sem que nenhuma organização apareça. É um movimento, é uma revolução que parece espontânea. No entanto, adeptos colocados na Corte adormecem a desconfiança real, uns sabendo o que fazem, outros não se dando conta disso, como a princesa de Lamballe junto à Rainha.

Depois, surge o “caso” do colar. Sabemos hoje, pois o caso Dreyfus nos ensinou, o que é um “caso” através de quem é mostrado e do que ele produz. Houve vários à época: o caso dos Jesuítas, o caso Calas, o caso La Chalotais e, acima de todos, o caso do colar da Rainha, montado pelo judeu Cagliostro. Filósofos e franco-maçons, após os terem lançado, publicaram brochuras para excitar os ciúmes de classes e despertar as paixões religiosas. Ao mesmo tempo, Turgot e Necker eram impostos ao Rei, as Assembléias provinciais e o Parlamento obedeciam a comitês ocultos.

O movimento preparatório da Revolução estendia-se mais longe.

“Delatores inatingíveis, diz Louis Blanc, faziam circular de um lugar a outro, como por um fio elétrico, os segredos subtraídos às cortes, aos colégios, às chancelarias, aos tribunais, aos consistórios. Viam-se aparecer nas cidades certos viajantes desconhecidos, cuja presença, finalidade, fortuna, eram outros tantos problemas”. Ele mostra Cagliostro exercendo o papel de caixeiro-viajante da franco-maçonaria na França e na Itália, na Polônia e na Rússia.

Em 1787, uma nova mudança se produziu na maçonaria francesa, um novo grau foi introduzido nas lojas. Os II.º de Paris se apressaram em comunicá-lo aos II.º das províncias. “Tenho sob os olhos, diz Barruel, as memórias de um I.º que recebeu o código desse novo grau numa loja situada a mais de oitenta léguas de Paris”.

As resoluções tomadas no Grande-Oriente eram encaminhadas a todas as províncias, aos cuidados dos Veneráveis de cada loja. As instruções estavam acompanhadas de uma carta concebida nestes termos:

“Tão logo recebais o pacote anexo, acusareis seu recebimento. Acrescentareis o juramento de executar fielmente e pontualmente todas as ordens que vos chegarem da mesma forma, sem vos dar ao trabalho de saber de que mão partem nem como chegam a vós. Se recusardes esse juramento ou se a ele faltardes, sereis olhado como tendo violado o que fizestes *no vosso ingresso na ordem dos II.º*. Lembrai-vos da *Acqua Tophana*; lembrai-vos dos punhais que aguardam os traidores”.¹³

O clube regulador podia contar com pelo menos quinhentos mil franco-maçons, cheios de ardor pela Revolução, espalhados em todas as partes da França, todos

faziam, para todas as comunidades, cópias parecidas, que vendiam bem caro aos conselhos de cada paróquia rural”. (Citado por Ricaut, *La Bigorre*, p. 21).

¹³ Barruel, II, p. 476.

prontos a se levantarem ao primeiro sinal de insurreição, e capazes de arrastar atrás deles, pela violência do primeiro impulso, a maior parte do povo.

Viu-se então o que vemos hoje se reproduzir: a franco-maçonaria tinha necessidade, para a execução de seus desígnios, de um número prodigioso de braços; e foi por isso que ela, que até então não admitia em seu seio senão homens que desfrutassem uma certa posição, passou a chamar a escória do povo. Até nas vilas os camponeses passaram a ouvir falar de igualdade e de liberdade e a se agastarem com os direitos do homem. Para essas pessoas, as palavras liberdade e igualdade não precisavam ser compreendidas nas iniciações dos bastidores das lojas de retaguarda, e era fácil aos cabeças de nelas imprimir, apenas através dessas palavras, todos os movimentos revolucionários que se queria produzir.

Ao mesmo tempo, o duque de Orleans chamou para as lojas e fez entrar na seita os guardas franceses.

Nada se faz sem dinheiro, e as revoluções menos do que todo o resto.

A comissão diretora, presidida por Sieyès, e que compreendia, entre outros, Condorcet, Barnave, Mirabeau, Pétion, Robespierre, Grégoire, não falhava em recolher e acumular os fundos para o grande empreendimento.

Doudat, num livro publicado em 1797, diz: “Foi através dos franco-maçons que se estabeleceram uma correspondência geral e os recursos necessários ao partido (da Revolução). Esses recursos, sob o nome de *contribuições franco-maçônicas*, foram captados em toda a Europa e serviram, sem que todos os Irmãos previssem isso, para alimentar a Revolução da França. Com esses fundos o partido mantinha emissários de uma extremidade à outra do reino e, em Paris, residentes; ele colocava candidatos nas corporações de artes e de ofícios, ele pagava o soldo dos agentes, dos espíões, amolecia ministros protestantes e assassinos. Era em Nîmes que ficava o tesouro, era para lá que confluíam todos os canais que, correspondendo aos diversos refúgios dos calvinistas, levavam e distribuíam as contribuições, e de um só golpe, punham todas as suas máquinas em movimento. Esse dinheiro serviu para pagar o soldo dos emissários em toda a França para dirigir as assembléias dos bailadios. Serviu para colocar o povo em armas”. (*Les Véritables Auteurs de la Révolution de France*, p. 451-456).

Mirabeau, no seu livro *La Monarchie Prussienne*¹⁴, publicado antes dos acontecimentos dos quais ele próprio foi um dos grandes atores, assim se expressa: “A maçonaria em geral, e sobretudo o ramo dos Templários, produzia anualmente somas IMENSAS através das taxas das admissões e das contribuições de todo o gênero: uma parte era empregada nas despesas da ordem, mas uma outra MUITO CONSIDERÁVEL corria num caixa geral, cujo emprego ninguém, excetuados os primeiros dentre os irmãos, conhecia”.

A mesma informação nos é dada pelos papéis secretos achados na residência do cardeal de Bernis. Deschamps cita um desses documentos pertencentes ao clube de propaganda anexo à comissão diretora dos Filaletes, que tinha por missão não somente cooperar com a Revolução da França, mas trabalhar para introduzi-la entre os outros povos da Europa. Vê-se por esses papéis que em 23 de março de 1790, havia em caixa 1.500.000 francos, dos quais o duque de Orleans havia fornecido 400.000; a diferença fora dada por outros membros por ocasião das respectivas admissões. Outros clubes ou lojas tinham outros recursos. O caixa geral da franco-maçonaria contava, em 1790, com vinte milhões de libras, em moeda corrente; segundo as contas realizadas, deveria haver ali dez milhões ou mais antes do fim de 1791. Quando Cagliostro foi preso em Roma pela polícia pontifícia, em setembro de 1789, ele assegurou que a maçonaria tinha uma grande quantidade de dinheiro distribuída pelos bancos de Amsterdã, Roterdã, Londres, Genebra, Veneza, e que ele,

¹⁴ Tomo VI, p. 67.

Cagliostro, tinha recebido seiscentos luíses em dinheiro na véspera de sua partida para Francfort.¹⁵

Estando assim tudo preparado, o dia da insurreição foi fixado para 14 de julho de 1789. Os franco-maçons, atualmente guindados ao poder, conhecem bem por que escolheram 14 de julho de preferência a outras datas para comemorar a festa nacional. “A terceira república escolheu esse aniversário, diz Gustave Bord, porque ela é a figuração política da franco-maçonaria, e porque a tomada da Bastilha, a despeito de todas as lendas românticas, foi, ela própria, o resultado de uma vasta conspiração maçônica...”¹⁶

¹⁵ Deschamps, II, p. 126.

¹⁶ Os detalhes, de uma precisão absoluta, que Bord fornece, não deixam lugar a nenhuma dúvida, não se prestam a nenhum equívoco.

Foi a armada que inicialmente foi aliciada para a conspiração, por intermédio das lojas militares. Recorreu-se à Loja dos *Três Irmãos Unidos*, que teve, sucessivamente, como veneráveis: Minette de Saint-Martin, sub-oficial de cavalaria; Schmidt, funcionário da Marinha; Chauvet, funcionário do Ministério da Guerra; Desbarodière, capitão de cavalaria.

Numa outra loja da época, igualmente militar, *O Patriotismo*, encontramos Vauchelles, principal funcionário da Artilharia, e Mathieu de l'Épider, secretário geral dos guardas do corpo.

Os Guardas franceses, cuja defecção garantirá o sucesso da jornada, têm sua loja: *Os Amigos da Glória*; os suboficiais tem mesmo uma loja especial, cujo venerável é Beyssac, sargento: é a *União dos Bons Franceses*, no O.º. de Paris.

A Maçonaria, ademais, tinha-se infiltrado em todos os ramos da administração, não menos do que nas forças armadas.

Ela controlava os Correios através do superintendente de Ogny, do capítulo dos *Amigos Reunidos*; as empresas transportadoras, através de Chignard; as Finanças do Rei, através de Savalète de Lange. Latouche, Chaumont, Pelletier de Lépine, Gillet de la Croix, representavam o duque de Orleans e seus partidários; Perronet trazia o contingente das pontes e vias; Boucoult, as águas e as florestas; Méry d'Arcy, a Companhia das Índias; Lalande recrutava os sábios; Roettiers de Montaleau, amigo de Cagliostro e envolvido muito proximamente no caso puramente maçônico do colar, tinha à sua retaguarda os empregados das Moedas. Os cirurgiões, médicos, advogados, porteiros dos edifícios reais, eram, na sua maior parte, afiliados a lojas.

O governo da cidade estava povoado de maçons. A “Viúva” era aí representada pelo tenente de polícia Thrioux de Crosne, por Ethis de Corny, procurador do rei, por Veytard, chefe dos tabeliães. O preboste dos comerciantes, Flesselles, era igualmente maçom, mas um maçommorno e timorato, que mostrava pouco entusiasmo pela conspiração. Para se garantir de uma defecção inoportuna ou mesmo de uma possível traição, tomou-se a decisão de massacrá-lo...

Na comissão de insurrectos, vemos ainda o marquês de la Salle, da Loja *As Duas Irmãs*; Deleutre, do *Contrato Social*; Quatremaire, da Loja *Heradom*; Jamin, da *Constante Vérité*; Osselin, da *Parfait Contentement*.

No dia 13 de julho, às onze horas da manhã, os conjurados se reúnem na igreja de Santo Antoninho. Ordem do dia: chamada da tropa; organização da milícia burguesa. A sessão é presidida por Dufour, advogado oficial do Grande-Oriente, e por Villeneuve, deputado da Loja *A Moderação*.

No dia seguinte, no momento em que tudo já está pronto para o ataque, a comissão insurrecional envia quatro deputados ao governador para persuadi-lo a abrir suas portas e a se render. A primeira deputação é composta de Ethis de Corny, maçom; Belon, ajudante-mor, maçom; Billedorf, sargento de artilharia, maçom. Na terceira deputação encontramos o abade Fauchet, e Chignard, maçom; na quarta, Poupart de Beaubourg, maçom; de Milly, maçom; Jamin, maçom.

São ainda os maçons que comandam o ataque contra a Bastilha, e, entre eles, Moreton de Chabrilan, da Loja *A Candura*.

Tomada a fortaleza, a Comissão que informa a Assembléia Nacional dessa façanha popular é composta, entre outros, por Garran de Coulon, maçom; Feutrie, maçom; e Morillon, maçom.

Na deputação que recebe a delegação da Assembléia Nacional há Deleutre, maçom. O membro da Assembléia Nacional que será encarregado de entrar em negociação com a Comissão insurrecional se chama Herwyn, e ele é maçom, também ele, como por acaso.

Enfim, quando a Comuna ocupa oficialmente a Bastilha, é o cavaleiro de Laizer que a instala; ele é oficial do G.º. O.º., venerável da Loja *Avenir des Amis de la Gloire*, e deputado da *Union Militaire*, de Valognes...

A Bastilha cai.¹⁷ Os correios, que levavam a notícia às províncias, voltavam dizendo que por toda a parte viram as vilas e as cidades em insurreição. As barreiras são queimadas em Paris, na província os castelos são incendiados. O temível jogo das lanternas começou; cabeças foram carregadas na ponta de estacas; o monarca foi sitiado em seu palácio, seus guardas foram imolados; ele mesmo é levado cativo da capital.

Começa então o reino do Terror organizado, a fim de deixar à seita toda a liberdade para executar seus sinistros projetos.

Esse reino foi inaugurado por volta do fim do mês de julho de 1789. Nos diferentes pontos da França, diz Frantz Funck-Brentano,¹⁸ de leste a oeste, de norte a sul, espalhou-se subitamente um terror estranho, terror louco. Os habitantes dos campos se refugiavam nas cidades, cujas portas eram fechadas em seguida com grande pressa. Os homens se reuniam armados nas ruas; eram, gritava-se, os bandidos. Em certas localidades, um mensageiro chegava, os olhos incendiados, coberto de poeira, num cavalo branco de espuma. Os malfeitores estavam lá, na colina, emboscados nos bosques. Em duas horas eles estariam na cidade. (Franz Funck-Brentano descreve aqui o que se passou particularmente no Auvergne, no Dauphiné, na Guyenne, etc.). A lembrança desse alarme permanecerá muito vivo entre as gerações que o conheceram. “O grande medo”, foi a denominação que se lhe deu no centro da França. No sul se diz “la grande pourasse”, “la grande paou”, “l’annada de la paou”. Em outras partes foi “o dia dos bandidos”, “a quinta-feira louca”, “a sexta-feira louca”, conforme o dia em que o pânico explodiu. Na Vandéia, a lembrança do acontecimento permaneceu sob o nome de “as desavenças da Madalena”. O medo, com efeito, ali estourou na festa da Madalena, no dia 22 de julho”.

O decreto que a Assembléia Nacional publicou no dia 10 de agosto de 1789, confirma no seu preâmbulo a generalidade e a simultaneidade do pânico. “Os alarmas que foram semeados nas diferentes províncias, diz a Assembléia, na mesma época e quase no mesmo dia”.

Os documentos reunidos por Frantz Funck-Brentano deixam ver que o “grande medo” rebentou nas seguintes províncias: Ile-de-France, Normandie, Maine, Bretagne (de língua francesa), Anjou, Touraine, Orléanais, Nivernais, Bourbonnais, Poitou, Saintonge, Angoumois, Périgord, Limousin, Agenais, Guyenne e Gascogne, Languedoc, Provence, Dauphiné, Forez, Auvergne, Bourgogne, Franche-Comté, Champagne, Lorraine, Alsace. Ele acrescenta não conhecer nenhum documento que

¹⁷ Prova de que a Revolução Francesa foi organizada por uma associação cosmopolita: Auguste Vaquerie escreveu no *Rappel* de 27 do messor do ano 102, ou, dito de outra maneira, de 15 de julho de 1794, um artigo que terminava com estas palavras:

“Senhor da Bastilha, o povo a demoliu, e pareceu que um peso era tirado de sobre o peito do mundo.

“*Não foi somente a França que respirou.* Em Londres houve um banquete no qual Sheridan bebeu “*à destruição da Bastilha, à Revolução*”.

“A tomada da Bastilha foi dada como matéria de concurso *nas universidades inglesas.*

“A Itália a aclamou pela boca de Alfieri.

“Em São Petersburgo, as pessoas se abraçavam nas ruas, chorando de alegria.

“Ocorre que, com efeito, todos os povos estavam interessados na libertação do povo *fraternal*, que não trabalha para *ele somente* e que, quando faz uma declaração de direitos, declara, não os *direitos do francês*, mas os *direitos do homem*”.

Ségur, que estava então em São Petersburgo, escreveu em suas Memórias: “Apesar de que a Revolução seguramente não fosse ameaçadora para ninguém em São Petersburgo, não conseguiria exprimir o entusiasmo que excitaram, entre os negociantes, os burgueses e os jovens de uma classe mais elevada, a queda dessa prisão do Estado e o primeiro triunfo de uma liberdade tempestuosa. Franceses, russos, ingleses, dinamarqueses, alemães, holandeses, felicitaram-se como se tivessem sido desembaraçados de uma corrente que pesava sobre eles. Cada qual sentia que uma nova aurora se levantava”.

¹⁸ *La Réforme Sociale*, número de 1º. de novembro de 1904, p. 670-672.

assinale o medo na Bretagne bretã, Picardie, Artois e Flandre. Lembro-me, no entanto, de ter ouvido falar nele por minha mãe.

Esse terror de pânico fez com que os cidadãos se armassem. A guarda nacional se formou. Em menos de quinze dias, três milhares de homens foram arregimentados e uniformizados com as cores nacionais. O medo dos bandidos engendrou os verdadeiros malfeitores, que se proveram, nesse momento, das armas necessárias. “A opinião popular, diz Frantz Funck-Brentano, talvez não esteve errada ao considerar esse acontecimento com o mais importante de toda a Revolução. De um dia para outro os franceses viram cair tudo o que havia constituído sua existência secular. Diante desse nada súbito, houve o “grande medo” nas almas simples, o grande acesso de febre precursor da crise terrível que vai sacudir a nação inteira e até ao mais profundo de suas entranhas”.¹⁹

Quem era suficientemente poderoso para levantar ao mesmo tempo o mesmo medo, através de uma imensa extensão do território, pelos mesmos processos, pelas mesmas mentiras? Como explicar um tal movimento, se não pela ação combinada de uma seita espalhada em todos os pontos do reino, a fim de tornar possíveis os crimes que ela cogitava?

Para levar esses objetivos a termo, era preciso a organização das cabeças e dos braços. Para dirigir umas e outros, Mirabeau chama seus II.: conjurados à igreja dos religiosos conhecidos pelo nome de Jacobinos; e logo a Europa inteira passa a conhecer os chefes e os atores da Revolução apenas sob o nome de jacobinos. Esse nome designa por si só tudo o que há de mais violento na conjuração contra Deus e contra Seu Cristo, contra os reis e contra a sociedade.

Não temos aqui que fazer o relato, nem mesmo que traçar o quadro disso, sendo a finalidade destes capítulos unicamente responder ao desejo assim formulado por Louis Blanc na sua *Histoire de la Révolution*: “Importa introduzir o leitor na mina que então cavaram, sob os tronos, e sob os altares, os revolucionários, instrumentos profundos e ativos dos Enciclopedistas”.

Nesse antro nós encontramos todos os personagens que tiveram a participação mais ativa na desordem política, social e religiosa do fim do século XVIII: Philippe-Egalité, Mirabeau, Dumouriez, La Fayette, Custine, os irmãos Lameth, Dubois-Crancé, Roederer, Lepelletier de Saint-Fargeau pertencem à loja *A Candura*; Babeuf, Hébert, Lebon, Marat, Saint-Just, à dos *Amigos Reunidos*; Bailly, Barrère, Guillotin, Danton, Garat, Lacépède, Brissot, Camille Desmoulins, Pétion, Marat, Hébert, Collot-d'Herbois, Dom Gesle, saíram da loja das *Nove Irmãs*, à qual tinham pertencido Voltaire, d'Alembert, Diderot e Helvetius. Sieyès fazia parte da loja dos *Vingt-deux*, Robespierre era rosacruz do Capítulo de Arras.

¹⁹ Em 1797 foi publicado em Neuchâtel um livro intitulado: “Os Verdadeiros Autores da Revolução da França em 1789”, por Soudart. Na página 453, diz-se: “Foi através dos franco-maçons que se espalhou, no mês de julho, no mesmo dia, na mesma hora, em todo o reino, o alarme dos pretensos bandidos; foi através dos franco-maçons que se estabeleceram uma reciprocidade geral de sentimentos e as coletas das importâncias necessárias ao partido”.

A revista *La Révolution Française*, de junho de 1904, página 556, publicou sobre o grande medo os testemunhos de homens que têm pela Revolução um verdadeiro culto:

Marcel Bruneau, Inspetor da Academia (*Les Débuts de la Révolution*, Cher et Indre, 1902): “O grande medo tornou-se, por suas conseqüências, um dos maiores acontecimentos da Revolução”. Georges Bussière (*Événements historiques de la Révolution en Périgord*, t. III, *La Révolution bourgeoise, La Révolution spontanée*, p. 73, 74): “O grande medo foi visto talvez como um dos acontecimentos mais consideráveis da Revolução”. Aulard: “Esse grande medo de julho e agosto de 1789, que é talvez o acontecimento mais importante da Revolução francesa...”

“Muitos historiadores viram aí a prova de uma organização sábia e completa do partido revolucionário, cujos agentes, em todos os pontos do território, teriam obedecido a uma palavra de ordem” (Pierre de Vitt., *La Peur en 1789. — La journée des brigands en Limousin*, p. 7).

É Mirabeau quem, no dia 6 de maio de 1789, aponta para Luís XVI dizendo: “Eis a vítima!”

É Sieyès quem, no dia 16 de junho, proclama que não pode existir nenhum veto contra a Assembléia que vai regenerar a França.

É Guillotin quem, no dia 21 de junho de 1792, arrasta os deputados para a sala do Jeu de Paume, e é esse outro maçom, Bailly, que improvisa o juramento da revolta. É Camille Desmoulins quem, no dia 14 de julho, no jardim do Palais-Royal, lança à multidão o grito: “Às armas!”, sinal da primeira morte e da pilhagem.

É La Fayette quem, no dia 21 de junho de 1791, expede para Varennes esse outro maçom, Pétion, para prender o rei fugitivo, e que se investe como carcereiro das Tulherias.

O mesmo Pétion, prefeito de Paris, abandona, no dia 20 de junho de 1792, a família real aos ultrajes das hordas ébrias das ruas.

É Roederer quem, no dia 10 de agosto, após um novo assalto às Tulherias, entrega a família real à Convenção.

É Danton quem organiza os massacres de setembro, enquanto Marat faz cavar um poço na rua da Tombe-Issoire, para enterrar nas catacumbas de Paris os cadáveres dos degolados.

É Marat, franco-maçom como todos os outros, quem, na véspera de 21 de janeiro, vem comunicar ao rei mártir seu decreto de morte irrecorrível.

E após o regicídio, é Robespierre que se torna grande-mestre do cadafalso.

O projeto da franco-maçonaria não se limitava a jacobinizar a França, mas todo o universo: assim vimos o Iluminismo levado simultaneamente para todos os países.

A loja estabelecida na rua Coq-Héron, presidida pelo duque de la Rochefoucauld, transformara-se especialmente naquela dos grandes maçons, e cuidava da propaganda européia; foi ali que se realizaram os maiores conselhos. Quem melhor conheceu esse estabelecimento foi Girtaner. Em suas *Mémoires sur la Révolution Française*, ele diz: “O clube da *Propaganda* é muito diferente do dos jacobinos, não obstante os dois freqüentemente se reúnam juntos. O dos jacobinos é o grande motor da Assembléia Nacional. O da Propaganda quer ser o motor do gênero humano. Este último já existia em 1786; os chefes eram o duque de la Rochefoucauld, Condorcet e Sieyès. O grande objetivo do clube propagandista era estabelecer uma ordem filosófica, que dominasse a opinião do gênero humano. Há nessa sociedade duas espécies de membros: os contribuintes e os não pagantes. O número dos pagantes é de cerca de cinco mil; todos os outros se comprometem a propagar por toda a parte os princípios da sociedade e a tender sempre para esse objetivo”.

Seus esforços não foram estéréis. “De todos os fenômenos da Revolução, diz Barruel, sem dúvida o mais espantoso, e infelizmente também o mais incontestável, é a rapidez das conquistas que a revolução já alcançou numa tão grande parte da Europa, e que ameaçam fazer a revolução do universo; é a facilidade com a qual seus exércitos içaram a bandeira tricolor e plantaram a árvore de sua igualdade e de sua liberdade desorganizadoras na Savóia e na Bélgica, na Holanda e nas margens do Reno, na Suíça e além dos Alpes, no Piemonte, em Milão e até na própria Roma”. Em seguida, depois de ter concedido ao valor das tropas francesas e à habilidade de seus chefes a parte que lhes é devida nessas conquistas, ele acrescenta: “A seita e suas conspirações, suas legiões de emissários secretos precederam em toda a parte seus exércitos. Os traidores estavam dentro das fortalezas para abrir-lhe as portas, eles estavam até nos exércitos do inimigo, nos conselhos dos príncipes para abortar seus planos. Seus clubes, seus jornais, seus apóstolos tinha predisposto o populacho e preparado os caminhos”.

Barruel oferece numerosas provas dessa afirmação. A história sincera das conquistas da Revolução e do Império confirmam-na.

O AGENTE DA
CIVILIZAÇÃO MODERNA

HISTÓRICO

SEGUNDO PERÍODO

DA REVOLUÇÃO AOS DIAS ATUAIS

CAPÍTULO XV

A FRANCO-MAÇONARIA SOB O PRIMEIRO IMPÉRIO¹

Vimos a derrubada da civilização cristã projetada por volta do fim do século XVI, almejada por uma sociedade secreta que, de geração em geração, ano indicado pelos Humanistas, desenvolvido pelos Enciclopedistas, definitivamente determinado pelos Iluministas e posto em execução pelos Jacobinos.

Sufocada no sangue do Terror e na lama do Diretório, a franco-maçonaria não pôde erguer o Templo da Humanidade sobre as ruínas da Igreja da França, que ela tinha destruído.

A Igreja se reergueu. A franco-maçonaria não renunciou a seu projeto. Ela novamente se aplicou a ele desde os primeiros dias do império. A cada ano ela aumentou o círculo de sua ação; e no momento atual ela tem a garantia de consegui-lo desta feita, tanto mais certamente quanto ela conhece o que a fez fracassar no século XVIII.

Lenta e seguramente, tal foi a palavra de ordem que ela impôs a seus agentes e a si própria, que tem sido mantida e que vai, pensa ela, proporcionar-lhe enfim o que ela persegue há quinhentos anos.

Ela quis aniquilar toda a ordem de coisas existente, religião, sociedade e propriedade, e substituí-la pelo estado puro da natureza. Ele não pôde. O Império foi uma reação que a Restauração acentuou. Nós veremos a maçonaria, sob os governos que vão se suceder, trabalhar para estorvar suas boas intenções e paralisar seus esforços para o bem, inspirá-los para o mal e nisso secundá-los; depois, enfim, a assenhorear-se do poder, e então perseguir abertamente a realização dos desígnios que os enciclopedistas, os franco-maçons e os iluministas tinham concebido.

A reação se deu, inicialmente, na ordem religiosa.

O catolicismo não pudera ser inteiramente sufocado. Sua doutrina e sua moral não tinham deixado de viver numa multidão de corações, e o seu culto não deixara de ser praticado, mesmo com perigo de vida. Assim que aquele que concebeu a idéia e que se impusera o poder para restabelecer uma certa ordem na sociedade quis pôr-se ao trabalho, compreendeu que, para reerguer a França de suas ruínas era preciso, necessariamente, começar pela restauração do culto. Portails tinha-no perfeitamente demonstrado no discurso que pronunciou no Corpo Legislativo, na sessão de 15 do germinal do ano X. Mas, que culto? Nenhum outro que não o católico teria sido aceito, nenhum outro teria sido viável. Todo o mundo o percebia bem, e Napoleão melhor que qualquer um. Ora, o culto católico só podia ser restaurado pelo Papa: daí a necessidade de entender-se com ele. Napoleão percebeu-o e logo encetou as negociações que deveriam redundar na Concordata de 1801. No entanto, a franco-maçonaria estava sempre presente e ela absolutamente não renunciava ao projeto de liquidar o catolicismo e com ele a civilização cristã. Vamos revê-la, pois, trabalhando para isso, não mais com a impetuosidade de 93, mas discretamente, lentamente, e, pensava ela, com mais segurança.²

¹ O Primeiro Império compreende o reinado de Napoleão I, que se estendeu de 1804 a 1814. (N. do T.).

² Ver, para a História da Igreja de França no século XIX (1802-1900), as conferências feitas por L. Bourguin aos católicos. Dois volumes in-12. P. Téqui Editor, rua de Tournon, 29, Paris.

Desde o dia da conclusão da Concordata — se foi sob inspiração maçônica é difícil dizer³ — começaram as restrições, e logo a retomada do espírito anticristão. Após um século de incessante trabalho, esse espírito conseguiu, em nossos dias, consolidar todas as conquistas que a Revolução fez, e que ela tinha sido constrangida a abandonar sob a pressão do espírito católico.

A religião católica restaurada deveria ter sido, como outrora, a religião do Estado.⁴ Parece que a coisa se apresentava exatamente assim ao espírito de Napoleão, por ocasião das primeiras manifestações que ele fez a Pio VII. No projeto da Concordata datado de 26 de novembro de 1800, os negociadores franceses deixaram passar a expressão “religião de Estado”. No Título IX, art. 1º., estava dito: “Nas condições acima, e tendo em vista sua aceitação pela Santa Sé, o governo francês declara que a religião católica, apóstolica e romana é a religião do Estado”. Bonaparte queria, pois, restaurar o culto nacional enquanto culto público, deixando às individualidades a liberdade de praticar um outro. E no entanto o primeiro Cônsul logo se desculpou disso; e todos os esforços foram inúteis, os de Spina, os de Consalvi, os do próprio Pio VII, para fazê-lo voltar ao projeto primitivo, tão natural, tão lógico, que devia se impor a um espírito tão lúcido como o seu.

Ainda uma vez não saberíamos dizer se houve, junto a Napoleão, nesse momento, uma intervenção dessa Contra-Igreja que vimos como depositária do pensamento da Renascença, e que, há quatro séculos, trabalhava com uma perseverança que nada desencorajava, para fazê-lo triunfar. O que sabemos é que a história recolheu, da boca do cardeal Pacca, esta troca de palavras entre Volney e Bonaparte, no dia seguinte ao da assinatura da Concordata: “Está aí o que havíeis prometido? — Tranqüilizai-vos. A religião na França tem a morte no ventre: julgareis o que vos digo em dez anos!”

É a um judeu do século XVIII, Guillaume Dohm, que é preciso fazer remontar o pensamento inicial da igualdade dos cultos. Ele foi o instigador e o doutor dessa idéia junto aos príncipes do mundo moderno. Ele era arquivista de S.M. o rei da Prússia e secretário do Departamento de Assuntos Estrangeiros quando escreveu, em 1781, sua memória *De la Réforme Politique de la Situation des Juifs*, endereçada e dedicada a todos os soberanos.

Ele explana nessa obra a teoria do Estado indiferente em matéria de religião, neutro, ateu, e, o que é mais grave, dominador de todas as religiões.

“O grande e nobre emprego do governo, diz ele, consiste em mitigar os princípios exclusivos de todas essas diferentes sociedades, católica, luterana, sociana, maometana, de maneira que elas não causem prejuízos à grande sociedade.

“Que o governo permita a cada uma dessas pequenas sociedades particulares terem o espírito de corpo que lhes é próprio, e mesmo de conservarem seus preconceitos, quando não sejam nocivos; mas que ele se esforce para inspirar a cada um de seus membros um motivo maior de dedicação ao Estado; e ele terá atingido a grande finalidade que lhe convém ter em vista, quando as qualidades de gentilhomem, de patriota, de sábio, de artesão, de cristão ou de judeu estiverem todas subordinadas à de *cidadão*”.

É exatamente a idéia napoleônica: Napoleão quis realizar esse programa traçado vinte anos antes.

³ O que é certo, é que Talleyrand, Grégoire, Fouché, os constitucionalistas, os velhos jansenistas readmitidos nos conselhos do governo, os revolucionários da Corte de Bonaparte, os céticos e os ímpios que sitiavam a Malmaison, desesperando de impedir o Cônsul de negociar, reuniram seus esforços para falsear o espírito e a letra da Concordata.

⁴ A religião do Estado não é a religião que o Estado impõe a alguém, mas a que ele pratica por sua própria conta. A República tem uma religião, o ateísmo, e ela o impõe a seus súditos.

Após longos debates, ele logrou introduzir na própria Concordata, e sobretudo depositou nos artigos orgânicos, que subrepticiamente a acompanharam, um germe que se desenvolveria espontaneamente para transformar-se nessa outra constituição civil do clero, que Briand forjou na lei de separação e que ele tinha a firme esperança de nos fazer aceitar.

A Concordata diz o seguinte: “O governo da República reconhece que a religião católica, apostólica e romana, é a religião da grande maioria do povo francês”. Nessas palavras nada mais há do que o reconhecimento de um fato, de um fato que poderia não existir naquele momento e que pode mudar com o tempo; não há o reconhecimento do direito que sua origem divina confere à Igreja católica, nem o reconhecimento da situação única que essa origem lhe proporciona. A Concordata, com essa redação, reconhecia ao protestantismo e ao judaísmo, em razão da fração de cidadãos que o professavam, direitos no Estado semelhantes aos do catolicismo. Esses direitos semelhantes tornaram-se logo direitos iguais, e, atualmente, é aos protestantes e aos judeus, que permanecem sempre em pequeno, muito pequeno número, que é concedida situação privilegiada.

O Papa, em data de 12 de maio de 1801, escreveu ao primeiro Cônsul para exprimir-lhe sua dor ante essa exigência: “Nós não vos esconderemos, bem ao contrário, disso vos faremos manifesta confissão, que viva alegria experimentamos nas primeiras negociações que foram feitas para o restabelecimento da religião católica na França; e a esperança deleitável de que essa religião seria restabelecida em seu antigo esplendor *como dominante*, fez-nos ver com muita dor o artigo desagradável que, no projeto oficial, foi proposto como base para todos os outros... Não podemos impedir-nos de lembrar-vos que, tendo sido constituídos por Deus para a defesa dessa religião e para sua propagação,... não podemos, por um artigo de um solene acordo, sancionar sua degradação... Se a religião católica é a religião da maioria do povo francês, podeis duvidar de que seus desejos só possam ser atendidos se lhe for restituído seu primeiro esplendor? Sereis impedido pela oposição do pequeno número, que a maioria ultrapassa em grau tão elevado? Por causa deles privareis a França e a autoridade pública das grandes vantagens que lhe propiciam o restabelecimento completo da religião católica?”

Nada disso foi feito; e o Papa, para evitar um mal maior, teve de ceder à vontade de Bonaparte.⁵

A questão era de importância capital. Emile Olivier exagera quando exprime a opinião de que esse artigo da Concordata consagrava a separação entre a Igreja e o Estado, que se reclama hoje, diz ele, como se já não tivesse sido feita há um século. Longe de consagrar o princípio da separação, a Concordata sanciona a união sob um novo modo. É verdade que a religião católica não é mais a religião do Estado. Mas, apesar de menos íntima, menos vantajosa para a Igreja do que a antiga ordem de coisas, esta que, pela Concordata, a substituiu, não é de uma outra natureza. Ela mantém laços com o Estado, e laços obrigatórios. A Concordata conservou intactos os princípios, ela não consagrou a separação, “o dogma religioso da Revolução francesa”.

Mas a Revolução, que quer a separação, que a vê em toda a parte, preparou-a desde então na França, tanto quanto estava nela fazê-lo.

Os Estados separados da Igreja e a Igreja romana privada da soberania temporal, tais são as duas preocupações mais constantes da franco-maçonaria, o duplo objetivo de seus mais contínuos esforços. Para vencer a resistência da Igreja, é preciso que primeiramente Ela esteja sem ponto de apoio sobre a terra.

⁵ Num comunicado levado ao conde de Chambord por de Vaussay, o Cardeal Pie não pedia para o catolicismo a qualificação de “religião de Estado”, mas esta declaração: “A religião de quatorze séculos no passado e de trinta e cinco milhões de cidadãos no presente, é a religião do país e de suas instituições”.

Com esse objetivo foram feitos esforços para rebaixar o catolicismo na França ao nível de uma religião qualquer, de diminuir seu prestígio e sua força, de humilhar o clero e paralizá-lo. Ele retorna à França, mas não forma mais uma Ordem dentro do Estado, não tem mais nenhum direito enquanto corpo, não passa de uma coleção de indivíduos que logo não se distinguirão dos outros senão pelo fato de sofrerem mais vexames e ultrajes. Nem mesmo é mais proprietário. Sabemos a que ponto a propriedade é necessária à independência; o clero não mais a terá. Seus bens, por mais legítimos que fossem, não lhe serão devolvidos; ele será reduzido à condição de assalariado, não se absterão de cortar-lhe os víveres para lembrar-lhe sua sujeição. É verdade que o artigo XV da Concordata diz: “O governo cuidará de deixar aos católicos a liberdade de fazer, se o quiserem, novas fundações em favor das igrejas”, e de reconstituir assim o antigo patrimônio da Igreja na França. Mas sabemos através de que astuta tática essa liberdade tem sido restringida dia a dia, depois como as fundações piedosas tiveram que ser sempre constituídas com rendas do Estado, a fim de que fosse mais fácil apoderar-se delas no dia da separação, e como, enfim, a própria indenização prevista na Concordata foi suprimida.

Ao governo, já encarregado de fornecer ao clero alimentação e moradia, a Concordata concedeu ainda a escolha das pessoas que deveriam ser elevadas às dignidades eclesiásticas: “O primeiro Cônsul nomeará, nos três meses seguintes à publicação da Constituição apostólica, os arcebispos e os bispos que devem governar as dioceses das novas circunscrições. — Da mesma forma, o primeiro Cônsul nomeará os novos bispos para as sedes episcopais que vagarem em seguida. A Sé apostólica conferir-lhes-á a instituição canônica. Os bispos nomearão os párocos, e escolherão apenas pessoas aprovadas pelo governo”.

Em diversas épocas os governos tiveram como dever de religião ou de honestidade pública escolher os mais dignos; mas, em outros momentos, eles foram buscar preconceituosos, incapazes e mesmo indignos. Napoleão deu exemplo disso. Ele impôs ao cardeal Caprara quinze bispos constitucionais. Mais tarde, procurou meios de livrar-se da instituição canônica. Para isso convocou um Concílio nacional; mas não pôde obter o que pretendia. Isto não representou mais para o clero a dependência, nem mesmo a servidão, mas o cisma.

Há na Igreja, ao lado do clero secular, o clero regular. Este podia encontrar em sua própria constituição condições de independência recusadas ao primeiro. Assim, Bonaparte evitou que as Ordens religiosas pudessem se reconstituir. O decreto de 22 de junho de 1804 ordenou a dissolução da associação dos Pais da Fé, e “de todas as outras congregações ou associações formadas sob pretexto de religião e não autorizadas”. Ademais, estatuiu que: “Nenhuma congregação ou associação de homens ou de mulheres poderá se formar no futuro sob pretexto de religião, a menos que ela tenha sido formalmente autorizada por um decreto imperial”. Bonaparte dizia também e repetia que ele não queria congregações, que isto era inútil, que não havia que temer que ele restabelesse os monges.⁶

Não obstante, ele autorizou os Lazaristas e os padres das Missões Estrangeiras. “Esses religiosos, disse ele ao Conselho de Estado, ser-me-ão úteis na Ásia, na África e na América. Eu os enviarei para se informarem sobre o estado do país, serão agentes secretos da diplomacia”. Ele também autorizou os Irmãos das escolas cristãs, como engrenagens da máquina universitária. “O Reitor da Universidade visará seus estatutos *interiores*, admiti-los-á ao juramento, arranjar-lhes-á um hábito particular e vigiará suas escolas” (Decreto de 17 de março de 1808, art. 109). A autorização concedida às Irmãs de Caridade entra no mesmo plano. “A superiora geral residirá em Paris e assim ficará sob a mão do governo”. Ele impôs como geral sua própria mãe,

⁶ *Correspondência*, X, 127.

Loëtitia Bonaparte. Hanon observou respeitosamente que a regra não o permitia. Foi trancado na prisão de Fénestrelle.

Voltando ao clero secular, Bonaparte vigia para que seu recrutamento não se faça facilmente; não é preciso que os padres sejam numerosos. Trinta e sete mil e quatrocentos curas são instituídos no dia seguinte ao da Concordata. Bonaparte declara não ser obrigado a remunerar, por esse tratado, senão os curas-decanos, em número de três mil e quatrocentos. Ele concede, no entanto, quinhentos francos a vinte e quatro mil curas em serviço. Os outros dez mil, assim com todos os vigários, permanecerão ao encargo das comunidades, que geralmente são muito pobres ou muito sobrecarregadas para poderem dar-lhes os meios de vida.⁷ Por isso Røederer, um dos presidentes do Conselho de Estado, disse: “Os que estão em serviço não puderam ainda obter tratamento fixo em *nenhuma* comuna. Os camponeses têm querido deles com ardor a missa e o serviço de domingo como no passado, mas pagar é outra coisa”.⁸ Isto não era muito encorajador para as vocações. Elas não são suficientes para preencher os vazios que a morte multiplica entre esses anciãos que retornaram do exílio; não obstante, os bispos são obrigados, antes de proceder a uma ordenação, a enviar a Paris a lista daqueles aos quais querem conferir as santas Ordens.⁹ Napoleão a diminuía a seu bel prazer. Monsenhor Montault, bispo de Angers, e Monsenhor Simon, bispo de Grenoble, não puderam o primeiro em sete, o segundo em oito anos, ordenar, cada um, mais do que dezoito padres.

Mas há mais. Napoleão quer supervisionar e dirigir o ensino dos seminários. “Não é preciso, diz ele, abandonar à ignorância e ao fanatismo o cuidado de formar os jovens padres... Temos três ou quatro mil curas ou vigários, filhos da ignorância, e perigosos por causa de seu fanatismo e suas paixões. É necessário preparar sucessores mais esclarecidos, instituindo, sob o nome de seminários, escolas especiais que ficarão nas mãos da autoridade. Colocaremos à testa dessas escolas professores instruídos, dedicados ao governo e amigos da tolerância.”¹⁰ Eles não se limitarão a ensinar a teologia: acrescentarão uma espécie de filosofia e um mundanismo honesto.”¹¹ O decreto de 5 de fevereiro condena como por demais ultramontana a teologia de Bailly! Veremos mais tarde reaparecerem essas idéias de ensinar nos seminários uma certa filosofia, um certo mundanismo e de preparar os jovens padres para serem amigos da tolerância.

Napoleão queria ter ao mesmo tempo o controle do culto. Nas negociações que precederam a assinatura da Concordata, o Papa reclamava o reconhecimento da liberdade de religião e do exercício público de seu culto. Esse exercício fora proscrito pela Revolução; importava que fosse formalmente reconhecido na Concordata que essas leis tirânicas estavam abrogadas. Esse ponto ensejou as mais penosas discussões. “À força de indizíveis fadigas, de sofrimentos e de angústias de todo o gênero, diz Consalvi, chegou enfim o dia em que parecia que chegaríamos ao termo desejado”. Ele havia feito reconhecer, no artigo primeiro do acordo, a liberdade e a publicidade do culto católico. No momento em que ia assinar, percebeu que haviam colocado furtivamente sob sua pena um texto completamente diferente daquele que havia sido convencionado. Tudo estava para ser recommçado. Novas discussões e negociações. Consalvi queria que à expressão “A religião católica, apostólica, romana

⁷ O orçamento do culto católico em 1802 foi de 1.258.197 francos. O de 1803 se elevou para 4 milhões. O último orçamento regular do culto católico sob o primeiro império (1813) ultrapassou um pouco os 17 milhões.

⁸ *Œuvres*, III, 481.

⁹ Artigos orgânicos, 25. Essa disposição não foi empregada senão em 1810.

¹⁰ Esta palavra revela a inspiração maçônica.

¹¹ Thibaudeau, II, 485.

será livremente exercida na França” fossem acrescentadas estas palavras: “Seu culto será público”. Os comissários franceses tinham ordem para exigir esta adição: “Conforme as regras de polícia”. Consalvi pressentia uma armadilha. Ele não se enganava: essa armadilha eram os artigos orgânicos que o governo mantinha em reserva e dos quais jamais fizera menção no curso das negociações. A Santa Sé protestou solenemente contra esse ato extra-diplomático. Os artigos orgânicos foram mantidos; foram apresentados como formando um só e mesmo todo com a Concordata. Conhecemos os abusos que foram praticados no curso do século XIX. As regras de polícia invadiram tudo, e permitiu-se ao prefeito da mais humilde vila formulá-las livremente. Logo o culto público existe apenas como estado de lembrança. Não somente as manifestações, mas todo o sinal exterior de religião acabará sendo interditado sob o belo pretexto de que não se deve jamais agredir a consciência dos senhores livre-pensadores.

A Igreja não pode ser inteiramente reduzida à escravidão durante muito tempo se o Papa está livre; assim, não há nada que a franco-maçonaria perseguirá com tanta perseverança como a abolição do poder temporal dos Papas, necessário à sua independência.

Teria sido sob a inspiração da franco-maçonaria, ou fora seguindo os impulsos de sua própria ambição, que Napoleão I tentou fazer do Papa seu vassalo? Ele ainda não era senão o general Bonaparte, comandando os exércitos da Itália, quando, após a capitulação de Mântua, ele se dirigiu a Bolonha para aí, diz Thiers, “impor a lei ao Papa”. Dali ele escreveu a Joubert: “Estou negociando com essa padralhada, e, *desta vez*, São Pedro ainda salvará a capital, cedendo-nos seus mais belos Estados”. No dia seguinte ele escrevia ao Diretório: “Minha opinião é que Roma, uma vez privada da Bolonha, Ferrari, Romagne, e dos trinta milhões que nós lhe tiramos, não pode mais existir: ESSA MÁQUINA SE DESARRANJARÁ SOZINHA”. Nessa carta encontra-se a primeira manifestação diplomática da idéia napoleônica, que veremos buscada por Napoleão I, depois por Napoleão III, idéia idêntica à idéia maçônica. No dia 22 de setembro, em razão do boato da doença do Papa, ele prescrevia a seu irmão José, “se o Papa viesse a morrer, de empregar todos os meios para evitar que fosse eleito outro e para suscitar uma revolução”. Thiers vincula a esse fato a razão última de tudo o que vinha sendo feito há um século contra o Papado: “O Diretório via no Papa *o chefe espiritual do partido inimigo da Revolução*”, isto é, da civilização pagã. Eis por que o Diretório e seu general não queriam que houvesse mais Papas. No *Mémorial de Sainte-Hélène*, Napoleão expõe abertamente essa idéia fundamental da maçonaria, e como ele havia inicialmente pensado em realizá-la. Falando de suas proclamações aos muçulmanos, ele diz: “Era charlatanismo, e do maior... Vede as conseqüências: eu me servia da Europa pelo avesso; *a velha civilização* permanecia sitiada, e quem teria imaginado então em se inquietar com o curso dos destinos de nossa França e da *regeneração do século*?”¹² Destruir a velha civilização, a civilização cristã, regenerar o século à moda pagã, e isto através da França, eis a idéia que permite compreender a fundo a história contemporânea.

Se Napoleão tinha esses pensamentos, perguntar-se-á porque ele restabeleceu o culto católico na França. Ele o explica em seu *Mémorial*: “Quando eu reerguer os altares, dissera, quando eu proteger os ministros da religião como eles merecem ser tratados em todos os países, o Papa fará o que eu lhe pedir; ele apaziguará os espíritos, reuni-los-á em sua mão e coloca-los-á na minha”. E em outro lugar: “Com o catolicismo eu alcançava com mais segurança todos os meus grandes êxitos... No interior, entre nós, o grande número absorvia o pequeno (protestantes e judeus), e eu me prometia tratar este com uma tal igualdade que logo não haveria possibilidade de

¹² Ver também: *Correspondance de Napoléon Ier.* publicada por ordem de Napoleão III, t. V, p. 185, 191, 241.

conhecer a diferença. (Em outras palavras, conseguirei fazer reinar a indiferença em matéria religiosa). No exterior, o catolicismo me conservava o Papa, e com minha influência e minhas forças na Itália, eu tinha a esperança de, cedo ou tarde, por um meio ou outro, *ter para mim a direção desse Papa*, e, a partir daí, que influência, que poder de opinião sobre o resto do mundo!”¹³ Veremos a Grande Loja tomar a esteira dessa idéia e se esforçar para levá-la a bom termo.

No trono imperial, Napoleão não perdeu seu ponto de vista. Conhecemos o que ele fez para confundir no espírito do povo a verdadeira religião com suas heresias, colocando tudo no mesmo nível, o que ele fez para chegar pouco a pouco a suprimir todo culto exterior, a fazer do clero um corpo de funcionários, e mesmo a dispensar o Papa no que diz respeito à instituição canônica dos bispos. Tudo isso não podia ser durável, se não se conseguisse retirar do Papa sua independência. Napoleão empregou o melhor de si nessa tarefa. Em 13 de fevereiro de 1806, ele escreveu a Pio VII: “Vossa Santidade é soberano em Roma, mas eu sou imperador”. Dois anos mais tarde o general Miollis se apodera da Cidade Eterna, e em 10 de junho Napoleão publica um decreto que anexa todos os Estados do Papa ao império francês. No dia 6 de julho Pio VII é retirado do Quirinal, enquanto os cardeais são internados em Paris ou encerrados em prisões do Estado. Prisioneiro, ele também, o suave ancião sofre o duplo assalto da violência e da trapaça para que consinta na anulação da Concordata de 1801, e na assinatura de uma outra na qual se previa o abandono quase completo de sua jurisdição sobre a Igreja da França.¹⁴

No *Mémorial de Sainte-Hélène*¹⁵ Napoleão diz que, destruindo dessa forma o poder temporal dos Papas, ele tinha “outras intenções”. Falando a respeito da proposição de ser elaborada uma outra Concordata, diz: “Eu tinha meu objetivo, e ele não o conhecia”; e, depois que a assinatura foi arrancada à fraqueza de um ancião esgotado e aterrorizado: “Todos os meus grandes desígnios, exclama, foram realizados sob o manto da dissimulação e do mistério... Eu teria exaltado o Papa acima de toda medida, eu o teria cercado de pompas e homenagens, ele teria habitado perto de mim em Paris, Paris se teria tornado a capital do mundo cristão, e eu teria dirigido o mundo religioso, assim como o mundo político”.

A Concordata, seguida dos artigos orgânicos, e a prisão de Pio VII na Savóia e em Fontainebleau são os frutos harmoniosos desse mesmo pensamento. Esses atos se encadeiam, constituem a realização parcial e sucessiva do plano único concebido pela Revolução. A doutrina revolucionária proclama a onipotência do Estado; ela não pode admitir a existência de um poder espiritual independente e superior, tal como o da Igreja. Como abatê-lo? O Estado começa por se unir à Igreja e a se servir dessa união para sujeitá-la; depois, quando ele a julgar suficientemente enfraquecida para não poder mais viver por Ela própria, ele se separará de novo dEla, esperando que, privada de seu sustentáculo, Ela pereça. Napoleão — essas palavras e esses atos o

¹³ *Mémorial de Sainte-Hélène*, t. V, p. 384, 388.

¹⁴ Quando a prisão de Napoleão em Santa Helena tornou-se mais apertada e mais dura, Pio VII escreveu ao cardeal Consalvi esta carta admiravelmente cristã:

“A família do imperador Napoleão comunicou-nos, através do cardeal Fesch, que o clima de Santa Helena é mortífero e que o pobre exilado definha a olhos vistos. Recebemos essa notícia com uma aflição infinita, e vós sem nenhuma dúvida compartilhá-la-eis conosco, porque ambos devemos lembrar-nos de que, junto a Deus, é principalmente a ele que se deve o restabelecimento da religião no grande reino da França. A piedosa e corajosa iniciativa de 1801 fez-nos esquecer e perdoar, há muito tempo, seus erros subseqüentes. *Savóia e Fontainebleau são apenas erros do espírito e dos desregramentos da ambição humana*. A Concordata foi um ato cristão e heroicamente salvador.

“Seria para nosso coração uma alegria sem igual poder contribuir para diminuir as torturas de Napoleão. Ele não pode mais representar perigo para ninguém, nós desejaríamos que ele não constituísse remorso para ninguém”.

¹⁵ T. IV, p. 208, e t. V, da página a 391 à 401.

provam — quis, estabelecendo a Concordata, sujeitar a Igreja ao seu poder absoluto. Quando acreditou que o momento tinha chegado, esgotou todos os recursos da astúcia e da violência para se apoderar do poder espiritual, nem mesmo receando, para aí chegar, de secretamente enfraquecer o Papa através de beberagens que continham morfina.

Para poder dirigir o mundo religioso pelas vias que deviam trazer “a regeneração do mundo”, era não menos preciso se apoderar da direção dos espíritos do que reduzir o Papa ao estado de ídolo. Napoleão compreendia-o bem. Com esse intuito quis suprimir a imprensa religiosa para reorganizá-la à sua maneira: “Minha intenção, escreveu ele a Fouché, Ministro da Segurança, é que os jornais eclesiásticos deixem de ser publicados, e que sejam reunidos num só jornal, que se encarregará de todos os assinantes. Esse jornal, que deve servir para a instrução dos eclesiásticos, chamar-se-á *Journal des Curés*. Seus redatores serão nomeados pelo cardeal-arcebispo de Paris.

Foi com esse mesmo pensamento que ele instituiu a Universidade e concedeu-lhe o monopólio do ensino. O I.: Fontanes, futuro Reitor da Universidade, interrogado sobre a nota de Champagny, que tinha concluído pela restauração do Oratório, da Ordem dos Beneditinos de Saint-Maur e das congregações da doutrina cristã, respondeu aquilo que os mestres de nossos dias dizem: “É preciso, no ensino, como em todas as coisas, *a unidade de objetivo e de governo*. A França tem necessidade de uma só Universidade e a Universidade de um só chefe”. “É isto, disse o ditador, o senhor me compreendeu”. E o I.: Fourcroy levou ao Corpo Legislativo, no dia 6 de maio de 1806, um projeto de lei assim concebido:

“Art. I. — Será formado, sob o nome de Universidade imperial, um corpo encarregado EXCLUSIVAMENTE do ensino e da educação pública em todo o Império”.

Na sua obra *L'Instruction publique et la Révolution*, Duruy louva Napoleão por ter, através da instituição da Universidade, salvado a Revolução e o espírito revolucionário. “Que maravilhosa concepção, essa Universidade de França com seu Reitor, seu conselho, seus inspetores gerais, seus graus e sua poderosa hierarquia! que marca de gênio, ter compreendido que era preciso uma grande corporação laica para disputar as jovens gerações aos destroços das velhas corporações de ensino e sobretudo ao seu espírito! Antes de 18 do brumário já se podia prever o momento em que a reação teria retomado no domínio do ensino todo o terreno perdido após 1789. Grave perigo, e que não tendia a nada menos do que levantar a questão, num futuro muito próximo, dos princípios de tolerância e de igualdade cuja conquista tinha sido a finalidade de tantos esforços e que se transformaram na excusa de tantos excessos... Após ter firmado o presente para a Revolução através do Código Civil e da Concordata, era-lhe assegurado o futuro através da educação. De todos os serviços que Napoleão prestou, não conheço nenhum mais memorável do que ter arrancado o ensino das mãos dos piores inimigos do novo regime para confiá-lo a um corpo profundamente imbuído das idéias modernas”.

Que tais tenham sido os pensamentos e os desígnios de Napoleão, ele mesmo o afirma por outras palavras.

Na noite do assassinato do duque d'Enghien, ele disse a seus familiares: “Querem destruir a Revolução. Eu a defenderei, PORQUE EU SOU A REVOLUÇÃO, EU, EU”.¹⁶

¹⁶ *Histoire du Consulat et de l'Empire*, por Thiers, t. V, p. 14.

Tinha Napoleão relações com a maçonaria?

Na *Révolution Française*, revista de história moderna e contemporânea publicada pela *Sociedade da História da Revolução*, sob a direção de Aulard, Georges Bourgin publicou uma série de artigos sob este título: *Contribution à l'histoire de la franc-maçonnerie sous le premier Empire*. Na página 45 do fascículo

Phillipe Gonnart acaba de publicar uma obra sobre as origens da lenda napoleônica na qual ele estuda “a obra histórica de Napoleão em Santa Helena”. Aí ele levanta e pretende resolver esta questão: “Napoleão alterou a verdade e desfigurou suas idéias, representando a si mesmo como o continuador da Revolução?”

“Napoleão dizia a verdade quando repetia *à saciedade*, diz Gonnard, nos escritos de Santa-Helena, que ele tinha sido o defensor das idéias de 1789 na França, como o defensor do princípio das nacionalidades na Europa. Que dizia ele que não fosse exato quando lembrava que num vendimiário, num frutidor, em 1815, ele se opusera à “reação” e que ele salvara “as grandes verdades de nossa revolução”? Ele dizia a verdade quando proclamava: “Eu consagrei a Revolução, eu a infundi nas leis”. Ele dizia a verdade quando se autointitulava “o Messias” da Revolução. Nos Relatos do cativo em Montholon ele diz: “Semeei a liberdade com abundância por toda a parte em que implantei meu Código Civil”.

Napoleão III, interpretando fielmente esse pensamento na sua obra *Les idées napoléoniennes*, prestou a seu tio este testemunho: “A Revolução que morria, mas não estava vencida, legou a Napoleão suas últimas vontades. *Esclarece as nações*, deve ela ter-lhe dito, *firma sobre bases sólidas os principais resultados de nossos esforços. Executa em extensão o que tive de fazer em profundidade*. SEJA PARA A EUROPA O QUE EU FUI PARA A FRANÇA. Esta grande missão, Napoleão a cumpriu até o fim”.¹⁷

De fato, em todos os lugares em que Napoleão levava seus exércitos aí fazia o que tinha sido feito na França. Ele estabelecia a igualdade dos cultos, muito certamente um dos principais resultados pretendidos e obtidos pela seita que fez a Revolução. “Há uma RELIGIÃO UNIVERSAL, diz o Boletim do Grande-Oriente (julho de 1856, p. 172), que encerra todas as religiões particulares do globo: é esta a religião que nós professamos; é ESTA RELIGIÃO UNIVERSAL QUE O GOVERNO PROFESSA QUANDO PROCLAMA A LIBERDADE DOS CULTOS”. Pio VII não se equivocou, pois, quando disse na sua Encíclica de 22 de março de 1808: “Sob essa proteção igual a todos os cultos se esconde e se disfarça a mais perigosa perseguição, a mais astuciosa que seja possível imaginar contra a Igreja de Jesus Cristo, e infelizmente a melhor combinada para aí lançar confusão e para destruí-La, se fosse possível à força e às artimanhas do inferno prevalecerem contra Ela”.

Ao mesmo tempo em que estabelecia a igualdade dos cultos em todos os lugares em que seus exércitos o levavam, Napoleão expulsava os religiosos e vendia os bens eclesiásticos; e para mudar a ordem social, assim como a ordem religiosa, ele impunha a partilha forçada das sucessões, abolia as corporações de operários, agitava as províncias, destruíam as liberdades locais e derrubava as dinastias nacionais; numa palavra, ele aniquilava a ordem de coisas antiga para estabelecer uma nova, esforçava-se em substituir a civilização cristã por uma civilização cujos dogmas revolucionários seriam seu fundamento e princípio.



de 14 de julho de 1905 ele faz esta citação: “Fiz-lhe (a Napoleão), diz O'Méara (o cirurgião inglês de Napoleão em Santa Helena), algumas perguntas sobre a franco-maçonaria e pedi-lhe sua opinião sobre os franco-maçons: “Eles ajudaram a Revolução e nestes últimos tempos ainda ajudaram a diminuir o poder do Papa e a influência do Clero”. Eu lhe manifestei o desejo de saber se ele havia encorajado os franco-maçons. *Um pouco*, respondeu, *porque eles combatiam o Papa*”.

¹⁷ *Idées napoléoniennes*, t I, p. 28-29.

CAPÍTULO XVI

SOB A RESTAURAÇÃO¹

Desmoronado o império, a França julgou que somente aqueles que a tinham construído poderiam, após tanta desordem e tanta ruína, reerguê-la e fazê-la reentrar em seus caminhos. Ela voltou, pois, os olhos para os filhos de São Luís.² Já em 1799 seu coração os chamava. A Franco-Maçonaria teria querido, se o regime monárquico se impusesse novamente, entregar-nos a príncipes estrangeiros. Mirabeau tinha adiantado a candidatura do duque de Brunswick e, desde 1791, Carro tinha proposto ao chefe dos jacobinos a candidatura do duque de York, filho do rei da Inglaterra. Mas a seita sentia tão bem que o desejo da nação pedia o retorno dos Bourbons, e que um dia ou outro esse desejo irresistível venceria, que ela quis tomar a dianteira e assenhorear-se do movimento para dominá-lo e dirigi-lo. Dois maçons eméritos, os generais Malet e Oudet, fundadores da sociedade dos Filadelfos em Besançon, entabularam negociações com Luís XVIII. Eles foram preteridos por Sieyès e aqueles que, como ele, preparavam a ditadura que foi inaugurada com o golpe de Estado de 18 do brumário.

O que maçonaria queria, por um meio ou outro, era, mesmo sujeitando-se às necessidades que se impunham, salvar a Revolução, manter seu espírito e resguardar o mais possível suas conquistas. A seita obtivera isso de Napoleão pelo despotismo; de Luís XVIII ela pretendia obter pelo que ela chamava de “liberdade”. O que Malet e Oudet tinham querido negociar com Luís XVIII era, fato que se deu quinze anos mais tarde, o estabelecimento do regime constitucional, do mecanismo parlamentar que permitiria continuar a guerra contra a Igreja.

Em 1799 Luís XVIII teria podido se livrar mais facilmente do aperto maçônico. Ele teria sido mais livre para restaurar a antiga constituição nacional, despojada de seus abusos. O restabelecimento do culto católico se impunha, já o vimos, a ponto de Napoleão não ver nada de mais urgente do que negociar com o Papa. Se Luís XVIII, em vez de Napoleão, tivesse negociado a Concordata, ela teria sido outra. Ele mostrou bem isso através das negociações cuja iniciativa ele tomou junto à Santa Sé após a segunda Restauração, com o objetivo de melhorar aquela que Napoleão lhe havia legado; e, livre, a Igreja de França, purificada pelo martírio, desembaraçada das manchas do jansenismo, teria podido recolocar a nação cristianíssima nas vias da verdadeira civilização.

A Europa inteira estava em confusão. Era, pois, à toda a Europa, e não apenas à França, que era preciso fornecer fundamentos sólidos. Os soberanos da Rússia, da Áustria e da Prússia quiseram empenhar-se nesse mister, e estabeleceram entre eles o célebre pacto que foi chamado de “Santa Aliança”.

¹ A Restauração corresponde ao período em que reinaram Luís XVIII (1815-1825) e Carlos X (1825-1830), irmãos de Luís XVI. (N. do T.)

² Um escritor não suspeito, Duvergier de Hauranne, reconheceu que “os Bourbons não encontraram nenhum apoio nas monarquias do continente”.

Os adversários da Restauração foram constrangidos a admitir no primeiro momento que nenhum movimento foi mais nacional. O marechal Ney: “Para evitar à pátria os males terríveis de uma guerra civil, os franceses não tinham outra alternativa senão abraçar a causa dos seus antigos reis”. O regicida Carnot: “Nenhuma dúvida razoável podia ser levantada sobre o desejo da nação francesa em favor da dinastia dos Bourbons”. La Fayette dizia que estava feliz por ver o retorno dos Bourbons “tornar-se um sinal e um penhor de felicidade e de liberdade pública” e acrescentava que estava profundamente unido a essa satisfação nacional.

E Guizot: “Quanto mais se provar que nenhuma vontade geral, nenhuma grande força, interna ou externa, conclamou ou fez a Restauração, mais se colocará em evidência a *força própria e íntima* dessa necessidade superior que determinou o acontecimento”.

“Há nessa questão — escrevia J. de Maistre de São Petersburgo ao conde de Vallaise — um aspecto tocante e respeitável que deve ser apreciado e venerado, independentemente de toda a questão que poderíamos trazer ao *espírito que a ditou e QUE É HOJE BASTENTE PODEROSO PARA SE FAZER OBEDECER PELOS SOBERANOS*”. Qual era esse espírito? Em quem, no que estava ele encarnado para ter tal poder? J. de Maistre, numa nova comunicação a seu rei, diz que esse espírito era o dos iluministas. “É esse iluminismo (não o de Weishaupt, mas o de Saint-Martin) que ditou o pacto de Paris, e sobretudo as frases extraordinárias do artigo que reboou em toda a Europa... Estou perfeitamente a par das máquinas que essas pessoas movimentam para se aproximarem do augusto autor do pacto (o imperador da Rússia), e para se apoderarem de seu espírito. As mulheres entraram nisso, como entram em todos os lugares... Se o espírito que produziu essa peça tivesse falado claro, nós leríamos no título: Pacto pelo qual tais e tais príncipes declaram que todos os cristãos não são senão uma família que professa a mesma religião, e que as diferentes denominações que as distinguem não significam nada”.³ Essa religião universal, na qual os sectários queriam desde logo confundir todas as religiões, eles chamavam de *cristianismo transcendental*, e a concebiam como uma pura religiosidade ou uma religião sem dogmas. É isto que continuam a perseguir em nossos dias, se bem que sob outros nomes, a Aliança Israelita Universal e a Franco-Maçonaria. E hoje como outrora, franco-maçons e judeus se servem, para aí chegarem, dos governantes e dos governos. J. de Maistre observara isto relativamente ao século precedente: “Pode-se afirmar que, durante o século XVIII, os governos da Europa quase nada fizeram, de pouco marcante, que não tenha sido dirigido pelo espírito secreto para um objetivo que os soberanos previssem”.⁴ E o observou novamente na entrada do século XIX; e hoje é fácil, para os que sabem ver, fazer a mesma observação por seus próprios olhos.

Impotentes para se oporem à marcha dos acontecimentos, as sociedades secretas se esforçaram, pois, por ocasião da Restauração, em dirigi-los em seu benefício, para impedir que se reassentasse na Europa, e sobretudo na França, a ordem social fundada sobre a fé. O que elas tinham obtido pela “Santa Aliança” do imperador da Rússia, do imperador da Áustria e do rei da Prússia, elas diligenciaram conseguir do rei da França. Sem dúvida, Luís XVIII, pessoalmente, não era um católico de primeira têmpera, ele tinha bebido da taça de seu século; mas ele possuía o sentido real, e se ele não tivesse sido enganado, se ele tivesse tido as mãos livres, ele teria, sem nenhuma dúvida, dado à França uma Restauração mais perfeita e mais sólida.

Dentre todas as conquistas da Revolução, a mais importante aos olhos da seita, a mais útil aos seus desígnios, a mais necessária de ser mantida, era a indiferença do poder relativamente à religião. Assim, o que ela mais temia na restauração realista que, em 1799, se anunciava como iminente, era o restabelecimento da religião do Estado; e o que ela se esforçou para, acima de tudo, conseguir quando a Restauração se implantou foi a manutenção da proteção igual para todos os cultos, que Napoleão tinha posto em vigor.⁵ Uma outra questão que ela tinha igualmente a peito, era a da

³ J. de Maistre, *Œuvres Complètes*; t. XIII, pp. 219-222.

⁴ J. de Maistre, *Œuvres Complètes*; t. XIII, p. 339.

⁵ A Carta de 1814 exprime-se nestes termos:

Art. 5º. — Cada qual professa sua religião com igual liberdade, e obtém para o seu culto a mesma proteção.

Art. 6º. — Não obstante, a religião católica, apostólica e romana é a religião do Estado.

Art. 7º. — Os ministros da religião católica e romana e os de outros cultos cristãos recebem emolumentos do tesouro real.

O Soberano Pontífice, num Breve datado de Césène, queixava-se ao bispo de Troyes: “Quando então esperávamos, dizia Pio VII, que após um tão feliz retorno político a religião católica estaria não somente desembaraçada de todos os obstáculos que ela encontrava na França e contra os quais não havíamos cessado de reclamar, mas ainda readquirisse seu antigo esplendor e sua dignidade de outrora, vemos que a

soberania. Ela queria que o rei reinasse, mas não podia consentir em que ele governasse, em que ele tivesse nas mãos a autoridade eficaz e real. A Carta declarou que a autoridade residia inteiramente na pessoa do rei, e que a religião católica era a religião do Estado: o artigo 6º testemunhava as intenções do rei, mas eram apenas palavras contraditadas pelo artigo 5º e pelo artigo 7º. E da mesma forma que a Constituição concedia a liberdade dos cultos e a liberdade de imprensa, ela restaurava a liberdade da tribuna, silenciosa fazia dez anos. Dois mestres iluministas, Talleyrand e Dallery, usaram junto a Luís XVIII influências das quais J. de Maistre acaba de falar, para obter que o rei trouxesse com ele *essas pestes*, como as chama Gregório XVI. Outros agiram junto a Alexandre, e foi a seu peremptório convite que Luís XVIII fez a declaração de Saint-Ouen, que deu à seita a garantia das liberdades constitucionais. Foi nesse preciso momento que se criou a palavra *liberal*, destinada a servir de véu às idéias e às obras da Franco-Maçonaria.

No entanto, o entusiasmo com o qual a França acolheu seu rei, e a alegria com a qual ela se dirigiu aos altares, fez temer que as precauções tomadas se tornassem inúteis. O retorno de Napoleão foi resolvido, preparado, terminado.

Nos primeiros dias de janeiro de 1820, o historiador de Napoleão, Frédéric Masson, publicou os papéis inéditos de Camille Gautier e de Dumonin. Eles trouxeram a prova de que o retorno da ilha de Elba foi uma maquinação maçônica. Em Grenoble e no Delfinado, o número de maçons era considerável em 1789. Em 1814, ele foi acrescido de todos os oficiais da reserva, que se agruparam sob a direção de Gautier.⁶

constituição mantém a esse respeito um profundo silêncio e que ela nem mesmo faz menção ao Deus todo-poderoso pelo Qual os reis reinam e os príncipes governam. Compreendereis facilmente quanto nos é doloroso ver... que essa religião, que é a da maioria dos franceses, não seja proclamada como aquela que as leis e os governos protegem com sua autoridade. Nossa dor cresce à leitura do artigo 22 (do projeto de constituição aprovado pelo Senado na sessão de 6 de abril. O senado, criado por Bonaparte, era composto de franco-maçons, que não somente permite a liberdade dos cultos e da consciência, mas promete proteção a essa liberdade e aos ministros dos diversos cultos. Não é preciso vos demonstrar que ferida mortal esse artigo causa à religião católica na França. Porque a partir do momento em que se afirma a liberdade de todos os cultos sem distinção, confunde-se a verdade com o erro e coloca-se na mesma linha das seitas heréticas e da perfídia judia a santa e imaculada esposa de Cristo, a Igreja fora da qual não há salvação. De outra parte, desde que se promete favor e proteção às seitas heréticas e a seus ministros, não somente se toleram, se protegem as pessoas, mas também os erros; ora, nisto consiste essa heresia funesta e por demais deplorável, que, segundo a expressão de Santo Agostinho, afirma que todos os heréticos seguem o bom caminho e mantêm a verdade: afirmação tão absurda que ela parece incrível. Fomos igualmente surpreendido e afligido pelo artigo 23, que permite a liberdade de imprensa; é um grande perigo, a perda certa dos costumes e da fé; se se pudesse duvidar disso, a experiência dos tempos passados o demonstraria; porque é através sobretudo desse meio, é certo, que primeiro foram pervertidos os costumes dos povos, em seguida corrompida e destruída sua fé, e enfim excitadas as sedições, as revoltas e as revoluções. No meio da grande corrupção que reina, seriam de temer esses mesmos males, se se permitisse a cada um, o que queira Deus não aconteça, a faculdade de imprimir o que lhe agrade”.

⁶ Gautier, iniciado na “loja “A Concórdia”, Oriente de Livourne, tornou-se seu mestre em 1802; recebeu, dois anos mais tarde, da loja “Os Amigos da Honra Francesa”, Oriente de Porto-Ferrajo, consideráveis dignidades, completadas, no Oriente de Ile-Rousse, pela de cavaleiro príncipe da Águia e do Pelicano, perfeito maçom livre de Hérédon, Franc; em 26 de janeiro de 1807 ou 5087, no Oriente de Bastia, ele foi elevado, pelo “Soberano Capítulo da Rosa Cruz”, à dignidade de príncipe e cavaleiro maçom perfeito livre de Hérédon, sob o título de soberano príncipe cavaleiro da Rosa Cruz, com todos os poderes de convocar loja, manter a sede das lojas reunidas, constituir e elevar maçons até o grau de cavaleiro da Espada dita do Oriente. Enfim, em 8 de agosto de 1808, ele recebeu do Grande-Oriente da França supremos poderes, confirmados, com o representante do grão-mestre, pelos delegados da Grande Loja Simbólica, da Grande Loja da Administração e do Grande Capítulo geral. Ele não podia, nos graus capitulares, subir mais alto.

Seguramente essas honras maçônicas não podiam deixar de lhe assegurar, sobre todos os regimentos e sobre todas as cidades em que funcionava uma loja regular, uma supremacia incontestada.

Foi com a certeza de uma base de operações em plena montanha que Napoleão respondeu ao apelo que lhe era feito.⁷

É, pois, à Franco-Maçonaria que devemos a segunda epidemia. A primeira foi a conclusão da Revolução que a seita havia preparado, organizado, perpetrado, e a terceira foi o fruto da política de Napoleão III, fiel aos juramentos que ele havia prestado.

Após Waterloo, os franco-maçons, que tanto deveriam repreender aos Bourbons o terem voltado em “carros do estrangeiro”,⁸ pediram aos aliados que lhes dessem, com suas mãos, à França um rei que não o chefe da Casa de Bourbon. Por duas vezes uma delegação de franco-maçons foi ao campo dos aliados pedir-lhes para imporem a realza de um holandês, o príncipe de Orange, ou de Luís-Filipe, que eles lograram entronizar mais tarde. O chefe dessa comitiva foi Charles Teste.⁹ Luís XVIII, voltando de Gand, estava às portas de Paris desde 6 de julho, mas a diplomacia maçônica que rodeava os reis coligados não lhe permitiu entrar na sua capital senão no dia 8, após ele ter dispensado aqueles dentre seus ministros que o tinham seguido no exílio, e tê-los substituído por homens da Revolução,¹⁰ os dois apóstatas Talleyrand e Louis, com o regicida Fouché como Ministro da Segurança.¹¹

O regime constitucional foi desde então implantado na França, e com ele a maçonaria permanecia dirigente. “Luís XVIII, diz o secretário do Grande-Oriente Bazot, promulgou a Carta. É o governo constitucional. Esse princípio nos protege”.¹²

⁷ “Que os amantes de aventuras extraordinárias, diz Frédéric Masson, tenham concebido de outra maneira e tenham contado com outras palavras o retorno da ilha de Elba; que eles tenham achado mais poético o Imperador chegar à França sem ter prevenido ninguém nem preparado nada para seu retorno; que eles tenham achado a nação mais comovida se ela fosse conquistada unicamente pela aparição de Napoleão, isto pode ser; mas a versão que, pela primeira vez, permitiram-me ter os papéis inéditos de Camille Gautier e de Dumoulin parecerá, para qualquer um que reflita, a mais provável e ao mesmo tempo a mais digna da sabedoria do Imperador”.

⁸ Até 31 de março de 1814, os soberanos aliados tinham continuado a negociar com Napoleão, e quando o desaparecimento do imperador pareceu inevitável, eles procuraram uma combinação política que excluía os Bourbons. O Czar, sobretudo, não queria ouvir falar deles. Em compensação, os testemunhos dos contemporâneos menos suspeitos de parcialidade, como Carnot, Ney, Lafayette, o general Foy, afirmam todos que os desejos unânimes dos franceses era por uma restauração monárquica, e os historiadores A. Sorel, L. Blanc, Guizot, Henry Houssaye, na sua obra capital *1814 et 1815*, convieram todos em que ela era exigida pelo interesse nacional.

Edmond Biré, cuja ciência e probidade históricas são universalmente conhecidas, escreveu em *Alfred Nettement, sa vie et ses œuvres*, pp. 267-279:

“Não havia entre os Aliados, em 1814, nada decidido em favor dos Bourbons; eles tinham, ao contrário, disposições pouco benevolentes relativamente à antiga dinastia, que durante tanto tempo reinara na França e mantivera o primeiro lugar na Europa. Eles começaram a guerra sem que a restauração dos princípios monárquicos estivesse presente em seus projetos; eles a terminaram sem que essa combinação se apresentasse a seu pensamento. Até o fim tiveram a intenção de negociar com Napoleão; mesmo após terem renunciado a negociar com ele, ainda assim não pensaram em Luís XVIII”.

⁹ Eckert de Dresde, protestante: *La franc-maçonnerie*, 1852, etc., t. II, pp. 162-172. — Vaulabelle, *Histoire des deux Restaurations*, t. V, cap. II e IV.

¹⁰ Rohrbacher, XXVIII, 194.

¹¹ Fouché foi imposto pela Franco-Maçonaria. Após os Cem Dias, tendo Vitrolles ido a Arnouville sondar as intenções da coalizão, Wellington lhe disse: “Há em tudo isto a questão de um objeto, a bandeira tricolor, e uma questão de pessoa, Fouché”. Tendo Vitrolles lembrado ao duque que a bandeira tricolor era o símbolo da revolta contra o rei e Fouché um regicida: “Muito bem, replicou o general inglês, poderíamos talvez deixar de lado a questão do objeto, mas quanto à da pessoa seria impossível” (L. Blanc, *Histoire de dix ans*, Introdução). Sendo Fouché o chefe da polícia, a Franco-Maçonaria pôde se reorganizar livremente. Quando ele se afastou, deixou o lugar para um outro maçom de carreira, Descazes: “Descazes, diz ainda L. Blanc, era Fouché em tamanho menor”.

¹² Para explicar a derrocada do poder político colossal de Napoleão I, Chateaubriand dizia: “A força do campo escondia a fraqueza da cidade”. E para explicar a queda da Restauração, dizia com a mesma precisão: “Julgou-se ter sido restaurada a monarquia, havia-se simplesmente instituído *uma democracia*”.

Era, com efeito, a realeza limitada ao poder executivo, e a autoridade real dada a ministros, comissários efêmeros das Câmaras, as quais, elas próprias, acabariam por ser devotas da seita. Por isso Thiers pôde dizer num discurso pronunciado em 1873, na Casa Legislativa: “A Constituição de 1814 saiu das entranhas da própria Revolução”. Nenhum sistema político é mais favorável aos desígnios da seita, nenhum lhe dá mais facilidade de paralisar a autoridade legítima, para acorrentar a Igreja e a perseguir. A maçonaria não o dispensa, mesmo sob os reis legítimos. Estes, sobretudo Carlos X, fizeram o que puderam para resistir aos seus empreendimentos; o sistema era mais forte do que eles. Assim, não é de estranhar que, instruído por essa triste experiência, Henrique V se tenha recusado a recomencê-la em sua pessoa, em 1873. Era também o regime constitucional que queriam lhe impor, com aquilo que era símbolo desse regime, homens que não sabiam a que espírito obedeciam, nem mesmo talvez que influências sofriam e para que abismo iam nos arrastar.

Apesar das precauções tomadas pela seita para impedir à Restauração o favorecimento do retorno a uma civilização verdadeiramente cristã, a Restauração, no entanto, fez o que pôde para secundar a ação do clero na sua obra de renovação religiosa.

A partir de 29 de fevereiro de 1816, os religiosos são autorizados a ensinar. Comissões regionais são nomeadas para fiscalizar e encorajar a instrução; os curas não somente participam dessas comissões, mas as presidem. É concedida permissão aos bispos para estabelecerem escolas eclesiásticas, os seminários não estão mais adstritos a seguir os cursos dos liceus, os bispos podem ordenar quem eles julgam digno, sem autorização do poder. As missões paroquiais são encorajadas, apesar dos clamores e das calúnias, das canções e das caricaturas dos liberais, e os missionários são colocados sob a proteção do Capelão-Mor. Capelães são dados ao exército. Uma lei é baixada para a observância do domingo. Uma comissão é nomeada para estudar os meios de devolver à Igreja seu antigo esplendor. O arcebispo de Reims fica encarregado de apresentar ao rei os súditos que lhe parecem mais dignos de serem elevados ao episcopado. Enfim, um acordo com o Soberano Pontífice aumenta o número de dioceses.

Nas instruções que foram encaminhadas ao conde de Blacas para negociar uma nova Concordata mais favorável à Igreja do que aquela concluída com Napoleão, o rei dizia: “Sua Majestade aprecia, como deve, a posição difícil em que se encontrava então a Santa Sé; mas ela também vê que as disposições tomadas em circunstâncias tão diferentes, tão tempestuosas para a Igreja da França, não se aplicam à situação atual, e que aquilo que poderia convir para salvá-la do naufrágio não seria mais suficiente para Sua regeneração”.

Para execução desse desígnio foi redigido um projeto de acordo em 25 de agosto de 1816, assinado pelo Papa no dia 4 de setembro, e logo transmitido a Luís XVIII. A Concordata de 1816 devia ser restabelecida; as duas partes contratantes procederiam de comum acordo a uma nova circunscrição das dioceses e à transferência de certos bispos; enfim, os artigos orgânicos seriam abolidos.

O alto franco-maçom Decazes, que a cada dia adquiria maior influência sobre o rei, demonstrou que o Soberano Pontífice exigia demais e que em particular não era

real. Foram trocados os lençóis do leito imperial, mas nem mesmo se virou o colchão”. Ao vírus revolucionário introduzido nas leis francesas por Napoleão I veio, pois, juntar-se o parlamentarismo em que as paixões de um quarto de hora substituem os planos longamente amadurecidos. Essas duas causas deviam fatalmente terminar a obra da destruição das energias morais e das forças materiais da nação.

Nas suas Memórias, publicadas em 1908, o barão de Frenelly exprime o mesmo pensamento quando diz: “Havia contra-senso no restaurar a legitimidade das pessoas sem restaurar a legitimidade das coisas”.

Nada mais verdadeiro. Quem não o compreendeu em 1871-1872?

possível deixar suprimir assim os artigos orgânicos, principal garantia dos direitos do Estado e das liberdades da Igreja da França.¹³

A Câmara de 1815, a Câmara Rara,¹⁴ favorecia as boas disposições do rei. Mas a maçonaria vigiava. Ela soubera colocar perto do soberano, fazer entrar na sua intimidade, um dos seus, Decazes, comendador do supremo conselho do 33º grau do Escocismo. Afastado do ministério após a morte do duque de Berry, ele se pôs à frente da oposição.

Foi então que surgiu, do seio da Franco-Maçonaria, uma outra sociedade mais secreta, com juramentos mais terríveis e sanções fatais, o carbonarismo. Vindo da Itália, ele se espalhou com uma impressionante rapidez por toda a Europa. Na França, ele organizou as conspirações militares de Belfort, Saumur, la Rochelle etc., que felizmente puderam ser frustradas.¹⁵

As lojas se multiplicavam: faziam-se entrar nelas os oficiais inativos, os adquirentes dos bens da nobreza e do clero. O Grande-Oriente mandava-os procurar nos lugares em que se encontrassem em número suficiente para formar uma loja; ele enviava um venerável, estrangeiro na região; o venerável se instalava entre eles, e através deles espalhava na população as idéias maçônicas, dava a palavra de ordem todas as vezes em que havia uma medida a adotar ou a fazer adotar nos conselhos comunais ou departamentais, para conseguir oprimir a Igreja com prudência e arte.

Ao mesmo tempo, a tribuna e a imprensa conduziam a campanha contra a Restauração. Elas não cessavam de opor o imortal 89 ao Ancien Régime redivivo, a liberdade ao despotismo, a democracia à autocracia, a revolução à contra-revolução.

Enquanto os espíritos eram assim trabalhados, o carbonarismo se armava e preparava os desordeiros para a ação, quando julgada oportuna a hora de uma nova revolução. A loja dos Amigos da Verdade organizou a revolta de junho de 1820. Foi também ela que organizou a conspiração militar de 19 de agosto.

Nesse ínterim, Carlos X tinha sucedido a Luís XVIII. Apesar das dificuldades com as quais a seita atrapalhava seu governo, o povo era feliz. Um dos mais tenazes adversários da Igreja, um dos mais decididos revolucionários, Henri Beyle, que tinha por pseudônimo Stendhal, é para nós testemunha irrefutável. Forçado pela evidência, ele assim caracteriza esse reinado: “Seriam necessários talvez séculos para que a maior parte dos povos da Europa alcançasse o grau de felicidade de que a França desfruta sob o reinado de Carlos X”.¹⁶ Ao mesmo tempo, ela retomava a posse de sua preeminência na Europa e no mundo: a Argélia era conquistada, a aliança com a Rússia dar-nos-ia a fronteira do Reno sem efusão de sangue.

Tem-se podido dizer que a História talvez não ofereça obra mais extraordinária do que a do governo da Restauração, que em tão poucos anos soube reparar as ruínas materiais e morais produzidas pela Revolução e restabelecer o país em sua força e em seu prestígio.

Apesar disso, ou melhor, por causa disso mesmo, o nobre ancião está cercado de tantas armadilhas que lhe é impossível escapar a todas; resta-lhe apenas a escolha dos erros. Impõem-se-lhe medidas que fazem sangrar seu coração de filho primogênito da Igreja, que ele queria ser não somente de nome, mas na realidade.

¹³ A Restauração pediu e obteve o restabelecimento de vinte e dois bispados.

¹⁴ Esse nome *Rara* foi dado a essa Câmara por Luís XVIII como um elogio, por causa da comunhão de princípios entre ela e a realeza.

¹⁵ Uma loja, dita dos “amigos da verdade”, conta Louis Blanc, foi recrutada nas faculdades de direito, medicina, farmácia e dentre os jovens que se dedicavam ao aprendizado do comércio”. Foi dessa loja que o carbonarismo, a respeito do qual falaremos, se estendeu a toda a França. Ela havia recebido os estatutos de Nápoles. Clavel afirma que os “amigos da verdade” foram os primeiros a tomar as armas na revolução de julho.

¹⁶ *Promenades dans Rome*, 1ª. série, p. 27, 1853.

Todas as imunidades da Carta são empregadas para demolir o trono. Ele cede num ponto, noutro ponto, e acaba por dizer: “Fui confirmado na fé de toda a minha vida: toda concessão aos liberais é inútil”. Ele teria podido dizer “funesta”. Quantas vezes, nesses últimos anos, a Igreja da França pôde se convencer dessa verdade!

Baseando-se lealmente no artigo 14 da Carta, Carlos X assina, em 25 de julho de 1830, decretos que não contrariam nem o texto, nem o espírito desse ato. Eles regulamentam a liberdade da imprensa, procurando reprimir os mais gritantes abusos. Em lugar de serem aceitos como um benefício, eles constituem o sinal da revolução que a seita preparava de longa data, de acordo com aquele que ela tinha escolhido para favorecer.

Deschamps e Claudio Jannet mostram, com apoio em documentos,¹⁷ que os principais atores da “comédia de quinze anos”¹⁸ eram todos franco-maçons. Foi um franco-maçom que pôs fim nisso. No momento decisivo, quando Carlos X estava rodeado de tropas fiéis a Rambouillet, e dispunha de toda a facilidade para reprimir a revolta e retornar à capital como senhor, foi o marechal Maison quem, através da mais odiosa traição ao juramento militar, consumou a obra da revolução. Louis Blanc fornece a esse respeito provas que não permitem nenhuma dúvida.¹⁹

Os conjurados não puderam conter a alegria e a manifestação das esperanças que a queda do trono permitia-lhes conceber. Assim que viu a família real a caminho do exílio, Barante escreveu à sua mulher: “Eles partiram. Creio que vamos avançar”.²⁰ Um inspetor geral da Universidade, Dubois, dizia na mesma época, com mais ênfase, à juventude das escolas: “Caminhamos rumo a uma grande época, e talvez assistamos aos funerais de um grande culto”. Três anos antes, em 30 de novembro de 1827, Lamennais escrevera a Berryer: “Vejo muita gente que se inquieta pelos Bourbons; não nos enganemos: creio que eles terão o destino dos Stuarts. Mas não está aí, certamente, o primeiro pensamento da Revolução. Ela tem vistas muito profundas para uma questão diferente: *é o catolicismo que ela quer destruir, unicamente ele; NÃO EXISTE OUTRA QUESTÃO NO MUNDO*”.²¹



¹⁷ *Les Sociétés Secrètes et la Société*, liv. II, cap. VIII, § 5°.

¹⁸ “Houve comédia durante quinze anos, escreveu o *Globe*, sem pejo, em 22 de abril de 1831. Porque aqueles dentre os liberais de então que não conspiravam, seja porque se temesse sua volubilidade, seja porque eles próprios se tivessem recusado a participar de jogo tão pesado, os Benjamin Constant, os Casimir Périer e mil outros, sabiam, pelo menos, e disso não podiam duvidar, que se conspirava, *que existiam carbonários organizados em lojas*; eles simpatizavam com os conspiradores, desejavam o sucesso de sua empreitada, e não obstante juravam diante de seus grandes deuses que não havia conspirações nem comissão diretora senão na imaginação doentia dos homens da direita; acusavam calorosamente a polícia, sua besta negra de então, de ser o agente o agente provocador de baixas intrigas para comprometer cidadãos inocentes e pacíficos”. Um pouco mais longe, o jornalista interpela o presidente do Conselho, Casimir Pétier, e diz-lhe que ele “deveria saber muito bem que *Barthe, seu colega* (então Ministro da Justiça), *participou da carbonária e não esconde isso*”.

Todo o artigo está escrito nesse tom, e o jornalista não hesita em declarar que a comédia ainda perdura, com outros personagens, no momento em que ele escreve e que ela se prolongará sob o reinado de Luís Filipe.

¹⁹ *Histoire de dix ans*, 4ª. ed., t. I, pp. 422 a 431.

²⁰ *Souvenirs du baron de Barante*, III, 571.

²¹ *Œuvres posthumes de Lamennais. Correspondance*, t. I, p. 303.

CAPÍTULO XVII

SOB A MONARQUIA DE JULHO¹

A mão da Franco-Maçonaria está manifesta na revolução de 1830. “Não creiais, diz um alto maçom da loja dos Trinosofes, Dupin, não creiais que três dias tenham feito tudo. Se a revolução foi tão pronta e tão súbita, se nós a fizemos em alguns dias, é porque nós tínhamos o fecho da abóbada, e pudemos substituir imediatamente a ordem de coisas que acabava de ser destruída por uma nova ordem completa”. A seita não podia sofrer por mais tempo o fato de estar sobre o trono o ramo primogênito dos Bourbons; de outra parte, as lembranças horríveis da primeira república estavam eram ainda muito recentes para que se ousasse afrontar o sentimento público com a proclamação de uma nova república. Foi por isso que ela adotou um meio termo e colocou como “fecho de abóbada” do edifício que ela preparava há quinze anos “o filho do regicida”,² o filho do ex-Grande Mestre da Franco-Maçonaria, o mesmo que tinha sido secretário do Clube dos Jacobinos.

A sociedade *Ajuda-te e o Céu te Ajudará*, da qual Guizot era presidente, fora especialmente encarregada de preparar-lhe os caminhos. Em 18 de maio de 1833, Didier deu testemunho disso à Câmara dos Deputados: “Foi graças aos cuidados de nossa sociedade que todas as brochuras contra a Restauração foram publicadas e distribuídas, as subscrições foram organizadas em favor dos condenados políticos, que se dava a palavra de ordem, que consistiu durante muito tempo em se queixar dos jesuítas e de gritar nas revoltas: “Viva a Carta!” Devíamos aproveitar todas as ocasiões para desconsiderar o poder, para suscitar-lhe embaraços e aumentar aqueles que o acaso poderia fazer nascer”.³

Essa sociedade não era franco-maçônica propriamente falando, mas estava sob a direção da Franco-Maçonaria. Uma outra, que estava acima das Lojas e dos Orientes, trabalhava no mesmo sentido. Era a Ordem do novo Templo. Ela fora fundada antes da grande Revolução, e um de seus membros, Asweld, assim define seu caráter: “Um só ódio enche o coração de seus adeptos, o ódio aos Bourbons e aos jesuítas... Antes da Revolução de 1789, os novos templários não tinham outro fim declarado que não o aniquilamento do catolicismo... Na época em que as hordas estrangeiras vieram impor os Bourbons, os templários se limitaram a buscar a expulsão da raça escravizada, e todos fomos fiéis, até o dia 3 de agosto, a esse patriótico dever... O ódio se temperava com o desprezo e ficou adormecido durante vários anos; mas, no dia da opressão, explodiu como um raio... A irritação apaziguada deu lugar à necessidade de trabalhar com perseverança com vistas ao fim que se propunham todas as divisões do Templo: *a liberdade absoluta da espécie humana*; o triunfo dos direitos populares sobre a autoridade legal; o desaparecimento de todos os privilégios, sem exceção, e uma guerra de morte contra o despotismo religioso ou político de qualquer cor que estivesse revestido. Uma imensa propaganda é organizada agora para esse objetivo geral”.

O Novo Templo, como a Grande Loja que lhe sucedeu, era uma das sociedades mais profundamente misteriosas que o Poder oculto criou segundo as

¹ A Monarquia de Julho, assim chamada por ter tido origem nas revoltas ocorridas nos dias 27, 28 e 29 de julho de 1830, se estende até fevereiro de 1848. Nesse período reinou Luís Filipe (Louis-Philippe Égalité) - (N. do T.).

² As *Mémoires* de Metternich, recentemente publicadas, lançam a mais vívida claridade sobre as conjurações maçônicas que levaram à derrubada da realza legítima para substituí-la pelo governo voltairiano de Luís-Filipe.

³ Citado por Deschamps, II, 274.

necessidades do momento, com elementos escolhidos, aos quais ele manifesta, na medida necessária, o segredo de suas últimas intenções. Nós as encontramos expressas aqui: “Guerra de morte à autoridade civil e à autoridade religiosa; destruição de todos os *privilégios*, quer dizer, das leis particulares, principalmente daquelas que regem o corpo eclesiástico e daquelas que fazem da Igreja Católica uma sociedade distinta, autônoma; direitos a conceder à multidão cega, para se servir dela como instrumento de guerra contra as duas autoridades e as duas sociedades; enfim, objetivo último, libertação absoluta da espécie humana”, mesmo e sobretudo em relação a Deus. Como meio de obter tudo isso: “Imensa propaganda” das idéias revolucionárias...

Tal foi o objetivo da revolução de 1830. Ela foi um ponto de partida e serviu de ponto de apoio para todo o movimento anti-social e anticatólico que de Paris se estendeu à toda a Europa. A Monarquia de Julho favoreceu-o na Itália mediante a ocupação de Ancona, na Espanha e em Portugal através do estabelecimento de regimes semelhantes ao que ele mesmo era, e sobretudo nos Estados do Papa através do *Memorandum*.

No interior, um dos primeiros atos da Monarquia de Julho marca muito bem a ação do Poder oculto na Revolução de 1830. A infidelidade judaica foi colocada no mesmo nível das comunhões cristãs. O artigo VII da Carta de 1830 dizia: “Os ministros da religião católica, apostólica e romana, professada pela maioria dos franceses, e os ministros dos outros cultos *cristãos*, recebem emolumentos do Tesouro público”. Por uma derrogação expressa desse artigo, os rabinos foram inscritos no orçamento a partir do ano seguinte.⁴ “Hoje, diz a esse respeito o rabino Astruc no seu livro *Entretiens sur le judaïsme, son dogme et sa morale*, em nossos países a igualdade é completa: nosso culto caminha ao lado dos outros. Nossos templos não são mais escondidos; eles se erguem aos olhos de todos, construídos

⁴ Não havia nenhuma razão legítima para outorgar um salário aos se-dizentes ministros do culto israelita. Os próprios judeus não reconheciam neles nenhum caráter sacerdotal, nem nenhuma autoridade sobre os seus correligionários. Falando do privilégio que acabava de ser concedido aos judeus, Portalis diz: “Isto obtém para a seita um reconhecimento público, é um estabelecimento que se lhe concede, são cartas de naturalização que se lhe dão, é uma homologação solene de sua doutrina e de seus dogmas, cuja propagação se encoraja e cujo ensino se assegura”.

Os Bourbons da Restauração tinham adotado, relativamente aos judeus, a sábia política de Luís XVI, que Napoleão não pudera abandonar. Eles se aplicaram em evitar todo vexame para os judeus, mas eles não julgaram dever fazer com que os judeus esquecessem de que eles eram hóspedes e não filhos da casa. Eles não pensaram que toda medida de proteção deve ser abandonada contra a ambição dos israelitas de dominarem os cristãos, segundo a sentença talmúdica: “O mundo é dos judeus”. Eles lhes tinham concedido o pleno gozo do direito internacional público e mesmo o do direito civil; eles tinham limitado seus direitos políticos, e sobretudo eles afastaram o reconhecimento público de seus crenças e de seu culto, relativamente à fé cristã.

Desde 7 de agosto de 1830, isto é, dois dias antes que o duque de Orleans aceitasse o título de rei dos franceses, o franco-maçom Viennet solicitou a inscrição no orçamento do pagamento dos rabinos. No dia 13 de novembro de 1830, o Ministro da Instrução Pública e dos Cultos, Mérilhon, franco-maçom afiliado aos carbonários, protocolizou um projeto de lei que concedia aos rabinos um emolumento pagável pelo Tesouro. A lei foi promulgada no dia 8 de fevereiro de 1831.

Não é inútil anotar que os emolumentos dos rabinos eram cerca de duas vezes mais elevados, na França, do que os dos curas católicos. Estes recebiam 1.800, 1.200 ou 900 francos, segundo a importância de seu curato; e a média obtida dividindo-se o total dos créditos inscritos no orçamento pelo número de curas era de 1.014 francos. Ora, a média dos emolumentos dos rabinos era de 2.015 francos. Os pastores protestantes eram menos bem tratados que os rabinos, mas melhor do que os curas, posto que recebiam 1.900 francos.

Assim, aqueles aos quais o Estado não devia nada, eram melhor tratados do que aqueles em relação aos quais o Estado se comprometeu a reparar uma parte dos bens confiscados!

pelos Estados e pelas comunidades, tanto quanto por nós mesmos. Não queremos nada além de adorar livremente o Deus da liberdade universal”.

O governo de Luís Filipe não se contentava mais em desconhecer, como o de Napoleão I, a origem divina da Igreja Católica; ele declarava desconhecer a divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo, ao conceder favores absolutamente indevidos aos que fazem profissão de negá-la e de blasfemar contra ela. Era um novo e enorme encorajamento à indiferença religiosa, último objetivo dos desejos e dos esforços da conjuração anticristã.

Luís Filipe estava cercado de todos os pontífices da Franco-Maçonaria: Decaze, La Fayette, Dupont de l'Eure, Talleyrand, Charles Teste etc. Assim, uma guerra surda era feita ao catolicismo. Não eram mais o exílio e o cadafalso que se empregavam contra ele, mas o desprezo público provocado por toda a sorte de meios. A religião era insultada em quase todos os teatros, o clero era ali representado sob os mais odiosos caracteres; a devassidão, o assassinato, o incêndio eram ali levados à conta de suas ações ordinárias. Ao mesmo tempo, a administração, em todos os níveis, se obstinava em atormentá-lo de todas as maneiras. É preciso acompanhar no *Ami de la Religion* as injúrias que lhe faziam sofrer diariamente.

Foi naquela época que nasceu a questão operária, que devia em seguida, sob o nome de questão social, ocupar um lugar tão importante na preocupação de todos, operários e patrões, governados e governantes, e até no pensamento do próprio Soberano Pontífice. A formidável insurreição lionesa constituiu a revelação e a primeira façanha dessa questão.

A Restauração tinha inaugurado o grande impulso industrial que devia se desenvolver sob os regimes que seguiriam. Durante esses quinze anos, não houve uma greve importante. Por toda a parte reinava o acordo entre os patrões e os operários. “Durante o inverno de 1829 a 1830, diz le Play, observei, na maior parte das oficinas parisienses, entre o patrão e os operários, uma harmonia comparável àquela que eu acabava de admirar nas minas, nas fábricas e nas fazendas de Hanôver”.⁵ Mas, com a chegada de 1830, em espírito novo tomou conta da indústria. Os economistas oficiais colocaram como questão de honra a teoria segundo a qual o trabalho não passa de uma mercadoria como qualquer outra. Muitos patrões adotaram apressadamente, não pensaram mais senão em fazer fortuna, e exploraram seus operários, em vez de se esforçarem para educá-los com suas lições e seus exemplos. Era a consequência necessária da diminuição do espírito de fé e do progresso das doutrinas naturalistas que não viam para o homem nenhum outro objetivo além do gozo e do bem-estar. Por seu turno, os operários davam ouvidos aos que lhes pregavam o progresso, após tê-lo colocado na facilidade e na multiplicação dos gozos, aos que os excitavam a desprezar o clero e que os colocavam na desconfiança da doutrina que eleva as almas mostrando-lhes, como objetivo supremo de seus esforços, as recompensas eternas. O que vemos não é senão o desenvolvimento do que se fez então.

No entanto, os católicos, ao contrário do que hoje acontece, não deixaram de opor resistência. Eles se esforçavam no reagir. Começaram pela *Agência geral para a defesa da liberdade religiosa*, depois pelas *Conferências de São Vicente de Paula*; *Academias religiosas* foram estabelecidas em quase todas as grandes cidades da França; as *Conferências e Notre-Dame* foram inauguradas, e enfim e sobretudo, o *Partido Católico* abriu a cruzada pela liberdade de ensino.

A Carta de 1830 consagrara o princípio da liberdade de ensino, que nela entrara não se sabe como. O primeiro que, para reivindicá-la, empreendeu, através de carta

⁵ *La Réforme en Europe et le Salut en France*, p. 51.

pública, a luta que devia ser tão ardente, foi o velho bispo de Chartres. Depois dele levantaram-se os grandes campeões: Monsenhor Parisis, Montalembert e L. Veuillot.

Essa reivindicação da liberdade de ensino levantou outras questões: o direito de o clero exprimir sua opinião sobre as grandes questões sociais, e o dos bispos de poderem se ouvirem e acordarem para a defesa dos interesses religiosos; o emprego da imprensa na discussão desses interesses, e o concurso que os leigos podem e devem oferecer ao clero pela defesa ou pela conquista das liberdades da Igreja; a iniquidade dos ataques contra a vida religiosa e em particular contra a Companhia de Jesus.

Nessa grande luta vemos o governo francês procurar um ponto de apoio em Roma. Ele enviou a Roma o conde Rossi, italiano de nascença, chegado à França após a revolução de 1830, nomeado sucessivamente deão da Faculdade de Direito de Paris, membro do Instituto, par da França. É essa a fortuna ordinária daqueles sobre os quais as sociedades secretas lançaram os olhos com vistas a missões particulares; como também a morte de Rossi pelo punhal de um assassino é o fim ordinário dos que não obedecem até o fim a incumbência que lhes foi dada.

Enviado extraordinário junto à Corte pontifícia, ele recebeu, apesar das repugnâncias manifestadas por Gregório XVI, o título e as funções de embaixador. Sua missão consistia em obter, através do Secretário de Estado, as concessões de que o governo tinha necessidade para chegar a seus fins. Podemos ver no livro de Follioley, *Montalembert et Mgr. Parisis*, como ele soube conduzir essas negociações e o sucesso que obteve.

L. Veuillot exprimiu o caráter dessas negociações e advogou sua justificação nestes termos: “Houve entre nós tantos corações tímidos, que o Papa julgou prudente rezar e aguardar”.⁶



⁶ *Mélanges*, 1^a. série, t. II, p. 293.

CAPÍTULO XVIII

SOB A SEGUNDA REPÚBLICA¹

De 1844 a 1848 a campanha pela liberdade da Igreja foi conduzida com tanta coragem quanto talento. Por isso a maçonaria se pôs a estudar os caminhos e os meios para dar-lhe fim. Para tanto resolveu reunir uma grande assembléia, coisa que ela sempre faz na véspera das comoções públicas, e que ela não deixa de suscitar sempre que vê levantar-se uma oposição séria à obra que ela acompanha há cinco séculos. Nada lhe poderia parecer mais oposto aos seus desígnios do que a liberdade de a Igreja educar cristamente seus filhos; e o partido católico mostrava-se com força para conquistá-la.

Essa assembléia se reuniu em 1847, em Strasbourg, lugar central para o encontro dos emissários da França, da Alemanha e da Suíça. Eckert dá os nomes de todos os membros dessa assembléia. Anotamos, entre os delegados da França: Lamartine, Crémieux, Cavaignac, Caussidière,² Ledru-Rollin, Louis Blanc, Proudhon, Marrast, Marie, Pyat, etc., todo o governo provisório.³

Nos primeiros dias do ano seguinte, a revolução explodiu não somente na França, mas em toda a Europa, com uma simultaneidade inexplicável, se não se leva em conta a conspiração internacional das lojas. A explosão aconteceu ao mesmo tempo em Paris, Viena, Berlim, Milão e em toda a Itália, na própria Roma. “A Revolução, diz Eckert, agitou por toda a parte seu punhal sangrento e sua tocha incendiária”.

É de se notar que o antijudaísmo legal acabou no Ocidente com a revolução de 1848. A emancipação dos judeus foi feita então na Áustria, Alemanha, Grécia, Suécia e Dinamarca.

Os franco-maçons que tinham participado da convenção de Strasbourg, se assenhorearam do governo na França. No dia 6 de março de 1848, o governo provisório recebeu uma deputação oficial das lojas maçônicas. Os delegados, portando suas insígnias, foram recebidos por Crémieux e Garnier-Pagès, membros do

¹ A 2ª República compreende o período que vai de 1849 a 1852, sendo presidente Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho de Napoleão. (N. do T.)

² Marc Caussidière pode ser considerado como um tipo entre os agentes da Franco-Maçonaria. Nele se vê de onde saem, para onde se os empurra, o que eles fazem. Ele era empregado numa fábrica de sedas em Saint-Etienne, quando se filiou ao partido revolucionário. Participou, em 1834, da insurreição de Lyon. Condenado a vinte anos de detenção e anistiado em 1839, tornou-se representante comercial de vinhos. Ainda o era quando estourou a revolução de 1848. Promoveu-se por sua própria autoridade a chefe de polícia, e criou, para a guarda de sua chefatura, o corpo dos Montagnards, composto de membros das sociedades secretas e de antigos condenados políticos. E como se lhe repreendessem essas estranhas escolhas, disse que ele “fazia ordem com elementos da desordem”. Após as jornadas de junho, nas quais ele representou um dos mais equívocos papéis, refugiou-se na Inglaterra, e depois nos Estados Unidos, e após a anistia de 1859, retornou à França para aí morrer.

Ele protegeu tão bem nos dias de revolta a prefeitura de Rothschild, que este o recompensou largamente após o golpe de Estado, permitindo-lhe que retomasse o comércio de vinhos.

³ O *Osservatore Cattolico* de Milão publicou no mês de agosto de 1886 uma série de cartas que recebera de Berlim, a respeito das disposições do imperador da Alemanha relativamente à Franco-Maçonaria e ao judaísmo. Entre os muitos fatos interessantes que ali estão relatados encontra-se este:

“Glasbrenner, judeu e franco-maçom, publicou em Berlim, em *outubro de 1847*, um calendário no qual ele havia escrito, na página relativa ao dia *26 de fevereiro de 1848*, o que segue: “A casa de Luís Filipe faz seu inventário: o passivo ultrapassa o ativo”. Assim, com quatro meses de antecedência, esse judeu assinalava com a proximidade de dois dias a data da revolução que devia explodir em Paris e em grande parte da Europa. Evidentemente, assim como em 1879, o Poder oculto tinha preparado os acontecimentos e as datas.

governo provisório, revestidos, eles também, de suas insígnias maçônicas: “Eles saudaram o triunfo de seus princípios e se aplaudiram por poderem dizer que a pátria inteira recebeu através dos membros do governo a consagração maçônica. Quarenta mil maçons, divididos em mais de quinhentas oficinas, formando entre eles um só coração e um só espírito, prometiam seu concurso para terminar a obra começada” (Ver o *Moniteur* de 7 de março de 1848).

Quatro dias depois, o Supremo Conselho do Rito Escocês também foi felicitar os membros do governo provisório por seu sucesso. Lamartine respondeu: “Estou convencido de que foi do fundo de vossas lojas que emanaram, primeiro na sombra, depois à meia claridade e enfim à plena luz, os sentimentos que acabaram por realizar a sublime explosão de que fomos testemunhas em 1789, e da qual o povo de Paris acaba de mostrar ao mundo a segunda e, espero, última representação, há poucos dias”.⁴

O Grande-Oriente também veio apresentar suas felicitações e um outro membro do governo provisório, o judeu Crémieux, disse-lhe: “A República está na maçonaria”.⁵ Após essa garantia e essa promessa, ele indicou que gênero de trabalho a República deveria realizar de comum acordo com a Franco-Maçonaria: “A união dos povos sob todos os pontos do globo contra a opressão do pensamento (pela Igreja) e contra a tirania dos poderes”; em outras palavras, a insurreição do gênero humano inteiro contra toda autoridade civil e toda autoridade religiosa, contra tudo o que se opõe ao estabelecimento da civilização maçônica. Pouco depois, para preparar em todo o universo as vias dessa civilização, o mesmo Crémieux fundou a Aliança Israelita Universal, cujo fim declarado é o extermínio do cristianismo e a hegemonia da raça judia sobre todas as outras raças.

O movimento revolucionário assim suscitado pela Franco-Maçonaria, sustentado, desenvolvido pelas sociedades secretas, teve seu mais forte impulso nas batalhas de junho. Mas a corrente conservadora que vimos brotar em 1843, que engrossara sob a ação do partido católico, e que tinha visto chegar a ele os que temiam as ameaças do socialismo, tornou-se suficientemente forte para travar o movimento revolucionário. Logo os conservadores compreenderam que não havia salvação senão na religião, e esse sentimento se tornou suficientemente geral e forte para forçar Cavaignac e Napoleão a rivalizarem concessões aos católicos. Foi isto que impuseram as correspondências de Roma e a lei da liberdade de ensino. Essas duas grandes vitórias trouxeram outras. Renasceram a liberdade dos concílios e a liberdade da devoção cristã: um lugar preponderante foi dado ao clero e às comunidades religiosas nas instituições em favor dos infelizes, e no estudo dos meios para resolver a questão

⁴ Impossível descrever de melhor maneira como são feitas as revoluções. Elas são preparadas pelas idéias e pelos sentimentos jogados no público que, assim prevenido, deixa fazer ou mesmo aplaude. Esses sentimentos e essas idéias são elaborados na sombra das lojas para o fim a que se destinam, depois lançados na corrente da opinião, primeiramente na penumbra do dia, depois em plena luz. Quando a seita os julga suficientemente inoculados no espírito público, ela dá o sinal para a explosão. Esses sentimentos e essas idéias se ligam todos e sempre às “idéias modernas”, aos “princípios de 89”, aos “direitos do homem”. Veremos mais adiante, no capítulo sobre a “corrupção das idéias”, que esses “princípios” foram forjados, conforme o próprio testemunho deles, pelos judeus, para estabelecerem sua dominação sobre os cristãos e sobre todo o gênero humano.

⁵ Um empregado de escalão superior da municipalidade de Paris, de nome Flottard, publicou na *Revue Hebdomadaire* o relato da tomada da Prefeitura e da criação do governo provisório. Este foi composto de apenas cinco membros; mas quando o decreto saiu da imprensa nacional, consignava sete. Crémieux e Marie tinham sido acrescentados. “Afirmo, diz Flottard, que essa adição não foi deliberada e que ela não foi feita nas provas encaminhadas pela imprensa e que tenho sob os olhos ao escrever isto”. Um só nome poderia ter provocado protestos. O de Marie devia fazer passar o de Crémieux.

Crémieux não deixou de se instalar também no governo provisório de 1871 para aí cuidar igualmente dos interesses dos judeus. Ele decretou a naturalização deles em massa na Argélia.

social posta sob o regime precedente, mas que as doutrinas socialistas singularmente agravavam.

Parecia que a Igreja ia triunfar sobre o espírito revolucionário. Mas não; a corrente católica não era suficientemente pura, e a corrente maçônica apenas suspendera por um instante seu curso para fazer rolar suas águas com mais vigor.

A corrente católica já estava infectada pelo liberalismo.⁶ O liberalismo católico consiste essencialmente no esforço feito para reaproximar a Igreja do Mundo, o Evangelho dos Direitos do Homem, para reconciliar, como diz Pio IX na última das proposições do Syllabus, a Igreja e “a civilização”, a civilização tal como a entendeu o humanismo da Renascença, tal como a quer a Franco-Maçonaria. Todo o trabalho dos católicos liberais, há três quartos de século, tendeu unicamente para esse casamento, trabalho ingrato e funesto, que só pode terminar com o triunfo do mal.

Lamennais foi o criador do catolicismo liberal, como o abade de Saint-Cyran, com o qual ele tem semelhança, fora o verdadeiro criador do jansenismo. Um e outro se aplicaram particularmente em fazer penetrar o veneno de suas doutrinas no clero, bem convencidos que daí ele desceria facilmente até a alma do povo. Ainda hoje, os democratas que querem colocar sob essa etiqueta coisa diversa do que Leão XIII aprovou, servem-se de Lamennais; e eles têm razão, porque Lamennais é verdadeiramente pai e mestre deles.

“Lamennais, diz Crétineau-Joly, anuncia-se como o anjo exterminador do racionalismo, e chega num passe de mágica à apoteose da razão humana: ele só fala do princípio da autoridade, e ele o mina em todos os seus graus e em todas as suas formas; seu primeiro grito de guerra é contra a indiferença, seu último suspiro propagará, sancionará o indiferentismo real, através da confusão dos diversos cultos num culto universal procedente da Franco-Maçonaria; ele imola o sacerdócio e o império à tiara, depois acaba por rebaixar a tiara à autoridade das massas ignorantes ou profanas; ele se cerca da juventude clerical ou leiga, ele monopoliza as boas vontades e as conduz até ao abismo, na borda do qual Gregório XVI os fez parar, assim na França como na Itália, na Bélgica como na Alemanha... A dissimulação estava nas vias de Lamennais. Ele não se explicava com sinceridade; mas *ele sabia arrebatrar as esperanças, e levar até ao fim a febre do bem aparente que suas opiniões deviam cedo ou tarde realizar*”.⁷ Quantos traços desse retrato tornaram-se os de contemporâneos nossos, que julgam glorioso ser e dizer-se discípulo dele.

Anunciando o segundo volume de seu *Essai*, Lamennais escrevera a um de seus admiradores dos Estados Unidos: “A Igreja está aqui bem abandonada; não temos mesmo, verdadeiramente falando, senão uma sombra de Igreja neste momento”.

⁶ O liberalismo não é uma heresia ordinária. Ele foi muito justamente chamado pelo abade Chesnel (os direitos de Deus e as idéias modernas) de heresiarquia. É a heresia própria, pessoal de Satã, posto que consiste, para a criatura, em usurpar, em seu proveito, a independência e a soberania que pertencem somente a Deus, por toda a eternidade, e na ordem dos tempos a Nosso Senhor Jesus Cristo. Vê-se por aí no que o liberalismo moderno difere de tudo o que o precedeu em termos de revolta e de pecado. É o próprio pecado, o último termo e o mais alto grau do pecado. O liberalismo chama o “homem de pecado”, ele prepara os caminhos do Anticristo.

A sedução liberal cegou quase todas as inteligências; as últimas noções do verdadeiro cristianismo terminam por se apagar nos espíritos. Que transformação nas idéias, nos costumes, nas crenças, após os juristas realengos dos séculos XIV e XV até nossos dias, passando por Lutero, Voltaire e Jean-Jacques Rousseau, e por Lamennais, o grande sedutor dos católicos! Eles são filhos da mesma idéia, agentes da mesma sedução. A aparição sucessiva desses personagens marca as etapas do movimento revolucionário.

O último a aparecer, Lamennais, não foi o menos perigoso nem o menos funesto. Ele é o pai e o chefe da escola simultaneamente católica e revolucionária, da pacificação, da adaptação, da união enfim e da fusão entre o cristianismo e a Revolução.

L. CHAPOT, *Revue Catholique des Institutions et du Droit*, setembro de 1904, número 9, página 198.

⁷ *L'Eglise Romaine en face de la Révolution*, II, 276-284.

Esses propósitos nós os ouvimos ainda hoje. Outro traço de semelhança: o cardeal Benetti, dando-se conta da audiência concedida a Lamennais por Leão XIII, dizia: “Ele não será nem o primeiro, nem o último a nos querer dominar do alto de sua obediência... a fazer-nos tomar sua defesa impondo-nos suas doutrinas e fazendo-nos esposar seus exageros”. O zelo afetado pela defesa “das diretrizes pontifícias” não tem servido também em nossos dias de passarela para perigosos exageros e mesmo para más doutrinas?



CAPÍTULO XIX

SOB O SEGUNDO IMPÉRIO¹

O movimento revolucionário de 1848 fora prematuro. A reação que dele resultou na opinião pública, na França e nos diversos países da Europa, levou a Franco-Maçonaria à compreensão de que manter a república entre nós importava em fazer recuar sua obra nos outros Estados. Ela resolveu, pois, substituir a república por uma ditadura, e escolheu, para ser o seu titular, um homem ligado a ela mediante terríveis juramentos, que mais tarde ela terá o cuidado em lembrar: o carbonário Luís Napoleão Bonaparte.² Podemos ver na obra de Deschamps e Claudio Janet (tomo II, páginas 315 a 324), como essa ditadura foi preparada e patrocinada pela maçonaria internacional, e particularmente por um de seus grandes chefes, Lorde Palmerston,³ e como a seita que tomara tanto cuidado em restringir o poder de Luís XVIII e de Carlos X prestou-se ao estabelecimento de uma verdadeira autocracia.⁴

O poder oculto sempre age dessa maneira. Quando se encontra desconcertado pelos acontecimentos, o que faz é suscitar um pretenso salvador ou dar seu apoio àquele que as circunstâncias do momento colocam em evidência. Em razão de suas origens, este fica condenado a não salvar absolutamente nada. Ao contrário, continua a enfraquecer o país material e moralmente. Foi o que aconteceu com Napoleão I e Napoleão III, ambos deixaram a França chagada pela invasão sangrenta no flanco e também esgotada, tanto de alma quanto de corpo.

No entanto, subindo ao trono, Napoleão III tinha compreendido, ou pelo menos parecera compreender, onde estava a salvação da França e o que o interesse de sua dinastia exigia. Ele pronunciara palavras bonitas e boas, dera satisfações ao clero, mas nenhuma daquelas que pudessem atingir as conquistas da Revolução sobre a Igreja. Assim foi que, tendo pedido a Pio IX para vir sagrá-lo, o Papa respondera:

¹ O II Império tem início em 1852, com o golpe de Estado de Luís-Napoleão Bonaparte, que se apossa do poder, passando a governar sob o nome de Napoleão III, e finda em 1870, com a derrota de Sedan e a proclamação da República em 4 de setembro daquele ano. (N. do T.)

² Napoleão III entrara na Franco-Maçonaria com a idade de 23 anos. Seu irmão se fizera carbonário como ele e com ele. A seita tratou logo de sugestioná-lo. Ela lhe fez entrever a pura auréola de glória reservada ao príncipe que quisesse impor em toda a parte a justiça e devolver os povos a eles mesmos. Daí a política dos nacionalistas.

³ Palmerston era, ao mesmo tempo, ministro na Inglaterra e grão-mestre na maçonaria universal. Há os que supõem que ele teve uma política pessoal e que a impôs à maçonaria. Essa concepção é totalmente errada. Não existe ação pessoal em matéria de maçonaria. Toda a educação maçônica não tem outro objetivo senão o de aniquilar os caracteres, moldar os espíritos, e os graus de iniciação assinalam os progressos feitos pelo maçomna renúncia a ele mesmo e na obediência passiva.

⁴ Falamos da convenção realizada em Strasbourg, em 1848. Em 1852 houve em Paris uma outra convenção dos chefes das sociedades secretas européias. Aí foram determinadas a ditadura, sob o nome de império, na pessoa de Luís Napoleão, e a revolução italiana. Mazzini, então sob o golpe de uma condenação à morte pronunciada contra ele na França, não quis retornar senão com um salvo-conduto assinado pelo próprio Luís Napoleão. Somente três membros da grande convenção persistiram com ele em pedir o estabelecimento de uma república democrática. Mas a grande maioria pensou que uma ditadura realizaria melhor os interesses da Revolução, e o império foi decretado.

No dia 15 de outubro de 1852, dez meses após o golpe de Estado de 2 de dezembro e seis semanas antes da proclamação do império, o Conselho do Grão-Mestre do Grande Oriente votou uma moção a Luís Napoleão, que terminava assim: “A Franco-Maçonaria vos deve um cumprimento; não pareis no meio de uma tão bela carreira; assegurai a felicidade de todos, tomando a coroa imperial sobre vossa nobre fronte; aceitai nossas homenagens e permiti-nos fazê-lo ouvir o grito de nossos corações: Viva o Imperador!”

“Com muito prazer, mas sob a condição de que os artigos orgânicos sejam abrogados”. Napoleão preferiu renunciar à sacração.

Na obra que ele tinha publicado anteriormente sob o título *Idées napoléoniennes*, Luís Napoleão pusera a nu o fundo de seus pensamentos. “Os grandes homens tem isto de comum com a divindade, eles jamais morrem inteiramente; o espírito sobrevive a eles, e a idéia napoleônica jorrou da tumba de Santa Helena, assim como a moral do Evangelho elevou-se triunfante apesar do suplício do Calvário... *Napoleão, ao chegar no palco do mundo, viu que seu papel era o de ser o executor testamentário da Revolução...* Ele enraizou na França e introduziu em todas as parte da Europa os principais benefícios da grande crise de 89... O imperador deve ser considerado como o Messias das novas idéias”.⁵

Idéias novas, novo Evangelho, novo Messias, nenhuma palavra poderia melhor caracterizar o que a Revolução quer introduzir no mundo, e aquilo de que Napoleão III, após Napoleão I, se constituiu servidor... Ele foi mais dissimulado mas também mais determinado que seu primo, que, no Senado, no dia 25 de fevereiro de 1862, fazia suas as palavras de Thiers em 1845: “Compreendi bem meu sentimento. Eu sou do partido da Revolução, tanto na França quanto na Europa. Desejo que o governo da Revolução permaneça nas mãos dos homens moderados; mas quando esse governo passar para as mãos de homens ardentes, mesmo radicais, não abandonarei por isso minha causa; sempre serei do partido da Revolução”.

A tradição continua.

Por ocasião do centenário do Código Civil, o príncipe Victor-Napoleão escreveu a Albert Vandal uma carta em que diz: “Vamos celebrar o centenário do Código que resumiu a obra social da Revolução francesa nos seus dados fundamentais, a libertação das pessoas e dos bens... Os homens de 1789 tinham proclamado os princípios da nova ordem social. Ele se apoderou desses princípios; deu-lhes uma forma clara e precisa; disso fez um monumento legislativo que a Europa saudou mais tarde com o nome de “Código Napoleônico”. O Código Napoleônico consagrou na França as doutrinas de 1789. Ele as levou mesmo bem além de nossas fronteiras”.

Napoleão I tem sempre, como vemos, herdeiros de seu pensamento e de sua obra. Como Napoleão III, como o príncipe Jerônimo, o príncipe Victor recebeu-os em depósito, é o seu fiel guardião.

Desde o primeiro dia Napoleão III mostrou que era efetivamente o homem da Revolução, crendo ter ou dando-se a missão de “enraizá-la na França e de introduzi-la em todos os cantos da Europa”. Mal as tropas francesas tinham aberto as portas de Roma a Pio IX, ele escrevia a Edgar Ney: “Resumo assim o restabelecimento do poder temporal do Papa: *anistia geral, secularização da administração, código de Napoleão e governo liberal*”. Anistia geral era um novo brinde de encorajamento oferecido a seus I.: os carbonários; secularização da administração era a laicização sem outros limites que não fosse a liquidação absoluta do poder eclesiástico;⁶ código de Napoleão significava: destruição da antiga propriedade e abolição de uma legislação presidida pelo nome e autoridade de Deus; governo liberal Napoleão não o queria nem para ele mesmo, mas pretendia impô-lo ao Papa.

⁵ *Œuvres de Napoléon III*, t. I. Ver as páginas 7, 28, 65, 102 e 125. Faz cinco anos, o herdeiro dos Napoleões dizia num manifesto: “Conheceis minhas idéias. Hoje creio ser útil precisá-las para os meus amigos. Lembrai-vos que sois os defensores da Revolução de 1789. Napoleão, segundo sua própria expressão, “reabilitou a Revolução”. Ele manteve com vigor os seus princípios”.

⁶ Segundo os levantamentos estabelecidos então por Fr. de Corcelles, havia na administração dos Estados Pontifícios 6.838 funcionários laicos contra 289 eclesiásticos, entre estes compreendidos 179 capelães de presídios e subordinados ao Vicariato de Roma. Os oficiais do exército não figuravam nesse quadro comparativo.

A maçonaria queria mais que tudo isso. O atentado de Orsini veio lembrar isso ao imperador, e ele teve de se mostrar fiel a seus juramentos. Colocou-se, pois, na obrigação de executar aquilo que a primeira República e depois o primeiro imperador haviam tentado: a destruição do poder temporal dos Papas. Conhecemos essa história lamentável: o imperador, preso entre os interesses evidentes da França e de sua dinastia, e seu desejo de se constituir, junto a seu tio, no executor testamentário da Revolução, avançava, recuava, fazia jogo duplo, um oficial, por intermédio de seus ministros e embaixadores, outro através de uma diplomacia oculta cujos agentes eram escolhidos nas sociedades secretas.⁷ O objetivo é alcançado. Faz quarenta anos a Itália está unificada, o poder temporal existe apenas em estado de lembrança ou de sombra. Não prejudicamos nada acerca dos desígnios da Providência. Ignoramos se, quando e como Ela restituirá ao Soberano Pontífice seus meios de ação ordinários e necessários na ordem regular das coisas; mas a seita está bem segura de que tudo está acabado. E se ela quer uma mudança no que ela fez, esta coisa é a transformação do regime atual da Itália em república. Unindo-se à república irmã da França, às repúblicas espanhola e portuguesa, que se constituirão no dia e na hora em que a maçonaria quiser, a outras ainda sem dúvida, ela contribuirá para formar o núcleo da República universal, ou do judaísmo que governará o mundo abertamente, de uma extremidade à outra do universo.

Toda a política externa de Napoleão III foi inspirada e dirigida pela vontade de libertar a Itália e de realizar seu juramento de carbonário. Por ela ele fizera a guerra de 1859, sem poder realizar totalmente seu programa. Ele viu no conflito austro-prussiano o meio de libertar Veneza, e este constituiu todo o segredo de sua colaboração com os cínicos projetos de Bismarck. “O imperador ajudou-o, diz Emile Olivier, não por fraqueza nem por artifício, mas com conhecimento de causa. Ele contribuiu, por sua livre vontade, para sua fortuna, tanto quanto para a de Cavour. Ele via nele o instrumento providencial através do qual se terminaria a libertação da Itália”. Quando chegou a Paris, no dia 3 de julho de 1866, a notícia da vitória alcançada em Sadowa pelos prussianos sobre o exército austríaco, vitória que desferia um golpe tão rude ao poderio francês, e os ministros insistiram em mobilizar o exército, o imperador subscreveu inicialmente seus desejos: mas o príncipe Napoleão interveio no dia 14 de julho e endereçou ao imperador uma nota na qual dizia: “Aqueles que sonham para o imperador o papel da reação e do clericalismo europeu, que triunfaria pela força, devem insistir numa aliança com a Áustria e numa guerra contra a Prússia. Mas aqueles que vêem em Napoleão III não o moderador da Revolução, mas seu chefe esclarecido, estes ficariam bem inquietos no dia em que ele entrasse numa política que seria a derrubada da verdadeira grandeza e da glória de Napoleão III”. Napoleão III rendeu-se às considerações de seu primo.⁸

⁷ Em setembro de 1896, *Le Correspondant* publicou sob o título *Un ami de Napoléon III, le comte Arèse*, documentos inéditos sobre as relações muito íntimas que existiram durante o segundo império entre o carbonário coroadado e o sectário italiano. Entre esses documentos há uma carta que revela a hipocrisia que ele usou na questão romana. Enquanto seus ministros prodigalizavam declarações próprias para tranquilizar os católicos franceses, ele mantinha com o conde Arèse conversações que este último resumia como segue numa carta endereçada ao conde Pasolini:

“*Adormecei o Papa*; deixai-nos ter a convicção de que não o atacareis e nada de melhor peço para sair (retirar as tropas de Roma). Depois, fãreis o que quiserdes”.

Esta frase, atribuída ao imperador por seu amigo Arèse, não traz à memória as palavras de Monsenhor Pie: “Lava tuas mãos, ó Pilatos!”?

⁸ O *Journal de Bruxelles* relatou as palavras pronunciadas naquela época pelo príncipe Jérôme num jantar na casa de Girardin:

“É chegada a hora em que a bandeira da Revolução, a do Império, deve ser amplamente desfraldada.

“Qual é o programa dessa Revolução?”

“*Inicialmente é a luta engajada contra o catolicismo, luta que é preciso levar adiante e concluir; é a constituição das grandes Unidades nacionais, sobre os destroços dos Estados fictícios e dos tratados que*

A guerra de 1870 teve também a mesma finalidade nos desígnios da seita; a *Gazette d'Ausbourg* deu para isso a seguinte explicação: “Nos campos de batalha do Reno, nós não somente fizemos guerra contra a França; nós também combatemos Roma, que mantém o mundo escravizado; nós atiramos contra o clero católico”.⁹

Destruir o trono pontifício, favorecer o triunfo do protestantismo na Europa, seguramente era muito; não era o bastante para satisfazer as exigências da seita. Napoleão III pediu a Rouland, ministro da Instrução Pública e dos Cultos, que preparasse para seu uso um plano de campanha contra a Igreja da França. Esse plano, encontrado nas gavetas do imperador em 1870, foi-lhe entregue em abril de 1860.

Ele porta este significativo título: *Mémoire sur la politique à suivre vis-à-vis de l'Eglise*. Ele principia por perguntar se é necessário “mudar bruscamente de sistema: expulsar as congregações religiosas, modificar a lei sobre o ensino, aplicar rigorosamente os artigos orgânicos”.¹⁰ Não. “É preciso chegar pouco a pouco e sem ruído”. Quem não reconhecerá nessa palavra a prudência da seita, que deu aos Gambetta e aos Ferry esta palavra de ordem: “lentamente, mas seguramente”? Como são cegos, pois, os que, nessa continuidade de esforços perseverantes durante um século e mais, se recusam ainda a ver a mão de um poder sempre vivo e atuante, e que, nas hostilidades atuais, não encontram outra causa senão represálias contra aqueles que, sem conspirar contra o regime republicano, têm pela república maçônica apenas uma admiração relativa”.¹¹

O *Mémoire* assinala como um perigo “a crença do episcopado e do clero na infalibilidade do Papa”; “o desenvolvimento das conferências de São Vicente de Paulo e das sociedades de São Francisco Rei”, “os progressos das congregações religiosas dedicadas ao ensino popular”.

“É impossível ao elemento leigo, diz a esse respeito Rouland, lutar nesse terreno contra o ensino religioso, que, na realidade ou na aparência, sempre apresentará às famílias muito mais garantias de moralidade e de dedicação”. E um pouco mais longe: “Ficaríamos muitíssimo enfraquecidos do ponto de vista do sufrágio universal se todo o ensino primário passasse às mãos das congregações”. Como essas duas frases são eloquentes!

fundaram esses Estados; é a democracia triunfante, tendo por fundamento o sufrágio universal, mas que tem necessidade, durante um século, *de ser dirigido pelas mãos fortes dos Césares*; é a França imperial no ápice dessa situação européia; é a guerra, uma longa guerra, como instrumento dessa política.

“Eis aí o programa e a bandeira.

“Ora, o primeiro obstáculo a vencer é a Áustria. A Áustria é mais poderoso apoio da influência católica no mundo, ela representa a forma federativa oposta ao princípio das nacionalidades unitárias: ela quer fazer triunfar em Viena, em Pesth e em Frankfurt, as instituições opostas à democracia; é o último antro do catolicismo e do feudalismo; é preciso, pois, abatê-lo e esmagá-lo.

“A obra foi começada em 1859, deve ser concluída hoje.

“A França imperial deve, pois, permanecer inimiga da Áustria; ela deve ser amiga e sustentáculo da Prússia, a pátria do grande Lutero, e que ataca a Áustria com suas idéias e com suas armas; ela deve sustentar a Itália, que é o centro atual da Revolução no mundo, aguardando que a França a termine, *e que tem a missão de derrubar o catolicismo em Roma, assim como a Prússia tem por missão destruí-lo em Viena*.

“Nós devemos ser *aliados da Prússia e da Itália*, e nossos exércitos estarão engajados na luta antes de dois meses”.

⁹ Extratos citados na *Politique Prussienne* por um alemão anônimo, páginas 133-143.

¹⁰ É o caminho seguido até a separação entre a Igreja e o Estado. O que bem mostra ser sempre o mesmo poder oculto que dirige nossos governantes, ontem como hoje.

¹¹ Ver, entre outras, *Démocratie Chrétienne*, março de 1900.

Duas novas memórias, seqüências da primeira, foram redigidas por Jean Vallon, antigo redator do *Etendard*, que, após o concílio, passou para o campo dos “velhos católicos”, da Suíça.¹²

O plano foi posto em execução sem demora.

Primeiro, a Sociedade de São Vicente de Paula. — O ministro do interior advertiu os prefeitos sobre suas “tramóias tenebrosas”, e quis submeter o conselho central, os conselhos provinciais e as conferências locais à autorização do governo. A Sociedade preferiu a morte à degradação e caiu como devia cair. Deus recompensou mais tarde esse gesto, ressuscitando-a.

Depois, a lei de 1850, sobre a liberdade de ensino. — Rouland disse, nas suas *Mémoires*, que ela era um “grande mal”, mas que querer suprimi-la levantaria “uma luta imensa, encarniçada”, palavras que mostram que, ao perseguirem a religião, todos esses homens de governo maçônico sabem que vão contra o sentimento público. Não podendo suprimir a liberdade de ensino, o governo do imperador atacou-a sorrateiramente, através de decretos administrativos.

As congregações. — Rouland aconselhava que não mais se tolerasse nenhum estabelecimento novo dos religiosos, que se fosse severo para com as congregações de mulheres e que não mais se aprovassem, senão com muita dificuldade, os presentes e legados que seriam feitos a uns e a outras.

O clero secular. — Esforçaram-se em semear a cizânia no campo da Igreja, mediante a oposição dos interesses do clero inferior aos do episcopado. “Nada seria *mais hábil* e ao mesmo tempo mais preciso, disse Rouland, do que aumentar os emolumentos do clero inferior”. Mas, ao mesmo tempo, ele pede que se suscite “uma reação anti-religiosa, que a polícia faria com as faltas do clero, e formaria em torno dele um círculo de resistência e de oposição que o comprimiria”. No que diz respeito aos bispos, Rouland havia ditado essa maneira de proceder: “Escolher resolutamente como bispos homens piedosos, honrados (não se diz: instruídos e de caráter firme), mas conhecidos por sua sincera adesão ao imperador e às instituições da França..., sem que o Núncio tenha nisso a menor interferência”. Na execução do plano, deixou-se de convidar, como se fazia a cada cinco anos, os arcebispos e os bispos, para designarem, confidencialmente, os eclesiásticos que eles julgavam os mais dignos de serem promovidos ao episcopado. Ademais, proibiu-se aos bispos que se reunissem. Tendo sete arcebispos e bispos julgado poder assinar, no *Le Monde*, uma resposta coletiva sobre a necessidade de considerar os interesses da Igreja nas eleições, Rouland escreveu-lhes que, assim agindo, eles tinham realizado uma espécie de concílio particular, sem consideração aos artigos orgânicos, e os denunciou perante o Conselho de Estado.

O pensamento do imperador e de sua equipe foi mais longe ainda. Chegou o momento em que eles pensaram numa ruptura com Roma.

Um prelado, que passava por ser devotado à dinastia, Monsenhor Thibault, bispo de Montpellier, foi mandado a Paris. O Ministro do Culto começou por encerrar o pobre bispo num quarto e de censurá-lo pela hostilidade dos Pie, dos Gerbet, dos Salinis, dos Plantier, dos Dupanloup contra a política do governo francês. Depois Napoleão recebeu-o em audiência privada. O soberano explicou que se tratava de salvar a Igreja da França e de opor uma barreira ao progresso da irreligião. O prelado

¹² Os originais dessas três peças estão nas mãos de Léon Pagès, rua do Bac, 110, Paris. Elas foram publicadas integralmente no *La Croix*, editado em Bruxelas de 6 de fevereiro de 1874 a 4 de janeiro de 1878.

A memória de Rouland encontra-se no número de 2 de junho de 1876; e as de Jean Vallon nos números de 30 de junho de junho de 1876 e 28 de julho do mesmo ano. Esses dois últimos provêm da biblioteca da senhora Hortense Cornu, nascida Lacroix, amiga de infância de Napoleão III e sua confidente em muitos projetos.

prometeu consagrar-se à tarefa que se esperava dele e assumiu o compromisso de fazer reflorescerem “as tradições e as doutrinas de Bossuet”.

Mas, mal saiu Monsenhor Thibault das Tulherias, sua consciência reprovou-lhe a aquiescência criminosa que acabava de dar ao que não era senão um projeto de cisma. Imediatamente ele ordena ao cocheiro conduzi-lo à residência do arcebispo de Paris. Era o cardeal Morlot quem então ocupava a cadeira de São Denis. “Eminência, começou Monsenhor Thibault, eu sou muito culpado. Acabo de aceitar do imperador a missão de favorecer a ruptura da Igreja da França com a Santa Sé...” Essas últimas palavras acabavam de expirar nos lábios do prelado quando, subitamente, Monsenhor Morlot vê seu interlocutor empalidecer e abater-se ao solo. Monsenhor Thibaut estava morto.

Ao mesmo tempo em que se esforçavam em rebaixar a Igreja, encorajavam abertamente a Franco-Maçonaria. Ela foi reconhecida oficialmente pelo Ministro do Interior, o duque de Persigny; e o príncipe Murat, inaugurando suas funções de Grão-Mestre, disse bem alto: “O futuro da maçonaria não é mais duvidoso. A nova era ser-lhe-á próspera; *retomamos nossa obra* sob felizes auspícios. *É chegado o momento em que a maçonaria deve mostrar o que ela é, o que ela quer, o que ela pode*”.

Vem o *Syllabus*, que elabora o catálogo dos erros contemporâneos. O Ministro dos Cultos permite-se julgá-lo, e transmite sua sentença aos bispos. Ele lhes escreve que “o *Syllabus* é contrário aos princípios sobre os quais repousa a constituição do Império”. Conseqüentemente, ele os proíbe publicá-lo.

Rouland diz na tribuna, e grita-se isso até nas vilas, que o *Syllabus* “vem barrar o caminho à civilização moderna”. À civilização da Renascença, da Reforma e da Revolução, seguramente. Permite-se que o digam. Proclama-se que “a Igreja modificará sua doutrina ou a Igreja perecerá”; é *Le Siècle* que fica encarregado de pronunciar esse ultimato. A Igreja, permanecendo ela mesma, vive hoje, mas o Império soçobrou.

Inútil prolongar este exame e falar sobre a *liga do ensino*, encarregada de preparar a escola neutra, dos colégios para meninas, da direção dada à imprensa, da composição das bibliotecas populares, da multiplicação dos cabarés e dos maus lugares, todos meios de arrancar a alma do povo ao império da religião.

Tudo isso prepara a Comuna, que formulará assim sua primeira lei: Artigo 1º. Fica a Igreja separada do Estado. Artigo 2º. É suprimido o orçamento dos cultos. Artigo 3º. Os bens que pertencem às congregações religiosas, móveis e imóveis, são declarados propriedade nacional. Artigo 4º. Será feito imediatamente um levantamento desses bens, para verificar seu valor e colocá-los à disposição da nação. Como sanção, vieram os fuzilamentos.

É o programa que hoje realiza um governo que tem a aparência de um governo regular.

A seita serve-se igualmente dos governos regulares e irregulares, dos legítimos e dos revolucionários, para obter a realização de seus desígnios. O rápido exame dos acontecimentos, que acabamos de fazer, da Concordata à Assembléia Nacional de 1871, deve convencer disso todos os nossos leitores.



CAPÍTULO XX

SOB A ASSEMBLÉIA NACIONAL

Jamais uma reação foi mais forte e jamais saiu tão evidentemente das entranhas da nação do que a reação de 1871.

Gambetta, que tinha o poder nas mãos, fez o possível e o impossível, primeiro para retardar as eleições, depois para torná-las favoráveis a si.

Eis aqui algumas correspondências bem significativas:

Gambetta a Jules Favre. — Insisto mais do que nunca em considerar as eleições gerais como funestas para a República. Recuso-me a aceitá-las e a realizá-las.

Delegação de Tours em Paris. — Os eleitores seriam provavelmente reacionários. Isto é cheio de perigos.

Gambetta ao Prefeito de La Rochelle. — É necessária uma assembleia republicana. Fazei tudo o que as eleições exigirem.

Challemel-Lacour (Rhône). — A Assembleia será ruim, se nomeada sem pressão republicana, etc., etc.

Apesar dessa pressão revolucionária, a Assembleia Nacional foi católica e monarquista. Conhecemos o que ela fez.

Jamais uma decepção mais cruel sucedeu a uma esperança tão grande. O país viu cair, sem pesar, no dia 4 de setembro de 1870, um regime que, pela terceira vez, havia comprometido sua existência. Mas, nas eleições de 8 de fevereiro de 1871, ele manifestou sua pouca confiança na República, que fora proclamada sem ele. Ele enviou a Bourdéis, para compor a Assembleia Nacional, uma maioria considerável de homens conhecidos por seus sentimentos católicos e realistas. Do ponto de vista político a Assembleia compreendia 400 realistas — legitimistas e orleanistas mais ou menos em número igual — 30 bonapartistas e 200 republicanos de diversos matizes.¹

O primeiro ato da Assembleia Nacional foi pedir orações em todas as igrejas “para suplicar a Deus o apaziguamento das discórdias civis e de pôr fim a nossos males”. Somente três deputados se opuseram a essa moção. Depois ela declarou de utilidade pública “a construção de uma igreja sobre a colina de Montmartre, segundo o pedido feito pelo arcebispo de Paris”, isto é, para ser dedicada ao Sagrado Coração, como *ex-voto* de arrependimento, de oração e de esperança. Ela queria levantar o país humilhado e desamparado e foi a Deus que ela pediu os meios, nisso obedecendo ao seu mandato como aos seus próprios sentimentos.

O exército está por ser refeito. A lei que o reorganiza estipula que, cada domingo e cada dia de festa, um tempo suficiente será concedido aos soldados para cumprirem seus deveres religiosos. Os capelães são restabelecidos, não mais ligados aos regimentos, mas, o que é melhor, às guarnições e aos campos.

Após o exército, o ensino. O Conselho Superior de Instrução Pública é reformado. A Igreja recebe lugar nele, na pessoa dos bispos. Logo em seguida o ensino superior é declarado livre, e as Universidades católicas se constituem.

As comissões administrativas dos estabelecimentos de caridade — hospícios, hospitais, entidades de beneficência — são reorganizadas; o pároco é chamado a ter assento nessas comissões, ao lado do prefeito.

A liberdade do bem não é mais entravada. Não somente a Sociedade de São Vicente de Paula se reconstitui, mas círculos operários se multiplicam nas cidades, os patronatos se multiplicam nos campos, e a instrução religiosa prepara gerações cristãs.

¹ Hanotaux, *Histoire de la France Contemporaine*, I, 38-41.

Como esse belo entusiasmo pôde ser interrompido, e depois virado para o sentido inverso?

Muitos dos membros da Assembléia Nacional eram pouco afeitos às intrigas do parlamentarismo. Eles se deixaram suggestionar. Muitos também tinham o espírito cheio das meias-verdades do catolicismo liberal, freqüentemente mais funestas, no dizer de Pio IX, do que os erros manifestos. Thiers que, na sua juventude, tinha feito sobre o crucifixo juramento de ódio à realeza,² e que, na sua velhice, tinha a ambição de governar a França e de reinar, depressa apoderou-se da direção a Assembléia Nacional, para conduzi-la aonde ele queria. E ele próprio não fora conduzido pelos que adularam sua ambição, que esperavam obter proveito com isso?

Era preciso, inicialmente, conjurar o perigo de uma restauração monárquica na pessoa do conde de Chambord; esse príncipe tão cristão e tão francês era ao mesmo tempo tão firme nas suas perspectivas de governo, que nenhuma esperança podia nascer de fazê-lo renovar a falta praticada por Luís XVIII. Todas as forças da Revolução, todas as suas diversas facções, a partir do liberalismo católico, trabalharam, não para um acordo positivo, mas cada qual de sua parte e à sua maneira, para afastá-lo do trono de seus pais.

Primeiramente foi a Comuna, protegida por Bismarck, conduzida, em suas primeiras horas, por Thiers, e sustentada pela Franco-Maçonaria. Ela pretendeu, de um só golpe e pela violência, à moda de 93, o que hoje se faz de uma maneira mais segura e mais durável pela legalidade. No dia 26 de abril de 1871, cinqüenta e cinco lojas, mais de dez mil franco-maçons,³ conduzidos por seus dignatários, revestidos com suas insígnias, foram em procissão até as muralhas, para lá desfaldar suas bandeiras — eles arvoraram sessenta e duas — e até a Prefeitura Municipal, para saudar o poder revolucionário.⁴ O I.: Tiriforque dissera aos comunais: “A Comuna é

² Em 1849, Michel de Bourges lembrou o fato na 15ª sessão da Assembléia Nacional: “Nós juramos, Thiers e eu, ÓDIO À MONARQUIA, com esta circunstância muito curiosa: Thiers segurava o crucifixo quando eu prestei o juramento, e eu segurava o mesmo crucifixo quando Thiers jurou ódio à monarquia”. Foi numa loja de carbonários, posto que a polícia não interveio; e, se ela tivesse intervindo, tudo não passaria de uma reunião de amigos para festejar uma formatura.

La Provence, jornal de Aix, lembrou longamente esses fatos no seu número de 1º de dezembro de 1872, quando Thiers era então Presidente da República, e quando, naquela cidade, numerosos amigos vigiavam com cuidado tudo o que era escrito sobre ele. Não foi apresentado nenhum desmentido.

Dupin, o primogênito, explicando como a revolução de 1830 foi tão súbita e tão pronta, também falou desse juramento: “Quando, disse ele, o carbonarismo se estabeleceu na França, segundo as normas dos homens que, nesse momento pares da França e funcionários públicos, foram buscar na Alemanha, ele teve como objetivo a derrubada de todo poder irresponsável e hereditário. Não se pode estar afiliado a ele sem prestar juramento de ódio aos Bourbons e à realeza. Em alguns lugares esse juramento era pronunciado até mesmo sobre um crucifixo e sobre um punhal. Há deputados e pares que se recordam disso”.

³ Dez a onze mil, estima o *Journal Officiel* da Comuna.

⁴ Eis o apelo que o Grande-Oriente da França fez à Franco-Maçonaria universal, em favor da Comuna. Ele foi publicado em 1871.

“Irmãos da maçonaria e irmãos companheiros, não temos outra resolução a tomar que não a de combater e de cobrir com nossa égide sagrada o lado do direito.

“Armemo-nos para a defesa!

“Salvemos Paris, salvemos a França!

“Salvemos a humanidade!

“Paris, na frente do progresso humano, numa crise suprema, apela à *Maçonaria universal*, aos companheiros de todas as corporações, grita: *À mim, filhos da viúva!*

“Esse apelo será ouvido por todos os franco-maçons e companheiros: todos se unirão para a ação comum, protestando contra a guerra civil *que os mantenedores da Monarquia fomentam*.

“Todos compreenderão que aquilo que desejam seus irmãos de Paris, é que *a justiça passe da teoria à prática*, que o amor de uns pelos outros se torne a regra geral, e que a espada não é tirada da bainha, em Paris, *senão para a legítima defesa da humanidade*.”

a maior revolução que possa ser dada ao mundo contemplar”, e a razão que ele oferecia era “o novo Templo de Salomão”, isto é, a realização da concepção judaica da organização social. Aquele dentre os membros da Comuna escolhido para responder-lhe disse: “Sabemos que o objetivo de vossa associação é o mesmo que o da Comuna, a *regeneração social*”.

Em cada uma de nossas revoluções são sempre as mesmas palavras que se fazem ouvir, assinalando o mesmo objetivo a alcançar, e para o qual não se cessa de caminhar, seja diretamente, seja por vias transversas: o aniquilamento da civilização cristã em benefício de uma civilização contrária. Raoul Rigault dizia-o brutalmente aos reféns: “Eis que isso dura há mil e oitocentos anos: é preciso que isso termine”.

Vencida a Comuna, a intriga tomou o lugar da violência. Thiers empregou logo todas as faculdades de seu espírito em desagregar a maioria realista da Assembléia, em provocar toda sorte de desconfianças entre pessoas que tudo devia aproximar e unir.

Entretanto, o povo, vendo que os homens lhe faltavam, elevava a voz a Deus. As peregrinações aos santuários de Saint-Michael e de la Salette, de Paray-le-Monial e de Lourdes, se multiplicavam; sobre todas as estradas reboava esse grito de apelo ao Sagrado Coração: “Salvai Roma e a França!” No dia 24 de maio de 1873, a Assembléia Nacional retomou o controle de si mesma. Mas o país já não era mais o que ele fora sob a mão vingadora de Deus. A propaganda revolucionária, reencetada por Thiers e seus agentes, manifestava a cada dia seus progressos nas eleições parciais; e, de outra parte, católicos tinham forçado Henrique IV a fazer declarações das quais se serviram para afastá-lo definitivamente.⁵

“Sob pretextos diversos”, diz Hanotaux na sua *Histoire de la France Contemporaine*, a Assembléia Nacional afastou “tudo o que constitui a essência dos poderes fortes: a legitimidade, a hereditariedade e a autoridade: a legitimidade, na pessoa do conde de Chambord; a hereditariedade, através do septenato; e, enfim, a autoridade, através da república”.

O duque de Broglie, pai, publicara, em 1861, um livro intitulado “Considerações sobre o Governo da França”, que foi reimpresso em 1870. A primeira edição, recolhida pela polícia, “ficou, diz Hanotaux, conhecida apenas por um círculo muito restrito, mas o círculo era composto das cabeças dirigentes da futura Assembléia Nacional”. O duque de Broglie tinha escrito: “Digamos claramente: uma república que interessa à monarquia, uma monarquia constitucional que interessa à república e que não difere uma da outra senão pela constituição e pela manutenção do poder executivo, é a única alternativa que resta aos amigos da liberdade”. Ele falava da monarquia constitucional com um tom religioso: “Admirável mecanismo que não é feito pela mão do homem, simples desenvolvimento das condições colocadas pela Providência no progresso das sociedades civilizadas”. Ele dizia ainda: “A pior das revoluções é uma restauração”.⁶

Na sessão da Comuna do dia 17 de maio foram pronunciadas estas palavras significativas: “Temos reféns entre os padres, atinjam os de preferência”. Eles foram executados no dia 24.

Em maio de 1908 foi inaugurado em Père Lachaise um monumento aos Federados, com esta inscrição:

AOS MORTOS DA COMUNA

21-28 de maio de 1871.

⁵ “A Assembléia, diz Samuel Denis, na sua *Histoire Contemporaine*, t. IV, p. 647, era composta em grande parte de liberais que eram, acima de tudo, cristãos fervorosos e convictos”.

Essas palavras, no pensamento do historiador, não constituem repreensão contra o liberalismo desses católicos, ao contrário: esse quarto volume é inteiramente dedicado a justificá-los e a lançar sobre Henrique IV o revés da monarquia.

⁶ As idéias de Broglie e de seus amigos datavam de longe. Sob a primeira república houve, também, “monarquistas”.

“Esse livro e o de Prevost-Paradol, *La France Nouvelle*, tiveram, diz Hanotaux, sobre os destinos da França e sobre as disposições da Assembléia Nacional, uma influência imediata”.

Os “fusionistas” quiseram uma restauração da monarquia com a conciliação de dois princípios, de duas ordens de governo até então contrárias. A fusão consistia, de um lado, em fazer reconhecer pelos príncipes da Casa de Orleans os direitos hereditários do conde de Chambord, e, de outro lado, em ganhar o neto de Carlos X para a monarquia constitucional e parlamentar de 1830. Dupla operação, em que cada um dos termos era excludente do outro.

O conde de Chambord queria a fusão na medida em que ela constituía o reconhecimento puro e simples do princípio monárquico, do qual ele era o representante, e a leal reaproximação dos dois ramos da família real.

A questão da bandeira foi, a partir de 1848, o principal obstáculo à fusão. Enquanto que para o conde de Chambord a bandeira branca, símbolo do direito dinástico dos Bourbons, era o emblema necessário da monarquia tradicional e hereditária, os parlamentares e os liberais reclamavam irredutivelmente a manutenção da bandeira tricolor, representativa das idéias de 1789 e de 1830.

Em 1792 foi publicada em Paris, com esta menção: “Disponível nos Países-Baixos, em todas as livrarias”, uma brochura dedicada a Luís XVI, sob o título “*Le Monarchisme Dévoilé*”, por Th. Abd. C***”.

Nessa obra o autor denuncia a *Sociedade dos Amigos da Constituição Monárquica*, sociedade fundada “sob os auspícios de um nome que lembra a antiga cavalaria francesa, Clermont-Tonnerre”. Os membros dessa sociedade, diz ele, se espalharam por toda a França, sob o nome de *monarquistas*.

“Dizer-se puramente amigos da *Constituição*, observa, teria sido aproximar-se demais de seus criadores. Acrescentou-se a palavra *monárquica*, porque era preciso um pouco disto nos planos desses senhores. Mas, como fixar-se a essa fórmula não parecia de maneira nenhuma de acordo com o sistema do partido dominante, acrescentou-se a expressão “monárquica”, esta “decretada pela Assembléia Nacional” (p. 7). O autor, após ter tomado uma a uma as “expressões designativas dessa sociedade” e as razões invocadas para aprovar-lhes o objetivo, conclui: “Elas não passam de erva enganosa, que cobre e esconde a abertura do precipício”.

O fundador do “monarquismo” dera a essa sociedade, como símbolo, uma *Balança*, na qual se via, de um lado, uma coroa, e de outro um barrete frígio, com esta divisa: Viver livres e fiéis. “Assim, tal qual uma Assembléia de Facciosos, querem ainda conservar a *Coroa*, depois de tê-la aviltado, degradado, depois de tê-la arrancado da cabeça augusta de nosso soberano; e esse *barrete frígio*, sinal pavoroso de uma licenciabilidade sem limites, esse penacho ensanguentado de todos os criminosos; uma e outro sobre a mesma linha, num mesmo e perfeito nível, eis o emblema sob o qual os monarquistas se anunciam, eis a liberdade que prometem, presumindo-se que sejam livres, eis a divisa desses modernos cavaleiros” (p. 8). “Não se deve crer que eles tenham visto no sistema que se esforçam em sustentar, a felicidade de sua pátria; não está aí o motivo de sua predileção por essa forma de governo, cujo exemplo os ingleses nos oferecem; mas cada um deles encontrou aí, no seu conjunto ou nas suas partes, com o que satisfazer sua paixão dominante” (p. 10).

Após essa acusação, o autor, nos capítulos seguintes, examina o sistema dos monarquistas: 1º relativamente ao rei e à monarquia (p. 12), 2º relativamente ao povo (p. 20), 3º relativamente à nobreza (p. 26), 4º relativamente à religião e a seus ministros (p. 34). Depois, acrescenta (p. 46): “Eles disseram que o rei, convencido da pureza de suas intenções, aprovava seus planos, e é com as aparências de uma missão da parte dele que procuram enganar a boa fé dos ingênuos”. “O que peço é a constituição francesa na sua pureza primitiva. Eles dizem que querer restabelecer a constituição francesa é uma quimera: que tudo está destruído, desorganizado, e que o único partido que resta para adotar em tais circunstâncias é o de pensar somente em colocar o rei sobre o trono, dando-lhe por conselhos e por fiscais duas Casas, tais quais eles propõem” (p. 52). “Mas, enfim, pergunta o autor, que títulos têm eles para se fazerem assim de mediadores entre a nação ultrajante e a nação ultrajada? Qual é a missão deles? A respeito do que pretendem eles que transijamos?”

O autor termina dizendo que “a busca dessa quimera impediria definitivamente o restabelecimento do trono”.

A história pouco serve de lição, mesmo para as pessoas mais interessadas em ouvi-la.

“Se eu tivesse admitido todas as concessões que me eram solicitadas, aceitado todas as condições que me queriam impor, diz o conde de Chambord ao marquês de Dreux-Brézé, eu teria talvez reconquistado minha coroa, mas eu não teria ficado seis meses sobre meu trono. Antes do fim desse curto espaço de tempo, eu teria sido de novo relegado ao meu exílio pela Revolução, da qual eu me tornara, desde meu reingresso na França, o prisioneiro.”⁷

De sua parte, a Alemanha não dissimulou sua viva oposição à realza tradicional.

O barão de Plancy, antigo deputado de Aube, antigo escudeiro do príncipe Jerônimo-Napoleão, conta em seus *Souvenirs* esta conversa:

“Republicano certamente o príncipe Napoleão o era, e, como, após um jantar no castelo de Monza (residência de seu cunhado, o rei Humberto), ele o manifestasse energeticamente ao príncipe imperial da Alemanha, mais tarde Frederico III, este, tendo-lhe pedido permissão para falar livremente, disse-lhe estas palavras, “que convindo todos a meditar”:

“Senhor, na França, a *República*, na minha opinião, não tem razão de ser, e se vós a tendes, foi porque *nós vô-la demos...*”⁸ para vossa infelicidade!”

“Obtive do próprio príncipe essa declaração de imperial franqueza”.

Sabemos que em 1872 as sociedades secretas se puseram de acordo em toda a Europa para impedir o acesso de Henrique V ao trono. Quinze dias após sua morte, em 9 de setembro de 1883, numerosos franco-maçons reuniram-se na loja dos Hospitaleiros de Saint-Ouen, e o I.: Cuénot bebeu à saúde da morte de Henrique V”.

⁷ Donoso Cortés: “Essa escola (a escola liberal) só domina quando a sociedade se dissolve; o momento de seu reino é o momento transitório e fugitivo em que o mundo não sabe se escolherá Barrabás ou Jesus, e permanece em suspenso entre uma afirmação dogmática e uma negação suprema. Então, a sociedade se deixa de bom grado governar por uma escola que não ousa jamais dizer: Eu afirmo, que também não ousa mais dizer: Eu nego; mas que responde sempre: Eu distingo. Todos os meios-termos serão triturados pela Revolução ou rejeitados com desdém pela reconstrução”.

⁸ As cartas de Bismarck, publicadas por seu filho, mostram, com efeito, que a república nos foi imposta pela Prússia.

Quando o príncipe de Hohenlohe publicou suas *Mémoires*, encontraram-se no diário da missão do príncipe em Paris, de 1847 a 1885, provas novas do apoio que Bismarck emprestou ao estabelecimento da república. As instruções que Bismarck tinha dado ao príncipe ao encarregá-lo da embaixada da Alemanha em Paris foram: o interesse do império quer que a França permaneça no estado de divisão e de fraqueza que garanta a república. Ele quer mesmo que essa república seja “a mais vermelha possível” e que os anticlericais tornem-se os seus senhores.

Na edição de março de 1906 do *Correspondant*, monsenhor Vallet, antigo capelão do Liceu Henrique IV, ofereceu um relato da conversa que teve com Bismarck em 1879, durante sua estada em Gastein. Bismarck pensava então em fazer cessar o Kulturkampf e em entrar em acordo com Roma. Falando do estado da Europa, das vontades da Alemanha e dos meios da França, ele disse, com aquela grosseria que lhe era própria, a seu interlocutor, que acabava de mencionar a palavra “república”:

“Para fazer alguma coisa, a França tem necessidade de um governo estável; ela tem necessidade de uma monarquia. Eu, se fosse francês, seria carlista.

— Carlista? A favor do conde de Chambord?

— Sim, sim, é o que eu quero dizer: legitimista”.

O interesse prussiano pedia que a França fosse uma república. Bismarck dissera-o em termos próprios a d’Arnim: “Nós certamente não temos o dever de tornar a França mais forte, consolidando sua situação interior e estabelecendo uma monarquia em regra”. Essas palavras a d’Arnim são o complemento daquelas a monsenhor Vallet. É difícil ser mais coerente consigo mesmo do que foi Bismarck sobre essa questão.

Havia um outro interesse que se opunha à restauração do poder legítimo. Ele mandara escrever a d’Arnim através do ministro da Baviera: “Em nenhum caso podemos marchar com os legitimistas, visto que eles sempre serão sempre fiéis à causa do Papa”.

Numa conversa com o príncipe Orloff, embaixador da Rússia em Paris, ele também disse: “A França pode refazer seu exército, se quiser, mas há uma coisa que nós não permitiríamos, é que a França se tornasse clerical”.

Esse brinde foi coberto de aplausos e de risadas. Logo após, o mesmo Cuénot bebeu à saúde de Bismarck.

No dia 28 de outubro de 1873, monsenhor Dupanloup escrevera a um ministro protestante, Pressensé: “Minha convicção profunda é de que os males da França, se o que se está preparando fracassar,⁸ espantarão o mundo; iremos de calamidade em calamidade até ao fundo do abismo. A maldição do futuro e da história recairá sobre aqueles que, podendo assentar o país sobre bases seculares na estabilidade, na liberdade e na honra, tiverem impedido essa obra e precipitado essa infeliz França, no momento em que ela tentava um último esforço para salvá-la, no declive fatal em que ela é arrastada, há bem mais de um século, de catástrofe em catástrofe. Que tristeza e que remorsos para certos homens, forçados então a se dizerem: “Houve um dia, uma hora, em que se teria podido salvar a França, em que nosso concurso teria decidido tudo, e nós não quisemos!”⁹

Bem vemos que personagens monsenhor Dupanloup tinha em vista em suas reprimendas, sobre quem ele queria fazer cair a pesada responsabilidade de ter recusado seu concurso para a salvação da França, e de haver assim merecido as maldições do futuro; mas duvidamos que a história se associe ao pensamento que inspirou essas palavras e se mostre de acordo com o prelado acerca das pessoas às quais ela atribuirá essa responsabilidade. Como quer que seja, a profecia devia se realizar: fomos precipitados, desde aquele momento, no declive fatal; e agora rolamos para o abismo.

A Assembléia Nacional fez excelentes leis e permitiu a fundação de excelentes instituições, mas logo os republicanos aboliram essas leis, destruíram essas instituições, forjaram leis e estabeleceram instituições em sentido contrário.

A Assembléia atribuía, com razão, no seu modo de ver, a primeira importância às questões religiosas e morais, depois às questões sociais. Ela se enganava no colocar em último lugar, na ordem de sucessão, a questão política. No trabalho da lavoura, o arado é muito mais importante do que os bois que o puxam; no entanto, o arado não está colocado à frente dos bois. Era preciso, primeiramente, restaurar o poder, e isto não competia à Assembléia fazer, posto que ela não podia assegurar nem a defesa, nem a duração desse poder. Seu único dever era reconstituir a autoridade, deixar seu augusto representante vir retomar seu lugar à nossa testa.

Ela não fez isso, porque muitos de seus membros estavam mais ou menos atingidos pelo *modernismo*, isto é, estavam imbuídos das idéias modernas.

“A essência do modernismo, diz Charles Perin, é a pretensão de eliminar Deus da vida social. O homem, segundo a idéia moderna, sendo ele seu próprio deus e o soberano do mundo, precisa que tudo seja feito por ele na sociedade e unicamente pela autoridade da lei que ele carrega. Este é o modernismo absoluto, opondo contradição radical à ordem social que a Igreja fundara, a essa ordem segundo a qual a vida pública e a vida privada se relacionavam a um mesmo fim, e em que tudo era feito diretamente em razão de Deus, e sob a suprema autoridade do poder instituído por Deus para reger a ordem espiritual.

“Há um modernismo temperado que não faz guerra aberta a Deus, e que, de alguma maneira, se compõe com Ele. Sem negá-Lo, nem combatê-Lo, ele O mede, pondo-O dentro do direito comum, o lugar que Ele pode ocupar entre os homens. Com essa tática, conservando as aparências de um certo respeito, ele coloca Deus sob a dominação e sob a tutela do Estado. Esse modernismo temperado e circunspecto, é o liberalismo de todo grau e de todo matiz”.

Pode-se dizer com igual verdade: é o maçonismo, como veremos mais adiante.

⁸ Uma monarquia parlamentarista caracterizada pela bandeira tricolor.

⁹ Publicado pelo marquês de Dreux-Brézé. *Notes et Souvenirs pour servir à l'histoire du parti royaliste*, 1872-1883, páginas 167-168.

“Segundo as circunstâncias, continua Charles Perin, a revolução se inclina para um ou para outro lado, mas permanece sempre a mesma quanto à sua pretensão fundamental: a secularização da vida social em todos os seus graus e sob todas as suas formas.

“Que estranha ilusão! Que singular contradição, vangloriar-se de restituir à nossa época alguma estabilidade, ao mesmo tempo em que se aceita, em não importa que grau, de uma maneira ou de outra, tão atenuada quanto possa ser, a idéia do modernismo”.¹⁰

No recolhimento de seus últimos anos, Guizot, o homem de 1830, fez, não obstante, esta confissão e endereçou aos do seu partido esta exortação: “Nós nos acreditamos os sábios, os prudentes, os políticos: não somente não reconhecemos os limites do nosso poder, como também os direitos do Poder soberano que governa o mundo e a nós mesmos; não nos demos conta das leis eternas que Deus fez para nós, e pretendemos, formalmente, colocar no lugar delas, e por toda a parte, nossas próprias leis... Apressemos-nos em sair dos trilhos em que o espírito revolucionário nos jogou; eles nos conduziram sempre para os mesmos abismos”. Ele não foi ouvido nem pelas próprias pessoas que se comportavam como ele.

Henrique V tinha mostrado sua firme resolução de reger todas as questões políticas e sociais da época não conforme o modernismo, mas conforme o cristianismo. Ele assim formulara seu pensamento soberano: fazer Deus reentrar como senhor na sociedade, a fim de que ele próprio nela pudesse reinar como rei.¹¹

Essa palavra chocou os católicos liberais; relativamente àqueles que não estavam infectados pelo modernismo, ou o eram apenas em dose fraca, eles não sabiam o que é a Franco-Maçonaria, nem o papel que ela desempenha há dois séculos. Foi a confissão que Marcère lealmente fez. Essa ignorância deixou-os hesitantes, incertos a respeito do que deviam fazer, e, diante dessas hesitações, a Revolução tornou-se mais afoita e acabou por arrebatá-lo o lugar.

Houve, no entanto, alguns homens que tiveram a intuição das medidas que seria necessário adotar contra as sociedades secretas internacionais. Encontramos a prova disso no Relatório da Comissão de Sindicância parlamentar sobre a insurreição de 18 de março.

Eis aqui, com efeito, o que se pode ler em H. Ameline, no fim do tomo III dos depoimentos:¹²

“*O Presidente da Comissão.* — Medidas especiais devem ser adotadas contra as sociedades secretas afiliadas a facções estrangeiras. Diz-se que se prestaria um grande serviço à França destruindo a Internationale; mas qual é o meio de chegar a isso? Não é deportando alguns indivíduos. É preciso que aqueles que fazem parte das sociedades secretas afiliadas a sociedades secretas estrangeiras, deixem de ser cidadãos franceses e, por essa razão, possam, a qualquer momento, ser expulsos do território”.

Por que as medidas propostas pelo presidente da Comissão por ocasião da insurreição de 1871 não foram aplicadas à Franco-Maçonaria?

Não se a conhecia, não se ousava.



¹⁰ *Le Modernisme dans l'Eglise*, segundo cartas inéditas de Lamennais.

¹¹ Aos que o censuravam de ter feito de seu governo um aliado da Igreja, Garcia Moreno respondia com Henrique V: “Este país é incontestavelmente o reino de Deus; ele Lhe pertence com toda a propriedade e Ele nada fez além de confiá-lo à minha solicitude. Devo, pois, empreender todos os esforços possíveis para que Deus reine nesse reino, para que minhas ordens sejam subordinadas às Suas, para que minhas leis façam respeitar as Suas”.

¹² Sindicância sobre a insurreição de 18 de março de 1871, p. 253. (Paris, Dentu, 1872).

CAPÍTULO XXI

SOB A TERCEIRA REPÚBLICA¹

Em outubro de 1872 foi realizado na província de Novare, em Lucano, um conciliábulo dos principais chefes da maçonaria italiana. Nessa convenção, Félix Pyat representava a França, e o general Etzel representava a Prússia. Decidiu-se aí a ditadura do franco-maçom Gambetta.

A realização desse projeto parecia muito inverossímil e impossível. Gambetta voltava de Saint-Sébastien, colocado entre as ruínas da guerra e as ruínas da Comuna; tinha também contra si as DESORDENS FINANCEIRAS de sua primeira ditadura e os TRÁFICOS que o tinham marcado: esses obstáculos pareciam intransponíveis.

A Franco-Maçonaria soube aplacá-los. As comissões de sindicância da Assembléia emudeceram, os ministros se abstiveram, se bem que a maioria deles não fosse de franco-maçons: o que mostra até onde ela, por suas influências secretas, pode estender sua ação.

Na digressão oratória que fez após a Assembléia haver declarado terminada a missão dela, Gambetta expôs o programa que a maçonaria, sempre audaciosa, e por isso sempre vitoriosa,² propunha ao país: “É preciso que a nova assembléia se levante e diga: Eis me aqui! Sou sempre a França do livre exame e do livre pensamento”.

Após 24 de maio de 1873, o governo de Mac-Mahon continuou a tratar o Grande-Oriente de igual para igual. Léon Renault, chefe de polícia, abria, sem conhecimento do Ministro do Interior, negociações com a Franco-Maçonaria como com uma potência estrangeira.

As eleições de 20 de fevereiro de 1876 substituíram a República conservadora, que a Assembléia Nacional se gabava de ter constituído, pela República revolucionária e anticristã.

Mac-Mahon dissolveu essa Câmara em 16 de maio de 1877.

Na véspera das eleições que deviam substituí-la, os chefes do governo conservador endereçaram à França um supremo exorcismo:

“Se nomeardes esses homens — os 363 oportunistas e radicais — se eles retornarem aos negócios, eis o que farão:

“Desordenarão todas as leis. — Desorganizarão a magistratura. — Desorganizarão as forças armadas. — Desorganizarão todos os serviços públicos. — Perseguirão o clero. — Restabelecerão a lei dos suspeitos. — Destruirão a liberdade de ensino. — Fecharão as escolas livres e restabelecerão o monopólio. — Favorecerão atentados contra a propriedade privada e contra a liberdade individual. — Revigorarão as leis de violência e de opressão de 1792. — Expatriarão as Ordens religiosas e chamarão os homens da Comuna. — Arruinarão a França por dentro e a humilharão no exterior”.

Todas essas ameaças diziam, com efeito, o que devia acontecer, o que nós vimos e o que nos vemos; mas não é com exprobações que se faz parar um povo sobre o declive do mal.

“Os principais meios de influência e de corrupção de Gambetta em toda a França, para fazer triunfar os seus no escrutínio, disse o *Citoyen*, jornal socialista, foram

¹ 1870-1940.

² “Ousai, esta palavra encerra toda a política de nossa revolução”. Saint Just, *Rapport fait à la Convention au nom des comités de salut public et de la sûreté générale*, 8 do ventoso, ano II.

baseados na ação da Franco-Maçonaria,³ e em Paris especialmente sob a administração da Assistência Pública.

“Um mês antes da data do decreto de convocação dos eleitores, todas as lojas maçônicas da França foram chamadas a deliberar sobre a questão eleitoral.

“Aqueles que testemunharam um afastamento relativamente à política gambetista não foram mais convocadas; mas aquelas cuja adesão foi certificada, tornaram-se, durante todo o período das eleições, e ainda permanecem como centros permanentes de ação política em favor do oportunismo.

“Quanto à Assistência Pública, *sabemos que somas consideráveis foram distribuídas, sob a forma de socorros, para fazer propaganda eleitoral* em todos os bairros de Paris em que o gambetismo era mais particularmente atacado.⁴

Foi sobretudo em Belleville que essas distribuições insólitas foram percebidas, depois de dois meses”.

A Franco-Maçonaria cosmopolita fizera as chancelarias estrangeiras compreender que o futuro estava em Gambetta e que elas deviam começar a contar com ele. Poucos meses antes de 16 de março, ele tinha sido recebido duas vezes por Victor Emanuel e as relações do rei com Gambetta foram desde então postas em evidência.

As eleições foram realizadas, elas foram contra “o governo dos curas”. Mac-Mahon se submete, depois se demite. Então é fundada a União Republicana que vai da centro-esquerda à extrema-esquerda e declara ter um inimigo a combater: “o clericalismo”. O clericalismo é o catolicismo; proclama-se-o em alta voz, e a União se impõe o dever de exterminá-lo “lenta e seguramente”.⁵

³ Eis aqui um traço muito curioso e bem característico:

Quando Gambetta era presidente da Câmara, ofereceu um dia um grande jantar oficial para o qual convidou toda a administração da Assembléia, e a ordem de precedência fez sentar à sua direita o mais antigo dos vice-presidentes, o honorável conde Durfort de Sivrac, um dos chefes da direita católica e monárquica.

No curso da refeição, o deputado de Anjou notou o copo singular e mesmo extraordinário de que se servia seu anfitrião; e com a familiaridade cortês que o caráter do presidente permitia, deu-lhe a conhecer sua admiração, perguntando-lhe se aquele copo estranho estava ligado a alguma lembrança particular.

— Com efeito, respondeu-lhe simplesmente Gambetta; é o copo de Lutero, que estava conservado na Alemanha há três séculos e meio como uma relíquia, e que as sociedades maçônicas de além Reno me concederam a honra insigne de me oferecer em testemunho de simpatia.

Chateaubriand, nas suas *Mémoires*, também fala do copo de Lutero, que ele tinha visto em Berlim, cercado de veneração, assim como a cadeira de Calvino é guardada piedosamente em Genebra.

Que serviços excepcionais não deve ele ter prestado à seita internacional, para que os alemães tenham se desfeito de um objeto tão precioso a seus olhos, e para que com ele tenham homenageado o próprio homem que passava a idéia de personificar na França o desejo da guerra de morte e da vingança implacável contra a Alemanha.

⁴ Desnecessário lembrar que em toda a França as comissões dos hospitais e das casas de beneficência foram renovadas de alto a baixo.

⁵ Foi em 26 de março de 1876 que Spuller, entregando um relatório favorável à “reforma” governamental, disse: “Nós votaremos essa reforma porque ela é conforme à política que queremos seguir, porque queremos ir *lenta mas seguramente*”. No dia 18 de setembro de 1878 Gambetta viajou para Romans, e aí — nessa cidadezinha que tivera uma abadia como berço — diante de cinco a seis mil pessoas reunidas num hangar de madeira, construído para a oportunidade, exprimiu-se nestes termos:

“A questão clerical, quer dizer, a questão das relações entre a Igreja e o Estado, comanda, mantém em suspenso todas as outras questões. É aí que se refugia e se fortifica o espírito do passado. Denuncio esse perigo cada vez maior, a que fica submetida a sociedade moderna por causa do espírito ultramontano, ao espírito do Vaticano, ao espírito do *Syllabus*, que não passa da exploração da ignorância com vistas à sujeição geral”.

Essas palavras foram aplaudidas com furor.

Desejoso de não melindrar os israelitas e os protestantes, Gambetta retomou:

“Falei das relações entre a Igreja e o Estado. Sei que para ser correto deveria dizer: *das igrejas*, mas, do ponto de vista governamental e nacional, *existe apenas o ultramontanismo*, que se obstina em causar prejuízo ao Estado. Quando examino as usurpações incessantes a que se dedica o ultramontanismo, as

Chega o momento de novas eleições; mostrar-se-á o país mais esclarecido, mais providente? A Câmara de 21 de agosto de 1881 é pior que a precedente. Ela faz o “grande ministério”, Gambetta à testa. O Ministro dos Cultos e da Instrução Pública, Paul Bert, proclama a necessidade de destruir “a filoxera⁶ negra”. Essa Câmara promulga a lei da escola neutra, a lei do divórcio, a lei dos enterros civis. As eleições de outubro de 1885 são melhores. O país parece reconsiderar sua posição e fazer um esforço para sacudir o jugo maçônico. Mas a seita é por demais poderosa, por demais bem organizada, por demais bem governada, para se deixar pôr para fora através de um escrutínio. A União Republicana conta com 380 membros na nova Câmara e a oposição 204. É muito. A maioria abusa sem pudor de sua força para invalidar em massa os adversários, intimidar os eleitores, ostentando o mal com toda a liberdade de antes. Como represália, quatrocentos a quinhentos padres são privados de seus emolumentos, se assim se pode dizer; e unilateralmente, sem consulta aos bispos, a maior parte dos vicariatos subvencionados pelo Estado são suprimidos.

A partir de então nada mais segura a seita; ela faz o que quer, na hora e na medida em que ela julga oportuna para chegar com segurança a seus objetivos.

O plano geral da guerra contra a Igreja foi entregue à Câmara em 31 de março de 1883, por Paul Bert. Permanece como o documento capital daquela época. — Separação entre a Igreja e o Estado — Denúncia da Concordata — Secularização dos bens do clero regular e secular. Eis o que devia ser pacientemente perseguido.⁷

invasões que todos os dias ele pratica nos domínios do Estado, tenho o direito de dizer: *o perigo social, ei-lo aí!* O espírito clerical procura infiltrar-se em toda a parte, nas forças armadas, na magistratura, e tem isto de particular, que é sempre quando a fortuna da França baixa que o jesuitismo sobe!

A assistência aplaudiu longamente o orador.

O senador Malens, que presidia a sessão, tinha como principal assessor Emile Loubet, o futuro presidente da República.

Já em 1872, em Saint-Julien, Gambetta tinha exposto o programa do partido dito “republicano”. Esse programa religiosamente seguido se resume em três palavras: Guerra ao catolicismo.

⁶ Inseto que ataca a videira, produzindo hipertrofia das folhas, gavinhas e brotos, prejudicando especialmente as raízes. Alusão aos padres jesuítas. (N. do T.)

⁷ Após ter proposto as medidas a serem adotadas, Paul Bert confirmava desta forma o que já estava feito:

“Primeiro, *todas as instituições monásticas desapareceram*. Não mais se vêem essas ordens numerosas que devoravam sem proveito a substância do povo... e que serviam, nos Estados modernos, apenas para alimentar um espírito estranho e funesto.

“Em segundo lugar, os privilégios que não tinham por finalidade senão impedir o recrutamento do clero contra a intenção das populações, foram suprimidos: os seminaristas servem às forças armadas com os outros estudantes; não foi concedida mais nenhuma dotação especial aos grandes seminários, que deixarão de ocupar prédios pertencentes ao Estado, aos departamentos e às prefeituras.

“Os Bispos, classificados em seu nível de precedência entre os funcionários departamentais, não gozam mais das honras extraordinárias que os decretos lhes conferiam. Vão deixar os palácios, cuja habitação, às vezes principesca, aumentava pelo menos tanto a autoridade moral deles quanto os recursos materiais.

“Os estabelecimentos eclesiásticos não podem mais possuir imóveis, e suas riquezas mobiliárias devem concorrer para o aumento do crédito público, mediante sua aplicação como rendas do Estado. Os padres, dos quais já tirastes o controle dos cemitérios, perdem o das fábricas, cuja contabilidade bem estabelecida não permite mais abusos, cujos déficits as prefeituras não são mais obrigadas a cobrir.

“O clero, em razão das leis que já votastes, não tem mais nenhuma participação na direção da instrução pública, e a separação entre a Igreja e o Estado está claramente estabelecida.

“O padre, qualquer que seja a posição que ocupe na hierarquia, não pode mais dispor da impunidade quase sempre garantida, até aqui, pelos culpáveis desvios de linguagem. Ele não mais poderá, sem ser justamente punido, sair de seu papel de religioso para se intrometer na administração, na política e nas eleições. Se ele estiver dotado com emolumentos decorrentes da Concordata, ou com uma simples gratificação devida à generosidade do Estado, tais vantagens ser-lhe-ão retiradas quando sua culpabilidade for provada.

Enquanto se aguarda a realização desse desiderato, é preciso servir-se da Concordata como de uma arma para afligir com segurança a Igreja. “A Concordata, dizia Paul Bert ao terminar, dá ao Estado uma arma poderosa, se ele souber se servir dela; e essa arma é a escolha dos bispos e a aquiescência dada à nomeação dos curas”.

Ferry, Waldeck, Combes, Loubet, Briand, Clemenceau não tiveram nenhuma política pessoal. Eles executaram passivamente as ordens da maçonaria para a realização do plano cujas linhas, ditadas por ela, Paul Bert havia traçado. Cada Ministério teve parte a executar nesse plano, e cumpriu sua obrigação com maior ou menor habilidade. Mas ele avançou *em ordem*.

A Câmara de 1889 promulgou a lei sobre as fábricas; a de 1893 a lei do desenvolvimento; a de 1898 prepara a separação entre a Igreja e o Estado na lei sobre as associações; a de 1902 termina a separação; a de 1906 tira desta os efeitos que a seita aguardava.

Em janeiro de 1892, quinze anos após a substituição da república conservadora pela república maçônica, os seis candidatos franceses, aos quais aderiram doze arcebispos, aí compreendidos seus coadjutores, e sessenta e cinco bispos, entre estes incluídos dois bispos titulares, publicaram uma EXPOSIÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO CRIADA PARA A IGREJA, seguida de uma DECLARAÇÃO.

Eles começavam por lembrar as palavras que acabavam de ser ditas do alto da tribuna francesa em nome do governo: “A República está cheia de consideração pela religião. Nenhum governo republicano teve o pensamento de contrariar a religião no que quer que seja ou de restringir o exercício do culto. Nós não queremos, e o partido republicano por inteiro não quer ser representado como tendo, em algum momento, pretendido invadir o terreno religioso e atentado contra a liberdade das consciências”.

A essas palavras cínicas os cardeais vinham opor os fatos. Eles começavam dizendo: “O que infelizmente é verdadeiro, é que depois de doze anos, *o governo da República é coisa diversa de uma personificação do poder público: ele tem sido a personificação de uma doutrina, digamos de um programa, em oposição absoluta à fé católica, e ele aplica essa doutrina, realiza esse programa, de tal maneira que nada há hoje, nem pessoas, nem instituições, nem interesses, que não tenham sido metodicamente agredidos, diminuídos e, tanto quanto possível, destruídos*”.

Nossos leitores sabem qual é essa doutrina, de onde ela vem, a que época ela remonta, quais foram seus inventores; e também não ignoram que ela é a associação tenebrosa que se encarregou de fazer triunfar e estabelecer seu reino sobre a ruína de todas as instituições cristãs, com enorme prejuízo para todos os interesses legítimos.

Entrando nos detalhes, a Exposição examinava a conduta do governo relativamente a Deus e ao culto que Lhe é devido, relativamente ao clero, ao ensino, à família. Treze anos se passaram desde então. Cada um desses anos viu serem promulgadas novas leis e novos decretos que assinalam todos a mesma tendência: a vontade de liquidar o catolicismo na França.

“Ao mesmo tempo, decisões governamentais, sob forma de decretos ou resoluções, terão abrogado uma multidão de medidas tomadas no interesse da Igreja, relativamente às quais nenhuma das prescrições da Concordata obriga o Estado.

“A Igreja, reconduzida assim à *estrita observância da Concordata* que ela assinou, sem que nenhuma aparência de perseguição possa ser invocada justamente por ela, não recebendo do Estado nenhuma concessão própria a aumentar sua riqueza e sua influência política, não terá mais do que a parte muito grande e muito legítima da autoridade que Lhe concede a docilidade dos fiéis.

“É nessa época, é após ter verificado os resultados desta ação legislativa, desconhecida desde 1804, que poderá ser, segundo pensamos, oportuno e necessário examinar se convém pronunciar a separação entre a Igreja e o Estado que retornou à plenitude do seu poder, com a Igreja reduzida às suas próprias forças e no seu estrito direito.

“Tereis cumprido nossa tarefa, se *prepararmos esse futuro*.

Foi o que o Papa Leão XIII observou alguns dias após a Declaração dos cardeais: “Como não seríamos tomados de uma viva dor, no momento presente, considerando a fundo o alcance da vasta conspiração que certos homens formaram para *aniquilar na França o cristianismo*, e a animosidade que colocam para alcançar a realização de seus desígnios, calcando aos pés as mais elementares noções de liberdade e de justiça no que diz respeito ao sentimento da maioria da nação, e de respeito relativamente aos direitos inalienáveis da Igreja Católica?... Pobre França! Só Deus pode medir o abismo dos males em que ela se afundaria, se essa legislação, longe de melhorar, se obstinasse em um tal desvio que acabaria por arrancar do espírito e do coração dos franceses a religião que os tornou tão grandes”.⁸

Seria preciso um volume para lembrar todos os atos legislativos, todos os decretos, todas as medidas adotadas durante o último quarto de século para apagar o catolicismo na França. Porque é a isso que a seita visa: ela sempre considera a França como sendo o ponto de apoio terrestre da Igreja, edificado sobre Pedro por Nosso Senhor Jesus Cristo. Ela quereria fazê-la desaparecer do meio das nações. Nós elaboramos um resumo sumário da perseguição, na *Semaine Religieuse* da diocese de Cambrai, por ocasião da penúltima eleição legislativa. Inútil reproduzi-lo aqui; os fatos ainda estão na memória e sob os olhos de todos.⁹

Mas o que importa verificar, é que todas essas medidas de perseguição foram impostas pela Franco-Maçonaria.

“Pode-se afirmar sem ser temerário — dizia em setembro de 1893 um jornal que tinha a fama de refletir as idéias preponderantes do seio do Grande-Oriente, *Le Matin* — que a maior parte das leis sob cujo jugo estão os franceses, — falamos das grandes leis políticas — foram estudadas pela Franco-Maçonaria antes de aparecerem no *Diário Oficial*”. E acrescentava: “As leis sobre o ensino primário, as leis militares, e entres outras a lei sobre a obrigação do serviço para os seminaristas, voaram da rua Cadet para o Palácio Bourbon; elas para lá voltaram *invioláveis e definitivas*”. E como conclusão, este grito de triunfo: “Somos ainda todo-poderosos, mas sob a condição de sintetizar nossas aspirações em uma fórmula. Durante dez anos, marchamos repetindo: “O clericalismo, eis o inimigo!” Temos escolas leigas por toda a parte, os padres são reduzidos ao silêncio, os seminaristas carregam a pasta escolar. Isto não é um resultado comum numa nação que se intitula de filha primogênita da Igreja”.¹⁰

Encontramos no *Bulletin du Grand-Orient* a prova do que diz o *Matin*.

Em 1891, no dia 18 de setembro, a Convenção votou a seguinte proposição: “A Convenção maçônica convida o Conselho da Ordem a convocar à sede do Grande-Oriente, *todos os membros do Parlamento que pertencem à Ordem*, a fim de lhes comunicar os desejos expressos pela generalidade dos maçons, assim como a orientação política da Federação. Após cada uma dessas reuniões, o Boletim publicará a lista dos que acolherem a convocação do Conselho da Ordem, a dos que se excusarem, a dos que deixarem o convite sem resposta. Essas comunicações oficiais do Grande-Oriente, assim como as trocas de idéias que as seguirão, deverão ser feitas em um de nossos templos, sob a forma maçônica, no grau de aprendiz, o

⁸ Encíclica *Inter sollicitudines*.

⁹ Os que gostariam de ter em mãos o quadro dos atos legislativos de perseguição, promulgados nos últimos vinte e cinco anos, poderiam recorrer a várias brochuras: *La persécution depuis quinze ans*, por um patriota (Maison de la Bonne Presse). *Vingt-cinq ans de gouvernement sans Dieu*, por Paul Gréveau (Paris, comissão antimaçônica). *Les actes du ministère Waldeck-Rousseau* (Paris, Louis Tremaux). *La guerre à la religion. Exposé des projets de loi antireligieux, soumis aux Chambres françaises*, por C. Groussau (Sociedade Geral de Livraria Católica). *La persécution depuis vingt ans*, por Jean Lefaure (Paris, rue Bayart, 5). E sobretudo o livro publicado por Louis Hosotte, *Histoire de la Troisième République*, 1870-1910, in-8° de 835 páginas, Paris, Livraria dos Santos Padres.

¹⁰ Artigo do *Matin* citado em “La Franc-Maçonnerie Démasquée”, setembro de 1893, páginas 322-325.

Conselho da Ordem dirigindo os trabalhos, os convidados mantendo-se nas colunas”¹¹.

Provar-se-ia facilmente que, da mesma forma como todas essas leis de perseguição foram propostas por franco-maçons, por franco-maçons obedientes a uma determinação, às vezes a intimidações pela angústia, que o I.: Brisson foi encarregado de fazer pairar sobre a assembléia, elas foram votadas e enfim agravadas, após a promulgação, por circulares e regulamentos dos senhores ministros franco-maçons.

Na assembléia de 1894 foi adotada a seguinte deliberação, publicada no *Recueil Maçonnique*, página 308:

“Todo profano admitido a receber a luz deverá antes fazer o seguinte compromisso:

“— Prometo, por minha honra, qualquer que seja a posição política ou outra à qual me seja dado um dia chegar, responder a toda convocação que me possa ser dirigida, e a defender, por todos os meios em meu poder, todas as soluções dadas por ela às questões políticas e sociais.

“Tal compromisso, após a concessão da luz, deverá ser consignado em ata, transcrito por inteiro, pelo neófito, com uma caneta destinada a esse fim, e por ele assinada com clareza, após ter sido datada. Esse compromisso escrito será transmitido aos cuidados do V.: da Ass.: ao Conselho da Ordem, que fará a classificação alfabética em seus arquivos”.¹²

Várias vezes os jornais fizeram o levantamento dos ministros que imolaram seu livre arbítrio aos pés do Grande-Oriente. Em todos os Gabinetes, eles sempre formaram, de vinte anos para cá, a grande maioria. Assim, o I.: Colfavra pode dizer com toda a verdade: “Foi de nossas fileiras que saíram os homens mais consideráveis do governo da República e do partido republicano”.¹³

Nada mais verdadeiro do que a palavra de monsenhor Gouthé-Soulard: “Não vivemos em República, mas em Franco-Maçonaria”; ou a de Gadaud, então Ministro dos Trabalhos Públicos: “A Franco-Maçonaria é a República fechada; a República, é a

¹¹ Bulletin du Grand-Orient, 1891, página 668.

¹² Essa proposta foi votada à unanimidade. É impossível negar o alcance desse documento, é “o mandato imperativo em toda a sua extensão”.

Eis um exemplo da maneira pela qual sua aplicação é feita:

No dia seguinte ao das interpelações de Dide e Hubar sobre as relações ente a Igreja e o Estado, todos os deputados franco-maçons foram convocados à rua Cadet. A reunião foi presidida pelo I.: Thulié, presidente do Conselho da Ordem. Vários oradores censuraram vivamente alguns de seus colegas, por não terem votado a favor da proposição da separação entre a Igreja e o Estado.

Esse fato mostra claramente: 1º que o Conselho da Ordem do Grande-Oriente, de acordo com a decisão tomada ou renovada em setembro de 1891, encaminha, com finalidade política, convocações aos deputados franco-maçons, e que estes obedecem a essas convocações; 2º que, consequentemente, existe na França um poder oculto, não designado pela nação, e que um bom número de deputados se considera dependente desse poder oculto.

Essa ingerência da maçonaria nas coisas do Parlamento e seu domínio sobre um grande número de deputados e senadores, é ainda mais afirmada na Assembléia Geral do Grande-Oriente, na Convenção realizada de 12 a 17 de setembro do ano de 1892. O I.: Laffont fez a seguinte proposição:

“Considerando que o dever estrito de todo o maçom é de colocar em conformidade com os princípios maçônicos todos os atos de sua vida privada e pública; que, particularmente, os membros da Franco-Maçonaria que pertencem ao Parlamento e às Assembléias eleitas têm a obrigação de buscar, por seus votos, a realização do programa maçônico republicano, e, em primeiro plano, a supressão do orçamento dos cultos e a separação entre as Igrejas e o Estado;

“A Convenção declara que os maçons que não se conformam a esses princípios faltam a seu dever, e lhes inflige uma censura”.

É exatamente uma intimação precisa, formal. É exatamente a injunção ao dever maçônico em toda a sua força.

¹³ *Congrès International du Centenaire*, Relatório, página 98.

Franco-Maçonaria aberta”; ou aquela de Massé: “O dia em que a República for a maçonaria a descoberto, da mesma forma como desde há muito tempo já a maçonaria não é senão a República escondida...”¹⁴

Um homem que foi um dos principais atores na política daquela época, Marcère, publicou quatro volumes sob este título: A ASSEMBLÉIA NACIONAL DE 1871. No momento em que participava dos acontecimentos que ele narra — como presidente da centro-esquerda, depois como ministro no Gabinete Dufaure, tendo conservado sua Pasta no Gabinete Waddington, que se seguiu à queda do marechal — não suspeitava a existência do poder misterioso que atava as malhas da rede na qual a França está presa hoje. Ele o atesta com uma admirável boa-fé:

“No estado de coisas criado em 1871, não se distinguiam ainda as causas profundas do mal, hoje chegado ao estado agudo, que a França sofria... ninguém, mesmo entre os conservadores mais anti-revolucionários, tinha idéia dos desígnios formados pelos sectários da Revolução. Ninguém podia imaginar que pelo concurso, longamente inconsciente, da esquerda republicana, e pelo trabalho inicialmente secreto, tenebroso das seitas judias e maçônicas, trabalho pouco a pouco declarado, professado, depois tornado oficial, chegar-se-ia a este extraordinário acontecimento: a descristianização da França e o triunfo da maçonaria... Jamais a França teria deixado esse partido se estabelecer se os moderados, hoje excomungados, não tivessem sua garantia perante o país... A Franco-Maçonaria tem por objetivo o aniquilamento do cristianismo e sobretudo da Igreja Católica, ela persegue o desígnio satânico denunciado por J. de Maistre, desde a época da Revolução”.



¹⁴ Convenção Geral. Sessão de 29 de setembro de 1903.

CAPÍTULO XXII

A SEPARAÇÃO ENTRE A IGREJA E O ESTADO

O principal órgão do calvinismo, o *Journal de Genève*, por ocasião da convenção do Grande Oriente da França em 1906, confirmava nestes termos o que foi dito acima sobre a vontade da seita em aniquilar o cristianismo na França: “A Franco-Maçonaria está concentrada neste momento em Paris, onde quatrocentos delegados das diversas lojas do país deliberam. É um acontecimento de grande importância. Não é preciso esconder, com efeito, que a Franco-Maçonaria segura em suas mãos os destinos do país. Se bem que não conte senão com vinte e seis mil aderentes, ela dirige a seu bel-prazer a política francesa. Todas as leis de que o catolicismo se lamenta tão amargamente foram inicialmente elaboradas nas suas convenções. Ela as impôs ao governo e às Câmaras. Ela ditará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes a aplicação. Ninguém duvida disso, e nenhuma pessoa, nem mesmo as mais independentes, ousariam contrariar de frente sua vontade soberana. Aquele que se permitisse apenas desconhecer-la seria logo destruído. Desde que Roma dava ordens aos reis e aos príncipes jamais se viu semelhante poder.

“A vontade da Franco-Maçonaria, ninguém mais o ignora, é destruir o catolicismo na França. Ela não terá interrupção nem descanso enquanto não o tiver posto abaixo. Todos os seus esforços tendem unicamente para essa finalidade”.

A Revolução já se dera por missão realizar esse desígnio.

Ela acreditou alcançá-lo com a constituição civil do clero. Através dela, separava a Igreja da França de Roma e bem sabia que, abandonada a si mesma, a Igreja da França não poderia subsistir muito tempo. O artigo IV do Título I da Constituição rezava: É proibido a toda igreja ou paróquia de França e a todo cidadão francês reconhecer, em qualquer caso e sob qualquer pretexto, a autoridade de um bispo ordinário ou metropolitano, cuja sede estiver estabelecida sob o domínio de uma potência estrangeira, nem a de seus delegados residentes na França ou em outra parte”.

O artigo 19 do Título II dizia: “O novo bispo (eleito por um colégio eleitoral leigo) não poderá dirigir-se ao Papa para obter nenhuma confirmação; mas ele lhe escreverá como ao chefe visível da Igreja universal, em testemunho da unidade de fé e de comunhão que deve manter com ele”.

Era o cisma, não somente organizado, mas ordenado, posto que, de um lado, *era proibido* a toda igreja e a todo cidadão francês reconhecer, *em qualquer caso*, a autoridade de um bispo estrangeiro na França, e, de outro lado, era igualmente *proibido* aos bispos nomeados em virtude da nova constituição, *dirigirem-se* ao Papa para obter alguma confirmação”. Pensavam com razão que, privados da seiva de vida sobrenatural cuja fonte Jesus Cristo colocou no Vaticano, a Igreja da França não tardaria a morrer de inanição.

Sabemos que clero e fiéis, pela efusão de seu sangue, obtiveram que as relações entre a Igreja da França e seu Chefe fossem restabelecidas de conformidade com a instituição de Nosso Senhor Jesus Cristo.

O que fora tentado no fim do primeiro período da ação maçônica foi tentado da mesma forma no fim do segundo período. A lei de separação entre a Igreja e o Estado foi elaborada para retomar a obra da Constituição civil do clero, e, como esta, e com a mesma finalidade, organizar o cisma. A seita experimenta a mesma resistência e terá o mesmo insucesso. Quatro leis foram sucessivamente forjadas para surpreender, por astúcia, o consentimento do clero quanto à entrada numa via obscura que queria

chegar ao cisma, e se anuncia uma quinta, mas o Vigia tem o olho aberto e a tripulação é dócil a suas palavras de ordem.

Assim como o caso Ferrer, a preparação, a confecção e a aplicação da lei de separação põem intensa luz na maneira de agir da Franco-Maçonaria, e dizem como ela sabe impor suas vontades aos poderes públicos. Por essa razão devemos considerar isto agora.

Já em 1868, por conseguinte sob o Império, Jules Simon, ao expor o programa dos “republicanos”, prometia a laceração da Concordata e a separação entre a Igreja e o Estado.

Jules Simon era apenas o porta-voz da seita anticristã. Havia mais de meio século que esse programa era um dos capítulos do plano traçado pela maçonaria para a guerra a fazer à civilização cristã, e se executaria sem interrupção desde então.

Os artigos orgânicos tinham começado a colocar o clero, o culto e mesmo o ensino doutrinário na dependência do Estado.

A indenização concordatária tornou-se um emolumento depois que os ministros protestantes, primeiramente, depois os rabinos judeus, foram inscritos no orçamento ao mesmo título que os padres católicos.

Estes foram, desde então, considerados como funcionários, como tais apresentados ao público e como tais tratados.

As igrejas e as catedrais foram pouco a pouco subordinadas aos departamentos e às prefeituras. Não foi mais possível construí-las, mesmo com oferendas apenas dos fiéis, sem fazer doação delas ao poder civil, sob pena de não poder liberá-las para o culto, a fim de que, assim que viesse a hora da separação, elas pudessem ser arrebatadas aos católicos. Da mesma forma, apesar de uma cláusula expressa da Concordata, não mais foi permitido à Igreja da França adquirir terras e outros imóveis, todos os seus recursos tiveram que ser convertidos em rendas para o Estado, a fim de que este não tivesse que fechar a mão que os retinha, quando viesse a hora da separação.

Podemos, na presença desses desígnios de longo prazo, cuja realização é buscada de uma maneira contínua, negar a existência de um agente que os concebe, que os executa, ou faz executar as diversas partes segundo as facilidades que apresentam os tempos e as circunstâncias? A multidão infinita dos homens que, nos diversos ramos da administração e mesmo nas altas funções do poder prestou concurso a esse misterioso agente não sabia, na sua maioria, para quem trabalhava. O poder oculto que os sugestionava, que os fazia agir, sabia o que queria, e para onde tendia sua perseverante ação.

Em 1871, Pradier, republicano católico, apresentou um projeto de lei de separação. Não queremos dizer que com isso ele se tenha feito servidor direto e consciente da Franco-Maçonaria; estamos convencidos do contrário; mas pela abertura concedida em seu espírito às idéias que a Franco-Maçonaria propaga, ele se achou, como tantos outros, preparado para fazer sua obra, mesmo que a ignorasse ou a detestasse.

No momento em que os republicanos perceberam ter a maioria na Câmara, a questão foi levantada em cada discussão do orçamento dos cultos. Na convenção de 1899, no dia 23 de setembro o I.: Prêt deu a razão dessa tática nestes termos: “Quando tivermos obtido a separação entre a Igreja e o Estado, que pedimos há tanto tempo com todo o nosso empenho — porque bem percebeis que sua obtenção será devida à vossa influência — se se nos perguntar então como fizemos para obtê-la, responderemos: *propondo-a e fazendo-a propor sempre*”.¹

Lembrada assim de ano em ano, a proposição parecia cada vez menos estranha e menos irrealizável.

¹ Relatório, p. 266.

Paul Bert começara essa tática em 1873. “A hora chegará, dizia ele, tenhamos paciência, esperemos que as leis sobre o ensino tenham produzido seu efeito, esperemos que a educação das mulheres seja libertada das crenças religiosas, e nesse ínterim, pressionemos em favor da ruptura com a Igreja através de uma série de medidas que gradualmente A enfraquecerão”.

Dez anos depois ele anunciou que era chegada a hora de começar a levar a Igreja da França à estrita observância da Concordata (lede *Artigos Orgânicos*) e de, por aí, chegar à supressão de todos os privilégios concedidos aos eclesiásticos e à Igreja.²

“Após ter verificado os resultados dessa ação legislativa desconhecida desde 1804, acrescentou Paul Bert, é que poderá ser, segundo pensamos, oportuno e necessário examinar se convém pronunciar a separação entre o Estado, que retornará à plenitude de seu poder, e a Igreja, reduzida às Suas próprias forças e a Seu estrito direito”.

Em 1900, a convenção do Grande-Oriente foi invadida por um conjunto de proposições e de moções que emanaram de diversos congressos e escritórios maçônicos, notadamente do *Congresso das lojas da região parisiense* e das *Lojas do Sudoeste*; das Lojas de Gap; L.: *dos Amigos dos Altos Alpes*; de Boulogne-sur-Mer: *Loja A Amizade*; de Melun: L.: *dos Filhos de Hiram*; de Somières: L.: *da Marcha para a Frente*; de Toulon: L.: *A Reunião*; de Ribérac: L.: *A Colméia dos Patriotas*; de Caen: L.: *Themis*; de Oran: L.: *A União Africana*, etc. Após tomar conhecimento dessas moções, a convenção formulou assim sua resolução:

“Considerando que se a abolição da Concordata, a separação entre a Igreja e o Estado, a supressão do orçamento dos cultos, a retirada da embaixada francesa no Vaticano e a retomada dos bens inalienáveis constam de numerosas e das mais formais reivindicações do partido republicano, convém, no entanto, na expectativa do triunfo dessas reivindicações, buscar *resoluções de espera imediatamente realizáveis*”. Segue uma longa série de promessas que respondem a esse desiderato.³

Em fevereiro de 1904, Keller, na sua *Correspondance Hebdomadaire*, conta que, no curso dessa preparação, Loubet, que ainda não era Presidente da República, caminhando no Senado, na Galeria dos Bustos, disse numa conversa: “Eu também sou partidário da separação, mas só votarei nela depois que tivermos terminado de pôr as rédeas na Igreja e de desarmar os curas”.

Para isso se trabalhou através de leis, de decretos, de medidas diversas, sabiamente espaçadas.

Entretanto, a atenção dos católicos relativamente ao que se fazia tornava-se a cada dia mais inquieta.

O Presidente Carnot, fosse de sua própria iniciativa ou por sugestão maçônica, julgou, com o objetivo de adormecer a opinião pública e a vigilância pontifícia, dever escrever uma carta autógrafa a Leão XIII, prometendo a sincera observância da Concordata e o respeito aos tratados que levavam a assinatura da França.

Era apenas uma tática, um estratagema. Aproveitando a confiança que essas palavras inspiravam, a seita fazia seus últimos preparativos.

Após meio século de estudos e de disposições ela julgou ser enfim chegada a hora de passar à ação. Ela não ousou contudo falar ainda abertamente, apresentar em termos próprios uma lei de confisco e de separação. Waldeck-Rousseau foi encarregado de fazer votar e promulgar uma lei sobre as associações em geral: não seria difícil, depois, declarar que as dioceses e as paróquias constituíam associações

² Emile Ollivier traduziu assim o programa de ação traçado por Paul Bert: “Manter a Igreja atada ao pilar do templo, a fim de que ela não tenha o campo livre, e fustigá-La à vontade, até que, esgotada, aviltada, Ela possa ser morta sem perigo”.

³ Convenção de 1900. Sessão de 8 de setembro. Relatório, p. 313.

religiosas e de fazê-las passar para o regime das outras associações da mesma natureza.

Propunha-se Waldeck-Rousseau verdadeiramente a não aplicar senão com moderação às congregações a lei que ele acabava de obter e de manter-se assim? O fato é que, uma vez votada a lei, ele foi derrubado e substituído por Combes.

Conhecemos com que rigor ele aplicou a lei sobre as associações e as hecatombes que ele produziu e das quais se vangloriou. Mas não julgou suficiente esta arma contra a Igreja. Em 21 de março de 1903, na Câmara, e em 14 de janeiro de 1904, no Senado, ele falou de uma lei expressa sobre a separação. “Sempre fui, disse ele, partidário da separação entre a Igreja e o Estado”. Depois acrescentou: “Mas quando assumi o poder, julguei que a opinião pública não estava ainda suficientemente preparada para essa reforma; julguei necessário induzi-la a isso”.

Pouco tempo depois, ele publicou, sob o título de *Une deuxième campagne: vers la Séparation*, estas linhas: “As congregações foram dissolvidas, suas casas fechadas. No dia seguinte ao dessa operação, a mais profunda paz reinava por toda a parte, mesmo nas localidades que há mais tempo tinham sido abandonadas às intrigas dos conventos. O silêncio caiu, aqui como lá, sobre as congregações tão agitadas na véspera. No momento presente o esquecimento engoliu até mesmo seus nomes.

“Passar-se-á da mesma maneira com as conseqüências sociais da separação entre a Igreja e o Estado”.

Estas palavras mostram que sua opinião estava tomada e que ele acreditava poder ir adiante.

Assim, a convenção de setembro desse mesmo ano iniciou por uma ordem do dia de inteira confiança do I.: Combes, na qual se diz que “os *delegados* das Lojas da França, reunidos em Assembléia Geral na segunda-feira, 12 de setembro de 1904, requerem sejam discutidas simultaneamente na sessão de janeiro a separação entre a Igreja e o Estado e a Caixa de Aposentadoria dos Operários”.

E o I.: Combes responde em 15 de setembro: “Aplicar-me-ei com todas as forças em trabalhar tão prontamente que se poderão fazer as reformas democráticas indicadas na correspondência recebida”.

No entanto, para uma medida tão grave era bom lograr a opinião pública e fazê-la acreditar que os erros estavam do lado do adversário.

Conhecemos os odiosos meios que foram adotados.

Um historiador, que de modo nenhum está disposto a ver a intervenção divina nos acontecimentos humanos, caracterizou assim a missão da França no mundo:

“Com a conversão de Clóvis a nação dos francos e da Gália tornou-se o centro do catolicismo, e, por isso, da civilização”. Como isto se passou? O Papa Estêvão di-lo: pelo papel que a França aceitou desde suas origens, de ser a defensora da Santa Sé. Numa carta escrita a Pepino, ele assim faz falar o apóstolo São Pedro: “Segundo a promessa recebida de Nosso Senhor e Redentor, distingo o povo dos francos dentre todas as nações. Empréstai aos romanos (aos Papas) o apoio de vossas forças, a fim de que eu, Pedro, vos cubra com minha proteção neste e no outro mundo”.

A França era ainda fiel a essa missão no século XIX; ela restabeleceu Pio IX no trono e montava guarda junto dele. A seita anticristã sofria isso com tremor. Ela exigiu de Napoleão que ele retirasse de Roma a bandeira francesa, a fim de que o Piemonte pudesse entrar. A Europa não aquiesceu completamente com esse crime, mantendo seus embaixadores junto ao Papa e conservando assim sua posição entre os soberanos. De sua parte, os Papas Pio IX, Leão XIII e Pio X não cessaram de protestar, e, com isso, de impedir que a prescrição pudesse acontecer. Os Papas mantiveram assim o direito por inteiro.

Os chefes de Estado católicos tornaram lei para eles não visitar, em Roma, o rei da Itália, a fim de não parecerem, aos olhos dos povos, reconhecer a soberania que os príncipes de Savóia se atribuíram ilegítimamente. Os soberanos da Áustria, Espanha, Portugal, Saxe, Baviera, Bélgica, com esse objetivo, proibiram-se mesmo as visitas de

família a Roma sem caráter político, a fim de não se colocarem na obrigação moral de saudar o usurpador. Os imperadores e os reis das nações cismáticas, quando iam a Roma, manifestavam a mesma vontade de salvaguardar, eles também, os direitos da Santa Sé. Devendo ser admitidos a apresentar suas homenagens ao Papa, eles recorreram a esta combinação: fixavam domicílio nas embaixadas deles, que faziam parte do território de suas nações, e daí iam ao Vaticano, freqüentemente em conduções que tinham feito vir diretamente de seus países, fazendo assim ao Papa-Rei uma visita na qual professavam ignorar a presença do usurpador em Roma.

A seita suportava isso impacientemente. Ela resolveu pôr um fim a isso, e de para tanto se servir do Presidente da República francesa. Ela encontrou nisso três vantagens: fazer com que a França acabasse por repudiar seu papel providencial; que o Papado perdesse o último vestígio de sua soberania, e que a República tivesse um pretexto para sua lei de separação. Porque ela pensava com razão que o Papa não deixaria passar uma tal injúria sem protesto, e ela se armaria com esse protesto para motivar uma estrepitosa separação.

O cenário foi armado ponto por ponto. A viagem de Loubet foi anunciada à Câmara, à qual foram solicitados os créditos necessários. Eles foram concedidos. Os aliados deixaram ao conde Boni de Castellane, na Câmara, e a Dominique Delahaye, no Senado, a honra de defenderem o direito pontifício e a honra da França; e, o que é ainda mais deplorável, dois padres deputados, um, Gayraud, se absteve de votar, outro, Lemire, deu a Loubet, por seu voto, os meios de realizar sua perversidade.

No dia 23 de abril de 1904 Loubet deixou Paris para ir a Roma, na qual chegaria no dia seguinte à noite. Ele se comportou como humilde servidor da maçonaria internacional.

O Soberano Pontífice endereçou secretamente ao governo da República um protesto contra a “grave ofensa” feita pelo chefe de Estado aos direitos da Santa Sé. Esse protesto foi comunicado aos outros governos, a fim de que o fato acabado não pudesse fazer lei. Um semi-judeu, o príncipe de Mônaco, liberou o protesto para ser publicado num jornal.

Combes pretendeu que essa publicação era ato da Santa Sé e fez pedir explicações através do embaixador. O Secretário de Estado reclamou que a questão fosse posta por escrito. Em lugar de se render a um desejo tão legítimo e prudente, o embaixador fez saber que ele havia recebido a ordem de sair em férias. Depois Combes exigiu a retirada de duas cartas através das quais os bispos de Laval e de Dijon eram chamados a Roma para se justificarem das acusações assacadas contra eles. A retirada dessas cartas implicava na abdicação de toda a autoridade pontifícia sobre os bispos da França. Com a recusa da Santa Sé, as relações diplomáticas foram definitivamente rompidas.

Estando tudo assim preparado, no primeiro dia de fevereiro de 1905 foi discutida na Câmara uma interpelação de Morlot. Ela foi encerrada por esta ordem do dia: “Verificando a Câmara que a atitude do Vaticano tornou inevitável a separação entre a Igreja e o Estado, e contando com o apoio do governo para encerrar a votação imediatamente após orçamento, passa à ordem do dia”.

Doze anos antes, na convenção de setembro de 1892, o I.: Doumer, presidente, propusera e fizera aceitar uma proposição da L.: A Emancipação, O.: de Paris, assim concebida: “Todo F.: M.: investido de um mandato eletivo tem a obrigação de votar toda proposição que assegure em curto tempo a separação entre as igrejas e o Estado, sob pena de delito maçônico. Um voto contrário emitido por esse I.: importará na sua imediata acusação. Um segundo voto contrário será considerado como delito de primeira classe” (relatório analítico).

Quando o projeto de lei foi apresentado à Câmara, os aliados, retomando o papel de entorpecedores que tantas vezes tinham representado, gritaram todos a uma voz: Isso não acontecerá! E quando isso acontecer não haverá nada do que se lamentar, porque a Igreja da França recobrará, com isso, a plenitude de sua liberdade.

A Câmara começou a discussão no mês de março de 1905.

Uma questão preliminar se impunha: o parlamento tem o direito de votar uma lei que diz respeito a tantos interesses sem consultar o país? Abstiveram-se de discutir essa questão. O marquês de Rosambo emitiu a opinião de que o grupo de oposição católica devia recusar-se a cooperar no que quer que fosse com essa lei e a discutir as condições de nossa espoliação e de nossa servidão. Melhor lhe parecia que deixassem a sala de sessões, notificando à França as razões dessa atitude, e de não retornar senão quando o trabalho das lojas tivesse terminado. A opinião era prudente. Mas nós não mais estamos no tempo das resoluções francas.

Nos primeiros dias de abril, foi votada a inclusão em votação dos artigos por 358 contra 217 votos, e ao mesmo tempo o regime de urgência, que dispensava uma segunda deliberação, garantia inscrita em lei. A loja dissera: Fazei-o rapidamente.

Berthouliet requereu que antes do voto definitivo se aproveitasse a sessão dos conselhos municipais e gerais para se informarem sobre o estado da opinião pública a respeito dessa questão. Essa moção foi repelida.

Entretanto, sobrevém, no curso da discussão, a questão da delação, que afunda Combes. Ele é substituído por Rouvier. Quando Combes introduzira a questão da separação no Conselho de Ministros, Rouvier pronunciara contra esse projeto um discurso veemente, terminado com esta frase: “Se fizerdes a separação, eu vos entrego meu Ministério; podereis tomá-lo”.

A maçonaria ordena, Rouvier obedece. A discussão continuou e, antes de se separar, no fim de abril, a Câmara votou o famoso artigo 4°. O ponto culminante da lei, aquilo que ela queria conseguir acima de tudo, era a instituição das associações de culto segundo os sete artigos do título IV. Os conselhos paroquiais, no momento de se dissolverem, deveriam transmitir a essas associações os bens que gerenciavam. A grande objeção foi que essas associações, tais como a lei as queria, não conheciam a hierarquia católica, nem eram dela conhecidas. O que se pretendia era criar outras tantas igrejinhas cismáticas quantas paróquias havia na França. As intenções, os fins colimados pela seita estavam muito claramente desvendados. Compreende-se que ocorreria uma resistência não menor do que aquela que foi produzida pela constituição civil do clero. Era preciso mascarar essas finalidades sem as abandonar. Julgou-se alcançar esse objetivo através de uma emenda introduzida no artigo 4°, título II.

Eis o artigo. O itálico marca a modificação introduzida no projeto apresentado pelo Governo e pela Comissão:

“No prazo de um ano, a partir da promulgação da presente lei, os bens mobiliários e imobiliários das Mesas, Conselhos paroquiais, Presbitérios, Consistórios e outros estabelecimentos públicos do culto, serão, com todos os impostos e obrigações que os gravam, transferidos aos mesmos títulos pelos representantes legais desses estabelecimentos às associações que, *conformando-se às regras de organização geral do culto cujo exercício elas se propõem garantir*, forem legalmente formadas segundo a prescrição do artigo 17, para o exercício do culto, nas antigas circunscrições dos ditos estabelecimentos”.

Assim emendado, o artigo 4° foi aprovado por 509 votos contra 44. Vemos, por esses números, que esse artigo foi aceito pelo centro e por uma parte da direita. Na imprensa católica foi acolhido com uma significativa satisfação que, entre alguns, chegou quase ao entusiasmo, tanto o espírito de conciliação está inveterado nos espíritos de hoje. Não obstante, fora requerido à Câmara que a hierarquia, quer dizer, os Bispos e o Papa devessem se pronunciar sobre a qualidade das associações que reclamariam os bens das paróquias e das dioceses. Comissão e Governo tinham-se recusado e propuseram esta fórmula ininteligível: “Regras de organização geral do culto”, que não comprometiam nada, cujo sentido poderia ser restrito à vontade. E ademais, quem deveria se pronunciar sobre a conformidade ou a não-conformidade com as regras de organização? Seriam os Bispos? de modo nenhum; mas os tribunais, nos quais têm assento judeus e protestantes, franco-maçons e livres-pensadores, tinham interesse em desorganizar o Estado católico. “Pretendo, escrevia Jaurès no seu jornal, que o artigo 4°, tal como o votamos, seja, perante os tribunais

civis, para os padres republicanos e as associações de culto solidárias com eles, um excelente meio de defesa. Ele protege contra a política arbitrária dos bispos”.

O conjunto da lei foi votado no dia 3 de julho por 341 votos contra 223. É bom assinalar que os 341 deputados da maioria tinham sido eleitos por 2.980.340 dentre 11.219.992 eleitores. Representavam, portanto, a quarta parte da soberania nacional, se deixarmos fora dela as mulheres e os jovens.

Da Câmara o projeto passou ao Senado. “É necessário, exclamou o senador Philippe Berger, que ele seja votado tal como está”. E Clemenceau, após ter mostrado as incoerências que a lei continha: “No entanto, votarei a favor porque estou preso a um torno do qual é impossível me livrar, posto que sou prisioneiro de meu partido”.

A partir de meados de julho a Comissão senatorial adotou, por 11 votos contra 2, o projeto votado pela Câmara, sem trocar um “j”. Qualquer modificação, por leve que fosse, teria prolongado a discussão. Briand, relator da Comissão, não temeu dar, em seu jornal, o *Humanité*, o motivo dessa precipitação: “A Igreja atual é uma cidadela adormecida, suas muralhas estão desguarnecidas de canhões; seus arsenais estão vazios, seus exércitos dispersos, seus chefes entorpecidos. Se soubermos aproveitar-nos disso, cairemos de repente sobre essa cidadela sem defesa e a tomaremos sem combate, assim como os soldados de Maomé tomaram Bizâncio”.

Maxime Lecomte apresentou seu relatório à Comissão senatorial nos últimos dias de outubro. No relatório ele realizava todos os projetos de modificação do texto votados pela Câmara, “porque, dizia, não há um instante a perder”.

O Senado iniciou as deliberações no dia 9 de novembro, segunda-feira. Ele também votou o regime de urgência. E, no entanto, o *Journal des Débats* observava: “A separação é incontestavelmente a reforma mais grave que se votou e discutiu de um século para cá”.

No dia 6 de dezembro o Senado terminava sua obra.

Quinze dias antes, Veber, deputado, presidia em Pantin um banquete em homenagem à separação. Nessa oportunidade, Ferdinand Buisson tomou a palavra: “A separação, disse ele, requer três novos compromissos: 1° o compromisso legal: a legislação deverá, em curto espaço de tempo, corrigir a lei⁴; 2° o compromisso moral: devemos fazer entrar o espírito da lei na família, separá-la, a ela também, da Igreja; 3° o compromisso social: a separação seria inútil se não se tornasse um instrumento de emancipação do dogma, a fim de apressar a conquista da felicidade terrena através da justiça social e da fraternidade humana”.

Em outros termos, a separação entre a Igreja e o Estado é uma grande vitória obtida na luta entre as duas civilizações. Mas para que a vitória seja completa, é preciso que ela seja buscada no terreno político, no terreno familiar e no terreno social. Também o *Action* exclamou: “O voto do parlamento francês marca uma *data historic* da HUMANIDADE. A filha primogênita da Igreja torna-se a mãe gloriosa da Livre Humanidade”.

Jaurès, lançando um olhar sobre o conjunto dos debates que acabavam de acontecer na Câmara e no Senado, sobre questão de tal importância, fazia no seu jornal esta observação, que não nos honra:

“Nossos adversários opuseram doutrina a doutrina, ideal a ideal? Tiveram a coragem de erguer contra o pensamento da Revolução o pensamento inteiro católico, de reclamar para o Deus da revelação cristã o direito não somente de inspirar e de guiar a sociedade espiritual, mas de moldar a sociedade civil? Não, eles se

⁴ Lê-se no relatório oficial da Convenção de 1905: “A Convenção externa o desejo de que a lei imperfeita, mas aperfeiçoável, sobre a separação entre as Igrejas e o Estado, já votada pela Câmara dos Deputados, seja o mais rapidamente possível adotada pelo Senado e promulgada antes das eleições gerais, *mas que ela seja em seguida emendada pelo Parlamento republica num sentido mais nitidamente laico*”. (Relatório, p. 402).

esquivaram, eles se enredaram nos detalhes da organização. Eles não afirmaram com clareza o próprio princípio que é como que a alma da Igreja”.

Pobres de nós! aqueles dentre nossos representantes que tivessem sido do porte — se se encontrasse algum — para desempenhar esse papel, não teriam sido sustentados de fora. A palavra de Jaurès, acima referida, não carecia de fundamento. Nós estávamos na desordem. Que digo? Nossos adversários tinham a vontade do mal, nós perdêramos a vontade do bem. Os únicos que se agitavam eram os conciliadores. Durante toda a discussão da lei, a cada domingo, num certo ateliê do beco Ronsin, Desjardins reunia uma quinzena de pessoas, entre elas Buisson, presidente da Comissão parlamentar, abades, pastores protestantes e os judeus Joseph e Salomon Reinach. Buisson se informava aí sobre os sacrifícios em que a Igreja poderia consentir e sobre as disposições inaceitáveis para Ela. Foi talvez aí que se chegou a um acordo sobre a emenda ao artigo 4°.

Os abades que compareciam não estavam no último lugar na massa dos democratas cristãos, dos sillonistas, dos modernistas que sonham com uma ordem de coisas nova para a Igreja e para o mundo. Essa massa enfraquece a Igreja de França. Assim, após alguns gemidos, ela anunciava o desejo de tirar partido do novo regime: “Há jornais católicos, dizia o abade Lemire ao diretor do *Croix du Cantal*, que dizem que a nova lei é uma lei cismática. Não é nada disso”. Eles falavam como o redator da *Tribune de Genève*, jornal protestante, que dizia: “Os católicos fundarão associações de culto. Eles não antipatizam em viver sob um outro regime que não seja o da Concordata... Eles aí encontrarão vantagens... e inconvenientes. A separação é um expediente político; não é uma questão religiosa. Creio que os católicos tirarão daí uma força maior do ponto de vista da fé”.

Nada de espantar se, nessas condições, o *Bulletin de la Semaine* viesse dar a seguinte palavra de ordem: “Sobretudo convém preparar, sem demora, um modelo *único, uniforme*, dessas associações de culto que devem ser estabelecidas em todo o território e de chegar a um acordo sobre os princípios que devem constituir-las”.

Jornais enviados gratuitamente ao clero foram logo criados para comprometê-lo nesse caminho e começar a aplicação da lei. Soube-se mais tarde que os diretores desses jornais tinham recebido, para criá-los e expandi-los, uma parte dos fundos secretos pelas mãos de Clemenceau.

Por seu turno, os sectários diziam bem alto que eles não permaneceriam aí. “É apenas uma etapa”, dissera Bepmale, deputado de Saint-Gaudens, a lei votada é apenas uma transição. E no congresso radical que se realizou naquela época, Pelletan e todos os oradores tiveram a preocupação de comunicar que “a lei apressadamente concluída era apenas uma lei provisória”.

Sabemos como o Sumo Pontífice reduziu a nada as esperanças de uns e de outros.

No mesmo ato, Pio X entrou os projetos da Franco-Maçonaria internacional. Ela acabava de colocar, através do jogo das associações de culto, o princípio da dissolução da Igreja na França. Ela se prometera realizar, segundo o mesmo modelo, a mesma operação nos outros povos. Assim, quando Clemenceau, após a primeira aplicação da lei da separação, anunciou às Câmaras que se acabava de “desferir o primeiro tiro de canhão” sobre o edifício católico, o Grande-Oriente da Itália endereçou ao Grande-Oriente da França um telegrama de felicitações e o Grande-Oriente da França, em resposta ao Grande-Oriente da Itália, saudou “o dia próximo em que a Roma laica proclamará a queda da Roma papal”.

Correspondências semelhantes foram trocadas entre outras potências maçônicas. Na América meridional, a loja *Estrella de Oriente* comunicou que convidava as trezentas lojas da República Argentina a celebrarem, no mesmo dia, com uma reunião, a grande obra que a maçonaria francesa acabava de realizar.

A separação entre a Igreja e o Estado e a constituição civil do clero são os dois pontos culminantes do trabalho maçônico na França. Eles encerram dois períodos,

períodos de preparação para um novo estado, do qual eles deviam ser o ponto de partida.

Esse estado de coisas não pôde ser concluído, ele foi sufocado nos seus primórdios, na época da Revolução, pela submissão do clero à Sé Apostólica e pela submissão dos fiéis a seus legítimos pastores.

Hoje assistimos ao mesmo desenlace, graças às Encíclicas de Pio X, à união do episcopado, ao desinteresse do clero e ao bom espírito dos fiéis.

Vamos ver agora as intrigas da Franco-Maçonaria, não mais somente no teatro restrito da França, mas sobre o da Europa e mesmo do mundo.



Monsenhor HENRI DELASSUS

Doutor em Teologia

A
C O N J U R A Ç Ã O
A N T I C R I S T Ã

O Templo Maçônico
que quer se erguer sobre as ruínas da
Igreja Católica

As
portas do inferno não prevalecerão
contra Ela.
(Mat., XVI,
18)

TOMO II



Bibliothèque Saint Libère

<http://www.liberius.net>

© Bibliothèque Saint Libère 2009.

A reprodução sem fins lucrativos é permitida.

NIHIL OBSTAT:

Insulis, die 11 Novembris 1910.

H. QUILLIET, s. th. d.

librorum censor

IMPRIMATUR

Cameraci, die 12 Novembris 1910.

A. MASSART, vic. gen.

Domus Pontificiae Antistes.

Traduzido do original francês

"La Conjuración Anticristiana - Le Temple Maçonique
voulant s'élever sur les ruines de l'Église Catholique",

impresso por Société Saint-Augustin

Desclée, De Brouwer et Cie.

LILLE, 41, Rue du Metz

O AGENTE DA CIVILIZAÇÃO MODERNA

II. — CONSTITUIÇÃO E MEIOS DE AÇÃO DA FRANCO-MAÇONARIA

CAPÍTULO XXIII

LOJAS E GRANDE LOJA

O plano de desorganização total da sociedade cristã, que vimos exposto na correspondência dos enciclopedistas e nos papéis dos iluministas, não foi abandonado nem em 1801, nem em 1814, nem em 1870. Nossos leitores puderam convencer-se disso através da rápida exposição que fizemos da ação maçônica durante todo aquele período. A Revolução de 89 não pudera realizá-lo completamente, e o instinto de conservação fizera a sociedade entrar, se não em vias mais direitas, pelos menos naquelas que pareciam dever afastá-la do abismo em que ela estivera prestes a soçobrar.

Barruel, vendo chegar a reação, fizera desde 1798 esta profecia que de Maistre formulava por seu turno com não menor segurança:

"O que os sectários fizeram uma vez, fá-lo-ão ainda, antes de explodirem de novo. *Eles buscarão nas trevas* o grande objetivo de sua conspiração, e novos desastres ensinarão aos povos que a Revolução Francesa não foi senão o início da dissolução universal que a seita planeja".

A dissolução universal através da difusão em todas as partes do mundo do espírito revolucionário que teve na França, faz um século, sua primeira explosão, aparece bem ameaçadora, na hora atual, a todos os sociólogos e a todos os homens de Estado do antigo e do novo mundo.

Novos desastres, mais extensos que os do fim do século XVIII, e mais radicalmente destruidores, anunciam-se nas idéias que têm curso, nos fatos que se produzem: fatos premonitórios, que nos instruem acerca do que essas idéias encerram e nos advertem sobre aquilo a que elas nos convidam.

Hoje, como no século XVIII, elas são elaboradas nas sociedades secretas e introduzidas por elas em todos os países, assim como em todas as classes sociais.

Vimos os sectários, antes de 89, destilando seus venenos nas academias voltairianas, nas lojas maçônicas e nas lojas iluministas, depois inoculando-os no corpo social, que quase pereceu por causa disso.

Vimos, no período que se estende de 1802 até nossos dias, as mesmas idéias reaparecerem e tomarem corpo, ora numa instituição, ora em outra. Hoje, chegamos ao ponto de ouvir proclamar até no Parlamento a certeza de que desta vez arruinar-se-á definitivamente a religião; alhures não se considera a questão sob esse aspecto, mas se diz ser preciso derrubar toda a ordem social, abolir a família e a propriedade, para substituir tudo o que existe desde o início do cristianismo, desde o começo do mundo mesmo, por um estado de coisas que evitam definir.

Os que manifestam esses desígnios são evidentemente os herdeiros dos enciclopedistas e dos iluministas e dos jacobinos, pelo menos quanto às idéias e às intenções. São eles mais do que isso? Existe entre estes e aqueles um liame social que faz disso um mesmo corpo, um mesmo ser, continuando a querer no século XX o que empreendeu no século XVIII?

O mesmo objetivo, igualmente confirmado de uma e de outra parte e desejado de uma maneira contínua, bem parece revelar a presença de um só e mesmo agente.

Para acreditar nessa identidade, dispomos de suspeitas mais do que razoáveis. Possuímos, pelo menos relativamente aos anos decorridos entre a Restauração e a queda do poder temporal dos Papas, documentos semelhantes à correspondência de Voltaire e aos Escritos apreendidos pela Corte da Baviera. Por semelhante sorte, eles caíram nas mãos da Autoridade Pontifícia, e como o governo da Baviera publicara os que ele tinha apreendido, assim os Papas Gregório XVI e Pio IX fizeram publicar, como veremos, aqueles que a Providência colocou em suas mãos.

Relativamente aos tempos que se seguiram à usurpação piemontesa, isto é, àqueles em que nos encontramos, não temos ainda, para convencer-nos da permanência desse organismo, senão a luz dos fatos, mas ela não é muito clara.

Seu principal fator propulsor estava situado, dissemos, no século XVIII, na Baviera e movido pela mão de Weishaupt. Na época da Restauração nós o vemos transportado para a Itália. Hoje, sua ação se faz sentir sobretudo na França, mas podemos crer que a mão que lhe dá o impulso está alhures.

A maçonaria é cosmopolita. Ela arma conspirações e age contra a Igreja em todos os países. Ela jurou aniquilá-la completamente e, conseqüentemente, por toda a parte.

Mas se ela está presente e agindo em todos os pontos do universo, ela não se conduz em toda a parte da mesma maneira. Como Cláudio Jannet observou com muita razão, ela tem seus *centros de direção* e seus *teatros de operação*. Os centros de direção estão dissimulados nos países protestantes. Aí se encontram os mais secretos refúgios da seita, aí se preparam as revoluções que devem explodir em outra parte. Os teatros de operação são ordinariamente os países católicos, particularmente a França, Espanha, Portugal, numa palavra, os países latinos mais impregnados da civilização cristã; é contra eles que a maçonaria internacional sempre tem assestado suas mais formidáveis baterias.¹

Com relação à época de que iremos nos ocupar, é na Itália que ela agita, e seus principais instrumentos são o Carbonarismo e a Grande Loja, à qual foi dada a missão outrora confiada ao Iluminismo.

O Carbonarismo foi uma sociedade mais secreta na associação secreta da maçonaria. “A Franco-maçonaria, diz Copin-Albancelli, é um edifício maquilado que, deliberadamente, deixa ver aos profanos uma fachada estranha e hipócrita, e que abre aos I.: os apartamentos, cujas centenas de portas, mais ou menos dissimuladas na parede, permanecem perpetuamente fechadas”.

De tal sorte que existem duas maçonarias: 1ª. — aquela que nos permitem ver, porque não podem fazer diferentemente, e que se manifesta através de templos próprios, boletins, revistas, até mesmo dos volumes sabiamente preparados, festas e convenções, por uma organização puramente administrativa de lojas, conselhos e obediências.

2ª. — Aquela que é cuidadosamente escondida, não somente aos profanos, mas também à grande maioria dos afiliados. É do caráter particular da Franco-maçonaria não ser uma única associação, mas várias associações, organizadas pela

¹ É do interesse da maçonaria internacional, para o fim a que ela se propõe, manter a ordem exterior nos países protestantes, enquanto revoluciona os países católicos.

Por aí vemos o que é preciso pensar dos textos entusiastas sobre a superioridade das nações *anglo-saxônicas*, do *sistema americano* etc. etc. Numa revista muito difundida, uma pena ingênua escrevia recentemente, a propósito dos franco-maçons perseguidores: *essa filoxera não se pega nas vinhas americanas!* Essas declarações são de natureza a tranquilizar, divertindo-os, os chefes das sociedades secretas.

superposição de grupos, dos quais os superiores constituem verdadeiras sociedades secretas para os inferiores.

O Carbonarismo, um desses grupos superiores às lojas, foi criado para trabalhar pela derrubada de todos os tronos e sobretudo pelo aniquilamento do poder pontifício, arco de abóbada da ordem social. A Grande Loja foi, dentro do Carbonarismo, uma sociedade mais secreta ainda, recebendo instruções mais misteriosas e mais precisas para dirigir os esforços do Carbonarismo e da Maçonaria e fazê-los convergir para o fim que acabamos de assinalar.

Nas sociedades cristãs, tais quais a sabedoria dos séculos e o espírito do Evangelho as constituíra, as relações estabelecidas entre o poder civil e o poder religioso para o bem do povo faziam com que a autoridade temporal representasse para o catolicismo e para a idéia cristã uma primeira muralha. Assim, destruí-la, matando os reis e quebrando seus tronos, foi a primeira obra empreendida pela Franco-maçonaria. Vimos em que dia e através de quais conspiradores foi decretada a morte de Luís XVI. O assassinato do duque d'Enghien e do duque de Berry, que se lhe seguiram, a conspiração permanente das sociedades secretas contra os Bourbons da França, Espanha, Portugal, Nápoles e Parma, em todos os lugares encerrada com a expulsão deles através de ondas de sangue e das mais ignóbeis traições, não podem deixar nenhuma dúvida sobre o sentido da divisa maçônica: *Lilia pedibus destrue*; e, como diz Deschamps, constituirá eterno louvor da mais antiga, da mais gloriosa, da mais paternal das estirpes reais ter sido escolhida como primeiro objetivo na derrubada da religião e da sociedade pelos fanáticos celerados que, sob o nome de maçons, de carbonários, juraram destruí-la.

Derrubar os tronos foi a obra mais particularmente destinada aos carbonários. À Grande Loja foi dada a de fazer desaparecer o poder temporal dos Papas e aquela outra, ainda mais audaciosa e mais inacreditável, de corromper a Igreja Católica nos Seus membros, nos Seus costumes e mesmo nos Seus dogmas.

Quando a queda de Napoleão levou a França à Restauração dos Bourbons, a Franco-maçonaria temeu, apesar das precauções que soubera adotar, um movimento de recuo da obra revolucionária em toda a Europa. Os povos viam a paz suceder às mais terríveis guerras, a prosperidade renascer do seio das ruínas, a felicidade, durante tanto tempo ausente, espalhar-se pouco a pouco. A opinião pública, voltando às idéias monárquicas e religiosas na França, na Itália, na Espanha e na Alemanha, compreendia que todos os males tinham advindo do abandono dos princípios sobre os quais a sociedade tinha até então repousado.

Os chefes supremos da seita disseram para si mesmos que não podiam deixar esse movimento contra-revolucionário de espalhar e se desenvolver. Resolveram não somente estancá-lo, mas retomar a ofensiva. O poder oculto reabriu as lojas que se tinham fechado, enquanto os membros das lojas de retaguarda chegados ao poder derramavam o sangue em ondas e acumulavam ruínas sobre ruínas. Tratou-se de preparar a segunda fase da Revolução, esta em que nos encontramos, e que, esperam, logrará estabelecer definitivamente a nova civilização sobre os destroços de todas as antigas instituições, civis, nacionais, religiosas, na França, na Europa e em toda a face da terra. De fato, vimos, assim sob a realeza legítima como sob a realeza usurpadora, assim sob a Segunda e a Terceira República como também sob o Segundo Império, desenvolver-se um plano de ataque contra a Igreja e contra a sociedade, que se revelava como tendo sido sabiamente estudado e perseverantemente perseguido, sempre triunfando sobre as dificuldades que os acontecimentos imprevistos faziam nascer ou aqueles que, nos seus efeitos, se mostram mais fortes do que todo o poder humano.

Uma tal sabedoria, uma tal perseverança, um tal sucesso bem revelam um organismo igualmente poderoso, sempre dócil nas mãos das mesmas pessoas, os chefes da conjuração anticristã.

Eles organizaram, pois, nos anos que se seguiram, o restabelecimento da ordem das lojas de carbonários.

*Carbonários, Loja*² : esses nomes estranhos foram adotados para melhor esconderem a conspiração; os conspiradores se apresentaram como sócios de um comércio de carvão.³ As lojas eram de três classes ou de três graus: as lojas particulares, as lojas centrais e a Grande Loja. A Grande Loja era composta por quarenta membros. Ela se auto recrutava e exercia sobre todo o Carbonarismo uma autoridade sem limite e sem controle. Quando a criação de uma loja era julgada útil, dois membros da Grande Loja se dirigiam a um carbonário, membro de uma loja particular, que entendiam ser próprio para esse desígnio, e, sem dar-lhe a conhecer que pertenciam a uma sociedade ainda mais secreta, propunham-lhe a organização de uma loja superior àquela de que ele já fazia parte.

Da mesma forma, para formar uma loja particular, dois membros de uma loja central escolhiam um franco-maçom cujo caráter, posição social e grau de iniciação podiam garantir à loja a influência pretendida. Sem dar a conhecer o que eles próprios eram, propunham-lhe simplesmente formar, com ele e alguns outros maçons a serem recrutados, uma associação de ordem superior à Franco-maçonaria. Lojas particulares, em número ilimitado, eram assim ligadas a uma loja central por dois de seus membros, que elas não sabiam estar relacionados a uma associação superior a elas; e as lojas centrais, também em número ilimitado, estavam ligadas da mesma maneira à Grande Loja, que governava o todo sem ser percebida em nenhum lugar.⁴ As sociedades secretas eram assim constituídas em forma de pirâmide humana, cujo centro era ocupado pelos carbonários; a base, pelas lojas; o ápice pela Grande Loja. Todos os pensamentos, todos os movimentos eram determinados por uma sugestão que penetrava na massa, mas que não era claramente consciente senão no ápice, de onde descia para as regiões inferiores. L. Blanc, após ter louvado a admirável elasticidade dessa organização, ensina-nos que foi proibido a todo carbonário pertencente a uma loja introduzir-se em outra loja. “Essa proibição era sancionada com a pena de morte”. Veremos que a Grande Loja, assim como as lojas inferiores, não era dona dela mesma: ela recebia suas diretrizes de um Comitê superior, cuja existência ela conhecia, pois era por ele dirigido, ignorando porém onde ficava sua sede e quem eram seus integrantes.

A lojas centrais, e com muito mais razão as lojas particulares, encontravam-se na mesma situação relativamente à Grande Loja. Elas recebiam instruções, palavras de ordem, sem saber de onde nem de quem vinham.

O Carbonarismo era justamente chamado por L. Blanc “a parte militante da Franco-maçonaria”.⁵ Ele também diz, e podemos estar certos disso, que ela foi, como organização, “algo de poderoso e de maravilhoso”.

Vejamos agora, segundo Alfred Nettement, como o Carbonarismo foi introduzido na França.

Três jovens, Dugled, Beslay e Joubert, que tiveram de se exilar da França após a conspiração de 19 de agosto de 1821, foram admitidos em uma das lojas do Carbonarismo em Nápoles. Lá eles estudaram a prática das revoluções e em particular o mecanismo do Carbonarismo. Quando retornaram à França, organizaram uma reunião de íntimos naquela loja dos *Amigos da Verdade*, de que já falamos. Deram a conhecer então o engenhoso e temido funcionamento dessas lojas, que

² *Carbonarismo* na Itália, *Charbonnerie* na França, *Tugendbund* na Alemanha, *Comuneros* na Espanha.

³ Já Weishaupt dera aos seus o conselho de se dissimularem, adotando as aparências de sociedades de comerciantes.

⁴ Saint-Edme, *Constitution et Organisation des Carbonari*, 2a. edição, p. 197. A “Grande Loja” era a continuação da “Ordem interior” de antes da Revolução.

⁵ *Histoire de Dix Ans*, p. 98, 4a. edição.

trabalham na sombra, sem se conhecerem, para uma obra comum, e que estão relacionadas de uma maneira misteriosa com o poder supremo, do qual vem a diretriz. Após tê-los ouvido, os *Amigos da Verdade* concordaram que cada membro presente estabelecerá uma loja.⁶

Quando essas lojas se tornaram suficientemente numerosas, foi constituído um conselho diretor. Faziam parte dele La Fayette, deputado de Sarthe; seu filho Georges, deputado do Alto Reno; Manuel, deputado da Vandéia; Voyer-d'Argenson, deputado do Alto Reno; de Corcelles, pai, deputado do Reno; Dupont, deputado do Eure; Jacques Koeclin, deputado do Alto Reno; Beauséjour, deputado de Charente-Inférieure de 1819 a 1820. Os membros não-deputados eram o barão de Schoen, Mauguier, Barthe, Mérilhou e o coronel Fabvier. Foi esse conselho diretor, foram esses *puros patriotas* que organizaram as conspirações militares de Belfort, de Saumur e de la Rochelle.⁷ Com efeito, esse conselho deu aos seus afiliados uma organização militar e determinou que cada um deles tivesse um fuzil e cinquenta cartuchos.

O mistério no qual o Carbonarismo se escondia hoje está rompido. Os papéis da Grande Loja, que constituía o seu coroamento, acabaram em poder da Santa Sé no pontificado de Leão XII, o qual mandou depositá-los nos arquivos do Vaticano. Como eles chegaram lá? Teria sido através da conversão de um dos conjurados? por um golpe de sorte da polícia romana? Não se sabe.

Como dali chegaram ao conhecimento do público, pelo menos o bastante para que se saiba qual foi a organização da Grande Loja, a tarefa que lhe foi atribuída e os meios que ela empregou para cumprir sua missão? É o que veremos agora.

Os Papas sempre mantiveram vigilância sobre a Franco-maçonaria. Desde suas primeiras manifestações eles se apressaram em advertir os reis e os povos acerca da sua existência, dos seus projetos, das suas intrigas, e isto através de solenes encíclicas. No final de seu pontificado, o Papa Gregório XV I, assustado com o redobramento da atividade que ele percebia nas sociedades secretas, e vendo o perigo que suas maquinações representavam para a sociedade civil e para a sociedade religiosa, quis, poucos dias antes de sua morte, mostrá-los a toda a Europa. Para tanto, ele lançou os olhos sobre Crétineau-Joly. No dia 20 de março de 1846 ele lhe escreveu, por intermédio do cardeal Lambruschini, para que viesse a Roma, em razão de um projeto de alta importância. O historiador da Companhia de Jesus ia embarcar para Ancona, em viagem ao Oriente. Renunciou à viagem e entregou-se imediatamente ao apelo do Santo Padre. Gregório XVI pediu-lhe que escrevesse a *História das Sociedades Secretas e Suas Conseqüências*. Para esse trabalho encaminhou-lhe, através do cardeal Bernetti, antigo secretário de Estado, os documentos em seu poder, e acreditou-o junto às Cortes de Viena e de Nápoles, para que delas obtivesse outros documentos depositados em seus arquivos secretos.

Crétineau-Joly apresentou-se inicialmente em Nápoles, onde soube, pela boca do rei, da morte do Papa. Pio IX sucedeu a Gregório XVI e confirmou ao historiador a missão que recebera de seu predecessor. Ele partiu para Viena, onde recebeu boa acolhida do príncipe de Metternich. Mas os empregados da chancelaria austríaca, por instinto revolucionário ou por outro motivo, não se prestaram senão a contragosto às suas pesquisas. No entanto, o conde Henri de Bombelles, de origem francesa e preceptor do jovem arquiduque, mais tarde imperador Francisco José, tendo sabido do motivo de sua estada em Viena, ofereceu-lhe seus serviços. Em toda a sua carreira diplomática ele se tinha ocupado com as sociedades secretas, que vira em atividade na Itália, Polônia, Rússia. Revelou ao historiador, com documentos, conspirações de tal natureza que pôde dizer: "Ousai divulgar esses mistérios. Será o maior serviço que

⁶ *Histoire de la Restauration*, t. VII, p. 684.

⁷ Edmond Biré na *Gazette de France* de 1º de abril de 1906.

talvez jamais terá sido prestado à civilização. Mas não ireis até o fim. Se o punhal dos carbonários não vos cortar o caminho, estejais certo de que haverá príncipes interessados em vos condenar ao silêncio”.

O primeiro desses príncipes foi Carlos Alberto, rei da Sardenha, que, por ambição, se entregara, desde a juventude, às sociedades secretas. Crétineau-Joly narra em suas *Mémoires*, publicadas em parte pelo abade Maynard — foi aí que buscamos essas informações — a entrevista tão secreta quanto dramática que teve em Gênova com o rei a instantes pedidos deste. Crétineau não lhe quis prometer o silêncio pedido. Então o rei dirigiu-se ao Papa. Pio IX tinha pressa em conhecer os materiais recolhidos e mandara dizer ao historiador para retornar a Roma o mais cedo possível. Quando recebeu a carta do rei, o Papa ficou abalado. Nesse ínterim, ele disse a Crétineau para ir a Nápoles. Em Nápoles, ele melindrou um carbonário de nome de Cocle, que tinha todo o poder sobre o espírito do rei. Ele entrara nas ordens, fizera-se mesmo religioso, e ganhara a confiança do rei a ponto de ter-se tornado seu confessor. Por instigação deste, Ferdinando também escreveu ao Papa. De uma nota enviada no dia 4 de dezembro de 1857 ao cardeal Antonelli resulta que, no dia 21 de dezembro de 1846, Crétineau foi recebido em audiência por Pio IX. O Papa disse-lhe que sua caridade de pai e seu dever de príncipe se opunham à publicação de uma história que, nas circunstâncias presentes, podia oferecer mais de um perigo. Crétineau se submeteu.

Em 1849, enquanto o Papa estava em Gaete, o cardeal Fornari, núncio em Paris, exortou o historiador a retomar seu trabalho, e mostrou-lhe um despacho do cardeal Antonelli dizendo que o Papa não havia proibido que escrevesse a *História das Sociedades Secretas*, que somente havia julgado inoportuna a publicação em 1846 e 1847; mas que, à vista da mudança das circunstâncias, ele acreditava ser útil agora dar prosseguimento à obra.

Crétineau se pôs de novo ao trabalho. Ainda uma vez ele foi tirado de seu trabalho por uma carta de monsenhor Garibaldi, que lhe dizia não ser possível, após o serviço prestado em 1850 à Santa Sé pelo governo de Luís Bonaparte, dar livre curso a um livro no qual esse discípulo das sociedades secretas seria apresentado como tal.

A obra estava quase terminada, impressa já em parte; o abade Maynard disse ter visto as provas tipográficas. Indignado, Crétineau jogou-a no fogo. A *História das Sociedades Secretas*, que teria projetado luz nas próprias profundezas das revoluções que agitam a Europa, estava destruída.

No entanto, muitos dos documentos que tinham servido para escrevê-la, ou cópias desses documentos, permaneceram em poder do historiador. Alguns ele introduziu na *Histoire du Sonderbund*, e outros no livro intitulado *L'Église Romaine en face de la Révolution*. No primeiro, Crétineau-Joly foi injusto e mesmo cruel em suas expressões a respeito de Pio IX, relativamente à conduta que o Pontífice acreditara dever adotar nesse lamentável caso. A grande alma de Pio IX perdoou-lhe. E quando, em outubro de 1858, o historiador foi a Roma, levando a segunda obra, parte em provas tipográficas, parte manuscrita, teve a felicidade de vê-la lida, aprovada e aplaudida pelo Vaticano. Após a publicação, monsenhor Fioramonti, Secretário das Línguas Latinas, declarou oficialmente que todas as peças nela transcritas eram autênticas e que ele as havia confrontado com os textos. Depois, Pio IX endereçou ao historiador, por ocasião da 2ª. edição do livro, um Breve no qual diz: “Querido Filho, adquiristes direitos particulares ao nosso reconhecimento, quando, há dois anos, formastes o projeto de compor uma obra recentemente terminada e novamente reeditada, para mostrar, através de documentos, esta Igreja romana sempre como alvo da inveja e do ódio dos maus, em meio a revoluções políticas do nosso século, sempre triunfantes” (25 de fevereiro de 1861).

Dúvidas foram lançadas sobre a lealdade histórica de Crétineau-Joly. Não temos que examiná-las aqui. A declaração do Secretário das Línguas Latinas e o Breve de Pio IX, impressos na início da obra, em pleno reinado do santo Pontífice, constituem

para nós garantia da inteira fidelidade dos documentos inseridos no livro *L'Église Romaine en face de la Révolution*.

Não é, pois, sem razão que Claudio Janet disse desse livro, na sua introdução à obra do padre Deschamps, *Les Sociétés Secrètes et la Société*: “Nenhum documento histórico oferece tantas garantias de autenticidade” (p. CVI). Se precisássemos de uma nova prova de sinceridade, encontra-la-íamos no uso que o *Civiltà Cattolica* fez desses documentos, sob a vista do Papa, em 1879. Podemos acrescentar ainda que L. Blanc fez constar de sua *Histoire de Dix Ans*, cartas de um dos membros da Grande Loja, Menotti, endereçadas, em 29 de dezembro de 1830 e 12 de julho de 1831, a um de seus irmãos de conjuração, Misley,⁸ e publicadas por Crétineau-Joly.

Os documentos incluídos por ele em *L'Église Romaine en face de la Révolution*, são as *Instruções Secretas* dadas à Grande Loja, e algumas das cartas que os membros dessa Loja trocaram entre si.⁹ Nada pode melhor desvendar a constituição da Franco-maçonaria, sua maneira de agir, o objetivo que ela busca e os meios que ela emprega para alcançá-lo, tanto hoje em dia quanto em 1820.

Metternich, que na sua correspondência fala repetidas vezes da ação direta exercida pela Grande Loja sobre todos os movimentos revolucionários da época, diz, numa carta endereçada, em 24 de junho de 1832, a Newmann, em Londres, que a Grande Loja é a continuação da associação dos iluministas, “que adotou, sucessivamente, segundo as circunstâncias e as necessidades do tempo, as denominações de Tugendbund, Burschenschaft etc.” Seguramente, ninguém poderia estar melhor informado do que ele.

As sociedades secretas do Iluminismo e da Grande Loja perpetuaram-se até nossos dias, após terem adotado outras formas e outros nomes? Quem poderia dizê-lo, mesmo entre os franco-maçoms, mesmo entre os Grandes Orientes? Mas, como poderemos nos certificar, o que se passa sob nossos olhos é evidentemente a continuação do que foi feito nos dois períodos precedentes.

Antes de entrar no relato das intrigas da Grande Loja, devemos conhecê-la melhor.

A Grande Loja foi composta apenas por quarenta membros, todos escondidos, na correspondência que trocavam entre si, sob pseudônimos. “Por respeito às altas conveniências, diz Crétineau-Joly, não queremos violar esses pseudônimos, hoje protegidos pelo arrependimento ou pelo túmulo. A história será talvez um dia menos indulgente do que a Igreja”.

Dá-se que esses conjurados constituíam, na sua maior parte, a elite do patriciado romano, por nascimento ou por riquezas, e a do Carbonarismo, pelo talento ou pelo ódio anti-religioso. Alguns, como veremos, eram judeus. Era necessário que o judaísmo estivesse representado entre eles. Eckert, Gougenot-Desmousseaux, d'Israeli, estão de acordo em afirmar que os judeus são os verdadeiros inspiradores de tudo o que a Franco-maçonaria concebe e executa, e que eles sempre estão em maioria no Conselho superior das sociedades secretas.

O chefe dos quarenta adotara o nome de Nubius, o homem das trevas e do mistério. Era um grande senhor, que ocupava em Roma uma elevada posição na diplomacia, o que o colocava nas relações dos cardeais e de toda a aristocracia romana.

Quando a criação da Grande Loja foi decidida pelo supremo Conselho, ele já estava designado para assumir a sua direção. Ele não tinha ainda completado trinta

⁸ *Histoire de Dix Ans*, t. II, p. 292 e segtes., 5ª. edição, 1846.

⁹ Encontram-se no Apêndice essas Instruções e aquelas cartas trocadas entre os conspiradores que foram publicadas por Crétineau-Joly. Apresentamos aqui apenas os fragmentos que servem de apoio a nossas assertivas.

anos, e já as lojas da Itália, da França e da Alemanha sabiam-no destinado a grandes coisas. “Ele está aqui, ele está lá, diz Crétineau-Joly, temperando ou reacendendo o zelo, organizando, em cada lugar, uma conspiração permanente contra a Santa Sé, ora sob uma denominação, ora sob outra”. A missão que o Conselho supremo queria confiar à Grande Loja era precisamente preparar o assalto final ao Soberano Pontificado. Nubius dera testemunho de ter compreendido que a Franco-maçonaria não era outra coisa que não a contra-Igreja, a Igreja de Satã, e que, para fazê-la triunfar sobre a Igreja de Deus, era preciso atacá-La na sua cabeça. Foi o que fez com que convergissem sobre ele os olhares, para a realização dos desígnios que projetavam.

Eis o retrato que dele faz Crétineau-Joly:

“Nubius recebeu do Céu todos os dons que criam o prestígio em torno dele. É bonito, rico, eloqüente, pródigo de suas riquezas como de sua vida; tem clientes e aduladores. Está na idade das imprudências e das exaltações, mas impõe à sua razão e ao seu coração um tal papel de hipocrisia e de audácia, e o desempenha com tão profunda habilidade que hoje, quando todas as maquinações que ele comandava escaparam-lhe uma após a outra, permanecemos ainda espantados com a arte infernal desenvolvida por esse homem na sua luta contra a fé do povo. Nubius é pervertido como o inferno. Ele sorri sempre no mundo, a fim de se dar o direito de ser mais sério no seio das associações secretas que funda ou que dirige. Vê-se, pelas cartas que endereçou a membros influentes da associação oculta, que, graças ao seu nome, à sua fortuna, à sua pessoa, à sua extrema prudência em evitar toda questão irritante ou política, ele criou para si em Roma uma posição ao abrigo de toda suspeita.

“De Paris, Buonarotti, Charles Teste, Voyer d’Argenson, Bayard, o general Lafayette, Saint-Simon, Schonen e Merilhou consultam-no como a um oráculo de Delfos. Do seio da Alemanha, de Munique, assim como de Dresde, de Berlim como de Viena ou de Petersburgo, vêem-se os chefes das principais lojas, Tscharnier, Heymann, Jacobi, Chodzko, Lieven, Pestel, Mouravieff, Strauss, Pallavicini, Driesten, Bem, Bathyani, Oppenheim, Klaus e Carolus perguntar-lhe o caminho a seguir em face de tal ou tal fato: e esse jovem, cuja atividade é prodigiosa, tem resposta para tudo, organizando em cada lugar uma conspiração permanente contra a Santa Sé”.

Nubius manteve o timão da loja suprema até cerca de 1844. Nessa época, fizeram-no beber a *Aqua toffana*. Ele ficou doente, de uma doença que os mais célebres médicos não puderam compreender nem sustar. Esse brilhante diplomata, esse conspirador tão hábil sentiu sua inteligência obscurecer-se subitamente e sua vida extinguir-se no idiotismo. Sua agonia durou quatro anos. Ele deixou Roma e foi se esconder em Malta, onde morreu em 1848, no momento em que o trabalho dos intelectuais da seita era julgado tão avançado que a ordem de se colocarem em movimento foi dada à facção encarregada da ação.

Piccolo-Tigre (o pequeno tigre), um dos primeiros lugares-tenentes de Nubius, era judeu. “Sua atividade é infatigável, diz Crétineau; ele não pára de correr o mundo para suscitar inimigos do Calvário. Ele está ora em Paris, ora em Londres, algumas vezes em Viena, freqüentemente em Berlim. Em toda a parte ele deixa vestígios de sua passagem; em toda a parte ele afilia às sociedades secretas, e mesmo à Grande Loja, devotos com os quais a impiedade pode contar. Aos olhos dos governantes e da polícia, é um comerciante de ouro e de prata, um desses banqueiros cosmopolitas que não vivem senão dos negócios e se ocupam exclusivamente com o seu comércio. Visto de perto, estudado à luz de sua correspondência, esse homem é um dos mais hábeis agentes da destruição preparada. É o elo invisível, que reúne na mesma comunidade de tramas todas as corrupções secundárias que trabalham pela queda da Igreja”.

Um terceiro, Gaetano, é um rico lombardo que encontrara meio de servir à seita e de trair a Áustria tornando-se, à força da hipocrisia, o confidente e o secretário íntimo

do príncipe de Metternich. Não ignoramos que os grandes ministros, os reis, os imperadores sempre têm perto deles um delegado da seita, que sabe inspirar-lhes confiança e incliná-los a favorecer, conscientemente ou não, a execução dos desígnios das sociedades secretas. Dessa elevada posição, Gaetano observa o que se passa na Europa; ele está ao par dos segredos de todas as Cortes, e se corresponde, segundo as indicações do momento, com Nubius, Piccolo-Tigre, ou Volpe (a raposa), ou Vindice (o vingador), ou Beppo; numa palavra, com todos os que adotaram como empreitada, como diz Crétineau, o aniquilamento do catolicismo e o triunfo da idéia revolucionária.

Eles são apenas quarenta, mas escolhidos entre os mais inteligentes, os mais astuciosos, os que se encontram em melhor posição para exercer, não somente no mundo maçônico, mas no “mundo profano”, a mais poderosa e a mais larga influência. Examinados e escolhidos sobre o tabuleiro, não lhes é permitido declinar da perigosa missão que lhes é dada. Iniciados, são condenados a se cobrirem de mistério, e é-lhes imposta a mais absoluta abnegação. “O sucesso de nossa obra, diz Nubius na carta na qual anuncia a Volpe que vai tomar em suas mãos o timão da loja suprema, o sucesso de nossa obra depende do mais profundo mistério; e nas lojas nós devemos encontrar o iniciado, como o cristão da *Imitação*, sempre pronto a “querer ser desconhecido e não servir para nada”.

Não eram somente os personagens que compunham a Grande Loja que deviam se cobrir de trevas, mas a própria Grande Loja. Até mesmo sua existência, tudo devia permanecer ignorado das lojas, que no entanto dela recebiam direção e impulso. Nubius, Volpe e os outros eram acreditados pessoalmente junto a elas; elas obedeciam a uma palavra, a um sinal desses privilegiados da seita; mas tudo o que elas sabiam consistia em que era preciso executar as ordens dadas sem conhecer a origem nem a finalidade delas. Essas ordens, pelas quais era governada a Europa subterrânea, eram assim misteriosamente transmitidas, de grau em grau, até à mais distante loja.

Mazzini, alma do Carbonarismo, do qual tinham sido tirados os quarenta, o próprio Mazzini não pôde penetrar esse mistério. “Pelo instinto de sua natureza profundamente viciosa, diz Crétineau-Joly, Mazzini duvidava que existisse, fora dos quadros que formavam as sociedades secretas, uma filiação particular. Ele julgou dever solicitar a honra de entrar nessa vanguarda de eleição. Não se sabe por intermédio de quem nem como ele endereçou o pedido; apenas uma carta de Nubius a um personagem conhecido na Grande Loja sob o nome de Beppo, exprime muito categoricamente a recusa que a Loja formulou:

“Sabeis, ele lhe participa em 7 de abril de 1836, que Mazzini julgou-se digno de cooperar conosco na maior obra de nossos dias. A Loja suprema não decidiu dessa maneira.

“Mazzini tem em demasia o comportamento de um conspirador de melodrama, para que convenha ao papel obscuro que nos resignamos a representar até o triunfo. Mazzini gosta de falar de muitas coisas, sobretudo dele...; que ele fabrique, conforme o seu gosto, *jovens Itálias, jovens Alemanhas, jovens França, jovens Polônias, jovens Suíças*, etc., se isto pode servir de alimento a seu orgulho insaciável, não nos opomos; mas fazei-o compreender, manejando os termos segundo vossas conveniências, que a associação da qual ele fala não existe mais, se é que algum dia existiu; que vós não a conheceis, e que, no entanto, deveis declarar-lhe que, se ela existisse, ele teria tomado certamente o pior caminho para nela entrar. No caso de ser admitida a sua existência, essa Loja está evidentemente acima de todas as outras; é a São João de Latrão: *caput et mater omnium ecclesiarum*. Foram chamadas a ela apenas os únicos considerados dignos de serem aí introduzidos. Até esse dia, Mazzini teria sido excluído; não pensa ele que em se metendo no meio, à força ou por astúcia, de um

segredo que não lhe pertence, ele talvez se exponha a perigos pelos quais ele fez passar mais de um? Arrumai essa última frase à vontade, mas passai-a ao Sumo Sacerdote do punhal; e eu, que conheço sua consumada prudência, aposto que esse pensamento produzirá um certo efeito sobre o rufião”.

Nubius não se enganou ao assim apreciar Mazzini, e não se encontra mais vestígio, nos arquivos da Loja Suprema, de algum comunicado do *pobre José* relativo a essa questão. A ameaça de um golpe de punhal fez voltar, “ao fundo de suas entranhas, o sentimento de seu orgulho”.

Enfim, para cúmulo do mistério, os quarenta da Grande Loja não sabiam, nem eles mesmos, de onde vinham o impulso ao qual obedeciam, as ordens a transmitir ou a executar.

Um deles, Malegari, escreveu ao doutor Breidestem, em 1836: “Nós queremos quebrar toda espécie de jugo, e existe um que não vemos, que apenas sentimos, e que pesa sobre nós. De onde ele vem? onde ele está? Ninguém sabe, ou pelo menos ninguém diz. A associação é secreta, mesmo para nós, os veteranos das associações secretas. Exige-se de nós coisas que, alguma vezes, são de fazer arrepiar os cabelos; e crer-me-íeis que me informam de Roma que dois dos nossos, bem conhecidos por seu ódio ao fanatismo, foram obrigados, *por ordem do chefe supremo*, a se ajoelharem e a comungarem na última Páscoa? Não questiono minha obediência, mas gostaria muito de saber para onde nos conduzem tais fingidas devoções”. Eis aí o verdadeiro *perinde ac cadaver*.¹⁰ E são esses escravos de um mestre que se esconde de todo o olhar, esses homens que sentem sempre a ponta do punhal nas costas, que fazem as leis contra os religiosos, por horror, dizem eles, ao voto de obediência!



¹⁰ *Tal qual cadáver*. Expressão para significar a obediência irrestrita. (N. do T.).

CAPÍTULO XXIV

A OBRA ESPECÍFICA DA GRANDE LOJA

Os Quarenta tinham, pois, recebido as Instruções secretas, que indicavam o que deviam fazer por eles próprios, a direção que deviam dar, com a desejada prudência, às lojas centrais, e, por intermédio delas, às lojas particulares, para obter quanto possível uma ação concertada e vasta, em vista do resultado a ser obtido.

O objetivo traçado para toda a conjuração era o aniquilamento da idéia cristã. Mas aí estava uma obra de grande fôlego. O trabalho ao qual os Quarenta deveriam aplicar-se imediatamente consistia na destruição do poder temporal dos Papas.

As Instruções começavam assim:

“Há um pensamento que sempre preocupou profundamente os homens que aspiram à regeneração universal: é o pensamento de que da LIBERTAÇÃO DA ITÁLIA deve sair, num determinado dia, a libertação do mundo inteiro, a república fraternal (a república dos irmãos maçons) e a harmonia da humanidade (todo o gênero humano sob a lei maçônica), para a regeneração universal”.

Encontramos aqui o pensamento último das sociedades secretas, o fim para o qual são dirigidos todos os seus esforços pelo poder oculto, indivíduo ou comissão, que lhe dá o primeiro impulso: o estabelecimento sobre a ruína de todos os tronos, nestes compreendido o trono pontifício, de uma república universal que operará a libertação do gênero humano relativamente a Deus e à Sua lei, e a regeneração do homem, quer dizer, seu retorno ao estado natural pelo repúdio à toda a ordem sobrenatural. Então, em vez de duas sociedades, cuja coexistência Waldeck-Rousseau deplorou, haverá apenas uma, e sobre toda a terra reinará a harmonia da universal sujeição a Israel.

No pensamento daquele que havia dado aos Quarenta as Instruções secretas, a derrubada do trono pontifício era o primeiro objeto a perseguir e a alcançar. Ele percebia que é o Papado que mantém a humanidade sob o jugo paternal de Deus, e ele pensara que no momento em que a Itália fosse libertada e o poder temporal dos Papas liquidado, o Papado, não tendo mais ponto de apoio na terra, suspenso no ar, por assim dizer, não manteria por mais muito tempo um poder espiritual que, por ser exercido sobre homens, compostos de corpo e alma, tem necessidade de instrumentos materiais e de ministérios humanos.

A libertação da Itália podia ser obtida apenas através de fatos de revolução e de guerra. Esses fatos foram colocados inicialmente por Carlos Alberto, depois, de 1859 a 1870, por Victor Emanuel, com a cumplicidade de Napoleão III. Mas eles não poderiam se produzir senão após terem sido preparados por um movimento das idéias. Este trabalho preparatório é que foi imposto à Grande Loja.

As Instruções recomendavam-lhe, inicialmente, desconsiderar o poder temporal e desconsiderar seus ministros. “Devemos buscar nos nossos entrepostos de popularidade ou de impopularidade, as armas que tornarão inútil o poder nas mãos deles”, entre as mãos dos prelados, agentes do poder pontifício. “Tornai a padralhada impopular por todos os meios possíveis”, dizia um documento emanado da comissão diretora em data de 20 de outubro de 1821. As Instruções não desdenhavam entrar nos detalhes dos meios a adotar para atingir esse fim: “Se um prelado chega de Roma para exercer alguma função pública no fundo das províncias, conhecei logo seu

caráter, seus antecedentes, suas qualidades, sobretudo seus defeitos. É ele, de antemão, um inimigo declarado (da Revolução): um Albani, um Pallota, um Bernetti, um Della Genga, um Rivarola? Cobri-o com todas as armadilhas que possais manter sob seus passos; criai a seu respeito uma dessas reputações que assustam as crianças e as velhas. — Uma palavra que se invente habilmente e que se tenha a arte de espalhar em certas *boas famílias escolhidas*, para que daí desça para os cafés e dos cafés para a rua, uma palavra pode algumas vezes matar um homem. — Pintai-o cruel e sanguinário; contai alguma passagem de crueldade que possa facilmente gravar-se na memória do povo”. (Em outras palavras, deturpai os atos de justiça que o poder está obrigado a adotar para a defesa da sociedade).

A Itália não podia fazer-se por si mesma: ela tinha necessidade do concurso, ou, pelo menos, do assentimento da Europa. Era preciso, pois, por toda a parte preparar os espíritos para a queda do poder temporal. Não bastava desacreditá-lo ali onde ele se exercia; era necessário sublevar contra ele a opinião pública em toda a Europa. As *Instruções* não falham em dizê-lo. Graças às cumplicidades que tinham sido administradas em todos os países, em todas as classes da sociedade e até junto aos tronos, esse cuidado coube à Grande Loja. Ela podia fazer os jornais falarem, ela podia fazer a diplomacia agir. Relativamente aos jornais, as Instruções dão essas recomendações: “Quando os jornais estrangeiros recolherem por nosso intermédio esses relatos, que eles, por sua vez, embelezarão, mostrai, ou melhor, fazei mostrar, através de algum respeitável imbecil, estes papéis em que estão relatados os nomes e os arrolados os excessos desses personagens. Como à França e à Inglaterra, jamais faltarão à Itália essas penas que sabem se amoldar às mentiras úteis à boa causa”. Essas recomendações não caíram no esquecimento, sendo observadas diariamente em todos os países católicos para tornar odiosos o clero e a religião.

Bidegain, no seu Livro *Le Grand Orient de France, ses doctrines et ses actes*, oferece uma prova disso relativamente à nossa França:

“No relatório secreto da Comissão de Propaganda da Convenção de 1899, o I.: Dutilay, relator, escrevia isto: ‘Uma correspondência anticlerical, discreta, endereçada a numerosos jornais, faz penetrar as idéias maçônicas em certas regiões em que as prevenções seculares estavam até agora enraizadas’.

Um outro relator da mesma Comissão justificava assim em 1901 as despesas que ele propunha fossem colocadas sob a rubrica “Publicidade”: “Entre elas, dizia uma há que justifica a existência, o funcionamento de um órgão de propaganda, habilmente concebido, que oferece incontestáveis serviços à toda a imprensa republicana e anticlerical deste país, tanto mais quanto sua verdadeira origem permanece insuspeita no mundo profano”.

“Este órgão, diz Jean Bidegain, é um simples jornal autografado intitulado *La Semaine de France*. Seu autor é Emile Lemaître, membro do Conselho da Ordem, conselheiro municipal de Boulogne-sur-Mer. Ele foi reembolsado de suas despesas pelo próprio secretário-geral, que assina a ordem de pagamento como se ele dispusesse pessoalmente dessas somas. O nome do editor-redator do “órgão de propaganda habilmente concebido” não figura, pois, nos registros de contabilidade.

“*La Semaine de France*, obra de predileção do Grande Oriente, é uma compilação de ignomínias de que se tornam culpados, parece, os padres, monges, seminaristas etc.

“Nele não se trata senão de assassinatos, roubos, atentados ao pudor. Suas informações começam assim: “Faz alguns dias...”, ou “Na última terça-feira...”, ou ainda, “Na sessão de 3 de setembro a Corte Criminal de ... etc.”; e tem-se o cuidado de não precisar os dados de outra maneira. Basta dizer que o “órgão habilmente concebido” reedita histórias muito antigas, cuja repetição na imprensa tem por consequência aumentar ou provocar o ódio contra o padre. Estou bem persuadido de

que os numerosíssimos jornais que recorrem à *La Semaine de France* ficariam muito embaraçados em provar a autenticidade dos fatos tão variados quanto extraordinários, cujos relatos tomam emprestado. O procedimento é inteiramente maçônico, inteiramente judeu, extremamente covarde e pouco perigoso para quem o utiliza” (pp. 192-195).¹

“Esmagai o inimigo, qualquer que seja ele, continuam as Instruções secretas, esmagai aquele que é poderoso (contra nós, seja pelo poder que tem em suas mãos, seja por sua inteligência e pelo uso que dela faz, seja pela força de sua vontade), esmagai-o à força de mentiras e de calúnias; mas, sobretudo, esmagai-o no ovo”.

Sabemos com que ardor e com que perseverança os jornais de todas as nações, sobretudo os jornais franceses e ingleses, obstinaram-se então em desacreditar, de todas as maneiras, o poder pontifical e os outros poderes legítimos na Itália.²

Quando a opinião pública foi julgada suficientemente preparada, puseram em ação os diplomatas.³ Desde os primeiros dias do pontificado de Gregório XVI, a

¹ As mesmas práticas ocorrem na Espanha. *La Semaine Religieuse* de Madri teve conhecimento de um manual distribuído aos franco-maçons da Espanha, e pôs-se a par da situação em novembro de 1885.

No manual estava dito: “A ação da maçonaria deve cingir-se especialmente a desacreditar os padres e a diminuir a influência que eles têm sobre o povo e as famílias. Para isso, empregar os livros e os jornais, estabelecer centro de ação para alimentar a hostilidade contra os padres.

“Recolhei notícias e transmiti-as aos jornais para destruir o respeito que os ignorantes têm relativamente aos padres.

“Concитай as famílias a não lerem jornais católicos e nelas introduzi alguma folha liberal.

“Que não se tenham escrúpulos na escolha dos meios para destruir o respeito à religião e ao padre. Todos os meios são bons, quando se trata de libertar a humanidade das cadeias do padre”.

Nas resoluções do Congresso do Livre Pensamento reunido em Genebra, em setembro de 1902, pôde-se ver como as sociedades secretas produzem os movimentos de opinião:

1°. Indicar aos jornalistas livres-pensadores as campanhas a desencadear na mesma época, na mesma hora, sobre a mesma questão; – 2°. Dar aos deputados a mesma palavra de ordem, a fim de que, em todos os países, ocorram interpelações simultâneas sobre as mesmas questões que serão objeto das campanhas da imprensa; – 3°. Organizar reuniões simultâneas nas principais cidades do mundo inteiro para esclarecer o povo.

Um exemplo recente da maneira pela qual esses três pontos são observados foi-nos dado no caso Ferrer.

² Quando Jaurès veio à tribuna dizer que a França devia dizer adeus à Alsácia e à Lorena, Ed. Drumond publicou um artigo no qual, num contraste comovente, mostrou como é poderosa a ação dos jornais para formar e conduzir a opinião pública, segundo o desejo das sociedades secretas.

“Imaginaí o que devem pensar os que, sem ainda terem atingido hoje a extrema velhice, eram muito jovens há quarenta anos. Todo mundo tinha então uma idéia fixa: libertar a Itália, libertar Veneza de seus ferros, pôr os alemães para fora: *Fuori Tedeschi!*... Foi preciso deixar morrer nossos soldados e gastar nossos milhões para libertar as províncias que a Áustria ocupava.

“Dez anos depois, Strasburgo pertence aos alemães, assim como Veneza, que criamos ter por missão arrancar a seus opressores. Não se viu em nenhum lugar nada que se assemelhe à campanha infatigável, incessante, empreendida outrora na França na imprensa, nos livros, nos salões, para dar a independência à Itália...

“Para chegar a esse resultado, tudo fora feito: a diplomacia com Cavour, a intriga com o conde d’Arèse, a audácia com Garibaldi, o crime com Mazzini... Encheríamos uma biblioteca com tudo o que foi escrito então na França. Os historiadores, os oradores, os poetas, os romancistas misturaram-se a isso...

“Foi a Maçonaria quem mais contribuiu, através das sociedades secretas afiliadas, das *Lojas*, das reuniões dos *Carbonários*, da influência exercida sobre os políticos e os chefes de Estado que pertencem à seita, para libertar a Itália do jugo austríaco... Hoje, a Maçonaria declara à imensa maioria de suas lojas que o roubo de nossas províncias é perfeitamente legítimo e que não é de se desejar que a França retome a Alsácia-Lorena”.

Hoje, como então, ela é ouvida em toda a parte.

³ Eis o projeto que, já em 1813, o Carbonarismo submetia à *aprovação da Inglaterra*:

“1. – A Itália será livre e independente.

Europa começou a pedir à Santa Sé as “reformas” cuja necessidade a Grande Loja fizera proclamar.

Dirigido por Palmerston, um dos grandes chefes da maçonaria, Luís-Filipe arrastou consigo os ministros da Áustria, da Prússia e da Rússia numa campanha diplomática contra a Santa Sé. Reuniu-se uma conferência e redigiu-se um *Memorandum*, espécie de intimação endereçada ao Papado. “Ó, exclamou Gregório XVI, a barca de Pedro sofreu provas mais rudes, certamente nós arrostando a tempestade. O trono do rei Filipe de Orléans desmoronará, mas este não!” Foi o início da campanha que prosseguiu sob Pio IX e que desaguou na secularização dos Estados Pontifícios e na ocupação de Roma.

Na alocução consistorial que pronunciou em 29 de abril de 1848, Pio IX denunciou a pressão exercida pelas potências européias sobre o governo pontifício com o objetivo de fazê-lo, por assim dizer, abdicar.

“Não ignorais, caríssimos irmãos, que já no final do reinado de Pio VII, nosso predecessor, os príncipes soberanos da Europa insinuaram à Sé Apostólica o conselho de adotar, para o governo dos negócios civis, um modo de administração mais fácil e mais conforme aos desejos dos leigos. Mais tarde, em 1831, os conselhos e os desejos desses soberanos foram mais solenemente expressos no célebre *Memorandum* que os imperadores da Áustria e da Rússia, o rei dos franceses, a rainha da Grã-Bretanha e o rei da Prússia julgaram dever enviar a Roma através de seus embaixadores. Nesse documento tratou-se, entre outras coisas, da convocação, em Roma, de uma Assembléia Administrativa formada pelo concurso de todo o Estado pontifício, de uma nova e ampla organização das municipalidades, do estabelecimento de conselhos provinciais, de outras instituições igualmente favoráveis à prosperidade comum, da admissão dos leigos em todas as funções de administração pública e da ordem judiciária. Esses dois últimos pontos eram apresentados como princípios *vitalis* de governo. Outras notas dos mesmos embaixadores mencionavam um perdão mais amplo a conceder a todos ou a quase todos os súditos pontifícios que tinham traído a fé devida a seu soberano”.

Os príncipes estrangeiros, assim intervindo, feriam a soberania na sua essência, que consiste em erguer-se apenas por si mesma, e por isso mesmo tornavam inócua a causa que advogavam.

Pio IX, ao assumir o trono pontifício, entendeu dever levar em consideração os conselhos expostos no *Memorandum* e sabemos o efeito que eles causaram: o de fazer proclamar a república em Roma.

O que não impediu a diplomacia, após a restauração do trono pontifício, de a cada dia tornar mais urgentes suas advertências, poderíamos dizer suas injunções, no sentido de se pôr fim aos abusos. No congresso realizado em Paris após a guerra da Criméia, foram enfim pronunciadas palavras que iriam colocar a França a serviço do Piemonte para “libertar a Itália”.⁴

“2. — Os limites desse império serão os três mares e os Alpes.

“3. — A *Córsega*, a Sardenha, a Sicília, as Sete Ilhas e todas as outras ilhas situadas nas costas do Mediterrâneo formarão uma parte do Império romano.

“4. — *Roma será a capital do Império e a sede dos Césares*” (Saint-Edme, *Constitution et Organisation des Carbonari*, 1821).

⁴ Quando Napoleão III manifestou suas intenções secretas através das palavras endereçadas, em janeiro de 1859, ao embaixador da Áustria, monsenhor Pie, espantado, pediu-lhe audiência. O imperador disse ao bispo: “A França não manteve em Roma um exército de ocupação para consagrar os abusos lá existentes”.

Monsenhor Pie pediu permissão para explicar-se sobre esse assunto com toda a liberdade. É preciso ler, no belo livro de monsenhor Baunard, *Histoire du Cardinal Pie*, as palavras corajosas que ele pronunciou.

“Abusos existem em todo o lugar, e qual governo pode se vangloriar de escapar a isso? Mas ousou afirmar que em nenhum lugar os há menos numerosos do que na cidade e nos Estados governados pelo

Ao mesmo tempo que recomendavam desacreditar a Roma papal, as Instruções diziam que era necessário recordar aos soberanos as lembranças da Roma pagã, cujo retorno era de fazê-los desejar. “Não passará um século, exclamava um agente mais ou menos consciente das sociedades secretas, o abade Gioberti, antes que nossa pátria se torne mais bela do que era no tempo de Cipião”.⁵ “Roma, dirá mais tarde Mazzini, não é uma cidade; Roma representa uma idéia. Roma é o sepulcro de duas grandes religiões que outrora deram vida ao mundo, e Roma é o santuário de uma terceira religião futura, destinada a dar a vida ao mundo do porvir. Roma representa a missão da Itália em meio às nações, o Verbo de nosso povo, o Evangelho eterno da união universal”.⁶

“No fundo do coração do italiano existe sempre (as Instruções secretas retomam a palavra) uma saudade da Roma republicana. Excitai, inflamai essas naturezas tão repletas de incandescência, ofereci-lhes, inicialmente, mas sempre em segredo (as Instruções falam aqui do que há a fazer junto aos jovens nas famílias, nos colégios e nos seminários), ofereci-lhes livros inofensivos, poesias resplandecentes de ênfase nacional; depois, pouco a pouco, conduzireis vossos discípulos ao grau de ardor desejado. Quando, relativamente a todos os pontos do Estado eclesiástico, de uma só vez, esse trabalho de todos os dias tiver disseminado vossas idéias como a luz, então podereis apreciar a prudência dos conselhos cuja iniciativa tomamos”.

Estávamos em 1819. Se as Instruções recomendavam propagar as idéias, não menos recomendavam ainda não passar à ação. “Nada está maduro, dizem elas, nem os homens, nem as coisas, e nada estará ainda durante muito tempo. Mas desses males (do que já acontecera por terem querido cedo demais precipitar o movimento, e da intervenção armada da Áustria, que se percebia então ameaçadora), podereis facilmente puxar uma nova corda a fazer vibrar no coração do clero jovem. Será o ódio ao estrangeiro. Fazei com que o alemão (il Tedesco) seja ridículo e odioso antes mesmo de sua prevista entrada”.

Um documento datado de 20 de outubro de 1821 traçava a estratégia a seguir nos diversos países da Europa para “a luta agora assumida entre o despotismo sacerdotal ou monárquico e o princípio de liberdade”. Ele dizia, especialmente para a Itália: “Na Itália, é preciso tornar impopular o nome do estrangeiro, de sorte que, quando Roma estiver seriamente sitiada pela Revolução, um socorro estrangeiro constitua, antes de tudo, uma afronta, mesmo para os fiéis naturais do país”.

A Grande Loja esforçava-se, sobretudo, como acabamos de ouvir, em ganhar o clero para essas idéias de libertação política; e verdadeiramente elas tinham um aspecto muito sedutor para quem não conhecia os desígnios secretos dos que as propagavam. “Tornai o padre patriota”, escrevia Vindice. Eles tiveram não pequeno êxito, não junto a todos, nem mesmo junto à maioria, mas junto a religiosos e padres seculares influentes, que arrastaram atrás de si muitos ingênuos. O padre Gavazzi, o abade Gioberti, o padre Ventura, o abade Spola, chegaram ao ponto de se fazerem acólitos de Mazzini, quando a Revolução expulsou Pio IX de Roma; e tiveram a audácia de cantar, no Dia da Páscoa, o *Alleluia* das sociedades secretas sobre o túmulo dos Apóstolos.

Não satisfeitos em encontrar auxiliares no clero, os conjurados tinha visado mais alto. Eles esperavam encontrar um Papa que servisse aos seus desígnios. Após a

Papa. – Que fez nossa gloriosa expedição da Criméia? Não é mais à Constantinopla e à Turquia do que a Roma que a França estaria aliada para manter os abusos?”

⁵ *Gesuita moderno*, t. II, p. 600.

⁶ Ver o *Monde* de 31 de dezembro de 1864.

morte de Gregório XVI, julgaram tê-lo encontrado em Pio IX.⁷ Chamado de improviso ao governo da Igreja, Pio IX não estivera em situação de descobrir os escolhos que ameaçavam a barca de Pedro, e ele instintivamente procurava o meio de evitá-los. Inicialmente ele julgou dever conceder à opinião pública e às instâncias dos soberanos a anistia em favor dos carbonários atingidos pela Justiça. Ela fora reclamada com grande alarido no reinado de Gregório XVI. “Nós nos serviremos das lágrimas reais da família e das presumidas dores do exílio, escrevia Nubius a Vindice, desde 1832, para transformar a anistia numa arma popular em nosso favor. Nós a pediremos sempre, felizes por não obtê-la senão o mais tarde possível, mas nós a pediremos em altos brados”.

Que outras palavras poderiam colocar em mais evidência o fundo do coração dos revolucionários! Eles fingem interessar-se pelas misérias e sofrimentos populares; na realidade, eles os fazem nascer, ou os exasperam, para daí tirarem proveito para eles.

Pio IX não estava informado sobre isso. Não sabendo ainda que não se deve entrar em contacto com a Revolução, como diz Crétineau-Joly, senão para abater-lhe a cabeça (o que ele fez mais tarde através do *Syllabus*), julgou poder conceder alguma coisa do que ela pedia através de melhoramentos prudentemente progressivos. “Coragem, Santo Padre!”, gritava-lhe Thiers do alto da tribuna francesa, fazendo eco às ovações dos revolucionários italianos. No entanto, Pedro permaneceu Pedro, recusando o que não podia ser concedido: – *Non posso, non debbo, non voglio*, – e pela graça de Deus e por intermédio do braço da França, saiu da provação como vencedor.

Essa desventura de nenhum modo levou a seita a abandonar seus desígnios. Ela continuou, de um lado, a arruinar o trono pontifício, de outro, a espalhar as idéias que preparavam as revoluções destinadas a derrubar os tronos e a depositar a soberania no povo. Essa segunda obra não era, a nossos olhos, a mais importante.

“Essa vitória (a queda dos tronos, escrevia Tigrotto em 5 de janeiro de 1846, dois anos antes da Revolução de 48, que devia todos abalar), essa vitória, que será tão fácil, não é, no entanto, aquela que provocou até aqui tantos sacrifícios de nossa parte.

“Há uma vitória mais preciosa, mais durável, que nós buscamos há já tanto tempo... *Para matar com segurança o velho mundo* (e sobre suas ruínas estabelecer uma nova civilização), vimos *que era necessário sufocar o germe católico e cristão*”, em outros termos, aniquilar o cristianismo nas almas.



⁷ Adam Mickiewicz deu a esse respeito um curioso testemunho: “Um amigo, Armand Lévy, contou-me a singular impressão que o começo do reinado de Pio IX produziu sobre Lamennais, separado de Roma há doze anos, e que, oito anos mais tarde, deveria morrer fora da Igreja, deixando como testamento político esse prefácio à tradução de Dante, no qual ele insiste sobre a incompatibilidade entre o catolicismo e a liberdade. Num dia do mês de novembro de 1848, diz ele, fogueiro bretão, falando sobre o novo Papa, pôs-se subitamente a caminhar rapidamente no seu pequeno quarto da rua Byron, com o gesto rápido e o olhar em fogo, dizendo o que Pio IX podia fazer, o que ele sem dúvida faria, o que ele próprio certamente faria, se estivesse no seu lugar: “Tomaria a cruz nas mãos e marcharia contra os austríacos...” E esse monólogo, que tinha por testemunha apenas duas pessoas, prosseguiu assim uma meia hora completa, sobre o tema de uma cruzada pela independência da Itália e pela liberdade das nações. Talvez jamais Lamennais tenha sido tão eloquente. Sua alma regozijava-se com esse sonho de libertação universal, operada pela iniciativa papal. O que fora o sonho acariciado de sua juventude ia então se realizar?”

(*Mémorial de la Légion Polonaise de 1848*, criado na Itália por Adam Mickiewicz, publicação feita de acordo com os documentos de seu pai, com prefácio e notas de Ladislav Mickiewicz. Paris, 1877, t. I, p. 30).

CAPÍTULO XXV

PRUDÊNCIA MAÇÔNICA

“O ódio dos conjurados da Grande Loja contra a Igreja, diz Crétineau-Joly, não se dissipa nem em turbulências ímpias, nem em provocações insensatas; eles tiveram a calma do selvagem e a impassibilidade do diplomata inglês”. É exatamente isso. Em relações constantes com os chefes da Franco-maçonaria dos diferentes ritos e com os judeus de todos os países, tendo cúmplices colocados junto aos soberanos ou aos seus ministros, os Quarenta tinham um poder de ação tão extenso quanto seguro de si mesmo. Nem por isso essa ação era menos ponderada.

A mais insistente recomendação feita aos Quarenta era de agirem com prudência e circunspecção.

Um documento expedido pela Comissão Diretora, com data de 20 de outubro de 1821, diz : “Não podemos mais caminhar contra o inimigo com a audácia de nossos chefes de 1793. Estamos impedidos pelas leis e mais ainda pelos costumes; mas, com o tempo, ser-nos-á permitido talvez alcançar o objetivo relativamente ao qual eles falharam. Nossos fundadores puseram muita precipitação em tudo e perderam a partida. Nós a ganharemos se, *contendo as temeridades, chegarmos a fortalecer as fraquezas*”. Essa palavra de ordem, nós a ouvimos repetida publicamente, no dia em que a maçonaria se assenhoreou do poder. E, depois, não a vimos sempre conter as temeridades, e, fortalecendo-se sem cessar, caminhar apara o objetivo, *lentamente, mas seguramente*? As Instruções Secretas diziam, por seu turno: “Para alcançar mais seguramente nosso objetivo, e não preparar para nós mesmos, espontaneamente, reveses que adiam indefinidamente ou comprometem durante séculos o sucesso de uma boa causa, é preciso não dar ouvidos a esses pretensiosos franceses...,¹ a esses nebulosos alemães..., a esses tristes ingleses... Semelhantes comportamentos não afetam o catolicismo; ele conheceu adversários mais implacáveis e mais terríveis, e freqüentemente se permitiu o prazer maligno de jogar água benta sobre o túmulo dos mais raivosos. Deixemos, pois, nossos irmãos desses países se entregarem às intemperanças estéreis de seu zelo anticatólico; permitamos que zombem de nossas madonas e de nossa aparente devoção.² Com esse passaporte podemos conspirar à vontade e chegar pouco a pouco ao fim proposto”. A Grande Loja, nossos leitores não o ignoram, tinha por missão minar o trono pontifício sob os aspectos temporal e espiritual, e empregar, tanto quanto possível, o próprio clero nessa obra de destruição. Para tanto, foi-lhes recomendado usarem muita hipocrisia. Ela jamais faltou.

Piccolo-Tigre mostra que estavam bem imbuídos dessas Instruções: “Sirvamo-nos, dizia, de todos os incidentes, tiremos proveito de todas as eventualidades. Desconfiemos principalmente dos exageros do zelo. Um bom ódio bem frio, bem calculado, bem profundo, vale mais do que todos esses fogos de artifício e essas declamações de tribuna” (dos franceses, alemães e ingleses).

Felice fala no mesmo tom: “A fim de conferir ao nosso plano toda a extensão que ele deve ter, devemos agir silenciosamente, na surdina, ganhar o terreno pouco a pouco e jamais perdê-lo. Cada dia os carbonários profetizam uma convulsão geral. É

¹ Sabemos que a Grande Loja tinha sua sede em Roma e era composta principalmente por italianos.

² Para melhor enganar o mundo eclesiástico de Roma, os Quarenta tinha recebido a ordem de freqüentar os sacramentos e de aparentar piedade. Diziam que essa ordem era de arrepiar-lhes os cabelos.

o que nos porá a perder, pois então os partidos ficarão mais categóricos, e será necessário optar a favor ou contra.³ Desse caos nascerá inevitavelmente uma crise, e dessa crise um adiamento ou infelidades imprevistas”.

São exatamente sempre as mesmas instruções, não é difícil de ver, que até aqui ditaram a conduta prudente da seita.

Nesses últimos tempos, as obras do I.: Bidegain, publicadas ao mesmo tempo em que se produziam o incidente relativo ao I.: Pierné, o caso do I.: Nicol, a demissão do I.: Doumer, emudeceram o Grande Oriente. Ele endereçou aos Ven.: das LL.: dos Departamentos um “fragmento de arquitetura”, prescrevendo-lhes que cada qual sob sua obediência observasse a disciplina e a obediência maçônicas, e ao mesmo tempo a discreção relativamente aos profanos.

Eis um extrato desse texto: “Por que os Antigos conservavam com um cuidado tão ciumento os segredos de seus mistérios? Por que seus preceitos não eram escritos? *Por que a pena capital era reservada aos traidores, aos indiscretos e aos renegados?* Porque eles sabiam, meus II.:, que as obras maiores e mais benfazejas fundam-se no silêncio; porque eles sabiam que tudo o que é misterioso ou obscuro tem mais pretígio aos olhos do povilêu, e que *uma instituição que conhece o mundo e não faz parte dele é uma força irresistível*. Nenhum obstáculo a faz parar. Ao longo do tempo ela cumpre sua obra com uma lentidão sábia, mas com a segurança da gota d’água que fura o granito. *Sejamos discretos à maneira antiga*, meus II.:, e seremos merecedores da maçonaria universal!”

O I.: Maréchaux apresentou ao Conselho da Ordem, na sessão de 20 de março de 1906 (*Compte rendu du 1er. janvier au 31 mai, p. 71*), um interessante relatório sobre a questão da criação de uma gráfica maçônica.

“Essa inovação, o relator não hesita em dizer, apresentaria uma multidão de perigos. Primeiramente, nós imprimimos coisas demais; temos papéis demais em circulação; e o meio mais seguro de diminuir as oportunidades de divulgação desses papéis, é diminuir-lhes o número”. É preciso, pois, antes de mais nada, procurar impressores seguros. “Podemos observar que, se nas grandes gráficas, onde a vigilância é difícil, produzem-se vazamentos, procuraríamos em vão por eles em certas gráficas de província, em que o proprietário e o gerente observam atentamente a composição e a tiragem e fazem retornar a eles todas as folhas, boas ou más, após efetuada a edição”. Ademais, “o que torna perigosa a profusão de nossos impressos é a mania que temos de colecioná-los: os boletins, as convocações, as circulares, e uma multidão de papéis dos quais as lojas estão inundadas, deveriam ser destruídos logo que levados ao conhecimento das Oficinas. Em resumo: nada de gráfica maçônica, menos impressos e menos arquivos inúteis”.

Essa conclusão foi adotada após o I.: Lemaître ter simplesmente proposto “algumas caixas de letras tipográficas e uma boa impressora colocadas no Grande Oriente, e que serviriam para imprimir alguns trabalhos simples ou ainda em casos urgentes. *Para abortar uma conspiração*, por exemplo, seria útil possuir um equipamento desse gênero”.

Assim, pois, esses homens que se dizem encarregados de espalhar a luz não pensam senão em se ocultar. Imprime-se apenas uma parte dos relatórios, que ficam repletos de linhas pontilhadas. São dadas instruções para incineração dos documentos. Isto não basta. Enquanto as ligas ou algumas associações visam apenas a fazer a sua propaganda, o Grande Oriente só procura dissimular o que se diz e faz nas lojas. Ele fabrica mesmo falsos documentos, para melhor confundir público. A revista *Hiram*, no número de abril de 1909 (página 3), fazia esta confissão:

³ Aí está o que muitos católicos ainda não querem compreender. A seita estará perdida somente quando os partidos estiverem nitidamente divididos, somente quando ao partido de Satã se opuser resolutamente o partido de Deus, como o pede com tanta insistência o Soberano Pontífice Pio X.

“O I.: Bernardin, membro do Conselho da Ordem e do Colégio dos Ritos, não nos declarou ter calculado que 206 obras maçônicas davam à maçonaria 39 origens diversas?”

Admitindo-se que uma das obras maçônicas em questão tenha dito a verdade, seguir-se-ia que a maçonaria mentiu em 38 casos dos 39, posto que ela dá 39 versões diferentes do mesmo fato; é o I.: Bernardin, ele próprio, quem verifica isso...

“Em todo o universo, diz monsenhor Ketteler, bispo de Mayence,⁴ somente a maçonaria reivindica, de fato como de direito, uma posição excepcional, verdadeiramente notável. Somente ela quer fugir aos debates da imprensa periódica, e, afora algumas exceções, consegue isso. Enquanto a imprensa examina e aprecia tudo o que interessa à humanidade; enquanto o cristianismo, com todas as suas doutrinas e todas as suas obras; o Estado, com todos os seus direitos e suas constituições, são discutidos e apreciados sem cessar; enquanto a curiosidade pública penetra até nos últimos recantos da vida privada, só a Franco-maçonaria pode dizer, com a aprovação de toda a Europa: *Não me toquem!* Todos temem falar sobre ela, como se se tratasse de um fantasma”.

Esse mistério em que a seita se envolve com tantos cuidados, leva Crétineau-Joly a fazer esta observação: “Existe uma categoria de insetos que os cientistas chamam de cupim. Esses cupins róem o interior das vigas de uma casa; e, com uma arte admirável, sabem deixar intacta a superfície da madeira corroída. Mas essa superfície é tão delgada que o dedo do homem, apertando-a, faz rachar a viga. Esse procedimento dos cupins é usado pelas sociedades secretas”.

Essa tática não escapou à perspicácia do cardeal Consalvi. No dia 4 de janeiro de 1818 ele escrevia ao príncipe de Metternich: “Por tudo quanto recolho de diversos lados, e por tudo quanto entrevejo no futuro, creio (e vereis mais tarde se estou equivocado) que a Revolução mudou de seu modo de caminhar e sua tática. Ela não ataca mais à mão armada os tronos e os altares, ela se contentará em solapá-los”.

O Conselho Supremo deve vangloriar-se de ter recomendado o uso desse procedimento há três quartos de século; ele percebe, nós percebemos em que situação seu emprego nos colocou. E isto pouco a pouco, sem que se pensasse em abrir os olhos.

“Aqui, dizia ainda o mesmo cardeal ao mesmo príncipe, converso todos os dias com os embaixadores da Europa acerca dos perigos futuros que as sociedades secretas preparam para a ordem há pouco reconstituída, e percebo que só me respondem com a maior indiferença”. Leão XII manifestava as mesmas queixas junto ao cardeal Bernetti: “Nós advertimos os príncipes, e os príncipes ainda dormem. Nós advertimos seus ministros, e seus ministros não vigiaram. Nós anunciamos aos povos as calamidades futuras, e os povos fecharam seus olhos e seus ouvidos”.⁵

Não somente a Grande Loja, enquanto sociedade, devia seguir com a maior circunspecção, mas era recomendado a cada um de seus operários usarem eles próprios a mais refletida prudência. “Deveis ter a aparência de ser simples como pombas, diziam as Instruções aos Quarenta, mas sereis prudentes como a serpente”. A prudência, assim recomendada, consistia antes de tudo em se conduzirem de tal maneira que jamais a menor suspeita sobre o que eram e sobre o que faziam pudesse nascer no espírito de alguém. “Sabeis, continuam as mesmas Instruções, que a menor revelação, o menor indício, podem acarretar grandes infelicidades, e que é o decreto de morte que marca seu revelador voluntário ou involuntário”.

O papel que lhes estava destinado tornava-lhes, ademais, esta discreção mais fácil do que para os outros. Eles não precisavam, como Mazzini e seus sicários,

⁴ Numa obra publicada por volta de 1865, sob o título *Liberté, Autorité, Eglise. Considérations sur les grands problèmes de notre époque*.

⁵ Crétineau-Joly: *L'Eglise romaine en face de la Révolution*, II, p. 141.

utilizar o punhal, fazer estourar revoltas, provocar as revoluções. O trabalho deles consistia em agir sobre os espíritos para pervertê-los, empregar a palavra e a escrita na sedução das pessoas e na propagação de suas idéias. Eles estavam na Franco-maçonaria à testa do que se chamou o exército dos pacíficos ou dos intelectuais, composto por jornalistas, universitários, parlamentares que trabalham a opinião pública e que preparam uns para elaborarem, outros para aceitarem, as leis forjadas com o desígnio de submeter a Igreja, esperando que Ela possa ser aniquilada.⁶

A preocupação de ocultar até a existência da Grande Loja e de desviar toda suspeita relativamente às pessoas que a compõem ia tão longe que, para mais inteiramente confundir as investigações da polícia do governo pontifício, nossos conjurados tiveram a arte de entregar-lhe cinco ou seis lojas particulares, cujas imprudências podiam tornar-se perigosas. Assim obtinham um duplo resultado: adormecer relativamente a eles as suspeitas da corte romana e satisfazer uma vingança fraternal, porque, nessas sucursais do inferno, não obstante trabalharem para a mesma obra, estão longe de se amar. L. Blanc, na sua *Histoire de Dix Ans*, mostra-nos como a rivalidade do I.: Lafayette e do I.: Manuel levaram a anarquia para o Carbonarismo. Não vimos algo muito parecido recentemente? No caso das “fichas”, os “Filhos de Gergovie” fizeram campanha contra André, Berteaux, Maujan; todo um grupo de maçons se associou a essa campanha, e várias lojas começaram a murmurar contra o Grande Oriente. Essas discórdias constituem um dos meios de que a Providência se serve para estancar o progresso da Revolução e conter os povos no declive do abismo em que se os quer precipitar.

Não contentes em entregar algumas lojas à polícia romana, os três membros da Grande Loja que propuseram a seu chefe, em 25 de fevereiro de 1839, que se livrassem, assassinando-o, dos temores que as intrigas de Mazzini alimentavam entre eles, escreviam-lhe: “Um dia, talvez amanhã, a opinião pública se revoltará. Então, o sangue inutilmente derramado retardará, talvez durante longos anos, os projetos concebidos por nós com uma habilidade tão audaciosa. Esse estado de coisas vai-se agravando a cada dia, e deve cessar, sem o que seríamos obrigados a renunciar a nossos planos contra a sede de Roma, posto que a mais leve indiscrição pode revelar tudo. Um só assassinato, que não tivermos êxito em encobrir, como tantos outros, colocará na pista de nossas reuniões”.

“Dócil aos conselhos de Nubius, diz Crétineau-Joly, a Grande Loja caminhou a passos medidos, sondando o terreno, tomando conhecimento dos obstáculos, contornando-os sem jamais atacá-los de frente. Vimo-la adotar simultaneamente as máscaras da piedade, do patriotismo e do devotamento. Numa existência de complôs não interrompidos, essa Loja não conseguiu dar uma nesga de desassossego à polícia romana”. Mas também jamais se deixou desviar do objetivo que lhe fora designado; jamais, para alcançá-lo, empregou meios diversos daqueles que correspondiam às suas atribuições: a palavra e os escritos, numa palavra, a sedução. Porque é pela corrupção das idéias e dos costumes que a seita espera aniquilar a Igreja, após ter destruído seu poder temporal.

⁶ Um advogado saxão, dotado de raro vigor de espírito e de grande erudição, Eckert, empregou sua vida em desvendar os mistérios das sociedades secretas e em trazer à luz preciosos documentos da ação delas.

Ele diz: “Todas as revoluções modernas provam que a *Ordem está dividida em duas partes distintas, uma PACÍFICA, outra GUERREIRA*. A primeira só emprega a palavra e a escrita. Ela conquista em benefício da Ordem todos os lugares nos Estados e nas Universidades, todas as posições influentes. Ela seduz as massas, domina a opinião pública através da imprensa e das associações.

Assim que a divisão pacífica tenha levado seus trabalhos longe demais para que um ataque violento tenha chances de sucesso num tempo pouco dilatado; assim que as paixões estejam inflamadas, assim que a autoridade esteja suficientemente enfraquecida, ou que os postos importantes estejam ocupados por traidores, a divisão guerreira recebe ordem para desenvolver sua atividade.

A existência da divisão beligerante é desconhecida para a maior parte dos membros da outra divisão”.

◆

CAPÍTULO XXVI

O SUPREMO ATENTADO

Nosso Santo Padre, o Papa Leão XIII, após ter-se aplicado, na sua Encíclica sobre a Franco-maçonaria, em explicitar a doutrina, os projetos, os atos, os progressos, o poder dessa seita, exorta todos os bispos do mundo “a empregarem todo o zelo para fazer desaparecer o impuro contágio do veneno que circula nas veias da sociedade e a contamina por inteiro”; e indica-lhes, nestes termos, o principal meio a utilizar para essa finalidade: “Posto que a autoridade inerente ao Nosso cargo impõe-Nos o dever de traçar-vos Nós mesmo a linha de conduta que estimamos como melhor, Nós vos diremos: *Em primeiro lugar, ARRANCAI À FRANCO-MAÇONARIA A MÁSCARA COM QUE ELA SE COBRE E MOSTRAI-A TAL QUAL ELA É*”.

Continuando a obedecer a essa resolução, temos agora que mostrar o mais audacioso atentado que a seita jamais concebeu e tentou perpetrar.

Dois meses após ter tomado em suas mãos o timão da Loja suprema, Nubius explicava-se assim a Volpe (3 de abril de 1824): “Carregaram nossos ombros com um pesado fardo, caro Volpe. *Devemos chegar*, mediante pequenas intervenções bem dosadas, ainda que muito mal definidas, *ao triunfo da idéia revolucionária ATRAVÉS DE UM PAPA*”. Nubius pensava que um tal projeto não poderia ter sido concebido e que os meios a serem empregados para realizá-lo não poderiam ter sido dados senão pelo próprio Satã, porque ele acrescenta: “Esse projeto sempre me pareceu de uma concepção *sobre-humana*”. Com efeito, não havia, para ter idéia de uma tal empresa, senão aquele que já tinha levado sua audácia mais alto ainda, posto que fora dirigida contra o próprio Eterno.

Ele não esperara até à constituição da Grande Loja para inspirar tal plano.

Na época em que a maçonaria inglesa propagou a seita em toda a Europa, estabelecendo as lojas que deviam preparar a Revolução, o deísta inglês Toland imprimiu secretamente em 1720 e divulgou sob grande mistério um livro estranho escrito em latim, intitulado *Pantheisticon*.¹ Nele diz, nestes exatos termos: “Muitos membros das *solidariedades socráticas*² encontram-se em Paris, outros em Veneza, em todas as cidades holandesas, principalmente em Amsterdã, e mesmo, espantemo-nos, na corte de Roma” (p. 42).

Em 1806, um militar, Jean-Baptiste Simonni, tendo lido a obra de Barruel, escreveu-lhe de Florença uma carta na qual diz que, tendo estabelecido relações com os judeus em Piemonte no momento em que esse país estava em revolução, para ganhar-lhes a confiança e conhecer seus segredos, persuadiu-lhes que tinha nascido em Livorno de uma família judia e que, apesar de cristão exteriormente, fora sempre judeu de coração.

¹ Nesse livro, o I.: Toland parece assinalar um dos principais caracteres da maçonaria, mesmo a inglesa, e isto desde as suas origens, quando narra o que acontecia nas logas dos II.: fundadores da *Grande Loja* de Londres, celebrando as festas dos solstícios e dos equinócios. “Aí, diz ele, não se misturam nem cultos, nem as leis de sua pátria, eles discorrem com a maior liberdade de pensamento sobre as “coisas sagradas”, como são chamadas, e as “profanas”, após terem colocado de lado *certos pré-julgados*”. Os rituais dessas primeiras lojas inglesas já designam a autoridade *civil* e a autoridade *religiosa* pelos nomes de tirania e de superstição, que é preciso substituir pela liberdade maçônica e pela verdade maçônica.

² As solidariedades socráticas tinham sua sede principal em Londres.

Eles se abriram com ele, pouco a pouco. Eis o que ele guardou de suas conversas: a seita judaica é hoje a mais formidável potência, se considerarmos suas grandes riquezas e a proteção da qual ela goza em quase todos os Estados da Europa. Parece em tudo separada das outras seitas, mas realmente não o é. Basta que uma delas se mostre inimiga do nome cristão para que ela a favoreça, a assalarie e a proteja. Juntamente com todos os outros sectários, os judeus formam uma única facção para aniquilar, se fosse possível, o nome cristão. Manés e o Velho da Montanha saíram da nação deles. Os franco-maçons e os iluministas foram fundados por eles. Na Itália e na Espanha ganharam para a causa deles uma multidão de eclesiásticos, assim regulares como seculares, prelados, bispos e mesmo cardeais. *Eles não desanimam de ter um Papa no seu partido.* Prometem ser os donos do mundo em menos de um século. Para tanto, destruirão a família dos Bourbons; à força de dinheiro e de cabalas esperam obter de todos os governos um estado civil; e então, possuindo os direitos de cidadãos, como os outros, comprarão terras e casas, e, através da usura, conseguirão despojar inteiramente os cristãos, fazer de suas igrejas outras tantas sinagogas e fazer sua seita reinar sobre as ruínas de todas as outras.

Barruel teve inicialmente o pensamento de publicar essa carta, mas raciocinou em sã juízo que aquilo que nela se encontrava escrito exigiria provas impossíveis de produzir. Contentou-se, pois, em apresentar o original ao cardeal Fesch, para ser comunicado ao Imperador, que acabava de convocar o sínodo em Paris. Desmaretz, ocupado com as buscas dos judeus por ordem do Imperador, quis guardar o original; Barruel não o permitiu e enviou-a ao Papa. Alguns meses mais tarde, Sua Santidade escreveu-lhe por intermédio do abade Tetta, seu secretário, que “tudo anunciava a veracidade e a probidade daquele que tinha assim descoberto tudo aquilo de que ele tinha sido testemunha”. Por ocasião da Restauração, Barruel encaminhou uma cópia dessa carta a Luís XVIII.

Queremos guardar aqui apenas o que ali está dito sobre o futuro Papa, que os judeus aguardavam, e colocar isto na perspectiva da missão dada a Nubius.

Para animar a coragem daqueles aos quais fora confiada a obra titânica de fazer triunfar a idéia revolucionária através de um Papa, as *Instruções Secretas* pintavam um quadro tão sedutor do poder pontifício, quanto verdadeiro, verdadeiro em si, sedutor para quem tinha o desejo e a esperança de dele se apoderar em seu benefício: “Pelo braço, pela voz, pela pena e pelo coração de seus inumeráveis bispos, padres, monges, religiosos e fiéis de todas as latitudes, o Papado encontra abnegações incessantemente prontas ao martírio e ao entusiasmo. Em toda a parte em que lhe agrade evocar isto, ele possui almas que morrem, outras que se dedicam a ele. É uma alavanca imensa, cujo poderio apenas alguns Papas apreciaram. Ademais, não a usaram senão em uma certa medida”. Os conjurados, falando dessa maneira, apenas resumiam a história. Em todas as suas páginas ela descreve a fé dos cristãos na instituição do divino Mestre, sua confiança cega naquele que Ele fez Seu vigário e que fala em Seu nome, seu devotamento absoluto ao Pontífice, que ocupa o lugar de Cristo entre eles. Que alguns dentre os Papas, na hora das grandes crises da Igreja, não tenham tido fé bastante neles mesmos, ou melhor, na virtude de Jesus Cristo de que estavam investidos, é possível. Isto sucedeu a Pedro no lago de Genesaré: como ele, eles então sentiram as ondas se abrirem sob seus pés até que seus olhares, transportando-se para o divino Salvador, nEle encontraram, com uma renovação de fé, um aumento do vigor e da caridade divinos.

Mostrar aos membros da Grande Loja o poder da ação pontifical era pouco para o Conselho Supremo das sociedades secretas; o importante e o difícil era fazê-los acreditar que poderiam chegar a se apoderarem dessa ação e de colocá-la em proveito do objetivo final da seita, “aquele de Voltaire e da Revolução Francesa: o aniquilamento para sempre do catolicismo e mesmo da idéia cristã”.

Como é que homens inteligentes – é claro que o eram; Nubius, chefe deles, era mais do que inteligente, era um homem de um gênio infernal – puderam aceitar associar-se numa tão louca empreitada? Ele se puseram nisso, vemos por sua correspondência, puseram-se nisso com entusiasmo. Um ódio satânico animava-os e toda paixão cria ilusões.

As Instruções caminhavam, antes de tudo, à frente das objeções.

“O Papa, quem quer que seja, jamais virá às sociedades secretas. Não pretendemos ganhar os Papas para nossa causa, fazê-los neófitos de nossos princípios, propagadores de nossas idéias. Seria um sonho ridículo, e de qualquer forma que caminhem os acontecimentos, que cardeais ou prelados, por exemplo, tenham conhecimento, conscientemente ou por surpresa, de uma parte de nossos segredos, não constitui isto motivo para desejar a ascensão deles à Cadeira de Pedro. Essa ascensão por-nos-ia a perder. A ambição conduzi-los-ia à apostasia, as preocupações do poder forçá-los-iam a nos imolar”.

O que a seita desejava, não era, pois, um Papa franco-maçom; o que a Grande Loja estava encarregada de obter não era nem mesmo um Papa devotado à seita; se ela encontrasse tal candidato ao trono pontifício, ela não deveria trabalhar para que lá chegasse. Que queria ela? As Instruções dizem-no: “O que devemos pedir, o que devemos procurar e esperar, como os judeus esperam o Messias, é um papa segundo as nossas necessidades”.

Como compreendiam eles, um Papa segundo suas necessidades? Vemos nas Instruções: “Alexandre VI não nos conviria, porque jamais errou em matéria religiosa.”³ Um Clemente XIV, ao contrário, será o que nos convém, dos pés à cabeça.⁴ Bórgia foi anatematizado por todos os vícios da filosofia e da incredulidade, e ele deve esse anátema ao vigor com que defendia a Igreja. Ganganelli foi entregue com os pés e as mãos amarrados aos ministros dos Bourbons que lhe infundiam pavor, aos incrédulos que celebravam sua tolerância, e Ganganelli tornou-se um Papa muito importante (aos olhos dos filósofos). É mais ou menos nessas condições que precisaríamos de um, se ainda é possível. Com isto marcharemos ao assalto da Igreja com mais segurança do que com os panfletos de nossos irmãos da França e mesmo do que com o ouro da Inglaterra. Quereis saber a razão? É que com isto, para quebrar a rocha sobre a qual Deus estabeleceu sua Igreja, nós não temos mais necessidade de vinagre de Aníbal, de pólvora para canhão, nem mesmo de nossos braços. Temos o dedo mínimo do sucessor de Pedro comprometido com a conjuração, e esse dedo mínimo vale, para esta cruzada, todos os Urbanos II e todos os São Bernardos da cristandade”.

Após ter assim traçado o perfil desse Papa quimérico, e ter dito o que a seita poderia esperar que ele realizasse, as Instruções acrescentam:

“Não duvidamos de conseguir chegar a esse termo supremo dos nossos esforços. Nada deve nos afastar do ponto traçado; ao contrário, tudo deve tender para isso. A

³ Deus concede infabilidade doutrinária ao Papa, Ele não o torna impecável. Isto monsenhor Régnier teve o cuidado de salientar na Instrução Pastoral que escreveu sobre o Concílio Ecumênico do Vaticano. Como qualquer outro homem, o Papa deve vigiar pela sua própria santificação, com temor e tremor. “Ele continua a confessar, batendo no peito, antes de subir ao altar, que pecou muito por pensamentos, palavras e obras”. Ele pede humildemente aos irmãos que o rodeiam, que “rezem por ele ao Senhor nosso Deus”; e estes lhe respondem: “Que o Senhor todo-poderoso tenha compaixão de vós, e que, tendo perdoado vossos pecados, vos conduza à vida eterna”.

⁴ Clemente XIV, como seus predecessores e seus sucessores na Cátedra de Pedro, também não errou; mas ele promulgou o célebre Breve *Dominus ac Redemptor*, que concedia aos príncipes coligados a *abolição* da Companhia de Jesus, recusando-se, todavia, a condená-la. “Os que acusam Clemente XIV de fraqueza, diz L. Veuillot, não se colocam no seu lugar, não vêem a situação como lhe parecia”. “*Pobre Papa! exclamava Santo Afonso de Liguori, ao tomar conhecimento da dolorosa notícia: Pobre Papa! que podia ele fazer?*” E após um momento: “Vontade do Papa, vontade de Deus!” E impôs a si mesmo um inviolável silêncio. Clemente XIV morreu sem ter visto a tranquilidade estabelecer-se na Igreja, sem ter podido conquistá-la por si mesmo.

obra está apenas esboçada; mas desde hoje devemos trabalhar nela com o mesmo ardor com que trabalharíamos se o sucesso a coroasse amanhã”.

As Instruções indicam então o grande meio a adotar para que essas esperanças se tornem realidade, o gênero de trabalho ao qual a Grande Loja deve se aplicar para que seus esforços sejam um dia coroados de sucesso: “Assim, pois, para garantirmos um Papa nas proporções exigidas, trata-se inicialmente de moldar para esse Papa uma geração digna do reinado com o qual sonhamos”. Seguem-se instruções sobre os meios a empregar para corromper os costumes e as idéias da juventude laica e sobretudo da juventude clerical. “Em alguns anos, esse clero jovem terá, pelo curso natural das coisas, invadido todas as funções; ele governará, administrará, julgará, formará o conselho do soberano, será chamado a escolher o Pontífice que deve reinar, e esse Pontífice, como a maioria de seus contemporâneos, estará necessariamente mais ou menos imbuído dos princípios italianos e humanitários que começaremos a pôr em circulação”.

“No caminho que traçamos para nossos irmãos, concluem as Instruções, encontram-se grandes obstáculos a vencer, dificuldades de mais de uma natureza a suplantar. Triunfaremos pela experiência e pela perspicácia; mas o objetivo é tão belo que importa abrir todas as velas ao vento para alcançá-lo. Procurai o Papa cujo perfil acabamos de traçar. Estendei vossas redes no fundo das sacristias, dos seminários e dos conventos. O pescador de peixes torna-se pescador de homens; vós, vós conduzireis amigos (nossos) para junto da Cadeira Apostólica. Tereis pregado uma revolução com tiara e capa, marchando com a cruz e o estandarte, uma revolução que precisará ser apenas um pouco estimulada para pôr fogo nos quatro cantos do mundo. Que cada ato de vossa vida tenda, pois, à descoberta dessa pedra filosofal”.

“Este sonho das sociedades secretas cumprir-se-á pela mais simples das razões: ele está baseado nas paixões do homem. Preparemos nossas armas no silêncio das lojas, adestremos todas as nossas baterias, favoreçamos todas as paixões, as piores como as mais generosas, e tudo nos leva a crer que esse plano um dia terá êxito, além dos nossos mais improváveis cálculos”.

Enquanto os partidários de Mazzini trabalhavam pela queda dos tronos, os Quarenta ocupavam-se apenas da obra que lhe fora atribuída. No dia 5 de janeiro de 1846 o Tigrezinho escrevia a Nubius: “A viagem que acabo de realizar à Europa foi mais feliz e produtiva do que poderíamos esperar. Doravante, só nos resta pôr mãos à obra para chegar ao desenlace da comédia. Se devo acreditar nas notícias que aqui me comunicaram, tocamos a época tão desejada. A queda dos tronos, que acabo de estudar na França, na Suíça, na Alemanha, e até na Rússia, não me deixa mais dúvida a respeito do trabalho de nossas sociedades. Mas essa vitória não é aquela produzida por todos os sacrifícios que fizemos. Há uma mais preciosa, mais durável, a que aspiramos faz tanto tempo. Vossas cartas e as dos vossos amigos dos Estados Romanos permitem-nos ter esperança; é o fim para o qual tendemos, é o termo a que queremos chegar. Para matar com segurança o velho mundo (a civilização cristã) acreditamos que era preciso afogar o germe católico, e vós, com a audácia do gênio, oferecestes-vos para ferir a cabeça com a funda de um novo Davi, o Golias pontifício. Está muito bem, mas quando a ferireis? Tenho pressa em ver as sociedades secretas enfrentarem os cardeais do Espírito Santo”.

Tigrezinho dizia ainda: “Conspiremos apenas contra Roma. Para isto, sirvamo-nos de todos os incidentes, aproveitemos todas as eventualidades. A Revolução na Igreja é a Revolução permanente, é a derrubada obrigatória dos tronos e das dinastias”.

A Revolução de 1830 explodiu, não teve todo o sucesso que a seita esperava. Os Quarenta retornaram logo ao trabalho que o vento das revoltas obrigara a

suspender: isto é, a espalhar no clero “as doutrinas de liberdade”, com o desejo de ver o Papa colocar-se à testa daqueles que as reivindicavam.⁵

Enquanto os demais conjurados trabalhavam assim ao longe, Nubius reservara para si a obra mais delicada e mais difícil. Tudo o que era empreendido fora devia permanecer estéril se ele não conseguisse seduzir os cardeais: porque os cardeais são os eleitores do Papa e os candidatos natos ao trono pontifício.

Graças ao seu nome, à sua fortuna, à sua situação no corpo diplomático acreditado junto à Santa Sé, Nubius mantinha relações com todo o mundo romano. “Eu passo, escreve ele ao judeu prussiano Klauss, eu passo algumas vezes uma hora na parte da manhã com o velho cardeal della Somaglia, o Secretário de Estado; ando a cavalo ora com o duque de Laval, ora com o príncipe Cariati; após a missa, vou beijar a mão da princesa Coria, oportunidade em que freqüentemente encontro Bernetti (o cardeal que eles mais temiam). Dali corro à casa do cardeal Palotta; depois visito, nas suas celas, o procurador-geral da Inquisição, o dominicano Jaulot, o teatino Ventura, ou o franciscano Orioli. À noite, começo na residência de outros esta vida de ociosidade tão bem ocupada aos olhos do mundo e da corte; no dia seguinte retomo essa eterna corrente”.

Nessas visitas, nessas conversas, ele jamais perdia de vista a missão que recebera, o objetivo que se tinha proposto alcançar. Aqueles dentre seus discípulos que se encontravam em Roma agiam da mesma maneira, na medida em que a situação lhes permitia. Quem teria podido imaginar, diz Crétineau-Joly, que esses patricios, ricos, considerados, vivendo na intimidade dos cardeais, e ocupando-se em suas conversas apenas do melhoramento dos costumes e das leis *através do progresso*, podiam na sombra tramar um complô contra a Igreja! A notoriedade bem evidente colocava-os ao abrigo de qualquer suspeita. Eles se diziam *liberais*, mas com a Igreja e pela Igreja, e isso mais por modo de ser do que por arrebatamento”.

O próprio Nubius oferece-nos uma amostra de sua maneira de ser junto aos príncipes da Igreja para melhor traí-los. Dois carbonários tinham sido condenados à morte em razão de conspiração seguida de morte. Sobem ao cadafalso sem se reconciliarem com Deus. Targhini, do alto do cadafalso, exclama: “Povo, morro inocente, franco-maçom, carbonário e impenitente”. Montanari beija a testa do supliciado e em vez de render-se às exortações dos padres, diz-lhes: “Esta que acaba de ser cortada é uma cabeça de papoula”. O povo, compreendendo isso, põe-se de joelhos e amaldiçoa esse escândalo sem precedentes na Cidade Eterna.

A esse respeito, Nubius escreve a Víndice: “Gritar como um possesso, na própria praça do povo em Roma, na cidade-mãe do catolicismo, em face do carrasco que vos segura e do povo que vos olha, que se morre como franco-maçom impenitente, é admirável, tanto mais admirável visto ser a primeira vez que semelhante coisa acontece... Temos, pois, mártires. A fim de pregar uma peça na polícia de Bernetti, fiz depositar flores, muitas flores, na vala em que o carrasco escondeu os restos mortais. Temíamos ver nossos domésticos comprometidos ao realizarem esse serviço; aqui se encontram ingleses e mocinhas romanticamente antipapistas; encarregamo-los dessa piedosa peregrinação. Essas flores jogadas durante a noite aos dois cadáveres proscritos fizeram germinar o entusiasmo da Europa revolucionária. Pedimos também a um dos nossos mais inocentes afiliados da Franco-maçonaria, o poeta francês Casimir Delavigne, uma *Mésseniennne* sobre Targhini e Montanari. Ele prometeu chorar uma homenagem aos mártires e fulminar um anátema contra os carrascos. Os carrascos serão o Papa e os padres”.

Eis o que ele fazia e do que se vangloriava junto aos seus amigos; e eis o que, no mesmo momento, ele planejava fazer junto aos eclesiásticos: “Durante o dia irei levar

⁵ Palavras já referidas relativamente a Gioberti.

a monsenhor Piatti minhas condolências. Esse pobre homem perdeu duas almas de carbonários. Ele aplicou toda a sua tenacidade de padre para confessá-los e foi vencido. Devo a mim mesmo, ao meu nome, à minha posição e *sobretudo* ao NOSSO futuro, deplorar com todos os corações católicos esse escândalo inaudito em Roma. Deplorá-lo-ei tão eloqüentemente que espero enternecer o próprio Piatti”.

Que homens retos se deixem algumas vezes enganar por tais hipocrisias, nada de espantoso! Em nenhum lugar tantas armadilhas tão sutis devem ter sido apresentadas à simplicidade dos bons corações como na corte pontifícia, porque em nenhum lugar Satã tem tanto interesse em surpreender a boa-fé, e em nenhum lugar tais surpresas poderiam servir a piores desígnios.

À hipocrisia eles juntavam a corrupção venal. Nubius, após ter dado ao judeu Klauss os detalhes de sua jornada, dizia: “Falastes-me freqüentemente em vir em nosso auxílio, quando ocorresse o vazio na bolsa comum. Essa hora chegou *in questa dominante*. Para trabalhar na futura construção de um Papa, não temos um papalino, e sabeis por experiência que o dinheiro é em toda a parte o nervo da guerra. Dou-vos notícias que vos subirão à alma; em troca, ponde táleres⁶ à nossa disposição, muitos táleres. É a melhor artilharia para canhonear a Cátedra de Pedro.”



⁶ Antiga moeda alemã, de prata. (N. do T.).

CAPÍTULO XXVII

FUTILIDADE DOS ESFORÇOS CONTRA A CÂTEDRA DE PEDRO

Qual foi o estratagema dessa infernal conspiração?

Dois anos antes da morte de Gregório XVI, em 2 de novembro de 1884, Beppo, gabando-se dos sucessos que conquistara fora de Roma, fazia notar a Nubius que, para fazerem o Papa desejado, o principal elemento continuava a escapar-lhes como no primeiro dia: “Nós outros marchamos a galope, e diariamente conseguimos alistar na conjuração novos neófitos: *Fervet opus*. Mas o mais difícil ainda está por ser feito, ou melhor, por ser começado. Obtivemos com muita facilidade a conquista de certos religiosos em todas as Ordens, padres de quase todas as condições, e mesmo certos monsenhores intrigantes e ambiciosos. Isto talvez não seja o que há de melhor ou de mais respeitável; não importa. Para a finalidade procurada, um *Frate*, aos olhos do povo, é sempre um religioso, um prelado será sempre um prelado. Fizemos um fiasco completo junto aos jesuítas. Desde que começamos a conspirar tem sido impossível pôr a mão num filho de Inácio. Não temos jesuítas conosco, mas sempre podemos dizer e fazer dizer que temos, e isto dará absolutamente no mesmo. Dá-se o mesmo com os cardeais. Todos escaparam às nossas ciladas. As adulações mais bem combinadas não serviram para nada, de sorte que no momento nós nos encontramos tão adiantados quanto no início. Nem um só membro do Sacro Colégio caiu em nossas redes”.

Com efeito, diz Crétineau-Joly, nesse período de trinta anos, em que a Grande Loja ventilou tantos nomes convenientes e montou o cerco a tantas virtudes, não lhe foi jamais permitido dizer, ainda quando fez suas contas em segredo, que podia colocar alguma esperança em algum membro do Sacro Colégio. “A Revolução firmou os pés em todos os lugares, exceto num conclave”. A maquinação, conduzida com tanta astúcia, pôde conduzir à perversão vários clérigos, mas não pôde nem mesmo tocar de leve a Sé Romana.

Beppo continua:

“O Papa Gregório XVI está a ponto de morrer, e nós nos encontramos, como em 1823, quando da morte de Pio VII. Que fazer nessas circunstâncias? Renunciar a nosso projeto não é mais possível. Continuar a aplicação de um sistema sem poder esperar uma ocasião favorável, mesmo incerta, produz em mim o efeito de tentar o impossível. O futuro papa, quem quer que seja, jamais virá para nós; podemos ir até ele? Não será ele como seus predecessores e seus sucessores, e não procederá como eles? Nesse caso, permaneceremos em plena atividade e aguardaremos um milagre? Não temos mais esperança no impossível. Morto Gregório, veremos nosso projeto adiado indefinidamente”.

Essas palavras de desencorajamento estavam suficientemente justificadas, de uma parte, pela história, de outra parte, pelas promessas que Nosso Senhor Jesus Cristo fez à sua Igreja. Mas os homens possuídos por uma paixão tão satânica não podiam atentar para as lições da história, menos ainda dar ouvidos à palavra do divino Salvador.

Não podendo garantir para seus intentos nenhum dos eleitores-candidatos, não desesperaram de poder agir sobre o espírito do eleito, ou pelo menos de se servirem dele. Já após a morte de Leão XII, no conclave que elegeu Pio VIII, Chateaubriand, embaixador da França, exprimira, em nome de seu governo, o desejo de ver a escolha dos cardeais recair sobre um homem que soubesse *conciliar a política pontifícia com as novas idéias*. O cardeal Castiglione respondeu: “O conclave espera que Deus

concederá à sua Igreja um Pontífice santo e esclarecido, que pautará sua conduta segundo a política do Evangelho, que é a única escola para um bom governo”. E foi ele o eleito. Certamente não queremos dizer que Chateaubriand fosse emissário da Grande Loja junto ao conclave; mas temos aqui uma nova prova da misteriosa influência que as sociedades secretas exercem sobre os poderes constituídos para fazê-los concorrer mais ou menos diretamente para a execução de seus desígnios.

Com a morte de Gregório XVI, a Revolução não pôde, tanto quanto antes, insinuar-se no conclave. Pio IX, o grande e santo pontífice Pio IX, foi eleito. É preciso dizer, no entanto, que as sociedades secretas haviam colocado na cabeça do cardeal Mastaï algumas vagas esperanças de conciliação com “as novas idéias”. “Crétineau, diz o abade Ménard, deu-me a ler seu nome em mais de um documento da seita”. Ela conhecia seu grande coração, esperava seduzi-lo, arrastá-lo pelo atrativo de idéias de aspecto generoso. Ela tentou e temos lembrança das singulares e inéditas ovações com as quais ela envolveu o início do seu reinado. A hora de sua ascensão ao trono pontifício era crítica. Todo mundo concordava em que o regime tão fechado de Gregório XVI não podia continuar; mesmo os cardeais Lambruschini e Bernetti eram de opinião ser preciso tentar algumas concessões. Pio IX entrou no caminho que lhe era mostrado, sem no entanto jamais ceder nenhum dos direitos essenciais da Igreja. Sabemos o que adveio disso, e sabemos também como, instruído por sua própria experiência e esclarecido pela luz divina, Pio IX pulverizou o liberalismo, quer dizer, a Maçonaria, com o martelo do *Syllabus*.¹

Ainda não convencida da inutilidade de seus esforços e da leviandade de suas esperanças, a seita acreditou, por ocasião da morte de Pio IX, que sua hora ia enfim chegar. Ela o disse abertamente pela pena de Gambetta.

Leão XIII foi eleito em 20 de fevereiro de 1878. No dia seguinte, Gambetta escrevia a um de seus amigos, Spuller:

“Paris, 21 de fevereiro de 1878.

“Hoje será um grande dia. A paz vinda de Berlim talvez seja a conciliação feita com o Vaticano. Nomearam o novo papa. É aquele elegante e refinado cardeal Pecci, bispo de Perúcia, a quem Pio IX tinha ensaiado de entregar a tiara, nomeando-o camerlengo. Esse italiano, mais diplomata do que padre, atravessou todas as intrigas dos jesuítas e dos clérigos exóticos. Ele é papa, e o nome de Leão XIII, que adotou, parece-me do melhor augúrio.

“Saúdo esse acontecimento cheio de promessas. Ele não rompeu abertamente com as tradições e declarações de seu predecessor, mas sua conduta, seus atos, suas relações valerão mais do que os discursos, e se não morrer muito cedo poderemos esperar um casamento de razão com a Igreja.

“Léon GAMBETTA”.

No dia seguinte ele escreveu esta outra carta:

“Paris, 22 de fevereiro de 1878.

“Tenho um gosto infinito por esse novo Papa, em razão do nome que ele ousou adotar; é um oportunista sagrado. Poderemos negociar? *Chi lo sa?* como dizem os italianos.

¹ Lemos na *Vie de l'Abbé Bernard* do Marquês de Ségur, que no mês de março de 1849, Pio IX, estando exilado em Gaëte, recebeu em audiência o cardeal Giraud. O Santo Padre estava profundamente entristecido com tudo o que acontecia em Roma, e com o coração transbordante de tristeza disse ao prelado: “Fiz concessões! Não páram de abusar disto para tudo confundir. Eu não posso, sendo seu autor, retirá-las. Mas meu sucessor poderia e fã-lo-ia. Penso em depor a tiara: minha resolução está tomada”.

Monsenhor Giraud esforçou-se em demovê-lo dessa resolução. Pio IX fez melhor, com acabamos de ver, do que colocá-la em prática.

“Léon GAMBETTA”.²

A resposta foi que, em quatro oportunidades diferentes, Leão XIII confirmou o *Syllabus* de Pio IX.

Numa carta endereçada, em 28 de agosto de 1879, aos tradutores das *Obras de Santo Afonso*, ele louva o santo Doutor por haver antecipadamente refutado a maior parte das proposições que deviam ser condenadas no *Syllabus*.

Numa carta ao bispo de Périgueux, datada de 27 de junho de 1884, ele diz que o *Syllabus* é a regra em que os fiéis devem tomar os princípios de direção dos seus pensamentos e de suas obras nas dificuldades presentes.

Na Encíclica *Immortale Dei*, ele diz que Pio IX, entre as opiniões falsas que começavam a adquirir vigor, percebeu diversas e as reuniu sob um mesmo título, a fim de que, na confusão tão grande dos erros do dia, os católicos tivessem um guia seguro. Ele assinala em particular as Proposições XIX, XXXIX, LV e LXXIX.

Na Encíclica *Inescrutabili*, confirmou e reiterou todas as condenações de seus predecessores, e em particular aquelas declaradas por Pio IX.³

Leão XIII pôde verdadeiramente dizer um dia a respeito de si mesmo: *Nosso combate tem por objetivo não somente a defesa e a integridade da religião, mas a da*

² Essas cartas foram imediatamente liberadas à publicação. O *Figaro* reeditou-as na edição de 23 de agosto de 1894, afirmando que tinha visto o texto original.

Em janeiro de 1897, comentando o discurso que Waldeck-Rousseau acabava de pronunciar em sua peregrinação aos Jardies, o mesmo jornal lembrou-as mais uma vez.

Enfim, por ocasião da morte de Leão XIII, elas foram de novo colocadas aos olhos do público por um grande número de jornais de Paris e do interior, inclusive por publicações católicas como a *Chronique de la Bonne Presse*, anexa ao *La Croix*.

O desejo da seita foi atendido, no sentido de que Leão XIII “não morreu muito cedo”. Deus concedeu-lhe vinte e cinco anos de reinado. Mas o modernismo ainda está aguardando um casamento de razão com a Igreja.

³ Ademais, é bom conhecer o fato levantado pelo abade Hourrat no seu estudo sobre o *Syllabus*. A idéia primeira da publicação de um documento semelhante remontaria ao próprio Leão XIII, quando era arcebispo de Pérusia. Em 1849, o concílio provincial de Spoleto colocara na ordem do dia a procura de meios mais apropriados para combater os erros nascidos com a *Declaração dos Direitos do Homem*. O cardeal Pecci propôs ao concílio a seguinte deliberação:

“Peçamos ao Nosso Santo Padre o Papa que nos dê uma constituição que, enumerando os erros concernentes a esse tríptico objeto (o Concílio tinha-se ocupado particularmente dos erros relativos à Igreja, à autoridade e à propriedade), cada qual sob seu nome próprio e sob uma forma tal que se possa por assim dizer abarcá-los com um só golpe de vista, aplique-lhes a desejada censura teológica e condene-os na forma ordinária. Com efeito, se bem que esses mesmos erros modernos já tenham sido, separadamente, condenados pela Igreja, o Santo Concílio está não obstante persuadido de que haveria grande proveito para a salvação dos fiéis se fossem apresentados agrupados em quadros e sob as formas de que eles estão revestidos em nossos dias, inflingindo-se-lhes a nota específica”.

O texto completo das deliberações do Concílio de Spoleto está reproduzido nas *Œuvres pastorales de S. Em. le Card. J. Pecci, archevêque de Pérouse, aujourd'hui Léon XIII glorieusement régnant*, por Lury, tomo II, pp. 146 e seguintes (Société St. Augustin, Lille-Bruges).

Esta proposição do cardeal Pecci data de 1849. A questão foi colocada em estudo e, em 1852, uma primeira comissão foi encarregada de recolher e de anotar “os erros mais geralmente espalhados relativamente ao dogma e aos seus pontos de contacto com as ciências morais, políticas e sociais”.

Por ocasião da publicação da Encíclica *Humanus Genus*, comparamos, na *Semaine Religieuse* da diocese de Cambrai, os erros assinalados por essa encíclica com as proposições condenadas pelo *Syllabus* de Pio IX (ano 1884, p. 481). *Le Temps* fez a mesma observação: “Este escrito, diz ele, testemunha a oposição na qual o Papado persiste relativamente a todos os princípios fundamentais do nosso direito moderno, tal como a Revolução de 89 os criou. Como seu predecessor Pio IX, Leão XIII não admite igualdade dos direitos políticos; condena o princípio da soberania do povo; afirma a necessidade de uma religião de Estado; levanta-se contra esta fórmula: “A lei é atéia”; não reconhece o casamento civil e protesta com energia contra a neutralidade religiosa da escola. Aí estão, sob uma forma suavizada, as próprias doutrinas do *Syllabus*”.

*própria sociedade civil, e a restauração dos princípios que constituem o fundamento da paz e da verdadeira prosperidade.*⁴

A seita parece mesmo não ter desistido de ver suas esperanças realizadas no último conclave. A *Acácia*, na edição de setembro de 1903, publicou um artigo do I. Hiram, intitulado “A morte de Leão XIII”. Ele admitia seus desejos de ver um Papa que “desatasse os liames do dogmatismo, estendidos em excesso, que não desse ouvidos aos teólogos fanáticos e denunciadores de heresias, que deixasse os exegetas trabalharem à vontade, que recomendasse e praticasse a tolerância relativamente às outras religiões, que não renovasse a excomunhão da Franco-maçonaria”. Ainda desta vez a Franco-maçonaria teve de perder as esperanças. Jamais a obra do Espírito Santo foi tão evidente como na eleição de Pio X.⁵



⁴ Alocução aos cardeais, 27 de junho de 1878.

⁵ Diz-se que sem a intervenção do cardeal Pusyna, falando em nome do imperador da Áustria, o cardeal Rampolla teria sido eleito. A verdade é que essa declaração teve por efeito aumentar em uma unidade os votos dados ao antigo Secretário de Estado. Ele tivera 29 votos no dia 2 de agosto, pela manhã; teve 30 na tarde daquele dia. Uma vez feita essa declaração, os votos dos cardeais se concentraram sobre o cardeal Sarto, que tivera apenas 5 votos no primeiro escrutínio, 21 no dia 2 de agosto pela manhã, para seu grande desprazer, e 50 no dia 4 de agosto.

CAPÍTULO XXVIII

CORRUPÇÃO DOS COSTUMES

Para atingir o objetivo de Voltaire, a seita sabe bem que não basta derrubar o poder temporal dos Papas, nem mesmo tentar o possível e o impossível para obter um Papa que lhe seja devotado; é preciso atingir as almas. É nelas que a idéia cristã deve ser sufocada, deve morrer. Continuando a viver nas almas, um dia ou outro, necessariamente, ela refará as instituições à sua imagem. Ora, as almas não podem ser verdadeiramente tocadas de morte senão pela corrupção, pela corrupção dos costumes, e sobretudo pela corrupção das idéias. Por isso o chefe oculto da Grande Loja dera a esta a missão expressa de alterar as idéias e depravar os costumes; e isto principalmente em relação a esta dupla fonte da vida cristã: a juventude leiga e a juventude eclesiástica. Ela empregou nesta tarefa todo o tempo de sua existência. Não há dúvida de que após ela, outras lojas foram encarregadas de continuar sua obra. Nós a veremos, ó tristeza!, por demais florescente para que disso duvidemos.

Dois meses após sua chegada em Roma, no dia 3 de abril de 1824, Nubius escreveu a Volpe: “Sobrecarregaram meus ombros com um pesado fardo, caro Volpe. Devemos promover a educação imoral da Igreja”.

Quatorze anos mais tarde, em 9 de agosto de 1838, numa carta escrita de Castellamare a Nubius, Vindice, falando das punhaladas distribuídas pelos carbonários, mostra a inutilidade disso e lembra que a missão deles é inteiramente outra; não são os indivíduos, é o velho mundo, é a civilização cristã que eles devem matar: “Não individualizemos o crime; *a fim de fazê-lo crescer até às proporções do ódio contra a Igreja, devemos generalizá-lo*. O mundo não tem tempo para dar ouvidos aos gritos da vítima, ele passa e esquece. Somos nós, meu Nubius, somente nós que podemos suspender sua caminhada. O catolicismo tem tanto medo de um estilete bem afiado quanto a monarquia; mas *essas duas bases da ordem social podem vir abaixo sob o peso da corrupção*; jamais nos cansemos de corromper. Tertuliano dizia com razão que o sangue dos mártires concebia cristãos. Está decidido nos conselhos que não queremos mais mártires; portanto, não façamos mártires, mas *popularizemos o vício nas multidões. Que elas os respirem pelos cinco sentidos, que elas o bebam, que elas se saturem dele*. Promovei corações viciosos e não tereis mais católicos”.

O conselho foi compreendido. Desde os primeiros dias da Restauração, a seita, para recuperar o terreno perdido, dedicou-se a depravar, a corromper em grande escala. Sob o Império, Voltaire e Rousseau não tinham encontrado compradores nem leitores, pela boa razão de que a reimpressão de suas obras estava proibida como atentado aos bons costumes e à razão política. A seita fez inserir na Constituição a liberdade de imprensa, e logo se pôs à obra. Ela reorganizou a venda ambulante que soubera fazer funcionar com tantã utilidade no fim do século XVIII, multiplicou as edições de Voltaire e fraccionou-as, para colocá-las ao alcance de todos. Depois, não cessou de popularizar o vício sob todas as formas; mas jamais agiu com tanta audácia, com uma vontade tão manifesta, como nesses últimos anos. É justamente agora que as populações o respiram pelos cinco sentidos, que o bebem, que se saturam dele. Todas as influências diretivas do espírito público, a escola e a caserna, os cargos públicos, e o parlamento, a imprensa e as administrações comunais,

municipais e governamentais concorrem fraternalmente para levar sempre mais longe a depravação pública.¹ “Considerai bem a República e o espetáculo que ela oferece, dizia recentemente Maurice Talmeyer. Ela sofreu sobretudo uma dominação, a dominação maçônica. Aonde essa dominação a levou? A uma transformação política e social? Não. Ter-nos-ia ela dado pelo menos a liberdade? Muito menos. Mas qual é então a obra da república maçônica? Uma obra de *pura depravação*. Pornografia do livro,² do teatro,³ dos salões, do jornal”. Todo esse mundo e todas essas coisas, e muitas outras, conspiram em favor de quem levar mais longe a corrupção universal. O Estado vê essas coisas e, longe de reprimi-las, favorece-as. Quantas provas poderíamos oferecer a esse respeito! No dia 26 de novembro de 1901, era inaugurada em Montmartre a estátua do judeu Henri Heine, que exerceu tão funesta fascinação sobre a sociedade do Segundo Império e que dizia: “É preciso, em vez de continência e rigorismo, retornar à alegre licença, instituir saturnais, praticar, através da livre união, o melhoramento estético do animal racional”. Em janeiro de 1902, Leygues, Ministro da Educação, impunha às jovens, como preparação para o certificado de conclusão do curso primário, a leitura do “Ensaio sobre os Costumes”, de Voltaire. Um mês antes, um processo era intentado contra um desenhista que havia levado a licenciosidade a seus últimos limites. Uma das testemunhas pôde dizer: “No liceu *eu era educado no amor ao paganismo*. Na Escola de Belas-Artes *ensinaram-me o culto do nu*. O Estado é, pois, o único responsável pela minha *inclinação afrodisíaca*”. Quantos outros testemunhos poderiam ser acrescentados a esses!

A educação que deve ser dada aos filhos das classes menos favorecidas é tão corruptora quanto aquela dada aos artistas. Livros de uma obscenidade revoltante são colocados nas bibliotecas das escolas, dados como prêmio. Vêm-se gravuras obscenas por toda a parte, mas particularmente nas portas dos liceus e das escolas.

¹ E a família, está sem mancha? Para assinalar apenas um único ponto um dia indicado pelo *La Libre Parole*, como não nos espantarmos com a incrível liberdade deixada aos jovens nas praias. “Acompanhado de um estrangeiro, eu me encontrava num desses últimos dias numa praia normanda. Diante de nós, um enxame alegre de moços e moças faziam ressoar a sala de jogos com suas contínuas gargalhadas. Dei a conhecer ao meu companheiro as reflexões que esse espetáculo me sugeria. “É forçoso reconhecer, disse-me então o estrangeiro, que tendes na França uma maneira de educar vossas filhas, deplorável sob todos os pontos de vista. A jovem francesa desfruta, durante três longos meses, de uma liberdade quase completa. No meio dos jovens, seus companheiros de todos os instantes, ela nada, cavalga, joga tamis, anda de biciceta e à noite descansa de todas as fadigas do dia dançando como uma doida. Enquanto isso, as mães, na praia, bordam tapetes. O verão chega ao fim. Então, atenção! Ao primeiro sinal, vossas filhas devem retomar suas posições; elas devem abster-se de dar dois passos fora de casa se não estiverem acompanhadas da aia... Regozijai-vos de ainda contar com anjos num regime admiravelmente feito para engendrar demônios”.

² Um romancista atribuiu como *post-scriptum* de sua última obra estas palavras: “Que humilhação, a minha! Diante de mim, minha irmã degradada pelo meu livro! Promover o vício e chamar isso de psicologia, naturalismo, humanismo, eis toda a carreira literária francesa! O que pode fazer e no que pode se transformar um povo cuja imundície histórica é o único alimento intelectual. Uma literatura como a nossa é o maior elemento de corrupção e de decadência social que pode existir”.

³ O romancista ou outro escritor corruptor dirige-se a vós, a sós, face a face. O dramaturgo põe sua infâmia em palavras que voam de boca em boca e das bocas para os ouvidos do público. E se lá existisse apenas o que se declama. Pelos olhos, assim como pelos ouvidos, o espírito se embriaga de coisas cada vez mais inconfessáveis. Os teatros mais considerados pelo público são hoje aqueles em que se exibem mulheres nuas, aqueles em que a grosseria e a impudícia do espetáculo substituem a insuficiência do talento. Nessas condições, não é triste verificar que os teatros da capital auferiram, nesses últimos anos, 45 a 50 milhões de francos? Ao teatro veio juntar-se o cinematógrafo [aparelho inventado em 1895 pelos irmãos franceses Lumière, capaz de reproduzir numa tela o movimento, por meio de uma seqüência de fotografias - N. do T.], e o cinematógrafo ambulante, que passa de cidade em cidade, de vila em vila. Em Paris, o cinematógrafo tem cinco milhões de espectadores. A companhia geral dos fonógrafos e cinematógrafos tem renda líquida de cinco milhões.

Procura-se atingir de surpresa os jovens piedosos, nos próprios locais em que vão praticar suas devoções.⁴ Foram inseridas em cruzes e em outros objetos de piedade fotografias de uma inconveniência revoltante. Esses objetos são vendidos nas portas das igrejas, às quais acorrem numerosas peregrinações, por vendedores que apresentam como amostras objetos semelhantes, contendo vistas de monumentos religiosos. Foi *Le Fígaro* quem assinalou o fato em janeiro de 1892. Acrescentava que colegiais, moças, recebiam, nas cercanias de uma estação de bondes, pequenas brochuras intituladas: *Pour Dieu! – Pour la Patrie!*, que aceitavam sem desconfiança e que continham uma série de sujeiras inexprimíveis. Não existe, em tal propaganda, nenhuma especulação comercial, nenhum benefício material. É o envenenamento calculado, como os Quarenta queriam. Os cabarés e os maus lugares multiplicaram-se à vontade; e desenvolveram-se nesse momento uma atividade e uma engenhosidade incríveis para, a partir dali, levar as mulheres a se vestirem da maneira mais indiscreta. Todas as ocasiões são aproveitadas para espalhar através da imprensa, em todas as classes sociais, o conhecimento e a concupiscência das piores intemperanças. Para não falar senão das últimas, o “caso Syveton” e o “caso Steinheil”, foram publicadas as mais desavergonhadas confidências. Ao longo de colunas inteiras puderam ser lidas torpezas que não teriam sido toleradas, há alguns anos, na mais licenciosa gazetilha. Quantas pessoas, que não teriam querido ler esse folhetim, liam essas notícias! Durante semanas, jovens operários, colegiais, moças, toda a adolescência e juventude da França puderam chafurdar seus maus instintos nessa literatura repugnante. Quem estava ali para agarrar a ocasião e dela se aproveitar para dirigir-se aos jornais, que querem presentear seus leitores com tudo que pode sobreexcitar a curiosidade malsã e propagar o vício?

Podemos dizer que os poderes públicos atuais não se contentam em tolerar a imoralidade sob todas as suas formas, eles a instituem. Há já muito tempo, no Conselho Municipal de Paris, uma propaganda incessante é feita em favor de tudo o que é vício e purulência moral. Ela terminou, em 1904, numa verdadeira revolução na polícia dos costumes, que poderíamos chamar de polícia destruidora dos costumes. Um programa inteiramente novo de regulamentação foi baseado num relatório apresentado ao Conselho Municipal por um conselheiro franco-maçom, o I.: Turot. Esse relatório lembra tudo o que se poderia exumar dentre os pagãos e os bárbaros, não somente para justificar a devassidão, mas para glorificá-la; ele a compara com os rigores do cristianismo, pensando em tirar o brilho deste. A organização prática deveria seguir essa teoria. Ela a seguiu. A prostituição tornou-se livre, legítima,

⁴ De tempo em tempo o chefe de polícia encaminha aos comissários de polícia de Paris uma circular, concitando-os a abrir inquéritos contra aqueles que expõem imagens contrárias aos bons costumes. Podemos dizer: pura hipocrisia; porque, no dia seguinte ao de uma prisão, verificamos a presença dos mesmos desenhos nas mesmas vitrinas; e a cada dia o desenho se apresenta mais obsceno e a exposição mais cínica.

Um congresso internacional para combater a imoralidade foi realizado em Colônia, no dia 26 de outubro de 1904. Além da Alemanha e da Áustria, estavam representadas a Inglaterra, a Bélgica, os Estados Unidos, a Dinamarca, a Suíça e a França.

O pastor Weber, presidente, abriu esse congresso com um discurso sobre os temíveis progressos do envenenamento da sociedade através da literatura imunda. Ouviram-se, então, os relatos dos delegados das diferentes nações sobre a situação e sobre as respectivas leis de seus países. Foi Béranger, senador, quem apresentou o relatório sobre a situação da França. Não existe nenhum país no qual a literatura imoral tenha se espalhado tanto. Uma petição com 210.000 assinaturas, pedindo uma lei contra essa praga, foi enviada ao presidente do Conselho. Para quando, essa lei? Os delegados das outras nações registraram, quase todos, o fato de que a onda impura que se espalha sobre elas vem principalmente da França.

É isto certo? Não seria mais verdadeiro dizer que foi sobre a França que a Franco-maçonaria, que tem seu centro nos povos protestantes, levou a efeito seu mais poderoso esforço?

oficial, foi organizada e protegida. Casas de encontros em que todas as facilidades, todas as ocasiões de corrupção são oferecidas às mães de família foram abertas após esse estímulo oficial. O número delas logo ultrapassou cento e cinquenta. E o relator veio dizer ao Conselho Municipal: “Visitamos muitas dessas casas. Encontramos aí mulheres pertencentes a todas as condições sociais: mulheres de médicos, mulheres de advogados, mulheres de artistas...” Essas casas, no que diz respeito à complacência e à proteção das autoridades, estão colocadas em pé de igualdade com as empresas comerciais, industriais ou intelectuais mais verdadeiramente respeitáveis”.

O Parlamento rivaliza em zelo com o Conselho Municipal. Ele elaborou a lei do divórcio. Ano após ano ele a ampliou. Ele ouve aqueles que lhe pedem a abolição do casamento civil e a união livre. Esta é considerada como o último benefício que deve decorrer do princípio posto na Renascença: o direito à felicidade individual, procurado pela consciência individual. “A união livre, disse Briand, por quê não? Na expectativa de que ela fosse legitimada e legalizada, a administração militar estendeu às “companheiras” dos jovens soldados os auxílios que eram concedidos às mulheres legítimas.

Após o Conselho Municipal, após as Câmaras, eis a Universidade.

Estão as autoridades acadêmicas bem seguras das conseqüências que poderão advir para a moralidade pública do ensino que acaba de ser implantado? Não obedeceram, também elas, a sugestões maçônicas?

Em 1901, o senador Béranger e o professor Fournier constituíram a *Sociedade de Prevenção* ou de *Profilaxia Sanitária e Moral*.

Fournier expôs assim o objetivo dessa sociedade: dirigir-se à juventude, e em particular aos jovens dos liceus e colégios de rapazes e meninas, aos patronatos de jovens operários e operárias, para ensinar-lhes a conhecerem as perigosas doenças que constituem conseqüência da devassidão. Há sociedades que, assim como Pinard, querem que esse ensino seja dado desde a escola primária.

A sociedade tem como meios de ação distribuidores de brochuras, cartazes expostos à vista de todos, conferências públicas com projetores e figuras de cera.

Nos liceus e colégios de rapazes e moças haveriam cursos especiais, aos quais os jovens seriam admitidos apenas com o consentimento dos pais. Mas, quem impediria os excluídos de serem instruídos por seus camaradas ou suas colegas?

O Boletim da sociedade, na ata da reunião de 11 de janeiro de 1904 (página 4), informou que na reunião plenária do conselho superior da Universidade, o reitor Liard, questionado pelo decano da Faculdade de Medicina, respondeu: “Não somente devemos, mas é *necessário* dar esta educação aos jovens; e assumo o compromisso de envidar todos os meus esforços para que todos os alunos do Estado recebam esse ensino, condicionado à aprovação de seus pais”. Todos os alunos do Estado: isto logo significará todos os jovens da França, posto que o monopólio do ensino não deve demorar em tornar-se absoluto. “Assim, acrescenta o professor Pinard, pudemos fazer com que a Universidade aceitasse o princípio das conferências coletivas” (*Ibid.*, p. 35). Isto como resposta aos que diziam que tal ensino não podia ser dado senão em particular.

O abade Fonssagrives, admitido a falar numa das reuniões da sociedade logo após a publicação de seu livro *L'Education de la Pureté*, fez esta observação: “Ou vosso ensino é incompleto, tendo por objetivo único a intimidação, e poderá produzir deploráveis efeitos sobre certas imaginações. Ou então é completo, compreendendo os meios preservativos e poderá justamente ser taxado de imoral”.

O ensino completo absolutamente não preserva. Na aula de abertura do curso ministrado em 31 de janeiro de 1902, o professor Landouzy pôde fazer esta observação: “É verdade que os alunos de medicina, em contato desde o início com as doenças venéreas, não ignorando os riscos que correm, são menos atacados do que seus colegas de Direito e de Letras?”

Esse ensino é, pois: 1° inútil; 2° soberanamente imoral. Que pensar dos que querem impô-lo a toda a juventude da França? Que pensar do sucesso obtido na obra de desmoralização empreendida pela Franco-maçonaria para que homens bem intencionados — pois eles existem nesta sociedade — acreditem que se chegou ao ponto em que seja necessário generalizar um tal ensino!

Enfim, esse ensino não corresponde ao desejo de Vindex, à sua afirmação: “É a corrupção em larga escala que empreendemos”?

A esse ensino dado nos liceus, nas escolas e patronatos leigos, juntou-se outro em plena rua, que os poderes públicos não ignoram, mas ao qual não opõem nenhum entrave, se bem que, de tempo em tempo, derramem lágrimas sobre a diminuição da natalidade na França.

Na sessão de 13 de novembro de 1908, discutia-se na Câmara dos Deputados o orçamento do Ministério do Interior. Gauthier de Clagny pediu a palavra:

“Gostaria, disse, de salientar a obra destestável levada a efeito nos grandes centros operários pela Liga da Geração Consciente, da qual participa Robin, antigo diretor de Cempuis, subvencionada até ontem pelo Conselho Geral do Sena.

“Essa Liga, através de brochuras que tenho em mãos, através de conferências, prega nos lares operários o direito ao amor livre e indica os meios de evitar filhos. As brochuras contêm descrições infames, imagens obscenas, conselhos abomináveis para as mulheres e moças. É uma obra de envenenamento social.

“Não sei se o Ministério Público encontra-se desarmado ante essa propaganda desastrosa, se os poderes públicos podem impedi-la, mas digo que é impossível que o governo da República, preocupado com a grandeza do país e do seu futuro, se desinteresse por essa situação”.

Gauthier de Clagny entregou a Clemenceau, que fingia grande desilusão, um dossiê.

— Eu o estudarei, disse ele. E foi tudo.⁵

Quatro anos antes realizara-se em Paris uma Exposição Internacional sobre higiene e o júri outorgou uma medalha de ouro a um produto cujo prospecto se intitulava: “Felicidade para todos”. Eis os nomes e as qualificações eminentes dos membros da comissão sob cujo patrocínio esse pó pôde obter a solene recompensa: Presidente, Gerville-Réache, deputado; Vice-Presidente, Chauvet, senador; Dubois, deputado; o presidente do Conselho Geral do Sena; o presidente do Conselho Municipal de Paris; Measureur, diretor da Assistência Pública; Messimy, deputado; Rivet, senador... E outros...

No dia 4 de dezembro de 1904, Piot, senador da Côte-d’Or, encaminhou ao Presidente do Conselho uma carta em que chamava sua atenção para o seguinte fato: nas portas de Paris, municipalidades emprestam salas das prefeituras para reuniões que preconizam as teorias malthusianas.

Paul Robin, o homem de Cempuis, bem parece ser um personagem oficial. Ele desfruta de copiosa pensão. Fundou um jornal e um comitê, que nossos governantes

⁵ Em 1902, uma comissão extraordinária foi instituída para estudar as causas e os remédios do mal do decréscimo populacional mostrado pelas estatísticas. Foville, que participou da comissão, conta a sua história. Ao cabo de um ano, deixou-se de convocá-la. “Falta dinheiro”, diziam, e a administração recusava orgulhosamente aquele que o doutor Javal lhe oferecia. Uma das brochuras, da qual acaba de falar Gauthier de Clagny, redigida por um antigo institutor oficial, lamenta não encontrar no campo a mesma acolhida da cidade e isto porque a população do campo é mais religiosa; as mulheres da cidade, diz ele, não têm, como as do campo, “o medo do pecado”. “A experiência ensinou-lhe, diz ele ainda, que o canto é um meio de propaganda tão fecundo quanto as memórias e livros antigos. Ele cita o título de uma canção publicada na *Bibliothèque Ouvrière Socialiste*. Na sua opinião, seria necessário imprimir milhares de exemplares dessa canção, seguida de conselhos e de indicações. “É preciso sobretudo indicar os lugares em que os preservativos mais baratos podem ser encontrados e organizar estoques um pouco por toda a parte, nas casas das pessoas devotadas e sinceras”.

não podem ignorar, para propagar nas famílias as doutrinas imundas, nas quais a indignação pública não mais lhe permitiu iniciasse as crianças da Assistência Pública. No dia 20 de novembro de 1905, sua liga proferiu conferência pública na sala das Sociedades dos Cientistas, sob a presidência de Eugène Fournière, encarregado de um curso de economia social na Escola Politécnica.

Alguns dias antes, em Charonne, o prefeito local colocou uma das salas da prefeitura à disposição de Paul Robin e seus amigos. Seu jornal noticiou que um grande número de médicos, farmacêuticos, herboristas, parteiras estava à disposição dos que quisessem colocar seus ensinamentos em prática.

Ele publica os nomes dessas pessoas. Os conferencistas garantem que a propaganda recruta diariamente numerosos prosélitos entre os operários, e que as campanhas são ganhas pelas doutrinas maltusianas.

Agora, por toda a parte, esses missionários da corrupção pregam e trabalham. Parecem obedecer a uma direção comum. Pierret forneceu informações tristemente curiosas a respeito dessa matéria, no último Congresso da Sociedade de Economia Social. Os fascículos de 1º e 16 de abril de 1908 da *Réforme Sociale* publicaram o respectivo memorial, que tem por título *L'Œuvre Maçonnique de la Dépopulation en France*.⁶ Tais informações estabelecem de maneira peremptória que o movimento neo-maltusiano é desejado pela Franco-maçonaria. Ela fornece os teóricos, os propagandistas e também os executantes, isto é, os ministros, os administradores, os diretores de escolas. Ela empresta seus templos para que se façam conferências sobre a “livre maternidade”. Ela publica essas conferências.

Um dos membros mais dedicados da *Liga Francesa Antimaçônica*, Emile Pierret, autor de diversas obras muito conhecidas sobre economia social, acaba de publicar uma brochura abundantemente documentada sobre as causas da queda da natalidade na França; e essa brochura, que é o resumo de um relatório feito no ano passado, ao Grupo de Estudos de Paris da *Liga Francesa Antimaçônica*, demonstra até à evidência que o flagelo que sofremos não é engendrado somente pelas condições sociais e morais da vida francesa, mas também e sobretudo é resultado de uma verdadeira conjuração organizada pela maçonaria.

Pierret prova que, com o alto patrocínio dela, com o concurso confessado dos mais eminentes personagens do partido maçônico, foram fundadas associações que tendem a esse fim criminoso: encorajar a queda da natalidade na França. O I.º Robin está aí rodeado por todo um grupo de políticos cujos nomes são tristemente conhecidos do público: Aulard, Henry Bérenger, Séailles, Lucipia, Merlou, Fernand Gregh, Trouillot, Jaurès, o presidente Magnaud etc... E Emille Pierret explica como tomou contacto com esse movimento numa reunião da “juventude leiga” presidida por Havet, do Instituto, e cujos principais oradores não eram nada mais nada menos que Anatole France, da Academia Francesa, o deputado Sembat, o não menos deputado Ferdinand Buisson, que presidiu durante longo tempo aos destinos do nosso ensino oficial.

Eis os II.º e os maçonzados de alta linhagem, aos quais se refere o I.º Robin.⁷

⁶ Eis a conclusão da monografia publicada pela *Réforme Sociale*:

Houve oportunidade para registrar: 1º que é no governo da Restauração, tão devotado à Igreja, que terminam os nascimentos normais e, com a era voltairiana de Julho, o número de nascimentos começa a ser ultrapassado pelo de mortes; 2º que um crescimento da natalidade acompanha o Segundo Império, favorável à religião, e a República conservadora, quer dizer, de 1863 a 1882; 3º que, ao contrário, uma profunda queda da natalidade data da república anticlerical, dando, em lugar dos 130 nascimentos de 1813 a 1822, dois terços a menos, de 1893 a 1902, quer dizer, apenas 43.

⁷ Não se deve crer que seja apenas na França que a seita anticristã propaga a imoralidade. Numa das sessões do Congresso Católico Alemão, o deputado Roeren teve a coragem de dizer:

“Os desastres causados pela imoralidade que se espraia e pela propagação da literatura obscena na juventude são incalculáveis; o mal produziu tantos estragos que é a saúde do povo alemão inteiro que está em jogo.

Atualmente põe-se seriamente a questão de abolir o casamento civil e de declarar a liberdade do amor. Conhecemos a teoria de Briand, Ministro da Justiça, sucessor de Aguesseau. Briand considera que o casamento moderno deve ser visto como um vulgar contrato de arrendamento, por exemplo: arrendamento de três, seis ou nove anos, ou mesmo menos, à vontade das partes.

Le Play disse que os homens são corrompidos pelas instituições. “Essa palavra, escreve Lacointa, é, em relação ao nosso país, de uma verdade tanto mais impressionante quanto é realmente para corrompê-lo que uma seita satânica dotou-o das instituições que atualmente ele possui,⁸ porque ela sabe melhor que ninguém que o meio mais seguro de formar gerações ímpias consiste em favorecer, através das piores excitações, os pendores bestiais e anárquicos da natureza humana”.

Víndice não mentia quando dizia: “É a corrupção em grande escala que empreendemos”.

Para que ela seja profunda e durável é preciso que desça do alto. A Grande Loja compreendera bem isso; assim, ela se empenhou em corromper a aristocracia. Quantos escândalos ela nos dá hoje em dia! Sob o império de quais sugestões?

Na carta que já mencionamos algumas vezes, Piccolo-Tigre não apenas exortava a fazer entrar nas lojas o maior número possível de príncipes e nobres, ele queria que se dedicassem a corrompê-los.

“Uma vez que um homem, diz ele, mesmo um príncipe, sobretudo um príncipe, tiver começado a ser corrompido, estejais persuadidos de que ele não se deterá no declive. Há poucos costumes, mesmo entre os mais moralistas (agradava-lhe exprimir-se assim), e se caminha muito depressa nessa progressão” (isto é verdadeiro). Talvez não fosse impossível encontrar nessas linhas a explicação da queda de muitos príncipes contemporâneos, e talvez daqueles dentre nossos reis que, por seus costumes, desolaram a França e a Igreja, porque não é de hoje que data a Franco-maçonaria; ela sempre teve o mesmo objetivo e sempre recorreu aos mesmos meios de ação.

Nos dias atuais, quem não vê a que excessos de mundanismo é levada a nobreza pelos jornais mundanos, tais quais o *Figaro*, o *Gaulois*, e outros. Alguma vez eles se perguntaram quem os inspirava a esse respeito?

Na nossa sociedade cristã, a mulher, com o olhar fixado em Maria, mantém na família, na sociedade, o aroma da pureza. A virtude que emana dela envolve o homem, mesmo o vicioso, força-o a um certo comedimento e algumas vezes chega mesmo a tirá-lo de sua corrupção. A seita sabe bem disso; por isso ela emprega seus melhores esforços em arrastar o sexo no lodo. Víndice não nos deixa ignorar essas coisas. “Ultimamente ouvi, continua ele, um de nossos amigos rir de uma maneira filosófica acerca de nossos projetos e dizer-nos: *Para abater o catolicismo É*

“Não posso, nem seria preciso dizer, mostrar-vos todos os dossiês que possuo, mas posso vos assegurar que são apavorantes as perspectivas que se abrem sobre o abismo da corrupção em todas as camadas da população e – o que é mais triste ainda – todas as faixas de idade estão contaminadas. A propagação dos escritos imorais é enorme, a obscenidade que encerram diabólica; um só desses fatores é bastante, nas mãos de pessoas jovens e fáceis de comover, para conduzi-las necessariamente ao pecado e à perversão sexual, que, em consequência, engendram os vícios mais repugnantes.

“Não faz muito tempo que, numa pequena loja da Alemanha, foram apreendidas 500.000 fotografias obscenas: 60 casas alemãs vivem apenas dessa vergonhosa indústria. Simultaneamente aos escritos ou às imagens, as representações obscenas crescem em petulância.

⁸ 27 de julho de 1884 – O divórcio é estabelecido.

15 de dezembro de 1904 – É autorizado o casamento entre cúmplices adúlteros.

13 de julho de 1907 – O interregno imposto aos divorciados antes de se casarem novamente é abreviado.

5 de junho de 1908 – O divórcio de direito é concedido após três anos de separação.

5 de junho de 1908 – Os filhos adulterinos são legitimados.

NECESSÁRIO *começar por suprimir a mulher*. Essa palavra é verdadeira num sentido, mas posto que não podemos suprimir a mulher, corrompamo-la”. Os liceus para moças não foram criados com a intenção de responder a essa palavra de ordem?

Não foi o mesmo pensamento que ditou os decretos de Combes, que fecharam todos os estabelecimentos mantidos pelas religiosas? As religiosas, nas aulas, e depois nas reuniões dominicais, inspiravam às moças o respeito a si mesmas, a decência e a pureza. Foi através das mães religiosas que as criaram, que a fé e os costumes cristãos se mantiveram em tantos lares, apesar de todas as excitações e seduções. Disseminadas por toda a parte nas nossas cidades e vilas, elas eram o mais poderoso obstáculo à grande empresa de corrupção perseguida pela seita. Esta resolveu fazê-las desaparecer. Perguntamo-nos por que aberração nossos governantes puderam assim escolher como primeiras vítimas essas mulheres tão devotadas a todo o bem, tão veneradas pelas populações entre as quais se encontravam. Não houve erro, houve cálculo.⁹

Não podemos dizer tudo a respeito desse assunto delicado da corrupção da mulher e da corrupção pela mulher. É bom, contudo, advertir as famílias a tomarem cuidado com quem se introduz nelas, a vigiarem sobre o que acontece. No dia 7 de dezembro de 1883, o jornal *Emeute* de Lyon escrevia: “É hora de reforçarmos nossos batalhões com todos os elementos que abraçarão nossos ódios... As jovens serão poderosas auxiliares; elas irão buscar os filhos de família até no regaço de suas mães para levá-los ao vício e mesmo ao crime; elas se farão criadas das filhas dos burgueses para poder inculcar-lhes as paixões vergonhosas... Há ainda um outro trabalho útil que incumbirá a essas auxiliares mulheres, no meio de certas famílias inimigas; mas nada diremos a esse respeito, por motivos óbvios. Tal poderá ser a obra das mulheres ligadas à revolução”.

O primeiro autor da lei que criou os liceus para moças, o judeu Camille Sée, declarou que a obra da descristianização da França não alcançaria pleno sucesso senão quanto todas as mulheres tivessem recebido a educação laica. “Enquanto a educação das mulheres, disse ele em relatório à Câmara em 1880, terminar com a instrução primária, será quase impossível vencer os *preconceitos*, a *superstição*, a *rotina*” (leia-se: as tradições católicas, o dogma, a moral). E o I.: Bienvenu-Martin, Ministro da Instrução Pública, rejubilando-se por ter ocupado suas férias parlamentares com a inauguração de numerosos liceus e colégios para moças, oferecia essa razão para o seu júbilo: “*Trata-se de transformar as almas femininas*”.

Em janeiro de 1906, o renegado Charbonnel teve uma entrevista com o mesmo ministro. O *Raison* publicou-a.

“Viajo bastante, disse o ministro, por uma causa que tenho profundamente a peito, a educação de nossas jovens. Fui inaugurar numerosos liceus e colégios para uso delas. Arrancamos a mulher do convento e da Igreja”. “O homem faz a lei, a mulher faz os costumes”. Ouvindo essas palavras, diz Charbonnel, não me senti alegre”.

Ainda aqui a iniciativa fora tomada pelas lojas.

Em 6 de setembro de 1900, a Assembléia do Grande Oriente da França reencaminhou “ao estudo das lojas a pesquisa dos meios mais eficazes para estabelecer a influência das idéias maçônicas sobre as mulheres, tentar arrancá-las da influência dos padres e criar instituições aptas a atenderem esse objetivo”.¹⁰

⁹ O que surpreende é que uma sugestão tão longa, tão contínua, tão perseverante, tão intensa, não tenha produzido resultados ainda mais alarmantes. É preciso convir que o nosso país e o povo da França tivessem de reserva uma provisão de moralidade muito considerável, para resisitir durante tanto tempo a semelhante tratamento.

¹⁰ Ata da Assembléia de 1900, p. 166.

Para a execução desse desejo e outros semelhantes, o Conselho da Ordem endereçou a todas as lojas uma circular (nº. 13), datada de 15 de dezembro de 1902, dizendo-lhes: “O poder do clericalismo foi desenvolvido e consolidado graças à mulher, e é justamente graças a ela que esse poder malfazejo se mantém e se exerce. É preciso, pois, opor à mulher alimentada com idéias falsas e superstições ridículas, a mulher forte, a mulher maçônica, que conheça nossos princípios e nossas aspirações e as inculque em nossos filhos”.

Há coisa ainda pior do que essas que acabamos de ver, mais revoltante e mais satânica. Vindice, após ter dito: “Corrompamos a mulher”, acrescentava: “Corrompamo-la com a Igreja: *Corruptio optimi pessima*. É a corrupção em larga escala que empreendemos: a corrupção do povo pelo clero e do clero por nós, a corrupção que deve conduzir-nos a um dia colocar a Igreja na sepultura. O objetivo é suficientemente belo para tentar homens como nós. O melhor punhal para ferir a Igreja no coração é a corrupção. À obra, pois, até o fim!”

Puseram-se à obra. Que um padre seja corrupto ou que o povo creia que ele o seja, é mais ou menos a mesma coisa para o efeito que a seita tem em vista: propagar o vício, dando a entender que a virtude é impossível, que todos os homens sem exceção se entregam às suas paixões e que ali onde parece que ele é mais comedido existe apenas hipocrisia.

Assim, desde a Revolução de 1830, o padre foi representado nos teatros e nos romances como um ser cheio de torpezas. Esses procedimentos escandalosos, que são intentados a maior parte do tempo para permitir aos jornais da seita imputarem ao clero os vícios mais vergonhosos, tiveram início no fim do Segundo Império, e foram retomados depois que a República se tornou maçônica. Era preciso, não obstante, tanto quanto possível não se contentar em caluniar; corromper efetivamente seria bem melhor; e por isso foi elaborada a lei obrigando os seminaristas ao serviço militar, que entrega o inocente levita às promiscuidades da caserna; e como um ano de caserna não produzia o efeito desejado, obrigaram-no a dois anos e fizeram-no assistir a conferências pornográficas.

Vindice não estava sozinho a falar, como acabamos de ouvir. Ao mesmo tempo, ou quase, Quinet, professor no Colégio de França, promoveu a edição das obras do imundo luterano, Marnix de Sainte-Aldegonde, e justificou-a com esta razão no prefácio que escreveu: “Aquele que se propõe a desenraizar uma superstição caduca e malfazeja como o catolicismo, se detém autoridade, deve antes de tudo afastar essa superstição dos olhos do povo e tornar seu exercício absolutamente impossível, ao mesmo tempo em que elimina toda esperança de vê-la renascer. Para realizar essa esperança, trata-se não somente de refutar o papismo, mas extirpá-lo; não somente extirpá-lo, mas desonrá-lo; não somente desonrá-lo, mas, como queria a lei germânica contra o adultério, “SUFOCÁ-LO NA LAMA” (págs. 31 e 37).¹¹

Que enorme honra para o catolicismo ter tais inimigos, e vê-los reduzidos a empregar e a divulgar tais meios com a esperança de vencerem nossa resistência!

Scipion Pertrucci, secretário de Mazzini, pintava bem seus Il.º: quando, em 2 de abril de 1849, dizia a Paul Ripari: “*Il nostro è un gran partito porco; questo in famiglia lo possiamo dire*. Nossa associação é um grande partido de porcos. Isto nós podemos dizer em família”.



¹¹ Não é inútil observar que em 1903 o governo da República comemorou e mesmo fez comemorar pelas crianças das escolas o centenário do nascimento de Edgar Quinet.

CAPÍTULO XXIX

CORRUPÇÃO DAS IDÉIAS

Para chegar ao “aniquilamento da idéia cristã”, a corrupção dos costumes é seguramente um meio poderoso, mas apenas de segunda ordem. Pode até suceder que em lugar de servir aos que o empregam, ele vá de encontro aos seus desígnios. Quanto mais a cloaca se torna impura, mais estranha a dela saírem as almas que não perderam toda a nobreza. E onde se refugiar, senão na Igreja, que faz da pureza dos costumes o objeto de suas mais vivas solitudes! Não foi na cidade mais corrompida do império romano, em Corinto, que São Paulo pôde, em menos de dois anos, fundar uma de suas mais belas Igrejas? Por isso a Grande Loja, sempre favorecendo a corrupção dos costumes, aplicou-se sobretudo em corromper as idéias. Foi o conselho dado por Weishaupt: “A grande arte para tornar infalível qualquer revolução, é *iluminar os povos*, isto é, levar insensivelmente a opinião pública a desejar, a querer, a exigir as mudanças que constituem o objeto da revolução pretendida”. E acrescentava: “Quando o objeto desse desejo é uma revolução universal, todos os membros dessas sociedades que tendem ao mesmo fim, apoiando-se uns nos outros, devem procurar dominar invisivelmente e sem aparência de meios violentos, não a porção mais eminente, nem a menos distinguida de um só povo, mas os homens de todo estado, de toda natureza, de toda religião. Soprar por toda a parte o mesmo espírito, no maior silêncio e com toda a atividade possível, dirigir todos os homens esparsos sobre a face da terra para o mesmo objetivo. É na intimidade das sociedades secretas que se deve saber preparar a opinião”.

Esse programa é ainda seguido, ponto por ponto.

O desejo das sociedades secretas é sempre exatamente uma revolução universal, uma revolução que abarque o mundo inteiro e que possa transformar todas as coisas, atacando-as no fundamento sobre o qual repousam, a civilização: destruir a civilização cristã para estabelecer sobre suas ruínas a civilização humanitária, a civilização maçônica.

E também o meio sempre empregado para tornar essa revolução *infalível* é “*iluminar aos povos*”. As lojas não falam senão de iluminar, de espargir a luz. Sua principal ocupação é a sugestão. Por aí elas conduzem insensivelmente a opinião pública a *desejar*, a QUERER, a **exigir** as mudanças que devem trazer a revolução desejada, e toná-la infalível.

“É na intimidade das sociedades secretas, diz Weishaupt, que é se deve preparar a opinião pública”. É aí que ela é construída antes de ser divulgada fora.

Importa, pois, ver de perto e estudar nos seus detalhes a máquina maçônica montada para construir a opinião. Ela é admirável, tanto quanto uma coisa má pode sê-lo, uma coisa criada para produzir o mal e um mal dessa envergadura.

Inicialmente os sofismas são difundidos nas lojas com o aspecto que os torna sedutores, com a cor que lhes dá a aparência da verdade que deve produzir o bem.

Porque não se deve imaginar que no fim do século XVIII se tenha dito nas lojas, aos aprendizes e mesmo aos mestres: ireis trabalhar conosco na derrubada da monarquia, na expropriação e no extermínio do clero e da nobreza. Faziam-nos ver as desordens introduzidas na sociedade pelas cortes dos séculos, e faziam-nos desejar o seu desaparecimento, mostrando-lhes um ideal de sociedade perfeita na igualdade substituída à hierarquia. Imbuídos dessas idéias, os maçons faziam-se apóstolos, divulgavam-nas nas suas rodas, e cada qual contribuía assim para construir a opinião que, no momento desejado, devia explodir como uma bomba e causar análogas destruições.

A seita utiliza sempre o mesmo procedimento: a sugestão. Ela sugestiona seus membros, estes sugestionam o público, o público sugestionado presta-se às

mudanças queridas pelo Poder Oculto, quando ele não as exige ou as impõe por atos mais ou menos revolucionários.

Sugestão! essa palavra diz talvez pouca coisa ao espírito do leitor. A constituição da maçonaria é inteiramente feita e admiravelmente feita para produzi-la. O que devemos, pois, estudar agora, a fim de podermos nos dar conta do estado de corrupção intelectual ao qual nossa sociedade chegou, é a constituição da Franco-maçonaria relativamente à sugestão. Como ela recruta, como ela se organizou, como, através desse organismo, ela chega a irradiar as idéias que quer fazer prevalecer e os sucessos que suas sugestões obtêm nas diversas classes da sociedade. Então compreenderemos como uma associação, restrita a um número de pessoas relativamente mínimo, pôde assenhorear-se de todos os níveis da vida pública, chegar aos resultados que vemos e alimentar a esperança fundada de alcançar os fins últimos a que ela se propôs há pelo menos dois séculos.

I — RECRUTAMENTO EM SOCIEDADE SECRETA

É dentro dela inicialmente e no espírito de seus membros que a Franco-maçonaria opera a corrupção das idéias. Desde o ingresso na loja, ela se aplica a essa perversão; ela a busca nas sucessivas iniciações; ela a completa através de sugestões contínuas.

Primeiramente, como ela recruta seus membros?

O membro da Grande Loja que se escondia sob o nome de Piccolo-Tigre vai nos instruir. Ele o faz numa carta endereçada, em 18 de janeiro de 1822, à uma loja piemontesa que ele próprio tinha criado da maneira como dissemos ao expor a constituição do Carbonarismo.

“Para propagar a luz ele julgou bom e útil dar impulso a tudo aquilo que aspira a excitar-se.¹ O essencial é isolar o homem de sua família, de fazê-lo perder os costumes. Pela inclinação do seu caráter, ele está suficientemente disposto a fugir dos cuidados do lar, a correr atrás dos prazeres fáceis e das alegrias proibidas. Ele gosta das longas conversas do café, da ociosidade dos espetáculos. Seduzi-o, liberei-o, conferi-lhe alguma importância; ensinaí-o a enfastiar-se de seus trabalhos quotidianos, e, através dessa artimanha, após o terdes separado de sua mulher e de seus filhos, e de lhe terdes mostrado como são penosos todos os deveres, inculcai-lhe-eis o desejo de uma outra existência. Quando tiverdes insinuado em algumas almas o desgosto pela família e pela religião — um vai quase sempre atrás do outro — deixai escapar algumas palavras que provoquem o desejo de ser afiliado da loja mais próxima. Essa vaidade do habitante da cidade e do burguês de se entregarem à Franco-maçonaria tem algo de tão universal que fico sempre em êxtase diante da estupidez humana. Espanto-me em não ver todo o mundo bater à porta de todos os veneráveis, pedindo a esses cavalheiros a honra de serem um dos operários escolhidos para a reconstrução do Templo de Salomão. O prestígio do desconhecido exerce sobre os homens um tal poder que eles se preparam com temor para as fantasmagóricas provas da iniciação e do banquete fraterno. Julgar-se membro de uma loja, sentir-se, excetuados sua mulher e seus filhos, chamado a guardar um

¹ Dar impulso a tudo aquilo que aspira a excitar-se! Jamais essa instrução foi tão bem observada como nos nossos dias, de alto a baixo da sociedade. Não podemos verificar o efeito disso até no clero? Não vimos, mesmo no seio dele, erguerem-se agitadores e agitados? Sabem eles de onde lhes vem o “impulso” e a que fins se destina? Piccolo-Tigre di-lo: “Propagar a luz maçônica!!” Outros, mais abertamente: “a idéia democrática”.

segredo que jamais lhe será confiado é, para certas naturezas, uma voluptuosidade, uma ambição”.

A Franco-maçonaria, que não é senão a ante-sala de sociedades mais secretas, tais como o Carbonarismo, tem ela própria suas ante-salas, nas quais ela procura os desgostosos com a família, os vaidosos, os rebeldes, para convidá-los a entrar no seu seio.

A primeira dessas ante-salas foi a escola laica, tomando a palavra “escola” num sentido lato.

No número de 30 de setembro de 1903, *La Vérité* de Quebec publicou o seguinte:

“Existe nos Estados Unidos uma sociedade secreta que conta com mais de 200.000 membros, recrutados exclusivamente entre as crianças e os jovens de 14 a 21 anos. Suas ramificações estendem-se ao Canadá, ao México e ao mundo inteiro. Ela tem seu rito, seu alfabeto secreto, suas insígnias, seus graus, suas senhas, numa palavra, todo o equipamento das seitas maçônicas. Essa sociedade denomina-se *The Coming Men of America*. Nossos colégios clássicos, diz *La Vérité*, nossas academias não estão ao abrigo do trabalho feito por esses *Coming Men* para aliciar seus alunos. Não exageramos nada. Temos documentos em nosso poder: certificados de admissão, prospectos, panfletos etc., que não deixam nenhuma dúvida sobre o caráter dessa sociedade e a rapidez de seus progressos. Desses documentos resulta que essa sociedade de crianças e de jovens tem por organizador e por padrinho um grau 32 da maçonaria, um Old Fellow, um Mystic Shriner. O “Grande Secretário” adverte à criança iniciada que ela deve dissimular com o maior cuidado todos os seus documentos, notadamente o alfabeto secreto, jamais os trazendo consigo, mudando-os freqüentemente de lugar etc., etc., e isto sob a fé de uma palavra de honra que equivale, diz ele, ao mais terrível dos juramentos.

“Ademais, o mesmo secretário afirma que as seitas maçônicas colocam *gratuitamente* à disposição da C.M.A. suas salas de reunião”.

Não temos nós associações semelhantes na Europa?

Existem outras ante-salas.

“Sob o mais fútil pretexto, criai, diz Piccolo-Tigre, ou ainda melhor, fazei criar através de outras pessoas associações que tenham por objetivo o comércio, a indústria, a música, as belas-artes. Reuni num lugar ou noutro vossas tribos ainda ignorantes; infiltraí o veneno nos corações escolhidos, infiltraí-o em pequenas doses e como que por acaso; depois, vindo a reflexão, ficareis espantados com o vosso sucesso”.

Piccolo recomendava aos membros da loja que instituía no Piemonte jamais hesitar em colocar essas associações de música e outras sob a direção eclesiástica: “Colocai-as, dizia, sob o báculo de um padre virtuoso, em evidência, mas crédulo e fácil de enganar”.

Muito mais, ele recomendava introduzir franco-maçons recrutadores até nas confrarias: “Não temais em insinuar alguns dos nossos no meio desses rebanhos.² Que estudem com cuidado o pessoal dessas confrarias, e verão pouco a pouco que não faltam colheitas a fazer”. Com efeito, na Itália, como na América do Sul, as confrarias forneceram numerosos franco-maçons, e daqueles que fizeram mais mal. Essas recomendações não devem escapar aos eclesiásticos encarregados da direção dos patronatos e dos círculos, menos ainda àqueles que, por eles próprios ou sob a influência de certas sugestões, organizam sociedades de música, de ginástica etc.

² Weishaupt dera um nome especial a esses dentre os seus II.º: chamados a desempenhar esse papel. Ele os chamava de II.º: *Insinuantes* ou *Recrutadores*.

Com o nome de I.º: Insinuante, diz Barruel, deve-se entender aqui o iluminado que trabalha para ganhar Irmãos para a sua Ordem. Há Irmãos mais especialmente encarregados dessa tarefa; são os que poderíamos chamar de apóstolos, os missionários da Ordem”.

Eles jamais se arrependerão da demasiada perspicácia e vigilância acerca das idéias que são difundidas entre seus jovens.

Em geral, é nessas sociedades laicas que se faz o recrutamento dos maçons. O I.: Bourget, no Congresso das Lojas do Nordeste em Rouen, recomendava a seus II.: que se insinuassem no maior número possível de sociedades, “sempre e particularmente nos patronatos leigos, escolares e de beneficência, associações de previdência, de auxílio, de tiro e de ginástica, e em todos os grupos em que a idéia democrática³ tem mais chance de germinar e de se desenvolver”.

Jean Bidegain, no seu livro *Le Grand Orient de France, ses doctrines et ses actes* (p. 281), também diz: “Cada loja reúne em torno de si uma multidão de grupos, de sociedades que são sucedâneas”. E ele mostra a atividade que o delegado da Franco-maçonaria sabe desenvolver junto a essas sociedades: “O cidadão que é franco-maçom organizará, às dez horas da noite, para as oito horas da manhã do dia seguinte, a Universidade popular; deliberará às onze horas na seção da Liga dos Direitos do Homem, e bradará às duas horas da tarde no grupo do livre pensamento. Os franco-maçons são os *Maîtres* Jacques da democracia”.

No terceiro Congresso das Lojas do Leste, que se realizou em julho de 1882, os maçons receberam estas instruções:

“Quando, sob a inspiração de uma loja, um núcleo de maçons, auxiliados por todos os amigos profanos, criar uma sociedade qualquer, não devem deixar a direção em mãos profanas. Muito pelo contrário, devem esforçar-se para manterem no conselho diretor dessa sociedade por eles criada um núcleo de maçons, que permaneçam como o centro da ação operária, e que, tendo a direção da sociedade nas mãos, continuem a encaminhá-la numa via conforme às aspirações maçônicas.

“Que força não terá a maçonaria sobre o mundo profano quando existir ao redor de cada loja uma coroa de sociedades, cujos membros, dez ou quinze vezes mais numerosos do que os maçons, receberem dos maçons a inspiração e o objetivo, e unirem seus esforços aos nossos para a grande obra que perseguimos!”⁴ Todavia, na Convenção de 1898, o relator da Comissão dos Propósitos fazia esta recomendação: “Não se deve deixar ver nessa obra a mão da Franco-maçonaria”.⁵

A Franco-maçonaria, pois, tem emissários através dos quais não somente recruta seus novos membros, mas também sopra seu espírito nessa multidão de associações que ela cria ou no seio das quais pôde se introduzir. Por intermédio deles, ela imprime a essas associações suas diretrizes e as faz concorrer, sem que elas suspeitem, para o seu plano de descristianização. “É por esta plenitude de organização, diz o I.: Goblet d’Alviella, que a maçonaria está em condições de rivalizar com sua grande inimiga, a Igreja de Roma”.⁶

Waldeck-Rousseau, falando das congregações religiosas, quis fazer ver nelas “um substrato de influências ocultas, hoje visível”; impossível melhor caracterizar a ação que a Franco-maçonaria exerce sobre a sociedade através dessa plenitude de organização que coloca nas mãos de alguns chefes desconhecidos a direção não somente de todas as lojas do mundo, mas também a dessa multidão de associações que a seita soube estabelecer ao seu redor, que ela inspira ou que ela recruta.

³ Já tivemos ocasião de observar que os franco-maçons dizem indiferentemente: idéias democráticas ou idéias maçônicas; propagar umas é, pelo menos, abrir o caminho para as outras.

⁴ Em 1880, no mês de setembro ou de outubro, dez anos após a entrada dos piemonteses em Roma, o *Folchetto*, num artigo de elogio à Franco-maçonaria, dizia: “Seria uma suprema injustiça não reconhecer que todas essas associações (não maçônicas, mas maçonzadas), que não eram senão galhos da grande árvore maçônica, mantiveram vivo durante várias dezenas de anos o pensamento italiano (da unidade italiana), e que essa vegetação que desabrochou no santo empreendimento da redenção da pátria não encontrou seu alimento em nenhum outro lugar fora das associações”.

⁵ *Les Pétitions contre la Franc-Maçonnerie*, pp. 163-165.

⁶ Na loja “Os Amigos Filantropos” de Bruxelas, em 5 de agosto de 1877.

Essas sociedades não fornecem senão burgueses; a maçonaria recebe-os de bom grado, mas não pode se contentar com isso. “A Grande Loja deseja, continua Piccolo-Tigre, que, sob um pretexto ou outro, seja introduzido nas lojas maçônicas o maior número possível de príncipes e de ricos. Os príncipes das casas soberanas, que não têm a esperança de serem reis pela graça de Deus, querem todos sê-lo pela graça de uma revolução. O duque de Orleans (depois Luís-Filipe; estas linhas foram escritas em 1822) é franco-maçom; o príncipe de Carignan (depois Carlos Alberto, rei da Sardenha), também foi. Não faltam, na Itália e em outros lugares, os que aspiram às honras do avental e da colher de pedreiro simbólicos. Adulai todos esses ambiciosos, obtende-os para a Franco-maçonaria: a Grande Loja verá depois o que poderá fazer de útil com eles para a causa do progresso. Enquanto esperam, eles servirão de isca para os imbecis, os intrigantes, os cidadãos e os necessitados. É uma bandeira magnífica, e sempre há tolos dispostos a se comprometerem com o serviço de uma conspiração da qual um príncipe qualquer aparenta ser o cabeça”.⁷

⁷ O *Monde Maçonnique* publicou, por volta de meados de 1883, um quadro da história da Espanha durante este século. Diz-se ali que todos os acontecimentos importantes que ocorreram naquele país constituem ação da Franco-maçonaria; que a rainha Isabel e seu filho Alfonso devem a ela o trono, e que foi graças à energia do grande-mestre que Fernando VII manteve a ab-rogação da lei sálica na Espanha.

Há apenas usurpadores nas mãos da Franco-maçonaria. Por ocasião da ascensão de Eduardo VII ao trono da Inglaterra, o *Événement de Québec* publicou estas informações:

“Alberto Eduardo, príncipe de Gales, é o mais eminente franco-maçom que existe sobre a terra, não somente pelo fato de que se tornou rei da Inglaterra, mas porque ele é grande-mestre das grandes-lojas da Inglaterra, Irlanda, Escócia e País de Gales, e é também grande-prior da ordem dos Cavaleiros do Templo na Inglaterra e grande-patrão da Ordem *Ancient Accepted Scottish Rite of Freemasonry* no Reino Unido, tendo recebido o 33º e último grau nesse ramo da maçonaria.

Ele pertence à ordem maçônica há mais de trinta e dois anos; e não existe, no mundo inteiro, membro que tome parte mais ativa no seu desenvolvimento. Na posição real que ocupa e pela alta função que desempenha na ordem maçônica, ele dá claro exemplo a seus associados da igualdade que os franco-maçons preconizam como existente entre eles”.

La Vérité de Quebec, após ter reproduzido essas informações, acrescentava:

“Nós sabemos que o novo rei da Inglaterra é um maçom altamente graduado; também sabemos que a rainha Vitória era a protetora dessa seita condenada pela Igreja. *Mas, por mais altamente graduado que seja Eduardo VII, ele provavelmente não está a par do que se passa nos círculos íntimos da Franco-maçonaria. Os verdadeiros chefes da seita, que nem sempre são os chefes aparentes, concedem de bom grado títulos e lugares de honra aos reis e aos príncipes, mas guardam os segredos maçônicos para si.* Eles sabem torcer em proveito próprio o prestígio real, eis tudo”.

Quer dizer, eles sabem muito bem fazer os príncipes e os reis maçons servirem à execução de seus desígnios.

Em apoio ao que acaba de dizer *La Vérité* de Quebec, ao observar que o I.º Eduardo VII, por mais grande-mestre que seja da maçonaria inglesa, provavelmente ignora muitos segredos, lembraremos a carta do duque de Orleans, grande-mestre do Grande Oriente da França, inserida em 22 de fevereiro de 1793 no *Journal de Paris*, assinado por ÉGALITÉ, e lido na sessão do Grande Oriente, no dia 13 de maio do mesmo ano:

“Eis minha história maçônica. Num tempo em que seguramente ninguém previa nossa revolução, eu me afeiçoei à Franco-maçonaria, que oferece uma espécie de imagem de igualdade, assim como eu me afeiçoei ao parlamento, que oferece uma espécie de imagem de liberdade. Depois troquei o fantasma pela realidade. No último mês de dezembro, tendo o secretário do Grande Oriente se dirigido à pessoa que ocupa junto a mim as funções de secretário do Grande-Mestre, para me fazer deferir um pedido relativo aos trabalhos dessa Sociedade, respondi-lhe, em data de 5 de janeiro:

“COMO NÃO CONHEÇO A MANEIRA PELA QUAL O GRANDE ORIENTE É COMPOSTO, E QUE, ADEMAIS, PENSO QUE NÃO DEVE EXISTIR NENHUM MISTÉRIO NEM NENHUMA ASSEMBLÉIA SECRETA NUMA REPÚBLICA, SOBRETUDO NO INÍCIO DO SEU ESTABELECIMENTO, NÃO QUERO MAIS ME ENVOLVER COM O GRANDE ORIENTE NEM COM AS ASSEMBLÉIAS DOS FRANCO-MAÇONS.”

Ao escrever esta carta, PHILIPPE-ÉGALITÉ redigira sua própria sentença de morte. Algumas semanas mais tarde, ele teve a cabeça cortada pela faca triangular.

É numa sociedade SECRETA que os recrutas assim captados são introduzidos, de onde quer que venham.

— Sociedade, sem dúvida, alguém dirá; mas, secreta? Conhecemos um grande número daqueles que a integram. Seus nomes enchem um grosso volume que acaba de ser publicado. Conhecemos seus lugares de reunião: as *lojas*. Conhecemos a data de sua assembléia geral anual: a *convenção*; e as atas de suas sessões são publicadas.

E não obstante, apesar dessa notoriedade e dessa publicidade, a Franco-maçonaria é verdadeiramente uma sociedade secreta, e a mais secreta das sociedades que existem atualmente no mundo.

Como assim? Copin-Albancelli vai explicar para nós.

“Devemos, diz ele, considerar como sociedade secreta sobretudo aquela que esconde seu objetivo. Quando homens se reúnem é sempre em vista de um objetivo que lhes é proposto. Se eles acreditam que esse objetivo não pode acarretar suspeita para ninguém, eles o declaram francamente e sua sociedade não é qualificada como *secreta*.

“Mas, quando os homens se constituem em sociedade para um objetivo que eles sentem que vai prejudicar interesses ou ferir convicções, que vai colocá-los em oposição a um estado de espírito ou a um estado de coisas reinante, ou eles declaram em alta voz o objetivo de sua associação, pouco importando o que possa seguir-se a isso, ou adotam meios para que o público ignore esse objetivo, esse intuito, esse fim, e imagine um outro diverso daquele que realmente eles têm. A associação assim constituída será essencialmente secreta. Seremos obrigados a dizer: não sabemos por que esses homens se aproximaram uns dos outros e se uniram, por que eles realizam assembléias; não sabemos o que fazem, com que objetivo trabalham. Uma tal sociedade seria secreta, ainda mesmo quando ela não ocultasse sua existência. A existência de uma sociedade que se esconde acaba sempre por ser conhecida, quaisquer que sejam os meios que ela adote para se subtrair aos olhos do público e da polícia. Mas mesmo que se manifeste, uma sociedade pode ter uma finalidade oculta, um segredo que será tanto melhor guardado quanto não for confiado a todos os seus aderentes. Tal é a Franco-maçonaria. Ela chamou a si o mistério, ela se envolveu nele; para ela era necessidade, porque ela se propunha uma luta contra a ordem de coisas existente. Se ela não lutasse contra essa ordem de coisas, ela não se esconderia. Ela é uma conspiração, um complô em estado permanente; em outras palavras, um organismo de guerra contra a sociedade tal como ela está constituída”.

Há cerca de dois séculos a Franco-maçonaria estabeleceu suas lojas em toda a França e mesmo em toda a Europa. Ora, discute-se permanentemente acerca do objetivo dessa associação. Ela ofereceu trinta e seis, diferentes segundo os tempos e os lugares, modificando mesmo seus estatutos segundo a oportunidade e as necessidades do momento. Ainda atualmente seus aderentes não concordam em ser interrogados, e sobretudo eles não concordariam que se pudesse colocar face a face os franco-maçons de todos os países do mundo, ou todos os franco-maçons franceses que existiram durante esses dois séculos. Se os fundadores da associação ou seus chefes atuais tivessem dado a conhecer a seus associados o verdadeiro objetivo, nós não teríamos que verificar assim as contradições entre as declarações de uns e de outros.

Louis Blanc, falando, em sua *Histoire de la Révolution*, sobre os princípios colocados à testa dos Grandes Orientes, confirma nestes termos o que Philippe-Égalité acaba de nos ensinar: “*Eles sabiam a respeito da Franco-maçonaria apenas aquilo que pode ser mostrado sem perigo*; e eles não tinham com o que se inquietar, presos como estavam nos graus (nas iniciações) inferiores, nos quais *o fundo das doutrinas aparece apenas confusamente através da alegoria*, e nos quais muitos não vêem senão uma ocasião para diversões e alegres banquetes”. T. II, pp. 82 e 83.

A Franco-maçonaria não esconde apenas seu fim. Ela não diz quem foram seus fundadores, qual é a sua organização. Ela oculta seus modos de ação; procura enganar-nos acerca do caráter da obra que realizou até aqui. Começamos a penetrar em tudo isso, não porque ela esteja tirando seus véus, mas por causa da observação a que ela está submetida agora. No que lhe diz respeito, ela continua a se encobrir de véus, véus não somente espessos, mas soberanamente enganadores.⁸

“A Franco-maçonaria é MENTIRA em todo o seu ser e em toda a sua ação”, diz Copin-Albancelli. Nada manifesta melhor sua filiação. Nosso Senhor disse de Satanás: “Quando ele mente, fala de si mesmo: porque ele é mentiroso e o pai da mentira”. Está exatamente aí o que é próprio da Franco-maçonaria, de sorte que se lhe pode aplicar o que Nosso Senhor dizia aos judeus: “O pai do qual proviestes é o diabo”. Vossas mentiras denunciam vossa origem. Quereis realizar os desejos de vosso pai, e o meio que vos serve é aquele que ele emprega.

Uma sociedade que existe há séculos precisou e precisa recrutar. Para recrutar é preciso apresentar aos que são solicitados um motivo de adesão, um fim a alcançar através de uma comunhão de esforços. Mas se o fim que se lhes propõe é de tal natureza que não pode ser mostrado, é necessário apresentar um outro; de onde a mentira mesmo para os que aderem a essa sociedade.

Essa mesma necessidade impõe-se relativamente ao mundo no meio do qual a sociedade secreta se encontra, se reúne e age. Daí essa contínua diversidade de atitudes e de declarações, das quais a história da Franco-maçonaria está repleta. Nos seus primórdios, ela se declarou religiosa. Um dos primeiros que se declarou franco-maçom na França, o cavaleiro de la Tierra, escreveu: “Imaginaí um homem temente a Deus, fiel a seu Príncipe; que dá a cada um o que lhe é devido, que não faz a ninguém o que não gostaria que fosse feito a ele próprio: eis o maçom, eis seus mistérios, eis seu segredo...” Após ter-se dito religiosa, ela se declarou tolerante. O primeiro artigo de seus estatutos afirma que ela tem por princípio a tolerância, que ela respeita a fé religiosa de todos os seus aderentes, e ela acrescenta que não se ocupa com política.

Eis como ela se exprime:

“Na esfera elevada em que ela se situa, a Franco-maçonaria respeita a fé religiosa e as opiniões políticas de cada um de seus membros, ela proíbe formalmente em suas assembléias qualquer discussão de matéria religiosa ou política, que tenha por objeto seja a controvérsia sobre as diferentes religiões, seja a crítica dos atos da autoridade civil e das diversas formas de governo”.

⁸ A Franco-maçonaria realizou, em 1894, um Congresso internacional em Anvers. Os diversos ritos deviam expor seus pontos de vista sobre as questões que lhes tinham sido previamente submetidas.

A terceira sessão foi consagrada ao exame da seguinte questão: qual é o alcance da obrigação do segredo maçônico?

O I.: Bouvier, delegado do Diretório do Regime Escocês Retificado da Suíça, acha que “é importante, para se ter bom sucesso, trabalhar em segredo, porque a partir do momento em que o público souber que a Maç.: estuda e prepara uma obra, todos os inimigos da nossa Ordem por-se-ão em campanha para fazê-la fracassar, sem se preocuparem com o valor e a utilidade dessa obra, mas unicamente por ódio à Franco-Maçon.: Se a Maçon.: tem ainda um poder tão considerável no mundo é por ser um poder oculto. Agiríamos muito mal, do ponto de vista do objetivo que pretendemos, em abandonar um sistema que até aqui tem sido para nós um elemento de força”.

O I.: Goebel diz:

“... Não refletimos sobre o segredo sob o ponto de vista que diz respeito às pessoas. Considero que o segredo deve ser inviolável acima de qualquer coisa. Deve ser proibido a quem quer que seja divulgar no mundo profano o segredo dos outros. Tendes o direito de vos apresentardes como Maç.:; tendes o direito de dizer aos profanos: “Sou Maç.: por tais motivos”, mas não podeis dispor do segredo de vossos II.: Os que entram num templo maçônico devem saber que jamais alguém não o saberá senão pela sua própria vontade”.

Também na Hungria, diz o I.: Bosanyi, “o segredo, quanto às pessoas e quanto à instituição, não pode ser objeto de dúvida para ninguém. Esse juramento deve ser mantido rigorosamente”.

Respeito pela fé religiosa e nada de política. Toda discussão “de matéria religiosa ou política” é *formalmente proibida*. Está dito de forma absolutamente precisa.

Ora, isto não é verdade.

De fato, a Franco-maçonaria não é tolerante. Ela não respeita a fé católica. Ao contrário, ela a persegue com um ódio encarniçado. Os fatos entram pelos olhos. Mas se hoje ela se apresenta anti-religiosa, fá-lo de maneira diferente nos países protestantes e nos países católicos.⁹

O mesmo vale para a política. Durante muito tempo ela declarou não querer se ocupar com política de nenhuma maneira; agora, reconhece que se transformou em dona do poder. Todas as formas de poder foram sucessivamente aduladas e combatidas por ela, até que ela chegou a essa república que, segundo sua confissão, ou fanfarrice, é tão-somente a maçonaria a descoberto.

Se a Franco-maçonaria é mentirosa por função, por necessidade, se ela não pode agir de outra maneira senão mentindo para se manter secreta no sentido que estudamos, daí não decorre que todos os franco-maçons sejam mentirosos. Eles próprios são enganados; o que significa que quando dizem as coisas mais contrárias à verdade, a propósito da sociedade a que pertencem, são, no mais das vezes, sinceros consigo mesmos.

As lojas, assim recrutadas, não passam, como diz Piccolo-Tigre na carta que citamos, de “um lugar de depósito, uma espécie de haras, um centro pelo qual é necessário passar antes de chegar a nós (membros as lojas de retaguarda). Ensinando-lhe a carregar a arma com seu copo, apoderamo-nos da vontade, da inteligência e da liberdade do homem. Preparamos essas coisas, rodeamos o homem, estudamo-lo. Adivinhamos seus pendores, afetos e tendências; quando está maduro para nós, encaminhamo-lo a uma ou outra das sociedades secretas das quais a Franco-maçonaria não é senão a ante-sala muito mal iluminada”.



⁹ Franco-maçonaria e protestantismo sempre viveram em boa harmonia. Em novembro de 1905, em Mansion House, o lorde prefeito de Londres abriu a loja maçônica nº 3116, denominada Guildhall, que foi consagrada pelo grande secretário, assistido pelo arqui-diácono Sinclair e por *sir* Savary, que desempenharam as funções de capelães. Entre os fundadores dessa loja, criada na Prefeitura de Londres, está o lorde prefeito, Vaughan Morgan, e numerosos vereadores. Entre os franco-maçons presentes, estão os bispos anglicanos de New York e de Barking, o deão anglicano de Capetown e membros do Parlamento. O arqui-diácono anglicano Sinclair, no discurso que pronunciou, assinalou que a nova loja era destinada aos membros do Câmara Municipal e aos altos funcionários envolvidos na vida tão complexa de Guildhall.

CAPÍTULO XXX

CORRUPÇÃO DAS IDÉIAS *(continuação)*

II. – INICIAÇÕES

Ao atrair alguém para seu seio, se a maçonaria comesse por lhe descobrir suas doutrinas e mostrar-lhe distintamente seu objetivo, no mais das vezes causaria ao neófito um espanto e mesmo um pavor tais que este procuraria se evadir. Ela procede com mais prudência. Inicialmente, o discípulo das lojas encontra-se aí numa atmosfera que não pode respirar durante muito tempo sem que sua alma fique intoxicada. “As lojas, diz Piccolo-Tigre, discorrem sem cessar sobre os perigos do fanatismo, sobre a felicidade da igualdade social e sobre os grandes princípios da liberdade religiosa. Entre dois festins elas têm anátemas fulminantes contra a intolerância e a perseguição”.

As iniciações fazem os aspirantes entrar no espírito da maçonaria, melhor ainda do que através dos discursos que eles ouvem.

O primeiro objetivo da iniciação é *purificar* o aprendiz de toda mentalidade cristã, caso possua uma. O *companheiro*, tendo retornado assim ao estado de *natureza*, sem preconceitos religiosos e sociais, será capaz, tornando-se *mestre*, de adquirir uma nova mentalidade.

A criança criada na sociedade cristã vê, julga e age cristãmente; o maçom nascido à luz do templo verá, julgará e agirá maçonicamente. Não é necessário sugerir-lhe os atos. O Mestre Perfeito, na presença de um julgamento a fazer, de uma decisão a tomar, julgará e agirá por instinto, seguindo os preceitos da maçonaria, para o bem da Ordem; a disciplina cristã terá sido substituída pela escravidão maçônica.

Desde os primeiros passos dados na associação, ela lhes diz que possui um segredo para obter a felicidade da humanidade e o soberano bem de seus membros, e que eles não podem chegar ao conhecimento desse segredo senão através de sucessivas iniciações. Essas iniciações são feitas através de cenas simbólicas sabiamente graduadas. Numa comunicação confidencial endereçada, em 1º de março de 1902, pelo Grande Colégio dos Ritos, Supremo Conselho do Grande Oriente da França, aos Conselhos Filosóficos e aos Capítulos da Federação, diz-se:

“Nossos símbolos representam antes de tudo procedimentos de educação filosófica e ao mesmo tempo de união. Sob formas materiais, eles exprimem por meio de emblemas um certo número de verdades morais aceitas por todos os nossos adeptos, e que é conveniente lembrar-lhes incessantemente, dirigindo-os simultaneamente a seu bom senso e à sua razão...

“As oficinas superiores devem ser, de alguma maneira, como as escolas normais da Ordem; escolas que devem se consagrar antes de tudo ao estudo da ciência maçônica. Seus membros irão em seguida levar para as lojas o que tiverem aprendido aí. Eles o farão com tato e prudência”.¹

Em cada iniciação os candidatos são atentamente observados. Há os que se detêm nas aparências exteriores, que não procuram se dar conta de seus significados,

¹ Esta circular foi publicada, por inteiro, por Bidegain no seu livro *Le Grand-Orient de France*, pp. 142-152.

penetrar no mistério. Esses são deixados em sua ingenuidade e formam a primeira fileira da sociedade, à qual, não obstante, prestam importantes serviços.

Aqueles cuja inteligência penetra além do véu dos símbolos, e que dão testemunho de que seu espírito se abre aos ideais maçônicos, são convidados a subir mais alto.

“As cerimônias são simbólicas — dizia o I.: Régnier numa sessão comum das lojas, realizada em Lyon, no dia 3 de maio de 1882 —, praticadas por maçons inteligentes; sua significação produz seus frutos”. E no discurso de encerramento da Convenção de 1883 do Grande Oriente da França, o I.: Blatin também dizia: “A Franco-maçonaria, no seu simbolismo aperfeiçoado por uma longa tradição, e que ela ainda pode modernizar a seu bel prazer sem ofender a sua própria Ordem, possui a contrapartida salutar e o contraveneno do simbolismo religioso”.

Esses símbolos são simultaneamente luz e trevas; são concebidos de tal maneira que iluminam estes e cegam aqueles. Gerbet, depois bispo de Perpignan, publicou em 1832, no *Mémorial Catholique*, os documentos de um chefe das sociedades secretas, apreendidos após sua morte, diz ele, “por um personagem de alta posição”. Após ter explicado no que constitui a liberdade e a igualdade no sentido maçônico, diz: “Tal é a força da nossa doutrina. Mas persuadamo-nos bem de que *não podemos jamais expô-la subitamente à luz do dia, nem em termos tão formais* a todos os aspirantes. Um espírito perspicaz poderia deduzir conseqüências *muito funestas às intenções que ela esconde*. Assim, apenas tenhamos-lo feito ouvir essas duas palavras sagradas: *Liberdade, Igualdade*,² e logo devemos saber prevenir ou pelo menos parar o curso de suas reflexões, contra as quais nossos emblemas e nossos hieroglifos oferecem um remédio certo, empregando-os imediatamente para distrair propositadamente o espírito do aspirante através da variedade de assuntos que se lhe apresentam: recurso admirável e fruto da política refinada de nosso célebre *autor* (fundador), por demais versado no conhecimento do coração humano para nos ter preparado, com toda astúcia imaginável, *a taça encantadora e misteriosa* que devemos apresentar e fazer passar sem cessar na alma de cada irmão, sempre oculta e sob uma forma inocente, que disfarça o seu verdadeiro sentido”.

Em seguida o autor distingue entre os espíritos *penetrantes*, os espíritos *inquietaos* e os *imbecis*. “Devemos, diz ele, pôr cada uma dessas categorias a par da nossa doutrina, mas não comunicá-la a cada uma ao mesmo tempo nem da mesma maneira. Aos primeiros, *o verdadeiro sentido* não tarda a ser conhecido. Os segundos não devem ser levados a esse alto conhecimento senão por graus, por emblemas que se lhes propõem à adivinhação. Dos últimos não se exige outra coisa que não seja *seguir cegamente e sem reserva*, sempre mantendo-os presos pelo medo da violação do juramento sagrado”.

Essas regras de conduta são religiosamente observadas. Após cada iniciação, concede-se ao iniciado um prazo de quinze dias para preparar a explicação que ele deve dar a respeito do grau que recebeu, para descobrir o sentido da cerimônia da qual foi o herói. O que quer que ele diga, sempre se o complementa, sem lhe dar a conhecer o que se pensa de sua explicação. Se não compreende, deixa-se-o onde está, a menos, entretanto, que não seja daqueles nos quais se colocou alguma espécie de esperança. Nesse caso, fazem-no passar por novas provas, sob pretexto de novos graus que lhe serão conferidos, que adelgaçarão pouco a pouco o véu que cobre o mistério.

² Eis que ainda reaparecem essas duas palavras, que são exatamente não o segredo, mas a alma da Franco-maçonaria.

Essas provas têm variado com o tempo, com as obediências e também com os fins mais imediatos a que se propunham os chefes. É o que o I.: Blatin acaba de dizer.

No momento atual, eis no que consiste, em meio a muitas outras, a prova fundamental:

Conduz-se o maçom a ser iniciado diante de um ataúde; faz-se mais: deitam-no no ataúde.

Aí ele ouve dizer que está morto, bem morto, podre, que sua carne sai de seus ossos. E com medo de que ele esqueça isso, dá-se-lhe por senha, que ele repetirá a vida inteira, cada vez que entrar numa loja, uma palavra hebréia que significa, ao que se diz: a carne sai dos ossos: *Mac-Benac*. Em outro rito, dá-se a palavra *Mahabone* ou *Moabon*: filho da putrefação.

Cada vez que ele entrar na loja, dará alguns passos de aspecto extravagante, que constituem o simulacro de passar por cima de um esquife. Essa iniciação corresponde à do grau de mestre, que faz o verdadeiro maçom.

Quando as testemunhas tiverem declarado que o novo mestre está bem morto, que está exatamente em putrefação, que sua carne deixa seus ossos no ataúde simbólico, o presidente da loja vem tirá-lo do esquife. Declaram-no então ressuscitado, o aparelho fúnebre da loja cede lugar a alegres iluminamentos, e diz-se ao novo mestre que ele é, em pessoa, o mestre Hiram ressuscitado. Esse Hiram é para os franco-maçons o arquiteto do Templo de Salomão. Esse símbolo da reconstrução do Templo de Salomão — no seu sentido último, naquele que jamais se revela publicamente — anuncia a reconstituição do povo judeu como nação, mas em nação tornada mestra do universo.

Ora, esse Templo de Salomão não será construído, a Igreja não lhe cederá o lugar, o Deus dos cristãos não será vencido, a não ser por uma condição: essa condição, é a de que o mundo inteiro, e por completo, desça ao ataúde simbólico de Hiram para aí receber uma vida nova, após a morte absoluta, a dissolução definitiva do que nós vemos existir e viver hoje em dia.

O *sentido social* da iniciação é, pois, a colocação do mundo cristão no ataúde e a ressurreição do mundo hebreu. E como meio para alcançar esse objetivo, único meio, revelado na própria iniciação como sendo seu preceito mais imediato, mais transparente: a destruição de toda ordem de coisas estabelecida sobre os princípios do cristianismo.

O *sentido pessoal* reside em que o iniciado colocado no ataúde está bem morto enquanto cristão, enquanto cidadão do mundo no qual Cristo é conhecido e adorado. Nenhum átomo de carne que ainda mantenha a vida segundo a ordem de Deus, do Deus dos cristãos, permanece nele. Sabemos que Deus é o caminho, a verdade e a vida. É nesse sentido que se declara ter o iniciado perdido a vida, tão realmente quanto a vida animal deixa um cadáver cuja carne se decompõe. O nome hebreu que se lhe dá ao ser levantado, ao ser festejada sua ressurreição, revela o mundo novo do qual se tornou cidadão, a nova civilização a cujo triunfo ele deve se dedicar.

Aquele que compreende essas coisas é notado pelas lojas de retaguarda, nas quais o número, a composição e a missão assinalada a cada um variam segundo as circunstâncias, a marcha da Revolução, os progressos obtidos na construção do Templo.

As lojas de retaguarda estando assim compostas, emissários trazem no tempo oportuno as diretrizes e ordens de um conselho central e superior, ao mesmo tempo em que se colocam em contactos constantes todos os Grandes Orientes. Esses emissários são quase todos judeus. Dá-se que o povo judeu encontra na sua organização nacional facilidades de que ninguém mais dispõe para desempenhar esse papel. Há, com efeito, em toda a parte aquilo que o Kabal chama de *carteiros*, agentes do governo oculto dos israelitas que intervêm de um extremo a outro do mundo nas compras e vendas, nos processos de seus correligionários, que agem junto às administrações em tudo o que é de interesse da raça, secundando ou

paralisando os projetos dos governos etc. Eles são admiravelmente próprios a serem os caixeiros-viajantes da Franco-maçonaria e da Revolução. Os documentos da Grande Loja mostram-nos Piccolo-Tigre em Paris, Londres, Viena, Berlim; aqui ele parece fidalgo, lá banqueiro, mais adiante negociante, corretor e mesmo pequeno vendedor ambulante; em toda a parte, caixeiro-viajante contratado pelo ódio contra Aquele que seus ancestrais crucificaram.

Bakumine traça esse retrato do maçom verdadeiramente iniciado, admitido nas sociedades mais secretas: “O revolucionário é um homem consagrado. Ele não tem interesses pessoais, sentimentos, negócios, preferências, bens, nem mesmo nome. Tudo nele está absorvido por um interesse único e exclusivo, por um pensamento único, por uma paixão única: a Revolução. Não somente por suas palavras, não somente por seus atos, mas ainda no próprio fundo de seu ser, ele rompeu para sempre com a ordem pública, com o mundo civilizado inteiro. Frio em relação a si próprio, ele deve se-lo também relativamente a outrem. Todos os sentimentos de afeição, de amor, de gratidão devem ser abafados na sua alma pela paixão única e calma da obra revolucionária. *Noite e dia, ele deve ter um único pensamento, perseguir um só objetivo: a destruição implacável. E realizando essa obra friamente e sem descanso, ele deve estar pronto a morrer e a estrangular com suas próprias mãos quem quer que oponha obstáculo a seus desígnios*”.



CAPÍTULO XXXI

CORRUPÇÃO DAS IDÉIAS *(continuação)*

III. — A MÁQUINA DE CORROMPER

Os criadores da Franco-maçonaria, querendo fundar uma sociedade cujo objetivo devia permanecer ignorado, se bem que ela própria se manifestasse, deviam constituir nela um organismo dissimulador da finalidade que queriam alcançar, e dissimulador ao ponto de que, posto em movimento, esse organismo produzisse, por assim dizer automaticamente, aparências opostas à realidade, quer dizer, mentiras. Se eles não tivessem tido êxito nisso, a Franco-maçonaria não poderia ter atingido o objetivo que ela se propôs, não teria vencido.

O mistério desse organismo construído expressamente para criar a ilusão — e, graças a ela, produzir o efeito desejado —, foi rompido por Copin-Albancelli, espírito observador que sabe ver e que penetra até no interior das coisas que se lhe apresentam aos olhos. Ele desmontou o mecanismo e expôs todas as suas peças aos nossos olhos!

Ele descobriu, inicialmente, que a Franco-maçonaria tem uma dupla organização, uma visível, outra oculta, servindo aquela para dissimular esta. A organização visível divide a Franco-maçonaria universal em grandes agrupamentos chamados federações, Grandes Lojas ou Soberanos Conselhos. O agrupamento mais importante e o mais conhecido que existe na França é o Grande Oriente da França. São entidades *administrativas*, independentes. Esses grandes agrupamentos subdividem-se em agrupamentos infinitamente menores, chamados oficinas ou lojas. Uma loja é dirigida por seus oficiais, quer dizer, pelo Venerável, pelo Primeiro e pelo Segundo Zelador, pelo Orador e pelo Secretário. São chamados as *Cinco Luzes*. Esses oficiais são eleitos pelos membros da loja, cada ano, no mês de dezembro, e somente por um ano. São sempre reelegíveis. Notemos de passagem que eles não têm autoridade como oficiais senão na loja. Nos demais lugares são obrigados a obedecer aos oficiais das oficinas nas quais entram a simples título de visitantes, assim como a multidão dos outros maçons.

O Grande Oriente da França conta atualmente pouco mais de vinte mil aderentes, repartidos entre quatrocentas oficinas, com cerca de cinquenta membros em média.

É também através da eleição que se constitui a autoridade *administrativa* de toda a federação. Todos os anos, no mês de dezembro, cada oficina nomeia um delegado à Convenção que se reunirá em Paris no mês de setembro seguinte. A Convenção nomeia um conselho de trinta e três membros que é, por assim dizer, o conselho executivo da federação do Grande Oriente. Ademais, ele examina as questões que são do interesse geral da federação. Às vezes ele entra em contacto com as federações ou poderes maçônicos estrangeiros. Enfim, ele cuida, e com mais ardor do que todo o resto, das questões atuais de ordem política e religiosa.

O Grande Oriente é administrado por um Conselho da Ordem. Esse Conselho da Ordem é a mais alta autoridade administrativa da Franco-maçonaria francesa, na qual não mais existe o Grão-Mestre.

Tal é a organização da maçonaria, a maneira como ela se apresenta à massa dos seus aderentes e ao público.

Mas existe nela um outro organismo menos conhecido, o dos graus. Quando um profano é submetido à iniciação, ele recebe, simultaneamente com a luz, o grau de

aprendiz. Após alguns meses, se ele for assíduo às reuniões, será admitido ao grau de companheiro; em seguida, após um interregno igualmente bastante curto, ao grau de mestre. Mas não é através de eleição que ele é nomeado para esses diferentes graus. Não é mais de baixo, como na hierarquia administrativa, que ele recebe o impulso; ele é atraído do alto. São seus superiores em grau que o convocam, se o julgam digno.

É preciso fazer aqui uma observação importante, no sentido de que o grau confere àquele que o recebe prerrogativas sempre presentes, em qualquer local maçônico em que ele se encontre. Quero dizer que, enquanto um Orador, um Primeiro Zelador ou um Venerável exercem as funções de Orador, de Primeiro Zelador ou de Venerável apenas na sua loja, um companheiro tem o grau de companheiro em toda a parte; um Mestre desfruta igualmente em toda a parte as prerrogativas da Mestria que ele recebeu.

Quase todos os franco-maçons chegam ao grau de Mestre e chegam rapidamente. O franco-maçom Mestre é reconhecido como um franco-maçom perfeito.

Acima da mestria há os altos graus, que não são conhecidos até mesmo por um certo número de Mestres.

Como se chega aí? Sempre através de seleções.

Os altamente graduados têm para eles oficinas diversas das lojas, que levam o nome de capítulos, conselhos, areópagos. Mas nem por isso freqüentam menos as lojas, sendo mesmo particularmente obrigados a isso pelos regulamentos. Quando encontram um Mestre que parece apresentar as condições necessárias, e que conta com os três anos necessários de graduação, interrogam-no prudentemente, e se crêem poder contar com sua aceitação, propõem-lhe servir de padrinhos numa loja superior, cujos membros terão ainda de votar sobre sua admissão. É desta forma que o princípio de seleção exerce na Franco-maçonaria um papel considerável, sem que o percebam os maçons de grau inferior, que são constantemente observados sem o saberem. Na realidade, é exatamente sobre o princípio de seleção que se constitui a verdadeira e secreta autoridade maçônica.

Os graus de aprendiz, companheiro e mestre formam a base da maçonaria. Sobre essa base erguem-se numerosos graus. Existiram trinta e três no Grande Oriente; hoje há somente oito em uso. Os mais conhecidos são o Rosa-Cruz (18°. grau) e o Kadosch (30°. grau).

Podemos imaginar a Franco-maçonaria sob a forma de uma pirâmide, cujos diferentes lados vão-se estreitando da base ao cume, posto que quanto mais elevados são os graus, mais restrito é o número dos que neles são investidos.

A sociedade dos *aprendizes*, que está abaixo de todas as outras, não somente é dominada, mas também é penetrada por todas. Os graus superiores podem introduzir-se entre eles como lhes agradar, e os aprendizes não podem se reunir senão na companhia de um mestre que os fiscalize, os inspire, dê-lhes sugestões que ele mesmo recebeu de mais alto.

No segundo estágio encontram-se os *companheiros*. Na iniciação a esse grau tiveram de pronunciar novos juramentos, foram ameaçados com a maldição dos mestres se revelassem não somente aos profanos, mas também aos aprendizes, aquilo que é particular ao grau de companheiro. Esse grau constitui, pois, uma sociedade secreta superposta à primeira.

Chegado ao segundo estágio, o companheiro continua a ser observado pelos mestres e pelos mais graduados, sem que o perceba, e, quando é julgado digno, é chamado a tornar-se *mestre*.

Aprendizes, companheiros e mestres constituem a maçonaria inferior, chamada *maçonaria azul*, que se reúne nas lojas.

Acima dessas lojas, as oficinas superiores formam uma maçonaria superposta, igualmente com diversos estágios, mais ou menos numerosos segundo os ritos, os tempos e as necessidades do momento.

O livro tão curioso de Filaete (pseudônimo de Anderson), *The Long Livers*, dedicado em 1720 aos *grãos-mestres, mestres e guardiães e irmãos* das lojas de Londres, indica muito bem no seu prefácio que já existia acima dos três graus tradicionais (aprendiz, companheiro e mestre), tomados emprestados aos *free-masons*, uma *iluminação* e uma *hierarquia cuja natureza ele não revela*.¹

Que vantagens a autoridade superior retira dessa organização? Ei-las.

Um maçom do primeiro grau, um aprendiz, tem o direito de saber tudo o que sabem os outros aprendizes. Ele pode entrar em todas as outras oficinas nas quais se trabalha a nível de aprendiz, *mas não em nenhuma das outras oficinas nas quais se trabalha a nível de um grau superior ao seu*.

Da mesma maneira relativamente a um maçom do segundo grau ou companheiro, da mesma maneira ainda relativamente ao maçom que chegou ao grau de mestre, 3°. grau. Ele conhece tudo o que se passa nas oficinas nas quais se trabalha a nível de aprendiz, e naquelas em que se trabalha a nível de companheiro, posto que, antes de ser mestre, foi-lhe preciso necessariamente começar por ser aprendiz em primeiro lugar e companheiro em seguida. Ele tem o direito de ir a todas as oficinas nas quais se trabalha a nível de aprendiz e de companheiro. *Ele tem mesmo o dever de ir ao maior número possível delas, a fim de atrair os aprendizes e os companheiros para o caminho no qual está, à razão de um ou dois graus, à frente deles. Mas ele não conhece absolutamente nada do que se diz e faz em nenhuma das oficinas nas quais se trabalha a nível de um grau superior ao seu*.

O dever imposto aos graus superiores, de freqüentarem as oficinas nas quais se trabalha a nível de graus inferiores, para aí levarem as inspirações que eles próprios receberam, é considerado essencial, indispensável à transmissão das ditas inspirações.

Cada maçom, pois, ignora absolutamente tudo o que se diz e faz nas oficinas superiores àquelas do seu grau, porque o ingresso nessas oficinas lhe é rigorosamente proibido. De sorte que, da mesma forma como seu grau constitui uma sociedade verdadeiramente secreta para os graus inferiores, os graus superiores ao seu constituem sociedades verdadeiramente secretas para ele.

Compreende-se como aqueles que compõem o grupo superior, qualquer que ele seja, e quem quer que sejam eles próprios, podem fazer circular suas vontades em toda a pirâmide das oficinas maçônicas. Assim que elaboram um projeto em conjunto, assim que tomam uma resolução, se percebem que determinado estado de espírito reinante na nação e pressentido na maçonaria se oporia à realização desse projeto,

¹ A Franco-maçonaria não é somente, por sua própria constituição, um organismo dissimulador do que é, do que faz, do que objetiva; ela construiu, ademais, uma imensa máquina, montada para projetar constantemente através do mundo inteiro toda a espécie de mentira.

Essa máquina é representada pelo conjunto das grandes agências judias e dos jornais de informações que levam por toda parte os ecos das notícias que ela lhes dita.

O primeiro anúncio dos fatos sempre chega aos leitores do mundo inteiro apresentado de maneira a preveni-los, a formar neles preconceitos contra o verdadeiro, o justo e o legítimo, contra o bem. É nos guetos e nas lojas de retaguarda que se faz essa manipulação, e a notícia assim travestida impõe-se mesmo aos jornais de bandeira católica, graças ao monopólio do judaísmo.

O que sucede às notícias sucede também às reputações. Através da imprensa, a Franco-maçonaria leva ao pináculo os homens menos dignos de estima em toda a ordem de coisas. Léon Gambetta é um dos mais ilustres exemplos da reputação mundial que a seita consegue dar aos seus. Seu nome está inscrito nas ruas, nas praças de todas as nossas cidades, por menores que sejam; sua efigie está por toda a parte. Para a maioria ele é um grande patriota, grande político, grande orador, salvador da pátria, pai da democracia. É inútil dizer o que ele foi na realidade; os leitores destas páginas estão suficientemente instruídos acerca da história contemporânea para que ignorem os fatos.

atacam esse estado de espírito nos grupos que estão abaixo deles, e o fazem com todas as chances de sucesso, porque, sendo ignorado o grupo deles, a compreensão que eles têm da situação também o é.

Compreendemos assim que os documentos emanados desses grupos superiores, como aqueles apreendidos em Munique e em Roma, por pouco numerosos que sejam, devem ser de uma incontestável utilidade para o estudo profundo da maçonaria, pelo conhecimento que nos dão do caminho através do qual ela é conduzida e do método que emprega.

Compreende-se, finalmente, que aquele ou aqueles que se encontram no ápice da pirâmide a dominam por inteiro. Por eles e para eles é feita a ascensão; deles descem as influências e as sugestões.

É preciso acrescentar que a chamada maçonaria dos altos graus tem, ela também, acima dela, uma maçonaria superior internacional; de sorte que nem mesmo ela passa, a despeito de seu título, de uma maçonaria subalterna. Ela serve de canal de transmissão às lojas das vontades superiores e de órgão de seleção que age sobre os membros reunidos nas lojas; mas do ponto de vista do conjunto da seita que cobre o mundo com suas malhas, ela é um lugar de depósito através do qual é necessário passar “antes de chegar a um outro mundo secreto”, do qual ela é apenas a “ante-sala muito mal iluminada”. São expressões de Piccolo-Tigre.²

² Copin-Albancelli conta como tomou conhecimento da existência dessas lojas tenebrosas.

“Havia notado, diz ele, a influência extraordinária de certos membros da loja que eu freqüentava.

Foi um desses personagens que num belo dia me fez um sinal.

— Gostariéis, disse-me ele, de vir à minha casa? Preciso falar-vos.

E ele marcou um encontro. Aceitei e fui.

A conversa tomou logo de início um rumo que eu não tinha previsto.

— Dai-me, disse meu interlocutor, vossa palavra de honra de homem de que nada do que vos for aqui confiado transpirará lá fora.

Dei minha palavra de honra. Se pareço violá-la hoje, é porque no fundo de minha consciência decidi de uma vez por todas que o interesse superior de meu país é anterior àquelas palavras de honra.

— Que pensais da Franco-maçonaria? perguntou-me bruscamente meu interlocutor.

— É uma questão bem difícil, disse eu, para que se possa respondê-la tão depressa.

— Muito bem! Então, disse-me com um sorriso, que pensais de sua obra?

E sem deixar-me tempo para responder, meu interlocutor continuou.

— A Franco-maçonaria, vós julgastes, não passa, afora algumas exceções, algumas raras exceções, de uma corja de imbecis, de vendedores de vinho e de “sub-vendedores de vinho”, em número de aproximadamente 25.000. Nós ultrapassamos esse número. Sabeis bem disso. E não obstante, essas 25.000 mediocridades, essas 25.000 imbecilidades dominam a França. Eis sua obra. Vós igualmente a conheceis. — Como ela é feita? É muito simples. Ela resulta do simples fato de sua organização e da desorganização de nossos adversários. Nós somos organizados, eles não o são. Nós sabemos para onde vamos, eles o ignoram. Nós somos secretos, escondidos, invisíveis, eles são visíveis e sujeitos a todos os golpes. A despeito de nossos maus elementos, nossa maravilhosa disciplina fez o que somos, os donos deste país, e nós vamos, nós vamos, nós vamos sempre direto para a frente, à conquista de todas as instituições, de todos os poderes, sem que nada nos impeça, por esta razão muito simples de que na nossa frente não há nada...

“Muito bem! exclamou de repente meu interlocutor, agora que já vos descrevi a Franco-maçonaria, deixai-me imaginar uma outra maneira de associação secreta. Ela seria inicialmente muito restrita. Ela compreenderia, por exemplo, mil adeptos, no máximo. Cada um de seus membros teria sido provado, sob todos os aspectos: inteligência, energia, habilidade, flexibilidade, tenacidade etc., e isto não somente durante dias, nem durante meses, mas durante anos — longos, pacientes anos. Não é tudo: para esse indivíduo, colocado por assim dizer em observação sob o olhar do Oculto, o poder secreto que o rodeia teria criado, sem que ele soubesse, dificuldades de toda espécie, unicamente para verificar e de alguma maneira experimentar cientificamente seu valor. — Dizei-me, pois, o que poderia fazer semelhante associação de homens escolhidos em tais condições?

— Ela seria, exclamei arrebatado, a dona do mundo.

— Muito bem, retomou meu interlocutor, estou encarregado de vos informar que essa associação existe e de vos anunciar que doravante fazeis parte dela...

Porque, é preciso sabê-lo, a Franco-maçonaria francesa não é a única constituída conforme o tipo que acabamos de descrever tão resumidamente. Em todos os países encontramos uma organização semelhante e acima de todas essas organizações nacionais, deve-se encontrar, encontra-se uma organização internacional à testa da qual se mantém o que com razão se chamou o PODER OCULTO, que dirige a ação do todo em direção ao objetivo desejado.

Abaixo desse Poder existem, pois, três Franco-maçonarias superpostas.

Em baixo, a Franco-maçonaria azul, claramente visível, cuja existência é conhecida pelos profanos há muito tempo. Essa maçonaria inferior não tem, por assim dizer, acesso ao Templo de Hiram; ela é mantida no átrio que se lhe oferece como sendo o Templo. O Poder Oculto serve-se dela para realizar uma seleção que tem por objetivo colocar de lado os indivíduos hipnotizáveis, suscetíveis de se tornarem os sectários de que o Poder Oculto tem necessidade para chegar a seus fins. Estes formam a segunda maçonaria, que deve alcançar um objetivo parcial, cuja realização prévia é indispensável ao objetivo geral que somente o Poder Oculto conhece. Esses objetivos parciais não são os mesmos em todos os países, porque o Poder Oculto neles não dispõe dos mesmos meios, nem tem que superar os mesmos obstáculos

Acima dessas duas maçonarias estabelecidas no Templo, há uma terceira, oculta das outras duas, e que se entoca nas criptas do Templo. Ela está encarregada das ações de conjunto que se estendem a diversos países e a todo o universo.³

Conhece ela o verdadeiro objetivo cuja realização é desejada pelo Poder Oculto? Conhece ela esse mesmo Poder e quais são os seus membros? Podemos dizer: não, quanto aos membros; mas quanto à sua existência, ela pode, como nós, deduzi-la dos fatos produzidos há mais de um século e particularmente nesses últimos anos.

Como está construído o Poder Oculto? Segundo a lógica geral do sistema, não poderia ser um homem. É um grupo de homens. Somente assim pode ser assegurada a perpetuidade da obra. Quem pode chegar a fazer parte desse grupo-chefe? Somente aquele que, após as múltiplas seleções de que foi objeto, apresente todas as garantias de que será, relativamente a tudo e contra tudo, fiel à idéia que é a alma dessa extraordinária criação. Isto não basta. É preciso, ainda, que ele preencha uma condição especial, e essa condição especial é, como veremos, pertencer à raça judia.

“Não posso vos dizer, prossegue Copin-Albancelli, qual foi o assombro e mesmo o pavor de meu interlocutor quando, a essas palavras, levantei-me e declarei com toda clareza que recusava, apoiando-me em razões que me determinavam a abandonar a própria Franco-maçonaria, como ademais toda associação secreta que objetivasse, através de meios mais ou menos poderosos, fins semelhantes”.

³ Essa constituição da Franco-maçonaria tem servido de tipo à organização de outras sociedades secretas criadas sem dúvida pelos franco-maçons. Como indicativo, eis a questão que Paul Lafargue, genro de Karl Marx, suscitava em fevereiro de 1908:

“Que faríeis se viésseis a descobrir na Confederação Geral do Trabalho *uma sociedade secreta, ignorada pelos sindicatos* e composta por alguns sindicalistas e burgueses, que fariam intrigas para que os sindicatos e a Confederação caminhassem sob as ordens de um Conselho secreto, residente no estrangeiro, cujos afiliados, por ocasião da realização dos congressos sindicais e das sessões do Conselho Federativo, se reuniriam *secretamente* para adotar as decisões que deveriam ser votadas?”

Eis a resposta do mesmo Paul Lafargue:

“A *Aliança dos Irmãos Internacionais*, sociedade secreta composta por alguns membros da Internacional e de burgueses, e fundada por Bakounine para fazer não a luta de classes, mas a “igualdade das classes”, que tinha comitês secretos na Itália, Espanha e Bélgica, foi organizada dentro da Internacional para dirigir a segundo as instruções do Conselho Diretor da Suíça, onde reinava Bakounine. Os membros da Aliança decretavam em segredo as resoluções que os congressos e os Conselhos da Internacional deviam adotar”.

Foi no curso de uma polêmica com Emile Pouget, redator-chefe da *Voix du Peuple*, que Lafargue fez essas revelações. A carta foi publicada por Pouget, mas somente após ter dela retirado toda a parte que visava os irmãos internacionais.

Poder Oculto. Várias vezes essa palavra voltou sob nossa pena. Existe realmente no ápice da maçonaria um poder que se subtrai a todos os olhares?

Copin-Albancelli tratou superiormente dessa questão no seu jornal e nos seus livros.

Quando, diz ele, se trata de romper o mistério com o qual os fundadores da maçonaria se cobriram, um só método é possível, um só é científico, porque adequado ao objeto do estudo que se pretende: é o raciocínio. Esse raciocínio deve estar estabelecido sobre a indução e a dedução; essa indução e essa dedução devem repousar sobre fatos positivos e fora de contestação. Um outro caminho seria procurar documentos. Mas se eles se produzem poder-se-ia dizer com certeza que, dissimulação na sua essência, a seita os teria fabricado de propósito para enganar o público e despistar os pesquisadores.

Raciocinemos, pois.

Existe um fato que domina toda a questão; é a própria existência da Franco-maçonaria. Ela existe há séculos. Alguém a criou. Admitido que ela não é somente secular, mas internacional, esse alguém dispõe de meios de ação poderosos e universais. Pelo menos há dois séculos ela funciona no nosso meio, não se sabe ainda como, nem por que, nem por conta de quem. Procuramo-la, pressentimos sua existência, mas é apesar dela e apesar dos esforços que ela realiza para se manter no mistério que chegamos a saber alguma coisa a seu respeito. Se essa seita existe, ela tem uma razão de ser. Seu fundador tinha um objetivo; sem isso ele não se teria dado o trabalho de criar um organismo tão vasto, tão complicado. Mas o que deve ser considerado acima de tudo é que esse organismo foi criado para ludibriar seus próprios associados e cegá-los, ao mesmo tempo em que os faz servir à realização de seus propósitos. A maçonaria, com efeito, já vimos isso, através de sua dupla organização, é constituída de maneira a permitir que uma autoridade invisível seja exercida sobre ela, do mesmo modo como a autoridade maçônica é exercida no mundo profano. Todas as engrenagens da organização maçônica foram moldadas e arranjadas para transmitir, de grau em grau, desde as mais secretas lojas de retaguarda até o mundo profano, sugestões, idéias, vontades. Numa palavra, a máquina inteira está constituída em vista do funcionamento de um poder dirigente que quer permanecer oculto. Tomemos, como exemplo, o último caso, o caso Ferrier. Uma agitação universal foi produzida subitamente. Ela não poderia ter sido executada sem que uma palavra de ordem fosse dada. Ora, uma palavra de ordem supõe uma vontade e um mecanismo ordenado para a transmissão dessa vontade. Onde está a vontade? Não a vemos. E como o organismo de transmissão é evidentemente a Franco-maçonaria, é forçoso concluir que a Franco-maçonaria é um corpo que tem uma cabeça e que os outros membros desse corpo agem em vista dos desígnios que a cabeça concebeu. Essa cabeça é o Poder Oculto.

Um fato, entre mil outros, que bem mostra sua existência e sua ação.

A queda da independência temporal do Papado é devida a uma vasta conspiração internacional, cujos fios terminam nas lojas da Inglaterra, França, Alemanha e Itália. Teria sido impossível realizar essa conspiração sem um plano concebido e uma direção fornecida por um estado-maior misterioso, agente de uma força escondida que concentra em suas mãos o poder da alta maçonaria, como em geral concentra a ação militar.

A Revolução Francesa não se explica fora da ação desse agente tão misterioso quanto poderoso.

Quando ledes os quatro alentados volumes de Taine sobre a *Revolução*, ficais sempre tentados a vos perguntar se não há alguma coisa por detrás da página. Os fatos, os acontecimentos, as coisas, as pessoas, o drama, os atores, tudo isso desfila diante de vós num quadro maravilhosamente vivo, mas que permanece, de uma ponta a outra, como um verdadeiro logogrifo. Como todas essas revoltas explodem assim no momento desejado? Como tudo o que teria sido elementar fazer para a salvação

do país e da monarquia jamais é regulamente feito? Como, ao contrário, tudo o que teria sido elementar evitar jamais é regularmente evitado?

Taine não vos oferece senão a explicação vaga da “anarquia espontânea” na qual, precisamente, nada se percebe de “espontaneidade”, ao passo que tudo ali se pressente continuamente como “preparado”. Falta àquelas páginas uma palavra: poder dirigente, Poder Oculto.

Numa Carta Pastoral escrita em 1878, Monsenhor Martin, bispo de Natchitoches, nos Estados Unidos, falando sobre a conjuração anticristã que se estende pelo mundo inteiro, dizia:

“Na presença dessa perseguição de uma universalidade até aqui inaudita, da simultaneidade de seus atos, da similaridade dos meios que emprega, somos forçosamente levados a concluir pela existência de uma direção administrada, de um plano de conjunto, de uma forte organização que executa um objetivo determinado para o qual tudo tende.

“Sim, ela existe, essa organização, com seu objetivo, seu plano e sua direção oculta, à qual ela obedece; sociedade compacta apesar de sua disseminação no globo; sociedade mesclada a todas as sociedades, sem depender de nenhuma delas; sociedade de um poder acima de todo o poder, exceto o de Deus; sociedade terrível, que é, assim para a sociedade religiosa como para as sociedades civis e para a civilização do mundo, não somente um perigo, mas o mais temível dos perigos”.

Graças ao organismo que descrevemos, esse grupo-chefe tem em suas mãos todas as maçonarias visíveis e invisíveis. Ele exerce sua influência em cada grau. As vontades do Poder Oculto descem das esferas superiores para as inferiores. Cada etapa tem sua função; cada país tem seu papel.

Concepção espantosa e gigantesca! Organismo maravilhoso que põe em jogo seres livres e os conduz, sem que o percebam, em direção a um fim que a maioria reprovava se conhecesse! Obra que seria impossível para um homem ou para alguns homens vindos daqui ou dali, mas que não está acima das forças de uma raça e de uma religião.



CAPÍTULO XXXII

CORRUPÇÃO DAS IDÉIAS *(continuação)*

IV. — INSINUAÇÕES

Piccolo-Tigre dera este conselho aos membros das lojas que ele instituiu: “Infiltrais o veneno nos corações escolhidos; infiltrais-o em pequenas doses e como por acaso. Ficareis espantados com o vosso sucesso”.

Como e através de que meios fazer essa infiltração? A *Revue Maçonnique* responde: “Através de influências individuais cuidadosamente acobertadas”.

Essas influências são exercidas no interior das lojas e daí no mundo profano.

O Poder Oculto sugestiona essas “oficinas”; ao saírem das oficinas os maçons sugestionam o público. Foi assim que se espalharam, desde antes da Revolução, as idéias de liberdade e igualdade que deveriam produzi-la. Nos nossos dias temos visto serem preparados os caminhos para o ensino neutro através desta máxima: “foi o mestre-escola que promoveu a vitória do francês”. Esta outra sentença: “Necessidade do serviço militar obrigatório para todos”, permitiu recrutar os padres, tornou o exército detestado, esvaziou os campos, corrompeu a juventude e diminuiu a natalidade. Coisas essas, todas, desejadas pelo Poder Oculto para os fins que mencionaremos.

De que maneira essas sugestões e mil outras chegaram a dominar o espírito público?

Para responder a essa questão, vejamos inicialmente o que se passa nas lojas.

Sabemos que as federações maçônicas estão divididas em grupos chamados oficinas e que cada uma destas é constituída apenas de um número restrito de pessoas. Nas grandes cidades, as autoridades maçônicas preferem que os franco-maçons fundem diversas lojas a se reunirem numa só. Sendo a maçonaria uma sociedade secreta, é conveniente não precisar instruir em conjunto senão um pequeno número de adeptos.

Sabemos ainda que os graus superiores, se bem que tenham suas oficinas especiais, são obrigados à frequência assídua das lojas. Nelas nada os distingue de todos os outros maçons que aí se encontram e, no entanto, eles receberam uma iniciação superior, eles pertencem a uma oficina de ordem superior.¹ Mas todos ignoram isso. Eles podem, pois, misturar-se à discussão das questões propostas, sem que se saiba que devem fazer prevalecer a opinião que trazem, adrede preparada, de mais alto. Eles mesmos, os graduados de nível mais alto, foram sugestionados da mesma maneira pelos delegados da maçonaria superior, que pertencem a uma oficina de ordem superior, cuja existência os primeiros ignoram, ou, em todo caso, cujos membros lhes são desconhecidos enquanto tais e que, quando aparecem entre eles, são tidos por iguais. O Poder Oculto pode assim cultivar com sucesso e incógnito as inteligências que vêm se colocar na sua escola; tanto melhor quanto entre esses que

¹ Os graduados de nível mais alto não são todos empregados nessas missões, mas somente aqueles reconhecidos como os mais aptos a transportar as inspirações diretivas; aqueles que estão melhor armados para isso, inicialmente por suas aptidões, posteriormente pelo Poder Oculto, ou pelos intermediários deste. Nada os revela aos olhos dos graduados de nível mais baixo. Nas lojas eles usam o simples cordão dos mestres, algumas vezes mesmo o avental de aprendiz. Executam os passos ao entrarem no templo. Representam seu papel humildemente em todas as cerimônias de que participem os maçons do primeiro grau.

foram introduzidos nas lojas pelos recrutadores foi feita uma seleção automática, como diz Copin-Albancelli, por eliminação voluntária. O Poder Oculto tem o cuidado, com efeito, de não opor nenhum obstáculo à saída dos que, em razão do caráter ou do apego aos princípios recebidos pela sua educação, se mostrem insubmissos ao ensino que lhes é dado. Os mestres não têm, pois, diante deles senão escolares dóceis.

Que se faz nas reuniões maçônicas? pergunta-se o ex-franco-maçom Copin-Albancelli; e responde: “Nas reuniões maçônicas começamos ouvindo sermões; e mais tarde fazemo-los nós mesmos. As lojas são lugares em que recebemos a pregação e em que pregamos”. Essa resposta não deve surpreender; porque desde que se trate para o Poder Oculto de lançar sugestões no espírito dos franco-maçons, só existe um meio à sua disposição: a prédica.

Que se ensina?

Primeiramente, e como fundamento da doutrina que será edificada sobre essa base, duas sugestões mestras: 1º A Franco-maçonaria é uma instituição sublime, eterna iniciadora de tudo o que se faz de bom e de grandioso na humanidade; 2º Essa associação se choca com um inimigo: o catolicismo — diz-se inicialmente: o clericalismo. — De onde a conclusão: posto que o catolicismo é o inimigo da maçonaria, ele é o inimigo de todas as grandes causas às quais esta se dedica. Em consequência, quem quer que ame as grandes causas deve combater o catolicismo.

Como a Franco-maçonaria pode ser apresentada sob uma luz tão bela e o catolicismo sob uma luz tão deplorável? Fazendo-se da Franco-maçonaria o órgão e o defensor da RAZÃO.

Que é essa deusa, à qual a maçonaria ofereceu tantos sacrifícios humanos no dia em que ela se fez adorar na pessoa de uma prostituta? Conhecemos razões individuais, inteligências humanas nas quais se desenvolvem mais ou menos com a idade, o estudo e a reflexão, a experiência, a ciência e a sabedoria. Mas essas razões individuais são sempre limitadas, mesmo entre os mais sábios e os mais eruditos. A razão assim adquirida pelo estudo e pela experiência outra coisa não é senão um reflexo na alma humana da razão infinita, que é Deus. Querem os franco-maçons defender Deus e a sabedoria infinita contra o catolicismo sob o nome de Razão? Basta colocar a questão para resolvê-la. A Razão que eles nos pretendem fazer adorar é um fantasma que revestem com pomposas palavras deslumbrantes: ciência, progresso, civilização, liberdade, e atrás das quais eles colocam todos os papalvos. Sob todas essas palavras está escondida a contradição das verdades cristãs, a oposição à civilização nascida dos princípios dispostos no mundo pela pregação de Cristo.

Quando o estado de espírito almejado pela dupla sugestão que acabamos de mencionar está bem dentro das cabeças, dão-lhes a conhecer uma a uma as causas em razão das quais todo bom franco-maçom deve trabalhar pelo triunfo da Razão sobre a Superstição, e os meios a adotar para assegurar a supremacia da Razão e aniquilar o catolicismo. Todos os os maçons dignos desse belo título devem colaborar para a realização de tais meios.

Por sobre isso vêm os estudos em comum, cujos temas são fornecidos através dos intermediários sugestionados pelo mais alto, como dissemos. São os diferentes aspectos, os diferentes pontos de uma filosofia anti-católica, de uma ciência história anti-católica, de uma economia social anti-católica e de uma moral anti-católica. O estudo da questão social, por exemplo, permite insinuar todas as idéias de 1789: a soberania do povo, a liberdade, a igualdade e toda a bagagem democrática.²

² “Sofri essa intoxicação, diz Copin-Albancelli, quando estava na maçonaria. Inicialmente inocularam-me certos pensamentos pelos quais minha inteligência tinha sido seduzida e como que cloroformizada. A operação foi completada sem que eu nada sentisse. Minha boa fé permanecera sempre absolutamente intacta, e, de outra parte, eu imaginava que raciocinava livremente. De fato, eu mastigava e ruminava um

Assim é formado no seio do organismo maçônico um estado de pensamento anti-católico, não somente sobre as questões gerais que acabamos de indicar, mas sobre cada uma das questões atuais que se apresentam, ou que o Poder Oculto levanta, tais como a questão do ensino, do divórcio, da separação entre a Igreja e o Estado etc. etc.

Mas, em razão do resultado ao qual tende, o Poder Oculto não pode restringir sua ação aos limites das lojas. É preciso que ele crie igualmente um estado de opinião conforme aos seus desígnios no “mundo profano”.

Para isso ele tem em primeiro lugar seus maçons. Recrutados em todas as camadas, eles fazem sentir por toda a parte ao redor deles o contragolpe da ação incessantemente exercida sobre seus espíritos. Eles repetem ou fazem repetir nos jornais e nas conferências, nas escolas e nos liceus aquilo que ouviram dizer pelos pregadores do Poder Oculto. “Ser franco-maçom, dizia o I.º Laferre no banquete da Convenção de 1903, é ser apóstolo”. Deveis ser apóstolos, repete-se-lhes sem cessar. Não falham, e são muito mais audaciosos em espalhar o erro do que o são os bons em defender a verdade. O jornalista nos seus artigos, o publicista nos seus escritos, o autor dramático nas suas peças, o cantor em suas canções, o pornográfico nos seus desenhos, o professor nos seus cursos, o institutor nas suas aulas, todos espalham, sob diferentes formas, o ensino que receberam, as idéias de que foram impregnados, as palavras de ordem que lhes foram transmitidas.³

certo número de idéias gerais que tinham sido transfundidas em mim, e que, teoricamente justas e verdadeiras na aparência, tornavam-se falsas e destrutivas na aplicação que se lhes dava. À medida que se efetuava essa inoculação, eu perdia cada vez mais a posse de mim mesmo. Não era mais eu quem raciocinava. Era alguma coisa estranha que raciocinava, ou melhor, que desarrazoava em mim, como o absinto desarrazoava o cérebro daquele que com ele se embriaga. Eu era um alucinado, um hipnotizado, como toda a nação. E basta que me lembre disso para ter a certeza de que todos os outros franco-maçons estavam hipnotizados como eu. Isto é tão verdadeiro que, se pude escapar das insinuações que tinham sido lançadas no meu espírito, em grande foi em razão de ter tido a oportunidade de me dar conta, enquanto ainda era tempo, do trabalho que era operado em mim e ao meu redor. Sucedeu um dia que, tendo uma série de artigos para escrever para a *Revue de l'Hypnotisme*, fui levado a refletir sobre as sugestões que são disseminadas nos meios sociais, como outras o são no espírito de certas pessoas sobre as quais atuam os hipnotizadores. Fiquei então impressionado com o que se fazia nas lojas e com o que eu mesmo fazia, e percebi que nós éramos alucinados que, uma vez sugestionados por alguns dentre nós, em seguida sugestionávamos outros. Falava-se acerca da razão, e por nossa vez falávamos também; mas, na realidade, tratavam-se apenas de sugestões lançadas nos nossos espíritos.

³ Falamos acima do estudo feito por Cochin e Charpentier a propósito da campanha que precedeu as eleições de 1789 em Bourgogne. Eles mostram como a sugestão agiu, naquele momento, de uma extremidade à outra da França, e o que ela produziu.

Em 89 (escrevem eles) a nação parecia erguer-se por si mesma, agir por movimento próprio, sem nada dever aos talentos nem à autoridade de ninguém... (O povo) reúne-se sem ser convocado, assina petições sem que se saiba de onde elas vêm, nomeia deputados sem ter ouvido os candidatos, levanta-se sem seguir ninguém.

E no entanto esse exército de oficiais manobra num conjunto estupendo: vêm-se as mesmas providências serem adotadas ao mesmo tempo nas províncias separadas pelos costumes, interesses, os próprios dialetos, sem falar nas alfândegas e nos maus caminhos. Em novembro de 1788 toda a França pede a duplicação do terço nos Estados-Gerais [N. do T.: em outras palavras, a classe popular (Le Tiers Etat) — por oposição ao clero e à nobreza — pretendia dobrar o número de seus representantes nos Estados-Gerais]; em janeiro de 89 o voto pessoal; em março, toda a França envia aos Estados-Gerais reclamações tão semelhantes que se poderiam crer escritas segundo o mesmo rascunho pelo mesmo filósofo panfletário: porque os aldeões, também eles, falam de filosofia em seus cadernos, para permanecerem em uníssono. Em meados de julho, no momento do Grande Medo, toda a França se julga ameaçada por malfetores e toma as armas; no fim do mês, toda a França está tranqüila: não havia malfetores. Mas a guarda nacional tinha saído do nada em cinco dias, ela obedecia à palavra de ordem dos clubes, e as comunas permaneceram armadas.

Não se deve crer que esses missionários da doutrina maçônica estejam todos de má-fé. Eles foram fanatizados, cegados, de tal sorte que é, talvez, com convicção que eles pregam seus erros. Um grande número deles é de *crentes*; eles acreditam na missão da Viúva, e fazem-se apóstolos dela com fanatismo. Conseguiram persuadi-los de que a Ciência, o Progresso, a Civilização exigem a destruição do Cristianismo. Eles crêem nisso. E essa fé constitui uma força considerável entre os ingênuos. “É preciso ver, diz Copin-Albancelli, até onde vai sua alucinação”.

Assim como os graduados são delegados nas reuniões da Franco-maçonaria azul, assim também os franco-maçons são delegados nessa multidão de associações que sabemos depender dela. “Nossa Comissão, diz o relatório do congresso maçônico de Amiens de 1894, estimou que esse meio (de ação sobre a opinião pública através das sugestões maçônicas nas sociedades de caráter indiferente) devia ser designado de uma maneira toda particular à vossa atenção. Ele vos propiciará, com efeito, a vós, a ocasião de fazer predominar nossas idéias em toda a parte se *tivermos o talento de organizar essas sociedades, continuando elas nos bastidores*”.

O I.: doutor Savoie, relator da Comissão de Propaganda da Convenção de Paris, 1900, disse a mesma coisa a propósito dessas sociedades laicas:

“Seria preciso que a F.: M.: se apoderasse dessas Associações, *de uma maneira OCULTA*. Bastaria que um certo número de F.: M.: entrasse no Conselho de cada uma dessas instituições de maneira a nele exercer uma *influência preponderante*...”

O I.: Blatin dizia a seus co-maçons, na Convenção de 1892: “sois um estado-maior, sois oficiais que ainda não agrupastes suficientemente as tropas que deveis conduzir ao combate. *Essas tropas, não podeis trazê-las a nossas lojas*, mas é preciso conseguir reunir em torno de vós todas essas massas do sufrágio universal que não podem senão ser disciplinadas por vós”. Um ano antes que o I.: Blatin pronunciasse essas palavras, o congresso das lojas do Midi nos comunicava que, somente naquela parte da França, “o livre-pensamento já contava *seiscentos grupos* cuja formação era devida em grande parte à Franco-maçonaria”. Aqui não mais se trata de sociedades neutras, mas daquelas que têm por si mesmas um caráter anticlerical, como a “Liga do Ensino”, as “União Amistosas de Solidariedade”, as “Amistosas de Instituidores”, os “Círculos de Estudo”, as “Bibliotecas Populares” etc. etc.⁴

E essas são apenas as grandes etapas do movimento: o mesmo conjunto nos detalhes. Se vemos uma comuna subscrever um requerimento ao rei, “esse novo Henrique IV”, e a Necker, “nosso Sully”, podemos estar certos de encontrar os habitantes de uma outra comuna, na outra extremidade do reino, ocupados em redigir o mesmo requerimento, precedido das mesmas invocações.

Os franceses de então parecem obedecer a uma espécie de harmonia preestabelecida que os faz praticar os mesmos atos e pronunciar as mesmas palavras em todos os lugares ao mesmo tempo; e quem conhece os fatos e gestos de tais burgueses do Delfinado ou do Auvergne, conhece a história de todas as cidades da França ao mesmo tempo.

Assim, nessa singular campanha, tudo se passa como se a França inteira obedecesse a uma palavra de ordem do mais bem articulado dos partidos, e não se vêem partidos...

Havia uma conspiração. Como e por quem foi ela formada? (A. Cochin e CH. Charpentier, *La Campagne Electorale de 1789 en Bourgogne*, Paris, 1904, pp. 5, 6 e 7).

O I.: Jouaust respondeu por antecipação a essa pergunta de Cochin e Charpentier — no que diz respeito à Bretanha — quando disse:

“A união, até então incompreendida, com que todas as cidades da Bretanha se levantam para agir no mesmo momento, com o mesmo objetivo, explica-se facilmente pela correspondência incessante das lojas tão numerosas nessa província”. (*Le Monde Maç.*, dezembro de 1859, p. 479).

⁴ Jean Bidegain, na sua obra *Masques et Visages Maçonniques*, página 30, escreve:

“A Franco-maçonaria criou por obra inteiramente sua:
A Sociedade Republicana das Conferências Populares;
A Comissão de Ação para as Reformas Republicanas;

Essas sociedades neutras ou livre-pensantes foram constituídas pela maçonaria, e elas não o sabem; elas são dirigidas pelos representantes dessa sociedade secreta, e elas o ignoram; são alimentadas por suas idéias, e não se dão conta disso. É exatamente a realização do desejo formulado pela *Revue Maçonnique*: “É preciso usar influências individuais cuidadosamente acobertadas”.

A Franco-maçonaria, sem que se atente para isso, criou, pois, em torno dela uma multidão de sociedades nas quais dissemina suas sugestões, da mesma forma como o Poder Oculto as dissemina no seio dela. Essas sociedades constituem seus exércitos, e ao mesmo tempo sua cobertura protetora, da mesma forma como ela é o exército e a cobertura protetora do Poder Oculto.⁵ Através desses milhares de

A Liga de Ação Republicana;
As Uniões da Juventude Republicana;
As Uniões Fraternas.

O espírito da seita anima as sociedades cujos nomes seguem:

A Liga dos Direitos do Homem;
A Liga do Ensino;
Sociedade Nacional das Conferências Populares;
Associação Politécnica;
Sociedade das Universidades Populares;
Sociedade para a Instrução Primária;
União Democrática para a Educação Social;
Círculo Popular de Ensino Leigo;
Patronato Leigo de Ensino Popular e de Educação Moral e Cívica;
As Casas do Soldado;
As Casas do Marinheiro;

A maior parte dos *Patronatos Leigos*, dos *Fundos* ou *Soldos das Escolas*, das *Caixas das Escolas* e das *Bibliotecas Populares*.

⁵ Além das sociedades acima mencionadas, outras existem diretamente afiliadas à Franco-maçonaria, sem no entanto a ela pertencerem. Eis, sobre essas sociedades, as informações precisas e autênticas emprestadas do *Bulletin Maçonnique* de abril de 1892, p. 26:

COLETIVIDADES ADERENTES. — Art. 1º - Todas as associações que possuam uma organização permanente e um funcionamento regular, tais como as sociedades de livre-pensamento, patronatos, ligas de ensino patriótico ou de defesa de interesses materiais ou morais, sociedades de previdência, de auxílio mútuo e filantrópicas de toda espécie, sociedades de companheiros, sindicatos profissionais, associações corporativas, bibliotecas populares etc., podem tornar-se *grupos aderentes* à Franco-maçonaria a título coletivo.

Art. 2º - Toda associação que quiser tornar-se grupo aderente à Franco-maçonaria fará a solicitação a uma loja por ela escolhida, à qual será enxertada.

Art. 3º - A admissão só será definitiva após aviso de acordo da grande loja simbólica. Para tanto, a loja transmitirá ao secretariado geral o extrato da ata de sua sessão relativa à apreciação do pedido do grupo; ela anexará a lista dos membros que compõem o dito grupo, indicando-lhes os nomes, domicílios e profissões. Cada ano ela publicará as modificações ocorridas nessa lista em consequência de admissões ou cancelamentos.

Art. 4º - As lojas poderão constituir com os grupos a elas enxertados, a título provisório ou permanente, comissões mistas para organizar festas, concertos e todas as reuniões de propaganda julgadas úteis.

(a) FRIQUET.

Em muitos casos os simples membros dessas sociedades aderentes não suspeitam de que estão assim arregimentados e *enxertados* à Franco-maçonaria. São seus chefes que, sem os ter consultado, dispuseram deles e de seus nomes, e que, em seguida, manobram-nos no sentido maçônico como marionetes.

Durante muito tempo o caráter maçônico da Liga de Ensino foi escondido e mesmo negado; quando se julgou chegado o momento o véu foi rasgado.

No V Congresso da Liga, realizado em Lille, em 1885, o I.: Macé declarava isto: “Outrora nós afirmávamos que a Liga de Ensino não era uma instituição política nem religiosa. Hoje não é mais assim. Hoje é preciso afirmar que a Liga é uma instituição maçônica”.

E o I.: Adrian Duvaud, na Convenção de 1898, declara que foi a Liga de Ensino que fez votar as leis escolares da República”, que “é uma instituição maçônica”, que “o espírito maçônico sempre esteve

sociedades, e através das incessantes insinuações que lhes são feitas, como poderia o Poder Oculto não deixar de destruir de alto a baixo o modo de pensar de uma nação? Tirar do francês todas as tradições francesas, substituí-las por outras, é a obra à qual a Franco-maçonaria se dedica há dois séculos com a maior constância e sucesso, a fim de levar nosso país a destruir-se a si mesmo.



presente nela”. E o I.: Lecoq, na Convenção de 1900, declarava: “Não devemos esquecer que ao lado da Franco-maçonaria existe a filha da Franco-maçonaria, a Liga de Ensino”.

CAPÍTULO XXXIII

CORRUPÇÃO DAS IDÉIAS (*continuação*)

V. — INSINUAÇÕES ANTI-TRADICIONALISTAS

Pela ação de um organismo concebido e empregado com uma sabedoria infernal, o Poder Oculto que preside à Franco-maçonaria pode, pois, lançar no espírito da multidão insinuações favoráveis a seus desígnios e repeti-las sem cessar.

As principais insinuações lançadas ao público no século XVIII foram a da *igualdade*, que devia libertar os judeus e colocá-los em pé de igualdade conosco franceses; e a da *liberdade*, que devia suscitar a Revolução. Tratamos disso no livro *Vérités Sociales et Erreurs Démocratiques*.

Hoje, as insinuações do humanitarismo, da abolição das fronteiras, sejam políticas, sejam dogmáticas, ocupam o primeiro lugar. Elas têm por escopo destruir todo amor à pátria e à religião, a fim de que sobre essas ruínas se possa edificar a Jerusalém da nova ordem, que deve se estender a todo o universo. Falaremos sobre isso na segunda parte desta obra.

Aqui devemos limitar-nos às insinuações anti-tradicionalistas semeadas na França a fim de destruir a nacionalidade francesa, porque a alteração das tradições francesas no espírito dos franceses é a condição prévia, necessária ao desígnio da seita, que é, podemos dizer com toda a certeza, o assassinato da França.

Mais de cinquenta anos foram assim empregados em sugestionar o espírito público e em preparar a Revolução; e eis setenta anos empregados da mesma maneira para nos levar à situação atual e à que deve sucedê-la. Ontem como hoje, a seita, antes de agir, começou criando um estado de espírito novo fundado sobre o desprezo e o ódio às tradições do povo francês: tradições políticas, assim como tradições religiosas, as duas raízes mestras da árvore nacional, como diz Copin-Albancelli. Destruí-las pela força era impossível. Chega-se ao objetivo através da insinuação e da mentira.

À primeira vista é-se levado a crer que uma nação não pode ser vencida senão por exércitos. É um erro. A par das feridas que fazem correr o sangue das veias, há outras mais debilitantes e de cura mais difícil, aquelas que fazem correr o sangue da alma. Onde se encontra a alma de um povo? Em suas tradições. É nas suas origens e nas tradições que daí surgiram que estavam e estão as verdadeiras fontes de sua vida. Ora, quem quer que examine os fatos de nossa história contemporânea pode convencer-se de que um imenso e incessante esforço é realizado há cento e sessenta anos para matar a alma francesa através deste procedimento: desligá-la de suas origens e de suas tradições, fazendo com que as esqueçam, inspirando-lhes a respeito delas o ódio e o desprezo.

“Há mais de um século, diz Gustave Bord no prefácio de seu livro intitulado *La Franc-Maçonnerie en France, des origines à 1815*, os historiadores e os economistas se perguntam como um país essencialmente monárquico e católico como a França pôde mudar bruscamente de ideal e de fé... Nenhum historiador de boa-fé tem posto em dúvida que a alma do país fosse realista e crente... É preciso que um mal mais terrível (que o déficit financeiro etc.) tenha invadido o que então se chamava a opinião pública: o objetivo desse estudo é provar que o mal que devia contaminar o mundo inteiro não era somente a Franco-maçonaria, mas sobretudo o ESPÍRITO

MAÇÔNICO, o espírito maçônico criado por sugestões contínuas e que se difunde das lojas para todo o mundo profano”.

“Quando se quer que um povo viva, diz ainda Bord, não se destróem as fontes de sua vida. Não se atacam odiosamente suas lembranças. Mesmo no caso em que se torna necessário escolher entre diferentes caminhos que o futuro pode oferecer, faz-se-o com o respeito devido a si mesmo e que mais ainda se deve aos antepassados em virtude dos quais existimos; consideramos piedosamente as modificações de que essas tradições são susceptíveis, graças às quais eles construíram aquilo que nos foi transmitido. Agimos não de maneira a matar o passado, nem a desonrá-lo, mas de reatá-lo às novas condições que podem resultar da mudança de idade das nações. Se, pelo contrário, se quer que um povo morra, nada mais lógico do que de feri-lo nos pontos em que se encontram as próprias fontes da vida.

“Não é singularmente impressionante essa caminhada da maçonaria, instalada no meio de um povo cujos olhos ela começa por fechar e cuja razão ela embriaga; depois, que suprime, uns após outros, todos os órgãos da nossa vida nacional, atacando primeiro aqueles cujo desaparecimento o Poder Oculto julga mais urgente: a monarquia, tradição nacional política, força que mantinha a coesão do corpo social, que coordenava os esforços em caso de defesa; depois o catolicismo, força moral que dava às almas o impulso na falta do qual a melhor organização permanece inútil, como seria uma máquina, mesmo a mais perfeita, na qual não houvesse nenhum vapor? Terminadas essas destruições prévias, estando a alma do país adormecida, senão destruída, e seus membros ou dispersos ou paralisados, reduzidos à impotência defensiva, o Poder Oculto ocupa-se sucessivamente das idéias, doravante sem proteção, de propriedade, família, moralidade, que, na falta das instituições tradicionais e dos princípios fundamentais previamente aniquilados, distinguiriam ainda o homem do animal. Ele quer que seja apagada essa última distinção, e se encarnaça em proclamar que trabalha pela luz, pela justiça, pela civilização, pelo progresso! Ele ataca, enfim, a própria idéia nacional, da maneira como atacou todas as outras, quer dizer, divulgando sub-repticiamente, através da fraude e da mentira, nas suas lojas, e daí para o mundo profano, as idéias que entende necessárias para fanatizar uns, entorpecer outros. Foi através da renúncia a todas as nossas tradições que o Poder Oculto resolveu nos matar, fazendo de nós os artesãos da nossa ruína”.

Isto começou com Voltaire e a escola enciclopedista. Eles prepararam a Revolução através de uma propagação de idéias.

“Devemos temer, dizia Mirabeau a Chamfort, a oposição da maioria da nação, que não conhece nossos projetos e que não estaria disposta a oferecer-nos seu concurso. Fá-la-emos desejar e dizer o que ela jamais pensou. Se ela duvidar disso, responder-lhe-emos como Crispim ao legatário: É a vossa letargia. A nação é um grande rebanho que não pensa senão em pastar e que com bons cães os pastores conduzem à vontade deles. Afinal, é o bem deles que queremos fazer sem que o saibam. Nem seu velho regime, nem seu culto, nem seus costumes, nem suas antiquilhas de preconceitos merecem ser poupados. Tudo isto causa vergonha e compaixão a um século como o nosso e, para traçar um novo plano, é necessário limpar o terreno”.

Graças a esse envenenamento dos espíritos, eles conseguiram cortar a cabeça do rei e liquidar o culto católico.

Napoleão, dando-se conta das necessidades que se impunham, restaurou a tradição religiosa; e quis criar um novo tradicionalismo político. Não tendo querido fazer a primeira dessas coisas como o Papa a entendia, não teve êxito na segunda.

Após a Restauração, todo o trabalho realizado pela seita estava por ser refeito; ele foi retomado da mesma maneira. Ela atacou inicialmente o tradicionalismo político. Mediante o liberalismo e suas hipocrisias, ela conseguiu destronar os Bourbons, restabelecer uma República; depois, não a achando mais viável, substituiu o tradicionalismo político francês de novo pelo Império, que é uma reprodução fraudulenta daquele. Ao mesmo tempo, a unidade italiana era preparada para atacar o

baluarte do catolicismo, o Papado; e Napoleão III era citado por emprestar suas mãos a esse atentado, de todos o mais funesto. E enquanto ele se efetivava, toda uma série de assaltos se sucediam entre nós, com tanta paciência quanta perfídia, ao tradicionalismo religioso. Sabemos o que resultou disso.

A França pareceu tornar-se dona da situação após a guerra, a invasão e a Comuna, e pareceu querer fugir à Franco-maçonaria e ao Poder Oculto através do retorno ao tradicionalismo religioso e político. Foi esta a marca das eleições de 1871. Mas a seita soube semear entre os representantes da nação divisões que abortaram tudo. O tradicionalismo político foi abatido em 1874 e 1877, e desde aquele momento a guerra ao tradicionalismo religioso foi lenta mas seguramente conduzida. Ela começou pela escola laica, foi seguida pela expulsão das congregações religiosas; hoje ela está na fase da separação entre a Igreja e o Estado, esperando que isso possa liquidar a Igreja da França.

Tudo quanto se tentou desde 1880 para fazer os franceses esquecerem o que foram, o que são, o que devem ser, foi preparado nas lojas. Para convencer-nos disso basta consultar o *Bulletin du Grand-Orient*. Ali se vê que todas as leis, todas as medidas anti-religiosas, anti-morais, anti-sociais, adotadas pelo governo ou fabricadas pelo Parlamento, foram discutidas e votadas nas oficinas maçônicas mais ou menos tempo antes de o serem na Câmara ou no Senado. Quando foi feita a observação a esse respeito, o *Bulletin du Grand-Orient* desapareceu do depósito legal, deixou de ser levado até lá, de sorte que hoje é impossível realizar novas descobertas.

Assim, depois de cinquenta anos, a mesma marcha é sempre inflexivelmente seguida em direção ao mesmo fim; são as mesmas machadadas do lenhador invisível buscando a destruição na França dessa dupla raiz da árvore francesa: o tradicionalismo político e o tradicionalismo religioso. Hoje, o anti-tradicionalismo religioso é levado até ao ateísmo nas escolas; e o anti-tradicionalismo político até à demolição da idéia de Pátria nas forças armadas. Outrora esse plano era negado; não o é mais, porque os franco-maçons crêem não dever mais se incomodarem, estando já morto um dos dois tradicionalismos, dizem eles, e morrendo o outro. “Agrada-nos verificar que não estamos alheios a essa dupla ruína, dizia em 1902, num canto de triunfo, o auxiliar de lenhador I.: Delpech. Do ponto de vista político, os franco-maçons variaram; mas em todo tempo a Franco-maçonaria se manteve firme nesse princípio: guerra a todas as superstições, guerra a todos os fanatismos... O triunfo do Galileu durou vinte séculos; está morrendo”. O canto de vitória contém uma mentira. Ele diz: guerra a todas as superstições, a todos os fanatismos; ora, existe uma “superstição” e um “fanatismo” que a maçonaria jamais combateu: é a “superstição” e o “fanatismo” judeus. Por Israel, contra o “Galileu”! tal é a fórmula que de melhor maneira resume a obra maçônica. O outro ponto dessa declaração — “Do ponto de vista político, os franco-maçons variaram” — pede explicação: sim, a seita adulou a Restauração, mas para desviar a atenção de suas manobras. Ela trabalhou pelo estabelecimento de um poder pessoal nas pessoas dos Napoleões, mas para servir-se deles. E no que diz respeito aos nossos reis, ela jamais deixou de carregar no seu coração e de executar, tanto quanto as circunstâncias o permitiam, essa palavra de ordem que lhe foi dada nas origens: *Lilia pedibus destrue*.

Tudo isso a seita pôde fazer graças à sua ação sobre o espírito público através dos meios acima mencionados.

Na obra já citada, Bord dá o nome de “empedrados” às pessoas iniciadas ou profanas que estão impregnadas da doutrina maçônica. Os romanos chamavam de “pedreiras” as minas de pedra onde encerravam os prisioneiros. Os “empedrados” são pois os cativos da maçonaria, seus cativos intelectuais, aqueles de cujo espírito ela se apossou. Há muito mais desses cativos no mundo profano do que nas lojas. São todos aqueles nos quais as insinuações maçônicas obliteraram mais ou menos o ideal dos nossos antepassados, o ideal que construiu a França. G. Bord faz esta observação, que é hoje tão patente quanto antes da Revolução: “O empedrado foi um perturbador tão terrível quanto o iniciado, porque sua mentalidade era a causa fatal do

ambiente criado pelo dogma igualitário. Com efeito, a mentalidade maçônica agia tanto sobre o empedrado quanto sobre o iniciado, e a maioria deles não via mais exatamente as transformações que a maçonaria tinha produzido nas suas inteligências, nas suas vontades e nas suas consciências. *Eis aí precisamente onde se encontra a força da maçonaria. Aí também está o perigo que ela representa*".

A França tinha como ideal a religião católica e a realeza tradicional. Foi da união dessas duas idéias e desses dois fatos que nasceu a pátria francesa; é ao culto delas que ela deve seu desenvolvimento, sua prosperidade e sua supremacia sobre a Europa e sobre o mundo civilizado.¹ Ó tristeza! como ela decaiu, depois que se instalou em seu seio uma associação que constantemente trabalha, e com tantos cúmplices fora dela, para secar nas almas essas duas fontes da vida nacional!

Esses cúmplices são encontrados até nas nossas fileiras. No que diz respeito à tradição religiosa, não foi entre os católicos que a encíclica *Pascendi* teve de procurar e condenar os promotores do modernismo? E que faz o modernismo? Ele combate hipocritamente as próprias raízes do cristianismo. Como o protestante, o modernista nega a autoridade divina da Igreja; como o racionalista, o modernista nega a divindade real de Nosso Senhor Jesus Cristo; como o panteísta e o ateu, o modernista nega a existência real de um Deus distinto do mundo; como o céptico, o modernista recusa à razão humana o poder de conhecer realmente alguma verdade. E negando tudo isso, o modernista mantém toda a aparência, toda a fachada, todas as fórmulas do catolicismo. Por isso Pio X pôde dizer: "Não devemos procurar os adeptos desses erros entre os inimigos declarados; eles se escondem no próprio seio e no coração da Igreja, inimigos tanto mais temíveis quanto menos declaradamente o são. Falamos de um grande número de católicos leigos, e, o que é de se deplorar mais ainda, de padres que, sob a coloração de amor à Igreja, colocam-se, menosprezando toda modéstia, como renovadores da Igreja. Em falanges cerradas, eles praticam audaciosamente o assalto a tudo quanto há de mais sagrado na obra de Jesus Cristo".

Pode existir perigo maior para a tradição religiosa e sua conservação no nosso país do que este aqui descrito?

O perigo não é menor para a tradição nacional. Os franco-maçons julgam-na morta, não obstante vejam apenas a agonia da tradição religiosa. Eles se equivocam. O catolicismo não está morrendo, mesmo na França; e a idéia monárquica não está morta. Ela revive; ela se refaz dos golpes que lhe foram infligidos durante um século. Mas a seita jamais abandonou as armas; ela continua o combate e ela o desenvolve ali onde ela crê que será mais decisivo. É a razão pela qual ela endereça o ataque primeiramente às escolas. De Maistre disse que a História, depois da Reforma, é uma conspiração contra a verdade. Essa conspiração é patente no ensino de todos os níveis, assim na escola primária como na secundária e nas universidades. Na pesquisa que se realiza neste momento acerca dos livros clássicos, verifica-se um igual encarniçamento contra a verdade religiosa e contra a verdade histórica: em todas as páginas a falsificação premeditada dos fatos e das doutrinas é feita para criar na alma das crianças preconceitos irremovíveis. Tal a recomendação que fora feita à Grande Loja: "É preciso chegar à juventude, é preciso seduzi-la, é ela que devemos levar conosco sem que o perceba".

Ao sair das escolas, o jovem é apanhado pelas associações; é catequizado pelos jornais; é envolvido por apóstolos dos quais não julga dever desconfiar e que, na verdade, são os mais perigosos porque se apresentam com um ar religioso e patriótico.

¹ Do século oitavo ao décimo quinto não houve no mundo senão um povo no seu apogeu: a França. Tudo o que ela então fez de grande nasceu da dupla inspiração religiosa e nacional.

Qual o jornal, qual a associação mais encarniçada contra a tradição monárquica do que o *Sillon*, para citar apenas esta?² Os jovens católicos que ela arrasta consigo, através do atrativo de idéias generosas, mas vagas, imprecisas, podem desconfiar de que, hipnotizando-os na contemplação da idéia democrática, o *Sillon* executa a obra da maçonaria? Podem eles desconfiar de que a idéia fundamental do *Sillon* é uma idéia judia, uma dessas idéias que são empregadas pela seita judaico-maçônica para sujeitar a França e sabotar o catolicismo? Não podem, porque nos seus círculos de estudos, evita-se atrair a atenção deles para o lado da seita. Através do estudo sério, aprofundado, da questão maçônica, eles veriam aquilo a que a seita se propõe, os meios que emprega para chegar a seus fins, as insinuações que julga útil espalhar para obter colaboradores entre os “profanos”. Eles veriam que esses colaboradores são procurados de preferência entre eles, em razão das qualidades naturais da juventude e dos recursos que ela apresenta para o apostolado no presente e para as instituições que serão estabelecidas no futuro. Aproveitando-se da simplicidade e da candura próprias à idade, ela trabalha para fazer das associações a que eles pertencem uma escola de dissociação anti-católica e também anti-francesa. Não vimos o *Sillon* aderir aos que insultam Joana d’Arc? E no entanto, se há uma tradição francesa digna de respeito e de entusiasmo, é exatamente essa. Não vimos o *Sillon* fazer por toda a parte alianças com os protestantes, e mesmo com as *Unões Cristãs*, cuja finalidade declarada é arrastar a juventude de todos os países do mundo para uma religiosidade que sacode o jugo de todo dogma? As coisas semelhantes se atraem e o ódio à tradição monárquica devia necessariamente trazer atrás dele pelo menos a indiferença na ordem religiosa.

O Papa, os bispos freqüentes vezes advertiram-nos no que concerne à religião; homens dignos de toda consideração advertiram-nos relativamente às coisas da pátria. Eles fecham obstinadamente os ouvidos, tanto a insinuação maçônica se apoderou fortemente de seu espírito. Quantos há entre eles que podem se dar conta disso!

Quem estudou a seita maçônica, quem conhece seus fins e os meios de ação que emprega, não duvida que sua influência se exerça algumas vezes mesmo nos jornais mais bem reputados. Pela maneira como são tratadas certas questões, sente-se o hálito, a inspiração da seita. Se há uma questão urgente entre todas é exatamente a da união dos católicos num mesmo pensamento e numa mesma ação. Desde os primeiros dias de seu pontificado, na sua primeira Encíclica, nosso Santo Padre o Papa Pio X assinalou o único terreno no qual eles podem se compreender e unir seus esforços. Ele próprio se colocou ali, convidando-os a se agruparem em torno dele e oferecendo-se para dirigi-los. “Em face da guerra ímpia que foi levantada e que vai continuando quase por toda a parte contra Deus... se nos pedem uma divisa que traduza o próprio fundo de nossa alma, não daremos outra que não esta: *Restaurar todas as coisas em Cristo*... Existem, e em grande número, não o ignoramos, aqueles que, levados pelo amor à paz, quer dizer, da *tranqüilidade da Ordem*, se unem e se agrupam para formar o que eles chamam de partido da *Ordem*. Que pena! vãs esperanças, trabalho perdido! Partido da Ordem capaz de restabelecer a tranqüilidade em meio à perturbação das coisas só há um: O PARTIDO DE DEUS”. Essa palavra devia, parece, unir todos os órgãos católicos de publicidade. Mas não. Os mais ostensivamente católicos preferiram o *partido da Ordem* ao *Partido de Deus*; e a ação liberal à ação católica! E quando a constituição do Partido de Deus pede, atualmente, que cada qual, na defesa dos direitos de Deus, da Igreja e das almas, faça abstração de suas preferências políticas, esses mesmos jornais “católicos” exigem, preliminarmente a qualquer acordo e a qualquer ação em comum, uma profissão de fé

² A Associação da Juventude Católica, em muitas províncias, não se distingue suficientemente do *Sillon* sob esse aspecto.

republicana. Quem não reconheceria nisso a inspiração maçônica, a insinuação da seita que nos dotou com a república, ao mesmo tempo em que declarava de viva voz e por suas obras que a república outra coisa não é senão “a maçonaria a descoberto”? Não foi com levandade que Copin-Albancelli disse: “O jornal moderado, patriota, religioso mesmo, pode ter, sem que o saiba, seu ou seus franco-maçons, que não dizem senão o que podem dizer. Se não tem seu ou seus franco-maçons, há tal ou qual de seus redatores que estão embebidos, graças a “influências individuais cuidadosamente acobertadas”, de espírito maçônico diluído na medida conveniente para ser assimilado no meio em que deve agir. Esses “maçonisantes” transmitem, por seu turno, a seus confrades o espírito que receberam. E é assim que nossa imprensa, mesmo a da oposição, está atacada em muitos pontos por infiltrações maçônicas.³ Dá-se o mesmo com as oficinas, os salões, os grupos que nós constituímos”. Podemos dizer infalivelmente que tudo o que está marcado pela estampilha “liberal” vem das lojas através de caminhos mais ou menos tortuosos.

A que conclusão chegar?

O Poder Oculto tem baseado sua ação sobre um estado de espírito.

Esse estado de espírito é anti-tradicionalista. Anti-tradicionalismo religioso e anti-tradicionalismo político. Ele é resultado das sucessivas divisões operadas entre nós há quatro séculos.

Quando um operário de pedreira quer partir um bloco de pedra, diz Copin-Albancelli, ele começa por separá-lo em dois pedaços. Em seguida ele ataca um e outro, e por seu turno os subdivide. Ele continua assim, fazendo pedaços cada vez menores, até que estejam reduzidos à dimensão que lhe convém.

Tal é o procedimento que serviu para reduzir a França ao estado em que a vemos.

Seu adversário começou por parti-la em dois grandes fragmentos. Foi o dia em que ele conseguiu introduzir o protestantismo.

O bloco católico e monarquista francês, após ter sido reduzido pela quebra resultante do estabelecimento do protestantismo, foi de novo partido pela filosofia do século XVIII. O estouro foi então duplo: ele se produziu no sentido religioso e no sentido político. A Revolução foi a consequência disso e após ela, em lugar do bloco católico e monarquista já reduzido, houve, de um lado, católicos e “filósofos”, e de outro lado, monarquistas e republicanos.

Sobreveio o Império, que constituiu uma tentativa de reaglutinação devida à ambição e ao gênio de um homem, apoiados no instinto de conservação da nação. Quando esse homem caiu, a tarefa da Restauração tinha-se tornado muito difícil, porque no lugar do bloco nacional de outrora havia então na França católicos, protestantes, deístas, ateus, realistas, imperialistas e republicanos. Um novo

³ Louis Teste contou o que segue:

“Um dos nossos bispos, hoje arcebispo, tendo ido, não sei mais em razão de que negócio, visitar um de nossos confrades em seu escritório, encontrou-o em companhia de alguns de seus colaboradores, que logo lhe foram apresentados; mas dois deles já se tinham precipitado para beijar o anel episcopal, se bem que em Paris isso não fosse costume, fato que anoto sem apreciar-lhe o mérito. Ao sair, o bispo disse à pessoa que o acompanhava: “Oh! aí estão dois ótimos católicos, Fulano e Ciclano!” Eram os dois judeus que tinham beijado o anel. Recebi essa anedota de primeira mão e garanto sua autenticidade”.

Quanto aos que se espantariam com o que está dito aqui, bastaria pôr-lhes sob os olhos a revista maçônica *L'Acacia*, número de março de 1908, página 235:

“Por que razão, quando a *Croix* tiver o monopólio incontestado da direção dos católicos, não nos apossarmos dela, com o concurso dos judeus, dos protestantes e do governo, comprando-lhe as ações?

“Varreríamos então toda a redação católica “para substituí-la por uma de livres-pensadores astuciosos que inicialmente conservariam o tom da casa, depois o mudariam *pouco a pouco*”. Fazer um jornal evoluir sem que seus leitores o percebam, assim como um fabricante de chocolate muda seu cacau, *é a origem da arte*”.

desmembramento operou-se quando o ramo cadete sucedeu ao ramo primogênito: um partido orleanista passou a existir desde então a lado dos outros já tão numerosos.

Desde então o misterioso inimigo não cessou de trabalhar no mesmo sentido. Ele tem martelado, sem descanso e sem que pessoa o veja agir, sobre os fragmentos produzidos pelas sucessivas explosões do antigo bloco francês. E faz isso tão bem que hoje não somente há na França católicos, protestantes, deístas, ateus, realistas, imperialistas e republicanos, mas ainda cada um desses agrupamentos encontra-se subdividido num grande número cada vez mais crescente de sub-agrupamentos.

Olhai por toda a parte, à direita, à esquerda, entre os crentes e os incrédulos, entre os patriotas e entre os que não mais o são, entre os autoritários e os liberais, em todos os meios, em todos os campos, em todos os graus da escala social estabeleceu-se a guerra incessante, incessantemente renovada a qualquer pretexto.

Os germes dessa guerra foram inoculados nas gerações que precederam a nossa pelo inimigo mascarado com o qual disputamos e nos foram transmitidos como consequência irresistível dos estados de choque anteriores.

Só há uma coisa a opor a esse deplorável estado: as doutrinas verdadeiras às doutrinas falsas; uma contra-propaganda que tenda a recolocar em lugar de honra, com uma constância incansável, os princípios de nossa raça, a criar um espírito oposto àquele que a seita não há muito faz prevalecer.

“A antiga França, diz Gustave Bord, tinha como ideal a religião católica e a realza tradicional. Dessas duas crenças nasceu a pátria francesa; doutrinas maçônicas puderam fazer com que momentaneamente a esquecêssemos; mas estou convencido de que a França de amanhã retomará suas antigas tradições; que elas estarão de acordo com as necessidades do mundo moderno e que nosso país tornará a ser a nação enérgica e generosa que ela foi sob seus reis”.



CAPÍTULO XXXIV

CORRUPÇÃO DAS IDÉIAS *(continuação)*

VI. — PROPAGANDA ATRAVÉS DA VENDA AMBULANTE E DAS ESCOLAS

Assim, pois, para difundir as idéias que ela tem interesse em fazer prevalecer, a Franco-maçonaria usa antes de tudo “influências cuidadosamente acobertadas”, influências dos iniciados em grau elevado sobre os maçons vulgares, influências dos maçons sobre as sociedades que organizaram ou nas quais puderam se introduzir, e através delas e deles, influências sobre a opinião pública em todas as classes da sociedade.

Mas, para chegar aos resultados que deseja obter, o partido oculto não se contenta com essas influências.

Na carta de 18 de janeiro de 1822, Piccolo-Tigre felicitava-se pelos recursos abundantes que obtinha de Londres para a propagação das idéias liberais e humanitárias através de brochuras e de jornal das idéias liberais e humanitárias.

“Ofertas consideráveis foram-me feitas. Logo teremos em Malta uma gráfica à nossa disposição.¹ Podemos, pois, impunemente, e de maneira infalível, e sob o pavilhão britânico, espalhar de uma extremidade à outra da Itália os livros, brochuras, etc., que a Loja no momento apropriado colocará em circulação”. No dia 5 de janeiro de 1846, o mesmo Piccolo-Tigre escrevia de Livourne para Nubius: “Nossas gráficas da Suíça estão no bom caminho. Elas produzem livros tais como os desejamos; mas são um pouco caros; destinei a essa *propaganda necessária* uma parcela bastante considerável dos subsídios recolhidos. Vou utilizar o restante nas missões diplomáticas”.

Agora, a seita tem suas gráficas por toda a parte e a venda ambulante de suas produções é favorecida pelas leis.

¹ Em março de 1763 Voltaire escrevia a Helvécio: “Por que os adoradores da razão permanecem em silêncio e no temor? *Que coisa os impediria de terem uma pequena gráfica* e de publicar obras úteis e curtas, das quais seus amigos seriam os únicos depositários?... Oporíamos assim, ao *Pédagogue Chrétien* e ao *Pensez-y bien* verdadeiros livrinhos filosóficos que temos necessidade de espalhar sutilmente por toda a parte. Não os venderíamos, nós os daríamos a pessoas afiliadas, que os distribuiriam a jovens e a mulheres...”

O conselho foi seguido, como vimos mais acima, e esta foi uma das coisas que melhor prepararam a Revolução.

Um certo Leroy, tenente das caçadas reais, exclamava em 1789, num jantar mencionado por Barruel e que se realizou na casa de d’Angevilliers, intendente dos palácios do rei: “Eu era secretário da comissão à qual deveis essa Revolução e morri de dor e de remorso por causa disso... A maioria desses livros que há muito tempo tendes visto aparecer contra a religião, os costumes e o governo, eram obra nossa, e nós os enviávamos a vendedores ambulantes que, recebendo-os de graça, os vendiam pelo preço mais baixo... Eis o que mudou esse povo e o conduziu ao ponto em que o vemos hoje”.

Segundo declaração de Didier, declaração feita à Câmara dos Deputados em 1833, o conselho de Piccolo-Tigre, copiado do de Voltaire de 1772, teve para a Revolução de 1830 o efeito que este tivera para a Revolução de 1789.

Em 1881, a liberdade completa da venda ambulante foi introduzida na liberdade completa de impressão e de livraria. Os vagabundos, os criminosos reincidentes receberam o direito de divulgar as mais ímpias e imundas brochuras. E no entanto, alguns anos antes, o chefe de polícia tinha estabelecido que a venda ambulante não empregava menos de dez a doze mil agentes, que espalhavam fraudulentamente quinze milhões de publicações indecentes e vergonhosas. Não era suficiente; decretou-se uma liberdade mais completa. Ademais, os autores das obras assim vendidas foram glorificados, a fim de lhes conferir mais crédito junto ao povo.²

São sobretudo os jornais que servem para disseminar as idéias que a seita quer semear no público. Os jornais que lhe são devotados constituem legião; eles são graduados com uma arte infernal, para todas as classes possíveis de leitores, a fim de que cada qual, segundo o grau em que seu espírito tenha chegado ao caminho do mal, possa escolher o periódico ao qual seu espírito possa se adaptar e marchar juntamente com ele. A poesia e o romance, as belas-artes e as ciências, a história do passado e a exposição dos acontecimentos presentes, tudo serve, na medida em que convém ao público ao qual se destina tal ou qual jornal, para espalhar as idéias de liberdade intelectual, moral e religiosa que constituem o fundo do espírito maçônico.

Os congressos têm sido muito freqüentemente empregados para a mesma finalidade. O impulso que lhes foi dado data da existência da Grande Loja. Sabemos quanto eles se multiplicaram nesses últimos tempos, sob todas as denominações imagináveis. Inicialmente tratavam-se apenas de congressos científicos. O Papa Gregório XVI opôs-se a isso com uma firmeza inabalável. Ele não pôde afastar esse flagelo da Itália, posto que os príncipes se deixaram intimidar; mas pelo menos preservou Roma. Os congressos científicos representaram para Itália em 1845 o que foram na França dois anos mais tarde os banquetes democráticos. Ademais serviram para que os espíritos aventureiros se conhecessem, para que os cúmplices semeassem suas idéias, para que a seita lançasse o descrédito e o desprezo sobre os dogmas cristãos.

Mas, para ser profunda, tenaz, geral, a propaganda das idéias deve ser empreendida desde a tenra idade, através da educação. Nas suas instruções ao “Regente”, Weishaupt diz: “É necessário, pois, ganhar para a nossa Ordem as pessoas comuns do povo: o grande meio para isso é a influência nas escolas... Deveis ver sem descanso como podemos, nas províncias, dominar a educação pública, o governo eclesiástico, as cátedras de ensino e de prédica”. Esmagai o inimigo, qualquer que seja ele, diziam as Instruções aos membros da Grande Loja, mas sobretudo esmagai-o dentro do ovo. “É preciso ir à juventude, é preciso seduzi-la, *sem que ela o perceba...* Ide à juventude, e, se for possível, até à infância”.

Essas instruções não eram daquelas que os membros da Grande Loja devessem guardar apenas para eles. Eles não podiam, sendo quarenta, doutrinar toda a juventude européia. Elas deviam ser transmitidas pouco a pouco, mais ou menos explícitas ou veladas, segundo o grau de avanço das pessoas às quais se desejava fazê-las chegar. Elas eram particularmente destinadas àqueles que se ocupavam com a instrução da juventude, nos liceus, colégios, escolas e mesmo nos seminários. Não era necessário que todas as pessoas chamadas para essa propaganda estivessem engajadas nos liames da maçonaria; bastava, sempre basta, que elas tenham o espírito maçônico; estas são consideradas mesmo como as mais úteis, porque

² Acabam de erigir uma estátua a Eugène Sue e de celebrar seu centenário; isto foi precedido de propagandas em favor de suas obras. A cada cinco ou seis anos, jornais reimprimem seu *Juif Errant*, seus *Mystères de Paris*, em capítulos; edições em fascículos provêm o mercado sem descanso, para que nenhuma geração cresça sem ter bebido o veneno que elas contêm.

inculcam as idéias desejadas na juventude que lhes é confiada sem perceberem o mal que lhe fazem.

Para os outros, os iniciados, recomendava-se uma extrema prudência. Ela era então mais necessária do que hoje, mais nos Estados Pontifícios do que entre nós. Ela era exigida sobretudo daqueles que, de uma maneira ou de outra, direta ou indiretamente, podiam ter alguma influência sobre a educação da nobreza ou do clero.

O documento publicado por monsenhor Gerbet, depois de dizer que é preciso se esforçar para arrastar para o terreno maçônico as autoridades civis e militares, os reis e os próprios príncipes, acrescenta: “e sobretudo seus filhos... É através dos autores célebres, cuja moral estaria de acordo com nossos desígnios, que paralisaremos e abalaremos seu poder. É através de tão sábias medidas postas em prática com prudência, e sobretudo convenientemente aplicadas em corações jovens, por demais fracos para discernirem o verdadeiro objetivo, que nós os conduziremos a nos secundar na grande obra”. Esta prática tem sido incessante. Para citar apenas um exemplo: a seita conseguiu fazer admitir como preceptor do príncipe Rodolfo, herdeiro presuntivo do imperador Francisco José, um apóstata, acreditemos nisso, e, como professores, sábios como o naturalista Brehm, que não acreditava nem em Deus nem na vida futura. Sabemos como esse desafortunado príncipe rolou até o mais profundo abismo da desonra e do desespero.

Ainda aqui vemos que são observadas atualmente as instruções de Weishaupt. Eis as que tinham sido dadas àquele que ele havia escolhido para ser preceptor do herdeiro presuntivo da coroa da Baviera, em 1785:

“I. Visar-se-á a que os conhecimentos do príncipe sejam *extensos*, mas não *profundos*. Atacar diretamente o sentimento religioso inato à juventude seria imprudente; procedendo indiretamente obter-se-ão excelentes resultados. Basta mostrar, no ensino, uma oposição entre a ciência e a fé.

“II. O educador estudará cuidadosamente o caráter de seu aluno. Existem sobretudo dois pontos a respeito dos quais ele deverá obter um conhecimento seguro: quais são os prazeres relativamente aos quais o príncipe se sente mais atraído? quais são as paixões dominantes de sua natureza? O preceptor preocupar-se-á em alimentar as tendências e as paixões do príncipe. A juventude, irrefletida por natureza, gosta disso, mostra-se reconhecida e se apegando àqueles que assim agem com ela. Mas evitar-se-á ultrapassar uma determinada medida, a fim de impedir que se produza a saciedade. É preciso manter a sede. Os conhecimentos extensos e superficiais produzem a vaidade. Ela será adulada: a juventude inexperiente sempre se deixa seduzir por elogios.

“III. Atenção especial será dedicada à escolha das leituras. Serão exaltadas as obras escritas segundo o espírito da loja, como sendo obras que marcam época na ciência, e que constituam pérolas literárias. Quando o público se tiver deixado prender por essas manobras, o preceptor chamará a atenção do príncipe para as publicações em questão, como sensacionais e dignas de serem lidas com atenção.

“IV. É importante dar à juventude, desde cedo, através da palavra e de leituras, um certo interesse, até mesmo a *estima pelo suicídio!* Assinalar-se-á o suicídio como o ato mais elevado da coragem viril, sobretudo em certos casos especiais”.

O príncipe herdeiro da Baviera, mais feliz do que o príncipe Rodolfo, foi preservado pelo destino de semelhante educação.

A esses preceptores sobretudo é que as Instruções recomendam a prudência: “Jamais tenhais em relação a essas crianças uma palavra de impiedade ou de impureza: *Maximo debetur puero reverentia*. Não esqueçais jamais essas palavras do poeta, porque elas vos servirão de salvo-conduto contra os descomedimentos, dos quais é essencialmente importante abster-se no interesse da causa. Para fazê-la frutificar nos umbrais de cada família, para vos propiciar o asilo na casa doméstica,

deveis apresentar-vos com todas as aparências do homem grave e moral”.³ Pode parecer surpreendente que aqui se recomende não proferir uma palavra de impiedade, quando se trata de “aniquilar a idéia cristã”: mas já vimos, e veremos ainda melhor mais adiante, através de que palavras, através de que idéias, à primeira vista inofensivas, a maçonaria consegue inculcar nos espíritos, propagar nas massas, fazer reinar na sociedade seus princípios, que são inteiramente o oposto dos princípios cristãos.

Eis um fato que bem mostra como Voltaire, Weishaupt, Nubius são sempre fielmente obedecidos.

Nos primeiros dias de junho de 1892, o correspondente parisiense do *Courrier de Bruxelles* comunicou o seguinte:

“Foi na época em que as Câmaras ainda tinham sede em Versalhes e em que, conseqüentemente, os senadores, deputados, jornalistas, morando em Paris, estavam condenados a viagens quase diárias. Eu me encontrava um dia num compartimento do trem, chamado parlamentar, em companhia de Madier de Montjau, do senhor e senhora Lockroy, dos filhos Hugo, Georges e Jeanne. Falava-se sobre um homem amigo das duas famílias, a respeito do qual eram feitos muito bons comentários. Como a senhora Lockroy lembrasse que esse adolescente tivera durante muito tempo idéias “reacionárias e clericais”, Madier interrompeu: “Sim, sim, mas *eu lhe inoculei o vírus*,⁴ e agora ele o possui”. Jamais esquecerei o ar verdadeiramente infernal com que aquelas palavras foram pronunciadas. Todo o ódio anti-religioso de Madier de Montjau aparecia nos seus olhos, na sua voz sibilante, no seu ríctus de fanático”.

O governo maçônico proporcionou a esse Madier de Montjau funerais às expensas do Estado!

Não são somente os filhos dos príncipes que os I.: Insinuantos têm a missão de corromper intelectualmente, mas todos os filhos do povo. Instruções nesse sentido são dadas aos preceptores pelos jornais pedagógicos. Basta citar uma só nota da *Action Scolaire* (número de outubro de 1900). Ela propõe essa questão: “Como os professores laicos conseguirão destruir a influência do padre?” Ela responde: “Uma conversa de alguns minutos com as crianças que vêm da igreja bastaria para apagar os estragos causados às suas inteligências pelas lições do catecismo. Interrogando-os habilmente, o professor conheceria de cada vez que gênero de veneno o padre acabara de inocular em suas vítimas, e o remédio seria ‘de fácil aplicação: uma pequena conversa com toda a classe, referindo-se, sem dar aparência disso, à lição do cura, e que mostraria claramente que este é um descarado mentiroso”.

Parece inacreditável que a seita tenha podido conceber a esperança de atingir os próprios seminaristas. Foi ilegítimamente que muitos nos repeliram quando, na *Semaine Religieuse* da diocese de Cambrai, lançamos um grito de alarme em face das tentativas feitas recentemente junto aos levitas por missionários das novas idéias, das idéias liberais, democráticas e humanitárias: jornais, conferências, oradores laicos de reivindicações sociais aos jovens eclesiásticos.⁵

³ Weishaupt, t. III, p. 35, dizia aos seus *Irmãos insinuantos*: “O Irmão insinuante pode ter todos os vícios, mas não deve, ao mesmo tempo, jamais se deixar ver senão sob o mais perfeito exterior de honorabilidade e virtude. É-lhe prescrito aplicar-se “à perfeição exterior”. Ele deve observar como poderá assenhorear-se da educação, das cátedras de ensino, do governo eclesiástico. Ele poderá ter a aparência de preencher qualquer função *em favor desses mesmos poderes, cuja destruição deve ser seu único objetivo*”.

⁴ “Inocular o vírus”, “infiltrar o veneno”, são as mesmas expressões empregadas nas Instruções secretas dadas aos Quarenta da Grande Loja.

⁵ No livro que intitulou de *A propos de la séparation des Eglises et de l'Etat*, Paul Sabatier, protestante, ex-ministro, diz (pp. 93 e segtes.): “Dentre os espetáculos interessantes que a vida atual nos oferece, não vejo nenhum maior do que aquele do encontro dos jovens católicos com os livre-pensadores.

Falamos com conhecimento de causa. Já no século XVIII Weishaupt dizia aos iluministas: “Se é importante para nós possuímos as escolas ordinárias, parece igualmente muito importante ganhar os seminários eclesiásticos e seus superiores. Com esse mundo aí nós temos a parte principal do país; colocaremos ao nosso lado os maiores inimigos de toda inovação (e sobretudo da grande inovação desejada pela seita: o retorno à civilização pagã através do naturalismo e do liberalismo); e, o mais importante de tudo, com os eclesiásticos, o povo e as pessoas comuns estarão em nossas mãos”. Assim, a grande vantagem que Weishaupt encontrava no seduzir o espírito dos seminaristas com as idéias de liberdade e igualdade era que os seminaristas, tornando-se padres, as espalhariam no meio do povo, fazendo-as adotar por essa parte da população que é por demais cristã para que a seita possa atingi-la diretamente.

No século dezenove encontramos as mesmas recomendações no documento publicado por monsenhor Gerbet: “É da maior importância, está dito ali, para o sucesso de nosso sublime projeto, e para facilitar-lhe e garantir-lhe a execução, nada negligenciar no sentido de atrair para nossa ordem os membros destacados do clero, e todos aqueles cujos interesses estejam em oposição à nossa doutrina. É preciso, *sutilmente*, NA EDUCAÇÃO DELES, e *sob as formas mais sedutoras, introduzir furtivamente o germe dos nossos dogmas*, e através disso acostumá-los, insensivelmente e sem que o percebam, *ao choque que deve liquidá-los*”.

Por seu turno, as instruções dadas à Grande Loja dizem o quanto importa para a seita ganhar o espírito dos seminaristas: “Uma vez estabelecida vossa reputação nos colégios, ginásios, universidades e seminários, uma vez que tiverdes captado a confiança dos professores e dos estudantes, fazei PRINCIPALMENTE com que *aqueles que estão engajados na milícia clerical* gostem de procurar vossas conversas. Oferecei-lhes, antes de tudo, livros inofensivos; depois, pouco a pouco, levareis vossos discípulos ao grau de cozimento desejado... Deveis ter a aparência de serdes simples como pombas, mas sereis prudentes como a serpente”.

Falando dessa maneira, dando esses conselhos e essas ordens, Weishaupt, o iniciado que nos é revelado por monsenhor Gerbet e pela Loja, outra coisa não fazia senão retomar os procedimentos que tinham proporcionado êxito aos gnósticos, aos maniqueus, e depois aos chefes da Reforma. Para arrastar o povo para fora das vias da verdade e do bem, para fora da Igreja, sempre foi necessário, antes de tudo, ganhar uma parte do clero e sobretudo seduzir a juventude clerical através de generosas ilusões.

Ao mesmo tempo que fazia exercer sobre os seminaristas essa ação direta e pessoal, a Grande Loja preocupava-se com a própria direção dos seminários; ela

“Uma grande crise intelectual, religiosa, moral, social, prepara-se em muitas consciências. Medir-lhe a origem, a profundidade e o alcance, sem dúvida jamais será possível. Quem nos contaria a história do germe de trigo durante sua germinação no seio da terra?”

“No entanto, por um instante pude contemplar bem de perto essa germinação de uma vida nova no seio da velha Igreja, e guardei disso uma lembrança irresistível. Foi há alguns meses, na casa de um professor de seminário do qual eu era hóspede. À noite, um jovem diácono envia-me um grosso caderno manuscrito, espécie de diário confidencial, no qual, durante três anos, alguns alunos desse grande seminário escreveram suas preocupações, suas angústias, seu ideal, seus sonhos, sua fé.

“Que acontecerá quando a França conhecer esses novo clero?”

Esse fato, e cada uma das palavras que o expõem e o comentam, falam suficientemente por si mesmos, sendo inútil dar-lhes destaque.

Fonsegrive também era recebido nos seminários e admitido a pregar o modernismo aos seminaristas. Harmel, nas reivindicações sociais no Val-des-Bois, para as quais convocava seminaristas e jovens padres, embebia-os com o espírito democrático. Os abades Naudet, Lémire, Garnier, etc., também encontravam abertas as portas dos seminários, grandes e pequenos, e aí semeavam a mãos cheias suas idéias sobre o passado e futuro da Igreja.

Através de quais “influências cuidadosamente acobertadas” isso pôde ser conseguido?

pedia e mandava pedir, diz Crétineau-Joly, que se desse nos seminários uma educação mais apropriada às necessidades do século e aos interesses do país. Ela lamentava ver o estudo das línguas antigas absorver a atenção da juventude clerical. O estudo da teologia e o das belas-letas deviam ser relegados ao segundo plano. Não ouvimos as mesmas queixas e os mesmos conselhos nesses últimos tempos?

Em 1867, o *Univers Israélite* (T.V., p. 223) dizia contar acima de tudo com a direção a ser dada aos espíritos dos jovens clérigos para mudar a orientação intelectual do mundo. “Inaugurada pela sábia e especulativa Alemanha, a renovação dos estudos teológicos se aclimata na França, a qual, graças a seu espírito generalizador e expansivo, pode ser chamada a fazer pela *síntese religiosa* o que ela fez um dia pela reconstituição civil e política do mundo. E *todo israelita deve experimentar o desejo de cooperar com essa obra, na qual estão empenhados NOSSOS mais sagrados interesses*”.

Através da venda ambulante, a seita esforça-se principalmente em corromper os costumes. Através do ensino, ela visa sobretudo a perverter os espíritos.

Nos seminários, como nos colégios e universidades, o que ela mais tem a peito é fazer penetrar nessas instituições os princípios de 89.

Põe-se aqui um doloroso enigma: como pôde acontecer que a seita tenha encontrado personagens de reputação altamente católica e tantas revistas e jornais católicos para apresentar ao público a “taça enfeitiçante e misteriosa”, que derrama nas almas “os grandes princípios, os imortais princípios”? Sabem eles de onde vêm esses princípios e para que finalidade foram inventados? No concílio do judaísmo reunido em Leipzig, em 29 de junho de 1869, sob a presidência do Dr. Lazarus, de Berlim; o Dr. Philipson, de Bonn, apoiado pelo grande rabino da Bélgica, Astruc, concluiu, sob o aplauso de todos: “O sínodo reconhece que o desenvolvimento e a realização dos princípios modernos constituem as mais certas garantias do presente e do *futuro do judaísmo* e de seus membros. Eles constituem as condições mais energicamente vitais para a existência expansiva e o mais alto desenvolvimento do judaísmo”.⁶

Valia dizer: “Israelitas, aspirais à dominação universal; se quereis preparar eficazmente os caminhos para aquele que deve obtê-la para vós, tendes apenas uma coisa a fazer: empregar-vos em desenvolver os princípios modernos, em fazê-los

⁶ Ver *Les Juifs, le judaïsme et la judaïsation des peuples chrétiens*, por Gougenot des Mousseaux.

Bidegain, no seu livro *Le Grand-Orient de France, ses doctrines et ses actes*, publicou (páginas 261 a 276) uma circular assinada por eminentes judeus: Henri Aron, membro do Consistório Central dos Israelitas da França; Dr. Dreyfus-Bresac, membro da comissão central da Aliança Israelita Universal; Narcisse Leven, presidente da Comissão Central da Aliança Israelita Universal e vice-presidente do Consistório Israelita de Paris; Salomon Reinach, vice-presidente da Comissão Central da Aliança Israelita Universal. A finalidade dessa circular, datada de 14 de novembro de 1902, era dupla: “1º chamar a atenção sobre as eleições que se realizarão em 1906; 2º abrir uma subscrição para os gastos dessa eleição e de seus preparativos”. Encontram-se aí os mesmos pontos de vista expostos acima, no *Univers Israélite*: a igualdade de 89 que devia tornar iguais judeus e franceses e logo aqueles mestres destes.

“Consagrando-nos antes de tudo em fazer triunfar a causa da igualdade de todos os franceses perante a lei, pretendemos apenas distinguir entre franceses e partidários dos princípios da Revolução. Combatemos os primeiros (nas eleições de 1902) sob quaisquer rótulos sob os quais tenham podido se cobrir e forçamo-nos a sustentar os segundos. Como não reivindicávamos privilégios nem reclamávamos nada fora do *direito comum*, não tivéramos necessidade, para garantir a defesa dos nossos interesses, senão de pedir-lhes que defendessem seus princípios e que trabalhassem, permanecendo fiéis a eles mesmos, para a vitória de suas próprias doutrinas”. E mais adiante: “O que é de natureza a nos tranquilizar relativamente ao futuro, é que a luta não mais se trava atualmente entre o anti-semitismo e os judeus, mas entre o anti-semitismo e os princípios da Revolução... Mesmo na suposição de que nossos próprios interesses estivessem doravante fora de alcance, seria ainda nosso dever, como filhos reconhecidos da Revolução, prosseguir na obra começada.

entrar nos espíritos, sob todos os aspectos, tirar deles todas as conseqüências que encerram; depois realizá-las, quer dizer, fazer com que essas últimas conseqüências passem da ordem das idéias para a ordem dos fatos, através das leis que sugerireis e através dos costumes que introduzireis”.

Como podem os judeus considerar os “princípios modernos” como preparatórios dos caminhos para essa dominação? Eis como. Graças à igualdade civil e à igualdade em todas as coisas com os cristãos, os judeus viram desaparecer o dique que até então os continha; e então, como uma torrente devastadora, eles irromperam por toda a parte e se apoderaram de tudo: dos bancos, do comércio, da imprensa e dos cargos mais importantes na diplomacia, na administração política, nas forças armadas, no ensino: tudo caiu nas mãos deles ou nas mãos daqueles que dependem deles. E agora a sociedade cristã encontra nos princípios de 89, nos “direitos do homem” inscritos nas constituições dos Estados, o maior obstáculo para sacudir o jugo judeu que lhe foi imposto sob a roupagem da “liberdade” e da “igualdade”.

“Quando percebemos que os judeus eram *cidadãos*, escreveu um judeu convertido e padre católico, o abade Lémann, eles já eram em parte os DONOS”. Crémieux, fundador da *Aliança Israelita Universal*, exclamou em uma de suas assembleias: “Como tudo já está mudado para nós, e em quão pouco tempo!” E Disraeli: “O judeu consegue hoje exercer sobre os negócios da Europa uma influência cujo prodígio é espantoso”. Também um publicista, Kuhn, teve razão ao declarar: “Essa reivindicação dos princípios modernos em favor do judaísmo é das mais humilhantes para nós democratas”.

Se os organizadores de associações da juventude cristã conhecessem essas coisas, empurrá-las-iam com tanto ardor para as vias da democracia? Se os superiores dos seminários tivessem sabido dessa declaração do concílio convocado por Pio IX, como conseqüência da publicação do *Syllabus*, que desmascara os “grandes princípios” e os acossa até às suas últimas conclusões, encontraríamos entre eles quem tivesse deixado entrar em suas casas publicações democráticas? Teriam eles autorizado a realização de conferências democráticas em suas casas?

Um rabino alemão permitiu-se esta ironia:

“Os cristãos limitados e de vista curta dão-se ao trabalho de nos arrancar daqui e dali uma alma e ficam felizes como reis quando têm bom êxito. Mas não vêem que nós também somos missionários e que nossa prédica é mais hábil e mais frutuosa do que a deles. Eles não compreendem que marchamos contra eles, de conquista em conquista. Ainda mais um pouco de tempo e todos aqueles cristãos que têm verdadeiramente educação não mais terão necessidade de Cristo e dEle se desembaraçarão tão facilmente quanto nós. Está próximo o tempo em que a maioria dos cristãos terá retornado ao nosso ensino sobre Deus, ao nosso monoteísmo. O futuro nos pertence. Convertemos em massa e de uma maneira não percebida”.

Como e por quê? Através dos princípios modernos, através das doutrinas democráticas, cuja “realização é a mais segura garantia do presente e do futuro do judaísmo”.⁷

Bachen fez recentemente ao Parlamento prussiano esta comprovação:

“O judaísmo alemão trabalha com um poder de tal forma gigantesco e uma perseverança de tal forma constante pela civilização e pela ciência modernas, que o

⁷ “Para nós o Messias chegou em 27 de fevereiro de 1790, com os direitos do homem”, disse o israelita Cahen (Relatado nos *Archives Israélites*, em 1847).

O príncipe Louis de Broglie concluiu um estudo sobre *a questão judaica do ponto de vista político* com esta observação: “... 3º Entrando nas sociedades graças aos princípios modernos, eles tornaram-se os adeptos e os propagadores mais ardentes desses princípios, os membros mais ativos da Franco-maçonaria, os filhos mais dedicados do livre-pensamento”.

maior número de cristãos (literalmente a maior parte do cristianismo) é levado de uma maneira consciente ou inconsciente pelo espírito do judaísmo moderno”.

Não é somente na Alemanha que o judaísmo trabalha pelo desenvolvimento e pela realização dos princípios modernos da civilização anti-cristã; ele se empenha muito mais na França. E ademais, quais são os países em que eles não reinam? Quais são os espíritos que não estão mais ou menos atingidos por isso?

No seu comentário ao Apocalipse, Bossuet diz: “Vejo na Igreja duas espécies de perseguição: a primeira no seu início, e sob o império romano, em que a violência devia prevalecer; a segunda no fim dos séculos, em que haverá o reinado da sedução.”

A sedução liberal exerce-se em nossos dias sob formas tão escondidas e tão perversas que suas vítimas nem mesmo a percebem. Ela invade pouco a pouco todas as inteligências, assim na ordem eclesiástica como na ordem laica, e isso desde os mais tenros anos.

Isto que acabamos de testemunhar, isto que ainda vemos pode nos dar a compreensão das palavras pelas quais o divino Salvador nos precaveu contra as seduções dos últimos dias: “Levantar-se-ão muitos falsos profetas que seduzirão um grande número... Se o Senhor não abreviar esses dias, ninguém escapará”.



CAPÍTULO XXXV

CORRUPÇÃO DAS IDÉIAS *(continuação)*

VII. – A PERVERSÃO DA LINGUAGEM

O grande meio empregado para corromper as idéias foi perverter a linguagem.

A Franco-maçonaria soube fazer adotar pelo público a palavra *laicização* no lugar de *descristianização*; *secularização* no lugar de *separação* entre a ordem religiosa e a ordem civil, na família e na sociedade; *neutralidade escolar* no lugar de ensino ateu; *separação entre a Igreja e o Estado* no lugar de ateísmo no governo e nas leis; *denúncia da Concordata* no lugar de espoliação da Igreja; *[desafetação]* no lugar de confisco; *leis existentes* no lugar de decretos arbitrários e ilegais; *tolerância* em lugar de licença dada aos piores erros etc. etc.

Ela construiu as palavras *clericalismo*, *inalienabilidade* etc., espantalhos; seduições, como as palavras *liberdade*, *igualdade*, *fraternidade*, *democracia* etc.

“São, dizia Bonald, expressões de sentido dúbio, nas quais as paixões encontram primeiro um sentido claro e preciso, sobre o qual a razão se esforça em vão para fazê-las voltar através de explicações tardias: as paixões atêm-se ao texto e rejeitam o comentário”.¹

“Apesar dos ensinamentos dados pela razão e da evidência produzida por nossas catástrofes, diz Le Play, essa fraseologia que embrutece fornece alimento diário à tendência revolucionárias encarnadas na nossa raça. Sob essa influência penetram cada vez mais, nas camadas inferiores da sociedade, o desprezo pela lei de Deus, o ódio às superioridades sociais e o espírito de revolta contra toda autoridade”.²

Mazzini não pensava diferentemente de Le Play sobre esse ponto. Dizia: “As discussões eruditas não são nem necessárias, nem oportunas. Há palavras *regeneradoras*³ que contêm tudo o que é necessário repetir freqüentemente ao povo: liberdade, direitos do homem, progresso, igualdade, fraternidade. Eis o que o povo compreenderá, sobretudo quando opusermos a estas as palavras despotismo, privilégios, tirania etc.”

O sentido inteiro das palavras *liberdade*, *igualdade*, *progresso*, *espírito moderno*, *ciência* etc., que reaparecem sem cessar nos discursos e nos artigos dos políticos e nas profissões de fé dos candidatos patrocinados pelas lojas, é revolução, destruição da ordem social, retorno ao estado de natureza pelo desaparecimento de toda autoridade que limite a liberdade, destruição de toda hierarquia, que rompe a igualdade, e o estabelecimento de uma ordem de coisas, através da fraternidade, em que todos os direitos e todos os bens serão comuns. Os iniciados, ao pronunciarem essas palavras, sabem que estão anunciando um programa contra as leis de Deus e seus representantes na terra, que estão exprimindo o conceito de estado social cuja

¹ Bonald, no Instituto Nacional, sessão de 29 de junho de 1805. Monsenhor Darbois, arcebispo de Paris, refê-m, lembrava, aos que o levavam ao paredão, que ele sempre defendera a liberdade. Um dos seus executores respondeu-lhe: “Cala-te! Dane-se a paz. Tua liberdade não é a nossa!”

² *Réforme Sociale*, t. IV, p. 29.

³ Palavras que podem servir para operar a regeneração da sociedade no sentido maçônico.

fórmula foi dada por J.-J. Rousseau. Os outros, repetindo-as após eles, tolamente, preparam para a aceitação desse estado social aqueles que a Franco-maçonaria não poderia atingir diretamente.⁴

Que é a direção suprema da Franco-maçonaria quem escolhe essas palavras, que as lança e que encarrega seus adeptos de propagá-las, não há a menor dúvida.

“Vamos começar, tinham dito as Instruções secretas, a pôr em circulação os princípios humanitários.” Reformas, melhoramentos, progresso, república fraterna, harmonia da humanidade, regeneração universal: todas essas palavras enganosas são lidas nas Instruções. Picollo-Tigre fá-las seguir destas: “A felicidade da igualdade social” e “os grandes princípios da liberdade”. Nubius acrescenta: “A injusta repartição dos bens e das honras”. Resumindo tudo, Gaétan regozija-se de ver o mundo lançado no caminho da democracia.

No relatório do 3º Congresso das Lojas do Leste, em Nancy, 1822, lê-se: “Nos últimos graus (os mais altos da hierarquia maçônica), está condensado um trabalho maçônico universal de uma grande profundidade. Não seria desses cumes que nos chegam as palavras misteriosas que, partidas não se sabe de onde, atravessam às vezes as multidões em meio a um grande convulsão, e as levanta para a felicidade (!) da humanidade?”

É de notar que a maçonaria se serviu da língua francesa para forjar suas fórmulas revolucionárias. Isto não escapou a de Maistre, que tão bem conheceu o poder misterioso de nossa língua. Na terceira das *Lettres d'un royaliste savoisien à ses compatriotes*, escritas nos dias da Revolução, ele diz: “O reinado dessa língua não pode ser contestado. Esse império jamais foi tão evidente e jamais será mais fatal do que no momento presente. Uma brochra alemã, inglesa, italiana etc., sobre os *Direitos do Homem*, divertiria, quando muito, um camareiro do país: escrita em francês, ela sublevará num piscar de olhos todas as forças do universo”.⁵

Todas essas fórmulas pérfidas foram criadas há dois séculos. Sob o reino do filosofismo, foi “tolerância” e “superstição” que passaram de boca em boca; sob o do Terror, foi “fanatismo” e “razão”; sob a Restauração, “*ancien régime*”, “dízimo”, “privilégios”; sob o Segundo Império, “progresso”; por ocasião da recente perseguição na Alemanha, “Kulturkampf”; na França, em 16 de maio, “governo dos párocos”. Hoje, o que está mais em voga, juntamente com “clericalismo”,⁶ “ciência”, “democracia” e “solidariedade”: a ciência contra a fé, a democracia contra toda hierarquia religiosa, social e familiar; a solidariedade dos plebeus contra todos os que opõem obstáculo ao livro gozo dos bens deste mundo, os ricos que os possuem e os padres que proibem a injusta cobiça; solidariedade também entre todos os povos que, de uma extremidade

⁴ O *Univers*, no seu número de 13 de setembro de 1902, mencionava que na anterior peregrinação dos franceses a Roma, Harmel, no brinde que pronunciou em Sainte-Marthe, exclamou: “Somos servidores apaixonados da liberdade, — sim, servidores apaixonados da liberdade, prontos a dar nossa vida e a derramar nosso sangue pela causa sagrada da liberdade!”

A liberdade para que as almas possam ir a Deus, seu fim último, sem entraves, muito bem. Mas foi assim que entenderam os ouvintes de Harmel, foi mesmo essa liberdade que ele pretendia ver aclamada?

Uma palavra de explicação não teria sido inútil, no dia seguinte àquele em que o chefe dos democratas cristãos da Itália foi condenado por seu discurso: *Liberdade e Cristianismo*.

⁵ *Œuvres Complètes*, t VII, pp. 139-140.

⁶ O “governo dos párocos” serviu para fazer passar a lista de Gambetta e para constituir o governo dos franco-maçons. O medo do “clericalismo” faz fechar os olhos às piores tiranias. Com medo de serem acusados de favorecer esse monstro, os católicos proibem-se de ser clericais. Por ocasião da aprovação do nome de Gayraud, Lemire disse da tribuna: “Meu colega e eu não somos clericais”. No dia 27 de novembro de 1899, a mesma coisa: “Permitir-me-ei observar que nem o abade Gayraud, nem o abade Lemire são aqui deputados do catolicismo. Não aceitei no passado e não aceitarei no futuro que a Câmara seja transformada num lugar de discussões teológicas ou filosóficas” (*Diário Oficial* de 28 de novembro de 1899).

à outra do mundo, se devem auxiliar mutuamente para quebrar o jugo da propriedade, da autoridade e da religião.

Acima de todas essas palavras reina há um século a divisa: "Liberdade, igualdade, fraternidade". A seita faz com que ressoe por toda a parte, conseguiu inscrevê-la nos edifícios públicos, nas moedas, em todos os atos da autoridade legislativa e civil. "Essa fórmula, diz o I.: Malapert num de seus discursos às lojas,⁷ foi fixada por volta da metade do último século (XVIII) por Saint Martin (fundador do iluminismo francês). Todas as oficinas a aceitaram e os grandes homens da revolução fizeram dela a divisa da república francesa". "Liberdade, igualdade, fraternidade, essas três palavras dispostas nessa ordem, diz ainda o I.: Malapert, indicam o que deve ser uma sociedade bem regrada", coisa que ela será quando o contrato social tiver chegado a suas últimas conseqüências, tiver dado seus últimos frutos. Weishaupt e os seus disseram abertamente o que pretendiam tirar dessa fórmula: primeiro a abolição da religião e de toda autoridade civil; depois a abolição de toda hierarquia social e de toda propriedade.

Eis o que essas três grandes palavras dizem aos iniciados, eis o que eles têm no pensamento, eis onde eles querem nos fazer chegar. Eles fizeram com que as palavras fossem adotadas; pelas palavras insinuam as idéias, e as idéias preparam o caminho para os fatos. Não devemos pois nos espantar se, por ocasião da admissão nas lojas, os postulantes ao carbonarismo devem dizer, no juramento que são obrigados a prestar: "Juro empregar todos os momentos de minha existência em fazer triunfar os princípios de liberdade, de ualdade, de ódio à tirania, que constituem a alma de todas as ações secretas e públicas da *Carbonara*. Prometo propagar o amor à igualdade em todas as almas sobre as quais me for possível exercer alguma ascendência. Prometo, se não for possível restabelecer o reino da liberdade sem combate, fazê-lo até à morte".⁸ Eis o dever bem marcado, e bem traçadas as etapas para realizá-lo inteiramente: espalhar as palavras, propagar as idéias, fazer a coisa triunfar, pacificamente, se for possível, se não por uma guerra de morte.

Não é somente entre as classes degradadas, ignorantes ou sofredoras que essa fraseologia exerce suas devastações. Ela causa igualmente vertigem nas classes superiores da sociedade, fato que a seita considera bem mais vantajoso para a finalidade pretendida. Graças à confusão das idéias introduzidas por ela nos espíritos, reina atualmente nas classes que são chamadas por sua posição a dirigir a sociedade, a mais deplorável divergência de pontos de vista, a mais perfeita anarquia intelectual.

Voltamos à confusão de Babel; todas as idéias estão confusas e, nessa confusão, numerosos cristãos são arrastados mais facilmente do mundo para o sulco dos erros maçônicos. As pessoas não desconfiam dessas correntes, abandonam-se às suas ondas com placidez, e isto porque a maior parte das palavras que para aí as arrastam podem servir para exprimir idéias cristãs, assim como se prestam a exprimir as idéias mais opostas ao espírito do cristianismo. Le Play deixou-nos sua observação a esse respeito. "Nenhuma fórmula composta de palavras definidas conseguiria satisfazer simultaneamente aqueles que crêem em Deus e aqueles que consideram essa crença como o princípio de todas as degradações. Mas aquilo que não pode ser obtido por um arranjo de palavras torna-se fácil com palavras que comportam, segundo a disposição de espírito dos que as lêem ou ouvem, sentidos absolutamente opostos".⁹

Entre as palavras hoje em voga, nenhuma há da qual se faça um uso mais freqüente e pernicioso do que "liberdade". Ela tem duas faces, concomitantemente cristã e maçônica.

⁷ *Chaîne d'Union*, 1874, p. 85.

⁸ Saint-Edme, *Constitution et Organisation des Carbonari*, p. 110.

⁹ *L'Organisation du Travail*, p. 355.

“A liberdade, diz Leão XIII, é um bem, bem excelente, apanágio exclusivos dos seres dotados de inteligências e de razão”. A inteligência dá-lhes o conhecimento de seus fins, a razão faz com que descubram os meios de alcançá-los, e o livre arbítrio permite-lhes escolher dentre os meios aqueles que lhes convêm e de empregá-los para atingir o objetivo a que se propuseram. Se todos os homens vissem e colocassem seu fim último lá onde ele está, e reclamassem liberdade para isso, todos ouviriam pedir que o caminho em direção ao Soberano Bem fosse largamente aberto, não fosse obstruído por nenhuma dificuldade imprevista e que eles próprios não fossem entravados na sua ascensão em direção a Deus. Mas quem não sabe que os fins aos que os homens se propõem são numerosos, tão diversos quanto diversos são os objetos de suas paixões! De maneira que o apelo à “liberdade” pode jorrar simultaneamente dos corações dos maiores santos e dos maiores celerados, e que, pedindo-a com uma mesma voz, parecem desejar uma mesma coisa. Na realidade, eles querem coisas tão diversas e mesmo tão opostas quanto são opostos, de uma parte, os infinitos degraus que conduzem o homem à mais alta virtude, e de outra parte, os degraus não menos numerosos que os fazem descer até à pior corrupção.

Ao grito de “liberdade”, o filho indócil, o servidor orgulhoso sentem crescer em seu coração o desejo de independência relativamente aos pais e aos mestres: os esposos infiéis vêem luzir o dia em que o liame conjugal será dissolvido; a pessoa ruim aspira a um estado político e social no qual a coerção do mal não mais existirá. Esse grito une todas as rebeliões, excita todas as cobiças. O próprio cristão, a esse grito, sente tornar-se mais pesado o jugo do Senhor, porque a concupiscência original não está extinta no coração de ninguém, e todo homem é mais ou menos amigo, no seu fundo mau, da liberdade perniciosa. Para todos o grito de “liberdade” tem uma atração doentia, atração que o pai da mentira pôs na origem de todas as coisas na sua primeira tentação: *Dii eritis!* sereis como deuses, sereis vossos próprios senhores, não dependereis mais de ninguém. E como não existe independência em nenhum lugar, este grito torna-se, em toda parte, um apelo à revolta, revolta dos inferiores contra a autoridade, dos pobres contra a propriedade, dos esposos contra o casamento, dos homens contra o Decálogo, da natureza humana contra Deus.

Assim, entre as palavras em voga, nenhuma há da qual se tenha feito uso mais pernicioso e mais freqüente do que da palavra “liberdade”. Ela serve para as multidões exigirem, os reis consagrarem, as instituições fixarem em si os mais poderosos dissolventes da ordem social. É a liberdade de consciência, ou da independência de cada um relativamente a Deus; é a liberdade dos cultos, a separação entre a Igreja e o Estado, a neutralidade e a laicização, coisas essas todas que quebram os laços que ligam o homem e a sociedade a Nosso Senhor Jesus Cristo e à Sua Igreja; é a soberania do povo, quer dizer, a independência das multidões relativamente às autoridades sociais e civis; é o divórcio de certas disposições do Código Civil, que colocam a anarquia na família. Enfim, para levar avante todas essas revoltas, para obter todas essas independências, a liberdade da imprensa que trabalha todos os dias para corromper nos espíritos a noção da verdadeira liberdade e para insinuar nos corações o amor e o desejo das más liberdades.

Se os católicos juntassem suas vozes à de todos os revoltados para reivindicarem, eles também, pura e simplesmente a liberdade, e não tal ou qual liberdade definida, e, antes de todas as outras, a liberdade de as almas de não serem entravadas em sua caminhada em direção a Deus, eles dariam a impressão de reivindicarem a mesma coisa que os revolucionários, e eles os ajudariam a obtê-la. E é isto que vemos com muita freqüência.

Em nome do Progresso, em nome da Civilização, do Direito novo, a seita faz reivindicar através dos seus jornais, através das associações que ela inspira, através daquelas em que ela têm afiliados, a abolição de tal ou qual instituição, ou o estabelecimento de tal outra. Quem ousaria opor-se ao progresso, à civilização? Com medo de parecerem retrógrados, católicos, no parlamento, nos conselhos

departamentais ou comunais, votam medidas contrárias à sua própria maneira de ser e de pensar, medidas que, ao tiranizarem seus irmãos, tiranizam a eles próprios.

Numa de suas visões, o apóstolo São João viu todos os povos seguirem estupefatos a Besta, à qual o Dragão dera seu poder e seu trono. Ela abriu uma boca da qual saíam palavras que pareciam significar grandes coisas: *Datum est ei os loquens magna*. Na realidade, eram blasfêmias contra Deus, contra Seu tabernáculo e contra aqueles que habitam o céu da Igreja: *Blasphemias ad Deum, et tabernaculum ejus et eos qui in Caelo habitant*.¹⁰

Acabamos de ouvir essas palavras grandiloqüentes e conhecemos a estranha sedução que exercem sobre as multidões. Elas verdadeiramente constituem, no significado que lhes é dado pela Besta, basfêmias que levam a morte às almas, que sabotam os fundamentos da sociedade civil e da sociedade religiosa, e que querem aniquilar o Reino de Deus sobre as criaturas.

O cúmulo da astúcia desenvolvida pela Besta e pelo Dragão — quer dizer, pela Maçonaria e por Satã — seu triunfo, constitui em fazer crer e em fazer dizer que essas palavras foram tomadas do Evangelho e que, por intermédio delas, eles querem trazer o reino de Nosso Senhor Jesus Cristo para a sociedade!

“O que existe de mais funesto para os povos, após a Revolução, disse Saint-Bonnet, é a língua que a criou. O que existe de mais temível após os revolucionários são os homens que empregam essa língua, cujas palavras são outras tantas sementes para a Revolução... Não lancemos mais às multidões termos cujo sentido teológico e verdadeiro não lhes seja explicado. Eles não cessam de engendrar as idéias que mantêm as massas em ebulição e as arrancam ao dever da vida...”

Rejeitar altaneiramente a língua desleal, eis daqui para a frente no que se reconhecerá o homem piedoso.

“Ó França! tu saberás que virão a ti homens piedosos quando pararem de te adular e de *empagarem* equívocos”.¹¹

Charles de Ribbes também disse: “Somente a verdade reerguerá a França, e para que essa verdade produza seu efeito regenerador a nobre língua francesa deverá, também ela, ser restaurada”.¹²



¹⁰ Apocalipse, XII, 1-6.

¹¹ *La Légimité*, pp. 281-284.

¹² Le Play, extraído de sua Correspondência, p. 191.

CAPÍTULO XXXVI

CORRUPÇÃO DAS IDÉIAS *(continuação)*

VIII. — O ESPÍRITO MAÇÔNICO

Das insinuações lançadas no público pela Franco-maçonaria e das palavras que ela põe em circulação nasce o espírito maçônico.

Numa instrução pastoral endereçada a seu clero em 1864, monsenhor Meirieux, bispo de Digne, dizia: “Tal é a sabedoria com que o espírito do mal tem armado suas ciladas, que ele desencaminha os espíritos retos, que ele os fascina a ponto de torná-los seus defensores. Opera-se a nossos olhos aquilo que será visto no último dia: um grande mistério de sedução. Parece, se isso fosse possível, que os próprios eleitos não lhe escapariam”.

Decorreu meio século desde que esse grito de alerta se fez ouvir. Quanto, depois disso, o movimento dos espíritos se acelerou e torna a advertência mais urgente!

A Franco-maçonaria chegou, é fato notório, ao apogeu do seu poder. Ela faz o que quer, mesmo aquilo que há apenas poucos anos pareceria completamente impossível.

Para explicar esse sucesso não basta dizer que a maçonaria é uma sociedade organizada muito sabiamente, provida de meios poderosos para chegar a seus fins, e que freqüentemente contou em seu seio com homens de uma maravilhosa habilidade. A Igreja que ela quer destruir nada fica a lhe dever. Foi a própria Sabedoria de Deus que A constituiu e organizou, e os santos, pelo menos, tiveram pelo bem o zelo e a inspiração que os sequazes de Satã têm pelo mal. Sem dúvida, a maçonaria goza do benefício que lhe dá o mistério no qual se envolve. Ela não desvenda seus desígnios, nem mesmo aos que ela encarrega de executá-los. Mas, se o segredo tem suas vantagens para o mal, a luz plena do bem e da verdade as tem maiores.

É preciso, pois, buscar em outro lugar a explicação para o poder ao qual a Franco-maçonaria chegou.

Essa explicação encontra-se nas cumplicidades que ela cria para si fora de suas lojas, através das insinuações. Através disso ela consegue que todos ou quase todos a sigam.

Através do organismo no qual ela se plasmou, a Franco-maçonaria encontrou maneira de encontrar, em todas as classes da sociedade, numerosos cúmplices que, ainda mesmo quando a detestam, trabalham com ela e para ela. E isso através da propaganda das idéias que ela tem interesse em espalhar.

Ela se vangloria disso.

“... A Franco-maçonaria, diz uma circular, foi até aqui uma vasta escola na qual homens de todas as classes e de todas as opiniões, ateus ou deístas, vieram se instruir, se formar para os bons combates da democracia. Apesar da diversidade de suas origens e condições, doutrinas comuns incitavam-nos a falar ou a agir no mundo profano de acordo com os ensinamentos recebidos nas lojas. *A Franco-maçonaria foi-lhes a inspiradora e graças à cooperação deles impregnou a sociedade contemporânea com o seu pensamento.* Se a nossa Ordem renunciasse a seu papel histórico, à sua missão de propagação entre todos os homens conscientes, sem

exceção de crença ou de opiniões, ela própria pronunciaria sua condenação”. Quem fala dessa maneira? O Conselho da Ordem do Grande Oriente.¹

A seita chegará ao fim de seus empreendimentos, arruinará toda a ordem religiosa, toda a ordem civil, toda a ordem familiar, se o público continuar a dar ouvidos a ela e a seus órgãos. Como disse um dia Leão XIII aos peregrinos franceses, a coisa mais urgente a fazer é nos desembaraçarmos do jugo da Franco-maçonaria. E sobretudo do jugo intelectual, que há dois séculos pesa sobre nós. Ora, para livrar o país é preciso, inicialmente, que cada qual subtraia a esse jugo seu próprio pescoço. Ninguém porá mãos à obra antes de ter percebido a presença desse jugo sobre suas costas. É preciso, pois, fazer ver a cada um que está sobrecarregado, e mostrar-lhe que contribuiu para sobrecarregar seus irmãos, a fim de lhe dar desejo de se desfazer do peso e de ajudá-los, por seu turno, a se desfazerem de seus pesos.

Que é, então, o maçonismo? É, no fundo, como veremos na segunda parte desta obra, o espírito naturalista.

A Franco-maçonaria deseja a substituição da ordem sobrenatural pela ordem natural, nas idéias e nos costumes, nas pessoas e nas instituições. O maçonismo é essa substituição, em seus diversos graus de adiantamento nas almas e na sociedade.

Da parte do coração ele encontra as portas abertas diante de si. A natureza está em cada um de nós com as concupiscências e as paixões que o pecado perverteu. “Ah! fiéis, exclama Bossuet, não temamos confessar ingenuamente nossas enfermidades, confessemos que nossa natureza é extremamente mole. Quando quiséssemos dissimulá-la ou fazê-la calar, toda nossa vida gritaria contra nós... De onde vem que todos os sábios concordem em que o caminho do vício é escorregadio? De onde vem que sabemos por experiência que não somente aí caímos por nós mesmos, mas ainda que a isso somos levados? ao passo que para subir àquela eminência sobre a qual a virtude estabeleceu seu trono, é preciso tornar insensíveis e reprimir os nervos com inacreditável esforço. Após isso é-nos penoso conhecer para onde nos leva o peso de nossa inclinação dominante? e quem não vê que caminhamos para o mal naturalmente?”² “Essa maldita concupiscência, diz ele em outro lugar, corrompe tudo o que ela toca”.³ E em outra parte ainda ele chama atenção para essa “atração do mal” mesmo nos santos.⁴

A Franco-maçonaria não se engana quando coloca suas esperanças na perversão do coração humano. “O sonho das sociedades secretas, dizem as Instruções da Grande Loja, realizar-se-á pela mais simples das razões: é que ele está baseado nas paixões humanas”. Todos os homens, sem exceção, sentem-se, em certos momentos, pelo menos através das tentações que experimentam, coniventes com o partido que quer dar à natureza o império que o paganismo lhe reconheceu e que o cristianismo trabalha para arrebatá-la. Essa disposição que prepara para a realização dos desígnios da seita, bem pode ser chamada de MAÇONISMO, maçonismo do coração, que faz o homem inclinar-se para tudo o que adula a natureza, e faz com que o homem, na medida em que se abandona a isso, contribua para o triunfo que a seita quer alcançar sobre o sobrenatural. O homem virtuoso presta-lhe apenas um fraco concurso, porque ele combate mais do que cede; mas a multidão, sequiosa de prazeres, tem sempre o ouvido atento aos que lhe prometem dá-los, e está sempre pronta a precipitar-se para obtê-los.

¹ Extraído da circular do Conselho da Ordem de 15 de fevereiro de 1904, a propósito da modificação do art. 1º da Constituição. Publicado no *Le Grand-Orient de France, ses doctrines et ses actes*, por Bidegain, pp. 15-18.

² Sermão para o dia de Pentecostes. *Œuvres Oratoires de Bossuet*. Edição crítica completa, pelo abade Lebarcq, I, 544.

³ Ibid. Sermão sobre a Natividade da Santíssima Virgem, p. 177.

⁴ Sermão para o dia de Páscoa, p. 506.

Podemos ainda chamar de maçonismo do coração essa pusilanimidade que impede tantas pessoas virtuosas, tantos bons cristãos de se mostrarem como são. Enquanto os maus se vangloriam e afirmam com tanta audácia seus erros políticos, sociais e religiosos que nos levam para o abismo, os bons ficam mudos por temores que se resumem no temor de serem tidos pelo que são. Quantas vezes vimos esse medo levar ao ponto de dizer e mesmo de realizar o que o adversário quer dizer e fazer!

Quando Boni de Castellane levantava contra si a quase unanimidade dos conservadores da Câmara, ao protestar contra a visita do presidente da República ao rei da Itália, a grande maioria desses conservadores não podia, no fundo, pensar um pouco como Castellane; mas o terror de parecer clerical estava ali, e o que existe de mais invencível, no mundo, é o terror. Que Castellane tivesse proposto a seus colegas não importa o que, eles talvez o teriam seguido. Mas ele lhes propusera que se fizessem chamar de “papalinos” quando o Bloco lhes censurava de sê-los. Ele ia por antecipação, e com certeza, a uma derrota estrondosa.

Quantas pessoas nas quais encontramos essa tendência em seguir o inimigo, esse terror de passar por imbecis, se lhes acontece de tomarem atitudes de independência e de julgamento!

Ao maçonismo do coração vem juntar-se o maçonismo do espírito. Ele se tornou quase generalizado em nossos dias e é bem mais perigoso porque, não despertando tanto quanto o primeiro as suscetibilidades da consciência, muitos deixam-se arrastar por ele, freqüentemente sem o saberem, e a ele se abandonam sem remorsos. Ele é também mais propício à seita, ele a segue mais eficazmente, porque as idéias têm um império mais extenso e mais durável do que os costumes. Assim, ela se aplica a ele com um cuidado todo particular. “É preciso — está dito nas instruções que a Grande Loja deve transmitir e fazer passar gradativamente — é preciso insinuar sutilmente nos espíritos os germens dos nossos dogmas”.

A ação exercida sobre a juventude pelos que a instruem ou pelos que dela se aproximam, tão recomendada aos Quarenta e por estes à toda a seita, seguramente contribui, em grande parte, para a corrupção das idéias na sociedade cristã. As impressões recebidas nos primeiros dias da vida apaga-se facilmente e o homem conserva geralmente, na idade madura, os preconceitos que por primeiro se apoderaram de sua inteligência.

Para os adultos, é através da imprensa e das tribunas de todo gênero e de toda ordem que se dá o contágio do maçonismo.

Não vos aconteceu de retomardes, após alguma interrupção, relações com pessoas que conheceis como perfeitamente cristãs em suas idéias e sentimentos? Alguns instantes de conversa fazem com que vos pergunteis: É mesmo o amigo de outrora? Ele não vê mais as coisas sob o mesmo ponto de vista, não usa mais o mesmo critério para apreciá-las e julgá-las; e seus novos julgamentos inspiram-lhe outros sentimentos; não ama mais ou não ama mais tanto o que amava antigamente, não mais detesta o que detestava; sua conduta, que naquele tempo se inspirava nos princípios da fé, é hoje guiada pelo racionalismo mais ou menos declarado.

De onde vem essa mudança? No mais das vezes do efeito produzido sobre seu espírito pelo jornal que ele tem o hábito de ler. Através dos jornais produzem-se no público correntes de opiniões, maneiras de pensar e de agir que ganham este e aquele e acabam por constituir a atmosfera moral na qual todos se encontram mergulhados, o ar cambiante que todos respiram. Os livros, os romances, as obras de vulgarização científica, as conversas e os exemplos viciam-no todos os dias e transformam-no num veneno do qual os temperamentos mais vigorosos têm dificuldade de se defender. Quantas famílias católicas administram a si mesmas o maçonismo, franco ou requintado, através das publicações às quais se entregam inconsideradamente! Por isso são bem raros hoje em dia os espíritos inteiramente

vazios e puros de naturalismo, de racionalismo e de liberalismo, em outras palavras, de espírito maçônico.

A seita vangloria-se de espalhar a *luz* no mundo. Essa palavra pode servir para fazer compreender com propriedade o que é o maçonismo e como ele consegue penetrar, mais ou menos, em todos os espíritos. A luz é direta ou difusa. Quando o sol envia seus raios sem encontrar obstáculo, ela se encontra na plenitude do seu ser e em toda a sua força. Mas quando ela encontra um pára-fogo, ela inflete, espalha-se obliquamente nos lugares circunvizinhos e atenua-se cada vez mais à medida que se distancia do ponto de incidência, do centro que os raios diretos alimentam. Assim a maçonaria, esse centro tenebroso de erros e de perversidade anticristãs, estende sua influência bem além de suas lojas, espalha a noite nas inteligências mesmo muito distantes de sua ação, impregna de tal maneira a sociedade com idéias falsas, que todos os erros se propagam hoje como que por si mesmos.

O maçonismo intelectual é pois um conjunto de idéias emanadas da Franco-maçonaria, espalhadas por ela na atmosfera dos espíritos, respiradas e em seguida retidas, professadas e praticadas por uma multidão de pessoas que não podem ser chamadas de “maçons”, posto que não se encontram inscritas nos registros de nenhuma loja, não foram iniciadas, não prestaram juramento à seita; mas que lhe pertencem em razão das idéias que acolheram em suas inteligências e que propagam em torno delas, por seus escritos, discursos e atos, pela influência que exercem na opinião pública, na vida de família, no ensino, nas diversões públicas e nas obras sociais, na legislação e nas relações internacionais, sobretudo, numa palavra, que contribuem assim poderosamente para o progresso da obra maçônica, que é a ruína da sociedade.

Um espanhol, Don Sardá y Salvany, num livro intitulado *Le Mal Social, ses Causes, ses Remèdes*, chamou a atenção sobre algumas questões a respeito das quais o espírito maçônico teve mais livre curso e produziu os danos mais perniciosos. Os principais objetos de suas observações são: a religião, o Estado, a família, o ensino etc., etc.

1° A religião. Ouvimos a maçonaria dizer em suas lojas que o objetivo para o qual devem tender todos os seus esforços é aniquilar a religião, e mesmo toda idéia religiosa. Em pública, ela se contenta, geralmente falando, em colocar nos espíritos a persuasão de que a religião é questão puramente individual, a respeito da qual cada um decide no seu foro íntimo: o homem é livre para servir e adorar a Deus da maneira que lhe parece melhor. Dessa forma ela recomenda, ela propaga o indiferentismo religioso, o qual logo se transforma em ausência de toda e qualquer religião; ela proclama a liberdade de consciência, a liberdade dos cultos e o direito de depreciá-los. Muitos conservadores deixam-se seduzir a ponto de chamar esse maçonismo de progresso.

2° O Estado. O erro que o maçonismo adota relativamente ao Estado é o seguinte: o Estado é soberano, de uma soberania absoluta. É nele mesmo, e não em Deus, que se encontra a fonte de sua autoridade. Ele não deve reconhecer outra sujeição que não aquela imposta por suas próprias leis. Ele é o autor do direito, não somente no seu domínio, mas no da família, da propriedade, do ensino. Ele faz as leis, e essas leis que dispõem acerca de todas as coisas não podem emanar de outra autoridade que não a sua. Aquilo que a maioria dos sufrágios declara ser bom é bom, o que ela declara ser verdadeiro é verdadeiro. Ante seus decretos deve-se apenas curvar a cabeça, ainda mesmo quando os direitos da consciência cristã sejam ultrajados. Isso é admitido agora pela multidão. Para ela, assim que a palavra “lei” é pronunciada tudo está dito.

3° A família. O maçonismo aprova a instituição do casamento civil e de tudo quanto dele resulta, isto é, ele aceita que o Estado atribua a si o direito de sancionar a união entre o homem e a mulher, de determinar e prescrever as condições dessa

união, de dissolver o laço conjugal assim como ele o formou. Ele admite que o Estado substitua Deus, que instituiu o matrimônio na origem das coisas; substitua Nosso Senhor Jesus Cristo, que o elevou à dignidade de sacramento; substitua a Igreja, que recebeu de Deus e de Cristo poder para regulamentá-lo, reconhecê-lo e abençoá-lo.

4° O poder paterno. O maçonismo considera o exercício da autoridade paterna pertence aos pais apenas em virtude de uma concessão presumida pela lei civil, que pode restringi-la ou extingui-la a seu bel-prazer. Ele reconhece como legítimos os direitos que o Estado se arroga sobre a educação dos filhos e a partilha da herança.

5° Educação. Em matéria de educação e na sua administração, o maçonismo parte do princípio da perfeição original. A criança, segundo ele, é naturalmente voltada para o bem e basta que siga suas inspirações para ser boa e virtuosa. Isto é contrariado, como observa Le Play, pela mais grosseira das amas-de-leite como pela mais perspicaz das mães. Elas verificam a cada momento que a propensão ao mal é predominante nas crianças. Pouco importa: o maçonismo muito menos se apóia nesse falso dogma e faz consistir toda a educação na instrução, para proibir a correção, afastar o ensino religioso, desenvolver o sentimento de orgulho, estimular a ambição.

No ensino, o maçonismo não admite que a ciência esteja subordinada ao dogma, a verdade presumida e hipotética à verdade fixa e absoluta.⁵ Ele não admite que esta sirva de aferição para verificar aquela. O maçonismo acha bom que o ensino seja obrigatório e neutro, quer dizer, que o Estado faça passar todas as almas pelo laminador do seu ensino, para maçonizá-las todas; e se ele protesta contra o monopólio absoluto do ensino, se ele quer que seja conservada uma certa liberdade que permita fugir ao ensino do Estado, acha justo que aqueles que pretendem usá-lo não somente o procurem às suas expensas, mas seja obrigado a contribuir para o ensino público; ele acha bom que o Estado tenha o monopólio dos exames, o controle dos livros de ensino, que ele tenha seu *Index* e que, através deste, ele pratique com muita antecendência a ingerência no ensino pretensamente livre. O ensino dos dogmas àquele que é batizado e a exigência de adesão à Fé, pela Igreja, são chamados pelo maçonismo de opressão despótica, escravidão do pensamento; mas que o Estado imponha o ateísmo é, a seus olhos, coisa liberal.

6° A propriedade. O maçonismo reconhece ao Estado o poder de declarar nulo o direito de propriedade, quando este tem por objeto os bens eclesiásticos, a mais sagrada de todas as propriedades. Ele lhe reconhece o direito de elaborar leis para a transmissão e o usufruto da propriedade privada, e através disto prepara os espíritos e as instituições para o socialismo de Estado.

7° A beneficência. O maçonismo desvia a atenção e o coração dos homens das principais necessidades do pobre, aquelas da sua alma. Não vê no pobre senão o corpo, e entre as obras de misericórdia só admite aquelas que tem por objeto o corpo. Ele quer que o pão dado para apaziguar a fome, a vestimenta destinada a cobrir a nudez, a visita feita ao indigente ou ao enfermo, o remédio oferecido ao doente não tenham outro fim que o alívio corporal; ele não quer que haja outra finalidade além desse fim imediato: edificar a alma, aperfeiçoá-la, ajudá-la a obter os bens que lhe são próprios, a verdade, a graça de Deus, a felicidade eterna. É essa a razão pela qual, se ele considera ruim a laicização dos hospitais, dos hospícios, dos orfanatos, é unicamente por verificar experimentalmente que os cuidados dos leigos não equivalem aos dos religiosos. Ele não lamenta a ausência de socorros espirituais, ele não os reconhece como benfazejos.

O maçonismo faz secar a verdadeira fonte da beneficência ao desdenhar o verdadeiro, o principal motivo que deve determiná-la: o amor a Deus. Ele pretende que se ame o homem pelo homem; isso ele chama de filantropia, que ele opõe à

⁵ A cada momento vemos as teorias científicas mais autorizadas e as mais universalmente aceitas serem subitamente colocadas entre os paradoxos.

caridade divina. Para obter o concurso para suas obras de filantropia, o maçonismo, ignorando ou desdenhando os motivos de ordem superior, recorre a diversos meios, uns tão miseráveis quanto os outros. Ele se esforça em estimular a sensibilidade natural, mas o egoísmo responde-lhe com fatos, quando não com palavras, que é menos desagradável ver sofrer o próximo do que impor sacrifícios a si mesmo. Ele abre subscrições públicas, serve-se do respeito humano para fazer com que contribuam em razão do medo do ridículo ou da censura. Ele organiza festas de beneficência, mercados públicos de sensualidade, no qual se aproveita a ocasião da infelicidade alheia para buscar o prazer pessoal.

8° A arte não está, mais do que o resto, fora dos ataques do maçonismo. A arte que ele patrocina e exalta é aquela que exprime e excita as concupiscências que animalizam o homem, em detrimento daquela que exprime os sentimentos que enobrecem a alma humana, que põem em relevo a sua dignidade. Na hora atual o maçonismo domina inteiramente na arte. A poesia e o canto, a pintura e a escultura aplicam-se em nos adular os sentidos, em levar os homens a procurar suas alegrias naquilo que os envilece e os suja, em lugar de os elevar às alegrias da inteligência e da alma.

Imensa é a influência do maçonismo artístico e literário. Ele atinge todas as classes da sociedade, mesmo as mais ínfimas, através da novela, do anúncio, das estátuas oficiais, das diversões públicas, que outra coisa não são senão uma grande empresa de corrupção geral.

Como vemos, o maçonismo se espalha por toda a parte. No momento presente seu contágio é tão poderoso e tão extenso que se alguém quiser voltar a si mesmo, examinar suas idéias e seus sentimentos, deverá reconhecer que existe mais de um e mais de uma que foram alterados, que não foram conservados inteiramente a pureza da doutrina e do senso católicos.

É através desse enfraquecimento gradual, metódico, que a seita espera chegar pouco a pouco a aniquilar a idéia cristã no mundo.

O jornal *Opinion Nationale* escrevia, sob o reinado de Napoleão III: “Existe em certas partes da África e da América um inseto de uma atividade e de uma fecundidade impressionantes: o cupim. É um inseto mole, esbranquiçado, sem resistência, organizado que é para viver nas trevas. No entanto, quando ele ataca as casas acaba-se sempre por ceder-lhe o lugar. Nada o faz parar. Sem ruído, ele rói vigas, barrotes, pranchas e até o corrimão da escada. Apoiai-vos sem desconfiança: a madeira cede sob os dedos. Os cupins vão assim furando, furando com uma atividade incrível e multiplicando-se cada noite aos milhares. Do lado de fora nenhum vestígio; tudo conserva a aparência da solidez, até que um dia, ao primeiro sopro da tempestade, a casa desfaz-se em pó sobre os seus habitantes surpresos e mostra, à luz do dia, a incontável e imunda multidão de cupins, fervilhando sobre as ruínas”.

Esse verme, sob a pena do *Opinião Nationale*, eram os Irmãozinhos dos Pobres, as Filhas de São Vicente de Paulo e outras congregadas. Não é mais justo ver sob essa figura o maçonismo e sua obra? As idéias que o formam são exatamente como essas formigas brancas. Elas se espalham aos poucos na sociedade, minam-na sem que ninguém o perceba. No dia da tempestade revolucionária, veremos a sociedade cair; e todos, tanto aqueles que propagaram essas idéias quanto aqueles que não reagiram contra elas, perecerão sob suas ruínas.

Quantas pessoas, vendo esse trabalho obscuro de destruição, recuariam de pavor! Por isso é necessário e caridoso abrir-lhes os olhos, ensinar-lhes a traduzirem perante suas consciências as idéias que povoam suas inteligências, a perguntarem-se se, desse exame, não resulta que elas pertencem, pelo menos em razão de algumas tendências de seus espíritos, à alma da Franco-maçonaria.

Porque da mesma maneira como distinguimos na Igreja de Deus o corpo e a alma, e que podemos pertencer ao corpo sem ser completamente da alma, e reciprocamente, pertencer à alma sem ser do corpo, assim também sucede

relativamente ao Templo de Satã. O corpo é constituído pelas lojas e pelos que nelas estão inscritos; a alma é constituída pelo liberalismo e pelo racionalismo, numa palavra, pelo naturalismo. Todos os que têm algo dele pertencem à alma da seita, na medida que deixaram descristianizar o espírito ou o coração, ou o coração e o espírito.



CAPÍTULO XXXVII

CORRUPÇÃO DAS IDÉIAS *(continuação)*

IX. — MAÇONISMO E EVANGELHO

Ouvimos um dos membros da Grande Loja explicar como pode dar-se que alguns membros do clero se deixem seduzir pelo liberalismo, pelo igualitarismo e por outras produções do maçonismo. “Eles se persuadem, diz ele, que o cristianismo é uma doutrina essencialmente democrática”. Não há insinuação que tenha tido sobre os espíritos um império mais extenso e mais funesto.

O esforço para espalhá-la vem de longe, e se remontamos à sua fonte, verificamos que ela tem como seus primeiros autores Weishaupt e Knigge, os dois homens que deram às sociedades secretas seu último e decisivo impulso, aqueles que assinalaram o objetivo supremo que elas deviam se esforçar para alcançar: o aniquilamento do cristianismo.

Knigge, numa carta a Zwach, expõe que entre os alunos do Iluminismo encontram-se homens que têm necessidade de uma religião revelada para fixar suas idéias e outros que detestam toda revelação. “Para pôr em ação, para fazer concorrerem para nosso objetivo essas duas classes de homens, para ter êxito, era preciso encontrar uma explicação do cristianismo que chamasse os supersticiosos à razão e que ensinasse aos nossos sábios mais livres não rejeitarem a coisa em razão do abuso. Esse segredo devia ser o da maçonaria e conduzir-nos ao nosso objetivo. Para reunir esses dois extremos, dizemos pois que Jesus não estabeleceu uma nova religião, que quis simplesmente restabelecer nos seus direitos a religião natural. Sua intenção era de nos ensinar a governar-nos a nós mesmos, e de *restabelecer*, sem os meios violentos de revolução, a liberdade e a igualdade entre os homens. Bastava para isso citar diversos textos da Escritura e oferecer explicações *verdadeiras ou falsas, pouco importa*, visto como cada um encontra um sentido de concordância com sua razão na doutrina de Jesus. Spartacus (Weishaupt) tinha reunido muitos dados para isso; acrescentei os meus na instrução para esses dois graus (os dois graus dos pequenos mistérios)”.¹

Segundo essas Instruções, antes de admitir o Cavaleiro Escocês no grau de Eopote, dirigiam-lhe diversas questões que ele devia responder por escrito.

“1. O estado atual dos povos responde ao objetivo para o qual o homem foi colocado sobre a terra. Os governos, as religiões dos povos preenchem a finalidade para a qual os homens os adotaram? Eles os conduzem à verdadeira felicidade?”

“2. Não existiu outrora uma ordem de coisas mais simples? Que idéia fazeis desse antigo estado do mundo?”

“3. Tendo em vista que passamos por todas as nulidades (por todas as formas vãs e inúteis de governo e de religião), seria possível voltar àquela primeira e nobre simplicidade de nossos pais?”

“4. Como seria preciso [s’y prendre] para [ramener] aquele período feliz?”

“7. Pode-se conhecer e ensinar um cristianismo melhor? O mundo, tal como se encontra hoje em dia, suportaria mais luz?”

“9. Enquanto esperamos, não seria preciso semear a verdade nas sociedades secretas?”

¹ *Ecrits originaux*, t. II, pp. 104 e seguintes.

“10. Não percebeis as medidas de uma educação gradual na arte que vedes ser transmitida à nossa Ordem desde os mais remotos tempos?”

Quando as respostas convenientes tinham sido dadas e o Cavaleiro Escocês era admitido ao grau de Eopete, o Hierofante dizia-lhe na cerimônia de iniciação: “Nossa doutrina é essa doutrina divina, tal qual Jesus a ensinava a seus discípulos, aquela cujo verdadeiro sentido ele desenvolvia nos seus discursos secretos... Ele ensinou a todo o gênero humano a maneira de chegar à LIBERTAÇÃO... Ninguém franqueou à LIBERDADE caminhos tão seguros como nosso grande mestre Jesus de Nazaré”.

Weishaupt, ao redigir essa parte do seu ritual, encarregava seus discípulos de disseminar a persuasão de que a liberdade, a igualdade e a fraternidade, entendidas no sentido maçônico, tiveram por inventor Nosso Senhor Jesus Cristo; que sua doutrina secreta — que era aquela verdadeiramente e inteiramente sua, e que não devia ser pregada abertamente senão quando o mundo fosse capaz de compreendê-la — era a pura doutrina democrática, que rejeita toda a autoridade e maldiz toda a propriedade.

Estivessem ou não persuadidos disso, seus discípulos não deixaram de falar nesse sentido. Basta citar Camille Desmoulins, que fazia de Nosso Senhor Jesus Cristo “o primeiro *sans-culotte*”; Gracchus Babeuf, que lhe conferiu um papel de partidário da divisão dos bens; e, mais próximo de nós, Proudhon, que o transfigurou no “divino socialista”; Lammenais, que empreendeu demonstrar esse sofisma: que a Revolução Francesa saiu do Evangelho.² Weishaupt não se enganou. Dar ao povo a convicção de que a doutrina democrática é a própria doutrina do Evangelho, a pura doutrina de Jesus Cristo, e sobretudo conseguir transmitir-lhe essa convicção através dos padres, era seguramente o meio mais engenhoso e mais infalível de fazer chegar e sedimentar a Revolução para sempre, com vistas à qual ele havia fundado o Iluminismo. Assim, disseminar essa persuasão foi uma das principais ocupações da Grande Loja, herdeira direta do Iluminismo. Na Bula *Ecclesiam a Jesu Christo*, o Papa Pio VIII fez a seguinte advertência: “Os carbonários fingem um singular respeito e um zelo maravilhoso pela religião católica e pela doutrina e pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo, O qual, algumas vezes, eles têm a audácia de nomear como seu grande mestre e o chefe de sua sociedade”.

E Pio IX, na alocução consistorial pronunciada em Gaëte, em 20 de abril de 1849, também disse: “Os chefes da facção, por um culpável abuso das palavras e dos pensamentos do santíssimo Evangelho, não temem, lobos de rapina disfarçados de cordeiros, em arrastar a multidão inexperiente para seus desígnios e seus empreendimentos e de derramar nos espíritos imprevidentes o veneno de suas falsas doutrinas”.

Piccolo-Tigre deu a razão última pela qual essa tática foi inventada e posta em ação: “A Revolução (ou a idéia revolucionária) na Igreja é a Revolução em estado de permanência”.

Nossos democratas deixaram-se apanhar nisso.

No seu número-programa, o *Démocratie Chrétienne*, após ter dito que “a democracia tem como princípio fundamental a igualdade natural de todos os homens”, acrescenta: “E quem, pois, fez prevalecer esse princípio da igualdade natural de todos os homens, que nenhuma sociedade pagã tinha reconhecido, e que encontra seu pleno desenvolvimento social no regime democrático bem compreendido?... Ah! não foi Jesus Cristo? E quando a democracia vem dar a esse princípio da igualdade humana seu pleno desenvolvimento social, repugnaria a nós cristãos a total exaltação da democracia?”

² No momento em que o padre Lacordaire, Ozanam, o abade Maret fundavam o *Ere Nouvelle*, apareciam jornais intitulados: *Le Christ Républicain* — *Le Christ Socialiste*.

E em outro lugar: “A democracia é boa, seu princípio é inatacável, pois constitui o estado social mais conforme ao espírito da Igreja, posto que ela foi promulgada por Jesus Cristo”.

“A liberdade, a igualdade, a fraternidade, são benefícios que nos vêm do cristianismo”.

A liberdade da qual fala Nosso Senhor quando diz: *Veritas liberabit vos?* Sim, certamente, essa liberdade é um dos grandes benefícios do cristianismo. A verdade sobre Deus, sobre o homem, sobre nossos destinos que Sua Bondade infinita tornou sobrenaturais e eternos, essa verdade liberta o homem da escravidão de Satã e do mundo, de suas paixões e de seus pecados. Eis a liberdade que vem do cristianismo. Mas não a liberdade democrática, cuja essência está no subtrair-se à Autoridade, no sacudir seu jugo. A palavra foi tomada do cristianismo, a coisa às paixões do homem, ao seu orgulho. E roubar assim ao cristianismo suas palavras para interpretá-las no sentido do paganismo, é levar a anarquia intelectual ao cúmulo, é trilhar o caminho mais seguro para levar os povos à perdição mais irremediável.

As mesmas observações valem para a palavra igualdade. A igualdade dos homens chamados todos à vida eterna, resgatados todos pelo sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo, que recebem todos as graças necessárias à salvação, essa igualdade vem do cristianismo. Mas é essa liberdade que a inveja democrática reivindica, inveja que quer rebaixar tudo ao seu nível? o orgulho democrático, que não pode suportar superiores?

E a fraternidade pregada pela democracia é a fraternidade dos homens em Jesus Cristo, que se fez irmão deles e que lhes deu por Pai o Soberano Senhor que está nos céus? Não é mais o humanitarismo que tende a um Estado-Humanidade através da solidariedade universal?

“Quando vemos quais são as doutrinas pelas quais muitos homens trocaram os tesouros de verdades escondidas em Cristo, disse Shelling, involuntariamente nos lembramos daquele rei a respeito do qual Sancho Pança conta que tinha vendido o reino para comprar um bando de patos”.

Não; a liberdade, a igualdade, a fraternidade democráticas não foram promulgadas por Nosso Senhor Jesus Cristo. Não foi isso que Ele quis que prevalecesse ao vir a esta terra. Não se pode dizer que essa liberdade, essa igualdade e essa fraternidade sejam benefícios que nos vêm do cristianismo e que o estado social que neles repouse seria o mais conforme ao espírito da Igreja. O estado social mais conforme ao espírito da Igreja é aquele que melhor ajuda os homens a obter a salvação.

Essas confusões de idéias e de ações liberais que constituem sua [mise en oeuvre], preparam uma sociedade essencialmente anti-cristã; porque nada há que possa se opor mais eficaz mente ao retorno da nossa sociedade revolucionária ao espírito do cristianismo, àquele espírito que, segundo Leão XIII — ao se dirigir diretamente aos democratas-cristãos — deve dar à comunidade humana uma forma e um caráter em harmonia com aqueles que Deus estabeleceu.³ Deus estabeleceu a sociedade não sobre a liberdade, mas sobre a submissão às autoridades; não sobre a igualdade, mas sobre a hierarquia; não sobre o humanitarismo, mas sobre a caridade divina.

Sempre se disse, e nada há de mais verdadeiro: o erro mais nocivo é o que está mais próximo da verdade, ou aquele que lhe toma emprestados os termos. Os homens mais perigosos são aqueles que têm a verdade no rosto e o erro no coração. Como a juventude prevenir-se-á contra escritores e oradores honestos e brilhantes, que anunciam a todos o reino da liberdade e da igualdade com o pão e os prazeres? Eles afirmam trazer a solução cristã da questão social quando propagam as idéias da

³ Encíclica *Graves de Communi*.

Revolução. Isto é atirar os povos numa confusão da qual não poderão sair. “Se se conseguisse, diz Saint-Bonnet, aliar o espírito revolucionário ao espírito religioso, casar o orgulho com a verdade, nossa civilização estaria perdida para sempre. O socialismo cristão perderá tudo se usar a força: ele se apropria da verdade o bastante para dissimular o erro e sufocar definitivamente a verdade. Queira Deus proteger nosso clero do erro mais insinuante, mais terrível como jamais houve! A miragem é tal que muitos dentre os mais sábios não sabem mais onde fixar o espírito. Como fazer para, daqui para a frente, distinguir o ramo envenenado do ramo do Evangelho?”⁴ “Cada época tem a sua heresia, mas aqui se retira o próprio fundo do cristianismo, deixando-lhe seu nome. A alma experimenta um calafrio. O inimigo do gênero humano encontrou um erro que carrega o nome da verdade e que é capaz de acelerar o fim dos tempos”.

Montalembert não falava de outra maneira:

“Se o contágio socialista invadissem até os filhos da própria Igreja, se uma parte de nossa juventude católica tivesse a infelicidade de abrir seu espírito e seu coração a essas doutrinas falaciosas, então verdadeiramente o mal poderia parecer irreparável e nada mais restaria senão chorar sobre as ruínas de uma sociedade condenada a morrer nas angústias de uma anarquia incurável”.

“Para um sacerdote, constitui traição, dizia ainda Saint-Bonnet, conduzir a questão social fora do terreno da Fé”.

Há cerca de dez anos, num número do *Éclair*, datado de 6 de julho, o abade Charbonnel, que não tinha ainda apostatado, escrevia um artigo intitulado *O Socialismo Cristão*. Aí ele invocava a autoridade de São Paulo, de monsenhor Ketteler, de monsenhor Ireland, do conde de Mun, do abade Hitze. E terminava com estas palavras:

“No dizer de Proudhon, a questão social já está levantada, mas é errante: *pregada em nome de Deus, consagrada através da palavra do sacerdote, ela se espalhará com a rapidez do raio*. É O QUE ACONTECE e a evolução esteve singularmente presente de Lammenais a Leão XIII. Quem disse, pois, que a Igreja não muda?”

Não, a Igreja não muda, ela diz hoje o que dizia ontem, mas são muito perigosos aqueles que tentam fazê-la dizer o contrário do que Ela sempre ensinou e que, por isso, apresentam-se sob o manto do Pontificado supremo e da infalibilidade doutrinária!

Da persuasão de que o cristianismo é uma doutrina essencialmente democrática nasceu o desejo da reconciliação da Igreja com o século, inicialmente na ordem política, depois em toda a ordem de coisas. Na carta ao seu clero sobre o Concílio Ecumênico do Vaticano,⁵ o cardeal Regnier dizia: “O catolicismo liberal trabalha para que a Igreja se afaste de seus caminhos tradicionais e seculares, para fazê-la entrar naqueles em que está comprometida a sociedade moderna e cujo desfecho só Deus conhece”.

Os católicos liberais proclamam-se com muito gosto filhos da sociedade moderna, que declaram ser “a menos imperfeita, a melhor das sociedades que jamais existiu”. Repetem a todo instante que “a aceitam tal qual ela é”, e que ninguém deve pensar em reagir contra a corrente criada pela Revolução. A língua da Revolução não lhes põe medo, longe disso; eles têm habitualmente nos lábios as fórmulas das liberdades que estão na moda. Que digo? Essas liberdades que os papas chamaram de delírios e de instrumentos de perversão e de corrupção, eles dizem que saíram do Evangelho, como tantos outros frutos requintados” e que ali estão “os aspectos soberbos da

⁴ Blanc de Saint-Bonnet forneceu ele mesmo a resposta: “Para reconhecê-lo, resta um sinal certo. O espírito do cristianismo se revela imediatamente: em vez de inflar o ego, ele pede o sacrifício”.

⁵ *Œuvres*, t. IV, p. 189.

sociedade moderna”. Acerca da *Declaração dos Direitos do Homem*, que constitui o próprio princípio da Revolução e o fundo do naturalismo, dizem que “nenhuma nação jamais teve algo semelhante”, “que foram necessários dezoito séculos de cristianismo para torná-la possível”, que jamais houve “acontecimento tão grande no mundo”. A maior parte dessas citações foram tomadas do livro do abade Bougaud *Le Christianisme et les Temps Présents*.⁶ Vacherot tinha uma compreensão mais precisa das coisas quando dizia: “Àqueles que acreditariam ainda que a Revolução pode se reconciliar com a Religião, a democracia, que é a alma e o espírito da Revolução, responde nestes termos: “Nenhuma religião, nem mesmo o protestantismo, que é a mais liberal de todas, é compatível com o ideal da democracia”.⁷

Depois disso não temos como nos espantar que nos primeiros dias de junho de 1885, o *Figaro* tenha tido a insolência de endereçar a Leão XIII o seguinte convite: “Se Leão XIII, com o solene número 1789 nas mãos, se levantasse subitamente de sua cadeira, na qual está sentado tão tranqüilo, pensativo, vistoso — ele seria tão grande quanto o Moisés de Saint-Pierre-aux-Liens. A vê-los assim, o Papa e Moisés, imaginamos como seria a altura deles se estivessem em pé. ELE COMPREENDEU que se a sua Igreja não caminha com a sociedade moderna — a sociedade moderna caminhará sem a sua Igreja”. Isto que o *Figaro* dizia, toda a clientela dos Ignotus, dos Wolff, dos Grandlieu, dos Millaud etc., numa palavra, todo o catolicismo liberal, pensava.

Foi Lammenais o pai e o chefe da escola a um só tempo católica e revolucionária da pacificação, da conciliação, da adaptação, da união enfim e da fusão entre o Cristianismo e a Revolução. Segundo ele, não há salvação para a Igreja no futuro senão aí. É preciso que Ela se harmonize com a liberdade moderna, digamos com mais propriedade, com o liberalismo, que é a heresia das heresias.

“Aqui está, diz Chapot, o ponto culminante da sedução liberal. Não precisaria haver nada além disso. Fazer os bons e o clero acreditar que a salvação virá do liberalismo é o apogeu e o triunfo da Revolução.

“Eis mais de setenta anos que essa nova maneira de compreender os interesses da Igreja invadiu tudo. Ela reina no seio das academias, ela está sentada nos santuários, ela tem todos os favores da opinião pública; é considerada como a garantia certa, infalível, da vitória iminente da Igreja sobre a terra.

“Graças à engenhosa distinção entre a tese e a hipótese do liberalismo, foi completada a evolução dos católicos no terreno revolucionário do direito comum, dos direitos do homem, da liberdade para todos, da adesão às idéias, às instituições políticas e sociais do mundo moderno. Os exércitos cristãos passaram-se inteiros, com armas e bagagens, para os estandartes do liberalismo e da Revolução. Foi assim que os católicos da França foram lançados, de cabeça baixa, na suprema armadilha de Satã. Essa cegueira é tão profunda e tem uma extensão tão considerável que podemos de pleno direito considerá-la como o acontecimento capital da Revolução e um dos mais infelizes, quanto às suas conseqüências, de toda a história humana.

“A confusão invadiu todos os espíritos, mesmo os melhores. Chegamos a não mais distinguir nitidamente os caracteres do reino de Satã dos do reino de Jesus Cristo, os princípios do cristianismo dos princípios da heresia de Satã”.⁸

Felizmente Roma está sempre presente.

⁶ Nessa mesma obra, t. V, p. 21, o abade Bougaud diz: “Não existe solução de continuidade entre as verdades da ordem sobrenatural e as verdades da ordem natural; estas embebem-se naquelas e vice-versa”. E mais adiante: “Sobe-se do sentido à razão, assim como se sobe da razão à fê”. Na página 42: “Sem dúvida, a fê é um dom de Deus, como a visão, a razão, nem mais nem menos do que eles”. Essas proposições são puro pelagianismo. Elas mostram o que se torna a noção do sobrenatural nos espíritos que se deixam invadir pelo liberalismo.

⁷ *De la Démocratie*, p. 60.

⁸ *Revue Catholique des Institutions et du Droit*, setembro, 1904, n. 9, p. 202.

A carta do Papa ao cardeal Gibbons veio condenar essa proposição: “Para trazer de volta mais facilmente à verdade católica os dissidentes, é preciso que a Igreja se adapte de preferência à civilização de um mundo chegado à época do homem e que, relaxando o antigo rigor, Ela se mostre conciliadora relativamente às aspirações e às exigências dos povos modernos”. Era, sob uma nova forma, a última das proposições condenadas pelo *Syllabus* de Pio IX: “O Pontífice romano pode e deve se reconciliar e transigir com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna”.

No dia seguinte ao da publicação dessa Encíclica, em 24 de março de 1899, o *Temps*, um dos órgãos do protestantismo, veio dizer aos conciliadores de jamais renunciarem, no entanto, ao seu projeto: “Aqueles que, no clero como entre os leigos, procuram uma renovação, uma ação social mais profunda, uma relação mais cordial com a sociedade moderna, não têm nenhuma razão para se desencorajarem”. A *Civiltà Cattolica* dizia: “Aquele que se aproxima, que apalpa, que se adapta ao século e transige, esse pode dar a si mesmo o nome que quiser, mas diante de Deus e diante da Igreja é um rebelde e um traidor”. Rebelde porque quer ir de encontro às diretrizes seculares da Igreja; traidor porque faz o jogo dos inimigos da Igreja.

É difícil dizer se há um só campo em que o recuo da Igreja não tenha sido solicitado para chegar à conciliação: as Sagradas Escrituras não deveriam manter intacta sua inspiração, sua veracidade, sua autenticidade; a teologia deveria diminuir o número dos seus dogmas e submetê-los ao controle da cientificismo; a filosofia deveria se “kantizar”; a política deveria consagrar a soberania do povo; a economia deveria encontrar o céu aqui em baixo etc., etc. A cada uma e a todas dessas pretensões Leão XIII respondeu através de suas imortais encíclicas. A primeira, *Inescrutabili*, disse que a civilização que repugna às doutrinas da Igreja não passa de uma falsa civilização; aquela que começa pelas palavras *Quod Apostolici* refutou as conclusões práticas a que essa falsa civilização deve chegar: o socialismo, o comunismo, o niilismo, que querem estabelecer a ordem social sobre a igualdade de todos os homens, quer dizer, a derrubada de toda hierarquia; a abolição do casamento e da família, a negação do direito de propriedade. As encíclicas seguintes repisaram cada uma dessas bases da ordem social: *Arcanum Divinæ Sapientiæ*, sobre o casamento e a família; *Diuturnum*, sobre o poder civil; *Immortale Dei*, sobre a constituição cristã dos Estados; *Libertas Proæstantissimum*, sobre a verdadeira noção da liberdade; *Sapientiæ Christianæ*, sobre os deveres civis dos cristãos; *Rerum Novarum*, sobre a paz social e os meios de obtê-la; *Æterni Patris*, sobre a filosofia; *Providentissimus Deus*, sobre a Sagrada Escritura etc., etc.; e no centro dessa esfera de onde a luz esparge sobre todas as questões agitadas de nossos dias, a encíclica sobre a Igreja, depositária e doutora de todas as verdades, e aquela sobre a Franco-maçonaria, centro de todos os erros.

“Fazemos todos os nossos esforços, dizia Leão XIII aos peregrinos de Malta, em 22 de maio de 1893, para trazer a sociedade de volta ao caminho reto”; e numa carta endereçada em 6 de janeiro de 1896 ao cardeal Langénieux, exortava todos os católicos a secundarem seus esforços nestes termos: “Os católicos devem afirmar-se como filhos da luz, tanto mais intrépidos e mais prudentes quando vêem um poder tenebroso colocar mais persistência em arruinar em torno deles tudo o que resta de sagrado e benfazejo; eles devem tomar, com clarividência e coragem, de acordo com a doutrina exposta em nossas Encíclicas, a iniciativa de todos os verdadeiros progressos sociais, manter-se na primeira fileira entre os que têm a intenção leal, em qualquer grau que seja, concorrer para fazer reinar por toda a parte, contra os inimigos de toda a ordem, os eternos princípios da justiça e da civilização cristã”.

A recusa de conciliação oposta pela Igreja aos inimigos de tudo o que constitui a ordem, alcança apenas o erro e o mal que ela não pode consagrar, mesmo no grau mais ínfimo. Quanto a isso, sua oposição é para sempre irredutível. Mas é uma perfídia da seita, que queria a conciliação no erro e no mal, fazer acreditar que a Igreja

tem horror às descobertas da ciência moderna e à respectiva aplicação aos usos da vida.

O apóstolo São Paulo disse: “*Nolite conformari huic sæculo*”.⁹ Não vos conformeis com o presente século”. E o apóstolo São [Jacques]: “Quem quer ser amigo do mundo torna-se inimigo de Deus”. Jamais a Igreja deixará essas palavras caírem no esquecimento.

As Instruções dadas aos Quarenta, sobre os meios a empregar para corromper o espírito público, foram tão bem seguidas e tiveram tanto sucesso que, dez anos após a sua redação, o Papa Pio VIII teve de deplorar, na sua Encíclica de 24 de maio de 1829, o mal que elas já tinha feito.

Em 23 de janeiro de 1844 Gaëtan escrevia a Núbius: “No espaço de um pequeno número de anos caminhamos muito. A desorganização reina por toda a parte, no Norte como no Sul, no coração dos nobres como no dos padres. Todos se curvaram sob o *nível* que quisemos impor à humanidade para rebaixá-la. *O mundo está lançado na via da DEMOCRACIA*”.

Gaëtan tomava por realidades os seus desejos. Não, não era verdadeiro dizer que *todos* tinham se curvado sob o nível que a maçonaria quis impor à humanidade para rebaixá-la. Muitos se curvaram, no entanto, e tantos que no ano seguinte, em 4 de agosto de 1845, o cardeal Bernetti, cuja perspicácia tinha espantado Núbius, pôde escrever a um dos seus amigos:

“Virá o dia em que todas essas minas carregadas de pólvora constitucional e progressista explodirão. Permita o Céu que, após ter visto tantas revoluções e assistido a tantos desastres, eu não seja testemunha das novas infelicidades da Igreja! A barca de Pedro sem dúvida não submergirá, mas sinto a necessidade de me recolher na paz antes de ir prestar contas a Deus de uma vida tão atormentada a serviço da Sé Apostólica. Que Sua divina vontade seja feita e tudo será para o melhor!”

Não fazia mais de vinte anos que a Grande Loja tinha começado sua obra, tinha-se aplicado a pôr em execução o plano que lhe fora traçado para introduzir o maçonismo na Igreja, e já o Papa e seus fiéis ministros podiam manifestar amargas queixas, lançando um olhar de tristeza e de piedade sobre o que tinha sido feito e um olhar de receio sobre o futuro.

Coisa incrível, coisa que não se poderia ter imaginado: para que suas insinuações fossem acolhidas por numerosos espíritos, que pediam apenas para caminhar à luz da verdade, a seita encontrou o meio de fazê-las apresentar à juventude sob a máscara da autoridade do Soberano Pontífice.

As Instruções secretas dadas à Grande Loja disseram: “Desejais estabelecer o reino dos eleitos (de Satã) sobre o trono da prostituta da Babilônia (Roma); QUE O CLERO MARCHE SOB VOSSO ESTANDARTE, SEMPRE ACREDITANDO MARCHAR SOB A BANDEIRA DAS CHAVES APOSTÓLICAS”.

No seu livro *Nouveaux Catholicisme et Nouveau Clergé*, Maignen não hesitou em chamar a atenção para as palavras e os fatos que mostram que essa ilusão existiu para vários sacerdotes.

“Que exista perigo para a fé e para a disciplina da Igreja, nessa necessidade insaciável de novidade, que arrebatava muitos católicos e uma parte do clero, torna-se cada dia mais difícil de contestar.

“Mas acreditamos perceber um perigo maior na maneira como os inovadores pretendem fazer prevalecer suas doutrinas.

⁹ Rom., XII, 2.

“Essa tática, com efeito, é maravilhosamente adaptada à situação presente e àquilo que poderíamos chamar de mentalidade católica depois do Concílio do Vaticano.

“Não somente os modernos inovadores não pretendem romper com Roma, nem se insurgir abertamente contra a autoridade pontifícia, mas *eles sustentaram abertamente o desígnio de monopolizar, de alguma maneira, a influência dessa própria autoridade, e de dela se servirem para o surgimento do seu partido.*

“No domínio da teoria, não se trata mais, para os inovadores, de negar um dogma, mas de dar a todos os dogmas, segundo a ocasião, um sentido novo.

“No domínio dos fatos, *não se cogita de resistir ao Papa, mas de fazer a opinião pública acreditar que os mentores do partido são os únicos fiéis intérpretes do pensamento do Papa.*

“Para chegarem a seus fins, os inovadores dispõem de dois meios poderosos: um, que pertence a todos os tempos, a intriga, através da qual eles se esforçam em impelir seus partidários para dentro da Igreja e do Estado; o outro, mais moderno e mais temível, a imprensa, que sabem manobrar habilmente de maneira a criar simpatias populares, essas correntes de opinião, tanto mais perniciosas à vida da Igreja quanto mais parecem inofensivas e espontâneas”.¹⁰

O falecido Auguste Sabatier, então deão da Faculdade de Teologia protestante, em Paris, fez a mesma observação, em cartas endereçadas de Paris ao jornal de Genebra, em 20 de outubro de 1898 e 19 de março de 1899, uma anterior e outra posterior à publicação da Encíclica sobre o americanismo.

Após ter observado que:

“O americanismo é filho do liberalismo”,

Ele diz:

“Seu pensamento dominante é UNIR O SÉCULO E A IGREJA, *procurar uma conciliação entre a tradição da Igreja e as aspirações do século*, fazer cessar o conflito entre a *teologia dos seminários* e as ciências modernas”.

Ele termina dizendo que os americanistas *esperam triunfar contra todas as resistências.*

Como? Ele ainda o diz: “*Redobrando seus protestos de submissão à Santa Sé*, abrigando tudo isso *sob a soberania do Papa*, protestando *uma plena obediência às suas diretrizes*”.

Aqueles que têm seguido os inovadores, aqueles que têm observado suas atitudes e seus atos, que têm lido seus escritos, reconhecerão que Sabatier captou essa tática pelo ponto essencial. Foi isso, ademais, que verificou monsenhor Lorenzelli, no discurso pronunciado no Seminário Maior de Soissons, nos primeiros dias do ano de 1902. O núncio, após ter falado dos *perigos que ameaçam a Igreja Católica na hora presente* e assinalado “a tendência em naturalizar o espírito do clero, em acolher toda nova doutrina, todo novo método de ação”, não temeu em acrescentar: “Esse espírito pretenderia se justificar com certas palavras da Santa Sé”.

Essa maneira de fazer, não é inútil registrar, responde de uma maneira evidente aos desejos expressos pelas Instruções dadas à Grande Loja.

Democratas-cristãos no princípio, depois americanistas e enfim modernistas não cessaram de agitar a bandeira do Papa e de se apresentar como seus arautos, ao mesmo tempo em que ensinavam e propagavam da melhor forma possível as doutrinas que a Santa Sé não cessa de condenar.

Colocaram seu ponto de apoio na própria Roma. Com diretrizes pontifícias interpretadas contra o senso comum eles forjaram uma arma contra os defensores da sã doutrina; ganharam os jornais, mesmo aqueles outrora mais opostos ao liberalismo, de maneira que na França e na Itália, na Alemanha e na América, tivemos a dor de ver

¹⁰ *Nouveau Catholicisme et Nouveau Clergé*, páginas 435-436.

célebres campeões da Igreja se dedicarem a dissimular as verdades, quando eles próprios não propagavam os erros do americanismo, do liberalismo e da democracia. Assim apoiada, a audácia dos inovadores não conheceu nenhum temor.¹¹

Quando veio a condenação do americanismo, disseram que essa condenação fora “arrancada à fraqueza doentia do Santo Padre”. E não foi apenas o *Figaro* que falou dessa forma (número de 11 de junho de 1899). O *Sillon*, que, diga-se de passagem, não mudou, teve a audácia de lançar estas pérfidas insinuações: “Muitas coisas são cochichadas, não o ignoro, sobre o modo como os assessores do Santo Padre, nesses últimos tempos, teriam tirado proveito de sua velhice e de sua doença”.

No *Problème de l'Heure Présente*, muitos outros fatos semelhantes foram relatados.¹²

Que confusões tais dizeres não produzem nos espíritos que não têm as desconfianças recomendadas pela adversidade destes tempos!

No número de 10 de abril de 1899, o *Sillon* publicou, sem comentários, uma carta na qual um dos seus começava por lhe recordar a dúvida que ele emitira anteriormente, a propósito da Encíclica contra os americanistas. “Podia Leão XIII condenar com o mesmo golpe a obra inteira do seu pontificado?” Depois vinham as censuras:

“Agora vós vos separais dos homens ou das idéias que sustentáveis, na esperança, parece, de que essas concessões pouparão outros. Permiti-me crer que é trabalho perdido. Sereis desalojado de vossas últimas trincheiras... Não seria mais franco afirmar que o Papa parece em vias de arruinar pouco a pouco — ou de *deixar* arruinar e desfazer, naquilo que ela tem de humano e por conseguinte de destrutível, bem entendido — a obra do seu glorioso pontificado? Isto pode e deve entristecer-nos: isto não pode nem deve nos desencorajar. Mas por que não consigná-lo?”

A seqüência do artigo mostrava o pensamento da apostasia que rolava no espírito desses jovens que “acreditaram marchar sob a bandeira das chaves apostólicas” enquanto, na realidade, estavam sendo lançados nos caminhos abertos pelo maçonismo.

No momento em que a Franco-maçonaria chegou ao poder e lançou o grito de guerra: “O clericalismo, eis o inimigo”, um dos maçons mais instruídos e dos mais capazes de se dar conta dos desígnios e dos planos da seita, disse a um bispo, o qual, por sua vez, o disse ao *Univers*: “Nossas providências são muitíssimo bem adotadas, preparamos muitíssimo bem nossos meios de ataque, garantimos muitíssimo bem *todas as alianças*, TODAS AS CONIVÊNCIAS, TODAS AS CUMPLICIDADES de tudo quanto seja uma força, uma influência, um poder, para que nosso sucesso seja certo”.

Ó dor! tudo caminhou como a Franco-maçonaria tinha preparado e como o interlocutor do bispo predissera.



¹¹ Em novembro de 1894, *La Démocratie Chrétienne* publicou um artigo de mais de 40 páginas cuja conclusão era a seguinte: “Nós não tínhamos aqui senão uma finalidade com esse trabalho: demonstrar que o Papa tem simpatias e preferências pelos *Chefes*, pelas *Doutrinas* e pelas *Obras* dessa Escola que nós poderíamos chamar doravante de *Escola Pontifícia*. Acreditamos ter atingido nosso objetivo”.

¹² Ver 1ª parte, capítulo XXXV.

O AGENTE DA CIVILIZAÇÃO MODERNA

III. — SEU OBJETIVO

A CONSTRUÇÃO DO TEMPLO

O T E M P L O

I. — NAVE POLÍTICA

CAPÍTULO XXXVIII

RUMO A UM NOVO ESTADO SOCIAL

Nas primeiras páginas deste livro vimos que há duas maneiras de considerar a vida presente:

Como tendo seu fim nela mesma.

Como preparatória para a vida eterna.

Essas duas maneiras de ver abrem o caminho para duas civilizações:

A civilização cristã.

A civilização humanitária.

Elas sempre estiveram em conflito. Mas esse conflito, que desde o surgimento do cristianismo jamais cessou de existir no coração do homem, tornou-se público, social, no dia em que os humanistas olharam para trás, em direção ao paganismo, e se propuseram restaurá-lo.

Uma sociedade secreta foi formada para lutar pela realização, na sociedade cristã, do novo ideal, ou melhor, do antigo ideal: gozar e morrer, — em oposição ao ideal que Cristo e sua Igreja nos fizeram admitir: merecer e viver eternamente, participando da natureza divina, de sua beatitude e de sua glória.

Seguimos os desenvolvimentos dessa sociedade desde do século XV até nossos dias, suas transformações e sua ação incessante para destruir todo o estado de coisas existente: ação política, derrubando e erguendo os príncipes e os regimes, segundo ela podia ou não inspirá-los, governá-los, fazê-los servir à realização de seus desejos; ao mesmo tempo, ação moral sobre os povos através da corrupção das idéias e dos costumes. Seguimos essa dupla ação incessante, posta em prática e correndo de sucesso em sucesso, graças a um maravilhoso organismo superiormente dirigido.

Devemos ver agora o que a franco-maçonaria pretende, onde ela quer chegar.

Através de suas correspondências e dos documentos apreendidos em Munique e em Roma, já ouvimos Voltaire e os Enciclopedistas, Weishaupt e os Iluministas, Nubius e seus conjurados, confiarem uns aos outros seus desejos, e vimos uma primeira experiência de realização desses desejos de 1789 a 1800. Assistimos, desde 1830, e sobretudo depois de 1875, a um segundo ensaio, mais prudentemente conduzido, mais astucioso, e dessa maneira mais seguro de chegar ao fim.

Qual deve ser esse resultado? É a pergunta que agora se faz e à qual procuraremos responder.

Digamos primeiramente que seria errôneo crer que todos os franco-maçons conheçam explicitamente a obra para a qual colaboram. Esse conhecimento não é dado completamente nem mesmo aos iniciados nos graus elevados, mesmo àqueles que pertencem às lojas de retaguarda. Cada qual, ou melhor, cada equipe realiza o trabalho que lhe é determinado, no lugar que lhe foi designado, junto aos príncipes e ao clero, parlamentares e funcionários, jornalistas e professores, magistrados e oficiais, e ainda no seio da multidão. Mas, realizando a tarefa que lhes foi imposta, o indivíduo e a equipe ignoram o lugar que a obra particular para a qual colaboram ocupa no plano geral, porque eles não têm o traçado completo sob os olhos.

Esse plano é duplo: destruição e reedificação; destruição da cidadela cristã, edificação da cidadela maçônica. Vimos os trabalhos e as ruínas da destruição nas páginas precedentes. Devemos agora assistir à edificação do Templo. Os mesmos operários, os mesmos maçons são empregados nesse segundo trabalho, mas aqui aparecerão com maior clareza os mestres da obra, e acima deles o Grande Arquiteto.

“É absurdo, disse Aulard, professor de história revolucionária na Sorbone, continuar a dizer: não queremos destruir a religião, quando somos obrigados a sustentar, de outra parte, que essa destruição é indispensável *para pôr os fundamentos racionais da nova cidadela política e social*. Por isso, não digamos mais: não queremos destruir a religião; ao contrário, digamos: queremos destruir a religião, a fim de poder estabelecer no seu espaço e no seu lugar a nova cidadela”.

Com efeito, ordinariamente não se demole senão para reedificar: Aulard traduziu com exatidão o pensamento da seita. Ela quer levantar uma nova ordem de coisas sobre as ruínas da antiga. Ela tem seu ideal, ela busca sua realização. Qual é? Ela lhe deu um nome: o TEMPLO. É para a edificação desse templo que ela, há séculos, recruta os maçons.

Que deve ser esse Templo?

O divino Salvador, ao trazer à terra a concepção cristã da civilização, não quis abandoná-la aos riscos que necessariamente corre uma idéia deixada a si mesma, e que, por conseguinte, vaga ao sopro das fantasias e das paixões humanas. Ele a depositou nas mãos de uma sociedade que Ele ergueu sobre Pedro, e entregou a essa sociedade a incumbência de manter Sua doutrina na pureza, de defendê-la contra as idéias contrárias, de propagá-la no mundo, de produzir para Ele frutos de vida. Assim, o divino Mestre comparou-se a um arquiteto: “Tu és Pedro, e sobre essa pedra edificarei a minha Igreja; e as portas do inferno não prevalecerão contra Ela”.

Para melhor assinalar sua oposição, Satã fez-se chamar de “Grande Arquiteto”,¹ e em face da Igreja ele constrói um “Templo”. Como a Igreja, esse Templo é a um só tempo espírito e corpo: corpo, uma sociedade, a maçonaria; espírito, uma idéia que a sociedade tem a missão de propagar no mundo e de realizar através das instituições.

Essa idéia é uma concepção da ordem social oposta àquela que o cristianismo fez prevalecer.

“Não se trata de nada além de uma reedificação da sociedade, diz Findel, sobre bases inteiramente novas, de uma reforma do direito, de uma renovação completa do princípio da existência, notadamente do princípio da comunhão, e das relações recíprocas entre o homem e seus semelhantes”.²

Rabaut-Saint-Etienne tinha dito antes dele, na tribuna da Constituinte: “Para tornar o povo feliz, é preciso renovar, mudar suas idéias, mudar suas leis, mudar seus costumes, mudar os homens, mudar as coisas, destruir tudo, sim, destruir tudo, posto que tudo deve ser recriado”.

Eis o que a franco-maçonaria se propõe conseguir através da Revolução, que hoje está no segundo ato, aguardando o terceiro. Nada de mais radical pode ser imaginado: fazer desaparecer o princípio sobre o qual repousa atualmente nossa existência e substituí-lo por um outro; depois, tirar as conseqüências dessa mudança:

¹ Grande Arquiteto é uma dessas expressões que a franco-maçonaria se excede para criar, e que para ela têm a grande vantagem de que todos podem aceitá-la, porque cada um as compreende segundo suas próprias idéias. Para os judeus e deístas, o Grande Arquiteto do universo é o Criador do mundo; os cristãos podem ver nele, se quiserem, a Santíssima Trindade; para os iniciados, é a natureza; para o último grau de iniciação é Lúcifer, o porta-luz.

Nosso Senhor Jesus Cristo disse: “Eu sou a luz do mundo; aquele que me segue não anda nas trevas, mas possui a luz da vida: crede na luz, a fim de serdes filhos da luz”. Aqui aparece mais uma vez o embuste. A maçonaria diz ser possuidora da luz; suas lojas são o lugar da luz, ela chama a si os homens para comunicar-lhes a luz em suas iniciações, e seu mestre e seu príncipe é Lúcifer, o astro decaído.

² Les Principes de la Franc-Maçonnerie dans la Vie des Peuples, p. 163.

quer dizer, revirar as relações dos homens entre si, reformar o direito, e reedificar a sociedade segundo um novo princípio.

Quais são, pois, as bases inteiramente novas sobre as quais a sociedade deve ser reedificada? Qual o princípio novo em cuja conformidade o direito social deve ser reformado? Jean-Jacques Rousseau expôs isso longamente em suas diversas obras, e todo mundo sabe que foi com o seu *Contrato Social* nas mãos que os homens de 89 fizeram a Revolução, quiseram pela primeira vez limpar o terreno para edificar sobre as ruínas da sociedade cristã o Templo maçônico. Os maçons do século XX reconhecem o mesmo mestre dos maçons do século XVII; seus chefes têm o mesmo ideal e buscam a realização do mesmo plano. “*Se um dia esmagarmos a infame, será SOB O CONTRATO SOCIAL*”. Essa frase foi dita no Congresso das Lojas do Noroeste, realizado em Amiens, em 1901, nos dias 13 e 14 de abril, pelo I.: Dutilloy, membro do Conselho da Ordem do Grande Oriente.³ É preciso, pois, recorrer a Jean-Jacques Rousseau para saber o que será o estado social que a maçonaria prepara para nós.

O princípio sobre o qual repousa a existência humana foi, em todos os tempos e entre todos os povos, o seguinte: “O homem é naturalmente um ser social e aquele que permanecer em estado isolado e selvagem será um ser degradado”.⁴ É sobre esse ponto, colocado por Deus no fundo da natureza humana, que ela vive desde suas origens; foi observando o que ele prescreve que a sociedade se constituiu e se mantém, que o homem nasce e cresce.

O cristianismo estabeleceu com grande clareza essa verdade, reconhecida pela sabedoria das nações, que a sociedade sai espontaneamente da natureza humana, que ela é o resultado da constituição, da maneira de ser que Deus deu ao homem. O indivíduo isolado é impotente para obter aquilo de que necessita para viver e desenvolver-se; ele só pode encontrar o que precisa no auxílio que recebe de seus semelhantes, e que em troca ele lhes dá, numa palavra, nas relações que nascem da associação. E como seus desejos são múltiplos e diversos, diversos também são os motivos e os fins para os quais ele se associa, múltiplos são os aspectos sob os quais a associação se apresenta.

O homem tem necessidades físicas, intelectuais, religiosas. Ao nascer ele se encontra no seio de uma sociedade, a família, que defende sua frágil existência contra os agentes exteriores, e lhe fornece o alimento que mantém sua vida e pouco a pouco aumenta suas forças.

Mas a família não pode também bastar a si mesma; ela não encontra em si os recursos necessários para conduzir seus membros à perfeição que cada qual pode atingir do ponto de vista físico, assim como do ponto de vista intelectual e religioso. E é por isso que a família, como o indivíduo, também não é isolada: ela também nasce e vive no seio de associações mais vastas que a cobrem com sua proteção, que presidem os interesses gerais de bem-estar material, de cultura intelectual e de aperfeiçoamento moral e religioso, que estão nas exigências ou pelo menos nas aspirações da natureza humana. Tão numerosas e diversas são essas exigências ou essas aspirações, tantas são as formas diferentes que a associação adota para que todos possam atingir os fins comuns à humanidade e os fins especiais próprios às aptidões de cada um.

As sociedades com finalidades particulares e contingentes têm origem nas convenções que entre si fazem os que perseguem o mesmo objetivo.

Mas não se dá o mesmo com a sociedade chamada a conduzir todos os homens ao seu último fim. Esta tem necessariamente como autor o Deus que indicou ao homem seus destinos. De fato, Deus fundou-A nas origens, e a segunda Pessoa da

³ Congrès des Loges du Nord-Ouest, p. 24, Amiens, editora Duchâtel.

⁴ Aristóteles, *Politique*, § 9.

Santíssima Trindade veio o meio dos tempos conferir-lhe sua última perfeição. Essa sociedade se chama Santa Igreja Católica: católica porque, ao menos virtualmente, ela abarca todos os tempos e todos os lugares, e todos os homens são chamados a fazer parte dEla, visto como Deus quer a salvação de todos; santa porque é sua missão conduzir os homens à santidade: não somente à perfeição moral, mas a um estado sobrenatural, a uma certa participação na natureza divina, na vida divina, iniciada aqui em baixo pela graça santificante, coroada pela glória na eternidade dos céus.

A sociedade civil mantém-se a meio caminho entre a Igreja e as associações particulares: ela é mais necessária do que estas, oferecendo respostas às necessidades que não podem encontrar nestas sua plena satisfação; ela não pode ser tão geral como aquela, porque as diversas tribos da família humana, possuindo aptidões e caracteres diferentes, exigem não serem governadas da mesma maneira. Na formação das sociedades civis entra, pois, necessidade e convenção, divino e humano; divino, o que é fundamental, o que vem das exigências da natureza; humano, o que é da ordem secundária e variável como os temperamentos dos povos.

J.-J. Rousseau agiu fraudulentamente contra esses dados da razão e da fé; e eis o que ele imaginou, o que ele consignou em todos os seus escritos, e o que a maçonaria assumiu como missão de realizar. A sociedade, o estado social, não resulta da constituição do homem e da instituição divina; é, no mundo, uma excrescência accidental e poder-se-ia dizer contra a natureza, que sobreveio um belo dia por efeito das vontades humanas.

Os homens viviam em estado de natureza, diz J.-J. Rousseau, como fazem os selvagens, os animais, e era a idade de ouro; estado de liberdade e de igualdade no qual os frutos eram de todos e a terra de ninguém, onde cada homem era cidadão do universo.

Para passar do estado de natureza ao estado social, os homens primitivos fizeram um pacto, um *contrato*, “o contrato social”.⁵ De uma parte, cada indivíduo se colocou, sua pessoa e todos os seus direitos, nas mãos de todos; de outra parte, todos garantiram a cada um uma parte igual dos bens comuns. O indivíduo deu à sociedade tudo o que ele tinha e tudo o que ele é, e a sociedade admite o indivíduo na comunhão de toda a coisa pública, a *república*.

As cláusulas do pacto social, diz J.-J. Rousseau,⁶ reduzem-se todas a uma só: *a alienação total de cada associado com todos os seus direitos* a toda a comunidade... Se alguns direitos permanecessem com os particulares, o estado de natureza subsistiria e a associação tornar-se-ia necessariamente vã... Fazendo-se a alienação sem reserva, a união é tão perfeita quanto possível, e nenhum associado nada mais tem a reclamar”.

Eis a idéia que a maçonaria tem da sociedade, eis o plano sobre o qual ela quer reconstituí-la. Durante todo o tempo em que isso não seja completamente realizado, quer dizer, durante todo o tempo em que os indivíduos pretendam conservar alguns direitos, o estado social, tal como o contrato o criou, tal como deve ser, não será julgado perfeito; o estado de natureza, ao qual o contrato quis pôr fim, subsistirá em alguma coisa. O progresso é, pois, a caminhada em direção à completa absorção de

⁵ J.-J. Rousseau não é, propriamente falando, o inventor do contrato social. Foi um protestante, Hubert Languet, quem, na *Vindici contra tyrannos*, sob o pseudônimo de Junius Brutus, esposou pela primeira vez a teoria de um “contrato”, origem da sociedade.

É tão absurdo supor um pacto primitivo fundamental da sociedade pública como seria absurdo supor um pacto constitutivo da família entre o pai e os filhos. Bonald denuncia o círculo vicioso no qual Rousseau cai: “Uma lei, fosse apenas aquela que regulasse as formas a seguir para fazer a lei; um homem, fosse aquele que a tivesse proposto, teria sempre precedido essa pretendida instituição do poder, e o povo teria obedecido antes de ter um patrão”. Bossuet dissera antes de Bonald: “Tão remota seria a possibilidade de um povo nesse estado (sem lei e sem poder) ter um soberano, quanto seria a de existir mesmo um povo”.

⁶ *Contrat Social*, livro I, cap. VI.

todos os direitos pelo Estado; quanto mais direitos para o indivíduo, mais direitos para a família, mais direitos, com muito mais razão, para uma sociedade qualquer que se formasse no seio do Estado, ou acima dele.

Na sociedade democrática sonhada pela franco-maçonaria não mais haverá ou não deverá mais existir senão essas duas unidades: o indivíduo e o Estado. De um lado o Estado onipotente; de outro, o indivíduo impotente, desarmado, privado de todas as liberdades, pois que nada pode sem a permissão do Estado.

Não é em direção a isso que caminhamos a passos largos? E essa concepção da sociedade não é a explicação, e, para nossos maçons, a justificativa de tudo o que é feito ou tentado atualmente contra a liberdade da Igreja, contra a liberdade das associações, contra a liberdade das famílias, contra a própria liberdade individual? O Estado não pode, não deve estar sujeito a nenhuma outra associação senão àquela que ele é. Se acontecimentos do passado, se individualidades poderosas criaram no seio da sociedade civil associações distintas, o Estado deve trabalhar constantemente em encolher o círculo no qual elas vivem e agem, até que consiga absorvê-las ou liquidá-las. Segundo Rousseau, segundo a maçonaria, aí está seu direito, aí está seu dever, direito e dever que decorrem diretamente do contrato social, e sem o exercício dos quais esse contrato se tornaria ilusório e logo caduco.

Deixemos, pois, de nos espantar com que nessa sociedade nascida da Revolução, petrificada na idéia revolucionária, o Estado, queira tudo centralizar e tudo absorver, sufocar toda iniciativa e paralisar toda a vida: nisto ele obedece à sua lei, ao princípio segundo o qual ele deve ser tudo, já que tudo lhe foi entregue pelo contrato inicial. O que vive, o que se move, o que está fora dele, assim age por efeito de uma usurpação da qual deverá prestar contas.

Essa reivindicação deve ser exercida sobretudo relativamente às associações, porque elas são mais poderosas do que os indivíduos, e sobretudo em relação àquelas associações que têm um ideal diverso daquele do Estado naturalista. O pacto social foi acordado para um mais completo gozo dos bens deste mundo. Se há sociedades formadas com a finalidade de levar mais longe o olhar do homem, de exortá-lo a se desapegar dos bens presentes para ambicionar e buscar outros bens, essas sociedades estão em contradição viva com a sociedade nascida do contrato social, elas devem desaparecer, antes de qualquer outra. O dever é encurralá-las, mutilá-las até ao completo aniquilamento. Aí está a explicação para as calúnias espalhadas pelos humanistas em seus escritos contra os religiosos, e para as perseguições incansavelmente renovadas contra eles desde a Renascença até nossos dias, como também para a guerra de morte declarada hoje contra a primeira das sociedades religiosas, contra aquela que é o fundamento e o princípio de vida de todas as outras, a Igreja Católica.

Percebemos hoje um movimento de reação contra o estado social instituído na França pela Revolução. Por toda a parte são instituídos sindicatos, retorna-se às corporações. Possa esse movimento desaguar na restauração da sociedade em seu estado normal! Na sociedade normalmente organizada, existem entre o indivíduo e o Estado sociedades intermediárias que conglomeram os indivíduos e que por sua ação natural mantêm o Estado nos domínios que lhe pertencem e impedem-no de deles sair. Essas sociedades chamam-se: famílias, corporações, comunas, províncias, Igrejas. Quando, nesse regime, o mais fraco dos indivíduos é lesado pelo Estado ou por qualquer outro, de imediato sua associação, toda uma coletividade organizada se levanta para defendê-lo. Através dela, ele é forte; e porque ele é forte, é livre.

A democracia é a escravidão.



CAPÍTULO XXXIX

O ESTADO, SENHOR SOBERANO DE TODAS AS COISAS

O Templo que a maçonaria quer edificar, segundo o plano que J.-J. Rousseau traçou no seu *Contrato Social*, é pois o Estado soberano, senhor de todas as coisas, nele absorvendo todos os direitos, assim os dos indivíduos como os da família, os das associações como os da Igreja.

Aí está, dir-se-á, uma utopia e uma pretensão tão monstruosas quanto irrealizáveis. Não para os maçons; para os revolucionários é o ideal, e um ideal em direção ao qual nos fazem caminhar a largos passos.

J.-J. Rousseau disse que em virtude do contrato social — que ele imagina estar na base da sociedade, contrariamente à história e contrariamente à natureza humana, que nada podem fazer — todos os homens pertencem totalmente à coletividade, suas pessoas e suas forças, seus direitos e seus bens. É o que os maçons querem realizar; é exatamente a isso que a Revolução quer chegar; e isso e somente isso que pode dar a explicação do modo de ser e de agir do Estado contemporâneo relativamente a tudo e a todos. Em todas as coisas ele se esmera em restringir os direitos individuais: seu desígnio é suprimi-los inteiramente.

Antes de tudo e sobretudo, o cidadão não tem o direito de ser cristão. “Nada, diz Taine, interpretando o pensamento fundamental do Contrato Social, nada é mais contrário ao espírito social do que o cristianismo... *Uma sociedade de cristãos não seria mais uma sociedade de homens, porque A PÁTRIA DO CRISTÃO NÃO É DESTE MUNDO*”. É necessário reconduzir o cristão aqui para baixo, é preciso limitar seus pensamentos à busca dos interesses terrenos, é preciso que ele pertença por inteiro à sociedade à qual ele foi dado por inteiro. Assim, vê-se o católico tratado como inimigo no Estado maçônico.

O cidadão não tem o direito de ser proprietário. Tudo o que ele tem, assim como tudo o que ele é, tornou-se um bem social. Assim, vemos o direito de propriedade desaparecer pouco a pouco ante as usurpações do socialismo de Estado. Os impostos crescem e se multiplicam sem cessar. A utilidade pública expropria com uma consciência a cada dia mais leviana. As leis ensaiam a repartição dos ganhos entre patrões e empregados. O Estado age como parte financeiramente interessada nas vendas e doações, e sobretudo nas sucessões. Ele fala agora em impostos sobre o rendimento e em impostos progressivos, destinados a nivelar as propriedades, a igualar as fortunas, ou melhor, a fazer com que o Estado se torne o único proprietário. Já no século XVIII ele se apossou de toda a propriedade eclesiástica, e hoje mesmo ele põe a mão sobre aquela que foi reconstituída no século passado. Amanhã ele se apoderará da mesma maneira dos instrumentos de trabalho: minas, fábricas, campos, tudo será *nacionalizado*.⁶

⁶ É de se notar que a franco-maçonaria não mais hesita em se declarar socialista e mesmo coletivista. O I.: Bonnardot, que foi nomeado, em 1901, Grão-Mestre da Grande Loja da França, propôs ao Congresso das Lojas do Centro, realizado em Gien, em 1894, em nome da 3ª Comissão, fosse proclamado o princípio da propriedade coletiva. Seu relatório foi submetido à consideração da Convenção do mesmo ano. A maior parte das lojas parisienses tornou-se socialista-reformista. A grande maioria das lojas dos Departamentos seguiram-nas; um certo número já é coletivista. O próximo programa de ação da franco-maçonaria, para nos cingirmos apenas à loja La Fidélité de Lille, foi assim definido por seu orador, em 8 de julho de 1900: “Combatemos todas as idéias teológicas; há ainda um deus a combater, o deus capital”.

Não são somente os bens que o Estado reivindica, como pertencentes à coletividade, mas as forças de cada um: “Cada membro da sociedade pertence a ela, ele e todas as suas forças”. Será preciso também, sob esse aspecto, que o Estado chegue a atribuir a cada um as funções que ele deverá exercer na sociedade, sob sua vigilância e em seu benefício. Os monopólios do Estado, que vão da instrução pública à fabricação do fumo e dos fósforos, e o funcionalismo que pouco a pouco se estende a tudo, constituem um encaminhamento rumo a essa escravidão universal.

Para alcançar esse fim, importa sobretudo apoderar-se das forças nascentes, das gerações que surgem. Assim, a primeira preocupação do Estado revolucionário é se apossar da infância.⁷ “As crianças, dizia Danton, pertencem à República antes de pertencerem a seus pais; o egoísmo dos pais poderia ser perigoso para a República. Eis porque a liberdade que lhes deixamos não vai ao ponto de educarem seus filhos de outra maneira que não segundo a nossa vontade”; e Jules Ferry, no discurso que pronunciou em 1879 para obter a aprovação do famoso artigo VII: “Existe um pai de família que os compreende a todos: é o Estado”. Temos ouvido essas palavras serem repetidas à saciedade depois que novos projetos de lei querem colocar em absoluta segurança os preceptores e as preceptoras encarregados pelo Estado de introduzir nas almas juvenis os dogmas maçônicos.

É exatamente sob esse ponto de vista do direito exclusivo do Estado sobre toda a juventude que vemos o Estado moderno se colocar. Sua legislação estudou-a melhor, apertou-a mais, suas leis mais intangíveis são aquelas que tendem a suprimir toda liberdade de ensino, a reuni-la sob a férula do Estado, a abandonar à sua educação as crianças de todas as famílias, da escola dita maternal às faculdades. Inicialmente, é de seu interesse formar as vontades através das quais ele perdura, preparar os votos que o manterão, implantar nas almas as paixões que lhe serão favoráveis, idéias que secundarão a construção do Templo. Não tem ele o dever de petrificar as gerações, de modo a torná-las aptas ao mais perfeito funcionamento do pacto social? “A educação nas regras prescritas pelo soberano (pelo povo soberano) é uma das máximas fundamentais do governo popular”, diz J.-J. Rousseau. É através dela que se forma o cidadão, “é ela que deve dar às almas uma forma nacional”; “as boas

(Ver a petição contra a franco-maçonaria, na 11ª Comissão de Petições da Câmara dos Deputados, pp. 51 e 75).

⁷ “As crianças do sexo masculino são educadas, dos cinco aos dezesseis anos, pela pátria. São vestidas em todas as estações. Deitam sobre esteiras e dormem oito horas. São alimentadas em comum com raízes, frutas, laticínios, pão e água. Não comem carne antes de dezesseis anos completos. Dos dez aos dezesseis anos sua educação é militar e agrícola. São distribuídas em companhias de sessenta etc. Todas as crianças conservarão o mesmo traje até os dezesseis anos; dos dezesseis aos vinte e um, terão traje de operário; de vinte e um a vinte e seis, traje de soldado, se não forem magistrados”.

(*Projeto de lei segundo as Instituições de Saint-Just*).

Em 12 de abril de 1903, no Congresso das Lojas da África do Norte (Argélia), os II.º. Collin e Marchetti exprimiram este desejo:

“Que um dispositivo, assim concebido, seja acrescentado ao Código Civil: Proibições formais serão feitas aos pais ascendentes ou que tenham quaisquer direitos, de dar ou de ensinar a seus filhos, pupilos ou descendentes uma religião, qualquer que seja, SOB PENA DE DESTITUIÇÃO DO PÁTRIO PODER e de poder legal. E que em caso de infração, devidamente verificada, os filhos, pupilos ou descendentes sejam retirados e confiados ao Estado, às custas dos pais ou ascendentes”.

No ano precedente, na Convenção de Paris, uma loja da França, a Themis, tinha emitido um desejo pouca coisa diferente:

“Quando uma criança, de oito completos ou mais, não estiver freqüentando a escola, os pais e pessoas responsáveis poderão ser *destituídos do pátrio poder*”.

Condorcet foi o primeiro a oferecer à Assembléia Legislativa, em 1792, um plano de *educação nacional*. Sob a Convenção outros em grande número o seguiram. Os mais conhecidos são os planos de Saint-Just, Lakanal, Michel Lepelletier, este acolhido e apresentado à Convenção por Robespierre. Meninos e meninas deviam ser educados em comum até a idade de onze e doze anos, às expensas da República, sob a santa lei da igualdade.

instituições nacionais são aquelas que melhor sabem *desnaturar o homem*, esvaziar sua existência absoluta para dar-lhe uma existência relativa e transportar o eu para a unidade comum”.⁸

Desnaturar o homem! Que palavra poderia melhor exprimir o que a seita pretende, o que ela faz nas escolas do Estado?

Para conseguir realizar seu desígnio sem muita oposição, ela começou por dar à juventude a instrução gratuita, hoje ela acrescentou a isso a alimentação e o vestuário, assim nos colégios como nas escolas primárias, esperando com isso ter os interesses como seus cúmplices.

Não se diga que o direito que a Igreja recusa ao Estado Ela o reivindique para Si própria. Não, a Igreja respeita os direitos da liberdade natural a ponto de que se um pai, uma mãe não pertencem, pelo batismo, à Sua jurisdição, Ela se considera como que impedida de intervir na educação da criança até que ela alcance a idade de se pronunciar segundo sua própria consciência. A Igreja considera como um atentado contra o direito natural a educação do filho menor na religião cristã contra a vontade expressa de seus pais não batizados. Ela não permite que se o batize. E mesmo quando o filho católico de pais católicos chega à maioridade, Ela não o admite à profissão religiosa sem a permissão deles, se ele lhes é necessário ao sustento.

O Estado maçônico compreende que as crianças não poderão ser completamente dele enquanto não tiver abolido a família; enquanto ela subsistir, o grito da natureza protestará contra a sua intrusão. Por esta razão ele tende à supressão do casamento. Segundo o pensamento dos sectários, o casamento civil e o divórcio são etapas que devem conduzir ao amor livre, e por conseguinte ao Estado, único pai nutrício, único educador das gerações vindouras.

A abolição da família, a supressão da propriedade, o aniquilamento da Igreja e o sufocamento de qualquer associação que não seja o Estado, “todos esses artigos, diz Taine, são conseqüências forçadas do contrato social. No momento em que, entrando num corpo, eu não reservo nada de mim mesmo, somente por isso renuncio a meus bens, a meus filhos, à minha Igreja, às minhas opiniões. Deixo de ser proprietário, pai, cristão, filósofo. É o Estado que me substitui em todas essas funções. No lugar da minha vontade há a vontade pública, quer dizer, em teoria, o arbítrio rígido da assembleia, da fração, do indivíduo que detém o poder”.

Tal é o “Templo” que a maçonaria está construindo; nele ela já nos fez entrar, passo a passo, antes de concluí-lo; nele ela pretende abrigar as gerações vindouras e a humanidade inteira.

O empreiteiro que assumiu a construção desse Templo foi o regime parlamentar. O povo soberano escolheu delegados, investiu-os de todo o poder. Eles se reúnem, a maioria é tida como expressão da vontade geral, e essa vontade faz lei. Essa lei pode atingir tudo; e em todas as coisas ela cria o direito, sem considerar quem ou o que quer que seja, nem mesmo Deus, nem mesmo as exigências da natureza humana.

Há já um século, para construir esse Templo, diz Taine, fizeram três mil decretos; e para pô-los em vigor substituíram o governo da força pelo governo da lei. O cadafalso presidiu à reedificação da sociedade, àquilo que tinha sido chamado de “renovação do princípio da existência humana”.

As coisas não acontecerão de maneira diferente se a nova experiência, a que assistimos, for levada até o fim. O alemão que foi o doutor dos jacobinos e que se conservou como o doutor dos maçons, traçou perfeitamente o caminho que aqueles seguiram e no qual estes estão engajados.

No ritual que Weishaupt compôs para as cerimônias de iniciação nos diversos graus do iluminismo, ele faz dizer ao iniciado através de Hierofante:

⁸ J.-J. Rousseau, citado por Taine. *L'ancien Régime*, p. 324.

“Ó Irmão, ó meu filho, quando, aqui reunidos, longe dos profanos, nós consideramos a que ponto o mundo está entregue aos maus (aos soberanos e aos padres), poderíamos contentar-nos em suspirar? — Não, Irmão, apoiai-vos em nós. Procurai colaboradores fiéis; eles estão nas trevas (nas sociedades secretas); é aí que, solitários, silenciosos, ou reunidos em círculos pouco numerosos, crianças dóceis, ele levam avante a GRANDE OBRA, conduzidos por seus chefes...

“Os padres e os príncipes resistem a esse grande projeto; temos contra nós as constituições políticas dos povos. Que fazer nesse estado de coisas?... É necessário atar insensivelmente as mãos dos protetores da desordem (os reis e os padres) e governá-los sem parecer dominá-los. Numa palavra, *é preciso estabelecer um regime dominador universal*, sob forma de governo, que se estenda sobre todo o mundo... É preciso, pois, que todos os nossos Irmãos, educados da mesma maneira, estreitamente ligados uns aos outros, não tenham senão um mesmo objetivo. Ao redor dos Poderes da terra é preciso agrupar uma legião de homens infatigáveis, e dirigindo por toda a parte seus trabalhos, seguir o plano da ordem para a felicidade da humanidade”.⁹

E em outro lugar: “Como o objeto do nosso desejo é uma revolução universal, todos os membros dessas sociedades (secretas) que tendem ao mesmo fim, apoiando-se uns nos outros, devem procurar dominar invisivelmente e sem aparência de meios violentos, não a parte mais eminente ou a menos distinta de um só povo, mas os homens de qualquer estado, de todas as nações, de todas as religiões. Soprar por toda a parte o mesmo espírito; no maior silêncio e com toda a atividade possível, dirigir todos os homens esparsos sobre toda a face da terra em direção ao mesmo objetivo. Uma vez estabelecido esse império pela união e pela multidão dos adeptos, que a força suceda ao império invisível; atai as mãos de todos os que resistem, subjugai, sufocai a maldade em seu germe, esmagai tudo o que resta de homens que não tiverdes podido convencer”.¹⁰

Foi exatamente assim que o compreenderam os homens de 93. Jean-Bon-Saint-André dizia que “para estabelecer solidamente a República era necessário reduzir a população à metade”. Geoffroy julgava que isto era insuficiente: ele queria deixar na França apenas cinco milhões de cidadãos. “É preferível fazer da França um cemitério a não regenerá-la segundo nosso modo”, dizia Carrier. Eles fizeram dela um cemitério e não puderam regenerá-la à maneira deles. O insucesso não desencorajou seus sucessores. “A França regenerada, diz o I.: Buzot, ainda não alcançou o grau de perfeição que exigem as doutrinas da franco-maçonaria e o gênio dos filósofos. *Mas o movimento foi dado, ARREBATADOR, IRRESISTÍVEL; A GRANDE OBRA SE REALIZARÁ*”.¹¹ Eles pretendem realizá-la não somente na França, mas no mundo inteiro. “É preciso, disse Weishaupt, estabelecer um dominador universal, uma forma de governo que se estenda sobre todo o mundo”. Eles trabalham para isso, como veremos. Esse regime dominador universal cujo estabelecimento eles buscam, chamam-no de regime da democracia, ou república universal.

A teoria de J.-J. Rousseau sobre as origens da sociedade, sua constituição racional, o que ela será quando o contrato social tiver produzido suas consequências, não permaneceu em estado especulativo. Faz um século nós nos aproximamos a cada dia do termo que ele designou para nós, no qual não haverá mais propriedade, nem família, nem Estado independente, nem Igreja autônoma. Sobre o lugar que as

⁹ A felicidade a que o iluminismo deve fazer chegar a humanidade está assim exposta nesse mesmo discurso: “A fonte das paixões é pura; é necessário que cada qual possa satisfazer as suas nos limites da virtude e que nossa ordem forneça os meios para isso”. A virtude! a felicidade da humanidade! Basta que a seita abra a boca para que dela logo saiam a hipocrisia e a mentira.

¹⁰ Barruel, t. III, cap. II e IX.

¹¹ *Tableau Philosophique, Historique et Moral de la Franc-Maçonnerie*.

ruínas produzidas pela Revolução deixaram livre, Napoleão I construiu, “com areia e cal, diz Taine, a nova sociedade, segundo o plano traçado por J.-J. Rousseau. Todas as massas da grande obra, Código Civil, universidade, Concordata, administração municipal e centralizada, todos os detalhes da arrumação e da distribuição concorrem para um efeito de conjunto que é a *onipresença do governo, a abolição da iniciativa local e privada, a supressão da associação voluntária e livre*, a dispersão gradual dos pequenos grupos espontâneos, a interdição preventiva das longas obras hereditárias, a extinção dos sentimentos pelos quais o homem vive além dele mesmo, no passado e no futuro. Nessa caserna filosófica, — nesse TEMPLO, dizem os maçons — nós vivemos há oitenta anos”.¹² A grande obra avança, ela terminará tanto melhor quanto sua continuação está nas mãos da multidão e de seus mandatários, quer dizer, dos cegos e dos irresponsáveis.

O indivíduo recua diante das últimas conseqüências de seus erros quando ele vê onde eles o conduzem. Um povo entregue a si mesmo, como é todo povo submisso ao regime republicano, não pode fazê-lo. São os mais lógicos que se fazem ouvir pelas multidões, sobretudo quando essa lógica está de acordo com as paixões e promete à massa a posse dos bens que ela cobiça: são estes que o sufrágio universal leva ao poder. E se os que chegam primeiro se espantam e não ousam realizar o programa, são suplantados por outros, e por outros ainda, até que venham aqueles que resolutamente se entregam às grandes obras que os princípios condenam. Já vimos os oportunistas varridos pelos radicais; estes desaparecem diante dos socialistas, e do seio do socialismo se levantam os anarquistas, os niilistas e os *catastrophards*”.¹³

Winterer, no seu livro *Le Socialisme Contemporain*, faz uma observação cujo bom fundamento ninguém pode negar.

“Retirai Deus e a vida futura, e o homem sem Deus se acha colocado, com suas paixões, em face da vida mortal, com a desigualdade das condições e a desigualdade do prazer. Esse homem pedirá ao banquete da vida a parte que suas paixões reclamam. Ele sentirá as barreiras que a sociedade atual, baseada sobre a fé em Deus e na vida futura, opõe às suas paixões; ele se irritará contra o obstáculo; e o ódio social, com todos os ódios que o acompanham, entrará na sua alma”. Em quantos corações esse ódio ruge atualmente! Ela incita as massas a se precipitarem, tão logo isso possa ser feito, sobre o que resta da ordem social! E isso por toda a Europa, e não somente no Velho Mundo, nas Américas e na Oceania; e não somente entre os miseráveis, mas entre os intelectuais! Basta citar Elisée Reclus na França, Karl Marx na Alemanha, Bakounine e o príncipe Krapotkine na Rússia, Most nos Estados Unidos etc., etc. Todos são concordes em dizer que o dogma da soberania do povo exige: 1º uma revolução política, que leve ao poder as massas populares através do sufrágio universal; 2º uma revolução econômica, que introduzirá a propriedade comum; 3º uma revolução democrática, que suprimirá os pais e entregará os filhos à República”.¹⁴

Caminhamos para isso.

¹² *La Révolution*, III, p. 635.

¹³ *Catastrophards* é o nome que a si mesmos deram, perante o Tribunal do Sena, aqueles que fizeram a revolta de 2 de março de 1901.

¹⁴ Em outubro de 1882 inaugurou-se um grupo escolar em Ivry-Sur-Seine. Entre os assistentes *oficiais* contava-se grande número de representantes das lojas maçônicas. O I.: C. Dreyfus pronunciou a alocução; nela encontramos estas palavras: “É a franco-maçonaria que prepara as soluções que a democracia faz triunfar. Assim como nossos gloriosos ancestrais de 1789 inventaram a igualdade civil dos homens perante a lei (sabemos como ela é praticada), assim como nossos antecessores de 1848 realizaram a igualdade política dos cidadãos perante a urna do sufrágio universal, assim a maçonaria deve preparar, para o fim do século XIX, a igualdade social, que restabelecerá o equilíbrio de forças econômicas e trará de volta a união e a concórdia para o seio de nossa sociedade dividida”. (Citado pelo *Le Monde* de 4 de outubro de 1882). Estamos, pois, na Revolução econômica; a democrática, que deve segui-la e que entregará as crianças, de corpo e alma, à República, está bem avançada.

Qual o homem inteligente que não se aterroriza com as ruínas já amontoadas em toda a ordem de coisas, e que, ouvindo os clamores de súcias prestes a se lançarem sobre o que resta da ordem social, não levante, na hora atual, essas terríveis questões:

Os bens que o Criador colocou à disposição dos homens, mas que o trabalho, a ordem, a temperança, a economia repartiram entre as famílias, serão ainda amanhã propriedade dos que assim os adquiriram, ou serão universalmente possuídos pelo Estado, que distribuirá seus frutos segundo as leis que lhe aprouver fazer?

Amanhã haverá ainda, entre o homem e a mulher, casamento, quer dizer, contrato passado sob o olhar de Deus e por Ele sancionado, união sagrada e indissolúvel? Haverá ainda a família com a possibilidade de transmitir a seus filhos não somente seu sangue, mas sua alma e seus bens?

Amanhã, que será da França? No que se transformará a Europa? Reduzida a estado de poeira pela democracia não será ela uma presa fácil para a franco-maçonaria internacional e judaica que caminha para a conquista do mundo, e já calcula o número de anos ainda necessários para fazer de todos os Estados uma República universal?

Eis o que está sendo preparado pelo movimento das idéias e dos fatos que povoam os espíritos e dos quais somos testemunhas.

Se o curso das coisas atuais não tivesse suas fontes no passado longínquo, poderíamos apavorar-nos menos, acreditar que não há em tudo isso senão fatos acidentais. Mas não é assim. O estado atual, repleto do futuro que acabamos de descrever, é o produto natural de uma idéia, lançada como um grão sobre nosso solo há cinco séculos. Ela germinou. Vimos seus primeiros rebentos sair da terra; eles foram cultivados secreta e cuidadosamente por uma sociedade que, já por várias vezes, serviu ao mundo seus frutos prematuramente colhidos; hoje ela os vê chegar à maturação: frutos de morte que carregam a corrupção para os próprios fundamentos da ordem social.

A França revolucionária recebeu do Poder das Trevas a missão de manifestar ao mundo aquilo que a Renascença concebeu, aquilo que a franco-maçonaria criou. Parece que se quis simbolizá-lo nas moedas. Essa mulher desganhada, com o barrete frígio à cabeça, que, sob os auspícios da República, lança a todos os ventos os grãos da liberdade, da igualdade e da fraternidade, sob os raios de um sol levante chamado para aclarar o mundo com um dia novo, bem representa a maçonaria que confia a todos os sopros da opinião as idéias que preparam os espíritos para a aceitação da nova ordem, ordem que há tanto tempo ela projeta estabelecer no mundo.



CAPÍTULO XL

A REPÚBLICA UNIVERSAL

O Templo maçônico, cujo plano vimos, deve, no pensamento dos seus arquitetos, estender suas construções sobre o universo inteiro. Quando o “aprendiz” pede para ser recebido como “companheiro”, fazem-lhe estas outras perguntas:

P. — Quais são o comprimento e a largura da loja?

R. — Seu comprimento é do Oriente ao Ocidente; sua largura do Sul ao Norte.

P. — Que significam essas dimensões?

R. — Que a franco-maçonaria é universal, e que um dia ela se estenderá sobre toda a humanidade.¹

“Não é por um vão capricho, diz o I.: Clavel, que nós nos intitulamos de “maçons”. Nós estamos construindo o edifício mais vasto que jamais houve, posto que ele não conhece outros limites que não os extremos da terra”.² Nem pode ser de outra maneira, porque a maçonaria se propõe nada menos do que mudar as bases sobre as quais repousa a sociedade humana: fazer depender de um contrato o que é de direito natural e divino, fixar sobre a terra os destinos do homem, dotá-lo de uma civilização e de instituições próprias a mantê-lo escravizado à matéria. Assim como a Igreja Católica, a maçonaria deve querer aplicar sua concepção de vida à humanidade inteira. Todavia, há entre elas uma diferença. A Igreja aspira a fazer de todos os homens uma família de irmãos, e a englobar o mundo na vasta unidade cristã. Foi a missão que Lhe deu seu divino Salvador. Apenas Ela jamais pensou em suprimir a

¹ Em 1907 apareceu pela primeira vez um anuário publicado pelo “Escritório Internacional das Relações Maçônicas”.

O caráter internacional da maçonaria está afirmado no próprio título da publicação, que apresenta uma mistura bizarra de francês, alemão e inglês. Reproduzimo-la: “Annuaire, Vralender, Annual, della, der, of, Maçonnerie universel, Wellfraumerei, Universel Masonry, 1907. Première année, Erste Jahr, First Year”. Esse anuário foi publicado por Buchler, o editor das publicações maçônicas na Suíça e tem como autor o I.: Martier la Tente, presidente do Escritório Internacional.

Segundo esse anuário, existem no mundo 106 poderes maçônicos regulares. Denomina-se “poder maçônico” uma confederação de lojas que têm à sua testa uma Grande Loja, um Grande Oriente ou um Conselho Supremo.

Eis, relativamente aos principais países da Europa, a contagem dos membros das lojas:

País	Lojas	Membros
Inglaterra	2.607	150.000
Irlanda	450	15.000
Escócia	1.012	50.000
França (Grande-Oriente)	396	27.000
França (Grande Loja)	81	5.100
Holanda	91	2.093
Suécia	35	12.295
Noruega	13	3.900
Suíça	33	3.670
Dinamarca	29	4.500
Espanha	59	2.594
Alemanha	495	60.145
Hungria	61	2.594

Restaria fazer a contagem das lojas da América, da Ásia e da Oceania.

² *Tableau Philosophique, Historique et Moral de la Franc-Maçonnerie*, pelo I.: Bazot, pp. 20-28.

personalidade dos diversos povos; longe disso, ela sempre se aplicou em estudar a fisionomia especial de cada um deles, a missão particular que a Providência lhes destinou, para encorajá-los e ajudá-los a corresponder a essa missão. Não se dá o mesmo com a maçonaria: seu princípio cosmopolita é essencialmente contraditório com o princípio nacional.

“Apagar nos homens, diz o I.º Clavel, a distinção de posição, de crença, de opinião, de PÁTRIA; ... fazer, numa palavra, de todo o gênero humano uma só família: eis a grande obra que a franco-maçonaria empreendeu, e à qual o aprendiz, o companheiro e o mestre são chamados a associar seus esforços³: uma só e mesma família; não na unidade de uma mesma fé e na comunhão de uma caridade que se estende a cada qual a todos e de todos a cada um, mas sob a dominação de uma mesma seita. Para chegar a essa dominação, a maçonaria emprega todos os seus membros, que trabalham, uns diretamente, outros inconscientemente, pela constituição lenta e gradual de um Estado, de uma república que abranja o mundo inteiro: Estado-Humanidade, República Universal.

O Templo da natureza, dizem os maçons, abrigou o gênero humano nos dias de sua felicidade. A cupidez, a ambição e a superstição — lede: a propriedade, a autoridade civil e a religião — derrubaram o antigo edifício. Os maçons unem seus esforços para reerguê-lo sobre as ruínas da família, do Estado e da Igreja.

O Templo que deve ser reedificado é convenientemente chamado de República, a República humanitária. A República que representa o poder, os bens, as pessoas tornadas coisas comuns. A República humanitária é a República que reúne a humanidade num todo indivisível. É, como disse Billaud-Varennnes, a fusão de todas as vontades, de todos os interesses, de todos os esforços para que cada qual encontre, nesse conjunto de recursos comuns, uma parte igual ao seu investimento.

Desde o ingresso na Ordem, a seita apresenta aos maçons essa idéia, numa espécie de nuvem que ela dissipará pouco a pouco no curso das sucessivas iniciações. O artigo 2º da Constituição do Grande Oriente diz: “A franco-maçonaria tem como obrigação estender a todos os membros da humanidade os laços fraternos que unem os franco-maçons sobre toda a superfície do globo”. Desde o grau de aprendiz ela diz ao recipiendário através do Venerável: “Possais vós, fiel para sempre às promessas que acabais de fazer, ajudar-nos a concluir a obra sublime para a qual trabalham os maçons há tantos séculos, sobretudo aquela da reunião dos homens de todos os países, de todos os caracteres, de todas as opiniões civis e religiosas, numa só família de amigos e de irmãos!”⁴. Ela não lhes desvenda o pensamento de outra maneira, mas se eles se mostram dignos de comunicações mais explícitas, logo saberão, como observa Prarche no seu relatório sobre as petições endereçadas à Câmara dos Deputados contra a franco-maçonaria, que, “sociedade cosmopolita e humanitária, a maçonaria sonha em estabelecer uma República universal”.⁵ O relator remete ao *relatório da Convenção* de 1895, página 209, onde está dito: “A franco-maçonaria esforça-se em preparar os Estados-Unidos não somente da Europa, mas da terra inteira”.⁶

Quatro anos antes, em novembro de 1891, um congresso internacional da paz universal reunira-se em Roma. “Garantem-nos, disse então o *Monitor de Roma*, que atrás dessa máscara se esconde, para uma parte dos congressistas, um desejo muito particular. Segundo nossas informações, não seria nada menos do que o

³ O internacionalismo e o humanitarismo são atualmente duas insinuações que a maçonaria se esforça por fazer entrar em todas as cabeças; mesmo no espírito da juventude católica, através do *Sillon*.

⁴ Ragon, *Cours...*, p. 110.

⁵ É a esperança da paz universal e eterna que a maçonaria faz cintilar aos olhos dos crédulos para preparar os espíritos a admitirem a idéia de uma república mundial.

⁶ *La pétition contre la franc-maçonnerie*, p. 221.

estabelecimento de uma República universal, sobre as ruínas dos impérios e dos reinos, como garantia absoluta e eficaz da paz universal. É evidente para todo observador imparcial que os maçons, sobretudo os franco-maçons franceses e italianos, sem falar dos espanhóis e dos portugueses, tendem com todas as fibras de suas almas em direção a esse ideal. Seria muito curioso que Roma, capital do reino da Itália, se tornasse o laboratório da República universal”.

“Povos, sede irmãos! exclama o I.: Bazot, secretário do Grande Oriente. O Universo é vossa pátria!” Bem antes dele, Danton tinha dito, na festa aniversária do juramento do *Jeu de Paume*,⁷ em 20 de junho de 1790: “O patriotismo não deve ter outras bases que não o universo”.

Em 1825, um outro franco-maçom célebre, Blumehngen, dizia: “A Ordem da franco-maçonaria encerrou sua infância e sua adolescência. Agora ela é adulta, e antes que seu terceiro século de existência esteja terminado, o mundo saberá no que ela realmente se transformou. Posto que o mundo inteiro é o Templo da Ordem, o azul do céu seu teto, os pólos seus muros, o Trono e a Igreja seus pilares, os poderosos da terra submeter-se-ão por si mesmos, e *entregarão a nós o governo do mundo* e aos povos a liberdade que para eles preparamos.

“Que o Mestre do universo (o príncipe deste mundo, Satã), nos conceda somente um século, e nós chegaremos a esse objetivo assim antecipadamente designado. Mas, para isso, é preciso que nada retarde o trabalho, e que, dia após dia, nossa construção se levante. Coloquemos, sem que percebam, pedra por pedra, e a parede invisível levantar-se-á solidamente sempre mais alto”.⁸

Quantas pedras foram colocadas desde 1825! Quantos governos revolucionários surgiram desde então! A Itália foi unificada sobre as ruínas do poder temporal e das soberanias legítimas; a Prússia tornou-se a Alemanha imperial; a Áustria anexou populações eslavas. A idéia capital do reino de Napoleão III é o princípio das nacionalidades. Herdeiro da tradição napoleônica e revolucionária, besuntado, ademais, de carbonarismo, ele consagrou a esse princípio toda a sua influência e todas as suas forças. Após Sedan, após a unidade italiana e a unidade alemã feitas contra nós, após o desabamento do seu trono, ele se encarniçava ainda em defender e em glorificar o princípio que enunciara desta maneira na sua proclamação de Estrasburgo ao povo francês: “Dediquei minha existência à realização de uma grande missão. Do rochedo de Santa Helena um olhar do sol poente passou sobre minha alma; saberei guardar esse fogo sagrado; saberei vencer ou morrer *pela causa dos povos*”.

Hoje, como consequência dos acontecimentos que essa idéia produziu, a Europa inteira mantém todos os seus homens válidos sob arregimentação, armados de engenhos de um tal poder que até então o mundo não fazia idéia. Ela está pronta para o conflito que dará a cada um dos seus povos, com a supremacia sobre os outros, o poder de subjugar todas as raças.

Cartas muito interessantes foram publicadas em 1888 pelo *Osservatore Cattolico* de Milão. O autor dessas cartas, voltando do Rio de Janeiro, em 1858, estava no mesmo vapor com um diplomata europeu e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, que era grão-mestre das lojas de seu país. Um dia, conversando com o diplomata europeu, o ministro brasileiro disse: “Virá o tempo, e o vereis com vossos próprios olhos, senhor barão, em que não haverá na Europa senão três monarquias: uma romana, sob a Casa de Sabóia; uma alemã, sob a Casa de Hohenzollern; uma eslava, sob a Casa de Romanof-Gottorp. Mas não crede que nós maçons tenhamos algum interesse na manutenção dessas dinastias. *Quando o preto tiver terminado seu*

⁷ No dia 20 de junho de 1789, seiscentos deputados prestaram juramento, na sala do *Jeu de Paume* [= jogo da péla] do Palácio de Versalhes, de não se separarem enquanto não fosse estabelecida a Constituição do reino. (N. do T.)

⁸ Citado por Pachtler, *Der Cætte der Humanitæel*, p. 450.

trabalho, poderá ir. Essas três monarquias só podem ser o ponto que nos conduzirá às grandes repúblicas européias, das quais nascerá, enfim, a GRANDE REPÚBLICA DA HUMANIDADE, que permanece como objetivo dos iniciados”.

Um franco-maçom dos mais altos graus, grão-mestre do Grande Oriente de Beirute e professor na Universidade de Heidelberg, a um dos homens que, através do ensino e de seus escritos, mais contribuiu para jogar a classe erudita na *Culturkampf* e cujas obras são traduzidas em quase todas as línguas, Bluntschli, ensina também que o ESTADO *moderno futuro* deve abraçar a humanidade inteira. Como seus livros *La Théorie Générale de l'Etat*, *La Politique*, *Le Droit des Gens*, destinam-se a todos, aos iniciados como aos que não o são, ele não diz como esse resultado poderá ser obtido. Mas ele foi mais explícito num discurso que pronunciou em 1873, em Zurique, na loja *Modestia*. Aí ele disse abertamente que é dos esforços reunidos das lojas maçônicas do mundo inteiro que se deve esperar a formação desse Estado que abraçará a humanidade inteira.

Às palavras a seita junta a ação. Em 1869 formou-se em Nova Iorque uma associação chamada *Aliança Republicana Universal*, com o objetivo de reunir todos os Estados do mundo em uma só república.

“O objetivo da associação é afirmar o direito de todo país de se governar como *república*, e, por conseguinte, o direito de todos os republicanos de se unirem entre eles para formar uma solidariedade republicana.

“Para aplicar as verdades supra mencionadas, propôs-se formar uma só associação fraterna de todos os homens de princípios livres, que desejem promover, na medida de suas forças, o reconhecimento e o *desenvolvimento do verdadeiro republicanismo em todos os países e entre todos os povos*. Essa associação fraterna deve ser composta de seções distintas, que compreenderão, cada qual, os membros de uma mesma nacionalidade, americanos e europeus.

“Essas seções, conservando suas respectivas individualidades, serão outras tantas representações das *futuras repúblicas*, enquanto que seus futuros delegados, reunidos num conselho central, representarão a *solidariedade das repúblicas*, cuja realização é a finalidade suprema proposta aos trabalhos da Aliança”.⁹

Prache, no seu relatório sobre as petições contra a franco-maçonaria, tem um capítulo para mostrar “como se estabelecem e se estreitam os laços entre a maçonaria francesa e as maçonarias estrangeiras, para trabalharem ordenadamente pelo objetivo que todas buscam”. Há: 1º “garantias de amizade” entre todas elas; 2º relações especiais, que poderíamos chamar de pessoais, entre *certas* lojas francesas e as potências maçônicas estrangeiras; 3º o funcionamento, no Grande Oriente da França, de uma comissão de relações exteriores. Os relatórios dessa comissão não são impressos, por causa — disse o I.: Dequaire, ao expor à Convenção de 10 de setembro de 1894 os trabalhos do Conselho da Ordem — de avaliações delicadas que tratam das relações entre o Grande Oriente e diversas federações do universo”; mas o *Bulletin du Grand-Orient* desse mesmo ano mostra-nos o Grande Oriente da França em relações “com os Supremos Conselhos em geral, com os Supremos Conselhos de Charlestown, e de Lausanne em particular; com a Grande Loja da Inglaterra em todos os pontos do globo; com o Grande Oriente da Itália, com o fraternalíssimo Grande Oriente espanhol e a Grande Loja suíça *Alpina*; com as diversas maçonarias da bacia do Mediterrâneo; com as oficinas e potências maçônicas regulares que, *em todos os pontos do globo, combatem paralelamente com o Grande Oriente da França pelo sucesso final da obra maçônica universal*”.¹⁵ Qual o objeto dessas relações? “As inumeráveis reticências que constelam os documentos maçônicos, diz Prache, quando

⁹ Gautrelet, pp. 184 e segtes. Nas páginas seguintes o autor acompanha os progressos da Aliança na Alemanha, Itália, França etc.

¹⁵ *Bulletin du Grand-Orient*, agosto-setembro de 1894, p. 118.

se tratam das relações exteriores, impossibilitam o estudo completo da questão”. Ele destaca, no entanto, diversas coisas interessantes, que podem ser vistas no seu livro, nas páginas 195 a 204.

Bluntschli, na sua *Théorie Générale de l'Etat*, revela-nos sem nenhuma dúvida o objetivo desse relacionamento entre todas as lojas do mundo. Ele ensina que o progresso consiste em “suprimir todos os pequenos Estados, e que acima das grandes potências, como a Áustria e a França, há as potências mundiais que têm consciência de seus direitos e de seus deveres relativamente à toda a humanidade”. “Para que a humanidade cumpra seus destinos, diz ele ainda, é preciso que os povos que a compõem possam cumprir os seus”. Esses destinos consistem, “para os povos que têm consciência deles mesmos e que sentem uma vocação política e que têm qualidades viris”, em se desenvolverem em detrimento dos outros, dos que não possuem senão qualidades femininas”. “Aí está o direito santo deles contra todos os outros”. E acrescenta: “A humanidade progressista não encontra sua plena satisfação nos Estados particulares, ELA OS CONSOME. Se o *Estado Universal* for um dia fundado sobre as bases de toda a humanidade, podemos esperar que durará tanto tempo quanto a própria humanidade” (p. 86-87).

Eis, pois, o objetivo para o qual trabalham os Grandes Orientes do mundo inteiro em suas relações, eis para onde o Poder Oculto os empurra e dirige: para destruir os Estados particulares e chegar à constituição de um Estado universal. Foi aos pequenos Estados que se dedicaram em primeiro lugar. A Revolução Francesa e o primeiro Império empregaram-se nisso; eles fizeram desaparecer uma multidão de Principados, e vimos recentemente o Piemonte apagar todos os pequenos Estados da Itália, e a Prússia numerosos pequenos Estados alemães. Breve não haverá senão “grandes potências”. A maçonaria diz agora que é preciso distinguir entre elas. Há aquelas que têm ou às quais se pode dar “consciência delas mesmas”, que têm ou às quais se pode sugerir “uma vocação pública”, que têm, enfim, “as qualidades desejadas para se desenvolverem em detrimento das outras”. Outras há às quais não são reconhecidas senão “qualidades femininas”, como a França¹⁶ e a Áustria. Quando as primeiras, cumprindo “seus direitos e seus deveres” relativamente à humanidade, tiverem feito desaparecer as segundas, o Estado universal estará bem próximo de ser fundado sobre a larga base da humanidade inteira.

Como se vê, o Poder Oculto da franco-maçonaria tem a arte de empregar as potências na mútua destruição, para erguer seu Templo sobre as ruínas de todas. Já em 1811 J. de Maistre havia penetrado nesse desígnio. Ele escrevia de São Petersburgo ao seu rei, ancestral de Victor Emanuel, que foi um instrumento tão útil nas mãos da seita: “Vossa Majestade não deve duvidar um instante da existência de uma grande e formidável seita que jurou há muito tempo a derrubada de todos os tronos; e é dos próprios príncipes que ela se serve, com uma habilidade infernal, para derrubá-los... Vejo aqui tudo o que vimos em outros lugares, quer dizer, *uma força oculta que engana a soberania e a constrange a se estrangular com as próprias mãos...* A ação é incontestável, embora o agente não seja ainda inteiramente conhecido. O talento dessa seita para encantar os governos é um dos mais terríveis e dos mais extraordinários fenômenos que se têm visto no mundo”.¹⁷

O agente é agora universalmente conhecido: é o franco-maçom e, acima do franco-maçom, o judeu. A *Revue Maçonnique*, no número de janeiro de 1908, fazia essa confissão: “A atividade hebraica numa parte da maçonaria pode ser vista de diferentes maneiras. O espírito hebreu, por seu temperamento histórico, é um

¹⁶ A França, saindo das mãos de seus reis, era tão pouco considerada potência feminina que foi ela que a franco-maçonaria escolheu por primeiro para desordenar a Europa, através das guerras da Revolução e do Império. Hoje a seita emprega todo seu saber e todo seu poderio em “feminizá-la”, retirando-lhe sua fé e desorganizando seu exército.

¹⁷ *Œuvres Complètes*, t. XII, p. 42.

fermento, uma levedura, que põe em movimento de uma maneira freqüentemente muito útil, a massa da civilização ocidental”. Esse fermento age sobre a massa maçônica, e através dela sobre o mundo.

“Os judeus, tão notáveis por seu instinto de dominação, por sua ciência inata do governo, diz Bidegain, criaram a franco-maçonaria a fim de aí alistar os homens que não pertencem à raça deles, e que se empenham, no entanto, em ajudá-los na obra deles, em colaborar com eles para a instalação do reino de Israel entre os homens.

“É útil repetir aos bons franceses que os judeus que, dizem eles, não perderam a fé na reconstrução do Templo, escondem, sob essa palavra simbólica, sob essa reivindicação de nacionalidade, a vontade de fazer, do mundo inteiro, um templo gigantesco no qual os filhos de Israel sejam sacerdotes e reis, e no qual todos os homens de todos os climas e de todas as raças, reduzidos à escravidão pela organização capitalista, trabalharão para a glória de Jeová. Tudo isso pode-se dizer, mas não se pode provar, não se pode ainda provar. Somente aqueles que viveram na intimidade da Ordem maçônica, que adivinharam o pensamento secreto dela — não esse pensamento de que falam os homens, mas aquele que se depreende dos fatos, dos símbolos, dos costumes — somente esses podem ter a profunda convicção dessa verdade.

“Foi graças a imensos e pacientes trabalhos que os israelitas puderam adquirir a situação preponderante que ocupam hoje. É através de sábias e sutis intrigas que eles trabalham para o triunfo definitivo. O domínio financeiro e político do judeu não poderá se estabelecer definitivamente senão após a destruição, em todos os países — através das lojas, da imprensa, de diversos meios que o dinheiro e a intrigam obtêm — de todas as instituições, de todas as forças, de todas as tradições que formam como que a ossatura de cada pátria”.¹⁸

E mais adiante: “Os judeus não poderão concluir, no futuro, sua obra de espoliação e de desnacionalização senão por intermédio de grupos ditos republicanos, tais como a Liga dos Direitos do Homem ou o Comitê Radical e Radical-Socialista — e sobretudo da franco-maçonaria. Graças à intriga, eles dirigem, de uma maneira secreta, essas sociedades políticas em direção ao objetivo que buscam com incansável energia: a dominação universal do povo de Israel”.¹⁹

◆

CAPÍTULO XLI

A IDÉIA DA REPÚBLICA UNIVERSAL NA FRANÇA

Ela nasceu nas lojas, há cerca de dois séculos.

Num discurso pronunciado em 1740 num *congresso*, o duque de Antin disse: “O amor à pátria, mal compreendido e levado ao excesso, destruíra freqüentemente nessas repúblicas (antigas) o amor à humanidade em geral... O mundo inteiro não é senão uma grande república, da qual cada nação é apenas uma família, e cada particular um filho...”

¹⁸ Jean Bidegain, 186-189.

¹⁹ *Ibid.*, 256.

Em 1792 foi publicado em Paris um livro que tinha por título *La République Universelle*. O autor, Anarchasis Kloost, era o barão J.-B. Hermann, Marie de Kloost, nascido em Guardenthal, no ducado de Clèves. As sociedades secretas não tiveram membro mais zeloso. Cedo ele testemunhou uma grande simpatia pelos judeus. Diz ele no seu livro: “Encontraremos poderosos auxiliares, fervorosos apóstolos, nas tribos judaicas que olham a França como uma segunda Palestina. Nossos concidadãos circuncisos nos abençoam em todas as sinagogas do cativo. O judeu aviltado no resto do mundo tornou-se cidadão francês, cidadão do mundo por nossos decretos filosóficos” (páginas 186-187).

Fixado em Paris antes de 1779, Anarchasis Kloost foi daqueles que mais ativamente prepararam a Revolução. Vemo-lo aparecer em 19 de junho de 1790, na Assembléia Nacional, com um bando de 36 estrangeiros qualificados: a *Embaixada do Gênero Humano*. Seu livro sobre a República Universal valeu-lhe da Assembléia Legislativa o título de cidadão francês em 1792. Sua doutrina pode se resumir numa frase: “O gênero humano viverá em paz quando formar um só corpo, a única nação”.

Podemos observar hoje a existência do mesmo pensamento. O mesmo espírito persevera, mantido e, quando preciso, reavivado pela própria seita.

O que aconteceu na França nos últimos vinte e cinco anos, e muito particularmente a desorganização, nesses últimos tempos, do exército e da marinha, por aqueles mesmos que presidem os destinos do país, mostra os progressos dessa idéia. Para todos aqueles que não têm conhecimento dos pensamentos últimos da sinagoga, a construção do Tempo que deve abrigar todos os povos, em outros termos, o estabelecimento de uma República humanitária sobre as ruínas de todas as pátrias, é um doloroso enigma. É, pois, necessário mostrar que a maçonaria francesa, pelo menos nos altos graus, conhece esse desígnio da maçonaria cosmopolita, e, de sua parte, trabalha para a sua realização.

Prache, no relatório que já citamos, diz (página 191): “Abramos a ata da Conferência Maçônica Internacional realizada em Anvers, em 1894; lemos na página 35, num discurso de um dos representantes do Grande Oriente da França, o I.: Dequaire, atualmente inspetor da Academia em Mende, esse convite endereçado a todas as outras maçonarias do universo: “Nossa maçonaria crê na necessidade de exercer sobre a opinião nacional, e, através dessa opinião, sobre a marcha do nosso governo, sua influência, que, pela ação política, cresce em poder *em benefício do programa maçônico universal*”. “Há, pois, conclui Prache, um programa maçônico universal”. Qual é esse programa? Qual é a obra para a qual devem trabalhar todas as lojas da França, em união com as lojas de todas as partes do mundo? Prache encontra-a nestas palavras do mesmo I.: Dequaire: “A grande missão da França é presidir a obra da *organização da democracia*, numa palavra, a *organização da República Universal*”. E ele faz remissão ao *Relatório* dos trabalhos do Grande Oriente de 16 de janeiro a 28 de fevereiro de 1897, p. 10.

Algumas citações mostrarão que as lojas francesas não recusam o concurso que lhes é pedido. Não remontaremos além de 1848.

Garnier-Pagès, ministro da segunda República, declarou publicamente que “os maçons queriam terminar a obra gloriosa da República; e que essa República estava destinada a ser estabelecida em toda a Europa e sobre toda a face da terra”.

J. Weil, franco-maçom judeu escreveu: “Nós exercemos uma influência insistente sobre os movimentos do nosso tempo e sobre os progressos da civilização em direção à republicanização de todos os povos”.

Um outro judeu, Louis Bence, dizia na mesma época: “Com mão poderosa sacudimos os pilares sobre os quais está fundado o antigo edifício de maneira a fazê-lo gemer”.¹

¹ Ver monsenhor Meurin, *La Franc-Maçonnerie, synagogue de Satan*, pp. 197-198.

Crémieux, o fundador da *Aliança Israelita Universal*, ao receber, na qualidade de membro do governo provisório, os delegados da franco-maçonaria, disse-lhes: “A República fará o que faz a maçonaria; ela se tornará a garantia resplandecente da união dos povos em todos os pontos do globo, em todos os lados do nosso triângulo; e o Grande Arquiteto sorrirá a esse nobre pensamento da República que, espalhando-se por todas as partes, reunirá, num mesmo sentimento, todos os habitantes da terra”.² Não é inútil comparar essas palavras com aquelas que um maçom alemão pronunciava nesse mesmo momento numa loja de Goettingue, *Ao Compasso de Ouro*: “A grande época predita tão freqüentemente é enfim chegada, em que nossa associação deve se transformar em aliança universal entre os membros da humanidade?... A liberdade que a geração atual reclama é a supressão de todas as barreiras (ou fronteiras), tornadas supérfluas quando todos os homens estiverem reunidos NUM SÓ ESTADO”.

Jean Macé publicou, nesse mesmo ano de 1848, um opúsculo intitulado: *Les Vertus d'un Républicain*. Ali ele diz: “O vento que passará sobre a França se encarregará de levar, para além dos rios e das montanhas, os germes fecundantes destinados a fazer, as repúblicas. NÓS FAREMOS A CONQUISTA DO MUNDO sem deixar nossas mulheres e nossos filhos”. Jean Macé foi um dos maiores propagadores da idéia da República Universal, como organizador da *Liga Universal de Ensino*, agente do internacionalismo, assim como da própria Aliança Israelita Universal. Apesar disso, a loja *La Fraternité des Peuples* submeteu-o a julgamento, porque “ele parecia a alguns ser francês antes de ser membro da humanidade”; e Macé, através de uma carta que foi lida na sessão de 22 de junho de 1867, tranqüilizou-a plenamente.

Victor Hugo também emprestou, desde 1848, sua voz sonora à união dos povos, à confusão das raças, a ponto de ter sido chamado “o poeta do humanitarismo”. Presidindo o Congresso da Paz que se realizou em Paris em 1849, ele deu a entender, em nome do Evangelho, diante de duas mil pessoas, à França, Inglaterra, Prússia, Áustria, Espanha e Rússia, que um dia as armas lhes cairiam das mãos. Declarou entrever os Estados Unidos da Europa estendendo os braços aos Estados Unidos da América por cima dos oceanos.³

Mais tarde ele exclamava nos seus *Les Châtiments*: “Não mais soldados com a espada empunhada! não mais fronteiras!” No prefácio do *Paris-Guide* ele aclamava os alemães como nossos “concidadãos na cidade filosófica”, “nossos compatriotas na pátria-liberdade”. Em 1º de março de 1871, na Assembléia de Bordéus, ele desejava que a França reconquistasse a margem esquerda do Reno, mas pelo prazer de dá-la de presente à Alemanha dizendo-lhe: “Fronteiras não mais! O Reno para todos! Sejamos a mesma República, os Estados Unidos da Europa, a paz universal”.⁴

Já em 1859, por ocasião da partida de Napoleão III para a guerra da Itália, observa Goyau, ao qual tomamos emprestada a maioria das citações, tiradas do seu livro *L'idée de Patrie et l'Humanitarisme*, os operários parisienses aclamavam o imperador porque viam nessa guerra a realização da idéia de emancipação dos povos e da fraternidade entre os povos emancipados.

É que essas idéias, espalhadas no público pelos jornais e pela sugestão das lojas, penetravam já profundamente na massa do povo. Nas aproximações da Prússia com todos os seus vizinhos, elas foram propagadas com mais ardor. Em 1864, Boutteville, professor em Santa Bárbara, proclamava que a maçonaria devia construir

² *Histoire du Grand-Orient de France*, por Jouaust, pp. 502-505.

³ *Actes et Paroles. Avant l'exil*, II, pp. 160-161.

⁴ *Actes et Paroles. Avant l'exil*, 1870-1871, p. 90. Foi em torno de 1850 que a fórmula “Estados Unidos da Europa” apareceu na história. Encontramo-la nos lábios de Victor Hugo no discurso com o qual, em 1849, abriu o Congresso da Paz em Paris. Ela aparece ao mesmo tempo na Itália e na Bélgica. No Congresso de Lausanne, em 1869, Victor Hugo, que ainda presidia, empregou uma outra fórmula: “Nós queremos a grande república continental”.

“o Templo simbólico da República Universal”. A *Ruche Maçonnique* [Colméia Maçônica] explicava como isso podia ser feito. Ela desejava que a unidade maçônica, prelúdio da unidade universal, emanasse de um centro único, que daria o impulso intelectual e administrativo aos centros secundários, um para cada Estado. Rebold enunciava o projeto de uma confederação maçônica universal que conduziria num dado tempo à confederação da humanidade.⁵

Dois anos mais tarde, em junho de 1866, Varlin, que devia tornar-se o “communard”⁶ de 1871, endereçava um manifesto aos trabalhadores parisienses no qual se lia: “A democracia sobe... sobe e cresce sem parar. A democracia não é francesa nem inglesa; ela não é mais austríaca do que alemã; os russos e os suecos participam dela assim como os americanos e os espanhóis; numa palavra, a democracia é universal!”

Nos Congressos de Genebra, Lausanne, Berna, Havre, que se realizaram naquela época, o grito mais freqüentemente repetido foi o do ódio contra a Igreja Católica: “Nada de fronteiras!”

A maçonaria fez espalhar essa idéia até nas escolas. Edgar Monteil, o prefeito que conhecemos, no seu *Cathécisme du Libre-Penseur*, dedicado à franco-maçonaria universal, “associação internacional e fraterna, força organizada”, saúda os tempos futuros, nos quais, “ajudando o progresso, as fronteiras serão rebaixadas, nos quais não se conhecerá senão a Sociedade”. Ele repete a mesma coisa no seu *Manuel d’Instruction Laïque*.

As folhas pedagógicas, publicadas pelos inspetores da academia, tais como *Le Volume*, *L’Ecole Nouvelle*, *La Revue de L’Enseignement Primaire*, *L’Union Coopérative*, *L’Ecole Laïque* etc., mostram-se inimigas declaradas das nossas instituições militares. “Arrancai, derrubai, proscrevei, diz a *L’Ecole Laïque*, tudo o que, nos vossos livros, nos vossos cadernos ou nas vossas aulas celebre a glória do sabre”. “A vós, mestres, diz ela ainda, compete fazer penetrar essas idéias nos cérebros dos camponeses”.

A *Revue de L’Enseignement Primaire* atualmente é dirigida por Hervé — o homem da bandeira no estrume. Ela não conta com mais de quatorze mil professores assinantes, e dá o tom a mais de trinta mil. É dos escritórios da *Enseignement Primaire* que saem os *Boletins* dos sessenta Amigos de mestres e mestras. Em 1904 ela publicou na parte destinada aos alunos as palavras e a música da *Internacional*, com a famosa estrofe:

Se eles se obstinam, esses canibais,
A fazer de nós heróis,
Logo saberão que nossas balas
São para nossos próprios generais.

O próprio Hervé fez essa advertência ao país, em abril de 1906, no *Pioupiau*:

“Declaramos que, qualquer que seja o governo agressor, nós nos recusaremos a dar uma gota do nosso sangue. Estamos decididos a responder à ordem de mobilização através da greve dos reservistas”.⁷

⁵ *Histoire des Trois Grandes Loges*, pp.552-662.

⁶ Partidário da insurreição da Comuna de Paris. [N. do T.].

⁷ A maioria do corpo docente no ensino primário está gangrenado não somente pelo internacionalismo, mas também pelo socialismo. Em 1904, após o discurso pronunciado no dia 3 de junho por Chaumié, Ministro da Educação, a propósito da introdução do Manual de História de Hervé em certas escolas, a *Revue de l’Enseignement Primaire* escrevia: “Somos cerca de trinta mil professores socialistas na França... Somai a isso trinta ou quarenta mil radicais-socialistas... Não deveis vos espantar se em alguns anos vosso sucessor se encontrar à frente de um pequeno exército de oitenta mil educadores socialistas”.

Faz alguns anos, dois jornais, *L'Instruction Primaire* e *L'Union Pédagogique Française*, tentaram reabilitar o culto da bandeira nacional. Esses dois órgãos não encontraram clientela entre os cem mil professores formados por Buisson.

O internacionalismo vai se infiltrar até nas associações de jovens católicos? Na conferência pública que proferiu em 23 de março de 1903, na sala das Mil Colunas, Marc Sangnier, vendo seu auditório imbuído de idéias humanitárias, creu dever antecipar-lhe o seguinte: “Amamos apaixonadamente a França, mas a consideramos como o campo de experiência da humanidade, e somos de alguma maneira patriotas internacionalistas”.⁸

Mas eles não se limitam a semear a idéia; trabalham para a sua realização, e antes de tudo paralisando as nações marcadas para desaparecerem em primeiro lugar. Quem pode esquecer os esforços que foram feitos, após a vitória da Prússia sobre a Áustria, para impedir a França de manter seu exército em estado de resistir ao assalto que lhe ia ser desferido!⁹

Em maio de 1869, Gambetta, ao lançar sua candidatura em Paris contra Carnot, deixava inscrever em seu programa de governo “a supressão dos exércitos permanentes, causa de ruína para as finanças e os negócios da nação, fonte de ódio entre os povos e de desconfiança no interior”. Jules Simon dizia na mesma oportunidade: “Quando digo que o exército que queremos construir seria um exército de cidadãos, e que ele não teria em nenhum grau o espírito militar, não é uma concessão que faço, é uma declaração e uma declaração que me deixa feliz. Porque é para que não haja na França espírito militar que nós queremos um exército de cidadãos que seja invencível nela e fora de condições de levar a guerra ao exterior. Se não existe exército sem espírito militar, que tenhamos um exército que não o seja”. No ano precedente ele tinha dito (sessão de 17 de julho de 1868): “O exército, já que se diz que é preciso um...” As esquerdas aplaudiam, reclamavam o desarmamento universal, de sorte que Caro pôde escrever a respeito delas, no momento dos nossos desastres, que elas tinham “preparado com todas as suas forças, de fato, o desarmamento da França”. É bem o caso de repetir aqui a palavra de Montégut: “Uma espécie de emulação *patricida* reina no campo da democracia”.¹⁰

Como vemos, não foi Hervé de maneira nenhuma que inventou o herveísmo. Ele se limitou a repetir acerca do militarismo e do exército as palavras que os republicanos mais ou menos afiliados às lojas não cessaram, nos últimos quarenta anos, de imprimir em seus jornais e de clamar em suas reuniões.

Na sua obra *Idée de Patrie et l'Humanitarisme*, Georges Goyau mostra-nos Buisson perorando no Congresso de Lausanne, em 1869. “Era preciso, dizia ele, ir às vilas e aí distribuir pequenos documentos e livrinhos contra a guerra, contra todos os uniformes, contra o Deus dos exércitos, contra os conquistadores; e sua conclusão era de que não se deviam temer as perseguições, a prisão, “e que um dia seria preciso recusar a submeter-se”.

Não está aí o pleno herveísmo? Quando J. Ferry chegar a ser Ministro da Educação, ele não terá nada de mais urgente do que chamar esse Buisson para perto dele e confiar-lhe a reforma do ensino primário.

Nos nossos desastres alguns saudavam, parece, o caminho para a realização de seus sonhos. O *Siècle* de 10 de julho de 1870, num artigo assinado por Henri Martin,

⁸ *Le Sillon*, número de 4 de junho de 1903, p. 406. — Os judeus são internacionalistas desde a sua dispersão. Não é absolutamente lógico, absolutamente natural, pensar que o internacionalismo judeu não é absolutamente estranho ao internacionalismo revolucionário? Tanto menos estranho é quanto vemos atualmente, na França, os jornais revolucionários “acionados” pelos judeus, e na Rússia as revoltas organizadas pelos mesmos judeus.

⁹ Ver Goyau: *L'Idée de la Patrie et de l'Humanitarisme*, cap. I.

¹⁰ *Libres Opinions Morales et Historiques*, p. 367.

chamava Garibaldi para a França e dizia: “Garibaldi vale mais do que um exército e mais do que um povo, porque ele vem em nome de todos os povos e traz consigo o direito universal, o ideal da universal humanidade”. Três meses mais tarde, um futuro deputado de Tours, Armand Rivière, seguido por uma delegação, apresentava a Garibaldi e a alguns deputados republicanos da Espanha as homenagens da democracia de Tours e dizia: “Quando nós, republicanos franceses, italianos, espanhóis, tivermos vencido o inimigo comum (não a Prússia, mas o sacerdócio católico), teremos lançado os fundamentos dessa grande federação à qual virão se associar nossos irmãos democratas alemães e que logo formará aos Estados Unidos da Europa”. E esses garibaldinos, encontrando uma bandeira prussiana enterrada sob cadáveres, devolveram-na ao exército prussiano dizendo: “Vimos para defender a República francesa em nome da fraternidade humana, da qual nunca ouvimos dizer que excluísse o povo alemão”.¹¹

Em abril de 1860, Garibaldi, preparando-se, com a conivência da Inglaterra, para sua expedição à Sicília, foi recebido como grão-mestre da maçonaria italiana. Os que o recebiam disseram-lhe: “Diz agora conosco nosso juramento supremo”. E ele disse: “Juro não ter nenhuma outra pátria que a pátria universal; — juro combater a todo transe, sempre e em toda a parte, as fronteiras das nações, as fronteiras dos campos e das oficinas; e as fronteiras das famílias. Juro derrubar, para isso sacrificando minha vida, as fronteiras que os humanicidas traçaram com sangue e a fronteira do nome de Deus”.¹²

A Comuna manifestou os mesmos sentimentos dos garibaldinos. Na sua proclamação de 28 de março de 1871, ela dizia aos prussianos: “Pregai com o exemplo, provando o valor da liberdade, e chegareis ao próximo objetivo: a República Universal”.¹³ Desde a primeira sessão, em 28 de março, Delescluze escreveu à guarda nacional: “Vosso triunfo será a salvação de todos os povos. Viva a República Universal!”¹⁴ Esse grito se reencontra em quase todos os manifestos dos “communards”.

Cheguemos aos dias presentes. O judeu Alfred Naquet publicou em 1901 um livro com este título: *L'Humanité et la Patrie*. Um espanhol, Lozano, resume-o assim: “O patriotismo do verdadeiro francês consiste em não ter pátria”. Nesse livro Naquet repreende Gambetta por não ter tido suficiente cuidado com a defesa republicana, por ter tomado a peito exclusivamente a defesa do território. Diz que quando o homem não for mais petrificado nos limites nacionais, cada membro da comunidade terá uma parte maior no consumo e uma soma maior de prazeres — coisa prometida pela civilização maçônica. Sua conclusão é no sentido de que, sobre os escombros das pátrias niveladas fundar-se-á a República dos Estados Unidos da Civilização, da qual a França será apenas um cantão. De sorte que, dois mil anos após a infrutífera tentativa de Cristo para realizar a Paz universal, o advento definitivo do Messias-Humanidade — lede: o Anticristo — marcará o triunfo do antigo sonho judaico.

Em 22 de junho de 1902 realizou-se em Saint-Mandé um banquete franco-italico sob a presidência de honra de Jaurès, cujas declarações na Câmara a respeito da Alsácia-Lorena repercutiram em toda a Europa, e sob a presidência efetiva de Cerutti e Sadoul. Nos seus brindes exprimiram a esperança de que aquela festa consagraria logo a união de todos os povos. Suas palavras foram acolhidas aos gritos de “Viva a Internacional!” Jaurès disse: “Congratulo-me com que os dois povos se tenham reaproximado na hora em que um e outro sacodem o jugo da tirania clerical”.

¹¹ *Les États-Unis d'Europe*. Revista publicada por Charles Lemonnier, 1º de março de 1877.

¹² *L'Ennemie Sociale*, por Rosen, da raça judia.

¹³ Reimpressão do *Diário Oficial* da Comuna, 30 de março, p. 106.

¹⁴ *Ibid.*, p. 527.

Em 1905 foi editado um livro intitulado *Pour la Paix*. O *Journal des Instituteurs* ofereceu o programa nestes termos: “Fazer guerra à guerra. Apagar as fronteiras, que são apenas preconceitos. Assegurar ao proletariado do mundo uma era de justiça e de humanidade”. Após ter feito a exposição dessa bela tese, o *Journal des Instituteurs* a aprova: “Nós, que sempre consideramos as guerras e suas histórias como um contra-senso e um crime, não podemos senão aplaudir o lançamento de *Pour la Paix*”.

Uma associação internacional que tem por divisa “Nem fronteiras, nem Deus” parece ter atualmente como chefes, na França, os deputados Jaurès e Pressensé; na Itália, os deputados Enrico, Ferri e Bovio; na Espanha, Soriano. O objetivo dela é trabalhar, sob os auspícios do espírito de Garibaldi, para a união dos Estados latinos sob o regime republicano, para a guerra ao catolicismo. Ter-se-á assim ultrapassado uma das etapas que devem conduzir ao fim último que a sinagoga assinalou para as sociedades secretas.

Essas idéias e esses projetos vêm dos profetas da Revolução, de J.-J. Rousseau, como demonstramos, e, antes, de Weishaupt.

No discurso que o Hierofante endereça àquele que inicia o grau de Epopte lemos: “No momento em que os homens se reuniram em nação (em virtude do contrato social), o nacionalismo ou o amor nacional tomou o lugar do amor geral. Com a divisão do globo e de seus países, a benevolência se encerrou em limites que ela não devia mais ultrapassar. Então foi uma virtude desenvolvermo-nos às custas daqueles que não se encontravam sob nosso império. Essa virtude foi chamada de *patriotismo*. E desde então, por que não dar a esse amor limites mais estreitos ainda? Assim vimos nascer do *patriotismo* o *localismo*, o espírito de família e enfim o egoísmo. Diminuí, cerceai esse amor à pátria, os homens aprendem *de novo* a se conhecerem e a se amarem como homens... Os meios para sair desse estado de opressão e de remontar à origem de nossos direitos são as escolas secretas da filosofia (os ensinamentos dados nas lojas de retaguarda). Através dessas escolas um dia será reparada a queda do gênero humano; *os príncipes* E AS NAÇÕES desaparecerão sem violência (?) de sobre a terra. A razão será então o único livro das leis, o único código dos homens”.¹⁵

Jamais, dir-se-á, essa República Universal poderá se realizar. O Império Romano não pôde, ele próprio, chegar ao termo da sua ambição, nos limites restritos que lhe oferecia o mundo então conhecido.

A isso Favière respondia recentemente: “As causas do desmoronamento do Império Romano foram de ordem puramente econômica. O Império pereceu em razão da penúria dos recursos materiais. Sucedeu que não mais se pôde governar nem defender um Império desmedido, que dispunha apenas dos correios para levar as ordens de Constantinopla a Cádiz”. Hoje não é mais a mesma coisa. O que então era impossível tornou-se realizável. “São as estradas de ferro, a navegação a vapor e o telégrafo, é sobretudo o imenso poder contributivo do Estado moderno que sustenta vertiginosos orçamentos, os quais permitem à Rússia a conquista da Ásia Central, aos Estados Unidos a valorização do seu imenso território, e à Inglaterra a exploração de um império disperso aos quatro ventos do planeta”.¹⁶ Que essas forças, esses poderes, que ainda não disseram sua última palavra, estejam nas mãos de um homem de gênio, como Napoleão, ou de um espírito ainda mais poderoso, assistidos pelos Poderes infernais, tal como será o Anticristo, e o Estado-Único, abarcando a totalidade do gênero humano, não tardará a ser uma realidade.

¹⁵ Barruel, t. III, p. 184.

¹⁶ *Réforme Sociale*, 1903. O progresso.

CAPÍTULO XLII

A REPÚBLICA UNIVERSAL EM VIA DE FORMAÇÃO

Com a morte do imperador José, Leopoldo, seu sucessor, chamou para perto de si o professor Hoffmann, cuja pena ele sabia ter sido solicitada a consagrar-se à causa da Revolução. Este lhe contou que Mirabeau declarara a seus confidentes manter na Alemanha uma correspondência muito vasta. Ele sabia que o sistema da Revolução abraçaria o universo; que a França era apenas o teatro escolhido para uma primeira explosão, que os propagandistas trabalhavam os povos em todas as regiões, que os emissários estavam espalhados nas quatro partes do mundo e sobretudo nas capitais.¹

Outros convencionais testemunharam mais de uma vez conhecer o segredo das ambições últimas da seita. Um deputado do Cantal, Milhaut, falando na loja-clubes dos jacobinos sobre a união da Sabóia à França saudava a derrubada de todos os tronos, “decorrência próxima, dizia ele, do sucesso das nossas armas e do vulcão revolucionário”; e exprimia o desejo de que, de todas as Convenções Nacionais que viessem a ser estabelecidas sobre as ruínas de todos os tronos, um certo número de deputados extraordinários formasse, no centro do globo, uma Convenção Universal que velaria sem descanso pela manutenção dos direitos do homem em todo o universo.² Em outras palavras, ela teria por missão velar pela manutenção dos homens na Revolução, na revolta deles contra Deus, na ordem puramente natural. Notemos, de passagem, que uma mesma palavra, um pouco modificada — *Convent*, *Convention* — serve para designar as assembléias gerais da franco-maçonaria, a Assembléia revolucionária de 1789 e a futura Assembléia dos deputados de todas as partes do mundo.³

No fim do século XVIII, esse projeto de governar o gênero humano inteiro através de um Convenção Universal colocada no centro do mundo e composta dos deputados das Convenções estabelecidas nos antigos reinos reduzidos ao estado de departamentos poderia parecer louco. Mas hoje, na entrada do século XX, em que vemos o globo inteiro sulcado pelos fios telegráficos, pelas estradas de ferro e pelos vapores, o messias esperado pelos judeus poderia facilmente manter o mundo inteiro em suas mãos e governá-lo através de uma Convenção central relacionada com as Convenções locais.

¹ Barruel, t. V, p. 224.

² Citado por Thiers, *Histoire de la Révolution*, t. IV, p. 434.

³ O governo das lojas serviu de modelo aos homens da Revolução para organizarem a França. “O governo da franco-maçonaria, diz o I.º Ragon (*Cours Philosophique*, pp. 7, 9, 377 e segtes.) era outrora dividido em *departamentos*, em lojas provinciais, que tinham suas subdivisões. A Assembléia Nacional, *considerando a França como uma grande loja*, decretou que seu território seria distribuído segundo as *mesmas divisões*. As municipalidades ou comunas correspondem às lojas; elas se relacionam a um centro comum para formar um cantão. Um certo número de cantões, que correspondem a um novo centro, compõem um distrito, atualmente uma subprefeitura; e várias subprefeituras formam um departamento. As grandes lojas de província tinham um centro comum na Constituinte”. É o esboço da maneira pela qual será organizada a República Universal.

O I.º A. J. Regnier, num discurso às Conferências Maçônicas de Lyon, pronunciado em 22 de maio de 1882, disse a mesma coisa: “O regime republicano está *calcado sobre nossas instituições*”. E o *Bulletin Maçonnique*, edição de dezembro de 1890, pp. 229, 230: “A preocupação da maçonaria sempre foi *transportar para a ordem política a forma republicana, e para a ordem filosófica o triunfo do livre-pensamento*. Podemos dizer que ela jamais falhou na sua missão”.

Podemos ver em Deschamps, t. II, p. 50 e seguintes, o auxílio que a Convenção, e depois Napoleão, receberam da franco-maçonaria na Alemanha, Bélgica, Suíça e Itália, para tentarem formar os Estados Unidos da Europa, encaminhamento para o Estado-Humanidade.⁴ O projeto jamais foi abandonado; a execução sofreu recuos mais de uma vez, mas para ser retomada logo que as circunstâncias o permitiam. A unificação da Itália, a unificação da Alemanha, as ambições dos Estados Unidos, chamados talvez a recolher da Inglaterra o império dos mares, o movimento que agita o Extremo-Oriente, tudo isso faz progredir, dia a dia, em todos os pontos do globo, a caminhada em direção à unidade política. Antes de cem anos, cinquenta talvez, dois ou três impérios, engrossados pela “absorção” das nacionalidades de segunda ordem, poderão lutar num conflito supremo para deixar o vencedor livre e senhor para dispor à sua vontade os destinos do mundo. Não é este o pressentimento que se levantou em todos os espíritos esclarecidos, que se tem manifestado por toda a parte desde que estourou a guerra entre a Rússia e o Japão?

“Derrubar todas as fronteiras, diz Claudio Janet na continuação da obra do Padre Deschamps, abolir todas as nacionalidades, começando pelas pequenas, para fazer um só Estado; apagar toda a idéia de pátria; tornar comum a todos a terra inteira, que pertence a todos; quebrar, através da intriga, da força, dos tratados; preparar tudo para uma vasta democracia cujas diversas raças, embrutecidas por todos os gêneros de imoralidade, não passarão de departamentos administrados pelos altos graus e pelo Anticristo, supremo ditador tornado único deus deles: tal é o objetivo das sociedades secretas”.

Para nos restringirmos ao que se passa no nosso continente, não há dúvida de que o plano da maçonaria, neste momento, consiste em subordinar as nações católicas às potências protestantes.

No número de 29 de agosto de 1902, o *Gaulois* reproduziu um artigo do *Opinion Nationale* que remonta ao mês de julho de 1866. Aplaudia-se aí o triunfo da Prússia em Sadowa e dizia-se:

“Somos pelo enfraquecimento da Áustria, porque a Áustria é uma potência católica que deve ser suplantada pela Prússia, baluarte do protestantismo no centro da Europa. Ora, a missão da Prússia é protestantizar a Europa, como a missão da Itália é destruir o pontificado romano. Eis as duas razões pelas quais nós somos simultaneamente a favor do engrandecimento da Prússia e do engrandecimento da Itália”.

“A unidade da Alemanha, dizia *Le Siècle* por seu turno, é, como a unidade da Itália, o triunfo da Revolução”. *La Liberté* apoiava, ela também, a “política da predominância de uma Prússia protestante na Europa”.

Mas como o pensamento do Poder Oculto é o de substituir por “uma Jerusalém da nova ordem” a dupla cidade dos Césares e dos Papas, se o alto judaísmo trabalha atualmente para liquidar as nações católicas é porque está persuadido de que

⁴ A duquesa de Dino, que vivia numa intimidade de família com a Corte da Prússia, notou — no dia 25 de junho de 1860, durante a entrevista solene de Bade — uma conversa entre o imperador dos franceses e o príncipe regente da Prússia, que seria o futuro imperador da Alemanha, Guilherme I, proclamado em Versalhes, na grande galeria de Luís XIV!

É Napoleão III quem fala:

“Que para acabar com as revoluções, era preciso construir por toda a parte grandes Estados; que a Itália deveria voltar a ser o *Império Romano*; que a Alemanha deveria voltar a ser o *Império Prussiano*; que as pequenas populações francesas de língua e de costumes, ao longo das fronteiras da França: a Bélgica, o cantão de Vaud, as de Neuchâtel e de Genebra, deveriam retornar ao *Império Francês*; que então nas nacionalidades ficariam satisfeitas, as ambições também; que as imaginações teriam espaço, que os que provocavam as revoluções eram os pequenos que queriam tornar-se grandes; que no dia em que não houvesse senão grandes, em pequenos número, mas unidos entre eles, teríamos nos livrado dos revolucionários; que os grandes Impérios significam a paz!”

destruídas estas o resto cairá por si mesmo e Israel poderá estabelecer seu império universal. No mundo inteiro as sociedades secretas favorecem a Inglaterra, a Prússia, a América do Norte, em detrimento da França, da Áustria e da Espanha. A Áustria recebeu um golpe que se pensou ser mortal em Sadowa; a França uma ferida cruel em Sedan e uma mais cruel ainda quando foi abandonada à franco-maçonaria pela Assembléia Nacional. Mas um dia ou outro ela poderá se reerguer. Foi decidido que deveria ser-lhe aplicado o golpe de misericórdia; mas esse golpe devia ser preparado. O caso Dreyfus realizou esse papel de preparação. Ele desorganizou o exército, expôs aos olhos dos vizinhos todos os nossos planos de defesa, fomentou a guerra civil, fez da França dali para frente uma presa fácil de ser despedaçada pela Inglaterra e pela Alemanha.⁵

Desde que uma nação é assim escolhida para “absorver” as outras, segundo o dizer de Bluntschli, a maçonaria aplica-se em dar-lhe “consciência dela mesma”, “o sentimento de sua vocação política”, outras palavras para a mesma coisa, em exaltar o sentimento patriótico e em depravar esse sentimento no seio dos povos que ela condenou. O socialismo é patriótico na Alemanha, com Bebel, internacionalista na França, com Jaurès. Um e outro obedecem sem dúvida ao impulso de um único e mesmo motor, que quer deprimir estes, sobreexcitar aqueles, para tornar mais fácil e mais certa a vitória dos que ela quer, no momento, engrandecer e elevar.

Nas *Questions Historiques* Fustel de Coulanges faz a comparação entre a maneira de escrever a história na Alemanha e na França há cinquenta anos. Ele opõe a diferença de sentimentos entre os historiadores alemães e os historiadores franceses relativamente aos seus países: “O primeiro dever de um grande povo é o de se amar e de se honrar nos seus mortos... O verdadeiro patriotismo não é o amor à terra, é o amor ao passado, é o respeito aos que nos precederam. Nossos historiadores não nos ensinam senão a maldizê-los e não nos recomendam senão de não nos assemelharmos a eles... Nós alimentamos no fundo de nossa alma uma espécie de ódio inconsciente relativamente a nós mesmos... É uma espécie de furor em nos caluniarmos e em nos destruirmos, semelhante a essa mania suicida que vemos atormentar certos indivíduos”. Desprezar dessa maneira seu passado seguramente não é coisa natural para um povo. E então se põe uma questão: de onde vem isso?

“Os alemães, diz o mesmo autor, têm todos o culto da pátria, e eles compreendem a palavra pátria no seu sentido verdadeiro: é a *Vaterland*, a terra dos ancestrais. É o país tal como os ancestrais o possuíram e o construíram. Eles amam esse passado e só falam dele como se fala de uma coisa santa”.

Não é com esse olhar, mas com um “olhar raivoso” que a França revolucionária encara o seu passado. Que nação na Europa, no entanto, foi capaz de mostrar uma história mais antiga ou mais gloriosa? Sufocado de paixão, desde 1815, pela Inglaterra e pela Alemanha, nosso liberalismo fez-se apologista da raça germânica, às custas da nação francesa.

Alguma coisa mudou? Na Alemanha certamente não. Na França, “velha França” é quase sempre uma injúria. Nas pegadas de Michelet e de seus alunos, nossa história tornou-se menos a história de uma nação determinada do que a da laboriosa concepção de 89. Um jovem francês candidato ao bacharelado era dispensado, há quatro anos, de conhecer a história do seu país antes de 1610. Depois a dispensa foi estendida até 1715, e há os que pedem agora que a data seja recuada para 1789.

Conhecemos os excelentes resultados, no interior e no exterior, que produziu a história tal como praticada entre os prussianos. “Dentro, verifica Fustel, ela fazia calar as dissensões e criava uma centralização moral mais vigorosa do que a nossa

⁵ Ria-se a bandeiras despregadas, antes da guerra de 1870, dos mapas alemães que anexavam por antecipação nossas províncias do Leste à Alemanha. Tem-se motivo para rir, no momento presente, dos cartas ingleses que outorgam à Inglaterra as nossas províncias do Oeste?

centralização administrativa. Fora ela abria os caminhos da conquista, e fazia ao inimigo uma guerra implacável em plena paz”. Foi assim que, com vinte anos de antecedência, ela pusera as mãos na Alsácia-Lorena. Fustel acrescentava: antes que a Alemanha se apodere da Holanda, “a história já demonstra que os holandeses são alemães”. Ela provará também que a Lombardia é uma “terra alemã”, e que Roma é a “capital natural do império germânico”.

Hoje, como antes da guerra, a história é a serva da grandeza alemã; ela continua a modelar uma alma comum no jovem império e a fazer-se em todas as fronteiras o depósito de provisões do pan-germanismo. Conhecemos algo disso em Praga, Zurique, Nancy, Luxemburgo, Amsterdã.

As universidades alemãs e da Áustria tornaram-se centros do pan-germanismo. Os primeiros discípulos de Schœenerer foram estudantes de Viena. Atualmente ouvem-se dois gritos. “Alemanha una!” e “Rompamos com Roma!” A Prússia protestante anexará assim não somente todas as partes da Alemanha, mas a França e os outros países circunvizinhos.

A propaganda é exercida sob as mais variadas formas: ação política, ação pela imprensa, pela venda ambulante, pela prédica protestante que se transformou em auxiliar do “germanismo”. A Alemanha, numa palavra, nada negligencia para estar pronta quando chegar o momento de completar a execução do plano pan-germânico.

Manifestações constantes na Alemanha revelam os projetos ambiciosos dos pan-germanistas, que agora se crêem suficientemente fortes para confessarem seus sonhos de dominação universal e sobretudo de breve conquista da França.

Um professor de Magdebourg expôs em cinco conferências oficiais, em novembro de 1909, o plano dos pan-germanistas.

“Com o crescimento contínuo da nossa população, diz o professor doutor Waetig, é absolutamente necessário que nosso país procure dispor das regiões para as quais poderá fazer escoar o excesso de população.

“Atualmente não vejo senão dois meios para chegar a esse resultado, porque, na minha opinião, nosso futuro não se encontra sobre o mar, mas sobre a terra.

“É possível, quase certo, que os franceses passem a ocupar no mundo apenas um lugar secundário. É preciso pois que aproveitemos esse fatal recuo.

“O primeiro meio seria a infiltração: inundar os países latinos de homens do nosso meio. O resultado é certamente longínquo, mas seguro, e vejo muito bem Paris ou Bruxelas como capitais de países não anexados, mas que falam alemão; uma infiltração tal não deve ser tentada somente em direção ao Leste, e não considero a política de germanização da Polônia senão como um ensaio, um meio de adestramento.

“Devendo a infiltração durar muito tempo, vamos mais longe. Por que não procuraríamos adquirir esses territórios de que temos necessidade pela força das armas? Por que não tentaríamos substituir os regimes existentes entre nossos vizinhos pelo nosso governo? Sem procurar provocar conflitos, devemos aproveitá-los de todas as ocasiões que nos são oferecidas para dissolver o inimigo hereditário.

“Numa palavra, é em direção ao Oeste, em direção à França, que devemos nos voltar e é aí que devemos colonizar...”

Não contente de querer conquistar os países circunvizinhos, a Alemanha, muito embora protestante, pretende tomar o lugar da França como protetora dos cristãos do Oriente, e, se for preciso, como protetora do Papa em Roma. Os discursos e as providências do seu imperador têm manifestado claramente essas intenções.

Para lembrar apenas um dos seus discursos, ouvimo-lo dizer em Bremen, em março de 1905:

“Deus Nosso Senhor jamais se teria comovido tanto por nossa pátria alemã e seu povo, se Ele não nos tivesse destinado a grandes coisas: *nós somos o sal da terra*; mas devemos também mostrar-nos dignos disso. Assim, nossa juventude deve aprender a renúncia, guardar-se de tudo que não seja bom para ela, daquilo que é

importado dos povos estrangeiros, e permanecer fiel aos costumes, à regra e à ordem, ao respeito e à religião”.

“O IMPÉRIO UNIVERSAL, TAL COMO POR MIM IMAGINADO, deve, antes de tudo, consistir em que o império alemão, novamente fundado, goze da mais absoluta confiança de todos, como um vizinho tranqüilo, leal e pacífico; e se um dia talvez a história tiver de falar de um império universal alemão ou de um império universal dos Hohenzollern, ele não terá sido fundado sobre conquistas da espada, mas através da confiança mútua das nações que aspiram aos mesmos fins. Numa palavra, como disse um grande poeta: “Limitado no exterior, infinito por dentro!”

Não seja tomada como exagero de oratória essa idéia de dominação universal reservada à raça germânica: Guilherme II nada fez além de exprimir um sentimento comum a todos os alemães, e que é reencontrado no fundo dos discursos de Bebel em Amsterdã, assim como nas alocuções imperiais.

Quem observa a Alemanha vê com que certeza ela prepara sua dominação, tão extensa quanto possível, simultaneamente por todos os meios, através da idéia como do poder militar, através do comércio como da indústria, assim também como através das emigrações. Atualmente a Alemanha é a segunda das grandes potências comerciais do mundo. A colônia alemã nos Estados Unidos é um poder político de primeira ordem, e, na América do Sul, ela forma quase a maioria nos Estados meridionais do Brasil.

O mesmo poder oculto que entusiasma a Alemanha deprime a França. À distância de quarenta anos vemos agora como a Prússia e a França eram trabalhadas há muitos anos para estarem aptas a desempenharem, uma, o papel de vencedora por destinação, outra, o de vencida por destinação. Que a França tenha sido joguete das sociedades secretas, temos uma prova nas revelações feitas em 1872 por Giers e publicadas dois anos mais tarde por um grande número de jornais sem nenhuma reclamação acerca do que estava sendo questionado.

“Um tarde, em 1872, em Estocolmo, na sala reservada aos fumantes da casa da baronesa X, estávamos em quatro ou cinco, conversando familiarmente. Entre nós encontrava-se Giers, antigo Ministro das Relações Exteriores na Rússia, embaixador da Rússia em Estocolmo. Falávamos do assunto que preocupava ainda todo o mundo: as causas da derrota da França. O senhor Y emitiu a opinião de que a maçonaria tinha desempenhado um papel importante e pouco lisonjeiro”.

Então Giers tomou a palavra:

“Não pretendia, disse ele, ser o primeiro a ventilar essa delicada questão; mas, posto que foi levantada, posso vos afirmar que conheço bem o papel que a F.: M.: desempenhou nessa guerra.

“Eu era então acreditado em Berna. Havia na cidade uma agência perfeitamente organizada e que funcionava com uma precisão toda prussiana, que cuidava das informações que diziam respeito à divisão das tropas francesas, seus deslocamentos, a quantidade de munições, víveres, etc., etc., e mil indicações, das mais ínfimas e detalhadas, que *franceses afiliados à F.: M.: comunicavam às lojas*, e, coisa estranha, *essas informações chegavam com uma rapidez prodigiosa, através de despachos codificados, à agência prussiana maçônica de Berna.*

“Estudei a fundo essa colossal organização para fazer um relatório detalhado ao meu governo.

“É inacreditável, não é verdade? E no entanto nada de mais verdadeiro e do mais palpitante interesse então.

“A nação francesa tinha sido, ao que parece, *condenada pela Alta Maçonaria internacional*, e nem a melhor organização militar, nem talentos estratégicos, nem a bravura incontestável das tropas, não teriam podido materialmente triunfar. Era uma guerra de CEGOS contra VIDENTES!”

Essa acusação formulada tão claramente e partida de um homem que ocupou as mais altas funções na diplomacia, habituado à discrição e ao comedimento, a não falar

senão com conhecimento de causa, tem, por si mesma, uma eloquência por demais pungente para que seja preciso acrescentar-lhe algo.

Abatida, a França se levantou, no entanto, com suficiente vigor para que se temesse viesse ela a retomar sua posição à testa da civilização. Ela foi então condenada à República, e através da República à mais completa debilitação de todas as suas forças religiosas, políticas, militares e civis, a fim de que toda resistência se lhe tornasse impossível quando chegasse a hora de se lançarem de novo sobre ela. A publicação da correspondência de Bismarck terminou por mostrar a parte que ele tomara no estabelecimento da República,⁶ o benefício que ele esperava disso, e as cumplicidades que ele encontrou no interior para a realização dos seus desejos. Em 1º de novembro de 1877, o conde Herbert de Bismarck escrevia ao conde Henckel de Donnesmarck, antigo governador da Alsácia-Lorena, marido da Paiva, cujo papel nos últimos anos do Império nós conhecemos, e, enfim, agente secreto de Bismarck na França na luta entre o partido conservador e o partido oportunista: “As relações que mantendes com Gambetta são de grande interesse para meu pai, mas ele não crê oportuno no momento fazer-lhe chegar, mesmo que por vosso intermédio, *comunicações* ou ORDENS”. Dois meses depois as ordens chegavam e a guerra ao clericalismo começava. Ela devia logo ser seguida pela guerra contra a magistratura, depois pela guerra contra a economia,⁷ depois a guerra contra o exército; e tudo isso acompanhado da prostração diante das outras potências e do abandono do nosso protetorado no Oriente.

“O drama que se desenrola há trinta anos, disse Copin-Albancelli, outra coisa não é senão o assassinato da França, urdido pelo poder oculto judeu, que age através da franco-maçonaria. Se não conseguirmos fazer compreender isso a tempo à maioria dos franceses, a França estará perdida”.

Mas, ai de nós!, como diz Bidegain: “Aqueles que dirigem secretamente a Ordem maçônica petrificaram tão habilmente os cérebros dos seus discípulos, tornando-os seus inconscientes servidores, que encontram na maçonaria um instrumento admirável para o golpe de Estado judeu que consagrará a desnacionalização de nossa pátria e esbulhará definitivamente a França dos franceses”.⁸

Numa entrevista que concedeu a um redator do *Soleil*,⁹ Marcère diz a mesma coisa, por ocasião do congresso anti-maçônico que se realizou nos primeiros dias do ano de 1902: “Não há por que dissimular, *é muito particularmente na França que se aplica o esforço da desorganização maçônica*, E ISTO EM RAZÃO DE UMA OBRA QUE EVIDENTEMENTE CORRESPONDE À REALIZAÇÃO DE UM PLANO IMENSO, *no qual fica claro que temos sido sacrificados*”.

É infinitamente doloroso ver que a França empresta suas próprias mãos para a realização desse plano. Dizemos: a França. Não. Mas sim os que a governam e que são delegados ao poder para efetuar, uns após outros, os diversos pontos de uma desorganização maçônica.

⁶ O conde de Arnim explicou-se a esse respeito com uma clareza que nada deixa a desejar. Embaixador em Paris, ele não quis obedecer à Bismarck, que lhe ordenava trabalhar pelo triunfo dos partidos de esquerda. “Bismarck me atingiu, escreveu ele após sua desgraça e seu processo, porque eu me recusei a acelerar a chegada de Gambetta ao poder”.

⁷ Paul Dahn, ao examinar a situação da Áustria-Hungria e fazer o levantamento dos diversos elementos que aí encontrou, sejam hostis, sejam favoráveis à Alemanha, escreveu no *Deutschland nach Osten*: “Bontoux inquietava Bismarck mais do que um exército de 300.000 homens. Que não foi dito da obra grandiosa de Cecil Rhodes, o Napoleão do Cabo? Bontoux obteve para nós, sem disparar um tiro de fuzil, a Áustria-Hungria, os Bálcãs e o Oriente. Ele marchava a passo de gigante, não como sonhador, mas para a realização desse plano sabiamente concebido. Foi Bismarck quem o quebrou, sob os aplausos de franceses encantados com essa derrota do clericalismo!”

⁸ Bidegain. *Le Grand-Orient de France. Ses doctrines et ses actes*, p. 114.

⁹ Ver o *Soleil* de 14 de fevereiro de 1902.

Exército. — Foi verdadeiramente colossal o trabalho que a França empreendeu após a guerra para se reerguer e retomar sua posição no mundo. Lei do recrutamento; lei de organização; lei dos quadros do pessoal, para citar apenas as leis constitutivas. Edificação de quartelamentos e de estabelecimentos em todo o território; reconstituição do armamento das tropas e da artilharia; construção dos sistemas defensivos do interior e das fronteiras do nordeste e do sudeste; elaboração dos regulamentos gerais e dos regulamentos particulares de armas; criação da Escola de Guerra e reforma das Escolas Militares; constituição do Estado-Maior do Exército, compreendendo os escritórios de mobilização, estatística, operações, estradas de ferro. Tudo isso foi realizado enquanto as tropas se reformaram, retomaram a confiança. Na verdade, cada ano era um ano de progresso, e quando o pensamento avalia aquilo que a dedicação de todos os que então serviram conseguiu realizar, experimentamos um sentimento de vivíssima admiração em face de uma obra que somente o amor à pátria consegue levar a bom termo.

Mas logo vieram os homens que empreenderam destruir, mandados, tudo o que constituía o Exército: a disciplina, o respeito pelos chefes, a confiança recíproca, o sentimento do divino, a abnegação e até o amor à pátria. Foi na destruição disto que eles se aplicaram inicialmente, porque sabiam que, muito mais do que o armamento mais aperfeiçoado e do que os efetivos mais consideráveis, foram as virtudes dos nossos oficiais e dos nossos soldados que, através dos séculos, constantemente fizeram a força do exército francês.

Mas não negligenciaram o resto.¹⁰ O Ministério da Guerra foi confiado a engenheiros, cambistas, homens de negócios ou militares justamente desprezados.

Assim, dali em diante não são somente os deveres militares que o soldado deve cumprir, que os oficiais devem ensinar nesse tempo tão curto de dois anos, são ainda os deveres do cidadão. Através de uma circular de outubro de 1905, Berteaux obrigou-os a fazerem conferência sobre a solidariedade, a mutualidade e os progressos do espírito laico; eles devem conduzir seus homens aos museus, às fábricas, etc., porque, diz a circular, “o exército não é sobretudo o grande órgão da defesa nacional, ele deve ser também um poderoso órgão de progresso social. A Liga Maçônica de Ensino (congresso de Biarritz, em outubro de 1905, e de Angers, em agosto de 1906) apressou-se em aplaudir essa inovação inspirada pela loja.

Dever-se-ia falar aqui do “caso Dreyfus” e de suas conseqüências. Mas não está ele presente no espírito de todo bom francês? Não sabem todos que foi em janeiro de 1895 que se abriu o período de manobras odiosas que os inimigos da pátria desde então não cessam de tramar contra o exército, para “tudo devastar”, como tiveram a audácia de dizer?

Marinha. — Que dizer dela? De 1871 a 1909 ela nos custou exatamente 9.012.214.001 francos. Pelo menos é o número apresentado pelos relatórios oficiais da rua Royale e do Palácio Bourbon. “Gastamos dez bilhões, disse Emmanuel Brousse na tribuna, retomando as conclusões do relatório feito pela comissão, e hoje não temos marinha”. De fato, após semelhante esforço, a França caiu para o sexto lugar entre as potências navais do globo.

Aqui a traição — a palavra se impõe — se mostrou sob uma outra forma, sob a forma de catástrofes que não pararam de se produzir.¹¹ É a segunda vez, em um

¹⁰ Por ocasião da discussão da lei relativa ao recrutamento dos oficiais e às escolas militares, em 1908, o general Kessler escreveu: “O novo projeto de lei encaminhado à Câmara, acerca do recrutamento dos oficiais, é apenas uma continuação do trabalho de demolição do exército francês, começado há já muitos anos, pela via legislativa, com uma VONTADE e um MÉTODO que a ameaça permanente do perigo exterior é impotente para obstar”.

¹¹ Agosto de 1900 — O encouraçado de esquadra “Brennus” afunda na costa de Portugal: 43 vítimas; 1.700.000 francos.

Outubro de 1900 — O cargueiro “Caravane” afunda ao largo de Tagamatsu: 3 mortos; 3 milhões.

século, que a marinha francesa é desmantelada. Na véspera da tomada da Bastilha, foi em benefício da Inglaterra; desta vez parece que é em favor da Alemanha.

Aviação. — Em março de 1910, por ocasião da discussão do orçamento, foi pronunciado um discurso que se resume nestas poucas palavras: Senhores, somos o país da aviação, o país onde ela nasceu e do qual alçou vôo, mas somos ao mesmo tempo aquele em que ela nada produziu de útil. A Alemanha tem toda uma frota aérea e nós não temos sequer um dirigível.¹²

Fevereiro de 1903 — O contratorpedeiro “Espingole” afunda perto de Saint-Tropez: 2.100.000 francos, aí compreendidos os custos de salvamento inútil.

Janeiro de 1904 — O cargueiro “Vienne” afunda: 52 mortos; 2.500.000 francos.

Março de 1904 — O cruzador “Léon-Gambetta” parte os hélices e rasga o casco: 600.000 francos de reparo.

Fevereiro de 1905 — O cruzador “Sully” perde-se na baía de Along, de onde não pôde ser retirado: 30.300.000 francos.

Julho de 1905 — O submarino “Farfadet” afunda na Tunísia: 14 mortos, 500.000 francos.

Abril de 1906 — Explosão no “Couronne”: 4 mortos.

Julho de 1906 — Explosão de uma caldeira a bordo do “Jules-Ferry”: 2 mortos.

Outubro de 1906 — O submarino “Lutin” afunda na enseada de Bizerte: 16 mortos. Desencalhe e reparos: 800.000 francos.

Novembro de 1906 — À bordo do “Charles-Martel” um torpedo explode: 1 morto.

Novembro de 1906 — O “Algésiras” incendeia no arsenal de Toulon: 3 mortos, 1.500.000 francos.

Fevereiro de 1907 — O torpedeiro “339” sofre um acidente de caldeira nas imediações de Quiberon: 9 mortos.

Fevereiro de 1907 — O “Jean-Bart” perde-se na costa ocidental da África: 6.500.000 francos.

Março de 1907 — Explosão do “Iéna” em Toulon: 105 mortos; 35.000.000 francos.

Março de 1907 — O torpedeiro “Epée” abalroa o “263”: 2 mortos.

Agosto de 1907 — Explosão à bordo do “Couronne”: 3 mortos.

Fevereiro de 1908 — Acidente à bordo do “Descartes”: 5 mortos.

Fevereiro de 1908 — Explosão à bordo do “Jeanne-d’Arc” no Marrocos: 4 mortos.

Agosto de 1908 — Explosão à bordo do “Couronne”: 9 mortos.

22 de setembro de 1908 — “Latouche-Tréville”: 13 mortos.

Balanço: 288 oficiais e marinheiros mortos. 85 milhões de perdas.

O relator do orçamento da marinha deste ano, Chaumet, declara que não temos, na hora atual, e apesar de tantos milhões consagrados à frota após quarenta anos, senão o seguinte real efetivo: encouraçados, 15; guardas-costeiras, 5; cruzadores encouraçados, 21; contratorpedeiros, 64; torpedeiros, 162; submergíveis e submarinos, 68.

Ele acrescenta que em 1916 só nos restarão apenas os 6 encouraçados tipo “Pátria” do programa de 1900 — que estarão então muito envelhecidos, e os 6 encouraçados tipo “Danton” do programa de 1906, que, apenas esses, terão menos de dez anos de idade. Quanto aos cruzadores encouraçados, somente o “Edgar-Quinet” e o “Waldeck-Rousseau” terão então menos de dez anos.

Dois anos mais tarde, em 1919, não nos restará mais um só navio com menos de dez anos. A França terá deixado de ter uma marinha encouraçada. Ela não possuirá mais do que alguns velhos navios próprios para constituírem uma esquadra da morte, madura para um futuro Tsou-Shima... Nesses anos de 1908 a 1920, a Alemanha, que, pacientemente, metodicamente, busca o aumento de sua frota, possuirá tantas toneladas de encouraçados quantas dispõe atualmente a Inglaterra. O Japão e os Estados Unidos terão, naquela época, aumentado suas frotas em semelhantes proporções.

¹² A França inventou os dirigíveis e ela não tem nenhum, enquanto a Alemanha tem trinta e oito.

A França também tinha inventado submarinos: a desordem que reina na Marinha permitiu que o segredo dos submarinos escapasse para o estrangeiro, que tem mais do que nós.

A França inventara também a melinita [explosivo mais violento que a dinamite, elaborado com ácido pícrico — N. do T.] e mesmo um detonador especial para explodi-la: melinita e detonador foram embora para o estrangeiro, através de certos intermediários suspeitos do Ministério da Guerra, e foi o inventor da melinita, Turpin, quem expiou na prisão o crime de ter denunciado essa traição.

A França inventou o canhão de 75mm de tiro rápido sobre carro fixo. Seu primitivo inventor, o coronel Deport, assim como os oficiais que dirigiam aerôstatos, teve de trocar o exército pela indústria privada, que recompensa melhor do que o faz o Estado francês.

As forças morais da França foram tão enfraquecidas quanto suas forças físicas. Inútil falar da guerra feita à religião e aos seus ministros. A magistratura, o Ministro da Justiça teve de reconhecê-lo em março de 1910, está “gangrenada”, o Parlamento não o está menos, e tudo é empregado para gangrenar até às entranhas todas as classes da sociedade.

Para tudo isso não há outra explicação que não aquela dada por Marcère: “Todo o esforço da desorganização maçônica se abate sobre a França, pela realização de um plano imenso no qual nós exercemos o papel de sacrificados.

“Segundo esse plano, nós, franceses, devemos ser as primeiras vítimas. Após nós será a vez das outras potências católicas, depois a das potências protestantes, as quais terão partilhado nossos despojos. Então poderá ser empreendida a grande obra da República Universal, com os instrumentos e através dos meios que se apresentarão naquele momento”.



A França tinha também organizado um incomparável serviço de informações militares, que lhe permitia manter-se de sobreaviso: os oficiais que organizaram esse serviço foram cobertos de opróbrios.

CAPÍTULO XLIII

PARA QUAL RAÇA E POR INTERMÉDIO DE QUE POVOS?

Há alguns anos o historiador Treitschke perguntava: “A quem pertencerá o cetro do Universo? Quem imporá suas vontades às outras nações, enfraquecidas ou em decadência? Não será a Alemanha que terá a missão de garantir a paz do mundo? A Rússia, colosso imenso e em formação, com pés de barro, será absorvida por suas dificuldades econômicas e internas. A Inglaterra, mais forte na aparência do que na realidade, verá sem dúvida suas colônias se separarem dela e se esgotará em lutas estéreis. A França, toda voltada para suas discórdias internas e para as lutas dos partidos, enterrar-se-á cada vez mais numa decadência definitiva. Quanto à Itália, ela terá muito a fazer se quiser garantir um pouco de pão para os seus filhos. O futuro pertence, pois, à Alemanha, à qual virá juntar-se a Áustria, se ela desejar viver”.

Assim pensa a Alemanha.

A Inglaterra tem esperanças parecidas. Tendo o império dos mares e estando resolvida a guardá-lo a qualquer preço, nenhum povo, pensa ela, está capacitado a subtrair-lhe a hegemonia mundial.

Os Estados Unidos têm a mesma ambição. “O centro de gravidade da atividade humana se desloca rapidamente, e num futuro que não está distante a América conduzirá o mundo”. Assim fala Ireland, um dos mais fiéis intérpretes da alma americana.¹

Quem será? É o segredo do Poder Oculto. Mas é mais ainda o segredo de Deus. Em nenhuma questão, em nenhuma ocasião foi mais verdadeiro dizer: o homem propõe e Deus dispõe. As ambições, não mais as ambições de fronteiras, como outrora, mas as ambições de raças, estão excitadas por toda a parte, armadas, prestes a arriscarem a aposta pelo império universal.

O Poder Oculto observa há séculos. Ele mantém seus homens junto a todos os soberanos, nos ministérios de todos os governos, na diplomacia e nas forças armadas dos diversos povos. Através deles, desde que se abriu a era da Revolução, ele vigia, sugere, oferece estímulos aos quais os Estados obedecem, este espontaneamente, aquele pela força.

“Os governos deste século, disse lord Beaconsfield, que estava em posição de melhor saber o que isto significa, não mantêm negociações com os governos, imperadores, reis ou ministros, mas também com as sociedades secretas, as quais é preciso levar em conta. No último momento elas podem reduzir a nada todos os arranjos, elas têm agentes por toda a parte, agentes sem escrúpulos, elas se servem mesmo do assassinato,² e podem, se preciso for, motivar um massacre”.³

¹ Discurso sobre o futuro do catolicismo nos Estados Unidos.

² Discurso pronunciado em Ayles-Bury, em 20 de setembro de 1876.

³ O *Univers* publicou, na edição de 10 de agosto de 1909, uma conversa que um de seus redatores, Edouard Bernaert, teve com um membro militante do partido nacionalista russo. Este lhe lembrou, inicialmente, que um ministro russo acabava de declarar na tribuna que o número oficial dos nacionalistas mortos pelo punhal e pelo revólver era de *vários milhares*.

Depois acrescentou:

“De 25 de agosto a 15 de outubro de 1908, mais de trinta e cinco anúncios de mortes súbitas, cujos nomes é fácil a qualquer um levantar, apareceram no “*Novoie Vremia*”. Desses trinta e cinco anúncios,

Através dessas sociedades, os governos que elas favorecem podem, em todo caso, suscitar dificuldades, revoltas e mesmo revoluções nos vizinhos que poderiam perturbá-los em suas operações.

Temos disso um exemplo muito recente, além de muitos outros anteriores que seria inútil lembrar.

Em 1899, na época da guerra do Transvaal, o filho de Chamberlain, ministro das colônias da Inglaterra, escreveu a um dos seus amigos uma carta que foi publicada por um jornal suíço. Dizia: “No que diz respeito à França, afora as garantias do governo, nós estamos seguros de quaisquer represálias de Fachoda nos acontecimentos internos que vão se desenrolar: se não podemos mais contar com o caso Dreyfus, que está gasto; se o processo da Suprema Corte não parece criar uma sensação suficiente para absorver inteiramente a atenção da nação, sabemos que no reinício dos trabalhos do Parlamento de Paris o governo introduzirá, com o apoio da maioria, diferentes projetos de lei contra os católicos, projetos que, por sua violência, poderão mergulhar a França num estado de extrema superexcitação; sabemos que se decidiu pela evicção⁴ de várias das mais importantes ordens religiosas e que apenas isso bastará para nos colocar ao abrigo daquelas represálias”.

Que clareza essas palavras lançam sobre a política geral externa e em particular sobre o que se passa entre nós, nesta França constantemente perturbada e dividida, quase agonizando sob o esforço dos traidores que, do interior, favorecem o estrangeiro!

Sem dúvida o Poder Oculto deve contar com olhos e vontades que contrariem os seus. Mas os meios de que ele dispõe permitem-lhe, a longo prazo, tirar igualmente proveito daquilo que essas vontades produzirem.

vinete e cinco eram relativos a personagens militantes do partido monarquista russo. Ademais, a lista é forçosamente incompleta. A impressão geral é que em todas essas mortes há a mão da franco-maçonaria e do poder judeu...

“Todos os que lhe mencionei foram mortos em menos de um ano. Schwanebach, inspetor do Estado, membro do Conselho de Ministros, um dos adversários de Witte e um dos chefes da direita do Conselho do Estado, sente-se subitamente cansado; e a conselho dos médicos, vai para o exterior. Chega em Marienbad. Mal chega e uma febre estranha, da qual os médicos da região, antes daquele dia, jamais tiveram conhecimento de um só caso, o prostra, como aquela que, em Resen, prostrara Kislowky. Em alguns dias ele morre (setembro de 1908). Alguns dias antes dele morreria, do mesmo estranho mal, um outro adversário de Witte, o ex-inspetor de Estado Lobko.

“Um mês mais tarde, em outubro de 1908, é a vez, em Weimar, de um outro tradicionalista, George de Bartienieff, vice-presidente da Associação dos Homens Russos, homem tão enérgico quanto instruído, e cuja saúde, apenas alguns meses antes era citada como exemplo. Ao voltar de uma viagem a São Petersburgo, ele pára em Weimar. Aí é acometido de um mal estranho. Um primeiro telegrama anuncia aos seus que sua temperatura baixa; um segundo anuncia sua morte.

“Quase no mesmo tempo morria o príncipe Lobanoff-Rostowsky, membro da direita do Conselho de Estado. Morte súbita, como a dos outros; febre maligna — e anônima.

“O caso típico deu-se em 1907. A vítima, desta vez, foi o vice-presidente da União do Povo Russo de Moscou, Léon de Kislowky. Em janeiro de 1907, tendo partido de Moscou para Resen, com o objetivo de assistir à uma assembléia de nobres, ele sucumbiu, em alguns dias, aos ataques de uma febre estranha, da qual os médicos do país não tinham tido, antes daquele dia, conhecimento de um só caso. O antipirético que se lhe deu como todo remédio vinha, notai este ponto, de uma farmácia judia...

“Ninguém dentre nós se engana: encontramos-nos na presença de uma série de crimes políticos. Há, até na analogia, circunstâncias nas mortes de que vos falo que acusam a intervenção de uma sempre mesma vontade, que emprega para seus fins um meio sempre idêntico”.

Na França, por ocasião do atentado contra Réal de Sarle, pôde-se, do alto da tribuna parlamentar, lembrar numerosas mortes misteriosas e perguntar de onde elas provinham.

⁴ No sentido jurídico, perda, parcial ou total, que sofre o adquirente duma coisa em consequência da reivindicação judicial promovida pelo verdadeiro dono ou possuidor. No caso, **espoliação**. (N. do T.)

Podemos nós, pelo que se passou nos séculos precedentes e pelo que temos sob nossos olhos, fazer uma idéia da marcha que o Poder Oculto segue com o concurso das potências a seu serviço?

A primeira obra foi dissolver a Cristandade, quebrar a unidade católica. Foi cumprida no século XVI, com as heresias e os cismas.

A segunda, a que agora está terminando, foi subordinar as nações católicas às nações protestantes. Para isso houve acordo, mais ou menos aberto, entre a Inglaterra e a seita. No século XVIII a Inglaterra semeou as lojas em todos os pontos da Europa. Em contrapartida, as lojas suscitaram por toda a parte as revoluções, durante as quais a Inglaterra pôde se erguer sem obstáculo até o ponto de grandeza e de poderio em que a vemos. Já ela pudera se apoderar de Gibraltar, esse incomparável ponto estratégico que lhe deu a chave do Mediterrâneo. Ela instala suas lojas de vigilância naval em Cádiz, Barcelona, Lisboa e em outros portos de mar. Sob Luís XV e Luís XVI ela consegue, por meios idênticos aos empregados atualmente, destruir nossa frota e apoderar-se de nossas colônias. Nos dias atuais, a complacência ou a traição dos nossos governantes sacrificaram em seu benefício Fachoda, o Egito, e nossos campos de pesca da Terra Nova.⁵

Além disso, busca-se a preponderância das nações protestantes sobre as nações católicas através de guerras da Prússia contra a Áustria e contra a França, pela anexação da América do Sul à América do Norte em detrimento da Espanha, através do sacrifício que a França fez da admirável possessão do canal do Panamá, que comanda as evoluções econômicas do futuro, à unidade americana e, através disto, da península indo-chinesa, que será feita dez anos antes da unidade asiática.

Parece que as conquistas de Napoleão, exaltando a França, tenham vindo estorvar esse plano. Mas a que elas levaram? a tornar a filha primogênita da Igreja menor e mais fraca do que era, a esburacar a Europa, a abater as fronteiras dos pequenos Estados e a semear por toda a parte as idéias revolucionárias.

Ao mesmo tempo que, através da diplomacia e da guerra, rebaixa as nações católicas em benefício das nações protestantes, o Poder Oculto prepara, através da propagação dos princípios de 89, o estabelecimento em todos os países do governo republicano e da soberania do povo.⁶ Quando julgam chegado o momento, as

⁵ Por ocasião da conquista da Argélia, logo seguida da revolução de 1830, um membro do governo fez esta declaração ao parlamento inglês: “A Inglaterra poderia empreender uma guerra contra a França. Mas há um outro meio: seria tornar a possessão desse país inútil nas mãos de rivais, mais do que inútil seria torná-la prejudicial ao possuidor... Nosso país veria alinhar-se sob sua bandeira, para tomar parte na luta, todos os homens que, justa ou injustamente, não estão satisfeitos com a condição atual da nossa pátria... *Há nas mãos da Grã-Bretanha um poder mais terrível do que jamais talvez se viu em ação na história humana.*

“(Ouvi!) Na consciência de possuímos essa força consiste nosso mérito. A Inglaterra é como o senhor dos ventos, do qual diz o poeta:

“Celsa sedit Æolus arce”.

⁶ Não é de notar que nos brindes trocados em Cowes, em agosto de 1909, entre o imperador da Rússia e o rei da Inglaterra, este tenha determinado as condições pelas quais Albion consentiria em emprestar seu concurso à sua antiga inimiga? Eduardo VII fez compreender que a simpatia da Inglaterra não iria senão até a uma Rússia dotada de um verdadeiro *Douma*, quer dizer, de um regime representativo, de um regime que repousasse sobre os princípios de 89.

Um pouco antes, subitamente, sem que o acontecimento fosse sequer percebido, a própria Turquia metamorfoseou-se em país liberal, constitucional.

“Eu propus, disse um redator do *Temps*, ao governador Refik uma questão sobre o papel que, segundo alguns, a franco-maçonaria teria desempenhado nesses acontecimentos. Eis o que ele me respondeu:

“É verdade que tivemos o apoio moral da franco-maçonaria italiana. Existem em Salônica várias lojas: a “Macedônia Risorta” (Macedônia ressuscitada) e a “Labor et Lux”, que dependem do Grande Oriente da Itália; a “Veritas”, do Grande Oriente da França; a “Perseveranza”, do Grande Oriente da Espanha; e a “Philippus”, do Grande Oriente da Grécia, esta com um fim exclusivamente nacionalista. A bem dizer, as duas primeiras, sozinhas, verdadeiramente nos serviram. Para nós foram refúgios. Aí nós nos reuníamos

sociedades secretas sublevam as paixões, excitam as revoltas, fazem estourar as revoluções e proclamam a República. Enquanto a franco-maçonaria vê um monarca prestar-se à execução dos seus desígnios, ela o sustém, aumenta seu poder por meio de uma burocracia mais concentrada e de um acréscimo de poder militar. É o que se vê na Prússia e também na Itália. Não será sempre assim. Quanto à Itália, é certo: ela será transformada em República, como o serão a Espanha e Portugal. Quanto à Rússia, já está entregue ao parlamentarismo.

Dar-se-ia o mesmo com a Prússia e com a Inglaterra?

Em novembro de 1872, o *Univers* recebeu de uma fonte muito segura uma série de comunicações muito preciosas sobre um conciliábulo das sociedades secretas realizado em Locarno nos dias 29 a 31 de outubro. Aí estavam representados os Grandes Orientes de Roma, Nápoles, Palermo, Florença, Turim, Gênova. Félix Pyat era delegado da França; Kossuth, da Hungria; Klapka, da Suíça; o general Etzel, da Prússia. O general Etzel presidiu. Disse ele: “Bismarck está interessado, mais do que se pensa, em trabalhar no sentido da democracia. *No momento a Alemanha permanece forçosamente fora do movimento republicano; mas a razão disso é muito simples: ela não concluiu sua unidade.* O grande-chanceler realizou penoso trabalho e, ainda que tenha alguma pressa, é preciso tempo. Ora, enquanto a França, a Itália, a Espanha, todo o mundo latino enfim estiver nas convulsões de uma transformação social, ele acredita que concluirá mais facilmente as soberanas providências que considerou e dará o último golpe no império da Áustria. Feito isto, ver-se-á a Alemanha inteira aclamar a República e mandar passear seu imperador”.

O general Etzel acrescentou a essas comunicações: “Bismarck é inteiramente a nosso favor, e no dia em que o vimos titubeante nós lhe retiraremos nossa confiança. Ele sabe muito bem disso”.

Teria a seita querido, bem recentemente, fazer sentir a Guilherme III que ele não devia “titubear”?⁷ O mundo viu com estupefação a Alemanha fazer comparecer seu imperador diante do tribunal dos representantes e condená-lo à unanimidade! Um mês antes, quem não teria sorrido ante o anúncio da sessão histórica do Reichstag?

Resta a Inglaterra. Quer o Poder Oculto continuar a empregar seus serviços?

O rei Eduardo VII tem demonstrado muito claramente em toda a sua conduta perseguir a resolução de ascender à presidência dos Estados europeus, querer realizar o imperialismo de Chamberlain. Mas pode ele contar com a continuidade da ajuda que a franco-maçonaria internacional tem dado a seu país durante os dois últimos séculos?

Algo semelhante, talvez mais grave do que acaba de se passar na Alemanha, começou na Inglaterra.

Todos os povos, em razão do papel que a Inglaterra exerce no mundo, observaram com ansiedade as peripécias da luta eleitoral que aconteceu no fim do

como maçons, porque muitos dentre nós fazem parte da maçonaria, mas na verdade para nos organizarmos. Ademais, tínhamos conseguido grande parte dos nossos aderentes nessas lojas que, pelo cuidado com que faziam suas pesquisas, serviam assim de crivo para o nosso comitê”.

⁷ Em 27 de outubro de 1908, o “Daily Telegraph” reproduziu uma série de conversas do imperador alemão com diversos personagens ingleses, conversas que diziam respeito sobretudo à política externa da Alemanha na última década. Essa publicação agitou toda a Europa. Na Alemanha, a imprensa de todos os partidos não falou de outra coisa e o incidente foi, ao mesmo tempo, na tribuna do Reichstag, objeto de violentas discussões.

De modo quase unânime, o imperador foi censurado. Discursos, artigos, caricaturas, que teriam, pouco antes, exposto seus autores a processos justificados por delito de lesa-majestade, colocaram impunemente em questão, da maneira mais ultrajante, a pessoa do imperador. Entre todos distinguiram-se os jornais israelitas. À frente deles encontrava-se o judeu Max Hardon, redator do “Zukunft”. Achando insuficiente o que escreveu no seu jornal, percorreu as grandes cidades da Alemanha para proferir conferências nas quais a pessoa de Guilherme II era sempre o principal objeto.

Em seguida vimos as revoltas para reclamar o sufrágio universal.

ano de 1909. A corrente revolucionária iria por seu turno conquistar a Inglaterra? Asquith, lorde Georges e seus colegas mostraram-se decididos a arruinar o poder da Câmara dos Lordes, que, semelhante ao senado romano, dirigiu todas as forças nacionais para a aquisição do domínio dos mares e das mais longínquas terras. Iriam conseguir? O destino do globo parecia depender inteiramente da vitória ou da derrota do patriciado britânico. No momento em que escrevemos nada está definitivamente alcançado e Eduardo VII acaba de morrer.⁸ O ministério apóia-se numa maioria cujos elementos revolucionários detêm o papel preponderante. Vão eles arrebatá-la à Inglaterra, após a terem servido para conquistar as nações que punham obstáculo à ambição dela? Os fatos atuais não esclarecem a questão. Eles também não adiam indefinidamente a solução. O problema está colocado; ele continuará a agitar os espíritos, na Inglaterra e em outros lugares.

Se bastou lançar uma mão temerária nas prerrogativas e privilégios da aristocracia para que a velha Inglaterra parecesse estremecida em suas bases, que poderia advir do império da Alemanha, seguramente mais fortemente consolidado!

Igualmente o Poder Oculto, quer dizer, o governo secreto que dirige o povo judeu rumo aos destinos para os quais se crê chamado há tantos séculos e que acredita alcançar em nossos dias, esse poder segue, não podemos duvidar disso, com olhar atento todos os acontecimentos. Ora, ele atualmente parece dirigir sua atenção para o desenvolvimento do poder americano e para a exaltação de suas ambições.⁹ Ele também não ignora o que se passa na Ásia. Talvez ele tenha ajudado o pequeno povo japonês a abater o colosso russo. Ele favorece, talvez, a aliança dos Estados Unidos e do Japão. Ele sabe quantos milhares de homens a China pode fornecer e como será fácil, em alguns anos, lançá-los sobre a Europa, armados com engenhos de guerra que ela terá tomado emprestado de nós.

Da sua aliança com a franco-maçonaria a Inglaterra obteve a hegemonia dos mares, e através desta conquistou seu império, o maior que há, que tenha havido; por seu turno, a maçonaria internacional colocou a serviço do Poder Oculto o poder de destruição que a Inglaterra recebia dela.

Esse acordo e essa colaboração serão eternos? No momento atual, um e outra tomam suas providências para a próxima conflagração. Mas essa conflagração não criará ainda a república universal; e para concluir a realização do seu sonho, o Poder

⁸ No dia seguinte ao dos funerais, Edouard Drumont escreveu:

“A visão do cortejo de soberanos a cavalo, que acompanhavam o esquife de Eduardo VII, permanecerá inesquecível para os que a testemunharam: o kaiser, o rei da Dinamarca, o rei da Espanha, o rei de Portugal, o rei da Grécia, o rei da Noruega, o rei dos belgas.

“Tudo o que constituiu a organização do Passado, tudo o que construiu a glória, a magnificência, o brilho do Passado, todos os que foram representantes da sociedade de outrora, estavam reunidos ali como numa deslumbrante síntese...

“À visão de todos esses coroados, que acorreram para se associar à apoteose de um dos seus, poderíamos opor uma outra visão.

“Em dez anos, talvez em cinco, onde estarão as brilhantes figuras dessas festas da Morte? Que revoluções terão sacudido essa velha ordem européia que parece querer admirar a si mesma uma última vez na pompa desses funerais?

“Roosevelt esteve lá e fez lembrar os Felsenburgh de Benson no *Maître de la Terre*. James S. Barcus, diz-nos o *Radical*, acaba de publicar uma brochura que faz muito sucesso nos Estados Unidos, e que tem por título *Teodoro Roosevelt, primeiro presidente do Mundo*. — *Profecia*.

“O autor supõe que na abertura da Conferência realizada em Haia em 1900, Roosevelt verá ser-lhe outorgado o título de presidente das nações confederadas. Os serviços que ele prestou à causa da paz, o conhecimento que sua qualidade de ex-presidente dos Estados Unidos lhe confere a respeito das Confederações, são, aos olhos de Barcus, títulos suficientes para legitimar a eleição de Roosevelt ao posto de primeiro magistrado do mundo”.

⁹ Bary, no seu livro *La Religion dans la société aux Etats-Unis*, diz: “A República dos Estados Unidos é, segundo o pensamento dos judeus da América, a Jerusalém futura”.

Oculto medita, talvez, quebrar o acordo com a Inglaterra e fazer tratados com a América¹⁰ ou com os povos amarelos.

A nação judia não dispõe de outro meio de ação para a realização de seus projetos que não sejam a palavra e o dinheiro. Falta-lhe ainda uma força. Essa força, a Inglaterra emprestou-lhe até o momento, ela a emprestará ainda verdadeiramente para as próximas desordens. Mas depois?

Todo homem inteligente, capaz de observar, de seguir os acontecimentos, de indagar-lhes as causas e as conseqüências, surpreende em toda a parte os pródromos de acontecimentos formidáveis que, parece, devem mudar a face do mundo.

O Poder Oculto, que os vem preparando em muitos pontos, conduzi-los-á à sua vontade? Chegará ele a constituir essa República Universal que fará do judeu o senhor do mundo? Qualquer que seja a inteligência com que ele tem sabido tirar partido de tudo, e a habilidade com que tem seduzido os príncipes para levá-los uns à perdição e outros ao ápice do poder sonhado, existe acima dele uma habilidade maior, uma inteligência mais penetrante e um poder que sobrepuja o seu.

Acima dele, acima de tudo, existe Deus, Deus todo-poderoso. Ele criou o mundo para a sua glória, a glória inexprimível, inconcebível, que Lhe será rendida eternamente por todas as suas criaturas, sem exceção, ainda que diversamente, a uns manifestando Sua bondade, a outros a Sua justiça. Até o dia das supremas retribuições, Ele os deixa a seu livre arbítrio, de tal sorte que os maus como os bons, o mal como o bem, servem ao cumprimento dos desígnios da sabedoria infinita.

Aquilo que Donoso Cortez disse do demônio, nós podemos entender aqui do Poder Oculto: “Lúcifer não é o rival, ele é o escravo do Altíssimo. O mal que ele inspira ou introduz na alma e no mundo, ele não o introduz, ele não o impõe sem a permissão do Senhor; e o Senhor não lhe dá essa permissão senão para castigar os ímpios ou para purificar os justos com o ferro em brasa da tribulação. Dessa maneira, o próprio mal chega a se transformar em bem sob a conjuração todo poderosa

¹⁰ Edouard Drumont fazia muito recentemente estas observações:

“O de que precisamos bem nos compenetrar é que os Estados Unidos de hoje não se parecem mais nem um pouco com os Estados Unidos de apenas vinte anos atrás.

“Houve, sobretudo depois da guerra com a Espanha, uma transformação radical dos costumes, das idéias e dos sentimentos desse país. Os Estados Unidos eram recentemente uma grande democracia laboriosa e pacífica; tornaram-se pouco a pouco uma democracia militar, orgulhosa de sua força, ávida de exaltações e de conquistas; é provável que não exista no mundo inteiro imperialismo mais ambicioso, mais resolutivo e mais tenaz do que o imperialismo americano. No seio desse povo, que teria sacudido os ombros se lhe tivessem falado da possibilidade de uma guerra com uma potência qualquer, não se cuida senão de dissentimentos, conflitos e aventuras.

“Conhecemos os enormes progressos que a marinha americana realizou nesses últimos anos. Quanto ao orçamento militar dos Estados Unidos, ele ultrapassa hoje cento e quinze milhões. É um número singularmente significativo para um país que, ainda há pouco tempo, não queria ouvir falar em ter um exército.

“Reparai, igualmente, como a ação diplomática dos Estados Unidos é diferente da de outrora. Em vez de se limitar a manter a intangibilidade da doutrina de Monroe, a grande República tem agora a pretensão de desempenhar em toda a parte seu papel de potência mundial. Ela não quer que interfiramos nos negócios americanos, mas ela intervém a cada instante e a todo o propósito nos nossos negócios da Europa. Não esquecemos o mau gosto e a sem cerimônia com que Roosevelt, há dois ou três anos, quis se imiscuir nos negócios internos da Rumânia, à propósito dos judeus. É verdade que os Estados Unidos estão em via de se tornarem uma potência judia, posto que numa só cidade, como Nova Iorque, há cerca de um milhão de hebreus! Acrescentai a isso a fermentação contínua de todas as raças justapostas, mas não fundidas, que borbulham perpetuamente sobre aquele vasto território, como num imenso caldeirão: a questão japonesa, a questão negra, quase tão aguda hoje como na véspera da guerra da secessão. Tudo isso faz a República americana parecer-se a um vulcão gigantesco que já lança jatos de fumaça e baforadas de lava, esperando a erupção que não pode deixar de explodir cedo ou tarde...”

dAquele que não tem igual nem em poder, nem em grandeza, nem em prodígio; que é Aquele que é, e que tirou tudo o que existe fora dEle dos abismos do nada”.¹¹

Satã, a sinagoga e a maçonaria buscam seus desígnios com um sucesso que, sem dúvida, parecerá, num certo momento, realizar-se completamente. O Soberano Senhor de todas as coisas espera-os nesse dia, para realizar o que Davi viu e ouviu há trinta séculos num de seus êxtases proféticos: “As nações se agitam em tumulto, e os povos meditam projetos vãos. Os reis da terra se sublevam e os príncipes mantêm conselho contra o Senhor e contra seu Ungido. Quebremos seus laços, dizem eles, e lancemos longe de nós nossas cadeias”. Aquele que está sentado nos Céus ri e zomba deles.

“O Senhor me disse: ‘Tu és meu Filho, eu Te engendrei desde toda a eternidade. Pede e Eu te darei as nações como herança e como domínio as extremidades da terra”.



¹¹ *L'Eglise et la Révolution*. Um provérbio provençal exprime à sua maneira o mesmo pensamento: “*Lou diable porte pèire*”. O próprio diabo carrega sua pedra para o edifício do Senhor. (Ver Mistral, no seu poema *Nerto*).

O T E M P L O

II. — NAVE RELIGIOSA

CAPÍTULO XLIV

TRANSFORMAÇÃO DO JUDAÍSMO

Fazer de todos os Estados do antigo e do novo mundo departamentos de uma só e mesma república, sujeitar todos os povos ao governo de uma Convenção única, não é senão um aspecto do plano traçado pelo Poder Oculto que dirige a seita judaico-maçônica e através dela o movimento revolucionário.

O plano inteiro foi exposto em 1861, nos *Arquivos Israelitas* com um estilete que grava todos os caracteres no espírito.¹ “Assim como Jesus substituiu a autoridade dos deuses estabelecidos pela Sua e encontrou sua mais alta manifestação no seio de Roma, assim um *messianismo dos novos dias* deve *eclodir* e se desenvolver; assim uma Jerusalém da nova ordem, santamente assentada entre o Oriente e o Ocidente *deve substituir a dupla cidade dos Césares e dos Papas*”. A Jerusalém que deve substituir a cidade dos Césares é, vimos nos capítulos precedentes, a república universal. A Jerusalém da nova ordem que deve substituir a cidade dos Papas é o messianismo dos novos dias que vamos estudar agora. Essas são as duas naves do Templo que o Poder Oculto construiu através da ação combinada dos judeus e dos maçons com o concurso dos protestantes, que absolutamente não vêem que seu ódio contra Roma os empurra para a sua própria ruína. Internacionalistas, democratas e modernistas trabalham mais ou menos conscientemente para a mesma obra.

Na construção da nave religiosa do Templo o papel dos judeus torna-se mais aparente do que na construção da nave política.

As palavras acima referidas foram pronunciadas numa das primeiras assembléias da *Aliança Israelita Universal* por seu fundador, Crémieux: “Sob esse nome grotesco, diz Edouard Drumont, existiu um *nazi* judeu, um príncipe do judaísmo que exerceu a mais profunda influência sobre a evolução do povo predestinado, e dirigiu simultaneamente, como um primeiro ministro, a política interna e a política externa”. Soberano grão-mestre do rito escocês, presidente da *Aliança Israelita Universal*, chefe importante da democracia francesa, Crémieux encarnou a revolução maçônica no que ela teve de mais completo. Ele preparou e anunciou em bom som, nos últimos anos de sua vida, o reino messiânico, a época esperada há tanto tempo, em que as nações serão submetidas a Israel. Antes de morrer, Crémieux indicou a inscrição que ele queria que figurasse no seu túmulo:

À Isaac-Adolphe Crémieux
Presidente da Aliança Israelita Universal

Foi sua obra, com efeito, a grande obra que ele glorificava nestes termos: “A mais bela e a mais fecunda instituição fundada nos tempos modernos”.

¹ XXV, p. 600, 651.

Tal como se encontra constituída atualmente — porque ela foi precedida de ensaios e de experiências² — a *Aliança Israelita Universal* data apenas do mês de julho de 1860. Ela está aberta a todo o gênero humano, sob a alta direção de Israel; seu programa é o “aniquilamento do erro e do fanatismo e a união da sociedade humana numa fraternidade sólida e fiel”. Sua primeira assembléia geral realizou-se em 30 de maio de 1861. Ela é governada por um comitê central que reside em Paris. Inicialmente ele era composto de 40 membros, hoje conta com 60, a fim de oferecer uma representação mais numerosa aos judeus dos países distantes. À *Aliança* estão ligadas inúmeras sociedades judias espalhadas pelo mundo inteiro. Ademais, ela age mais ou menos diretamente sobre essa multidão de cristãos e mesmo de católicos que, como vimos, propagam as idéias que ela tem interesse em disseminar e trabalham para a construção do Templo através do império que essas idéias exercem sobre eles e sobre os que os escutam. É ela que dispõe, mediante dinheiro, de toda a grande imprensa européia, salvo raras exceções. Realizou-se antes da guerra em 3 de fevereiro de 1870, uma assembléia da qual Edouard Drumont acreditou poder dizer: “Essa reunião teve a importância histórica da famosa Convenção de Willemsbad, na qual foram resolvidas a morte de Luís XVI e a do rei da Suécia. Foi aí que se decidiu o esmagamento da França”.

“Os romances publicados sobre a Companhia de Jesus dão um pouco a idéia do que é, na realidade, a *Aliança Israelita Universal*. — É ainda Drumont quem fala. — O que não é verdadeiro relativamente aos jesuítas, o é para ela”. Os próprios judeus traçaram esse paralelo. Um dos oradores da assembléia geral de 3 de fevereiro de 1870 disse: “Assistindo ontem à vossa sessão, *pensei no “Judeu Errante”* de Eugène Sue, naquela cena em que Rodin, examinando sua correspondência, encontra cartas dos quatro cantos do mundo. A comparação entre essas duas sociedades é justa, quanto à extensão e ao alcance de suas relações com o mundo, mas ela pára aí. Ah! que diferença entre as duas obras: uma tem forças para oprimir, a outra para libertar; uma se espalha para sufocar a liberdade, a outra para concedê-la; uma quer apagar as luzes, a outra acendê-las; uma espalha o frio e a morte, a outra o calor e a vida”. (*Bravos*). A *Aliança* atribui a si o bom papel, como sempre o fez a franco-maçonaria, e nos mesmos termos. A história do tempo presente e do tempo passado aí está para dizer que não é a ela que pertence o bom papel.

A *Aliança Israelita* trata as potências de igual para igual. Ela lhes envia notas, protestos, *ultimatum* que os soberanos recebem com humilde docilidade³: a *França judia* fornece as provas disso e disso Crémieux se vangloriou nas assembléias que presidiu.

Que ela quer? que ela persegue? O *messianismo dos novos dias*, a Jerusalém da nova ordem, cujo império deve se estender ao mundo inteiro, do Oriente ao Ocidente, sobre as ruínas da cidade dos Césares e da cidade dos Papas, quer dizer, de toda a ordem política e de toda a ordem religiosa.

Que se deve entender por esse messianismo dos novos dias?

Os *Archives Israélites* e o *Univers Israélite* explicam: é uma transformação do judaísmo que dele fará a religião de todos os povos governados por uma só e mesma Convenção.

Para quem observa, o momento em que nos encontramos apresenta o mais repentino e inesperado espetáculo: a *marcha* do judeu.

² A partir do ano de 1831 formou-se na Alemanha uma associação de judeus e de cristãos cujo objetivo, como o da *Aliança*, era fundar uma civilização religiosa, moral e social dos israelitas.

³ “Há pouco tempo, Israel, disperso há dezoito séculos sobre a face do globo, *não tinha mais centro*, representantes, defensores dos interesses comuns; *agora tudo está mudado*. Uma sociedade florescente (a *Aliança Israelita Universal*) e que tem acesso junto aos tronos MAIS PODEROSOS aí está, sempre pronta a reivindicar seus direitos, a combater esses homens que são simultaneamente os inimigos de nossa raça e os da luz e da liberdade” (*Archives Israélites*, XIV, p. 655, 1867).

Após a dispersão, após dezenove séculos, o judeu, do ponto de vista religioso, estava imóvel, e eis que tudo se agita, tudo se afasta da fonte talmúdica em que o judeu bebia sua fé tornada imutável. “Hoje, diz o judeu Bernard Lazare, os judeus da Europa esqueceram o sentido das antigas cerimônias; eles transformaram o judaísmo rabínico num racionalismo religioso; eles abandonaram as observâncias familiares, e o exercício da religião para eles se reduziu a passar algumas horas por ano numa sinagoga escutando os hinos que não entendem mais. Eles não podem se ligar a um dogma, a um símbolo: eles não os têm mais; abandonando as práticas talmúdicas eles abandonaram o que realizava sua unidade, o que contribuía para formar seu espírito. Essa evolução, é verdade, é apenas sensível nas regiões do Oriente; é de uma velocidade prodigiosa em certos países ocidentais”. Deve-se ver nisto, diz Gougenot des Mousseaux, “o sinal incontestável de uma nova época e o presságio de acontecimentos grandiosos”.

“Eis que, dizem os homens do progresso judaico, os eflúvios da liberdade espantam as nuvens da imóvel ortodoxia, e o Talmude, que gozava de uma *autoridade incontestada* desde sua aparição, se vê desdenhado e repellido. Não somente o antigo código de Moisés e o Talmude não são mais do gosto da maioria, mas os próprios simulacros da ortodoxia ofuscam miríades de israelitas”. Foi um jornal alemão e protestante, *La Croix*, que fez essa observação.

Um dentre os vários fatos relatados por Gougenot des Mousseaux mostra até onde vai, entre os judeus liberais, o desprezo pela ortodoxia. Um jornalista belga, judeu e livre-pensador, Bérard, foi surpreendido no teatro pelo cólera, que o mandou para fora deste mundo. Seus correligionários do livre-pensamento conduziram-no ao cemitério israelita, e aí o grande rabino da Bélgica, Aristide Astruc, depositou sobre seu túmulo “um justo tributo de saudades e de *estima* por esse amante apaixonado da *liberdade religiosa*”. O *Moniteur des Solidaires* interpretou como desprezo ou inconseqüência essa intervenção do grande rabino no enterro de um livre-pensador. O rabino replicou-lhe: “Bérard era mestre do livre-pensamento, nós o sabíamos. O judaísmo não exclui ninguém de seus templos durante a vida, nem dos seus cemitérios após a morte... Bérard pôde tornar-se livre-pensador permanecendo israelita”.

“Julgam-nos sempre por fora, dizem os *Archives Israélites*,⁴ segundo os hábitos da igreja estabelecida e oficial cujo modelo nos oferece o cristianismo. *Somos, ao contrário, o tipo mais absoluto de democracia religiosa*, e cada um de nós é o juiz supremo da fé”.

A reforma não é dirigida somente ao dogma: os progressistas querem o desaparecimento proibitivo do sabá etc., etc. O *Univers Israélite* vai ao ponto de dizer: “Quem sabe? Talvez cheguem eles a se vangloriar *in petto* de que a circuncisão, esse *selo divino* que carregamos na nossa carne, segundo a poética expressão do Talmude, será abolida com uma canetada”.⁵ Ao mesmo tempo, um outro jornal judeu, o *Neuzeit*, ataca com violência, na antiga capital do império alemão, Viena, “a vida israelita *inteira*, o Talmude, o *Schoulchana Arouch*, as tradições, as cerimônias religiosas do lar doméstico”.

“Queremos caminhar, exclamam as vozes tumultuosas dos reformistas. Não saberíamos ser a favor de um *statu quo* beato e ininteligente do qual ainda existem corifeus! A imobilidade não é, sobretudo neste momento, direito nem *vantagem* de ninguém. Unir o passado ao presente de maneira a *preparar o futuro* através de úteis melhorias expressamente concebidas é o segredo da duração das nossas crenças. Faz meio século que, apesar dos gritos e dos protestos daquilo que se intitula ortodoxia, realizamos numerosas mudanças vantajosas, taxadas na sua origem de

⁴ XV, p. 677, ano 1867.

⁵ *Univers Israélite*, VIII, pp. 358-359, ano 1868.

subversivas e ímpias, e não estamos no final dessa fecunda transformação”.⁶ “A nosso ver, uma religião não é uma moral inflexível, nem uma matéria inerte que se presta a incessantes experiências; é um ser vivo, suscetível de aperfeiçoamento, que tem no passado raízes que não devem ser cortadas e que se *renova* com uma necessária lentidão”.⁷ Esses pensamentos são os pensamentos de todos os judeus de nossos dias? Não; já dissemos, os judeus dos países orientais ainda são mais ou menos o que eram há séculos. Mas também eles são trabalhados. Eis um fato que bem mostra as influências que a *Aliança Israelita* sabe empregar para levar adiante, mesmo nesses países, a transformação do judaísmo e preparar o futuro do gênero humano, tal como ela o concebe, quer e espera.

Em 10 de março de 1908, Brice, ministro da França em Adu-Abeba, escreveu a Pichon, Ministro das Relações Exteriores, que no dia 6 do mesmo mês, Roux, côsul da França, tinha apresentado, por determinação sua, a Menelick, Nahoum e Eherlm. Relatando essa entrevista com o imperador, Nahoum disse: “Cheguei a falar do renascimento de Israel e do florescimento da Etiópia nos tempos modernos. Os israelitas continuam a caminhar em direção ao progresso, graças ao seu organismo vivo que é a *Aliança*, a qual, trabalhando para esse objetivo, trabalha também para a humanidade em geral”.

Vemos aqui o governo da França encarregar seus representantes de introduzirem junto ao imperador da Etiópia os delegados da *Aliança Israelita Universal*, a fim de que esses pudessem alimentá-la com esse “organismo vivo” que faz Israel e a humanidade, em geral, caminhar rumo ao progresso.

No Ocidente, se existem judeus reformistas, há também judeus ortodoxos; mas os primeiros são muito mais numerosos e os segundos cedem, sua ortodoxia não é mais do que a sombra daquela dos seus irmãos do Oriente ou daquela de todos os judeus de outrora. Gougenot des Mousseaux oferece a esse respeito numerosas e evidentes provas.⁸

Não obstante, atentemos de novo para isso, não se deve crer que o judeu, pelo fato de renegar as crenças de seus pais, não seja mais um judeu. Mesmo ao se liberar de sua lei, o judeu conserva e mantém com zelosa preocupação a sua nacionalidade. Os reformistas, assim como os ortodoxos, não importa em que nível tenham parado, ardem igualmente do zelo de manter alto e firme o estandarte nacional do judaísmo; tanto aqueles quanto estes não abandonam a idéia e a esperança de submeter o gênero humano inteiro ao seu jugo. “Vossas observâncias antiquadas, dizem os reformistas aos ortodoxos, impedem o judaísmo de fazer-se aceitar e assim nos privam de um proselitismo que deveríamos exercer”, em vista dessa dominação.⁹

Em 1886 o lugar de grande rabino da França vagou. Dois concorrentes se apresentaram: Salomon Klein, grande rabino de Colmar, ortodoxo, e Isidore, grande rabino de Paris, progressista. Os *Archives Israélites* pronunciaram-se a favor deste pela seguinte razão: “Toda candidatura que nos *leve de volta* ao antigo sistema de estreita casuística, e que pretenda *imobilizar os processos talmúdicos* CONSTITUI OBSTÁCULO AO FUTURO DO JUDAÍSMO e deve ser descartada”.¹⁰ O futuro do judaísmo, eis o que permanece mais vivo do que nunca no coração de toda a raça de Israel, eis o que todos querem assegurar. Os progressistas pretendem ter tomado o caminho mais seguro para alcançá-lo, e aqueles que por eles são persuadidos a segui-los contam-se em miríades cada vez mais numerosas.

⁶ *Archives Israélites*, XIX, p. 835, ano 1866.

⁷ *Archives Israélites*, XX, p. 879, ano 1866. Quem não ficaria chocado com a semelhança deste linguajar com o dos católicos modernistas condenados por Pio X! Veremos mais adiante que não existe nessas duas regiões católica e judaica senão um só e mesmo movimento de idéias.

⁸ *Les juifs, le judaïsme et la judaïsation des peuples chrétiens*.

⁹ *Archives Israélites*, X, p. 448, ano 1867.

¹⁰ *Archives Israélites*, p. 544. Ano 1869, XII.

O que pretendem não é apenas uma transformação do judaísmo, sua adaptação às necessidades do tempo; eles também têm a ambição de ser um fermento no seio da sociedade.

O racionalista Klubert diz-nos no seu livro *Du Droit de la Confédération Germanique*: “Em face do judaísmo rabínico ou do talmude, ergue-se um judaísmo reformado não-rabínico, preparado por Moisés Mendelson. Esse judaísmo transformar-se-á, segundo toda probabilidade, num puro deísmo ou numa religião natural, cujos representantes não precisarão pertencer à raça judia”.¹¹ Para onde tende esse proselitismo? “Cada qual, seguindo sua consciência, *conservará* as práticas do culto devido ao Deus único e imaterial, *ou as reformará* segundo os princípios de um israelitismo *liberal* e *humanitário*. Graças à amplitude dessa liberdade prática, o progresso jorrará e a *religião universal* sobressairá sem que nenhuma consciência tenha sido perturbada”.¹²

Nessas frases podemos ver o esboço do plano da Jerusalém da nova ordem, do israelitismo humanitário, que a *Aliança Israelita Universal* se esforça em promover, da religião do futuro, que, no pensamento deles, deve ser o verdadeiro catolicismo, a verdadeira religião universal.

Israel transforma-se, pois, e ele diz que o faz com um objetivo de proselitismo: “Nossas observâncias antiquadas impedem o judaísmo de fazer-se aceitar e assim nos privam de um proselitismo que deveríamos exercer”.

Há muitos séculos Israel tinha cessado de fazer proselitismo. Voltou a fazê-lo e com tal paixão, com tal desejo de bom êxito, que para conduzir os outros a ele começa por se desembaraçar a si próprio de tudo o que o diferencia.

Convencido de que em matéria de religião o espírito é tudo e a forma pouca coisa, o judeu Hipólito Rodrigues, citado pelos *Archives Israélites*,¹³ dirige-se sucessivamente às três filhas da Bíblia: ao judaísmo, ao cristianismo e ao islamismo. Ele as exorta e as conjura a porem de lado as formas exteriores do culto que as separam, mistérios, sacramentos etc., e a se unirem no terreno que lhes é comum, o terreno da unidade de Deus e da fraternidade universal.

“Que templos se ergam por toda a parte, recebendo no seu interior todos os formas sem distinção de origem religiosa! Que todos os corações repletos dos mesmos sentimentos de amor se expandam diante do mesmo Deus, pai de todos os seres. Que todos sejam nutridos pelos mesmos princípios de virtude, moral e religião, e os ódios das seitas desaparecerão, e a harmonia reinará sobre a terra, e os *tempos messiânicos* preditos pelos profetas *se realizarão*”.

A *Aliança Israelita Universal* foi criada tendo em vista essa realização, e desde os seus primeiros dias se rejubilava com seus sucessos. “A Aliança Israelita Universal apenas começa e já sua salutar influência se faz sentir longe. Ela não se limita apenas ao nosso culto, ela se destina a todos os cultos. *Ela quer penetrar em todas as religiões*, como ela penetra em todos os países... A religião judia é a mãe das religiões que espalham a civilização. Assim, à medida que a filosofia emancipa o espírito humano, as aversões religiosas contra o povo judeu se apagam... Muito bem, senhores! Continuemos nossa missão gloriosa; que os homens esclarecidos, sem distinção de culto, se unam nessa *Aliança Israelita Universal*, cujo fim é tão nobre, tão sabiamente civilizador... Fazer cair as barreiras que separam *aquilo que um dia deve se reunir*, eis, senhores, a bela, a grande missão da nossa *Aliança Israelita Universal*. Caminhemos firmes e resolutos na via que está traçada. Convido à nossa associação nossos irmãos de todos os cultos; que venham a nós, com que solicitude iremos até

¹¹ Klubert, 4ª edição, § 516, nota 4.

¹² *Archives Israélites*, III, pp. 118-119, ano 1868.

¹³ XIV, pp. 628-629, ano 1866.

eles! É chegado o momento de fundar sobre uma base indestrutível uma associação imortal”.¹⁴

“E como finalmente chegam os tempos em que os fatos se apressam em responder às palavras, *o mais vasto, o mais maravilhoso dos templos, um templo cujas pedras são vivas* e dotadas de pensamento se ergue para receber no seu interior elástico, sob a bandeira para sempre sagrada da razão e da filosofia, tudo o que o gênero humano encerra em seu seio de generoso, de hostil ao mistério e à ignorância, de verdadeiros filhos da luz e da liberdade. Esse templo abrigará no seu interior a religião judia, que sobrevive a tudo e que nada abala; *religião ampliada e digna de toda a humanidade*”.¹⁵

Gougenot des Mousseaux resumiu assim uma página do *Univers Israélite* (V, p. 223, 1869): “Não resta quase mais nada aos filhos do progresso além de empurrar com o pé uma religião enferrujada (o catolicismo) e o dia de sua queda se faz pressentir”. Eis a razão que ele dá: “Inaugurada pela sábia e espetacular Alemanha, a renovação dos estudos teológicos aclimata-se na França, a qual, graças ao seu espírito generalizador e expansivo, pode ser chamada a realizar pela síntese religiosa o que ela fez um dia pela reconstituição civil e política do mundo. E todo israelita *deve experimentar o desejo de cooperar nessa guerra* na qual estão comprometidos seus mais sagrados interesses”.¹⁶

Para o pensamento judeu é preciso, pois, que, refundida, como o foram pela Revolução o direito e a história, a teologia romana se ponha de acordo com a filosofia judaica. É necessário que, de uma extremidade à outra da terra, uma crença hostil ao sobrenatural, quer dizer, verdadeiramente anticristã, e digna das luzes da ciência moderna, una e cimente uns aos outros os membros da grande família humana. Homem ou idéia, o Messias que o judeu espera está chega, seu dia está próximo.

Tal é a ambição, tal é a esperança de Israel. Não falamos do judeu de hoje, porque ele sempre teve a pretensão de dominar todo o gênero humano; mas hoje ele torna precisos seus meios e se crê na véspera de o conseguir.



¹⁴ Discurso de Crémieux na *Aliança Israelita Universal*.

¹⁵ *Archives Israélites*, XXIV, p. 1074, ano 1866.

¹⁶ *Les juifs, le judaïsme et la judaïsation des peuples chrétiens*, p. 323.

CAPÍTULO XLV

O ISRAELITISMO HUMANITÁRIO

Um israelitismo liberal e humanitário, eis no que tende se tornar a religião dos judeus. Eis o que os judeus mais ativos, mais avançados, eis o que a *Aliança Israelita Universal* propõe aos homens de todas as religiões e de todos os países e o que ela espera fazê-los adotar.

Um esforço muito poderoso é feito neste momento em todos os pontos do universo, para levar o gênero humano inteiro a essa religião humanitária. Estamos longe de poder expor aqui essa conspiração sob todos os seus aspectos; para isso seria necessário um outro livro. Diremos o suficiente para fazer compreender em que profundidade são sabotados os fundamentos da civilização cristã, e isto em toda a extensão da terra.

A idéia de uma religião humanitária começou a se manifestar na mesma época da idéia da República Universal, quer dizer, por volta do fim do século XVIII; mas ela tinha sido concebida anteriormente. Um escritor franco-maçom, Henne am Rym, na sua obra *Allemeine Kulturgeschichte* (t. IV, p. 214), diz: “A concepção do humanismo, no seu sentido mais alto e, podemos dizer, moderno, foi propagada em 1641 na Inglaterra pelo irmão Morave Amos Komensky, que lá se havia refugiado e que havia feito publicar em 1639 seu *Prodomus Pansophiæ*. Ele professava e propagava a tolerância geral de todas as religiões e o amor da humanidade que se manifestava através da filantropia. Animado inicialmente pela esperança de reunir numa só todas as crenças cristãs, quando se convenceu da impossibilidade desse projeto rejeitou toda diferença confessional e se colocou na grandeza da humanidade pura e despojada de todo preconceito. “Na sua *Pansophiæ*, Amos Komensky fala de um templo da sabedoria a construir e diz: “Em razão de que essa obra não deve servir somente aos cristãos, mas a todos os que nasceram homens, ela poderia ser chamada pansofia ou sabedoria humana”.

Nessa mesma época, viu-se um personagem cujo verdadeiro nome é desconhecido, mas que se fez chamar Eyrénée Philalète, percorrer a França, a Inglaterra, a Holanda, a América. Em todos esses países ele falava de uma nova religião “humanitária” que devia se estabelecer proximamente no mundo e compreender todas as nações. “Seus escritos, diz Claudio Jannet, que remontam à História Hermética de Lenglet-Dufernoy (I, 402), têm uma tinta judaica muito pronunciada. O humanitarismo já é considerado como substituto do cristianismo”.

“No século seguinte, observa Joseph Lemann,¹ o filosofismo começa a se colocar em favor da execução desse plano do inferno. Ele emprega duas máximas que, após mais de um século, nada perderam do seu prestígio: “Todas as religiões são boas”, “Os judeus são homens como os outros”. A primeira dessas máximas tinha por finalidade rebaixar o cristianismo, a segunda elevar os judeus, uma e outra preparando o terreno para a religião humanitária num tempo mais ou menos distante; porque no momento em que não se admitia entre as religiões nem inferioridade, nem superioridade, não havia senão considerar em cada um e em todos senão a humanidade e proclamar os ‘Direitos do Homem’.

Sabemos como, após o restabelecimento do culto na França, essa igualdade entre as religiões foi estabelecida, mantida e desenvolvida por Napoleão, que colocou as seitas protestantes em pé de igualdade com a Igreja católica, por Luís Filipe, que

¹ *L'entrée des israélites dans la société et les États chrétiens, d'après des documents nouveaux*, cap. IV.

fez os judeus entrarem nessa confusão, por Napoleão III, que admitiu os muçulmanos. Vemos agora como, sob a terceira república, a superioridade foi restabelecida em favor dos judeus e dos protestantes, que têm todas as forças governamentais a seu serviço para perseguir os católicos que não entram no movimento. Não podia ser diferente. A Igreja católica possui e professa a plena verdade. Um instinto secreto di-lo mesmo àqueles que estão mais afastados de nós.

Permitir a todas as religiões falsas, às heresias, aos cismas, às monstruosidades do orgulho e mesmo da imoralidade, virem se enfileirar na mesma linha, pretender a mesma consideração, era autorizar por antecipação a união legal de todos os erros, de todas as monstruosidades, contra a religião católica, contra os estabelecimentos católicos, contra a vida católica. Isso não se fez esperar. Isso ultrapassa mesmo tudo o que os bons podiam temer, tudo o que os maus podiam se prometer.

Ainda aqui nós nos encontramos em presença da execução de um plano elaborado na Convenção de Wilhemsbad. Ele está inteiramente expresso nas palavras que o conde de Virieu, ao retornar desse congresso, disse ao conde de Gilliers. Ele concluía dizendo como seria difícil ao catolicismo não sucumbir ao assalto que lhe ia ser desfechado.

De Maistre, que viu e previu tantas coisas, nada ignorava desse plano. Ele advertiu Alexandre I a respeito, num memorial que lhe endereçou em 1816. Aí ele diz: “Há com toda a certeza, segundo todas as aparências, sociedades propriamente ditas, organizadas para a destruição de todos os tronos e de todos os altares”.

Ele acrescentava que os judeus tiravam um grande partido dessas sociedades. Ele poderia ter dito que eles eram a alma delas.

Em 1860, pareceu chegada a hora de se porem resolutamente à obra; o judeu Crémieux, encarregado de preparar os caminhos para o reino do humanitarismo, instituiu a *Aliança Israelita Universal*, como vimos no capítulo precedente.

O meio mais poderoso que pôde ser inventado para realizar seu programa, para buscar as pedras vivas que devem entrar na construção do Templo, foi a escola neutra.

Não é uma coisa prodigiosamente espantosa ver todos os Estados, católicos ou protestantes, monarquias ou repúblicas, promulgarem, quase ao mesmo tempo, as mesmas leis para imporem a neutralidade do ponto de vista religioso no ensino da juventude? Como explicar, fora da conjuração anticristã, um tal acordo para uma coisa tão monstruosa, e cujos efeitos foram logo tão funestos que vários Estados apressaram-se em corrigir sua legislação sobre esse ponto?

De outra parte, que coisa mais eficaz do que essa neutralidade escolar para alcançar o objetivo visado pela *Aliança Israelita Universal*? As crianças educadas na ignorância das verdades religiosas pertencem efetivamente ao israelitismo liberal e humanitário; eles são os elementos apropriados da “religião universal”, desse “catolicismo” que permitirá a realização dos destinos de Israel.

A prova de que o judeu é o instigador desse movimento, encontramos-na no livro que publicou um inspetor da Academia, Pajot.

Depois de dizer que os alunos das escolas normais perdem infalivelmente a fé e que era necessário, em consequência, substituir a fé “por uma forte cultura *moral independente* de todo ensino confessional”, ele adota o linguajar da *Aliança Israelita Universal* e diz: “Essa cultura moral é também uma fé, uma religião, mas uma religião superior a todas as outras e na qual elas podem e devem se confundir. Ao lado, e, não tememos dizer, acima das religiões que dividem os espíritos, há lugar para uma religião verdadeiramente universal, aceitável por todos os espíritos pensantes e que encerra as religiões particulares como o gênero encerra as espécies!”.²

² *Avant d'entrer dans la vie. Aux instituteurs et institutrices, conseils et directions pratiques.*

Não é, palavra por palavra, o linguajar dos *Arquivos Israelitas* e da *Aliança Israelita Universal*?

Essa conformidade de linguagem, de pensamentos e de desejos entre esse funcionário da Universidade e a grande máquina viva e falante construída pelos judeus modernos para triturar tudo o que há de positivo em toda religião, qualquer que seja, não é muito digna de atenção?

A tarefa que a *Aliança Israelita Universal* se propôs realizar para preparar a edificação do Templo, é, pois, introduzir no catolicismo, e no que resta de firme nas outras religiões, elementos de dissolução que as levarão a confundir-se todas numa vaga religiosidade humanitária.

Os dogmas formam, por assim dizer, a ossatura das religiões, e é também através deles que elas se distinguem e se mantêm separadas umas das outras. O grande esforço dos apóstolos da religião humanitária deve ser, pois, fazê-los desaparecer. Com efeito, esse esforço é aplicado nisso. Um sínodo protestante realizado em Clairac, em outubro de 1903, exprimia perfeitamente seu desígnio e seu objetivo nesse desejo: “Que as barreiras entre as Igrejas sejam diminuídas, a fim de facilitar a colaboração fraterna a serviço da humanidade”.

Foi sobretudo na América que o projeto do estabelecimento de uma religião humanitária que deveria substituir as religiões existentes ganhou corpo. Há muito tempo se trabalha para diminuir as barreiras dogmáticas e para unificar as confissões de maneira a favorecer os caminhos do humanitarismo.

O terreno é propício. Segundo o Pe. Forbes, S.J., cento e cinquenta seitas oficialmente inscritas compreendem hoje sete a oito milhões de protestantes, membros ativos das Igrejas aristocráticas. Afora essas Igrejas oficiais, há quarenta e cinco milhões de indiferentes.

Entre aqueles que conservaram o sentimento religioso, muitos há que são levados pelas seitas mais exageradas. Enfim, há na América oitocentos mil maçons³ e dez milhões de espíritas. Em tal meio o humanitarismo tem o campo livre.

Nessa massa de infiéis eis, segundo o *Catholic Directory* de Milwaukee, a população católica dos Estados Unidos. Em 1906 era de 12.651.944, ou seja, 189.131 mais do que no ano precedente. O número de membros do clero regular e secular era de 14.484, assim se decompondo: seculares, 10.789; regulares, 3.695. Um cardeal, 14 arcebispos e 90 bispos. As igrejas eram em número de 11.814. E 1.066.207

³ Em outubro de 1905, o *Alpina*, publicação maçônica internacional, ao lançar a idéia de celebrar, em 1917, com uma festa geral em Londres, o bicentenário de criação da franco-maçonaria na Inglaterra, deu a seguinte informação: “O grande desenvolvimento que a F.: M.: teve nos Estados Unidos da América está demonstrado pelo fato de que mais de 87% dos membros da Câmara dos Representantes e 80% dos senadores pertencem às lojas”.

Por ocasião da última eleição para a presidência dos Estados Unidos, o *Saint-Paul-Wanderer* (nº 2123) publicou um artigo que foi reproduzido pelo *Catholic Fortnightly Review* de Saint Louis. Ali estava dito que os dois candidatos, Bryon e Taft, eram, um e outro, franco-maçons. E a *Vérité* de Quebec acrescentava que depois da fundação dos Estados Unidos a regra, salvo raras exceções, era que seus presidentes pertencessem à franco-maçonaria. O primeiro, Washington, foi primeiramente eleito secretamente por seus *irmãos* antes de ser levado à escolha popular. O I.: Limousin, manifestando-se a um jornal sobre o papel considerável que a franco-maçonaria exerce nos Estados Unidos, escreveu: “Ela foi o molde no qual se formou a sociedade americana”.

O número de franco-maçons nos Estados Unidos que reproduzimos acima foi fornecido pelo Pe. Forbes. Mas em 1º de março de 1908, o *Catholic Fortnightly Review* afirmava, de acordo com a Enciclopédia das *Fraternidades* da América, que as lojas maçônicas sozinhas aumentam anualmente em média trinta mil membros, homens e mulheres, e que o número atual de todas as sociedades secretas com tendências anticristãs: Lojas dos Três Ritos, Triângulos Satânicos, lojas socialistas e anarquistas, Velhos Companheiros, Cavaleiros de Pythias etc., etc, podem chegar nos Estados Unidos a mais de oito milhões, compreendidas as irmãs de toda espécie.

freqüentavam 4.281 escolas. Esses números se aplicam apenas aos Estados Unidos continentais, e não levam em conta nem Porto Rico, nem as Filipinas.

Mais do que o número, importa conhecer a disposição de espírito.

Recentemente um escritor francês, Henry Bary, publicou um livro intitulado *La Religion dans la Société aux Etats-Unis*. Brunetière, num artigo publicado em dezembro de 1902 na *Revue des Deux-Mondes* rende-lhe o testemunho de que ele descreveu com muita habilidade as transformações que se operam nesse mesmo momento no seio do protestantismo. Brunetière registra assim o termo dessa transformação: “A evolução que prepara na América a unidade do cristianismo é um efeito do positivismo”. Com efeito, no pensamento de Augusto Comte, “religião” e “sociologia” são a mesma coisa. Sua sociologia não passa de um esforço para realizar o reino de Deus *sobre a terra*; quer dizer, divinizar o homem ou humanizar Deus. Bary mostra as origens, o desenvolvimento e o caráter dessa evolução, informações que repassarei aos leitores segundo seu entendimento. O resultado é aquele que ele chama algumas vezes de RELIGIÃO AMERICANA, outras vezes RELIGIÃO HUMANITÁRIA.

A religião americana, tal como nos é apresentada neste livro, não é nada do que o abade Klein, no seu livro *Vie du P. Hecker*, e, após ele, monsenhor O’ Connel e monsenhor Keane batizaram de americanismo.⁴ O americanismo é aquela parte do ideal religioso americano que alguns católicos deixaram entrar no seu catolicismo; mas esse ideal não se realiza completamente senão nas seitas protestantes que partilham entre si as populações da América, e no judaísmo liberal.

H. Bary dá esta definição desse “ideal americano” ou dessa “religião americana”: “Todas as igrejas dos Estados Unidos, protestantes, católicas, judias e independentes têm alguma coisa em comum. Elas são mais vizinhas entre si do que qualquer delas com sua Igreja-mãe da Europa; e o conjunto de todas as religiões da América forma o que se pode chamar de religião americana”. Essas linhas são as primeiras que se lêem no início do livro de Henri Bary. O livro inteiro serve para demonstrar o bem fundamentado dessa assertiva.

Temos de fazer, desde agora, reservas acerca da menção da Igreja Católica no meio das igrejas protestantes e judias. Não é verdadeiro dizer que a Igreja Católica na América seja mais vizinha das seitas protestantes do que da Igreja romana; mas é exato que cristãos que conservam o nome de católicos se aproximam demais dos protestantes — na América mais do que em outros lugares. A facilidade com que as famílias católicas confiam a educação de seus filhos às Universidades neutras só agravará o mal. O Revdo. Pe. B. Caselly, S.J., num artigo reproduzido pelo *Catholic Mirror* de Baltimore, disse em abril de 1906: “Há neste momento pelo menos dois mil estudantes católicos, rapazes e moças, nessas Universidades”.

As origens da religião americana devem ser atribuídas, segundo Bary, aos puritanos. O fim estará num cristianismo alargado até ao humanitarismo. Ele acredita poder pôr estas duas assertivas: “A república dos Estados Unidos é, no pensamento dos judeus da América, a *Jerusalém futura*”. “O americano acredita que sua nação é a *eleita de Deus*”. E acrescenta: “Nessa confiança patriótica dos americanos, os judeus reconheceram a sua. Seu orgulho nacional veio apoiar-se sobre o dos seus novos compatriotas. Uns como os outros esperam de suas raças a salvação da terra”.⁵

⁴ Ver *L’Américanisme et la Conjuración Anti-chrétienne*, pp. 306-308.

⁵ O abade Klein, num relatório de sua viagem à América publicado no *Correspondant* (10 de fevereiro e 10 de março de 1904), reconhece que há seiscentos mil judeus na cidade de Nova Iorque. Ele acrescenta, é verdade, que é a metade do que há nos Estados Unidos; mas as pessoas bem informadas afirmam o contrário, que a mesma proporção está presente em outras cidades da União.

Essa emigração dos judeus para os Estados Unidos bem corresponde ao que disse Bary, que a república dos Estados Unidos é, segundo o pensamento dos judeus da América, a *Jerusalém futura*.

Esse orgulho nacional é partilhado mesmo por membros do clero.

“No curso da história, diz monsenhor Ireland, a Providência escolheu ora uma ora outra nação para servir de guia e de modelo para o progresso da humanidade. Quando se abriu a era cristã, era Roma todo-poderosa que estava na vanguarda. A Espanha tomou a direção do mundo na hora em que a América se aprestava a entrar na família dos povos civilizados. *Agora que começa a despontar no horizonte a maior era que jamais se viu, que nação vai a Providência escolher para guiar os destinos da humanidade?* VEJO APARECER ESSA NOBRE NAÇÃO. Gigante em estatura, graciosa em todos os seus traços, cheia de vida no frescor e no começo de sua juventude, digna como uma matrona na prudência do seu andar, os cabelos ondulantes *ao sopro querido da liberdade*, É ELA, não se poderia duvidar ao vê-la, é ela a rainha, a conquistadora, a mestra, a PRECEPTORA DOS SÉCULOS QUE VIRÃO... Seus filhos chegam de todos os países; eles construíram um mundo novo, um mundo que encarna as esperanças, as ambições, os sonhos dos padres e dos videntes da humanidade.

“A NAÇÃO DO FUTURO! preciso nomeá-la? Nossos corações palpitam de amor por ela.

“Ó meu país, és tu.
Doce terra de liberdade,
És tu mesma que eu canto”.⁶

Disseram os judeus: “O desenvolvimento e a realização dos *princípios modernos* são as condições mais energicamente vitais para a extensão expansiva e para o mais alto desenvolvimento do judaísmo” (concílio judaico de 1869).

Por seu turno os americanistas dizem: “As idéias americanas são aquelas que Deus quer para todos os povos civilizados do nosso tempo”.

“A influência da América, continua monsenhor Ireland, estende-se longe entre as nações, tanto pela solução dos problemas sociais e políticos quanto pelo desenvolvimento da indústria e do comércio. Não há país no mundo que não nos tome idéias emprestadas. *O espírito da liberdade americana desdobra-se através dos oceanos e dos mares, e prepara o terreno para plantar as idéias e os costumes americanos.* Essa influência crescerá com o progresso da nação. O centro de gravidade da atividade humana desloca-se rapidamente, e *num futuro que não está longe*, a AMÉRICA CONDUZIRÁ O MUNDO”. (*L’avenir du catholicisme aux Etats-Unis*).

Assim, Bargy não toma emprestados gratuitamente seus pensamentos dos outros, quando diz que os americanos vêem a salvação da terra ser preparada pela “evolução religiosa que se faz sentir nos Estados Unidos, e que prepara uma religião da humanidade na qual viriam confundir-se todas as religiões existentes”. Lemos as

Um jornal judeu, o *Zeitung des Judenstams*, no número de 13 de outubro de 1905, dá a entender que os judeus acabaram por conquistar o Novo Mundo. “Num tal país, com possibilidades ilimitadas, no qual não existe religião do Estado, e no qual não se pergunta pela sua origem ou nacionalidade, um povo ativo, sóbrio, estudioso e pleno de iniciativa pode ir longe... Atualmente, o número de judeus que se encontram no primeiro plano da vida pública é de mais de 900. O fato é tanto mais reconfortante posto que não há senão uma pequena porcentagem da população judia que vive nos Estados Unidos mais do que o tempo em que um homem amadurece; e no entanto é preciso pelo menos ser maduro para desempenhar um papel na vida de um povo”.

Esse *quo non ascendum* é digno de atenção. Após a campanha conduzida pelos judeus em 1907 pela abolição da festa de Natal nas escolas dos Estados Unidos, a *Central Católica* publicou este desafio feito à cristandade pelo judeu Israel Rosenstein: “Se os cristãos se irritam e querem derrubar a ordem dada pela Comissão Escolar de Nova Iorque, as forças judias coligadas podem precipitar uma terrível catástrofe financeira, cujo resultado será que nós obteremos mais ainda do que pedimos agora!”

⁶ Ver *L’Américanisme et la Conjuración Anti-chrétienne*, pp. 187-190.

primeiras linhas do seu livro; estas são as últimas. O livro inteiro assinala as fases dessa evolução.

Bargy faz remontar as origens da religião americana à época na qual, com base em outros indícios, nós mesmos estabelecemos as origens do humanitarismo, quer dizer, ao século XVII. “O cristianismo americano, diz Bargy, recebeu seu caráter dos primeiros colonos. A colonização dos puritanos data de sua emigração para a Holanda, onde viveram doze anos antes de virem para a América. Foi na Holanda que nasceu o cristianismo americano. A primeira igreja protestante do Novo Mundo, a de Plymouth (1620), não foi outra senão a igreja de Leyde, fundada em 1608 nos Países Baixos pelos separatistas ingleses sob a direção de John Robinson. A história da igreja de Leyde já é a história das igrejas da América: “Um esforço em direção a mais tolerância com mais solidariedade”. “O *Tratado da Comunhão Religiosa*, escrito em 1612 por Robinson é o primeiro testemunho de um espírito novo em matéria de religião... Robinson colocou seu Tratado sob a invocação de São Paulo, esse apóstolo da tolerância no qual se inspiram tantos pregadores do Novo Mundo”.⁷

Qual é esse espírito novo em matéria de religião? Acabamos de dizer, é um espírito de tolerância no que concerne ao dogma, a fim de chegar a uma mais perfeita solidariedade entre os homens de todas as raças e de todas as condições. É, pois, um espírito humanitário. “A religião dos puritanos é feita para o homem e não para Deus. Eles são devotos da religião naquilo que ela tem de social, e negligenciam o que ela tem de dogmático”.

Inicialmente isso se deu como um instinto que ganhou uma a uma todas as seitas protestantes residentes na América. De 1820 a 1830 esse instinto se tornou, com Channing, um sistema filosófico que tomou o nome de unitarismo. Seu autor caracteriza-o assim: “Uma religião que se recusa a se definir”. Seu único dogma é a indiferença pelos dogmas. “Nós seguimos apenas um sistema: excluir a controvérsia”. Descartando assim a verdade revelada, ele fez da sua religião uma filantropia: “O aperfeiçoamento do homem pelo aperfeiçoamento da sociedade”.

De 1830 a 1840 formou-se o grupo dos transcendentalistas. “Ao lado dos unitários e mais alto do que eles, diz Bargy, eles encarnam o que caracteriza a América: união do *sentimento* cristão e da razão positiva; eles reconciliam o espírito evangélico e o espírito racionalista fazendo com que ambos sirvam à ação social... Conciliadores por excelência, personificam o horror americano às controvérsias e às polêmicas... Conciliam todas as contradições aparentes: cristãos e racionalistas, individualistas e socialistas. São tipicamente americanos”.

“A influência dos transcendentalistas, diz ainda Bargy, como a dos unitários, espalhou-se por toda a parte: reconhecemo-la nas sociedades de cultura moral, nas igrejas liberais, e mesmo nas igrejas ortodoxas; na literatura e no jornalismo; na educação, na corrente de idéias, imponderável e todo-poderosa, que faz o modo de sentir e de pensar de um povo”.

Após ter passado dos puritanos para os unitários e dos unitários para os transcendentalistas, o cristianismo americano encontrou seu termo na “Sociedade de Cultura Moral”, *Society for Ethical Culture*. É o tipo da igreja sem dogma. Ela não ensina a morrer, mas a viver; ela é uma escola de energia prática, que faz do aperfeiçoamento do homem através do aperfeiçoamento da sociedade o próprio objetivo do cristianismo transformado. Numa palavra, o cristianismo, pela transformação que a religião humanitária quer-lhe fazer sofrer, não será outra coisa que não o socialismo.

⁷ Bargy alude aqui à Congregação dos Paulistas, fundada pelo Pe. Hecker.

“A verdadeira forma e a forma verdadeiramente moderna da religião, diz um jovem publicista italiano, Guilherme Ferrero, é o socialismo alemão”.⁸

E Brunetière retoma a idéia: “Porque o socialismo alemão? É preciso dizer o socialismo em geral — na França como na Alemanha, na Itália como na Inglaterra, o socialismo sem epíteto, o socialismo das multidões: quero dizer o socialismo considerado não nos programas ou através da eloquência dos políticos que se servem dele como carreira e via de acesso à fruição do poder, mas nas aspirações dessas massas populosas que seus pregadores agitam, sublevam e arrastam. Menos francês, mais internacional e mais universal do que a nossa revolução, aquilo que o socialismo aspira a realizar é propriamente “o reino dos céus” sobre a terra, é o sonho da fraternidade universal no amor universal. Não é para após a morte, nem em outra vida, da qual esta seria apenas a via dolorosa, mas é sobre a terra e para amanhã que o socialismo promete a seus adeptos a realização do reino dos céus... O que há de certo é que não sendo as esperanças concebidas como imediatamente realizáveis, mas realizáveis num futuro indeterminado, o entusiasmo que elas inspiram aos que delas partilham é, por si só, uma espécie de religião”.⁹

O socialismo é, com efeito, exatamente a forma concreta da religião humanitária; ou, se se quer assim, o termo da civilização moderna, se ela conseguir suplantar durante algum tempo a civilização cristã.



⁸ Gougenot des Mousseaux (p. 97) diz que a partir do ano de 1831 formou-se na Alemanha uma associação de judeus e de cristãos cujo objetivo era fundar a civilização religiosa, moral e *socia*l dos israelitas.

⁹ *Revue des Deux-Mondes*, dezembro de 1902, p. 873.

CAPÍTULO XLVI

DA AMÉRICA, A RELIGIÃO HUMANITÁRIA ESPALHA-SE PARA A EUROPA

A “Sociedade de Cultura Moral” fora fundada em Nova Iorque por Felix Adler, professor delegado do ensino superior da Universidade Cornell. Seccionais ou associações semelhantes foram logo estabelecidas em 1883, em Chicago, em 1885, na Filadélfia, em 1886, em Saint Louis. Da América, o movimento propagou-se para a Europa. Fouillée representa a França no órgão publicado por todas essas sociedades, o *International Journal of Ethics*, criado por instigação de Adler. A sociedade de Londres (1891) foi obra de um americano, Stanton Coit. Em 1895 foi fundada uma sociedade na Áustria, em Viena, e uma na Suíça. As do império alemão foram fundadas pelo próprio Adler, e são em número de dezesseis.

Deve-se ligar a esses fatos a associação dos “cogitativos”, cuja existência a imprensa revelou por ocasião do congresso que realizaram em Berlim, em junho de 1899?

O objetivo parece exatamente o mesmo: reunir os “partidos da reforma religiosa e social” e “fundar a religião do futuro”. Seu presidente é também um judeu. Como meios de atingir esse fim, o congresso preconizou, ele também, “a liberação da opressão dogmática”, a criação de uma religião liberada do dogma. Adotou a seguinte resolução:

“Considerando que a antiga fé, em razão de sua contradição com a ciência moderna, está condenada a desaparecer cedo ou tarde, o congresso pela união dos partidos da reforma religiosa e social exprime o desejo de que o governo não mais reconheça para o futuro a organização eclesiástica tradicional”.¹

“Em segundo lugar, o congresso convida todos os que pensam livremente a darem sua adesão à religião da ciência e da consciência progressivas, quer dizer, à religião dos “cogitativos”, a fim de apressar o triunfo da idéia correspondente ao espírito moderno.

“Enfim, o congresso estima ser necessário fazer sem perda de tempo movimentos nesse sentido em toda a Alemanha”.

Não sabemos se os “cogitativos” se ramificam em outros países; mas existe em todos os quadrantes do mundo uma associação que quase não difere dessa: as *Uniãos Cristãs dos Jovens*. A *Réforme Sociale* tratou disso no número de 1º de julho de 1893, no de 16 de novembro de 1896, no de 1º de julho de 1902 e no de 16 de fevereiro de 1903. Este último número publicou uma comunicação feita por Sautier, secretário-geral dessa associação na França.

Eis as informações que encontramos aí e alhures:

Essas Uniãos, fundadas há meio século, desenvolveram-se rapidamente por toda a face do globo.

Um comerciante, Georges Williams, fundou a primeira União inglesa em 1844 e foi chamado de “Pai das Uniãos”. Cook fundou a União de Paris em 1852. Em 1906 a obra contava na França cinco mil membros repartidos entre 113 Uniãos. Há Uniãos rurais no Gard, no Charente e na Vandéia, Uniãos operárias em Roubaix e Creusot. As Uniãos são federadas em grupos regionais, cujas reuniões formam a Aliança

¹ Coisa feita na França pela lei de separação entre a Igreja e o Estado.

francesa. A Aliança francesa é apenas um departamento da Aliança internacional, que contava então 7.000 Uniões compreendendo 600.000 jovens.

Em 1878, a oitava “conferência universal”, reunida em Genebra, criou um comitê central internacional que compreende onze membros. Ele próprio é inspirado por uma comissão deliberativa composta por vinte e um conselheiros, que pertencem às seguintes nacionalidades: América, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda, Hungria, Índia, Itália, Japão, Noruega, Oceania, Rússia, Suécia e Suíça.²

A alma de todo grupo é seu secretário-geral, e a ligação federativa entre todas as Uniões é constituída por esses secretários. Eles devem ser “apóstolos hábeis e experimentados”. Desde 1899 os secretários-gerais trocam os resultados de suas experiências pessoais em “conferências”.³

Há três categorias de secretários-gerais:

1°. *Os secretários permanentes*, verdadeiros ministros, que têm sob sua direção um território considerável; 2°. *Os secretários itinerantes*, visitantes de grupos, fundadores de novas secções; 3°. *Os secretários locais*, colocados à testa de uma União, e que realizam as funções próprias. Uma gratificação de 6.000 a 15.000 francos dispensa-os de qualquer preocupação com o futuro, ao mesmo tempo em que a alta consideração que lhes testemunha a sociedade protestante os mantém dedicados e os recompensa por seus esforços. Faz alguns anos foi criada em Springfield uma verdadeira escola normal destinada a eles, na qual são preparados para o futuro apostolado. No momento, um oitavo dos secretários de Uniões sai dessa casa, e o número aumentará. Uma outra escola foi fundada em Genebra, em 1896, e várias na América. Os que não são formados nessas escolas ficam vinculados como auxiliares de um dos mais velhos, que tem a missão de formá-los.

Compreende-se o poderio de semelhante organização.

As Uniões favorecem a mistura das classes; mas elas também associam entre si os jovens que a comunhão de interesses, trabalho ou estudos aproxima. Assim é que existem Uniões Cristãs para estudantes até nas Universidades dos países do Extremo Oriente. Em Tóquio, Nan-King, Pequim, Seul - na Coréia, Calcutá, existem associações exclusivamente compostas de estudantes chineses, japoneses, indianos ou coreanos.⁴ Nos Estados Unidos existem Uniões para os empregados de estradas de ferro. Na França elas são particularmente estabelecidas nas cidades de guarnições, e a cada uma dessas Uniões está anexada uma *obra militar*, que se cuida muito em não proibir. *La France Chrétienne* (número de 28 de janeiro de 1904) afirma

² A Aliança Universal das Uniões Cristãs apurou assim sua estatística:

	Uniões	Membros	Secretários	Construções	Valores (em francos)
1907 —	7.031	761.056	2.604	1.001	201.667.821
1908 —	7.835	860.573	2.864	1.967	221.997.140

2.807 Uniões (com 103.981 membros) não estão ligadas à Aliança Universal.

Na França, a Aliança conta 125 Uniões, 32 grupos independentes e 15 associações de estudantes ou de alunos de liceus.

³ Ver *Les cinq premières années des Unions Chrésiennes de Jeunes Gens de la France*, por Roger Merlin.

⁴ O *Elan*, no número de 1º de abril de 1904, informava:

“As Uniões japonesas projetam empreender uma obra especial entre os soldados enquanto durar a guerra. O herói da batalha de Chemulpo, o contra-almirante Uriu, foi, durante dois anos, presidente da União Cristã dos Jovens, no período em que freqüentou a Escola Naval de Anápolis, nos Estados Unidos. Kataoka, que acaba de morrer, era presidente da Câmara Baixa do Parlamento Japonês e presidente da União de Tóquio”.

Por ocasião da guerra, os protestantes estabeleceram *tendas unionistas* na Manchúria. A primeira foi instalada em Antoken, do lado oposto de Wiju. Ela pode abrigar duzentos soldados e estampa em grandes letras a inscrição *União Cristã dos Jovens*. À noite, a mesma inscrição pode ser lida em razão de grande quantidade de lanternas japonesas; quatro grandes bandeiras japonesas são desdobradas em certas ocasiões. Os secretários da obra são em número de três.

que essas Uniões e as obras militares anexas recebem, de benfeitores americanos, os capitais que lhes permitem o funcionamento e a propaganda.

Há mesmo Uniões Cristãs de Moças. Foi o que nos deu a conhecer o *Chrétien Belge*, no número de 4 de junho de 1904. Informava ele que na segunda-feira de Pentecostes uma centena de unionistas estavam reunidos no templo de Charleroi. Um relatório acerca da evolução dessas Uniões, lido na ocasião, mostra, diz esse jornal protestante, que essa evolução é “divertida”. Em seguida a assembléia aplaudiu o projeto de uma federação dos três grupos seccionais, Hainaut, Brabant e Liège.

Os protestantes unitaristas instituíram em Genebra, em 1900, um comitê internacional e Conferências universais.

Depois de realizarem seus congressos ecumênicos em Londres e Amsterdã, o Unitarismo escolheu Genebra como sede da terceira de suas assembléias, que com efeito se realizou nessa cidade em meados de setembro de 1905. O nome oficial da assembléia era *Congresso Internacional do Cristianismo Liberal e Progressivo*. O comitê genebrês de organização estima que “a grande importância de semelhante reunião na antiga cidade de Calvino não poderia passar despercebida a nenhuma das almas da tendência unitária. Ele conta com o concurso devotado de todos aqueles para os quais a independência absoluta da oração religiosa é cara”.⁵

Le Christianisme au XXe. Siècle, no número de 17 de março de 1904, divulgou que ocorrera uma reunião na sexta-feira precedente na União de Paris, na Sala André, com o objetivo de serem tomadas as primeiras providências para a organização desse congresso.

Num relatório à juventude católica de Bensaçon, Montenach disse: “As Uniões declaram ter existência fora de qualquer organização eclesiástica e conservam completa neutralidade relativamente às diferentes denominações eclesiásticas”.

Reencontramos aqui o espírito e as tendências da “Religião Americana”, cujo *credo* inteiro é a fé no bem, e que acolhe as pessoas de qualquer religião assim como as pessoas sem religião.

Esforçam-se, no momento, em agrupar, em toda a extensão do território francês, a juventude católica. Provavelmente não damos suficiente atenção às idéias daqueles que aqui e ali se introduzem na Associação da *Juventude Católica*. No que diz respeito ao *Sillon*, sabemos que ele celebrou uma união tão íntima quanto indissolúvel com as Uniões. Vários dos seus “secretários” são redatores habituais do *Eveil Démocratique* e outras publicações sillonistas. O espírito das *Uniões Cristãs* espalha-se entre nós a partir do *Sillon* e também através de certos emissários que se introduzem nas Associações da juventude católica. Nada exige da parte do clero e dos católicos observação mais ativa.

Um livro foi publicado, há pouco mais de cinco anos, sob o título JEUNESSE. Foi laureado pela Academia Francesa; o exemplar que tenho em mãos é da vigésima sétima edição.⁶ Aí se encontra o puro espírito das *Uniões Cristãs* que outro não é senão o espírito desejado pela *Aliança Israelita Universal*.

⁵ *Semaine Religieuse* de Genebra, 24 de dezembro de 1904.

⁶ O autor de *Jeunesse* é o pastor Wagner, de Paris. Faz quase vinte anos que ele prega em Paris o evangelho da solidariedade sem dogmas, e ele tem a ambição de fazer do cristianismo um *humanismo* superior. Além de *Jeunesse*, ele publicou *Justice*, *Vaillance*, *Après du Foyer*, *L'Ame des Choses*, *La Vie Simple*. Esses livros são traduzidos em todas as línguas civilizadas e representam, por assim dizer, uma diocese universal para esse pastor. Suas alocuções dominicais são estenografadas, traduzidas por seus amigos da América e reproduzidas toda a semana em cinquenta jornais dos Estados Unidos.

La Vie Simple foi lida pelo presidente Roosevelt. Ele encontrou aí a reprodução do seu ideal e disse-o em dois discursos publicados em Banyor (Maine) e na Filadélfia. Ao mesmo tempo ele escreveu ao autor: “Prego vossos livros a meus concidadãos. Vinde visitar-me na Casa Branca” (outono de 1902). Outras cartas insistentes vieram-lhe da América, e ele se pôs a aprender o inglês e partiu no dia 10 de setembro de 1904. No dia 25 ele se encontrava na presença de um auditório de 12.000 pessoas. Fez 150

O último capítulo é intitulado A FÉ. “Restabelecer uma fé, diz o autor, e para isso dar-se conta de como ela nasce, é uma das mais sérias e profundas necessidades da juventude”.

Se a juventude católica tem necessidade de *restabelecer uma fé*, é porque a fé recebida foi ou deve ser abandonada. Com efeito, diz o autor: “Compreende-se comumente por fé a adesão a um corpo de doutrina que se nos apresenta com um caráter de autoridade. Deus, em determinada época, teria revelado a verdade aos homens, de modo definitivo. A revelação assim feita constitui um bloco do qual certos homens e certas sociedades são depositários. Representando a verdade divina, eles reclamam a mesma submissão devida a Deus. Não se trata de pesar, examinar, discutir o que essa verdade nos oferece, mas de recebê-la de joelhos, em meio ao silêncio imposto a todo o nosso ser, apesar das suas repugnâncias ou revoltas. Todas as velhas crenças são assim. Esse primeiro ponto de onde elas partem e que acarreta todo o resto é o grande ponto litigioso que as separa do espírito moderno. Mas, apressemos-nos em acrescentar que o espírito moderno aqui se reencontra com Cristo e o Evangelho... Cristo é um desconhecido, não somente no mundo, mas até mesmo nas Igrejas que O reivindicam para si. Se alguma coisa está obstruída, embaciada, desviada de sua primitiva direção, é exatamente o velho Evangelho... No seu pensamento, como na sua prática, na sua maneira de interpretar o mundo assim como na sua maneira de regular a atividade humana, o Evangelho ultrapassa em tal medida todas as Igrejas que o reivindicam, que *ele está no futuro* mais do que no passado. E quanto mais fixamos nossa atenção nesse aspecto, menos podemos impedir-nos de observar uma grande afinidade entre esse Evangelho esquecido e as melhores aspirações do espírito moderno”.

Que prega, pois, o espírito moderno? qual é o fundo do seu pensamento aí onde ele está de acordo com o Evangelho e com Cristo? O autor no-lo mostra: “O homem está em evolução, e com ele toda a natureza, do átomo e da célula rumo à vida perfeita. Sua lei é *o futuro* (assim sublinhado). E quando ele toma consciência dessa essência do seu destino, o sentido que a vida toma no seu conjunto, que envolve todo esse detalhe de que somos feitos na grande vontade que está na essência das coisas, existe *o sentido religioso*”. Do sentido religioso nasce a piedade e da piedade a fé.

“A fé, ápice da vida, de toda a vida, é a síntese total da indução humana. Todas as nossas experiências e aquelas do passado vivificadas por intermédio de nossa alma condensam-se juntas e constituem para nós a revelação pessoal que a vida nos faz: eis aí a fé”.

“A piedade consiste em querer fazer a vontade do Pai; e a fé em procurar conhecer sua vida, a fim de realizar o que está nela e de cumprir a vontade da qual nasceu”.

Segundo tudo isso, a fé que a juventude cristã deve “restabelecer” bem parece ser a fé dos panteístas, através da qual “o filho da evolução humana está agora renovado”.

conferências e 200.000 ouvintes aplaudiram-no sucessivamente. Em Washington ele foi apresentado à Câmara Federal pelo próprio Roosevelt.

Recebido em seguida na intimidade do presidente, disse: “A doutrina essencialmente humana e elevada contida nos meus escritos subitamente criava um terreno comum entre todos os meus ouvintes: pastores diversos, muito freqüentemente também (e ficava maravilhado com isso) padres católicos, professores, industriais, médicos etc. Fraternalizamos por cima de todas as barreiras de interesses, de classe e de *credo*.

— Todas as barreiras.

— É claro. Por exemplo, falei na sinagoga Emmanuel-Temple perante um auditório de 2.500 israelitas. Em Saint Paul mantive longo colóquio com o arcebispo Ireland. Falando de coração aberto com esse patriarca do catolicismo liberal, percebi uma vez mais que a *religião do coração* não conhece exclusões. Quantas vezes não tivera eu a mesma impressão ao conversar, na França, com os padres de um catolicismo sem anátemas! Um dos meus grandes pesares foi não ter podido proferir em Nova Iorque a conferência solicitada pelas Damas de São Vicente de Paulo, em benefício de suas obras.

O panteísmo, o evolucionismo, tal é, pois, a religião do futuro, a religião em direção à qual a juventude é convidada a se dirigir. “Certas religiões são boas para abrigar os velhos egoísmos, as senilidades, as puerilidades, ou ainda para subtrair aos ruídos externos os corações iludidos ou mesmo para adormecer docemente as consciências e as inteligências. Esta é feita sobretudo para a vida e para os que vivem. Ela nos põe em plena ação, em pleno combate: elas nos permite uma bela partida com navios queimados atrás de nós. *Nada de olhar para trás!* é enérgica, viril, alegre. Isto soa e enleva como o clarim das batalhas!”

Depois dessas enfáticas palavras, o autor acaba dando conselhos práticos. Uma palavra os precede, servindo para dissimular e amortecer o golpe que devem desferir.

“Quando se pertence por nascimento a um meio religioso, é dever votar-lhe grande reconhecimento. Amar sua Igreja é bom como amar sua família e seu país. — Mas aqui se apresenta o obstáculo: o espírito de partido religioso, o espírito exclusivo. Jovens crentes, fugi dele como da peste! Melhor seria estar só do que cultivar em comum o espírito de exclusão e o orgulho espiritual. Como em todas as coisas, o tempo presente reclama, no terreno da fé, uma grande largueza. O dever da hora presente é o de confraternizar, e as igrejas particulares, qualquer que seja sua razão de existir, não são boas senão quando cumprem a condição de “preparar-nos para a igreja universal”.

“Há momentos na História em que é preciso ser o homem de uma causa particular, definida, em que há, numa palavra, um buraco a fazer em certo sentido, e para o qual convém se arregimentar. Hoje, o dever urgente é liberar os muros de separação e estender as mãos por sobre os cercados. *Reencontrar a humanidade*, tornar-nos de novo homens, se esta é a palavra de ordem em pedagogia e em política, no terreno social, com quanto mais razão não deveríamos lembrar-nos disso no terreno religioso, o mais extenso de todos, e que a estreiteza de espírito consegue fragmentar e reduzir de maneira tão lamentável. Que a juventude compreenda isso!”

Esse livro, é bom repetir, foi laureado pela Academia Francesa e é tamanha a propaganda que nos três primeiros anos chegou à vigésima sétima edição.

Deve-se relacionar com essas associações que afastam o dogma e mostram a perfeição moral no progresso humanitário, como tendentes ao mesmo objetivo, o ensino da história das religiões e os congressos de história das religiões.

O primeiro desses congressos realizou-se em Paris, em 1900; o segundo em Bâle, de 30 de agosto a 2 de setembro de 1904. Todas as nações da Europa, da América e da Ásia estavam representadas por partidários das mais diversas formas religiosas.

Albert Réville, diretor da *Revue de l'Histoire des Religions*, estava nesse congresso na qualidade de delegado da Faculdade de Teologia de Paris e de representante do Ministério da Educação e do Ministério das Relações Exteriores. Ele mencionou o que o governo da república tem feito há vinte e cinco anos para favorecer esse gênero de estudos, que “nos últimos sessenta anos adquiriu um desenvolvimento internacional que cresce sem parar e que os séculos precedentes não puderam prever”. Ele fundou em 1880 uma cátedra especial de História das Religiões no Colégio de França, seguida, poucos anos depois, de uma seção não menos especial na Escola dos Altos Estudos organizada na Sorbonne. Pelo mesmo tempo Guinet, com o assentimento dos poderes públicos, dotou a capital de um Museu de História das Religiões.⁷

⁷ Esse Museu das Religiões foi inaugurado pelo Presidente da República no dia 26 de novembro de 1889. Foi construído às expensas do Estado pelo preço de três milhões de francos, num terreno doado pela Prefeitura de Paris, estimado em um milhão de francos. Guinet consagrou a imensa fortuna que seu pai fizera com o corante de além-mar na procura e aquisição de todos os objetos de culto, imagens, livros sagrados etc., que pudessem servir ao estudo das religiões, e colocou nesse *Pandemonium*, numa ordem

Professores das Universidades de Upsal, Baltimore, Tubinge, Oxford, Paris, Estrasburgo e outras usaram da palavra e com eles o sumo sacerdote dos Parsis de Bamberg, com hábito branco e manto vermelho ornado de ouro. Suas conversas versaram sobre todas as religiões vivas ou mortas dos mais variados povos, países e épocas.

Albert Réville, ao formular as conclusões, disse: “Uns podem ver na história das religiões a prolongada demonstração da vaidade de todas as concepções religiosas, sem exceção. Outros, ao contrário, discernem nessa evolução já várias vezes milenar, as linhas fundamentais e constantes que indicam uma marcha muito acidentada, mas contínua, rumo à simplificação e à espiritualização das crenças religiosas”.

Não podemos pôr em dúvida a obra de desagregação dogmática que esses congressos de religião produzem no espírito das massas.

Aos congressos das religiões e aos congressos da história das religiões veio juntar-se o ensino público e oficial da “história das religiões”. Há cerca de trinta anos cátedras desse ensino foram fundadas em todos os pontos da Europa. O movimento partiu da Alemanha. Lessing foi o seu promotor. A Holanda foi o primeiro país a caminhar oficialmente nessa via. A partir de 1º de outubro de 1877 o ensino da teologia foi suprimido nas três Faculdades do Estado e deu lugar ao estudo das religiões. Na Inglaterra, conferências sobre esse tema são proferidas na abadia de Westminster. Na Suíça, uma cátedra de história das religiões foi introduzida na Universidade de Genebra. A Bélgica também quis ter sua cátedra das religiões. Em Roma, o governo italiano igualmente estabeleceu uma cátedra para esse ensino. A Áustria-Hungria seguiu o movimento: a história das religiões tornou-se matéria obrigatória de ensino. A Escócia consagrou a esse mesmo objetivo um legado de dois milhões etc.

Na França, foram Littré e Maurice Verner que começaram a campanha. No dia 9 de julho de 1879, Paul Bert, apoiado por Jules Ferry, pediu o obteve uma lei que suprimiu as Faculdades de Teologia e criou na Sorbonne uma cátedra de história das religiões. Por decreto de 30 de janeiro de 1886 esse ensino foi também introduzido na Escola Prática de Altos Estudos.

Em 1906 foi encaminhada uma petição ao Parlamento pelo “grupo de estudos e de propaganda racionalistas”, do qual faziam parte Aulard, Louis Havet, Paul Reclus, o pastor Maurice Verner etc., pedindo a criação de um ensino de história das religiões, semelhante ao instituído em 1886 na Escola de Altos Estudos, não somente nos liceus, mas também nas escolas primárias.

“De um lado, escrevem os peticionários, é preciso ensinar à juventude os fatos históricos que *a Igreja lhe esconde* e mostrar-lhe sob verdadeira luz a história das

metódica, todas essas coleções, estimadas em dez milhões de francos. A biblioteca compõe-se de mais de quinze mil volumes, dos quais grande número constituído por manuscritos indianos em folhas de palmeira.

Salas são colocadas à disposição dos trabalhadores. Conferências são feitas várias vezes por semana, e uma dupla publicação periódica dos *Annales du Musée Guinet* e da *Revue de l'Histoire des Religions* levam à distância o ensino que se pode obter desse amontoado de ídolos e de livros. Além dos *Annales* e da *Revue*, o Museu Guinet publica uma *Bibliothèque de Vulgarisation*, cujos diversos volumes contêm a exposição de todas as religiões.

Por ocasião das bodas de prata desse Museu, das quais participou, com o Presidente da República, o Ministro da Educação, *La Raison* falou da impressão que de maneira geral o Museu produz nos que o visitam: “Ali pode-se seguir, passo a passo, século após século, as fantasias da imaginação da humanidade, exaltada ou trêmula diante do nascimento de seus deuses. Vêem-se mortos se metamorfosear, envelhecer e desaparecer”.

“Observa-se que as religiões são exatamente criaturas humanas, que não é o Deus da Bíblia, como ensinam as igrejas, que criou o homem à Sua imagem, mas é o homem que criou todos os deuses à sua imagem, o da Bíblia como os outros”.

religiões e a do papado. Essas noções serão distribuídas pelo ensino *primário* e *secundário*. De outro lado, é preciso dar continuidade aos trabalhos de crítica religiosa que os reformadores e os enciclopedistas empreenderam com métodos insuficientes e documentação incompleta”.

“Em Paris existe o ensino de história das religiões no Colégio de França, no qual foi criada uma cátedra de história geral das religiões por Ferry na Sorbonne, Pna Escola Prática de Altos Estudos etc., etc. Nas províncias será necessário, um dia, pelo menos duas cátedras em cada faculdade, ou seja, quarenta e oito ao todo: uma cátedra de história do judaísmo e das religiões nascidas da Bíblia, cristianismo e islamismo, e uma cátedra de história das outras religiões”.

“Para começar, poderíamos limitar-nos a criar primeiramente uma conferência de história das religiões bíblicas em Lille, Nancy, Lyon, Bordeaux e Toulouse... O momento é particularmente favorável para instituir o ensino de que falamos. A supressão das faculdades de teologia protestante de Paris e de Montauban vai fornecer imediatamente as disponibilidades para criar essas conferências de Lille, de...”

“No ensino secundário a conferência será dada por um professor de filosofia ou de história. Para colocar a história das religiões no *ensino primário* será necessário podar um pouco o programa atual... dizer o que a história sabe dos livros denominados *Antigo e Novo Testamento, a crença do dogma cristão...* a criação relativamente *recente* do bispado de Roma... o longo combate da República contra o clericalismo... a luta da Igreja contra o progresso das ciências, porque *todas parecem contradizer o texto dos seus livros sagrados* etc...”

“Esse ensino terá sanções, porque o Estado laico tem o direito de exigir de todos os jovens que lhe pedem um diploma de conclusão de curso que eles comprovem conhecimentos precisos e científicos sobre fatos que têm tido um lugar tão considerável nas civilizações da qual a nossa nasceu”.

Ao ver como um mesmo pensamento se revela por toda a parte ao mesmo tempo, como, por assim dizer, à mesma hora os governos dos diversos países votam leis e alocam fundos para um ensino com o qual ninguém até então sonhara, é difícil não pensar que uma palavra de ordem foi dada, e essa palavra de ordem de onde pode vir, senão das regiões superiores da franco-maçonaria, o único poder atualmente ouvido e obedecido por todos os governos?

O ensino dado do alto das cátedras universitárias é em seguida disseminado pelas mil vozes da revista, do jornal e do livro, em todos os pontos da França e da Europa. Das Faculdades ele se espalha para os liceus, depois para as escolas primárias e daí para uma multidão de famílias.⁸

“Não ignorais, dizia o abade de Broglie ao abrir, em 1889, seu curso de apologética cristã, que, ora claramente afirmado, ora velado sob as formas transparentes de um respeito aparente que recobre o desdém, essa idéia de que não

⁸ Nenhuma oportunidade é perdida para fazer penetrar no público o que é ensinado nessas cátedras. Todos os que visitaram a exposição do centenário de 1789 puderam perceber a importância que aí tomara a história das religiões. Com efeito, pôde-se ver ali reunidos estátuas, altares, modelos de templos, amuletos, objetos de toda natureza que lembravam as práticas religiosas dos diversos povos. Na Esplanada dos Inválidos erguia-se um modelo do célebre pagode de Angkor; chegou mesmo a ser inaugurado com certo brilho; conferências foram proferidas sobre as religiões da China; ofereceu-se inclusive ao público o espetáculo de uma procissão e de um ofício budistas.

“Se tivéssemos dito, escreve o abade de Broglie, a alguns dos eruditos que estudavam obscuramente, há dois séculos, os deuses de certos povos pagãos... que viria o dia em que a ciência modesta à qual eles se dedicavam tornar-se-ia um dos grandes temas da atenção do público..., te-los-íamos espantado muitíssimo. Se tivéssemos acrescentado a essa prédição... que encontrariam ao lado desse estudo complacente do paganismo a crítica ora acerba, ora desdenhosa, do Deus da Bíblia e do Evangelho, do único Deus verdadeiro que a razão dos povos civilizados pode aceitar, a surpresa teria sido bem maior ainda” (*Problèmes*, pp. 1 e 2).

existe nenhuma religião que possa ostentar legitimamente, de uma maneira exclusiva, o título de verdadeira religião, reina em grande número de espíritos dos nossos contemporâneos; que esse pensamento é sobretudo dominante entre aqueles que se ocupam em criar, desenvolver, propagar o ensino da história das religiões; e que esse ensino, tão gabado nos nossos dias, parece ter por principal finalidade, senão única, destruir a própria noção de uma verdadeira religião”.

A conclusão do que precede é que existe como projeto e em via de formação uma nova religião, religião do futuro, dizem uns, religião do século XX, dizem os mais impacientes, religião qualificada americana, posto que encontrou na América suas origens, seu desenvolvimento e os zeladores que querem introduzi-la na Europa, religião humanitária, em razão do objetivo que busca, que é substituir Deus pelo homem.

Com esse objetivo formaram-se numerosas e ativas sociedades que encontramos por toda a parte. Seus membros estão imbuídos dessas duas idéias: 1ª - que uma religião absolutamente universal deve se estabelecer sobre as ruínas de todas as religiões, e isso através do rebaixamento das barreiras, do desaparecimento dos dogmas; 2ª - que essa religião universal deve ser uma religião social, uma religião humanitária, uma religião de progresso humano, indo a ponto de propiciar ao homem o paraíso sobre a terra. Essas idéias são disseminadas pelos membros dessas diversas sociedades num público mais ou menos numeroso e preparam assim a opinião pública a desejar a nova ordem de coisas querida pelo Poder Oculto dos judeus para assentar sua dominação sobre todo o gênero humano.

Todas as vezes que uma obra de propaganda é feita, é sempre para a França que se voltam os olhares.

Já em 1820 Channing dizia esperar de nosso país “a religião do futuro”. “Creio, escreveu ele a Sismondi, que quando a religião reaparecer entre vós ela se mostrará sob uma forma mais divina; *creio que a França, após tantos esforços rumo ao progresso, não retomará sua teologia enferrujada...* Um meio de aí restaurar o cristianismo é mostrar a harmonia com o espírito de liberdade, de filantropia, de progresso, e fazer ver que esses princípios exigem para seu inteiro desenvolvimento o auxílio do cristianismo... Far-se-á a obra através de uma ação silenciosa ou através de grandes convulsões?”

As grandes convulsões anunciam-se de todas as maneiras, e se explodirem é preciso esperar da misericórdia de Deus que sirvam para abrir-nos os olhos e fazer-nos reentrar nos caminhos tradicionais e na luz da verdade plena. Mas, enquanto aguarda, a obra avança. Basta olhar ao redor para ver os esforços potentes que são feitos para introduzir o modernismo nos espíritos, para introduzir no mundo a “religião da humanidade”.



O T E M P L O

III. — OS MESTRES-DE-OBRA

CAPÍTULO XLVII

OS JUDEUS: SUA AÇÃO NA CRISTANDADE

Em toda construção os pedreiros são guiados nos trabalhos por contramestres, diretores, e esses diretores cuidam da boa execução dos planos elaborados pelo arquiteto.

Não se passa diferentemente na edificação do Templo de Salomão. Aí também não há senão operários, mas, acima deles, há os mestres-de-obra e um arquiteto. Já surpreendemos muito freqüentemente a intervenção dos judeus na obra maçônica. Foram eles que conceberam a idéia de uma república universal e de uma religião humanitária para assentar sua dominação sobre todo o gênero humano. Há cinco séculos eles recrutam, organizando-os em sociedades secretas superpostas umas às outras, os operários dedicados às destruições e às construções necessárias a essa dupla obra; e adquiriram sobre eles bastante ascendência e poder para mantê-los à sua vontade apesar das dificuldades e reveses, ou reconduzi-los, e chegar aos resultados que pudemos observar nas páginas precedentes.

É chegado, pois, o momento de dirigir nossa atenção sobre aquilo que, neste momento, mais preocupa os espíritos esclarecidos que procuram compreender o estado atual da França, da Igreja e do mundo: a questão judia. Faz meio século que essa questão cresce de importância a cada dia. É estudada por teólogos e filósofos, historiadores e políticos, economistas e todo o público. Sobretudo depois que Edouard Drumont chamou a atenção para esse aspecto, quantas obras vieram demonstrar a crescente gravidade do problema judeu!

Não podemos tratá-lo aqui em toda a sua extensão, mas tudo que precede pede esclarecimentos que não podemos recusar a nossos leitores.

Vimos a conjuração anticristã manifestar sua presença nos dois mundos, empregar em toda a parte a mesma tática, ferir os mesmos pontos, freqüentemente ao mesmo tempo. Monsenhor Martin, bispo nos Estados Unidos, conclui daí a existência de uma direção central, de um objetivo determinado para o qual tudo tende, de um plano de conjunto para alcançá-lo e de uma forte organização que o executa. Vimos essa organização em sua estrutura e em seu funcionamento no curso de vários séculos. Mas, quem construiu a máquina? e quem a faz funcionar? O número daqueles que apontam o judeu cresce a cada dia.

Estão enganados?

Remontando às origens da conjuração anticristã na França, encontramos primeiramente Voltaire, os enciclopedistas e os franco-maçons exportados por ele da Inglaterra para nós. Observamos que ao mesmo tempo eram introduzidas entre nós idéias em contradição com aquelas que a educação familiar, política e religiosa mantinha há séculos. Daqui essas idéias foram espalhadas para as outras nações, que possuíam uma mesma civilização, e isso com uma rapidez maravilhosa. Como explicar, sem um agente de propagação disseminado por toda a parte, essa invasão, à qual se opunha a cultura francesa, a mentalidade européia, a vigilância dos poderes espirituais e a dificuldade das comunicações?

A hipótese da intervenção dos judeus oferece uma resposta. Eles tinham interesse em agir como agentes de transmissão das idéias maçônicas, posto que ensinavam a igualdade das raças, e a raça judia era repelida em todos os lugares como inimiga; eles, somente eles no mundo tinham esse interesse. Ademais, tinham a possibilidade de serem eficazmente esses agentes porque tinham comunidades por toda a parte, porque há muito tempo tinham o hábito de organizar grupos secretos e porque conheciam a administração e a força desses grupos.

Mais tarde vimos os judeus, membros da Grande Loja, manter relações com seus correligionários de todos os países. Encontramos outros judeus em todas as revoluções operadas pelas sociedades secretas. Vimos que os fundadores, os propagadores e os zeladores de todas as associações de caráter universal, criadas para sabotar o cristianismo e derrubar as barreiras dogmáticas e morais que o separam das falsas religiões, a *Aliança Religiosa Universal*, a *Liga Universal do Ensino* etc., as *Unões Cristãs de Jovens*, à qual podemos muito bem juntar o *Sillon* etc., e, acima de todas elas, a *Aliança Israelita Universal*, foram e são de raça israelita. São os judeus alemães que estão à testa do movimento socialista. Jules Simon, que tinha sangue judeu nas veias, foi um dos fundadores da *Internationale*. Um dos criadores do niilismo russo é o judeu Herten, e foi um judeu alemão, Deutz, que lhe deu o primeiro impulso. O papa Gapone é de origem judia, e conhecemos a grande participação que tiveram os judeus nas tentativas da revolução feita na Rússia em favor da guerra contra o Japão. A mão do judeu foi também assinalada na revolução que se seguiu e que introduziu o parlamentarismo no país da autocracia.

Faz quarenta anos, em 1870, Camille escreveu de Bolonha ao jornal *Le Monde* (2 de abril de 1870): “Terminei neste momento uma turnê pela Itália, que visitara há quinze anos, e acabo de reencontrar um dos meus antigos conhecidos. Esse homem, eu o sabia envolvido ativamente nos negócios da ordem maçônica e ocupava um lugar elevado numa loja da Alta Itália. Perguntei-lhe como estava se havendo com sua ordem maçônica, e eis sua resposta: “Deixei minha loja e a ordem definitivamente, porque tive a convicção de que éramos apenas instrumentos dos judeus que nos empurravam para a destruição total do cristianismo. É a isto que a multidão dos adeptos, que não vê grande coisa, é levada pelos judeus, que tudo dirigem”.

Le Monde pospunha a essa carta, da qual apresentamos um curto extrato, a seguinte conclusão: “Esse testemunho, reunido a tantos outros, autoriza, pois, pensar que a grande conspiração anticristã que nos envolve é conduzida pelos antigos inimigos de Cristo e pelos descendentes daqueles que O mataram”.

Ademais, a nação judia é a única que se encontra nas condições necessárias para preencher tal papel. Sua dispersão há dezenove séculos por toda a face da terra, a posição que lhe foi imposta entre todos os povos, levaram-na a procurar os meios de manter sua nacionalidade, sua fé, suas esperanças e prover seus interesses.¹

¹ Existe uma nação judia. Os próprios judeus não param de declará-lo.

Crémieux, falando da *Aliança Israelita Universal*, escrevia:

“A Aliança não é uma aliança francesa, alemã ou inglesa; ela é judia, ela é universal”.

Em 1870, o mesmo Crémieux, no retorno de um congresso israelita que presidira em Berlim, dizia a respeito de todos os judeus dos diferentes países que participaram do conclave:

“Nada de sentimentos de rivalidade; um concurso completo, espontâneo, sem reservas. A diferença de nacionalidade não existe”.

Em 1895, os estudantes judeus da Boêmia, naturalizados austríacos, publicaram em Praga uma declaração na qual podemos ler esta frase:

“Os judeus não são nem alemães, nem eslavos; constituem um povo à parte... Os judeus foram e continuam sendo um povo autônomo pela unidade da raça, da história, da concepção, do sentimento”.

Em 1864, os *Archives Israélites* escreviam:

“Israel é uma nacionalidade. O filho nascido de pais israelitas é israelita. O nascimento atribui-lhe todos os deveres de um israelita. Não é da circuncisão que recebemos a qualidade de israelitas. Não, a

Por essa razão ela deve se constituir numa sociedade bem disciplinada, governada por chefes religiosamente obedecidos, e protegida pela mais rigorosa lei do segredo.

Graças a essa organização, os judeus, durante esses dezenove séculos, tiveram sempre, de uma extremidade a outra do mundo, relações muito ativas entre si. A extensão quase universal do seu comércio, a habilidade e a discrição de seus agentes ofereciam aos chefes da nação meios seguros e numerosos de passar palavras de ordem, de fazê-las chegar sem dificuldade aos mais longínquos países, e assim obter uma ação comum e perseverante com vistas ao resultado que deveria ser obtido.²

Reduzida a si mesma e sem aliança com o judaísmo, jamais a franco-maçonaria poderia ter feito aquilo que a vimos realizar.

Cabe aqui a observação feita relativamente ao século XVIII. As idéias, os interesses, as concupiscências dos diversos povos que habitam os dois hemisférios não são idênticos. Esses povos são governados por autoridades, dinastias que não têm nem as mesmas tendências, nem as mesmas ambições. Se a franco-maçonaria fosse composta apenas de indivíduos pertencentes a esses diversos países, cada qual teria os pensamentos do seu meio: a unidade de visão, a correspondência dos esforços no sentido de um objetivo oposto às tradições da nacionalidade própria e à fé da religião nacional não seriam possíveis. É preciso, pois, que os franco-maçons recebam suas inspirações de fora e que os impulsos venham de uma religião e de uma nacionalidade inimigas.

Tudo se explica se os quadros da franco-maçonaria são preenchidos pelos judeus. Os indivíduos que formam esses quadros recebem as sugestões do Poder Oculto de sua raça, transmitem-nas, e depois que as sugestões preparam os espíritos para a docilidade vêm as diretrizes.

Um indício muito evidente dessa subordinação da franco-maçonaria ao judaísmo encontra-se no simbolismo comum a uma e a outro, simbolismo adotado nos países católicos assim como nos protestantes, entre os infiéis assim como entre os cristãos.

Matéria que não pede menos reflexão é o gênero de obras realizadas pela franco-maçonaria. Tudo nela está coordenado para esse duplo objetivo: o rebaixamento das fronteiras e a abolição do dogma. Não se vê por que e como a idéia dessas duas destruições teria vindo ao espírito dos franceses e dos cristãos, se não tivesse sido sugerida de outro lugar. Mas nada mais espanta se a supusermos sugerida pelos judeus. Ela é então o fruto natural das duas grandes paixões de Israel desde a dispersão: o ódio contra Cristo e Sua obra e a ambição de submeter o gênero humano.

circuncisão não tem nenhuma analogia com o batismo cristão. Não somos israelitas pelo fato de sermos circuncidados; mas fazemos circuncidar nossos filhos porque somos israelitas. Adquirimos o caráter de israelitas pelo nascimento, e não podemos perder esse caráter nem nos destituirmos dele. O israelita que nega sua religião, mesmo aquele que se faz batizar, não deixa de ser israelita. Todos os deveres do israelita continuam atribuídos a ele”.

Não existe exatamente nisso uma concepção patriótica, nacionalista?

“O judeu, dizem ainda os *Archives Israélites*, é de um *universalismo inexorável*”.

Inexorável! Conseqüentemente, nenhuma naturalização, nenhum direito civil e político jamais fará de um judeu um francês.

² Em 7 de abril, Bernard Lazare reconhecia, ele também, a existência da nação judia enquanto nação, e afirmava expressamente que essa nação tinha um governo.

Os judeus não constituem um *ethnos*, mas *eles constituem uma nacionalidade*; são tipos variados, é verdade, mas qual a nação que é diversa? (p. 272)

Se os judeus não formam uma raça, *têm sido até nossos dias uma nação*. (p. 392)

Em toda parte eles quiseram permanecer judeus, e em toda parte obtiveram privilégios *que lhes permitiram fundar um Estado dentro do Estado*. (p. 7)

Os judeus entraram nas sociedades modernas *não como hóspedes, mas como conquistadores*. (p. 223)

Desde os primeiros dias do cristianismo os judeus não deixaram fosse ignorado que o ódio concebido contra Nosso Senhor Jesus Cristo e que os levava ao cúmulo de crucificá-Lo perseveraria nos seus corações.

Eles mandaram matar Seus discípulos Estêvão, Tiago Maior, Tiago Menor e Matias, culpados unicamente de pregar a doutrina do Salvador e de confirmá-la através de milagres. Eles se opuseram com raiva à propagação do Evangelho, seja açoitando os Apóstolos (Atos, V, 40), seja excitando Saulo contra os discípulos (Atos, VIII, 3); depois, com a conversão deste, eles o perseguiram com calúnias e blasfêmias (Atos, XIII, 45), com sedições que levantaram contra ele (Atos, XIII, 50 e XVII, 5), a ponto de os próprios pagãos, como Galião, procônsul de Acaia, terem de ora livrá-lo das suas bárbaras violências (Atos, XVIII, 12 e XX, 31), ora reduzir a nada suas acusações mentirosas e criminosas (Atos, XXIV, 9-10). No ano 65, em Jerusalém, eles o levaram para fora da cidade a fim de matá-lo. Lísias libertou-o, mas teve, no entanto, que concordar em satisfazê-los colocando-o na prisão, e mesmo, se tivesse poder para isso, vergastá-lo (Atos, XXIV, 7).

Os judeus foram a causa das primeiras perseguições dos pagãos contra os cristãos. “As sinagogas são as fontes de onde emana a perseguição”, escreveu Tertuliano. E nos dias atuais, um protestante, Jean Réville, afirma a mesma coisa em outras palavras: “Os (primeiros) cristãos, saídos do judaísmo, não tinham piores inimigos do que os judeus”.³

A partir do ano 44, Agripa colocou seu poder a serviço dos judeus. Nero estava rodeado de escravos judeus; Pompéia era meio judia. O historiador das perseguições, Allard, perfilha o sentimento de São Clemente, que atribui à inveja dos judeus a primeira perseguição.

Quando o imperador Severo publicou o edito através do qual proibia a propaganda judia e cristã, esse edito foi tão pouco observado relativamente aos judeus e tão cruelmente obedecido contra os discípulos de Cristo que vimos os cristãos — tão covardes em enfrentar os suplícios, e no entanto tão ligados ao culto do Deus único para que consentissem em queimar incenso diante dos ídolos — se refugiarem no seio do judaísmo.

Sob a perseguição de Décio, os judeus, diz Paul Allard,⁴ assistem com uma curiosidade ardente, com uma alegria raivosa, à prova imposta aos cristãos. Ouvia-se por toda a parte suas vozes, elevando-se com o acento do triunfo. Eles se compraziam, como um mártir lhes censurou,⁵ em pisotear covardemente os inimigos caídos. Como no tempo de Policarpo, foi então a colônia judia que se mostrou a mais encarniçada inimiga dos cristãos. O povo pagão observava curiosamente, mas os judeus tomavam parte, exerciam um papel ativo.

Julião, o apóstata, reconhece rapidamente, entre os judeus, seus melhores aliados na guerra surda, incessante, que ele fez aos cristãos: “Suas inimizades seculares, diz São Gregório Nazianzeno, designava-os como auxiliares daquele”,⁶ e estes se apressaram em tirar proveito das disposições do imperador para saciar mais uma vez seus ódios tradicionais. Vimo-los no Egito, na Ásia, incendiar impunemente as basílicas cristãs.

Sabemos que o apóstata quis de novo reunir os judeus como nação, devolver a Jerusalém seu caráter de cidade santa e, para tanto, reerguer o Templo. São João Crisóstomo conta que Julião tinha convocado para perto dele os principais dentre os judeus e que foi por sugestão deles que concebeu a idéia de um desmentido público à profecia de Nosso Senhor Jesus Cristo, tal como ela era interpretada.

³ *La Religion à Rome sous les Sévères*, Paris, 1886.

⁴ *Histoire des persécutions*, I, p. 373 e seguintes.

⁵ *Passio S. Pionii et sociorum ejus*, 4.

⁶ *Oratio*, v. 3.

Após as perseguições os judeus deram outro curso ao seu ódio. O judaísmo já se tinha introduzido na própria Igreja para fomentar a discórdia, a divisão e a heresia. Foi esta a obra de Simão, o Mago, dos gnósticos, de Manes e dos seus aderentes ou dos inimigos dEla. Esta foi a obra de todos os heresiarcas, não porque tenham sido todos da raça judia, mas porque todos seguiram-lhe as inspirações. Temos como aval dessa afirmativa Bernard Lazare, esse judeu que foi um dos grandes agentes do caso Dreyfus e ao qual a República, em reconhecimento, ergueu uma estátua. No seu livro *L'Antisémitisme, son histoire, ses causes*,⁷ diz: “Esses racionalistas e esses filósofos (judeus) foram, do século décimo ao décimo quinto, até a Renascença, os auxiliares do que podemos chamar de Revolução geral da humanidade”. “Os judeus averroístas foram os ancestrais diretos dos homens da Renascença. Foi graças a eles que se elaborou o espírito de dúvida e também o espírito de investigação. Os platônicos de Florença, os aristotélicos da Itália, os humanistas a Alemanha vieram deles. Foi graças a eles que Pompanazzo compôs tratados contra a imortalidade da alma; foi graças a eles ainda que entre os pensadores do século XVI germinou esse teísmo que correspondeu a uma decadência do catolicismo”. Assim, segundo Bernard Lazare, é aos judeus que se deve atribuir a origem e o princípio da civilização moderna e do conflito que desde então não cessou de existir entre ela e a civilização cristã, após ter sido preparado por eles durante séculos”.

“A Reforma, na Alemanha como na Inglaterra, é sempre o mesmo judeu quem fala, foi um desses momentos em que o cristianismo se retemperou nas fontes judaicas. Foi o espírito judaico que triunfou com protestantismo”. “A exegese, o livro exame, são fatalmente destruidores, e foram os judeus que criaram a exegese bíblica, foram eles os primeiros a criticar o símbolo e as crenças cristãs”.

Um outro judeu, Darmesteter, resume assim tudo o que pode ser dito sobre essa matéria: “O judeu pretende desvendar os pontos vulneráveis da Igreja, e ele tem a seu serviço, para os descobrir, além do entendimento dos Livros Santos, a temível sagacidade do oprimido. Ele é o doutor do incrédulo; todos os revoltados do espírito acorrem a ele na penumbra ou a céu aberto”.⁸ Ele está presente no imenso ateliê de blasfêmias do grande imperador Frederico e dos príncipes da Suábia e de Aragão: é ele quem forja todo esse arsenal mortífero de raciocínio e de ironia que legará aos céticos da Renascença, aos libertinos do grande século, e o sarcasmo de Voltaire é apenas o último e tilintante eco de uma palavra murmurada seis séculos antes, nas sombras do gueto, e antes ainda, no tempo de Celso e de Orígenes, no próprio berço da religião de Cristo”.

Tendo tido uma participação importante na Renascença,⁹ na Reforma, no filosofismo, em todas as heresias, os judeus não a tiveram menor na Revolução;¹⁰ a prova disso seria longa; contentemo-nos com essas afirmações de Bernard Lazare: “O judeu tem o espírito revolucionário; consciente ou não, ele é um agente da Revolução”. “Durante o período revolucionário os judeus não permaneceram inativos. Considerando o pequeno número deles em Paris, vemo-los ocupar um considerável lugar, como eleitores de seção, oficiais de legião, assessores etc. Seria preciso

⁷ Essa obra, como seu título indica, foi escrita para combater a obra de Edouard Drumont. Os testemunhos que aqui recolhemos são, pois, duplamente preciosos.

⁸ Nos nossos dias, as relações de Loisy com o judeu Joseph Reinach foram tornadas públicas.

⁹ Flavien Brenier mostrou magistralmente que os humanistas italianos eram inspirados pelos judeus.

¹⁰ A revista inglesa *The Mouth*, na edição de outubro de 1896, ao atribuir aos judeus as causas de morte que estão em nós, dizia: “Os judeus nem mesmo tentam dissimular que, no seu ódio eterno ao cristianismo, secundado pelos chefes da franco-maçonaria, eles foram os autores da Revolução”.

O jornal judeu *Haschophet* reivindicava ainda ultimamente a Revolução como obra puramente semita, num artigo intitulado *L'agonie de l'univers romain*: “É em vão, dizia, que a tiara lute contra o cetro da Revolução judia de 1793; ela pretenderia em vão libertar-se do abraço de ferro do colosso semita que a aperta; todos os seus esforços são inúteis. O perigo é iminente e o catolicismo morre à medida que o judaísmo penetra as camadas sociais”.

vasculhar os arquivos das províncias para determinar o papel geral que exerceram”. “Durante o segundo período revolucionário, que começa em 1830, mostram ainda mais ardor do que no primeiro. Trabalhando pelo triunfo do liberalismo, trabalharam por eles. É fora de dúvida que através do ouro, da energia, do talento, eles sustentaram e secundaram a revolução européia... Encontramo-los misturados no movimento da jovem Alemanha; foram tão numerosos nas sociedades secretas que formaram o exército combatente revolucionário nas lojas maçônicas, nos grupos do Carbonarismo, na Grande Loja romana, em toda a parte, na França, Alemanha, Suíça, Áustria, Itália”.

Na França, nesses últimos tempos, os perseguidores não têm tido amigos mais fervorosos, inspiradores mais ouvidos do que certos judeus como Lévy-Crémieux, Hugo Oberndorfer, Hemmerdinger, von Reinach, Anton e Cornelius Herz. Era a este último, judeu alemão, que os Freycinet, os Floquet, os Rouvier pediam conselho; dá-se que, no quadro da alta maçonaria internacional, Herz figurava, em 1º de março de 1881, numa lista dos inspetores gerais com esta menção: “Para as relações gerais da Inglaterra, França e Alemanha”.

“Quanto à sua ação e influência no socialismo contemporâneo, diz ainda Bernard Lazare, ela foi e é, *sabe-se*, muito grande”. Se bem que ele não nos conte nenhuma novidade, esse judeu não se descuida de dar as provas de suas assertivas, apresentando entre todos os povos os partidos socialistas, internacionalistas, niilistas, fundados pelos judeus ou pelo menos por eles sustentados.

Ele acaba de nos fazer vê-los nas lojas e nas lojas de retaguarda; diz alhures: “É certo que existiram judeus no próprio berço da franco-maçonaria, judeus cabalistas, como o provam certos ritos conservados. Muito provavelmente durante os anos que precederam a Revolução Francesa eles ingressaram em maior número ainda nos *conselhos* dessa sociedade e eles próprios fundaram sociedades secretas”. Quer dizer, lojas de retaguarda, para daí dominar, inspirar e dirigir toda a seita.

Depois disso nossos leitores convirão que o *Univers Israélite* não disse nada demais na sua edição de 26 de julho de 1907 (p. 585): “Encontramos em quase todas as grandes mudanças do pensamento *uma ação judia, seja estrepitosa e visível, sejam surda e latente*. Assim, a história judia acompanha a história universal em toda a sua extensão e *penetra-a através de mil tramas*”.

No seu livro *Le judaïsme et la judaïsation des peuples chrétiens*, Gougenot des Moussaux conta o que segue:¹¹

Um dos nossos amigos, homem de Estado a serviço da grande potência germânica, um desses raros protestantes que permaneceram fiéis à devoção de Cristo, escrevia-nos no mês de dezembro de 1865:

“Depois do recrudescimento revolucionário de 1848, tive contato com um judeu que, por vaidade, traía o segredo das sociedades secretas às quais se associara e que me avisavam com oito ou dez dias de antecedência de **todas as revoluções** que iam estourar em algum ponto da Europa. A elas devo a inabalável convicção de que todos esses grandes movimentos “dos povos oprimidos” etc. etc., são combinados por uma meia dúzia de indivíduos que dão suas ordens às sociedades secretas da Europa inteira.

“O solo está realmente minado sob nossos pés”.

Não são necessárias mais provas além das que acabamos de dar, — e elas poderiam ser multiplicadas — para estabelecer que desde o começo da era cristã o judeu tem sido e verdadeiramente é, em todas as coisas e sob todos os pontos de vista, o grande revolucionário e o grande heresiarca. Ele destrói por destruir, por ódio ao que existe, mas também na esperança de edificar sobre essas ruínas o Templo do qual dissemos: a Jerusalém da nova ordem, assentada entre o Oriente e o Ocidente,

¹¹ Página 367.

para substituir a dupla cidade dos Césares e dos Papas, quer dizer, a República Universal e a religião humanitária, da qual ele pretende ser o pontífice e o soberano.



CAPÍTULO XLVIII

OS JUDEUS: O LIMITE DA SUA AMBIÇÃO

Para anunciar o reino do futuro Messias, os profetas tinham empregado expressões grandiosas que, à primeira vista, podiam despertar a idéia de um domínio temporal. Na época de Nosso Senhor essas profecias recebiam dos doutores uma interpretação geralmente conforme a esta idéia: o Messias deve ser um rei temporal e Sua realeza um domínio terrestre. Com a Sua chegada as potências adversas devem levantar-se contra Ele, e a exterminação delas deve ser feita através das armas. Lê-se nos targums¹ de Jonas sobre Isaías: “Os povos são esmagados pelo Rei Messias”. A consequência dessa luta vitoriosa era, no pensamento dos judeus daquele tempo, o estabelecimento de um grande reino em Jerusalém, fundado pelo próprio Deus, que devia dominar o mundo inteiro. São Jerônimo (*in Joel*, III, 8) lembra essas idéias ainda em voga entre os israelitas do seu tempo.

Essas idéias sobre o futuro reino palestino entraram até no mundo pagão e foram assinaladas por Tácito (*Hist.* V, 13) e Suetônio (*Vespas.*, 4).

É o que explica como, em consequência da multiplicação dos pães, os galileus acreditaram ter encontrado em Jesus o Messias temporal que esperavam e pensaram em apoderar-se dEle para fazê-Lo rei (*Jo VI*, 15). É o que explica igualmente a indignação dos judeus diante da pretensão de Jesus de ser o Filho de Deus, quando Ele parecia ao orgulho deles tão desprezível, e nEle não viam nenhuma aptidão para realizar as aspirações nacionais.

A ruína de Jerusalém, a dispersão dos judeus pelo mundo, não os fizeram perder as esperanças.

São Jerônimo, que conhecia a fundo as doutrinas judaicas, no comentário sobre a profecia de Daniel que mostra a pequena pedra se destacando do alto da montanha para quebrar a estátua de Nacubodonosor, escreve: “Os judeus interpretam essa passagem em favor deles, e recusam reconhecer Cristo nessa pequena pedra. Ela significa para eles apenas o povo de Israel tornado de um momento para outro suficientemente forte para derrubar todos os reinos da terra e fundar sobre suas ruínas seu império eterno”.

Essa idéia, essa esperança, essa convicção de ser “a primeira aristocracia do mundo” e de tirar daí o direito à dominação universal é, sempre foi, o centro de todos os seus pensamentos. São Jerônimo acaba de nos dizer o que eles pensavam deles mesmos no século IV. No século XV, o douto rabino Abrahanel, Ministro das Finanças na Espanha e Portugal sob Fernando, o Católico, anunciava nos seus comentários sobre Jeremias (cap. XXX) a chegada próxima do reino do Messias, no qual se cumpriria a exterminação dos cristãos e dos gentios. E Reuchlin, na mesma época, também dizia: “Os judeus esperam com impaciência o ruído das armas, as guerras e a ruína dos reinos. Sua esperança é a de um triunfo semelhante ao de Moisés sobre os cananeus, que seria o prelúdio de um glorioso retorno a Jerusalém, restabelecida no seu antigo esplendor. Essas idéias constituem a alma dos comentários rabínicos sobre os profetas. Elas têm sido *tradicionalmente transmitidas* e inculcadas no espírito daquela nação. E assim, a qualquer tempo os israelitas estão preparados para essa vinda, limite supremo das aspirações da raça judia”.

¹ Conjunto de traduções e comentários de textos bíblicos que datam do século VI a.C. (N. do T.)

Nos dias atuais, Bernard Lazare também diz a respeito dos da sua raça: “Povo enérgico, vivaz, de um orgulho infinito, considerando-se superior às outras nações, o povo judeu quis ser uma potência. Ele possuía instintivamente o gosto do domínio, porque em razão das suas origens, da sua religião, por sua qualidade de raça eleita que em todos os tempos ele atribuiu a si, acreditava estar colocado acima de todos. Para exercer essa autoridade os judeus não escolheram os meios. O ouro deu-lhes um poder que todas as leis políticas e religiosas lhes recusaram, e era o único que eles podiam esperar. Detentores do ouro, tornaram-se os senhores dos seus senhores, dominaram-nos, e foi esta a única maneira de desenvolverem sua energia, sua atividade”.

Foi este espírito de dominação que sempre os tornou odiosos a todos os povos. “*Apud ipsos*, diz Tácito,² *fides obstinata, misericordia in promptu, sed adversus omnes alios hostile odium*”, e São Paulo, na sua Epístola aos Tessalonicenses também diz deles: “*Et omnibus hominibus adversantur*”.

Um livro que eles colocam acima da própria Bíblia tem servido poderosamente para manter esse espírito entre eles, até nossos dias: o Talmude. Auguste Rohling, professor da Universidade de Praga, traduziu-o. Algumas linhas bastarão para conhecermos o seu espírito. “A dominação sobre os outros povos deve ser o quinhão dos judeus. — Aguardando a chegada do Messias, os judeus vivem em estado de guerra contínua com os outros povos. Quando a vitória for definitiva, os povos aceitarão a fé judaica.”³ — Os não-judeus foram criados apenas para servir os judeus, dia e noite. — Deus concede todo poder aos judeus sobre os bens e o sangue de todos os povos. — O dinheiro do não-judeu é um bem sem dono, de sorte que o judeu tem o direito de tomar-lhe a posse. — Deus nos ordenou exercer a usura relativamente ao não-judeu, de maneira que nós não lhe prestemos assistência, mas que o lesemos. — Somente os judeus são homens; as outras nações são apenas variedades de animais. — As almas dos não-judeus vêm do espírito impuro e as almas de Israel vêm do espírito de Deus”.⁴ O povo judeu que reina eternamente sobre todo o universo, tendo todos os Goims⁵ como escravos. Eis, há três séculos, o sonho desse povo, o objetivo que ele busca através de todas as vicissitudes e por todos os meios. Joseph Léman disse com muita razão: “A imaginação de Israel jamais deixou de ser povoada por um sonho de dominação universal”. Páginas e livros inteiros do Talmude exprimem os sentimentos que agitam a alma judia, da qual as linhas acima dão apenas uma fraca idéia.⁶

Tais são as convicções que o Talmude e o seu ensino têm feito entrar na consciência judia. Aí está o princípio da ação que o judeu se esforça em exercer no seio dos outros povos, a fonte das suas esperanças, a justificação do seu orgulho e da ambição que quer sujeitar todos os povos ao seu império.

Aproxima-se a hora desse triunfo e dessa dominação, pensam eles. Um deles, o fundador da *Aliança Israelita Universal*, criada para apressar a vinda dessa dominação, exclamava há alguns anos, num discurso aos delegados dessa associação: “Como tudo já está mudado para nós, senhores, (desde a liberdade que nos concedeu a Revolução) e em tão pouco tempo! Quando eu era menino, os judeus não eram considerados para nada, e à medida que a idade chegou, vi-os conquistar

² *Histoire*, v. 5.

³ Comparar essas palavras com as dos capítulos que seguem: O Templo. Nave Política. Nave Religiosa.

⁴ *Le Juif selon le Talmud*, por Rohling. Edição francesa de Pontigny. Editor Savine.

⁵ *Goi*, *Goim*, não significa “o cristão”, “os cristãos”, mas o “não-judeu”, “os não-judeus”. *Goim* são os turcos, os chineses, os negros etc.

Da mesma maneira, a palavra “judeu” também não é um nome de religião, de culto, mas um nome de povo. Os atuais judeus são em grande número livres-pensadores, cabalistas, ocultistas, espíritas etc.

⁶ Pode-se, para ter disso uma idéia mais completa, recorrer à obra de Gougenot des Mousseaux, capítulos IV e V, com suas cinco divisões. Pode-se ler também a obra do rabino convertido Drach. Particularmente a 2ª carta, à página 99.

em todas as carreiras uma posição elevada... Coragem, meus amigos, redobrai o ardor; quando se conquistou tão depressa e tão bem o presente, como não será belo o futuro!”

Eles pensam já estar tocando esse futuro. Eles o esperam sobretudo das idéias que semearam na sociedade cristã: liberdade, igualdade, democracia, princípios de 89.

No dia 29 de junho de 1869, no momento em que se abria o Concílio do Vaticano, os judeus quiseram ter, eles também, seu concílio. Eles o realizaram em Leipzig, sob a presidência do Dr. Lazarus, de Berlim. Figuravam aí os representantes da Alemanha, Rússia, Turquia, Áustria, Inglaterra, França, Países Baixos etc., etc.

A conclusão foi redigida, sob os aplausos de todos, pelo Dr. Philipson, de Bonn, apoiado pelo grande-rabino da Bélgica, Astruc. Ela estava assim formulada: “O Sínodo reconhece que o desenvolvimento e a realização dos princípios modernos constituem as mais seguras garantias do presente e do futuro do judaísmo e dos seus membros. Eles constituem as condições mais energicamente vitais para a existência expansiva e para o maior desenvolvimento do judaísmo”.

Já referimos essas palavras; mas elas têm uma importância capital e é bom considerá-las mais de perto.

Os princípios modernos foram formulados na Declaração dos Direitos do Homem. Eles procedem todos do princípio dos princípios: a igualdade. Todos os homens são iguais. Um inglês não deve ser para um francês senão o equivalente a qualquer outro francês, sendo, um e outro, membros da família humana, homens, que não têm outros direitos além dos direitos que pertencem ao homem.

Foi o judeu, auxiliado pela franco-maçonaria, que espalhou e fez admitir essa idéia em todos os anos que precederam a Revolução. Idéia nova, porque, até então, havia franceses, ingleses, alemães, russos, como tinha havido gregos, romanos, bárbaros, cada qual tendo suas leis, suas constituições e os direitos que elas conferiam aos nacionais, com exclusão dos estrangeiros.

Os judeus, considerados estrangeiros em todos os países do mundo, tinham um soberano interesse em mudar esse estado de coisas, em se fazerem admitir e aceitar como nacionais em qualquer lugar onde se encontrassem. Foi o que obtiveram por intermédio da Declaração dos Direitos do Homem, e acabam de nos contar o partido que dela tiraram, as esperanças que ela lhes permite conceber para um futuro próximo.

Não é de admirar que o concílio dos judeus tenha reconhecido que nos “princípios modernos” se encontram “as mais seguras garantias do presente do judaísmo e dos seus membros”. Se, com efeito, as nações viessem a reconhecer seu erro, viessem a repelir essa igualdade, a condição dos judeus voltaria a ser o que era outrora, raça à parte, raça infusível; eles seriam novamente tratados por aquilo que são, tratados em todo o lugar como estrangeiros.

O concílio também votou o *desenvolvimento* e a *realização* dos princípios modernos, seu desenvolvimento nos espíritos e sua realização cada vez mais perfeita nas instituições.

Nada mais fácil para o judeu. Ele forma no seio de cada Estado deste mundo um Estado particular. Em toda a parte ele tem o auxílio das associações, secretas ou não, compostas por homens de todas as crenças, ou melhor, de todas as descrenças. Ele exerce sobre essas sociedades, cuja alma cuidadosamente envolta em mistério é constituída por alguns dos seus chefes, um império que lhe permite fazê-las trabalhar em seu benefício, seja disseminando as idéias que ele tem interesse em propagar, seja elaborando as leis ou estabelecendo as instituições que essas idéias exigem. Ele tem a imensidão das suas riquezas, que crescem sem parar, e através dela os meios de ação que ele forja para formar a opinião, para sublevá-la, para fazer explodir os acontecimentos dos quais espera o progresso da sua causa. Ele tem a inflexibilidade do seu querer e a flexibilidade da sua capacidade. Ele tem singulares e maravilhosos privilégios de inteligência relacionados com suas ambições.

Assim, não devemos nos admirar de ver quão grande é o número dos cristãos que, na imprensa e no ensino, na administração e em todos os corpos civis e políticos, fazem-se cooperadores dos judeus na propagação dos grandes princípios. Sem dúvida eles não sabem o que o judeu espera da colaboração deles; eles ignoram o que o desenvolvimento dos princípios modernos deve produzir no espírito das massas, e o que a sua realização deve ocasionar nas instituições políticas e sociais. E, não obstante, o concílio de Leipzig não ocultou isso. Esse desenvolvimento, essa realização constituem, disse ele, “as condições mais energicamente vitais para a existência expansiva e para o maior desenvolvimento do judaísmo”.

Qual é essa energia de vida que o judaísmo espera para si, para sua raça, da propagação das idéias modernas e do funcionamento das modernas instituições que daí decorrem, sufrágio universal e o que se segue? E qual é o maior desenvolvimento que o judaísmo espera e que essas idéias e essas instituições energicamente vitais devem obter para ele?

Esse desenvolvimento nada mais é, inútil repeti-lo, do que a hegemonia do judeu sobre toda a raça humana, sua dominação sobre todos os povos tornados súditos, escravos de Israel.

“Como tudo já está mudado para nós e em tão pouco tempo!” exclamava Crémieux após somente três quartos de século de funcionamento dos princípios modernos. E o abade Lémann, de raça judia: “Quando se percebeu que os judeus eram *cidadãos* em parte eles já eram OS SENHORES”. Ele escreveu isso bem antes do caso Dreyfus, que fez ver a todos aqueles que não são vassalos dos judeus que estes são verdadeiramente nossos senhores.

Antes deles, Disraeli, outro judeu, em posição de conhecer a verdade daquilo que afirmava, escrevia: “Em nossos dias o judeu consegue exercer sobre os negócios da Europa uma influência cujo prodígio é surpreendente”.

Muitos judeus de hoje não esperam outro Messias que não sejam os princípios de 89. Eles dizem com Cahen: “O Messias veio para nós no dia 28 de fevereiro de 1790, com os Direitos do Homem”. 89 é a hégira deles. Os princípios modernos são por eles considerados como a idéia messiânica e eles não pedem mais nada, nem homem, nem arma para conquistar o universo. Esses princípios nivelam todos os seus adversários, fazendo deles presa fácil; para eles oferecem a vantagem de gozar por toda a parte de duas nacionalidades; a de empréstimo, que lhes dá todos os direitos dos cidadãos do país no qual se introduziram, e a sua própria, que lhes permite se entenderem de uma extremidade à outra do mundo e concentrarem sua ação para dominar tudo.⁷

No entanto, a imensa maioria dos judeus mantém-se fiel à antiga crença, assim exposta pelo eminente rabino Drach no seu livro *L'Eglise et la Synagogue*.

“Segundo a doutrina ensinada pelos mestres de Israel, o Messias deve ser um grande conquistador, que submeterá as nações à servidão dos judeus. Estes

⁷ O príncipe Luís de Broglie concluiu um estudo sobre *La question judie au point de vue politique* com esta observação: “... 3º Entrados nas sociedades *graças aos princípios modernos*, os judeus tornaram-se os adeptos e os propagadores mais ardentes desses princípios, os membros mais ativos da franco-maçonaria, os filhos mais devotados do livre-pensamento”.

Se os chefes do *Sillon* e mesmo a Associação Católica da Juventude soubessem dessas coisas, empurrariam nossos jovens cristãos com tanto ardor para as vias da democracia? Um rabino alemão permitiu-se essa ironia a respeito deles: “Esses cristãos limitados e de vistas curtas dão-se ao trabalho de nos arrancar daqui e dali uma alma. E eles não vêem que nós também somos missionários e que nossa pregação é mais hábil e mais frutuosa do que a deles... O futuro nos pertence. Nós convertemos em massa e de uma maneira imperceptível”.

Bachem fez recentemente no Landtag prussiano essa declaração: “O judaísmo alemão — a coisa é ainda mais verdadeira na França — trabalha com um poder de tal forma gigantesco e com uma perseverança de tal sorte constante para a civilização e a ciência modernas que a maior parte dos cristãos são levados consciente ou inconscientemente pelo espírito do judaísmo moderno”.

retomarão a Terra Santa, triunfantes e carregados das riquezas que terão arrancado aos infiéis. Então todos os povos serão submetidos aos judeus e a estes pertencerão os bens e o poder dos vencidos.⁸ É com uma saudação a esse mesmo triunfador e com a esperança dos bens que ele deve obter para o seu povo que os rabinos ordinariamente terminam seus discursos”.

Aqueles mesmos que transformam o Messias em mito, como os redatores dos *Archives Israélites*, não podem se colocar em oposição declarada com os verdadeiros crentes e são freqüentemente obrigados a lhes deixar a palavra livre.

No dia 24 de março de 1864 os *Archives* publicaram uma carta de um ortodoxo de Nancy na qual se vê que, ortodoxos ou não, todos os judeus contam com a dominação universal que acreditam ter sido prometida pelo Soberano Senhor.

“Senhores, sou daqueles que pensam que nossa geração não verá o dia da grande reparação prometida. E não obstante não gostaria de afirmar o contrário em face dos acontecimentos e das transformações a que assistimos nesses últimos quinze anos!”

“Dizeis: não cremos que essa idéia — do Messias e do Seu retorno triunfal a Jerusalém — seja realizável, nem aceitável! Refletistes bem na gravidade dessas palavras? Porque elas constituem a negação completa da nossa fé e da NOSSA MISSÃO NO MUNDO! Tal não é certamente vosso pensamento; mas convém que um órgão da importância dos *Archives* não possa ser considerado como não tendo toda a consciência dos deveres como das *esperanças de Israel*. Como! não credes na *missão final* da casa de Jacó? Jerusalém seria para vós uma palavra vã? *Mas isso seria a queda imediata do nosso culto, da NOSSA TRADIÇÃO, da nossa razão de ser*; e desse modo seria preciso queimar logo todos nossos livros sagrados... Nosso ritual, ordinário ou extraordinário, sempre nos fala da *pátria-mãe*. *Ao levantarmos, ao deitarmos, ao comermos*, nós invocamos nosso Deus para que Ele apresse nosso retorno a Jerusalém, sem tardança e agora! Seriam essas palavras vãs? A repetição geral, *universal*, dessas palavras não teria mais sentido? Seria mero formalismo?”

“Felizmente não é assim; vede, caro senhor, que, se muitos dentre nós esqueceram a importância do retorno, Deus suscitou novos irmãos que compreendem às vezes melhor do que nós mesmos esse milagre, único na vida do mundo, de um povo todo disperso há mil e oitocentos anos por todas as partes do universo, sem se confundir nem se misturar em nenhum lugar com as populações no meio das quais vive! E essa incrível conservação, feita para abrir os olhos dos mais cegos, não teria nenhum significado, nenhum valor para nós e para o mundo?”

“... Mas olhemos o horizonte e consideremos três sinais resplandecentes que nos maravilham. Três palavras, três coisas têm o privilégio de ocupar todos os espíritos e absorver a atenção do tempo presente: NACIONALIDADES, CONGRESSO, SUEZ.”

“Muito bem! a chave desse tríplice problema (povos que entram na posse deles mesmos para se unificarem, e unificar, com a ajuda do fio elétrico e do vapor, as diversas regiões do mundo), a chave dessa tríplice solução é Israel, é Jerusalém! Disse acima, *toda a religião judia está fundada na idéia nacional*. — E tenha-se ou não consciência disso — não há uma pulsação, uma aspiração dos filhos de Israel que não seja pela pátria. Repito, seria preciso fechar nossos livros, do primeiro ao último, se devêssemos expulsar Jerusalém dos nossos pensamentos!”

“E essas aspirações, esses pensamentos não constituem somente uma coisa íntima, pessoal da nossa raça, mas é uma necessidade universal; é a realização das palavras dos profetas; que digo? das palavras de Deus...”

⁸ Na escola que eu freqüentava, em Estrasburgo, conta Drach, as crianças tomaram a resolução de, na primeira aparição do Messias, roubar todas as confeitarias da cidade... Fiz durante muito tempo, sozinho, o inventário de uma bela confeitaria no canto da Praça de Armas, cuja propriedade queria para mim”. Drach, *Deuxième lettre*, p. 319. Paris, 1827.

“Ainda uma palavra, caro senhor. Aproximamo-nos do dia do aniversário da saída de nossos pais israelitas do Egito. Na noite do dia 20 de abril, *por toda a terra*, um povo disseminado há quase dois mil anos, no mesmo dia, na mesma hora, ergue-se subitamente como um só homem. Segura a taça da bênção colocada diante dele, e com uma voz fortemente acentuada, repete três vezes o seguinte magnífico brinde: NO PRÓXIMO ANO, EM JERUSALÉM. Direis ainda que o restabelecimento da nação judia não é realizável nem aceitável? — Lévy Burg”.

Esta carta deveria ser reproduzida por inteiro. Citemos ainda, pelo menos, esta passagem que mostra como, no pensamento dos judeus, o retorno a Jerusalém leva sua dominação sobre todo o gênero humano através de uma Convenção ou de um Tribunal encarregado de governar todos os homens. “Não é *natural*, NECESSÁRIO, exista um *tribunal supremo*, ao qual sejam submetidas as grandes questões públicas, as queixas entre nações, que julgue em última instância, e cuja palavra faça lei? E essa palavra é a palavra de Deus, pronunciada por seus filhos primogênitos (os hebreus), e diante da qual se inclinam com respeito todos os príncipes, quer dizer, a universalidade dos homens”.⁹

Povo, precisas de um juiz supremo, infalível. Reconhece em mim não somente o povo-rei, mas o povo-papa.

Como complemento dessa carta pode ser reproduzido um extrato de um relatório feito pelo doutor Becchanan, em 1810, à igreja anglicana. “Durante minha estada no Oriente, encontrei por toda a parte judeus animados da esperança de retornarem a Jerusalém e verem seu Messias... Eles acreditam que a época de sua libertação não está muito distante e observam as revoluções que agitam o universo como presságios de liberdade. Um sinal certo da proximidade da nossa libertação, dizem eles, é que em quase todos os países diminuem os perseguidores suscitados contra nós. Israel acredita, pois, estar próximo, muito próximo, o momento em que as profecias messiânicas vão se realizar no sentido que ele sempre lhes deu”.

Devemos temer ver realizado o seu sonho?

A tradição cristã fala-nos do Anticristo e confere-lhe as mesmas características que os judeus atribuem ao seu Messias.

Ora, como observa Mousseaux, “sob nossos olhos, *de uma extremidade à outra da terra*, o mundo político, econômico e social, conduzido ou arrastado pelas sociedades do mundo oculto, do qual os judeus são os príncipes, pôs-se a tramar, simultaneamente em todos os lugares e com um ardor incansável, a grande *unidade cosmopolita*. Assim se designa, na linguagem de hoje, o sistema do qual sairá a abolição de todas as fronteiras, de todas as pátrias, ou, se se deseja, a substituição da pátria particular de cada povo por uma grande e universal pátria, que seria a pátria de todos os homens”.¹⁰

A república universal e a religião humanitária pedem uma língua comum. Vários ensaios são feitos neste momento para criá-la e fazê-la adotar: o Ido, o Volapuck, o Esperanto. Muitos avaliam que aí estão tentativas judeu-maçônicas, que entram nos meios empregados pela seita para preparar o nivelamento dos espíritos e das nações. Entre outros indícios que permitem pensar assim, a estrela maçônica não é a insígnia preferida dos esperantistas? O criador do Esperanto, o Dr. Zamenhof, é um judeu. Deve-se sempre desconfiar daquilo que vem deles.¹¹

⁹ *Archives Israélites*, 1864, pp. 335 a 350.

¹⁰ Além disso, já vimos, a substituição de todas as religiões pela religião humanitária que seria, também ela, a religião de todos os homens.

¹¹ Existia a língua universal da cristandade; ela existe ainda a serviço da civilização católica: o latim. Reclus, apesar de não ser nada cristão, no seu livro *Le Partage du Monde*, diz do latim: “Sua glória eterna foi ter modelado os homens após tê-los comandado através do verbo mais sonoro, mais conciso, mais elegante, mas imperial como jamais houve; foi, ao trazer atrás de si a ciência, a filosofia, a arte dos gregos, ter instruído o Ocidente e, através do Ocidente, o mundo; foi ter dado aos idiomas que submetiam a si o orbe das terras, as palavras de todos os conhecimentos que elevam os homens acima da

Ora, essa unanimidade exige uma cabeça. E, pois, os judeus não se contentam em esperar, em chamar com seus desejos seu Messias dominador do mundo; eles prepararam os caminhos através desse trabalho secular que este livro mostra aos leitores.

Assim é que podemos chamá-los de *mestres-de-obra*.

Esta seria a grande obra do Poder Oculto que está à testa de todas as sociedades secretas que cobrem o mundo,¹² que as inspira e que dirige a ação de todas em direção ao objetivo que ela bem conhece, mas esconde tanto quanto possível aos cristãos que transformou em seus servidores e instrumentos.

Com eles, ou pelo menos com o concurso deles, o Poder Oculto trabalha, desde agora, para uma completa expropriação, a fim de que, não estando mais ligados a nada, os povos deixem-nos se apoderarem de tudo: vimos os franceses desapropriados das suas tradições ouvirem os que se esforçam para desapropriá-los da sua nacionalidade e mesmo da sua religião. Eles estão se despojando até mesmo de suas riquezas.

Emile Cahen, auditor no Conselho de Estado, acaba de ser encarregado pelo Ministro do Trabalho de investigar as causas das crises econômicas. Ele próprio judeu, não fará figurar entre essas causas os grandes saques judaicos. Fomos levados — por quem e como? — a confiar ao estrangeiro trinta e seis bilhões de francos dos nossos haveres. É Arthur Meyer quem dá os números. A liquidação da fortuna da França, sua transformação em papéis, logo, quer dizer, em folhas mortas, é uma das coisas que deve contribuir para fazê-la desaparecer como nação; e sabe-se que é sobre ela, a filha primogênita da Igreja, que o Poder Oculto quer triunfar em primeiro lugar. Mas os outros povos também estão sob a ação dessa bomba sugadora que é o judaísmo.

animalidade: artes, ciências morais, ciências sociais, ciências políticas, ciências econômicas, o direito, a história, a geografia, a matemática; foi ter sido e continuar sendo a língua do catolicismo universal. Numa palavra, o tesouro mais precioso da humanidade civilizada é o latim, e o mais das vezes, não esqueçamos, o latim que passou pela idéia francesa.

¹² Não se deve imaginar que as relações dos judeus com a franco-maçonaria estejam restritas aos limites da Europa ou da América. (Ver acima). As sociedades secretas encontram-se por todos os pontos do mundo e parecem obedecer em toda a parte a uma só e mesma direção.

As relações da franco-maçonaria européia com a China puderam ser verificadas pelos franceses em suas expedições ao Tonkin e a Annam. Pessoas muito bem informadas asseguram que os desenganos encontrados ali pela República são atribuíveis à sociedade Tien Si Hevi (Céu e Terra). Os lugares pelos quais passou o exército francês estavam cheios de signos misteriosos e de ameaças maçônicas endereçados aos iniciados europeus que eram conjurados a não usarem suas armas contra seus *irmãos* orientais.

Duas sociedades secretas aterrorizam a Indochina: a Nghia Hung e a Nghia Hou. A primeira tem por bandeira a cor amarela, a segunda a cor verde. Numa e noutra as reuniões são feitas em pagodes especiais, seus membros estão ligados por um segredo absoluto, apóiam-se até à morte. Essas maçonarias indígenas são absolutamente inimigas da França.

Um chinês que esteve na França, Ting-Toung-Ling, publicou, em 1864, um livro sobre a franco-maçonaria chinesa. Na França ele se filiou à R.:L.: *La Jérusalem des Vallées Egyptiennes*. Rosny, professor na Escola das Línguas Orientais de Paris, foi encarregado de servir de intérprete ao recipiendário. Deste soube que existem na China associações idênticas às nossas lojas e igualmente unidas entre si através de juramentos invioláveis.

Rosny manteve igualmente contacto com um outro franco-maçom chinês de um grau mais elevado, Sun-Yung. Sua conclusão é que, na Ásia como na Europa, a franco-maçonaria é simultaneamente filosófica e revolucionária.

O vice-rei de Yun-nan afirmou a François, cônsul da França, que as sociedades secretas são a tal ponto poderosas na China, que ele próprio estava obrigado a servir-lhes de instrumento. Acrescentou que elas são *internacionalizadas* pelos estrangeiros que estão na China.

Vemos como, no momento propício, o mundo inteiro poderá ser sublevado e conturbado pela satisfação das ambições de Israel.

O Dr. Ratzinger disse com muito acerto: “A expropriação da sociedade pelo capital móvel efetua-se com tanta regularidade como se fosse uma lei da natureza. Se nada se faz para detê-la, no espaço de cinquenta anos, ou quando muito em um século, toda a sociedade européia será entregue, de pés e mãos amarrados, a algumas centenas de banqueiros judeus”. Toda a sociedade européia: é dizer pouco. A América e a Ásia estarão igualmente à mercê dos banqueiros judeus. A bancarrota americana bem mostrou que o poder deles é tão grande no novo mundo quanto no antigo, e ninguém ignora que o Japão e a China começam hoje a pedir-lhes os meios para se “civilizarem”.

Gougenot des Mousseaux mostra no seu livro a “imensidade”, a enormidade do poder que o judeu deve ao seu ouro, à sua arte inimitável de fazê-lo seu, ao instinto, ao talento, ao gênio de que ele é dotado para erguer acima de toda altura seu ninho e de equilibrá-lo de tal sorte que abalá-lo equivale a abalar o mundo.

Jamais como nos nossos dias as finanças foram o nervo da guerra e da paz, a alma da política e da indústria, do comércio e da felicidade das famílias, e jamais esse poder teve, como nos nossos dias, por domicílio ou cidadela o cofre-forte do judeu, nem aí se concentrou de maneira tão prodigiosa e tão formidável.

E através do ouro o judeu nos possui, porque o orgulho, o luxo, a luxúria, a sede de todo poder e de todo gozo tomaram conta de nossas almas. Ele não nos largará senão diante da ressurreição da *educação cristã*, que inspira ao homem humildade, moderação, honestidade, sobriedade, devotamento, consideração e respeito pelo fraco e pelo pobre.

O padre Ratisbone,¹³ de raça judia, observa que “os judeus dirigem a Bolsa, a imprensa, o teatro, a literatura, as administrações, as grandes vias de comunicação terrestres e marítimas; e pela ascendência de sua fortuna e do seu gênio, eles mantêm encerrada na hora presente, como numa rede, toda a sociedade cristã”.

Nessas condições, que aconteceria, pergunta Gougenot des Mousseaux, “se algum agitador, se algum conquistador, erguendo o estandarte do Messias e com a fronte coroada pela auréola que sobre ela lançaria o dia glorioso da vitória, se fizesse passar pelo desejado de Israel? A imensa maioria, o verdadeiro núcleo da raça judaica o aclamaria. Quanto à minoria menos crente, o acontecimento reconstruiria sua fé desfalecida segundo o modelo da fé dos seus pais”.

E não somente isso, mas, continua Gougenot des Mousseaux, “se através de todo o poderio das revoluções modernas, um homem se encontrasse subitamente senhor das vontades e das forças de um povo, poderíamos negar, independentemente da linguagem profética das Escrituras e da Igreja, que dentro das circunstâncias preparadas de longa data pelos revolucionários do mundo inteiro, um só homem, um desses corifeus da revolução que fascinam e arrastam as multidões, possa, num instante, encontrar-se nos lábios, nos desejos e à frente dos povos ardentes em canalizar as maravilhosas aptidões da sua pessoa rumo ao objetivo final de suas aspirações”, dessas aspirações para o gozo sem limite que inflama a civilização moderna?¹⁴

Mousseaux acrescenta: “Quando, no domínio do pensamento, cada agente destruidor realizar seu papel, com que velocidade de raio — no século do vapor e da eletricidade, quer dizer, num século de miraculosos encurtamentos de tempo e de espaço — virão desabar sobre nós os acontecimentos mais carregados de surpresas! Acontecimentos que não deixarão de parecer tão longínquos, tão impossíveis para aqueles que não sabem ver nem crer, como parecia, aos contemporâneos de Noé, o dilúvio universal, na própria véspera do dia em que o cataclismo, profetizado há tanto tempo, transtornou a terra”.

¹³ *Question Juive*, página 9.

¹⁴ Deve-se ler por inteiro o capítulo XIII do livro *Le Juif, le Judaïsme et la Judaïsation des Peuples Chrétiens*.

O T E M P L O

IV. — O GRANDE ARQUITETO

CAPÍTULO XLIX

SATÃ: SEU REINGRESSO NO MUNDO CRISTÃO

Existirá, acima dos maçons e acima dos mestres-de-obra, um ordenador supremo das demolições religiosas e sociais, um arquiteto do edifício a que elas devem dar lugar, o artista-engenheiro do Templo que deve se erguer sobre as ruínas da Igreja?

O conde de Anthérmarre estabeleceu, na *Revue Catholique des Institutions et du Droit*, que “o Ser Supremo na presença e sob os auspícios do qual a Revolução proclamou os ‘Direitos do Homem’ e quis estabelecer ‘o culto da natureza’ não era, no pensamento dos principais autores da Declaração e da nova religião, o Deus que o céu e a terra adoram, mas Satã,¹ designado por esse nome de Ser Supremo ou de ‘Grande Arquiteto’ na linguagem cheia de mentiras e de obscuridades calculadas que as lojas construíram para ocultar aos profanos seus pensamentos e o objetivo que a seita busca. É a esse deus que os verdadeiros iniciados querem erguer o Templo simbólico no qual esperam poder reunir todos os humanos sob um mesmo cetro e um mesmo culto”.

Eles já lançaram seus olhares cobiçosos sobre os nossos santuários, com vistas a usá-los para esse culto, assim como fizeram os teofilantropos após a inauguração que dele fez Robespierre. “Se as velhas arquiteturas erguidas pela fé dos séculos permanecem de pé, disse um dos chefes da seita, o triângulo instalará aí a solenidade dos seus rituais; os curas de Notre-Dame cederão seus presbitérios aos pastores do Grande Oriente”. E o I.:Blatin, na segunda sessão da convenção de 1883: “Nesses edifícios erguidos há séculos em todos os lugares para as superstições religiosas e para as supremacias sacerdotais, seremos talvez chamados, por nosso turno, a pregar nossas doutrinas; e no lugar dessas salmodias clericais que ainda ressoam serão os

¹ “O gênio do mal, diz Joseph Lemann, recebe diferentes nomes na Escritura. O principal é Satã. Satã em hebreu significa *adversário*, o adversário! Diabo, que é também seu nome, significa *caluniador*, *acusador mentiroso*. Ele é igualmente chamado de demônio, que quer dizer *mau gênio*, *tentador*.

“Ele é o Demônio, o Diabo, relativamente aos homens, tentando-os, caluniando-os, acusando-os mentirosamente. Mas ele é Satã relativamente a Deus; o adversário de Deus! Seu sonho é ser usurpador. Ele foi o usurpador dissimulado na época da Declaração dos Direitos do Homem. Ele é agora o usurpador reconhecido pela apostasia oficial”.

Caluniador, *acusador mentiroso*. Sim; e por aí o diabo bem mostra ser o pai e o doutor da franco-maçonaria e das suas insinuações.

Mau gênio, *tentador*. Sim, ainda, e cada um de nós sabe-o bem demais.

Adversário de Deus, *contra Deus*. Não. Satã é uma inteligência por demais elevada para querer medir-se com o Infinito. Mas adversário de Jesus Cristo, o Homem-Deus, o princípio da ordem sobrenatural na qual o orgulho de Lúcifer e dos seus seguidores não lhes permitiu entrar e que, agora, subtrai os cristãos, os discípulos e os membros de Cristo, ao Seu domínio. Isto veremos mais adiante.

martelos de duas cabeças, as baterias e as aclamações da nossa ordem que farão retumbar as grandes abóbadas e os imensos pilares”.²

No ano seguinte, no dia 24 de fevereiro de 1884, o I.: Masson, delegado da loja *Os Amigos da Independência*, reproduziu a assertiva do I.: Blatin, invocando a autoridade deste.

Essas palavras não representam vã jactância.

Já somos testemunhas dos primeiros esforços da seita para chegar a seu objetivo. Nossas igrejas não mais nos pertencem. Nelas, nossa presença é apenas tolerada. Quando cessar a boa vontade da seita deveremos evacuá-las.

Enquanto aguarda o dia no qual julgará bom apossar-se das igrejas, ela dispõe os espíritos a acolherem essa transformação, fazendo desaparecer pouco a pouco o nome de Deus e glorificando o de Satã.

A primeira parte do programa é visível: todas as leis, e particularmente a lei escolar, são feitas para realizá-la. A colocação em prática do segundo artigo deve ser mais discreta. Tendemos para isso. Conhecemos a horrenda saudação endereçada a Satã por Proudhon e a não menos odiosa proferida por Renan. Michelet profetizou seu triunfo e Quinet queria “sufocar o cristianismo na lama”, a fim de que religião de Satã pudesse ocupar seu lugar.

Seu culto começa a se desenhar. O nome de templo dado pelos franco-maçons a seus lugares de reunião, o altar que aí se encontra, os ornamentos que os dignitários ostentam, as cerimônias que realizam, tudo isso indica um culto, um culto que se destina a alguém completamente diverso de Deus, seus Anjos e seus Santos.³

A religião satânica tem seu hinos, mesmo fora dos templos maçônicos: a infame canção que põe nos lábios do povo cristão o desejo de ver Cristo relegado à estrebaria e a Virgem à latrina. Ela tem seus sacramentos. Há o batismo maçônico que faz nascer os “lobinhos”; há o enterro maçônico dito “civil”, e há o casamento maçônico.⁴ O *Chaîne d’Union*, jornal da franco-maçonaria universal, na sua edição de

² Na discussão do projeto de lei sobre a separação entre a Igreja e o Estado, Groussau relatou estas palavras. Limousin, diretor do *Acacia*, numa carta ao *Figaro*, pareceu pôr em dúvida a exatidão dessa citação. Groussau logo escreveu ao *Figaro*: “Tenho o texto à mão no ‘*Bulletin du Grand-Orient de France*’, pp. 526, 631, 645”.

³ Em 1893, o Palácio Borghese, em Roma, foi locado ao Grande Oriente da Itália. Dois anos mais tarde, em virtude de uma cláusula inscrita no contrato, a franco-maçonaria recebeu intimação para desocupar a parte do palácio que ocupava. O *Corriere Nazionale* publicou então o que segue. Tendo-se apresentado o procurador da família Borghese para vistoriar esses apartamentos e deixá-los em estado de serem ocupados por D. Cipião Borghese e pela duquesa de Ferrari, encontrou uma sala que permanecia fechada e que só foi aberta sob ameaça de invocar a força pública para arrombar a porta. A sala fora transformada em “templo satânico”. O jornal deu essa descrição: “As paredes estavam cobertas de damasco vermelho e negro; no fundo havia uma grande tapeçaria sobre a qual se destacava a imagem de Lúcifer. Bem perto ficava uma espécie de altar ou de pira; aqui e ali triângulos e outras insígnias maçônicas. Ao redor estavam enfileiradas magníficas cadeiras douradas, cada qual com uma espécie de olho transparente e iluminado por luz elétrica acima do espaldar. No meio desse templo havia alguma coisa semelhante a um trono”.

⁴ Na convenção de 1890, na quarta sessão, em 11 de setembro, pôs-se a questão dos ritos fúnebres negligenciados depois de um certo número de anos. Inicialmente, pareceu aos membros da convenção que a maçonaria devia se esforçar para alcançar o mais rapidamente possível seu objetivo através da agitação política e que o dinheiro de que ela dispunha teria melhor emprego nessa direção do que nas manifestações simbólicas. Eles sentiram instintivamente um perigo no abandono dos ritos e se opuseram a isso. “É que, como observa Georges Bois, se a maçonaria é em última análise, sob seu último segredo, uma manifestação do satanismo, ela não poderia, sob pena de não ser mais ela mesma, ficar sem um culto, nem evitar de insultar, arremedando-o, o culto rendido a Deus. As cerimônias maçônicas do batismo, do casamento, do rito fúnebre, esforçam-se em imitar as cerimônias do culto católico, enquanto aguardam o dia em que a maçonaria triunfante poderá apossar-se das igrejas e das catedrais dos católicos”.

janeiro-fevereiro de 1881, iniciou-nos nos ritos desse sacramento das famílias devotadas a Satã.

Essa religião tem também os seus doutores. *La Tribune Pédagogique*, jornal feito por professores para professores, falou de Satã nestes termos:

“Para a Igreja Católica, Satã é o inimigo. A esse título, *ele é simpático* para muitas pessoas.

“Satã não é somente a negação de toda fé religiosa, mas ainda a difusão de toda ciência. No cérebro dos pensadores ele é o espírito de exame, de crítica e de pesquisa filosófica, representando a ciência e a filosofia unidas contra o obscurantismo.

“Mas Satã, a título de protesto contra a doutrina eclesiástica, representa ainda a natureza. Ele põe no coração do jovem o que há de melhor e mais doce no mundo: os desejos amorosos. Ele acende em nós todas as paixões generosas: se valem alguma coisa, é a ele que o devemos”.

Não esqueçamos, é um jornal pedagógico que dita essas lições aos professores para que eles as repitam às crianças.

Os maçons italianos, mais insolentes do que o são, pelo menos atualmente, os maçons da França, fundaram em Ancona um jornal intitulado *Il Lucifero*; em Livorno um outro jornal, *Il Ateo*. “Satã é nosso chefe”, disseram os redatores desses jornais na sua profissão de fé. Eles ousaram mesmo, na terça-feira de carnaval de 1882, apresentar Satã no teatro em Alfieri e em Turim, para cantar-lhe hinos, oferecer-lhe “incenso e promessas”, e anunciar ao povo sua chegada “sobre uma carruagem de fogo” e seu reino próximo sobre toda a terra.

O hino de Giosue Carducci exprime o desejo que dali em diante o incenso e as homenagens dos hinos sejam endereçados a Satã, “aquele que se insurgiu contra Deus”.⁵

No dia 22, na inauguração do monumento de Mazzini em Gênova, foi conduzida em cortejo uma bandeira negra com uma estátua de Lúcifer na ponta da haste. Após essa demonstração, o círculo anticlerical de Gênova endereçou à *Unita Cattolica* de Turim uma carta na qual anunciava que se propunha a colocar, quando o momento chegasse, a bandeira de Satã sobre todas as igrejas da Itália, notadamente sobre o Vaticano.

Novamente, em 20 de setembro de 1883, em dois bairros dessa mesma cidade de Gênova, em Caprona e em São Frutuoso, bandeiras negras nas quais tinha sido bordada a imagem de Satã triunfador foram conduzidas com grande pompa. O jornal *Epoca* disse no dia seguinte: “Grasnai quanto quisedes, ó agonizantes corvos negros!

⁵ Entre as coisas perturbadoras deste tempo, eis uma para a qual é preciso chamar particularmente a atenção:

Tendo um assinante do *Avvenire d'Italia* proposto se fizesse, no primeiro dia do ano de 1905, uma *piadosa peregrinação* à casa desse poeta de Satã, vice-grão-mestre da franco-maçonaria italiana, a folha democrata-cristã apressou-se em manifestar sua plena aprovação.

“O ilustre poeta, disse ela, não ignora que nossa admiração por ele é tanto mais sincera pelo fato de o termos combatido quando acreditamos ser do nosso dever. Nossa homenagem, neste momento, e nossa iniciativa nada mais farão do que melhor deixar ver o legítimo orgulho que temos de exprimir em toda matéria essa serenidade e essa objetividade que enobrecem a missão do jornalismo”.

Giosue Carducci goza há muito tempo do favor dos democratas-cristãos: suas *Œuvres* figuravam no número dos livros vendidos em Roma nos escritórios da *Sociedade de Cultura* do abade Romolo Murri, quando ele ainda era considerado pelos democratas-cristãos como seu chefe.

Eis, porém, o mais espantoso. Os italianos celebraram, em 1909, o centenário de nascimento de Carducci. Nessa ocasião a Universidade da França glorificou-o na Sorbonne. Mas o que ultrapassa tudo é o fato de que um dos mais qualificados dentre nossos jornais católicos consagrou seu *Premier-Paris* de 22 de junho de 1909 ao elogio do cantor de Satã. “Esse poeta não é somente o maior nome da literatura italiana recente, ele se equipara aos mais ilustres do passado”. Temos aqui um exemplo muito digno de nota das “influências cuidadosamente cobertas” que conseguem infiltrar o que eles querem nos meios mais católicos.

doravante vossas maldições, vossos sermões, vossas lendas não passarão de um eco de cavernas desertas. *Satã* não tardará a triunfar inteiramente”.

No Consistório de 20 de junho de 1889, Leão XIII viu-se obrigado a protestar contra a exibição pública da bandeira de *Satã* na cidade santa.⁶ Foi em razão da inauguração da estátua de Giordano Bruno, monge apóstata e de costumes devassos.

O culto de *Satã* procura introduzir-se por toda a parte.

Em outubro de 1905, um rico alemão residente nos Estados Unidos, Herman Menz, levantou uma estátua a *Satã* sobre um montículo que se ergue no meio da sua propriedade de campo, a pouca distância de Nova Iorque. A estátua tem cinco metros de altura, sem contar o pedestal. Ela representa Lúcifer “acolorado como um fauno sobre uma pedra e prestes a pular sobre o mundo; sua cabeça está ornada com os dois chifres tradicionais e uma das mãos segura o cabo de um forçado”. Hermann Menz distribui gratuitamente brochuras na qual proclama sua fé num diabo único.

Em janeiro de 1906, um clube de Nova Iorque, o *Thirteen*, inscreveu solenemente o diabo no número dos seus sócios perpétuos.

Também entre nós *Satã* é publicamente glorificado.

O ex-abade Charbonnel, que se entregou ao espiritismo ainda quando usava a sotaina, veio a Lille fazer uma conferência, presidida pelo I.: Debierre, e aí, na capela dos Redentoristas, proferiu as piores blasfêmias contra Deus e glorificou *Satã*.

Um canadense, J. Chicoyne, contou no *Vérité* de Quebec, por ocasião da morte de Louise Michel, o que vira e ouvira entre nós em 1880.

A virgem vermelha voltava do exílio.⁷ Uma grande manifestação em sua homenagem foi organizada no dia 18 de setembro. J. Chicoyne estava lá, em companhia de dois jornalistas parisienses e um luxemburguês. O salão, presidido por Rochefort, podia conter cinco mil assistentes. A frase de Blanqui, “Nem Deus nem senhor”, serviu de tema aos mais hediondos discursos.

“Um dos mais brilhantes sucessos oratórios da reunião foi alcançado por uma espécie de energúmeno que se fez apologista de Lúcifer.

“Se a lenda dos anjos rebeldes pudesse ser aceita, disse ele, o chefe deles deveria ser objeto de veneração. Ele foi o primeiro ser que soube resistir à autoridade. Ele pode ser o padroeiro de todos os que lutam pela liberdade e pela emancipação”.

“Viva *Satã*!” gritou alguém na multidão.

“Viva *Satã*!” repetiram cinco mil vozes com um calor e uma alegria que beiravam o delírio.

“Foi um espetáculo pouco banal ver semelhante multidão presa de tal vertigem ao aclamar o anjo decaído”.

⁶ Quando Leão XIII falou, a *Rivista della Massoneria Italiana*, tomo XVI, pp. 356-357, disse: “Vexilla regis prodeunt Inferni” [Avançam os estandartes do rei do inferno — N. do T.], disse o Papa. Muito bem! sim, sim, os estandartes do Rei dos Infernos avançam...” A mesma *Rivista della Massoneria Italiana* dissera antes (tomo X, p. 265, col. 1, linhas 37 e segtes., col. 2, linhas 1 a 25):

“... O gênio do Futuro, o Deus para nós, introduz em nós o germe da nova Lei do Bem... Sua alma nega que o bem-estar social se encontre em fugir da animalidade humana (*sic*), porque o bem-estar social é realmente a consequência da animalidade humana (*sic*). O edifício social que está desabando tem necessidade de uma pedra angular (triangular). É o *Nosso Deus* que a assentará. E essa pedra angular estará sobre a terra e não nos Céus.

“Saudai o gênio renovador, ó vós que sofreis. Levantai vossas cabeças, meus II.:, porque ele está chegando, *Satã-o-Grande*”.

⁷ Revolucionária francesa (1830-1905), foi professora primária em Paris em 1870, combatendo ao lado dos partidários da Comuna. Deportada para a Nova Caledônia, anistiada em 1880, continuou a propaganda revolucionária e foi várias vezes condenada. (N. do T.)

Antes de o populacho ter gritado, o mundo, o mundo das academias, vira seu jornal, o *Journal des Débats* (edição de 25 de abril de 1855), reclamar a reabilitação do demônio:

“Dentre todos os seres outrora malditos, perdoados dos seus anátemas pela tolerância do nosso século, Satã é, sem objeção, o que mais lucrou com o progresso das luzes e da civilização universal. A Idade Média, que nada permitia à tolerância, fê-lo à sua vontade mau, feio, torturado... Um século tão fecundo em reabilitações de todas as espécies como o nosso não podia deixar de encontrar razões para escusar um revolucionário infeliz que a necessidade de ação atirou em arriscados empreendimentos... Se nos tornamos indulgentes para com Satã, é porque Satã perdeu uma parte da sua maldade e não é mais esse gênio funesto, objeto de tantos ódios e terror. O mal, nos nossos dias, é evidentemente menos forte do que outrora. Era permitido à Idade Média, que vivia continuamente na presença do mal forte, armado, guarnecido de ameaças, votar-lhe esse ódio implacável... Nós, que respeitamos a centelha divina em toda a parte em que ela reluz, hesitamos em pronunciar decretos excludentes, com medo de envolver em nossa condenação algum átomo de beleza”.

Aquilo que mais adiante diremos acerca da religião de Satã, daquela para a qual a civilização moderna quer reconduzir os cristãos, quer dizer, o culto da natureza, fará compreender as razões dessa defesa de Lúcifer, feita pelo jornal dos mundanos e dos intelectuais.

Essa inclinação por Satã vem dos judeus.

Desde antes de Nosso Senhor Jesus Cristo, mas sobretudo depois da dispersão, certos judeus praticaram as doutrinas e os ritos da Cabala negra ou mágica, que outra coisa não é senão a quintessência da idolatria, a religião e o culto direto dos espíritos decaídos, dos demônios, que ensina os meios de se pôr em contactos imediatos com eles. “É certo, diz o I.: Eliphaz Lévy, que os judeus, os mais fiéis depositários dos segredos da Cabala, têm sido quase sempre, na magia, os maiores mestres da Idade Média”. Não é sem razão que duas vezes, no Apocalipse, o fariseu e sua descendência foram denominados pelo Divino Salvador de “sinagoga de Satã”, quer dizer, igreja do diabo.

Foi, pois, dos judeus que os franco-maçons receberam o culto que, no modo de pensar deles, deve um dia substituir o culto de Cristo. “Seus chefes reais, diz Gougenot des Mousseaux, vivem numa estreita e íntima aliança com os membros militantes do judaísmo, príncipes e iniciadores da Alta Cabala”. “Foram os judeus, diz também o professor de magia Eliphaz Lévy, depositários dos caldeus sabeístas⁸ saídos de Cham — os quais, segundo uma opinião largamente aceita pela ciência (mágica), eram os herdeiros da doutrina dos filhos de Caim — que nos ensinaram essa ciência”. “A Cabala judaica, diz por seu turno Monsenhor Meurin, no seu livro *La Franc-Maçonnerie, synagogue de Satan*⁹ — e toda a sua obra foi escrita para provar essa afirmação — a Cabala judaica é a base filosófica e a chave da franco-maçoneria”. O padre apóstata, Eliphaz Lévy, que acabamos de citar, acrescenta às palavras reproduzidas que “os ritos religiosos de todos os iluminados, Jacob Böhme, Swedenborg, Saint-Martin, foram tomados emprestados da Cabala, e que todas as associações maçônicas devem a ela seus segredos e seus símbolos”.

O *Osservatore Romano* não pensa de maneira diferente. No dia 1º de outubro de 1893 publicou um artigo sobre a franco-maçoneria no qual diz: “A franco-maçoneria é satânica em tudo: na sua origem, na sua organização, na sua ação, no seu objetivo,

⁸ Membro de uma seita judaico-cristã da Mesopotâmia, mencionada no Alcorão, de inspiração gnóstica, e eivada de magia e astrolatria. (N. do T.)

⁹ Introdução, p. 7. Ver também as últimas trinta páginas do livro de Gougenot des Mousseaux *Le Juif, le Judaïsme et la Judaïsation des Peuples Chrétiens*.

nos seus meios, no seu código e no seu governo, porque ela se tornou uma só e mesma coisa com o judaísmo. E ela é mesmo a maior força e o principal exército do judaísmo, buscando banir da terra o reino de Jesus Cristo para substituí-lo pelo reino de Satã”.¹⁰

Em 1888, Bossane, antigo contador dos Correios em Saint-Félicien, em Ardèche, demitiu-se da *Loja dos Amigos dos Homens* de Annonay. Com rara coragem, fez questão tornar pública sua demissão; e, para divulgá-la, escreveu uma carta ao *Courrier de Tournon*, na qual diz: “Cansado de ter de assistir a reuniões em Annonay, Lyon, Valence, Viena, Genebra e Lausanne, sem nada ter aprendido, e não pretendendo ascender aos graus supremos para não ter de guardar segredos, pude relacionar-me com altos dignitários de diferentes nacionalidades. *O que aprendei e o que me deixaram adivinhar é monstruoso... O CULTO MAÇÔNICO É O CULTO DE SATÃ*”.¹¹

Em algumas lojas de retaguarda Satã recebe um culto calcado sobre aquele que os católicos rendem a Deus.¹² Ragon, um dos escritores maçônicos que mais desenvolveram a inteligência e o zelo, publicou em 1844, em Paris, sob o pseudônimo de Jean-Marie de V., um livro intitulado *La Messe et ses Mystères Comparés aux Mystères Anciens, ou Complément de la Science Initiatique*. Através de uma subversão do que é verdadeiro, todas as partes da Missa são aí apresentadas como adaptações cristãs das antigas cerimônias, retomadas pelas lojas de retaguarda; todas as festas cristãs são comparadas às festas do paganismo; as ladainhas do Santo Nome de Jesus e as ladainhas da Santíssima Virgem são comparadas às invocações que acompanham as procissões pagãs. O abade Ribet, na sua *Mystique Divine*, também diz: “Não há, entre o sabá dos franco-maçons e o dos bruxos, senão diferenças apenas acidentais; o fundo é o mesmo, a saber: o culto a Satã, a profanação das coisas santas, o transbordamento da impudicícia”.

Serge Basset, redator do *Figaro*, exprimiu dúvidas sobre a prática diabólica das *missas negras* nas lojas de retaguarda. Recebeu no dia seguinte uma carta assinada por Bl. Ocagn, convidando-o a ir, na quinta-feira seguinte, às nove horas da noite, à Praça São Sulpício, com um exemplar do *Matin* na mão. Chegando ali, uma mulher veio buscá-lo e o conduziu de carro para o outro lado do Sena. Onde? Ele não pôde dizer. No dia 27 de maio de 1899, ele publicou no *Matin* um relatório da cena a que assistira. Sobre um altar encontrava-se um bode vivo, e diante dele a assembléia, homens e mulheres, cantava “*Gloria in profundis Satani!*...” Um oficiante vestiu um hábito sacerdotal e começou uma paródia da Missa. Interrompeu-se, como faz o padre, para pronunciar um discurso, e disse: “Estamos aqui para refazer a realeza de Satã, o Grande, o Belo, o Suave. À força de ultrajarmos Cristo, aboliremos sua glória e recolocaremos o proscrito na sua supereminente dignidade. Um dia, o Príncipe

¹⁰ Até os tempos assinalados, os judeus são e serão a nação e o instrumento da predileção de Satã. Desde o deicídio eles constituem propriedade sua, mais ou menos ao mesmo título a que a humanidade lhe pertenceu desde o pecado de Adão até a Redenção. O crime dos judeus foi como que um segundo pecado original desse povo. *Sanguis ejus super nos et super filios nostros!*

¹¹ Ele acrescenta: “Ademais, a franco-maçonaria busca o aniquilamento da França”.

Os que desejarem se instruir sobre o culto que a maçonaria presta ao demônio podem ler as cem últimas páginas do segundo volume de *La Cité Antichrétienne au XIXème Siècle*, de Dom Benoît.

¹² Há uma seção dos cavaleiros Kadosch que presta culto a Eblis. Eblis é, no Oriente, o nome do demônio. Esse nome é particularmente atribuído à serpente que seduziu Eva. Sua obra consiste em fazer desaparecer a *heresia* do Nazareno e fazer reinar Eblis sobre todo o gênero humano. Por aí eles se revelam judeus cabalistas ou discípulos dos judeus cabalistas. O sinal dos cavaleiros Kadosch consiste em mostrar o céu com o dedo e abaixá-lo em direção à terra, para mostrar que aquilo que está em cima deve ser precipitado para baixo. O comum da Ordem compreende com isso que a ordem social fundada sobre a autoridade e sobre Deus será posta por terra para ser substituída pela ordem da pura matéria. Os cabalistas querem dizer que o Nazareno será mergulhado nos infernos e que Eblis reinará nos céus. Enquanto aguardam, exercem seu ódio sobre as hóstias que lhes são obtidas pelos traidores e carregadas das missas matinais entre as folhas de um livro ou num lenço.

deste mundo, Satã, nosso senhor, triunfará sobre Cristo e será adorado como verdadeiro Deus”. Após o discurso veio o sacrifício, no qual o obsceno disputou lugar com o horrível, e uma imunda bacanal seguiu-se ao sacrilégio e se consumou em sangue”.¹³

Satã quer sempre obter da parte dos homens a adoração que ele disputou desde o início:

“Subirei aos céus e estabalecerei meu trono acima das estrelas de Deus. Assentar-me-ei na montanha da Aliança, na extremidade do céu. Colocar-me-ei sobre as nuvens mais altas e me tornarei igual ao Altíssimo”.¹⁴

Ele obteve do paganismo o que desejava. Mas Jesus Cristo veio e pôs para fora o príncipe deste mundo.

Desde então ele não cessou de esforçar-se para reingressar no mundo. Para esse fim ele se tem servido principalmente dos judeus. Porque, como diz muito bem o padre Bonriot, o demônio não entra no mundo material senão com a permissão do proprietário ou do Senhor; o Senhor: Deus; o proprietário: o homem, ao qual Deus deu o mundo: *terram dedit filiis hominum*. Adão, com o seu pecado, abriu-lhe as portas. Jesus Cristo o expulsou, *egredietur foras*. Mas sempre continua permitido ao homem chamá-lo, seja simplesmente para a sua alma, através do pecado, seja através das relações externas, mediante o emprego de certas prescrições.

Não é então Deus que desencadeia Satã, mas nossa impiedade ou nossa infidelidade. Os demônios jamais entraram e jamais entrarão no nosso mundo — demonstra-lo-emos mais adiante — senão tanto quanto o homem quis ou venha a querer permitir-lhe o ingresso.

Assim como ao redor dos fiéis, eles andam como leões que rugem em torno dos povos que não puderam reter sob seu jugo, para reconquistar seu antigo império sobre eles.

O desejo deles é tornar o estado do gênero humano pior do que antes da vinda de Jesus Cristo (Lucas, XI, 26). No momento atual eles são, por culpa nossa, mais numerosos e mais poderosos do que jamais foram depois do sacrifício do Calvário. É por isso que Leão XIII e Pio X nos fazem pronunciar diariamente ao pé do altar o exorcismo que tem por objetivo rechaçar para o inferno Satã e os espíritos malignos que Voltaire evocou com seu grito satânico tantas vezes repetido nas lojas.¹⁵

¹³ Monsenhor Méric recebeu, por ocasião desse relato, uma carta que lhe perguntava no que se devia acreditar a respeito dessas coisas. Em resposta, ele reproduziu o relato na sua *Revue du Monde Invisible*, e acrescentou: “Nosso excelente amigo Lidos afirmou freqüentemente a realidade dessas missas negras; ele nos indicou, na paróquia de São Sulpício e alhures, os lugares nos quais se podia verificar a realização dessas paródias sacrílegas e de suas práticas infames, o que explica o roubo muito freqüentemente constatado das hóstias. Elas provam também a realidade substancial de Satã, contestada por espírito levianos e orgulhosos. No entanto, reproduzimos, apenas a título de documento e sem nos pronunciarmos sobre a questão de fundo, o artigo do jornal de Charleroi (que havia reproduzido o *Matin*)... cremos que há a adoração de Satã na missa negra, diante da cruz de cabeça para baixo; cremos que existem as profanações das Santas Espécies e as cenas abomináveis de imoralidade satânica de que o relato dos fala”. *Revue du Monde Invisible*, julho de 1899.

Monsenhor Méric apresentou nessa edição apenas a primeira parte do relatório do *Matin*. Repugnou-lhe oferecer a seqüência na edição seguinte. Recebeu da França, da Bélgica, das Antilhas dinamarquesas, cartas pedindo a continuação. Um habitante de Tours escreveu-lhe: “Creio nessas missas assim como Görres, Ribet e todos os místicos e teólogos. Não seira útil falar nesse assunto, não fosse para pedir perdão publicamente e fazer reparações”. Um outro correspondente de Paris: “Fizemos uma pesquisa: as informações do informante do *Matin* foram colhidas em fonte boa. Os fatos narrados nesse artigo são reais”. *Revue du Monde Invisible*, fevereiro de 1900.

¹⁴ Isaías, XIV.

¹⁵ Não é a primeira vez que acontece uma invasão de satanismo na Cristandade.

No século XV, a Reforma, primeira manifestação da conjuração anticristã, foi precedida de um extraordinário desenvolvimento da magia. O protestantismo, ao desabrochar, favoreceu a magia em todos os lugares e conduziu ao transbordamento de feitiçaria que durante o século XVII pesou como um

Existe um outro exorcismo, mais explícito, *In satanam et angelos apostaticos*, que foi editado por Leão XIII há dez anos e confiado à piedade do clero. Provavelmente são muito pouco numerosos aqueles que o rezam, ou aqueles que só raramente o recitam.



pesadelo sobre a Alemanha, a Inglaterra e a Escócia, ao passo que os países de raça latina ficaram mais ou menos incólumes.

Por seu turno, a Revolução foi precedida de uma febre de satanismo. Por toda a parte mostraram-se os magnetizadores, os necromantes, como então se dizia. Os nobres corrompidos deixaram-se iniciar nos ritos através dos quais Satã era invocado, e, nas vilas como nas cidades, as pessoas se abandonavam a todas as práticas das ciências ocultas.

Mas jamais, desde o paganismo, Satã se viu, como hoje, convidado a reingressar no domínio do qual a Cruz do Divino Redentor o expulsara.

CAPÍTULO L

SATÃ. SUAS CONSTRUÇÕES ATUAIS

I. — A GNOSE

Satã, expulso do nosso mundo pela Cruz do Divino Redentor, é chamado pelos nossos contemporâneos e retorna. Ele retorna não somente para tentar os homens individualmente, mas para restabelecer seu império sobre a raça humana, para reconstituir seu reino.

Vimos nos capítulos precedentes uma multidão de associações, muitas das quais cobrem todas as partes do globo, ocupadas, sob sua inspiração, em destruir a religião cristã, atacando sua estrutura, quer dizer, tentando fazer desaparecer toda a verdade dogmática, tudo o que constitui a religião revelada, a ordem sobrenatural.

Existem outras associações, bem recentemente instituídas, que começam a erguer o culto e a religião de Satã.

Assim como havia, nos tempos do paganismo, um culto secreto e uma doutrina esotérica pertencente apenas aos iniciados, os quais comunicavam ao vulgo o que este podia suportar e davam satisfação aos seus instintos religiosos no naturalismo, vemos hoje renascer práticas e dogmas que constituem e constituirão para os iniciados uma religião propriamente luciferina, enquanto o público é e será levado pouco a pouco a uma religião simplesmente natural.

Falaremos mais adiante acerca dessa religião natural; devemos ocupar-nos agora, em dois capítulos, da religião satânica: a gnose e o espiritismo.

Como disse Georges Bois,¹ advogado no Tribunal de Justiça de Paris, “a franco-maçonaria não é senão a mais comum e a mais vulgar das iniciações praticadas ao nosso redor. Existem diversas outras mais discretas, mais profundas, de recrutamento mais selecionado. Se percorrermos Paris ou algumas grandes cidades, com os olhos bem abertos, não poderemos deixar de ver aqui e ali, muito freqüentemente, os vestígios quase cultuais, se assim podemos dizer, de um demonismo que já não é mais secreto”.²

Huyssmans, no prefácio que escreveu para o livro de Jules Bois, *Le Satanisme et la Magie*, também diz: “Pessoas que encontramos na rua, que são semelhantes a todo o mundo, em suma, abandonam-se em segredo às operações da magia negra, ligam-se, ou pelo menos tentam ligar-se com os espíritos das trevas, para, numa palavra, fazer o mal”.

Após ter falado dos roubos das hóstias, cujos relatos recolhia à medida que apareciam nas *Semaines Religieuses*, Huyssmans pergunta: “São pessoas isoladas ou associações demoníacas que ordenam essas perversidades ou tiram proveito delas? Estamos diante de satânicos ou de luciferinos?”³ Ele opina pela seita dos luciferinos ou dos *palladistes*, “que engloba, diz ele, o velho e o novo mundo, que

¹ Não confundir Georges Bois, antigo redator de *La Vérité*, que acaba de morrer como viveu, isto é, muito cristamente, com Jules Bois, do qual se fará freqüente menção aqui.

² *Revue du Monde Invisible*, janeiro de 1904.

³ O satanismo é o culto do demônio. O luciferismo é o último ímpeto da gnose e dos albigenses. Para ele, o Deus do Antigo e do Novo Testamento é o deus mau, hostil ao progresso, irritado com o progresso científico. Lúcifer é o deus bom, a base da evolução universal, o aguilhão dos impulsos passionais. Os revolucionários são santos.

possui um antipapa com sua cúria e que está na perseguição desse objetivo: abater o catolicismo por toda a parte e preparar o reino do Anticristo”.

É de se notar que os superiores das diferentes seitas de que falaremos abaixo são geralmente franco-maçons, e tanto mais elevados em grau na maçonaria quanto mais iniciados nos mistérios das suas respectivas seitas. Desde que a maçonaria do Grande Oriente da França se viu descoberta, que se conhece sua organização e suas intrigas, desde, sobretudo, que ela se engajou abertamente na luta política e social, formou-se por trás dela, e por assim dizer em segundo plano, uma franco-maçonaria mais misteriosa, que honra todos os antigos ritos dos templários, dos albigenses, dos cátaros, dos gnósticos etc. Esses ritos não são vazios de sentido e o culto por eles constituído não é sem objeto. É a religião do diabo. Ela constitui para a sociedade atual o mais terrível perigo.

Essa seita divide-se em vários ramos: cabalistas, teosofistas, martinistas, ocultistas, luciferinos propriamente ditos. A que mais se espalhou e compreende o maior número de indivíduos é a dos espíritas. Jules Bois afirma que os aderentes dessas diversas sociedades são mais numerosos do que os judeus e os protestantes reunidos. “Em cada cidade, diz ele, da Bélgica, França, Itália, Holanda, Inglaterra (falo dos países que particularmente visitei na Europa), existem grupos espíritas. Externamente e ao lado forma-se uma pequena elite que é ocultista, martinista ou teosófica”.

O ocultismo foge às definições precisas. Podemos dizer que é uma filosofia mantida secreta, geralmente expressa através dos símbolos. A magia é a filha do ocultismo. Magos e ocultistas usam procedimentos que pretendem científicos para se colocarem em relacionamento com os “poderes ocultos”. Os jovens são atraídos a essas associações pela curiosidade de experiências que, pensam eles, vão lhes permitir a descoberta das “forças desconhecidas da natureza”. Diz-se-lhes que existe um “exercício” que permite aos homens chegados a um certo grau de evolução desenvolverem a escala atual de percepção dos sentidos e através deles dilatar indefinidamente o mundo. Quando os poderes do homem estiverem assim desenvolvidos, a natureza revelará suas energias ocultas: os humanos não serão mais “mortais”, eles terão posto o pé no caminho da divindade.

Teosofia, ocultismo, martinismo etc., são formas diversas da antiga gnose dos dois ou três primeiros séculos do cristianismo, fundada pelos judeus para sufocar a doutrina cristã no seu nascedouro. Ela foi reorganizada na França em 1890 por Jules Doinel, que após seus desvios retornou ao catolicismo com sinais inequívocos de uma verdadeira conversão.

O gnosticismo tem hoje uma organização hierárquica, como veremos. Tem também uma doutrina renovada da antiga gnose. Publica duas revistas. A *Gnose*, revista mensal das ciências esotéricas. É o órgão de um grupo gnóstico dirigido pelo Dr. Fabre des Essarts, que se diz sucessor do falecido Doniel e se faz chamar de Synesius, arcebispo de Paris e bispo de Montségur. O *Réveil Gnostique*, outra revista editada bimestralmente, é o órgão do Dr. J.-B. Bricaud, que se diz: Sua Beatitude João II, soberano Patriarca. A sede deste órgão fica em Lião. A maioria dos iniciadores desse movimento gnóstico é constituída de lioneses.

Os gnósticos fundaram diversas livrarias para divulgar suas publicações e todas aquelas que se lhes relacionam, isto é, a reedição ou tradução das antigas obras heréticas.

Para ser admitido na Gnose é preciso confessar os dois dogmas fundamentais da Gnose restaurada: a fé na emanção e a salvação através da ciência (gnose). O dogma da emanção é oposto ao de um Deus criador. A salvação através da ciência é o oposto da salvação através da fé.

Entra-se na igreja gnóstica pela imposição das mãos do bispo gnóstico. Os que a receberam são chamados de pneumatistas. Existe um segundo grau, o do diaconato; e um terceiro, o episcopado. O bispo é eleito pela assembleia dos fiéis e dos diáconos. Sua eleição é submetida à aprovação do Altíssimo Sínodo, composto por

todos os bispos e todas as sofias (mulheres elevadas em grau na Gnose); o bispo tem por presidente vitalício o patriarca gnóstico, chefe temporal da igreja gnóstica, da qual a Sofia Celeste, leia-se Lúcifer, é o chefe espiritual e invisível. O bispo eleito recebe seus poderes de jurisdição através de uma sagração. Cada bispo governa sua diocese composta de vários grupos aos quais são propostos um diácono e uma diaconisa. O Patriarca se corresponde com os poderes maçônicos que o reconhecem. Eles tem um culto cuja descrição seria inútil fazer aqui. Basta dizer que o ritual gnóstico está impregnado de liturgia católica. As fórmulas católicas mascaram a obra luciferina. Lúcifer entendeu de atribuir a si os textos sagrados e a oração que não se deve dizer senão a Deus. As cerimônias católicas são adaptadas ao dogma valentiniano.⁴ Os ornamentos episcopais dos quais os gnósticos se utilizam oferecem mais de um ponto de semelhança com os dos legítimos prelados.

A teosofia diz-se a própria essência das religiões passadas, presentes e futuras. Seu escritório central fica em Londres. Ela se espalhou pouco a pouco pelo globo: na Índia, Áustria, Nova Zelândia, Estados Unidos, Holanda, Inglaterra e França.⁵

A seção francesa tem sua sede na Rua de la Bourdonnais, 59; compreende 25 ramos e um certo número de centros em atividade; publica o *Bulletin de la Section Française de la Société Théosophique*.⁶

Em maio de 1907, Chacornac organizou um congresso ocultista das sociedades de sábios, em Paris, no anfiteatro do Grand-Hôtel. Esse congresso exprimiu desejo: 1º de que os poderes públicos favorecessem oficialmente a aplicação da psicoterapia na regeneração moral da infância e dos detentos de todas as categorias;⁷

2º que fossem proferidas conferências públicas nas cidades pelos ocultistas, seguidas de subscrições para a criação de bibliotecas ocultistas;

3º que uma agência de informações para o ocultismo fosse fundada, objetivando concentrar as experiências e assinalar as faltas cometidas pelo fanatismo religioso.

O congresso decidiu que cumpre a todas as fraternidades e individualidades ocultistas o dever de espalhar ao redor delas, no público, as leis “do universo e do supremo conhecimento, a fim de que essas leis se tornem a base da evolução da sociedade humana para guiar as multidões rumo a um ideal social de Progresso e de Fraternidade”.

Resolveu aumentar os meios de propaganda dos estudos das ciências ocultas, e isso através de todos os meios possíveis.

Três anos antes da reorganização da Gnose, o martinismo fora restaurado pelo Dr. Papus, cujo verdadeiro nome era Encausse, um dos luciferinos mais perigosos do século. O martinismo fora fundado em 1754 por um judeu português, Martinez de Pasquelly; seu primeiro discípulo tinha sido Louis Claude de Saint-Martin, o que fez com que a seita tivesse dupla razão para chamar-se “martinismo”.

⁴ Valentim, heresiarca do século II, é um dos autores da Gnose e do dogma da emanção.

⁵ Jules Bois, *Le Monde Invisible*. A senhora Blavatski é considerada a fundadora da seita dos teósofos, atualmente dirigida por uma americana, senhora Besant.

⁶ Ver *Année Occultiste*, p. 283.

⁷ Em 15 de outubro de 1903, a Federação lionesa e regional dos espíritas realizou sua primeira conferência em Lião, na sala do Folies-Bergère. Oitocentas pessoas encontravam-se aí. Uma ordem do dia foi votada, com apenas seis votos contrários, convidando Combes a levar até o fim a obra da laicização, e formulando o voto de que o espiritismo ocupasse enfim o lugar que lhe convém no mundo.

Um dos chefes mais ativos e mais ouvidos da religião espírita empenhou-se logo em dar a esse desejo sua primeira realização, endereçando a Combes um memorial que concluía propondo a introdução do espiritismo no ensino público, e, em particular, que esse estudo fosse tornado obrigatório em todos os liceus. No memorial ele diz que nem a Igreja, nem a Universidade respondem às necessidades das almas para resolver o problema do destino humano e para fornecer uma orientação aos espíritos.

O martinismo deriva diretamente da Cabala judia. Teve grande participação nos horrores da Revolução. Atualmente o martinismo engloba a maioria dos grupos ocultistas e sem ele a gnose jamais poderia ter passado da teoria à prática. O Dr. Papus é o grande-mestre vitalício do martinismo e preside um conselho supremo cujos membros são eleitos e perpétuos. Ele reuniu ao seu redor jovens instruídos, dos quais vários tornaram-se mestres em ciência mágica. Depois realizou o colossal empreendimento de fundar grupos esotéricos que hoje estão espalhados por todo o universo civilizado e constituem um viveiro de grandes luciferinos. Papus dirige uma revista intitulada *Hiram* e fundou um Instituto de Altos Estudos Herméticos. Os cursos duram três anos e dão direito a diplomas. Eles nunca têm menos de cento e cinquenta alunos.

O martinismo comporta também três graus. O que confere poder à Ordem é o fato de o iniciador não poder ser conhecido senão de duas pessoas: aquele que o iniciou e aquele que ele inicia. Assim se estabelece a cadeia do silêncio tão necessário às associações ocultas. No próprio seio da Ordem, muitos dos II.º não chegam a conhecer senão um pequeno número deles. O iniciador tem por dever não perder de vista aquele ou aqueles que ele iniciou.

Afora esses três graus, a Ordem compreende um outro, que constitui uma espécie de ordem terceira martinista. Os iniciados nessa ordem terceira pululam no mundo parisiense. Ela abre as portas dos salões, das revistas, dos jornais ao martinismo e prepara sua ditadura sobre o mundo universitário.

Essa ordem terceira é chamada dos “rosicrucians”. Ora, existe uma sociedade que se intitula *Irmãos Rosa-cruzes da Rosácea*. Ela tem como órgão uma revista mensal fundada em 25 de outubro de 1906, *Les Entrétiens Idéalistes*, que se afirma claramente católica e pretende mesmo combater o modernismo (ver a declaração no alto da edição de 25 de janeiro de 1910); e no entanto basta ler seus principais artigos, notadamente os do seu diretor, Paul Vuillaud, para verificar que ela ensina todos os erros dos neognósticos e dos teósofos.⁸ Ademais, a revista não dissimula sua simpatia pelas ciências ocultas: anuncia a remessa gratuita a seus leitores de importantes catálogos de livros sobre as ciências ocultas.

Numerosos católicos são seduzidos sobretudo por esta afirmação que já encontramos nos lábios de Weishaupt: *Todas as religiões, sem excetuar a religião católica, têm um ensinamento esotérico*. E é essa doutrina secreta de Jesus Cristo, hoje desconhecida da igreja oficial, que se trata de comunicar para iniciar na verdadeira sabedoria, na Gnose, e preparar a vinda do verdadeiro catolicismo, da religião verdadeiramente universal.

Eis o que é soberanamente digno de atenção. No caderno XL, Pierre de Cresinoy faz, acerca dos discursos de Marc Sangnier, que acabavam de ser publicados em volume, um elogio cheio de exageradas adulações ao autor. Deve-se comparar esse caderno com o de 25 de maio de 1909, no qual se encontra o relatório do congresso do *Sillon*. Por seu turno, o *Eveil Démocratique* de 13 de junho de 1909, respondendo aos cumprimentos de Paul Vuillaud, deixa-nos saber que a revista *Les Entrétiens Idéalistes* é o órgão de um grupo de *Irmãos ditos Rosa-cruzes da Rosácea*.⁹ Jamais a revista de Vuillaud deixara escapar essa afirmação. Deu-se a saber ao *Sillon* aquilo que os leitores e assinantes do *Entrétiens Idéalistes* ignoram, se não são afiliados.

⁸ As provas são superabundantes. Desde a terceira edição Vuillaud anuncia a primeira tradução francesa do Zohar, livro esotérico dos hebreus. Nesse artigo ele não teme adiantar que “os sistemas religiosos e filosóficos encontram-se todos, naquilo que têm de verdadeiro, na teosofia cabalística”. E acrescenta: “As noções fornecidas pela Sabedoria Cabalística são idênticas àquelas que a teologia cristã nos ensina” (p. 106). Essa afirmativa é repetida mais adiante sob uma outra forma (p. 109) e o autor acrescenta que “a Cabala foi caluniada”.

É sobretudo numa série de artigos intitulados *Mystagogiques*, que Paul Vuillaud expõe mais abertamente seu sistema (Ver cadernos XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI).

⁹ Comparar esse nome com o de Rosa-Cruz.

Queiram ter a bondade de comparar agora uma brochura de Maurice Boué de Villiers, intitulada *Les Secrets de la Rose-Croix*, que faz parte da *Bibliothèque des Entretiens Idéalistes*, queiram comparar essa brochura com o livro de Marg Sangnier, *La Vie Profonde*: é o mesmo estado de espírito, o mesmo idealismo mórbido, o mesmo erotismo macabro. Comparem-se as poesias tão freqüentemente publicadas no *Entretiens* com as teorias do *Sillon* sobre a castidade, sobre o amor: existe identidade de fundo e de forma; e dir-se-á que *Eveils et Visions* da *Vie Profonde*, que tinham parecido somente obra de um espírito doentio e de uma imaginação desregrada, tornam-se o indício de uma iniciação, pelo menos parcial, em mistérios abomináveis.

É através do caráter idealista da democracia do *Sillon* que se unem os sillonistas e os rosa-cruzes. Os gnósticos vêem na aspiração tão ardente quanto vaga dos sillonistas relativamente ao “progresso da democracia” uma corrente favoráveis às suas idéias de ascensão rumo à Ciência e à Gnose. Os sillonistas sofrem a influência dos teósofos e dos gnósticos quando sonham com a ascensão da democracia em direção a um ideal de virtude que a tornará verdadeiramente capaz de governar a si própria.

Basta ler o número de janeiro-fevereiro de 1910 do *Réveil Gnostique* para perceber a que ponto esses heréticos esperam e predizem uma nova idade de ouro. São essas tolas esperanças, semeadas no povo através dos mil órgãos das seitas, que explicam como os chefes socialistas podem impunemente prometer reformas evidentemente quiméricas. A multidão acredita numa nova ordem de coisas quase messiânica e vê no progresso democrático a aurora da felicidade paradisíaca reencontrada.¹⁰

No momento em que escrevemos o *Sillon* anuncia que acaba de se reorganizar. Ele permanece o que era, menos uma organização do que um espírito. E vê-se que espécie de espírito!

Que poderosa alavanca contra a sociedade cristã Satã tem em suas mãos, por intermédio de todas as sociedades sobre as quais acabamos de chamar a atenção.

Resta-nos falar sobre os espíritas.



¹⁰ Segundo esses heréticos, a história da humanidade compreende nove épocas, através das quais a matéria inanimada se eleva, sob a ação da “matéria astral”, até a divindade.

A primeira época foi a do bramanismo; a segunda, da religião dos egípcios; a terceira foi a época cristã; a quarta, a época revolucionária (na qual estamos); a quinta será a da república universal; a sexta, a sétima e a oitava marcarão na história da humanidade épocas de tal forma superiores ao que podemos conceber, que não podem ser definidas atualmente; enfim, a nona época será a da natureza divinizada.

Eis o sonho fantástico que está no fundo de todas essas declamações sobre o progresso e sobre a ascensão da humanidade. Eis em que miragem se deixa enredar, mais ou menos inconscientemente, o *Sillon*.

Quando Marc Sangnier proclama que a democracia é o resultado necessário do cristianismo, que ela deve elevar a humanidade a uma “organização social que tende a levar ao máximo a consciência e a responsabilidade cívica de cada um”, essas palavras teriam apenas um significado quimérico e oratório, se não correspondessem a um estado de espírito criado e entretido há muito tempo entre os seus ouvintes como nele próprio. Ora, esse estado de espírito foi criado pela franco-maçonaria cabalística e teosófica e é a ela e não ao cristianismo que ele aproveita.

A democracia não é para eles uma forma de governo, é um degrau da escada misteriosa pela qual a humanidade se eleva rumo ao infinito. A república universal que esse progresso prepara será tão superior à cristandade da Idade Média quanto esta o foi relativamente ao bramanismo e ao mundo pagão. Ela será constituída pela fusão de todas as igrejas, pela abolição de todas as pátrias, pela supressão da propriedade privada e pela destruição da família. Eis o ideal democrático mais ou menos claramente entrevisto, mas saudado de longe com um entusiasmo igual pelos gnósticos e pelos sillonistas, melhor dizendo, por todos os democratas modernos de todas as escolas e de todas as denominações.

CAPÍTULO LI

SATÃ. SUAS CONSTRUÇÕES ATUAIS.

II. — O ESPIRITISMO

Satã tem, pois, atualmente, uma igreja oculta com seus fiéis, suas cerimônias, sua liturgia, tudo oposto à Santa Igreja, aos fiéis de Cristo, à liturgia romana, à religião do Filho de Deus feito Homem. Isto é um fato indiscutível; Satã exerce um império temível sobre uma massa de perdição.

A maior parte dessa massa é formada pelos espíritos. Também eles pertencem à Gnose, em virtude dos seus principais dogmas.

O espiritismo não é de hoje: suas práticas enchem todos os tempos, todos os lugares, mas sobretudo os tempos e os lugares pagãos. Cícero¹ diz-nos que seu amigo Ápio fazia das *consultas aos mortos* sua prática habitual, e que, nas vizinhanças de Arpínia ficava o lago Averno, do qual se faziam “surgir do seio das trevas os fantasmas dos mortos ainda completamente ensangüentados”. Por toda a parte havia *oráculos aos mortos*. Eles eram evocados às margens do rio Aqueron, na Tesprotia; em Figatéia, na Arcádia; no cabo Tenare, em Heracléia; no Pont, em Cumes. Não era somente o populacho que punha fé nessas práticas. Periandro, um dos sete sábios, manda consultar a alma de sua mulher, que ele fizera degolar.² Pausânias evoca, ele próprio, a alma de uma jovem que ele matara;³ os magistrados de Esparta fazem evocar através dos necromantes de Tessália a alma desse mesmo Pausânias;⁴ Libo Drusus é condenado à morte por Tibério por ter tido cometido um crime de lesa-majestade enquanto se entregava à necromancia; o gramático Apion evoca o espírito de Homero para interrogá-lo sobre sua pátria e seus pais.⁵

Essas mesmas evocações foram praticadas na Idade Média pelos bruxos e pelos magos.⁶ Em nossos dias essas evocações assumiram uma freqüência, um desenvolvimento e uma importância que autorizam as mais inquietantes previsões.

O espiritismo pode, pois, ser definido como um sistema de relações extra-naturais dos homens com os puros espíritos. O espiritismo possui e emprega os meios de superar, à vontade, diz ele, a barreira que separa nosso reino humano daquele dos puros espíritos, e é a coordenação mais ou menos feliz desses meios que constitui todo o sistema do espiritismo.

Certamente os casos de engano e de erro são freqüentes, mas os fatos bem caracterizados como extra-naturais são tão numerosos que não podem ser contados e foram tão perfeitamente observados que não é possível a dúvida a esse respeito.

Procura-se revesti-los com uma aparência científica, ou rejeitá-los em bloco para o domínio da prestidigitação. Seguramente existem fraudes. Mas, diz o Dr. Grasset, é falso concluir que todos os médiuns fraudam e que um médium convencido de fraude em certos casos necessariamente fraude em todos os casos.

¹ *Tusculanes*, I, 16.

² *Heródoto*, V, 92.

³ Plutarco, *Vie de Cimon*.

⁴ Plutarco, *Des Délais de la Justice Divine*.

⁵ Plínio, o Velho, XXX, 6.

⁶ Não precisamos assinalar que os demônios não são os senhores das almas, e que, para responder às evocações que lhes são endereçadas, basta se apresentarem em pessoa sob nomes fictícios.

De outra parte, os fenômenos espíritas não podem ser reproduzidos à vontade, o que não permite sejam classificados no domínio da ciência. Não se lhes podem aplicar os procedimentos habituais e rigorosos do controle científico. Primeiramente, é necessário um médium.⁷ Ademais, quando se tem o médium, nem sempre a experiência é bem sucedida, há um mistério no determinismo que multiplica os fracassos. “Os fenômenos são rebeldes à disciplina”, diz Maxwel. “Em condições idênticas, diz Charles Richet, essa incerteza dos resultados lança a incerteza sobre a própria ciência”. Isto põe entre os fatos físicos e os fatos espíritas um critério de distinção inteiramente infalível. Os primeiros são produzidos somente pela natureza ou pela intervenção do homem que a comanda obedecendo-lhe, quer dizer, que obtém suas manifestações através dos procedimentos que imitam a própria ação da natureza. Ele estuda o vapor, a eletricidade, e põe-nos em prática para a sua locomoção ou para as suas mensagens, observando estritamente seus hábitos e canalizando seus cursos naturais. Eis a física.

Mas, se, simplesmente tocando uma mesa, ainda mesmo que concebendo interiormente um desejo, obtenho a presença e a conversa de um ser inteligente e livre e ademais invisível, que advinha meu desejo e meu pensamento, vejo muito claramente que tenho negócios com um puro espírito.⁸

Jeanniard du Dot conta que em 1849 os cinco bispos de uma província, reunidos para tratar diversos pontos de doutrina de direito eclesiástico, quiseram perceber, por eles mesmos, o fenômeno das mesas giratórias. Quando viram a mesa girar, colocaram sobre ela um rosário e um breviário. A mesa arremessou esses objetos com furor; depois ela empurrou até à porta o bispo do lugar.

O pensamento de Satã parece bem ser manifestar-se nos nossos dias mais do que tenha feito em qualquer outra época do cristianismo; mas sua tática é abrigar-se atrás do silêncio. Mil sábios, matemáticos, físicos, químicos etc., entraram no domínio do oculto com o pensamento de submetê-lo às suas experiências e apreender suas

⁷ Médium, ser, homem-meio. Assim é chamada a pessoa, homem ou mulher, que, no espiritismo, é o intermediário entre o mundo terrestre e o mundo dos espíritos e serve às manifestações destes. Chama-se médium a materializações, àquele que obtém manifestações corporais.

⁸ Jacques Brieu, o bem conhecido crítico ocultista do *Mercur de France*, distingue entre os fenômenos de ordem puramente física e de ordem espírita. Seu ponto de partida é o fato, seu objetivo é o fato, seu critério de certeza é o fato. Os fatos mantêm-se, enquanto as teorias mais engenhosas e os sistemas mais sábios desmoronam.

Esses fatos são:

1º Certos? Sim, se eles *existem para todos*, sábios e ignorantes.

2º Heteronômicos? Sim, se são coisa diversa de um jogo da imaginação, de uma idéia subjetiva, de um sonho, de uma opinião.

3º Observáveis? Sim, se caem sob nossos sentidos e podem ser apreendidos pelos nossos instrumentos.

4º Irredutíveis? Sim, se não se reduzem a outros mais simples, que decorram de uma ciência já existente ou não constituem induções tiradas dos fatos.

“As ciências psíquicas e o espiritismo propriamente ditos resultam das ciências com as quais apresentam a maioria dos pontos de contacto, a fisiologia e a psicologia? Não, porque a fisiologia e a psicologia têm somente por objeto de estudo as faculdades do espírito e as funções do corpo no estado normal, enquanto que os fenômenos que o espiritismo e as ciências psíquicas estudam são anormais, exigem a presença de um ser *anormal*, um *médium*.”

“A produção dos fenômenos espíritas parece necessitar da intervenção de *forças* ou de *seres inteligentes* normais.

“Frequentemente será difícil discernir se um fato pertence ao espiritismo ou às ciências psicológicas, mas não se dá o mesmo relativamente a um grande número de fatos? Quem determinará exatamente, por exemplo, o limite que emana dos fatos psicológicos e dos fatos fisiológicos?”

“A distinção dos fenômenos psíquicos e dos fatos fisiológicos é possível e mesmo legítima, se existe um *fato característico* que permite diferenciá-los; se a intervenção de *forças* ou de *seres estranhos* ao mundo físico é um fato indestrutível, o fenômeno é de ordem espírita, vem de forças ou de seres inteligentes desconhecidos”.

leis. Essa esperança que Satã faz nascer, entra bem no seu desígnio, que é, como veremos na última parte desta obra, reconduzir o homem para a ordem puramente natural e aí encerrá-lo, ao mesmo tempo em que o domina.

Foi na América, no ano de 1847, que, pela permissão de Deus e por motivos da Sabedoria Infinita que não nos é dado penetrar, o príncipe das trevas recomeçou, na época atual, essa longa série de manifestações que deveriam se estender por todo o mundo e sobre as quais a última palavra está longe de ser dita.

A família Fox, instalada numa casa de Hyderville, pequena cidade do Estado de Nova Iorque, recebeu em março a visita de um *espírito* que fez a casa ressoar com golpes misteriosos. Inicialmente espantados e mesmo aterrorizados, os habitantes da casa assombrada deixaram-se logo subjugar pela curiosidade e interrogaram. Aos estalos dos dedos das moças responderam estalos de dedos. Um primeiro meio de comunicação estava estabelecido com quem estalou os dedos, o qual, por essa razão, revelava-se como um ser inteligente.

A família Fox muda-se para Rochester; o espírito a segue e conquista nessa cidade um campo de operações mais vasto, um número maior de testemunhos que logo se tornam apóstolos; porque ele segue, entre eles, aqueles aos quais se manifestou uma primeira vez e multiplica assim os teatros de suas manifestações. Não precisamos contar aqui as diferentes formas que essas manifestações adotam, nem os diferentes meios de comunicação e de conversa que os espíritos sugeriram sucessivamente aos que se punham em comunicação com eles; queremos apenas seguir o espiritismo na sua extensão.

Em 1853, isto é, seis anos após a primeira manifestação, quinhentas mil pessoas mantinham, na América, correspondência seguida com “as almas dos mortos”, e relações entre si através de doze revistas ou jornais.

Há alguns anos, segundo o cálculo de Babinet, havia, apenas na América, sessenta mil médiuns. Em 1855, Emma Harding-Button estimava o número de adeptos em doze milhões, só na América. Um pouco mais tarde, o juiz Edmunds, senador e presidente do Tribunal de Justiça de Nova Iorque, acusava três milhões de novos aderentes. Quantos eles são hoje? Não seria exagerado calcular, a partir de 1870, o número de espíritas em vinte milhões.

“O que faz a extraordinária aceitação do espiritismo, observa Jules Bois,⁹ é a sua taumaturgia próxima, popular. Tudo se torna simples. Deus para todos, segundo a dose de cada um! Deus democrata!”

Os espíritas têm congressos internacionais: eles foram realizados em Bruxelas, em 1884; em Barcelona, em 1886; em Paris, em 1889. Em 1889, centenário da Revolução, o Congresso reuniu-se no Grande Oriente: nova prova das relações secretas entre a franco-maçonaria, os judeus talmúdicos e Satã. O Congresso do centenário contava quinhentos membros.

Para o Congresso de 1900 foram convidados, por um abade Julio, “todos os católicos dos dois mundos, padres e leigos, que não podem permanecer alheios à renovação científica que conduz a humanidade rumo ao fim glorioso que lhe mostrou o Divino Mestre”.¹⁰

“O Congresso, diz Durville, realizou suas sessões no Palácio dos Agricultores da França, em meio a uma afluência considerável de magnetizadores, espíritas, herméticos, teósofos e espiritualistas independentes, vindos aqui na qualidade de delegados de sociedades ou de grupos de todas as partes do mundo, das quais eram representantes... Os espíritas expuseram as grandes linhas da sua religião nesse Congresso internacional, organizado por iniciativa deles e que souberam levar a bom termo”.

⁹ *Le Monde Invisible*, 307.

¹⁰ *Revue du Monde Invisible*, setembro de 1899.

Denis, que já havia presidido o Congresso de 1889, foi novamente encarregado de presidir o de 1900. Tomando assento, Denis disse: “No Congresso de 1889 o espiritismo via ainda diante de si numerosos obstáculos, a caminhada era hesitante. Hoje, o número de adeptos multiplicou-se, o público e a imprensa estão curiosos. Há adeptos do espiritismo no mundo da ciência e nas classes mais altas da sociedade... Os poderes ocultos estão trabalhando, eles sustentam a ação dos homens... Após o período de difusão deve vir o período de organização... O momento presente, o momento que vivemos, é um momento pleno de esperanças e de promessas; as massas estão agitadas pelo surdo trabalho do pensamento; as inteligências e as consciências estão à procura de um novo ideal. O espiritismo é um germe poderoso que se desenvolverá e conduzirá a uma transformação das leis, das idéias, das forças sociais... O espiritismo deve contribuir para transformar a ciência... Ele levará a uma transformação das religiões... O mesmo ocorrerá com o ensino... Ele influenciará poderosamente na economia social e na vida pública... O espiritismo não mais pode ser detido na sua marcha: ele penetrou no espírito e no coração de milhões de homens” (p. 32 e 42).

Estas últimas palavras não constituíam fanfarronice.

No livro *Le Problème de l'Heure Présente* oferecemos numerosas informações sobre o número dos espíritas, seus órgãos de publicidade, sua propaganda, na França e em todos os países do mundo. Não é nossa intenção retornar a isso aqui, posto que, além de os números então mencionados não mais serem exatos — eles crescem a cada dia — não conhecemos nenhuma obra que mantenha atualizados os progressos da seita. Nós nos contentaremos com algumas observações.

A terra está, pois, coberta de espíritas. Eles são encontrados por toda a parte, em todos os continentes, penetram em todos os meios e prestam seu concurso a todas as obras de Satã. A Gnose foi recrutada de suas fileiras, entre os espíritas inteligentes, letrados, pertencentes às funções liberais ou à alta sociedade.¹¹

Para a propagação das suas doutrinas, os espíritas contam sobretudo com as mulheres. No relatório lido na sessão geral de encerramento do Congresso internacional de 1900, sessão que havia reunido todas as escolas espíritas, o Dr. Papus disse: “É às mulheres que devemos o sucesso dos nossos congressos, e é com razão que se diz que aquele que tem a mulher a seu favor está seguro da vitória. São elas quem, entre as sessões, preparam os êxitos mediante seu incessante apostolado. São elas que, abelhas infatigáveis, vão por toda a parte recolher o mel da verdade. Saibamos não ser ingratos neste dia de alegria, e rendamos justiça à mulher pelo sucesso da idéia espiritualista em todas as classes sociais”. Essas pobres mulheres são atraídas ao espiritismo por seu coração, pelo desejo de entrar em comunicação com os seres que elas amam, seus filhos, seu marido. Uma vez seduzidas pelas ilusões que Satã lhes dá, elas se tornam suas apóstolas.

O que os chefes do movimento espírita propõem, pois, é passar a direção religiosa da humanidade do magistério da Igreja para os Espíritos tornados nossos familiares e guias; e estes preparam os caminhos para o reino universal do seu Mestre, Lúcifer. Com os curiosos, os imprudentes, os amantes de novidades, eles conseguem agrupar discípulos vindos de todas as religiões e de todas as regiões do

¹¹ Gaston Mery, fundador do *Echo du Merveilleux*, publicou, em 10 de setembro de 1907, na *Libre Parole*, um artigo no qual conta como, no tempo de Cagliostro, a aristocracia consultava os espíritos. Para tanto, ela se servia, nos seus salões, do *Ouija*, prancheta de madeira envernizada na qual estão inscritas as letras do alfabeto. Um pequeno aparelho, em forma de pires emborcado, munido de uma flecha indicadora, é colocado sobre essa prancheta. “Conheço salões, diz ele, em que periodicamente se fazem sessões de espiritismo. As senhoras lêem os sermões do diabo a seus convidados, e até os reúnem em volumes. Não há em Paris menos de três ou quatro livrarias especializadas, onde as pessoas da sociedade ou mesmo os outros podem se abastecer dessa literatura de além-túmulo, vendida a todos os preços, num evidente intuito de propaganda”.

mundo. Formam, assim, uma nova igreja, à qual dão um culto novo, uma religião nova.

“Através do espiritismo, disse o pastor Beversluis no Congresso de 1900, o cristianismo será consumado (chegará à sua perfeição), mas não o cristianismo das igrejas, dos dogmas e dos ritos... Então, nada de padres, nada de constrangimento de consciência! Então, nada de zeladores cegos; nada de adoração da autoridade de um livro; nada de confessionalismo; nada de sistema dogmático; nada de infalibilidade de um homem ou de um livro. Então, nada de medo de um Deus e homem”. O pastor chama isso de cristianismo purificado e simplificado.

O programa dessa nova religião compreende duas partes: a obra de destruição e a obra de edificação. 1º Destruição da Igreja Católica e aniquilamento da fé em Jesus Cristo; — Revolução social através da anarquia, que levantará os proletários contra as classes superiores; — Derrubada dos ídolos, quer dizer, dos falsos deuses (as três Pessoas da Santíssima Trindade), dos reis e de toda a aristocracia, nobreza, clero, proprietários. 2º Edificação de um culto fundado sobre a *Verdade* e a *Razão*, ao qual será dado o nome de cristianismo (*christian-science*).

A associação espírita chamada *Christian Science* foi fundada em Boston, em 1879, pela senhorita Eddy, que, por essa razão, é chamada a mãe da ciência cristã.¹² Da América ela se espalhou por todos os lugares. Trinta e três anos após a sua fundação ela contava seiscentos mil cientistas. Eles têm um templo em Paris, na rua Pasquier. Sua igreja metropolitana para a Europa fica em Londres. Por toda a parte eles estabelecem igrejas ou, pelo menos, locais de serviços religiosos. O almanaque de Nova Iorque *World's* para 1897 indicava 123 igrejas e 131 locais de serviço. No ano seguinte o *Christian Science Journal* computava 250 igrejas e 127 locais de serviço. Assim, num ano, 123 novas igrejas tinham sido erguidas. Em 1905 a *Christian Science* possuía 908 igrejas ou sociedades nos Estados Unidos, Canadá, México, Filipinas, França, Inglaterra, Noruega, Suíça, Itália, Índia, China e outros lugares. A igreja-mãe fica em Boston e conta 34.000 membros. A mãe do *cientismo* conta que “em menos de cinquenta anos a *Christian Science* será a fé religiosa dominante no mundo”.

O nome de cristã dado a uma seita que se propõe, primeiramente, destruir a religião de Nosso Senhor Jesus Cristo parece bastante surpreendente; mas as explicações dão a entender que o Cristo da ciência-cristã não é diferente do “espírito universal” ou do “grande agente mágico”, em outros termos, Lúcifer. A ciência-cristã é, pois, propriamente a *religião de Satã*, para a qual todas as evocações espíritas devem tender.

O Dr. Gibar, no seu livro *Les Choses de l'Autre Monde*, conta que, numa sessão na casa de Nus, a mesa disse: “A nova religião transformará as abóbadas do velho mundo católico, já abaladas pelos golpes do protestantismo, da filosofia e da ciência”. Essa transformação é a substituição do reino de Nosso Senhor Jesus Cristo pelo reino de Satã.

É aí que vem desaguar o imenso trabalho da dissolução religiosa cujos múltiplos agentes são expostos neste livro.

“O trabalho que se está realizando, diz um outro espírita, é o prelúdio de uma renovação filosófica e moral que abarcará o globo inteiro”.

Assim, como Monsenhor Méric verificou, os espíritos evocados fazem os maiores esforços para dar aos espíritos do mundo inteiro esta palavra de união: ódio à Igreja Católica, à eterna inimiga que é preciso destruir. Com isso Satã imprime, naqueles que se fazem dele, seu caráter, o caráter da Besta, como diz o apóstolo São João. Quando se lêem as revistas e as obras dos chefes do movimento espírita, fica-se

¹² Em dezembro de 1907, o agente Reuter, de Concord (New Hampshire), publicou uma correspondência anunciando que a senhorita Eddy havia recebido do governo francês o diploma de oficial da Academia.

chocado com a extrema violência dos sentimentos de cólera e de ódio que manifestam contra o dogma católico e contra a igreja, contra o clero e contra o papado. Eles procuram engajar seus discípulos numa campanha violenta contra o catolicismo. Não cansam de dizer: o catolicismo acabou! O catolicismo está morto! Eles não se contentam mais em propagar as idéias que lhes foram inculcadas pelos demônios, eles querem destruir o catolicismo e substituí-lo pelo espiritismo na consciência humana e na sociedade; numa palavra, fundar uma nova religião.

Um dos médiuns mais considerados, em razão de sua situação social e da cultura do seu espírito, a princesa Marie Karadja, filha de um senador sueco, publicou dois livros: *Fenômenos Espíritos e Considerações Espiritualistas* e *O Evangelho da Esperança*. Ela diz que o espiritismo deve substituir as diferentes espiritualidades e a religião substituir as diferentes religiões. Ela exprime assim seu pensamento:

"A humanidade é como um imenso edifício em que cada religião é representada por uma janela — grande ou pequena — através da qual penetra o *mesmo* sol. Os homens que se encontram nesse edifício se repartem junto às diferentes janelas e brigam entre eles, pretendendo que uma forneça mais luz que outra, e cada qual afirma que a *verdadeira* luz não pode entrar senão pela janela na qual ele se encontra.

"É missão do espiritismo derrubar toda a parede que separe as diferentes janelas".

Derrubar todas as paredes! Quantas vezes ouvimos essa palavra sair de todas as associações que Satã emprega para derrubar a Igreja de Jesus Cristo e edificar seu templo sobre Suas ruínas.

Duas coisas estão por fazer, disse o espírito que revelou a Allan Kardec a missão que ele lhe dava: demolir e construir. Quantos demolidores vimos em atividade no curso deste estudo! Quer se ouçam ou não se ouçam nos diferentes pontos do canteiro de obras de demolição em que cada qual está colocado, eles obedecem a um mesmo senhor.

Um general, que se assina A., publicou, faz alguns anos, na *Revue Scientifique et Morale du Spiritisme*, uma comunicação reproduzida pela *Revue du Monde Invisible* (edição de maio de 1902). Foi dito que "os espíritos evocados são os arquitetos do edifício do futuro e que eles deixam aos operários o cuidado de estabelecer-lhe as pesadas fundações".

Esses operários são todos aqueles que vimos em atividade no curso deste estudo, judeus e franco-maçons, e também, é preciso dizê-lo claramente, esses cristãos e esses católicos modernistas que trabalham para abater as barreiras dogmáticas. Todos esses que atacam a fé católica, queiram ou não queiram, fazem parte do exército do mal, trabalhando sob as ordens de Satã para restabelecer seu império derrubado pela Cruz e fundar seu Templo, sua igreja, que ele pretende universal, efetivamente católica.

Satã triunfará? Conseguirá erguer templos em todos os pontos do universo e fazer-se aí adorar por todos os homens?

Verão os judeus, logo, o Messias temporal que pedem com seus desejos há dois ou três mil anos, render-se enfim às suas orações e dar-lhes o império sobre todo o reino humano?

Conseguirão os franco-maçons fazer passar o nível igualitário sobre todas as cabeças e sobre todas as consciências? Poderão realizar seu sonho de paz universal pela supressão de todos os dogmas que levantam fronteiras no mundo das almas e pela desnaturação de todas as nacionalidades que estabelecem outras fronteiras entre os interesses temporais?

Eis a questão que se coloca no ponto do estudo a que chegamos. Não há certamente problema de interesse mais pungente. Pode-se acrescentar que não existe problema mais perturbador, para quem considera o que já foi feito na ordem das idéias e mesmo na ordem dos fatos.

Ele se torna angustiante quando o espírito se eleva na contemplação da marcha do mundo na época em que estamos e da velocidade acelerada que tomam os acontecimentos.

A resposta não pode ser dada com segurança. Ela depende dos conselhos da sabedoria divina e também da conduta da liberdade humana, coisas que nos são desconhecidas, que podemos apenas imaginar.

No entanto, é possível conjecturar. Mas para fazê-lo com coerência e com a esperança de alcançar uma solução plausível, é necessário considerar as coisas, não diríamos de um pouco mais alto, mas de muito alto.

Nosso estudo sobre o antagonismo entre a civilização cristã e a civilização moderna levou-nos a afirmar que o demônio representa um papel nesse contexto. Vimos as sociedades secretas se multiplicarem, recrutarem inumeráveis adeptos e abrirem-se todas a relações com ele.

Vimos as sociedades mais ocultas dominarem e dirigirem a franco-maçonaria, e a franco-maçonaria governar os Estados e dar o impulso a todo o movimento modernista.

Satã é, pois, o primeiro motor da civilização moderna, enquanto oposta à civilização cristã.

Por que e como ele assumiu esse papel? A que ele se propõe? É a resposta a essa dupla questão que nos permitirá conjecturar qual pode ser a saída da situação atual, situação tal que permite dizer com razão: o mundo não pode permanecer nesse estado.



MONSENHOR HENRI DELASSUS

Doutor em Teologia

A CONJURAÇÃO ANTICRISTÃ

O Templo Maçônico
que quer se erguer sobre as ruínas da
Igreja Católica

As portas do
inferno não prevalecerão
contra Ela.
(Mat., XVI, 18)

TOMO III



Bibliothèque Saint Libère

<http://www.liberius.net>

© Bibliothèque Saint Libère 2009.

A reprodução sem fins lucrativos é permitida.

NIHIL OBSTAT:

Insulis, die 11 Novembris 1910.

H. QUILLIET, s. th. d.
librorum censor

IMPRIMATUR

Cameraci, die 12 Novembris 1910.

A. MASSART, vic. gen.
Domus Pontificiae Antistes.

Traduzido do original francês
"La Conjuración Antichrétienne - Le Temple Maçonique
voulant s'élever sur les ruines de l'Église Catholique",
impresso por Société Saint-Augustin
Desclée, De Brouwer et Cie.
LILLE, 41, Rue du Metz

III

SOLUÇÃO DA QUESTÃO



O MUNDO

CÉU E TERRA

E SEU ENIGMA



I — A OBRA DO AMOR ETERNO

E A QUEDA

A OBRA DO AMOR ETERNO

A partir del siglo XVIII la conjuración anticristiana concentró su principal empeño en Francia, hija primogénita de la Iglesia. Y, pues, principalmente ahí que debemos observarla. Pero como esa conjuración se extiende a toda la tierra, debemos frecuentemente hacer incursiones en otras partes del mundo para seguir a sus agentes.

A partir do século XVIII a conjuração anti-cristã concentrou seu principal empenho na França, filha primogênita da Igreja. É, pois, principalmente aí que devemos observá-la. Mas como essa conjuração se estende a toda a terra, devemos freqüentemente fazer incursões em outras partes do mundo para seguir os seus agentes.

Seus últimos atos introduziram no cenário um novo personagem ao qual parece pertencer o primeiro papel. Os franco-maçons conduziram-nos aos judeus, em seguida os judeus nos colocaram na presença de Satã.

Se, pois, desejamos ter uma idéia completa e aprofundada da conjuração anti-cristã, é ele que devemos agora estudar. Quem é ele? Que ele quer? Como ele se põe em contacto com os homens e para que fim?

Uma vez feito esse estudo, deveremos procurar saber se em oposição à ação satânica não existe uma outra ação extranatural para combatê-la; e se acharmos que existe, deveremos perguntar a quem deve pertencer a vitória.

Essas questões convidam-nos para as altas regiões da filosofia e da teologia. Que nossos leitores não se assustem, com receio de não compreenderem, e não pulem estas páginas. Seremos suficientemente claro, cremos, para que possam seguir sem esforço e encontrar neste estudo um interesse tanto mais cativante quanto mais elevada é a ordem em que ele se realiza.

A explicação da presença do demônio no nosso mundo e a ação funesta que nele exerce invocam a questão preliminar do mal e suas origens, e a questão do mal não pode ser resolvida senão com o conhecimento do ser, do ser sobrenatural como do ser natural.

O ser existe, não posso negá-lo: tenho consciência de minha existência e tenho a visão e o contacto com mil e mil objetos que me rodeiam, que agem sobre mim e sobre os quais exerço minha ação.

Existo, mas não existia há cem anos. Eu era menos do que um grão de areia perdido no fundo dos mares. Como existo? Não posso explicá-lo senão através da ação de um outro ser, anterior à minha existência e que me produziu, assim como eu mesmo produzo. E assim como todas as coisas que me circundam, o próprio céu e a própria terra, tiveram começo, minha razão conclui pela existência de um primeiro Ser, que existe, Ele, por Si mesmo, e por consequência, é eterno. Um tal Ser pode sozinho tirar todas as coisas da “ausência eterna”, a fim de que elas existam com Ele.

A razão que não deseja enganar-se a si mesma não pode se impedir de remontar dessa forma do ser contingente e limitado que é, e cuja presença ela observa fora de si, ao Ser necessário, que carrega em si mesmo a razão do seu ser.

Existindo em Si mesmo, tendo em si o princípio do ser, ele pode ser a fonte eterna.

Por que quis Ele que com Ele existíssemos?

Não podemos oferecer outras razões que não estas: Ele quis ver *imagens* da sua essência, porque é isto que somos. Ele quis transbordar as idéias que nEle existem e transmitir sua felicidade.

Bonnum est diffusivum sui, disse São Tomás de Aquino depois de Aristóteles. O bem encontra prazer em se difundir, sua natureza é de se dar. Conseqüentemente, o Bem infinito, o

Ser infinito tem um desejo infinito de se comunicar. O apóstolo São João, inspirado por Deus, deu a Ele essa definição: Deus é amor, *Deus charitas est*. É, pois, no amor que existe em Deus, que é Deus, que se encontra o motivo da criação e o princípio de todas as criaturas.

Deus se conhece infinitamente porque se ama infinitamente. Conhecer, amar, esta é a vida das inteligências. Conhecer-se, amar-se, é no Ser infinito a vida absoluta. Assim Deus é chamado nas Sagradas Escrituras: o Deus que vive.¹ A vida em Deus — Ele no-lo revelou — é a geração do Verbo e a exalação do Amor, relações inefáveis de onde promanam as três Pessoas que constituem a natureza divina.

Nos transportes do seu amor natural, as três Pessoas divinas chamaram do nada novas pessoas para nelas verem a repetição da sua felicidade.² Elas nos concederam o dom do ser, da vida e da inteligência para nos amarem e para serem amadas por nós, para obterem essa glória accidental e derramar em nós algo da felicidade d'Elas. Tal é o mistério da criação: explosão do Amor de Deus, como diz Saint-Bonnet, transbordamento do amor infinito. Deus é bom, Ele é impelido por Sua natureza a Se dar. Tal é a evidência que se coloca diante do homem quando ele reflete sobre o que ele é, sobre o que é o universo.

Blanc de Saint-Bonnet começa o livro póstumo editado pela piedade fraternal, com o título de *L'Amour et la Chute* [O Amor e a Queda], com estas palavras:

“O cristianismo torna-se hoje menos visível aos espíritos nas suas duas grandes noções: o Amor, que é a vida de Deus, e a queda que compromete a vida do homem. Esse esquecimento, que produz todos os nossos males, ameaça deixar desabar a civilização. Se o pensamento da queda do homem e do amor que Deus lhe vota pudesse entrar de novo nos espíritos tudo mudaria de aspecto na Europa”. Todos os escritores que compreenderam a Revolução, que gostariam de libertar o mundo dela, esforçam-se em restaurar o pensamento da queda. O divino Salvador Jesus encarregou-se a Si mesmo de restaurar o pensamento do amor, manifestando o abraço do seu Sagrado Coração.

Deus não podia satisfazer sua Bondade no dom da existência de uma única criatura, como não podia esgotar sua Beleza numa única imagem da sua essência. Ele então multiplicou suas criaturas e multiplicou as espécies (*species, imagem*). Deus, diz São Tomás de Aquino, transportou as idéias ao ser para comunicar às criaturas sua bondade e representá-la nelas.³ Ele produziu naturezas múltiplas e diversas a fim de que aquilo que falta a uma delas para representar sua Bondade divina seja suprido por outra. E acrescenta: “Existe distinção formal para os seres que são de espécie diferente; existe distinção material para aqueles que diferem apenas do ponto de vista numérico. Nas coisas incorruptíveis (os puros espíritos) existe somente um indivíduo para cada espécie”. A incontável multidão dos anjos apresenta, pois, graus infinitos de perfeição sempre mais alta, de beleza sempre mais perfeita, de bondade sempre mais comunicativa.

Puros espíritos e seres materiais não constituem toda a criação. Deus também produziu os seres mistos, que somos nós, animais racionais compostos de corpo e de alma. O conjunto desses seres forma o mundo. “Aquele que vive eternamente, diz a Sagrada Escritura, criou tudo ao mesmo tempo”.⁴ Os seres animados não puderam aparecer senão quando a matéria

¹ A palavra Deus, com a qual se denomina o Infinito, deriva de um verbo grego que significa: viver.

² Somente as inteligências, somente as pessoas são capazes de felicidade; mas se as criaturas materiais não são feitas para serem *felizes*, elas o são para contribuir para a felicidade dos seres espirituais.

³ *Summa Theologica*, parte I, q. XLVI. Nas edições ordinárias esta questão contém apenas três artigos. No manuscrito 138 da Biblioteca de Monte Cassino encontra-se um outro, que está reproduzido na edição das obras de São Tomás, publicada por Leão XIII: *Da subordinação das coisas*.

⁴ Ecles. XVIII, 1. Deus simul ab initio temporis utrumque de nihilo condidit creaturam, spiritalem et corporalem, angelicam videlicet et mundanum et deinde humanam quasi comunem ex spiritu et corpore constitutam (4º Concílio de Latrão, cap. 1).

chegou ao ponto de poder prestar-se à formação dos seus corpos. Eles existiram inicialmente apenas no princípio de suas espécies, que se desenvolveu em indivíduos através de sucessivas gerações.

Assim nasceu o mundo: “O mundo foi feito por Ele”, diz São João.⁵ Colocando no singular a expressão “o mundo”, o apóstolo assinala que existe apenas um mundo, quer dizer, que não se encontra na criação nenhuma parte que seja estranha às outras.

Mas, nessa unidade, que multiplicidade e que diversidade! Falando apenas dos anjos, Daniel⁶ exclama: “Mil milhares O servem e uma miríade de miríades O assiste, o Senhor dos exércitos”, o Senhor de toda a hierarquia das diversas ordens de seres.

Comentando essa palavra, diz São Tomás: “Os anjos formam uma multidão que ultrapassa toda a multidão material”. Ele se apóia sobre o que São Denis, o Areopagita, diz no capítulo XIV da “Hierarquia Celeste”: “São numerosas as bem-aventuradas falanges dos espíritos celestes; elas ultrapassam a medida ínfima e restrita dos nossos números materiais”.⁷

Ora, formando uma espécie única para si, cada um desses espíritos reflete, por assim dizer, um ponto do infinito, constitui uma imagem diferente da perfeição divina, um resplendor especial da divina Bondade. Que imaginação poderia representar o esplendor crescente desses espelhos da divindade que, partindo dos confins do mundo humano, vão, subindo sempre em grupos graduados, até o trono do Eterno? Quem poderia ir em pensamento de um para o outro até aquele que está no cume dessa hierarquia e recebe a primeira e a mais resplandecente irradiação da glória de Deus! “Ó abismo inesgotável da sabedoria e da ciência de Deus, exclama São Paulo. DEle, por Ele e para Ele são todas as coisas. A Ele a glória por toda a eternidade!”⁸

Mas eis o que é mais aflitivo para o nosso espírito e mais comovente para o nosso coração. O Amor não encontrou apaziguamento na criação, por inefável que fosse o dom do ser, e a vida no ser, e a inteligência na vida! Após ter feito das criaturas imagens de Sua perfeição, Deus quis fazer das criaturas suas amigas e para tanto elevá-las até Ele. Não nos admiremos. Deus é amor, e sua caridade desce como uma torrente que derruba todos os obstáculos, os que vêm do Infinito como os que vêm da natureza do finito.

Aqui reside o mistério dos mistérios do Amor: esse dom de Deus para nós, elevando-nos até Ele para nos amar e ser amado por nós! Como dar, a esse respeito, já não digo o conhecimento adequado, mas uma idéia suficiente para nos convidar ao abandono amoroso da nossa alma ao Amigo divino?

Com Deus se dá a nós? Como O possuímos? Com que amor somos chamados a amá-Lo?

Digamos inicialmente com São Tomás que Deus está em todas as suas criaturas como a causa está no seu efeito. Ele é, Ele, causa primeira, a causa inicial e a causa persistente, a causa criadora e a causa conservadora de tudo quanto existe. Ele está, ademais, em suas criaturas, através da sua essência, quer dizer, através da idéia que cada uma delas realiza. Ele está, enfim, através do seu poder que, depois de as ter criado, as mantém no ser que Ele lhas deu e constitui o primeiro princípio da atividade delas.

Nas inteligências Deus está, ou pelo menos pode estar, de um outro modo: como o objeto conhecido naquele que conhece e o objeto amado naquele que ama. Mas isto não constitui um modo especial de presença distinta do modo geral. Concedendo à criatura racional que O

⁵ Jo. I, 10.

⁶ Dan. VII, 10.

⁷ Quem considera os milhões de estrelas que a mão de Deus lançou no espaço, pode admirar-se da multidão dos espíritos celestes, os quais podem glorificá-Lo por si mesmos?

⁸ Rom. XI, 33-34.

conheça e O ame, Deus não faz senão movê-la para o seu fim, segundo pede sua natureza, como Ele faz com as outras criaturas.

Um modo de presença verdadeiramente especial seria aquele que produzisse um efeito de uma ordem externa, acima da ordem natural.

Ora, esse modo existe. Deus, no seu amor infinito, inventou-o, criou-o e revelou-nos sua existência.

Digamos no que consiste.

O uso normal da razão faz-nos chegar ao conhecimento de Deus e esse conhecimento produz em nós o amor. É um conhecimento abstrato, através do raciocínio, da visão dos seres e de sua contingência. Esse conhecimento faz-nos desejar um outro conhecimento: a visão direta do próprio Ser Supremo. Como explicamos nas primeiras páginas deste livro,⁹ essa visão não é naturalmente possível a nenhuma criatura que existe ou venha a existir. Mas concebemo-la possível se, na natureza criada, Deus vier enxertar, por assim dizer, uma participação da natureza divina. Participando dessa natureza, o homem, o anjo, poderiam produzir atos dela: ver a Deus e amar a Deus, como Deus se vê e se ama.

Deus dignou-se informar-nos de que seu amor chegou a esse ponto. Pelo dom da graça santificante Ele nos tornou partícipes da natureza divina. “Deus, por Jesus Cristo Nosso Senhor, diz o apóstolo São Pedro, concedeu-nos os maiores e mais preciosos dons que nos havia prometido; por eles tornou-nos participantes de sua natureza divina”.¹⁰

Qual é a obra própria da natureza divina? É engendrar o Verbo e emanar o Amor. Essa obra é tão absoluta, que seus resultados são as Pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Se verdadeiramente tornamo-nos participantes da natureza divina, essa participação que é a graça santificante deve trazer para nossa alma como que um eco da geração do Verbo e da processão do Espírito Santo. Que isto é e será assim é coisa ainda afirmada: “Vede, diz-nos o apóstolo São João da parte de Deus, vede que amor o Pai tem por nós, em querer que sejamos chamados filhos de Deus, e com efeito o somos... Sim, meus bem-amados, nós somos, desde agora, os filhos de Deus. Mas aquilo que seremos um dia ainda não nos foi revelado. Sabemos que quando Ele vier na sua glória, seremos semelhantes a Ele, porque O veremos tal qual é. E todo aquele que tem essa esperança nEle torna-se santo como Deus”.¹¹

Veremos a Deus tal como Ele é, e isto porque seremos, porque somos semelhantes a Ele; e sendo semelhantes a Ele, somos legitimamente chamados seus filhos, somos verdadeiramente seus filhos. Nós o somos desde agora, porque já possuímos a graça santificante que nos faz participar da natureza divina. Essa natureza participada já produz em nós seus atos, os atos das virtudes teologais, a Fé, a Esperança e a Caridade, que nos fazem alcançar Deus nEle mesmo e que, após o tempo da prova, transformar-se-ão em visão, posse, amor beatífico.

A produção desses atos, assim na terra como no céu, é e será, dissemos acima, como um eco em nós da geração do Verbo e da processão do Espírito. São Tomás fá-lo compreender nos oito artigos da sexagésima terceira questão da primeira parte da sua Suma, parte esta intitulada *Da missão das Pessoas divinas*.

Houve missão visível da segunda Pessoa da Santíssima Trindade através do Pai na Encarnação.

Houve missão visível da terceira Pessoa através das duas outras em diversas circunstâncias.

Além dessas missões visíveis, há as invisíveis em cada um de nós e em todos os instantes da vida cristã. E é por elas que Deus está em nós de forma diferente do que a título de causa e

⁹ Tomo I, p. 18.

¹⁰ II Ped. I, 4.

¹¹ I Jo. III, 2.

de exemplar, como ele está em todas as suas criaturas, segundo a diversidade das suas naturezas. A *missão* O faz habitar em nós de outra maneira. Da mesma maneira que em Deus o Filho é engendrado pelo Pai e que o Espírito procede do Pai e do Filho, em nós, cristãos, e em geral em todas as criaturas inteligentes ornadas da graça santificante, e por isso tornadas participantes da natureza divina, o Pai, do qual procede o Filho, *envia* o Filho; o Pai e o Filho, dos quais procede o Espírito, *enviam* o Espírito Santo, e isto não uma vez, mas em todos os atos da vida sobrenatural que são fé e caridade; missão do Filho no ato de fé, missão do Espírito Santo no ato de caridade, como no céu, a visão intuitiva será produzida pela missão do Verbo, e o amor beatífico pela missão do Amor divino.

De onde resulta que as três Pessoas divinas habitam em nós como nelas mesmas, agem em nós como nelas mesmas. É o que Nosso Senhor prometera: “Se alguém me ama, corresponde às propostas do meu amor, Nós viremos a ele e nele faremos nossa morada”.¹² E não somente Elas aí habitam, mas Elas têm aí suas relações e essas relações têm repercussão nas nossas almas, nas nossas inteligências e nos nossos corações sobrenaturalizados pela graça. “Falamos de missão a respeito do Filho, diz Santo Agostinho,¹³ em razão dos dons que tocam a inteligência”. Podemos dizer a mesma coisa a respeito do Espírito Santo, em razão dos dons do coração: ele abrasa as faculdades afetivas de um amor sobrenatural, como o Filho ilumina a inteligência com as luzes da fé.

Aí está em nós o começo de uma vida divina que desabrochará nos céus; aí, a fé será visão e o amor beatitude, pela mesma maneira, pela ressonância da vida divina em nós.

Toda a vida adquire sua origem num nascimento. Uma vida nova não pode sair senão de uma nova geração. Foi o que realizou em nós o santo batismo. Ele nos fez entrar nessa vida superior, especificamente e genericamente distinta da vida natural. É a necessidade que Nosso Senhor assim exprimira: “Em verdade, em verdade eu vos digo, quem não *renascer* da água e do Espírito Santo não entrará no reino de Deus”,¹⁴ onde Deus é visto e amado como Ele se vê e se ama. O primeiro nascimento tornou-nos partícipes da natureza humana, o segundo, da natureza divina.

A criação se explica pelo desejo de Deus que é induzido, se assim podemos dizer, pelo esplendor do seu Verbo, a querer que seu brilho reapareça nos espíritos criados à sua imagem. O dom do sobrenatural encontra sua explicação na santidade de Deus. Ela faz a união divina, ela chama as criaturas a uma união participada: *Sanctus, sanctus, sanctus, Dominus Deus Sabaoth*. Santo, santo, santo é o Deus dos exércitos. Ele é três vezes santo nEle mesmo pela Trindade das suas Pessoas; e Ele é santo na multidão dos espíritos ordenados, hierarquizados como um exército, que Ele convida à união santificante, a se unirem a Ele sobrenaturalmente. Essa união exige uma regeneração nEle, Ele é suficiente poderoso para produzi-la, não obstante peça uma virtude mais alta do que a exigida para a criação. Assim a Santíssima Virgem, cheia da graça divina, manifestou sua admiração e sua alegria com estas palavras: “*Fecit mihi magna qui POTENS est et SANCTUM nomem ejus*”. Ele fez em minha grandes coisas, Aquele que é *poderoso* e cujo nome é *santo*. Pela santidade entramos no infinito sem nos confundir, penetramos no seio de Deus sem nos perder, conservando nossa individualidade, nossa personalidade, estando unidos à Divindade, de tal maneira que ela produz em nós o que ela produz nEla mesma. Eis a grande coisa que maravilhava a Santíssima Virgem e A fazia lançar este brado: “*Magnificat anima mea Dominum et exultavit spiritus meo in Deo salutari meo*”.

¹² Jo. XIV, 23.

¹³ *De Trinit.*, IV, cap. XX.

¹⁴ Jo. III, 5.

A união sobrenatural com Deus, assim entre os anjos como entre nós, tem dois graus: a preparação e a fruição, a graça e a glória. Pela graça somos dados em garantia do dote que é entregue somente no feliz final da prova à qual a preparação nos submete.

Porque Deus quer respeitar a liberdade das suas criaturas, e essa vontade obriga a não tornar definitivo o dom do sobrenatural senão após a aceitação reconhecida e amorosa.

As Pessoas divinas que querem habitar em nós, batem, primeiramente, através dos apelos da graça, à porta do nosso coração. Elas querem ser acolhidas como amigas antes de produzirem em nós as grandes coisas de que falamos. Elas nos oferecem sua amizade, *Vos amici mei estis*;¹⁵ é preciso que lhes demos a nossa, que entremos em comércio com Elas, em comércio de amor. Se essa oferta deve ser aceita, pode ser recusada, recusa que seria uma ofensa e uma ofensa de uma culpabilidade infinita, o limite da injúria, tratando-se de Deus.

Foi essa injúria feita à infinita Bondade?



¹⁵ Jo. XV, 14.

CAPÍTULO LIII

A QUEDA

I. — NO CÉU

O capítulo precedente pode ter parecido uma digressão, algo dispensável. Não é isso, ele disse o que era necessário dizer para preparar o espírito à compreensão de tudo quanto vai seguir.

Assim, desde a criação dos anjos,¹⁶ Deus convidou a inumerável multidão deles a contratarem com Ele uma aliança de amizade tal que, se fossem fiéis, ela os levaria ao gozo da visão do seu Ser, a contemplá-Lo face a face, a penetrarem na sua vida íntima e dela participarem. Sua Bondade antecipou-lhes Seu amor; a eles incumbia o dever de corresponder a essa antecipação.

Que ocorreu?

O arcanjo São Miguel e os anjos que escutaram sua voz, abriram-se com entusiasmo e gratidão ao dom divino. Lúcifer e os anjos que seguiram seu exemplo opuseram uma recusa à munificência divina.

Como isso pôde se dar?

Os anjos, na superioridade de suas inteligências, viam, compreendiam a excelência do dom que lhes era oferecido melhor do que nós o podemos fazer.

Como um dom tão excelente, um dom realmente divino até no seu objeto, pôde ser desprezado? Esse fato, o mais desconcertante que houve e que jamais haverá, faz-nos descer ao fundo da miséria do ser contingente, tivesse mesmo ele a sublimidade daquele que, pela excelência de sua natureza, estava no ápice da hierarquia angélica.

Ao transmitir o ser às criaturas inteligentes, Deus põe nelas o desejo da felicidade. Esse impulso as leva e as dirige a Deus, o Sumo Bem, quando elas acolhem, por uma livre correspondência, a emanção do amor divino; esse impulso as abandona ao mal quando a esse amor elas preferem o movimento cego do amor próprio. A esse desejo de felicidade Deus acrescentou a Graça, isto é, uma atração de ordem sobrenatural, que se sobrepõe à atração de ordem natural, dirigida ao Sumo Bem.

A vida presente foi dada ao homem, e o primeiro instante foi dado ao anjo para que a criatura cedesse o *eu* ao amor; para que o *eu*, renunciando ao egoísmo, se dê ao Sumo Bem. “Assim se dando, longe de se aniquilar, o *eu*, pela maravilha da personalidade, entra ele próprio na posse do Bem; fica penetrado dele, como se é penetrado pela alegria, como o corpo é penetrado pelo ar que respira e pelo qual está envolvido. Mas o finito, cuja natureza vem do nada, pode permanecer estéril; e apesar do impulso divino, tornar-se o oposto ao Amor, cair no estado contrário a Deus, no estado daquele que recusa se dar, daquele que não ama. Esse egoísmo é possível no ser que tem a liberdade de usar, como quiser, o dom sagrado da existência e o poder de recusar-se ao Amor”.¹⁷

¹⁶ Condens in eis naturam et largiens gratiam. (S. Agostinho, *De natura et gratia*).

¹⁷ Blanc de Saint-Bonnet, *L'amour et la chute*.

Essa foi, ó dor!, a conduta de numerosos anjos, e é também a conduta de numerosos homens. Criados para a eterna Felicidade, eles se desviaram dela, e se desviaram dela para correrem em direção à ruína. Esse movimento de independência da criatura é denominado *superbia*,¹⁸ *συπερ*, *acima*, *βια*, *força*; na nossa língua, *suficiência*, estado daquele que crê bastar a si mesmo. Não encontramos a suficiência, ou orgulho, naqueles que são atingidos pelo sentimento de uma *força exagerada* que pretende tudo encontrar em si mesmo?

São Tomás de Aquino diz¹⁹ que todos os anjos, sem exceção, sob a moção de Deus, realizaram um primeiro ato bom que os conduziu rumo a Deus, como autor da natureza. Restava-lhes realizarem um segundo ato de amor mais perfeito, o ato de caridade, o ato do amor sobrenatural. A graça convidava-os a isso, ela os impulsionava a se voltarem para Deus enquanto objeto da Beatitude.

São Miguel e os anjos que o imitaram por um reflexo da graça recebida, prestaram homenagem a Deus com todo o seu ser; por um ato de amor, eles uniram suas vontades ao dom que Deus lhes oferecia, e por esse ato chegaram ao seu fim sobrenatural.

Os outros fecharam-se neles mesmos, e Deus não pôde fazer chegar a vida sobrenatural a esses corações orgulhosos; Ele não podia violar inutilmente a liberdade deles. Por causa de suas naturezas puramente espirituais, suas vontades fixaram-se nesse mal através desse primeiro ato. Foi-lhes feito imediatamente segundo suas vontades. Enquanto os espíritos dóceis à vocação sobrenatural entravam no céu da glória, gozavam imediatamente da visão de Deus nEle mesmo, no mistérios das Processões divinas que constituem Seu Ser, os outros abandonavam mesmo o céu da graça e eram relegados para sempre às regiões inferiores, à geena do inferno, castigo do orgulho deles.

À frente deles encontrava-se Lúcifer, o mais perfeito dos anjos e, por conseguinte, de todos os seres criados. Foi a sua sugestão e o seu exemplo que arrastaram os outros. Vendo-se no cume da criação, ele não quis olhar acima de si, procurar sua perfeição e sua beatitude na união com uma natureza superior à sua; ele quis encontrá-las nele mesmo. Ele se fechou, pois, na sua natureza, querendo se contentar em gozar suas faculdades naturais.

“Espírito soberbo e infeliz, tu paraste em ti mesmo; admirador da tua própria beleza, ela foi para ti uma armadilha”.²⁰ Era não somente ingratidão, mas revolta contra Deus, ao Qual pertence determinar o fim de cada uma das suas criaturas.

“Não se lhe pode atribuir [a Lúcifer], como observa São Tomás, a expectativa insensata de destronar o Ser Supremo, ou de à força sentar-se à Sua direita, como Seu igual.²¹ Ele teve apenas o desejo de ser semelhante a Deus,²² quer dizer, de poder apresentar-se como bastando a si mesmo, como não tendo nenhuma necessidade de ser aperfeiçoado por nada fora de si. Deus definiu a Si mesmo: “Eu sou Aquele que é”. No seu orgulho, Lúcifer disse: “Eu sou aquele que é. Deus não

¹⁸ Initium omnis peccate superbia. Eccl. X, 15.

¹⁹ S. T., parte I, q. LXIII, art. 5.

²⁰ Bossuet, *Elévations*, IVª semana, 2ª elevação.

²¹ O anjo, que conhece a Deus não como nós, através da razão, mas, como observa São Tomás, com um conhecimento necessário e infalível que resulta do conhecimento que tem de si mesmo, reprodução da natureza divina, real e exata, embora infinitamente distante do divino exemplar, não podia ter tal idéia.

²² Sou semelhante ao Altíssimo. Is. XIV, 13, 14.

espera de nenhuma natureza superior à sua um acréscimo de perfeição; nisto quero ser como Ele. A mim também basta ser o que sou por minha própria natureza e comprazer-me nisso”. “O demônio não permaneceu na verdade”, diz o apóstolo São João.²³ A verdade está em que mesmo a sua natureza ele a recebia de Deus e ela o tornava dependente dEle.

O orgulho tanto mais o impeliu para esse caminho quanto Deus, oferecendo-lhe o estado sobrenatural, dava-lhe a conhecer Seus desígnios acerca da natureza humana. Lúcifer viu que para entrar em união com Deus e receber nesta união a vida sobrenatural, devia inclinar-se diante de um ser inferior a ele numa das duas naturezas que deviam compor Sua pessoa, o Filho de *Deus* feito *Homem*, tornado o Chefe de toda a criação;²⁴ e mesmo diante da Mulher que, cooperando com a Encarnação do Verbo, mereceria partilhar Sua realza sobre o universo, céu e terra.²⁵

A falta de Lúcifer, o crime do seu orgulho, foi, pois, precisamente, repudiar o sobrenatural; e a tentação que ele fez com que os anjos que estavam abaixo dele sofressem, após ele mesmo ter nela sucumbido, pode, pois, ser denominada, com toda a propriedade do termo, tentação do *naturalismo*. Retenhamos essa observação, pois ela nos servirá de tocha na seqüência deste estudo, porque veremos essa mesma tentação reproduzir-se no paraíso terrestre, depois no deserto ao qual Jesus se retirará após seu batismo; e é também a ela que a Cristandade está submetida desde o século XV pela franco-maçonaria, pela judiaria e pelo demônio.

No céu essa tentação ocasionou o que as Sagradas Escrituras chamam de “grande combate: *Et factum est proelium magnum in coelo*. Miguel e seus anjos combateram contra o Dragão, e o Dragão e seus anjos combateram; mas ele não puderam vencer”.²⁶

É a mesma guerra que prossegue aqui em baixo e que entre nós se apresenta sob este aspecto: “O antagonismo entre duas civilizações”. Para compreender o que ela foi no céu e como é na terra, ela tem por adversários não somente os homens contra os homens, mas também os humanos contra os demônios. — “*Não é somente contra*

²³ Jo. VIII, 44.

²⁴ Primogenitus omnis creaturae. Colos. I, 15-17.

In omnibus Ipse primatum tenens. Ef. I, 20-22.

Pacificans... sive quæ in coelis sunt. Colos. I, 20.

Orígenes diz que Jesus pacificou os céus obtendo para os bons anjos o dom dos dons, isto é, a vida sobrenatural. “In coelis quidem non pro peccato sed pro munere oblatus est” (Hom. 2, supra caput, 1 e 2, Levit.).

²⁵ “Tendo Deus introduzido uma segunda vez no cenário do mundo seu Filho primogênito, disse: “Que todos os anjos O adorem!” Essa segunda introdução, essa nova apresentação feita pelo Pai, refere-se visivelmente a Seu Filho colocado num segundo e novo estado, conseqüentemente, a Seu Filho encarnado. Crer no Filho de Deus feito homem, esperar nEle, amá-Lo, servi-Lo, adorá-Lo, tal foi a condição da salvação. Os dois testamentos contam que o preceito foi dirigido assim aos anjos como aos homens: está escrito num e noutro: Et adorent eum omnes angeli ejus.

“Satã estremeceu ante a idéia de se prosternar diante de uma natureza inferior à sua, sobretudo ante a idéia de receber ele próprio, dessa natureza tão estranhamente privilegiada, um acréscimo atual de luz, ciência, mérito e um aumento eterno de glória e de beatitude. Julgando-se ferido na dignidade da sua condição nativa, *ele se entrincheirou nos direitos e exigências da ordem natural*”. Cardeal Pie, IIIª Instrução sinodal. Ver Suma Teológica, parte I, q. LXIV, a. I, ad IV. — Suarez diz a mesma coisa: *De malig. ang.* L. VIII, C. XIII, n. 13 e 18.

²⁶ Apoc. XII, 7.

*homens de carne e sangue que temos de lutar, mas contra os principados e potestades, contra os dominadores deste mundo de trevas, contra os maus espíritos espalhados pelos ares*²⁷ — é preciso dizer, a ordem, a hierarquia e a subordinação que Deus estabeleceu entre suas criaturas.

Vemos na parte mais baixa da criação as criaturas que apenas têm existência; acima delas, as que participam, em graus diversos, da energia vital; depois os animais racionais, e, no cimo, as puras inteligências. Sabemos por nossa própria experiência que os seres inferiores estão na dependência dos seres superiores. Deus disse ao criar o homem: “Que ele domine sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos e toda a terra”; e nós exercemos esse domínio.

Guardadas as proporções, dá-se o mesmo no céu.

Entre os puros espíritos não há somente diferenças de graus na semelhança com o Ser divino, na participação da Sua perfeição; há também comércio entre os seres superiores e os seres inferiores, aqueles dando a estes. É o que explica, numa linguagem sublime, São Denis, o Areopagita, ou, pelo menos, o autor dos tratados que lhe são atribuídos.

“Nessa efusão liberal da natureza divina, diz ele, sobre todas as criaturas, uma parte mais importante cabe às ordens da hierarquia celeste, porque, num comércio mais imediato e mais direto, a divindade deixa extravasar nelas mais puramente e mais eficazmente o esplendor da sua glória”. Ora, em toda constituição hierárquica, dos graus de perfeição resultam os graus de subordinação. “A última ordem do exército angélico é elevada a Deus pelas augustas potestades dos graus mais sublimes. Qual é o número, quais são as faculdades das diversas ordens que os espíritos celestes formam? Isto é exatamente conhecido apenas por Aquele que é o adorável princípio da perfeição dessas ordens. A primeira hierarquia é regida pelo próprio soberano iniciador, e ela afeiçoa os espíritos subalternos à semelhança divina. Ela não se comunica a eles através dos excessos de um poder tirânico, mas, arremessando-se para as coisas do alto com uma impetuosidade bem ordenada, arrasta com amor em direção ao mesmo objeto as inteligências menos elevadas. Deve-se estimar, é sempre São Denis quem fala, que a hierarquia superior mais próxima por sua classe do santuário da divindade, governe a segunda por meios misteriosos; por seu turno, a segunda, que engloba as Dominações, as Virtudes, as Potestades, conduz a hierarquia dos Principados, dos Arcanjos e dos Anjos; e esta rege a hierarquia humana, a fim de que o homem se eleve e se volte para Deus e a Ele se una. E assim, por divina harmonia e justa proporção, todos se elevam, um através do outro, até Aquele que é o soberano princípio e fim de toda a bela ordenação. Ele é denominado Dominador supremo, porque atrai tudo a Si como um centro poderoso, e porque comanda todos os mundos e os rege com plena e forte independência, ao mesmo tempo que é o objeto do desejo e do amor universais. Todas as coisas sofrem o seu jugo por uma natural inclinação e tendem instintivamente para Ele, atraídas pelos encantos poderosos do seu indômito e suave amor”.²⁸

²⁷ Ef. VI, 12.

²⁸ São Denis, o Areopagita, *De la hiérarchie céleste*. Passim.

Constitui, pois, lei da natureza universal, que entre as criaturas existe uma hierarquia baseada na desigualdade da participação que elas têm na perfeição suprema, na superioridade ou na inferioridade da natureza que lhes toca.

Os seres de uma natureza inferior, de uma perfeição menor, estão subordinados àqueles que são de uma natureza superior. Os anjos de uma classe mais elevada exercem, pois, sobre os que estão abaixo deles aquilo que São Tomás denomina de *Prælatio*, uma supremacia de autoridade e de poder.

Essa prelazia pertencia, em toda a hierarquia dos seres, ao mais sublime de todos os anjos, àquele que havia recebido o nome de Lúcifer, de porta-luz, em razão do papel que lhe estava destinado no céu e que o Areopagita explica assim: “Toda graça excelente, todo dom perfeito vem do alto e desce do Pai das luzes. Ele é uma fonte fecunda e um imenso transbordamento das luzes que cumula com sua plenitude todos os espíritos”.

Lúcifer, colocado no primeiro lugar, recebia pois as primeiras ondas desse rio de luz e de vida que corre de Deus, e elas se espalhavam dele para as esferas inferiores. Daí seu nome Lúcifer, transmissor da luz.

Ele quis conservar a prelazia que o tornava tão glorioso, e foi para mantê-la na sua posse que ele travou batalha. Santo Agostinho, que denomina Satanás *Perversus sui amor*, diz que no seu pecado ele amou o poder que lhe era próprio. “*Angelum peccasse amando propriam potestatem*”.²⁹

Ele quis conservar esse poder, enquanto seu pecado o transferia a outros.

Como consequência do pecado que ele e seus discípulos acabavam de cometer, uma nova distinção era estabelecida entre os puros espíritos; uns eram sobrenaturalizados, outros não. Ora, o sobrenatural fazia com que os primeiros entrassem numa região inacessível aos segundos, conferia-lhes uma dignidade e prerrogativas que os outros não podiam mais alcançar. Temos a prova disso no louvor que a Santa Igreja faz a uma criatura humana, mas extraordinariamente sobrenaturalizada, a humanidade do Homem-Deus: *Exultata est super choros angelorum*. Ademais, sabemos que a Santíssima Virgem, a Mãe de Cristo, foi coroada Rainha dos Anjos.

Lúcifer, vendo isso, ainda assim quis manter e afirmar a supremacia que a excelência da sua natureza lhe dava sobre os outros anjos. Estes resistiram, e o grito *Quis ut Deus?* exprime bem o gênero dessa resistência. Ele põe em relêvo uma oposição fundamental às sugestões naturalistas que Satanás espalhava nas fileiras das milícias celestes para conservar o domínio sobre seus irmãos. “Quem é como Deus?” responderam estes. Quem pode pretender bastar a si mesmo, subsistir por si mesmo, encontrar em si mesmo seu fim último? E, de outro lado, quem pode ser superior à criatura que Deus elevou a uma participação na sua natureza divina? Deus, que está acima de tudo, dá à criatura à qual Ele se une pela graça uma dignidade que a eleva acima do que quer que exista no mundo da pura natureza.

As pretensões de Lúcifer e dos seus foram assim repelidas. Ele, o príncipe dos arcanjos, tornou-se, por seu orgulho, subordinado daquele dentre os anjos bons que é o último na ordem da natureza.



²⁹ *Genesi ad litteram*, cap. XV.

CAPÍTULO LIV

A QUEDA

II. – NA TERRA

O fato pré-histórico que acabamos de relatar segundo as Sagradas Escrituras e as revelações divinas é também um fato histórico porque entrou na trama dos acontecimentos deste mundo. Sem ele estes não se podem explicar, nele encontram sua luz.

Desde que a humanidade existe, existe luta, existe combate, combate no coração de cada homem, combate entre os bons e os maus, combate do naturalismo contra o sobrenatural, do egoísmo humano contra o Amor infinito. Esse combate não é, pois, senão a continuação daquele que foi deflagrado entre os puros espíritos na origem do mundo, e, entre nós como no céu, é Lúcifer quem conduz a batalha, e se ele ainda encontra São Miguel como adversário, na nossa direção ele vê sobretudo Maria, que tomou junto a Deus o lugar que ele deixou vazio pelo seu pecado, o mais formal que existiu: *peccatum aversio a Deo*.

O pecado de Lúcifer e dos seus anjos retirou-lhes, dissemos, a prelazia, quer dizer, a preeminência e essa espécie de jurisdição que dela decorre, sobre os anjos que lhes eram inferiores. Retirou-lhes o poder que tinham sobre o mundo material? São Paulo decidiu a questão. Ele os denomina, ainda após a queda: “as virtudes dos céus”. São Denis, no seu livro *Des noms divins* (cap. VI), diz de uma maneira geral que os dons concedidos à natureza angélica de nenhum modo mudaram nos demônios, mas permanecem na sua integridade.

São Tomás de Aquino indica com exatidão essa verdade. Ele observa que após a queda o demônio é ainda chamado “querubim”, mas não mais “serafim”. Dá-se que a palavra “querubim” significa “plenitude de ciência”, enquanto “serafim” significa “aquele que arde” do fogo da caridade. A ciência é compatível com o pecado, mas não a caridade.

Assim, eles guardam seu poder, observa Bossuet. “Eles continuam, diz ele, a ser chamados “Virtudes dos Céus” para mostrar-nos que ainda no suplício conservam o poder, assim como o nome que tinham por sua natureza. Deus podia justamente privá-los de todas as vantagens naturais, é sempre Bossuet quem fala, Ele preferiu fazer ver, conservando-as, que todo o bem da natureza transformava-se em suplício para aqueles que dele abusam contra Deus. Assim, a inteligência deles permaneceu tão penetrante e sublime como sempre; e a força de suas vontades, para mover os corpos, por essa mesma razão, ficou como os destroços do seu pavoroso naufrágio”.

No Livro III do Tratado sobre a Trindade, capítulo IV, Santo Agostinho nos ensina que “toda a natureza corporal é administrada por Deus com o concurso dos anjos”. Na resposta que deu a Bildad, Jó, falando do poder de Deus, denomina-o: “Aquele sob o Qual se curvam os que carregam o mundo”.³⁰ São Tomás tece esplêndido comentário

³⁰ Jó IX, 13. Tradução de Bossuet.

sobre essa palavra.³¹ A causa segunda, a criatura, verdadeiramente age, e age por sua própria virtude, mas sua virtude e sua ação próprias são penetradas pela virtude e pela ação do agente principal, Deus, da qual ela é de alguma maneira instrumento.

“Quando Deus criou os puros espíritos, diz Bossuet, tanto lhes deu a inteligência quanto o poder: e submetendo-os à Sua vontade, Ele quis, para a ordem do mundo, que as naturezas corporais e inferiores fossem submetidas às deles, segundo os limites que Ele prescrevera. Assim, o mundo visível foi à sua maneira sujeito ao mundo espiritual e intelectual; e Deus fez esse pacto com a natureza corporal, que ela estivesse unida à vontade dos anjos, na medida em que a vontade dos anjos, nisto conformes à de Deus, a determinasse para certos efeitos”.³²

Não são somente os teólogos que nos dizem que os corpos são governados pelos espíritos.

Newton imortalizou-se, observa J. de Maistre, ao relacionar à gravidade os fenômenos que ninguém jamais imaginara atribuir-lhe; mas o criado do grande homem sabia, a respeito da *causa* da gravidade, tanto quanto seu senhor. O princípio do movimento não pode ser encontrada na matéria, e nós carregamos em nós mesmos a prova de que o movimento começa por uma vontade. É o que diz Platão: “Pode o movimento ter um outro princípio além dessa força que se move ela mesma?” (Platão, *De Lege*).

Ademais, Newton não pensava de maneira diversa. Nas suas cartas teológicas ao Dr. Bentlig, ele diz mais explicitamente o que dissera na sua filosofia natural (Princípios Matemáticos): “Quando me sirvo da palavra *atração*, não considero essa força fisicamente, mas apenas matematicamente. Que o leitor cuide, pois, de não imaginar que com essa palavra eu entenda designar uma causa ou uma razão física, nem que eu queira atribuir aos centros de atração forças reais e físicas, porque não considero nesse tratado senão as proporções matemáticas, sem me ocupar com a natureza das forças e das qualidades físicas”.³³

O mundo material é, pois, regido pelos anjos, a ponto de São Tomás (q. LII) se perguntar se existe um anjo cuja virtude pudesse atingir através de um mesmo ato e como objeto proporcionado ao seu poder todo o universo material. E responde: Em si a coisa não é impossível. Mas sendo múltiplos os anjos destinados à administração do mundo material, cada qual tem uma virtude limitada a certos efeitos determinados.³⁴ Os anjos decaídos conservaram a parte que lhes estava destinada no governo do mundo material. O poder deles sobre o mundo é tal que “se Deus não retivesse seu furor, diz Bossuet, nós os veríamos agitar este mundo com a mesma facilidade com que giramos uma bolinha”.

³¹ Sum. Theol., q. XLVII. Ver também as questões CV a CXIX.

³² *Elévation sur les mystères*, XXXIIIª semana, Vª elevação.

³³ Clarke, de quem Newton disse: “Somente Clarke me compreende”, fez essa declaração: “A atração pode ser o efeito de um impulso, mas não certamente material — *impulsu non utique corporeo*. E numa nota acrescenta: “A atração não é certamente uma ação material à distância, mas a ação de alguma causa imaterial”.

³⁴ A mesma restrição deve ser feita na ordem moral. Deus designa para o demônio os limites precisos do poder que Ele lhe concedeu sobre o seu servidor Jó. Assim também Nosso Senhor disse aos Apóstolos: “Satã pediu para vos examinar”. Ele pede, observa Bossuet; é um poder maligno, malfazejo, tirânico, mas submisso ao poder e à justiça de Deus.

Estamos nós submetidos ao império deles, como o estão os seres materiais? A espécie humana guarda o último nível na hierarquia dos espíritos e por essa razão deve receber a luz e a inspiração para o bem através do ministério dos anjos. De fato, cada um de nós temos o nosso anjo da guarda, que exerce junto a nós esse ofício. Conservou o demônio sua prelazia sobre nós? Nossa raça foi dotada, desde a criação, na pessoa de Adão, nosso chefe, da graça santificante, que nos faz entrar na ordem sobrenatural. Ora, vimos que o sobrenatural estabelece entre os seres uma hierarquia de ordem superior que subtrai Adão e seus descendentes do império do demônio.

Este concebe amargos sentimentos sobre isso. A inveja que despertara nele quando o Homem-Deus fora apresentado à adoração se exasperou. “É um ciúme furioso, diz Bossuet, que anima os demônios contra nós. Eles vêem que, sendo bem inferiores pela natureza, nós os sobrepujamos em muito pela graça”. E mais: “A inimizade de Satanás não é de uma natureza vulgar; ela está misturada a um ciúme negro que o corrói eternamente”. Ele não pode suportar que vivamos na esperança da felicidade que ele perdeu, e que Deus, por sua graça, nos iguale aos anjos; que seu Filho se tenha revestido de uma carne humana para fazer de nós homens divinos. Ele se encoleriza quando considera que os servidores de Jesus, homens miseráveis e pecadores, sentados nos tronos augustos, o julgarão, com os anjos que o imitaram, no fim dos séculos. Essa inveja queima-o mais do que as chamas”.³⁵

E por isso ele diligencia em nos arrastar após ele ao pecado que faz perder a prerrogativa que a graça nos dá sobre ele.

No primeiro momento, vendo o que é a natureza humana, uma só espécie na multidão dos indivíduos que com o tempo ela deveria abarcar, disse para si mesmo que se conseguisse fazer decair do nível em que a graça colocara aquele no qual a espécie inteira estava então contida, recuperaria sobre ela o império que o direito da natureza lhe dava, tornar-se-ia o príncipe, o chefe da humanidade. À inveja juntou-se, pois, a ambição, para levá-lo a tentar junto aos nossos primeiros pais a sedução que exercera sobre os anjos; se viesse a persuadi-los toda a raça cairia sob o seu império.

Como fizera com os anjos, Deus concedera a Adão e Eva o dom da graça santificante, prelúdio e preparação da glória. Antes de admiti-los à glória era preciso que se mostrassem dignos dela. Daí a necessidade da prova no paraíso terrestre, assim como no paraíso celeste. Lá como aqui, Deus quis, Deus devia, podemos dizer, pedir à sua criatura o consentimento para o pacto de amizade que Ele queria contratar com ela para a eternidade. Os termos do mandamento, ou da proibição, tal como formulados no texto bíblico, indicam com suficiente clareza uma lei, uma cláusula que se refere à conservação ou à perda do estado paradisíaco e dos privilégios que o constituíam. “*Ne comedas... quocumque enim die comederis... morte morieris*”. Para o homem, tratava-se de ficar na posse do dom da imortalidade ou perdê-lo, e, como a seqüência do relato o prova, ficar na posse dos outros dons que lhe eram conexos ou perdê-los. A natureza do homem, composto de corpo e alma, pedia que o ato do qual dependesse seu destino fosse concomitantemente interior e exterior, ato plenamente deliberado e ao mesmo tempo exterior. Foi o que aconteceu: não comereis desse fruto, senão morrereis.

Para operar a sedução, Satanás apresentou-se no jardim sob a forma de serpente. Deus, no paraíso, mostrava-Se ao homem e conversava com ele sob forma

³⁵ Primeiro sermão da Quaresma.

visível; dava-se o mesmo com os anjos. Eva não se surpreendeu, pois, ao ouvir uma serpente falar. Que era essa serpente? Há os que traduzem a palavra hebraica “serafim” por “serpente que voa e resplandecente”. Talvez Adão e Eva estivessem acostumados a ver os anjos celestes sob essa forma.

Ele chegou, pois, junto à árvore da ciência do bem e do mal, e perguntou a Eva: “Teria Deus dito: Não comereis das árvores do jardim?” A mulher respondeu: “Comemos dos frutos das árvores do jardim. Mas do fruto da árvore que fica no meio do jardim Deus disse: Não comereis desse fruto e nele não tocareis, com receio de que morrais”. Disse a serpente à mulher: “Não, não morrereis. Mas Deus sabe que no dia em que comerdes, vossos olhos se abrirão e sereis como Deus, conhecendo o bem e o mal”. Sereis como Deus. Aí está a tentação, a renovação da tentação que seduzira os anjos. Ser como Deus, bastar-se a si mesmo. Que tentação para o egoísmo! Adão nela sucumbiu, como sucumbiram os anjos que se deixaram acalantar pelo orgulho. Sereis como Deus, conhecendo por vós mesmos o bem e o mal. Encontrando no uso das vossas faculdades naturais o progresso que vos conduzirá à perfeição pretendida pela vossa natureza, chegareis à felicidade, a uma felicidade semelhante àquela de que Deus goza, felicidade que não será nem emprestada, nem dependente.

Assim como os anjos maus, Adão e Eva deixaram-se convencer.

Como vemos, na terra como no céu a essência da tentação foi o naturalismo. Foi por ter tido o orgulho de dizer, acompanhando os anjos rebeldes: como Deus, eu bastarei a mim, que Adão transpôs a proibição de comer o fruto funesto. Ó dor! seu orgulho fê-lo cair não somente no estado de natureza, mas ainda no estado de natureza corrompida. Ele e Eva viram-se, subitamente, não deuses, mas seres de carne!

Ademais, viram-se submetidos a Satanás. “Todo aquele que se entrega ao pecado, diz São João, é escravo do pecado”,³⁶ e todo aquele que dá ouvidos a Satanás volta a cair sob sua supremacia, da qual a graça o livrara. Lúcifer pôde, desde então, prometer-se na terra um império semelhante ao que conservava nos infernos sobre aqueles que o seguiram na apostasia. Ele dominou sobre todos os filhos do orgulho.³⁷

De fato, até à vinda de Nosso Senhor Jesus Cristo, todo o gênero humano,³⁸ excetuado um pequeníssimo povo depositário da promessa, viveu no naturalismo ao qual Adão o arrastara e sob o jugo do demônio, pelo qual se deixara seduzir. Satanás fez erguer para si templos e levantar altares em todos os lugares da terra, e aí fez com que lhe rendessem um culto tão ímpio quanto supersticioso. Quantas vezes o próprio

³⁶ Jo. VIII, 34.

³⁷ Última palavra de Deus a Jó.

³⁸ Não refletimos suficientemente sobre as conseqüências contidas nas leis da *espécie*. Certamente existe qualquer coisa em mim que não existia em Adão, posto que sou um indivíduo; mas não houve nada de *essencial* em Adão que não haja em mim. Porque ele mesmo era a espécie, antes de ser indivíduo. “Todos os homens que nascem de Adão, diz São Tomás, podem ser considerados um só homem, pois todos têm a mesma natureza”. A ciência, que não pode perceber a causa do prodígio da espécie no seio da natureza, relativamente às plantas e aos animais, como conheceria, relativamente ao homem, a lei da solidariedade, à qual estão atreladas, simultaneamente, a reversibilidade do mérito e o pecado original?

povo eleito deixou-se arrastar por ele, a ponto de sacrificar a Maloch até os seus filhos!³⁹

Ainda hoje, em todos os lugares em que o Evangelho ainda não foi pregado, em todos os lugares em que o tabernáculo se encontra ainda ausente, Lúcifer e seus demônios reinam. Os missionários do século XVII ficaram muito surpresos quando, tendo partido da França ligeiramente cética de então, desembarcaram nas Índias Orientais e se encontraram no meio das mais estranhas manifestações diabólicas. Os viajantes, como os missionários dos dias de hoje, são testemunhas dos mesmos prodígios. Paul Verdun publicou um livro, *Le diable dans les missions*.⁴⁰ Dos numerosos fatos que ele recolheu dos relatos de viagens e de estadas nos gelos dos pólos como nos ardores do Equador, nas florestas das nascentes do Amazonas como nas margens do Bramaputra, nos pagodes das cidades chinesas e nas choças dos selvagens da Oceania, resulta que, em todos os lugares em que o cristianismo não foi implantado, as populações acreditam, e não sem razão, no poder dos demônios dos ídolos, das pedras e das árvores consagradas ao seu culto. Entre essas populações as aparições e possessões são coisas freqüentes, conhecidas e admitidas por todo o mundo. Em todos esses países existem feiticeiros. Para tornar-se um deles é preciso sofrer provas cruéis, que ultrapassam em muito as práticas mais penosas da mortificação cristã. Na maioria dessas iniciações uma manifestação do demônio mostra que ele aceita o candidato como seu, faz dele um possuído ou o leva. Esses feiticeiros têm por servidor ou por senhor um demônio familiar que fazem agir, revestido com uma aparência de animal. Eles podem dar a certos objetos — amuletos, fetiches — uma virtude benfazeja ou prejudicial. A natureza desses objetos é indiferente; é a consagração deles ao demônio que lhes dá a força. Em todos os lugares os feiticeiros odeiam e temem os missionários católicos, e em todos os lugares os missionários expulsam os demônios. Os enviados dos missionários, simples cristãos, virgens, mesmo crianças, têm o mesmo poder. Esses fatos verificados nos nossos dias confirmam não somente os relatos do Evangelho, mas ainda aqueles dos pagãos da antiguidade e aqueles dos nossos pais da Idade Média. Eles confirmam igualmente aquilo que a doutrina católica nos ensina sobre o pecado original e suas consequências.



³⁹ Todas as religiões pagãs, antes como depois da vinda de Cristo, procedem da magia ou nela deságuam, e esta, na diversidade das suas formas e das suas práticas, aparece como uma na sua essência e se manifesta como o culto de Satã.

⁴⁰ 2 vol., in-12, Delhomme.

A TENTAÇÃO RENOVADA

CAPÍTULO LV

I — A TENTAÇÃO DE CRISTO

“**D**esde que a maldade do demônio nos envenenou com o veneno mortal da sua inveja, disse o Papa São Leão,⁴¹ o Deus todo-poderoso e clemente, cuja natureza é bondade, cuja vontade é poder e cuja ação é misericórdia, indicou por antecipação o remédio que Sua piedade destinava à cura dos humanos; e isso nos primeiros tempos do mundo, quando declarou à serpente que da Mulher nasceria alguém bastante forte para esmagar sua cabeça cheia de orgulho e de malícia. Ele anunciava desse modo que Cristo viria em nossa carne, simultaneamente Deus e homem, e que, nascido de uma Virgem, seu nascimento condenaria aquele pelo qual a origem humana fora profanada. Após ter enganado o homem com sua velhacaria, o demônio se regozijava de vê-lo despojado dos bens celestes; ele se regozijava por ter encontrado algum consolo na sua miséria através da companhia dos prevaricadores, e de ter sido causa de que Deus, tendo criado o homem num estado tão honorável, tivesse mudado suas disposições a seu respeito. Foi necessária, pois, amados irmãos, a maravilhosa economia de um profundo desígnio pelo qual um Imutável, cuja vontade não pode deixar de ser boa, realizou, por intermédio de um mistério mais oculto, os primeiros desígnios do seu amor, para que o homem, arrastado ao mal pela astúcia e maldade do demônio, não viesse a perecer, contrariamente à finalidade que Deus se propusera”.

No tempo assinalado pela divina sabedoria, Deus executou esse desígnio da sua misericórdia, manifestado na mesma hora da ofensa e da queda. Ele enviou seu Filho para reparar a falta do nosso pai. Entre os homens a justiça enfraquece quando se transmuda em misericórdia; na Redenção ela permanece intacta: Deus perdoa, mas a justiça recebe satisfação posto que um Deus-Homem substitui os culpados e expia por eles.

Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, Ele assumiu a condição de escravo e apareceu aos demônios e aos homens na humildade da carne, “numa carne semelhante àquela do pecado, e assim reconhecido como homem”.⁴²

⁴¹ 2º Sermão sobre a Natividade.

⁴² Rom. VIII, 3 e Filip. II, 7.

Existe tanto perigo em afirmar que não há em Jesus Cristo uma natureza semelhante à nossa quanto em negar que Ele seja igual em glória ao seu Pai. É sobre a autoridade divina que está apoiada nossa fé, e é uma doutrina divina que professamos. São verdadeiras as palavras que Jesus, cheio do Espírito Santo, fez ressoar: “No começo era o Verbo, e o Verbo estava em Deus e o Verbo era Deus...” Aquilo que o mesmo pregador acrescenta é igualmente verdadeiro: “O Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos sua glória, como a glória do Filho único do Pai”. Numa e noutra natureza o Filho de Deus é, pois, o mesmo, assumindo o que é nosso sem nada perder do que Lhe é próprio; renovando o homem no homem, Ele permanecia nEle mesmo, imutável... É por isso que, quando o Filho único de Deus confessa ser inferior ao Pai, ao Qual se diz igual, mostra que há verdadeiramente nEle uma e outra natureza, porque, através da

Satanás estava a espreita. Ele viu Jesus nascer num estábulo de Belém e viver obscuramente no humilde povoado de Nazaré. Os prodígios que envolveram sua infância não lhe passaram despercebidos, mas trinta anos passados na oficina de um carpinteiro, na submissão e na obediência, na humildade e na pobreza, não lhe pareceram poder constituir as primícias d'Aquele que devia derrubar seu império.⁴³

Quando ele O viu sair do retiro; quando ouviu as palavras de Jesus que anunciavam estar próximo o reino de Deus; quando viu o Precursor recusar-se a batizar Jesus pela razão de não ser digno de desatar as correias de suas sandálias, e dizer que Ele batizaria no Espírito Santo; quando, sobretudo, foi testemunha da descida do Espírito Santo e ouviu a voz do Pai celeste declarar: “Este é o meu Filho bem amado!”, começou a se perguntar se não se tinha enganado até então, e se esse Jesus não era o Filho da Mulher que lhe fora mostrado no dia da sua primeira vitória, como sendo Aquele que devia roubar-lhe o império e esmagar-lhe a cabeça.

Ele quis certificar-se disso; e, permitindo-lhe Deus, em razão das lições que daí resultariam para nós,⁴⁴ ele pôde tentar em Jesus suas insinuações e prestígios, como fizera no paraíso terrestre e nos céus.⁴⁵

Conhecemos o relato do Evangelho. Após seu batismo, Jesus se retirou para o deserto, abstendo-se de qualquer alimento durante quarenta dias. Vendo-O apertado pela fome segundo a fraqueza da carne que Ele havia assumido, Satanás aproveitou essa ocasião para tentá-Lo, para descobrir o que lhe importava saber, através de uma prova decisiva. “*Demon Christum aggressus est, potissimum ut exploraret utrum vere Filius Deis esset*”, diz Suarez.⁴⁶ Foi sobretudo para saber se Ele era o Filho de Deus que o demônio atacou Cristo”.

Sua primeira palavra manifestou seu pensamento: “Se tu és o Filho de Deus...” Mostrando as pedras arredondadas em forma de pão que juncavam o solo, como ele havia mostrado a Eva o fruto proibido, ele Lhe propôs fizesse um milagre que provaria Sua divindade: transformar as pedras em pães. Ele não percebia que esse milagre, se

desigualdade da qual Ele fala, prova que nEle existe a natureza humana; e através da igualdade que Ele afirma, declara possuir a natureza divina. (São Leão, Papa, 7º Sermão sobre a Natividade).

⁴³ Deus está presente em toda a parte, conhece tudo o que se faz e tudo o que se diz, porque está em todas as suas criaturas como princípio dos seus seres e de suas atividades. O mesmo não acontece com os anjos, bons ou maus. O anjo está num lugar conforme, por sua vontade, ele aplica a esse lugar a ação da sua virtude. Ele não se encontra *circunscrito*, como estão os corpos, mas *definido*, de tal maneira que não está em outro. De maneira que muitos dos atos de Jesus que concerniam Sua pessoa puderam escapar a Satanás. É verdade que aquilo que ele não conheceu por si mesmo pôde conhecer através de um ou vários demônios que tivesse delegado junto ao Divino Salvador para estarem informados de tudo quanto Lhe dizia respeito.

Ademais, como observa Santo Agostinho (*Cidade de Deus*, IX, 21), Cristo só foi conhecido dos demônios tanto quanto quis, e Ele só quis tanto quanto foi necessário... Quando Ele julgou bom ocultar-se um pouco mais profundamente, o príncipe das trevas duvidou dEle e O tentou para saber se Ele era Cristo.

⁴⁴ Persuadamo-nos, cristãos, de que não teria sido permitido a Satanás tentar o Salvador sem algum alto conselho da divina Providência. (Bossuet, *Sermão sobre o demônio. 1º domingo da Quaresma*).

⁴⁵ Não é indigno do nosso Redentor, diz São Gregório Magno, ter querido ser tentado, por que Ele viera a esse mundo para ser morto. Ao contrário, era justo que Ele vencesse assim as nossas tentações pelas suas, da mesma maneira como viera triunfar sobre a nossa morte pela sua morte... O Filho de Deus pôde ser tentado pela sugestão; mas jamais o deleite penetrou na sua alma. Assim, essa tentação do diabo foi toda exterior e de nenhum modo esteve dentro dEle. (Sermão sobre o Evangelho do 1º domingo da Quaresma).

⁴⁶ *In tertiam partem divi Thomæ*. Q. XLI, art. I, com. II.

realizado, provaria precisamente o contrário, porque a saciação da fome poderia ser obtida por meios naturais e humanos, e querer obtê-la para si chamando em auxílio o poder divino era faltar com o respeito devido a Deus. Talvez ele percebesse isso, e então sua proposta era duplamente maliciosa. Sabemos qual foi a resposta de Jesus; ela exprimia Seu respeito por seu Pai e pela Palavra que Deus estabeleceu como regra da nossa conduta, a nós, filhos dos homens, e ao próprio Verbo encarnado. De outro lado, ela deixava o tentador na ignorância relativamente à sua Pessoa.

A segunda tentação traiu visivelmente a inquietação de Satanás. No extremo desejo de alcançar o objetivo pretendido, ele teria aceitado saber, à custa de sua própria humilhação, se Nosso Senhor era verdadeiramente o Filho de Deus. Se Jesus, precipitando-se do alto do templo, como ele Lhe pedia, os anjos tivessem vindo sustentá-Lo, ele teria reconhecido nisso, pensava ele, que era o senhor soberano da celeste hierarquia, mas para sua vergonha e confusão. Porque teria sido cruel para ele ver Jesus caindo do alto do templo como se descesse do céu, carregado pelos anjos bons, que são os ministros de Deus no castigo que Lhe é infligido, diante da multidão que enchia o átrio do templo, e apresentá-Lo nessa pompa celeste e nessa majestade que teria forçado a adoração dos espectadores. Jesus, como fizera da primeira vez, dissipou com uma palavra tirada das Sagradas Escrituras essa tentação que Satanás acreditara muito sedutora.

Este não se deu ainda por satisfeito; e novamente usando o poder sobre-humano dos espíritos, senhores da gravidade e do espaço, transportou Jesus para o cume de uma alta montanha. “Quando dizemos que o Homem-Deus foi transportado pelo diabo para uma montanha elevada ou para a cidade santa, observa São Gregório, Papa, repugna ao espírito crer e os ouvidos humanos se espantam em ver isso afirmado. Reconhecemos, porém, que isso não é inacreditável, se comparamos outros fatos a esse. É certo que o demônio é o chefe de todos os homens iníquos e todos os ímpios são membros desse chefe. Não foi Pilatos um membro do diabo? Não foram membros do diabo os judeus que perseguiram Jesus Cristo e os soldados que O crucificaram? Assim, que haveria de espantoso em Cristo se deixar transportar pelo próprio demônio para uma montanha, visto como Ele desejou sofrer a crucifixão pelos membros do demônio?”.⁴⁷

As duas primeiras tentações não tinham podido resolver a questão que atormentava o príncipe deste mundo. Ele compreendeu que seria inútil continuar a encaminhar suas tentativas no mesmo sentido. Assim, na terceira tentação, ele não mais diz: “Se és o Filho de Deus”. Deixando essa questão, que ele sentia não poder resolver, buscou um outro intuito.

⁴⁷ Sermão sobre o 1º domingo da Quaresma.

Santo Agostinho, no comentário sobre o Salmo LXIII, versículo 7, também diz:

“*Cristo, como homem*, colocou-se ao alcance das intenções perversas dos judeus, e como homem sofreu que eles se apoderassem dEle. Com efeito, não poderiam ter-se apoderado dEle se Ele não fosse homem, nem vê-Lo se não fosse homem, nem feri-Lo se não fosse homem, nem crucificá-Lo e matá-Lo se não fosse homem. Foi, pois, como homem que Ele se expôs a todos esses sofrimentos, que não poderiam acontecer-Lhe se não fosse homem. Mas se Ele não fosse homem, o homem não teria sido libertado. Esse homem penetrou o fundo dos corações, quer dizer, o segredo dos corações, oferecendo ao olhar humano Sua humanidade, não deixando aparecer Sua divindade; ocultando Sua natureza de Deus, pela qual Ele é igual ao Pai.

Desde a catástrofe do paraíso terrestre ele reinava como senhor da humanidade aviltada e degradada; mas ele temia por seu império todas as vezes que se lembrava da predição do Senhor: uma Mulher e seu Filho esmagarão tua cabeça. Inquieto, ele não cessava de espionar os filhos dos homens, particularmente aqueles que lhe pareciam mais inteligentes e mais fortes, para tomá-los ao seu serviço. Jamais sua atenção fora despertada sobre alguém como sobre este, jamais alguém lhe parecera dever desempenhar no mundo um papel tão importante. Ele O vê entrar na sua carreira e começar uma obra que, sem dúvida e à vista da extraordinária virtualidade do personagem, terá sobre o curso do mundo, sobre a direção do gênero humano, uma influência que não pode ser avaliada. Ele diz a si mesmo que para conservar seu império ele deve apoderar-se dessa força. Assim, após ter mostrado seu poder transportando Jesus para o pináculo do templo, ele opera um prestígio que deve seduzí-Lo, se ele for apenas um homem, e colocá-Lo a seu serviço. Do alto da montanha para a qual O transportou, ele Lhe mostra todos os reinos do mundo e sua glória, e Lhe diz: “Eu te darei todo o poder e a glória desses impérios; porque isso me foi entregue e eu o dou a quem eu quiser”. Isto me foi entregue. Ai de nós, sim, por Adão e seu pecado. Eu o dou a quem eu quiser. Não. O poder de Lúcifer depende inteiramente de uma simples permissão divina. “Tudo isso eu Te darei, se, prosternado, me adorares”. Vê, eu sou o senhor do mundo. Conheço teu gênio. Eu Te darei o governo do universo, sob minha suserania, se Tu me prestares essa homenagem.

Sem dúvida, a pregação de São João Batista, anunciando que o reino de Deus estava próximo, tinha determinado Lúcifer a adotar suas providências para manter sobre a terra o império de que desfrutava há tantos séculos. Um homem lhe era necessário para lutar contra o enviado de Deus, como ele mesmo havia feito no céu contra o arcanjo Miguel, para manter sobre a terra o reino do naturalismo e impedir o reino de Deus, quer dizer, o sobrenatural, de tomar posse da terra. Ele quis ver se Jesus não seria esse homem. Ele se esforça em deslumbrá-Lo, em excitar nEle o amor ao mundo e àquilo que existe no mundo: a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e o orgulho da vida,⁴⁸ numa palavra, mergulhá-Lo no naturalismo e através dEle aí manter todos os povos. A palavra de Deus pronunciada pelo Homem-Deus, com a autoridade que Lhe pertencia, arrebatou-lhe essa quimera: “Retira-te, Satanás. Porque está escrito: adorarás ao Senhor teu Deus e só a Ele servirás”.

“Adorarás ao Senhor teu Deus e só a Ele servirás”. Era o que vinha ensinar de novo à raça de Adão Aquele que tinha a missão de restabelecê-lo na sua primitiva dignidade de filho de Deus destinado à eterna beatitude que a vida sobrenatural oferece.

A tentação de Nosso Senhor foi um dos grandes mistérios da Sua vida. Os homens tornaram-se no paraíso terrestre súditos de Satanás e escravos da natureza. Importava que Nosso Senhor, empreendendo a obra que seu Pai lhe confiara, “de introduzir numerosos filhos na glória”, vencesse primeiramente o inimigo que tinha submetido a humanidade e limitado sua ambição à vida presente e ao gozo dos bens deste mundo. Ele poderia então, novo Adão, chefe da humanidade regenerada, oferecer-lhe uma benção mais preciosa do que aquela perdida na origem.

⁴⁸ I Jo. 2, 16.

Quando Jesus terminou Sua missão de Evangelista, na segunda-feira da Semana Santa, na qual Ele deveria completar Sua outra missão, a de nos resgatar, os apóstolos André e Filipe apresentaram a Jesus os gentios vindos a Jerusalém para a solenidade da Páscoa e que tinham exprimido o desejo de ver o Messias. Ao pedido deles, Jesus Se sobressalta. Ele vê neles e nas suas condutas como que as primícias e o penhor da conversão do mundo pagão, que será o fruto da Sua morte, que Ele acaba de mostrar estar próxima. Esse pensamento O comove. Dir-se-ia o prelúdio da terrível agonia que devia produzir-se três dias mais tarde no jardim das Oliveiras. Ele exclama: “Minha alma está perturbada. Que direi? Pai, livrai-me dessa hora! Mas foi para isso que vim, Pai. Pai, glorificai vosso nome”. E vem uma Voz do céu: “Eu o glorifiquei e novamente o glorificarei”. A multidão se espanta. Jesus diz: “Não foi para mim que essa voz se fez ouvir, mas para vós... Agora é o julgamento deste mundo, agora o príncipe deste mundo vai ser jogado para fora”.

Jesus, em acordo com o céu, anunciava assim a ruína do império de Satanás e a inauguração do novo reino, do Reino de Cristo, do Reino dos Céus, que ia ser fundado sobre essa ruína, por Sua morte na cruz.

Assim ia ser restaurada a ordem sobrenatural, à qual seriam novamente convidados judeus e gentios, toda a raça de Adão resgatada pelo sangue do Homem-Deus.



A TENTAÇÃO DA CRISTANDADE

CAPÍTULO LVI

II. — TENTAÇÕES DIVERSAS

M*ors et vita duello confluxere mirando.* A morte e a vida travaram sobre o Calvário um combate a que os anjos assistiam cheios de admiração. Nesse combate, o autor da vida morre, mas na Sua morte Ele vive e por Sua morte Ele reina. *Dux vitæ mortuus regnat vivus.* O resgate foi pago, a Redenção foi completada, o pecado do mundo foi eliminado e o príncipe deste mundo está vencido, seu reino terminou, em princípio, mas é necessário que o reino que ele construiu seja reconquistado, é o *magnum proelium* do céu que vai se repetir na terra, nas mesmas condições. Muitas vezes a Igreja parecerá expirante; sempre na sua morte aparente ela haurirá uma nova vida.

O duelo é deflagrado em primeiro lugar entre cada alma e seu tentador. A Redenção é universal, o divino Salvador mereceu a salvação de todos os homens, mas a justificação continuará a depender da vontade de cada um. Os méritos de Cristo não serão aplicados aos indivíduos senão com o consentimento e a cooperação deles.⁴⁹ O sobrenatural, que voltou a ser o apanágio da humanidade, deve, como sempre, ser aceito por cada um dos seus membros. Antes dessa aceitação, suposta na criança, efetiva no adulto, o filho de Adão está ainda sob o jugo de Satanás, e a ele retorna através do voluntário repúdio do estado de graça, seja cometendo atos condenados pela moral cristã, o que lhe faz perder a amizade de Deus, seja pela resolução de se isolar unicamente na natureza, através da indiferença religiosa. Esta é a lei que foi promulgada desde o começo no céu e na terra. Ela não mudou, não pôde mudar com a Redenção. A nova fonte de vida que a lança do soldado romano fez correr do Coração de Jesus na cruz está aberta a todos, mas ela não dá suas águas senão aos que as vêm beber.

O que é verdadeiro para os indivíduos, também o é para os povos. Chamados pela voz dos apóstolos, judeus e gentios se entregaram, um a um, a essa fonte, e a aglomeração deles formou o corpo da Igreja.

Para reconquistar seu império, Satanás atacou o corpo social como ele ataca as pessoas. É o que fora dito no começo e o que a divina Sabedoria requeria: *Inimicitias ponam inter semen tuum et semen illius.* Após ter anunciado a Redenção do gênero humano pelo Filho da Mulher, Deus fez entrever a luta que devia seguir-se entre as duas cidades, uma, a raça da serpente, outra, a raça da Mulher bendita.

A palavra hebraica empregada pelo Gênesis para assinalar os ataques da serpente designa bem os dois gêneros de assalto que a Igreja não cessou de ter de sofrer: as perseguições e as heresias. Essa palavra especifica um ódio que se exerce

⁴⁹ O batismo é conferido às crianças dos pais que pedem por elas; a elas, em seguida, cabe ratificar o que foi feito. Foi assim que as coisas se passaram no céu e no paraíso terrestre: os anjos e nossos primeiros pais receberam a graça santificante no momento de sua criação; eles tiveram em seguida de consentir no dom divino que lhes fora concedido.

simultaneamente através do ardil e da crueldade. Exatamente aí se situam as duas guerras que a história sempre tem visto se alternarem, ou mesmo se confundirem, desde os primeiros dias até este em que vivemos.

Satanás suscitou primeiro a perseguição dos imperadores romanos, que durou três séculos e produziu tantos milhares de mártires. Não podendo sufocar a Igreja no Seu sangue, recorreu a outros meios de destruição.⁵⁰

Quase logo após o reino de Constantino, chegamos ao pontificado do papa Gelásio I, no ano de Cristo 493. Como a situação é sombria! A conversão do império, um século antes, parece ter sido estéril, e a catástrofe parece iminente. O Oriente inteiro está nas mãos de cristãos infiéis no Concílio Ecumênico da Calcedônia; o Ocidente está sob o domínio dos arianos, que rejeitam o Concílio Ecumênico de Nicéia; o próprio Papa é súdito de um soberano ariano. E como se uma só heresia não bastasse, o pelagianismo se propaga no Picenum com a conivência dos bispos. No Norte do império desmembrado, os bretões inicialmente infestados pelo pelagianismo são agora espoliados pelos pagãos saxões. O clero católico está oprimido nos reinos arianos de Borgonha, Aquitânia, Espanha, e o culto católico está momentaneamente abolido pelos vândalos arianos da África. O Oriente quase inteiro toma o partido do patriarca de Constantinopla Acácio no seu cisma, e adere à heresia monofisista, enquanto que, fora do império, a heresia oposta, o nestorianismo, faz escandalosos progressos.

É este um caso isolado? Cento e quinze anos mais tarde, quando São Gregório Nazianzeno ia inaugurar sua pregação em Constantinopla (378), não parecia a situação desesperadora com o arianismo crescendo e os cismas cada vez mais numerosos? E mais tarde, no início do pontificado de São Gregório Magno, a Igreja não parecia ameaçada de um fim próximo? Os últimos vestígios da civilização romana esboroavam diante da invasão dos lombardos na Itália; no Oriente e no Ocidente, fome, pestes, terremotos; os bretões cristãos são massacrados, reduzidos à escravidão, expulsos para as montanhas desertas pelos seus inimigos pagãos; o arianismo é ainda o senhor na Espanha e em grande parte da Itália. Nada de espantoso que São Colomban — e ele não era o único — acreditasse no fim do mundo.

Se dividirmos em três períodos cronológicos toda a história da Igreja, as tempestades que acabamos de descrever pertencem ao primeiro, mas os outros dois não são menos agitados. No segundo (636-1270), a Igreja viu-se várias vezes ameaçada de destruição: no século VIII pelos árabes; no IX pelos normandos; no X pelos imperadores germânicos. O terceiro período, o mais próximo de nós, está marcado por três grandes acontecimentos, que, segundo os princípios das probabilidades históricas, teriam sido fatais, cada um de per si, à Igreja. Primeiramente, o Grande Cisma: durante trinta e sete anos, os próprios fundamentos são abalados, o princípio da obediência é desacreditado, conquanto, em compensação, a boa fé e, mais que isso, a santidade se mostrem nas duas obediências como para atestar uma autoridade divina, ainda que em guerra com ela mesma. Em seguida estoura o protestantismo: os católicos são vítimas de calúnias e de insultos indescritíveis, logo seguidos de pilhagens, destruições, massacres. A

⁵⁰ O quadro que segue é emprestado do livro de Charles Stanton Devas, doutor em artes pela Universidade de Oxford: *A Igreja e o Progresso do Mundo*, traduzido do inglês pelo dominicano Folghera.

Inglaterra parece, em 1540, um país devastado: as obras de arte e os tesouros do saber, acumulados durante séculos, desaparecem. A França vê suas igrejas destruídas às centenas, seus padres e religiosos imolados aos milhares; os príncipes católicos são declarados indignos de comandarem, e a religião católica é ultrajada por horribéis sacrilégios. De um só golpe, no meio desse furacão de egoísmo e de fanatismo, dois terços do seu império parecem irremediavelmente perdidos para a Igreja. Enfim, o jansenismo triunfa durante o século XVIII: a grande Igreja da França está infestada por ele até às entranhas; José II, arquiduque de Toscana, e o rei de Nápoles estão às vésperas de romper com a Santa Sé; bispos e professores discutem abertamente as doutrinas católicas; os jesuítas, campeões de Roma contra o protestantismo e o jansenismo, são perseguidos de morte em Portugal, na Espanha, na França, em Nápoles, e a ameaça de um cisma obriga o Papa a suprimir aquela guarda de elite no momento mesmo em que dela tem mais necessidade. Depois vem a Revolução, que renova os massacres dos primeiros séculos.

Esse quadro é bem lúgubre, mas o reverso não é consolador? Em cada um desses momentos o Mestre intervém. Constantino sucede a Diocleciano; o quarto, o quinto e o sexto século terminam em três conversões que constituem três esplendorosas bênçãos: a de Santo Agostinho, a de Clóvis, a dos anglo-saxões; a desolação dos séculos seguintes desabrocha em Hildebrando e nas Cruzadas; o zelo dos dominicanos, dos franciscanos, a glória da Suma Teológica de São Tomás de Aquino são, por assim dizer, a resposta de Deus à tirania imperial e à heresia albigense; a ferida do grande cisma mal está fechada e eis Fra Angelico, a flor da arte cristã, e Tomás de Kempis, a flor da mística cristã; após Lutero e Calvino aparece a verdadeira Reforma, obra do Concílio de Trento, e novas missões se estendem ao Oriente e ao Ocidente, trazendo à Igreja povos mais numerosos do que aqueles que A tinham desertado.

Nessa luta gigantesca, observemos isto, foi sempre a França que forneceu o mais disputado e o mais ilustre campo de batalha. Clóvis bate os arianos, Carlos Martelo os árabes, Carlos Magno os lombardos, Montfort esmaga os albigenses, São Luís planta a cruz diante de Túnis, os Guise e a Santa Liga triunfam sobre a morte, e hoje, entre os missionários, aqueles que saíram do coração da França são os que levam mais longe as conquistas da Igreja nos países infiéis. Como é verdadeira esta palavra da história: *Gesta Dei per Francos!*

É também na França que se vê o fronte de batalha de uma outra guerra mais íntima do que essa que acaba de ser descrita.

Os outros combates foram diferentes, parciais e, relativamente falando, de pouca duração. Era o corpo-a-corpo de dois gigantes que, após um esforço num sentido tentavam derrubar o adversário num impulso contrário. O que nos resta descrever é a luta contínua, porque deve ser decisiva; é a luta profunda que atinge as próprias fontes da vida espiritual, no indivíduo como na sociedade e na Igreja. Seu objeto é aquele que esteve, primeiramente, em litígio com os anjos, depois entre nossos primeiros pais e a serpente: naturalismo contra o sobrenatural.

Desde os primeiros dias do cristianismo esse combate se travou no fundo das almas, mas no século XV Satanás acreditou chegado o momento de transportar esse drama íntimo para o grande cenário do mundo e dele fazer a augusta tragédia que nos oferece a história dos povos cristãos desses últimos séculos.

A TENTAÇÃO DA CRISTANDADE

CAPÍTULO LVII

III.— TENTAÇÃO FUNDAMENTAL E GERAL

I. — DA RENASCENÇA À REVOLUÇÃO

Acabamos de ver que inicialmente Satanás tentou sufocar a Igreja no Seu sangue. Ele não pôde lograr êxito. Quando os pagãos puseram fim à perseguição sangrenta, viu-se o inferno fazer os maiores esforços para obter que essa Igreja se destruísse por si própria, enfraquecida que estava pelos ataques externos. Ele suscitou as heresias. Através delas ele destacava do corpo místico de Cristo membros mais ou menos numerosos e mesmo populações. Mas sucedia que aquilo que a Igreja perdia de um lado, Ela o reganhava de outro, e que, mesmo as ovelhas desgarradas, após maior ou menor aflição, voltavam ao redil.

Ele concebeu então um outro desígnio, mais digno do seu gênio infernal. Continuando a suscitar seitas, as diversas confissões protestantes que se seguiram ao jansenismo, ele raciocinou que seu triunfo estaria assegurado, e para sempre, se conseguisse formar no próprio seio da Igreja uma sociedade de homens que ficariam misturados aos católicos, como o fermento na massa, para produzir uma fermentação secreta que ele poria em desenvolvimento, se preciso por uma seqüência de séculos, mas que terminaria infalivelmente por expulsar do corpo da Igreja o espírito sobrenatural e substituí-lo pelo espírito naturalista. Ele obteria assim na terra o mesmo triunfo, mas mais completo do que conseguira no céu através da sedução da terça parte da milícia celeste. Ele esperava chegar, através desse envenenamento lento, insensível, ignorado, a uma dissolução completa do reino de Deus sobre a terra.

As duas primeiras partes desta obra descreveram esse trabalho obscuro da franco-maçonaria, porque é ela que constitui na Cristandade o fermento naturalista. Para convencer-se disso basta reler o que ela mesma disse de si própria e considerar suas obras.

Vimo-la nascer nas catacumbas de Roma no século XIV. Não contradigo aqueles que viram sociedades secretas no seio da Igreja antes dessa época. Elas existiam, emprestaram seu auxílio às diversas heresias. Mas foi somente no século XIV que se formou a sociedade que teve por objetivo substituir a religião cristã pela religião natural, não num ou noutro país, mas em toda a Cristandade, e que perseguiu esse objetivo imperturbavelmente até o dia de hoje, após acreditar ter chegado ao termo dos seus esforços com a Revolução.

Dos humanistas aos enciclopedistas, dos enciclopedistas aos modernistas, é o grito do naturalismo que se faz ouvir sempre e por toda a parte, são as instituições inspiradas pela idéia naturalista que querem substituir as instituições cristãs, tanto assim que o cardeal Pie pôde observar este fato: “A questão viva que agita o mundo é saber se o Verbo feito carne, Jesus Cristo, permanecerá sobre os nossos altares ou se Ele será suplantado pela deusa Razão”.

A seita tenebrosa que se denominou franco-maçonaria não cessou, desde o século XIV, de se desenvolver em todos os países cristãos, e depois entre todos os povos do universo. Em toda a parte ela se mistura a todas as manifestações da

atividade humana para torcê-las no sentido do objetivo que Satanás lhe destinou, o triunfo da razão sobre a fé, da natureza sobre a graça, do homem sobre Deus. Foi o que ele propôs aos anjos: Sacudi o jugo do Deus Redentor e santificador. Sede vós mesmos suficientes para vós mesmos e sereis como deuses.

“Não considerada a época em que se realizou a transformação da antiguidade pagã no cristianismo, diz o historiador Pastor, não existe outra mais memorável do que o período de transição que une a Idade Média aos tempos modernos e ao qual se deu o nome de Renascença... Desfraldou-se francamente o estandarte do paganismo. Pretendeu-se destruir radicalmente o estado de coisas existente (a civilização cristã) considerado por eles (os humanistas) como uma degenerescência”.

“Ao homem decaído e resgatado, diz Bériot, a Renascença opôs o homem nem decaído nem resgatado, que se erguia pelas únicas forças da razão e do livre-arbítrio”. O ideal naturalista de Zenon, Plutarco e Epicuro, que consistia em multiplicar ao infinito as energias do ser, tornou-se o ideal pelo qual os fiéis da Renascença substituíram, na sua conduta assim como nos seus escritos, as aspirações sobrenaturais do cristianismo. Assim Paulin Paris pôde dizer com toda verdade que o que começou a ser mudado no mundo, na época da Renascença, “foi o objetivo da atividade humana”: a ordem sobrenatural foi mais ou menos completamente posta de lado, a moral tornou-se a satisfação dada a todos os instintos, o gozo sob todas as formas tornou-se objeto de todos os desejos imoderados. A noção cristã do nosso fim foi derrubada nos corações e ao mesmo tempo estabelecia-se o divórcio entre a sociedade civil e a sociedade religiosa. “A Deus, dizia Alberti no seu Tratado de Direito, deve ser deixado o cuidado das coisas divinas. As coisas humanas são da competência do juiz”.

“A Reforma, disse Taine, é apenas um movimento particular dentro de uma revolução que começou antes dela”, retorno do cristianismo ao naturalismo.

Essa revolução teve seu desabrochar nos últimos anos do século XVIII. É exatamente o estabelecimento e o reino do naturalismo sobre as ruínas do cristianismo, perseguido pelos filósofos e depois pelos jacobinos. Barruel, nas suas *Mémoires pour servir à l'Histoire du Jacobinisme*, faz a observação desse fato: “As obras dos enciclopedistas estão repletas de indícios que anunciam a resolução de fazer suceder uma religião puramente natural à religião revelada”. Ademais, a ambição deles não se limitava a transformar a França, mas a “recomeçar a História, e, para isso, “refazer o homem nele mesmo”,⁵¹ segundo o modelo naturalista. “O grande objetivo buscado pela Revolução, dizia Boissy-d’Anglas, é reconduzir o homem à pureza, à simplicidade da natureza”, e ele pedia o retorno de uma religião “brilhante” que se apresentasse com dogmas que prometeriam “o prazer e a felicidade”.

Eles instituíram, pois, o culto da Natureza, que os humanistas tinham solicitado com seus desejos. Quando acreditaram morto o catolicismo na França, graças à guilhotina e às proscrições, puseram-se ao trabalho para instituir a religião da Natureza. Robespierre inaugurou-a com o discurso de 7 de maio de 1794: “Todas as seitas, disse ele, devem se confundir na religião nova da natureza”. O Deus da revelação foi substituído pelo Ser Supremo indicado pela razão. A própria razão foi deificada, teve seu calendário, suas décadas, suas festas, seu culto, sua moral.

Um discurso não é suficiente para instaurar uma religião; assim, a festa do Ser Supremo foi apenas o ponto de partida. Pouco tempo após a festa de 10 de agosto de

⁵¹ Ver tomo I, pág. 37.

1793, na qual as honras divinas foram rendidas a uma estátua da Natureza, erguida na praça da Bastilha,⁵² viu-se surgir uma sociedade de caráter religioso, sustentada pelos governantes, que lhe entregaram, logo após sua aparição, várias das nossas igrejas: os teofilantropos.⁵³ Na inauguração do Templo da Fidelidade, a teofilantropia é apresentada como “o culto dos primeiros humanos, do homem que sai das mãos do Ser Supremo, culto original, religião da natureza que Deus, essencialmente imutável, não pôde querer mudar”. Assim, na base da teofilantropia estava a negação formal do amor divino que quis elevar a humanidade à ordem sobrenatural.⁵⁴

Um ritual determinava o costume que devia vestir o oficiante desse culto. “Uma túnica azul-celeste, descendo do pescoço aos pés, um cinto rosa e, por cima, uma veste branca aberta na frente”. Na abertura da cerimônia, “crianças depositam sobre o altar um cesto de flores e frutos; queima-se incenso; depois o leitor começa o ofício com uma oração à qual os assistentes se associam mantendo-se de pé: “Pai da natureza, bendigo teus favores, agradeço teus dons... Digna-te receber de bom grado nossos cânticos,⁵⁵ a oferenda dos nossos corações e a homenagem dos presentes da terra que acabamos de depositar sobre teu altar em sinal do nosso reconhecimento pelos teus benefícios”.

Inútil expor aqui todo o ritual. Ele regulamenta o ofício das décadas e das regras a serem observadas nas festas: da primavera, 10 do germinal; do verão, 10 do messidor; do outono, 10 de vendemiário; do inverno, 10 do pluvioso; da fundação da República, 1º do vendemiário; da soberania do povo, 30 do ventoso; da juventude, 10 do germinal;

⁵² Ver o capítulo V, *A Revolução institui o naturalismo*.

⁵³ Temos à mão as brochuras que eles se apressaram em publicar para divulgar e espalhar a nova religião:

Da origem do culto dos teofilantropos, o que é, o que deve ser. *Discurso pronunciado no dia da inauguração do Templo da FIDELIDADE (Igreja de São Gervásio) e de MONTREUIL (Igreja de Santa Margarida)*. Ano VI da República.

MANUAL DOS TEOFILANTROPOS OU ADORADORES DE DEUS E AMIGOS DOS HOMENS. *Contendo a exposição dos seus dogmas, da sua moral e das suas práticas religiosas, com uma indicação sobre a organização e a celebração do culto*. Ano VI.

INSTRUÇÃO ELEMENTAR SOBRE A MORAL RELIGIOSA, EM PERGUNTAS E RESPOSTAS. *Redigida pelo autor do Manual dos Teofilantropos*.

RITUAL DOS TEOFILANTROPOS. *Contendo a ordem dos seus diferentes exercícios e a coletânea dos cânticos, hinos e odes adotados pelos diferentes Templos, tanto de Paris quanto dos Departamentos*. Ano VI.

COLETÂNEA DE CÂNTICOS, HINOS E ODES *para as festas religiosas e morais dos teofilantropos, precedida das invocações e fórmulas que recitam nas suas festas*.

ANO RELIGIOSO DOS TEOFILANTROPOS. *Coletânea dos discursos e extratos sobre a religião e a moral universais, para serem lidos durante o curso do ano, seja nos templos públicos, seja nas famílias*. Não possuímos o ANO RELIGIOSO, que compreendia seis volumes.

⁵⁴ Na INSTRUÇÃO ELEMENTAR SOBRE A MORAL RELIGIOSA, “Livro composto para os teofilantropos, adotado pelo júri de instrução para ser ensinado nas escolas primárias”, lêem-se as perguntas e respostas que seguem:

P. A moral fornece uma regra para distinguir o que é bom e o que é mal?

R. Sim.

P. Qual é essa regra?

R. É a seguinte máxima: “Bom é tudo aquilo que tende a conservar o homem ou a aperfeiçoá-lo. Mal é tudo o que tende a destruí-lo ou a deteriorá-lo”.

É exatamente a moral dos humanistas: e é também exatamente a dos manuais escolares de hoje.

⁵⁵ Um professor e uma professora estavam adidos a cada templo para ensinar os cantos aos alunos.

dos esposos, 10 do floreal; do reconhecimento, 10 do prarial; da agricultura, 10 do messor; da liberdade, 10 do termidor; dos anciãos, 10 do frutidor.

O ritual dessas festas começa por esta introdução: “A teofilantropia é o culto da religião natural... O autor da natureza uniu todos os homens pelo liame de uma só religião e de uma só moral, liames preciosos que é necessário evitar cuidadosamente sejam rompidos pela introdução de doutrinas e de práticas que não conviriam à toda a família do gênero humano”. O Manual que expõe os dogmas dos teofilantropos exprime este desejo: “Possa este código fazer a felicidade do mundo inteiro!” Seus dogmas reduzem-se a dois: a existência de Deus e a imortalidade da alma. Mas o que é Deus, o que é a alma, como Deus recompensa os bons, pune os maus, os teofilantropos não o sabem e não levam até aí suas pesquisas indiscretas: eles estão convencidos que há distância demais entre Deus e a criatura, para que esta possa pretender conhecê-Lo.

Se seus dogmas são simples, sua moral não o é menos. Ela se limita a esta regra, a esta única regra:

“O bem é tudo o que tende a conservar o homem ou a aperfeiçoá-lo.

“O mal é tudo o que tende a destruí-lo”.

Não foi sem motivo que demos alguma extensão à exposição do que era e do que queria ser a teofilantropia ao se estabelecer sobre a ruína da religião revelada, que a Revolução se vangloriava de ter operado.

No livro intitulado *Théorèmes de Politique Chrétienne*, monsenhor Scotti tem um capítulo no qual estabelece que o culto dos teofilantropos, que não é, diz ele, senão o deísmo ou o naturalismo, é o GRANDE ARCANO DAS SOCIEDADES SECRETAS.

É exatamente isso. A misteriosa operação que os alquimistas maçons querem fazer o gênero humano sofrer é transformar o ouro da graça, o ouro da glória oferecido e dado à humanidade pelo Amor infinito, naquilo que bem se poderia chamar de chumbo vil do naturalismo. Foi isto que eles perseguiram da Renascença até a Revolução. Eles acreditaram ter conseguido; mais do que nunca eles acreditam. A esperança deles foi vã, ela ainda o será. A alma cristã, apesar da corrupção das idéias tentada sobre ela há vários séculos e apesar dos massacres dos últimos dias, tem-se mostrado tão viva, que Napoleão se viu forçado a devolver-lhe o culto católico. Nós temos a convicção invencível que ainda será assim após o reino dos nossos Blocarts.



CAPÍTULO LVIII

TENTAÇÃO FUNDAMENTAL E GERAL

(continuação)

II. — DA REVOLUÇÃO AOS NOSSOS DIAS

Nem Satanás nem sua raça renunciaram aos seus desígnios após a derrota sofrida pela Concordata. Desde que a franco-maçonaria se reorganizou, ela retomou a perseguição com um novo ardor e com base num plano mais vasto e mais bem estudado. Poderíamos contentar-nos em rogar aos nossos leitores que se ativessem ao que foi dito precedentemente, mas é bom lembrar os principais pontos, a fim de que os fatos citados, encontrando-se assim juntos, recebam uns dos outros uma luz que ponha em evidência mais manifesta a tentação à qual está submetida a Cristandade.

Na primeira fase, isto é, da Renascença à Revolução, a conjuração anti-cristã empregou vários séculos na perversão das idéias, fazendo suceder umas às outras as opiniões opostas aos dados da fé, e despendendo o tempo necessário a fazê-las penetrar de uma região a outra, das classes superiores nas inferiores. Julgava ela que estando assim preparados os espíritos, um vigoroso impulso bastaria para fazer ruir o edifício eclesiástico.

Chegado o momento, o abalo foi produzido com uma impetuosidade, com um furor ao qual nada resistiu.

Essa rapidez e essa violência foram a própria causa da reação que se impôs.

Esclarecida por essa experiência, a seita julgou que para ter êxito na sua segunda empresa devia caminhar lentamente para chegar com segurança, não somente com o trabalho dos intelectuais sobre a opinião pública, mas também com o trabalho preliminar que outros dos seus agentes devem buscar na ordem dos fatos, a destruição da instituição temporal da Igreja. “O trabalho que vamos empreender, está dito nas Instruções secretas que foram redigidas por ocasião da reorganização da franco-maçonaria, não é obra de um dia, nem de um mês, nem de um ano; pode durar vários anos, talvez um século; mas nas nossas fileiras o soldado morre e o combate continua”.

A primeira coisa que se fez no momento mesmo em que o culto católico era restabelecido foi desconsiderá-lo aos olhos das populações, fazê-lo decair do nível que lhe conferiu sua instituição divina. Para isso foi empregada a igualdade civil dos cultos. Vimos a tenacidade de Napoleão em estabelecê-la na Concordata e em dar-lhe nos artigos orgânicos estabilidade e meios para se impor. Ouvimos o brado de Pio VI: “Sob essa igual proteção dos cultos se esconde e se disfarça a mais perigosa e a mais astuciosa perseguição que seja possível imaginar contra a Igreja de Jesus Cristo, com o escopo de que as forças do inferno possam prevalecer contra Ela”.

Da Concordata e da legislação francesa a máquina desorganizadora foi transportada para a Convenção européia chamada “Santa Aliança”. “Se o espírito que produziu essa peça tivesse falado com clareza, observa J. de Maistre, leríamos no alto: Convenção pela qual tais e tais príncipes declaram que todos os cristãos são uma só

família que professa a mesma religião e que as diferentes denominações que os distinguem nada significam”.

A igualdade fora concedida até então apenas aos cultos cristãos; a seita aproveitou-se da revolução de 1830 para introduzir os judeus, e do Segundo Império para fazer entrar os muçulmanos.

Da mesma forma, desde o dia seguinte ao da Concordata, em lugar de permitir à Igreja da França reconstituir seu patrimônio, como tinha sido estipulado, adotaram-se providências, multiplicadas com o tempo, cujos efeitos só foram percebidos quando concluída a espoliação que se seguiu à separação entre a Igreja e o Estado. As compras de terras não foram mais autorizadas, as fundações tiveram que ser feitas com rendas do Estado, as igrejas, os presbitérios, os bispados foram pouco a pouco declarados propriedades dos municípios, dos Departamentos, do Estado. Queriam ver chegado o momento em que pudessem tirar da Igreja da França todas as suas propriedades, e com isso não mais deixar-lhe nenhum contacto com a terra, Ela que, não obstante, não é uma sociedade de puros espíritos. Ao mesmo tempo expulsava-se o clero católico de todas as administrações escolares, hospitalares etc., nas quais podia manter relações com a sociedade e exercer alguma influência.

Mas a seita tinha objetivos mais altos. A Igreja da França é apenas uma Igreja particular. Ela aplicava-se muito em obter que o exemplo da França fosse seguido por outras nações. Mas o que mais importava à realização dos seus desígnios era volatilizar também a instituição temporal da Igreja, chefe de todas as igrejas, *caput omnium Ecclesiarum*, como ela fazia ir pelos ares as Igrejas particulares. Foi a primeira das missões confiada à Grande Loja. Ela o conseguiu através do poder que exercia mais ou menos diretamente sobre os Governos. O Piemonte, com o auxílio de Napoleão e a conivência dos governos dos outros países, conseguiu fazer desaparecer os Estados da Igreja, tirou dos Papas o prestígio e a autoridade que eles detinham na qualidade de soberanos temporais, iguais aos reis e aos imperadores, e mesmo superiores a todos em razão da antiguidade e da eminência de sua dignidade.

Quando todos esses pontos de apoio terrenos que os séculos, a sabedoria dos homens e a Providência de Deus tinham dado à Igreja foram-lhe tirados, veio a separação entre a Igreja e o Estado, operada primeiramente na França para servir de exemplo e de preparação para as outras nações católicas.

Sabemos com que perfídia a seita combinara essa operação. Ao mesmo tempo em que cortava o último cabo que ainda ligava a Igreja e a sociedade e impossibilitava dali em diante todas as relações entre esses dois mundos, ela pensava em cortar, através dos atrativos dos bens temporais, o outro cabo, aquele que une a Igreja da França à Igreja mãe e mestra. Ela prometia uma fruição precária desses bens a quem quisesse desconhecer a hierarquia, sua autoridade e sua existência.

Por intermédio desses meios progressivos e tão sabiamente arranjados, a Igreja da França devia, no pensamento da seita, desaparecer.

Tudo isso era apenas a primeira parte do programa, o trabalho de destruição necessário para o estabelecimento de uma religião natural.

Não basta, com efeito, que a Igreja, órgão do sobrenatural no mundo, desapareça, é preciso que a religião revelada seja substituída pela religião natural. É por esta que Satanás pode tomar posse do seu império, sem deixar de dar satisfação à necessidade religiosa que inquieta toda criatura intelectual que não chegou ao final da sua degradação.

Satanás não manifesta o objetivo que busca àqueles que usa para alcançá-lo. Ele empurra este por um caminho e aquele por outro. Sob esse impulso, ele deixa vários irem além do limite que ele marcou. Mas ele sabe o que quer, e não podemos ignorá-lo quando consideramos o conjunto dos movimentos que imprime. Eles convergem para o naturalismo, tendem a estabelecer uma religião humanitária sobre as ruínas da religião trazida do céu pelo Filho de Deus.

Os instrumentos dos quais se serve, e que vemos em ação há um século, têm dele, senão a evidência, pelo menos um sentimento instintivo.

Que disse Waldeck-Rousseau quando inaugurou em Toulouse a atual fase da perseguição? Mostrou duas sociedades em conflito: “a democrática” trazida pela grande corrente da Revolução, e a católica, que ele não nomeou, mas designou suficientemente ao dizer que ela sobreviveu ao grande movimento do século XVIII. Tomando partido nesse conflito, anunciou que atacaria inicialmente as primeiras fileiras do exército do Divino Redentor e Santificador: as congregações e as ordens religiosas.

“É preciso acabar com isso, dissera antes dele Raoult Rigault, faz cento e oitenta anos que isso dura”. Com efeito, fazia então cento e oitenta anos que Satanás perdera o seu império e que se esforçava em reconquistá-lo.

Falando mais francamente do que Waldeck-Rousseau, Viviani declarou que o objetivo da guerra que nos fazem é “opor à religião divina a religião da humanidade”. Antes dele Gambetta dissera: “A luta entre os agentes da teocracia romana e os filhos de 89”. Bourgeois: “É preciso buscar a vitória do espírito da Revolução, da Filosofia e da Reforma sobre a afirmação católica”. Viviani subiu de novo à tribuna para dizer: “Estamos face a face com a Igreja Católica” e isso para “a direção a ser dada à humanidade”. A Igreja a conduz ao céu, nós queremos trazê-la de volta para a terra. Nessa mesma sessão Pelletan foi ainda mais explícito: “O grande conflito está empenhado entre os Direitos de Deus e os Direitos do Homem”; o direito de Deus, o direito do Seu amor, o direito da Sua natureza, que é o Bem, de se difundir, de se comunicar até o dom de uma participação na Sua natureza divina; e o direito do homem de ouvir seu egoísmo, de se confinar em si mesmo e aí triunfar sobre Deus e Seu amor. “A Revolução, disse Lafargue, é o triunfo do homem sobre Deus”.

“É chegada a hora de optar entre a antiga ordem que se baseia na Revelação e a nova ordem, que não reconhece outros fundamentos além da ciência e da razão humana”.⁵⁶ “O esforço deve ser supremo”.⁵⁷ “É o grande duelo entre a religião e o livre-pensamento”.⁵⁸

Quando sobreveio na maçonaria a querela a respeito de manter ou dispensar o Ser Supremo, o *Monde Maçonnique* interveio para dizer: “Existe somente uma religião, uma só verdadeira, uma só natural, a religião da humanidade”. Dizendo isso o *Monde Maçonnique* apenas observava qual era a doutrina constante da franco-maçonaria. Gustave Bord, um dos que melhor a estudaram, pôde resumir assim suas verificações: “A franco-maçonaria é uma *seita religiosa* que, após algumas tentativas, se organizou sobretudo na Europa por volta de 1723, professou uma doutrina humanitária e se sobrepôs às outras religiões”.

⁵⁶ Boletim da Grande Loja Simbólica no dia seguinte ao da publicação da Encíclica de Leão XIII sobre a franco-maçonaria.

⁵⁷ O orador da Convenção de 1902.

⁵⁸ *Action*, por ocasião do caso Ferrer.

Tudo isso confirma as palavras de monsenhor Scotti: “O grande arcano das sociedades secretas é o naturalismo”; e as de Leão XIII: “O desígnio supremo da franco-maçonaria é destruir de alto a baixo toda a disciplina religiosa e social nascida das instituições cristãs e substituí-la por uma nova, cujo princípio e leis fundamentais são tirados do naturalismo”. “Venho buscar a luz, deve dizer o recipiendário no dia da sua iniciação, porque meus companheiros e eu estamos perdidos na noite que cobre o mundo”, desde o tempo em que ele está envolvido pelas trevas da *superstição*; quer dizer, desde que as superfluidades místicas vieram se impor à razão, desde que deveres empíricos desviaram as consciências, desde que as falaciosas promessas de além-túmulo redundaram no abandono da busca dos verdadeiros bens, aqueles que a natureza nos oferece tão liberalmente.

É, pois, a insinuação do naturalismo que é a insinuação-mãe, aquela da qual derivam ou aquela com a qual se relacionam todas as insinuações que a franco-maçonaria espalha pelo mundo desde as suas origens. E o naturalismo é exatamente a tentação suprema à qual Satanás submete a Cristandade desde que ele soube construir para auxílio dessa intenção esse maravilhoso organismo que é a franco-maçonaria. Através dela ele continua no nosso mundo o combate, o mesmo combate que levantou no céu nas primeiras horas da criação do mundo e que se apressou novamente em suscitar nos primeiros dias da existência do gênero humano. O cidadão Sibrac tinha o sentimento dessa continuidade quando, em 1866, no Congresso do livre-pensamento realizado em Bruxelas, convocava as mulheres para a Grande Obra dizendo: “Foi Eva quem lançou o primeiro grito de revolta contra Deus”. E os instituidores da franco-maçonaria bem assinalaram que essa perspectiva não lhes era desconhecida quando deram às lojas como brado de admiração e de aprovação essa exclamação: Eva! Eva!

A seita, por ela mesma ou por aqueles que de perto ou de longe sugestiona, tem desempenhado o papel que lhe foi designado com uma amplitude, uma perseverança e uma eficácia cujos resultados encham de assombro mesmo aqueles que a ela pertencem. Que nossos leitores se lembrem do que dissemos a respeito das associações criadas em todos os pontos do mundo para abater as barreiras doutrinárias, no seio do catolicismo como em todas as seitas, e assim preparar o terreno religioso para o estabelecimento da “religião do futuro”, do “judaísmo dos novos dias”.⁵⁹

Essa religião já toma forma na América. “A religião americana, diz Barge,⁶⁰ tem dois caracteres que a definem; ela é *social* e ela é *positiva*; social, quer dizer, mais preocupada com a sociedade do que com os indivíduos; positiva, quer dizer, mais curiosa relativamente ao que é humano do que ao que é sobrenatural”. E Strong, no início do seu relatório oficial para a Exposição de 1900: “Hoje a religião se envolve menos com o futuro do que com o presente. A religião, servindo ao progresso terreno, confunde seu objetivo com o das ciências morais e sociais”, quer dizer, se humaniza, se naturaliza.

⁵⁹ Sintetizamos nesta obra o que a respeito relatamos no *Problème de l'Heure Présente*. E quantos fatos novos vieram em confirmação desde a publicação daquele livro.

⁶⁰ *La Religion dans la Société aux Etats-Unis*.

No livro que acabamos de citar, Bargy tem um capítulo intitulado: *Uma paróquia americana*, que pode ser apresentado como o tipo, aperfeiçoável, dos futuros grupos religiosos baseados no naturalismo.

A paróquia está dividida em clubes: clube dos homens, clube dos jovens, clube das moças. Admitem que não podem organizar as mulheres casadas em clubes porque os cuidados da casa as retêm nos seus lares. Há, não obstante, algumas instituições para elas.

No clube dos homens: há três sessões de ginástica por semana; toda terça-feira uma reunião para discussão das questões sociais; e toda quinta-feira, dança.

No clube dos jovens: toda segunda-feira aulas de aritmética, ortografia, leitura e caligrafia; três vezes por semana sessão de ginástica e banhos; terça-feira, dança; quarta-feira, exercícios militares e outros.

No clube das moças: todos os dias aulas de costura, moda, culinária; três vezes por semana, aula de cultura física; duas vezes por semana, aulas de leitura; cinco vezes aulas de estenografia e datilografia.

Os pastores favorecem a dança. Concertos, peças representadas pelos membros servem assim para criar uma atmosfera social... A vida interna e íntima da paróquia reside nos clubes. Mas sua ação se estende para fora dos clubes através da clínica, da oficina de auxílios, e sobretudo através de duas obras de mutualidade: a agência de empregos e a associação de empréstimos.

As Igrejas assim organizadas do ponto de vista da ação social são chamadas "Igrejas institucionais". A Igreja institucional criou um novo tipo de pastor: o pastor homem de negócios. "O diretor de uma fábrica, diz o *Evening Post*, não precisa de mais talento para a ação do que o chefe de uma Igreja moderna com a multiplicidade das suas obras. Não há lugar para a teologia num homem que preside seis comissões numa tarde. A Igreja institucional não formará Tomases de Aquino".

Um dispêndio tão grande de atividade e de dinheiro teria, pelo menos, uma finalidade espiritual? Bargy questionou-se a respeito. Ele responde: "As Igrejas da Europa levam o dogma tão a sério que tudo o que elas fazem de humano parece a seus adversários um caminho secreto que leva ao dogma; mas quase nunca vem ao espírito de um americano vislumbrar numa boa obra um sentido oculto dogmático. As obras sociais transformam-se na própria existência dessas Igrejas. Para os jovens ministros da nova escola são as obras que constituem o encanto do seu trabalho. No pensamento do clero, a obra humanitária não está subordinada à obra eclesiástica; quando a equipe de futebol comparece ao serviço (religioso) da noite, ele se rejubila, mas quando a coleta da noite fornece dinheiro para o futebol ele não se rejubila menos. Da mesma forma, os membros das obras amam-nas por si mesmas; é a única forma de religião de muitos amam; os americanos têm uma tendência a não compreender outro culto que não seja a ação; as obras não são para eles um auxílio para a religião, elas são a própria religião".

Existe em Nova Iorque uma "Conferência Religiosa do Estado de Nova Iorque"; ela estimula os outros Estados a constituírem confederações semelhantes. Todo ano ela realiza uma assembléia geral. A sessão de 1900 reuniu representantes de onze seitas, entre elas a dos judeus. Suas sessões da manhã realizam-se no "Edifício das Caridades Reunidas", e as da tarde em diversas igrejas, por revezamento. Na sessão de 1900 os conferencistas discutiram, entre outras questões, estas que bem mostram o espírito e as tendências dessas associações: "possibilidade de um culto comum", "a religião, princípio vital de uma democracia". Um rápido serviço religioso ocorre nas

sessões da tarde; e uma comissão formada por dois pastores e um rabino propôs um “Manual do Culto Comum”, composto de orações tiradas dos ofícios judeus, fragmentos da liturgia cristã, antiga e moderna, e extratos das Sagradas Escrituras adotados pelos judeus, cristãos e sociedades morais”.

Stanley-Root, encarregado, pelo jornal de Nova Iorque mais preocupado com as questões religiosas, de uma pesquisa sobre a Igreja moderna, observou de perto esses ministros do novo modelo e concluiu assim: “PERMUTA É A PRIMEIRA E A ÚLTIMA PALAVRA DO CRISTIANISMO...”

Essa mentalidade dos americanos explica porque eles põem ardor no seu trabalho, na conquista da fortuna, uma espécie de sentimento que eles chamam de religioso.

“Acredita-se, diz Bargy, que os americanos têm o gosto pelo bem-estar. Absolutamente não é isso, eles têm o gosto pela religião. O culto deles pela civilização material tem todos os caracteres da ilusão religiosa. Eles se imolam verdadeiramente a Maloch, como os mártires voluntários de Cartago”.⁶¹

Tal é o esboço atualmente existente da religião natural. Esse culto naturalista certamente encontrará melhor acolhida do que aquele inventado pelos seguidores de Robespierre e pelos teofilantropos.

Dir-se-á: foi entre os protestantes que nasceu, não sairá do meio deles. Que ninguém se engane. Mais de uma paróquia católica na América o adotou, mais ou menos inteiramente. E entre nós a democracia-cristã não empurra o clero nesse sentido?

O ex-abade Hébert permitiu-se dizer: “Não é verdade que nos dias atuais a fé ativa e viva não é encontrada mais numa Casa do Povo do que numa Catedral, num Laboratório, num Armazém Cooperativo do que em numerosos conventos?” É um exagero que chega às raias da mentira. Mas não poderia ele citar tendências e fatos que cobririam essa mentira com uma certa aparência de verdade?

Ao lado do culto humanitário tomarão lugar os cultos propriamente luciferinos que assim vimos se formar, como na Igreja Católica se encontram as Ordens e as Congregações religiosas mais direta e plenamente dedicadas ao culto de Deus.



⁶¹ Ver, para mais detalhes, o livro *Le Problème de l'Heure Présente*, capítulo XLVIII.

CAPÍTULO LIX

TENTAÇÃO FUNDAMENTAL E GERAL

(continuação)

III. — NO MOMENTO ATUAL

A. d'Estienne, tratando do problema religioso na *Revue Moderniste Internationale*,⁶² diz: "O admirável progresso das ciências naturais e históricas, encolhendo cada dia mais o domínio do sobrenatural, acabou por eliminá-lo completamente e por criar uma mentalidade hostil a toda idéia religiosa que se presume estar baseada nele... Essa crise não poderia ser apaziguada senão sob a condição de tornar aceitável a concepção religiosa, recriando-a e interpretando-a de novo segundo as exigências da ciência moderna. Criamos a ciência de que precisávamos, criaremos a religião de que precisamos... Não perco tempo em discutir a concepção materialmente exterior da religião, fundada sobre uma revelação mais ou menos direta e pessoal de Deus; essa concepção é doravante estranha à nossa atual mentalidade... Aquilo de que o homem tem necessidade neste momento, não é mais de confiança num ser infinito, mas de confiança na *sua natureza capaz de evoluir e de progredir ao infinito*... O estado atual da nossa mentalidade religiosa exige uma expressão *completamente desvinculada de qualquer apanágio sobrenatural*... Assim como a filosofia, também a religião deve se humanizar... É todo um mundo de teocracia, mundo milenar, que se esboroa, mas é um novo ser que nasce: o homem fonte da sua própria fonte, finalidade da sua própria atividade, luz da sua própria consciência, e criador eterno de si mesmo: o Homem-Deus".

Basta lançar um olhar em torno de si para convencer-se de que as coisas não estão nesse ponto para todos. Mas que este é o resultado muito nitidamente marcado da tentação que Lúcifer faz a Cristandade sofrer desde o século XIV, que muitos tenham chegado a esse limite, e que a massa seja arrastada para isso, nada de mais certo.

A tentação que trabalha, que perturba o mundo há cinco séculos jamais foi tão nitidamente exposta como nessas palavras: o mundo da teocracia, mundo milenar, deve se esboroar. Ele é doravante estranho à nossa atual mentalidade, hostil a qualquer idéia religiosa que estiver baseada no sobrenatural. Esse esboroamento causa ou causará um vazio na alma humana naturalmente religiosa. Esse vazio pede para ser preenchido. Como? Tornando aceitável a concepção religiosa. Como a concepção religiosa pode ser tornada aceitável à mentalidade moderna? Recriando-se-a, interpretando-se-a de novo segundo as exigências da ciência moderna. Criamos a ciência de que precisávamos; criaremos a religião de que precisamos. Quais são as exigências dessa criação? A nova religião não pode mais ser uma religião exterior, quer dizer, uma Igreja, e sobretudo uma Igreja fundada numa revelação mais ou menos direta e pessoal de Deus. Nossa mentalidade exige uma expressão completamente desvinculada de qualquer apanágio sobrenatural. Assim como a filosofia se

⁶² Número de março de 1910, p. 91-96.

humanizou, também a religião deve se humanizar. Ela deve ser feita não mais de confiança num ser infinito, mas de confiança na natureza humana capaz de evoluir e de progredir até o infinito a partir desse novo ser que a ciência criou para nós, desse ser desvinculado do sobrenatural, fixado no naturalismo: o homem fonte da sua própria consciência, criador eterno de si mesmo; e por isso tornado Homem-Deus.

É, em algumas palavras, todo o fundo do modernismo do qual nosso Santo Padre o Papa Pio X disse na Encíclica *Pascendi dominici gregis*: “Quem poderá espantar-se que Nós o definamos como o encontro de todas as heresias. Se alguém se tivesse imposto a tarefa de recolher todos os erros que existiram contra a fé e de concentrar sua substância como o sumo, num só, verdadeiramente não teria tido melhor êxito. Ainda não é bastante dizer: os modernistas não arruinam somente a religião católica, mas toda a religião para chegarem à “identidade do homem e de Deus, quer dizer, ao panteísmo”.

O que torna essa tentação tão radical, infinitamente perigosa, como observa S. S. Pio X, “é que não há por que procurar hoje os artífices do modernismo entre os inimigos declarados. Eles se escondem, e isto é objeto de apreensão e de angústia muito vivas, no próprio seio e no coração da Igreja, inimigos tanto mais temíveis quanto menos abertamente o são. Falamos de um grande número de católicos leigos e, o que é ainda mais deplorável, de padres que, sob aparência de amor à Igreja, absolutamente curtos de filosofia e de teologia sérias, impregnados, ao contrário, até às entranhas de um veneno de erro haurido junto aos adversários da fé católica, assaltam, audaciosamente, em falanges serradas, tudo o que há de mais sagrado na obra de Jesus Cristo... Não é de fora, mas de dentro que eles tramam sua ruína... Amalgamando neles o racionalista e o católico, eles o fazem com tal refinamento de habilidade que ludibriam facilmente os espíritos inadvertidos”.

O Padre Weiss, no seu livro *Le Péril Religieux*, mostra a extensão e o império que o modernismo conquistou no mundo dos “intelectuais”. Ele termina o penúltimo capítulo de sua obra com estas palavras, que constituem a conclusão de todas as citações que ele tomou dentre uma multidão de autores e dentre todos os fatos que ele relata: “O homem moderno considera a “humanidade” como seu próprio Deus, e se comporta como seu próprio mestre e senhor, não somente em relação aos outros homens, mas em relação a Deus. Se se desejar indicar o lugar que o homem ocupa no pensamento moderno, não existe outra palavra a empregar senão *homoteísmo*, empregada por Léo Berg, ou então *egoteísmo*, empregada por Kircher. Não se pode imaginar maior contraste com a concepção cristã do homem”. Acrescentemos que não podemos conceber nada mais perfeitamente idêntico à atitude dos anjos rebeldes em face de Deus no dia da grande tentação.

De nenhum modo se pense que esse estado de espírito e de coração esteja confinado ao círculo dos “intelectuais”. A literatura derrama esse veneno em silêncio, gota a gota, nas veias do público, de todo o público. Não se passa um dia sem que os jornais, revistas, magazines etc., insinuem esse veneno no coração de milhões de indivíduos, aqui num artigo de fundo, ali numa novela, acolá numa correspondência ou nota breve.

“É indubitado, escrevia recentemente um publicista, Maurice Talmeyer, que, desde o século XVIII, tem sempre havido, permanentemente, uma conjuração filosófica e literária — seja extremamente prudente, seja extremamente audaz — para arrancar dos nossos espíritos não somente toda a espécie de catolicismo, mas toda a crença em qualquer sobrenatural. É igualmente certo que essa conjuração, no momento atual,

alcança seu máximo, sempre medindo sua ação nos meios em que ela deve ser exercida”.

A ação da literatura sobre a opinião pública, não obstante se exerça todos os dias sobre a multidão, não foi julgada suficientemente rápida pelos conjurados, nem suficientemente decisiva, e por isso foi instituída a escola pública. Graças a ela, diz Payot no seu *Cours de Morale* (p. 199), “toda a idéia sobrenatural logo terá desaparecido”. A imagem que ele emprega para exprimir esse pensamento é bem elaborada para inspirar ao professor e através deste ao aluno o mais profundo desprezo por qualquer objeto da fé cristã:

“É somente no mar, onde o rio mistura suas águas às águas dos outros rios, que a lama que ele transporta cairá no fundo. Assim acontece com as civilizações, as filosofias e as religiões, que perderão suas crenças turvas e se decantarão apenas na religião universal que reunirá as consciências superiores liberadas das estreitezas das hipóteses e dos dogmas que dividem”.

E em outra parte, no prefácio desse mesmo livro:

“Quanto à crença no sobrenatural, ela atenta contra a educação do juízo da causalidade, já lento em se despertar; ora o juízo da causalidade é a característica dos espíritos sãos e vigorosos. Se cada qual observasse as causas reais dos seus fracassos, dos seus sofrimentos, quantos progressos na arte de viver! Assim, a crença no sobrenatural, que, teoricamente, é uma doutrina de nada, é perigosa para a educação, porque expõe o espírito a perder o contacto com a realidade, quer dizer, com o rarefeito conjunto das leis cujo conhecimento garante nossa liberdade. Ela dá asas e autoridade à imaginação enganosa, mestra do erro e da falsidade, poderosa inimiga da Razão”.⁶³

“A escola, dissera Spuller por ocasião da instituição da escola neutra e quando ele mesmo fora Ministro da Educação,⁶⁴ a escola, eis, doravante, o templo da fé dos novos tempos”, dos tempos em que todo pensamento sobrenatural estará ausente dos espíritos, em que não haverá outra fé além daquela concedida pelos ditos dos doutos, desses doutos que fazem da natureza o único Deus cognoscível.

É inútil insistir. A questão da neutralidade escolar, da sua finalidade e das suas conseqüências, foi tratada abundantemente demais, por ocasião da discussão das últimas leis educacionais, para que não esteja presente no espírito dos nossos leitores. Observemos, no entanto, que se o ensino atualmente dado à infância chega até a arruinar os fundamentos da própria religião natural, até a negar a existência de Deus, a espiritualidade da alma etc., aquele que inspira nossos legisladores sabe que um dia ou outro far-se-á infalivelmente uma reação, porque o homem é feito de tal maneira que não pode ficar sem religião. Mas ele espera que, estando inteiramente extirpada do espírito humano a própria noção do estado sobrenatural ao qual fomos chamados, os homens não retornarão a ela, não poderão voltar a ela, e que, estando mergulhados na miséria ou no ateísmo, não terão outras aspirações senão aquelas que pertencem à natureza, à inteligência e ao coração confinados nos seus limites naturais. Eles terão então conduzido a humanidade ao ponto em que o tentador a quer, para que possa de novo reinar sobre ela, e isso dali para sempre, tendo sido desprezada a Redenção e rejeitado o Redentor.

⁶³ 2ª edição, página XI.

⁶⁴ Discurso pronunciado em Lille, em 1889.

Quando J. de Maistre, nos primeiros momentos da Revolução que foi o ponto culminante da primeira fase da tentação naturalista, dizia dela: “Ela é satânica”, ele absolutamente não via o por que dessa invasão de Satanás no nosso mundo; ele observava o fato, ele via os jacobinos movidos pelos espíritos infernais, ele não tinha o termo da intervenção deles, não conhecia o último pensamento de Lúcifer: atirar a França, e com ela a Cristandade, no naturalismo para readquirir assim o império sobre a humanidade decaída uma segunda vez.

A obra avança, essa obra da suprema iniquidade e da infidelidade radical. O apóstolo São Paulo preveniu-nos contra o “mistério da iniquidade”. Essa palavra mistério não designava uma trama secreta? Nós a fazemos remontar ao século XIV porque então ela começou a se manifestar; mas o apóstolo São Paulo já a via formar-se aos seus olhos divinamente esclarecidos. Esse mistério de iniquidade era por ele também chamado de grande apostasia. Ela se consuma aos nossos olhos.

Ferdinand Bouisson percebeu-a nestes termos: “O Estado sem Deus, a escola sem Deus, a prefeitura sem Deus, o tribunal sem Deus, assim como a ciência e a moral sem Deus, é simplesmente esta a concepção de uma sociedade *humana* que quer basear-se exclusivamente na *noção humana*, nos seus fenômenos e nas suas leis. Separar da Igreja a nação, a família, os indivíduos — empurrada por um maravilhoso instinto das suas necessidades e deveres próximos, a democracia se prepara”.

Assistimos à secularização absoluta do governo e das leis, do regime administrativo e da economia social, da política interna e das relações internacionais. Tudo isso se libertou da Igreja, do Redentor e do Céu. É o fato dominante da nova sociedade.

E a esse fato numerosos católicos se unem. Eles dizem que as sociedades, até então cristãs, podem eliminar da vida pública todo elemento sobrenatural e se recolocar nas condições que crêem ser o direito da natureza. Eles até vêem nisso um progresso. Eles o chamam de “O progresso”, o melhoramento por excelência!

E isso que aplaudem fora deles, a isso tendem eles próprios, por sua própria conta.

Pode ser de outra maneira? “Os cidadãos permanecem sempre grandemente expostos a essa doença do naturalismo nos países em que o naturalismo for admitido como estado normal e legítimo das instituições e das sociedades públicas”.⁶⁵

O cardeal Pie recolheu dos lábios de uma das vítimas desse estado social estas palavras que pretendem ser uma justificação do naturalismo individual:

“A Deus não agrada que eu me relacione, pelo menos deliberadamente, a essa vida grosseira dos sentidos que assimila o ser inteligente ao animal sem razão! Essa vida ignóbil é indigna de um espírito educado, de um coração nobre e bem formado: repudio o materialismo como uma vergonha para o espírito humano. Professo abertamente as doutrinas espiritualistas; quero, com toda a energia da minha vontade, viver a vida do espírito e observar as leis exatas do dever. Mas vós me falais de uma vida superior e sobrenatural: vós desenvolveis toda uma ordem sobre-humana, baseada principalmente no fato da encarnação de uma pessoa divina; vós me prometeis, para a eternidade, uma glória infinita, a visão de Deus face a face, o conhecimento e a posse de Deus, tal como Ele se conhece e Se possui a Si mesmo;

⁶⁵ Cardeal Pie, t. II, p. 402.

como meios proporcionados a esse fim, vós me indicais os diversos elementos que formam, de alguma maneira, os instrumentos da vida sobrenatural: fé em Jesus Cristo, preceitos e conselhos evangélicos, virtudes infusas e teologais, graças atuais, graça santificante, dons do Espírito Santo, sacrifício, sacramentos, obediência à Igreja. Admiro essa elevação de vistas e de especulações. Mas, se me envergonho de tudo quanto me coloque abaixo da minha natureza, também não tenho nenhum atrativo por aquilo que tenda a elevar-me acima dela. *Nem tão baixo, nem tão alto*. Não quero passar-me *por animal, nem por anjo*; quero permanecer homem. Ademais, aprecio muitíssimo minha natureza; reduzida aos seus elementos essenciais e tal como Deus a criou, e a considero suficiente. Não tenho a pretensão de chegar, após esta vida, a uma felicidade tão inefável, a uma glória tão transcendente, tão superior a todos os dados da minha razão; e, sobretudo, não tenho a coragem de submeter-me aqui embaixo a todo esse conjunto de obrigações e de virtudes sobre-humanas. Serei, pois, reconhecido a Deus por suas generosas intenções, mas não aceitarei esse favor, que seria para mim um fardo. É da essência de todo privilégio o poder-se recusá-lo. E posto que toda essa ordem sobrenatural, todo esse conjunto da revelação é um dom de Deus, gratuitamente acrescentado por Sua liberalidade e por Sua bondade às leis e aos destinos da minha natureza, restringir-me-ei à minha condição primeira”.

Assim fala o “homem de bem”.

Tal tinha sido, pelo menos de modo equivalente, o raciocínio de Adão, quando o tentador lhe disse: “Sereis com deuses, encontrareis vossa suficiência em vós mesmos”. Tal foi o raciocínio de Lúcifer.

Como observa o cardeal Pie, a pretensão daquele que quer se enclausurar no naturalismo, viver a vida da razão sem participar da vida sobrenatural, é uma pretensão praticamente quimérica e impossível; porque, depois do pecado do primeiro pai, o homem foi ferido na sua natureza; ele é doente no seu espírito e na sua vontade. Ele não é capaz por ele mesmo nem de conhecer toda a verdade, nem de praticar toda a moral, mesmo natural, menos ainda de sobrepujar todas as tentações da carne e do demônio sem uma luz e uma graça do alto.

Mas, além disso, esse raciocínio não reconhece o domínio soberano de Deus, o Qual, após ter tirado o homem do nada, conservava o direito de aperfeiçoar Sua obra e elevá-la a um destino mais excelente do que aquele inerente à sua condição natural. Destinando-nos uma vocação sobrenatural, Deus praticou um ato de amor, mas também praticou um ato de autoridade. Ele deu, mas, dando, quer que se aceite. Seu favor torna-se um dever para nós. A qualidade de filho de Deus, o dom da graça, a vocação para a glória, aí está uma nobreza que obriga; todo aquele que falta a esse dever é culpado.

Acrescentemos que aquilo que obriga os indivíduos obriga as nações. Criando o homem essencialmente social, Deus não pôde querer que a sociedade humana fosse independente dEle. Desde que a plenitude das nações entrou na Igreja, a ordem sobrenatural impõe-se a elas, como se impõe a cada um de nós. Elas não têm o direito de se tornarem apóstatas. Se o fazem, tal não-reconhecimento dos direitos de Deus não podem pretender a impunidade. *Peccatum peccavit Jerusalem; propterea instabilis facta est*. A França cometeu o pecado de abandonar a Deus, e por causa disso não sabe mais como manter-se de pé; e sempre cambaleante, rolando de queda em queda, de abismo em abismo, de catástrofe em catástrofe, procura em vão suas condições de equilíbrio e de estabilidade. Todos os que a glorificavam vieram tomá-la

em comiseração, se não em desprezo, vendo essas humilhações. *Omnes qui glorificabant eam, spreverunt illam quia viderunt ignominiam ejus.*

Será preciso fazer ouvir uma voz mais humana?

Já em 1834 Guizot fazia esta advertência:

“Imaginamos o que se tornaria o homem, os homens, a alma humana e as sociedades humanas, se a religião fosse efetivamente abolida, se a lei religiosa realmente desaparecesse? Não quero expandir-me em queixas morais e em pressentimentos sinistros; mas não hesito em afirmar que não há imaginação que possa representar-se, com suficiente verdade, o que aconteceria a nós e ao nosso redor, se o lugar ocupado pelas crenças cristãs ficasse vazio de repente, e seu império aniquilado. Ninguém conseguiria dizer em que grau de rebaixamento e de desregramento cairia a humanidade”.

Gladstone disse a mesma coisa:

“Do dia em que o divórcio entre o pensamento humano e o cristianismo for consumado datará o irremediável início da decadência radical da civilização no mundo”.⁶⁶



⁶⁶ Discurso na Universidade de Glasgow, 1879.

A DERROTA DO TENTADOR

CAPÍTULO LX

A MULHER QUE GUERREIA EM NOME DE DEUS

Desde o fim da Idade Média, pois, existe na Cristandade um impulso contínuo exercido não somente sobre os indivíduos, mas também sobre os povos enquanto povos, e que visa a mudar a finalidade que a atividade humana se propusera alcançar, baseada na palavra de Cristo. Essa finalidade era a vida eterna. Os usos, costumes, leis e instituições foram se formando pouco a pouco sob esse princípio. Desde a Renascença existe uma tendência contrária que se fortifica e desenvolve a cada dia: dar como finalidade à toda atividade social e pessoal a melhoria das condições da vida presente para chegar a um gozo mais pleno e mais universal. “O século XIV abriu o caminho, diz Taine, e depois, cada século só se ocupou em preparar na ordem das idéias novas concepções, e na ordem política novas instituições (correspondentes ao novo ideal). Desde aquele tempo a sociedade não mais reencontrou seu guia na Igreja e a Igreja sua imagem na sociedade”.

As nações jamais se recolocarão sob a conduta da Igreja? A Igreja jamais verá novamente os povos darem ouvidos e abrirem os corações ao Sermão da Montanha? Ou será preciso que doravante Deus se contente em colher almas no meio de uma sociedade que se afastará cada vez mais dEle? A idéia da civilização cristã subsiste sempre em numerosos espíritos, ela desperta em diversos deles, e a Igreja está sempre presente para mantê-la e lembrá-la. Terminará ela por retomar a ascendência sobre a idéia da civilização naturalista? e após uma luta de vários séculos conseguirá triunfar sobre a tentação satânica e retomar sua marcha ascendente por um período de tempo que não podemos determinar, mas que bem poderia ser mais longo do que aquele do desregramento no qual estamos extraviados, pobres de nós!, há tempo demais?

Quem ousa esperar isso?

E, no entanto, sabemos que Deus muito freqüentemente deixa às paixões humanas desencadeadas e ao próprio demônio o cuidado de executarem Suas vontades e cumprir Seus desígnios eternos. “Tal é, se não me engano, diz o cardeal Pie, a parte ordinária da Providência na história dos séculos: o homem se move, se agita, na esfera dos seus pensamentos, dos seus desejos freqüentemente culpáveis; e Deus, hábil em tirar o bem do mal, converte os obstáculos em meios, e do próprio crime forja para Si uma arma poderosa. Então o resultado é de Deus e é sempre admirável”.⁶⁷

⁶⁷ Elogio de Joana d’Arc.

Deus, no entanto, não quer absolutamente agir sozinho. Ele nos deu a liberdade, e a grande lei do mundo sobrenatural é que façamos uso dela a fim de merecermos por nossas obras e Ele possa nos dar a recompensa.

O primeiro emprego da liberdade, na tentação, é defender-se. Desde a Renascença do naturalismo, a Igreja, e com ela seus fiéis, não cessaram de fazê-lo. Não é nossa intenção lembrar o que os católicos, no curso desses cinco a seis séculos, opuseram à invasão do naturalismo na Cristandade. Não falaremos das lutas teológicas que essa invasão suscitou em mil terrenos e pelas quais o erro refutado serviu para dar à verdade uma precisão mais exata e um brilho mais potente. Tampouco relataremos a história dos esforços feitos para sustentar e manter as instituições sociais concebidas e realizadas no espírito da civilização cristã. Essas duas ordens de defesa e de ataque exigiriam desenvolvimentos infinitos, que não entram no objetivo próprio deste livro.

Aquilo que o tema de que ele trata pede, no ponto em que chegamos, é isto:

Expusemos a ação secreta dos franco-maçons, dirigidos pelos judeus, guiados eles mesmos por Satanás, para substituir a civilização cristã por uma civilização humanitária e naturalista. A contrapartida exige que procuremos a existência de uma outra ação secreta, aquela das santas almas esclarecidas, dirigida para o Céu, que contrariaria, entravaria a obra do inferno e acabaria por destruí-la. A sentença pronunciada por Deus no começo do mundo: — “Porei inimizades entre ti e a Mulher, entre a tua posteridade e a posteridade dEla; ela te esmagará a cabeça e tu Lhe ferirás o calcanhar” —, dá-nos a entender que nossa procura não deve ser vã.

“Tu” é Satanás; a “Mulher” é Maria. A raça da serpente compreende a multidão dos que a seguem, anjos e homens. Ela lhes comunica alguma coisa do seu poder: *Dedit illi virtutem suam et potestatem magnam* (Apoc. XIII, 2). A raça da Mulher é a multidão dos fiéis.⁶⁸

São Máximo de Turim faz esta observação: “Deus não disse: **ponho**, para que não se compreenda que Ele fala de Eva. A promessa refere-se ao futuro: **porei**, significando assim a mulher da qual deve nascer o Salvador”. De outra parte, pelas palavras *semen tuum*, *semen illius*, Deus não pôde querer significar uma geração carnal. Satanás não a tem e não pode tê-la. Entre os seres imateriais somente Deus engendra um Filho. É pois de uma outra paternidade e de uma outra filiação que se trata: paternidade e filiação morais baseadas na semelhança e na adoção. Existem filhos do demônio que dele procedem enquanto arrastados para o pecado, e que são seus filhos em razão da semelhança que o pecado lhes dá com ele. “Tendes o diabo como pai, disse Nosso Senhor aos judeus, e cumpris os desejos e vosso pai”. Existem também os filhos de Maria, que A amam e que são por Ela amados, que A admiram e que, nessa admiração, tornam-se, com Seu auxílio, semelhantes a Ela.

Maria concebeu-os no Seu coração no dia da Anunciação e cooperou para o nascimento espiritual deles no Calvário. Concebendo o Salvador segundo a carne, ela nos concebeu em espírito, porque Ela concebia a nossa Redenção.⁶⁹

⁶⁸ Corpus Ecclesiae mysticum non solum consistit ex hominibus sed etiam ex angelis... Totius autem hujus multitudinis Christus est caput. De ejus influentia non solum homines receperunt sed etiam angeli. *Sum. Theol.*, parte II, q. VIII, a. 4.

⁶⁹ Quando supervenit in eam Spiritus sanctus operata est mundi salutem et concepit redemptionem. S. Ambrósio, Ep. 49 ad Sabinum.

As duas raças estão pois face a face e a causa que as colocou em combate é do céu e da terra; os campeões lá do Alto estão hoje no nosso campo de batalha.

O apóstolo São João viu bem a unidade dessa guerra. Ele descreveu as duas fases que se desenrolaram, uma e outra, diante da Mulher, e, se assim podemos dizer, sob o Generalato dEla.

No capítulo XII do Apocalipse ele nos mostra a Mulher revestida do sol da divindade. “O Verbo, recebendo de Maria seu revestimento de carne, diz São Bernardo, fê-la brilhar com a glória da Sua majestade”. A lua, imagem do mundo instável que Ela domina e governa com seu Filho Jesus, está a Seus pés. Sobre sua cabeça está uma coroa com doze estrelas, símbolo das Suas prerrogativas, que Lhe dão um esplendor superior ao das criaturas mais sublimes.

É a Mãe de Cristo, a Mãe de Deus que está aqui representada.

Ela vai tornar-se a Mãe dos homens, *Clamabat parturiens et cruciabatur ut pariat*. Ela está no Calvário. “Parece-me, diz Bossuet, que ouço Maria falar ao Pai Eterno com um coração simultaneamente aberto e fechado: fechado por uma extrema dor, mas aberto ao mesmo tempo à salvação dos homens pela santa dilatação da caridade”. É em meio a essas dores excessivas, pelas quais Ela entra na participação dos suplícios da Cruz, que Jesus A associa à Sua fecundidade; “Mulher, eis teu filho. Eis tua Mãe”.

O dragão que arrastou com sua cauda a terça parte das estrelas do céu, pára diante da Mulher e quer devorar esse Filho. Daí o combate até o dia em que se fará ouvir no céu a voz que dirá: “Agora a salvação do nosso Deus está consolidada, e o seu poder e o seu reino, e o poder do seu Cristo, porque o acusador dos nossos irmãos, que os acusava dia e noite diante de nosso Deus, foi precipitado”.⁴

Esse canto de triunfo fez-se ouvir no céu após a vitória do arcanjo São Miguel, e far-se-á ouvir novamente na terra quando o dragão for precipitado de novo nos infernos para não mais sair. Os profetas misturam nos seus oráculos as cenas distanciadas pelo tempo e pelos lugares, mas que a relação de causas ou de idéias lhes permite aproximar! São João fala ao mesmo tempo do grande combate que aconteceu no céu e daquele que se desenvolve na terra, porque a causa é a mesma. O próprio Nosso Senhor assim procedeu quando anunciou a ruína de Jerusalém e a do mundo.

Depois que a primeira derrota o abismou nos infernos uma primeira vez, o demônio veio à terra desencadear um novo combate. Aí foi vencedor e, com o pecado original, inundou a terra de corrupção. “A serpente, diz São João, lançou de sua goela como que um grande rio, atrás da Mulher, para submergir nas suas águas” Aquela que lhe fora mostrada como devendo recolher sua realeza no céu e na terra. Ele pensou que o rio de iniquidade que vomitara no paraíso terrestre atingiria Maria. Deus absolutamente não o permitiu, a Mãe de Cristo nasceu Imaculada no meio da imundície universal. “E o dragão se irritou contra a Mulher e foi fazer guerra contra Seus filhos que guardam os mandamentos e que dão testemunho de Jesus Cristo”.⁵

Aqueles que dão testemunho de Jesus Cristo e assim demonstram ser filhos de Maria, são aqueles homens que confessam que Jesus Cristo é Filho de Deus, Redentor dos homens, Restaurador da ordem sobrenatural. Satanás e os seus, os do inferno e os da terra, querem, contra os pregadores do Evangelho, manter sob a

⁴ Apoc. XII, 10. Já lembramos que o nome “diabo” significa acusador. O diabo os acusa de se deixarem seduzir por ele.

⁵ Apoc. XII, 15-17.

dependência de Lúcifer aqueles que a fé e o batismo não regeneraram, e trazer de volta a ele os que reentraram na ordem sobrenatural: e a Mulher e Seus filhos lutam contra ele e contra eles para arrancar-lhes suas vítimas, entregá-las a Deus, mantê-las na inocência e na fidelidade. Luta de todos os dias, sem cessar renovada por uma inimizade que Deus tornou perpétua.

É, pois, não somente entre Maria e a serpente, mas também entre os sequazes de Satanás e os filhos de Maria que foi estabelecida a inimizade e anunciada a luta desde o começo do mundo, inimizade absoluta e luta incessante, porque a palavra divina não fixa nem tempo nem medida. É até ao julgamento final que Satanás procurará submeter os homens e arrastá-los para o seu domínio; e é igualmente até à segunda vinda do divino Salvador que Maria se esforçará em aplicar-lhes os méritos da Redenção e com isso fazê-los entrar no reino dos céus. Porque se a Redenção do gênero humano foi operada pelo sacrifício de Jesus, ela não o foi senão em princípio e de direito; é necessário que a santificação se cumpra em cada um de nós individualmente. Ora, essa santificação exige que o homem seja primeiramente tirado das mãos de Satanás, depois que lhe seja subtraído cada vez que ele tem a fraqueza ou a loucura ou a perversidade de retornar ao seu tirano. Daí essa luta perpétua, na qual a Santíssima Virgem, refúgio dos pecadores, auxílio dos cristãos, Mãe da divina fé e da divina graça, desempenha o papel que Deus Lhe destinou nos primeiros dias do mundo.

Essa luta é universal. Por toda a parte vemos-a de indivíduo contra indivíduo entre os homens, de cristãos contra demônios entre espíritos, e ao mesmo tempo de cidade contra cidade, da cidade de Deus contra a cidade do mundo, da qual Lúcifer é o príncipe. Sempre e por toda a parte o objeto da luta é o mesmo: o sobrenatural.

É necessário expor aqui, mais explicitamente do que o fizemos, o que é o sobrenatural, a fim de propiciar a compreensão da extraordinária elevação dessa guerra, *magnum praelium*, e a sublimidade dos interesses que dela dependem.

O Messias prometido no próprio dia da queda dos nossos primeiros pais não devia ser somente nosso Redentor, nosso Salvador, nosso Jesus; Ele devia ser também nosso Cristo; nEle está a plenitude da divindade, por Ele recebemos participação na natureza divina. “O Verbo se fez carne e habitou entre nós, e a todos que O receberam deu o poder de serem filhos de Deus”.⁶ “Deus, que é rico em misericórdia, diz o apóstolo São Paulo, consultando apenas o excessivo amor com que nos amou, quando estávamos mortos pelo pecado, deu-nos a vida em Cristo”.⁷ “Vim, disse o próprio Cristo, para que tenhais vida em abundância”.⁸ Não uma vida qualquer, mas a “vida eterna”.⁹ Essa vida eterna nos é comunicada pelo batismo. Ela nos enxerta em Cristo, diz São Paulo, faz de nós membros vivos do seu Corpo Místico.¹⁰ Deus não nos deixou ignorar a que sublimidade essa incorporação nos conduz: “Quando chegou

⁶ Jo. I.

⁷ Ef. II, 3-6.

⁸ Jo. X, 12.

⁹ Jo. III, 14-15.

¹⁰ Nosso Senhor Jesus Cristo é o novo Adão. Ele foi, como o antigo, estabelecido por Deus como Chefe da humanidade; estamos contidos nEle como estávamos no primeiro homem. De onde segue que Cristo e os cristãos formam um só todo, uma só pessoa mística, assim como a cabeça e os membros.

Da mesma forma que o pecado de um só faz-nos todos morrer, a justiça de um só pode se espalhar e dar a vida a todos (I Cor. XV, 47-49; Rom. V, 15; Ef. I, 22).

a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, formado pela Mulher, para remir os que estavam sob a lei, para que recebêssemos a Sua adoção. E porque sois seus filhos, Deus enviou a vossos corações o Espírito do seu Filho que clama: Abba, Pai. Nenhum de vós é, pois, mais escravo, mas filho; e se é filho é herdeiro da parte de Deus”.¹¹

Ex magno genere ex tu, disse Tobias ao anjo Rafael; é o que podem dizer a cada um de nós os anjos, assim aos decaídos como aos santos. Eles sabem de que raça somos, a maior que possa existir, porque somos da raça de Cristo, que é Filho de Deus.

Deus, por um ato livre do Seu amor, estabeleceu, pois, um elo transcendente entre a nossa natureza e a Sua, entre nossas pessoas e Sua Pessoa.

Esse elo não era necessário em si, não era ordenado nem mesmo formalmente reclamado por nenhuma exigência do nosso ser; é devido à caridade imensa, à liberalidade gratuita e excessiva de Deus por Sua criatura. Mas em consequência da vontade divina, esse elo tornou-se obrigatório, indeclinável, necessário. Ele subsiste eminentemente e subsistirá eternamente em Jesus Cristo, simultaneamente Deus e homem, natureza divina e natureza humana sempre distintas, mas irrevogavelmente unidas pelo vínculo hipostático; ele deve se estender, segundo as proporções e pelos meios divinamente instituídos, à toda a raça da qual o Verbo encarnado é chefe, e nenhum outro ser moral, seja individual e particular, seja público e social, pode rejeitá-lo ou rompê-lo, no todo ou em parte, sem faltar à sua finalidade, e, conseqüentemente, sem prejudicar mortalmente a si mesmo, e sem incorrer na vindita do Mestre soberano dos nossos destinos.

Ora, Satanás não cessa de agir sobre cada um de nós e sobre as nações enquanto nações para obter delas e de nós esse grito de revolta: “Quebrems seu jugo e sacudamos para longe de nós as suas cadeias”.¹² De sua parte, Deus não cessa de difundir em nossos corações Sua graça e de dar às sociedades os socorros naturais e sobrenaturais para nos manter no Seu amor.

Desses socorros e dessas graças Maria é a dispensadora. É, pois, entre Ela e Satanás que em última análise o combate é travado: “*Inimicitias ponam inter te et mulierem et semen tuum et semen Ipsius*. Ela te esmagará a cabeça, e tu Lhe ferirás o calcanhar”. É bem a luta ordinária entre o homem e a serpente: esta ataca facilmente o calcanhar do homem, que caminha direito, enquanto o homem procura esmagar a cabeça da serpente que rasteja. Mas por cruel que possa ser a ferida que ela cause no calcanhar, ela não é incurável, ao passo que sua cabeça, uma vez esmagada, a mata. O vencedor está, pois, claramente indicado: será a Virgem, será a Igreja pela proteção de Maria, será todo o homem de boa vontade que A invocar e se puser sob Sua proteção.

Toda a história do gênero humano, todo o conjunto da religião se condensa num mistério de amor, num mistério do mal, num mistério de triunfo: o amor deve ter a última palavra. O termo final da história universal será o amor triunfante e glorificante, assim como no início havia sido o amor criador.



¹¹ Gal. IV, 4-5.

¹² Sl. II, 3.

CAPÍTULO LXI

COM QUE ARMAS BATER O TENTADOR?

Penitência! Penitência! Penitência! Tal foi o brado da Santíssima Virgem, no seu gemer, em Lourdes, nos dias 25, 26, 27 e 28 de fevereiro de 1858. Doze anos antes, em 19 de setembro de 1846, a Mulher do Gênesis prometida ao mundo viera excitar suas tropas ao combate, dizendo-lhes que empregassem as mesmas armas. Ela lhes pedira retomassem a prática da abstinência e do jejum, e de retornassem ao mesmo tempo à mortificação e à oração, em particular à santificação do domingo. Também em Lourdes Maria pediu que a oração estivesse unida à penitência. Ela recomendou particularmente a recitação do rosário e mostrou com que respeito deve ser rezado.

Vinte anos antes das censuras e advertências de Maria em Salette, o próprio Deus havia chamado a atenção, através de uma grande manifestação nos ares, para o grande símbolo do sacrifício. Em Migné, em 17 de dezembro de 1826, a cruz apareceu aos olhos das populações espantadas, como no tempo de Constantino, fazendo um primeiro apelo à França por sua conversão. Oração, conversão, penitência, são as condições divinamente desejadas de todas as misericórdias.

Como foi recebido esse tríplice apelo? Se passearmos os olhos pela superfície das coisas, não poderíamos ficar senão infinitamente desolados. Por toda a parte e em todas as classes da sociedade, o amor ao prazer, o luxo, a luxúria não cessaram de fazer todos os dias progressos crescentes. A lição de 1870 deu a esses progressos algumas horas de parada. A partir do dia seguinte eles retomaram o seu curso com furor. Desnecessário dizer a que ponto chegamos hoje.

Quanto à oração — pelo menos a oração pública — não ouvimos sempre mais extinguir-se o seu murmurar nas nossas cidades? Sabeis, pergunta o cardeal Pie, por que o primeiro de todos os povos, aquele que o Espírito Santo denominou de um povo de gigantes, sabeis por que ele desapareceu da terra? A Escritura vai no-lo contar: *Non exoraverunt antiqui Gigantes, qui destructi sunt confidentes virtuti suæ*, e esses homens que se fiaram em suas forças foram destruídos. Queremos prestar justiça ao nosso século; por mais de um aspecto é um século de gigantes. Mas, em meio a todas essas maravilhas e a toda essa glória, a religião olha em torno dela com ansiedade. Porque, ó dor!, se a oração emudecer entre nós; se o espírito deixar de purificar, de vivificar a matéria; se os homens, crendo-se auto-suficientes, disserem a Deus que Se retire; se a desgraça que Mardoqueu suplicava ao Senhor afastasse do seu povo quando dizia: “Não fecheis a boca daqueles que cantam os Vossos louvores” desabar sobre nós; não tardará a vir o dia em que, sobre as ruínas fumegantes da nossa pátria, e sobre os escombros dispersos da nossa civilização, as gerações diriam: “Esses homens gigantes não rezaram, e enquanto confiavam nas suas forças foram destruídos”.

Graças a Deus, sob as superfícies acontecem coisas mais consoladoras e mais tranquilizadoras. Restam milhares e milhares de almas santas que todos os dias e cem vezes por dia elevam para o céu estas súplicas: Perdoai nossas ofensas, as nossas e aquelas do Vosso povo; não o deixeis sucumbir às tentações que o assaltam de todos os lados; livrai-nos do mal no qual está mergulhado o mundo contemporâneo.

E a essas conjurações juntam os desejos de um maior poder sobre o coração de Deus, porque estes procedem do puro amor: Pai, que Vosso nome seja santificado, que Vosso reino venha, que Vossa vontade seja feita assim na terra como no céu. Glória ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, assim como era no princípio. Que essa glória seja tal como a desejou o pensamento criador, o pensamento redentor e o pensamento santificador no primeiro dia do mundo; que ela seja dada na sua plenitude à Trindade divina, agora, na hora em que estamos, e para sempre até o fim do mundo terrestre, para realizar pelos séculos dos séculos, na eternidade dos céus, todo o pensamento da predestinação.

A essas orações endereçadas a Deus unem-se aquelas à Santíssima Virgem. De quantos milhões de bocas, e quantas vezes por dia, se elevam até o trono de Maria estas palavras de veneração, de admiração, de confiança e de amor: “Ave Maria, cheia de graça”. Sei que posso fazer subir até Vós minhas mais confiantes orações porque Deus está conVosco, Vós sois a Bendita entre todas as mulheres, mostrada ao gênero humano na desolação e no terror da sua queda como o canal de benção pelo qual nos viria a salvação. Ademais, Vosso fruto, o fruto de Vossas entranhas, é o Bendito, no Qual reside a plenitude das misericórdias e das bondades divinas.

Quantas preces se juntam todos os dias a essas sobre toda a face da terra, variadas ao infinito, como o é a diversidade dos estados de alma, e como o pede a vicissitude dos acontecimentos do mundo, mas todas terminando por se confundirem num mesmo desejo: o reino de Deus sobre a terra através do desenvolvimento da vida sobrenatural nas almas.

Depois vêm, de tempo a tempo, as orações extraordinárias indicadas pelos Papas. Então, de todas as partes do universo, do seio de todas as multidões, do fundo de todos os mosteiros, do pé de todos os altares, súplicas ardentes são dirigidas ao trono de Deus.

Às orações privadas é preciso acrescentar a santa Liturgia — o Ofício divino e a Missa — de um poder bem maior, porque é a oração da Igreja, a oração da Esposa que fala ao seu Esposo. Por isso a seita maçônica tudo fez para suprimi-la. Ela pensou ter tido êxito em 93, ao fechar as igrejas, massacrar padres e religiosos; e nos dias atuais, foi através do exílio das pessoas consagradas ao serviço divino, foi através das tentativas de novo fechamento das igrejas e de espoliação dos vasos sagrados que ela reabriu a era das perseguições.

“Não dizei, é o cardeal Pie quem fala, que tendo a Igreja promessas de imortalidade, pareça inútil rezar por Ela. Existem graças muito importantes, muito necessárias, que Deus não concede à Sua própria Igreja senão em virtude das orações dos seus filhos. Quanta luz, força, santas inspirações, resoluções generosas podem descer ao coração do Vigário de Cristo e de toda a hierarquia superior pelas preces, invocações e suspiros dos sacerdotes ardentes, dos humildes levitas, das virgens consagradas, dos piedosos fiéis; ninguém pode dizer quanto isso deve ser conhecido e compreendido. Se temos uma Igreja santamente governada e maravilhosamente conservada em meio a tantos elementos de anarquia e de dissolução; se temos um Papa (Pio IX) heroicamente firme numa época de transações e compromissos universais, um episcopado e todas as Ordens eclesiásticas solidamente unidas ao Vigário de Jesus Cristo, não duvideis, isto se deve às orações da grande família cristã”.

Concomitantemente à oração existe na Igreja o exorcismo. Porque, desde o segundo período da guerra declarada ao sobrenatural e à civilização cristã, nos

primeiros dias da Reforma, o anjo do Apocalipse bradou: “Desgraça! Desgraça! Desgraça! para os que habitam a terra”. E um anjo ministro das vinganças do Senhor recebeu a chave do poço do abismo. Ele o abriu e os demônios escaparam, numerosos como uma invasão de gafanhotos. Eles tinham no seu comando, como rei, o anjo do abismo que se chama em hebreu Abaddon (*perdição, ruína*, por oposição a Cristo *salvador*) e Apollyon, isto é, *destruidor*. Era, com efeito, o início das destruições e das ruínas, o início da perdição através do anti-cristianismo. O Papa Gregório XVI, na Encíclica *Mirari Vos*, na qual condenou a doutrina de Lamennais, disse: *Vere apertum dicimus puteum abyssi*.⁷⁰

Esses demônios fugidos do inferno nos dias da Reforma ainda não foram repelidos para o abismo. A prova disso — é o pensamento dos soberanos Pontífices — está no exorcismo que os Papas Leão XIII e Pio X fazem rezar por todos os padres que acabam de celebrar a Missa e pelos fiéis que unem suas vozes à do ministro de Deus: “São Miguel Arcanjo, defendei-nos neste combate: vinde em nosso socorro contra a malícia e as ciladas do demônio. Que Deus lhe faça sentir (a Satanás) Seu império, nós o pedimos instantemente. E vós, príncipe da milícia celeste, pela virtude divina, precipitai no inferno Satanás e os outros espíritos malignos que estão espalhados pelo mundo para perder as almas”.

Aquilo que dá ao exorcismo, assim com à oração, seu pleno poder é a união que a pessoa que reza ou que exorciza tem com o divino Redentor, enquanto Redentor, enquanto vítima de expiação. Quanto mais íntima for essa união mais favoravelmente é acolhida a mediação entre Deus e o mundo. A grande medianeira, Maria, associou-se no Calvário ao sacrifício de Jesus e a dor da sua alma, atravessada pela espada predita por Simão, teve, com diz a santa liturgia, o amargor e o infinito da extensão dos mares.

Aqueles que combatem sob Suas ordens, pelo menos aqueles que se encontram nas primeiras fileiras, partilham Seu martírio e é por intermédio desse martírio que reparam a iniquidade e atraem a misericórdia.

Adimpleo ea quæ desunt passionum Christi in carne mea. Palavras misteriosas! Explicando-as, Santo Agostinho diz: Jesus Cristo sofreu tudo o que devia sofrer. Levantado na cruz, Ele disse: “Tudo está consumado”, quer dizer, nada falta à medida dos meus sofrimentos. Tudo o que foi escrito a meu respeito está agora cumprido. Os sofrimentos de Jesus estão, pois, completos. Sim. Mas somente no Chefe. Seu Corpo Místico e os respectivos membros devem ainda padecer os sofrimentos de Jesus. Somos, com efeito, o corpo e os membros de Jesus Cristo. O apóstolo era um

⁷⁰ A fumaça que em nossos dias sai do poço do abismo e obscurece o sol são “essas idéias modernas”, que toldam, em quase todos os espíritos, as verdades sobrenaturais. E esses gafanhotos são os demônios que, de um lado, excitam os franco-maçons e os jornalistas, os oradores e os romancistas, que se colocaram a serviço deles, a empregar todos os seus talentos em propagar o livre-pensamento e as idéias revolucionárias, e que, de outro lado, levam os leitores e ouvintes a acolhê-los com simpatia e a fazer dessas sugestões a regra da sua conduta pública e privada. As Encíclicas de Pio IX e particularmente seu *Syllabus*, as cartas de Leão XIII, *Humanum Genus* e *Immortale Dei*, confirmando e desenvolvendo a Encíclica de Gregório XVI, não puderam ainda tirar as ilusões dos homens do nosso tempo acerca dos erros saídos do abismo desde o século XVI, contra os quais Pio VI, Pio VII e Leão XII já os tinham prevenido.

dos seus membros; eis a razão pela qual disse: Cumpro na minha carne o que falta aos sofrimentos de Jesus Cristo

No último capítulo do Apocalipse lêem-se outras misteriosas palavras: “O momento está próximo. Que o injusto pratique ainda o mal, que o ímpio se manche ainda. Que o justo pratique ainda a justiça e que o santo ainda se santifique”. Na terrível ameaça feita aos endurecidos na primeira parte desse versículo e na insistente exortação feita aos justos na segunda, alguns autores ascéticos viram uma lei da Providência, em virtude da qual, nas grandes épocas da história do mundo, quando Deus se dispõe a mostrar o poder do Seu braço, se há freqüentemente entre os homens uma recrudescência da malícia e de corrupção, há também uma recrudescência de justiça e de santidade.

A adorável Providência, para a Qual todos os caminhos são justiça e misericórdia, gosta de fazer superabundar o bem onde abunda o mal. Ela espera que os méritos, assim como os deméritos da pobre humanidade, subam bem alto para descerem com Suas misericordiosas severidades. E esses méritos Ela suscita nas almas privilegiadas às quais Ela concede uma vocação de expiação e de sacrifício.

Essa convicção mantém na esperança contra toda a esperança a alma filialmente abandonada a Deus. No pior dos dias de maldade, ela se pergunta se o mal que transborda não seria secretamente compensado pelo aumento do bem oculto na intimidade das almas com Deus.

É preciso que nos detenhamos um pouco longamente sobre este ponto, porque é aqui que se manifesta a luta entre a luz e as trevas, entre as potestades deste mundo e as virtudes do Alto.



CAPÍTULO LXII

VÍTIMAS DE EXPIAÇÃO E DE SALVAÇÃO

Nosso Senhor Jesus Cristo, que sem cessar vive a fim de interceder por nós, também incessantemente morre sobre o altar a fim de aplacar a Justiça infinita. Ele não é o único a realizar esse sacrifício de expiação. Os monges, as monjas encerram suas vidas junto ao tabernáculo, e cada dia misturam a pequena gota de água dos seus sacrifícios ao vinho do sacrifício do Redentor, para, como diz São Paulo, cumprir na carne deles o que é necessário acrescentar aos sofrimentos de Cristo para a Igreja, que é o Seu corpo. Tomemos como exemplo a Cartuxa; eis algumas das mortificações que a regra lhe impõe: o levantar-se à noite para a recitação do Ofício divino, o cilício continuamente levado no corpo, os golpes, as marcas da disciplina, a perpétua abstinência de carne, o jejum desde 15 de setembro de cada ano até a Páscoa, a abstinência de laticínios durante o Advento e a Quaresma e todas as sextas-feiras do ano, a abstinência a pão e água uma vez por semana etc.

Na nossa época, estamos habituados a considerar o ingresso nos conventos de homens e mulheres inclinados à contemplação e à penitência como obra egoística de salvação individual. É bom lembrar a esta época, às almas capazes de heroísmo, que aí reside a primeira obra social, porque é aí que está e que sempre estará o grande poder contra o autor de todos os males que afligem a sociedade.⁷¹ Como diz São Paulo, não temos que lutar somente contra a carne e o sangue, mas contra os príncipes, contra as potestades, contra as dominações deste mundo de trevas, contra os espíritos malignos espalhados pelos ares.⁷² E é por isso que Nosso Senhor nos deu essa advertência: os grandes demônios não são expulsos senão pelo jejum e pela oração.

Há na vida de mortificação dos religiosos e daqueles que os imitam mais ou menos de perto no mundo uma influência capital sobre a marcha dos acontecimentos; o inferno não a ignora e os políticos sectários a sentem. Parece que um espírito satânico sopra-lhes no ouvido: aí estão vossos mais temíveis adversários. Assim, sua

⁷¹ No discurso que pronunciou na consagração da igreja do Sagrado Coração em Bethléem-les-Anvers, monsenhor Mermillod disse muito bem às “Filhas do Coração de Jesus” encarregadas de rezar naquele santuário: “Sem as almas vítimas e consoladoras que unem seus sacrifícios ao de Jesus sobre o altar o mundo desabaria. Vi na Alemanha um quadro sublime: *A última Missa se celebra sobre a terra*. No céu, o Padre Eterno aguarda que ela termine; os anjos do julgamento, apoiados em seus trompetes, dispõem-se a executar as ordens do Altíssimo e a convocar o mundo para o grande julgamento da eternidade. E no entanto, a Hóstia e o Cálice elevados pelo sacerdote suspendem ainda a realização da sentença suprema. Quando a última gota do Cálice tiver sido bebida, Deus dirá: “O sangue do meu Filho parou de correr sobre a terra; as imolações das almas justas, unidas à da grande Vítima dos altares estão terminadas. Tudo está acabado, não há mais tempo”. Assim, em união com Jesus Cristo, as almas justas imoladas sustentam o mundo”.

⁷² Ef. VI, 12.

primeira obra ao assumirem o poder é fechar os asilos da oração e da penitência. Felizmente para nós, os carmelos, as trapas, as cartuxas não são destruídas pelo exílio; continuam a funcionar no exterior, e sempre pela França e pela Igreja. “Uma das considerações mais dignas de excitar toda a inteligência do homem, disse Joseph de Maistre, apesar de que o comum dos homens se ocupe muito pouco do fato, é que o justo, sofrendo voluntariamente, não satisfaz somente por ele, mas pelo culpado, pela via da reversibilidade. É uma das maiores e mais importantes verdades da ordem espiritual”. Nos seus *Eclaircissements sur les Sacrifices*, ele diz ainda: “Nenhuma nação tem duvidado de que exista na efusão do sangue uma virtude expiatória. Ora, nem a razão nem a loucura puderam inventar essa idéia, menos ainda fazê-la adotar em geral. Ela tem sua raiz nas últimas profundezas da natureza humana, e a História, a esse respeito, não apresenta uma só dissonância no universo. Acreditava-se, como se acreditou, como sempre se acreditará, que o inocente podia pagar pelo culpado... Tal tem sido a constante crença de todos os homens. Ela se modificou na prática, segundo o caráter dos povos e dos cultos; mas o princípio sempre está presente. Encontramos especialmente todas as nações concordes com a eficácia maravilhosa do sacrifício voluntário da inocência que se entrega ela própria à divindade como uma vítima propiciatória. Os homens sempre atribuíram um preço infinito a essa submissão do justo que aceita os sofrimentos; é por esse motivo que Sêneca, após ter pronunciado a famosa palavra: “Vede o grande homem em luta com o infortúnio; esses dois combatentes são dignos de atraírem os olhares de Deus”, acrescenta logo em seguida: “sobretudo se o homem provocou o infortúnio”.

Orígenes, falando do *Cordeiro de Deus que apaga os pecados do mundo*, diz: “Ele serviu de expiação segundo certas leis misteriosas do universo, tendo querido muito submeter-se à morte em virtude do amor que tem pelos homens, e nos resgatou por Seu sangue das mãos daquele que nos havia seduzido e ao qual estávamos vendidos pelo pecado”. Dessa Redenção geral operada pelo grande sacrifício, Orígenes passa a essas redensões particulares, que poderíamos chamar de *diminutas*, mas que estão ligadas sempre ao mesmo princípio. “Outras vítimas, diz ele, relacionam-se com aquela. Quero falar dos generosos mártires que também derramaram seu sangue... A morte deles destrói as potestades malfazejas, propicia a um grande número de homens auxílios maravilhosos em virtude de uma certa força que não pode ser denominada”.

O cristianismo repousa por inteiro sobre o dogma da expiação, da redenção pela dor. O Salvador dos homens agiu pouco, observa o cardeal Pie, e sofreu muito. O Evangelho é conciso sobre Sua vida, prolixo sobre Sua paixão. Sua grande obra foi morrer; foi por Sua morte que Ele vivificou o mundo. Ora, se tal é a primeira e a mais fundamental verdade do símbolo cristão, é, pois, a primeira lei moral do cristianismo que os discípulos, e sobretudo os apóstolos do Crucificado, continuem o mistério de Suas dores.

Todos, religiosos ou leigos, podem levar sua parte, pequena ou grande, a essa obra de expiação e de salvação, se bem que nem todos da mesma maneira. Todo cristão deve viver uma vida verdadeiramente cristã; ora, a vida cristã não vai sem mortificação, e, em virtude da comunhão dos santos, toda mortificação, todo sacrifício tem repercussão no corpo da Igreja, para a expiação do pecado, e também para retirar das tentações a força da sedução.

Acima da vida simplesmente cristã, existe um estado místico, no qual não se deve querer entrar por si mesmo, mas somente pelo chamado de Deus, controlado e reconhecido por um sábio diretor.

Essa recomendação é importante. Não é raro vermos almas dirigirem ao divino Mestre o pedido de sofrimento num impulso entusiasmado de fervor. Deus nem sempre responde. Ele sabe, na Sua presciência, que, apesar talvez da sinceridade do pedido, essas almas não estão à altura de converter seus desejos em atos. Ademais, esses desejos podem dar à alma a ilusão de terem chegado à perfeição.

No estado místico que vem da predestinação divina, a alma fica estreitamente unida ao divino Cordeiro imolado pela salvação do mundo; ela sofre com Ele, seja infligindo ao corpo as torturas que lhe são inspiradas por Deus, seja aceitando, sofrendo com coração amoroso, aquelas que Deus lhe inflige diretamente. As vidas dos santos estão cheias de fatos que se referem a um e a outro desses casos.

Relativamente ao primeiro caso, tomemos este exemplo, entre mil, Santa Coleta, que Nosso Santo Padre o Papa Pio X acaba de colocar no calendário das festas a serem celebradas pela Igreja universal. Chamada a reformar a Ordem dos Franciscanos, ela se entregou a expiações cuja lembrança faz tremer. Seu leito se compunha de alguns sarmentos; seu travesseiro era um bloco de madeira. “Ela se revestia, diz o manuscrito de Thonon, com um cilício duro e inumano; cingia seu débil corpo com três cadeias de ferro que magoavam dolorosamente sua inocente carne”.

A venerável Catarina Emmerich, que viveu de 1774 a 1824,⁷³ fornece-nos um exemplo recente da expiação passiva. Nós nos demoraremos nesse assunto porque essa extática teve como missão particular, como veremos, combater a franco-maçonaria e suas obras.

No dia da sua primeira Comunhão, Jesus inspirou-lhe o pensamento de se oferecer como vítima pela Igreja. Ao receber o sacramento da Confirmação, foi instruída que a graça do Espírito Santo vinha trazer-lhe o dom da força para ser fiel à resolução que tomara após essa inspiração, de sofrer tudo o que Deus lhe desse para sofrer com o objetivo de expiar os crimes de que se tornam culpados os povos cristãos. Desde logo ela se pôs a oferecer a Deus suas ações e seus sofrimentos por tal ou tal fim que interessava à catolicidade. Assim, por exemplo, quando arrancava as ervas daninhas do campo de seu pai, conjurava o Senhor a extirpar a erva daninha que o homem inimigo semeou no campo da Igreja. Quando as urtigas que ela apanhava deixavam-lhe nas mãos um violento ardor, suplicava ao Senhor não permitisse que os

⁷³ Catarina Emmerich era filha de pobres e piedosos camponeses da aldeia de Flamske, perto de Coesfeld, cidade da diocese de Munster. Ela teve diversos historiadores, todos alemães. As obras deles foram traduzidas para o francês: o Dr. Krobbe, deão da catedral de Munster; o Revmo. Pe. Thomas Wegener, postulante do processo de beatificação; o Revmo. Pe. Schmoeger, redentorista; a obra desse último tem três volumes in-8°.

Dom Guéranger prestou acerca dessa serva de Deus e da missão de que foi encarregada este testemunho: “Lendo essas visões, cujo conjunto é de grande beleza e que carregam freqüentemente o vestígio de uma luz sobre-humana, não podemos evitar de reconhecer uma ação providencial que se exerceu primeiramente nos países da Europa em que o naturalismo fez maiores estragos, para chegar em seguida a nós e nos ajudar poderosamente a reviver essa fé piedosa que definhava há tanto tempo”.

Em 9 de maio de 1909 realizou-se no Vaticano reunião da Sagrada Congregação dos Ritos para o exame dos escritos da venerável Catarina Emmerich, com vistas à sua beatificação.

pastores de almas se deixassem desanimar pelas fadigas e sofrimentos que encontrariam ao cultivar a vinha do Senhor.

Mas estas coisas eram apenas ensaios de aprendizado. Pouco depois ela conjurou o Senhor a sobrecarregá-la com as expiações que a Justiça divina reclamava. Aceito seu sacrifício, ela sofreu, em todo o curso da sua vida, com uma paciência inacreditável, sofrimentos indizíveis e de toda natureza. Quando completou vinte e quatro anos, Jesus fe-la partilhar o suplício da coroa de espinhos. Foi em 1789, no momento em que Bonaparte mandou aprisionar o Papa Pio VI e se apoderou dos Estados da Igreja. Ela recebeu em seguida os outros estigmas da Paixão, que carregou durante toda a vida.

Essa pequena camponesa da aldeia de Flamske completou o pensamento desses dois gênios, Orígenes e de Maistre, que acabamos de mencionar acima, e isso num estilo não menos nobre do que o deles: “Vi, disse ela um dia, a graça do Espírito Santo que perpassava as obras dos Apóstolos, dos discípulos, dos mártires, de todos os santos; vi como eles sofriam por amor a Jesus, como eles sofriam em Jesus e na Igreja, que é Seu corpo; vi como por essa razão eles se tornavam canais vivos do rio da graça da Sua Paixão reconciliadora. Muito mais, como eles sofriam em Jesus, Jesus sofria neles e de Jesus vinham os méritos que eles transmitiam à Igreja. Vi que quantidade de conversões foram operadas pelos mártires: eram como canais abertos pelo sofrimento para levar a milhares de corações o sangue vivo do Redentor”. Nessas palavras ela resumia todo o mistério da sua própria vida e das de tantas outras esposas de Cristo.

Na época em que ela viveu, quer dizer, no começo do último século, para não falar senão do nosso tempo, outros receberam a mesma vocação. Ela própria nos diz: “A Mãe de Deus repartiu esse trabalho (de luta contra os sequazes de Satanás e de expiação por seus crimes), entre sete pessoas, a maioria do sexo feminino. Vi entre elas a estigmatizada de Cagliari, assim como Rosa Maria Serra e outros que não posso nomear, um franciscano do Tirol e um padre que mora numa casa religiosa situada no meio das montanhas, o qual sofre além de toda expressão por causa do mal que se faz na Igreja”. E em outro lugar: “Vi trabalharem comigo, da mesma maneira como trabalho, seis pessoas, três homens e três mulheres. Era a estigmatizada de Cagliari, Rosa Maria Serra e uma pessoa muito doente, afligida por grandes enfermidades corporais; o franciscano do Tirol, que freqüentemente vi unido a mim pelas intenções; depois um jovem eclesiástico que mora numa casa na qual residem vários outros padres, num país de montanhas. Este deve ser uma alma de elite; ele está numa aflição inexprimível por causa do estado da Igreja, e ele deve sofrer dores extraordinárias com que Deus o favorece. Todas as noites, ele lhe dirige uma fervorosa oração, a fim de que Ele se digne de fazê-lo sofrer por tudo o que se fez de mal naquele dia na Igreja. O terceiro é um homem de classe elevada, casado, que tem muitos filhos, uma mulher má e extravagante e excelente situação de moradia. Ele mora numa grande cidade na qual há católicos, protestantes, jansenistas e livre-pensadores. Tudo está perfeitamente regrado na casa dele: ele é muito caridoso com os pobres e suporta muito nobremente tudo o que lhe faz sofrer a mulher má”.⁷⁴

⁷⁴ São João da Cruz faz esta observação: “As penitências escolhidas pela alma não podem produzir nela os mesmos frutos que a cruz da Providência: vemos pessoas de grande austeridade não poderem sofrer uma contradição”.

Catarina acrescenta: “Vejo ainda cem mil verdadeiros crentes cumprindo seus deveres com simplicidade”.

Aquilo que a Venerável diz a respeito desses cem mil e particularmente desse rico, que contribuíam com ela na reparação das iniquidades do mundo e na aplacação da Justiça divina, é muito notável e consolador. Ela não diz que eles se impunham penitências, mas que cumpriam fielmente seus deveres e suportavam pacientemente as misérias que a Providência lhes administrava. Com isso obtinham que Deus os mantivesse no número daqueles que não somente se justificavam a si mesmos, mas satisfaziam pelos outros, e vinham em socorro da Santa Igreja nas dificuldades que os maus suscitam contra Ela.

Em todas as horas de provações para a Igreja, Deus difundiu esse espírito de reparação, e sempre ele foi acolhido por numerosos fiéis na medida da sua caridade e também na da graça que lhes era dada. Sempre também, nos momentos de crise, Ele encontrou almas mais generosas, mais heróicas, que corresponderam ao chamado divino e aceitaram a missão de vítimas. O autor da vida de Santa Liduína, Huysmans, diz com muito acerto: “Deus sempre encontrou através das épocas santos que consentiram em pagar, por suas dores, o resgate dos pecados e das faltas. Essa lei do equilíbrio a guardar entre o bem e o mal é singularmente misteriosa, quando se pensa nisso; porque, ao estabelecê-la, o Todo-Poderoso parece ter querido Ele mesmo fixar limites e pôr um freio ao seu Todo-Poderio. Por essa regra, é necessário, com efeito, que Jesus faça um apelo ao concurso do homem e que este não se recuse em prestá-lo. A fim de reparar a perversidade de uns, Ele reclama as orações e as mortificações de outros; e aí reside verdadeiramente a glória da pobre humanidade: jamais Deus foi logrado”. O autor dessas linhas contou, para estupefação dos homens do nosso tempo, a terrível e longa agonia da virgem de Schiedam e teve o cuidado de antes descrever o pavoroso estado no qual se encontrava a Europa, no tempo em que essa santa consentiu em ser vítima por essa mesma Europa, isto é, no fim do século XIV e início do XV, quando a Cristandade começava a sair do bom caminho.

Na mesma época, um pouco antes, Santa Brigitte proveu de maneira diferente às necessidades da Igreja. Ela teve de combater publicamente, ela, simples mulher, a corrupção do século, através da palavra e da ação. Viam-na percorrer todos os países da Europa, exortar os povos à paciência, ditar aos bispos, príncipes e reis regras de vida indicadas pela Sabedoria Divina. Durante trinta anos ela exortou os Papas de Avinhão a romperem suas cadeias e retornarem a Roma. Sua vida parece-nos mais ativa do que passiva; no entanto, a enumeração das suas penitências, diz Vastovius, produziria em nós calafrios e faria crer tratar-se de invenções, se não se souber que o Amor divino eleva a alma acima de si mesma. Ela experimentava dificuldades quase intransponíveis para apresentar-se publicamente e para repreender, como lhe era ordenado, os crimes dos príncipes e dos povos. “Vai a Roma, dissera-lhe Nosso Senhor, e permanece naquela cidade até que tiveres falado com o Papa e com o imperador e comunicado a eles o que te direi”. A Santíssima Virgem anunciara a Brigitte o cisma do Ocidente e lhe ordenara transmitisse ao cardeal Albani o que ela lhe ditava: “Informo o cardeal por teu intermédio que, do lado direito da Santa Igreja o fundamento está consideravelmente enfraquecido, de tal sorte que a abóbada superior está fendida em vários lugares e ameaça de tal maneira ruir que muitos dos que passam por baixo perdem a vida. A maior parte das colunas, que deveriam manter-se direitas, já se inclinam até o solo, e o piso tão deteriorado que os cegos caem ao entrar. Às vezes isto acontece também aos que vêem claramente: caem como os cegos, tropeçando

nos buracos do piso. Esse estado de coisas torna a situação da Igreja muito perigosa; e o resultado disso aparecerá num futuro próximo: porque ela (a parte direita) sofrerá um desmoronamento completo se não for reparada. A queda fará tanto barulho que será ouvido através de toda a Cristandade. Mas é preciso compreender estas coisas no sentido espiritual”, quer dizer, não relativamente a uma igreja material, mas à Igreja.

Quantas outras vítimas voluntárias poderíamos evocar em todo o curso da história da Igreja! Nos nossos dias, vimos entre várias outras Louise Lateau, cujos êxtases muitos dos nossos leitores puderam contemplar, cujas estigmas puderam tocar. A Irmã Maria Teresa fundou uma congregação cuja única obra, poderíamos dizer, é a Adoração reparadora.

Em face dos monstruosos excessos do mal, a graça de Deus suscitou num certo número de corações fiéis um imenso desejo de compensar, pela dedicação do amor, os ultrajes da impiedade. Assim, outras obras nasceram desse grande pensamento de reparação. Cada uma tem sua finalidade, são tantos os gêneros de crime a expiar! Cada uma tem seu caráter particular, que aparece no lugar e na hora desejados por Deus nesse admirável canteiro das almas onde as flores se multiplicam ao infinito sem jamais serem absolutamente semelhantes. Nosso Senhor permite que todas essas associações reparadoras tomarem parte ativa nos Seus sofrimentos, e todas juntas, unidas à Igreja, diz São Paulo, reproduzem na sua plenitude o mistério da Sua vida e da Sua morte.

Enquanto uns blasfemam, outros rezam e choram: *unus orans et unus maledicens*. Enquanto uns ultrajam Cristo e sua Igreja, outros se imolam ao lado da santa Vítima.

A patrona de todas essas almas expiatórias é a Virgem das Sete Dores. Em 29 de dezembro de 1819, Jesus deu a Catarina Emmerich a intuição das dores de sua Mãe no momento da Paixão e lhe disse: “Se queres ajudar, sofre assim”. Após o retorno do seu Filho ao céu, Maria permaneceu na terra até que, sob Sua tutela, a Igreja estivesse fortificada e pudesse selar com o sangue dos mártires a vitória da Cruz.

Depois, e até a última vinda do Senhor, Ela não deixa faltar à Igreja, em nenhuma época, membros que, caminhando em Suas pegadas, tornam-se, por seu sacrifício voluntário, fonte de perdão e de benção para a comunidade cristã. É, pois, essa Mãe de misericórdia quem, segundo as necessidades e os méritos da Igreja, destina aos instrumentos escolhidos a tarefa que deverão cumprir para lutar vitoriosamente contra Satanás e aqueles que se colocam sob suas ordens: *Inimicitias ponam inter te et mulierem et semen tuum et semen Illius*.



CAPÍTULO LXIII

UMA ANTAGONISTA DA FRANCO-MAÇONARIA

Tivemos que preparar nossos leitores para a compreensão e a aceitação do papel assinalado à venerável Ana Catarina Emmerich na atual provação da Igreja, a guerra de morte que a franco-maçonaria faz à Esposa de Cristo. Devem ter visto que, se existe uma ação subterrânea e mesmo infernal que influencia os acontecimentos deste mundo, há uma outra que vem do céu e que tem sobre estes uma eficácia não menos certa. É chegado o momento de dizer com que poder e com que sucesso uma simples monja pôde se colocar em face da seita maçônica e se opor à sua obra. Existem hoje, sem dúvida, os que a sucederam nessa tarefa e a realizam com o mesmo heroísmo; mesmo no seu tempo, quer dizer, na primeira parte do século XIX, ela absolutamente não esteve só, e se nos restringimos particularmente a ela é porque em nenhum outro a oposição à franco-maçonaria pareceu tão direta. Alguns se surpreenderão com o que diremos, assim como aquilo que precedeu pode tê-los surpreendido, mas, segundo o pensamento de um grande cristão, “é chegada a hora de mostrar ousadamente a nosso mundo envenenado por séculos de ceticismo e de materialismo o milagre e a obra visível de Deus cada vez que se apresente a ocasião. Nossa sociedade desceu ao fundo do abismo, ela só se levantará olhando par o alto”.

Em suas contemplações, Ana Catarina assistia ao desenvolvimento do mistério da iniquidade. Tudo o que interessava em todos os lugares à Santa Igreja era-lhe mostrado. Os sofrimentos e as opressões da Cristandade, os perigos que a fé corria e as feridas que lhe eram abertas, a usurpação dos bens eclesiásticos, a profanação das coisas santas eram-lhe colocadas diante dos olhos, e a obrigação de expiação que disso resultava para ela às vezes a absorvia por tanto tempo que os dias e as semanas se passavam sem que ela pudesse retornar, com o uso dos seus sentidos exteriores e das suas faculdades intelectuais, a este mundo visível que a rodeava. À vista desse transbordamento de impiedades e de crimes, ela entrava em luta com as potestades do mal; ela resistia aos ataques de Satanás, particularmente àqueles que tinham por objetivo corromper o espírito e o coração do clero, que, como vimos, foi a principal tarefa designada à Alta Maçonaria. Ela se opunha, por seus sofrimentos e seus sacrifícios, a tudo o que via em perigo na Igreja, na Sua hierarquia, na integridade da fé, da moral, da disciplina. Tudo o que a falsa ciência, tudo o que a conivência com os erros do tempo, com as máximas e projetos do príncipe deste mundo, numa palavra, tudo o que ameaçava a ordem estabelecida por Deus era-lhe manifestado em visões de uma simplicidade maravilhosa, que lhe faziam compreender o que tinha de fazer e de sofrer para levar socorro aos que combatiam, consolação aos que estavam tristes, para expiar e desviar os males que esses atentados atraíam.

“Vi, disse ela um dia, a justiça de Deus pesar sobre o mundo, vi sob a forma de raios o castigo e a desgraça descer sobre muitos; e vi também que enquanto eu estava tomada de piedade e rezava, torrentes de dores se desviavam da massa, penetravam em mim e me atormentavam de mil maneiras”. “Sobre essa pobre virgem, diz seu

historiador, Deus pôs todas as tribulações da Igreja, como talvez não tenha jamais acontecido desde a Sua fundação”.

O inferno tentou entravar sua missão.

Em março de 1813, o prefeito de Munster, acompanhado do delegado de polícia, foi até junto a ela, em Dulmen. No dia seguinte ele enviou oito médicos e cirurgiões do exército, com ordem de empregarem todos os meios para cicatrizar os estigmas da Paixão que ela carregava no corpo. No dia 22 desse mês foi iniciado um inquérito eclesiástico sobre o estado místico da Venerável, presidido pelo vigário-geral Clément-Auguste, de Droste, que mais tarde se tornou tão célebre como arcebispo de Colônia. Esse inquérito teve continuidade no dia 28 do mesmo mês e no dia 7 de abril. De 10 a 20 de junho, Ana Catarina esteve vigiada por vinte cidadãos de Dulmen, para garantir que o sangue dos estigmas não vinha de nenhuma causa natural. Seis anos mais tarde, em 1819, o governo nomeou uma nova comissão, composta pelo *landrath*, dois médicos e três eclesiásticos. No dia 2 de agosto eles quiseram transportar Ana Catarina para a casa do conselheiro do Tribunal de Contas Mersmann. Ela se recusou. Um alto graduado da franco-maçonaria, Borges, veio para arrancar-lhe o consentimento. Ele não o obteve. Então levaram-na à força; seus historiadores contam longamente as provações que lhe fizeram sofrer e as indignidades às quais se entregaram à vista dela. No dizer de um médico que a viu ao retornar à casa, em 29 de agosto, seus olhos estavam apagados, seu corpo de um frio cadavérico não passava de um esqueleto. Todavia, ela conservara a força de alma e a vivacidade de espírito. Durante todas essas provações os desígnios e os atos dos personagens que trabalhavam contra a Igreja não deixaram de lhe ser mostrados, a fim de que ela os entravasse pelo mérito atribuído aos seus sofrimentos e à energia e santidade das suas orações.

A Igreja estava então, com ainda está hoje, numa das horas mais críticas da sua história. 1820, como vimos, foi o ano em que a Grande Loja entrou em plena atividade, e sabemos qual missão lhe foi dada. “Ora, diz um dos historiadores da nossa heroína, o que Ana Catarina fazia, no estado de contemplação, contra essa conjuração infernal, era uma obra tão real, acompanhada de resultados tão positivos quanto tudo o que se faz na esfera da via habitual. O martírio ao qual se submetia não era somente uma paixão, mas também uma ação, como em Nosso Senhor Jesus Cristo o sacrifício do Calvário foi uma obra, a obra da Redenção. Um dia ela pensou sucumbir ao peso das dores que a crucificavam; seu anjo exortou-a à resignação dizendo-lhe: “Cristo ainda não desceu da cruz. É preciso perseverar com Ele até o fim”.

É através da participação nos sofrimentos da divina Paixão que, no momento em que o inferno faz mais esforços para retomar a posse do mundo, as pessoas escolhidas por Deus triunfam sobre ele e obtêm a vitória para a Igreja, depois a paz num crescendo de glória.

Clément Brentano,⁷⁵ no seu diário, em data de 2 de janeiro de 1820, após ter descrito uma cena mais pungente do que nunca, recolheu dela estas palavras:

⁷⁵ Clément Brentano converteu-se ao catolicismo em 1818. Foi, naquela época, um dos que tentaram regenerar a poesia impregnando-a com a fê religiosa da Idade Média. Foi apresentado a Catarina Emmerich pelo Venerável Overberg, que era seu confessor extraordinário, e por monsenhor Säiler, bispo de Ratisbonne.

“Quando estava prestes a sucumbir e gemia, perdendo a coragem, vi em seguida, na sua realidade, os mesmos sofrimentos experimentados por Ele. Assim, fui flagelada, coroada de espinhos, amarrada com cordas, caí por terra, fui jogada e pregada sobre a cruz. Foi pela Igreja que sofri assim”.

“Tive a visão de uma grande igreja.⁷⁶ Junto dela vi muitas pessoas distintas, entre as quais vários estranhos, com aventais e colheres de pedreiro. Pareciam enviados para demolir essa igreja. Já começaram a destruí-la por intermédio das escolas que entregam à incredulidade. Toda espécie de pessoas junta-se a eles. Até padres estavam lá, e mesmo religiosos. Isso me causou tal aflição que chamei meu divino Esposo em socorro. Supliquei-Lhe não deixasse o inimigo triunfar desta vez”.

Ana Catarina vê a franco-maçonaria encarnçada em destruir a Igreja da Alemanha. A seita envia para lá estrangeiros que conjuram contra Ela, em parte com as autoridades do país, em parte com as lojas; ela vê o povo escutá-los e segui-los, seduzido pelas idéias que os próprios padres e religiosos difundem.

Nessa mesma visão teve a consolação de ver cinco personagens, três dos quais revestidos de hábitos sacerdotais, virem em auxílio da Igreja de Viena, e o Céu cooperar com a obra deles. “Mas, acrescenta, esta Igreja só será salva depois de uma grande tempestade”. Que quis ela dizer com isso? Quis ela falar da grande crise que porá fim à atual prova da Igreja universal, à grande tentação do naturalismo? Não o saberíamos dizer. Ela viu uma chama saída da terra envolver a igreja de Santo Estêvão, objeto da sua visão, envolvê-la e atingir aqueles que estavam no trabalho de demolição. O historiador da Venerável interpreta esse incêndio como “um grande perigo seguido de um novo esplendor após a tempestade”.

Não sabemos se, naquela data, houve uma conspiração maçônica em Viena; mas eis o que se passava em Francfort-sur-le-Mein. Os príncipes da Alemanha haviam convocado uma assembléia, na qual vários padres católicos se mostraram animados dos mesmos sentimentos dos leigos que a compunham. O mais perigoso, no dizer de Catarina, era o vigário-geral Wessenberg, de Constance. Essa assembléia redigiu dois projetos de organização interna e externa da Igreja. Catarina viu na sala das deliberações o demônio sob a forma de um cão que lhe disse: Esses homens aí fazem verdadeiramente a minha obra. Catarina ofereceu-se como vítima de expiação e Deus lhe impôs uma obra de reparação que durou quinze dias.

A ação da maçonaria junto aos poderosos, para obter, através de leis e regulamentos, a alteração da constituição que Nosso Senhor deu à Igreja, não era sua

De 1818 a 1824 ele sempre se manteve perto da extática como seu secretário, anotando, dia a dia, o que ela contava dos seus êxtases. Como repugnasse à Irmã fazer essas declarações, seu guia celeste lhe dizia: “Tu não imaginas quantas almas, lendo estas coisas, ficarão edificadas e praticarão a virtude”. Foi somente, pois, nos últimos anos da sua vida que pôde dar testemunho de tudo aquilo pelo qual Deus a fez passar e de tudo aquilo que Ele lhe dera a conhecer. Suas comunicações sempre lhe foram difíceis, e um ano antes de sua morte, nos primeiros dias de fevereiro de 1823, Nosso Senhor precisou dizer-lhe: “Não te dou essas visões para ti; mas elas te são concedidas para que tu as tornes úteis. Deves comunicá-las como tas dou, a fim de mostrar que estou com a minha Igreja até a consumação dos séculos”.

⁷⁶ A Igreja espiritual é freqüentemente apresentada aos extáticos sob a figura de uma igreja material: a basílica de São Pedro como toda a Igreja Católica, um templo particular como uma diocese. Aqui, a descrição feita mostra que se trata da igreja de Santo Estêvão em Viena, capital da Áustria.

única preocupação. Ela não estava menos atenta aos esforços feitos para corromper o espírito da juventude.

“Tive uma visão, diz ela em abril de 1823, sobre a situação deplorável dos jovens estudantes de hoje. Vi-os em Munster, assim como em Bonn, correndo pelas ruas. Tinham nas mãos pacotes de serpentes, cujas cabeças sugavam, e ouvi estas palavras: “São serpentes filosóficas”. O racionalismo de Kant, Fichte, Schilling e Hegel envenenava, com efeito, os estudantes das universidades alemãs. Ela acrescentava: “Vi que muitos pastores deixavam-se tomar por idéias perigosas. Oprimida de tristeza, desviei os olhos dessa visão que me enchia de angústias e rezei pelos bispos”. Foi da Alemanha que nos veio a falsa ciência em filosofia, teologia, Sagrada Escritura, todo esse modernismo que Pio X solenemente condenou na Encíclica *Pascendi*. A irmã Emmerich vê essa falsa ciência nos seus primórdios apoderar-se do espírito dos estudantes e seduzir mesmo os clérigos. A essa visão, ela reza e sofre para obter que os bispos exerçam aquele dentre seus deveres que é o primeiro e o mais importante, posto que vinculado ao próprio nome *Επισκοπος*, o da vigilância.

Falando desses inovadores, disse ela um dia: “Vejo-os numa certa relação com a vinda do Anticristo. Porque também eles, com seus conluíus, cooperam para a realização do mistério da iniquidade”. Ela via essa cooperação até nos detalhes. Assim, deplorava a arte, que acabamos de assinalar acima, com que a franco-maçonaria sabe inventar palavras sedutoras e os estragos que essas palavras produzem por intermédio da perturbação que jogam nas idéias. “Ela viu, diz seu historiador, todas as coisas secarem e morrerem diante do *progresso das luzes* e sob o regime da *liberdade* e da *tolerância*”.

A ação exercida por essa humilde religiosa através de suas orações e expiações não ficava absolutamente circunscrita aos limites do seu próprio país, ela se estendia a toda a Igreja.

No fim do Primeiro Império,⁷⁷ a convocação do conciliábulo de Paris e os esforços feitos pelo imperador para tirar do Papa a nomeação dos bispos, tiveram na sua alma e no seu corpo doloroso reflexo.⁷⁸ Nos tempos que se seguiram até a sua morte, ela teve participação em todas as provações pelas quais a conjuração anti-cristã fez passar a Santa Igreja. Seu anjo a transportava em espírito para o lugar onde as potestades do mal agiam.

Em julho de 1820 ela contou o que segue: “Foi-me dito que eu precisava fazer uma viagem na qual veria a desgraça do mundo... Não tive (nessa viagem) nenhuma alegria, senão a de ver que a Igreja tem seus fundamentos na rocha... Quando chego a um país, vejo as principais sés de perdição. E desses centros ela se difunde através do país como através de canais envenenados. Sem o auxílio de Deus não se pode contemplar tantas misérias e abominações sem morrer de dor”.

⁷⁷ O Primeiro Império vai de 1804 a 1814, sob Napoleão I. (N. do T.)

⁷⁸ Conhecemos o que se passou, dentro do maior segredo, entre Pio VII e os “cardeais negros”, em razão do protesto contra a se-dizente “Concordata” de 25 de janeiro de 1813, arrancada do Pontífice isolado e atormentado. Pio VII fez suas as palavras do seu predecessor Pascal II ao imperador da Alemanha e repetiu-as ao imperador dos franceses:

“Reconhecendo nossa consciência nosso mau escrito, nós o confessamos mau, e, com a ajuda do Senhor, desejamos que seja anulado por inteiro, a fim de que não resulte nenhum dano para a Igreja, nem nenhum prejuízo para a nossa alma”.

Ela se vê inicialmente na “pátria de São Francisco Xavier” (Navarra). “Vi muitos santos e tranqüilo esse país comparativamente à pátria de Santo Inácio” (Espanha). Na França ela vê Santa Genoveva, São Denis, São Martinho e muitos outros santos que rezam por nós. Mas ela também vê “grandes misérias, uma corrupção espantosa e abominações horríveis na Capital”. Parece-lhe que essa cidade está a ponto de desaparecer. “Pareceu-me que minavam debaixo dessa grande cidade, na qual o mal está no ponto máximo. Havia vários demônios ocupados nesse trabalho. Eles já estavam bem adiantados e eu acreditava que com tantos e tão pesados edifícios ela logo iria desabar”.⁷⁹

“Em seguida entrei na Espanha. Vi por todo o país uma longa cadeia de sociedades secretas. E meu anjo me disse: “Hoje Babel está aqui”.

“Desse desditoso país fui conduzida para uma ilha em que nasceu São Patrício (Irlanda). Aí os católicos estavam muito oprimidos. Eles mantinham relações com o Papa, mas em segredo.

“Da ilha de São Patrício fui conduzida a uma outra grande ilha (Inglaterra). Vi aí a opulência, os vícios, muitas misérias e numerosos navios”.

Em seguida ela visita os reinos do Norte, depois o Oriente, passa pela China e pelas Índias, chega à América e retorna à Europa. “Ela fica completamente perturbada com essa viagem, diz seu historiador, como se estivesse prestes a morrer”. Nós apenas indicamos as principais etapas dessa viagem mística; devemos nos demorar naquilo que ela diz de Roma: “Cheguei a São Pedro e São Paulo. Vi um mundo tenebroso, cheio de desgraça, mas como que atravessado por raios de luz, pelas inumeráveis graças emanadas dos milhares de santos que aí repousam. Vi São Pedro numa grande tribulação e numa grande angústia. Eu o vi rodeado de traições”.⁸⁰ Vi

⁷⁹ Isto foi escrito por Clément Brentano sob ditado da Venerável em 1820. O padre Schmøger, que escreveu sua vida, publicou-a em 1867, em alemão, e a versão francesa apareceu em 1868. Em 1820, os esgotos que sulcam o subsolo de Paris não tinham sido cavados, e em 1867, o metrô não estava construído.

⁸⁰ Ele volta freqüentemente aos traidores que rodeiam o Papa e às ciladas que Lhe são armadas: “Vejo tantos traidores! exclamou ela um dia. Eles não podem suportar que se diga: isso vai mal”.

Monsenhor Battandier, na correspondência que envia à *Semaine de Montréal* disse faz um ano: “...Limitar-me-ei a reproduzir esta frase de uma longa conversa que um bispo teve há cerca de dez dias com o Soberano Pontífice. — “Vós vos espantais do que me dizeis, mas não sabeis que tal e tal vão habitualmente à casa de Barrère. Esse embaixador consegue pagar muito mais, e largamente, ao meu pessoal para que continue junto a mim na função de espões”. — É exatamente o *periculum ex falsis fratribus*, que São Paulo denunciava como o mais grave dentre os que ele tivera que sobrepujar.

— Mas por que o Papa não afasta esses servidores indignos? Responderei a pergunta com uma anedota que aconteceu com Leão XIII. Um dia um alto prelado subiu correndo as escadarias da Secretaria de Estado e se precipitou para junto do cardeal. Ele chega quase sem fôlego e, numa frase cortada pela necessidade de respirar, faz saber ao cardeal que ele acaba de ter conhecimento, por acaso, de que três empregados do Vaticano são pagos pelo governo italiano para espionar e relatar ao Quirinal tudo quanto seja importante. Ele esperava agradecimentos, uma explosão de indignação e medidas severas contra esses traidores. O cardeal limitou-se a responder-lhe com calma: “Reconheço, Monsenhor, que vossas informações são perfeitamente exatas, mas não são completas. Não são três, mas quatro, as pessoas que o governo italiano paga por esse serviço. De outra parte, se desaparecessem do Vaticano, seriam substituídas imediatamente por outras, e minha situação ficaria bem mais delicada, porque eu precisaria descobri-las”.

que em casos extremos de desgraça ele tem visões e aparições.⁸¹ Vi muitos e piedosos bispos, mas eram fracos e o mau partido tomava a dianteira. Vi a Igreja dos apóstatas ter muito crescimento. Vi as trevas que saíam dela espalharem-se pelos arredores, e vi muita gente desertar da Igreja legítima e se dirigir para a outra dizendo: “Aqui tudo é mais natural”.

“Vi de novo as artimanhas do homem-negro. Tive ainda o quadro dos demolidores que atacavam a Igreja de São Pedro. Vi ainda como, no fim, Maria estendia seu manto sobre a Igreja, São Pedro e São Paulo também intervinham, e como os inimigos de Deus foram expulsos”.

Essa visão aconteceu, como dissemos, em 1820, quer dizer, sob o reinado de Pio VII, que ocupou o trono pontifício de 1800 a 1823. Os cinco últimos anos do seu pontificado foram aqueles em que Catarina Emmerich foi favorecida com as revelações mais importantes relativamente ao tema de que estamos tratando. Esta é uma das principais. Catarina viu o Papa numa grande tribulação e numa grande angústia. Com efeito, nesse momento Ele estava submetido a provas mais penosas do que tinha sido sua prisão pelos satélites de Napoleão e aquilo que se seguiu. Ela diz que em momentos de grande aflição ele foi favorecido com visões. Vemos na sua história que ela mesma foi freqüentemente conduzida por seu anjo junto a ele, como também junto ao seu sucessor, Leão XII. Ela ia para perto deles, não corporalmente, mas à maneira dos espíritos. Ela lhes transmitia os conselhos e mesmo às vezes as admoestações que seu guia celeste lhe sugeria. Essas comunicações eram produzidas através das iluminações de espírito a espírito, como nos mostra São Tomás relativamente aos anjos que se entretêm entre si, ou através de palavras faladas e ouvidas? Não o sabemos; mas esse desconhecimento não deve fazer-nos rejeitar a possibilidade dessas mensagens. Posto que Deus aceitava as orações e os sofrimentos de sua serva para o bem da Igreja, podemos admitir que Ele a enviasse junto ao Pastor supremo para esclarecê-lo, encorajá-lo e fazer com que evitasse os perigos que seus inimigos e os traidores a seu serviço lhe armavam, sem que, no entanto, ela deixasse seu leito de dores. Ela própria, ao mencionar uma mensagem da qual foi incumbida junto a um eclesiástico, nos dá a idéia do modo como essas comunicações são recebidas. “Precisei ir até Munster, junto ao vigário-geral. Tive de dizer-lhe que ele estragava muitas coisas por causa do seu rigor, que ele devia dispensar mais cuidados ao seu rebanho e permanecer mais em casa para aqueles que tinham necessidade de vê-lo. Foi como se ele tivesse encontrado no seu livro uma passagem que lhe sugerisse esses pensamentos. Ficou desgostoso consigo mesmo”. Görres, no

⁸¹ Um mês mais tarde, em 10 de agosto de 1820, ela diz: “A aflição do Santo Padre (Pio VII) e da Igreja é tão grande que devemos implorar a Deus noite e dia. O Santo Padre, mergulhado na aflição, trancou-se, para se subtrair a exigências perigosas. Ele está muito fraco e completamente esgotado pela tristeza, pelas preocupações e pela oração. A principal razão para se manter fechado é que não pode mais se fiar senão em poucas pessoas. Mas há perto dele um velho padre muito simples e muito piedoso que é um amigo e, por causa da sua simplicidade, considera-se não valer a pena ser afastado. Ele vê e observa muitas coisas que comunica fielmente ao Santo Padre. Informei-o enquanto ele rezava a propósito dos traidores e das pessoas mal intencionadas existentes entre os altos funcionários que vivem na intimidade do Santo Padre, a fim de que lhe seja dado conhecimento disso”.

capítulo XXVI do IV livro da *Mystique Divine*, fala dessa ação à distância, relata numerosos exemplos e procura explicá-la.

Distingue três formas e dá como exemplos do primeiro tipo Rita de Cássia, Pedro Regala, Bennon, bispo de Meissen, Afonso de Balzana, S. Anchieta; do segundo tipo, a Bem-Aventurada Liduína, Catarina Emmerich ; do terceiro tipo, São José de Cupertino, Santo Antônio de Pádua, São Francisco Xavier, Maria de Ágreda, São Lourenço Justiniano, Ângela da Paz.

É permitido acreditar que não seja coisa muito rara vir Nosso Senhor Jesus Cristo desta forma em auxílio do Seu Vigário por vias extraordinárias. O autor da vida de Catarina Emmerich fala nessa ocasião da assistência que Gregório XVI e Pio IX receberam de uma outra mística, Maria Moerl, nos momentos de particular perigo. Mais recentemente, em 1897 e 1898, uma religiosa do Bom Pastor, nascida Condessa de Drotz zu Vischering, teve a missão de informar Leão XIII acerca do desejo que Nosso Senhor tinha de ver o gênero humano consagrado ao seu divino Coração.⁸²



⁸² Os “Anais do Monte Saint-Michel” também mencionaram uma visão que Leão XIII teria tido enquanto celebrava a Missa, visão da qual ele teria dado conhecimento a monsenhor T., consultor da Congregação dos Bispos e Regulares. Ter-lhe-ia sido assim recomendado prescrever as orações e o exorcismo que são rezados após todas as Missas comuns. Eis como os *Anais* relatam o fato: “A terra apareceu-lhe como que envolta em trevas; e de um abismo entreaberto ele viu sair uma legião de demônios que se espalhavam pelo mundo para destruir as obras da Igreja e atacar a própria Igreja, que ele viu extremamente reduzida. Então São Miguel apareceu e repeliu os maus espíritos para o abismo”. Não neste momento, mas mais tarde, quando a multiplicidade e o fervor dessas orações tiverem produzido seu pleno efeito.

CAPÍTULO LXIV

NO QUAL VEMOS NÚBIUS REAPARECER

Várias vezes Ana Catarina fala da Igreja dos apóstatas, que também chama de Igreja das trevas e cujos progressos ela mostra. Ela também assinala nessa Igreja a presença e a influência de certos cúmplices dos principais chefes da franco-maçonaria. Que é essa Igreja? Ela não o precisa, senão pela frase que lemos acima: “Aqui tudo é mais natural”, e que parece indicar que com isso ela compreendia os propósitos daqueles que desertam da ordem sobrenatural para se porem mais à vontade no naturalismo.

Ela diz que a fraqueza, que a tolerância do clero permitiu a expansão dessa chaga. Ela diz até estado em Roma, como sempre em espírito, para sustentar o Papa, solicitado por seus assessores a fazer demasiadas concessões. Já nas *Soirées de Saint-Pétersbourg*, J. de Maistre fazia o senador russo dizer ao conde e ao cavalheiro católicos: “Examinai-vos a vós mesmos no silêncio dos vossos preconceitos e sentireis que vosso poder vos escapa”. E anotava essa causa: “Não tendes mais essa *consciência da força* que reaparece tão freqüentemente sob a pena de Homero, quando ele nos quer tornar sensível a nobreza da coragem. Não tendes mais heróis, NÃO OUSAIS MAIS NADA E TUDO SE OUSA CONTRA VÓS”. Catarina Emmerich ensina nas suas visões que essa “consciência da força” renasceria no clero e isto lhe foi apresentado sob uma bela imagem: “... A grande Senhora (a hierarquia eclesiástica assim figurada) carrega consigo um tabernáculo no qual existe um tesouro, uma coisa santa, que ela conserva, mas que ela não mais conhece bem: esse tesouro é a autoridade espiritual e a força secreta da Igreja que aqueles que estão na casa das núpcias (os católicos) não querem mais, não suportam mais. Mas esse poder crescerá de novo no silêncio. Os que resistirem serão então expulsos da casa, e tudo será renovado”.⁸³ Não assistimos em nossos dias, sob o pontificado de Pio X, ao cumprimento dessa profecia?

“Vi de novo as maquinações do homem-negro”.

Catarina Emmerich já tinha falado das maquinações do HOMEM-NEGRO na corte de Roma e várias vezes ainda o assunto será retomado na seqüência da sua história.

Nossos leitores recordam sem dúvida que precisamente nessa época em que a Venerável Catarina Emmerich sofria pela Igreja a franco-maçonaria, que acabava de se reorganizar, tinha estabelecido na própria Roma o que ela chamou de Grande Loja, e que à testa dessa loja de retaguarda ela colocara um personagem, membro de uma das embaixadas acreditadas junto à Santa Sé. Esse personagem tomara por pseudônimo dentro dessa sociedade secreta o nome de NÚBIUS, o homem-nublado, o homem das trevas e do mistério. A missão especial que o Poder Oculto lhe assinara consistia em preparar o assalto final à Santa Sé. Graças à sua situação na diplomacia, à nobreza da sua família, à sua fortuna, à sua sedução natural, ele era recebido em todos os lugares, tinha trânsito livre entre os superiores das Ordens, os prefeitos das

⁸³ Vida pelo Pe. Smœgher, II, p. 360.

Congregações, os cardeais, e graças à sua extrema prudência não levantava a menor suspeita em nenhum lugar.

Era ele que Ana Catarina seguia com os olhos de Vidente e qualificava de homem-negro, assim como ele se dizia homem-nublado? Não é temerário crer nisto.

Durante a oitava da festa de São João Evangelista daquele ano de 1820 em que a Grande Loja estava em plena atividade, a Venerável teve visões que diziam respeito à Igreja e aos assaltos que lhe iam ser desferidos. “Vi, diz ela, a basílica de São Pedro (figurando, como já observamos, a Igreja romana, a Igreja católica) e uma enorme quantidade de homens que trabalhavam para derrubá-la”. Sabemos que no início do século XIII Inocente III teve uma visão simbólica muito parecida. As paredes da basílica de Latrão, mãe e mestra de todas as igrejas, pareceram-lhe entreabrir-se. São Domingos e São Francisco vieram sustentá-las. Catarina Emmerich dirá mais tarde que viu também ao lado dos demolidores outros homens ocupados em fazer reparos na Igreja de São Pedro. Aqui ela acrescenta: “Fileiras de trabalhadores ocupados no trabalho de destruição estendiam-se *através do mundo inteiro*, e fiquei espantada com a coordenação com que tudo era feito. Os demolidores destacavam grandes pedaços do edifício. Esses sectários são numerosos e entre eles há apóstatas. Realizando o trabalho de destruição eles pareciam seguir certas prescrições e certas regras. Usavam aventais brancos, debruados com uma faixa azul e guarnecido de bolsos. Tinham colheres de pedreiro fixadas na cintura. Ademais, têm vestimentas de toda espécie. Entre eles existem personagens distintos dos outros, grandes e corpulentos,⁸⁴ com uniformes e cruzes, os quais, contudo, não trabalhavam diretamente, mas marcavam nas paredes da igreja, com a colher de pedreiro, o que era preciso demolir. Vi com horror que havia também entre eles padres católicos. (Ela diz num outro dia que ela captava dos lábios desses eclesiásticos as solenes palavras maçônicas: luz, ciência, justiça, amor). Frequentemente, quando os demolidores não sabiam bem como agir, eles se aproximavam, para se instruírem a respeito, de um dos seus, que tinha um grande livro no qual estava traçado todo o plano a seguir para as destruições, e este marcava exatamente, com a colher de pedreiro, o ponto que devia ser atacado; e logo um pedaço caía sob as marteladas. A operação prosseguia tranquilamente seu ritmo e caminhava infalivelmente, mas sem despertar a atenção e sem ruído, tendo os demolidores os olhos à espreita”.⁸⁵

O leitor não deve perder de vista que isto foi escrito por Clément Brentano em 1820, sob ditado de Catarina Emmerich. Podia-se melhor descrever o que ninguém então suspeitava? Era possível ver e dizer de melhor maneira por quem e como seria conduzida a guerra contra a Igreja? Vemos hoje que um plano de destruição foi traçado com antecedência com uma sabedoria diabólica. Vemos que os operários encarregados da execução encontram-se divididos por todos os países do mundo, que os papéis foram distribuídos e que cada qual recebeu o significado da tarefa que lhe

⁸⁴ Essa aparência exterior lhes era dada, aos olhos da Vidente, para, sem dúvida, indicar o lugar mais ou menos importante que ocupavam na seita.

⁸⁵ No prefácio das suas Obras Pastorais, monsenhor Isoard escrevia em 1884: “Os homens que trabalham para apagar todo o vestígio de religião na França conhecem muito nitidamente, muito exatamente, o que querem fazer. Nunca perdem de vista o objetivo execrável que se determinaram alcançar. Eles têm um plano de campanha. As grandes linhas desse plano estão traçadas definitivamente há mais de cem anos. As operações particulares estão fixadas há mais de quarenta anos. Os menores detalhes de execução estão definidos há quatorze anos.

incumbe. Eles cavam no lugar que lhes foi assinalado; param quando as circunstâncias o exigem, para retomar em seguida o trabalho com um novo ardor. Em todos os países católicos o assalto é conduzido simultaneamente ou sucessivamente: contra a situação que o clero secular ocupava no Estado e nas diversas administrações; contra os bens que lhe permitiam viver, render a Deus o culto que Lhe é devido, ensinar a juventude e aliviar a miséria; contra as ordens religiosas e as congregações. Relativamente à França, o plano geral da guerra que devia ser desfechada contra os católicos foi apresentado na Câmara dos Deputados no dia 31 de maio de 1883, por Paul Bert. Na execução desse plano, Ferry, Waldeck, Combes, Loubet, Briand, Clemenceau não tiveram nenhuma política pessoal. Eles executaram aquilo cujas linhas o chefe misterioso traçara, indo consultar seus subalternos, os depositários do pensamento, quando ficavam hesitantes ou embaraçados. Após os doze primeiros anos desse trabalho, o episcopado da França pôde dizer: “O governo da República tem sido a personificação de um *programa* de oposição absoluta à fé católica”. Desde então, cada ano tem abatido uma nova parte do edifício erguido por nossos pais, a Igreja da França. Catarina Emmerich via os franco-maçons e seus ajudantes distribuídos em diversas equipes, cada qual com uma tarefa determinada. Foi o que vimos. Gambetta foi encarregado da declaração de guerra. Paul Bert levou a picareta ao ensino, Naquet à constituição da família, Jules Ferry ao culto, Thévenet, Constans, Floquet etc. expulsaram o clero de todas as suas posições; Waldeck-Rousseau atacou as congregações religiosas; Combes, Clemenceau, Briand, conceberam e buscaram a separação entre a Igreja e o Estado.

Para os trabalhos de demolição no interior da Igreja há também engenheiros que podemos facilmente nomear: um ataca a Sagrada Escritura, outro a teologia, um terceiro a filosofia, este a História, aquele o culto. Sobretudo, há associações internacionais encarregadas, como vimos, de disseminar no público, e particularmente na juventude, o espírito refratário ao dogma.

Ana Catarina, que assim via os franco-maçons e seus cúmplices ou seus “inocentes úteis” se assanharem em demolir a Igreja, de dentro e de fora, também via o clero e os bons fiéis se esforçarem para entrar o trabalho deles e mesmo reerguer as ruínas já feitas, mas, diz ela, “com pouco zelo”. Os defensores pareciam-lhe não ter nem confiança, nem ardor, nem método. Eles trabalhavam como se ignorassem absolutamente do que se tratava e quanto era grave a situação. “Era deplorável”.⁸⁶

Catarina Emmerich não foi a única pessoa a quem Deus fez ver as tramóias da franco-maçonaria, para com isso engajá-la no combate à seita através das suas orações e sacrifícios. Havia em Roma uma pobre mulher, mãe de família, de nome Ana Maria Taigi, cuja vida foi publicada pelo Pe. Calixte, trinitário, vida esta declarada “conforme às peças do processo apostólico”. Em 27 de julho de 1909, realizou-se, na casa do cardeal Ferrata, a reunião preparatória para a sua beatificação. Seu historiador conta: “Ela via sobrenaturalmente as reuniões dos franco-maçons nas diversas partes do mundo; assistia aos seus conciliábulos, tinha conhecimento dos

⁸⁶ Em 4 de dezembro: “Ela teve uma visão e uma advertência relativamente a vários padres que, não obstante isso dependesse unicamente deles, não davam o que teriam podido dar com a ajuda de Deus; ela também viu que eles teriam de prestar contas de todo o amor, todas as consolações, todas as exortações, todas as instruções relativas aos deveres da religião que eles não nos dão, de todas as bênçãos que não distribuem embora a força da mão de Jesus esteja com eles, de tudo o que deixam de fazer à semelhança de Jesus (II p. 358).

seus planos; e, em razão dessa visão, ela dirigia a Deus fervorosas orações e generosas imolações. Nosso Senhor dissera-lhe: “Eu te escolhi para colocar-te no nível dos mártires... Tua vida será um longo martírio para a sustentação da fé”. Ela aceitara. E em mais de uma ocasião Deus frustrou os projetos da seita em consideração aos seus méritos. Assim, nos primeiros dias do pontificado de Gregório XVI (1831), uma revolta teve seu ponto de partida em Bolonha e estendeu-se gradativamente até às portas de Roma. A intenção era colocar a Cidade Eterna em revolução. Testemunhas ouvidas no processo de beatificação afirmaram que, desde os primeiros dias dessa revolta, Ana Maria predisse que ela fracassaria. Ela tivera a garantia de que seu sacrifício fora aceito.

O principal esforço dos demolidores foi sempre dirigido contra a cidadela da catolicidade. Aí vimos que o Poder Oculto estabeleceu a Grande Loja e, na direção dela, o homem que se fazia chamar pelos seus cúmplices de Núbius. Por seu turno, Catarina seguia as intrigas feitas em Roma por um homem poderoso. “Vi, disse ela um dia, o Papa em oração. Ele estava rodeado de falsos amigos. Vi sobretudo um homem-negro trabalhar para a ruína da Igreja com grande atividade. Ele diligenciava em cativar os cardeais através de adulações hipócritas”. Nossos leitores lembram sem dúvida que, na carta ao prussiano Klauss, Núbius dizia: “Algumas vezes passo uma hora da manhã na casa do velho cardeal Somaglia, o Secretário de Estado; cavalgo, seja com o duque de Laval, seja com o príncipe Cariati, ocasião em que freqüentemente encontro o cardeal Bernetti. Daí corro para a casa do cardeal Palotta; depois visito em suas células o Procurador-Geral da Inquisição, o dominicano Jabalot, o teatino Ventura ou o franciscano Orioli. À noite, começo nas casas de outros essa vida tão bem ocupada aos olhos do mundo”. Nessas visitas, nessas conversas, ele jamais perdia de vista a missão que recebera, o objetivo que queria alcançar e a respeito do qual dizia a um dos seus: “Sobrecarregaram nossos ombros com um pesado fardo, caro Volpe”.

Em 15 de novembro de 1819 a Venerável disse: “Precisei ir a Roma (em espírito, como sempre). Vi o Papa fazer demasiadas concessões em importantes negócios tratados com os heterodoxos. Existe em Roma um homem-negro que sabe obter muitas coisas mediante adulações e promessas. Ele se esconde atrás dos cardeais; e o Papa, no desejo de obter uma certa coisa, consentiu numa outra coisa que será explorada de maneira nociva. Vi isto sob a forma de conferências e troca de escritos. Vi em seguida o homem-negro vangloriar-se cheio de jactância diante do seu partido. “Eu o venci, disse ele, nós logo veremos o que acontecerá à Pedra sobre a qual está construída a Igreja”. Mas ele se vangloriou cedo demais. Precisei encontrar-me com o Papa. Ele estava de joelhos e rezava. Eu lhe disse (da maneira como ela mesma já explicou) aquilo que eu estava encarregada de lhe fazer chegar ao conhecimento. E o vi subitamente levantar-se e tocar a campainha. Mandou chamar um cardeal que encarregou de retirar a concessão que fizera. O cardeal, ouvindo isso, ficou completamente perturbado e perguntou ao Papa de onde lhe vinha aquele pensamento. O Papa respondeu que nada tinha a explicar sobre isso. “Basta, disse ele, deve ser assim”. O outro saiu inteiramente estupefato”.

“Vi muitas pessoas piedosas muito aflitas com as intrigas do homem-negro. Ele tinha o aspecto de um judeu”.

Em outro lugar ela fala ainda desse mesmo personagem: “O pequeno homem-negro, que vejo tão freqüentemente, *tem muitas pessoas que faz trabalhar para ele*

sem que elas conheçam o objetivo. Há também cúmplices seus na nova Igreja das trevas”, quer dizer, se não me engano, naquilo que se chamou catolicismo liberal, depois democracia cristã, naturalismo e, enfim, modernismo.

Num outro dia, falando ainda do homem-negro, a Venerável diz: “Eu o vi realizar muitas subtrações e falsificações”. Ela o via, acrescenta seu historiador, fazer desaparecer certas peças, adulterar outras, conseguir a destituição dos homens que o incomodavam na realização dos seus intentos. Ela via conselheiros do Papa ganhos pelas seduções favorecerem os conluíus da seita. Eles diligenciavam em subtrair do conhecimento do Pontífice as providências adotadas num sentido hostil à Igreja, por exemplo, aquelas destinadas a unir as crenças católica, luterana e grega numa mesma Igreja, da qual o Papa, destituído de todo poder secular, seria apenas o chefe aparente. Nossos leitores sabem que hoje a seita dilatou suas idéias. O que ela quer agora não é somente a fusão das confissões cristãs, é a destruição de todas as barreiras, dogmáticas e outras, para permitir a todos os homens se unirem num catolicismo que, para conter todos, não professaria mais nada, não mais exigiria a adesão a nenhum dogma. “De um lugar central e tenebroso, dizia ainda Ana Catarina (sem dúvida o lugar que o homem-negro presidia, ou no qual a Grande Loja deliberava), vejo partirem mensageiros que levam comunicações a diversos lugares. (Vimos na correspondência de um dos membros da Grande Loja que ela mantinha, através dos judeus que a ela pertenciam, relações com todos os países). Vejo essas comunicações saírem da boca dos emissários como um vapor negro que cai no peito dos ouvintes e acende neles o ódio e a raiva”.

Ela observava um dia, nestes termos, os efeitos dessa conspiração e dessa propaganda até no clero: “Vejo que nesse lugar (?) mina-se e sufoca-se a religião tão habilmente que resta apenas uma centena de padres que não estão seduzidos (pelas idéias modernas que os judeus declararam ter interesse em propagar). Não posso dizer como isso é feito, mas vejo a neblina e as trevas se espalharem cada vez mais”. Ela acrescenta: “Espero poder ajudar os que resistem a essas seduções tomando sobre mim as dores da Paixão de Cristo”. E quando ela disse isso, viu-se seu corpo se enrijecer e tomar a posição de uma pessoa estendida sobre a cruz. Um suor frio correu de sua fronte, sua língua se entorpeceu. Isso durou dez minutos e repetiu-se três vezes no mesmo dia. No fim, ela se abateu e ficou diversos dias num estado de aniquilamento do qual não saiu senão através da benção do seu confessor. “Continue, disse-lhe Jesus numa circunstância semelhante, continue a rezar e a sofrer pela Igreja. Ela arrebatará a vitória apesar das suas momentâneas humilhações, porque Ela não é uma instituição humana”.

Ana Catarina terminara o relato da sua grande visão de 1820 com palavras de consolação. Depois de ter dito: “Tenho sob os olhos o quadro dos demolidores da Igreja de Pedro e das tramóias do homem-negro”, ela acrescentara: “Vejo como no fim Maria estende seu manto sobre a Igreja e como os inimigos de Deus são expulsos”. Acabamos de ouvir Nosso Senhor pôr-lhe no coração a mesma esperança.



CAPÍTULO LXV

PREVISÕES DA ANTAGONISTA DOS FRANCO-MAÇONS

Não pretendemos apresentar as revelações da Venerável Ana Catarina Emmerich como artigos de fé; mas nenhum dos nossos leitores deixará de ter ficado espantado com a relação que elas têm, mesmo nos seus detalhes, com os fatos conhecidos mais tarde; o que autoriza se conceda certa confiança às predições que ela fez dos acontecimentos que ainda estão por vir.⁸⁷ “Eu vejo, disse ela um dia, as trevas se adensarem. Ameaça uma grande tempestade, o céu está coberto de um modo apavorante. Há poucas pessoas que rezam e a aflição dos bons é grande.⁸⁸ Vejo por toda a parte as comunidades católicas oprimidas, humilhadas, arruinadas e privadas de liberdade. Vejo muitas igrejas fechadas. Vejo grandes misérias se produzirem em todos os lugares. Vejo guerras e sangue derramado”.

Num outro dia: “Vi o povo feroz, ignorante, intervir com violência. Mas aquilo não durou”. Uma outra vez ainda, na festa de São Miguel, em 1820: “Tive a visão de uma imensa batalha. Toda a planície estava coberta por uma espessa fumaça. Vinhas estavam cheias de soldados, de onde atiravam continuamente. Era um lugar baixo:

⁸⁷ Nas *Soirées de Saint-Pétersbourg*, o senador, após ter lembrado os pressentimentos expressos pelos pagãos nos anos que precederam a vinda do divino Salvador, diz:

“O materialismo, que mancha a filosofia do nosso século, impede-a de ver que a doutrina dos espíritos, e em particular aquela do espírito profético, é inteiramente plausível por ela mesma, e, ademais, a que é melhor fundamentada pela tradição mais universal e mais imperativa que jamais houve. Pensais que os antigos tenham todos estado de acordo em crer que o poder de adivinhação ou profético era um apanágio inato ao homem? (Em nota, numerosas referências). Isto não é possível. Jamais um ser, e com mais forte razão, jamais uma classe inteira de seres poderia manifestar geralmente e invariavelmente uma inclinação contrária à sua natureza. Ora, como a eterna doença do homem consiste em penetrar o futuro, é uma prova certa de que ele tem direitos sobre esse futuro e que ele possui meios de alcançá-lo, pelo menos em certas circunstâncias...

“Se me perguntardes o que é esse “espírito profético”, responderei que “jamais houve no mundo grandes acontecimentos que não tenham sido preditos de alguma maneira”. Maquiavel é o primeiro homem que conheço como tendo antecipado essa proposição; mas se refletirdes nisso, vós mesmos descobrireis que a afirmação desse *piadoso* escritor está justificada por toda a História. Tendes um último exemplo na Revolução Francesa, predita em todos os aspectos e da maneira mais incontestável... Por que não quereis que seja da mesma maneira hoje? O universo está à espera. Como desprezariamos essa notável persuasão? E com que direito condenaríeis os homens que, advertidos por esses sinais divinos, entregam-se a sábias pesquisas?... Posto que, de todos os lados, uma multidão de seres exclama em conjunto: VINDE, SENHOR, VINDE! por que censuraríeis os homens que se lançam nesse futuro misterioso e se glorificam de adivinhá-lo...?”

Acima das *previsões* dos homens superiores pelo gênio, há as *profecias* dos santos, dos personagens que Deus favorece com comunicações sobrenaturais.

⁸⁸ Em outro lugar: “Meu divino Esposo mostra-me as tristezas do futuro. Vejo quão poucas pessoas rezam e sofrem para desviar os males que estão por vir”.

viam-se as grandes cidades ao longe. Vi São Miguel descer com numerosa tropa de anjos e separar os combatentes. Mas isso só acontecerá quando tudo estiver perdido. Um chefe invocará São Miguel e então a vitória descerá”. Falando em outro lugar dessa batalha que parece, no seu pensamento, dever pôr fim ao atual estado de coisas, ela também diz: “O arcanjo São Miguel virá em socorro do generalíssimo que o invocará e lhe anunciará a vitória”. Já em 30 de dezembro de 1809 ela havia dito ver São Miguel “pairando sobre a igreja de São Pedro, brilhante de luz, usando uma vestimenta vermelho-sangue e segurando na mão um grande estandarte de guerra. Verdes e azuis combatiam contra os brancos, que pareciam sofrer a derrota. Todos ignoravam por que combatiam. Entretanto, o anjo desceu, foi aos brancos e eu o vi várias vezes à frente de todas as suas coortes. Então eles ficaram animados de uma coragem maravilhosa, sem que soubessem de onde isso lhes vinha. O anjo multiplicava seus golpes entre os inimigos, as tropas inimigas passavam para o lado dos brancos, outros fugiam para todos os lados”. O historiador de Ana Catarina acrescenta: “Ela ignorava a época dessa batalha e dessa intervenção celeste”.

Assim como a Venerável Ana Catarina Emmerich previu, nós vimos as comunidades oprimidas. Assistimos aos inventários das nossas igrejas e aos processos contra os padres que nelas celebravam a Missa. Elas não estão fechadas, mas, legalmente, elas não mais nos pertencem e o usurpador espera a hora propícia para nos expulsar. As greves, que se multiplicam por toda a parte, pressagiam uma insurreição geral. E a guerra está sempre ameaçante, devendo colocar em conflito todos os povos e em cada nação a população inteira estará em armas.

Catarina Emmerich anuncia que quando tudo parecer perdido, o arcanjo São Miguel, invocado por um dos generalíssimos, virá dar-lhe a vitória. Seria o início das misericórdias divinas.

Em 1820, no final de outubro, o estado da Igreja foi novamente mostrado à Venerável sob a imagem da basílica de São Pedro. Ela viu as sociedades secretas estenderem suas ramificações por toda a terra, e desfechar contra a Igreja uma guerra de extermínio que lhe pareceu ter relação com o império que o Anticristo estabelecerá. Essa visão reproduz muitos aspectos semelhantes aos que se encontram no Apocalipse de São João. A pobre camponesa não conhecia, naturalmente, quase nada da Sagrada Escritura, nem de qualquer outro livro. Nesse êxtase ela viu, como já lhe havia sido mostrado, a intervenção da Santíssima Virgem. A Igreja pareceu-lhe inteiramente restaurada. Viu os trabalhos da seita destruídos, e seus aventais e todos os seus instrumentos queimados pela mão do carrasco num lugar marcado pela infâmia.

Três meses antes ela havia dito: “Tive de novo a visão da igreja de São Pedro minada segundo um plano formado pela seita secreta. Mas também vi o socorro chegar no momento da mais extrema aflição”.

Várias vezes suas visões terminaram com a aparição da Santíssima Virgem que descia do Céu e cobria com o manto da Sua proteção a Igreja Católica figurada pela basílica de São Pedro. A principal dessas visões é assim relatada: “Ana Catarina viu a igreja demolida pelos franco-maçons e ao mesmo tempo reerguida pelo clero e pelos bons fiéis, mas, diz ela, com pouco zelo”. A parte exterior da igreja já estava totalmente derrubada. Só restava de pé o santuário com o Santíssimo Sacramento. “Eu estava acabrunhada de tristeza e me perguntava onde estava aquele homem que eu tinha visto outrora permanecer sobre a Igreja para defendê-la, usando uma vestimenta vermelha e segurando uma bandeira branca. Então vi uma mulher cheia de

majestade avançar pela grande praça que fica diante da igreja. Ela tinha seu amplo manto erguido sobre os dois braços, e ela se levantou suavemente no ar. Ela se postou sobre a cúpula e estendeu sobre a igreja, em toda a sua extensão, o manto que parecia faiscar de ouro. Os demônios acabavam de tomar um instante de repouso; mas quando quiseram voltar ao trabalho foi-lhes absolutamente impossível aproximar-se do espaço coberto pelo manto virginal”.

“Entretanto, os bons puseram-se a trabalhar com uma atividade incrível. Vieram homens muito velhos, impotentes, esquecidos, depois muitos jovens fortes e vigorosos, mulheres e crianças, eclesiásticos e seculares; e o edifício foi logo inteiramente restaurado. Vi tudo se renovar e uma igreja que se erguia até o céu. Quando tive esse espetáculo, não via mais o Papa atual, mas um dos seus sucessores, doce e severo ao mesmo tempo. Ele sabia unir a si os bons padres e afastar para longe dele os maus”.

“Quanto à época em que isso deve acontecer, não posso indicá-la”.

Na festa da Santíssima Trindade desse mesmo ano, ela dissera: “Vi uma imagem desse tempo *distante* que não posso descrever. Mas vi sobre toda a terra a noite se retirar e a luz e o amor (a fé e a caridade) retomarem uma nova vida. Tive nessa ocasião visões de toda espécie sobre o renascimento das Ordens religiosas. O tempo do Anticristo não está tão próximo como alguns crêem. Haverá ainda precursores, e vi em duas cidades doutores de escola dos quais poderiam sair esses precursores”. De outra parte, a franco-maçonaria não será completamente aniquilada. Ouvimos Ana Catarina dizer que ela prepara a vinda do Anticristo, aqui ela diz: “Os homens de avental branco continuaram a trabalhar, mas sem ruído e com grande circunspecção. Eles estão temerosos e têm sempre o olho à espreita”. Após o triunfo da Igreja, após a renovação de todas as coisas em Cristo, eles continuarão, pois, a existir, a recrutar, como fizeram após a Concordata e a Restauração, mas em meio a um mistério maior e mais impenetrável do que nunca, até à proximidade do dia em que o homem de pecado virá coroar a sua obra, para ser em seguida ele próprio vencido pelo Cristo triunfante em meio aos Seus eleitos. A próxima vitória não será, pois, a última. E a glória dessa que aguardamos, o divino Salvador quis deixá-la à Sua Mãe, segundo o que dissera no primeiro dia: *Ipsa conteret caput tuum*.

Faz mais de vinte e quatro anos que Catarina Emmerich é favorecida com essas visões sobre o futuro, que ela descreve ao sair dos êxtases e que Clément Brentano consigna nas suas notas sob ditado: quais eram nisso os desígnios de Deus? Não se vê outro que não o de sustentar a coragem nos dias da grande provação através da garantia dada de que ela terminaria subitamente quando tudo parecesse perdido, pela intervenção da Imaculada.

Outras pessoas receberam e nos deram as mesmas esperanças. Em 1830 uma Filha da Caridade, Catarina Labouré, recebeu da Santíssima Virgem a confirmação de uma sucessão de acontecimentos futuros, uns felizes, outros infelizes.

Numa primeira aparição, em 18 de julho de 1830, a Virgem Imaculada disse que o mundo estava ameaçado de desordens gerais. Na segunda, em 27 de novembro do mesmo ano, Ela mostrou a causa: o mundo se recolocara sob o império de Satanás. Mas ao mesmo tempo Ela mostrou que intercedia por ele e o apresentava a Deus sob a forma de um globo, com suas mãos virginais. Sua oração foi ouvida, porque abundantes graças se derramaram das Suas mãos sobre o globo e particularmente

sobre um ponto, a França.⁸⁹ Mas à Sua oração é preciso que se junte a nossa e por isso foi mandado à Irmã Labouré fazer cunhar e espalhar por toda a parte uma medalha com esta inscrição: “Ó Maria concebida sem pecado, rogai por nós que recorremos a Vós!”

É, pois, para Maria que devemos dirigir o olhar e fazer subir nossas orações. “Se Deus salva o mundo e Ele o salvará, disse Dom Guéranger,⁹⁰ a salvação virá pela Mãe de Deus. Por Ela, o Senhor extirpou os espinheiros e os espinhos da gentilidade; por Ela triunfou Ele sucessivamente sobre todas as heresias; hoje, porque o mal está no seu cúmulo, porque todas as verdades, todos os deveres, todos os direitos estão ameaçados de naufrágio universal, tudo isto é razão para crer que Deus e Sua Igreja não triunfarão uma última vez? É preciso confessar, existe matéria para uma grande e solene vitória, e é por isso que nos parece que Nosso Senhor reservou toda a honra dessa vitória à Maria; Deus não recua, como os homens, diante dos obstáculos. — Quando chegarem os tempos, a serena e pacífica Estrela dos Mares, Maria, levantar-se-á sobre esse mar proceloso das tempestades políticas e as ondas tumultuosas, espantadas por refletirem Seu suave brilho, tornar-se-ão calmas e submissas. Então não haverá senão uma Voz de reconhecimento que subirá Àquela que, uma vez mais, terá aparecido como o sinal da paz após um novo dilúvio. Maria é a chave do futuro, como Ela é a revelação do passado”.

Monsenhor Pie, quase no mesmo tempo, dizia na igreja Notre-Dame de Poitiers:

“A própria magnitude dos nossos males é a medida das graças que nos estão reservadas. Maria Imaculada *foi colocada como um arco luminoso na nuvem, e esse arco é um sinal da reconciliação, da aliança entre Deus e a terra.* Por negras que sejam as nuvens acumuladas sobre nossas cabeças, e que são como que uma cortina que nos impedem de perceber qualquer claridade no céu, não me inquieto porque Deus declarou que à vista do arco Ele se lembraria da Sua promessa e que nenhuma inundação universal destruiria mais a terra... *Está no destino de Maria ser uma aurora divina*”.

Muito antes destes e de tantos outros que falaram no mesmo sentido, a própria Maria dissera a Santa Brigitte: “Sou a Virgem da qual nasceu o Filho de Deus. Permaneci aos pés da cruz no momento em que Ele triunfou do inferno e abriu o céu derramando o sangue do Seu divino Coração... Pairo hoje sobre este mundo e intercedo junto a meu Filho. Sou semelhante ao arco-íris que parece descer das nuvens à terra para tocá-la nas suas duas extremidades; porque Eu me inclino para os homens e minha oração atinge os bons e os maus. Eu me inclino em direção aos bons para mantê-los na fidelidade aos ensinamentos de sua Mãe, e me inclino em direção

⁸⁹ Após o relato da grande batalha em que os bons triunfam pelo socorro de São Miguel, Ana Catarina acrescenta: “Quando o anjo desceu do alto da igreja vi, acima dele, no céu, uma grande cruz luminosa à qual o Salvador estava preso; de Suas chagas saíam feixes de raios resplandecentes que se espalharam pelo mundo. Os raios das mãos, do lado e dos pés tinham a cor do arco-íris; eles se dividiam em linhas muito tênues, algumas vezes eles se reuniam e atingiam assim as aldeias, as cidades, casas sobre toda a superfície do globo. Os raios da chaga do lado se derramavam sobre a igreja colocada abaixo, como uma corrente muito abundante e larga. A igreja estava toda iluminada, e vi a maior parte das almas entrar no Senhor através dessa corrente de raios”.

“Vi também na superfície do céu um coração resplandecente do qual saía um caminho de raios que se espalhavam sobre a Igreja e sobre muitos países. Foi-me dito que esse coração era Maria”.

⁹⁰ Prefácio para a obra do Pe. Poiré, *La Triple Couronne de la Mère de Dieu*.

aos maus para tirá-los de sua malícia e preservá-los de uma perversidade maior... O homem que põe suas preocupações em fortalecer os fundamentos da Igreja pode contar na sua fraqueza com a ajuda da Rainha do Céu”.⁹¹

No momento atual todos os verdadeiros Filhos de Maria têm os olhares voltados para a Virgem Imaculada. É com Ela que contam para fortalecer os fundamentos da Igreja e dissipar a pestilência que as lojas maçônicas e os antros de Cabala espalharam por toda a face da terra. Todas as almas que permaneceram verdadeiramente cristãs estão atualmente voltadas com invencível esperança para a Advogada do gênero humano, a todo-poderosa medianeira entre o divino Redentor e os remidos. Todos sentem que, sozinha, Maria pode frustrar as gigantescas conspirações formadas contra Cristo e contra a Sua Igreja. Apressemos, mediante orações mais fervorosas do que nunca, a hora dessa libertação.



⁹¹ Revelações, IV, 48 e III, 10.

SOLUÇÃO DO ANTAGONISMO ENTRE AS DUAS CIVILIZAÇÕES

CAPÍTULO LXVI

I. — PREMONIÇÕES DIVINAS

Alguns terão ficado surpreendidos em nos verem, nestes tempos de ceticismo, propor-lhes à atenção as palavras de uma Vidente. Não devem perder de vista que a luta engajada entre a civilização cristã e a civilização pagã não deve ser encarada somente nos fatos que a História registra e dos quais ela é testemunha, mas nas suas causas. Essas causas, nós a mostramos na própria origem do mundo, no dom da vida sobrenatural que Deus quis fazer à humanidade, assim como ao mundo angélico, e na oposição que os homens, assim como os demônios, escutando seu orgulho e dando ouvidos às insinuações de Lúcifer, fazem às propostas da Bondade divina. A luta que se vê sobre a terra não é senão a resultante daquela deflagrada nas regiões misteriosas entre Satanás e seus sequazes, os cabalistas e os franco-maçons, etc., de um lado, e de outro lado os santos e sua Rainha, a Mãe da divina graça.

Já tivemos de abrir aos olhos dos nossos leitores o capítulo doze do Apocalipse de São João. Devemos voltar a ele.

Nesse capítulo, dissemos, São João nos transporta simultaneamente a dois campos de batalha, um na face da terra, outro nas profundezas dos céus. Ele desenrola aos nossos olhos a dupla luta que o Dragão iniciou no alto contra Miguel e seus anjos e aquela que sustenta aqui contra a Mulher, Mãe d'Aquele ao Qual pertence o governar todas as nações. A cena celeste e a cena terrestre parecem mesmo confundir-se, e o que lhes imprime o traço de união é a Mulher, que aparece numa e noutra. No céu, como na terra, o Dragão se mantém diante d'Ela, espiando a hora do nascimento do Filho, o Filho do céu, Nosso Senhor Jesus Cristo, o filho da terra, a raça dos que se opõem cá embaixo à Satanás sob a bandeira de Maria.

Vários aspectos dessa visão podem ser aplicados à Santíssima Virgem, mas para poder ter em consideração todos os aspectos da imagem simbólica que é apresentada aqui, é preciso aplicá-los à *Igreja*: a Igreja, que começou no Paraíso terrestre, se desenvolveu através dos períodos patriarcal e mosaico e alcançou sua forma definitiva no catolicismo, é a *humanidade* (1º aspecto) *elevada* por Deus a uma condição superior, ao estado sobrenatural (2º aspecto). Ela nos é representada como dando à luz o Rei ao qual o Salmo II, 9, promete a vitória sobre as nações, quer dizer, Cristo. Com efeito, a humanidade elevada e santificada, deve *produzir o Cristo integral* (3º aspecto): primeiro o próprio Jesus Cristo, que é verdadeiramente *Filho do homem* e, como tal, pertence à *raça da mulher*, depois todos os eleitos, membros do corpo místico do qual Ele é a cabeça, com os quais Ele e sua Mãe devem esmagar a cabeça da serpente e reinar como vencedores sobre a humanidade rebelde a Deus.⁹²

⁹² A Santa Bíblia, versão francesa segundo os textos originais, T. VIII, *Apocalipse*. Pe. Peffard, S.J.

Após ter mostrado a franco-maçonaria na sua organização, nas suas obras, nas suas aspirações, nos seus mestres e no seu chefe, devíamos, pois, transportar o pensamento dos nossos leitores para as regiões místicas em que as almas privilegiadas entram em luta direta com Satanás e os seus para se oporem às obras deles e destruir-lhes os efeitos.

A conclusão desse estudo foi o anúncio discreto de acontecimentos formidáveis que terminariam com o triunfo dos Filhos de Deus e a renovação da ordem cristã perturbada desde a Renascença. Se meditarmos na duração do período que devem conter e na grandeza do objeto em litígio, não nos espantaremos, compreenderemos bem que esses acontecimentos devem estar inteiramente fora da ordem ordinária das coisas, e que eles sejam daqueles com os quais Deus julgou dever nos prevenir.

Freqüentemente Ele tem tido a bondade de condescender ao desejo do coração humano impaciente em conhecer seus destinos. Nos longos séculos que precederam a vinda do Messias Ele confortou a espera através de promessas sem cessar renovadas. Ele anunciou os acontecimentos nos quais elas deveriam se concretizar, determinou os tempos e os lugares em que deveriam se realizar.

Vindo o Messias, realizada a expiação, merecida a salvação, Deus podia deixar a Redenção estender-se de povo a povo, ganhar as gerações umas após as outras sem nos manifestar o plano segundo o qual se realizaria a obra do divino Salvador. No entanto, Ele o fez através do livro que ditou na Ilha de Patmos ao Apóstolo bem-amado.

E agora, muitos fatos nos permitem crer que após essa revelação fundamental Ele não se condenou a um silêncio absoluto. Dias obscuros e dias terríveis deviam vir nos quais a coragem dos filhos de Deus deveria ser sustentada. Nessas conjunturas, homens, mulheres de rara virtude, cuja santidade, pelo menos relativamente a vários deles, foi atestada por decretos de canonização, vieram dizer: Deus manifestou a mim Seus caminhos e eis o que acontecerá.

A Igreja não nos diz, relativamente a nenhum desses profetas, aquilo que Ela diz dos do Antigo Testamento e dos Apóstolos: o Espírito Santo apoderou-se das suas inteligências e ditou-lhes estas palavras.⁹³ Mas ela afirma que o dom da profecia, assim como o dom dos milagres, é permanente entre os filhos de Deus, que ele se manifestou no passado e que ele continuará a se manifestar no futuro. Podemos, pois, abrir os livros em que santos personagens consignaram aquilo que viram ou acreditaram ver acerca dos desígnios de Deus, da conduta da sua Providência e procurar descobrir aí o que deve resultar dos acontecimentos que presenciamos.

Nessa investigação, dois defeitos devem ser evitados: confiar em qualquer um que se apresente como profeta, ver em tudo o que é dito a revelação do que acontece no tempo no qual se vive.

Jamais percamos de vista num estudo desse gênero a palavra do salmista: “Deus existe desde toda a eternidade; mil anos passam diante dEle como o dia de ontem que já se escoou ou como a vigília da noite que chega”. Por conseguinte, não nos espantemos se, falando aos seus, ele os entretém com acontecimentos que se

⁹³ Segundo a doutrina da Igreja, as revelações feitas a um particular têm apenas um valor privado, não empenhando a crença de ninguém, e servem apenas para a edificação pessoal dos fiéis, e a Igreja, quando as aprova, nada mais faz do que reconhecer que não se encontra nessas páginas nada que se oponha à fé ou à moral cristãs.

realizarão a longo prazo, com acontecimentos que abarcarão às vezes vários séculos. É preciso fazer pairar o espírito deles acima dos tempos, e é a essa altura que devemos nos elevar se quisermos ter a compreensão daquilo que nos foi anunciado por eles, já desde o século XI.

Eles assistiram em espírito ao longo esforço do naturalismo para se implantar na Cristandade, esforço de cinco séculos, cujas últimas energias presenciamos.

Cinco séculos!

Se o fato não estivesse aí teríamos dificuldade em acreditar num combate tão longo. Mas não se disputa essa coisa que ultrapassa todas as outras: o futuro da humanidade, não somente no tempo, mas na eternidade? Entre nós, um dos principais elementos da grandeza de uma obra é o tempo que ela exige, a duração necessária à sua realização. Mas o que são nossos cinco séculos de lutas à vista da sublimidade do duelo estabelecido entre Lúcifer e o Homem-Deus e entre Aquele que vê os exércitos de Satanás atacar os exércitos de Miguel para roubar-lhes o dom que os diviniza? E quanto ao que se passou no Éden, sem dúvida a Sagrada Escritura apresenta-nos o relato em termos que o colocavam à altura das inteligências primitivas para as quais foi inicialmente redigido; mas não temos dificuldade em conceber qual foi a magnitude do drama que devia ter tão grandes conseqüências para todo o gênero humano e para toda a seqüência dos séculos.

A provação a que está submetida a Cristandade desde o século XIV, o cerco da Igreja pela seita maçônica, a invasão progressiva do naturalismo na cidade de Deus através da Renascença, depois da Reforma, depois do Filosofismo, depois da Revolução, corresponde, em sua amplitude, à magnitude dos dramas precedentes.

Um pensamento, no entanto, se apresenta. Como Deus, na Sua infinita bondade, pode deixar durar assim um escândalo sob o qual tantas almas tropeçarão?

Não existe outra resposta que não a do Espírito Santo através da boca de Salomão no Antigo Testamento e da de São Paulo no Novo:

“Que homem pode conhecer os desígnios de Deus?
Quem pode penetrar nas determinações do Senhor?
Tímidos são os pensamentos dos mortais,
E incertas as nossas concepções.
Mal podemos compreender o que está sobre a terra,
Difícilmente encontramos o que temos ao alcance da mão.
Quem, portanto, pode descobrir o que se passa no céu?”⁹⁴

E o Apóstolo:

“Ó abismo insondável da sabedoria e da ciência de Deus! Quão impenetráveis são os seus juízos e incompreensíveis os seus caminhos. Quem pode compreender o pensamento do Senhor? Quem jamais foi o seu conselheiro? DEle, por Ele e para Ele são feitas todas as coisas”.⁹⁵

Mas, se Ele fez todas as coisas para a Sua glória, Ele também as fez para a nossa salvação; e quem ousaria dizer que o número dos santos, o número daqueles que gozarão a eterna Beatitude teria sido maior durante esses cinco séculos, e que suas

⁹⁴ Sab. IX.

⁹⁵ Rom. XI, 33-36.

virtudes teriam sido mais heróicas e sua glória mais ilustre se suas vidas tivessem decorrido numa paz sem estímulos e sem combates? E depois, na consideração das obras de Deus é preciso saber não limitar seus horizontes. Que são cinco séculos de lutas comparados a cinqüenta, sessenta séculos, talvez mais, que tiveram de aguardar a vinda do divino Redentor, e comparados a esses, mais numerosos do que podemos supor, os que devem usufruir os frutos da sua Redenção? Esse pensamento não é temerário: não nos ensinou o Espírito Santo que Ele regra todas as coisas com medida, número e peso?

Deus paira acima do imenso campo de batalha que abarca toda a criação, o único eterno, o único princípio de todo o ser, das substâncias espirituais como das materiais: autor de tudo o que há de existente nos demônios como em todas as outras criaturas, Ele domina os combatentes dos píncaros da altura do seu Ser infinito. Ele não está comprometido na luta, quaisquer que sejam as vicissitudes; Ele não pode ser perturbado por elas, ou melhor, Ele as dirige para os Seus objetivos “com força e suavidade”, quer dizer, com um poder de um sucesso infalível, não obstante respeitando a liberdade de todos.

Se é verdade que a luta a que hoje assistimos remonta à Renascença, nada de espantoso que Deus tenha desde aquela época traçado as suas diferentes fases. O tempo absolutamente não é para Deus o que é para nós. Ele existe desde toda a eternidade; mil anos passam diante dEle como o dia de ontem que já se escoou ou como a vigília da noite que chega. Eis o que o homem não deve cessar de dizer a si mesmo quando considera as revoluções que transformam o mundo e quando procura compreendê-las. Milhares de anos tiveram de passar antes que se pudesse cumprir a promessa de um Redentor feita a Adão. Quantos outros milhares, quantas lutas e vicissitudes exige a Redenção para chegar a seu termo, para triunfar daquilo que o pecado original colocou no coração do homem, para cumprir em toda a sua extensão e perfeição os desígnios da Bondade infinita!

Assim, acolhamos com naturalidade as palavras de esperança e de reconforto que grandes servidores de Deus vieram nos trazer, e creiamos de bom grado que eles eram Seus embaixadores quando, na entrada desse longo período de lutas, em que o natural queria sufocar o sobrenatural, em que Satanás queria triunfar sobre a Virgem, eles vieram dizer: Nada temais, Deus está convosco, Ele é o soberano Senhor de todas as coisas, Ele saberá transmutar em vantagem para vós e para a Sua glória a maldade do demônio.

“Nosso século, disse monsenhor Roess, bispo de Estrasburgo, tem particular necessidade de saber que Deus dirige todos os acontecimentos deste mundo por sua divina Providência, e que, se Ele muito quer dar a conhecer seus desígnios à humanidade é às almas humildes que Ele os revela”. E monsenhor Vibert, bispo de Saint-Jean-de-Maurienne: “Deus prova, por essas profecias, que tudo está submetido ao Seu governo; e para que a prova seja mais completa, Ele quase sempre se serve, para anunciar os maiores acontecimentos, daqueles que são pequenos e sem valor segundo o mundo: *Revelasti ea parvulis*”. Monsenhor Marinelli, bispo de Syra, diz por seu turno: “No imenso amor que Deus dá à sua Igreja, obra das suas mãos, e aos homens, os quais, na maior parte do tempo, são ingratos, mas que nem por isso são menos criaturas Suas, Ele se dignou de predizer e anunciar aos mortais, através da boca dos Seus profetas, desde o começo do mundo, e no Antigo Testamento, verdadeira figura e tipo da Sua Igreja sob o Novo Testamento, as vicissitudes da Santa Igreja, as tribulações e os males que, em todas as épocas e sobretudo no fim dos

tempos, deviam castigar e oprimir o mundo, a fim de manter os homens em vigilância contra Satanás e seus emissários, e dispô-los a prevenirem, pela penitência e pela humildade, os golpes suspensos pela Justiça divina sobre a cabeça dos maus. Foi assim que, por uma particular providência, Deus quis fazer preceder, em todos os tempos, as grandes catástrofes do mundo e as grandes tribulações da Igreja, de sinais precursores e de predições, porque os golpes previstos por antecipação são menos terríveis de suportar, diz São Gregório Magno”.

Faz cinco séculos que, sob a direção de Lúcifer e através da ação das lojas, o judaísmo, o protestantismo e o modernismo, ajudados por todas as paixões e por todos os vícios, assaltam a Civilização Cristã. Hoje, reunidos, seus batalhões realizam o supremo esforço para substituir a religião divina pela religião da humanidade e entregar a Satanás a direção das almas e dos povos.

Desta feita, pensam eles, o engajamento é definitivo, porque o mestre deles conhece a palavra do Apóstolo: “É impossível que aqueles que foram uma vez iluminados, saborearam o dom celestial, participaram dos dons do Espírito Santo, experimentaram a doçura da palavra de Deus e as maravilhas do mundo vindouro, e que apesar disso caíram na apostasia, se renovem outra vez para a penitência, visto que, de sua parte, crucificaram de novo o Filho de Deus e O entregaram à ignomínia. O terreno que recebe chuvas freqüentes e fornece ao agricultor boas searas é abençoado por Deus; mas o que produz só espinhos e abrolhos é julgado de má qualidade, e não demora a ser amaldiçoado e acabará sendo queimado”.⁹⁶

Será esta a sorte da atual geração? Estamos sendo julgados por termos demasiadamente “desprezado as riquezas da bondade, da paciência e da longanimidade divinas”?⁹⁷ Há os que assim crêem e não são dos menos esclarecidos.

Depois da Revolução, o naturalismo se apossou de todo o organismo social. Se ele não pode reger todas as existências individuais, ele quer ser a lei dos Estados e o princípio regulador do mundo moderno. A noção secular do Estado cristão, da lei cristã, do príncipe cristão, noção tão magnificamente estabelecida desde os primeiros tempos do Cristianismo, foi abolida, ao que parece, para sempre. A secularização de toda a ordem social é a palavra de ordem dada, aceita, e cuja realização se busca com uma perseverança que jamais se cansou há mais de um século e que acaba de levar a França à separação entre a Igreja e o Estado, quer dizer, a um espécie de apostasia. Ademais, em todo lugar os governantes e os povos, impregnados dessa doutrina de que o elemento civil e social dependem só da ordem humana, se levantaram contra Deus e contra seu Cristo, quebram Seus laços, sacodem o jugo daquilo que chamam de superstição. Eles chegaram não somente à negação de toda ordem e de todo ser sobrenatural, mas à deificação do homem que substituiu Deus.

Através da escola eles aprenderam o meio de tornar sua obra perpétua e indestrutível.

Eles vão mais longe do que Satanás. Jamais Satanás negou Deus. Ele não podia: sua natureza tão elevada e, por conseguinte, tão esclarecida, não o permite. Eles, abusando da fraqueza intelectual da criança, não se contentam em introduzir-lhe na alma o desprezo à Igreja, aos seus ensinamentos, aos seus sacramentos, a tudo o que constitui o sobrenatural. Ele negam não somente Cristo, autor da graça, mas a

⁹⁶ Heb. VI, 4-8.

⁹⁷ Rom. II, 4.

própria existência de um Deus criador. E como a idéia de Deus não cessa de povoar o espírito humano, nas regiões superiores do ensino eles dão resposta a ela. Deus, dizem eles, outra coisa não é senão o mundo concebido pelo nosso espírito *sob sua forma ideal* e o mundo nada mais é do que o próprio Deus, percebido por nós *na sua realidade*.

Foi nessa doutrina que desaguou o MODERNISMO que Sua Santidade o Papa Pio X pôs a nu na Encíclica *Pascendi*, perseguindo-o, dizimando-o, anatematizando todos e cada um dos seus instrumentos de erudição e de raciocínio.

Já não atingimos o fundo do abismo? Que mais precisaria acontecer para temer as ameaças que São Paulo acaba de nos fazer ouvir? A profecia de Daniel está realizada em toda a sua extensão: *“Et elevabitur et magnificabitur adversus Deum, et adversus Deum deorum loquetur magnifica*. O homem se levantará contra o Senhor; ele proferirá contra o Deus dos deuses orgulhosas insolências, e veremos a apoteose do homem com exclusão de toda divindade”.

Que esperar nesse estado senão o raio que aniquila? O mundo não tem mais razão de ser se pretende continuar assim.

Converter-se-á? Voltar-se-á para Deus para dizer-Lhe a oração que Jeremias lhe dirigiu após suas lamentações?

“Tu, Jeová, reinas eternamente!
Teu trono subsiste de geração em geração.
Por que nos esquecerias por todo o sempre?
Abandonar-nos-ias por toda a duração dos nossos dias?
Faze-nos voltar a Ti, ó Jeová! e retornaremos;
Dai-nos outros dias como aqueles de outrora”.

Eis o grande enigma do dia de hoje. Os povos cristãos converter-se-ão e o mundo poderá gozar os longos séculos de prosperidade temporal e espiritual que alguns esperam; ou ele perseverará na sua apostasia e então Deus castigará o mundo.

Qual das duas soluções veremos realizar-se num futuro próximo?

Quem pode dizê-lo se consulta apenas sua própria sabedoria? As misericórdias de Deus são infinitas e a malícia do homem excitada pela perversidade de Satanás não conhece limites. No entanto, Deus faz-nos repetidos avisos, os mais urgentes convites: o Sagrado Coração, a Imaculada Conceição e hoje a canonização de Joana d’Arc. Acabaremos por segui-los, ou seremos como as águas que jamais voltam às suas fontes? Apresenta a História o exemplo de um povo transviado que tenha retornado ao caminho? Após as reações, reações de um dia que se seguem às catástrofes, vemos os povos reencontrar aquilo que eram antes delas.

É o nosso fato de ontem e de hoje.

Deus, na sua predileção, faria por nós uma exceção à lei da História?

Há os que carregam essa esperança no coração e que a manifestaram.

“Para responder às orações dos santos, diz Saint-Bonnet, Deus chamar-nos-á das fronteiras do nada, e o gênero humano, estupefato pela iniquidade cometida ao renegar seu Criador e seu Redentor, esclarecido sobre a inutilidade do seu longo querer, dos seus esforços inúteis para colocar o paraíso na terra, deixará cair seu orgulho e retornará às fontes da vida. As gerações que em seguida serão chamadas a completar o número dos eleitos permanecerão para sempre edificadas com a grandeza desse tríplice espetáculo: uma profundidade da malícia humana que não terá como

igual senão a impotência a que se verá reduzida; o vazio no qual terá momentaneamente entrado a civilização que se desvencilhou da fé; depois, como nos dias de Noé, um milagre da Bondade que intervém para que o Homem ainda subsista”.

“Isto deve ser feito, disse o Santo Papa Pio IX, através de um prodígio que encherá o mundo de admiração”.

J. de Maistre dissera bem antes dele: “Não duvido de maneira nenhuma de algum acontecimento extraordinário” para pôr fim à presente situação.

Extraordinário, e mesmo prodigioso, não quer dizer fenomenal. Que há de mais extraordinário e de mais prodigioso na história da França e mesmo, podemos dizer, na história do mundo, do que a intervenção de Joana d’Arc no momento em que ia começar para a Cristandade a grande tentação que terminará, quem sabe, com sua glorificação sobre os nossos altares? E que há ao mesmo tempo de mais simples e de mais fácil a Deus do que tomar uma pequena camponesa do meio da Sua tropa e dar-lhe Suas luzes para levar a bom termo a expulsão dos ingleses do solo da França ou para nos livrar da tirania dos franco-maçons, dos judeus e de Satanás?

Se acreditamos nos santos, esse momento virá, esse momento está próximo.



II. — VOZES DOS SANTOS

J á no século XII Deus manifestou a Santa Hildegarde, abadessa beneditina, a grande Profeta do Novo Testamento, como a denominaram seus contemporâneos, esse drama que devia ocupar cinco a seis séculos da história humana. São Bernardo, os Papas Eugênio III, Anastácio IV e Adriano IV declararam, sucessivamente, que suas revelações tinham Deus como autor. Suas obras foram publicadas na Patrologia de Migne, tomo CXCVII.⁹⁸

Numa carta dirigida ao clero de Colônia e noutra ao de Treves, ela anunciou o protestantismo, filho da Renascença. Ela indicou suas causas e seus autores. “Esses impostores, diz ela na primeira dessas cartas, não são aqueles que devem preceder o último dia, mas são o seu germe e os seus precursores. Todavia, seu triunfo terá só um tempo. *Depois virá a aurora da justiça, e vosso fim será melhor do que o vosso começo. Instruídos por todo o passado, resplandecereis como ouro muito puro, e permanecereis assim muitíssimo tempo*”. É ao clero que ela fala. Continua: “O povo espiritual será fortalecido na justiça através do terror dos flagelos passados, assim como os anjos foram confirmados no amor de Deus pela queda do diabo... E os homens admirar-se-ão de como uma tempestade tão forte tenha podido terminar numa tal calma... e é assim que o resultado final desse erro será a confusão do século”.

Na segunda carta ela anuncia igualmente uma era de renovação na qual a virtude reflorescerá como nos mais belos dias da Igreja.

No *Livro das Obras Divinas*⁹⁹ ela anuncia a desagregação do Santo Império Romano, a hostilidade crescente contra o Chefe da Igreja por parte do poder secular e a ruína do poder temporal dos Papas. Depois diz: “Quando o temor de Deus for posto completamente de lado, guerras atrozes e cruéis surgirão sem cessar, uma multidão de pessoas será imolada, e muitas cidades se transformarão num monte de ruínas. Homens de uma ferocidade sem igual, suscitados pela Justiça divina, zombarão do repouso dos seus semelhantes. Assim tem sido desde o começo do mundo: o Senhor entregará aos nossos inimigos a chibata de ferro destinada a vingá-Lo das nossas iniquidades. Mas quando a sociedade enfim tiver sido completamente purificada por

⁹⁸ Santa Hildegarde tinha apenas cinco anos quando o Espírito Santo a arrebatou numa visão sobrenatural que só terminou com a sua vida. Trinta e seis anos mais tarde, o Espírito do Senhor inundou-a com as luzes e fez dela uma doutora da Igreja. Suas primeiras revelações formam o livro *Scivias*, sigla de *Scito vias (Domini)*. *Aprende os caminhos do Senhor*. É uma espécie de epopéia na qual se desenrola toda a história religiosa da humanidade desde a criação do mundo até a consumação final. As três primeiras visões consignadas nesse livro revelaram à santa o fim do tempo e fizeram-na entrever o Paraíso. Com a idade de sessenta e cinco anos ela contemplou e retrçou durante sete anos as visões do *Liber divinatorum operum (Livro das Obras Divinas)*. A décima e última visão da obra é uma outra revelação dos últimos tempos do mundo. Além dessas obras, tem-se dela um grande número de cartas, porque ela mantinha correspondência com os papas, cardeais, bispos, doutores de Paris, reis, rainhas, os grandes de toda a Europa, até Constantinopla e Jerusalém. Ela nasceu por volta do ano 1100.

⁹⁹ Parte III, visão X, c. 25, 26.

essas tribulações, os homens, fatigados de tantos horrores, retornarão plenamente à prática da justiça e se alinharão fielmente sob as leis da Igreja que nos tornam tão agradáveis a Deus... A consolação substituirá então a desolação, os dias da cura farão esquecer, por sua prosperidade, as angústias da ruína... Nesse momento de renovação, a justiça e a paz serão restabelecidas mediante decretos tão inovadores e tão inesperados, que os povos arrebatados de admiração confessarão que nada de semelhante se vira até então... Os judeus se reunirão aos cristãos e reconhecerão com alegria a vinda dAquele que até então negavam ter vindo a este mundo... Então surgirão santos admiravelmente dotados do espírito de Deus, e ver-se-á uma superabundante floração de todo gênero de justiça nos filhos e nas filhas dos homens... Os príncipes rivalizarão em zelo com seus povos para fazer reinar por toda a parte a lei de Deus... Os judeus e os heréticos não porão limites ao seu entusiasmo. “Enfim, exclamarão, é chegada a hora da nossa própria justificação, as cadeias do erro caíram aos nossos pés, repelimos para longe de nós o fardo tão pesado da prevaricação”.

“Entretanto, mesmo nesses dias, acrescenta Santa Hildegarde, a justiça e a piedade terão às vezes seus momentos de fadiga e de langor, mas para logo retomarem sua força primitiva; a iniquidade levantará às vezes a cabeça, mas será de novo prostrada, e a justiça se manterá tão firme e tão forte que os homens desse tempo retornarão com toda honestidade aos antigos costumes e à sábia disciplina dos tempos antigos. Os príncipes e os poderosos, assim como os bispos e os superiores eclesiásticos, adotarão o exemplo daqueles dentre eles que observarem a justiça e levarem uma vida louvável. O mesmo sucederá entre os povos, que trabalharão para a melhoria uns dos outros, porque cada qual observará como este ou aquele se avulta na prática da justiça e da piedade”.

A conjuração anti-cristã triunfará, no entanto, uma última vez, com o Anticristo, cuja vinda, reinado e extermínio Santa Hildegarde também descreve.

Essa surpreendente profecia de uma santa do século XI ainda não foi realizada. Ela se refere evidentemente ao nosso tempo, posto que acaba de falar na ruína do poder temporal dos Papas. Ele parece assim vir em apoio à nossa tese que considera o que se passa na catolicidade desde o século XIV até nossos dias, Renascença, Reforma, Revolução, como uma só e mesma provação, a tentação do naturalismo, o antagonismo entre a civilização humanitária e a civilização cristã, luta que terminará com o triunfo do amor de Deus sobre o egoísmo da criatura.

Por volta do fim do século XIV, quer dizer, no momento em que a Renascença fazia entrar o povo cristão nos caminhos funestos que ainda não acabamos de percorrer, Santa Catarina de Sena, que teve a glória de levar o Papado de volta à Cidade Eterna, também previu a infidelidade dos povos cristãos, os castigos que ela atrairia e a misericórdia de Deus que nos faria sair deles.¹⁰⁰ Interrogada por Raymond

¹⁰⁰ Os trinta e três anos da sua vida, como aqueles de Ana Catarina Emmerich, escoaram-se nos sofrimentos e também nos desprezos e ódios que o cumprimento de sua missão suscitava ao redor de si. Desde a idade de 10 anos ela experimentou o suplício infligido a Nosso Senhor sobre a cruz. Toda a sua vida esteve associada à Paixão de Cristo. A Igreja parecia vergar-se sob o peso de uma das mais terríveis provações que Ela teve de sofrer, o grande cisma. A Virgem de Sena lançou-se à arena para defendê-La e o demônio desencadeou contra ela suas mais pavorosas cóleras. Numa de suas orações ela dizia: “Agora o mundo se abate na morte e minha alma não pode suportar esse doloroso espetáculo. Que meio adotar,

de Capoue, seu confessor, ela diz: “... Passadas essas angústias e tribulações, Deus purificará a Santa Igreja e ressuscitará o espírito dos seus eleitos por um meio que foge a toda previsão humana. Após isso haverá na Igreja de Deus uma reforma tão completa e uma renovação tão feliz dos santos pastores que ao pensar nisso meu espírito se comove no Senhor. Assim como vos disse freqüentemente em outras ocasiões, a Esposa de Cristo está agora como que desfigurada e coberta de andrajos; então Ela tornar-se-á resplandecente de beleza, estará ornada de jóias preciosas e coroada com o diadema de todas as virtudes. A multidão dos povos fiéis se regozijará de se ver dotada de tão santos pastores. Por seu turno, as nações alheias à Igreja, atraídas pelo bom odor de Jesus Cristo, retornarão ao aprisco da catolicidade e se converterão ao verdadeiro Pastor e Bispo de suas almas. Agradecei, pois, ao Senhor, por essa profunda calma que Ele se dignará de conceder à Igreja após essa tempestade”.¹⁰¹

No século XVI, na segunda etapa do modernismo, uma virgem italiana, a Bem-aventurada Catarina de Racconigi, vendo as primeiras sessões do Concílio de Trento, disse que as divisões da Santa Igreja não seriam levadas a bom termo por aquele Concílio: “Não haverá, diz ela, concílio completo ou perfeito antes do tempo em que vier o muito santo Pontífice que esperamos para a futura renovação da Igreja. Então, os infiéis se converterão com grande fervor de espírito à santa religião”.

No século XVIII, o Bem-aventurado Grignon de Montfort, assim como a Venerável Ana Catarina Emmerich, anunciou que a renovação da Igreja seria feita pelas mãos de Maria e pelos santos apóstolos que Ela suscitaria. “Ela produzirá as maiores coisas que acontecerão nos últimos tempos: a formação e a educação dos grandes Santos, que estarão no fim do mundo, está reservada a Ela... Eles sobrepujarão tanto em santidade a maioria dos outros santos quanto os cedros do Líbano sobrepujam os pequenos arbustos. Com uma mão as grandes almas combaterão, derrubarão, esmagarão os hereges e suas heresias, os cismáticos e seus cismas, os idólatras e suas idolatrias, os pecadores e suas impiedades; e com a outra edificarão o templo do verdadeiro Salomão e a mística cidade de Deus... Foi por Maria que a salvação do mundo começou, é por Maria que deve ser consumada”.

São Leonardo de Porto Maurício marca como ponto de partida dessa intervenção da Santíssima Virgem a definição da sua Imaculada Conceição.

O Venerável Holzhauser, na sua interpretação do Apocalipse, anuncia um monarca poderoso e um Pontífice santo que serão os grandes instrumentos das misericórdias divinas.

“Enquanto tudo está devastado na terra, os católicos são oprimidos pelos hereges e maus cristãos, a Igreja e seus ministros são tornados dependentes, os reinos são

Senhor, para reanimá-lo, pois que Vós não desceis mais dos céus para nos redimir, mas para nos julgar! Senhor, tendes servidores que chamais de vossos Cristos e com eles podeis salvar o mundo e dar-lhe a vida. Dai-nos, pois, Cristos, a fim de que eles empregem suas vidas pela salvação do mundo nos jejuns, nas vigílias e nas lágrimas”.

Deus tem o hábito de escolher aquele que é fraco à vista do mundo para confundir os fortes (I Cor. 1-27). Para levar os Papas de Avinhão à Roma Ele se serviu de uma pequena vendedora, Catarina de Sena; para libertar a França, a pastorinha de Domrémy; para fundar, em nossos dias, a obra colossal da Propagação da Fé, Ele recorreu a uma pobre operária de Lião; e foi a humilde camponesa de Lourdes que Ele encarregou de produzir esse imenso movimento dos povos rumo às grutas do Gave.

¹⁰¹ Bolandistas. *Acta Sanctorum*, 29 de abril.

derrubados, os monarcas mortos, os súditos atormentados e todos os homens conspiram para erigir repúblicas, dá-se uma mudança espantosa pela mão do Deus todo-poderoso, de tal maneira que ninguém pode humanamente imaginar. O monarca poderoso que virá como enviado de Deus destruirá as repúblicas de alto a baixo, submeterá tudo ao seu poder e empregará seu zelo em favor da verdadeira Igreja de Cristo. Todas as heresias serão deportadas para o inferno. Todas as nações virão e adorarão o Senhor seu Deus na verdadeira fé católica e romana. Muitos santos e doutores florescerão na terra. A paz reinará em todo o universo porque o poder divino atará Satanás por vários anos, até que venha o filho da perdição que de novo o desencadeará... As ciências serão múltiplas e perfeitas na terra. A Sagrada Escritura será compreendida unanimemente, sem controvérsia e sem erro das heresias. Os homens serão esclarecidos tanto nas ciências naturais como nas ciências celestes". Deve-se notar que isto foi escrito no meio do século XVII, quando não se poderia ter idéia do desenvolvimento das ciências naturais a que assistimos. O Venerável Holzhauser diz ainda: "Haverá um concílio ecumênico, o maior que jamais houve, no qual, por um favor particular de Deus, pelo poder do monarca anunciado, pela autoridade do santo Pontífice, e pela unidade dos príncipes mais piedosos todas as heresias e o ateísmo serão banidos da terra. Declarar-se-á o sentido legítimo da Sagrada Escritura, a qual será acreditada e admitida por todo o mundo, porque Deus terá aberto a porta da Sua graça".

Fala-se freqüentemente em outras profecias acerca do grande rei e do santo Pontífice que devem agir de comum acordo para restabelecer todas as coisas na verdade e na justiça. Não referiremos o que elas dizem a esse respeito, nem mesmo os detalhes dos acontecimentos que anunciam; existem nessas predições particulares demasiada probabilidade de acerto e erro para que a elas nos atenhamos. Aquilo a que nos propusemos foi unicamente mostrar como Deus parece ter querido sustentar a coragem dos Seus filhos em meio às calamidades que tudo anuncia como estando próximas, dizendo-lhes: durante esses castigos estarei sempre convosco e após o exercício da justiça virá uma manifestação de misericórdia e de amor tão grande como nada ainda houve de semelhante.

A Venerável Maria de Agreda, autora da *Cidade Mística*,¹⁰² conta que, estando no coro, num dia da Imaculada Conceição, para rezar as Matinas, foi arrebatada em êxtase. Ela viu um dragão hediondo de sete cabeças sair do abismo acompanhado de milhares de outros, os quais percorreram, todos juntos, o mundo, procurando e apontando os homens dos quais se serviam para se oporem aos desígnios do Senhor, e para tratarem de impedir a glória de Sua Santíssima Mãe e os benefícios que iam ser depositados em Suas mãos em favor de todo o universo. O grande dragão e seus satélites espalhavam ondas de fumaça e de veneno para envolver os homens nas trevas e nos erros e infestá-los de malícia. "Essa visão dos dragões infernais causou-me, diz ela, uma justa dor. Mas logo depois vi que dois exércitos bem ordenados se dispunham no céu para combatê-los. Um desses exércitos era o da nossa grande

¹⁰² No dia 13 de setembro de 1909, os restos mortais da Venerável Maria de Jesus Agreda, franciscana concepcionista espanhola, foram exumados com vistas à sua próxima beatificação. Fazia 244 anos que eles repousavam numa cripta úmida. O caixão que os continha foi aberto em presença de todas as autoridades. O corpo exalava um perfume delicioso, incomparável. Os médicos, no processo, declaram que ele se encontrava num estado de perfeita conservação.

Rainha e dos santos; o outro era o de São Miguel e seus anjos. Soube que o combate seria encarniçado de ambas as partes; mas o resultado da luta não era incerto”.

Uma religiosa franciscana do mosteiro das Urbanistas de Fougères, nascida em 1731 e falecida em 1798, predisse a Revolução, a terceira etapa do modernismo, aquela que ainda percorremos, assinalando-lhe as causas; os novos princípios (princípios de 89) dariam à França uma nova Constituição da qual sairiam os maiores infortúnios. Depois ela acrescentou: “Não devo esconder as esperanças que Deus me dá acerca do restabelecimento da religião e do recobrimento dos poderes do nosso Santo Padre, o Papa. Vejo na luz do Senhor uma grande potência conduzida pelo Espírito Santo e que, através de uma *segunda confusão*,¹⁰³ restabelecerá a boa ordem. Todos os falsos cultos serão abolidos, quero dizer, todos os abusos da Revolução serão destruídos e os altares do verdadeiro Deus restabelecidos. Os antigos costumes serão recolocados em vigor, e a religião, pelo menos segundo alguns aspectos, tornar-se-á mais florescente do que nunca... Após Deus ter satisfeito Sua justiça, derramará graças em abundância sobre a Sua Igreja. Ela verá coisas deslumbrantes mesmo da parte dos seus perseguidores, que virão lançar-se a Seus pés, reconhecê-La e pedir perdão a Deus e a Ela de todas as iniquidades e de todos os ultrajes que Lhe fizeram”.

Uma romana, Elisabete Canori-Mora, da Ordem Terceira da Santíssima Trindade (1774-1825), no momento em que a Grande Loja se estabeleceu em Roma e aí tramou as conspirações que referimos, teve conhecimento disso através de revelação, como Ana Catarina Emmerich, e para frustrar suas maquinações, ofereceu-se também como vítima à Justiça divina. No dia 8 de dezembro de 1820, Nosso Senhor lhe apareceu e exortou-a a aceitar os tormentos que as potestades infernais lhe fariam sofrer no seu corpo e na sua alma, que seria reduzida a uma agonia comparável à Sua no Jardim das Oliveiras. No dia 15 de fevereiro de 1821, quando os demônios rugiam por vê-la desfazer pela imolação suas tramas infernais, Nosso Senhor lhe apareceu de novo e lhe disse: “Teu sacrifício forte e constante fez violência à minha Justiça. Suspendo por um momento o castigo merecido. Os cristãos não serão dispersados, nem Roma privada do Soberano Pontífice. Reformarei meu povo e minha Igreja. Enviarei sacerdotes muito zelosos, enviarei igualmente meu Espírito para renovar a terra”.

Falando do castigo que deve preceder essa renovação, ela diz: “Todos os homens estarão em revolta; eles se matarão mutuamente, massacrando-se sem piedade. Durante esse combate sangrento, a mão vingadora de Deus cairá sobre esses infelizes, e por Seu poder punirá o orgulho deles. Ele se servirá do poder das trevas para exterminar esses homens sectários e ímpios, que pretenderiam derrubar a Santa Igreja e destruí-La até os seus fundamentos. Imensas legiões de demônios percorrerão o mundo inteiro e através das grandes ruínas que causarão executarão as ordens da Justiça divina. Os homens serão assim castigados por intermédio da crueldade dos demônios, por se terem submetido voluntariamente ao poder infernal e por se terem aliado a ele contra a Igreja católica... Felizes os bons e verdadeiros católicos! Terão em seu favor a poderosa proteção dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo, que vigiarão por eles a fim de que não lhes seja causado nenhum dano, nem nas suas pessoas, nem nos seus bens. Os maus espíritos devastarão todos os

¹⁰³ J. de Maistre dizia na mesma época: “É infinitamente provável que os franceses ainda nos causem uma tragédia”.

lugares nos quais Deus tiver sido ultrajado, blasfemado e tratado de maneira sacrílega. Esses lugares serão arruinados, aniquilados, deles não restará nenhum vestígio”.

“Após esse terrível castigo vi subitamente o céu clarear. São Pedro e São Paulo, por ordem de Deus, encadearam os demônios e fizeram-nos entrar nas cavernas tenebrosas das quais saíram. Então apareceu sobre a terra uma bela luminosidade que anunciava a reconciliação de Deus com os homens. Eles ofereceram suas ações de graças a Deus, que não permitira que Sua Igreja fosse arrastada pelas falsas máximas do mundo. As ordens religiosas foram restabelecidas e as casas dos cristãos pareciam-se às casas religiosas, tão grandes eram o fervor e o zelo pela glória de Deus”.

Nessa mesma época o espírito profético parece ter sido dado também ao Padre Nectou, da Companhia de Jesus. Monsenhor Lyonnet, arcebispo de Alby, na sua história do monsenhor d’Aviau, arcebispo de Bordéus, diz que “novo Jeremias, ele anunciara o decreto que dispersaria sua Sociedade, a Companhia de Jesus, com detalhes que a perspicácia humana não poderia entrever: nomes próprios, datas, e outras circunstâncias eram indicadas com uma exatidão que beirava o prodígio”. Segundo monsenhor Gillis, vigário apostólico de Edimburgo, o Padre Nectou teria anunciado, antes da Revolução de 1789, a restauração, seguida da usurpação de Luís Filipe, e mais tarde a contra-revolução. Eis como isso se daria: “Formar-se-ão na França dois partidos que se farão guerra de morte. Um será muito mais numeroso do que o outro, mas será o mais fraco que triunfará. Haverá então um momento tão pavoroso que se acreditará estar no fim do mundo. O sangue correrá em várias grandes cidades. Os elementos estarão agitados. Será como um pequeno julgamento. Uma grande multidão perecerá nessa catástrofe, mas os maus não prevalecerão. Eles certamente terão a intenção de destruir inteiramente a Igreja; não lhes será dado tempo, porque esse período terrível será curto. No momento em que se crer tudo perdido, tudo será salvo. Essa pavorosa confusão será geral e não somente para a França”.

“Na seqüência desses acontecimentos pavorosos tudo reentrará na ordem; justiça será feita a todo o mundo; a contra-revolução será consumada. Então o triunfo da Igreja será tal como jamais houve semelhante”.

“Estar-se-á próximo dessa catástrofe quando a Inglaterra começar a se abalar (sem dúvida, existe esse abalo para o retorno à unidade católica)”.

“Quando se estiver perto desses acontecimentos que devem dar o triunfo à Igreja, tudo estará tão perturbado sobre a terra que se crerá que Deus abandonou inteiramente os homens aos seus sentidos reprováveis e que a divina Providência não cuida mais do mundo (quantas pessoas serão tentadas dizer isso da hora atual)”.

“Quando vier o momento da última crise nada haverá a fazer senão permanecer no lugar onde Deus nos tiver colocado, fechar-se no seu interior e rezar, aguardando a passagem da Justiça divina”.

No *Problème de l’Heure Présente* tivemos ocasião de falar sobre a profecia da Irmã Mariana das Ursulinas de Blois. Ela também disse: “Será preciso rezar muito, porque os maus quererão destruir tudo. Antes do grande combate eles serão os senhores; farão todo o mal que puderem, não tudo o que quiserem, porque não terão tempo. Esse grande combate acontecerá entre os bons e os maus. Os bons, sendo menos numerosos, estarão prestes a ser liquidados: mas, ó poder de Deus, todos os maus perecerão. Cantareis um *Te Deum* como jamais se cantou. Não obstante, as perturbações não se estenderão a toda a França, mas somente a algumas grandes

idades, onde haverá massacres, e sobretudo na Capital, onde ele será grande. O triunfo da religião será tal como jamais se viu semelhante; todas as injustiças serão reparadas, as leis civis serão postas em harmonia com as de Deus e da Igreja; a instrução dada às crianças será eminentemente cristã. As corporações de ofícios serão restabelecidas”.

Muitas outras profecias de pessoas menos conhecidas foram publicadas: é inútil citá-las, porque têm menos autoridade, porque redizem o que foi dito por outras, e enfim porque têm um caráter político que não desejamos considerar.

Nós nos propusemos mostrar como, no dizer dessas pessoas, terminaria o descaminho das nações cristãs, iniciado no século XV com a Renascença, agravado pela Reforma, completado pela Revolução. Todas as profecias estão de acordo em nos anunciar: uma terrível desordem, consequência natural e necessária da apostasia, — um grande combate entre os maus, que querem destruir tudo o que resta da civilização cristã, e os bons que permanecerem fiéis a Deus, — uma intervenção divina em favor destes últimos, devida à Santíssima Virgem, — e enfim uma renovação religiosa tão profunda como jamais a terra terá visto semelhante.

Está próxima a hora dessa crise? Chegamos a ela? Quem pode dizê-lo. Aconteça o que acontecer, pouco importa o que venhamos a testemunhar, tenhamos nossa alma em paz através da oração e da confiança na Misericórdia e na Bondade do Soberano Senhor de todas as coisas.



CAPÍTULO LXVIII

III. — VOZ DA SANTA IGREJA

No momento em que se punham os princípios que deviam conduzir à atual situação, Santa Gertrudes, abadessa beneditina de Heldelf, recebeu, através do apóstolo São João, as primeiras manifestações da bondade e das misericórdias infinitas do Sagrado Coração, a fim de que a devoção que nós Lhe votássemos nos auxiliasse a suportar nossas provações e a aguardar-lhes o término com confiança.

É coisa notável que o Ofício do Sagrado Coração esteja repleto de promessas não somente de misericórdia, mas de um futuro parecido ao acima descrito pelos amigos de Deus.

A Missa, no seu Intróito, inicia com essas palavras: “O Senhor terá piedade de nós segundo a multidão das suas misericórdias; porque não foi por Seu Coração que Ele nos humilhou, e Ele não rejeitou os filhos do homens. O Senhor é bom para aqueles que esperam nEle, para a alma que O procura. (Salmo) Cantarei eternamente as misericórdias do Senhor; e as celebrarei de geração em geração”.

A Epístola é tirada do capítulo XII de Isaías:

“E dirás naquele dia:
Eu vos louvo, Senhor;
porque vos irritastes;
vossa cólera se aplacou e Vós me consolastes.
Eis o Deus que me salva;
tenho confiança e nada temo,
porque o Senhor é minha força e o objeto dos meus louvores:
Ele foi a minha salvação.

Tirareis com alegria água (as graças divinas) das fontes da salvação (as chagas do Salvador),

e direis naquele dia:
Louvai o Senhor, invocai Seu nome,
fazei que Suas grandes obras sejam conhecidas entre os povos,
proclamai que Seu nome é sublime.
Cantai ao Senhor, porque Ele fez maravilhas;
que isto seja conhecido por toda a terra!
Exulta de gozo e alegria, habitante de Sião,
porque no teu meio é grande o Santo de Israel”.

Nas Matinas, a segunda e a terceira lição tomam do capítulo XXVI a seqüência destas promessas:

“Naquele dia cantar-se-á este cântico na terra de Judá:

Temos uma Cidade forte (a Santa Igreja).
Ele (o Senhor) porá a salvação nos seus muros e antemuros.
Abri as portas,
Deixai entrar a nação justa, que guarda a Verdade.
Ao coração constante assegurais a paz.
A paz, porque Ele confia em vós.
Tende sempre confiança no Senhor;
porque o Senhor é o rochedo dos séculos.
Ele humilhou os que habitavam nas alturas;
destruiu a cidade soberba.
Derrubou-a por terra,
reduziu-a ao nível do chão.
Ela é calcada aos pés,
sob os passos dos indigentes.
O caminho do justo é reto.
Vós aplainais a senda do justo.
Assim também nós esperávamos, Senhor,
na senda dos vossos julgamentos;
vosso nome e vossa memória constituíam
todo o desejo das nossas almas.
Minha alma Vos desejou durante a noite,
e dentro de mim meu espírito Vos procura;
porque quando vossos julgamentos se exercem sobre a terra,
os habitantes do mundo aprendem a justiça”.

Que cântico mais verdadeiro poderá ser colocado nos lábios da Santa Igreja no dia seguinte ao do triunfo que Lhe está prometido, à entrada da era de paz e de prosperidade que a divina misericórdia do Sagrado Coração deve obter-Lhe?

Todos os anos a Santa Igreja a pede por seus desejos, na liturgia.

Desde o primeiro dia do Advento Ela começa seu ofício com este convite: “Vinde, adoremos o Senhor, O REI que deve vir”.

Durante todo esse tempo Ela nos dá como lições da Sagrada Escritura as profecias de Isaías. Eis as passagens que Ela escolheu: “Sobre o cume dos montes será fundada a montanha da casa do Senhor (a Santa Igreja); e ela se elevará acima de todas as colinas, e *todas as nações aí acorrerão em multidão*. E os povos irão em grande número, e dirão: Vinde e subamos à montanha do Senhor e à casa do Deus de Jacó, e Ele nos ensinará seus caminhos: e nós caminharemos nas suas sendas”.

“Naquele dia o descendente de Jessé (o Messias) será arvorado diante dos povos como um estandarte: as nações oferecer-Lhe-ão suas preces e seu sepulcro será glorioso... A terra está repleta do conhecimento do Senhor, assim como as águas cobrem o mar”.

“O Senhor fará para *todos os povos*, nessa montanha (a Igreja), um festim de carnes deliciosas, um festim de vinhos preciosos (a doutrina e os sacramentos, particularmente a Eucaristia). *E Ele quebrará sobre essa montanha a cadeia que estava fechada sobre todos os povos e teia que o inimigo urdira sobre todas as nações*”.

Que a Santa Igreja entenda essas palavras como relativas ao reino social de Nosso Senhor é coisa que parece indicado nas antífonas e responsos que Ela própria compôs para acompanhar no Ofício a leitura da Sagrada Escritura e a dos Salmos.

Desde o primeiro domingo do Advento Ela comunicou aos seus filhos aquilo que Ela contempla em meio às trevas deste mundo... Ela vê chegar sobre as nuvens do céu o Filho do Homem, seu divino Esposo, não para julgar os mortais, mas para reinar; não para reinar unicamente sobre as almas individualmente consideradas, mas para estabelecer seu império sobre todos os povos, sobre todas as tribos e sobre todas as línguas do universo: *“Aspiciebam in visu noctis et ecce in nubibus cœli Filius hominis veniebat; et datum est Ei regnum et honor; et omnis populus, tribus et lingua servient Ei.* Eu olhava a visão de noite, e eis que o Filho do Homem vinha sobre as nuvens do céu; e foi-Lhe dado o reino e a honra. *E todos os povos, tribos e línguas O servirão”.*

Mais adiante Ela exclama: “Sim, Ele virá e com Ele todos os seus santos”. E nesse dia a terra refulgirá com grande luminosidade e o Senhor reinará sobre todas as nações; Ele dominará até os últimos confins das terras; e todos os reis O adorarão e todos os povos O servirão... Ó! vede como é grande Aquele que vem para salvar as nações! *Ecce Dominus veniet et omnes sancti Ejus cum eo et erit in die illa lux magna. Et regnabit Dominus super gentes... Dominatur usque ad terminos orbis terrarum... et adorabunt Eum omnes Reges, omnes gentes servient Ei. Intuemini quantus sit iste qui ingreditur ad salvandas gentes.*

Quando, pois, desde a origem do Cristianismo, a Santa Igreja viu algum dia esses desejos se realizarem? Eis dezenove séculos que, por toda a terra e em todos os lábios de todos os que cantam em Seu nome o Ofício divino, Ela faz ressoar com uma confiança inabalável essas humildes súplicas: “Vinde, Senhor, e não tardeis, vinde reinar sobre todas as nações da terra, que desde então não invocarão senão a Vós. *O radix Jesse quem gentes deprecabuntur, veni jam noli tardare”.*

Mas não é somente durante o Advento que a Igreja exprime essas esperanças e esses desejos. Todos os dias do ano, quase sem exceção, nos albores do dia, os monges cantam e todos os sacerdotes recitam o Salmo LXVI, no qual o santo rei Davi pede com tanta instância a vinda do reino social de Jesus Cristo: “Ó Deus, tende piedade de nós, fazei-nos conhecer vossos caminhos na terra, — os caminhos misteriosos da vossa Providência — e a salvação que preparais para todas as nações... Senhor, que os povos vos louvem (bem mais), que TODOS os povos entrem no concerto de louvores. *Confiteantur tibi populi, Deus; confiteantur tibi populi OMNES”.* Nesse salmo, que se compõe apenas de seis versetos, as palavras *povos* e *nações* são reditas até nove vezes e o cântico termina com estas palavras: *Et metuant Eum omnes fines terræ...* Que o temor do Senhor se espalhe por toda a parte e atinga todos os confins da terra”.

Dir-se-á que esse salmo não encerra nada além de desejos e nada de promessa formal do Todo-Poderoso?

Primeiramente, seria estranho que o Espírito de Deus pusesse, por tão longo tempo e todos os dias, nos lábios da sua Esposa desejos quiméricos. Depois, aquilo que o salmo LXVI contém sob a forma de ardentes desejos uma multidão incontável de outras passagens da Sagrada Escritura o afirma como um acontecimento futuro cuja realização não poderia ser retardada indefinidamente.

Quem não conhece esse canto de triunfo dedicado ao Cristo-Rei e que a Igreja não cansa de repetir durante os dias da santa alegria de Natal e da Epifania? *Deus,*

judicium tuum regi da... Benedicentur in ipso omnes tribus terræ, omnes gentes magnificabunt eum. Ó Deus, dai o cetro ao REI. Que todas as tribos da terra sejam abençoadas nEle, que todas as nações da terra O glorifiquem!” É a grande promessa de Deus aos patriarcas Abraão, Isaac e Jacó.

Essa profecia ainda não se realizou. A Santa Igreja, todos os anos, põe-na nos nossos lábios na solenidade da Epifania; e qual é o Seu desejo, senão que nesse dia sobretudo peçamos a Deus com instância que apresse seu cumprimento, *ut compleatur et ad exitum perducatur?*

Assim, há dezenove séculos a liturgia da Igreja Católica inclui em favor das sociedades, em favor dos povos e das nações da terra, ou melhor, em favor de toda a humanidade, esperanças que ainda não se realizaram, e, além disso, Ela afirma que um dia elas se realizarão.

Mas não é somente sobre a terra que se encontram essas esperanças e a oração que deve apressar o cumprimento dessas esperanças.

Um dia, na ilha de Patmos, foi dado a São João assistir às funções, por assim dizer, e cerimônias do culto que os anjos e os santos prestam no céu à Majestade divina; e o Apóstolo bem-amado fez chegar até nós, no seu livro do Apocalipse, um eco dos cantos sob os quais reboa a Jerusalém celeste.

Noite e dia os Bem-aventurados clamam com seus desejos pelo reino universal de Cristo: *Requiem non habebant die ac nocte... Et adorabant dicentes Dignus es, Domine, accipere gloriam et honorem et virtutem... Feciste nos Regnum. Et regnabimus super terram.* “Dia e noite eles não cessam de adorar e de dizer: Vós sois digno, Senhor, de receber a glória, a honra e o poder... Vós nos fizestes reis e reinaremos sobre a terra” (*Passim*).

Sobretudo os mártires parecem impacientes de ver raiar a aurora desse grande dia: “Por que, pois, Senhor, demorais em nos fazer justiça? Por que não exerceis enfim vossos julgamentos sobre aqueles que, unidos à antiga serpente, retardam sobre a terra a marcha do Divino Triunfador?” *Usquequo, Domine, non judicas?* (Apoc. VI, 10).

“Sabemos, cantam em coro os habitantes do céu, sabemos que um dia todas as nações da terra virão e adorarão vossa Santa Majestade... *Quoniam omnes gentes veniente et adorabunt in conspectu tuo*”.

E quando a hora do triunfo, que pedimos com nossos desejos, tiver soado e a besta tiver sido vencida, todos os Bem-aventurados exclamarão: “Eis que é chegada a hora do reino do nosso Deus e do seu Cristo sobre a terra; Ele reinará pelos séculos dos séculos”. *Factum est Regnum hujus mundi Domini nostri et Christi Ejus, et regnabit in sæcula sæculorum. Amen.* (XI, 15).

Não podemos afirmar que a realização de tão magníficas promessas esteja reservada para os nossos dias. A vida da Igreja é feita de alternativas, provações e triunfos: provações cada vez mais terríveis, triunfos cada vez mais brilhantes. Este do qual a Sagrada Escritura nos faz uma descrição tão entusiasta será o último. Acontecerá ele antes ou depois do reino do Anticristo? As opiniões estão divididas.¹⁰⁴ Deus não quis dar sobre a época dos últimos tempos uma luz certa.

¹⁰⁴ Um sentimento partilhado por vários daqueles que têm tentado interpretar as revelações divinas consignadas nas Sagradas Escrituras leva-os a crer que o triunfo completo da seita maçônica, através do

Nosso Senhor e os Apóstolos descreveram os sinais precursores do julgamento; mas aos discípulos que O interrogavam a esse respeito o divino Salvador respondeu: “Não vos é dado conhecer os tempos nem os momentos que o Pai fixou por Sua própria autoridade”.¹⁰⁵



reino do seu chefe sobre todas as nações, seria apenas o ponto mais alto da provação a que deveria ser submetida a humanidade antes de gozar plenamente os benefícios da Redenção. Viriam em seguida os longos séculos do reino de Cristo sobre todas as nações.

Fora mesmo das profecias messiânicas e de sua interpretação, já dissemos isto, espíritos eminentes, como J. de Maistre, têm pensado que, longe de estarmos nos últimos dias do mundo, estamos apenas nos primeiros séculos da Igreja.

Numa carta à senhora Swetchine ele dizia: “Quando os vossos (os cismáticos) falam dos *primeiros séculos* da Igreja não têm uma idéia clara. Se devêssemos viver mil anos, os oitenta anos que hoje são o *máximo* comum seriam nossos *primeiros anos*. Que é, pois, que se deve compreender pelos *primeiros séculos* de uma Igreja que deve durar tanto quanto o mundo? etc. etc. Pensai nisso”.

E no livro do Papa: “Essa palavra *juventude* do cristianismo me adverte de que essa expressão e algumas outras do mesmo gênero se referem à duração total de um corpo ou de um indivíduo. Se imagino, por exemplo, a República romana que durou cento e cinquenta anos, sei o que querem dizer essas expressões: *A juventude* ou *os primeiros anos da República romana*... Que é, pois, a juventude de uma religião que deve durar tanto quanto o mundo? Fala-se dos *primeiros séculos do cristianismo*: na verdade, eu não gostaria de afirmar que eles passaram”.

Um santo religioso, o Padre Desurmont, após lembrar os sinais que, segundo o Evangelho, devem anunciar a vinda do homem de pecado, diz: “que essas conjecturas e essas dúvidas não nos perturbem além da medida; porque, de um lado, nada nos diz que após a passagem desse primogênito de Satanás a humanidade não verá, durante muitos anos, um triunfo de Cristo cá em baixo; e de outro lado, mesmo e sobretudo à aproximação dessas épocas perturbadas o filho de Deus e da Providência encontra, nas próprias infelicidades do seu tempo, os misteriosos segredos de um superior contentamento (*La Providence*, p. 445).

¹⁰⁵ Atos I, 7.

CAPÍTULO LXIX

IV. — VOZES DA TERRA

O MUNDO SE UNIFICA: COM QUE INTUITO?

Eis, no entanto, algo que não podemos ignorar porque vemos acontecer aos nossos olhos; é, na ordem das coisas naturais, o acontecimento mais prodigioso que jamais ocorreu desde as origens da humanidade. Queremos falar desse trabalho de unificação do gênero humano a que assistimos e ao qual se dedicam, sob perspectivas bem diferentes e mesmo para fins opostos, a ciência e a política, o zelo dos filhos de Deus e o ódio dos filhos de Satanás. Seria temerário crer que Deus conduz esse trabalho jamais visto — que nos faz assistir a resultados que teriam confundido nossos pais de espanto e de admiração — em direção à realização dos desígnios de infinita bondade que acabam de ser profetizados?

“O que é certo, dizia de Maistre, é que o universo caminha rumo a uma grande unidade difícil de perceber e definir. O furor das viagens, a comunicação das línguas, a mistura inaudita de homens operada pelo abalo terrível da Revolução, as conquistas sem precedente e outras causas ainda mais ativas, embora menos terríveis, não permitem pensar de outra maneira”.¹⁰⁶ Em várias passagens de suas obras, o Vidente expõe mais longamente essas, podemos assim dizer, medidas do gênero humano em direção à unidade que existia antes de Babel e que ele pretende reconquistar. Vemos essas medidas se multiplicarem e, poderíamos dizer, se precipitarem nos nossos dias, a ponto de que o desenlace, cuja data de Maistre dizia não poder definir, pode parecer-nos próximo.

América, Ásia, Oceania, África, não há mais lugar no mundo em que as raças européias não se tenham instalado, onde elas não imponham suas línguas, suas idéias, seus costumes e suas instituições. E, de sua parte, todas as raças humanas entram no turbilhão político, comercial e científico que as aproxima, que tende a unificá-las, como antes da dispersão de Babel. Umas caminham para isso espontaneamente, outras são arrastadas à força.

“A unificação do mundo, diz Dufourq no prefácio de sua grande obra *Avenir du Christianisme*, parece hoje, sobretudo há uma dezena de anos, acelerar sua marcha e como que precipitar seu curso. Os diversos povos que formam a humanidade viveram longos séculos separados uns dos outros; eles tendem cada vez mais a saírem do isolamento, a desenvolverem a solidariedade que os liga e a se unirem numa grande família”.

Isto foi escrito em 1903 ou 1904. A guerra entre a Rússia e o Japão, depois a rivalidade da China vieram abrir a essa perspectiva horizontes infinitos.

Que resultará da militarização do Oriente à maneira européia? Só Deus o sabe. Não é de se notar que as expedições longínquas a que se lançaram os Estados

¹⁰⁶ *Œuvres Complètes de J. de Maistre*, t. XII, p. 33.

européus há meio século têm freqüentemente produzido resultados opostos aos que eles procuravam? Inglaterra, França, Rússia certamente se propunham coisa diversa do que fazer sair os povos asiáticos dos seus países e lançá-los no mundo. Hoje o Japão tem um exército igual ao da Alemanha, a China está em vias de se tornar uma potência militar de primeira ordem.

O mesmo fenômeno ocorre na ordem científica e na ordem política. Quantas descobertas têm sido feitas nos nossos dias! O vapor, a eletricidade e os novos usos a que são submetidas: telegrafia, telefonia, telegrafia sem fio; balões dirigíveis, tudo isso serve e servirá, como as revoluções, como as guerras, como as emigrações, para aproximar os homens!¹⁰⁷ Para falar apenas da aviação, através dos seus aeroplanos e balões dirigíveis ela faz com que o homem não conheça mais fronteiras. Por ocasião do transporte de alimentos de diferentes climas para os mais distantes povos, de Maistre já dizia: “Não existe acaso no mundo, e suspeito há muito tempo que isto tem a ver, de perto ou de longe, com alguma obra secreta que se opera no mundo sem que o saibamos”. Que devemos dizer hoje? Para onde nos conduzirá o rádio, que nos veio dar um conhecimento mais íntimo da matéria?

A Inglaterra trabalha há vinte e cinco anos para a construção de uma estrada de ferro “bicontinental” que sulque a África, do Cabo ao Cairo, e a Ásia, do Cairo a Singapura.

À estrada Cabo-Cairo-Singapura propõe-se juntar a “tricontinental”, que ligaria a Europa à África e à Ásia.^a Ela cortaria diagonalmente a África, de Moçambique a Tanger, passando ao norte do lago Tchad, cortando daí para Figuig, depois para Fez, através do corredor de Taza.

Os bancos e o papel-moeda já oferecem aos estrangeiros as mais maravilhosas facilidades. Um sábio genovês, René de Saussure, estuda a confecção da moeda universal: um valor que teria curso por toda a parte nas trocas internacionais de dinheiro.¹⁰⁸

Dá-se o mesmo relativamente à troca de idéias. Uma sociedade Romajikwai para a adoção da forma latina das letras acaba de ser fundada (1908) no Japão. Ela possui um jornal e trabalha para editar em caracteres latinos as obras dos principais escritores do país. O marquês Saiouji, primeiro-ministro, é o seu presidente e muitos japoneses são partidários dessa reforma destinada a criar um meio mais fácil de comunicação com os outros países.

Conhecemos os ensaios tentados de diversos lados para criar uma língua universal: o Esperanto, o Volapuk, o Ido testemunham, também eles, a necessidade de aproximar os povos, que agita os espíritos.

No mesmo passo de todas essas inovações caminha a Revolução.

¹⁰⁷ No dia 1º de novembro de 1902 Chamberlain recebia dois telegramas que tinham feito a volta ao mundo, um pela rota do Leste, outra pela do Oeste. O primeiro gastara dez horas e dez minutos para fazer sua grande viagem, o segundo precisara de treze horas e meia.

¹⁰⁸ Saussure toma como unidade uma peça de ouro de 8 gramas que teria um valor de cerca de 25 francos, ou seja, 20 marcos, uma libra esterlina ou cinco dólares. Essa unidade monetária seria dividida em décimos e a décima-milésima parte dessa unidade se chamaria, por exemplo, “speso”. Cem *spesos* constituiriam o “ispescento”, representando um valor de 20 centimos ou 16 pennings ou 2 quartos de pence. Mil *spesos* formariam um “spesmce”, que valeria 2 marcos, ou 2 shillings, ou ½ dólar, ou ½ peso espanhol, ou 1 ien japonês etc.

Vimos que desde seus primeiros dias expressou-se a esperança de, por seu intermédio, se chegar a fazer de todas as nações um só povo, destruir as nacionalidades para constituir sobre suas ruínas uma república universal; e, de outra parte, aniquilar o Cristianismo e fundar uma nova religião, religião humanitária, segundo o desejo de uns, religião satânica, segundo o desejo de outros; mas, assim para estes como para aqueles, religião universal, abarcando todos os homens para encerrá-los no mesmo templo e na mesma cidade.

Uma semelhante concepção, um tal projeto devia parecer então pura loucura. É necessário reconhecer, no entanto, que ele se apresenta hoje mais realizável do que podia parecer aos olhos daqueles que por primeiro o expuseram aos homens da Convenção; e que tudo, no movimento das idéias assim como em todas as revoluções políticas e nas descobertas e aplicações da ciência, parece prestar-se a isso.

Como puderam os homens da Revolução, há um século, quando não podiam ter nenhuma idéia do que vemos, conceber o pensamento de uma Revolução que abrangesse assim a humanidade inteira para transformá-la tão radicalmente?

Não se pode explicar isso senão pela inspiração de Satanás. O anjo decaído via, desde então, nas suas causas, os acontecimentos a que hoje assistimos e que quebram, uns após os outros, as barreiras que separam os povos e as raças; ele via igualmente os progressos que deviam fazer as ciências que acabavam de nascer e as convulsões sociais que elas produziriam. Ele via enfim as negações radicais para as quais os discípulos de Voltaire e de Rousseau arrastariam a razão separada da fé. Ele prometeu a si mesmo apoderar-se, por intermédio daqueles que consentiriam em fazer-se seus escravos nas sociedades secretas, desses movimentos de ordem material e de ordem intelectual, de ordem política e de ordem moral, e fazê-los servir ao restabelecimento, sobre todo o gênero humano, do reino que a redenção cristã lhe fizera perder.

Sabemos como e com que sucesso, podemos dizer, ele trabalhou durante todo o curso do século XIX. Ouvimos seus sequazes no governo e na imprensa, nas lojas e nos clubes, gritarem a uma só voz: A vitória é nossa!

Na edição de 7 de janeiro de 1899, a *Croix* referia essa palavra de um judeu: “É o nosso império que se prepara; é aquele que chamais de Anticristo, o judeu temido por vós, que tirará proveito de todos os novos caminhos para conquistar rapidamente a terra”.

Eles não sabem, ou querem ignorar, que acima de Satanás, senhor deles, infinitamente acima, existe Deus, Deus todo-poderoso. Ele criou o mundo para a Sua glória, a glória inexprimível que Lhe será eternamente rendida por todas as Suas criaturas, sem exceção, embora diversamente, umas manifestando Sua bondade, outras manifestando Sua justiça. Até o dia das supremas retribuições, Ele as deixa ao seu livre arbítrio, de tal sorte, entretanto, que tanto os maus como os bons, o mal como o bem, servem à realização dos desígnios da Sua infinita Sabedoria.

Como disse Donoso Cortez: “Lúcifer não é o rival, ele é o escravo do Altíssimo. O mal que ele inspira ou introduz na alma e no mundo, ele não o introduz, ele não o inspira sem a permissão do Senhor; e o Senhor não o permite senão para castigar os ímpios ou para purificar os justos com o ferro em brasa da tribulação. Dessa maneira, o próprio mal acaba por se transformar em bem sob a conjuração todo-poderosa

dAquele que não tem igual nem em poder, nem em grandeza, nem em prodígio; que é Aquele que é, e que tirou tudo o que existe, fora dEle, dos abismos do nada”.¹⁰⁹

Deus permite, e nós somos, ó tristeza!, testemunhas dos extravios do homem e mesmo da revolta contra Ele, *mas dentro de uma medida que não será ultrapassada*; Ele aguarda. Tudo servirá aos Seus desígnios, e quando a prova tiver cessado, tudo estará no devido lugar; então haverá mal apenas para os culpados obstinados. Mas, digamo-lo, os próprios culpados ainda lembrarão os desígnios cheios de amor de Deus por suas criaturas: o que terá causado a perda deles será com efeito o abuso de um benefício que lhes era destinado a obter um peso imenso de glória, o abuso da liberdade que Deus dá às suas criaturas com a finalidade de formar para Si eleitos que possam dizer com São Paulo: “É pela graça de Deus que sou o que sou, e sua graça para mim não tem sido em vão.”¹¹⁰ Não fui eu, portanto, quem trabalhou, mas a graça de Deus que está comigo”.

O fundador do iluminismo francês, Saint-Martin, tinha a intuição dessas verdades e dizia que Satanás bem poderia não ter a última palavra da Revolução. Em 6 de janeiro de 1794, ele escrevia ao barão de Kirchberger: “Quanto a mim, jamais duvidei que a Providência se envolvesse na nossa Revolução e que não fosse possível que ela recuasse. Creio mais do que nunca que as coisas irão até o seu termo e terão um final bem importante e bem instrutivo para o gênero humano”.¹¹¹

De Maistre não pensava de outra forma. “Para todo homem que tem o olho são, diz ele, e que quer ver, nada há de mais visível do que a ligação dos dois mundos. Tudo o que se passa na terra tem sua razão de ser no Céu. É para a realização dos decretos divinos que estão ordenados todos os fatos, todas as revoluções que a História registrou, todos aqueles que ela registrará até o fim dos tempos: todos concorrem, segundo sua natureza e sua importância, para a obra secreta que Deus opera quase sem o percebermos, e que será inteiramente revelada apenas no grande dia da eternidade. Se as revoluções são motivadas pelos erros dos homens, se são feitas com seus crimes, Deus as domina a ponto de fazê-las concorrer para a realização dos Seus desígnios, que datam da eternidade”.

Ninguém exprimiu numa linguagem mais sublime essa bela e consoladora verdade. Nas primeiras linhas da primeira das suas obras, ele percebeu essa ação da Providência, que leva os homens para onde Ela quer, mesmo deixando-lhes a liberdade de movimentos.

“Estamos ligados ao trono do Ser supremo com uma corrente flexível que nos retém sem nos sujeitar. O que há de mais admirável na ordem universal das coisas é a ação dos seres livres sob a mão divina. Livremente escravos, eles operam ao mesmo tempo voluntária e necessariamente; eles fazem realmente o que querem, mas sem poder desorganizar os planos gerais. Cada um desses seres ocupa o centro de uma esfera de atividade cujo diâmetro varia à vontade do *eterno geômetra*, que sabe dilatar, restringir, parar ou dirigir a vontade sem alterar sua natureza... Seu poder opera enquanto se exerce; nas suas mãos tudo é dócil, nada Lhe resiste; para Ele tudo é

¹⁰⁹ *L'Eglise et la Révolution*.

¹¹⁰ Cor. XV, 10.

¹¹¹ Correspondência inédita de S. C. de Saint-Martin, publicada por L. Schauer, Paris, Dentu. — Um provérbio provençal exprime a mesma coisa à sua maneira: “*Lou diable porte pèire*”. O próprio diabo carrega sua pedra para as construções de Deus.

meio, mesmo o obstáculo; e as irregularidades produzidas pelas operações dos agentes livres vêm arranjar-se na ordem geral”.¹¹²

Satanás não foge a essa lei. Ele também faz o que quer; mas fazendo o que quer, trabalha para o cumprimento dos pensamentos divinos. Ele triunfa atualmente; tudo caminha ao sabor dos seus desejos e seus escravos humanos estão jubilosos. Eles não vêem que, parecendo conduzir a Revolução, entram nisso apenas como simples instrumentos e que suas infâmias sempre se voltaram contra os fins aos quais se propuseram.

Querem aniquilar o Cristianismo; não escondem isso, proclamam-no; e vendo as ruínas que acumularam de um século para cá, nas almas como na sociedade, jactam-se de o terem conseguido. Seus gritos de alegria, unidos aos seus gritos de ódio, reboam por toda a parte com um barulho cada vez mais insolente. Eles erram. Eles se vangloriam daquilo que, de uma maneira ou outra, será a vergonha deles.

Assim como a unidade do império romano preparou o terreno para a propagação do Evangelho, todas as novas invenções e todas as revoluções preparam a fusão dos povos. Com que intuito?

Conhecemos as intenções, as esperanças da seita: uma religião única que una todos os espíritos, uma Convenção única que governe todos os povos. Os filhos de Deus têm esperanças bem diversas.

Lacordaire formulou-as um dia do alto do púlpito de Notre-Dame: “Ó vós, homens do tempo, príncipes da civilização industrial, vós sois, sem o saberdes, os pioneiros da Providência. Essas pontes que suspendeis no ar, essas montanhas que abris diante de vós, esses caminhos nos quais o fogo vos conduz, vós os credes destinados a servir à vossa ambição; não sabeis que a matéria é apenas o canal no qual corre o espírito. O espírito virá quando tiverdes cavado o seu leito. Assim fizeram os romanos, vossos predecessores; eles empregaram setecentos anos em aproximar os povos através das armas, e em sulcar com suas longas estradas militares os três continentes do velho mundo; eles acreditavam que suas legiões passariam eternamente por ali para levarem suas ordens ao universo; não sabiam que preparavam as vias triunfais do cônsul Jesus. Ó vós, pois, herdeiros deles, e também cegos como eles, romanos da segunda raça, continuai a obra da qual sois instrumentos; reduzi o espaço, diminuí os mares, tirai da natureza seus últimos segredos, a fim de que um dia a verdade não seja obstruída pelos rios e pelos montes, que ela vá direta e depressa. Como são bonitos os pés dos que evangelizarão a paz”.¹¹³

Dufourq, no livro que acabamos de citar, também pensa que o que se prepara será a continuação, o acabamento do que se faz desde Jesus Cristo.

“É um fato, os povos cristãos ocupam o primeiro lugar e o primeiro papel. Foram os cristãos que colonizaram a Rússia e a América, expulsaram o Islã, conquistaram a Índia, abriram a China; é a civilização cristã que leva aos outros povos os princípios organizadores da vida material e moral. Parece que todos os riachos humanos se dirigem, para serem por ele sucessivamente recolhidos, em direção ao grande rio que, nascido na Palestina, alargado na Galiléia, há mil e novecentos anos flui lentamente suas águas salutareis através do mundo”.

¹¹² *Œuvres Complètes de J. de Maistre*, t. I, p. 1.

¹¹³ *Conférences de Notre-Dame*, t. II, p. 198.

Antes dele, J. de Maistre expressara as mesmas previsões: “Quando uma posteridade que não está distante vir o que resulta da conspiração de todos os vícios, ela se proclamará cheia de admiração e de reconhecimento”.¹¹⁴ E algumas palavras adiante: “O que se prepara agora no mundo é um dos mais maravilhosos espetáculos que a Providência jamais deu aos homens”.

Em meio aos horrores de 93 ele já soubera desviar seu olhar desse quadro desesperador para prever o seu desenlace. “A presente geração é testemunha de um dos maiores espetáculos que jamais ocuparam o olho humano: é o combate de morte entre o Cristianismo e o filosofismo.”¹¹⁵ A liça está aberta, os dois inimigos combatem, e o universo olha. Vê-se, como em Homero, *o pai de Deus e dos homens* erguer as balanças que pesam os dois grandes interesses: logo um dos pratos vai descer”. E após ter mostrado a que estava reduzido o catolicismo no momento em que escrevia, acrescentava: “O filosofismo não tem, pois, mais queixas a fazer; todas as oportunidades humanas estão a seu favor; faz-se tudo por ele e tudo contra sua rival. Se ele vencer não dirá como César: *Vim, vi, venci*; mas enfim terá vencido: ele pode bater palmas e sentar-se orgulhosamente sobre uma cruz derrubada. Mas se o Cristianismo sai dessa prova terrível mais puro e mais vigoroso, qual Hércules cristão, forte somente da sua força, ele levanta *o filho da terra* e o sufoca nos seus braços: *Patuit Deus!*”

Nada do que ele viu durante o meio século que se seguiu ao Terror pôde desviá-lo dessa esperança. Todas as convulsões a que assistiu chamava de “prefácio”, “terrível e necessária preliminar”. Na extremidade oposta dos pensamentos humanos, Babeuf dizia na mesma época:

“A Revolução Francesa é a precursora de uma Revolução bem maior”. Quantos outros pensaram e disseram a mesma coisa!

Prefácio de que livro? Precursora de qual transformação? Preliminar de que nova ordem de coisas? Certamente Babeuf e de Maistre não faziam dessas coisas a mesma idéia, muito menos hoje Jaurès e Pio X.¹¹⁶ Na Encíclica *Præclara*, de 20 de junho de 1894, dirigida aos príncipes e aos povos do universo, Leão XIII também dissera: “Vemos lá, no longínquo futuro, uma nova ordem de coisas; e não conhecemos nada mais suave do que a contemplação dos imensos benefícios que serão seus resultados naturais”.

É muito necessário, com efeito, que tudo mude, se os tempos não estão por terminar. A perversão dos espíritos e a corrupção dos corações atingiram todas as classes da sociedade e fizeram-nas chegar a um estado além do qual nada há senão a decomposição pútrida do corpo social. Se Deus não quiser que cheguemos a isso, é preciso que, através dos meios dEle conhecidos Ele nos faça chegar a uma mudança quase total, e ao mesmo tempo universal, a mudança do mundo moral e religioso que Santa Hildegarde e tantos outros profetizaram.

¹¹⁴ *Ibid.*, t. X, p. 448.

¹¹⁵ Podemos ir mais longe: da civilização cristã e da civilização humanitária.

¹¹⁶ Ver as esperanças formuladas na Encíclica que concede um Jubileu ao universo católico por ocasião da ascensão de Pio X ao trono pontifício e do cinquentenário da definição do dogma da Imaculada Conceição.

Se acreditarmos em Pio IX, Leão XIII e Pio X, de Maistre, Blanc de Saint-Bonnet e outros, Ele o fará, talvez logo. “Poderão acontecer coisas que confundam nossas especulações; mas sem pretender excluir nenhuma falta nem nenhuma infelicidade intermediária, sempre estarei seguro de um final vantajoso”.¹¹⁷ “Ainda não vemos nada, porque até aqui a mão da Providência apenas limpou o terreno: mas nossos filhos exclamarão com respeitosa admiração: *Fecit magna qui potens est*”.¹¹⁸ “Existem nessa imensa revolução coisas acidentais que o raciocínio humano não pode apreender perfeitamente; mas há também uma caminhada geral que se faz sentir a todos os homens que têm estado em condições de obterem certos conhecimentos. NO FIM TUDO REVERTERÁ PARA O MELHOR”.¹¹⁹



¹¹⁷ *Ibid.*, t. XIII, p. 64.

¹¹⁸ *Ibid.*, t. XIII, p. 169.

¹¹⁹ *Œuvres Complètes de J. de Maistre*, t. XIII, p. 176.

CAPÍTULO LXX

QUE ESPERAR DA FRANÇA?

I. MOTIVOS DE DESESPERANÇA

As previsões dos homens prudentes, as promessas e garantias dos santos relatadas acima abrangem toda a Cristandade; elas anunciam o retorno às instituições, às leis e aos costumes da civilização cristã de todos os povos que receberam os benefícios da Redenção. Elas dizem até que o exemplo destes iluminará os povos infiéis e que será enfim atendida a prece do divino Salvador: *Unum ovile et unus Pastor*, de sorte que aquilo a que Satanás se propôs e para cujo objetivo faz trabalhar os seus — o restabelecimento da unidade do gênero humano em seu proveito — voltar-se-á contra ele.

Sob sua instigação, “as nações agitam-se em tumulto, os povos tramam vãs conspirações, erguem-se os reis da terra, e os príncipes mantêm conselho contra o Senhor e contra o seu Cristo. Quebrems seu jugo, dizem eles, e lancemos para longe de nós suas cadeias!

“Mas Aquele que impera nos céus se ri deles, o Senhor os reduz ao ridículo. Ele lhes fala na sua cólera; Ele os fere de pavor com o seu furor. Submetei-vos, porque estabeleci meu rei em Sião, a montanha santa.

“Publicarei este decreto; Tu és meu Filho: eu hoje te gerei, num dia sem véspera nem dia seguinte, desde toda a eternidade. Pede, e eu te darei as nações por herança, por domínio as extremidades da terra” (Salmo II).

Se é chegada a hora do reino de Jesus Cristo como vencedor sobre a humanidade rebelde, se em meio aos erros, corrupções e calamidades da presente geração podemos permitir-nos ter a esperança de uma intervenção próxima de Deus em favor da Igreja e do gênero humano, uma questão muito angustiante apresenta-se para nós franceses. Terá a França parte nas misericórdias divinas? ou melhor, retomará ela a continuidade da missão que lhe foi dada dentre os outros povos? Porque a França recebeu uma missão no dia em que ela foi posta no mundo, no dia em que ela saiu do batistério de Reims viva da vida de Cristo e sagrada defensora da Igreja, sustentáculo do Papado, apóstola das nações infiéis: “Ó Deus, dizia a santa liturgia no século XI, Deus todo-poderoso e eterno, que estabeleceste o império dos Francos para ser, no mundo, instrumento da vossa divina vontade, o gládio e o escudo da Santa Igreja, concede sempre e em toda a parte a luz celeste aos filhos suplicantes dos Francos, a fim de que vejam sempre o que é preciso fazer para a vinda do vosso reino neste mundo, e que, para fazer assim como tiverem visto, sejam até o fim cheios de caridade e de coragem”.

Essa oração levava até Deus a expressão dos sentimentos que tinham sido colocados no coração dos nossos pais pela carta do Papa Anastácio II a Clóvis, pela do Papa Vigile a Childebert, pela de São Gregório Magno aos filhos de Brunehaut etc., e que tantos acontecimentos sobrevindos no curso dos séculos marcavam muito ser a

função que a Providência havia designado para a França, idéia diretriz de toda a sua história e alma da sua vida.

Mas, assim como um indivíduo, um povo pode acabar por tornar-se infiel à sua missão. O povo judeu, guardião da promessa divina, voltou-se contra a sua vocação. O povo da França, após ter desfrutado semelhante privilégio, não se tornou culpado do mesmo crime?

Em 1795, portanto em plena Revolução, publicou-se em Francfurt um livro sem nome de autor intitulado: *O sistema galicano ferido e convencido de ter sido A PRIMEIRA E A PRINCIPAL CAUSA DA REVOLUÇÃO que acaba de descatholicizar e de dissolver a monarquia cristianíssima e de ser hoje o grande obstáculo à contra-revolução em favor dessa monarquia.*

Sabemos o que foi o sistema galicano. Fora formulado na Assembléia de 1862 em quatro artigos que consagravam um duplo erro e cometiam um duplo atentado contra a soberania do Filho de DEUS FEITO HOMEM, chefe da humanidade redimida.

De uma parte afirmavam que o poder do Vigário de Jesus Cristo é limitado, ligado pelos cânones, e sua infalibilidade doutrinária dependente daquela da Igreja. De outra parte, que o poder do rei é absoluto, que depende apenas dele mesmo, que é independente do poder que Nosso Senhor Jesus Cristo deu ao Papa, Seu Vigário.

Pelo primeiro erro e primeiro atentado, a Igreja da França, por seus bispos, colocava-se fora dos ensinamentos da Igreja universal acerca de um ponto essencial que teve de ser definido pelo Concílio do Vaticano.

Pelo segundo erro e segundo atentado, a França estava colocada fora das tradições do gênero humano. Jamais, em nenhum tempo, nenhum povo deixou de dar a religião como fundamento à sua constituição, às instituições públicas e às leis. Nenhuma nação havia feito melhor do que a França; ela serviu mesmo, sob esse aspecto, de modelo aos povos modernos; foi ela a primeira a reconhecer a divina majestade de Nosso Senhor Jesus Cristo e da Sua Igreja. O rei da França intitulava-se de lugar-tenente de Jesus Cristo e proclamava, perante todos, os direitos soberanos do Salvador através dessa inscrição gravada nas nossas moedas: *Christus vincit, regnat, imperat*, palavras inspiradas por aquelas do Intróito da Epifania: Jesus Cristo tem em sua mão o reino, o poder e o império. *Et regnum in manu ejus et potestas et imperium*. “Ó povo dos Francos, exclamava em 1862 o cardeal Pie, remonta o curso dos séculos, consulta os anais dos teus primeiros reinos, interroga os feitos dos teus ancestrais, as proezas dos teus pais, e eles te dirão que na formação do mundo moderno, no momento em que a mão do Senhor modelava novos povos ocidentais para agrupá-los, como uma guarda de honra, ao redor da segunda Jerusalém, a posição que marcou para ti, a parte que construiu para ti, colocava-te à testa das nações católicas. Teus mais intrépidos reis proclamaram-se “oficiais de Cristo”.

A declaração de 1682 rompia com esse passado, realizava para o presente a secularização do governo, e preparava para o porvir o ateísmo das leis e a laicização das instituições, que deviam desaguar na separação entre a Igreja e o Estado. A doutrina da separação entre a Igreja e o Estado está contida na declaração de 1682. Com efeito, dizendo que a Igreja não recebeu nenhuma autoridade sobre as coisas temporais e civis, e que, por conseguinte, os reis e os soberanos não estão submetidos a nenhum poder eclesiástico na ordem temporal, Bossuet e os outros membros da assembléia não *quiseram*, sem nenhuma dúvida, submeter a Igreja ao Estado, como o tinham feito antes deles os bispos da Inglaterra ao reconhecerem Henrique VIII e seus sucessores como chefes da Igreja. Mas a dependência da Igreja relativamente ao

Estado devia sair fatalmente da Declaração. Se o rei, ou o Parlamento, ou o povo soberano, não está sujeito ao julgamento do Pontífice, é ele quem decidirá soberanamente a respeito do que é temporal e do que não o é. Foi em virtude desse princípio que o próprio Bossuet foi condenado a queimar um dos seus mandamentos e que, nos nossos dias, quando a Concordata estava ainda em vigor, os clérigos foram submetidos ao serviço militar.

A data de 1682 marca, pois, o momento em que a Revolução foi concebida no seio da nação francesa. “Essa revolução de que somos *vítimas*, dizia o autor desconhecido da brochura cujo título acabamos de referir, não é por si mesma e por sua natureza senão uma espécie de revolta direta e pronunciada contra a autoridade sacerdotal e a autoridade real de Jesus Cristo. É a Jesus Cristo que os ímpios revolucionários odeiam acima de todas as coisas; e se está nos seus objetivos detestáveis trabalhar com todas as suas forças pela derrubada da Santa Sé e de todos os tronos da Cristandade, é apenas para aniquilar, se puderem, a dupla autoridade de Jesus Cristo, da qual o Soberano Pontífice e os reis cristãos são respectivamente depositários e que exercem em Seu nome e em Seu lugar”.

A Revolução, com o assassinato de Luís XVI de um lado, e de outro a constituição civil do clero, foi, pois, conseqüência lógica da Declaração de 1682. Querendo limitar os poderes dados ao seu Vigário por Nosso Senhor Jesus Cristo, a Igreja galicana abriu ela mesma o caminho ao cisma no qual a Revolução quis precipitá-la: e privando-a do apoio que ela tivera desde sua origem do trono de Jesus Cristo, ela fazia o trono dos reis cristianíssimos perder seu prestígio e sua estabilidade. A soberania não mantinha mais nenhum sustentáculo além da opinião nacional, tão fácil de mudar, tão pronta a conspirar hoje o que ontem adorara.

Aí está a verdadeira causa do desaparecimento do trono da França, como do desmoronamento da Igreja galicana. Às conseqüências lógicas que os erros e as impiedades acarretam, junta-se o castigo. Aqui, o castigo foi a decapitação do rei e o massacre do clero. Essas penas parecem-nos enormes, mas quem somos nós para julgar acerca da natureza do crime e da expiação que ele requeria?

Os homens da Convenção quiseram ferir em Luís XVI não apenas um homem, não somente um Rei justo, mas o próprio Cristo, do Qual ele era ministro, a própria Cristandade, da qual ele era o chefe. O que eles queriam derrubar com a sua cabeça era a fé de Clóvis, de Carlos Magno, de São Luís; era o representante mais elevado, após o Papa, do direito divino que eles se vangloriavam de destruir. Eles queriam “descatolicizar não menos que desmonarquizar” a França e a Cristandade; eles queriam, em Luís XVI, atingir a “infame”, “esmagar a infame”. Pela intenção, o regicídio era, segundo certos homens, um verdadeiro deicídio.

Unido ao Vigário de Cristo e por ele a Cristo, ungido com o óleo santo que a Pomba, mensageira divina, trouxe do céu, o rei da França, não por si mesmo, mas por AQUELE que ele representava, era um outro Cristo, como diz a Escritura. A Revolução, esclarecida por um ódio satânico, não se enganava. Basta, para convencer-nos disso, lembrar as palavras pronunciadas na Convenção por Robespierre, Saint-Just e outros.

Chapot¹ tem razão de dizer:

¹ *Revue Catholique des Institutions et du Droit*, setembro de 1904, pp. 212-213.

“Existe um pecado da França como existe um pecado do povo judeu. O pecado nacional do povo judeu é o deicídio; o pecado nacional da França é o regicídio, é a Revolução e o liberalismo. Explico-me: Israel quis matar Jesus Cristo como Deus, a França em revolução quis matá-Lo como rei. O atentado cometido contra Luís XVI tinha seu contragolpe direto contra a própria pessoa de Cristo. Não foi o homem que a Revolução quis matar em Luís XVI, foi o princípio que o rei da França representava: ora, esse princípio era o da realeza cristã. Que quer dizer realeza cristã? Quer dizer realeza temporal dependente de Cristo, imagem da realeza de Cristo; é por isso que os reis da França se intitulavam *oficiais de Cristo*”. Foi com este pensamento que Joana d’Arc, restabelecendo sobre a terra a realeza legítima, disse a Carlos VII: “Vós sereis lugar-tenente do rei dos céus que é rei da França”.

Lammenais comentou assim as palavras da Donzela:

“Não era ao homem que se obedecia, mas a Jesus Cristo. Simples executor dos Seus mandamentos, o soberano reinava em Seu nome; sagrado como Ele, por tanto tempo quanto usasse o poder para manter a ordem estabelecida pelo Rei-Salvador, sem autoridade desde que a violasse. Assim, a justiça e a liberdade constituíam o fundamento da sociedade cristã; a submissão do povo ao Príncipe tinha como condição a submissão do Príncipe a Deus e à Sua Lei, carta eterna dos direitos e dos deveres, contra a qual vinha se quebrar toda vontade arbitrária e desordenada”.²

A declaração de 1682 veio colocar o princípio contrário, da secularização do governo dos povos cristãos. É verdade que doze anos após ter ela sido formulada, em 14 de setembro de 1693, Luís XIV escreveu ao Papa Inocente XII: “Estou muito contente em levar ao conhecimento de Vossa Santidade que dei as ordens necessárias para que as coisas contidas no meu édito de 11 de março de 1682, relativas à declaração feita pelo clero da França, à qual as conjunturas passadas me tinham obrigado, não sejam observadas”. E não satisfeito de que o Santo Padre fosse informado dos seus sentimentos a esse respeito, exprimira o desejo que todo o mundo conhecesse sua profunda veneração pelo Chefe da Igreja. O erro estava, pois, retratado de parte da realeza e a falta reparada.

Mas uma e outra foram renovadas e agravadas além de todo limite pela nação, no dia em que foi escrito e votado este artigo da Declaração dos Direitos do Homem: “O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação; nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que não emane expressamente dela”.

Isto jamais foi retratado, isto está sempre em vigor, e é isto que autoriza os temores acima expressos.

“O que a Revolução quis destruir, diz ainda Chapot, foi o próprio princípio da autoridade cristã no Estado. Ela quis iniciar a secularização, ou melhor, a apostasia de toda a ordem social e civil. Ela quis arrancar as velhas nações cristãs, das quais a França era a cabeça, ao império de Jesus Cristo”.

Eis aí o pecado da França, causa primeira e radical do rebaixamento em que nos encontramos.

Desde então se colimou a secularização, que tudo atingiu, tudo liberando da tutela paternal de Cristo, da tutela maternal da Igreja. Esse jugo tão honorável e tão suave foi apresentado como sendo humilhante e repressor. No presente momento é completamente rejeitado pela lei de separação entre a Igreja e o Estado.

² *Du progrès de la Révolution*, p. 5.

A esse primeiro atentado juntou-se um outro, o atentado contra a soberania pontifícia, cuja guarda constituía missão especial da França.

Sabemos como, após ter restabelecido Pio IX no trono, a França o abandonou, retirou-se de perto dele a fim de deixar o campo livre aos soldados da franco-maçonaria. Permanecia, no entanto, junto ao trono pontifício a embaixada, personificação da França. Ela não está mais lá, e o miserável artifício empregado para cobrir essa traição desejada pela franco-maçonaria é bem digno daquela que é perfídia e mentira.

Até então nenhum soberano de nação oficialmente católica quisera visitar em Roma o usurpador, nem mesmo o imperador da Áustria, seu aliado, apesar de vinte anos de instâncias a lembrá-lo a observância das leis de respeito recíproco. Era, da parte dos príncipes católicos, uma maneira de afirmar que a questão de Roma existe sempre, que está colocada para as Potências.

Os próprios soberanos não-católicos, pelo modo como efetuam sua visita ao Vaticano, testemunham que, igualmente para eles, o problema está sempre pendente, não foi resolvido.

Loubet, o primeiro, declarou levianamente que a seus olhos o verdadeiro e único Soberano de Roma era o neto de Victor Emanuel; ele retificou a grande infâmia política e religiosa praticada em 1870. Foi em nome da França que ele pretendeu praticar esse ato, o mais oposto possível à toda a sua história, ao papel que ela desempenhou no mundo, à vocação que Deus lhe deu. E isso no tempo em que o imperador da Alemanha posa de porta-estandarte da Igreja!³

Havia na Câmara dois padres; e eles deixaram a um leigo, Boni de Castellane,⁴ a preocupação de reivindicar os direitos imprescritíveis do Papado e defender os direitos e a honra da França. Que digo? Um deles, Gayraud, por sua abstenção, declarou-se indiferente à questão; e o outro, Lemire, disse, com seu voto, a Loubet: Estou muito contente por que ireis dar à usurpação piemontesa a sanção que ela ainda não recebeu, e, usando meus poderes de deputado, eu vos dou os meios para isso.⁵

No dia seguinte ao desse voto, no dia seguinte ao dessa missão dada a Loubet pelos deputados e senadores, Henri Rochefort escrevia no *Intransigeant*: “O dia de ontem foi, podemos dizer, excelente para os sem-pátria... A França está morrendo, é incontestável, mas eles não estarão realmente satisfeitos senão quando puderem gritar: “A França morreu!” Após a sessão de 22 de janeiro, sobre a questão Delsor, ele havia escrito: “Pode-se dizer que a França venceu. Ela é ainda, por algum tempo, uma expressão geográfica”.

É a resposta definitiva à pergunta que J. de Maistre fazia a Bonald: “A França está morta”?

³ Deixou a Prússia de ser o que o *Opinion Nationale* dela dizia no dia seguinte ao desastre de Sadowa? “A missão da Prússia é protestantizar a Europa, como a missão da Itália é destruir o pontificado romano”. Quem pode acreditar?

⁴ Baudry-d’Asson apoiou Boni de Castellane. No Senado, Dominique Delahaye fez-se a mesma honra. O projeto de lei encontrou na Câmara apenas doze oponentes!

⁵ É verdade que esse padre, um pouco mais tarde subiu à tribuna para formular esta heresia: “A constituição da Igreja não é uma monarquia, propriamente falando a Igreja não é uma hierarquia. Ela é governada por uma série de autoridades locais, controladas por uma autoridade central e superior”. Câmara dos Deputados, sessão de 15 de janeiro de 1907.

Em 1878 o cardeal Pitra, numa carta dirigida ao barão Baude, embaixador em Constantinopla, perguntava: “Amanhã, onde estará a França? Vós me falais de desmoronamentos que ameaçam todos os pontos da Europa. Que significa semelhante situação, e como chegamos a esse ponto extremo no qual estamos prestes, a cada dia, a temer um abalo universal?”

Em abril de 1903 Drumont também dizia: “Não duvidamos de que a França esteja neste momento em plena depressão, pronta a tudo, aceitando tudo, assistindo indiferente aos mais monstruosos atentados. São múltiplas as causas desse estado de espírito... Parece que o que tocou a França no coração foi que ela entreviu, pela primeira vez talvez, na sua existência como nação, a possibilidade de morrer. E se o coração falha é porque o cérebro vacila no meio da mais pavorosa confusão intelectual e moral a que o mundo jamais assistiu”.

No dia 4 de fevereiro de 1904, no tribunal do Sena, discutia-se, após o divórcio, um processo de guarda de filho. A quem confiá-lo? Os juízes se consultavam. E o presidente, embaraçado, impotente, deixou cair esta palavra de desencorajamento e de tristeza: “Vivemos numa sociedade que desaba”.

Os homens verdadeiramente inteligentes não se enganam acerca da causa primeira da nossa decadência em todos os sentidos, decadência que nos permite fazer esta sinistra pergunta: “A França está morrendo? A França está morta?”

Beugny d'Hagerne publicou em 1890, na *Revue du Monde Catholique*, suas notas de *viagens de Paris à Transilvânia*. Ele relata uma entrevista que teve em Fured com Lonkay, diretor do *Magyar Álom* (O Estado Húngaro), o grande jornal católico da Hungria. “Aprecio muito a França, disse-me ele, e em meio aos acontecimentos políticos da nossa época, que a função de publicista me força a estudar diariamente, há dois pontos que jamais perco de vista: o Papado e a França. A França sempre me pareceu o povo escolhido por Deus para defender os direitos da Sua Igreja; vejo todas as nações cristãs dependerem e esperarem dela a salvação. Infelizmente, há muitas coisas que me fazem temer por vós. Não falo das atuais loucuras dos vossos governantes, é uma doença, um acesso de febre, que só pode ser momentâneo. A guerra entre o império alemão e a França é inevitável... Será um duelo de morte. Se a França fosse ainda a filha primogênita da Igreja, se ela tivesse um chefe que, como São Luís, se intitulasse o oficial de Jesus Cristo, eu nada temeria. Mas, entre as faltas e loucuras de vossa primeira revolução, uma há que deve atrair sobre vós terríveis castigos. Naquela época nefasta a França expulsou Deus das suas leis: foi um crime de renegação nacional. Todos os governos que se seguiram à Revolução não souberam, não puderam, ou não ousaram reparar esse crime. Mais tarde esse crime foi imitado por outras nações católicas, e pergunto-me com freqüência se Deus não terminará, também Ele, por renegar aqueles que O renegaram”.

Mais recentemente, o mesmo temor foi expresso em Amsterdã, ou melhor, a afirmativa foi pronunciada por um protestante, membro da Câmara Alta dos Estados Gerais. Falando a um religioso expulso da França pela lei Waldeck-Rousseau, ele perguntava:

“ — Eu vos ofenderia se afirmasse que a França está perdida?

“ — Gostaria de saber, pelo menos, por que assim julgais, respondeu o religioso.

“ — Por causa dos sinais que anunciam toda decomposição, replicou o senador”.⁶

⁶ *Etudes*. Número de 5 de outubro de 1902.

Vendo os sinais, ele havia procurado a causa dessa morte, e ele a atribuía ao abandono do catolicismo. “Disse mal: “a França perdida”; é o catolicismo que considero perdido na França. E é nessa atrofia do catolicismo que eu, protestante, vejo o sintoma da morte para a França”.

No curso dos debates levantados na Bélgica pela emigração para esse país dos religiosos que um governo, tão traidor da pátria quanto ímpio e inumano, expulsa da França, um dos membros mais eminentes da Câmara belga também dizia: “A política anticlerical será para a França um suicídio nacional”.

Os jornais estrangeiros não falam de maneira diversa desses personagens. Baste citar o *Vaterland* de Viena. Num artigo intitulado *O instigador da Kulturkampf francesa*, publicado em 6 de outubro de 1904, ele dizia: “A política anti-religiosa francesa é uma verdadeira política de suicídio”.

Antes deles, Joseph de Maistre, após ter lembrado os *Gesta Dei per Francos*, e mostrado que a situação eminente que a França ocupava no mundo decorria do fato de presidir ela (humanamente) o sistema religioso e de que seu rei era “o protetor hereditário da unidade católica”,⁷ esse profundo pensador acrescentava: “No momento em que os franceses não forem mais católicos não haverá mais franceses na França, porque não haveria mais na França homens que tivessem no espírito e no coração a idéia diretriz dos ancestrais, aquela à qual os franceses têm obedecido desde seu nascimento, que fez da sua nação o que ela foi, e sem a qual ela não será mais ela mesma, não mais existirá”.

Já em 1814, vendo que a Restauração não recolocava a França plenamente nas suas vias tradicionais, ele escrevera a Bonald: “Até o momento as nações tem sido mortas pela conquista, quer dizer, pela via de penetração; mas aqui se apresenta uma magna questão. — *Uma nação pode morrer sobre o seu próprio solo, sem transplante nem penetração, unicamente pela via da putrefação, deixando a corrupção chegar até o ponto central e até os princípios originais e constitutivos que a fazem o que é?* É um grande e temível problema. Se chegastes a esse ponto, não há mais franceses mesmo na França, e tudo está perdido”.⁸ No ano seguinte ele se mostrava mais afirmativo: “A França está morta neste momento; toda a questão se reduz em saber se ela ressuscitará”.⁹



⁷ De Maistre, *Œuvres*, t. X, p. 436 e *passim*.

⁸ *Œuvres Complètes de J. de Maistre*, t. XII, p. 460.

⁹ *Ibid.*, t. XIII, p. 158.

CAPÍTULO IXI

QUE ESPERAR DA FRANÇA?

II. APESAR DE TUDO... ESPERANÇA

Uma ressurreição! Isto não pode ser obra humana. “Que decretos o grande Ser, diante do qual nada há de grande, pronunciou sobre a França?” Os amigos de Deus nos trouxeram palavras de misericórdia, mas para a Cristandade, palavras de salvação, mas para a Igreja. E a França? J. de Maistre “gostava de acreditar que ela tinha ainda alguma coisa a fazer neste mundo”, e, conseqüentemente, que Deus far-lhe-ia a graça de ressuscitá-la.

“Ela ainda está sob o anátema, dizia ele, mas sempre acredito que está reservada para algum grande papel”.

Ele sempre esperava que, livre do seu erro, ela caminhará em seguida a grandes passos rumo a um ponto mais alto do que jamais atingira. “Vejo os franceses que avançam rumo a uma glória imortal”.

*Quanta nec est, nec erit, nec visa prioribus annis.*¹²⁰

Todas as vezes em que ele entrevia para o mundo um melhor porvir, sempre dizia: “Tudo se fará através da França”. Sem dúvida não lhe devemos conceder o dom da infalibilidade, mas suas previsões se realizaram tão freqüentemente, e esta corresponde tão bem ao desejo mais ardente do nosso coração, que não podemos deixar de dar-lhe crédito.

Ademais, não é ele o único a nos dar esperança.

Um grande servidor do Papado, o cardeal Pacca, célebre pela sua coragem e pela sua atitude altaneira durante a perseguição de Napoleão, deplorara no tempo das suas duas nunciaturas em Colônia e Lisboa o lastimável estado de espírito em que vira a nobreza emigrada, a qual continuava a professar largamente as máximas filosóficas que tinham produzido a catástrofe.

Essa percepção não o fez, entretanto, desesperar da França. Chegado à idade de 87 anos, foi convidado a pronunciar, em 27 de abril de 1843, o discurso de abertura da Academia da Religião em Roma. Escolheu como tema: *o Estado atual e o futuro destino da Igreja Católica*. Esse discurso foi um acontecimento, logo traduzido em várias línguas e publicado nos diversos países da Europa. Após ter lembrado a estreita união entre a Igreja dos gauleses e a Igreja de Roma, estabeleceu o quadro da luta que se travava momento, sob a Monarquia de Julho, entre os filhos da Revolução e os filhos da Igreja, e disse: “Para mim parece que o Senhor, enfim apaziguado, destina hoje a França a ser instrumento de Suas divinas misericórdias. Ele quer que ela repare por si mesma os numerosos males que causou ao mundo no século passado e neste”.

“A França é necessária ao mundo”, escreveu Leão XIII numa carta aos canadenses; e um inglês, Edmond Burke, dera precedentemente este motivo: “A destruição da França representaria o aniquilamento da civilização em todas as outras

¹²⁰ De Maistre, *Œuvres*, t. X, p. 436 e *passim*.

nações”.¹²¹ “o irrevogável embrutecimento da espécie humana”, disse Joseph de Maistre.¹²² Louis Blanc relatou um propósito semelhante de um outro inglês que ele chama de “o mais profundo pensador da Inglaterra moderna”: “queira Deus que a França jamais venha a faltar ao mundo; o mundo cairia de novo nas trevas”. De outro lado, a Igreja de Deus ficaria sem defensor; e como foi dito: “A Igreja sem defesa aqui em baixo acabaria como Ela começou, merecendo as palmas do martírio. Se esse fim não está próximo, Deus se levantará e virá em nosso socorro”.

Nossa alma recolhe todas essas palavras, emanação do pensamento de amigos, estrangeiros e mesmo de inimigos, e a elas se agarra como o náufrago a uma tábua.

Porque a França está verdadeiramente como um náufrago em pleno oceano. Sua natalidade diminui de uma maneira assustadora, enquanto cresce a de todos os seus vizinhos; sua virilidade se enfraquece no bem-estar e no prazer; as idéias em curso são em todas as coisas o oposto do verdadeiro como do bom senso; como poderia ela salvar-se a si mesma?

Não há esperança senão em Deus. Seguramente nós Lhe demos muitos motivos de irritação contra nós, mas muitos motivos podem também incliná-Lo à misericórdia. Ele não ignora o assalto infernal que sofremos faz dois séculos.

Foi contra França que a conjuração anti-cristã assestou todas as suas baterias. A franco-maçonaria foi importada da Inglaterra para junto de nós, e se ela possui alhures seus centros de conjuração foi nos países católicos e sobretudo na França que ela colocou o teatro das suas operações.

Antes tivemos de nos defender contra a Reforma.

“Jamais, disse de Maistre, o protestantismo cessou um instante de conspirar contra a França”.¹²³ Durante séculos, seja pela violência, seja pela perfídia, ele tentou tudo, ele ainda faz tudo para nos arrastar na sua esteira. Não conseguiu. Seria preciso que a França permanecesse católica para que um dia o mundo o fosse. Ela conservou no seu seio o fogo sagrado, pronta a reacendê-lo entre os dissidentes, jamais deixando de levá-lo aos infiéis.

Ela não dirigiu contra o veneno mais sutil do filosofismo a mesma força de resistência que lançou contra o protestantismo; mas é mais no seu espírito do que no seu coração que ela foi viciada.

“O mal dos nossos vizinhos, diz E. de Saint-Bonnet, deriva do cálculo que produz uma razão mais fria. Pecadores por petulância, praticando o mal quase sem reflexão, devemos ser mais fáceis de corrigir.

“Nós não temos, como o inglês, sessenta milhões de escravos nas Índias, produzindo a três *sous* por dia; e jamais tivemos o pensamento de fazer deste globo um mercado para o nosso comércio.”¹²⁴

“Não quebramos, como o alemão, a autoridade do Santo Padre a fim de casar nossos padres; e jamais tivemos o pensamento de fundir os vasos sagrados para fazer panelas.

“Jamais entregamos, como o russo, o poder da Igreja a um príncipe, e jamais foi nosso pensamento confiar nossa alma a um soberano da terra.

¹²¹ *Réflexions sur la Révolution française*.

¹²² Carta a Viguier des Etoiles, 28 de outubro de 1794.

¹²³ *Œuvres Complètes de J. de Maistre*, t. VIII, p. 76.

¹²⁴ Isto foi escrito em 1850. Seguramente não é mais a mesma coisa depois que os judeus se tornaram nossos senhores.

“Mas nesta hora, mais imprudentes, mais transviados do que os outros povos, nós nos regozijamos em negar a Deus, e já nossos doutores, nossos políticos exigem que nosso ateísmo se instale no Estado! Nós o introduzimos nas leis e no poder, nós o inserimos no ensino e no casamento; agora quereríamos que o Estado se proclamasse abertamente ateu, que fizesse disso o objeto de uma lei”.¹²⁵

Mas, ainda nisso, diz em outro lugar nosso autor, a França é vítima da maior mentira que jamais se armou contra os homens. Foi a ela que “Satanás pediu para passar pelo crivo” do erro social, filosófico e religioso mais terrível. É provável que, em seu lugar, nenhuma nação teria podido resistir como ela o fez”.¹²⁶ Para instrução do gênero humano, “Deus sem dúvida permitiu que essas trevas atravessadas por enlevos envolvessem a nação mais esclarecida, aquela que recebera mais favores do alto, aquela cujo coração batia mais forte, aquela que, somente ela, podia, com o socorro divino, atravessar sem perigo essas regiões mortais. Teria a Áustria podido resistir? A Itália? A Alemanha? Desde o batismo do Sicambre, Deus sem dúvida quis que a verdade no mundo precisasse da França. Assim, logo que a verdade aí não mais brilhou sob forma visível, ainda aí se espalhou sob a forma latente, aquecendo o coração de tantas Irmãs de Caridade vindas para curar as chagas que o erro produzia em nós, de tantos missionários que, no momento em que o sol se eclipsava sobre nós, levavam seus raios para o resto do globo.

“Que a França se felicite abertamente de ter, nos desígnios de Deus, um lugar de algum modo oficial! Que ela esteja alegre de ter fornecido, mesmo no meio de suas quedas, tantos missionários para levar a luz ao mundo, e tantas Irmãs de Caridade para aliviar-lhe as dores! Que ela se regozije de ter dado à luz tantas almas votadas à oração ou à caridade, inteiramente inflamadas pelo ardente desejo do amor. França! França! exclamava uma santa voz, como tu és engenhosa no irritar e acalmar sucessivamente a justiça de Deus! Se teus crimes fizeram cair os castigos sobre ti, tua caridade fez subir tua voz ao Céu”.

Satanás e os seus bem sabem que aí está nosso pára-raios, nas obras e nas orações dos nossos religiosos e religiosas: assim, hoje com há um século, eles se apressam primeiramente em afastá-los. Eles não farão senão apressar a hora em que Deus fará ribombar seu trovão. Mas os méritos adquiridos farão com que essa tempestade não tenha outro efeito que senão o de purificar a atmosfera, limpá-la dos miasmas que envenenam os espíritos, de fazer com que aquilo que a França revolucionária quer e aprecia seja rejeitado e repellido, e aquilo que ela desdenhou e detestou seja de novo querido e exaltado.

O *New York Freeman* dos Estados Unidos, escrevia na edição de 7 de junho de 1879: “Em todas as partes, aqueles que pensam e sabem pensar esperam no porvir da França. Ainda por algum tempo haverá combate. Subitamente, de uma maneira ou de outra, através de um meio determinado por Deus, uma grande calma se seguirá: os homens olharão para trás e terão dificuldade de acreditar que os inimigos de Cristo e da Sua Igreja tenham podido ser de tal maneira loucos”.

Eis aqui o que dá à nossa esperança ainda mais força.

¹²⁵ *Restauration Française*, p. 281, publicada em 1850. Isto agora é fato consumado!

¹²⁶ Na última obra que acaba de publicar, *Les Sophistes français et la Révolution européenne*, Th. Funck-Brentano mostra o abismo profundo que se abriu no pensamento francês no fim do século XVIII e diz: “Dois séculos de sofística! Jamais algum povo suportou por tanto tempo um tal fardo!”

Somente a França está dotada de maneira a poder fazer o mundo voltar para as vias das quais começou a se afastar há cinco séculos, a dar-lhe a verdadeira concepção da vida, a decidir os povos a reorganizarem, segundo o seu exemplo, a vida social com vistas à vida eterna a adquirir, numa palavra, a restaurar a civilização cristã.

Há muito tempo os filhos da França lutam em seu seio como Esaú e Jacó se entrechocavam no seio de Rebeca. Essa guerra terá um fim. Não podemos nos impedir de acreditar e de esperar que ele virá num dia em que for manifesto que Deus amou Jacó e odiou Esaú; o reino dos maus — sempre haverá maus — estará terminado, o reino dos bons recomeçará.

Os maus triunfam há demasiado tempo graças às ignorâncias da massa. A Revolução se escondia nas trevas das lojas. Hoje ela foi arrancada de lá, foi trazida para a luz do dia, todos podem ver o que ela é, e amanhã, quando ela quiser trazer de volta o Terror para manter seu reino, todos verão o que deve ser temido. Compreender-se-á que a Revolução não pode ser detida senão no nada. É como o cancro que só morre com a carne que devora. Os homens então não terão escolha senão entre a vida e a morte; eles deverão se pronunciar como católicos *completos* ou como revolucionários *completos*; não haverá mais meio de se refugiar no meio termo, num meio termo entre a verdade universal e a mentira universal.

Já em 1873 Saint-Bonnet anunciava aquilo que começa a se desenhar aos nossos olhos: “Uma singular separação vai ser feita. Amanhã, aqueles que se agarram à vida vão ser obrigados a se unir àqueles que defendem a Fé. Então, todos os partidos formarão apenas dois: um que deseja que Deus triunfe para que a França exista, outro que a França pereça para satisfazer a sede de crime que a inveja acende nos seus corações”. Ele acrescentava: “Mas, chegado o momento, Deus fenderá as ondas do mar Vermelho para abrir uma passagem aos seus, depois fechará essas ondas sobre aqueles que O maldizem, para abrir o porvir”.¹²⁷



¹²⁷ *La légimité*, p. 36.

CAPÍTULO LXXII

COMO SECUNDAR OS DESÍGNIOS DA MISERICÓRDIA DIVINA?

Para que Deus faça esse milagre é preciso que encontre nossas almas dispostas a receber Sua graça. Nós não o estávamos após os castigos de 1793, de 1848, de 1870-1871. Em vez de nos voltarmos para Deus e de nos jogarmos nos braços da Sua misericórdia, colocamos nossa confiança nas habilidades da sabedoria política. Donoso Cortez nos dissera muito bem após os dias de junho de 1848: “Jamais tive fé nem confiança na ação política dos bons católicos. Todos os seus esforços para reformar a sociedade através das instituições políticas, quer dizer, através das assembléias, dos governos, serão perpetuamente inúteis. As sociedades não são o que são por causa dos governos e das assembléias; as assembléias e os governos são o que são por causa das sociedades. Seria necessário, por conseguinte, seguir um sistema oposto: seria necessário mudar a sociedade, e em seguida se servir dessa sociedade para produzir uma mudança análoga nas instituições”.

Foi isso que Le Play, Blanc de Saint-Bonnet e muitos outros sempre disseram. “Não há nenhuma possibilidade de restauração da coisa pública sem uma doutrina”, escrevia Barrès em 1899. A doutrina fundamental que é preciso reintegrar nas almas é a da verdadeira noção da vida. O resto virá. As instituições sociais e mesmo políticas sairão dessa noção como outrora. Costumes e instituições transformam-se por si mesmos sob a pressão das idéias. Transformaram-se em bem sob a ação da pregação evangélica, transformaram-se em mal a partir da pregação do evangelho dos humanistas.

Pode a verdadeira noção da vida ser dada à sociedade? Sim, se Deus nos der a graça, e Ele nos dará essa graça se nos apresentarmos diante dEle com um coração contrito e humilhado.

“Senhor, diziam Tobias e seus companheiros de cativeiro, não obedecemos aos vossos mandamentos, e por isso fomos entregues à pilhagem, ao cativeiro e à morte. Somos objeto da zombaria e do desprezo de todas as nações. — Agora, Senhor, experimentamos a justiça dos Vossos julgamentos, porque não nos conduzimos segundo os vossos mandamentos e não caminhamos diante de Vós com um coração reto”.¹²⁸

“Pecamos, afastamo-nos de Vós praticando a injustiça; em todas as coisas procedemos mal. — Não escutamos vossa palavra, não observamos vossos mandamentos, não agimos como mandastes que fizéssemos a fim de que fôssemos felizes. — Assim, foi com toda justiça que esses males vieram sobre nós e que Vós nos tratastes como o tendes feito — entregando-nos nas mãos de inimigos injustos, encarniçados contra nós... Mas agora, Senhor, é de todo o nosso coração que queremos seguir-Vos: nós Vos tememos, queremos caminhar na vossa presença. — Não ajusteis nossa perdição, mas, ao contrário, sintamos os efeitos da vossa bondade, sejamos tratados segundo a imensidade da vossa misericórdia”.¹²⁹ E toda essa magnífica oração de Azarias, que se encontra no capítulo III da profecia de Daniel.

A essas orações, a esse arrependimento, Deus exige que acrescentemos o firme propósito, e um firme propósito que manifeste através das obras sua sinceridade e sua eficácia. Seu primeiro efeito deve ser reavivar o espírito cristão em si e no maior número possível de franceses sobre os quais podemos ter alguma ação. “Tal deveria ser, diz monsenhor Isoard, o primeiro objetivo de todos os pregadores, de todos os guias de almas, de todos os escritores

¹²⁸ Tob. III, 3-5.

¹²⁹ Dan. III, 26-46.

católicos. Concederá Deus sua graça, uma graça de renovação e de salvação, se a maior parte dos cidadãos que compõem o povo permanece no pecado e leva, deliberadamente, uma vida em oposição manifesta ao espírito de Nosso Senhor, aos exemplos deixados pelas gerações penetradas do sentido cristão e que vive na caridade de Jesus Cristo? Não, Deus não concederá a graça a homens tais. A Escritura no-lo atesta em diversos lugares. Lembremos apenas aqui de que maneira os judeus foram preparados para a pregação do Evangelho, para o conhecimento do Salvador. São João Batista dizia a todos: Cumpri da melhor maneira os deveres de estado no qual vos encontrais. Tendes uma lei: observai-a. Ele se dirigia ao indivíduo, excitava a um trabalho pessoal de reforma e de santificação.

“Nós acusamos tudo pelas desordens e pelos males que delas resultam: entidades abstratas, inatingíveis, o espírito moderno, o governo, a Revolução, a degradação social, a dispersão dos elementos constitutivos da sociedade. Esperamos o remédio através da infusão do espírito cristão nas leis, da substituição de uma forma de governo por uma outra forma de governo, de uma ponderação mais sábia das forças e das influências. Que essas felizes transformações não podem se operar senão por uma graça especial de Deus, nós não o dizemos suficientemente; que cada um de nós possa e deva obter, merecer para todos essa graça de Deus, nós absolutamente não o dizemos. Bem ou mal, nós mantemos nossos hábitos de bem-estar, permanecendo, à mesma distância de antes, do incômodo, do esforço, das privações, dessa vida de comedimento, e, para dizer tudo numa palavra, mortificada, que Deus pede dos seus e sobretudo dos seus ministros.

“Vivamos tranquilos, acomodando-nos às circunstâncias para sofrer pessoalmente o menos possível, e esperemos que o tempo mude!

“Mas somos nós que devemos mudar o tempo do mundo moral. Que se deve entender por essa palavra *nós*? Deve-se entender todos os cristãos que vivem na fé. Para que a bonança suceda à tempestade é necessária a graça de Deus: e a graça de Deus todo pecador a afasta do seu povo pelo seu pecado, como todo justo a atrai sobre os seus por seus atos de virtude...

“Homens cujos sentimentos são religiosos e cuja vida exterior está de acordo com as crenças sofrem a ação do estado geral dos espíritos. Eles têm isso em comum com os cristãos inconseqüentes e alheios à prática da religião: querem conservar os hábitos adquiridos e implicitamente recusam-se ao esforço e ao sacrifício. Mas diferem deles porque se voltam com fé para a Providência de Deus e esperam dEla um acontecimento súbito, irresistível, que terá por efeito recolocar num instante todas as coisas nos seus verdadeiros lugares. Através de que meios esperam eles obter essa intervenção extraordinária da Providência? Pela prática da penitência? Por um retorno sincero e completo à santidade da sua vocação cristã e sacerdotal? Temos razões para temer que tais não sejam as disposições de alma da maioria. Querem fazer violência a Deus, é a expressão mais ordinariamente empregada, mas através de exercícios de religião, novos como fórmula e como forma, ou que recebem um brilho incomum. Não há talvez mês, faz três ou quatro anos (e ainda mais), em que os bispos não recebam um convite insistente, e num tom bastante próximo do da ordem, para difundirem nas suas dioceses essa devoção, que deve dobrar a justiça divina e triunfar definitivamente sobre o inimigo; Deus esperava, dizem-nos, numa linguagem muito singular, Deus esperava que a oração Lhe fosse dirigida dessa maneira e sob essa nova fórmula. Frequentemente mesmo a salvação deve vir de um ato no qual os fiéis não terão nenhuma participação.

“Esperamos um lance da Sua graça, sem introduzir a menor reforma, sem trazer a menor correção para a vida de simples honestidade moral, de virtude incerta e cambaleante que nos aprouve adotar. E considerando de perto essas ilusões de muitas almas, sentimos subir aos lábios a palavra de Nosso Senhor: *Haec oportuit facere illa non omittere*. Sim, são belas e boas coisas as honras prestadas aos servidores de Deus, como as consagrações solenes da Pátria ao Sagrado Coração e à Santíssima Virgem, como as peregrinações a todos os santuários; mas esses atos de religião devem ou acompanhar os esforços em direção a uma verdadeira

conversão generosa das almas, ou manifestar progressos de conversão já obtidos: tomemos muito cuidado com o persuadir-nos de que tais atos podem substituir a conversão”.

Antes de monsenhor Isoard, Joseph de Maistre dissera a quem lhe perguntara “Quando veremos o fim do mal?”: “Veremos o fim do mal quando os homens chorarem o mal”,¹³⁰ chorarem por terem perdido de vista seus destinos eternos; ou por não terem a coragem de fazer o que esses destinos exigem.

Um estrangeiro, inglês, protestante, lorde Montagne, numa carta endereçada a Le Play após o castigo de 1870-1871, usou praticamente a mesma linguagem.

“Quando vim a Paris, no último mês de dezembro, diz ele, alguém me perguntou se eu tinha vindo para assistir a festas ou para ir ao teatro. Respondi: “Vim para saber se os prussianos retornarão”. Então meu interlocutor fez um longo discurso sobre o armamento, os soldados e a resolução de cada francês de obter uma desforra. Quando, enfim, ele parou, eu lhe disse: “Penso que seria possível terem essa desforra. — De que maneira? — Tornando-se *melhores cristãos* do que os vossos vencedores.

“Por *melhores cristãos* não pretendo falar apenas dos que assistem ao serviço divino ou praticam certos atos. Lembro que para ser cristão é preciso observar a lei de Deus, praticar a justiça e a caridade. Vós atribuíis as desgraças da França ao desânimo dos militares, à divisão dos partidos, aos preconceitos da nação e aos sofismas dos letrados. Admito. Mas então o problema consiste em descobrir o remédio para esses males. Ora, ele só pode ser encontrado na lei de Deus, a qual, reprimindo os erros e as paixões, chama os homens aos seus deveres e restabelece entre eles a harmonia. Na metade do século XVII os franceses apreciaram, mais retamente do que hoje, a verdadeira causa da prosperidade e da decadência das nações. A seguinte anedota fornece-me a prova disso. Por ocasião da tomada de Dunquerque, quando os franceses entravam na fortaleza, enquanto os nossos se retiravam um oficial inglês disse: Logo voltaremos. — *Retornareis*, respondeu um oficial francês, *se um dia nossos pecados sobrepujarem os vossos*”.

Na Instrução Pastoral que publicou por ocasião do Jubileu de 1886, monsenhor Isoard disse ainda:

“Quando os males que a Igreja sofre em Roma, na França, e ainda em outras regiões, nos causam uma justa dor, não percamos nosso tempo em acusar nossos adversários. É a nós mesmos que é preciso acusar; eles não são fortes, somos nós que somos fracos, e fracos por culpa nossa. Não nos sigamos a pista das devoções novas, das Uniões que nos são dadas pelos seus promotores como devendo operar por si mesmas, e em dia predeterminado, a salvação da Igreja e da sociedade! São Pedro de Alcântara nos ensina o que deve ser feito numa nação pervertida para que ela se volte para Deus, para que ela viva de novo Sua palavra e Sua graça.

“Um gentil-homem lamentava-se junto ao Santo do estado das coisas na Espanha e o consultava sobre o que devia fazer contra a desordem da sociedade. São Pedro, após um dia de reflexão, respondeu simplesmente: “Põe ordem na tua própria casa, nos teus próprios negócios; trata como convém a um cristão aqueles que dependem de ti, e assim cumprirás teu dever. Se todos os cristãos agissem assim, disso resultaria um bem imenso para a sociedade”.

João III, rei de Portugal, falando um dia aos seus cortesãos, disse quais são as pessoas que devem se aplicar em primeiro lugar a essa reforma pessoal: “Se as pessoas de condição fossem uma vez pessoas de bem, o povo, que sempre se forma segundo eles, não deixaria de reformar seus costumes. A reforma de todas as ordens do Estado consiste principalmente numa boa educação da nobreza”. Hoje diríamos das classes dirigentes.

¹³⁰ *Œuvres Complètes*, t. XIV, p. 1426.

Com efeito, é através da educação, e principalmente da educação daqueles que são chamados a dirigir os outros, que toda reforma deve começar. Seria iludir-se crer que as classes dirigentes mudarão seus hábitos, entrarão numa vida verdadeiramente cristã, se seu espírito não estiver penetrado da doutrina de Cristo. O espírito ordena ao coração e o coração dirige a vida.

Na sua Encíclica de 15 de abril de 1905, nosso Santo Padre o Papa Pio X chamou a atenção de todo o episcopado, de todo o clero católico, acerca da necessidade de reforçar o ensino da doutrina cristã: “Quem quer que tenha zelo pela glória divina, diz ele, procura as causas dessa crise que a religião sofre. Cada qual oferece uma e cada qual também, à sua vontade, emprega seu meio para defender e restaurar a glória de Deus sobre esta terra. Para nós, veneráveis irmãos, sem negar as outras causas, Nós nos atemos de preferência ao sentimento daqueles que vêem na ignorância das coisas divinas a causa do enfraquecimento atual e da debilidade das almas e dos males tão graves que daí se seguem.

“Todos lamentam que no seio do povo cristão tantos homens ignorem profundamente as verdades necessárias à salvação, e essas queixas, ó dor!, infelizmente são fundadas. Quando falamos do povo cristão não falamos somente da plebe ou dos homens da classe inferior, que muito freqüentemente encontram uma escusa no fato de que, estando a serviço de patrões duros, apenas podem pensar neles mesmos e nos seus interesses; mas falamos também e sobretudo daqueles que, não lhes faltando inteligência nem cultura, brilham na erudição profana, e, no entanto, no que concerne à religião, vivem da maneira mais temerária e mais imprudente. É difícil dizer em que trevas espessas estão mergulhados, e o que é mais triste, nelas permanecem tranqüilamente envolvidos! Pensam com dificuldade no Deus soberano, autor e governante de todas as coisas, na sabedoria da fé cristã. Por consequência, nada conhecem sobre a encarnação do Verbo de Deus, nem da perfeita restauração do gênero humano por Ele; nada sabem da graça, o principal recurso para alcançar os bens eternos, nada do augusto sacrifício nem dos sacramentos, pelos quais obtemos e conservamos a graça. Quanto ao pecado, não lhe conhecem nem a malícia nem o opróbrio. Imenso é o número — e aumenta a cada dia — dos que ignoram tudo acerca da religião, ou que não têm da fé cristã senão um conhecimento tal que lhes permite, em meio à luz da verdade católica, viver à maneira de idólatras.

“Se em vão se espera uma colheita de uma terra que não recebeu semente, como esperar gerações ornadas de bons costumes se elas não foram instruídas, no devido tempo, sobre a doutrina cristã? Donde inferimos, com direito, posto que a fé esmaece em nossos dias a ponto de estar quase morta em muitos, que o dever de transmitir as verdades do catecismo ou é cumprido com muita negligência ou é inteiramente omitido”.

Pio X lembra e renova a esse respeito as prescrições do Concílio de Trento. Depois dirige aos bispos e aos padres esta exortação:

“Muitas coisas úteis e perfeitamente louváveis foram, provavelmente, instituídas na diocese de cada um de vós, para o bem do rebanho que vos foi confiado. Buscai, não obstante, acima de todas as coisas, consagrar tudo o que puderdes dos vossos esforços, do vosso zelo, de vossas preocupações e de vossas assíduas instâncias, para que o conhecimento da doutrina cristã alcance as almas de todos e as penetre a fundo”.

Os pais e os diretores da juventude devem meditar essas observações do Pontífice e considerá-las como endereçadas a si mesmos as exortações e os mandamentos que ele dá aos sacerdotes. As mães de família não devem ignorar que se o espírito e o coração do filho não são preparados pela mãe, como o lavrador trabalha seu campo antes de nele lançar a semente, a palavra do padre cairá sobre a pedra ou será sufocada pelo erro.

Às lições da mãe devem suceder as do professor. De 1852 até estes últimos anos, os padres, os religiosos e as religiosas tiveram nas mãos a educação da metade da juventude francesa. Seu labor não parece ter produzido todo o fruto que se poderia esperar. Deu-se

muita importância aos programas impostos pelo mundo universitário, buscou-se demais o sucesso nos exames feitos com base nesses programas: o ensino religioso, que devia ocupar o primeiro lugar esteve muito freqüentemente no último. Que aconteceu? Saídos dos nossos colégios, dos nossos pensionatos, nossos jovens encontraram-se num mundo saturado de naturalismo e de liberalismo. Os jornais, as brochuras, os livros vieram trazer-lhes todos os temas das impressões e das idéias contrárias ao sentimento cristão e à verdade revelada. Mal armados, não souberam se defender, e logo seu espírito ficou repleto de uma multidão de idéias em oposição à doutrina cristã, e não sendo mais sustentados pela fé se transviaram.

Mesmo quando a educação da família e a do colégio foi perfeita, o jovem, o homem maduro não devem repousar sobre o que adquiriram, devem mantê-lo e desenvolvê-lo. À obrigação do padre de sempre ensinar corresponde a do fiel de sempre se instruir, freqüentando os catecismos de perseverança, assistindo às missas nas quais há pregação, obrigando-se a ler cada semana um certo número de páginas dos livros que ensinam as verdades dogmáticas e morais da religião.

Instruir-se na religião é o primeiro passo no caminho da reforma. O segundo passo decisivo é conformar a vida com a fé. Um romancista contemporâneo, não crente, reprova aos católicos de hoje o fato de que as idéias religiosas não constituem para eles “idéias diretrizes”. Nada mais verdadeiro; a fé não é mais, para um grande número daqueles que a conservaram e a ela juntam as práticas de devoção, uma luz e um princípio de vida.

“A vida de um cristão que quer corresponder a essa alta e bem-aventurada vocação, diz monsenhor Isoard, não pode ser semelhante à dos cristãos que têm apenas um sentimento muito vago do que são pelo batismo, do que devem ser pela qualidade de membros vivos de Jesus Cristo. Aí está uma verdade prática que todo mundo admite quando enunciada. Mas a primeira consequência a tirar dessa verdade é que aqueles dos nossos irmãos que denominamos de praticantes e os cristãos que afirmamos serem piedosos devem ser facilmente distinguidos no mundo.

“Suas moradas, por exemplo, devem ser simples. A mobília deve ser bem diversa daquela das casas dos que jamais ouviram falar de penitência e de mortificação. É verdade, esse pensamento é muito justo; nós deveríamos encontrar nas casas dos cristãos uma simplicidade severa; mas, de fato, que vemos? Vemos o mesmo conforto e o mesmo luxo que há por toda a parte. O que regula suas despesas é o quanto ganham, não o espírito de fé cristã; tudo o que podem obter de fruções desse gênero eles obtêm”.

As mulheres devem se examinar particularmente e reformar sua maneira de ser.

“O profeta Isaías,¹³¹ o apóstolo São Paulo,¹³² têm, a esse respeito, os mais precisos ensinamentos; eles entram nos menores detalhes que concernem ao gênero do luxo, das prodigalidades e das loucuras: não poderemos, pois, num salão, discernir facilmente uma mulher que quer ser uma verdadeira católica de uma outra mulher que não tem outra ambição senão de viver para o mundo? Não, não poderemos observar entre uma e outra diferenças verdadeiramente apreciáveis. Modas, feitio dos vestidos, tecidos, rendas, jóias, tudo é parecido.

“Diferem elas, pelo menos, as mulheres cristãs das mulheres mundanas, na escolha dos seus prazeres e distrações? Também não. A atitude é a mesma no curso ordinário da vida, se bem que as doutrinas sejam absolutamente opostas”.

Para fazê-las sair dessa contradição entre seus sentimentos e sua conduta, monsenhor Isoard propõe às mulheres sérias e aos homens que querem ser verdadeiramente cristãos estes austeros pensamentos:

¹³¹ Isaías, cap. III, v. 18 e seg.

¹³² Epístola a Timóteo, cap. II, v. 9.

“Que é a Religião, a verdadeira Religião?

“É o meio pelo qual a humanidade decaída se levanta.

“E esse meio, posso exprimi-lo, tê-lo presente num momento?

“ — Sim, devo apenas traçar a imagem de uma cruz. O meio para o homem pecador se erguer é a expiação, a humilhação, o sofrimento e a morte em união com os aniquilamentos, a Paixão e a morte do Filho de Deus feito homem.

“Mas, então, que é um cristão, qualquer que seja o cristão? — É um penitente. — Mas se ele é o melhor e o mais virtuoso que se possa imaginar? — Ainda é um penitente. Assim, vede: na Ladainha dos Santos, a primeira graça que a Igreja nos faz pedir a Deus, para nós pessoalmente e para todos os nossos irmãos, é saber fazer penitência. *Ut ad veram pœnitentiam nos perducere digneris, te rogamus audi nos!* Nós vos suplicamos, Senhor, dai-nos a todos o espírito da verdadeira penitência!

“O menor grau do espírito de penitência consiste na aceitação das leis, das regras, dos próprios usos que restringem nossa liberdade, que nos causam incômodo... Se um fiel tem alguma compreensão do espírito do Cristianismo, ele aceita essas proibições ou essas ordens; ele consente voluntariamente nessas restrições à sua liberdade”.

Como esperar que possamos retornar ao espírito de outrora?

Como esperar que um número suficiente de franceses compreendam a necessidade de se instruírem na doutrina cristã e de nela instruir os que os rodeiam; depois, que conformem sua vida ao que essa doutrina pede na sua maneira de viver e na sua maneira de ser? Como esperar que eles se apliquem em modificar suas idéias, em rejeitar do seu espírito os princípios revolucionários, e em propagar em torno deles as verdades que a Igreja ensina, de maneira a transformar o espírito público, a levá-lo de volta a essa noção fundamental da vida dos povos como da vida dos indivíduos: *quærite primum regnum Dei et hæc omnia adjicientur vobis*. Procurai o reino de Deus, e o resto vos será dado como acréscimo.

E como esperar que a França empregue seu espírito de proselitismo para fazer prevalecer no mundo as idéias diretamente opostas àquelas que ela tem pregado com tanto ardor faz um século?

A um amigo que lhe fazia essa objeção, de Maistre respondeu: “Alguém dizia a Copérnico: Se o mundo está ordenado como dizeis, Vênus teria fases como a Lua; no entanto, ele não as tem. Que tendes a dizer? Copérnico respondeu: Nada tenho a replicar, *mas Deus dará a graça* para que se encontre uma resposta para essa dificuldade. Com efeito, *Deus concedeu a graça* de Galileu inventar a luneta com a qual as fases foram vistas; mas Copérnico estava morto. Respondo como ele: Deus concederá a graça para que saíamos desse apuro. Ademais, eis, sobre o capítulo da esperança, uma passagem de Bossuet que quero ter o prazer de citar. Esse homem é meu grande oráculo. Dobro-me de boa vontade a essa trindade de talentos que faz ouvir em cada frase um lógico, um orador, um profeta. Eis, pois, o que ele diz num fragmento de sermão: *Quando Deus quer fazer ver que uma obra é inteiramente da Sua mão, Ele reduz tudo à impotência e ao desespero, depois Ele age*. Mil vezes esse pensamento me veio à cabeça, ao pensar nos vossos negócios, que são os deste mundo, sem poder evitar de acrescentar cada vez, como o faz imediatamente Bossuet:

SPERABAMUS.

NON INGENII VENA RESPONDIT AD VOTUM

A P Ê N D I C E

NOTAS E DOCUMENTOS

I FRANCO-MAÇONARIA

1. — CONDENAÇÕES EMITIDAS CONTRA ESSA SEITA PELA SANTA SÉ

Seria por demais longo reproduzir aqui os atos através dos quais os Soberanos Pontífices condenaram a franco-maçonaria.

Bastará mencioná-los.

A primeira condenação pontifícia foi emitida em 28 de abril de 1738, por Clemente XII, através da Constituição *In eminenti*;

A segunda por Bento XIV, em 18 de maio de 1751, através da Constituição *Providas*;

A terceira por Pio VII, em 13 de setembro de 1821, através da Bula *Ecclesiam a Jesu Christo*;

A quarta por Leão XII, em 13 de março de 1825, através da Constituição Apostólica *Quo graviora*;

A quinta por Pio VIII, em 24 de março de 1829; Encíclica *Traditi*;

A sexta por Gregório XVI, em 15 de agosto de 1832; Encíclica *Mirari vos*;

A sétima por Pio IX, em 9 de novembro de 1846; Encíclica *Qui pluribus*; e várias outras vezes de diferentes maneiras;

A oitava por Leão XIII, em 20 de abril de 1884; Encíclica *Humanum genus*.

Resulta dessas condenações:

1º Que o franco-maçom, tendo incorrido em excomunhão, não tem mais nenhum direito aos bens espirituais da Igreja. Está excluído da família cristã. Não pode, pois, nesse estado receber os sacramentos.

2º Afora o perigo de morte, ele não pode ser absolvido senão em virtude de poderes especiais concedidos pelo Soberano Pontífice.

3º Mesmo nesse perigo, a absolvição não pode ser validamente dada senão se o penitente romper inteiramente com essa sociedade e destruir ou fazer destruir, ou entregar ao sacerdote os livros, manuscritos, insígnias que a ela se referem.

4º Pode-se, diz monsenhor William, bispo de Port-Louis, conceder ao franco-maçom o sacramento do casamento, em consideração à outra parte que, tendo permanecido membro da

Igreja, não perdeu seus direitos aos sacramentos.¹³³ Mas o franco-maçom, ou qualquer membro de uma outra sociedade condenada, que não se tivesse preliminarmente reconciliado com a Igreja, tornar-se-ia culpado da profanação do sacramento, profanação que só serviria para afastar da sua união a bênção do céu e da qual ele terá de prestar contas no tribunal de Deus.

5º A sepultura eclesiástica, diz o mesmo prelado, será concedida a toda pessoa que tenha pedido a assistência de um padre na hora da morte, sendo esse pedido considerado como prova do desejo sincero de se reconciliar com a Igreja. Haverá, entretanto, exceção a essa regra, sempre que os restos mortais do defunto sejam levados para a loja maçônica. Nesse caso, não podemos, por nenhuma consideração, permitir que as orações e as cerimônias religiosas se realizem na igreja. Demos a todos os nossos eclesiásticos ordens formais a esse respeito, e os intimamos de novo, pelas presentes, da mesma proibição.

6º Proibimos expressamente, diz monsenhor bispo de Autun, de colocar sobre a essa, seja na igreja, seja indo para o cemitério, as insígnias das sociedades secretas. No caso em que houver recusa de se submeter a essa ordem, o clérigo anunciará à família do defunto que a inumação não pode se realizar com as cerimônias e as orações da Igreja.

Proibimos também, diz o mesmo Prelado, admitir como padrinho um franco-maçom publicamente conhecido como tal, a menos que ele declare que quer romper com essa sociedade.

Essas proibições não são especiais das dioceses de Autun e de Port-Louis; são de direito comum.

2. — CONDENAÇÃO EMITIDA PELO EPISCOPADO FRANCÊS

Quatro anos após a primeira condenação da franco-maçonaria pela Santa Sé, o bispo de Marselha deu esta “advertência” aos seus diocesanos. É o primeiro ato episcopal que conhecemos contra a seita.

A D V E R T Ê N C I A

*A propósito de uma Associação que começa a se
estabelecer na cidade de Marselha.*

Henry-François-Xavier de Belsunce de Castelmoron, pela Providência divina e pela graça da Santa Sé Apostólica, Bispo de Marselha, Abade da Abadia Real de Saint-Arnould de Metz e da de Notre-Dame des Chambons, Conselheiro do Rei em todos os seus Conselhos: ao Clero Secular e Regular, e a todos os Fiéis da nossa Diocese, Saudação e Bênção em Nosso Senhor Jesus Cristo.

Poderíamos nós, meus caríssimos Irmãos, sem nos tornar culpados diante de Deus e diante dos homens, guardar silêncio acerca de uma bizarra e misteriosa associação que

¹³³ Uma Instrução da Sacra Propaganda, de 5 de julho de 1878, diz que nesse caso o cura deve se comportar como nos casamentos mistos, quer dizer, conceder apenas a sua presença.

Em 21 de fevereiro de 1883, o Santo Ofício respondeu a uma questão que lhe foi proposta a esse respeito, dizendo que, até que a Santa Sé tenha promulgado um decreto, o cura deve agir com prudência e fazer aquilo que diante de Deus ele julgar mais conveniente; mas jamais celebrar a missa nessas espécies de casamento. Essa resposta foi publicada no *Tablet*, suplemento de 27 de junho de 1885.

começa a se estabelecer nesta Cidade, e que aí faz hoje tanto ruído? Poderíamos nós estar tranqüilo enquanto esses dentre vós, que, desprezando toda autoridade, se engajaram nessa Associação, arvoram falsa honra pela sua desobediência, e empregam as mais insistentes solicitações para engrossar o número dos seus Associados?

Se todas as Assembléias furtivas são expressamente proibidas no Reino, com quanto mais razão devemos proscrever aquelas cujo segredo impenetrável é por si só suficiente para causar os mais justos alarmas?

Que funestas conseqüências para a Religião e para o Estado temos motivo de temer de uma Associação e das Assembléias em que são indiferentemente recebidas Pessoas de toda nação, de toda religião, e de todo estado, e entre as quais reina em seguida uma união íntima que se demonstra em favor de todo desconhecido, de todo Estrangeiro, desde logo que, através de algum sinal combinado, ele dá a conhecer que é membro dessa misteriosa Sociedade?

As pessoas de uma sólida piedade olham sem dúvida com desprezo e com indignação essa Associação ridícula até no seu nome. Mas M.T.C.F., aqueles que se declaram abertamente FRANCO-MAÇONS, e que solicitam publicamente aos outros unirem-se a eles, poderiam talvez ainda seduzir muitas pessoas fracas e não prevenidas, se nós não nos levantássemos contra um escândalo que se tornou bem público. Devemos, pois, nesta ocasião, tanto quanto em qualquer outra, lembrar-nos de que somos devedores dos fracos e dos fortes.

POR ESSES MOTIVOS, advertimos todos os nossos Diocesanos, de qualquer condição, de qualquer estado, e de qualquer profissão, que não podem entrar na Associação dos FRANCO-MAÇONS, e que se já foram aí recebidos, não podem continuar a se encontrarem nas suas Assembléias sem cometerem um pecado, cuja absolvição reservamos a Nós e aos nossos Vigários Gerais.

E nossa presente advertência será lida e publicada nas Práticas das Missas de Paróquia e nos Sermões, enviada e afixada por toda a parte em que for necessário, ficando disso encarregado o nosso Promotor.

Dado em Marselha, no nosso Palácio Episcopal, em 14 de janeiro de 1742.

✠ HENRY, Bispo de Marselha.

Pelo Monsenhor, BOYER, Padre-Secretário.

Seis anos mais tarde, o mesmo bispo se via na necessidade de se opor aos progressos que a franco-maçonaria fazia apesar da advertência que publicara.

“Vemos com espanto o número dos franco-maçons aumentar nesta Cidade. Quatro Lojas já estão aqui estabelecidas, em diferentes bairros; várias pessoas fazem-se nelas receber, sem ficarem horrorizados com o monstruoso juramento que é preciso pronunciar para ser admitido nessa ilícita e escandalosa sociedade; juramento, não obstante, cujos termos deveriam fazer tremer quem quer que tenha o mínimo de religião; juramento que, com horrível profanação, faz-se prestar sobre a Santa Bíblia; juramento, enfim, que ninguém pode fazer sem se tornar culpado de um enorme pecado mortal. Mas, como alguns dos Chefes dessas Lojas, para enganar e atrair os ingênuos, têm a notável má fé de lhes dizer que nós não desaprovamos mais essa Associação, e que por ordem da Corte nós revogamos nossa Advertência de 14 de janeiro de 1742, somos obrigados, por descargo de consciência, de ordenar, como com efeito ordenamos, que essa mesma Advertência seja de novo publicada amanhã nas Práticas das Paróquias desta Cidade, e nos Sermões das Igrejas onde os houver. Dada em Marselha, no nosso Palácio Episcopal, em 3 de fevereiro de 1748.

✠ HENRY, Bispo de Marselha.

Pelo Monsenhor, COUDOUNEAU, Padre-Secretário.

* *

3. — CONDENAÇÃO EMITIDA PELOS PODERES CIVIS

A franco-maçonaria foi também condenada desde o início por alguns poderes civis.

No mesmo ano em que o Papa Clemente XII lançava a Constituição *In eminenti*, a primeira contra a seita, o magistrado de Hamburgo a interditava. Alguns anos após, era a República de Berna, a Porta Otomana (1751), o magistrado de Dantzig (1763). O edito deste último dá a conhecer o pensamento dos outros governos:

“Visto que soubemos que esses que se dizem franco-maçons, recomendando certas virtudes, procuram minar os fundamentos do Cristianismo, introduzir o espírito de indiferença contra esta doutrina, etc., para *substituí-la pela religião natural*; que eles estabeleceram, para alcançar esse objetivo pernicioso, estatutos ocultos que comunicam sob um juramento que fazem os candidatos prestarem, juramento mais terrível do que nenhum outro exigido por um soberano relativamente aos seus súditos; que eles têm uma caixa expressamente destinada à perniciosa finalidade das suas perigosas intenções, a qual aumentam continuamente através das cotizações que exigem dos seus membros; que eles *mantêm uma correspondência íntima e suspeita com as sociedades estrangeiras da mesma espécie...*”

Para que governos protestantes se decidissem a proscrever assim uma seita condenada solenemente por Roma era preciso que tivessem tido revelações de natureza a fixarem a opinião sobre o seu caráter anticristão e revolucionário.

DOCUMENTOS RELATIVOS
À SEITA DOS ILUMINISTAS

No *Problème de l'Heure Présente* reproduzimos em Apêndice os depoimentos feitos em 30 de março de 1785, sob a garantia do juramento, por dois padres e dois professores de humanidades em Munique, que se deixaram recrutar pelo Iluminismo, depoimentos esses acerca dessa seita e das suas doutrinas. Os que se interessarem por essas informações poderão encontrá-las em inteiro teor nas *Mémoires pour servir à l'histoire du Jacobinisme*, de Barruel, que acabam de ser reeditadas. Barruel, como dissemos, copiou esses documentos dos *Ecrits originaux de l'ordre et de la secte des Illuminés* depositados em Munique, nos arquivos do Estado.

Baste dizer aqui que, no seu depoimento, o abade Renner declarou:

Que as lojas maçônicas contêm apenas os serventes de pedreiro (*der tross von leuten*) ou o grosso do exército anti-social e anticristão; que os franco-maçons são conduzidos, sem o perceberem, pelos Iluministas; que estes formam uma sociedade mais secreta, superposta à franco-maçonaria.

O que mais me chocou nos Iluministas, diz Renner, que havia sido admitido apenas no grau de *Iluminista menor*, foi sem dúvida o método que seguem para dirigir os espíritos e aprisionar o mundo deles. Eles formam seu mundo com personagens distintos ou ricos, homens de Estado, governadores, conselheiros. Abades, ¹³⁴arquivistas, professores, secretários e funcionários públicos, médicos e farmacêuticos são candidatos sempre bem vindos.

Ele fala da inquisição que é feita sobre cada um desses candidatos antes de admiti-los, e sobre a vigilância contínua à qual são submetidos após a admissão na ordem e sobretudo antes da admissão aos graus.

Barruel reproduz as anotações remetidas a Weishaupt quando Xavier Zwack, conselheiro da Regência, apresentou-se como candidato ao Iluminismo. Essas anotações encontram-se no final do primeiro volume dos *Ecrits Originaux* sob o título: Anotações de Danaïs, escritas por Ajax em data do último dezembro de 1776. Estão divididas em dezessete colunas, distinguidas por outros tantos diferentes títulos: dados pessoais do candidato, seu caráter moral, sua religião, sua consciência, seus estudos favoritos, os serviços que pode prestar, seus amigos, sua sociedade, suas correspondências, suas paixões dominantes etc. Abaixo dessas colunas há um segundo quadro que possui a mesma divisão e interroga a respeito da família do candidato. Esses mesmos *Ecrits Originaux* contêm o interrogatório dirigido ao noviço na sua última prova antes de ser admitido como Iluminista menor. Ele compreende vinte e quatro questões.

Encontram-se também aí as respostas dadas a um desses exames por dois noviços.

¹³⁴ No depoimento jurídico feito em comum pelo conselheiro Aulique Utzschneider, pelo padre Cosandey e pelo acadêmico Grünberger, em 9 de setembro de 1785, lê-se:

Os Superiores procuram obter dos seus inferiores atos diplomáticos, documentos, títulos originais. Eles os vêem sempre com prazer se entregarem a toda sorte de traições, em parte para aproveitarem eles mesmos os segredos traídos, em parte para em seguida manter os próprios traidores num contínuo temor, ameaçando-os de descobrirem sua traição caso venham a se mostrar esquivos.

À questão: *Que conduta teríeis se viésseis a descobrir na Ordem alguma coisa de má ou injusta?* O primeiro desses noviços, de 22 anos de idade, e chamado *François-Antoine St...* responde, e assina, e jura: “Faria as mesmas coisas, se a Ordem me ordenasse, porque talvez eu não seja capaz de julgar se elas são realmente injustas. Ademais, ainda que elas pudessem ser injustas sob um outro aspecto, *elas deixam de o ser desde o momento em que se tornam um meio para chegar à felicidade e alcançar o objetivo geral*”.

A essa mesma questão o noviço *François-Xavier B...* responde, escreve e jura no mesmo sentido: “Eu não me recusaria a fazer essas coisas (*más e injustas*) se elas contribuem para o bem geral”.

À questão sobre o direito de *vida e de morte* o primeiro desses noviços responde e jura: “*Sim, concedo esse direito à Ordem Iluminada*; e porque eu o recusaria, se a Ordem se visse reduzida à necessidade de empregar esse meio, e que sem isso ter-se-ia de temer para ela grandíssimos males? (*literalmente, para sua grandíssima ruína*). *O Estado perderia muito pouco com isso, posto que o morto seria substituído por tantos outros*. Quando ao mais, faço remissão à minha resposta número 6; ou seja, aquela na qual prometi fazer mesmo o que fosse injusto, se meus Superiores o acharem bom e mo ordenarem”.

O segundo noviço responde à mesma questão e igualmente jura: “*A mesma razão que me faz reconhecer nos Governadores dos povos o direito de vida e de morte sobre os homens, leva-me a reconhecer de bom grado esse direito na minha Ordem*, que concorre para a felicidade dos homens, da mesma forma como os Governadores dos povos devem fazê-lo”.

Sobre a promessa de uma obediência sem restrições, um responde: “*Sim, sem dúvida, essa promessa é importante; entretanto, eu a vejo como o único meio de a Ordem chegar ao seu objetivo*”.

O segundo é menos preciso: “Quando, diz ele, considero nossa Ordem como moderna e ainda pouco disseminada, tenho alguma repugnância em fazer uma promessa tão assustadora; porque tenho boas razões para duvidar se a falta de conhecimento ou mesmo se alguma paixão dominante não poderiam algumas vezes fazer ordenar coisas inteiramente opostas à finalidade da felicidade geral: mas quando imagino a Ordem mais difundida, penso que numa Sociedade em que se encontram homens de tantos diferentes estados, dos mais elevados e dos mais comuns, eles estão mais capacitados a conhecer o curso do mundo e de distinguir os meios para cumprir os bons projetos da nossa Ordem”.¹³⁵

Eis, acompanhadas das reflexões de Barruel, algumas das sentenças, igualmente tomadas dos *Ecrits Originaux*, que os iluministas maiores inculcam sem descanso.

“1ª *Quando a natureza nos impõe um fardo pesado demais, devemos entregar-nos ao suicídio. Patet exitus.* — Um iluminista, dizem-nos eles, deve preferir dar-se a morte a trair sua Ordem; eles também exaltam o suicídio como estando acompanhado de uma voluptuosidade secreta.

“2ª *Nada através da razão, tudo através da paixão*; é o seu segundo princípio.

“A finalidade, a propagação, a vantagem da Ordem são o deus deles, a pátria deles, a consciência deles; o que se opõe à Ordem é negra traição.

“3ª *O fim santifica o meio.* Assim, calúnia, veneno, assassinato, traição, revolta, infâmias, tudo o que leva ao fim é louvável.

“4ª *Nenhum Príncipe pode colocar a salvo aquele que nos trai.*

“Acontecem, pois, nessa Ordem, coisas contrárias aos interesses dos Príncipes — coisas que, vista a importância delas, merecem ser manifestadas aos Príncipes; e essa descoberta seria aos olhos dos iluministas uma traição, que antecipadamente ameaçam vingar!... — Eles

¹³⁵ Barruel, III, p. 82-87.

dispõem, pois, dos meios para se defenderem impunemente dos seus acusadores. — Podemos adivinhar quais são.

“5ª *Todos os Reis e todos os Padres são velhacos e traidores; ou, ainda, todos os Padres são patifes.*

“Segundo o plano dos iluministas é preciso liquidar a Religião, o amor à Pátria e aos Príncipes; porque, dizem eles, a religião e esse amor à pátria e aos príncipes restringem as afeições do homem a estados particulares e o desviam do objetivo bem mais vasto do Iluminismo.

“6ª É preciso ser mais submisso aos Superiores do Iluminismo do que aos Soberanos ou Magistrados que governam os povos. Aquele que dá preferência aos Soberanos e aos Governantes dos povos nada vale para nós. *Volte iemand den Regenten mehr anhögen, so taugt et nicht fur uns.* — É preciso sacrificar aos nossos Superiores honra, fortuna, vida. Os Governantes dos povos são déspotas, quando não são dirigidos por nós. Eles não têm nenhum direito sobre nós, homens livres. *Sie haben kein recht über uns, freye menschen.*

“7ª Na Alemanha não deve haver senão um ou, quando muito, dois Príncipes. — É necessário que esses Príncipes sejam iluministas, e de tal modo conduzidos pelos nossos adeptos, e de tal modo rodeados deles, que nenhum profano possa se aproximar das suas pessoas. Os maiores e os menores encargos do Estado devem ser dados apenas aos membros da nossa Ordem. Uma vez tivemos na Baviera seiscentos iluministas; ninguém está mais em condição de resistir a nós”.

DOCTRINA DO ILUMINISMO

Essa doutrina, insinuada nos primeiros graus, é claramente exposta apenas nos últimos mistérios: o do *Mago* e o do *Homem-Rei*; e ela é dada exclusivamente de viva voz. Essa parte do código não pode ser impressa; três exemplares manuscritos, um por cada inspetor, segundo a própria declaração de Weishaupt, é tudo quanto existe.

Não obstante, encontrou-se um homem para revelá-la. “Esse homem, diz Barruel, é meu conhecido. Sei que ele inspiraria toda a confiança ao público se eu revelasse seu nome, mas sei também que os punhais e os venenos do Iluminismo iriam procurá-lo até às Órcades¹³⁶ se a seita viesse a descobrir o seu refúgio. O segredo lhe é devido e guardar-me-ei de violá-lo. Podemos designá-lo com o nome de *Biederman*, que significa homem de honra.

“Tudo o que posso dizer é que unicamente o desejo de descobrir as conspirações da seita e de chegar àquilo que ele considerava como o verdadeiro meio de prevenir-lhes as conseqüências sustentou esse adepto nas provas que teve de sofrer. Passando por todos os graus, chegou enfim aos últimos mistérios. Eles estão divididos em duas partes. Uns têm por objeto a religião: são aqueles revelados aos *Magos*; outros são políticos e reservados ao grau de *Homem-Rei*”.

¹³⁶ Ilhas situadas ao Norte da Escócia, próximas ao círculo polar ártico [N. do T.]

I. — A DOCTRINA ENSINADA AOS MAGOS

Segundo Weishaupt (*Ecrits originaux*, t. II, carta 15 a Caton), o grau de Eoppte, ou de Sacerdote iluminista, apresenta ao iniciado o Evangelho como uma máscara religiosa emprestada por Cristo para estabelecer sobre a terra o reino da liberdade e da igualdade.

Após ter levado a esse ponto a impiedade dos seus *Eopptes*, que lhe restava fazer para seus *Magos* nos grandes mistérios senão apagar o nome da religião, o próprio nome de Deus, de sorte que toda religião aparecesse como inconciliável com esses mistérios! “Encaminhai-me o I.: Vicmenius, escreve Weishaupt a Caton (t. II, carta 15), quero curá-lo da teosofia e torná-lo favorável ao nosso objetivo”. E Knigge, após ter exposto o que fez, segundo as instruções de Weishaupt, para demonstrar, no grau de *Eoppte*, que Cristo não tinha outro objetivo senão o de estabelecer uma religião puramente natural, acrescenta: “Nos últimos mistérios nós devemos descobrir essa *piedosa fraude*, provar a origem de todas as mentiras religiosas, desvendar seu conjunto e sua conexão (*Ecrits originaux*, t. II, carta 1 de Philm. a Caton)”.

II. — A DOCTRINA ENSINADA AO HOMEM-REI

1º *Contra a soberania*. — “O segundo grau dos grandes mistérios, diz Biederman, ensina que cada camponês, cada burguês, cada pai de família é soberano como o eram os homens sob a vida patriarcal, à qual se deve reconduzir o gênero humano, e que é preciso, por conseguinte, destruir toda autoridade, toda magistratura”.

2º *Contra a propriedade*. — Já nos pequenos mistérios fora dito ao adepto: “Felizes os homens se soubessem se ter mantido no primeiro estado”. Nos grandes graus é acrescentado: “Mas logo no coração deles se desenvolveu um infeliz germe; e seu repouso, sua felicidade desapareceram. À medida que as famílias se multiplicaram, os meios necessários ao sustento começaram a faltar. Cessou a vida nômade, nasceu a propriedade, os homens escolheram para si uma morada fixa, a agricultura os aproximou, a liberdade foi arruinada pela base e a igualdade desapareceu”. A vida patriarcal, à qual é preciso retornar para gozar de novo a liberdade e a igualdade, exige pois a cessação da cultura dos campos, a destruição das moradas fixas e a abolição de toda a propriedade.

3º *Contra a autoridade paterna*. — Já nos graus inferiores o Hierofante aprendera a blasfemar contra o amor da família, mais ainda do que contra o amor da pátria, porque esse amor da família é um princípio mais imediato do desastroso egoísmo. Nos últimos mistérios os laços da natureza são quebrados, assim como os dos governos e o da religião. O filho deve esquecer seu pai desde que possa prover sozinho ao seu sustento.

Essas monstruosas doutrinas não desapareceram com o Iluminismo; elas se transmitiram de sociedade secreta para sociedade secreta; e nos dias atuais não somente as ouvimos ainda serem professadas, mas vemos continuarem os esforços para aniquilar toda religião, para dissolver toda propriedade, para transferir para o Estado toda a autoridade que Deus deu aos pais, para fazer desaparecer a instituição divina da família.

O Hierofante anunciava assim o triunfo dessa doutrina àquele que ele iniciava: “Temos por objetivo apenas essa melhor ordem de coisas (uma sociedade sem soberania, sem propriedade, sem autoridade paterna), pela qual trabalhamos sem descanso. Todos os esforços dos príncipes para impedir nossos progressos serão inteiramente inúteis. Essa fagulha pode por muito tempo ainda estar coberta pela cinza; mas certamente o dia do incêndio chegará... (Passaram-se duzentos anos após essas palavras. Não estão elas a ponto de se realizarem?) Foi lançada a semente da qual deve sair um novo mundo; suas raízes se

espalham; elas já estão bastante fortes, bastante propagadas, para que não venha o tempo dos frutos. Talvez seja preciso aguardar ainda muito tempo; mas cedo ou tarde a natureza começará sua obra: ela dará ao gênero humano essa dignidade que foi seu destino desde o início... Esperando que a natureza tenha amadurecido sua grande revolução, consideráreis censurável uma sociedade (o Iluminismo, a Franco-Maçonaria) que se situasse numa posição própria a colocar os monarcas do mundo fora do estado de fazer o mal, ainda que eles o quisessem? Uma sociedade cujo poder universal impediria todos os governantes de abusarem da sua força (para manter a religião, a família e a propriedade)?”

CONSTITUIÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE DITA DOS ILUMINISTAS

A organização dos iluministas pode dar a idéia da organização interna das sociedades secretas. Os detalhes sem dúvida mudam com o tempo e as circunstâncias; o fundo deve ser hoje o que era há dois séculos. É necessário que, hoje como ontem, os cúmplices sejam animados do mesmo espírito, formando todos um só corpo, cujos membros, dirigidos pelas mesmas leis, inspecionados, governados pelos mesmo chefes, tendam todos ao mesmo objetivo.

Cada grupo de iluministas era assim constituído: o *candidato* e o *noviço* ficavam sob a orientação do irmão *Recrutador*, o qual os introduzia nas *lojas menores*, regidas pelos *Irmãos iluministas menores*; estes eram inspecionados pelos *Irmãos iluministas maiores*. Acima desses graus preparatórios ficava o grau intermediário dos *Cavaleiros Escoceses*, cuja inspeção se estendia sobre os iluministas maiores e em geral sobre aquilo que o Código chama de edifício inferior da Ordem. Acima dos Cavaleiros Escoceses vinham os *Eoptes*, os *Regentes* ou Príncipes dos pequenos mistérios e enfim os *Magos* e os *Homens-Reis* dos grandes mistérios.

Tal é a constituição do Iluminismo.

Seu governo e funcionamento estão expostos nos documentos que reproduzimos no *Problème de l'Heure Présente* segundo Barruel, como ele próprio o fez nos *Ecrits Originaux*.

Eis os principais órgãos:

“Cada país tem seu Superior *Nacional*, que está em imediata correspondência como os nossos *País*, à frente dos quais está aquele ou estão aqueles que detêm o timão da Ordem.

“Sob o *Nacional* e seus *Assistentes* estão os *Provinciais*, que têm, cada qual, uma província dividida em círculos, regidos pelos *Prefeitos*”.¹³⁷

Todo provincial tem junto a si seus Consultores.

Sob sua direção está ainda um certo número de Prefeitos, que podem também ter seus Coadjuvantes nos distritos. Todos esses, assim como o Deão da Província, pertencem à classe dos *Regentes*.

“Todas essas funções são vitalícias, salvo os casos de demissão ou de destituição.

“O Provincial é eleito pelos *Regentes* da Província, pelos *Superiores nacionais*, com a aprovação do *Nacional*. (Não vejo, diz Barruel, como o Código põe aqui vários Superiores *nacionais* distintos do Chefe *nacional*, a menos que denomine agora *Superiores* aqueles que inicialmente nomeou simplesmente como *Assistentes* desse Chefe (*Gehülften*).

¹³⁷ Há, pois, superiores locais ou prefeitos, superiores provinciais e superiores nacionais, e enfim o Presidente do Areópago, verdadeiro general do Iluminismo. Os regentes ficam fora dessa hierarquia; veremos suas atribuições.

“Dependendo todos os êxitos do Iluminismo dos *Regentes*, é justo que se os coloque acima das necessidades domésticas. Eles serão, pois, sempre os primeiros a serem providos e mantidos pela caixa e pelos cuidados da nossa Ordem.

“Os *Regentes*, em cada Província, constituem um corpo especial, imediatamente submetido ao Provincial, ao qual devem obediência.

“Não constituindo as funções do Iluminismo dignidades, *lugares de honra*, mas simples *encargos* livremente aceitos, devem os *Regentes* estar prontos a trabalhar pelo bem de toda a Ordem, cada qual segundo sua situação e seus talentos. A idade não representa aqui um título. Frequentemente mesmo convirá que o mais jovem seja Provincial, e o mais velho simples Superior local ou Consultor, se um mora no centro e o outro na extremidade da Província; ou se, por sua atividade natural ou por sua posição no mundo, um pode melhor cumprir o ofício de Superior, não obstante o outro tenha muito mais eloquência. Frequentemente ainda um *Regente* não deve ter vergonha de se oferecer para uma pequena função junto a uma *Igreja* (Loja) *Minerval*, na qual ele pode ser útil pelo exemplo.

“Para que o Provincial não seja sobrecarregado por demasiada correspondência, todos os *quibus licet*, todas as cartas dos *Regentes* passarão pelas mãos do Prefeito, a menos que o Provincial ordene de maneira diversa.¹³⁸

“Mas esse Prefeito não abrirá as cartas dos *Regentes*; ele as enviará ao Provincial, que as fará passar ao seu ulterior destino.

“O Provincial reúne seus *Regentes*, e os convoca, ou todos, ou simplesmente aqueles que ele julga necessário, segundo as necessidades da sua Província. Aquele que não puder atender o convite, deve avisar com pelo menos quatro semanas de antecedência. Ademais, deve ele sempre dar conta do que tem feito pela Ordem até o momento, e se mostrar pronto a realizar as intenções do Provincial e dos Superiores maiores. Essa assembléia dos *Regentes* realizar-se-á pelo menos uma vez ao ano.

“A instrução seguinte dirá aos *Regentes* o que merece mais especialmente a atenção deles.

“Já se falou da preocupação que devemos ter de procurar pouco a pouco fundos para a Ordem. Bastará assinalar aqui alguns artigos.

“Cada Província tem a administração dos seus ganhos, e envia ao Superior apenas pequenas contribuições para despesas com cartas. — Cada Assembléia, cada Loja é também *proprietária* dos seus fundos (*eigenthümlich*). — Quando *para algum grande empreendimento* a assembléia dos *Regentes* põe a caixa de várias Lojas ou Prefeituras como contribuintes, essa contribuição deve ser encarada como um empréstimo. As Lojas serão indenizadas não somente pelo pagamento dos juros, mas ainda pela restituição dos capitais” (O legislador iluminista teria esquecido aqui que a *propriedade* foi o *primeiro atentado* dirigido contra a *igualdade* e a *liberdade*? Sem dúvida, não; mas é necessário mais de um *grande empreendimento* antes de chegar ao último, o aniquilamento das *propriedades*; e a Ordem,

¹³⁸ Entre todos os membros da sociedade conspiradora existe uma correspondência regular. O simples iluminista se corresponde com seu superior imediato, esses superiores com os provinciais, e os provinciais com os nacionais. Somente esses últimos se correspondem imediatamente com o areópago, somente eles conhecem a residência dele; assim como os areopagitas são os únicos a saberem o nome e a residência do general.

Cada irmão, como investigador-nato dos seus adeptos e dos profanos, deve à Ordem pelo menos uma carta por mês. Para essa correspondência existe uma linguagem secreta (Barruel deu a chave da dos iluministas). O endereçamento dessas cartas é concebido nestas duas palavras: *Quibus licet* (a quem é permitido abrir, ou *a quem de direito*), ou simplesmente essas duas letras Q.L. Quando a carta encerra segredos ou queixas que o adepto não quer dar a conhecer ao seu superior imediato, ele acrescenta ao endereço as palavras *solí* ou *primo*. Essa carta “ao único” ou “ao primeiro” será aberta pelo Provincial, ou chegará aos *Areopagitas* ou ao *General* segundo o grau daquele que a escreveu.

enquanto aguarda, fica bem à vontade para fruir as suas, de fazer acreditar às Lojas inferiores que não se pensa em privá-las das delas).

“O Provincial não tem caixa, mas ele tem um estado de todas as da Província.

“Os objetos gerais da *receita* são: 1º as contribuições pagas pela recepção dos Franco-Maçons, *freymaurer-receptions gelder*, 2º o excesso das contribuições de cada mês; 3º os presentes gratuitos; 4º as multas; 5º os legados e doações; 6º nosso comércio e nossas manufaturas; *handel und gewerbe*. (Essa última palavra, *gewerbe*, significa igualmente *negócio, tráfico, profissão*).

“As *despesas* são: 1º os gastos com as assembléias, com as cartas, com a decoração e com algumas viagens; 2º as pensões aos Il.º pobres, desprovidos de qualquer outro meio; 3º as somas a pagar para *atingirmos o grande objetivo da Ordem*. 4º para o encorajamento dos talentos; 5º para os ensaios, as provas; 6º para as viúvas e crianças; 7º para as fundações”.

Seguem-se as instruções especiais dadas a cada uma das classes de dignitários: regentes, prefeitos, provinciais, diretor nacional, chefe do Iluminismo. Seria longo demais reproduzi-las aqui. Já o fizemos no *Problème de l'Heure Présente*.

Eis alguns excertos:

“Os Regentes iluministas devem estudar a arte de dominar, de governar, sem demonstrarem seu interesse por isso. *Die Regenten sollen die kunst studiren zu herrschen, ohne das ansehen davon zu haben*. É preciso que exerçam um império absoluto e sem limites, *sollen sie unumgeschroenkt regieren*, e que tendam a dirigir as coisas rumo a cada objetivo da nossa Ordem.

“Os meios para conduzir os homens são inumeráveis. Quem poderia descrevê-los todos?... A necessidade dos tempos deve fazê-los variar. Numa época, aproveita-se a inclinação dos homens para o maravilhoso; numa outra, serve-se da atração das sociedades secretas. *Daí resulta que às vezes é bom deixar vossos inferiores suspeitarem, sem no entanto dizer-lhes do que se trata, que todas essas outras sociedades, e a dos Franco-Maçons, são secretamente dirigidas por nós; ou que é realmente verdadeiro que em alguns lugares os grandes monarcas são governados pela nossa Ordem. Quando sucede alguma coisa de grandiosa, de notável, é também preciso lançar com antecipação a suspeita de que aquilo nos seja devido. Se se encontra um homem de uma grande reputação por seu mérito, fazei ainda crer que ele é dos nossos*”.

Agora o artigo sobre a maneira de procurar o apoio das mulheres, sobre a arte que *todo Regente deve estudar* para saber adúlá-las, ganhá-las, e fazê-las servir ao grande objetivo do Iluminismo.

“É preciso também, acrescenta imediatamente o Código, é preciso também por toda a parte ganhar para nossa Ordem o *comum do povo*. O grande meio para isso é a *influência sobre as escolas*. Consegue-se isso ainda seja através das liberalidades, seja pelo brilho; outras vezes, rebaixando-se, popularizando-se, sofrendo, *com um ar de paciência, preconceitos, que se poderá em seguida desenraizar pouco a pouco*.

“Cabe aos Regentes prover às necessidades dos Il.º e *conseguir para eles os melhores empregos*, após terem disso dado ciência ao Provincial.

“Os Regentes ocupar-se-ão sem descanso daquilo que concerne aos grandes interesses da Ordem, das *operações de comércio*, ou de muitas outras coisas semelhantes, que podem ajudar o nosso *poder*. Enviarão aos Provinciais os projetos dessa natureza. Se o objetivo for premente, eles lhes darão aviso de maneira diversa dos *quibus licet*, que não lhes será permitido abrir.

“Agirão da mesma maneira no que diz respeito a tudo quanto servir de influência geral, a fim de encontrarem os meios de pôr em ação todas as nossas forças reunidas.

“Se um Regente crê poder fazer suprimir as casas religiosas e aplicar seus bens para o nosso objetivo, por exemplo para a manutenção dos professores de escolas convenientes para as campanhas; essas espécies de projeto seriam especialmente bem vindas aos Superiores.

“Quando um escritor enuncia princípios que são verdadeiros, mas que não entram ainda no nosso plano de educação para o mundo, ou então princípios cuja publicação é prematura, é preciso procurar ganhar esse autor. Se não pudermos ganhá-lo e dele fazer um adepto, é preciso desacreditá-lo.

“Quando entre nossos adeptos se encontrar um homem de mérito, mas pouco conhecido ou mesmo inteiramente ignorado do público, não economizemos nada para elevá-lo, para dar-lhe a celebridade. Que nossos Il.: desconhecidos sejam advertidos de soprar por toda a parte em favor dele as trombetas da nomeada, para forçar ao silêncio a inveja e a cabala.

“Se a nossa Ordem não puder se estabelecer em alguma parte com toda a forma e progresso das nossas classes, é preciso suprir isso de uma outra forma. Ocupemo-nos com o fim; aí está o essencial; pouco importa sob que véu, desde que sejamos bem sucedidos. Entretanto, é preciso sempre algum véu; porque é no segredo que reside a grande parte da nossa força.

“É por isso que é sempre preciso se esconder sob o nome de uma outra sociedade. As Lojas inferiores da franco-maçonaria são, enquanto aguardamos, o manto mais conveniente ao nosso grande objetivo. O nome de uma sociedade de sábios é também uma máscara muito conveniente.

“É muito importante para nós estudar a constituição das outras Sociedades secretas e governá-las. É preciso mesmo, quando se pode, com a permissão dos Superiores, fazer-se receber nessas Sociedades, sem, entretanto, se sobrecarregar de compromissos. Mas para isso mesmo é bom que a nossa Ordem permaneça sob o segredo.

“Os graus elevados devem sempre ser desconhecidos dos graus inferiores. Recebe-se mais facilmente as ordens de um desconhecido do que dos homens nos quais se reconhece pouco a pouco toda sorte de defeitos. Com este recurso pode-se melhor observar os inferiores. Estes prestam mais atenção à sua conduta quando se crêem cercados de pessoas que os observam; sua virtude inicialmente é de constrangimento; mas o exercício a muda em hábito.

*“Jamais percamos de vista as Escolas Militares, as Academias, as Gráficas, os Capítulos das Catedrais, quaisquer estabelecimentos que influenciem a educação ou o governo. Que nossos Regentes estejam sem cessar ocupados em formar planos e em imaginar a maneira necessária a adotar para nos tornarmos senhores de todos esses estabelecimentos. *Militair-schulen, Academien, Buch-druckereyen, Buch-læden, Dom-capitel, und alles was ein einfluss auf bildung und regierung hat, muss nie aus den augen gelassen werden; un die Regenden follen unaufhœrlich plane entwerfen, wie man es anfangen kœnne, uber dieselben gewalt zu bekommen.**

PREFEITOS OU SUPERIORES LOCAIS

“Nossa força está em grande parte no número; mas ela também depende muito do cuidado que pusermos na formação dos alunos. — Os jovens dobram-se, prestam-se melhor a esse objetivo. — O Prefeito iluminista não poupará nada, pois, para se pôr na posse *das escolas* do seu distrito e *dos seus professores*. Ele agirá de maneira que elas sejam confiadas a membros da nossa Ordem; porque é assim que se consegue inspirar nossos princípios, formar os jovens; é assim que preparamos as melhores cabeças para trabalharem para nós, que as acostumamos à disciplina, que garantimos sua estima; que a afeição concebida relativamente a esses jovens alunos se torne tão durável quanto todas as outras impressões da infância.

“Quando se puser a hipótese de uma nova colônia, escolhei primeiramente um adepto esforçado, empreendedor, cujo coração seja todo nosso. Enviai-o a passar algum tempo no meio em que pensais colocar vosso estabelecimento.

“Antes de povoar as extremidades, começai por constituir-vos no centro.

“Não procurareis difundir-vos senão quando tudo esteja consolidado na capital do vosso distrito.

“Se para nós é importante ter escolas ordinárias, é também muito importante ganhar os *Seminários e seus Superiores*. Com esse mundo aí nós temos a principal parte do país; colocamos ao nosso lado os maiores inimigos de toda inovação; e, o que está acima de tudo, com os *Eclesiásticos, o povo e as pessoas comuns encontram-se nas nossas mãos*.

“Em geral, raramente os príncipes serão admitidos na própria Ordem, e aqueles que forem recebidos não serão facilmente elevados acima do grau de *Cavaleiro Escocês*”.

Sob o título *Espírito de Corps*, o Prefeito é advertido de que esse espírito se inspira no cuidado de exaltar sem cessar a beleza e a importância do fim. Para alimentá-lo, *é preciso manter a esperança de descobertas sempre mais importantes* à medida que se avança. Temer deixá-lo esfriar: *“Procurai colocar vossos alunos numa situação em que estejam freqüentemente e constantemente ocupados com a nossa Sociedade; fazei dela sua idéia favorita. Vede tudo quanto faz a Igreja Romana para tornar a religião sensível, para manter o objetivo sempre presente aos olhos dos seus aderentes; tomai-a como exemplo.*

“Se souberdes fazer sentir a vossos alunos a grandeza do nosso objetivo e dos nossos planos, nenhuma dúvida haverá de que obedeçam com prazer aos Superiores. *Quanto mais as anotações ou as contas a prestar sobre os inferiores forem detalhadas, melhores elas serão; porque é em cima disto que repousa todo o plano das nossas operações.* É por aí que se conhece o número dos II.: e seus progressos. É por aí que se vê a força ou a fraqueza da máquina, a proporção ou a adesão das partes ao todo; o verdadeiro título dos II.: às promoções e, enfim, o mérito das assembleias, das Lojas, dos seus Superiores.

“O prefeito deve pôr-se de acordo com o Provincial acerca do manto, do véu que é preciso dar à Ordem. — Assim, é preciso *esconder nossa ordem sob a aparência de uma sociedade mercantil ou sob qualquer exterior semelhante*”.¹³⁹

Com medo de que o número de II.: os exponha a serem descobertos se suas assembleias forem muito numerosas, o Prefeito terá cuidado de ordinariamente não reunir mais de dez II.: nas Igrejas Minervais. “Se em algum lugar houver um número muito maior desses alunos, será preciso multiplicar as lojas, ou então marcar dias diferentes para que todos não se reúnam de uma só vez; e se houver várias Lojas Minervais numa mesma cidade, o Prefeito cuidará para que os II.: de uma loja nada saibam acerca das outras”.

¹³⁹ Os carbonários seguiram essa recomendação. Prova, entre muitas outras, de que sob diferentes nomes e diversas organizações, é sempre a mesma seita que conspira contra a Igreja e a sociedade.

PROVINCIAIS

“Que o Provincial seja filho da Província confiada às suas mãos, ou pelo menos que ele a conheça a fundo.

“Tanto quanto for possível, seja ele livre de todo negócio público, de toda outra obrigação, para ser todo inteiro da Ordem.

Ele terá a aparência de um homem que procura apenas o repouso e que se retirou dos seus negócios.

“Ele terá residência, tanto quanto possível, no próprio centro da sua Província, a fim de melhor estender seus cuidados aos diversos cantões.

“Tornando-se Provincial, ele abandonará seu primeiro nome de guerra para adotar aquele que os Superiores maiores lhe derem. — Ele terá como sinete da sua província aquele cuja impressão os mesmos Superiores lhe enviarem, e ele o usará gravado no seu anel.

“O Provincial, imediatamente submisso a um dos Inspetores nacionais, prestar-lhe-á cada mês contas gerais da sua província.

“Que essas contas sejam divididas em tantas partes quanto o número das prefeituras que lhes estão subordinadas. Que ele tenha preocupação em relatar tudo o que se passou de mais notável em cada uma das nossas escolas: que ele aí diga o nome, a idade, a pátria, o estado dos novos recebidos, e o dia das suas cartas reversais.¹⁴⁰

“Além dessas contas a prestar mensalmente, ele deve se dirigir ao Nacional cada vez que se trate dessas coisas importantes que não são deixadas à sua própria decisão.

“Quando ele tiver repreensões a fazer a II.: que seria perigoso ofender ele se servirá de uma mão alheia, e sua carta será assinada como *Basile*. Esse nome, que ninguém usa na Ordem, é expressamente destinado a esse fim.

“Ele escreverá de tempos em tempos às classes inferiores; e por proposta dos nossos Epoptes, ele prescreverá os livros com os quais seja necessário ocupar os alunos, segundo as necessidades de cada grau. — Ele deve, quando puder, estabelecer nos lugares mais cômodos da sua província bibliotecas, gabinetes de história natural, museus, coleções de manuscritos e outras coisas semelhantes”. Bem entendido, para uso dos II.:

“O Provincial abre as cartas dos iluministas menores e dos Cavaleiros Escoceses, cujo endereço seja *solí*. Ele também abre as simples *quibus licet* dos Epoptes, e mesmo as *primo* dos Noviços: mas ele não pode abrir nem as *primo* de um Minerval, nem as *solí* de um Epopte, nem as *quibus licet* dos Regentes”.

Essa graduação na faculdade de abrir as cartas dos II.:, segundo o grau que ocupam na Ordem, indica evidentemente que o endereço deve ser acompanhado de algum sinal que marque o grau do I.: que escreve; não consegui saber qual é esse sinal. Mas uma observação que não deve escapar ao leitor é que as cartas dos II.: e mesmos seus simples *quibus licet* chegam sempre a II.: de um grau acima deles; de maneira que eles jamais conhecem aquele que as recebe e que as responde, posto que as regras dessa hierarquia não se desvendam senão na proporção do direito que cada I.: recebe na sua promoção. O próprio Provincial não sabe, ou pelo menos não pode saber senão por conjectura, a quem chegam suas próprias cartas e aquelas que não lhe é permitido ler.

“Para dizer tudo em poucas palavras, o Provincial é encarregado de colocar sua província em estado de tudo empreender para o bem e de impedir o mal (sabemos em que sentido é preciso entender aqui essas palavras). — *Felizes as regiões em que a nossa Ordem tiver*

¹⁴⁰ Cartas que garantem promessa precedente [N. do T.]

adquirido esse poder! Isso não será muito difícil para o Provincial que seguir exatamente os conselhos dos mais altos Superiores. Secundado por tantos homens hábeis, *formados na ciência moral*, submissos e que trabalham com ele em segredo, não há nobre empreendimento que não possa realizar, mau desígnio que não possa abortar. — Assim, nada de convivência com as faltas; nada de nepotismo, nada de inimizades. — Nenhuma outra perspectiva que não a do bem geral. — Nada de outro objetivo e nada de outros motivos que não sejam os da nossa Ordem”.

DIRETOR NACIONAL

Está dito no plano geral do governo iluminista que cada I.: terá instruções especiais relativas ao lugar que ocupa na Ordem hierárquica da Seita; não me foi dado descobrir, diz Barruel, aquelas que ela consagra à direção dos Superiores nacionais. Essa parte do Código não se encontra nem nos dois volumes tão freqüentemente citados sob o título de *Ecrits Originaux*, nem naquele de *Spartacus e Philon*, que nos desvendou tantos outros mistérios. Eis uma das principais recomendações que lhes são feitas: “Se entre vossos Epoptes encontram-se desses gênios mais elevados, essas *cabeças especulativas*, faremos deles *Magos*. Os adeptos desse grau ocupar-se-ão em recolher, em colocar em ordem os grandes sistemas filosóficos, e imaginarão, *redigirão para o povo uma religião que nossa Ordem quer dar ao Universo o mais cedo possível. So werden die selben Magi. — Diese sammeln und bringen die hæbere philosophische systeme in ordnung, und bearbeiten eine volks-religion, weiche der orden demnæschsten der welt gebel will* (Essas palavras *volks-religion*, religião do povo, no original escrito pela mão de Caton Zwach, são obtidas pelos números 20, 14, 2, 3, 18 — 17, 8, 2, 4, 6, 4, 14, 13).

Esses “homens de gênio” combinam primeiro esses sistema entre eles e fazem uma primeira compilação nas suas Assembléias Provinciais; mas não é aí que os projetos amadurecem. Eles são encarados como um primeiro esboço que cada Provincial é encarregado de enviar ao *Diretório nacional* para aí sofrer novo exame e receber um novo grau de perfeição. (*Voy. Instruct. pour le grade d'Epopte, números 12 e 14*). Um dos primeiros deveres do *Diretor nacional* será recolher todos esses sistemas anti-religiosos, anti-sociais e fazer julgar pelo seu tribunal a que ponto eles podem ser úteis ao grande objetivo de desorganização universal; estarão, pois, junto à sua pessoa os Eleitos da Nação, assim como os Provinciais têm junto a eles os Eleitos das Províncias. Esses Eleitos nacionais, combinando seus esforços, verão primeiramente quais desses sistemas podem entrar no tesouro das ciências iluministas. Acrescentar-lhes-ão em seguida tudo o que seu próprio gênio inventar, para tirar a maior vantagem possível, sempre nas vias da Seita. Chegados a esse grau de perfeição, todos esses planos, esses projetos, esses sistemas de impiedade, de desorganização, serão depositados nos arquivos do Diretor, tornados *arquivos nacionais*. É a eles que recorrerão, em suas dúvidas, os Superiores provinciais; deles partirão todas as luzes que devem ser espalhadas em todas as partes da nação. É neles também que o Diretor nacional encontrará as novas regras a ditar, para que todos os I.: nacionais tendam com mais segurança, com mais uniformidade, ao grande objetivo.

O TRIBUNAL SUPREMO DO ILUMINISMO

A seita não limita suas considerações a uma nação. Existe no seu regime um tribunal supremo, que tem podido submeter toda a Ordem à sua inspeção e aos seus complôs. Composto por doze *Pares* da Ordem (*Voy. Philos. enlich. Erklær, p. 119*), presidido por um chefe, general de todo o Iluminismo, esse tribunal supremo, sob o nome de Areópago, é o centro de comunicação para todos os adeptos espalhados pela face da terra, assim como cada Diretor nacional o é para todos os adeptos do seu império; como todo Provincial o é para os distritos da sua província; como todo Superior local o é para todas as Lojas do seu distrito; como todo Mestre Minerval o é para os alunos da sua academia, todo Venerável para seu antro

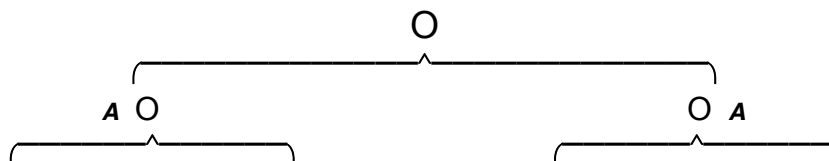
maçônico; e enfim todo I.: Insinuante e Recrutador o é para os seus noviços e os seus candidatos. Assim, desde o último dos II.: até o adepto consumado, tudo se gradua, tudo se liga por meio dos *quibus licet*, dos *solí*, dos *primo*; todo se faz, tudo chega em cada império até aos Diretores nacionais; e pelos Diretores nacionais tudo se faz, tudo chega ao centro de todas as nações, ao supremo Areópago, chefe da Seita, moderador universal da conspiração.

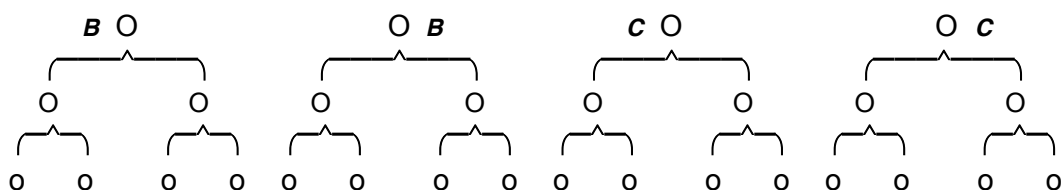
O artigo essencial a observar no Código do Diretor nacional é a sua correspondência imediata com o Areópago do Iluminismo. Essa correspondência não é duvidosa: ela é formalmente expressa nesses termos, no plano geral do regime que a Seita desvenda aos seus Regentes: *Há para cada império um diretor nacional, em sociedade ou em ligação imediata com nossos Pais, o primeiro dos quais está no timão da Ordem* (Direct. systm., nº 4).

Ao Diretor nacional, todos os segredos dos II.: disseminados pelas Províncias, na Corte e na cidade: a ele todos os projetos, todos os relatórios sobre os sucessos ou perigos da Ordem; sobre os progressos da conspiração; sobre as funções, as dignidades e o poder a obter para os adeptos; sobre os concorrentes a afastar, os inimigos a deslocar, os Dicastérios e os Conselhos a ocupar: a ele, enfim, tudo o que pode ou retardar ou então acelerar a queda dos Altares e dos Impérios, a desorganização do Estado e da Igreja sob sua inspeção; e por ele, por sua correspondência imediata, por aquela de todos os Inspetores nacionais da Ordem, todos os segredos dos II.: investigadores, todos os projetos dos II.: políticos, dos II.: de gênio especulativo; tudo o que se medita nos conselhos dos Príncipes; tudo o que se enfraquece ou se fortifica na opinião dos povos; tudo o que é preciso prever e impedir, prevenir ou apressar em cada cidade, cada Corte e cada família: por ele e por seus II.: das nações, todos esses conhecimentos irão se reunir, se concentrar no Conselho Supremo da Seita; e desde então não há um só Soberano, um só Ministro de Estado, um só pai de família, um só homem no seio da amizade que possa dizer: meu segredo só a mim me pertence; ele não chegou, ele não chegará a esse Areópago. Ainda através desse Diretor nacional e através dos adeptos da mesma posição, todas as ordens planejadas e combinadas nesse Areópago, todos os decretos dos Pares iluministas serão notificados aos adeptos de todas as Nações, de todas as Províncias, de todas as academias e de todas as lojas maçônicas ou minervais da Seita. Através dele, enfim, e através dos seus Confrades Diretores nacionais retornará a prestação de contas geral das suas ordens, da sua execução, ao Senado dos Pares que as ditou. Através dele conhecerão os negligentes a relevar, os transgressores e os rebeldes a castigar, a fazer lembrar o juramento de que submeteu sua fortuna e mesmo os seus dias aos decretos dos Superiores maiores, dos Pais desconhecidos, ou do Areópago da Seita. É em vão que ela oculta o Código a todos esses Inspetores; após todas as leis saídas dos seus antros, eis aí evidentemente os mistérios compreendidos nessas únicas palavras: Existe para cada império um Diretor nacional, em *ligação* ou em correspondência *imediata* com os pares da Ordem; *Jedes land hat einen National-Obern, welcher in unmittelbarer Verbindung mit unsern Voetern steht.*

CADEIA DE COMUNICAÇÕES

Assim se denomina a organização que dá ao poder central a facilidade, o poder invisível de colocar em ação milhares de legiões que vemos sair num piscar de olhos dos seus subterrâneos, nos dias marcados para as revoluções.





“Tenho imediatamente abaixo de mim dois adeptos aos quais inspiro todo meu espírito; cada um desses dois adeptos correspondem a dois outros, e assim sucessivamente. Dessa maneira, da maneira mais simples do mundo, posso *colocar em movimento e inflamar milhares de homens*. É dessa mesma maneira que é necessário fazer chegar as ordens e operar em política.” (Carta de Weishaupt a Caton Zwach, 16 fev. 1782).

Poucos dias após essa lição Weishaupt escreveu a Celse-Bader e disse-lhe: “Enviei a Caton um modelo, *esquema*, uma prancha ou figura, mostrando como se pode *metodicamente* e sem muita dificuldade, *dispor na melhor ordem possível uma grande multidão de homens*. Sem dúvida ele deve ter te mostrado isso; se não o fez, peça-lhe. Eis a figura”.

Weishaupt reproduz nesta carta a figura de progressões acima e continua:

“O Espírito do primeiro, do mais ardente, do mais profundo dos adeptos, comunica-se diariamente e sem cessar aos dois A; através de um deles passa a B B; e através do outro a C C. Destes ele chega da mesma maneira aos oito seguintes; desses oito aos dezesseis; dos dezesseis aos trinta e dois e assim sucessivamente. Escrevi mais longamente a Caton. Em resumo, *cada qual tem seu Ajudante-Mor, através do qual age imediatamente sobre todos os outros. Toda a força sai do centro e vem de novo aí se reunir*. Cada qual de alguma maneira é subordinado; *dois homens que ele estuda a fundo, que ele observa, que ele dispõe, que ele inflama, que ele exercita por assim dizer como recrutas, a fim de que em seguida possam exercitar e pôr fogo em todo o regimento. Pode-se estabelecer a mesma coisa para todos os graus*”. (*Ecrits Originaux*, t. II, carta 13 a Celse).¹⁴¹ É assim que devem ser comunicadas as

¹⁴¹ Percebo bem que também aqui, diz Barruel, é preciso que eu forneça o próprio texto das cartas para que se veja o quanto estou longe de acrescentar algo às lições e às explicações de Weishaupt; eis os termos da sua carta a Caton: “*An mich selbst aber verweisen sie dermalen noch keinen unmittelbar als den Cortez, bis ich schreibe, damit ich indessen speculiren, un die leute geschickt rangieren kann; den davon hoengt alles ab. Ich werde in dieser figur mit ihnen operiren*.” (Aqui se encontra a figura que se vê no texto francês, com as letras A, B, C, que são acrescentadas para explicação apenas na carta a Celse). “*Ich habe zwey unmittelbar unter mir welchen ich meinen gan zen geit einbauche, und von diesen zweyen hat weiter jeder zwey andere, und so fort. Auf diese art kann ich auf die einfachste art causend menschen in bewehung und flammen setzen*.” (Não ousei dizer em francês senão pôr em movimento e não em chamas milhares de homens. É a tradução literal; em alemão ela é mais forte do que o nosso inflamar). “*Auf eben diese art muss man die ordres ertheilen, un im politischen operiren*.” (*Ecrits Originaux*, t. 2, carta 8 a Caton, 16 fev. 1782). Observai que o alemão de Weishaupt não é da maior pureza.

Agora, no mesmo volume, carta 13 a Celse, sem data: “*Ich habe an Caton ein schema geschickt, wie man planmæssig eine grose menge menschen in der schæensten ordnung... abrichten kann... Es ist diese forme*.”

“*Der geist des ersten, wærmsten, un einsichtsvollesten comunicirt sich unaushærllich un tæglich an A A — A an B B: und das andere an C C — B B, und C C communiciren sich auf die næmliche art an die unteren 8. Diese an die weitere 16, und 16 an 32, und so weiter. An Cato hab ich es weitlæufiger geschrieben: Kurz! Jeder hat zwey flûgel-adjutanten, wodurch er mittelbar in all übrige wirkt. Im centro geht alle kraft aus, un vereinigt sich auch wieder darinn. Jeder sucht sich in gewisser subordination zwey mænner aus, die er ganz studiert, beobachtet, abrichtet, anfeuert, un so zu sagen, wie recruten abrichtet, damit sie dereinst mit dem ganzen regiment abfeuern un exerciren können. Das kann mann durch alle grade so einrichten*.” (Id. carta 13).

N.B. Não se encontra nos *Ecrits Originaux* essa explicação mais longa dada a Caton por Weishaupt; pelo menos não a possuo; sem dúvida seria preciosa. Ve-lo-emos ainda melhor soprar seu espírito e seu fogo a milhares de homens; mas no fundo essas duas cartas são mais do que suficientes para o que queremos provar.

BARRUEL.

ordens e operar em política. Essas palavras nos mostram não a lei provisória, mas a lei meditada, refletida e fixada até que chegue o tempo de sublevar e de inflamar todas as legiões preparadas para o terrível exercício; esse tempo tão expressamente anunciado por Weishaupt de *atar as mãos, subjugar, pôr fogo e destruir* o universo.

Uma observação interessante deve ser feita antes de deixarmos a seita dos iluministas.

A doutrina ensinada no guia do *Epoite* diz que Cristo não tinha outro objetivo senão o de estabelecer uma *religião puramente natural*.

E uma das principais recomendações feitas ao diretor nacional é esta: Se entre vossos Eoptes encontram-se cabeças especulativas, delas faremos *Magos* nossos. Os adeptos desse grau ocupar-se-ão em recolher os sistemas filosóficos e redigirão para o povo uma religião que nossa Ordem quer dar ao universo o mais cedo possível.

DOCUMENTOS RELATIVOS À REVOLUÇÃO

Esses documentos poderiam ser muito numerosos. Contentar-nos-emos em oferecer três que poderão confirmar nossos leitores nessa dupla convicção: que a Revolução do fim do século XVIII foi um primeiro ensaio de aplicação dos princípios ensinados nas lojas e nas lojas de retaguarda; que esse crime social foi obra dos franco-maçons.

I — LIVROS QUE DESCREVERAM ANTECIPADAMENTE A REVOLUÇÃO

Em 1771, um dos corifeus do filosofismo, que mais tarde foi convencional, Sébastien Mercier, publicou, sob o título *L'an 2240 ou rêve s'il en fut jamais*, [Ano 2240 ou sonho se ele jamais existir] um livro estranho, no qual todos os acontecimentos que iam se suceder, dezoito anos depois, estavam nitidamente indicados. Pode-se mesmo crer, segundo uma nota ao capítulo II, o qual tem por título *Tenho setecentos anos*, que ele foi escrito em 1786, quer dizer, trinta anos antes de que fosse posta em atividade a máquina montada no segredo das lojas de retaguarda para transformar a França.

Esse livro não tardou em ser conhecido em Roma, porque numa brochura impressa naquela cidade em 1797, lê-se o que segue: "Um homem que estava bem ao par do que se tramava, Mercier, deu a público uma obra que os acontecimentos tornaram muito notável, mas que à época foi tomada como romance, porque ele só falava daquilo que deveria acontecer dentro de sete séculos, que estava escrito sob o símbolo de um sonho e que ele anunciava coisas que, se bem que depois se tenham infelizmente realizado, eram vistas, naquela época, como impossíveis".

Nesse livro Mercier anunciava o que segue. No capítulo primeiro: a soberania absoluta é abolida pelos Estados reunidos; — a monarquia não mais existe; o ancinho, a naveta e o martelo são mais brilhantes do que o cetro; — por que o governo não seria republicano? Será a época terrível e sangrenta de uma guerra civil, mas o sinal da liberdade: remédio terrível, mas necessário; — a Bastilha é derrubada; — os mosteiros são abolidos, os monges casam, o divórcio é permitido, o Papa despojado dos seus Estados. "Ó Roma, dizia Mercier, como te odeio! como todos os corações abrasados de um justo ódio sentem o mesmo horror que tenho pelo teu nome!" Esse capítulo era intitulado: *Não tão distante quanto se pensa!*

A destruição da Bastilha, acabamos de dizê-lo, encontra-se literalmente anunciada (p. 36). "Dizem-me que a Bastilha tinha sido derrubada de alto a baixo, por um efeito, sem dúvida, desse ódio virtuoso que o ser sensível deve ao opressor... a esse vil populacho dos Reis que terão, em todo sentido, atormentado a espécie humana" (*Epît. dédic.*, p. VI e VII). Essas palavras, escritas e impressas trinta anos antes do acontecimento, não são muito dignas de nota?

No capítulo III, cujo título é *Visto-me na loja de roupas usadas*, Mercier descreve exatamente a forma dos trajes, o boné, a grande gravata, o corte de cabelo adotado, com efeito, pelos revolucionários (p. 17, 18 e 19).

O capítulo VI, intitulado *Os chapéus enfeitados*, anuncia (p. 28 e 29) a abolição das ordens e dos títulos.

O capítulo VII — *A ponte desbatizada*, e o VIII — *A nova Paris*, giram em torno de certas mudanças a serem feitas na parte material da cidade. Elas foram em parte executadas e em parte projetadas pelos revolucionários.

No capítulo XXXVI o autor faz soar o sino a rebate para excitar à revolta e ao derramamento de rios de sangue para conquistar uma liberdade quimérica. “Para certos Estados, diz ele, há uma época que se torna necessária, época terrível, sangrenta, mas que é o sinal da liberdade”. O contexto não deixa dúvida de que Mercier teve em vista os tempos vizinhos daquele em que escrevia.

No capítulo XXII ele anunciara que seria derramado mais do que o sangue dos tiranos. Aqui, no capítulo XXXVI, ele diz que ao assassinato de Luís XVI, no início dessa época terrível e sangrenta, deviam juntar-se muitos outros e misturar ao sangue dos tiranos o sangue de tantos milhares de vítimas. Nesse mesmo capítulo encontramos nomes de estátuas emblemáticas, entre outras a do “Negro vingador do Novo Mundo”, que tem aos seus pés os fragmentos de vinte cetros.

A separação dos dois mundos, o de antes da Revolução e o pós-revolucionário, fora pois marcada com antecedência através das mudanças na nação, a transformação material de Paris, a abolição das ordens e dos títulos, o regicídio e também a propagação da Revolução para as outras monarquias, cujos cetros quebrados jaziam aos pés do negro.

Mercier permaneceu entre os republicanos moderados. Ele não votou pela morte do rei. Ele tinha sido enviado à Convenção pelo Departamento de Seine-et-Oise. No seu livro *L’an 2240* ele prevê o despertar do Japão para a vida européia. Ele pinta o japonês dos nossos dias vestido segundo a moda de Paris, possuidor de um exército treinado por oficiais estrangeiros, uma constituição inspirada no *Esprit des Lois* e uma justiça baseada no Tratado dos Delitos e Penas de Beccaria.

Tais previsões, levadas a esse ponto, são difíceis de se explicar, mesmo para quem mais profundamente estudou a tríplice cooperação dos Enciclopedistas, Franco-Maçons e Iluministas na Revolução.

Em 1797 apareceu em Neufchâtel um livro intitulado “Os verdadeiros autores da Revolução de 1789”, escrito por Soudart. O autor nota “a trama obscura e clandestina urdida pelo Calvinismo, pelo Jansenismo e pelo Filosofismo nascente” (p. 425). Numa nota, nessa mesma página, ele diz: “O cavaleiro Follard (o cavaleiro Foillard ou de Folard — 1669-1752 — foi um excelente militar) o tinha previsto (o movimento revolucionário) em 1729. Trama-se, exclamava ele então, uma revolução cujas molas são tão delicadas quanto imperceptíveis, e cuja política é admirável. É preciso que as potências da Europa tenham binóculos muito ruins para que não percebam a tempestade que as ameaça”.

Um outro livro vindo da Holanda, ou datado da Holanda para não ter necessidade de aparecer com o privilégio do rei, esteve em grande voga no meio do século XVIII. Todos os autores maçons da época o mencionam. Tinha por título *L’ordre des Francs-Maçons trahi et le secret du Mopsis révélé!* [A ordem dos franco-maçons traída e o segredo do Mopsis revelado] (Amsterdã, 1745). Era a explicação completa dos três primeiros graus, tais como ainda existem hoje nos seus traços gerais. Vinte anos após, o mesmo autor, o abade Larudan, publicou uma outra obra: *Les Francs-Maçons écrasés* [Os franco-maçons esmagados], seguida do livro intitulado *L’ordre des Francs-Maçons trahi*, traduzida do latim. A Revolução Francesa está aí descrita e analisada nos seus princípios e nos seus caminhos, com vinte e três anos de antecedência, com uma penetração impossível de conceber sem um conhecimento aprofundado da cooperação das lojas. Quem poderia ter dado a fórmula definitiva (sempre atual) da república e da democracia que deviam suceder a realeza e se manter com o cadafalso? Nada obstante, é o que se podia ler nesse livro, sob a forma de um escrito histórico cujo disfarce não podia enganar ninguém. O autor emprestava ao seu personagem, Cromwel,

os pensamentos, as máximas, as considerações políticas que teria sido impossível então expor de forma direta. Ele desvendava a maçonaria, que preparava o que devia ser a Revolução, e teve êxito em fazê-lo com uma fidelidade, uma previsão do futuro às quais a história não devia oferecer nenhum desmentido; e isto se vendia em Paris oito anos antes da ascensão de Luís XVI.¹⁴²

Conhecemos a estranha cena em que Cazotte, através de um prodígio de “reportagem” antecipada, descreveu, três ou quatro anos antes de 1789, os traços, mesmos circunstanciados, da tragédia revolucionária, predizendo a numerosos deputados o fim deles sobre o cadafalso.

Tudo isso confirma bem que o Terror foi obra da franco-maçonaria.

Essas advertências tão detalhadas e vindas de fontes tão diferentes não conseguiram abrir os olhos dos contemporâneos. E ainda agora encontram-se homens inteligentes e instruídos que se recusam a ver a mão da franco-maçonaria na Revolução.

Em 1791, o abade Le Franc, antigo membro da Congregação dos Eudistas, que acabava de ser dispersada, publicou na Casa Le Petit, rua de Lavori, 10: *Le voile levé pour les curieux ou le secret de la Révolution française révélé à l'aide de la Franc-Maçonnerie* [O véu levantado para os curiosos ou o segredo da Revolução francesa revelado com a ajuda da franco-maçonaria]; depois, no ano seguinte: *La conjuration contre la religion catholique et les souverains* [A conjuração contra a religião católica e os soberanos].¹⁴³

O terceiro capítulo do *Voile levé pour les curieux* é consagrado à ação da franco-maçonaria sobre a Assembléia Nacional, sob o título: *Ce que l'Assemblée Nationale doit à la Franc-Maçonnerie* [O que a Assembléia Nacional deve à franco-maçonaria]. Lê-se o que segue:

“É difícil explicar quanto a Assembléia Nacional da França deve à franco-maçonaria.

“Vários franceses ainda hoje estão persuadidos de que foi o despotismo nacional, a obstinação da nobreza e do clero que forçaram a Assembléia a se reunir como Assembléia Nacional e a atacar impiedosamente todos os abusos que reinavam sob o antigo regime. Esses franceses, que ignoram a influência do governo maçônico, não somente nas lojas maçônicas retificadas, mas também nos clubes espalhados por todo o território da França, nos Departamentos e nos distritos, nos próprios comitês da Assembléia Nacional, são diariamente enganados pela bonomia dos maçons, pelas suas aparências e pelos discursos que são impressos por toda a parte. No entanto, a verdade é que, antes de os Estados-Gerais serem convocados, todos os franco-maçons só falavam de elevar seus grãos-mestres a algum posto importante, que os colocasse em situação de figurar na primeira posição e lhes obtivesse uma grande consideração.

“Eles nada pouparam para conseguir esse intento. Os fastos do Império francês transmitirão para a posteridade os inauditos esforços que os franco-maçons fizeram em todas as províncias para levarem todos os franceses ao compromisso de se unirem a eles com vistas a abolir tudo o que pudesse lembrar o *Ancien Régime* e substituí-lo pelo da sociedade deles, feito, segundo eles, para conclamar todos os homens à liberdade e à igualdade primitiva para as quais o homem nasceu.

“A Assembléia Nacional favoreceu com todo o seu poder os projetos da Ordem maçônica; podemos julgar isso pela adoção do seu governo, das suas máximas, e pelo fervor que ela pôs em sustentar tudo o que a Sociedade maçônica lhe sugeriu através dos seus clubes, suas associações e seus escritos.

“É de se notar, primeiramente, que a Assembléia Nacional, não obstante sempre dissesse que queria um governo monárquico, que jamais o Rei teria sido mais rei do que o seria pelo

¹⁴² Ver *Maçonnerie nouvelle du Grand-Orient de France*, por Georges Bois, p. 96-110.

¹⁴³ Essas duas corajosas publicações valeram ao abade Le Franc o ódio da maçonaria, seu encarceramento e seu martírio no Carmelo em setembro de 1792.

decretos dela, acabou, no entanto, por adotar um governo republicano e uma democracia pura, cuja organização tomou emprestada à franco-maçonaria. Para convencer-nos disso, que se examine a divisão que ela fez do Reino”.

O autor faz em seguida a aplicação dessas deduções gerais e mostra que a divisão do trabalho adotado pela Assembléia, o procedimento das suas discussões, as funções dos seus órgãos, o juramento e as insígnias dos seus membros, correspondem a um método, a um juramento e a insígnias adotadas nas Lojas.

O abade Le Franc diz ainda:

“É evidente que os franco-maçons, os propagandistas, os filósofos, e uma multidão assalariada de sectários insensatos querem abolir a religião cristã, não somente no seio da França, mas na Europa inteira, no Universo. É evidente que, sobrepujando todos os erros dos heréticos de todos os séculos e dos filósofos de todos os tempos, eles inventaram um sistema que equivale à idolatria... Esse sistema permite que o povo se entregue aos seus prazeres, desde que o bem público não sofra, enriquece-o com o que tira dos templos e dos ministros do culto religioso; faz o povo esperar uma felicidade celeste trabalhando sua terra...

“As pessoas não se persuadirão, nos séculos futuros, de que os franco-maçons tenham formado uma confederação contra o verdadeiro Deus, contra a religião, contra os homens sábios e virtuosos, e que todos os seus esforços tenham sido reunidos para substituí-los por tudo quanto a nação que os nutria encerrava de pessoas sem princípios, sem costumes.

“Não se poderá acreditar que elas tenham tido... a imprudência de traçarem elas próprios aos conselheiros da nação francesa o plano que devia derrubar sua constituição e sua religião. (Le Franc, *Conjuration contre la religion catholique...*, Paris, 1792, pp. 113 a 115).

“Ninguém, continua Le Franc, conhece melhor a constituição da franco-maçonaria do que o senhor de la Lande, cuja história escreveu no dicionário enciclopédico, e que trabalhou com Condorcet no código dessa Sociedade e na organização de todas as suas partes. Se as lojas maçônicas são hoje a escola de todos os princípios da irreligião que infectaram a França, é a esses filósofos que devemos imputá-lo, posto que formaram o regime e continuam a conduzir suas operações.

“A mesma linguagem mantida em todos os clubes, o mesmo espírito de irreligião manifestado da mesma maneira em todas as lojas maçônicas, tudo indica *a universalidade de princípios, o mesmo motor, os mesmos ensinamentos, o mesmo ódio e o mesmo furor contra a religião cristã e contra a única religião cristã. Sim! é somente a ela que se quer mal, e é para destruí-la que se perturba a França*, visto como, através dos decretos de 7 e de 29 de novembro (1791), *a religião católica foi a única cujo culto foi proscrito, a única à qual se recusam templos, a única cujos ministros são perseguidos com um encarniçamento que beira ao furor...*

Os franco-maçons que são conseqüentes dizem abertamente nas suas Assembléias, e mesmo na Assembléia Nacional, que a religião cristã não pode estar de acordo com a constituição do reino” (Le Franc, *Conjuration...*, Paris, 1792, p. 115 a 118).

DOCUMENTOS RELATIVOS
À GRANDE LOJA

Créteau-Joly apresentou, no seu livro *L'Eglise Romaine et la Révolution*, alguns dos documentos que lhe tinham sido entregues por Gregório XVI para composição da história das sociedades secretas.

Incluimos alguns fragmentos desses documentos neste livro. cremos dever reproduzi-los aqui tais como se encontram na obra de Créteau-Joly.

1. — CARTA DO CARDEAL CONSALVI AO PRÍNCIPE DE METTERNICH,
datada de 4 de janeiro de 1818.

A Santa Sé manifesta aqui a presciência que tem do perigo que o Carbonarismo, à testa do qual logo será colocada a Grande Loja, faz a sociedade correr.

“As coisas não vão bem em nenhuma parte, e penso, caro Príncipe, que nós nos sentimos por demais dispensados da mais simples precaução. Converso diariamente aqui com os embaixadores da Europa acerca dos perigos futuros que as Sociedades secretas preparam para a ordem recentemente reconstituída, e percebo que só me respondem com a maior de todas as indiferenças. Imaginam que a Santa Sé está inteiramente pronta a se assustar; espantam-se com os conselhos que a prudência nos sugere. É um erro manifesto, que eu ficaria muito feliz de não ver compartilhado por V.A. Tendes bastante experiência para que não queirais pôr em prática o conselho de que mais vale prevenir do que remediar; ora, é chegado o momento de prevenir; precisamos aproveitá-lo, a menos que nos decidamos antecipadamente por uma repressão que não fará senão aumentar o mal. Os elementos que compõem as Sociedades secretas, sobretudo aqueles que servem para formar o núcleo do Carbonarismo, ainda estão dispersos, mal apoiados ou *in ovo*; mas vivemos numa época tão fácil para as conspirações e tão rebelde aos sentimentos do dever que a mais vulgar circunstância pode muito facilmente produzir uma temível agregação desses conciliábulos esparsos. V.A. faz-me a honra de dizer-me, na sua última carta, que me inquieto muito vivamente com alguns abalos, naturais ainda após uma tão violenta tempestade. Estimaria muito que meus sentimentos permanecessem no estado de quimera; nada obstante, não posso iludir-me durante tanto tempo com uma esperança tão cruel.

“Por tudo aquilo que recolho de diversos lados, e por tudo aquilo que entrevejo no porvir, creio (e vereis mais tarde se estou errado) que a Revolução mudou de marcha e de tática. Ela não ataca mais à mão armada os tronos e os altares; ela se contentará em miná-los através de incessantes calúnias: ela semeará o ódio e a desconfiança entre os governantes e governados; tornará uns odiosos, ao mesmo tempo em que se queixa dos outros. Depois, um dia, as mais seculares monarquias, abandonadas por seus defensores, encontrar-se-ão à mercê de alguns intrigantes de baixo nível, aos quais ninguém se digna de conceder um olhar de atenção preventiva. Pensais que nesses temores por mim manifestados (mas sempre por ordem verbal do Santo Padre), existe um sistema preconcebido e idéias que só podem nascer em Roma. Juro a V.A. que, ao lhe escrever e ao me dirigir aos altos Poderes, despojo-me completamente de todo interesse pessoal, e que é de um ponto muito mais elevado que encaro a questão. Não a considerar agora, porque ela, por assim dizer, ainda não entrou no domínio público, é condenar-se a arrependimentos tardios.

“O governo de Sua Majestade Imperial e Real Apostólica toma (eu o sei, e o Santo Padre agradece-lhe do fundo de sua alma) todas as prudentes medidas que a situação comporta; mas gostaríamos que ele não se descuidasse, como o resto da Europa, acerca de terríveis eventualidades. A necessidade de conspirar é inata ao coração dos italianos; não se deve deixá-los desenvolver essa tendência ruim: senão, em poucos anos, os príncipes se verão obrigados a usar a severidade. O sangue ou o cárcere estabelecerá entre eles e seus súditos um muro de separação. Caminharemos assim para um abismo que com um pouco de prudência seria muito fácil evitar. Graças aos três eminentes serviços que V.A. prestou à Europa, ela mereceu um lugar privilegiado no conselho dos Reis. Adquiristes e inspirastes, caro Príncipe, confiança; aumentai ainda essa glória tão universal, colocando os conspiradores noviços na impossibilidade de prejudicar os outros assim como a eles mesmo. Foi nessa arte de presciência e de cálculo antecipado que brilharam os grandes homens de Estado; vós vos guardareis de faltar à vossa vocação”.

A linguagem da Santa Sé não foi compreendida, suas advertências foram desdenhadas. Pouco depois, ou na mesma época, a Grande Loja era constituída.

2. — INSTRUÇÃO SECRETA PERMANENTE

dada aos membros da Grande Loja

“Depois que nos estabelecemos como corpo de ação e que a ordem começa a reinar no fundo da Loja mais afastada como no seio daquela mais próxima do centro, existe um pensamento que sempre preocupou profundamente os homens que aspiram à regeneração universal: é o pensamento da libertação da Itália, do qual deve sair, num dia determinado, a libertação do mundo inteiro, a República fraternal e a harmonia da humanidade. Esse pensamento não foi ainda compreendido por nossos irmãos de além-Alpes. Eles acreditam que a Itália revolucionária não pode conspirar senão na sombra, distribuir algumas punhaladas em esbirros e traidores; e sofrer tranqüilamente o jugo dos acontecimentos que se sucedem além dos montes para a Itália, mas sem a Itália. Esse erro já nos foi fatal por diversas vezes. Não se deve combatê-lo com frases, isto seria propagá-lo; mas é preciso matá-lo com fatos. Assim, em meio às preocupações que têm o privilégio de inquietar os mais vigorosos espíritos das nossas Lojas,¹⁴⁴ uma existe que jamais devemos esquecer.

“O Papado tem exercido, em todos os tempos, uma ação decisiva sobre os negócios da Itália. Pelos braços, pela voz, pela pena, pelo coração dos seus inúmeros bispos, padres, monges, religiosas e fiéis de todas as latitudes, o Papado encontra abnegações sempre prontas ao martírio e ao entusiasmo. Por toda a parte em que lhe apraza evocar essas abnegações, ele tem amigos que morrem, outros que se despojam por ele. É uma alavanca imensa, cujo inteiro poder somente alguns papas souberam apreciar (ainda que dele se tenham utilizado apenas numa certa medida). Hoje não se trata de reconstituir em nosso favor esse poder, cujo prestígio está momentaneamente enfraquecido; nosso objetivo final é o de Voltaire e o da Revolução Francesa, o aniquilamento para sempre do Catolicismo e mesmo da idéia cristã, que, a permanecer de pé sobre as ruínas de Roma, seria mais tarde sua perpetuação. Mas, para alcançar com mais certeza esse objetivo e não arranjarmos voluntariamente reveses que adiam indefinidamente ou comprometem pelos séculos o sucesso de uma boa causa, não se deve dar ouvidos a esses franceses fanfarrões, a esses alemães nebulosos, a esses ingleses tristes, que imaginam todos matar o Catolicismo ora com uma canção impura, ora com uma dedução ilógica, ora com um sarcasmo grosseiro, contrabandeado como o algodão da Grã-Bretanha. O Catolicismo tem a vida mais dura do que isso. Ele viu adversários mais implacáveis, mais terríveis, e se deu freqüentemente ao maligno prazer de jogar água benta sobre a tumba dos mais raivosos. Deixemos, pois, nossos irmãos desses países se entregarem às intemperanças

¹⁴⁴ As Lojas do Carbonarismo, no cume das quais estava colocada a Grande Loja.

estéreis do seu zelo anti-católico, permitamos-lhes mesmo que caçoem das nossas madonas e da nossa aparente devoção. Com esse passaporte podemos conspirar inteiramente à vontade e chegar pouco a pouco ao termo proposto.

“Pois o Papado é há dezesseis séculos inerente à história da Itália. A Itália não pode respirar, nem se mover sem a permissão do Pastor supremo. Com ele ela tem os cem braços de Briarée; sem ele, está condenada a uma impotência que causa piedade. Ela nada tem além de divisões a fomentar, ódios a explodir, hostilidades a ver surgir desde a primeira cadeia dos Alpes até ao último elo dos Apeninos. Não podemos querer um tal estado de coisas; importa, pois, procurar um remédio para essa situação. O remédio está inteiramente encontrado. O Papa, quem quer que seja, jamais virá às Sociedades secretas; cabe às Sociedades secretas dar o primeiro passo em direção à Igreja, com o objetivo de vencer os dois.

“O trabalho que iremos empreender não é obra nem de um dia, nem de um mês, nem de um ano; pode durar vários anos, talvez um século; mas, nas nossas fileiras o soldado morre e o combate continua.

“Não pretendemos ganhar os Papas para a nossa causa, fazê-los neófitos dos nossos princípios, propagadores das nossas idéias. Seria um sonho ridículo; e seja como for que andem os acontecimentos, que cardeais ou prelados, por exemplo, entrem espontaneamente ou por surpresa numa parte dos nossos segredos, não seria isto motivo para desejar a ascensão deles à Sé de Pedro. Essa ascensão nos poria a perder. A simples ambição conduzi-los-ia à apostasia: as necessidades do poder força-los-iam a nos imolar. O que devemos pedir, o que devemos procurar e alcançar, assim como os judeus esperam do Messias, é um papa segundo as nossas necessidades. Alexandre VI, com todos os seus crimes privados, não nos conviria, porque jamais errou nas matérias religiosas. Um Clemente XIV, ao contrário, seria o que nos convém da cabeça aos pés. Bórgia era um libertino, um verdadeiro sensualista do século XVIII perdido no século XV. Foi anatematizado, apesar dos seus vícios, por todos os vícios da filosofia e da incredulidade, e deve esse anátema ao vigor com que defendeu a Igreja. Ganganelli entregou-se de mãos e pés atados aos ministros dos Bourbons que lhe metiam medo, aos incrédulos que celebravam sua tolerância, e Ganganelli tornou-se um grande Papa. É mais ou menos nessas condições que precisaríamos de um, se ainda for possível. Com isto caminharemos mais seguramente ao assalto da Igreja do que com os panfletos dos nossos irmãos da França ou mesmo com o ouro da Inglaterra. Quereis saber a razão disso? É que para isso, para quebrar o rochedo sobre o qual Deus construiu sua Igreja, não mais temos necessidade de vinagre anibalino, não temos mais necessidade de pólvora para canhão, não temos mais necessidade nem mesmo dos nossos braços. Temos o dedo mindinho do sucessor de Pedro comprometido com a conspiração, e esse mindinho vale para essa cruzada por todos os Urbanos II e todos os São Bernardo da Cristandade.

“Não duvidamos de que chegaremos a esse termo supremo dos nossos esforços; mas quando? mas como? Ainda não se distingue o desconhecido. Contudo, como nada deve nos afastar do plano traçado, e como, ao contrário, tudo deve tender para ele, como se o sucesso devesse coroar, a partir do dia seguinte, a obra apenas esboçada, queremos, nesta instrução que permanecerá secreta para os simples iniciados, dar aos prepostos da Loja suprema conselhos que deverão inculcar na universalidade dos irmãos, sob a forma de ensino ou de memorando. Importa, sobretudo, e com uma discrição cujos motivos são transparentes, jamais deixar pressentir que estes conselhos constituem ordens emanadas da Loja. O Clero está diretamente posto em jogo nisso, para que possamos, nesta hora, permitir-nos brincar com ele como com um desses reizetes ou principelhos sobre os quais basta-nos soprar para que desapareçam.

“Pouca coisa há a fazer com os velhos cardeais ou com os prelados cujo caráter é muito decidido. Devemos deixá-los incorrigíveis na escola de Consalvi, e buscar nos nossos entrepostos de popularidade ou de impopularidade as armas que tornarão inútil ou ridículo o

poder que eles têm nas mãos. Uma palavra habilmente inventada e que se tenha a arte de espalhar em certas famílias honestas escolhidas, para que daí desça para os cafés e dos cafés para a rua, uma palavra pode algumas vezes matar um homem. Se um prelado chega de Roma para exercer alguma função pública no fundo das províncias, conheci sobretudo seu caráter, seus antecedentes, suas qualidades, sobretudo seus defeitos. É ele desde logo um inimigo declarado? um Albani, um Pallotta, um Bernetti, um della Genga, um Rivarola? cercai-o com todas as armadilhas que puderdes estender sob seus passos; criai para ele uma dessas reputações que assustam as crianças e as velhas; pintai-o cruel e sanguinário; contai alguns traços de crueldade que possam ficar gravados na memória do povo. Quando os jornais estrangeiros recolherem esses nossos relatos, que embelezarão por seu turno (inevitavelmente por respeito à verdade), mostrai, ou melhor, fazei mostrar, através de algum respeitável imbecil, esses jornais em que estão relatados os nomes e os excessos arranjados dos personagens. Como a França e a Inglaterra, a Itália jamais ficará sem essas penas que sabem se talhar nas mentiras úteis à boa causa. Com um jornal, cuja língua ele não compreende, mas no qual ele verá o nome do seu delegado ou do seu juiz, o povo não tem necessidade de outras provas. Ele está na infância do Liberalismo, ele acredita nos Liberais, assim como mais tarde acreditará em nós, nem sabemos bem por que.

“Esmagai o inimigo, qualquer que ele seja, esmagai o poderoso à força de maledicências ou de calúnias: mas sobretudo esmagai-o no ovo. É preciso ir à juventude; é ela que precisamos seduzir, é ela que devemos arrastar, sem que o perceba, sob a bandeira das Sociedades secretas. Para avançar a passos contados mas seguros nessa via perigosa, duas coisas são absolutamente necessárias. Deveis ter a aparência de serdes simples como as pombas, mas sereis prudentes como a serpente. Vossos pais, filhos, vossas próprias mulheres devem sempre ignorar o segredo que carregais em vosso seio, e se vos agrada, para melhor enganar o olho inquisitorial, ir freqüentemente à confissão, estais como de direito autorizados a guardar o mais absoluto silêncio sobre essas coisas. Sabeis que a menor revelação, o menor indício, que se deixa escapar no tribunal da penitência ou em outra parte pode acarretar grandes calamidades, e que o decreto de morte marca assim o revelador voluntário como o involuntário.

“Ora, pois, para garantir-nos um Papa nas proporções exigidas, trata-se inicialmente de moldar para ele uma geração digna do reino com qual sonhamos. Deixai de lado a velhice e a idade madura; ide à juventude e, se for possível, até à infância. Jamais tenhais para ela uma palavra de impiedade ou de impureza: *Maxima debetur puero reverentia*. Jamais esqueçais essas palavras do poeta, porque elas vos servirão como salvo-conduto contra os descomedimentos dos quais importa essencialmente se abster no interesse da causa. Para fazê-la frutificar no umbral de cada família, para vos conceder direito de asilo em cada lar, deveis apresentar-vos com todas as aparências do homem grave e moral. Uma vez estabelecida vossa reputação nos colégios, nos ginásios, nas universidades e nos seminários, uma vez que tiverdes captado a confiança dos professores e dos estudantes, fazei com que principalmente aqueles que se comprometem com a milícia clerical gostem de procurar vossas conversas. Nutri-lhes o espírito com o antigo esplendor da Roma papal. Existe sempre no fundo do coração do italiano uma saudade da Roma republicana. Confundi habilmente essas duas lembranças. Excitai, acendei essas naturezas tão cheias de incandescência e de orgulho patriótico. Oferecei-lhes inicialmente, mas sempre em segredo, livros inofensivos, poesias esplendorosas de ênfase nacional, depois, pouco a pouco, conduzireis vossos discípulos ao grau de cozimento desejado. Quando em todos os pontos do Estado eclesiástico esse trabalho de todos os dias tiver disseminado nossas idéias como a luz, então podereis apreciar a sabedoria do conselho cuja iniciativa tomamos.

“Os acontecimentos que, segundo nós, se precipitam depressa demais,¹⁴⁵ vão reclamar necessariamente, daqui a alguns meses, uma intervenção armada da Áustria. Há loucos que voluntariamente gostam de jogar os outros no meio dos perigos, e no entanto são loucos que, em determinada hora, arrastam até os prudentes. A revolução que se premedita na Itália não desaguará senão em infelicidades e proscricções. Nada está maduro, nem os homens, nem as coisas, e nada estará ainda durante muito tempo; mas dessas desditas podereis facilmente fazer soar uma nova corda no coração do clero jovem. Será o ódio ao estrangeiro. Fazei com que o alemão (*il Tedesco*) seja ridículo e odioso antes mesmo da sua prevista entrada. À idéia da supremacia pontifícia misturai sempre a velha lembrança das guerras do Sacerdócio e do Império. Ressuscitai as paixões mal apagadas dos Guelfos e dos Gibelinos, e assim conseguireis com pouco trabalho uma reputação de bom católico e de puro patriota.

“Essa reputação permitirá o acesso das nossas doutrinas ao seio do clero jovem, assim como ao fundo dos conventos. Em alguns anos esse clero jovem terá, pela força das coisas, invadido todas as funções; ele governará, administrará, julgará, formará o conselho do soberano, será chamado a escolher o Pontífice que deverá reinar, e esse Pontífice, como a maioria dos nossos contemporâneos, estará necessariamente mais ou menos imbuído dos princípios italianos e humanitários que iremos começar a pôr em circulação; é um pequeno grão de mostarda que confiamos à terra; mas o sol das justiças desenvolve-lo-á até ao mais alto poder, e vereis um dia que rica colheita esse pequeno grão produzirá.

“No caminho que traçamos para os nossos irmãos encontram-se grandes obstáculos a vencer, dificuldades de mais de uma natureza a superar. Triunfaremos delas pela experiência e pela perspicácia; mas o objetivo é tão bonito, que importa abrir todas as velas ao vento para alcançá-lo. Quereis sublevar a Itália? procurai o Papa cujo retrato acabamos de traçar. Quereis estabelecer o reino dos eleitos sobre o trono da prostituta da Babilônia? que o Clero marche sob o vosso estandarte, crendo sempre marchar sob a bandeira das Chaves Apostólicas. Quereis fazer desaparecer o último vestígio dos tiranos e dos opressores? estendei vossas redes como Simão Bar Jonas; estendei-as no fundo das sacristias, dos seminários e dos conventos, preferentemente ao fundo do mar: e se nada precipitardes, nós vos prometemos uma pesca mais miraculosa do que a dele. O pescador de peixes tornou-se pescador de homens; colocareis amigos nossos em torno da Cátedra apostólica. Tereis pregado uma revolução de tiara e capa, marchando com a cruz e a bandeira, uma revolução que não terá necessidade de ser senão um pouquinho aguilhada para pôr fogo nos quatro cantos do mundo.

“Que cada ato da vossa vida tenda, pois, à descoberta dessa pedra filosofal. Os alquimistas da Idade Média perderam o tempo e o ouro das suas vítimas na procura desse sonho. O das Sociedades secretas realizar-se-á pela mais simples das razões: ele está baseado nas paixões do homem. Não nos desencorajemos, pois, nem por causa de um malogro, nem por um revés, nem por uma derrota; preparemos nossas armas no silêncio das Lojas; assestemos todas as baterias, adulemos todas as paixões, assim as piores como as mais generosas, e tudo nos leva a crer que esse plano terá êxito um dia, além mesmo dos nossos mais improváveis cálculos”.

3. — FRAGMENTO DE UMA CARTA que tem por assinatura apenas um esquadro, mas que, comparada a alguns outros escritos da mesma mão, parece mesmo emanar do comitê diretor e ter uma autoridade especial. Ela é de 20 de outubro de 1821.

“Na luta agora engajada entre o despotismo sacerdotal ou monárquico e o princípio da liberdade, há conseqüências que importa sofrer, princípios que antes de tudo importa fazer

¹⁴⁵ Este escrito está datado do ano de 1819.

triunfar. Um revés estava nos acontecimentos previstos; não devemos nos entristecer além da medida; mas se esse revés não desencorajar ninguém, deverá, num determinado tempo, facilitar-nos os meios para atacar o fanatismo com mais fruto. Trata-se apenas de sempre exaltar os espíritos, e de tirar proveito de todas as circunstâncias. A intervenção estrangeira, nas questões, por assim dizer, de polícia interna, é uma arma efetiva e poderosa que é preciso saber manejar com habilidade. Na França nós nos desembaraçaremos do ramo primogênito reprovando-lhe incessantemente o fato de ter chegado nos veículos dos cossacos; na Itália é também necessário tornar impopular o nome do estrangeiro, de sorte que quando Roma estiver seriamente assediada pela Revolução um socorro estrangeiro seja antes de tudo uma afronta, mesmo para os fiéis nacionais do país. Não podemos mais marchar contra o inimigo com a audácia dos nossos pais de 1793. Somos incomodados pelas leis e mais ainda pelos costumes; mas, com o tempo, ser-nos-á permitido alcançar o objetivo no qual eles fracassaram. Nossos pais puseram muita precipitação em tudo e perderam a partida. Nós a ganharemos se, contendo as temeridades, conseguirmos fortalecer as fraquezas.

“É de insucesso em insucesso que se chega à vitória. Tende pois o olho sempre aberto sobre o que se passa em Roma. Despolarizai a padralhada através de toda espécie de meios; fazei no centro da Catolicidade o que nós todos, individualmente ou como organização, fazemos nas naves das igrejas. Agitai, criticaí com ou sem motivo, pouco importa, mas agitai. Nesta palavra encerram-se todos os elementos do sucesso. A mais bem urdida conspiração é aquela que mais se excita e que compromete a maioria das pessoas. Tende mártires, tende vítimas, sempre encontraremos pessoas que saberão dar a isso os matizes necessários”.

4. — CARTA DO JUDEU DESIGNADO NA SEITA PELO NOME DE PICCOLO-TIGRE. Ela dá aos membros da Loja dos Carbonários que Piccolo-Tigre tinha formado em Turim instruções sobre os meios a adotar para aliciar franco-maçons. Está datada de 18 de janeiro de 1822:

“Na impossibilidade em que se encontram nossos irmãos e amigos de dizer ainda sua última palavra, foi julgado bom e útil propagar por toda a parte a luz e pôr em ação tudo quanto aspira a excitar-se. É com esse objetivo que não cessamos de vos recomendar que afilieis a toda espécie de congregações, visto como o mistério aí domina, toda espécie de pessoas. A Itália está coberta de Confrarias religiosas e de Penitentes de diversos matizes. Não temais fazer introduzir sub-repticiamente alguns dos nossos no meio desses rebanhos guiados por uma devoção estúpida; que estudem com cuidado o pessoal dessas Confrarias, e verão que pouco a pouco não faltarão colheitas a fazer. Sob o mais fútil pretexto, mas jamais político ou religioso, criai vós mesmos, ou melhor ainda, fazei com que outros criem associações que tenham por objeto o comércio, a indústria, a música, as belas-artes. Reuni num ou noutro lugar, mesmo nas sacristias e nas capelas, vossas tribos ainda ignorantes; colocai-as sob o cajado de um padre virtuoso, bem conhecido, mas crédulo e fácil de corromper; infiltraí o veneno nos corações escolhidos, infiltraí-o em pequenas doses e como por acaso: depois, com a reflexão, ficareis espantados com o vosso próprio sucesso.

“O essencial é isolar o homem da sua família, fazê-lo perder os costumes. Ele está disposto, pela inclinação do seu caráter, a fugir das preocupações do lar, a correr atrás dos prazeres fáceis e das alegrias proibidas. Ele gosta das longas conversas do café, da ociosidade dos espetáculos. Atraí-o, trabalhai-o, dai-lhe uma importância qualquer; ensinaí-o discretamente a se aborrecer das ocupações diárias, e, com essa artimanha, após tê-lo separado da sua mulher e dos seus filhos, e ter-lhe mostrado como são penosos todos os deveres, inculcar-lhes-ei o desejo de uma outra existência. O homem nasce rebelde; atigai esse desejo de rebelião até ao incêndio, mas que o incêndio não se revele. É uma preparação para a grande obra que deveis começar. Quando tiverdes insinuado em algumas almas o desgosto pela família e pela religião (um vai quase sempre após o outro), deixai cair certas palavras que provocarão o desejo de ser afiliado à loja mais próxima. Essa vaidade do homem citadino e do burguês, de se entregar à franco-maçoneria, tem alguma coisa de tão banal e de tão universal que fico sempre admirado diante da estupidez humana. Espanto-me de não ver o mundo inteiro bater à porta de todos os Veneráveis, e pedir a esses senhores a honra de ser um dos operários escolhidos para a reconstrução do Templo de Salomão. O prestígio do desconhecido exerce sobre os homens um tal poder que se preparam com tremor para as fantasmagóricas provas da iniciação e do banquete fraterno.

“Ser membro de uma loja, sentir-se, afora sua mulher e seus filhos, chamado a guardar um segredo que jamais se lhe confia, é para certas naturezas uma voluptuosidade e uma ambição. As lojas podem hoje procriar glutões: elas jamais darão à luz cidadãos. Come-se demais nas casas dos T.: C.: e T.: R.: F.: de todos os Orientes; mas é um lugar de depósito, uma espécie de haras, um centro pelo qual é necessário passar antes de chegar a nós. As lojas não fazem senão um mal relativo, um mal temperado por uma falsa filantropia e por canções ainda mais falsas, como na França. Isso é muito pastoral e muito gastronômico, mas isso tem um objetivo que é preciso encorajar sem cessar. Ensinando-o a carregar a arma com o copo, apoderamo-nos assim da vontade, da inteligência e da liberdade do homem. Dispomos dele, ficamos em volta dele, estudamo-lo. Adivinhamos suas inclinações, suas afeições, suas tendências; quando ele está maduro para nós, dirigimo-lo à sociedade secreta da qual a franco-maçoneria não pode ser mais do que a antecâmara muito mal iluminada.

“A Grande Loja deseja que, sob um pretexto ou outro, introduzamos nas lojas maçônicas príncipes e ricos, tantos quantos pudermos. Os príncipes da casa soberana, que não têm a esperança legítima de serem reis pela graça de Deus, querem todos sê-lo pela graça de uma

revolução. O duque de Orleans é franco-maçom, o príncipe de Carignan também o foi. Não faltam, na Itália e alhures, os que aspiram às honras bastante modestas do avental e da colher de pedreiro simbólicos. Outros são deserdados ou proscritos. Adulai todos esses ambiciosos de popularidade; monopolizai-os para a franco-maçonaria: a Grande Loja verá depois o que poderá fazer de útil para a causa do progresso. Um príncipe que não tem reino a esperar é uma boa fortuna para nós. Há muitos nessa situação. Fazei deles franco-maçons. A loja conduzi-los-á ao carbonarismo. Virá o dia em que a Grande Loja talvez se digne de afiliá-los. Enquanto esperam, servirão de engodo para os imbecis, os intrigantes, os citadinos e os necessitados. Esses pobres príncipes farão nosso trabalho crendo que trabalham apenas para os deles. É uma magnífica bandeira, e sempre há tolos dispostos a se comprometerem no serviço de uma conspiração da qual um príncipe qualquer parece ser o arcobotante.

“Uma vez que um homem, mesmo um príncipe, sobretudo um príncipe, tiver começado a ser corrompido, estejais persuadidos de que ele não vai parar no declive. Há poucos costumes, mesmo entre os mais moralistas, e vai-se muito depressa nessa progressão. Não vos espanteis, pois, de ver as lojas florescentes, enquanto o carbonarismo recruta com dificuldade. É com as lojas que contamos para duplicar nossas fileiras; elas formam, sem o saberem, nosso noviciado preparatório. Elas discorrem sem fim sobre os perigos do fanatismo, sobre a felicidade da igualdade social, e sobre os grandes princípios de liberdade religiosa. Elas têm, entre dois festins, anátemas fulminantes contra a perseguição. É mais do que o necessário para fazer adeptos. Um homem imbuído dessas coisas não está distante de nós; resta apenas arregimentá-lo. A lei do progresso social está aí, e toda aí; não vos incomodeis em procurá-la em outro lugar. Nas circunstâncias presentes, jamais levanteis a máscara. Contentai-vos de andar em volta do aprisco católico; mas, como bons lobos, pegai na passagem o primeiro cordeiro que se oferecer nas condições desejadas. O burguês tem boas qualidades, o príncipe mais ainda. No entanto, que esses cordeiros não se transformem em raposas, como o infame Carignan. A traição do segredo é um decreto de morte, e todos esses príncipes, fracos ou relaxados, ambiciosos ou arrependidos, nos traem e nos denunciam. Felizmente eles sabiam pouca coisa, nada mesmo, e não podem colocar ninguém na pista dos nossos verdadeiros mistérios.

“Na minha última viagem à França vi com profunda satisfação que nossos jovens iniciados punham extremo ardor na difusão do carbonarismo; mas acho que precipitam um pouco demais o movimento. Segundo penso, eles fazem do seu ódio religioso demasiado ódio político. A conspiração contra a Sé Romana não deveria ser confundida com outros projetos. Estamos expostos a ver germinar no seio das sociedades secretas ambições ardentes; essas ambições, uma vez donas do poder, podem nos abandonar. A rota que seguimos não está ainda suficientemente bem traçada para livrar-nos dos intrigantes e dos tribunos. É preciso descaticizar o mundo, e um ambicioso que tenha chegado ao seu objetivo guardar-se-á de nos secundar. A revolução na Igreja é a revolução permanente, é a derrubada obrigatória dos tronos e das dinastias. Ora, um ambicioso não pode desejar essas coisas. Nós visamos mais alto e mais longe; tratemos, pois, de nos aparelhar e de nos fortificar. Conspiremos apenas contra Roma: para tanto sirvamo-nos de todos os incidentes, tiremos proveito de todas as eventualidades. Defendamo-nos principalmente dos exageros do zelo. Um bom ódio bem frio, bem calculado, bem profundo, vale mais do que todos os fogos de artifício e do que todas as declamações de tribuna. Em Paris não querem compreender isso; mas em Londres vi homens que apreenderam melhor nosso plano, que se associaram com mais fruto. Ofertas consideráveis foram-me feitas: logo teremos em Malta uma gráfica à nossa disposição. Poderemos então, impunemente, seguramente e sob a bandeira britânica, espalhar, de uma extremidade à outra da Itália, os livros, brochuras, etc., que a Loja julgar apropriado colocar em circulação”.

5. — CARTA DE NUBIUS, O CHEFE DA GRANDE LOJA, A VOLPE, datada de 3 de abril de 1824:

“Sobrecarregaram nossos ombros com um pesado fardo, caro Volpe. Devemos fazer a educação imoral da Igreja, e chegar, através de pequenos meios bem graduados, ainda que muito mal definidos, ao triunfo da idéia revolucionária através do Papa. Nesse projeto, que sempre me pareceu de um cálculo sobre-humano, caminhamos ainda tateando; mas não faz dois meses que estou em Roma e já começo a me habituar com a nova existência que me foi destinada. Primeiramente devo fazer uma reflexão enquanto vos encontrais em Forli para reerguer a coragem dos nossos irmãos: é que, seja dito entre nós, encontro nas nossas fileiras muitos oficiais e poucos soldados. Há homens que fazem misteriosamente, ou a meia voz, ao primeiro passante, semi-confidências com as quais nada traem, mas também pelas quais, para ouvidos inteligentes, poderiam muito bem deixar adivinhar tudo. É a necessidade de inspirar o temor ou a inveja a um vizinho ou a um amigo que leva alguns dos nossos irmãos a essas culpáveis indiscrições. O sucesso da nossa obra depende do mais profundo mistério, e nas lojas devemos encontrar o iniciado, como o cristão da *Imitação*, sempre pronto a “amar ser desconhecido e a ser tido por nada”. Não é para vós, fidelíssimo Volpe, que me permito editar esse conselho; não presumo que pudésseis ter necessidade dele. Como nós, deveis conhecer o preço da discrição e do esquecimento de si mesmo em face dos grandes interesses da humanidade; mas, no entanto, se, feito o exame de consciência, vos julgásseis em contravenção, eu vos rogaria de refletir bem nisso, porque a indiscrição é a mãe da traição.

“Há uma certa parte do clero que cai no laço das nossas doutrinas com uma vivacidade maravilhosa: é o padre que não terá outro emprego que não dizer a missa, outro passatempo que não o de esperar num café que soem duas horas após a *Ave Maria* para ir dormir. Esse padre, o maior ocioso de todos os ociosos que a Vida eterna encobre, parece-me ter sido criado para servir de instrumento às sociedades secretas. Ele é pobre, ardente, desocupado, ambicioso; ele se sabe deserdado dos bens deste mundo; ele se crê por demais afastado do sol do favor para poder aquecer seus membros, e ele tiritia de frio na sua miséria, murmurando contra a injusta repartição das honras e dos bens da Igreja. Começamos a utilizar esses surdos descontentamentos que a incúria nativa com dificuldade ousava reconhecer. A esse ingrediente dos padres estáticos, sem funções e sem nenhum outro caráter além de um manto tão deteriorado quanto o chapéu que perdeu toda espécie de forma primitiva, acrescentamos, tanto quanto possível, uma mistura de padres corsos e genoveses que chegam a Roma com a tiara na valise. Depois que Napoleão viu o dia na ilha deles, não há um desses corsos que não se creia um Bonaparte pontifício. Essa ambição, que agora tem sua vulgaridade, tem sido favorável a nós; ela nos tem aberto caminhos que provavelmente teriam permanecido desconhecidos durante muito tempo. Ela serve para consolidar, aclarar a via na qual caminhamos, e suas queixas, enriquecidas com todos os comentários e todas as maldições, oferecem-nos pontos de apoio com os quais jamais teríamos sonhado.

“A terra fermenta, o germe se desenvolve, mas a colheita ainda está bem distante”.

6. — FRAGMENTO DE UMA CARTA DE NUBIUS AO JUDEU PRUSSIANO KLAUSS.

“Algumas vezes passo uma hora da manhã com o velho cardeal della Somaglia, o Secretário de Estado; passeio a cavalo seja com o duque de Laval, seja com o príncipe Cariatí; vou, após a missa, beijar a mão da bela princesa Doria, ocasião em que encontro muito freqüentemente o bom Bernetti; dali corro à casa do cardeal Pallotta, um Torquemada moderno que não desonra nosso espírito de invenção; depois visito nas suas células o procurador-geral da Inquisição, o dominicano Jabalot, o teatino Ventura ou o franciscano Orioli. À noite começo na casa de outros essa vida de ociosidade tão bem ocupada aos olhos do mundo e da corte; no dia seguinte reinício essa cadeia eterna. (Aqui isto se chama fazer andar as coisas). Num país

em que a só imobilidade é uma profissão e uma arte, é fato, no entanto, que os progressos da causa são sensíveis. Não contamos os padres ganhos, os jovens religiosos seduzidos, não o poderíamos, eu não o quereria; mas há indícios que quase não enganam o olhos exercitados, e sente-se de longe, de muito longe, o movimento que começa. Por felicidade nós não temos como herança a petulância dos franceses. Nós queremos deixar amadurecer antes de explorar; é a única maneira de agir com segurança. Tendes freqüentemente falado em vir ajudar, quando o vazio se produzir na bolsa comum. Essa hora é chegada *in questa Dominante*. Para trabalhar na futura confecção do Papa não temos mais um papalino, e sabeis pela experiência que o dinheiro é por toda a parte, e aqui, principalmente, o nervo da guerra. Conto-vos novidades que vos alegrarão a alma; em troca, colocai à nossa disposição táleres, e muitos táleres. É a melhor artilharia para atacar a sé de Pedro”.

7. — CARTA DE NUBIUS A VINDICE, após a execução de Targhini e de Montanari, em 23 de novembro de 1825:¹⁴⁶

¹⁴⁶ “A Comissão especial nomeada pelo Nosso Santo Padre o Papa Leão XII, felizmente reinante, e presidida por Monsenhor Thomas Bernetti, governador de Roma, reuniu-se esta manhã, três horas antes do meio dia, numa das salas do palácio do governo, para julgar o crime de lesa-majestade e de ferimentos com traição e outras circunstâncias agravantes de que são acusados: Angelo Targhini, nativo de Brescia, domiciliado em Roma; Leonidas Montanari, de Cesano, cirurgião em Rocca di Papa; Pompeo Garofolini, romano, advogado (*legal*); Luigi Spadoni, de Forlì, anteriormente soldado de tropas estrangeiras, depois camareiro; Ludovico Gasperoni, de Fussignano, da província de Ravena, estudante de direito; Sebastiano Ricci, de Cesano, doméstico sem colocação, todos maiores de idade.

“Tendo sido aberta a discussão, após as orações de costume e a invocação do santíssimo Nome de Deus, foi feito o relatório da causa, segundo o teor do processo e o sumário preliminarmente distribuído. O advogado fiscal e o procurador-geral desenvolveram os pontos da legislação e as Constituições que concernem aos atentados de que se cuida.

“O advogado dativo apresentou os motivos da defesa, tanto oralmente quanto através de memoriais precedentemente distribuídos.

“A Comissão especial, após ter maduramente considerado os resultados do processo, as razões da defesa e o dispositivo das leis declarou:

“Que Angelo Targhini, durante sua reclusão por homicídio, cometido em 1819 contra a pessoa de Alexandre Corsi, imiscuiu-se em tudo quanto tinha relação com sociedades secretas proibidas, em seguida agregou-se à seita dos carbonários, e enfim tornou-se seu fundador na própria capital, desde que pôde para cá retornar;

“Que após ter feito alguns prosélitos, estes, na sua maioria, não freqüentaram muito essa Sociedade, na qual ele figurava como chefe e ademais como déspota, como referem seus próprios companheiros;

“Que após ter envidado, com seus outros co-acusados, todos os esforços para levá-los de volta à dita seita e freqüentá-la para que ela pudesse ulteriormente progredir, resolveu atemorizar através de algum exemplo terrível os indivíduos que se tinha separado: formou, pois, o projeto de assassinar alguns dentre eles pela via da traição;

“Que na noite de 4 de junho último, com o desígnio bem determinado de pôr seu plano em execução, o dito Targhini fez uma visita a um desses indivíduos na sua residência, e tendo-o feito sair sob algum pretexto, conduziu-o a um hotel, onde beberam juntos, e daí, sempre com modos amigáveis, até a rua que dá para a praça de Sant’Andrea della Valle, na qual esse homem, sem desconfiar, recebeu, de súbito e por trás, no lado direito, um golpe de estilete que o feriu gravemente, da mão de Leonidas Montanari, que lá se colocara de emboscada para aguardar a passagem deles; que mais ou menos à mesma hora em que Targhini chegou à casa desse indivíduo, Pompeo Garofolini e Luigi Spadoni foram à casa de um outro afiliado da seita, que igualmente não a freqüentava mais; e enquanto um permanecia na rua, o outro subiu à casa indicada, igualmente com o desígnio, como se pretende, de fazê-lo sair para que fosse assassinado, coisa que felizmente não aconteceu porque este, encontrando-se indisposto, tomava naquele momento um banho de pés;

“Que no mesmo tempo e no mesmo momento em que Targhini saía da sua casa com Montanari, e imediatamente após eles Spadoni e Garofolini, saía também Ludovico Gasperoni e Sebastiano Ricci, todos eles preliminarmente reunidos;

“Assisti, com toda a cidade, à execução de Targhini e de Montanari; mas gosto mais da morte deles do que das suas vidas. A conjuração que loucamente prepararam a fim de inspirar o terror não podia ter êxito; quase nos comprometeu; assim, a morte deles resgata esses pecadilhos. Eles tombaram com coragem, esse espetáculo frutificará. Gritar como um possesso, na praça do Povo, em Roma, na cidade-mãe do Catolicismo, em face do carrasco que vos segura e do povo que vos olha, que se morre inocente, franco-maçom e impenitente, é admirável; tanto mais admirável por ser a primeira vez que semelhante coisa acontece. Montanari e Targhini são dignos do nosso martirológio, posto que não se dignaram de aceitar nem o perdão da Igreja, nem a reconciliação com o Céu. Até esse dia, os pacientes, depositados em capelas, choravam de arrependimento a fim de tocar a alma do Vigário das misericórdias; aqueles nada desejaram compreender das felicidades celestes, e sua morte de reprovados produziu um efeito mágico sobre as massas. É uma primeira proclamação das sociedades secretas e uma tomada de posse das almas.

“Temos, pois, mártires. A fim de pregar uma peça à polícia de Bernetti, fiz depositar flores, e muitas flores, no fosso em que o carrasco escondeu seus restos. Adotamos disposições para as conseqüências. Temíamos ver nossos domésticos comprometidos ao fazerem esse trabalho; encontram-se aqui ingleses e jovens senhoritas romanticamente antipapistas, e foi a eles que encarregamos dessa piedosa peregrinação. A idéia pareceu a mim tão feliz quanto aos sobreditos jovens louros. Essas flores, lançadas durante a noite aos cadáveres proscritos, farão germinar o entusiasmo da Europa revolucionária. Os mortos terão seu Panteão; depois irei, de dia, levar a Monsenhor Piatti meu cumprimento de condolências. Esse pobre homem perdeu suas duas almas de carbonários. Ele empregou toda a sua tenacidade de padre para confessá-los, e foi vencido. Devo a mim mesmo, ao meu nome, à minha posição, e sobretudo ao nosso porvir, o deplorar com todos os corações católicos esse escândalo, inaudito em Roma. Eu o deplorarei tão eloqüentemente que espero enternecer o próprio Piatti. A propósito das flores, mandamos pedir ao poeta Casimir Delavigne, através de um dos nossos mais inocentes afiliados da franco-maçonaria, uma *Messénienne* sobre Targhini e Montanari. Esse poeta, que vejo freqüentemente no mundo das artes e dos salões, é um bom homem: ele prometeu, pois, chorar uma homenagem para os mártires e fulminar um anátema contra os carrascos. Os carrascos serão o Papa e os padres. Os correspondentes ingleses também farão maravilhas, e conheço mais de um aqui que fez soar o clarim épico em honra da coisa.

“É bem, no entanto, uma obra muito má fazer assim heróis e mártires. A multidão é tão impressionável diante da cutelo que corta a vida; ela passa tão rapidamente, essa multidão, de uma emoção a outra; ela se prende tão rapidamente a admirar aqueles que afrontam com audácia o supremo instante, que, depois desse espetáculo, sinto-me eu mesmo inteiramente desconcertado e pronto a fazer como a multidão. Essa impressão, de que não posso me defender, e que fez tão rapidamente perdoar aos dois supliciados seu crime e sua impenitência final, conduziu-me a reflexões filosóficas, médicas e pouco cristãs, que serão necessárias talvez utilizar um dia.

“Um dia, se triunfamos e se, para eternizar nosso triunfo, for preciso que algumas gotas de sangue, não se deve conceder às vítimas designadas o direito de morrer com dignidade e firmeza. Semelhantes mortos não são bons senão para manter o espírito de oposição e para

“Que, reunindo essas circunstâncias e outras não menos notáveis desses fatos, os quais se encontram ao longo do processo, não se pode deixar de concluir que precedentemente os co-acusados não tivessem premeditado a execução do crime que foi realizado apenas na pessoa de um só dos indivíduos designados;

“Que em seguida a Comissão especial, considerando a gravidade tanto desse crime quando daquele de lesa-majestade e as provas que se reuniram contra o ditos co-acusados, julga e condena por unanimidade Angelo Targhini e Leonidas Montanari à pena de morte; Luigi Spadoni e Pompeo Garofolini às galeras perpétuas; Ludovico Gasperoni e Sebastiano Nicci às galeras por dez anos”.

dar ao povo mártires cujo sangue frio ele sempre gosta de ver. É um mau exemplo; aproveitamo-nos disso hoje; mas creio útil fazer minhas reservas para os casos ulteriores. Se Targhini e Montanari, de uma maneira ou de outra (a química tem receitas tão maravilhosas!) tivessem subido ao cadafalso abatidos, ofegantes e desencorajados, o povo não teria tido piedade. Eles foram intrépidos, o mesmo povo guardará deles preciosa lembrança. Aquele dia será uma efeméride para ele. Seja inocente, o homem que se leva ao cadafalso não é mais perigoso. Que ele suba de pé firme, que ele contemple a morte com um rosto impassível, ainda que criminoso terá o favor das multidões.

“Não nasci cruel; jamais terei, espero, a glotoneria sanguinária; mas quem quer o fim quer os meios. Ora, digo que, num determinado caso, não podemos, mesmo no interesse da humanidade, deixar-nos encher de mártires. Não credes que, na presença dos cristãos primitivos, os Césares teriam feito melhor se tivessem enfraquecido, atenuado, confiscado, em benefício do Paganismo, todas as heróicas tentações do céu, do que deixar provocar o fervor do povo através de um belo fim? Não teria mais valido medicar a força de alma pelo embrutecimento do corpo? Uma droga bem preparada, ainda melhor administrada, e que debilitasse o paciente até à prostração, seria, segundo penso, de um efeito salutar. Se os Césares tivessem empregado os Locustes do tempo deles nesse comércio, estou persuadido de que o nosso velho Júpiter Olímpio e todos os seus pequenos deuses de segunda ordem não teriam sucumbido tão miseravelmente. A chance do Cristianismo não teria sido, certamente, tão bela. Chamavam seus apóstolos, seus padres, suas virgens, para morrer pelos dentes dos leões no anfiteatro ou nas praças públicas, sob o olhar de uma multidão atenta. Seus apóstolos, seus padres, suas virgens, movidos por um sentimento de fé, de imitação, de proselitismo ou de entusiasmo, morriam sem empalidecer e cantando hinos de vitória. Era de dar inveja imolar-se assim, e isso foi verificado através daqueles caprichos. Os gladiadores não procriavam gladiadores? Se esses pobres Césares tivessem tido a honra de fazer parte da Grande Loja, eu lhes teria pedido simplesmente que dessem aos mais afoitos dos neófitos uma poção segundo a receita, e não se teriam contado novas conversões, porque não se teriam encontrado mais mártires. Não há, como efeito, êmulos por cópia ou por atração, quando se arrasta sobre o cadafalso um corpo sem movimento, uma vontade inerte e olhos que choram sem enternecer. Os Cristãos foram muito prontamente populares, porque o povo ama tudo o que o toca. Se ele tivesse visto a fraqueza, o medo, sob um envoltório trêmulo e suando de febre, ele se teria posto a assobiar, e o Cristianismo teria acabado no terceiro ato dessa tragicomédia.

“É por princípio de humanidade política que creio dever propor tal meio. Se se tivesse condenado Targhini e Montanari a morrer como covardes, se se tivesse auxiliado essa sentença com algum ingrediente de farmácia, Targhini e Montanari seriam, neste momento, dois miseráveis assassinos, que não teriam sequer ousado encarar a morte de frente. O povo os teria em profundo desprezo, e os esqueceria. Em vez disso, ele admira, apesar dele, essa morte em que a fanfarrice é apenas a metade, mas na qual a falta do governo pontifical fez o resto em nosso proveito. Gostaria, pois, que em caso de urgência ficasse bem decidido que não agiríamos assim. Não vos presteis a tornar a morte do cadafalso gloriosa e santa, altaneira ou feliz, e não tereis freqüentemente necessidade de matar.

“A Revolução francesa, que teve tantas coisas boas, enganou-se a esse respeito. Luís XVI, Maria Antonieta e a maior parte das hecatombes da época são sublimes pela resignação e pela grandeza de alma. Sempre nos lembraremos (e minha velha avó mais de uma vez me fez chorar quando me contava isso) sempre nos lembraremos dessas damas que desfilavam diante da princesa Elisabete ao pé da guilhotina, fazendo-lhe uma profunda reverência, como no círculo da corte de Versalhes; não é disso que precisamos. Em dada circunstância, arranjemos para que um Papa e dois ou três Cardeais morram como mulheres velhas, com todos os

transes da agonia e nos pavores da morte, e paralisareis os arrebatamentos de imitação. Poupais o corpo, mas matais o espírito.

“É a moral que nos importa atingir; é, pois, o coração que devemos ferir. Conheço tudo quanto se pode objetar contra semelhante projeto; mas, tudo bem considerado, as vantagens sobrepujam os inconvenientes. Se o segredo for fielmente guardado, vereis oportunamente a utilidade desse novo gênero de medicamento. Uma pequena pedra mal posicionada na bexiga foi suficiente para reduzir Cromwel: que seria preciso para enfraquecer o homem mais robusto, mostrá-lo sem energia, sem vontade e sem coragem nas mãos dos executores? Se ele não tem a força para colher a palma do martírio, não há auréola para ele, por conseguinte, nada de admiradores ou de neófitos. Cortamos rente tanto uns quanto outros e será um grande pensamento de humanidade revolucionária que nos terá inspirado semelhante precaução. Eu a recomendo *en memento*”.

8. — CARTA DE FELICE, escrita de Ancona, em 2 de junho de 1829, após a publicação da Encíclica de Pio VIII, em data de 24 de maio de 1829. A Grande Loja, ao lê-la, creu-se traída.¹⁴⁷

¹⁴⁷ “É nosso dever, veneráveis Irmãos, dirigir vossas preocupações para essas Sociedades secretas de homens facciosos, inimigos declarados do Céu e dos príncipes, que se aplicam em desolar a Igreja, em perder os Estados, em perturbar todo o universo, e que, quebrando o freio da verdadeira fê, abrem caminho a todos os crimes. Esforçando-se por ocultar, sob a religião de um tenebroso juramento, e sob a iniquidade de suas assembléias, e sob os desígnios que nelas formam, eles têm só por isso oferecido justas suspeitas nesses atentados que, para a infelicidade dos tempos, saíram como que do poço do abismo e explodiram para grande prejuízo da Religião e dos Impérios. Assim, os Soberanos Pontífices nossos predecessores, Clemente XII, Bento XIV, Pio VII, Leão XII, aos quais sucedemos, apesar da nossa indignidade, feriram sucessivamente de anátema essas Sociedades secretas, qualquer que fosse seu nome, através de Cartas Apostólicas cujas disposições confirmamos com toda a plenitude do nosso poder, querendo que elas sejam inteiramente observadas. Trabalharemos com todo nosso poder para que a Igreja e a coisa pública não sofram os complôs dessas seitas, e conclamaremos para essa grande obra vosso concurso quotidiano, a fim de que, revestidos com a armadura do zelo e unidos pelos laços do espírito, sustentemos valentemente nossa causa comum, ou melhor, a causa de Deus, para destruir essas muralhas atrás das quais se entrincheiram a impiedade e a corrupção dos homens perversos.

“*Dentre todas essas sociedades secretas, resolvemos assinalar-vos uma recentemente formada, e cujo objetivo é corromper a juventude educada nos ginásios e nos liceus.* Como é sabido que os preceitos dos mestres são todopoderosos para formar o coração e o espírito dos seus alunos, dirigem-se todas as espécies de cuidados e de intrigas para dar à juventude mestres depravados, que a conduzam pelos caminhos de Baal através das doutrinas que não são segundo Deus.

“Daí vem que vemos gemendo esses jovens chegados a tal licenciosidade, que, tendo sacudido todo o temor da Religião, banido a regra dos costumes, desprezado as santas doutrinas, pisado aos pés os direitos de um e de outro poder, não enrubescem mais diante de nenhuma desordem, de nenhum erro, de nenhum atentado; de maneira que bem se pode dizer deles, com São Leão, o Grande: “Sua lei é a mentira, seu deus é o demônio, e seu culto é o que há de mais vergonhoso”. Afastai, veneráveis Irmãos, todos esses males das vossas dioceses, e cuidai, por todos os meios que estejam em vosso poder, pela autoridade e pela suavidade, para que homens distintos não somente nas ciências e nas letras, mas ainda pela pureza de vida e pela piedade, sejam encarregados da educação da juventude.

“Como cada dia vê crescer de uma maneira espantosa esses livros tão contagiantes e em favor dos quais a doutrina dos ímpios se insinua como uma gangrena em todo o corpo da Igreja, velai por vosso rebanho, e ponde tudo em prática para afastar dele essa peste dos maus livros, dentre todas a mais funesta. Lembrai com freqüência às ovelhas de Jesus Cristo que vos são confiadas essas advertências de Pio VII, nosso mui santo predecessor e benfeitor, que elas não encarem como salutareis senão as pastagens às quais a voz e a autoridade de Pedro as conduzirem, que elas não se alimentem senão aí, que elas considerem nocivo e contagiante tudo o que essa voz lhes indicar como tal, que elas disso se afastem com horror, e que elas não se deixem seduzir por nenhuma aparência nem enganar por nenhum encanto”.

“É preciso suspender a ação momentaneamente e conceder às suspeitas do velho Castiglioni¹⁴⁸ o tempo de se acalmarem. Ignoro se alguma indiscrição foi cometida, e se, apesar de todas as nossas precauções, algumas de nossas cartas tenham caído nas mãos do cardeal Albani. Essa raposa austríaca, que não vale o leão de Fermo mais do que Bernetti, não nos deixará em repouso. Ambos se encarniçam sobre os carbonários; eles os perseguem, eles os encurralam de comum acordo com Metternich; e essa caça, na qual eles se sobrepujam, pode muito inocentemente conduzi-los à nossa pista. A Encíclica brama e precisa com tanta certeza, que devemos temer por ciladas, seja da parte de Roma, seja mesmo dos falsos irmãos. Aqui não estamos habituados a ver o Papa se exprimir com tanta resolução. Essa linguagem não está em uso nos palácios apostólicos: para que a tenha empregado nessa circunstância solene, é preciso que Pio VIII tenha obtido algumas provas da conjuração. Cabe àqueles que estão nesses lugares vigiar com maior cuidado ainda pela segurança de todos; mas, em presença de uma declaração de guerra assim tão explícita, eu gostaria que fosse julgado oportuno depor as armas por um momento.

“A independência e a unidade da Itália são quimeras, como a liberdade absoluta cujo sonho alguns dentre nós perseguem em abstrações impraticáveis. Tudo isso é um fruto que jamais será dado ao homem colher; mas, quimera mais seguramente do que realidade, isso produz um certo efeito sobre as massas e sobre a juventude efervescente. Sabemos a que nos restringirmos acerca desses dois princípios; eles são vazios e permanecerão sempre vazios: no entanto, é um meio de agitação, não devemos pois privar-nos dele. Agitai com murmúrios, inquietai a opinião, mantende o comércio em cheque: sobretudo, jamais apareçais. É o mais eficaz dos meios para colocar em suspeita o governo pontifício. Os padres são confiantes porque acreditam que dominam as almas. Mostrai-os suspeitos e pérfidos. A multidão sempre teve uma extrema propensão para as mentiras. Enganai-a: ela gosta de ser enganada; mas nada de precipitação, e sobretudo nada de tomar em armas. Nosso amigo de Osimo, que sondou o terreno, afirma que devemos bravamente fazer nossa Páscoa e assim adormecer a vigilância da autoridade.

“Supondo que a Corte romana não tenha nenhuma suspeita do nosso comércio, pensais que a atitude dos furiosos do carbonarismo não pode, de um momento para outro, colocá-la na nossa pista? Brincamos com o fogo, mas não deve ser para que nos queimemos. Se, à força de mortes e de jactância liberal os carbonários jogam nos braços da Itália uma nova *impresa*, não devemos temer um comprometimento? A fim de dar ao nosso plano toda a extensão que ele deve ter, devemos agir silenciosamente, na surdina, ganhar terreno pouco a pouco e jamais perdê-lo. O clarão que acaba de brilhar do alto da loja vaticana pode anunciar uma tempestade. Estamos em condições de evitá-la? essa tempestade não retardará nossa colheita? Os carbonários agitam-se em mil propósitos estéreis; cada dia eles profetizam uma desordem universal. É o que nos porá a perder; porque então os partidos estarão mais separados e será necessário optar a favor ou contra. Dessa escolha nascerá inevitavelmente uma crise, e dessa crise um adiamento ou males imprevisíveis”.

9. — CARTA DE NUBIUS A VINDICE, após as insurreições de fevereiro de 1831 e de janeiro de 1832.

“Zucchi, Sercognani, Armandi e todos os nossos velhos arrastadores de sabres do Império agiram como verdadeiros escolares em férias. Tiveram a fé num martírio estéril, ou melhor, quiseram fazer resplandecer ao sol as dragonas que fizeram oferecer a si mesmos pelas Lojas maçônicas das Legações. Esses empreendimentos temerários, acerca dos mais sempre me foi impossível augurar algo de bom, tiveram pelo menos uma vantagem. Eles levam para o exílio

¹⁴⁸ O cardeal Castiglioni acabava de ser nomeado papa sob o nome de Pio VIII.

uma multidão de fanáticos sem inteligência, que nos comprometiam aqui e que queimam de vontade de saber se o pão do estrangeiro é tão amargo quanto Dante o pretende. Afirmo que esses heróis, que se destinam a fugir, não serão da opinião do poeta. A escadaria do estrangeiro não lhes parecerá mais difícil de subir do que a do Capitólio. Apenas, em alguns meses, ser-nos-ão enfim úteis para alguma coisa. Nós nos serviremos das lágrimas reais da família e das presumidas dores do exílio para fazer da anistia uma arma popular para nós. Nós a pediremos sempre, felizes em obtê-la o mais tarde possível; mas nós a pediremos em altos brados.

“Nossos oito anos de trabalhos internos produziram felizes frutos. Para peitos tão exercitados como os nossos, começava-se a sentir que o ar não circulava tão livremente assim ao redor da Igreja. Minha orelha, sempre levantada como a de um cão de caça, recolhia com volúpia suspiros da alma, propósitos involuntários, que escapavam da boca de certos membros influentes da família clerical. A despeito das bulas de excomunhão e das encíclicas, eram nossos de coração, senão de corpo. O *Memorandum* teria terminado a obra pelo desenvolvimento das suas conseqüências inglesas e naturais.¹⁴⁹ Sintomas de mais de uma

¹⁴⁹ *Memorandum*:

1. — “Parece aos representantes das cinco Potências que, quanto à Igreja, trata-se, no interesse geral da Europa, de *dois pontos fundamentais*: 1º que o governo desse Estado esteja assentado em bases sólidas para os *melhoramentos* meditados e anunciados pela própria Sua Santidade desde o início do seu reinado; 2º que os melhoramentos, os quais, segundo a expressão do edito de Sua Excelência o Monsenhor Cardeal Bernetti, fundarão uma nova era para os súditos da Santa Sé, sejam, através de uma *garantia interior*, postos ao abrigo das mudanças inerentes à natureza de qualquer governo eletivo.

2. — “Para alcançar esse objetivo salutar, coisa que, em razão da posição geográfica e social do Estado da Igreja, é de um interesse europeu, parece indispensável que a declaração orgânica de Sua Santidade parta de dois princípios vitais:

“1º Da aplicação dos melhoramentos em questão não somente às províncias em que a revolução estourou, mas também àquelas que permaneceram fiéis, e à capital;

“2º Da admissão geral dos leigos nas funções administrativas e judiciárias.

“3. — Os melhoramentos parecem mesmo dever primeiramente abarcar o sistema judiciário e o da administração municipal e provincial.

“A. Quanto à ordem judiciária, parece que a execução inteira e o desenvolvimento conseqüente das promessas e dos princípios do motu proprio de 1816 apresentam os meios mais seguros e eficazes de corrigir os gravames tão genéricos relativos a essa parte tão interessante da organização social.

“B. Quanto à administração local, parece que o restabelecimento e a organização geral das municipalidades eleitas pela população, e a fundação de franquias municipais, que regularia a ação dessas municipalidades nos interesses locais das comunas, deveria ser a base indispensável de todo melhoramento administrativo.

“Em segundo lugar, a organização dos conselhos provinciais, seja de um conselho administrativo permanente destinado a auxiliar o governador da província na execução de suas funções com atribuições convenientes, seja de uma reunião mais numerosa, tirada sobretudo do seio das novas municipalidades e destinada a ser consultada acerca dos interesses mais importantes da província, parece extremamente útil para conduzir à melhoria e simplificação da administração, para controlar a administração da comuna, para estabelecer os impostos e para esclarecer o governo acerca das verdadeiras necessidades da província.

“4. — A importância imensa de um estado regrado das finanças e de uma administração semelhante da dívida pública que daria a garantia tão desejável para o crédito financeiro do governo, e contribuiria essencialmente para aumentar seus recursos e assegurar sua independência, parece tornar indispensável um *estabelecimento central* na Capital, encarregado, como Corte suprema das contas, do controle da contabilidade do serviço anual de cada ramo da administração civil e militar, e da supervisão da dívida pública, com atribuições correspondentes ao grande e salutar objetivo que se propõe alcançar.

“Mais uma tal instituição porte o caráter de independência e a marca da íntima união entre o governo e o país, mais ela corresponderá às intenções benfazejas do Soberano e à expectativa geral.

“Parece que, para atingir esse objetivo, pessoas deveriam ter lugar nessa Corte, escolhidas pelos conselhos locais, e formando, com os conselheiros do governo, uma *junta* ou *consulta administrativa*. Semelhante junta formaria ou

espécie, cuja gravidade situava-se mais no fundo do que na forma, mostravam-se como pesadas nuvens precursoras de uma tempestade. Pois bem! todos esses sucessos, preparados de tão longa data, encontram-se comprometidos por miseráveis expedições, que terminam ainda mais deploravelmente do que começaram. O pequeno Mamiani, com sua poesia e suas brochuras, Pietro Ferretti, com os negócios ruins que procura esconder, Orioli, com seu instinto belicoso acalmando-se ao primeiro tiro de canhão, afastam de nós, pelo menos por dez anos, o sacerdócio. Diz-se ao padre que se quer mal à Igreja, ao Papa, ao Sacro Colégio, à Prelazia etc. Ora, o padre, enquanto padre, olha todos esses bens, todas essas honras como patrimônio seu, o padre se põe a refletir. O Liberalismo apresenta-se a ele com aspectos de um inimigo implacável, o padre declara ao Liberalismo uma guerra de morte. Assim, vede o que acontece. Dir-se-ia que o Cardeal Bernetti tem a intuição dos nossos planos, porque as ordens emanadas dele, e que me são comunicadas, trazem todas a recomendação de pôr os monges à testa das populações e de engajá-los no combate contra os rebeldes. Monges e curas obedecem: o povo segue lançando gritos de vingança. Um bispo fez melhor. Armado com duas pistolas à cintura, ele marchou contra os insurrectos, e podia matar seu irmão na confusão. Gosto muito dessa evocação de Caim e Abel. Do ponto de vista dos ódios da família ela tem seu lado bonito: mas é incompatível com os nossos planos.

“Os franceses parecem ter nascido para nossa infelicidade. Eles nos traem ou nos comprometem. Quando poderemos retomar agora, de cabeça fria, a obra em torno da qual tínhamos reunido tantos elementos de sucesso?”

10. — CARTA DE MALEGARI endereçada de Londres ao Doutor Breidenstein, em 1835.

“Formamos uma associação de irmãos em todos os pontos do globo; temos propósitos e interesses comuns: tendemos todos à libertação da humanidade; queremos quebrar toda espécie de jugo, e um há que não vemos, que sentimos com dificuldade e que pesa sobre nós. De onde vem ele? Ninguém o sabe, ou pelo menos ninguém o diz. A associação é secreta, mesmo para nós, os veteranos das associações secretas. Exigem de nós coisas que, algumas vezes, são de fazer arrepiar os cabelos; acreditaríeis que me informam de Roma que dois dos nossos, bem conhecidos pelo ódio ao fanatismo, foram obrigados, por ordem do chefe supremo, a se ajoelharem e comungar na última Páscoa? Não discuto minha obediência, mas garanto que gostaria muito de saber aonde nos conduzirão tais fingimentos”.

11. — CARTA DE NUBIUS A BEPPO, de 7 de abril de 1836.

“Sabeis que Mazzini julgou-se digno de cooperar conosco na obra mais grandiosa dos nossos dias. A Loja Suprema não decidiu assim. Mazzini tem demasiadamente os modos de um conspirador de melodrama para que convenha ao papel obscuro que nos resignamos a representar até o dia do triunfo. Mazzini gosta de falar de muitas coisas, sobretudo dele. Ele não pára de escrever que ele derruba os tronos e os altares, que ele torna os povos produtivos, que ele é o profeta do humanitarismo etc., etc., e tudo isso se reduz a algumas miseráveis derrotas ou a assassinatos de tal modo vulgares que eu expulsaria imediatamente um dos meus lacaios se ele se permitisse de me desfazer de um dos meus inimigos com meios tão vergonhosos. Mazzini é um semideus para os tolos, diante dos quais ele tenta fazer proclamar-

não parte de um *conselho de Estado*, cujos membros seriam nomeados pelo Soberano entre as notabilidades de nascença, de fortuna e de talentos do país.

“Sem um ou vários estabelecimentos centrais dessa natureza, intimamente ligados às notabilidades do país rico de elementos aristocráticos e conservadores, parece que a natureza de um governo eletivo necessariamente suprimiria dos melhoramentos que formarão a glória eterna do Pontífice reinante *aquela estabilidade* cuja necessidade é geral e poderosamente sentida, e se-lo-á tanto mais vivamente quanto os favores do Pontífice forem grandes e preciosos”.

se o pontífice da fraternidade, da qual ele será o deus italiano. Na esfera em que ele age, esse pobre José não passa de um ridículo; para que ele seja um animal feroz completo sempre lhe faltarão as garras.

“É o *burguês gentil-homem* das sociedades secretas que meu caro Molière não teve a oportunidade de entrever. Deixemo-lo espalhar boatos nos cabarés do lago Léman ou esconder nos lupanares de Londres sua importância e sua vacuidade real. Que ele fale ou que ele escreva: que fabrique bem a seu gosto, com os velhos detritos da insurreição ou com seu general Ramorino *jovens Itálias, jovens Alemanhas, jovens França, jovens Polônias, jovens Suíças* etc., etc. Se isso pode servir de elemento ao seu insaciável orgulho, não nos opomos; mas fazei-o compreender, arranjando os termos segundo vossas conveniências, que a associação da qual ele falou não mais existe, se é que algum dia existiu; que vós não a conheceis, e que, no entanto, deveis declarar-lhe que, se ela existisse, ele teria com toda a certeza tomado o pior caminho para entrar aí. Admitida a sua existência, essa Loja está evidentemente acima de todas as outras; é a São João de Latrão, *caput et mater omnium ecclesiarum*. Para ela foram chamados apenas os eleitos julgados dignos de serem aí introduzidos. Até esse dia Mazzini teria sido excluído dela: não pensa ele que se metendo pela metade, pela força ou pela artimanha, num segredo que não lhe pertence ele se expõe a perigos que já fez correr a mais de um?

“Arrumai esse último pensamento ao vosso gosto; mas passai-o ao grande padre do punhal, e eu, que conheço sua consumada prudência, garanto que esse pensamento produzirá seu efeito sobre o rufião”.

12. — CARTA DE VINDICE, ESCRITA DE CASTELLAMARE, A NUBIUS, em 9 de agosto de 1838. Aí ele desenvolve o plano da Grande Loja.

“Os assassinatos de que os nossos se tornam culpados ora na França, ora na Suíça, e sempre na Itália, constituem para nós uma vergonha e um remorso. É o berço do mundo explicado pelo apólogo de Caim e Abel; e estamos progredindo bastante para que nos contentemos com semelhantes meios. De que serve um homem morto? Para atemorizar os tímidos e afastar de nós todos os corações audaciosos. Nossos predecessores no Carbonarismo não compreendiam o poder que tinham. Não é com o sangue de um homem isolado, nem mesmo de um traidor, que ele deve ser exercido, mas sobre as massas. Não individualizemos o crime; a fim de crescer até às proporções do patriotismo e do ódio à Igreja, devemos generalizá-lo. Que representam para o mundo alguns cadáveres desconhecidos, jogados na rua pela vingança das Sociedades secretas? que importa ao povo que o sangue de um operário, de um artista, de um gentil-homem ou mesmo de um príncipe tenha corrido em virtude de uma sentença de Mazzini ou de alguns dos seus sicários que brincam seriamente de *Sainte-Vehme*?¹⁸ O mundo não tem tempo de prestar atenção aos últimos gritos da vítima; ele passa e esquece. Somos nós, meu Nubius, somente nós podemos suspender sua caminhada. O Catolicismo não tem mais medo de um estilete bem afiado do que a monarquia; mas essas duas bases da ordem social podem desmoronar sob a corrupção; jamais nos cansemos de corromper. Tertuliano dizia com razão que o sangue dos mártires fazer nascer cristãos. Está decidido nos nossos conselhos que não queremos mais cristãos: não façamos, pois, mártires; mas popularizemos o vício nas multidões. Que elas o respirem pelos cinco sentidos, que elas se saturem dele; e essa terra, que o Aretino semeou, estará sempre disposta a receber ensinamentos lúbricos. Formai corações viciosos e não tereis mais católicos. Afastai o padre do trabalho, do altar e da virtude; procurai sutilmente ocupar seus pensamentos e suas horas com outras coisas. Tornai-o ocioso, comilão e patriota; ele se tornará ambicioso, intrigante e

¹⁸ *Sainte-Vehme*: tribunais secretos que surgiram na Vestfália, no século XI, espalharam-se pelo Santo Império no século XIII, e desapareceram no século XVI. (N. do T.)

perverso. Assim tereis cumprido vossa tarefa mil vezes melhor do que se tivésseis embotado a ponta dos vossos estiletes nos ossos de alguns pobres miseráveis. Não desejo, e vós também não, não é verdade amigo Nubius?, dedicar minha vida aos conspiradores para me arrastar nos hábitos inveterados.

“Empreendemos a corrupção em grande escala, a corrupção do povo pelo clero e do clero por nós, a corrupção que deve nos levar um dia a pôr a Igreja no túmulo. Ouvi ultimamente um dos nossos amigos rir de uma maneira filosófica acerca dos nossos projetos e dizer: “Para abater o Catolicismo, é preciso começar por suprimir a mulher”. A palavra é verdadeira, mas posto que não podemos suprimir a mulher, corrompamo-la com a Igreja. *Corruptio optimi pessima*. O objetivo é suficientemente belo para tentar homens como nós. Não nos afastemos dele em razão de algumas miseráveis satisfações de vingança pessoal. O melhor punhal para ferir a Igreja no coração é a corrupção. Ao trabalho, pois, até o fim!”

13. — IDÉIA SUBMETIDA À GRANDE LOJA POR TRÊS DOS SEUS MEMBROS, em 23 de fevereiro de 1839.

“Os assassinatos periódicos de que a Suíça, a Itália, a Alemanha e a França estão cobertos não conseguem sacudir o torpor dos reis e dos seus ministros. A justiça permanece desarmada ou impotente diante desses atentados; mas um dia, talvez amanhã, a opinião pública despertará em presença de semelhantes empreitadas. Então, o sangue inutilmente derramado retardará por longos anos nossos projetos, concebidos com tão audaciosa sagacidade. Nenhum de nós ignora qual é o braço que dirige todos esses estiletes. Sabemos, sem poder duvidar, quais são os *birbanti*¹⁹ que, por somas relativamente mínimas, dispõem, sem nenhum proveito, da existência dos seus associados ou da vida dos estranhos ao Carbonarismo. Esse estado de coisas, que vai imperando cada vez mais, deve ter um termo, ou é preciso, por bem ou por mal, renunciar aos nossos planos contra a Sé romana, porque a menor das indiscrições pode desvendar tudo. Um assassinato que não passar despercebido, como tantos outros, colocará na pista das nossas reuniões. Importa, pois, adotar medidas eficazes e parar prontamente esses atos comprometedores.

“Aquilo que a Sociedade cristã se permite para sua defesa, e aquilo que o Carbonarismo, por alguns dos seus chefes, encara como lícito e político, não deve nos espantar mais do que a Sociedade e o Carbonarismo. A pena de morte é aplicada através dos tribunais ordinários. A *Sainte-Vehme* da *jovem Suíça* e da *jovem Itália* arroga-se o mesmo direito; porque não faríamos como ela? Seus quatro ou cinco membros, que recrutam os mercenários do punhal e lhes apontam a vítima a ferir na sombra, imaginam estar acima de todas as leis. Eles as desafiam seja na Suíça, seja na Inglaterra, seja na América. A hospitalidade concedida por esses Estados é, para os assassinos intencionais, uma garantia de impunidade. Eles podem assim, e bem à vontade, agitar a Europa, ameaçar os príncipes e os indivíduos, e fazer-nos perder o fruto de nossas longas vigílias. A justiça, que verdadeiramente tem uma venda nos olhos, não vê nada, não advinha nada, e sobretudo nada pode, porque entre o estilete e a vítima se eleva uma barreira internacional que os costumes e os tratados tornam intransponível.

“A justiça humana está sem força em face desses acúmulos de homicídios; mas será que a Grande Loja não teria nada a ver com semelhantes negócios? Alguns insubordinados, tomando nossa paciência por fraqueza, puseram-se em revolta contra a Loja suprema. Eles agem à sua revelia e em seu detrimento; são traidores e perjuros. A lei civil, que eles transgridem ou fazem transgredir, é impotente para puni-los; será que não cabe à Grande Loja pedir-lhes contas pelo sangue derramado? A Sociedade cristã não tem a feliz idéia de atingir secretamente, no fundo dos seus refúgios, aqueles que, de uma maneira arbitrária, dispõem da vida dos seus semelhantes. Ela não sabe nem se proteger, nem defender seus membros; ela não tem um

¹⁹ Termo italiano que significa “maroto, malandro, molecote”. (N. do T.)

código secreto para punir aqueles que estão ao abrigo do código público. É o seu processo. O nosso será muito menos complicado, porque deve-se esperar que não tenhamos vãos escrúpulos.

“Ora, pois, certos dissidentes, pouco perigosos hoje, mas que podem tornar-se mais tarde, mesmo por sua orgulhosa incapacidade e desordenada ênfase, põem a cada instante a Grande Loja em perigo. Começam suas experiências de assassinato em príncipes e obscuros cidadãos. Logo, pela força das coisas, chegarão até nós; e, após nos terem comprometido em razão de mil crimes inúteis, far-nos-ão desaparecer misteriosamente como obstáculos. Trata-se, muito simplesmente, de antecipar-nos e de fazer voltar contra eles o ferro que aguçam contra nós.

“Seria muito difícil à Grande Loja pôr em prática um plano que um de seus membros apresentou pessoalmente ao príncipe de Metternich? Eis o plano, em toda a sua simplicidade: “Não podeis, dizia ele confidencialmente ao chanceler, atingir os chefes das Sociedades secretas, que, num território neutro ou protetor, desafiam vossa justiça e conspurcam vossas leis. Os decretos das vossas cortes criminais falecem diante das costas da Inglaterra; eles se embotam nos rochedos hospitaleiros da Suíça, depois, mês a mês, vós vos encontrais sempre mais fraco, sempre mais desarmado diante de audaciosas provocações. A justiça dos vossos tribunais está condenada à esterilidade. Não poderíeis encontrar no arsenal das vossas necessidades de Estado, na evocação do *Salus populi suprema lex* um remédio para os males que todos os corações honestos deploram? As associações ocultas julgam e fazem executar seus decretos através do direito que se arrogam. Os governos estabelecidos, tendo duplo interesse em se defenderem, porque, em se defendendo salvaguardam a Sociedade por completo, não teriam o mesmo direito que as Lojas usurpam? Seria, pois, impossível combinar alguns meios que, levando a perturbação ao seio do inimigo social, tranqüilizaria os bons e acabariam muito prontamente em atemorizar os maus? Esses meios são mesmo indicados por estes últimos. Eles ferem por intermédio de segunda ou terceira mão; feri como eles. Fazei procurar agentes discretos, ou melhor ainda, Carbonários sem consistência, que desejam resgatar seus velhos pecados ligando-se à polícia secreta. Que sejam tacitamente ajudados a tomar precauções para escaparem às primeiras investigações. Que ignorem a trama da qual serão instrumentos. Que o governo não use de severidade nem à direita nem à esquerda, que não perca nenhum golpe; mas que mire justo, e após ter escamoteado assim dois ou três homens, restabelecereis o equilíbrio na sociedade. Aqueles que realizam o trabalho de matar primeiramente se espantarão; em seguida se aterrorizarão por encontrarem justiceiros tão terríveis quanto eles. Ignorando de onde parte o golpe, eles o atribuirão inevitavelmente a rivais. Terão pavor de seus cúmplices, e logo voltarão a embainhar a espada, porque o pavor se comunica bem depressa nas trevas. A morte se faz *incognito* de mil maneiras. Fechai os olhos, e posto que a justiça dos homens não pode alcançar nos seus covis nossos modernos Velhos da Montanha, deixai penetrar aí a justiça de Deus, sob a forma de um amigo, de um servidor ou de um cúmplice que terá um passaporte perfeitamente regrado”.

“Esse plano, que a incurável despreocupação do chanceler de Corte e do Estado rejeitou por motivos pelos quais os impérios poderão se arrepender mais tarde, pôs perfeitamente nosso irmão e amigo na confiança do governo; mas será proibido empregar para a nossa preservação os meios de salvação que as cabeças coroadas desdenham para si mesmas. Se por uma via ou por outra a Grande Loja for descoberta, não seria possível tornar-nos responsáveis pelos atentados cometidos por outros? Nós não agimos nem através da insurreição nem através do assassinio; mas como nós não poderíamos divulgar nossos projetos anticatólicos, seguir-se-ia que a Grande Loja seria acusada de todas essas ignominiosas ciladas. O recurso que nos resta, a fim de escaparmos a semelhante opróbrio, é armar discretamente alguma boa-vontade suficientemente corajosa para punir, mas suficientemente limitada para não compreender demais.

“Os dissidentes colocaram-se voluntariamente fora da lei das nações, eles se colocam fora da lei das Sociedades secretas; porque não lhes aplicaríamos o código que inventaram? Os governos, embrutecidos pela sonolência, recuam diante do axioma: *Patere legem quam fecisti*; não seria oportuno apoderamo-nos disso? Temos uma combinação tão simples quanto infalível para nos desembaraçarmos sem ruído e sem escândalo dos falsos irmãos que se permitem prejudicar-nos decretando o assassinato. Essa combinação, bem colocada em jogo, carrega inevitavelmente a perturbação e a desconfiança às Lojas insubmissas. Julgando por nosso turno, e punindo aqueles que julgam e punem tão sumariamente os outros, restabelecemos o equilíbrio social através de um procedimento cuja receita nos é fornecida por alguns miseráveis. A combinação é aplicável; podemos ferir sem despertar suspeita, paralisar assim e dissolver as Lojas adversas nas quais é ensinado o assassinato: seremos autorizados e, na necessidade, seremos sustentados?”

14. — CARTA DE GAETANO A NUBIUS, de 23 de janeiro de 1844.

Após ter contribuído, tanto quanto estava nele, para a perversão do povo, vieram as reflexões, e ele endereça conselhos que constituem uma demissão antecipada ou uma reclamação.

“Antes de responder às vossas duas últimas cartas, meu Nubius, devo participar-vos algumas observações que gostaria muito vos aproveitassem. No espaço de alguns anos avançamos consideravelmente as coisas. A desorganização social reina por toda a parte; ela está no norte como no sul, no coração dos gentis-homens como na alma dos padres. Tudo sofreu o nível sob o qual queríamos rebaixar a espécie humana. Aspiramos a corromper para chegar a governar, e não sei se, como eu, vos espantais com a nossa obra. Temo ter ido longe demais; corrompemos demasiadamente; e, estudando a fundo a personalidade dos nossos agentes na França, começo a crer que não controlaremos à vontade a torrente que fizemos transbordar. Há paixões insaciáveis que eu não adivinhava, apetites desconhecidos, ódios selvagens que fermentam ao nosso redor e debaixo de nós. Paixões, apetites e ódios, tudo isso pode nos devorar um belo dia, e se houvesse tempo de remediar essa gangrena moral seria para nós um verdadeiro benefício. Foi muito fácil perverter, será também bem simples sempre refrear os pervertidos? Ai, para mim, está a questão grave. Procurei freqüentemente tratá-la convosco, mas evitastes a explicação. Hoje não é mais possível adiá-la, porque o tempo urge, e na Suíça como na Áustria, na Prússia como na Itália, nossos fanáticos, que serão amanhã nossos senhores (e que senhores, ó Nubius!) esperam apenas um sinal para quebrar o velho modelo. A Suíça propõe-se a dar esse sinal; mas esses radicais helvécios, dominados por seus Mazzini, seus Comunistas, sua aliança com os santos e com o Proletariado-ladrão, não são de porte a conduzir as Sociedades secretas ao assalto da Europa. É preciso que a França imprima seu sinete nessa orgia universal; esteja bem convencido de que Paris não faltará à sua missão. Dado e recebido o impulso, aonde irá essa pobre Europa? Eu me inquieto, porque estou envelhecendo, perdi minhas ilusões, e não gostaria, pobre e despido de tudo, assistir como um figurante de teatro ao triunfo de um princípio que eu teria alimentado e que me repudiaria, ao confiscar minha fortuna ou ao tomar minha cabeça.

“Fomos além dos limites em muitas coisas. Tiramos do povo todos os deuses do céu e da terra que recebiam sua veneração. Arrancamos-lhe sua fé religiosa, sua fé monárquica, sua probidade, suas virtudes de família, e agora que ouvimos ao longe seus surdos rugidos, trememos, porque o monstro pode nos devorar. Nós o despojamos, pouco a pouco, de todo sentimento honesto: ele não terá piedade. Quanto mais penso nisso, mais fico convencido de que seria preciso procurar subterfúgios. Ora, que fazeis nesse minuto talvez decisivo? Vós considerais apenas um ponto; e desse ponto espalhais os raios, e percebo com dor que todos os vossos propósitos tendem a uma conflagração geral. Não haveria um meio de recuar, de retardar, de adiar esse momento? Crede vossas medidas bem tomadas para dominar o movimento que imprimimos? Em Viena, quando soar o sino revolucionário, seremos tragados pela turba, e o chefe provisório que dela sairá está talvez hoje nas galés ou em algum mau

lugar. Na nossa Itália, em que se joga uma dupla partida, deveis ser afligido pelos mesmos temores. Não agitamos o próprio lodo? Essa lama sobe à superfície e tenho medo de morrer sufocado por ela.

“Qualquer que seja o futuro reservado às idéias que as Sociedades secretas propagaram, seremos vencidos e teremos senhores. Não estavam aí o nosso sonho de 1825 e as nossas esperanças de 1831? Nossa força é apenas efêmera, ela passa a outros. Sabe Deus onde parará esse progresso em direção ao embrutecimento. Eu não recuaria diante das minhas obras, se nós sempre as pudéssemos dirigir, explicá-las ou aplicá-las. Mas o temor que experimento em Viena, não o sentis vós mesmo? Não vos convenceis, como eu, que é preciso, se ainda for tempo, fazer uma parada no templo antes de fazê-lo sobre ruínas? Essa parada é ainda possível, e só vós, ó Nubius, podeis decidi-la. Não é verdade que tratando disso com habilidade poderíamos desempenhar o papel de Penélope e romper durante o dia a trama que teríamos preparado durante a noite?

“O mundo está lançado no declive da Democracia e, faz algum tempo, para mim, democracia quer dizer sempre demagogia. Nossos vinte anos de conspirações correm o risco de se apagar diante de alguns tagarelas que virão adular o povo e puxar as pernas da nobreza após ter metralhado o clero. Sou gentil-homem e confesso muito sinceramente que me custaria conviver com a plebe e aguardar do seu desejo meu pão quotidiano e o dia que brilha. Com uma revolução tal como se prepara, podemos perder tudo, e eu tenho o que conservar. Também deveis estar na mesma situação, vós também, caro amigo, porque tendes bens, e não gostaríeis menos do que eu de ouvir ressoar nos vossos ouvidos a palavra de confisco e de proscricção dos Eglogues, o grito fatal dos espoliadores:

Haec mea sunt; veteres, migrate, coloni.

“Tenho bens, quero tê-los, e a Revolução pode levar-me tudo fraternalmente. Outras idéias ainda me preocupam e estou certo de que elas preocupam simultaneamente vários dos nossos amigos. Ainda não tenho remorsos; mas estou perturbado com temores, e em vosso lugar, na situação em que percebo os espíritos na Europa, não gostaria de assumir sobre meus ombros uma responsabilidade que pode conduzir Joseph Mazzini ao Capitólio. Mazzini no Capitólio! Nubius no rochedo Tarpeano ou no esquecimento! Eis o sonho que me persegue, se o azar realizar vossos propósitos. Esse sonho vos sorri, ó Nubius?”

15. — CARTA DE BEPPO, ESCRITA DE LIVOURNE, A NUBIUS e datada de 2 de novembro de 1844.

“Caminhamos a toda velocidade e a cada dia incorporamos novos e ferventes neófitos na conspiração. *Fervet opus*; mas o mais difícil ainda está não somente por fazer, mas mesmo por esboçar. Conquistamos, e sem maiores dificuldades, monges de todas as ordens, padres de quase todas as condições, e certos monsenhores intrigantes ou ambiciosos. Talvez não seja o que há de melhor ou de mais respeitável; mas não importa. Para o fim buscado, um *Fratre*, aos olhos do povo, é sempre um religioso; um prelado será sempre um prelado. Falhamos inteiramente relativamente aos Jesuítas. Desde que começamos a conspirar tem sido impossível deitar a mão sobre um Inaciano, e seria preciso conhecer o porquê dessa obstinação tão unânime. Não creio na sinceridade da fé e da dedicação deles à Igreja; porque jamais, junto a um só, não pudemos o ponto vulnerável da couraça? Não temos Jesuítas conosco; mas sempre podemos dizer e fazer dizer que temos, e isso daria absolutamente no mesmo. Não se dá o mesmo com os Cardeais; todos escaparam das nossas redes. As adulações mais bem combinadas não serviram para nada, de tal maneira que na presente hora avançamos tão pouco quanto na primeira. Nenhum membro do Sacro Colégio caiu na armadilha. Os que foram sondados, auscultados, todos, à primeira palavra acerca das Sociedades secretas e do poder delas, fizeram sinais de exorcismo, como se o diabo os fosse carregar para o alto da montanha; e morrendo Gregório XVI (coisa que vai acontecer proximamente), nós nos encontraremos como em 1823, por ocasião da morte de Pio VII.

“Que fazer nessas circunstâncias? Renunciar aos nossos projetos não é mais possível, sob pena de um ridículo indelével. Esperar por uma quina de loteria, sem ter comprado o bilhete, parece-me por demais maravilhoso; continuar a aplicação do sistema sem poder esperar uma oportunidade, mesmo incerta, produz-me o efeito de jogar com o impossível. Eis que chegamos ao termo dos nossos esforços. A Revolução avança a galope, carregando na garupa revoltas sem fim, ambiciosos sem talento e desordens sem valor; e nós, que tínhamos preparado todas essas coisas, nós que tínhamos procurado dar a essa revolução um supremo derivativo, nós nos sentimos tocados pela impotência no momento de agir soberanamente. Tudo nos escapa, somente a corrupção permanece para ser explorada por outros. O futuro papa, quem quer que seja, jamais virá a nós; poderemos nós algum dia ir a ele? não será ele como seus predecessores e seus sucessores, e não agirá como eles? Nesse caso, continuaremos na luta e esperaremos um milagre? O tempo passou e não temos mais esperança senão no impossível. Morto Gregório, veremos indefinidamente adiados nossos projetos. A Revolução, cuja hora se aproxima um pouco por toda a parte, dará talvez um novo curso às idéias. Ela mudará, modificará; mas, a bem da verdade, não somos nós que seremos elevados. Nós nos encerramos demais na meia-luz e na sombra; não tendo tido êxito, nós nos sentiremos apagados e esquecidos por aqueles que tirarão proveito dos nossos trabalhos e dos respectivos resultados. Nós não conseguimos, não podemos conseguir; é preciso, pois, sucumbir e se resignar ao mais cruel dos espetáculos, o de ver o triunfo do mal que se fez e não partilhar desse triunfo”.

16. — CARTA DO CARDEAL BERNETTI A UM DE SEUS AMIGOS, datada de 4 de agosto de 1845.

“Tenho freqüentemente conversado convosco acerca das minhas apreensões sobre o estado das coisas. O Papa e o governo procuram um remédio para o mal, uma saída para o contágio; um e outro progridem sem que se possa parar o curso dessa torrente desconhecida. Coisas vagas e misteriosas são agitadas ao nosso redor. Vê-se muito mal e muito pouco bem. Nosso jovem clero está imbuído das idéias liberais, e delas se embebeu pelo pior aspecto. Os estudos sérios foram abandonados. Esforçamo-nos em vão em encorajar os alunos, recompensar os professores, prometer a uns e outros as graças que o Santo Padre está sempre disposto a conceder, isto em nada melhora o estado dos espíritos. Os jovens trabalham para a aquisição de suas futuras funções; mas, como nos bons dias de Roma, não é o trabalho que constitui a felicidade e a ambição deles. Eles se preocupam muito pouco em tornar-se sábios teólogos, graves casuístas ou doutores versados em todas as dificuldades do direito canônico. Eles são padres, mas aspiram a tornar-se homens, e é inacreditável tudo quanto misturam de fé católica e de extravagância italiana sob esse título de homem, que preconizam com ênfase cômica. A mão de Deus nos pune; humilhemo-nos e choremos; mas essa perversão *humana* da juventude ainda não é o que mais preocupa e atormenta aqui.

“A parte do clero que, segundo nós, chega naturalmente aos trabalhos, e que já nos empurra para o túmulo, repreendendo-nos tacitamente por termos vivido muito, muito bem!, essa parte do clero é mil vezes mais contaminada pelo vício liberal do que a juventude. A juventude é inexperiente; ela se deixa seduzir, ela vai como pode ir um noviço fugido da regra do seu convento em troca de duas boas horas de sol, e que depois volta para o claustro; mas entre os homens de idade madura semelhantes tendências são mais perigosas. A maioria nada conhece nem do caráter nem das coisas deste tempo, e eles se deixam levar por sugestões das quais nascerão evidentemente grandes crises para a Igreja. Todas as pessoas de bem ou de talento que empregamos são no mesmo instante objeto de maldições públicas. Os estúpidos, os fracos e os preguiçosos se vêem *ipso facto* coberto de uma auréola de popularidade que constituirá para eles um ridículo a mais. Sei que no Piemonte, na Toscana, nas Duas-Sicílias, assim como no Lombardo-Veneziano, o mesmo espírito de discórdia sopra sobre o Clero. Da França chegam-nos notícias deploráveis. Quebram o passado para se tornarem homens novos. O espírito de seita toma o lugar do amor ao próximo; o orgulho individual, que talentos tristemente empregados colocam no lugar do amor a Deus, cresce na sombra. Virá o dia em que todas essas minas carregadas de pólvora constitucional e progressista explodirão. Queiram os Céus que, após ter visto tantas revoluções e assistido a tantos desastres, eu não seja testemunha de novos males para a Igreja! A barca de Pedro sobrenadará, sem nenhuma dúvida; mas envelheço, sofro há muito tempo, e sinto a necessidade de me recolher na paz, antes de ir prestar contas a Deus de uma vida tão atormentada ao serviço da Sé Apostólica. Que Sua divina vontade seja feita, e tudo será para o melhor!”.

17. — CARTA DE UM AGENTE DAS SOCIEDADES SECRETAS, em 1485.

“Diferentes partidos existem agora na Itália. O primeiro contenta-se com tudo. Depois dele vem o que quer ir mais longe; ele quer reformas progressivas, mas contínuas, não somente na administração, mas também na política. Atrás deles está o partido chamado italiano, que empurra o primeiro e o segundo, que aceita tudo para ir em frente; ele mascara, traveste e oculta seu fim último, que é a unidade italiana. Em meio a todos esses partidos há uma outra divisão ou subdivisão; quero falar do Clero, para o qual Gioberti é o que Mazzini é para o partido italiano. O padre Gioberti fala aos padres sua linguagem, e dir-vos-ei que ouvimos de todos os lados que, nas fileiras do clero secular e regular, as doutrinas de liberdade, com o Papa à testa dessa liberdade e da independência italiana, constituem um pensamento que seduz vários, a tal ponto que se persuadem de que o Catolicismo é uma doutrina

essencialmente democrática. Esse partido cresce diariamente sobretudo entre o Clero; esperamos com impaciência a nova obra de Gioberti; essa obra é para os padres. O livro, ou melhor, os cinco volumes de Gioberti ainda não foram publicados; Mazzini espera-os impacientemente para deles falar no primeiro capítulo da obra que vai ser lançada e terá por título: Os Partidos da Itália, ou A Itália com seus príncipes, ou A Itália com o Papa”.

18. — CARTA ENDEREÇADA DE LIVOURNE A NUBIUS PELO PEQUENO-TIGRE, o qual ainda ignora a saída forçada do seu chefe. 5 de janeiro de 1846.

“A viagem que acabo de realizar à Europa foi mais feliz e produtiva do que esperávamos. Doravante basta-nos pôr mãos à obra para chegar ao desnudamento da comédia. Encontrei por toda a parte espíritos muito inclinados à exaltação; todos garantem que o velho mundo está ruindo e que se acabaram os tempos dos reis. A colheita que recolhi foi abundante: nesse caminho encontrareis as primícias, as quais não preciso que me confirmeis, porque gosto de dispor pouco dos meus amigos, poderia dizer, dos meus irmãos. A colheita feita deve frutificar, e se acreditar nas notícias que me comunicaram aqui, chegamos à época tão desejada. A queda dos tronos não me oferece mais dúvida, a mim, que acabo de estudar na França, Suíça, Alemanha, e até na Rússia o trabalho das nossas Sociedades. O assalto que, dentro de alguns anos e talvez mesmo dentro de alguns meses, será lançado contra os príncipes da terra soterra-los-á sob os destroços dos seus exércitos impotentes e das suas monarquias caducas. Por toda a parte existe entusiasmo entre os nossos e apatia ou indiferença entre os inimigos. É um sinal certo e infalível do sucesso; mas essa vitória, que será tão fácil, não é aquela que provocou todos os sacrifícios que fizemos. Há uma mais preciosa, mais durável e que desejamos há tanto tempo. Vossas cartas e as dos nossos amigos dos Estados romanos permitem-nos esperá-la; é o objetivo para o qual tendemos, é o termo ao qual queremos chegar. Com efeito, que pedimos em reconhecimento às nossas dificuldades e aos nossos sacrifícios?

“Não uma revolução numa região ou noutra. Isso se obtém quando bem se quer. Para matar seguramente o velho mundo, acreditamos fosse preciso sufocar o germe católico e cristão, e vós, com a audácia do gênio, vos oferecestes para ferir na cabeça, com a funda de um novo Davi, o Golias pontifício. Está muito bem, mas quando ferireis? Tenho pressa de ver as Sociedades secretas engalfinhadas com esses cardeais do Espírito Santo, pobres naturezas estioladas, que jamais devem sair do círculo no qual a impotência ou a hipocrisia os encerra.

“No curso de minhas viagens vi muitas coisas e poucos homens. Teremos uma multidão de devotados subalternos, mas nenhuma cabeça, nenhuma espada para comandar: o talento é mais raro do que o zelo. Esse bravo Mazzini, que reencontrei várias vezes, tem sempre dentro do cérebro e da boca seu sonho de humanidade unitária. Mas, afora seus pequenos defeitos e sua mania de mandar assassinar, há coisas boas nele. Com seu misticismo atinge a atenção das massas, que nada compreendem dos seus grandes ares de profeta e dos seus discursos de iluminado cosmopolita. Nossas gráficas da Suíça estão em bom caminho; elas produzem livros tais como os desejamos; mas são um pouco caros. Consagrei a essa necessária propaganda uma parte bastante importante dos subsídios recolhidos. Vou utilizar o restante nas Legações. Estarei em Bolonha por volta de 20 deste mês. Podereis mandar-me as instruções para o endereço ordinário. Dali transportar-me-ei para os lugares nos quais julgardes que minha presença dissimulada será mais necessária. Falai, estou pronto a executar”.

19. — Num Breve endereçado a Crétineau-Joly, em 25 de fevereiro de 1861, Pio IX consagrou, por assim dizer, a autenticidade das peças que acabamos de ler.

Caro filho, saudação e bênção Apostólica,

Adquiristes direitos particulares ao Nosso reconhecimento, quando, há dois anos, formastes o projeto de compor uma obra recentemente terminada e novamente entregue à impressão, para mostrar através de *documentos* esta Igreja Romana sempre exposta à inveja e ao ódio dos maus, e sempre triunfante em meio às revoluções políticas do nosso século. Assim, é com alegria que recebemos os exemplares com os quais Nos homenageastes, e por essa muito afetuosa atenção Nós vos rendemos justas ações de graças. Quanto ao mais, os tempos que se seguiram, tempos, ó dor!, tão tristes e tão cruéis, tão funestos a esta Sé de Pedro e à Igreja, não podem perturbar Nossa alma, posto que é a causa de Deus que defendemos, causa pela qual nossos predecessores sofreram a prisão e o exílio, deixando-Nos assim um belo exemplo a seguir. Supliquemos pois ao Senhor todo-poderoso que nos fortifique com a sua virtude e ouça as orações que a Igreja, para dissipar essa tempestade medonha, Lhe dirige por toda a parte com um só coração. Nós vos confirmamos Nosso amor todo particular através da bênção Apostólica, penhor de toda graça celeste que a vós, caro filho, e a toda a vossa família, concedemos na afetuosa efusão do Nosso coração paterno.

Dado em Roma, junto a São Pedro, no 25º dia de fevereiro de 1861, XIVº ano do nosso Pontificado.

PIO IX, PAPA.

20. – A grande obra da qual a Grande Loja fora encarregada desde 1820, não terminou com a ocupação de Roma pelos piemonteses: a sequência está confiada a outras mãos.

Vinte anos após a ruína do Poder temporal, Lemmi, o grande-mestre da franco-maçonaria na Itália, endereçou o documento abaixo a todas as lojas da Península.

“Do T.:, 10 de outubro de 1890.

“Aos Ven.: Il.: das Lojas italianas,

“O edifício que os Il.: estão em vias de erguer no mundo não poderá ser considerado como tendo chegado a bom termo enquanto os Il.: da Itália não tiverem doado à humanidade os escombros da destruição do grande inimigo.

“O empreendimento avança rapidamente na Itália... Aplicamos a tesoura ao último refúgio da superstição, e a fidelidade do I.: 33.: que está à testa do poder político (Crispi) é uma garantia de que o Vaticano cairá sob o nosso martelo vivificador... Os últimos esforços encontrarão maiores obstáculos da parte do chefe dos padres e dos seus arrebatados escravos... O G.: O.: invoca o gênio da Humanidade para que todos os Il.: trabalhem com todas as suas forças para dispersar as pedras do Vaticano, a fim de construírem com elas o templo da nação emancipada.

“O G.: O.: do Vale do Tibre”.

ALGUNS OUTROS DOCUMENTOS RELATIVOS À FRANCO-MAÇONARIA

1. — REVELAÇÕES DE UM ALTO MAÇOM ITALIANO.

Elas foram publicadas em 1832, no Memorial Católico, por Monsenhor Gerbel, que morreu como bispo de Perpignan. Diz ele tê-las recebido de um personagem altamente colocado, que as obtivera entre os papéis de um chefe das sociedades secretas, após a morte deste.

Nossos leitores seguramente encontrarão neste documento um ar de parentesco com os acima publicados, como também com as doutrinas de Jean-Jacques Rousseau e as diretrizes de Weishaupt. Vários traços denunciam os judeus, e a república universal, como a religião natural, aparecem aqui como o objetivo supremo perseguido pela seita.

“Igualdade e liberdade, preciosas prerrogativas! É através delas que é preciso fazer secar as fontes envenenadas das quais decorrem todos os males dos humanos; é através delas que devemos fazer desaparecer *toda idéia importuna e humilhante de superior*, e fazer os homens voltarem aos seus *primeiros direitos, não conhecer mais nem posição, nem dignidade, cuja visão fere seus olhos e choca seu amor próprio*. A subordinação não passa de uma quimera cuja origem não está nos sábios decretos da Providência; ela se situa apenas nos caprichos da sorte e nas extravagâncias do orgulho, que pretende que tudo se dobre diante dele e que não considera as criaturas que compõem o mundo senão como seres vis e desprezíveis condenados a servi-la.

“Essa igualdade deve produzir essa paz deliciosa e essa confiança tão calma, tão digna de inveja, mas incompatível com a *avareza*, cujos desígnios ela arruína ao dar ao homem *esses bens e essas riquezas comuns* cuja posse custa tantos cuidados, e cuja perda custa tantos remorsos.

“Tal é a força da nossa doutrina; mas persuadamo-nos bem de que *jamais devemos expô-la subitamente à claridade, nem em termos tão formais* a qualquer aspirante. Um espírito isento poderia tirar conseqüências *por demais funestas para as intenções que ela encobre*; assim, apenas tenhamos feito com que ouça essas duas palavras sagradas: *liberdade, igualdade*, e logo devemos saber prevenir ou pelo menos parar o curso das suas reflexões, contra as quais nossos emblemas e nossos hieroglifos nos fornecem um remédio certo, empregando-os imediatamente, para distrair propositadamente o espírito do aspirante através da variedade dos assuntos que se lhe apresentam: recurso admirável e política refinada do nosso célebre *autor* (fundador), muito versado no conhecimento do coração humano para que não nos tenha preparado, como toda a astúcia imaginável, o *golpe encantador e misterioso* que devemos apresentar e fazer passar sem cessar na alma de cada I.:., sempre escondido e sob uma forma inocente que disfarça o verdadeiro sentido.

“É assim, pois, que devemos acomodar, *na nossa ordem verdadeiramente sublime, o dogma à capacidade*, e que, para facilitar o mais possível os grandes progressos e fazer conhecer mais ou menos toda a sua importância, nós distribuimos essa capacidade em três classes diferentes e bem distintas, das quais a primeira é a dos *espíritos penetrantes*, a segunda a dos *espíritos revoltados*, e a terceira a dos *espíritos crédulos e supersticiosos*. Devemos colocar cada uma dessas classes em contato com a mesma doutrina mas não

comunicá-la a cada uma ao mesmo tempo nem da mesma maneira. *O verdadeiro sentido* não tarda em se fazer sentir à primeira classe, cujos membros esclarecidos, dissipando em seguida a nuvem que os rodeia, não precisam senão de uma olhada para percebê-lo; a esses, por isso, devemos mais prontamente, por todos os meios, excitar e fortificar bastante seu entusiasmo com toda a habilidade possível, fazendo-lhes ver esse astro radioso de luz como uma primeira coluna e o principal apoio da nossa sociedade.

“Quanto à segunda classe, dos espíritos revoltados e inquietos, devemos fazê-la chegar a esse elevado conhecimento apenas através de graus, e sob emblemas e semelhanças que lhe proporemos à adivinhação, e que devem cativar, por seus embaraços, essas imaginações volúveis cujos brilhos poderiam causar algumas desordens.

“Para a última classe, dos espíritos crédulos e supersticiosos, à qual poderemos juntar esses *imbecis* especialmente feitos para alojar a ignorância, não devemos exigir outra coisa senão *seguir cegamente e sem reserva* o simples espírito da doutrina que sempre devemos insinuar-lhes apenas na proporção das suas inteligências; que eles a abracem com zelo, sustentem-na com cuidado, e a ela permaneçam inviolavelmente ligados pelo temor da violação do juramento sagrado, primeiro ponto através do qual devemos sempre começar a ligar todo aspirante.

“Essa independência e essa subtração a *toda autoridade, a todo poder* não deve ser apresentada inicialmente, entre nós, senão como o restabelecimento dessa *idade de ouro*, desse império tão vangloriado pelos poetas, no qual uma divindade propícia, descida à terra, reunia sob um cetro de flores seus primeiros habitantes. A *idade de ouro* são esses séculos afortunados nos quais os corações, isentos de paixões, ignoravam até o mais simples movimento de ciúme; em que o orgulho, a avareza e todos os vícios eram desconhecidos a todos os homens iguais e livres e movidos unicamente pelas leis da natureza, que não admitiam outras distinções além daquelas que essa sábia mãe havia colocado entre eles.

“Mas como para uma mudança tão súbita seria preciso nada menos do que um milagre, e que uma execução muito precipitada seria perigosa, devemos, pois, usar astúcia e a maior circunspecção até que os homens estejam livres desses *velhos e comuns princípios* que enfraquecem e alarmam os espíritos simples e os mergulham nessa montanha de erros e os submetem às paixões desses tiranos imperiais, devorados pela *ambição e pela avareza*.

“É da maior importância, para o sucesso do nosso sublime projeto e para facilitar-lhe e melhor assegurar-lhe a execução, nada negligenciar para atrair para nossa ordem membros marcantes dentro do *clero*, dentre as *autoridades civis e militares*, os *mestres da juventude*, sem deixar de fora os reis e os príncipes e sobretudo os filhos deles, *seus conselheiros e seus ministros*, e enfim todos aqueles cujos interesses estiverem em oposição à nossa doutrina. É preciso sutilmente, na sua *educação* e sob as formas mais sedutoras, fazer infiltrar o germe dos nossos dogmas e, assim, acostumá-los, insensivelmente e sem que o percebam, ao *choque que deve aniquilá-los*. É através de autores célebres, *cujas moral está de acordo com os nossos desígnios, que paralisaremos e estremeceremos a autoridade e o poder deles*, que foram usurpados dos seus semelhantes. É preciso lançar no coração dos inferiores um ponto de ambição e de inveja relativamente aos seus superiores, inspirar-lhes o *desprezo*, até mesmo o *ódio* contra aqueles que o *azar* colocou acima deles, e *conduzi-los insensivelmente à insubordinação*, demonstrando-lhes com astúcia que a *submissão e a fidelidade não são senão usurpação do orgulho e da força sobre os direitos do homem*; enfim, empregar todos os nossos meios, e com prudência, para seduzi-los, dispô-los e *colocá-los na necessidade de nos secundarem e de nos servirem apesar deles*.

“É através de tão sábias providências, aproveitadas com prudência e sobretudo aplicadas oportunamente em corações jovens demais *para discernir o verdadeiro objetivo*, que nós os conduziremos a corroborarem a execução dessa grande obra que deve dar aos homens essa

nobre independência com a qual o Criador os presenteou como um favor especial, a qual, sozinha, os distingue das outras criaturas.

“É armados com todas as categorias da história que nós nos apresentamos com habilidade aos nossos prosélitos, segundo a capacidade deles.

“O TEMPLO DE SALOMÃO fora construído através da ordem que Deus deu a esse príncipe. Era o santuário da religião, o lugar consagrado especialmente às suas augustas cerimônias. Foi para o esplendor desse templo que esse sábio monarca estabeleceu tantos ministros, encarregados de vigiar pela sua pureza, pelo seu embelezamento. Enfim, após vários anos de glória e de magnificência, vem um exército formidável que derruba esse magnífico monumento. Os povos, que ali prestavam suas homenagens à Divindade, foram postos em ferros e conduzidos à Babilônia, de onde, após o mais rigoroso cativeiro, viram-se livres pela mão do seu Deus; um príncipe idólatra, escolhido para ser o instrumento da clemência divina, permite a esses povos desafortunados e religiosos não somente restabelecerem esse templo no seu primeiro esplendor, mas ainda fornece-lhes todos os meios para que tenham êxito.

“Então, dizemos nós, esse templo, desde seu primeiro esplendor, *é a figura do ser primitivo do homem ao sair do nada*; essa religião, as cerimônias que ali se praticavam, outra coisa não são senão essa *lei comum e natural* gravada em todos os corações e que encontra seu princípio nas idéias de equidade e de caridade às quais os homens estão obrigados entre si. A destruição do templo, a escravidão dos seus adoradores, são o *orgulho, a avareza e a ambição* que introduziram a dependência e a escravidão entre os homens: *esses assírios, esse exército impiedoso, são os reis, os príncipes, os magistrados*, cujo poder dobrou tantos infelizes povos que eles oprimiram. Enfim, esse povo escolhido e encarregado de restabelecer esse templo magnífico, são nossos irmãos iluminados e franco-maçons, que devem dar ao universo sua primeira dignidade através *dessa liberdade, dessa igualdade, atributos tão essenciais ao homem*, dados pelo Criador como *seu próprio bem, como sua propriedade incomutável, sobre os quais ninguém tinha nenhum direito*. Esse Deus criador de todas as coisas que, tirando a natureza do nada, fez do homem seu principal ornamento, *sem submetê-lo a outros poderes que não o seu, foi ele que lhe deu a terra para habitar com o título de dela desfrutar e de ser independente dos seus semelhantes*, aos quais ele jamais pode render suas homenagens sem *tornar-se sacrílego e sem contravir formalmente as leis da natureza e as intenções do nosso divino Criador*.

“Foi em vão que a superioridade dos talentos e a sublimidade do gênio de alguns pareceu pedir aos outros esse tributo de respeito e de veneração. Todas essas vantagens, reunidas nos seus semelhantes num grau mais eminente do que nele, nada têm que justifique sua impiedade. É degradar a natureza, é aviltar a dignidade, é perder todo o preço, quando se reconhece em outro homem alguma coisa além de um igual.

“Se o homem viu aniquilarem-se seus privilégios, se ele decaiu desse estado glorioso de independência, se ele hoje está subordinado e marcado pela ignomínia, ou se a ambição e a avareza dos seus semelhantes, ou o esquecimento do seu próprio interesse o afundaram nesse abismo cavado pelo orgulho, cabe a ele sair daí; cabe a ele reerguer enfim o estandarte da independência e da igualdade, arrebatado pelos seus tiranos, e hasteá-lo sobre os destroços desses monstros impiedosos que cavaram a sua ruína; ou, se é ele o próprio artífice da sua desventura, que abra enfim os olhos sobre os grilhões aos quais condenou a si próprio, que aceite o socorro dessa mão que lhe estendemos para que quebre essas cadeias e com elas sobrecarregue seus cruéis tiranos. *Somente a nossos irmãos foi reservado realizar esse milagre de reunir num corpo universal todas essas diferentes famílias*, as quais, à medida que se afastaram de sua origem comum, embora compondo um todo, vieram a se desconhecer a ponto de quererem compor para elas esse objetivo do qual elas eram apenas partes.

“Enfim, cabe a nós, meus irmãos, apagar essas chamas de discórdia que consomem o universo, e reanimar aquele cuja fecundidade deve reproduzir nossa espécie mais perfeita e

mais pura. Novos Moisés, logo libertaremos esses povos que gemem; logo *todos os tiranos e seus poderes fracassarão* em presença dos novos prodígios que vão se operar *pela força* e pela justiça da nossa perseverança.

“LIBERDADE, IGUALDADE, prerrogativas preciosas que foram dadas como próprias ao homem pelo grande arquiteto do universo! devemos sem cessar persuadir nossos irmãos de que, sem elas, o homem não pode estar senão em estado de constrangimento e de humilhação perpétuos; que depois de tê-las perdido pela força, é com dor que devem suportar a privação; que não somente a violência foi o principal móvel que se utilizou para delas despojá-los, mas que *a ignorância e a superstição* foram ainda empregadas para fascinar os olhos e conservar os bens que deles usurparam; que esses reis, esses felizes tiranos, estabelecendo seu tronos sobre seus destroços, souberam, para melhor fortalecê-los, insinuar habilmente *que a religião, que o culto mais agradável a Deus* era uma submissão e uma deferência cegas para com todos os príncipes da terra...

“Ora, uma vez bem dirigida e apresentada com habilidade e prudência essa doutrina, não nos resta senão tirar proveito e fazer ver claramente que nada é difícil a quem ousa empreender, que o contrário deve se destruir pelo contrário, que a *revolta deve suceder a obediência*, o ressentimento a fraqueza, que é preciso opor a força à força, derrubar o império das superstições... e livre enfim por sua natureza, fazer o homem retornar à posse desses privilégios que constituem sua propriedade sagrada: essa liberdade, essa igualdade, sem as quais ele não pode ser feliz, e cuja inteira dissimulação deve ser por todas as espécies de meios o objeto dos nossos trabalhos, dos nossos desígnios, com uma firmeza, uma perseverança imperturbáveis, *bem persuadidos de que todo crime cometido para o bem geral torna-se, só por isso, um ato de virtude e de coragem*, que deve cedo ou tarde garantir-nos o pleno sucesso.

“Mas tomemos muito cuidado ao nos explicarmos tão claramente antes de ter reconhecido bem as disposições e a força de caráter do aspirante: se não o consideramos suficientemente sólido, se cremos que a posição se torna delicada, não devemos de imediato assestar uma nova bateria; *à força de astúcia e de habilidade*, dar uma aparência mais favorável, enfraquecer ou atenuar a força de cada termo, até fazer desaparecer mesmo nossa intenção.

“Então, esse templo de Salomão, essa liberdade, essa igualdade dizem respeito apenas à sociedade (maçônica) sem pensar em se estender mais longe; não se trata mais de revolta, de independência, de subtração a toda autoridade: tudo deve se metamorfosear num instante com habilidade; não são mais senão os deveres a cumprir, um Deus a reconhecer, virtudes a praticar, submissão e fidelidade invioláveis a observar relativamente a toda autoridade... É preciso saber aparecer no momento oportuno, incensar e adorar o colosso que nos esmaga para trabalhar mais seguramente para a sua ruína”.

2. — CARTA PASTORAL DE MONSENHOR RENDU.

Desde o ano de 1858, numa pastoral de Quaresma, monsenhor Rendu, bispo de Annecy, traçara, com grande perspicácia e singular intuição do futuro, o caminho que a seita seguiria para paralisar o padre e aniquilar a ação do clero.

Não se deu maior atenção às suas advertências, às suas informações!

“Existe uma Constituição ditada pela seita anticlerical; à força de astúcia e de perversão, os adeptos conseguiram fazer entrar seus principais artigos, ora paulatinamente, ora subitamente, na legislação de quase todos os povos da Europa. É bom, caríssimos irmãos, que conheçais essa caminhada subterrânea dos inimigos de vossas almas. Ora, eis os principais artigos dessa Constituição anti-cristã, concebida e meditada nas sociedades secretas para vos retirar a mais preciosa das liberdades, aquela de construir vossa salvação e de conquistar pela fé católica o lugar que vos está prometido no reino de Deus. Os adeptos do racionalismo dizem a todos os legisladores da cristandade, e àqueles que são chamados homens de Estado:

Mantende o padre na servidão, e quando ele descobrir que as cadeias pesam demais, dizei que isto é a liberdade.

Concedei liberdade de consciência aos heréticos, aos judeus, aos ateus, mas cuidai para que nem o padre nem o católico dela desfrutem.

Entravai, tanto quanto possível, o ministério do padre, separai-o do povo do qual ele é o amigo, o defensor, o sustentáculo.

Não permitais que as obras de beneficência que ele fundou passem por suas mãos e o aproximem do pobre do qual é o confidente e o consolador.

Para apagar sua influência, retirai-lhe os bens que o tornariam independente, reduzi-o ao salário de empregado do Estado, à condição de mercenário.

Tirai dele tudo o que poderia aumentar a consideração que o povo tem por ele, expulsai-o dos conselhos, das assembléias deliberativas, das administrações, de todo lugar, a fim de que ele caia na condição de pária.

Ponde sob tutela tudo o que lhe pertença; que ele seja, se possível, estranho no presbitério, no cemitério e até na sua igreja.

Afastai-o da infância, expulsai-o das escolas públicas.

Secularizai o ensino superior de maneira a interditá-lo ao padre.

No temor de que ele fale muito freqüentemente à razão do povo, diminuí o número de festas, empregai o domingo para exercícios, banquetes, brincadeiras, ocupações que afastem o povo da moral evangélica; dizei-lhe sobretudo que o trabalho santifica melhor o domingo do que a missa e a oração.

Estabelecei festas nacionais, pagãs, ou de qualquer natureza que sejam, desde que façam esquecer as festas cristãs.

Não permitais que missionários vão às paróquias agitar as consciências e reforçar a fé do povo.

Para retirar do padre a vantagem de apoiar seus ensinamentos nas palavras da Escritura, servi-vos dessa mesma Escritura para demonstrar todas as doutrinas que quiserdes estabelecer contra a Escritura; dai à razão individual o direito de interpretar à sua vontade, e de construir para si uma religião de fantasia.

Para enfraquecer o padre, esforçai-vos em separá-lo dos seus. Levantai o simples padre contra seu Bispo; separai o Bispo do Soberano Pontífice. Quebrai o liame da hierarquia, e a Igreja ruirá.

Quereis conseguir dominar mais seguramente a Igreja? Avocai o direito de escolher, nomear e formar os padres; fazei-os o mais possível segundo a vossa imagem. Controlai a inspeção das escolas eclesiásticas; reservai para vós a nomeação dos professores de Teologia, dítai as lições deles. Em lugar dos enviados de Jesus Cristo e da sua Igreja, tende professores de religião e que eles ensinem a vossa.

Enquanto não fordes senhores das consciências, vosso poder não será senão um despotismo incompleto.

Para retirar do padre o devotamento absoluto que o torna querido ao povo, tratai de encadeá-lo a uma família; levantai a opinião contra o celibato. Fazei fechar os claustros, expulsai os religiosos, confiscai seus bens, e quanto eles estiverem reduzidos à miséria, privados dos direitos de cidadãos, afastados das obras de beneficência, expulsos das escolas, desconsiderados pelos vossos publicistas, gritareis mais forte do que nunca contra as suas usurpações.

Nem todo o mundo acreditará em vós. O que importa? Sempre haverá pessoas em número suficiente para paralisar o partido-padre e nos ajudar a destruí-lo”.

Em cinqüenta anos isso foi realizado e ultrapassado.

3. — O ANTICONCÍLIO DE NÁPOLES.

Monsenhor Martin, bispo de Natchitoches, nos Estados Unidos, que assistira ao Concílio Vaticano, publicou, em 1875, uma pastoral na qual assinala o perigo que a franco-maçonaria representa para todos os países. Aí ele relata o que segue segundo documentos recolhidos, diz ele, de primeira mão.

Quando, em 8 de dezembro de 1869, sob a presidência de Pio IX, a Igreja — representada pelos bispos do mundo inteiro, vindos de todas as partes do universo em atendimento à voz do príncipe dos pastores —, abria no Vaticano suas importantes sessões, as maiores que o mundo cristão jamais vira desde seu doloroso nascimento sobre o Calvário, para julgar os monstruosos erros do mundo moderno, e mostrar-se às almas fracas ou transviadas, tão inquebrantável quanto nos primeiros dias, quando a mão de Cristo a colocou, e mais do que nunca elevada acima das vagas móveis das opiniões humanas, como a pedra sobre a qual repousam a infalibilidade da fé do cristão e a integridade da moral evangélica; — nesse mesmo dia, à mesma hora, em Nápoles, sob o nome de anticoncílio, a seita, ela também, abria solenemente suas grandes sessões, sob a presidência de Ricciardi, para renovar após cerca de mais de dezoito séculos as condenações do pretório e do sínédrio contra o Filho de Deus, conspurcá-Lo, feri-Lo no rosto, coroá-Lo de espinhos, expô-Lo, coberto de escárnio, aos blasfemos pecadores, e gritar novamente com os judeus deicidas: “Não queremos que Ele reine sobre nós”. Para essa orgia verdadeiramente diabólica tinham sido convocados, e dela participaram, setecentos delegados das grandes lojas dos Estados Unidos, México, Brasil, Ásia, África, e de todos os reinos e principados da Europa. Um incidente levantado pela impudência de um dos delegados obrigou a polícia a dissolver a assembléia após alguns dias de sessões, e uma revolta popular, provocada pelas horríveis blasfêmias desses ímpios contra Jesus Cristo e sua Mãe Imaculada, constrangeu os membros a se dispersarem. Todavia, tendo sido definidos antecipadamente os planos de ação, o presidente teve tempo de comunicá-los aos delegados, tais como os vemos hoje se desenrolar sob os nossos olhos, e de fazer proclamar as declarações dos princípios da seita adotados pelo anticoncílio.

A primeira declaração dos princípios maçônicos, assinada por todas as comissões do anticoncílio, está assim concebida, segundo o texto oficial da Maçonaria de Florença:

“Os abaixo-assinados, delegados das diversas nações do mundo civilizado, reunidos em Nápoles para participarem do anticoncílio, afirmam os princípios abaixo: eles proclamam a liberdade da razão contra a autoridade religiosa, a independência do homem contra o despotismo da Igreja e do Estado, a escola livre contra o ensino do clero; não reconhecem como base das crenças humanas senão a ciência, proclamam o homem livre e a necessidade de abolir toda Igreja oficial. A mulher deve ser libertada dos laços que a Igreja e a legislação opõem ao seu pleno desenvolvimento. A moral deve ser completamente independente de qualquer intervenção religiosa”.

Uma outra declaração apresentada por um delegado da grande loja da capital de um dos maiores Impérios da Europa, adotada por aclamação e referendada pelo Presidente é ainda mais explícita. Reza assim:

“Os livres-pensadores reconhecem e proclamam a liberdade de consciência e a liberdade de exame. Consideram a ciência como a única base de qualquer crença, e, em consequência, repudiam todo dogma fundado sobre qualquer revelação. Reclamam a instrução em todos os níveis, gratuita, obrigatória, exclusivamente laica e materialista. No que concerne à questão filosófica e religiosa, considerando que a idéia de Deus é a fonte e o sustentáculo de todo despotismo e de toda iniquidade, considerando que a religião católica é a mais completa e a mais terrível personificação dessa idéia, que o conjunto dos seus dogmas é a própria negação da sociedade, os livres-pensadores assumem a obrigação de trabalhar para a abolição pronta e

radical do Catolicismo, para o seu aniquilamento, por todos os meios, aí incluída a força revolucionária”.²⁰

4. — O CONCÍLIO DO JUDAÍSMO.

Nesse mesmo ano da abertura do Concílio do Vaticano, em 29 de junho, na festa de São Pedro, reuniu-se em Leipzig, sob o nome de sínodo israelita, o concílio do judaísmo.²¹

Teve por presidente o professor Lazarus de Berlin e por vice-presidentes o rabino Geiger, de Francfurt, e o cavaleiro Joseph de Wertheimer, de Viena. As duas grandes facções, os judeus reformistas e os judeus ortodoxos, mantiveram o equilíbrio nesse concílio em que figuravam os representantes da Alemanha, Rússia, Turquia, Áustria, Inglaterra, França, Países-Baixos, etc., etc.

A proposição a seguir foi adotada por *aclamação* das duas facções do judaísmo:

“O sínodo reconhece que o *desenvolvimento* e a *realização* dos princípios *modernos* constituem *as mais seguras garantias* do presente e do *futuro* do Judaísmo e dos seus membros. Eles representam as condições *mais energicamente vitais* para a existência *expansiva e o mais alto grau de desenvolvimento* do Judaísmo”.

Os princípios modernos propagados pelos franco-maçons e a multidão daqueles que sofrem suas sugestões vêm dos judeus. Eles judaizam o mundo e o preparam para o reino do judaísmo, quer dizer, a época messiânica que a *Aliança Universal* nos promete.

Bem antes desse concílio do judaísmo, Cahen, um dos órgãos mais autorizados dos judeus modernos, dissera: “O Messias chegou para nós em 28 de fevereiro de 1790, com os direitos do homem” (*Archives Israélites*, VIII, p. 801, ano 1847).



²⁰ O I.: Andrieux, que, depois de delegado de polícia, e em seguida embaixador no Vaticano, fora delegado ao anticoncílio pelas lojas de Lião. Quando essa delegação lhe foi dada, o *Excommunié*, no seu número de 27 de novembro de 1869, anunciou-a nestes termos:

“O candidato do *Excommunié*, Louis Andrieux, foi unanimemente aclamado como delegado ao concílio de Nápoles. O programa de livre-pensamento que o cidadão Andrieux desenvolveu garante-nos sermos representados em toda a extensão e energia das nossas convicções”.

²¹ Existe em Leipzig uma loja inteiramente composta por judeus. Por ocasião da feira que faz vir a essa cidade uma parte dos grandes negociantes judeus e cristãos de toda a Europa, a loja judia secreta fica sempre em sessão permanente e jamais nenhum cristão foi nela recebido (*Le Juif, le judaïsme et la judaïsation des peuples chrétiens*, por Gougenout des Mousseaux, p. 343).

NOTAS E DOCUMENTOS

RELATIVOS AOS JUDEUS

1. — A QUESTÃO JUDIA

Que papel exerce entre nós a raça judia?¹⁵⁰
 Essa questão obceca, no momento presente, todos os espíritos atentos ao que acontece, preocupados com o futuro do país.

“Na minha infância, diz Jules Lemaître, conhecia os judeus apenas pela literatura, e era mais tentado a lhes atribuir alguma poesia. Eu os julgava pitorescos; tinha por eles a mesma simpatia que sentia pelos *pifferari* ou pelos boêmios... Sabia que tinham sido muito perseguidos outrora, e isso me enternecia. Estava persuadido de que esse passado infeliz explicava e justificava suas faltas mais evidentes...

“A admirável *France Juive*, de Drumont, não me convenceu inteiramente. Via ali belos vislumbres, uma magnífica premonição de historiador; mas acreditava tratar-se de uma hipérbole. Naquele momento, ademais, eu tinha algumas relações judias. E quando tinha que falar sobre Israel nos meus folhetins, a propósito de uma peça de teatro ou de um romance, eu o fazia com extrema moderação e com afetação de imparcialidade. Afetação? não: eu era sincero. Tinha medo de ser injusto”.

Esse estado de espírito era exatamente o da maioria dos franceses há alguns anos. Hoje é completamente diferente.

“Os judeus, é sempre o acadêmico Jules Lemaître quem fala, — não digo todos, mas a maioria, e em todo caso aqueles que vemos, que conhecemos e que fazem barulho, — são abertamente, há cerca de uma década, os cúmplices ativos ou mesmo os inspiradores e os mestres do regime político mais infame e mais ofensivo para nós; daquele regime que, simultaneamente, mais excitou e enganou os apetites, o que mais desarmou a defesa nacional e o que mais odiosamente perseguiu a Igreja de França. O espírito maçônico é, como se sabe, propriamente o espírito judeu...

“É por demais claro que, tomado na sua totalidade, o espírito judeu, que implica o ódio à Igreja, a bárbara utopia coletivista e o internacionalismo, não pode senão ser malfazejo para nós.

“Povo bizarro! Paradoxo da história! Sua pátria não mais existe há quase dois mil anos: existe não sei o que neles que os impede de adotarem sinceramente uma outra e de nela se fundirem. De maneira que eles se tornam inquietantes e incômodos para todas as pátrias”.

¹⁵⁰ Os filhos de Judá e de Benjamim, envergonhados sem dúvida das manchas de que o nome judeu estava coberto, o repudiam. Entretanto, esse é o seu verdadeiro nome. A história os chamou de judeus, *Judaei*, porque o patricarca Judá, filho de Jacó, foi o pai deles, e porque eles são os dispersos do reino de Judá.

As outras tribos formaram o reino de Israel. No que deram os israelitas, quer dizer, a mistura das dez tribos e dos estrangeiros de que se compunha aquele reino? Não o sabemos.

No que diz respeito à nossa pátria em particular, Edouard Drumont não se cansa, há quinze anos, de chamar a atenção dos seus numerosos leitores para a influência dissolvente dessa raça, estranha ao nosso solo, à nossa religião, à nossa língua, às nossas tradições, e que, no entanto, tornou-se preponderante entre nós, usando o poder que deixamos nos fosse tomado para nos corromper em todos os sentidos que essa palavra pode ter, mas sobretudo no seu sentido etimológico, para romper todos os laços que nos unem e que nos ligam aos nossos ancestrais, numa palavra, para nos dissolver, e, através disso, fazer a França desaparecer do mapa-múndi num futuro não distante.

Dizendo isso, somos apenas o eco do próprio Judeu. Se há alguém que, atualmente, é um dos representantes dessa raça entre nós, e seu porta-voz, é exatamente Bernard Lazare. Ele foi a alma do caso Dreyfus, e para recompensá-lo por isso foi-lhe erguido um monumento na cidade de Nîmes, com o concurso de todas as autoridades civis e militares.

Ele escreveu um livro do qual citamos diversas passagens: *L'antisémitisme, son histoire, ses causes*. Charles Maurras resumiu-o fielmente nessas linhas:

“Sou o judeu. O judeu é por definição o destruidor e o parasita. Esse destruidor, esse parasita ataca todos os povos que lhe dão boa acolhida. Ele não se cansa de desorganizá-los de todas as maneiras. Quando a cristandade lhe reabriu suas portas, no fim da Idade Média, ele fez o protestantismo. Quando o protestantismo pareceu se aquietar e se moderar, ele fez a Maçonaria. Quando o Rei de França o liberou, o judeu respondeu cortando-lhe o pescoço. A nação francesa associou-se à generosidade do rei: o judeu obstinou-se em arruinar tudo o que compõe essa nação. A Europa imitou a França. O judeu pôs-se a drenar o dinheiro da Europa e a semear entre todos os povos a revolução social. Enfim, a França acreditou desarmar a judiaria confiando-lhe sua fortuna e seu governo, seu ensino, sua magistratura, seu exército, seu comércio, e até a preocupação de diverti-la; os judeus respondem colocando sua benfeitora em liquidação, sendo essa sua função natural e fatal...”

Isto significa que devemos votar aos judeus o ódio do cristão e particularmente o do francês? Deus nos livre disso!

Fazemos nossa a declaração que Gougenot des Mousseaux colocou no início do seu livro *Le juif, le judaïsme et la judaïsation du peuple chrétien*, para prevenir qualquer falsa interpretação do seu pensamento:

“Sempre que uma qualificação especial não modificar nosso sentido, o judeu será para nós não um rebento qualquer da raça de Judá, mas o homem da ortodoxia farisaica, o fiel das selvagens e insociáveis tradições do Talmude. Nossas intenções formais são de fazer compreender sob o nome puro e simples de judeu apenas o *puro sectário do Talmude*.

“Admitimos, mesmo, e de todo coração, até nessa categoria dos puros ortodoxos, exceções tão honrosas e tão numerosas quantas a razão do leitor lhe permitir fazer”.

O que hoje se chama de anti-semitismo, quer dizer, a oposição aos judeus, à sua ambição de dominar o gênero humano e aos meios que empregam para chegar a esse império universal, não nos deve fazer esquecer aquilo que eles foram nem também aquilo que, segundo as Sagradas Escrituras, eles serão um dia. Coisa que o abade Mustel expôs muito bem.

Escolhido por Deus, na origem, para uma missão magnífica, à qual, através de peripécias diversas e dramáticas, apesar da dureza de cabeça e de coração, restou fiel, o povo judeu foi, durante dois mil anos, a esperança e a honra da humanidade. Ele guardava a herança das promessas divinas, prestava testemunho ao verdadeiro Deus, no seio da idolatria pagã, conservava aqui em baixo a fé, a verdade, o culto puro e substancial do Pai que está nos Céus, a esperança e a graça preventiva do Salvador do mundo; ele recebera do próprio Deus, através do ministério dos Anjos, uma lei sem mancha, que continha em germe a perfeição que devia ser desenvolvida através do Evangelho; seus Patriarcas, seus Profetas, seus grandes Reis eram mensageiros fiéis do céu à terra; pela palavra e pelo exemplo, eles mantinham um nível e uma corrente de virtude e de religião sem a qual a corrupção e a impiedade teriam lançado todo o

gênero humano como vítima da maldição e da morte. Abraão, Isac, Jacó, José, Judá, Moisés, Davi, Salomão e tantos outros, figuravam o Messias prometido, o Verbo eterno de Deus que devia se encarnar e tornar-se realmente o descendente, o filho dessa raça, dessa família eleita para a maior glória com a qual Deus podia honrar a humanidade.

A Virgem Maria, a mais perfeita de todas as criaturas, a mais pura, a mais santa, num grau que não podemos imaginar, mais que todos os coros dos Anjos, a Imaculada Mãe de Deus ia sair do tronco de Jessé, e, voltando-se para Abraão e sua raça, para abençoar Deus por ter realizado nela as grandes coisas que Lhes havia prometido, ela saudaria, nas heroínas que tinham tido, no antigo mundo, o privilégio único e maravilhoso do seu povo, Débora, Judite, Ester, sem esquecer Sara, Rebeca, Raquel, nem Ana, mãe de Samuel, esboços já radiosos, formados, modelados, louvados, cantados e abençoados pelo próprio Espírito Santo, do tipo sublime e inefável de santidade que devia se realizar nela e atrair do Céu o Verbo de Deus para o seu seio virginal.

Assim, quando escritores, os quais gostaríamos de poder aplaudir sem reservas, deixam-se levar pela paixão do objetivo que perseguem a ponto de lançarem o ultraje a esses nomes que a Igreja e o próprio Espírito Santo oferecem e impõem à nossa veneração, só podemos reprovar essas blasfêmias insensatas contra a própria Palavra e a Inspiração de Deus.

Até Jesus Cristo os judeus foram, em toda verdade, “o Povo de Deus”; nascendo da raça de Abraão, Jesus Cristo coroou-a e consagrou-a com a sua própria santidade, e a propôs, em virtude do laço indissolúvel pelo qual estava unido a ela, ao respeito, às bênçãos e ao reconhecimento de todas as tribos da terra e de todas as gerações humanas.

É, pois, com toda justiça, e deve ser de todo coração que cantemos com Davi: “O Altíssimo não mostrou tanta predileção por outras nações, e nem sequer Lhes manifestou Seus julgamentos. *Non fecit taliter omni nationi et judicia sua non manifestavit eis*”.

Mas, o deicídio cavou entre o tempo antigo e os novos tempos um abismo que somente a misericórdia divina fechará um dia, quando a justiça tiver realizado a sua obra.

Aqui, contudo, é preciso ainda distinguir.

A verdadeira raça de Abraão, dócil e fiel ao espírito da lei, reconheceu a sua realização e recolheu piedosamente o fruto divino. Os verdadeiros e bons israelitas, cujo coração não foi viciado pela fraude, vieram Àquele que seus pais esperavam e chamavam com seus desejos. Eles saíram do templo quando o véu se rasgou; eles saíram da sinagoga quando a cátedra que ela continha, deixando de ser aquela de Moisés, tornou-se uma cátedra de pestilência, de mentira e de ódio. Os Apóstolos, os discípulos, os convertidos de Pentecostes e aqueles que, após eles, entraram no aprisco do Bom Pastor, foram a verdadeira posteridade de Abraão, o pai, não dos blasfemadores e dos malditos, mas dos crentes.

Estes, com Pedro e Paulo à frente, foram os fundamentos da Igreja, as bases da cristandade, as pedras angulares da casa de Deus que se alargava para conter o mundo inteiro. Eles são nossos pais na fé e nós descendemos deles, não pelo sangue, nem pela carne, mas pelo espírito, pela seiva de fé e de caridade que deles passou para nós, quando fomos enxertados nessa haste cuja raiz mergulha no coração do próprio Jesus. Assim, Abraão, Moisés, Davi não estão entre os judeus rebeldes, assim como não estão Pedro, Paulo, André, Marcos, João e os outros apóstolos; nem Maria e José; eles estão conosco. O Calvário separou em dois a raça judia: de um lado, os discípulos que chamaram a si e incorporaram todos os cristãos; de outro, os carrascos, sobre a cabeça dos quais, segundo seu desejo, recaiu o sangue do Justo, lançando-os numa maldição que durará tanto quanto sua rebelião.

Mas essa porção maldita, que é o povo judeu tal como ele subsiste, visível e separado de todos os outros povos, guarda, sob a maldição e a justa vingança de Deus, sua força de coesão e de resistência, flexível, elástica, mas indomável e inalterável: ele permanece tal como o deicídio e o justo castigo desse crime infinito o tornaram: a vítima imortal do ódio que o atormenta e o obstina, sem repouso nem trégua, a lutar com todas as suas forças e com todas

as armas contra o Salvador que ele crucificou, contra o gênero humano que ele abomina, mas sobretudo contra a Igreja, herdeira, às suas expensas, das bênçãos que ele recusou e desprezou.

O judeu, durante muito tempo, repudiou a lei de Moisés assim como repudiou o Evangelho. Ele guarda os Livros Santos para obedecer, apesar dele, a um desígnio misericordioso de Deus, que lhe confiou esse depósito para tornar sua autenticidade mais incontestável. Mas não é na Bíblia que ele haure sua fé e sua lei, é no *Talmude*, que podemos definir como o código do mais violento, pérfido e implacável ódio. O *Talmude* é para o Evangelho o que o inferno é para o Céu, o que Satã é para Nosso Senhor Jesus Cristo.

Há dezoito séculos esse ódio tem inspirado, dominado esse povo, o mais tenaz, o mais incompreensível dos povos. Seu ódio tomou todas as formas, dissimulou-se e infiltrou-se, com uma habilidade igual à sua constância, em todas as revoltas do espírito humano contra Deus, seu Cristo e sua Igreja. O judaísmo introduziu-se, no início, na própria Igreja, para levar a agitação, a divisão e a heresia. Essa foi a obra de Simão, o Mago, dos gnósticos, de Manés e dos seus aderentes ou êmulos. Mais tarde o judeu favorece, quando não inspira, todas as heresias; quanto mais estudamos de perto sua ação, mas o vemos misturado a toda resistência contra o Espírito de Deus.

Na Idade Média o judeu trai os cristãos em proveito dos maometanos, que, não obstante, o desprezam e o maltratam, na Espanha como no Oriente; ele está com os albigenses, contra os católicos, como estará com os protestantes, como ele está com os livres-pensadores, os jacobinos, os socialistas e os franco-maçons; como ele está hoje com os niilistas na Rússia. Ele está, como o abutre, em todos os campos de batalha, não para lutar, mas para se fartar com a carnificina.

No entanto, a Igreja sempre protegeu o judeu contra as indignações legítimas, mas excessiva, dos povos que ele explorou, enganou ou traiu. Ela conhecia tudo o que ele trama incessantemente contra a fé e contra os fiéis. O judeu cabalista, o judeu da magia negra era-lhe conhecido como o judeu usurário, espião ou traidor. Mas ela não esqueceu a antiga glória, ela espera a conversão prometida desse povo, no qual ela honra, apesar de tudo, os fragmentos daquilo que foi a nação escolhida, o povo de Deus.

Entretanto, ela é uma mãe prudente, e a regra que inspirava sua conduta e sua legislação relativamente aos judeus era esta: é preciso deixar-lhes a vida e a segurança, mas é preciso impedir-lhes que assumam algum império sobre os cristãos.

Se essa legislação, tão sábia, não tivesse sido repudiada pelos governos modernos, a questão judia não existiria; a questão social não teria nascido ou seria fácil de resolver, e não teria havido Dreyfus, nem Ullmo, nem Marix, nem Dupont etc., etc.

Apesar de suas traições e de todos os seus defeitos, todo bom cristão deve ter pelos judeus algum coisa dos sentimentos que estavam no coração de São Paulo e que ele assim exprimia:

“Digo a verdade em Jesus Cristo, não minto, a minha consciência me dá testemunho pelo Espírito Santo: sinto grande pesar, incessante amargura no coração! Porque eu mesmo desejaria ser reprovado, separado de Cristo, por amor de meus irmãos, que são do mesmo sangue que eu, segundo a carne. Eles são os israelitas: a eles foram dadas a adoção, a glória, as alianças, a Lei, o culto, as promessas, e os patriarcas; deles descende Cristo, segundo a carne, o qual é sobre todas as coisas, Deus bendito para sempre... Irmãos, o desejo do meu coração e a súplica que dirijo a Deus por eles são para que se salvem” (Romanos, IX-X).

2. — A LEI DOS JUDEUS DESDE A DISPERSÃO

Desde Cristo até nossos dias, é no Talmude e não na lei de Moisés que o judeu haure a única e verdadeira ortodoxia jurídica.

Um autor israelita bem conhecido (Singer) disse com toda razão: “*Aqueles que se vangloriam, em razão da Bíblia, de nos conhecerem, estão em completo erro*”.

“*São os obras que compõem o imenso edifício da legislação talmúdica que regulamentam a vida religiosa do judeus, desde a primeira respiração até o último suspiro*”.

É, pois, grandemente errado que se considere o Antigo Testamento como sendo o código religioso dos judeus atuais: “Esse código é o Talmude, que, como observou Chiarini, só é próprio para fazê-los perder o bom senso e a *corromper-lhes o coração em nome do Eterno*” (Mons. Meslin, *Les Lieux Saints*, t. III, p. 549).

“O Talmude, disse por seu turno o grande rabino Trenel, diretor do seminário rabínico, teve em todos os tempos detratores violentos e apologistas apaixonados. Durante dois mil anos ele foi e *ainda é* um objeto de veneração dos israelitas, *para os quais ele é o código religioso*”.¹⁵¹

Que é, pois, o Talmude? O Talmude é uma coletânea, iniciada cerca de 150 anos após a morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, por um rabino chamado Judá, continuada por outros rabinos, e terminada somente no fim do século V. Eis, segundo um sábio rabino judeu, convertido ao catolicismo, Drach, o que devemos pensar a respeito:

“Nós que, por estado, ensinamos durante muito tempo o Talmude e explicamos sua doutrina, após termos seguido um curso especial durante longos anos com os doutores israelitas mais renomados deste século..., nós falaremos dele com conhecimento de causa e imparcialidade...; diremos o que o recomenda e o que o condena... Talmude é um termo hebreu-rabínico que significa *doutrina*, estudo. Ele designa mais particularmente o grande corpo de doutrina dos judeus, no qual trabalharam sucessivamente e em diferentes épocas os mais acreditados doutores de Israel. *É o código completo, civil e religioso, da sinagoga*. Seu objeto é explicar a lei de Moisés, *conforme ao espírito da tradição verbal*...”

“Se o leitor judicioso do Talmude tem *frequentemente* oportunidade de se afligir com as *estranhas aberrações* nas quais pode cair o espírito humano privado da verdadeira fé; se mais de uma vez as *torpezas do cinismo rabínico* obrigam o pudor a esconder sua face; se a Igreja está revoltada com as atrozidades e insensatas calúnias que o ódio ímpio dos fariseus ali espalha sobre todos os objetos da sua veneração religiosa, o teólogo cristão recolhe no Talmude informações e tradições preciosas para a explicação de mais de um texto obscuro do Antigo Testamento, e para convencer seus adversários religiosos acerca assim da antiguidade como da santidade dos dogmas católicos”.

Existem duas redações do Talmude; a de Jerusalém e a da Babilônia, composta para reformar os defeitos da primeira.

“O Talmude da Babilônia — diz Achille Laurent, um dos membros da sociedade oriental que mais aprofundou nestes últimos tempos a questão judaica — é o único a ser seguido. Ele forma uma coleção que não tem menos de doze volumes *in-folio*. É o código religioso dos judeus modernos, bem diferente daquele dos antigos judeus. É aí que estão encerradas todas as crenças; e quando se tem a coragem de percorrer essa imensa coletânea, encontram-se *as causas sempre ativas dos povos contra os restos dispersos de Israel*... É desse comentário que se derivaram as quimeras da cabala, os perigosos erros da magia, a invocação dos bons e dos maus espíritos, um enorme amontoado de erros morais e uma teologia emprestada da Caldéia e da Pérsia... O comentário destrói a lei pelos *princípios de ódio que contém contra todos os homens que não fazem parte daquilo que ele chama de povo de Deus*”.¹⁵²

Foi dessa maneira que o Talmud se tornou o provocador supremo dos mais anti-sociais costumes e o inspirador de um ódio furioso contra os cristãos. Drach nos ensina que, depois que o conhecimento da língua hebraica se espalhou na Europa, os impressores judeus tomaram a precaução de suprimir as passagens que contêm horrores e recomendações

¹⁵¹ *Univers Israélite*, agosto de 1866, XII, p. 568-570.

¹⁵² Laurent, *Relations des affaires de Syrie*, etc., t. II, p. 352-353.

detestáveis contra os cristãos e o cristianismo, deixando lacunas nesses lugares, e, para remediar essas lacunas, os rabinos ensinam verbalmente o que elas indicam. Algumas vezes também eles restabelecem tais supressões à mão nos seus exemplares. “Isso aconteceu, diz ele, no exemplar do Talmude que possuo”.

O Talmude tem sobretudo a finalidade de inculcar nos judeus essa fé de que eles compõem uma raça superior, destinada a dominar sobre todo o universo e a dar-lhes os meios para chegarem a essa dominação.

“Os políticos sensatos, escrevia Mercier no ano de 1786,¹⁵³ não souberam prever as desagradáveis conseqüências que poderia ter a súbita explosão de um povo numeroso e inflexível nas suas opiniões, cujas idéias, contrastando fortemente com as dos outros povos, tornavam cruéis e fanáticas a sua lei e as promessas pomposas que remontavam à origem do mundo, porque a Terra lhes pertencia e os outros povos não eram, aos olhos deles, senão usurpadores.

“Os judeus, considerando-se um povo anterior aos cristãos e criado para subjugar-los, reuniram-se sob um chefe ao qual repentinamente atribuíram todo o maravilhoso criado para desestabilizar as imaginações e dispô-las às maiores e mais extraordinárias resoluções.

“Eles compunham então na Europa uma multidão esparsa que podia subir a 12 milhões de indivíduos, e os judeus espalhados no Oriente, na África, na China e mesmo nas partes interiores da América, acorrendo ou enviando socorros, a primeira invasão foi violenta. Seria preciso reparar a invigilância política dos séculos precedentes e nós teríamos necessidade de sabedoria, constância e firmeza para decompor esse fanatismo ardente, para apaziguar essa fermentação perigosa, e reduzir os judeus daí para a frente a ganharem sua vida numa absoluta tranqüilidade!...”

Essa fermentação, essa explosão do poder judeu, pressentida por Mercier em 1786, nós a vemos em plena atividade.

Faz um século, com a ajuda da Revolução, os judeus puseram-se a perseguir, com novo ardor, o ideal da sua raça, e a dominar, para tanto, todas as forças vivas dos povos que tiveram a imprudência de admiti-los no seu seio em pé de igualdade, usando, relativamente a eles, a moral cristã, ao passo que os judeus não conhecem senão a moral talmúdica.

Foi assim que chegaram a nos dominar na França, ou melhor, a nos tyrannizar do ponto de vista da política e do governo, dos bancos e das finanças, da indústria e do comércio, da imprensa e da opinião pública.

Gougenot des Mousseaux expõe nestes termos os frutos produzidos pelo Talmude na alma judia e na raça de Israel:

“A lei religiosa do judeu da franca ortodoxia é uma lei de exclusão e de ódio; mas ele não fugirá de vós, porque ele vive de vós. O olho dele vos absorve e seus raios vos devoram. O roubo, a usura, a espoliação constituem direitos religiosos dele sobre os cristãos; porque o não-judeu não passa aos olhos dele de um simples bruto inábil a ser possuído; e para o judeu, a propriedade que esse bruto detém é roubo. Nenhuma lei lhe impõe o respeito pelos bens, nenhuma o respeito pela vida desse infiel. Quer o acolhais, quer o repudieis, considerai bem de tê-lo sempre como vizinho: mas quer o persigais, quer ele ceda ao peso dos vossos benefícios, jamais o tereis como próximo; jamais ele vos considerará seu semelhante”.

Numa palavra, a doutrina anti-social do talmudisante é a morte da civilização cristã.

Auguste Rohling, professor da Universidade de Praga, aprendeu o hebreu para poder traduzir o Talmude. Eis alguns excertos do seu trabalho.¹⁵⁴

¹⁵³ Sébastien Mercier, autor do livro *L'an 2440*, do qual falamos acima, teve uma surpreendente intuição do que se tornaria o poder judeu, ao qual a Revolução iria dar impulso.

¹⁵⁴ *Le Juif selon le Talmud*, por Rohling, edição francesa de Pontiguy, do editor Savaète.

1° As almas dos judeus têm o privilégio de serem uma parte do próprio Deus. As almas dos outros povos da terra vêm do diabo e são semelhantes às dos brutos.

4° A dominação sobre os outros povos deve ser partilha unicamente dos judeus.

5° Esperando a vinda do Messias, os judeus vivem em estado de guerra contínua com todos os outros povos.

Quando a vitória for definitiva, os povos aceitarão a fé judaica, mas os cristãos serão os únicos a não participarem dessa graça; ao contrário, serão inteiramente exterminados, porque descendem do diabo.

Um judeu é da substância de Deus; e um não-judeu que fere um judeu merece a morte.

8° Somente os judeus são homens, as outras nações não passam de variedades de animais. O cão vale mais do que o não-judeu. Os não-judeus são não somente cães, mas asnos. As almas dos não-judeus vêm do espírito impuro, e as almas de Israel vêm do espírito de Deus.

9° Os não-judeus foram criados apenas para servir os judeus noite e dia, sem se desviarem do seu serviço.

10° É proibido ao judeu louvar a ciência ou a virtude de um cristão.¹⁵⁵

11° Não é justo usar a misericórdia relativamente aos inimigos.

12° O homem (o judeu) deve em todo o tempo ser astucioso.

13° O judeu pode dizer ao não-judeu que o ama, se julga necessário ou tem medo.

14° O judeu pode ser hipócrita com o não-judeu.

15° Os filhos de Abraão são os judeus; os filhos de Noé são os não-judeus.

16° Deus deu todo poder aos judeus sobre os bens e o sangue de todos os povos.

17° Um não-judeu que rouba um judeu, seja ainda menos que um óbolo, deve ser morto. Ao contrário, é permitido a um judeu fazer mal a um não-judeu. Despojar um pagão é coisa permitida.

18° Se a vinha pertence a um estrangeiro, traga-me as uvas; se ela é de um judeu, não a toque. O dinheiro do não-judeu é um bem sem dono, de sorte que o judeu tem o direito de tomá-lo. O bem dos cristãos é para o judeu como um bem abandonado, como a areia da praia; o primeiro que se apodera é o verdadeiro possuidor.

19° Tu podes enganar um estrangeiro e exercer a usura contra ele.

20° Quando, num país em que os judeus governam, um judeu tem um processo com um não-judeu, faz teu irmão ganhar e diz ao estrangeiro: "Assim o quer a nossa lei". Nos países em que as leis dos povos são favoráveis aos judeus, faz ainda ganhar teu irmão e diz ao estrangeiro: "Assim o quer a nossa lei". Se os judeus não são os senhores do país ou se eles não têm a lei a seu favor, então é preciso enredar os estrangeiros por meio de intrigas, até que o judeu ganhe.

21° Se alguém devolve a um cristão o que ele perdeu, Deus não o perdoará. É proibido devolver a um *goim* o que ele perdeu. Aquele que devolve ao não-judeu aquilo que ele perdeu comete um pecado. Aquele que ama um cristão odeia seu próprio criador.

22° Deus ordenou-nos que exercêssemos a usura relativamente ao não-judeu, de maneira que não lhe prestemos assistência, mas, ao contrário, façamos-lhe o mal.¹⁵⁶

23° Extermina o melhor dentre os não-judeus. Tira a vida ao mais honesto dos idólatras.

24° Se um pagão cai num fosso, recobre-se o fosso com pedra e devem-se tomar vãos todos os meios que ele possa empregar para dali sair. Quando o virmos cair num rio ou em perigo de morte, não devemos salvá-lo. Mamônidas ensina que se deve ferir de morte todo não-judeu quando se tem esse poder. É justo exterminar todo herético; aquele que espalha o

¹⁵⁵ Os judeus observam rigorosamente esse preceito do Talmude; a pena manejada por um judeu só tem louvado palavras e escritos dos judeus.

¹⁵⁶ É preciso ler todo o capítulo sobre a usura para ver como os judeus adestram seus filhos para ela.

sangue dos ímpios oferece um sacrifício a Deus. (Sob o nome de *ímpio* compreende-se Jesus e seus partidários). Aqueles que negam os ensinamentos de Israel, particularmente os adeptos do Nazareno, devem ser mortos, e é sempre uma boa obra executá-los: se não se puder, *deve-se esforçar-se por ocasionar a sua morte*. Mas aquele que mata uma alma de Israel será julgado como se tivesse matado o mundo todo. Se um judeu pode enganar os não-judeus e fazer-lhes crer que ele mesmo é um não-judeu, isto lhe é permitido etc., etc.¹⁵⁷

Por respeito aos nossos leitores nós nos abstermos de reproduzir aquilo que o Talmude ensina, aconselha, prescreve aos judeus relativamente ao sexto mandamento da Lei de Deus. Os que desejarem conhecer o Talmude mais de perto podem ler na obra de Gougenot des Mousseaux o capítulo IV e o capítulo V, com suas cinco divisões.

Semelhante código foi e devia ser a fonte da degradação do povo judeu e também do ódio e do desprezo com que os outros povos o atormentaram.

O homem age em todas as coisas segundo a sua crença. Aquilo em que ele crê com sinceridade passa, dia a dia, e freqüentemente sem que o perceba, para os seus atos. A fé de um crente é a razão dos seus costumes e a fonte da sua moral. Entre os judeus, para os quais, durante uma longa seqüência de séculos, a fé e a lei foram uma só e mesma coisa, entre esse povo que só vivia para a sua religião, o Talmude foi o supremo estimulante dos mais anti-sociais costumes.

3. — CARTA DE SIMONINI A BARRUEL

Entre os papéis deixados por Barruel encontra-se a cópia por ele feita de uma carta que lhe foi endereçada de Florença no dia 5 de agosto de 1806 e recebida no dia 20 em Paris. O original, como veremos, foi enviado ao Papa Pio VII. Outras cópias autênticas foram feitas e endereçadas a vários bispos. Um correspondente da *Vérité* encontrou uma delas, faz vinte anos, nos arquivos de um bispado e remeteu cópia dela à redação no dia 2 de outubro de 1893.

O bispo dessa diocese comunicara esse documento, em 1822, a um célebre convertido, e havia escrito em cima: “N. — Não é necessário devolver-me esta cópia, que X me pediu lhe transmitisse”.

Aquele a quem esta comunicação fora feita, devolveu o documento ao bispo, em 9 de maio de 1822, com uma carta, cujo original se encontra nos mesmos arquivos e na qual lêem-se as seguintes linhas: “Tenho a honra de devolver a Vossa Grandeza os papéis que quisestes transmitir-me da parte de X. A carta de Florença, relativa aos judeus, eu já a conhecia; o marquês de Montmorency ma havia mostrado em Paris...”

A *Civiltà Cattolica* publicou-a na edição de 21 de outubro de 1881, e diz que *o original da carta de Simonini, assim como a carta de remessa de Barruel ao Papa, encontram-se nos arquivos do Vaticano*.

¹⁵⁷ O doutor Rohling ofereceu 10.000 francos a quem demonstrasse que as teses incriminadas não se encontravam no Talmude; até agora nenhum judeu aceitou o desafio. O jornal *Mercure de Westphalie*, que dera a público essas doutrinas numa brochura intitulada *Le Miroir des Juifs [O Espelho dos Judeus]* foi absolvido por julgamento de 10 de dezembro de 1883. Diversos outros jornais, perseguidos na Alemanha como os principais atacantes dos judeus, foram absolvidos. Num desses processos, um rabino judeu declarou que a doutrina do Talmude unia todos os judeus.

Em 1888, a valente folha católica *Luxembourg Wort*, redigida por Welter, publicou uma série de artigos estabelecendo que a oposição que os judeus encontraram em todos os países e em todos os tempos vem sobretudo do Talmude. O rabino de Luxemburgo, Blumenstem, encaminhou uma queixa ao procurador do Estado e o caso teve seguimento perante o tribunal correcional de Luxemburgo. O defensor observou que nos últimos anos mais de três centenas de obras tinham sido publicadas sobre a questão judia, e que o resultado dessa discussão não tinha sido favorável aos judeus; que a maioria dos autores havia declarado que as afrontas dirigidas contra os judeus tinham base no Talmude; e que se concordaria em reconhecer que a moral do Talmude é perigosa para a sociedade e que ela legitima a campanha anti-semita.

Eis o documento:

“J. † M. Florença, 5 de agosto de 1806.

Senhor, faz pouco tempo que, fortuitamente, fiquei muito feliz por ter conhecido vossa excelente obra intitulada *Mémoires des Jacobins*. Eu a li, ou melhor, a devorei com um prazer indizível, e dela retirei as maiores vantagens e as maiores luzes para a minha pobre conduta, tanto mais quanto nela encontrei exatamente pintada uma infinidade de coisas das quais fui, no curso da minha vida, testemunha ocular, sem, no entanto, compreendê-las bem. Recebei, pois, Senhor, de um militar ignorante, como sou, as mais sinceras felicitações pela vossa obra, que se pode a justo título chamar de a obra por excelência do último século. Ó! como bem desmascarastes essas seitas infames, que preparam os caminhos do Anticristo, e são inimigas implacáveis não somente da religião cristã, mas de todo culto, de toda sociedade, de toda ordem. Há uma, entretanto, da qual falastes apenas ligeiramente. Talvez o tenhais feito expressamente, porque ela é a mais conhecida, e, por conseguinte, a que menos se deve temer. Mas, segundo penso, é hoje o poder mais formidável, se se consideram suas grandes riquezas e a proteção de que ela goza em quase todos os Estados da Europa. Compreendeis, bem, Senhor, que falo da seita judaica. Em tudo ela parece inimiga e separada das outras seitas; mas realmente não o é. Com efeito, basta que uma destas se mostre inimiga do nome cristão para que ela a favoreça, a suborne e a proteja. E não a vimos, e não a vemos ainda prodigalizar seu ouro e seu dinheiro para sustentar e favorecer os modernos sofistas, os franco-maçons, os jacobinos, os iluminados? Os judeus, pois, com todos os outros sectários, formam uma só facção, para aniquilar, se for possível, o nome cristão. E não creais, senhor, que tudo isso seja exagero de minha parte. Nada adianta que não me tenha sido dito pelos próprios judeus, e eis como: enquanto o Piemonte, onde nasci, estava em revolução, tive oportunidade de freqüentar casas de judeus e de tratar confidencialmente com eles. Eles, no entanto, foram os primeiros a me procurarem, e eu, como não era então escrupuloso, fingi ligar-me a eles por estreita amizade, e cheguei a dizer-lhes, rogando-lhes o mais rigoroso segredo, que tinha nascido em Livourne, de uma família de hebreus, mas que, menino ainda, tinha sido educado não sei por quem; que não sabia mesmo se tinha sido batizado, e que, embora exteriormente vivesse e agisse como os católicos, no meu interior pensava como os da minha nação, pela qual havia sempre conservado um terno e secreto amor. Então eles me fizeram as maiores ofertas e me concederam toda a confiança; prometeram-me fazer-me general se eu quisesse entrar na seita dos franco-maçons; mostraram-me quantidades de ouro e de dinheiro, que distribuíam, disseram, para aqueles que abraçavam o partido deles, e quiseram presentear-me a todo custo com três armas decoradas com os signos da franco-maçonaria, que aceitei para não os desgostar, e para incitá-los a cada vez mais me contarem seus segredos. Eis, pois, aquilo que os principais e os mais ricos judeus me disseram em diversas circunstâncias:

“1° Que Manés e o infame velho da montanha tinham saído da nação deles; — 2° que os franco-maçons e os iluminados tinham sido fundados por dois judeus, cujos nomes me disseram, mas que por desgraça me escaparam da memória; — 3° que, numa palavra, deles tinham origem todas as seitas anti-cristãs, que eram no momento tão numerosas no mundo a ponto de chegarem a vários milhões de pessoas de todo sexo, estado, nível e condição; — 4° que, só na nossa Itália, eles tinham como partidários mais de 800 eclesiásticos, tanto seculares quanto regulares, entre os quais muitos curas, professores públicos, prelados, alguns bispos e alguns cardeais, e que, dentro em pouco, não perdiam a esperança de ter um Papa a favor deles; (supondo-se que seja um cismático, a coisa torna-se possível); — 5° que, semelhantemente, na Espanha eles tinham grande número de partidários, mesmo no Clero, apesar de que, nesse Reino, ainda estivesse em vigor a maldita Inquisição; — 6° que a família dos Bourbons era sua maior inimiga; que, dentro de alguns anos, eles esperavam aniquilá-la; —

7° que para melhor enganar os cristãos, viajavam e passavam de um país a outro com certificados falsos de batismo, que compravam de certos curas avaros e corrompidos; — 8° que esperavam, à força do dinheiro e de cabalas, obter de todos os governos um estado civil, como já aconteceu em diversos países; — 9° que, possuindo os direitos de cidadãos como os outros, eles comprariam casas e terras, tantas quanto pudessem, e que, através da usura, conseguiriam bem depressa despojar os cristãos dos seus bens e tesouros. Isso começa a se verificar na Toscana, onde os judeus exercem impunemente a mais exorbitante usura, e fazem imensas e contínuas aquisições, tanto na zona rural como nas cidades; — 10° que, por conseguinte, eles prometiam, em menos de um século, ser os donos do mundo, abolir todas as outras seitas, fazer reinar a deles, e fazer das igrejas dos cristãos outras tantas sinagogas, e reduzir o restante destes a uma verdadeira escravidão.

“Eis, senhor, os pérfidos projetos da nação judia, que ouvi com os meus próprios ouvidos. Sem dúvida, é impossível que possam realizá-los todos, porque são contrários às promessas infalíveis de Jesus Cristo à sua Igreja, e às diversas profecias que anunciam claramente que esse povo, ingrato e obstinado, deve permanecer errante e vagabundo, no desprezo e na escravidão, até que conheça o verdadeiro Messias, que crucificou, e faça, nos últimos tempos, a consolação da Igreja, abraçando a fé. Entretanto, eles podem fazer muito mal se os governos continuarem a favorecê-los, como têm feito há muitos anos. Seria, pois, muito de desejar que uma pena enérgica como a vossa abrisse os olhos aos sobreditos governos, e os instruisse a fazer retornar esse povo à abjeção que lhe é devida, e na qual nossos pais, mais políticos e mais judiciosos do que nós, tiveram sempre o cuidado de mantê-los. É a isto, senhor, que particularmente vos convido, no meu nome particular, rogando-vos que perdoeis a um italiano, a um militar, os erros (de gramática) que encontrardes nesta carta. Eu vos desejo, da mão de Deus, a mais ampla recompensa pelos escritos luminosos com os quais tendes enriquecido a Igreja, e que Ele inspire para vós, de quem os ler, a mais alta estima e o mais profundo respeito, nos quais tenho a honra de ser, senhor, vosso muito humilde e obediente servidor.

Jean-Baptiste SIMONINI”.

“*P.S.* — Se neste país eu puder vos servir em alguma coisa, e se tiverdes necessidade de novas luzes sobre o conteúdo da presente, fazei-mo saber, e vos obedecerei”.

Notas acrescentadas por Barruel à cópia dessa carta:

N.B. 1 — Refletindo a respeito, o objeto dessa carta pareceria inacreditável, e quanto, ao menos, em sã crítica, ele exigiria provas impossíveis de obter! Eu me abstive de publicar algo semelhante. No entanto, acreditei dever comunicá-la ao cardeal Fesch, a fim de que dela fizesse uso, junto ao Imperador, conforme melhor lhe aprouvesse. Fiz o mesmo relativamente a Desmaretz, para que dela falasse ao chefe de polícia, se julgasse útil.

Creio ter melhor agido nada publicando de semelhante.

Era meu intuito, ao colocar aquelas pessoas a par desta carta, impedir o efeito que pudesse ter o Sinédrio convocado em Paris pelo Imperador. Ela produziu tanta impressão em Desmaretz que ele se encontrava então ocupado em pesquisas sobre a conduta dos judeus, os quais, disse-me ele, eram bem piores na Alsácia do que na Toscana. Ele quisera guardar o original; eu o recusei, reservando-me para enviá-lo ao Papa, como fiz, rogando-lhe que levasse a Simonini as informações convenientes, para saber o grau de confiança que sua carta merecia. Alguns meses mais tarde, Sua Santidade fez-me escrever através do abade Tetta, seu secretário, que tudo anunciava a veracidade e a probidade daquele que me mostrara tudo aquilo de que dizia ter sido testemunha. Depois disso, não me permitindo as circunstâncias entrar em contato com Simonini, julguei dever guardar sobre o objeto da sua carta profundo silêncio, bem certo de que, se não acreditassem em mim, melhor valia nada ter dito.

N.B. 2 — À chegada do rei, encaminhei-lhe uma cópia da carta.

Para conceber esse ódio dos judeus contra os reis de França, é preciso remontar até Filipe o Belo, que, no ano de 1306, tinha expulsado da França todos os judeus e se apoderou de todos os seus bens. Daí, como consequência, causa comum com os Templários. — Origem do grau de Kadoc.

N.B. 3 — Soube, através de um franco-maçom iniciado nos grandes mistérios da seita, que nela havia muitos judeus, sobretudo nos altos graus.

Já não se realizou tudo o que está demonstrado nessa carta escrita nos primeiros dias do século XIX e não está tudo isso sob os nossos olhos no início do século XX?

Quem dirá em que medida as riquezas dos judeus aumentaram e qual a influência que eles exercem hoje em todos os Estados da Europa?

Ademais, não é também evidente que eles protegem, favorecem e subornam tudo quanto é inimigo do nome cristão?

O estado civil que lhes permite pertencer simultaneamente a duas nacionalidades, à deles e àquela na qual entraram, eles o obtiveram sucessivamente de todos os governos que acolheram no seu seio os princípios de 89.

Vemos muito bem o uso que eles fazem dessa situação. Eles se propuseram e conseguiram: despojar aqueles que tão benevolamente lhes abriram os braços.

E como eles predisseram, EM MENOS DE UM SÉCULO eles se tornaram nossos senhores: eles entrevêem o dia em que serão os senhores do mundo.

Como eles queriam, a família dos Bourbons foi expulsa de todos os Estados em que reinava.

Na ordem religiosa, não obtiveram tudo o que desejavam. Mas que não fizeram eles?

Enfim, não é sinistramente interessante comparar o que está dito neste documento: “Eles não desanimam de, dentro em pouco, ter um papa do partido deles”, com aquilo para o que a Grande Loja foi principalmente constituída, cerca de vinte e cinco anos antes da remessa dessa carta? Que se releiam acima os escritos de Núbius e dos outros conjurados.

4. — DISCURSO-PROGRAMA DE UM RABINO

A Revista intitulada *Le Contemporain*, editada em Paris, publicou no tomo XXII da 3ª série, edições de julho, agosto, setembro, outubro e novembro do ano de 1881, um estudo em vinte capítulos, assinado por Wolski, sobre a vida íntima e secreta dos judeus, particularmente na Rússia.

Esse estudo baseia-se principalmente num livro publicado em língua russa, em Vilna, em 1870, por um judeu convertido, Brafmann: *Livre sur le Kahal*. Essa publicação desagradou soberanamente os judeus, que compraram, para queimá-los ou escondê-los, todos os exemplares dos quais puderam se apoderar. Wolski diz possuir um, e nos vinte capítulos traduz as partes mais importantes.

O *Kahal*, que é o governo administrativo dos judeus, e o seu tribunal judiciário, que se chama *Bec-Dinc*, são as duas autoridades às quais os judeus se submetem e cujas prescrições executam cegamente. O *Livre sur le Kahal* contém mais de mil normas do Kahal, bem assim atos, notícias, cartas etc. Todos esses documentos levantam o véu que encobre a organização interior da sociedade judia, os meios secretos, os caminhos enviesados pelos quais os judeus, que antigamente não eram admitidos ao gozo dos direitos civis, conseguiram, na maioria dos países da Europa, suplantar, nos negócios, o elemento estrangeiro, acumular grandes capitais, hipotecar, em benefício deles, as propriedades imobiliárias, tornar-se donos do comércio e da indústria, e, enfim, apoderar-se da posição influente, dominadora, que ocupam na Europa e no mundo inteiro.

Todas as ordenações do Kahal, publicadas por Brafmann no seu livro, datam de 1794 a 1833. “Sua autenticidade, diz ele, é confirmada pela antiguidade do papel em que foram escritas, pela uniformidade da escrita do notário que as redigiu, pelas marcas d’água do papel,

que mostram as letras B.O.F.E.B. ; enfim, pelas assinaturas que são exatamente idênticas em documentos de diferentes datas”.

Wolski, no estudo publicado no *Le Contemporain*, oferece, desses documentos, apenas aqueles que importam ao objetivo que ele se propunha no estudo. Ele os precede de um excerto tirado de uma obra inglesa publicada por sir John Readlif sob este título: *Compte-rendu des événements politico-historiques survenus dans les dix dernières années*. [Relatório dos acontecimentos político-históricos ocorridos nos últimos dez anos].

O documento extraído desse livro, e que publicamos abaixo,¹⁵⁸ consiste num discurso pronunciado por volta da metade do século XIX, por um grande rabino, numa reunião secreta. Não existe melhor prova da perseverança com a qual o povo judeu persegue, desde tempo imemorial e através de todos os meios possíveis, a idéia e a arte de reinar sobre toda a terra.

Em 1806, Bonald lembrava a palavra do célebre Herder, que fazia esta predição no seu *Adrastée*: “Os filhos de Israel, que formam por toda a parte um Estado dentro do Estado, conseguirão, através da sua conduta sistemática e raciocinada, reduzir os cristãos a seus escravos. Que ninguém se engane, a dominação dos judeus será dura como a de todo povo dominado durante muito tempo que se encontra no nível dos seus antigos senhores”.

O discurso acima pode ser considerado como o comentário dessas palavras.

“Nossos pais legaram aos eleitos de Israel o dever de se reunir, um vez a cada século, ao redor da tumba do grande-mestre Caleb, santo rabino Simão-Ben-Judá, cuja ciência libera aos eleitos de cada geração o poder sobre toda a terra e a autoridade sobre todos os descendentes de Israel.

“Eis já dezoito séculos que dura a guerra de Israel contra esse poder que tinha sido prometido a Abraão, mas que tem sido arrebatado pela cruz. Pisoteado, humilhado por seus inimigos, sempre sob a ameaça da morte, da perseguição, de raptos e violações de toda espécie, o povo de Israel não sucumbiu, e se se dispersou por toda a terra é porque toda a terra deve pertencer-lhe.

“Há vários séculos nossos sábios lutam contra a cruz corajosamente e com uma perseverança que nada pode abater. Nosso povo se ergue gradualmente e seu poder cresce a cada dia. A nós pertence esse Deus do dia que Aarão ergueu para nós no deserto, esse bezerro de ouro, essa divindade universal da época.

“Assim, pois, que nós nos tornarmos os únicos possuidores de todo o ouro da terra, o verdadeiro poder passará para as nossas mãos, e então se cumprirão as promessas que foram feitas a Abraão.

“O ouro, o maior poder da terra, o ouro que é a força, a recompensa, o instrumento de todo poder, esse tudo que o homem teme e deseja, eis o único mistério, a ciência mais profunda sobre o espírito que rege o mundo. Eis aí o futuro.

“Dezoito séculos pertenceram aos nossos inimigos: o século atual e os séculos futuros devem pertencer-nos, a nós, povo de Israel, e seguramente nos pertencerão.

“Eis a décima vez, depois de mil anos de luta atroz e incessante com nossos inimigos, que se reúnem no cemitério, ao redor da tumba do nosso grande-mestre Caleb, santo rabino Simeão-Ben-Judá, os eleitos de cada geração do povo de Israel, a fim de estabelecer os meios de obter vantagem, para a nossa causa, das grandes faltas e pecados que não cessam de cometer nossos inimigos, os cristãos.

“Em cada oportunidade o novo sinédrio proclamou e pregou a luta sem perdão contra seus inimigos; mas, em nenhum dos séculos precedentes nossos ancestrais tinham conseguido concentrar tanto ouro em nossas mãos, e por conseguinte tanto poder, quanto o século dezenove nos forneceu. Podemos, pois, nos vangloriar, sem ilusão temerária, de que logo atingiremos nosso objetivo, e lançar um olhar de certeza em direção ao nosso porvir.

¹⁵⁸ Esse documento, publicado em Londres, foi reproduzido na *Terre Sainte*.

“As perseguições e as humilhações, esses tempos sombrios e dolorosos que o povo de Israel suportou com uma paciência heróica, muito felizmente passaram para nós, graças ao progresso da civilização entre os cristãos, e esse progresso é o melhor escudo atrás do qual poderíamos nos abrigar e agir para vencer, a passo rápido e firme, o espaço que nos separa do nosso supremo fim.

“Apenas, lancemos os olhos sobre o estado material da época e analisemos os recursos que os israelitas procuraram desde o começo do atual século, através do fato único da concentração nas suas mãos dos imensos capitais de que dispõem neste momento. Assim, em Paris, Londres, Viena, Berlim, Amsterdã, Hamburgo, Roma, Nápoles etc., e junto a todos os Rotschild, por toda a parte os israelitas são senhores da situação financeira, mediante a posse de vários bilhões, sem contar que em cada localidade de segunda e de terceira ordem são ainda eles os detentores dos fundos em circulação, e que, por toda a parte, sem os filhos de Israel, sem sua influência imediata, nenhuma operação financeira, nenhum trabalho importante poderia ser executado.

“Hoje, todos os imperadores, reis e príncipes reinantes estão sobrecarregados de dívidas contraídas para a manutenção de exércitos numerosos e permanentes, a fim de sustentar seus tronos cambaleantes. A Bolsa cota e regula essas dívidas, e somos em grande parte senhores da Bolsa em todas as praças. É caso, pois, de facilitarmos ainda e cada vez mais os empréstimos que nos são pedidos, a fim de nos tornarmos os reguladores de todos os valores, e tanto quanto for possível, explorar, em penhor dos capitais que fornecemos ao país, suas linhas de ferro, minas, florestas, grandes siderúrgicas e fábricas, assim como outros imóveis, até mesmo a administração dos impostos.

“A agricultura sempre será a grande riqueza de cada país. A posse das grandes propriedades valerá sempre honras e grande influência aos seus titulares. Daí segue que nossos esforços devem também tender no sentido de que nossos irmãos de Israel façam importantes aquisições territoriais. Devemos, pois, tanto quanto possível, levar ao fracionamento essas grandes propriedades, a fim de nos permitir sua aquisição mais pronta e mais fácil.

“Sob o pretexto de ir em ajuda das classes trabalhadoras, é preciso fazer com que os grandes possuidores de terras suportem todo o peso dos impostos, e quando as propriedades tiveram passado para as nossas mãos, todo o trabalho dos proletários cristãos se tornará para nós fonte de imensos lucros.

“A pobreza é a escravidão, disse um poeta; o proletariado é o humílimo servidor da especulação, mas a opressão e a influência são os humílimos servidores do espírito que inspira e estimula a intriga; e quem poderia recusar aos filhos de Israel o espírito, a prudência e a perspicácia?

“Nosso povo é ambicioso, orgulhoso, ávido de prazeres. Onde existe luz existe também sombra e não é sem razão que *nosso Deus deu a seu povo escolhido* a vitalidade da serpente, a astúcia da raposa, o olho do falcão, a memória do cão, a solidariedade e a associação dos castores. Gememos sob a escravidão da Babilônia, e nos tornamos poderosos. Nossos templos foram destruídos e no lugar deles levantamos milhares de templos. Durante dezoito séculos fomos escravos, e no século presente nós nos levantamos e nos colocamos acima de todos os outros povos.

“Diz-se que numerosos dos nossos irmãos em Israel se converteram e aceitaram o batismo cristão... Pouco importa!... Os batizados podem nos servir perfeitamente e se tornarem para nós auxiliares para caminhar em direção a novos horizontes que ainda nos são atualmente desconhecidos; porque os neófitos estão sempre presos a nós e apesar do batismo do corpo, o espírito e a alma deles permanecem sempre fiéis a Israel. Daqui a um século, no máximo, não serão mais os filhos de Israel que quizerão fazer-se cristãos, mas sim os cristãos que se alinharão sob a nossa santa fé; mas então Israel os repudiará com desprezo.

“Sendo a Igreja cristã um dos nossos mais perigosos inimigos, devemos trabalhar com perseverança para diminuir sua influência; é preciso pois enxertar, tanto quanto possível, nas inteligências dos que professam a religião cristã, idéias de livre-pensamento, de ceticismo, de cisma, e provocar as disputas religiosas tão naturalmente fecundas em divisões e em seitas dentro do cristianismo. Logicamente, é preciso começar por depreciar os ministros dessa religião: declaremos-lhes uma guerra aberta, provoquemos suspeitas acerca da sua devoção, da sua vida privada, e através do ridículo e da zombaria, venceremos a consideração demonstrada pelo estado e pelo hábito.

“A Igreja tem como inimiga natural a luz, que é o resultado da instrução, o efeito natural da propaganda múltipla das escolas. Empenhemo-nos em ganhar influência sobre os jovens alunos. A idéia do progresso tem como conseqüência a igualdade de todas as religiões; a qual, por seu turno, conduz à supressão, nos programas, dos estudos, das lições de religião cristã. Os israelitas, com habilidade e ciência, obterão sem dificuldade as cátedras e os lugares dos professores nas escolas cristãs. Com isso, a educação religiosa ficará relegada à família, e como na maioria das famílias falta tempo para vigiar esse ramo de ensino, o espírito religioso diminuirá gradativamente e pouco a pouco desaparecerá completamente.

“Cada guerra, cada revolução, cada estremecimento político ou religioso faz aproximar o momento em que atingiremos o fim supremo ao qual tendemos.

“O comércio e a especulação, dois ramos fecundos em lucros, jamais devem sair das mãos dos israelitas; em primeiro lugar é preciso monopolizar o comércio do álcool, da manteiga, do pão e do vinho, porque, através dele, nós nos tornamos senhores absolutos de toda a agricultura, e, em geral, de toda a economia rural. Seremos os dispensadores de grãos para todos; mas se sobrevier algum descontentamento produzido pela miséria, sempre teremos tempo para jogar a responsabilidade sobre os governos.

Todos os empregos públicos devem ser acessíveis aos israelitas, e uma vez titulares, saberemos, através da obsequiosidade e da perspicácia de nossos agentes, penetrar até na primeira fonte da verdadeira influência e do verdadeiro poder. Entenda-se aqui que se trata apenas desses empregos aos quais estão ligados as honras, o poder e os privilégios, porque, relativamente àqueles que exigem o saber, o trabalho e a contrariedade, podem e devem ser abandonados aos cristãos. A magistratura é para nós uma instituição de primeira importância. A carreira dos advogados desenvolve mais a faculdade de civilização e inicia melhor nos negócios desses inimigos naturais, os cristãos, e é através dela que podemos reduzi-los à nossa mercê. Por que os israelitas não se tornariam Ministros da Cultura, quando têm tido tão freqüentemente a Pasta das Finanças? Os israelitas devem também aspirar à posição de legisladores, com vistas a trabalharem para a ab-rogação das leis feitas pelos Goim contra os filhos de Israel, os verdadeiros fiéis, dado o seu invariável apego às leis de Abraão.

“Quanto ao mais, nesse ponto nosso plano atinge sua mais completa realização, porque o progresso reconheceu-nos e concedeu-nos quase por toda a parte os mesmos direitos de cidadania dos cristãos; mas o que importa obter, aquilo que deve ser objeto dos nossos incessantes esforços, é uma lei menos severa sobre a falência. Faremos disso uma mina de ouro para nós, bem mais rica do que foram outrora as minas de ouro da Califórnia.

“O povo de Israel deve dirigir sua ambição para esse algo grau de poder do qual decorrem a consideração e as honras; o meio mais seguro de aí chegar é ter a parte preponderante de todas essas operações industriais, financeiras e comerciais, guardando-se de toda armadilha e de toda sedução que poderiam expô-lo aos processos judiciais perante os tribunais do país. Ele aplicará, pois, na escolha dessas espécies de especulação, a prudência e o tato que são próprios à sua atitude congênita para os negócios.

“Não devemos ficar alheios a nada daquilo que conquiste um lugar distinguido na sociedade: filosofia, medicina, direito, música, economia, política, numa palavra, todos os ramos da ciência, da arte e da literatura, constituem vasto campo em que os sucessos devem caber

grandemente a nós, e colocar em relevo a nossa capacidade. Essas vocações são inseparáveis da especulação; assim, a produção de uma composição musical, ainda que muito medíocre, fornecerá aos nossos uma razão plausível para erguer sobre um pedestal e cercar com uma auréola o israelita que for o seu autor. Quanto às ciências, medicina e filosofia, devem fazer parte igualmente do nosso domínio intelectual. Um médico é iniciado nos segredos mais íntimos da família, e tem, como tal, nas suas mãos, a vida e a saúde dos nossos mortais inimigos, os cristãos.

“Devemos encorajar as alianças matrimoniais entre israelitas e cristãos, porque o povo de Israel, sem arriscar-se a ter prejuízo com esse contato, só pode beneficiar-se com tais alianças; a introdução de uma quantidade mínima de sangue impuro na nossa raça eleita por Deus não poderia corrompê-la; e nossos filhos e filhas fornecerão, através desses casamentos, alianças com as famílias cristãs possuidoras de alguma influência e poder. Em troca do dinheiro que daremos, é justo que obtenhamos o equivalente em influência sobre tudo o que nos cerca. O parentesco com os cristãos não importa em desvio do caminho que traçamos; ao contrário, com um pouco de habilidade, ela nos tornará de alguma maneira os árbitros dos seus destinos. Seria desejável que os israelitas se abstivessem de ter por esposas as mulheres da nossa santa religião, e que escolhessem para esse papel as virgens cristãs. Substituir o sacramento do casamento da Igreja por um simples contrato, diante de uma autoridade civil qualquer, seria para nós da maior importância, porque então as mulheres cristãs afluiriam para o nosso campo.

“Se o ouro é o primeiro poder deste mundo, o segundo é, sem contradita, a imprensa. Mas que pode o segundo sem o primeiro? Como nós não podemos realizar tudo o que tem sido dito e projetado no mais alto sem o socorro da imprensa, é preciso que os nossos presidam a direção de todos os jornais cotidianos em cada país. A posse do ouro, a habilidade na escolha e no emprego dos meios de amolecimento das capacidades venais, tornar-nos-ão árbitros da opinião pública e dar-nos-ão o império sobre as massas.

“Caminhando assim passo a passo nessa via e com a perseverança que é nossa grande virtude, expulsaremos os cristãos e tornaremos nula a influência deles. Ditaremos ao mundo aquilo em que ele deve ter fé, aquilo que ele deve honrar, e aquilo que ele deve maldizer. Talvez algumas individualidades se ergam contra nós e nos lancem injúrias e anátemas, mas as massas dóceis e ignorantes nos escutarão e tomarão nosso partido. Uma vez mestres absolutos da imprensa, poderemos mudar a nosso bel-prazer as idéias sobre honra, virtude, retidão de caráter, e lançar o primeiro dano e o primeiro golpe contra essa instituição sacrossanta, até o momento, a família, e consumir sua dissolução. Poderemos extirpar a crença e a fé em tudo aquilo que nossos inimigos os cristãos veneraram até este momento, e, fazendo do arrebatamento das paixões uma arma, declararemos guerra aberta a tudo aquilo que ainda se respeita e venera.

“Que tudo seja compreendido, notado, e que cada filho de Israel se compenetre desses verdadeiros princípios. Então nosso poder crescerá como uma árvore gigantesca, cujos ramos conterão os frutos que se chamam riqueza, prazer, felicidade, poder, em compensação a essa condição hedionda que, durante longos séculos, tem sido o único quinhão de Israel. Quando um dos nossos der um passo à frente, que o outro o siga de perto; se o seu pé escorrega, seja socorrido e levantado por seus correligionários. Se um israelita é citado perante os tribunais do país onde ele mora, que seus irmãos de religião se apressem em lhe dar auxílio e assistência, mas somente quando o acusado tiver agido de conformidade com as leis que Israel observa estritamente e guarda há tantos séculos.

“Nosso povo é conservador, fiel às cerimônias religiosas e aos usos que nos legaram nossos ancestrais. Nosso interesse é que ao menos simulemos o zelo pelas questões sociais da ordem do dia, sobretudo por aquelas que têm caráter de melhorar a sorte dos trabalhadores, mas, na realidade, nossos esforços devem tender a que nos apoderemos desse movimento de opinião pública e o dirijamos. A cegueira das massas, sua propensão a se entregar à

eloquência tão vazia quanto sonora que reboa nas esquinas, fazem delas uma presa fácil e um duplo instrumento de popularidade e de crédito. Encontraremos sem dificuldade entre os nossos a expressão de sentimentos artificiais e tanta eloquência quanto os cristãos sinceros encontram no entusiasmo deles.

“É preciso, tanto quanto possível, entreter o proletariado, submetê-lo àqueles que têm o gerenciamento do dinheiro. Por esse meio levantaremos as massas quando quisermos. Nós as impeliremos às desordens, às revoluções, e cada uma dessas catástrofes adianta um grande passo dos nossos interesses íntimos e nos aproxima rapidamente da nossa única finalidade: a de reinar sobre a terra, como foi prometido a nosso pai Abraão”.

Se os fatos que se desenrolam aos nossos olhos não estivessem, como estão, tão conformes às instruções dadas ao seu povo pelo rabino citado por *sir* John Readclif, poderíamos dizer que existe exagero nesse documento. Mas cada dia nos traz uma nova prova da sua assustadora realidade.

A perda da França e dos Estados católicos, além da dos outros Estados cristãos é coisa decidida. É apenas uma questão de tempo, caso os povos não retornem à Igreja e aos seus preceitos, e não levantem o estandarte da Cruz, que foi sua salvaguarda durante tantos séculos, e que seus inimigos querem fazer desaparecer.

5. — A CONDIÇÃO DO JUDEU DESDE A DISPERSÃO ATÉ NOSSOS DIAS E SUAS CAUSAS

Os judeus tiveram muito que sofrer nos séculos passados.

Nesses sofrimentos é preciso reconhecer primeiramente, com o abade Joseph Lémann, um castigo do céu.¹⁵⁹

“O JUSTO fora embebido por nós com ultrajes. Nós colocáramos um manto de irrisão sobre seus ombros, uma coroa de espinhos sobre sua cabeça, uma cana na sua mão. Golpes, escarros, insultos, vergonhas de toda espécie lhe foram prodigalizadas; nada daquilo que constitui opróbrio lhe foi poupado por nós. E como último aspecto, quanto se tratou de comprá-lo a preço de dinheiro para fazê-lo matar, nós o estimáramos um ser vil: trinta dinheiros!

“Esses opróbrios foram encontrados depois, como castigo e pena de talião, na vida do povo judeu. Nada daquilo que constitui vexame e tristezas igualmente não lhe faltou. Quem ousaria desconhecê-lo? “Povo infeliz que todavia não sabemos como lamentar!” escreveu São Jerônimo. Reflexão que parece suave à vista do decreto pronunciado pelo nosso próprio grande legislador, Moisés: “Sereis como o alvo da maledicência e o escárnio de todos os povos para onde o Senhor vos tiver conduzido!” Para se ter tornado o alvo da maledicência e o escárnio do universo, quando se tinha sido o povo de Deus, é preciso certamente ter cometido um grande crime!

“Levantemos, com a história na mão, o catálogo de algumas dessas humilhações que nos tornaram o alvo da maledicência e o escárnio dos outros povos. Enumeraremos sem desenvolver; por exemplo:

“1° A venda dos judeus como gado na feira, após a ruína de Jerusalém. — Nós vendêramos O JUSTO por trinta dinheiros: na feira de Terebinto, trocavam-se trinta judeus por um dinheiro.

“2° A proibição, durante vários séculos, de virem chorar nas ruínas de Jerusalém. — Os pobres judeus visitantes eram repelidos com dureza e desprezo. Mais tarde, conceder-se-lhes-á esse favor um só dia por ano. Mas era preciso então pagar nossas lágrimas e comprar bem caro o direito de olhar e de chorar do alto de uma colina.

“3° A exclusão dos judeus das classes da sociedade, e isto por toda a parte. — Nós éramos menos que os leprosos. Mas também a Ele nós não havíamos olhado como um leproso?¹⁶⁰

“4° A bofetada que, em Toulouse, Béziers e outros lugares, um representante da comunidade judia estava obrigado a vir receber publicamente... na Sexta-Feira Santa.

“5° A rodela ou estrela amarela. — Era um pedaço de tecido amarelo sobre os nossos peitos, ou ainda um chifre dessa mesma cor nos nossos chapéus, a fim de que, de longe, todos pudessem nos perceber e dizer: É um judeu!

“6° Os bairros separados ou judiarias; ruelas estreitas, insuficientes, freqüentemente infectadas, nas quais nossas famílias eram guardadas à distância e amontoadas.

“7° A obrigação, em certas cidades, de pagar de alguma maneira o ar que respiravam, como em Augsburg, onde pagavam um florim por hora, e em Breme, um ducado por dia.

¹⁵⁹ Nada mais sugestivo do que os livros sobre os judeus de dois irmãos, os abades Lémann, que abraçaram a fé católica e se fizeram sacerdotes ao mesmo tempo, há cerca de cinquenta anos. O que confere um valor de primeira ordem às suas obras é que os abades Lémann conservaram por sua raça uma afetuosa piedade, como poderiam ter filhos bem-nascidos pela sua mãe decaída. Coisa que não os impede de considerar o problema judeu como deveria ser considerado por todos os cidadãos, crentes ou não crentes, que saíram de uma raça católica.

¹⁶⁰ Nos putavimus eum quasi leprosum. Is., LIII, 4.

“8° A proibição de aparecer em público certos dias do ano. — Era preciso que nos escondêssemos, desde a manhã de Ramos até o dia de Páscoa, parecíamos riscados da lista dos vivos... Mas também a Ele nós não tínhamos riscado? Não tínhamos, no palácio de Caifás, escondido Seu divino semblante para melhor feri-Lo: adivinha quem Te bateu?”¹⁶¹

“9° Os suplícios infames. — Supliciava-se um judeu entre dois cães. Na Alemanha, na Suíça, penduravam-nos pelos pés, ao lado de um cão, por escárnio, porque este é símbolo da fidelidade.

“10° A permissão dada a qualquer oficial público para usar epítetos desonrosos relativamente aos judeus, nas defesas, nos atos judiciais... Mas Ele, quando estava diante dos tribunais de Jerusalém, não O sobrecarregamos com designações odiosas, perseguindo-O e insultando-O até à cruz?

“11° A expulsão, todas as noites, de certas cidades, ao som da trompa. — Eles deviam, quando a trompa soava, se dispor a partir e ter deixado a cidade na hora do fechamento dos portões.

“12° A proibição de se banharem nos rios em que se banhavam os cristãos. — Na Provença e na Borgonha eles estavam excluídos dos banhos públicos, exceto na sexta-feira, dia em que esses estabelecimentos eram abertos às dançarinas e às prostitutas.

“13° A interdição de certos passeios, lugares, jardins públicos. — Não faz ainda cinquenta anos que numa cidade da Alemanha ainda se lia na entrada de um passeio público esta inscrição: “Proibido aos judeus e aos porcos entrar aqui”.

“14° Mas o que nos pareceu particularmente amargo e doloroso foram os obstáculos que se colocaram para o batismo através da tomada dos bens do judeu que se fazia batizar. Com efeito, o judeu que se tornava cristão deixava de ficar sujeito às taxas que pesavam sobre os da sua nação; ele diminuía, pois, de igual parte o feudo do seu senhor. Ora, um tal ato era proibido, e o suserano acreditava compensar essa diminuição do feudo através da tomada de todos os bens do judeu. Ele lhe dava em seguida a porção que estimava conveniente. Não é bem verdade?

Tais foram os nossos opróbrios. Pode-se dizer que para os judeus existiram *instituições de desprezo*, um desprezo publicamente organizado. Nós estávamos envolvidos nesse desprezo, da cabeça aos pés... Mas também nEle, dos pés à cabeça, quando foi o homem das dores, não havia um só lugar que não tivéssemos deixado sem feridas!”¹⁶²

Como a Providência encolerizada tinha dispersado Israel por todos os países, esses opróbrios se encontraram, sob uma forma ou outra, em todos os países. Eles duraram cada dia do ano, durante 1800 anos. Ó Moisés, nada tínheis exagerado ao anunciar que seríamos o escárnio e a irrisão de todos os povos!

“Davi, igualmente, nas suas visões sobre Cristo, tinha visto que nós Lhe daríamos vinagre a beber;¹⁶³ ele anunciara, logo em seguida, que nosso dorso seria obrigado a se curvar.¹⁶⁴ Sua profecia, como a de Moisés, realizou-se ao pé da letra. Nosso dorso está literalmente curvado sob o desprezo que pesa sobre nós.

“Ó Deus das justiças e das misericórdias, se aceitando esses opróbrios podemos fazer com que esqueçais aqueles com que sobrecarregamos vosso Filho, nosso Messias, então inclinamos a cabeça e vos dizemos agora: piedade!”¹⁶⁵

¹⁶¹ Joseph Lémann cita aqui os insultos feitos aos judeus no Oriente, na Pérsia, na Turquia, na África etc.

¹⁶² A planta pedis usque ad verticem non est in eo sanitas. Is., I, 6.

¹⁶³ In siti mea potaverunt me aceto. Salmo LXVIII.

¹⁶⁴ Dorsum eorum semper incurva. Salmo LXVIII, 24.

¹⁶⁵ *L'entrée des Israélites dans la société française.*

Uma outra causa desses sofrimentos que os judeus tiveram que suportar foi a vingança dos povos que os judeus arruinavam, reduziam à miséria em todo o lugar em que se estabeleciam.

Não somente monopolizavam o comércio de troca, no qual obtinham escandalosos lucros, mas emprestavam a juros ou sob penhor, com prazo reduzido de vencimento, por semana, e nessa exploração do povo sua rapina chegou a excessos quase inacreditáveis.

“Sua usura, diz um dos seus recentes historiadores, era onerosa para o público e tornava-os impopulares, porque a taxa do juro, além de muito variável, era muito elevada, em razão da raridade dos capitais e do tamanho do risco”.¹⁶⁶ Os judeus e os lombardos “não emprestavam a menos de 40 por cento; era a condição mais humana que um amigo podia esperar deles quando não tinham nada a perder com ele; e eles raramente se limitavam a esse percentual”.¹⁶⁷

O Papa Clemente VIII escreveu sobre os judeus do seu século: “Todos sofrem suas usuras, seus monopólios, suas fraudes; eles reduziram à mendicância uma multidão de infelizes, principalmente os camponeses, os simples e os pobres”.¹⁶⁸

O rei Filipe-Augusto teve que publicar a famosa ordenação de setembro de 1206, na qual era dito, entre outras coisas:

“Nenhum judeu poderá ter juro mais alto do que *dois dinheiros por libra por semana*.¹⁶⁹ Durante o tempo do empréstimo, o judeu e o devedor abster-se-ão de afirmar, o devedor, que recebeu todo o contido na obrigação e que nada terá dado nem prometido ao judeu, e o judeu que nada terá recebido e que nada lhe terá sido prometido. E se no prosseguimento do negócio se convencerem do contrário, o judeu perderá seu crédito e o devedor estará na misericórdia do rei. — Haverá em cada cidade dois homens de probidade que guardarão o sinete dos judeus, e eles jurarão sobre o Evangelho que não aporão o sinete em nenhuma promessa, se não tiverem conhecimento por eles mesmos ou por outros que a soma que ela contém é legitimamente devida”.

Vê-se por essa ordenação que medidas eram necessárias para conter os usurários judeus.

A rainha Branca, que governava o reino durante a menoridade de Luís IX, tentou pôr termo a esse flagelo indestrutível da usura judia. Sua ordenação está datada de Melun, dezembro de 1230: — As somas devidas aos judeus serão pagas em três anos e o termo de cada pagamento venderá no dia de Todos os Santos. — Os judeus apresentarão suas letras ou suas obrigações aos seus senhores antes do seguinte dia de Todos os Santos, e se faltarem a isso suas obrigações serão nulas”.

Decorridos os três anos, subsistia ainda uma parte das dívidas registradas, e os judeus perseguiram a cobrança. Uma nova ordenação (1234) facilitou aos cristãos o pagamento e pôs um termo às violências dos judeus.

Vinte anos mais tarde (1254), na *Ordenação geral para a reforma dos costumes*, São Luís ratificou o que tinha sido ordenado precedentemente por sua mãe; acrescentou a ordem de queimar o Talmude, segundo as prescrições de Inocêncio IV.

A usura judia resistiu a todos os esforços do santo rei. Ele expulsou os judeus e confiscou seus bens, mas tendo o cuidado de fazer restituir aquilo que os judeus tinham extorquido pela usura. Os judeus não tardaram a entrar de novo no reino, e o rei os recolocou na posse de suas sinagogas e cemitérios.

Vários dos sucessores de São Luís tiveram de adotar medidas semelhantes. Eis um édito publicado em julho de 1291 por Filipe-o-Belo, a pedido dos habitantes de Poitiers.

¹⁶⁶ *La Grande Encyclopédie*, verbete *Juifs*, pelo judeu Théodore Reinach.

¹⁶⁷ *Essai sur l'appréciation de la fortune privée au moyen âge*, por C. Leber, Paris, 1847, citada no *Université Catholique* de 15 de maio de 1895, artigo de F. Vernet. *Papes et banquiers juifs au XVIe. siècle*.

¹⁶⁸ *Revue Catholique des Institutions et du Droit*.

¹⁶⁹ O que representava um juro de mais de 40% ao ano.

“Filipe, rei dos Francos, pela graça de Deus, a todos os que lerem o presente, saudação.

“Tendo sabido, através do relato de grande número de homens muito dignos de fé que o território de Poitiers é desumanamente explorado e absolutamente despoticamente esmagado por uma quantidade considerável de judeus que ali se entregam a uma usura criminosa e a toda espécie de comércios ilícitos;

“Desejando velar pela felicidade dos habitantes desse território e cumprir a vontade que vieram exprimir de diferentes maneiras;

“Concedemos a todos, prelados, capítulos, abades, priores, colégios, cidades, comunas, barões e outros senhores temporais da senescalia de Poitiers, a todos os que governam os homens e também a todos aqueles que deles dependem, que os judeus sejam expulsos perpetua e irrevogavelmente da dita senescalia. Não permitimos que em nenhum tempo eles aí tenham habitação nem permanência; ordenamos que sejam afastados e expulsos por nosso senescal antes da Natividade da Bem-Aventurada Virgem Maria”.

Hoje, os judeus conseguiram cavar em todos os Estados o abismo da dívida. É um princípio moderno que Estados, Províncias, Cidades, podem onerar o futuro em benefício do presente. Os capitalistas judeus fornecem os meios para isso e com isso concordam. Empréstimos insensatos, que jamais serão amortizados, aumentam perpetuamente a carga esmagadora do imposto e põem todos os governos à mercê da judiaria. Todo governo “moderno” estaria perdido no momento em que tivesse a imprudência de se indispor com os proprietários do grande capital. Como resistiria ele à coalizão dos judeus, que juntos fechariam seus cofres?

“Graças à sua astúcia, e possuídos pelo instinto da dominação, os judeus invadiram gradualmente todas as avenidas que conduzem às riquezas, às dignidades e ao poder. Eles dirigem a bolsa, a imprensa, o teatro, a literatura, as administrações, as grandes vias de comunicação em terra e no mar, e pela ascendência da sua fortuna e do seu gênio mantêm encerrada na hora presente, como numa rede, toda a sociedade cristã”. Assim fala um da raça deles, o venerável Padre Ratisbonne (questão judia). Ele não exagera, e essas nações, tão orgulhosas de terem conquistado a liberdade, a igualdade e a fraternidade, são o brinquedo de estrangeiros que as conduzem, que as mantêm sob o jugo e que as dividem.

6. A CONDUTA DA IGREJA EM FACE DOS JUDEUS

O número de outubro de 1893 da *Revue Catholique des Institutions et du Droit*, publicou, sob a assinatura de Auzias Turenne, um longo e erudito estudo sobre o direito eclesiástico em relação aos judeus.

Extraí-se muito nitidamente do exame atento de todos os documentos relacionados por Auzias Turenne, de todas as proibições feitas e das circunstâncias em que elas intervieram, que a Igreja jamais mudou sobre a questão judia. Ela sempre quis que os judeus fossem respeitados nas suas pessoas e tolerado o seu culto, mas também sempre quis que fossem mantidos num estado de submissão e de isolamento que lhes retirasse os meios de prejudicar o povo cristão.

O primeiro Concílio que parece ter-se ocupado dos judeus foi o de Évira, na Espanha, realizado antes do fim da décima perseguição. Um cânon proibía aos cristãos darem suas filhas em casamento aos judeus; um outro, de comerem com eles. Essa proibição foi renovada pelo Concílio de Laodicéia (século IV), pelos de Vannes (465), Agde (506), Epaone (517) e pelos três Concílios de Orleans (530, 533 e 541).

O Concílio de Macon (581) proíbe aos judeus o exercício de funções que lhes permitam pronunciar penas contra os cristãos.¹⁷⁰

Os quatro Concílios realizados sucessivamente em Toledo nos séculos VI e VII, e o de Paris, em 614, insistiam na proibição de confiar aos judeus qualquer cargo público, civil ou militar. Essa incapacidade foi mesmo estendida aos filhos de judeus convertidos.

Outros Concílios proibem aos cristãos recorrerem aos serviços dos judeus como médicos, empregados, governantas. Segundo os moralistas do século XVIII, violar uma dessas prescrições pode, segundo as circunstâncias, constituir falta mortal. “Sem pretender, diz Auzias Turenne, que seja da mesma forma hoje em dia, não se poderia sustentar que essas disposições tenham caído inteiramente em desuso ou tenham sido ab-rogadas”.

Um dos mais sábios cânones é certamente o do 4º Concílio de Avinhão (1409), que proíbe aos cristãos ter qualquer negócio de dinheiro com os judeus. Estes são condenados a devolver o que extorquiram pela usura.

O quarto Concílio de Latrão volta a essas proibições e interdita aos judeus exigirem lucros exagerados, sob pena “de serem privados de todas as relações com os cristãos”. Não se lhes deve confiar nenhum emprego público; se se faz isso, o contraventor será punido, e o judeu, após ter sido exonerado, deverá, além disso, devolver ao bispo, para que este o distribua aos pobres, todo o dinheiro recebido em razão desse emprego. Foi então que se viu aparecer a imposição para que os judeus se distinguissem através da vestimenta ou pelo menos através de uma marca bem visível. A marca mais ordinariamente prescrita era uma peça circular de tecido amarelo chamada “rodela”, que homens e mulheres deviam igualmente usar, ou um gorro amarelo. Sabemos que os judeus deviam ocupar nas cidades um bairro especial chamado gueto.¹⁷¹

¹⁷⁰ Quão diferente é o que vemos hoje. Um jornal citava um dia o fato de que no Tribunal de Aix tinham assento quatro judeus. Ora, é do Tribunal de Aix que dependem *todos* os tribunais consulares franceses.

¹⁷¹ Censuraram a Igreja por causa desses guetos. Eis, a respeito, o testemunho de um israelita convertido, o Revmo. Pe. Ratisbonne, no seu livro *La Question Juive*:

“A Igreja condenou energeticamente, por meio dos Pontífices, os furores dessas inimizades cruéis, mesmo quando elas constituíam represálias. Ela cobriu com sua proteção os trêmulos judeus; Ela não se limitou a arrancá-los das paixões populares; Ela abriu-lhes asilos invioláveis, onde encontravam segurança. Foi Roma que deu o exemplo dessa caridade protetora; ela concedeu aos judeus um bairro à parte, e várias outras cidades imitaram a iniciativa dos

De outra parte, a Igreja não cessava de condenar as violências de que os judeus às vezes eram objeto por parte dos povos por eles oprimidos e exasperados.

Constantemente, diz Auzias Turenne, a Igreja inspirou-se no princípio diretor que o Concílio de Latrão enunciou nestes termos: “*Judeos subjacere christianis oportet et ab eis pro sola humanitate foveri*. Que os judeus sejam tratados com humanidade; mas que sejam sempre mantidos na dependência e que se tenha com eles o mínimo possível de relações”.

Infelizmente, não ouvir a Igreja e crer-se mais sábio do que Ela não é coisa nova. Frequentemente esquecia-se e pisava-se aos pés as prescrições dos Sínodos ou dos Concílios; daí resultava que os judeus não tardavam em enriquecer, em monopolizar as mercadorias e todo o dinheiro do país; de modo que, longe de estarem em dependência, eram eles que impunham o jugo aos cristãos. Quando esse jugo se tornava intolerável, se os príncipes não intervinham, as multidões às vezes recorriam às mais deploráveis violências. A Igreja tornava-se então a única protetora dos judeus e viam-se os Papas, como João XII e Clemente VI, intervir em favor deles e, ao mesmo tempo, lembrar ao povo cristão que seus males provinham sobretudo do esquecimento das prescrições tão prudentes da Igreja.¹⁷²

Alguns Papas, Pio IV notadamente e Sixto V, quiseram tentar a indulgência e, na esperança de converter os judeus, fizeram-lhes concessões, mas o resultado foi inteiramente diverso e após alguns anos Pio V e Clemente VIII foram forçados a restabelecer os cânones em todo o seu rigor. “Todos, dizia Clemente VIII, sofrem suas usuras, seus monopólios, suas fraudes; eles reduziram à mendicância uma multidão de infelizes, principalmente os camponeses, os simples e os pobres”.

Auzias Turenne termina com essas conclusões:

“A Igreja, desde a origem e antes de todos os políticos, compreendeu que os judeus constituíam um perigo e que era preciso mantê-los afastados. Depositária da doçura evangélica, Ela defendeu a vida dos judeus; mãe das nações cristãs, Ela quer preservá-las da invasão hebraica, que seria sua morte nos campos espiritual e temporal. Se tivesse sido obedecida, os cristãos não teriam precisado sofrer tudo o que sofreram da parte dos judeus, e, por conseguinte, as reações terríveis, com todos os crimes que as acompanharam, não teriam acontecido. Cristãos e judeus teriam, pois, tirado vantagem da observância das regras da Igreja.

“Em vez de manterem os judeus afastados, as nações cristãs, após terem deixado inteiramente de lado as prescrições da Igreja, acabaram por admiti-los na sociedade e por conceder-lhes todos os direitos de cidadania. E hoje se dá que esses novos cidadãos, após terem monopolizado a maior parte da riqueza nacional, tendem a se apoderar do governo e a oprimir aqueles que nunca deixaram de olhar como seres impuros, gentios, filisteus incircuncisos. Todas as medidas propostas, exceto aquelas da Igreja, serão vãs, e as da Igreja, para serem eficazes, devem ser aplicadas de comum acordo com o Estado e com cada um de nós pessoalmente. Por todo o tempo em que os judeus forem judeus, isto é, até após o

Pontífices romanos. Graças aos lugares de refúgio, os judeus viviam juntos ao redor da sua sinagoga, de acordo com suas leis, sob a autoridade dos seus chefes espirituais, e tinham o gozo pleno e inteiro do seu culto. Daí os guetos, cuja origem está ligada a um pensamento hospitaleiro, muito esquecido, muito caluniado em nossos dias...”

¹⁷² É interessante conhecer os considerandos sobre os quais os Soberanos Pontífices baseiam suas determinações.

Os judeus, está dito — e esse pensamento se encontra nos preâmbulos de numerosos atos pontifícios — dão testemunho da verdade da fé ortodoxa, tanto por conservarem as Escrituras plenas das profecias que anunciam Cristo, quanto pela sua dispersão entre os povos lembrar o deicídio que cometeram. Em segundo lugar, deve chegar a hora do retorno deles à verdadeira fé; seus restos serão salvos. Depois, seus pais foram amigos de Deus. Eles mesmos carregam a semelhança do Salvador, e Deus é criador deles como dos cristãos. Ademais, a Santa Sé se dedica a todos, prudentes e insensatos. Os cristãos devem ter pelos judeus a mesma benignidade que desejam que seus irmãos, que vivem nas regiões pagãs, recebam da parte dos pagãos. Não é necessário que o cristão odeie a iniquidade, ame a paz e trabalhe pela justiça?

Anticristo, a única política a seguir a respeito deles será mantê-los afastados, sem maltratá-los; mas também convivendo o menos possível com eles e impedindo-os de perturbarem”.

Um bispo austríaco, de origem judia, Monsenhor Kohn, antigo professor de Direito Canônico, resumiu as prescrições a respeito dos judeus.

No dizer do sábio bispo, elas não foram ab-rogadas.

1° Os judeus não podem ter escravos cristãos, nem empregar cristãos no serviço de suas casas ou de suas famílias. É proibido aos cristãos aceitar emprego permanente e remuneração dos judeus.

2° É especialmente proibido às cristãs aceitar contrato de governantas de judeus.

3° Os cristãos não podem recorrer, em caso de doença, aos serviços de médicos judeus, nem aceitar medicamentos preparados por mãos judias.

4° É proibido em todos os casos aos cristãos, sob pena de excomunhão, morar na mesma casa ou na mesma família com judeus.

5° Deve-se cuidar para que os judeus não cheguem a ocupar na vida pública funções que lhes dêem uma certa autoridade sobre os cristãos.

6° É proibido aos cristãos assistir aos casamentos dos judeus e participar de suas festas.

7° Os cristãos não podem convidar judeus para comer, nem aceitar os convites que lhes são feitos pelos judeus.

Essas regras canônicas inspiraram numerosas ordenações reais, graças às quais, durante tantos séculos, a França foi preservada da invasão semítica tão ameaçadora em nossos dias.

De outra parte, encontramos no livro do abade Joseph Lémann:

I. Um quadro das proibições expressas, por intermédio das quais a Igreja protege e faz respeitar a liberdade de consciência dos judeus e o exercício do seu culto. Esses quadros oferecem o próprio texto das ordenações dos Papas. Reproduziremos aqui apenas os títulos:

1. Proibição de forçá-los a abraçar a religião cristã.
2. Proibição de tirar-lhes as sinagogas.
3. Proibição de perturbar seus *sabbats* e suas festas.
4. Proibição de desarrumar ou profanar seus cemitérios.
5. Proibição de mudar seus costumes.

II. Quadro das medidas cheias de mansidão legitimamente empregadas pela Igreja para iluminar as trevas dos judeus e instruir suas almas.

1° A oração da Sexta-Feira Santa. — 2° A pregação. — 3° As polêmicas públicas. — 4° O estudo do hebreu encorajado pelos Papas nas Academias cristãs, como meio de melhor evangelizar os judeus. — 5° O estabelecimento de um catecumenato. — 6° O respeito pelos seus livros mosaicos, mas a condenação e a destruição dos exemplares do Talmude.

Esses dois quadros, confrontados um com outro, não provam de maneira eloqüente que a Igreja é simultaneamente a mais alta escola de respeito pela liberdade de consciência e a mãe mais preocupada com a salvação das almas?

Deve-se acrescentar que ao lado desses procedimentos inspirados pela doçura e caridade, a Igreja decretou *restrições* e *precauções* relativamente aos judeus, para circunscrever a liberdade de triunfarem e assim salvaguardar a sociedade cristã. A grande regra de prudência adotada a esse respeito foi esta: “Todo cargo que tenha relação direta com a própria constituição da sociedade cristã não lhes pode ser confiado”. A observação dessa regra estava sob a guarda conjunta do Estado e da Igreja; um e outra tinham interesse em impedir que as nações fossem invadidas pelo elemento judeu e, assim, perdessem a direção da

sociedade. Coisa que infelizmente aconteceu desde que essa regra foi ab-rogada pelos poderes civis. Naquilo que diz respeito à Igreja, o espírito de sabedoria em nada abandonou o que os Soberanos Pontífices ou os santos Concílios decretaram para prevenir o perigo de invasão.

Assim como no século X, no século XVIII Ela também não admite que um judeu possa ter posse ou participar daquilo que constitui função essencial na sociedade cristã; que um judeu, por exemplo, possa manter escola para os cristãos, ter assento numa cadeira de magistrado, contribuir para a feitura de leis de um Estado cristão.

No dia 30 de outubro de 1806, Napoleão reuniu em Paris o Grande Sinédrio. O rabino Isaac Samuel Avigdor, deputado dos Alpes Marítimos, pronunciou o discurso abaixo, através do qual professava seu reconhecimento e convocava o Grande Sinédrio a reconhecer com ele a constante benignidade da Igreja relativamente aos judeus:

Os mais célebres moralistas cristãos condenaram as perseguições, professaram a tolerância e pregaram a caridade fraterna.

“Santo Atanásio, livro I, diz: “É uma heresia execrável querer atrair pela força, pelos golpes, pelos aprisionamentos, os que não puderam ser convencidos pela razão”.

“Nada é mais contrário à Religião, diz São Justino, mártir, livro V, do que o constrangimento”.

“Perseguiremos nós, diz Santo Agostinho, aqueles que Deus tolera?”

“Lactâncio, livro III, diz a esse respeito: “A Religião forçada não é mais Religião; é preciso persuadir e não constranger; a Religião não se ordena”.

“São Bernardo diz: “Aconselhai e não forçai”.

“Assim, visto como a moral cristã ensina em toda parte o amor ao próximo e a fraternidade, somente a ignorância e um preconceito de costume puderam permitir a vexações e perseguições de que tendes sido freqüentemente vítimas. Isso é tão verdadeiro que essas virtudes sublimes de humanidade e de justiça foram freqüentemente postas em prática pelos cristãos verdadeiramente instruídos, e sobretudo pelos dignos ministros dessa moral pura que acalma as paixões e insinua as virtudes.

“Foi em consequência desses princípios sagrados de moral que, em diferentes tempos, os Pontífices romanos protegeram e acolheram nos seus Estados os judeus perseguidos e expulsos de diversas partes da Europa, e que os eclesiásticos de todos os países muitas vezes os defenderam em diversos Estados dessa parte do mundo.

“Por volta da metade do século VII, São Gregório defendeu os judeus e os protegeu em todo o mundo cristão.

“No século X os bispos da Espanha opuseram a maior energia ao povo que pretendia massacrá-los. O Pontífice Alexandre II escreveu a seus bispos uma carta cheia de felicitações pela conduta sábia que tinham mantido a esse respeito.

“No século XI os judeus, muito numerosos nas dioceses de Uzes e Clermont, foram poderosamente protegidos pelos bispos.

“São Bernardo defendeu-os, no século XII, do furor das Cruzadas.

“Inocente II e Alexandre III igualmente os protegeram.

“No século XIII, Gregório IX preservou-os, na Inglaterra, França e Espanha, dos grandes males com que se os ameaçavam; ele proibiu, sob pena de excomunhão, constranger suas consciências e perturbar suas festas.

“Clemente V fez mais do que protegê-los; ele ainda lhes facilitou os meios de instrução.

“Clemente VI concedeu-lhes um asilo em Avinhão, quando eram perseguidos em todo o resto da Europa.

“Por volta da metade do mesmo século, o bispo de Spira impediu a liberação que os devedores dos judeus reclamavam à força, sob pretexto de usura tão freqüentemente renovado.

“Nos séculos seguintes, Nicolau II escreveu à Inquisição para impedi-la de constranger os judeus a abraçar o Cristianismo.

“Clemente XIII tranqüilizou a inquietação dos pais de família alarmados acerca da sorte dos seus filhos, que eram freqüentemente arrancados do seios das suas próprias mães.

“Seria fácil citar uma infinidade de outras ações caridosas de que os israelitas foram objeto, em diversas épocas, por parte dos eclesiásticos instruídos nos deveres dos homens e nos de sua religião.

“Somente o vivo sentimento de humanidade pôde dar, em todos os séculos de ignorância e barbárie passados, a coragem necessária para defender homens infelizes, barbaramente abandonados à mercê da horrível hipocrisia e da feroz superstição.

“Não obstante, esses homens virtuosos não podiam esperar de sua coragem filantrópica senão essa doce satisfação interior que as obras de caridade fraterna fazem os corações puros experimentar.

“O povo de Israel, sempre infeliz e quase sempre oprimido, jamais teve meios nem oportunidade de manifestar seu reconhecimento por tantos benefícios; reconhecimento tanto mais doce a testemunhar porque devido a homens desinteressados e duplamente respeitáveis.

“Após dezoito séculos, a circunstância em que nos encontramos foi a única que se apresentou para fazer conhecer os sentimentos de que nossos corações estão penetrados.

“Essa grande e feliz circunstância, que devemos ao nosso augusto e imortal Imperador, é também a mais conveniente, a mais bela, como também a mais gloriosa, para exprimir aos filantropos de todos os países, e notadamente aos eclesiásticos, nossa inteira gratidão relativamente a eles e aos seus predecessores.

“Apresemos-nos, pois, senhores, em aproveitar essa época memorável, e paguemos-lhes esse justo tributo de reconhecimento que lhe devemos; façamos retumbar neste recinto a expressão de toda a nossa gratidão; testemunhemos com solenidade nossos sinceros agradecimentos pelos sucessivos benefícios com que eles cumularam as gerações que nos precederam”.

A assembléia aplaudiu esse discurso. Ela votou sua impressão e a inserção no final da ata de 5 de fevereiro de 1807; depois, adotou o decreto que reproduzimos abaixo:

“Os deputados do Império de França e do Reino da Itália ao Sínodo Hebraico, decretado em 30 de março último, penetrados de gratidão pelos sucessivos benefícios do Clero cristão, nos séculos passados, em favor dos Israelitas dos diversos Estados da Europa;

“Cheios de reconhecimento pela acolhida que diversos Pontífices (Papas) e vários outros eclesiásticos deram em diferentes épocas aos israelitas de diversos países, quando a barbárie, os preconceitos e a ignorância, reunidos, perseguiram e expulsavam os judeus do seio das sociedades;

“Decretam que a expressão desses sentimentos será consignada na ata deste dia, para que permaneça para sempre como testemunho autêntico da gratidão dos israelitas desta Assembléia pelos benefícios que as gerações que os precederam receberam dos eclesiásticos de diversos países da Europa;

“Decretam, outrossim, que cópia desses sentimentos será enviada à Sua Excelência o Ministro dos Cultos”.²⁴

Qual era o valor dessas declarações? Se as compararmos com a conduta dos judeus para com Pio IX, em 1870, e aquela que eles hoje mantêm relativamente aos católicos da França, só podemos lembrar a palavra de Louis Veuillot:

²⁴ *Atas das sessões da assembléia dos deputados franceses que professam a religião judia*, p. 169 etc.

“O judeu é um povo servil quando pisado; ingrato, quando soerguido; insolente, quando se sente forte”.

Apesar da experiência feita pelos Papas Pio IV e Sisto V, Pio IX creu poder mostrar-se bom e confiante para com os judeus; foi mesmo além dos seus predecessores: mandou demolir as muralhas do gueto, fez cessar as humilhações às quais eram ainda submetidos, e deu aos pobres direito a socorros dos quais até então não participavam.

De que maneira os judeus testemunharam seu reconhecimento? Para dizê-lo, recorreremos a uma carta escrita pelos irmãos Lémann aos israelitas dispersos, *sobre a conduta dos seus correligionários durante o cativeiro de Pio IX no Vaticano*:

“Quando, em 20 de setembro de 1870, o governo sub-alpino forçava a tiros de canhão as portas de Roma, a brecha não fora ainda concluída e já uma tropa de judeus tinha passado por ela para ir felicitar o general Cadorna. E o gueto inteiro se embandeirava com as cores piemontesas... Tendo os zuavos defensores de Pio IX recebido ordem de não mais continuarem a heróica defesa, os judeus os esperaram sobre a ponte Santo Anjo para cumulá-los de insultos e até mesmo arrancar suas roupas... Durante os dias da instalação do governo usurpador, foram vistos correndo, semelhantes a chacais, de uma caserna a outra, para pilhá-las... Várias vezes se reuniram na porta das igrejas para vaiar e bater nos cristãos que ali se reuniam para rezar... Todas as vezes, acrescentam os abades Lémann, que pedimos informações sobre as cenas ignóbeis que se passaram no Corso, diante do Quirinal e em outros lugares, onde as coisas santas eram ridicularizadas, os padres insultados, as Madonas profanadas, as santas imagens laceradas, sempre nos responderam: *Os luzzuri e os judeus...*”

Os três jornais ministeriais eram o *Opinione*, o *Libertà* e o *Nuova Roma*; todos tinham judeus como diretores. “Pois bem! dizem esses senhores Lémann, desde que são os senhores de Roma não cessaram um só dia de espalhar a calúnia, a injúria e a lama sobre a religião católica, seu culto, suas comunidades, seus padres, sobre tudo aquilo que há de mais respeitável e até sobre a augusta pessoa do Papa. Sua Santidade nos disse, ele mesmo: “Dirigem contra mim e contra a Igreja toda a imprensa revolucionária”.

Dirigindo-se aos homens da sua raça, os irmãos Lémann disseram ainda:

“Não é o rei Victor Emanuel que nos parece o supremo perigo para Roma, nem mesmo os homens da Revolução; *eles passarão*. O supremo perigo para Roma sois vós, senhores (os judeus), *que não passais!*”

“Armados com o direito de propriedade, com vossa habilidade, vossa tenacidade e vosso poder, *o século não chegará ao fim sem que sejais os senhores de Roma*. Aí está o perigo, nós o mostramos a todos os católicos”.

Quando os irmãos Lémann foram levar aos pés de Pio IX a expressão de sua dor após a pesquisa que acabavam de fazer sobre a conduta de seus irmãos de sangue, o Papa contentou-se em dizer: “Rezemos por eles, a fim de que participem do triunfo da Igreja”. E pôs-se então a recitar a oração que a Igreja faz subir ao Céu por eles na Sexta-Feira Santa.

Joseph Lémann fez esta observação: “Sobre o Gólgota, o Cristo que expirava tinham rezado também por seus carrascos: *Meu Pai, perdoai-os*. Davi, Seu real ancestral e profeta, iluminado acerca dos sofrimentos de Cristo e figurando-os nas suas próprias desventuras, pedira esse destino para os culpados: “*Não os extermineis*, Senhor, mas *dispersai-os* pelo vosso poder, e *rebaixai-os*, Vós que sois o meu protetor” (Salmo LVIII, 12).

“Essa misteriosa prece, na qual havia um eco antecipado do Gólgota, unida à justiça, cumpriu-se ao pé da letra. Os judeus foram conservados, embora pudessem ter sido exterminados mil vezes e desaparecido; mas ao mesmo tempo foram dispersos e rebaixados, a ponto de serem olhados como o opróbrio e a escória do gênero humano.

“Ora, a quem eles devem por não terem sido exterminados?

“À Igreja Católica.

“As nações queriam *exterminá-los*, mas a Igreja velava para que fossem apenas rebaixados”.

7. EMANCIPAÇÃO DOS JUDEUS

Na segunda metade do século XVIII apareceram numerosos livros que anunciavam para os judeus um estado diverso daquele no qual se encontravam desde a dispersão de Jerusalém.

1753. Nota sobre o retorno dos judeus, pelo Pe. d’Houbigand.

1760. A futura revocação dos judeus, por Deschamps, cura de Danzu, na Normandia.

1769. Tentativa de explicação da época assinalada para a conversão dos judeus, pelo abade Belet, de Montauban.

1775. Dissertação sobre o retorno dos judeus à Igreja e sobre o que deve ocasionar isso. Publicado em italiano.

1778. Dissertação sobre a revocação dos judeus, por Rondet.

1779. Carta na qual se prova que o retorno dos judeus está próximo. Sem nome de autor.

1779. Dissertação sobre a época da revocação dos judeus e sobre a feliz revolução que ela deve operar na Igreja. Sem nome de autor, etc., etc.

“Todas essas obras, diz Joseph Lémann, entrevêm como *indício* e também como *causa* da revocação dos judeus a blasfêmia proferida contra Deus e contra o seu Cristo no seio das nações. A Gentilidade ou as Nações foram *chamadas* por causa da ingratidão dos judeus. Os judeus são *revocados* por causa da apostasia e da ingratidão estimuladas entre as Nações. E todas essas obras diziam: Estamos alcançando esse ponto, estamos nesse ponto!...”²⁵

De fato, alguns anos após terem sido formuladas as previsões assinaladas nesses livros, vimos a França libertar os judeus e logo as outras nações imitarem seu exemplo.

A Inglaterra, em primeiro lugar, começara a emancipá-los e não tivera êxito. “Em 1753, sob o reinado de George II, uma tentativa de emancipação dos judeus ocorreu na Inglaterra; o ministro Pelham fez votar um projeto de lei que permitia ao Parlamento naturalizar os judeus estabelecidos no país há mais de três anos; mas a oposição, ciosa do comércio de Londres, e os clamores do populacho levaram à ab-rogação dessa lei a partir do ano seguinte”.

Se tivesse sido confiada a uma outra nação que não a França, a causa da emancipação judia também não teria encontrado, no sentir de Joseph Lémann, grande probabilidade de ser bem sucedida; e ele oferece suas razões, negativas para os outros povos, afirmativas para o nosso país, umas e outras apoiadas no temperamento, na vocação e na história dos diversos povos.

As dificuldades eram consideráveis. Dificuldades em razão do perigo que semelhante empreendimento podia fazer a sociedade correr e que somente hoje é por demais manifesto; dificuldades do ponto de vista dos preconceitos: existiam sobre os judeus da parte dos cristãos; existiam sobre os cristãos da parte dos judeus; dificuldades, enfim, no modo de emancipação. Elas não impediram a sua realização.

8. O AFRANCESAMENTO DOS JUDEUS

Na antiga França os judeus não eram considerados cidadãos franceses. Aliás, em nenhum país do mundo foram considerados como nacionais, nem entre os pagãos, nem entre

²⁵ Em 1657, o autor da *Ancienne nouveauté de l’Écriture Sainte* [Antiga novidade das Sagradas Escrituras], oferece como último sinal precursor da conversão do povo judeu a *morte civil da Igreja*. É o que acaba de fazer na França a lei de separação entre a Igreja e o Estado.

os cristãos. Frequentemente expulsos do reino pelas ordenações reais que emanavam amiúde dos príncipes que mais serviços prestaram à França, jamais deixaram de ser apenas tolerados, e sempre permaneceram sob um regime de exceção e sob uma vigilância bastante rigorosa.

Nos primeiros séculos, com Childeberto, 540, Clotário II, Dagoberto I, etc., os éditos que concernem aos judeus revestem sobretudo a forma de um ostracismo teocrático: a aversão confessional misturava-se mais intimamente com a defesa econômica. Carlos Magno teve para com eles, diz-se, as primeiras solitudes, mas, em 1096, Filipe I os expulsou do reino. São Luís prescreveu-lhes que usassem uma marca particular sobre as vestes. Até 1789 houve uma única seqüência de éditos que regulavam a usura, que vomitavam os judeus ou os expulsava do reino. À medida que os costumes se civilizam, que a economia política é regulamentada, são feitas generosas tentativas para dar aos judeus algumas liberdades e direitos comuns, mas os rápidos abusos da raça conduzem sempre a novas repressões. No século XVIII a raça reencontra toda a sua atividade na Alsácia e na Lorena. Apesar das medidas de precaução tomadas em Metz, em 1567, pelo marechal de la Vieuxville, em 1721, pelo duque Leopoldo e por Luís XIV na Alsácia, o país se tornou insolvente por causa da usura dos judeus.

Luís XVI, cuja bondade permaneceu proverbial, melhorou a sorte dos judeus, amenizando muito a legislação sob a qual tinham vivido até então. Mas jamais teve a idéia de deixar de proteger seus súditos contra a usura judia que arruinava sobretudo os habitantes provincianos, menos ainda de dar a esses estrangeiros o título de franceses.

Pelo édito de 1784, Luís XVI aboliu o pedágio pessoal. As cartas patentes do mesmo ano, se bem que muito prudentemente restritivas, consagram para a condição dos judeus melhorias capitais: doravante estão investidos do poder de possuir casa e jardim; podem, como proprietários, cultivar a terra; ficam estabelecidos ou confirmados em todos os ofícios e profissões que não lhes entregue o coração da sociedade cristã. Não era ainda o regime do direito comum; é um germe que encontra enfim seu pleno desenvolvimento no projeto de emancipação definitiva cujo estudo o rei determina em 1788.

Foi esse projeto, amadurecido sob a monarquia, que a Constituinte recolheu, para nossa desgraça, declara o abade Lémann, porque falseou a obra real ao dela se apropriar.

É preciso dizer, no entanto, que a própria Assembléia Constituinte não fez o que fez de bom grado.

Os judeus, para vencer sua resistência, recorreram à intervenção revolucionária da Comuna. Tiveram como agentes principais o jacobino Godard e Adrien Duport, que Louis Blanc acusa de ter sido o organizador dos massacres cometidos em Paris e dos pânicos espalhados pelas províncias.

Os comissários nomeados pela Comuna fizeram apresentar uma petição urgente, quase imperativa, à Assembléia Nacional em 24 de fevereiro de 1790. Os judeus tinham preparado essa intervenção ilegal da Comuna, solicitando, nas quarenta e oito seções de Paris, pareceres favoráveis à sua completa emancipação. Como o elemento jacobino prevalecia na organização dessas seções, todas acolheram favoravelmente os judeus, à exceção da seção dos Halles, seção de negociantes de roupas e móveis usados, que repudiaram energicamente esses terríveis concorrentes.

O sucesso dos judeus junto às seções é facilmente explicado: os jacobinos obedeciam a chefes que recebiam, eles próprios, o impulso das sociedades secretas dominadas pelos judeus. Os líderes que dirigiam as seções eram recrutados entre a ralé da sociedade. Quanto aos industriais e aos comerciantes, estavam reduzidos a desaparecerem, para não serem perseguidos como aristocratas. Sua opinião sobre os judeus permanecia aquela que tinham exprimido por escrito, trinta anos antes, num documento conservado nos Arquivos Nacionais sob o título: *Requerimento dos seis corpos de comerciantes e negociantes de Paris contra a admissão dos judeus*.

“A admissão dessa espécie de homens, está dito no requerimento, só pode ser perigosíssima; podemos compará-los a vespas que se introduzem nas colméias apenas para matar as abelhas, abrir-lhes o ventre e tirar o mel que está nas suas entranhas; assim são os judeus, nos quais é impossível supor qualidades de cidadãos. O negociante francês faz sozinho o seu comércio, cada casa de comércio está de alguma forma isolada; enquanto os judeus são partículas de mercúrio, que à menor inclinação se reúnem num bloco”.

Eis o que fora unanimemente subscrito por todos os membros dos corpos de comerciantes de Paris em 1760, e que permanecia verdadeiro em 1789. Porque conheciam o sentimento nacional a esse respeito, os membros da Assembléia Constituinte permaneciam inabaláveis, mesmo em presença das demonstrações ameaçadoras da Comuna.

Os comerciantes de Paris acrescentavam que os judeus, dos quais “nenhum foi jamais criado segundo os princípios de uma autoridade legítima”, entendem mesmo como usurpação toda autoridade exercida sobre eles, pretendem um império universal, e se consideram como verdadeiros senhores de todos os bens, dos quais os outros humanos são ladrões”.

Na sessão de 23 de dezembro de 1789, Maury fizera esta observação:

“A palavra *judeu* não é o nome de uma seita, mas de uma nação que tem leis, que sempre as seguiu, e que ainda quer segui-las. Chamar os judeus de cidadãos seria o mesmo que dizer que, sem deixar de serem ingleses e dinamarqueses, os ingleses e os dinamarqueses pudessem tornar-se cidadãos franceses. Os judeus atravessaram dezessete séculos sem se misturar aos outros povos.

“Não devem ser perseguidos, são homens, são nossos irmãos. Que sejam, pois, protegidos como indivíduos, e não como franceses, porque não podem ser cidadãos”.

Era o brado do bom senso.

Somente o batismo pode incorporar o judeu a uma nacionalidade diversa da sua nacionalidade original. Quando ele cai aos pés de Jesus Cristo, como os doze apóstolos, como Paulo, então, sem deixar de amar seus irmãos de sangue, ele ama sinceramente e cordialmente a pátria que lhe deu um lar. Para citar apenas um ou dois exemplos, os irmãos Ratisbonne e os abades Lémann são com toda certeza tão bom franceses quanto um francês. Mas, afora essa purificação divina, em todo lugar e para sempre o judeu permanece judeu. Pode-se dar a ele uma carta de naturalização, ele a aceitará porque ela lhe propiciará um benefício; mas, no fundo do coração e entre os seus, ele a desprezará e permanecerá judeu.

Por quatorze vezes a Assembléia Constituinte tinha repudiado a admissão dos judeus como cidadãos ativos.

Quando, no dia 29 de setembro de 1791, após todas essas tentativas infrutíferas, os franco-maçons retornaram uma décima quinta vez diante da Assembléia Constituinte para que fosse votado o decreto concedendo aos judeus todos os direitos dos cidadãos ativos, Rewbell, o Alsaciano, obstinado inimigo dos israelitas, quis de novo combater a proposição. Regnault de Saint-Jean-d’Angély, cortando-lhe a palavra, exclamou: “Peço que se chame à ordem todos os que falam contra esta proposição, porque *é a própria Constituinte que eles combatem*”.

Com efeito, toda a Revolução tinha sido maquinada para chegar a esse resultado.

Na véspera do encerramento da Constituinte, Duport exige “que se decrete que os judeus gozarão na França dos direitos de cidadãos ativos”. Renunciando ao combate, a Constituinte, que ia se dissolver no dia seguinte, deixou passar a moção de Duport: os judeus, armados dos direitos de cidadãos ativos, podiam legalmente começar a invadir tudo. Eles eram então apenas quinhentos em Paris; mas na França, como em toda a Europa, eles tinham a seu serviço um numeroso e brilhante exército de conspiradores, organizados em sociedades secretas: os vinte e quatro oradores que advogaram a causa deles na Constituinte eram todos franco-maçons.

De Bonald, julgando o ato através do qual a Assembléia Constituinte concedeu assim os direitos de cidadania aos judeus, escreveu:

“A Assembléia os declara *cidadãos ativos*: título que, como a declaração dos *direitos do homem*, novamente decretados, era então encarado como o mais alto grau de honra e beatitude ao qual uma criatura humana pudesse aspirar!... Mas os judeus eram mais repelidos pelos nossos costumes do que oprimidos pelas nossas leis. A Assembléia praticava o enorme e voluntário delito de colocar suas leis em contradição com os costumes.

“Logo os judeus deviam, como cidadãos ativos, ser chamados a participar do próprio poder...

“... *Que se cuide para que o afrancesamento dos judeus não se transforme em opressão para os cristãos!*

“... Os cristãos podem ser enganados pelos judeus, mas não devem ser governados por eles. Essa dependência é ainda mais ofensiva para a sua dignidade do que a cupidez dos judeus é lesiva aos seus interesses”.

Não é verdadeiramente profética essa palavra? Que se cuide para que o afrancesamento dos judeus não se transforme em opressão para os cristãos?²⁶

Também o abade Joseph Lémann fez acerca dos Direitos do Homem e do partido que os judeus souberam deles tirar esta reflexão: “O homem abstrato” foi inventado por uma Sociedade soberba para se desembaraçar de Jesus Cristo; desse mesmo “homem abstrato” saíram os judeus; e aconteceu que, não contando mais Jesus Cristo para o governo dessa Sociedade, os *embusteiros* encontraram o caminho aberto para se tornarem os seus *governantes*”.

“... Só se chega tão longe quando não se sabe onde se vai”. Isto foi dito por Cromwell. É a história da Assembléia de 1789.

“Proclamando os famosos *direitos do homem* como base da Sociedade, a Assembléia de nenhum modo pensava nos judeus. Quando ela os percebeu e quis detê-los era tarde demais. Juntamente com a cabeça da serpente esse primeiro anel tinha passado e muitos outros deveriam seguir!”

Se a Assembléia Constituinte não tinha sabido ver os judeus através da *Declaração dos Direitos do Homem*, é mais do que provável que estes estivessem há muito tempo emboscados atrás dessa Declaração, como estavam atrás da franco-maçonaria, a qual, criada por eles, fazia a Revolução não para o bem da França, mas para proveito deles.

A Assembléia Constituinte abriu as portas da sociedade francesa aos judeus. Napoleão, em 17 de março de 1808, fez com que eles as transpusessem. Descontente em ver os judeus perseverarem nas suas práticas usurárias, e evitarem por subterfúgios indignos o serviço militar, ele tomou a resolução de vencer aqueles dos quais dizia: “O mal que fazem os judeus não vem dos indivíduos, mas da própria constituição desse povo: são lagartas, gafanhotos que devastam a França”. Mas para isso adotou uma política diametralmente oposta àquela que tinha sido seguida antes da Revolução.

²⁶ O judeu Bernard Lazare dizia numa conferência feita em 6 de março de 1897, por ocasião de uma visita de estudantes israelitas russos a Paris: “Como traduzir esse fato para um certo número de indivíduos, de terem o mesmo passado, as mesmas tradições e idéias comuns? Traduz-se-o dizendo que eles pertencem a um mesmo agrupamento, que eles têm uma mesma nacionalidade. Tal é a justificativa do liame que une os judeus das cinco partes do mundo: “Existe uma nação judia”. Os fundadores da *Aliança Israelita Universal* concordavam com isso quando escreviam, há quarenta anos: “A aliança que fundamos não é francesa, nem alemã, nem inglesa, mas universal; não temos compatriotas, não conhecemos correligionários... Não está longe o dia em que as riquezas da terra pertencerão aos judeus!”.

Essa verdade mostra-se hoje tanto mais evidente para aqueles que meditam no fato de ser ela simultaneamente proclamada pelos fatos e, como se vê, pelos próprios judeus.

Os reis de França tinham mantido os judeus fora da sociedade francesa. Napoleão quis instalá-los definitivamente: “Desejo adotar todos os meios... para fazer com que encontrem Jerusalém na França”.

Com esse objetivo ele convocou em Paris, pelo decreto de 30 de maio de 1806, uma assembléia dos notáveis israelitas escolhidos pelos prefeitos em todos os departamentos do Império e do reino da Itália.

Três comissários, Molé, Portalis e Pasquier, foram nomeados pelo Imperador para dirigir os trabalhos da Assembléia. Um certo número de perguntas lhes foi apresentado pelos comissários imperiais. Citemos algumas:

“Aos olhos dos judeus, os franceses são seus irmãos ou são estrangeiros?” “Os judeus nascidos na França e tratados pela lei como cidadãos franceses olham a França como sua pátria? têm a obrigação de defendê-la? estão enfim obrigados a obedecer as leis e seguir as disposições do Código Civil?”

Enquanto os três comissários faziam as perguntas aos israelitas, de Champagny ditava secretamente aos interessados as respostas que Napoleão desejava.

Mas a autoridade da Assembléia dos Notáveis não bastava: “É preciso, diz Molé, que suas respostas, convertidas em decisões por uma outra Assembléia, de uma forma ainda mais importante e mais religiosa, possam ser colocadas ao lado do Talmude e assim adquiram, aos olhos dos judeus de todos os países e de todos os séculos, a maior autoridade possível... É o grande Sinédrio que Sua Majestade se propõe a convocar hoje. Esse corpo, caído com o Templo, vai reaparecer para tornar compreensível para todo o mundo o povo que ele governava...”

O abade Joseph Lémann descreveu essa assembléia:

Os integrantes do Sinédrio são em número de 71, como na época das sessões em Jerusalém. Usam um traje severo e escuro, aquele que usavam os membros do grande Sinédrio do tempo antigo.

Onde a imitação do antigo tempo excita o interesse em mais alto grau é na denominação dos membros, assim como a disposição da sala de sessões: o presidente chama-se *Nasi*, chefe ou príncipe do Sinédrio.

Ele tem dois assessores: o primeiro assessor, sentado à sua direita, é chamado *Ab-beth-din*, pai do tribunal; o segundo assessor, sentado à esquerda, tem o nome de *Halam*, sábio.

A sala de sessões é disposta em semicírculo, segundo o costume praticado na antiguidade.

Desde a primeira sessão o entusiasmo possui todos os espíritos e o chefe faz-se intérprete desse clima num discurso em que glorifica Napoleão:

“Doutores da lei e Notáveis de Israel, glorificai o Senhor!

“A Arca santa, batida por séculos de tempestades, deixa enfim de ser agitada.

“O eleito do Senhor conjurou a tempestade, a Arca está no porto.

“Ó Israel, seca tuas lágrimas, teu Deus lançou um olhar sobre ti. Tocado pela tua miséria, Ele vem renovar Sua aliança.

“Graças sejam dadas ao herói, para sempre célebre, que encadeia as paixões humanas, assim como confunde o orgulho das nações!

“Ele eleva os humildes, humilha os soberbos, imagem sensível da Divindade, que se compraz em confundir a vaidade dos homens.

“Ministro da justiça eterna, todos os homens são iguais perante ele; seus direitos são imutáveis.

“Doutores e Notáveis de Israel, é a esse príncipe sagrado por esse grande homem que deveis a alegria de estar reunidos em assembléia para discutir os interesses de Israel.

“Fixando meu olhar sobre esse conselho supremo, minha imaginação atravessa milhares de séculos. Transporto-me ao tempo da sua instituição, e meu coração não pode impedir uma certa emoção que dividireis comigo...”

No dia 9 de março, o grande Sinédrio, após ter reconhecido, como assembléia dos Notáveis, que na lei de Moisés existiam disposições políticas que regiam o povo de Israel na Palestina, quando tinha suas leis, seus pontífices e seus magistrados, declarou que essas disposições não lhe eram mais aplicáveis desde que não mais formava um corpo de nação. Assim o Sinédrio se conformava às vontades secretas do imperador e consentia em rasgar a Bíblia. O resto será combinado mais ou menos sem resistência. O Sinédrio reconheceu que a poligamia era proibida aos israelitas, que o ato civil do casamento devia preceder o ato religioso, que o divórcio não podia ser formalizado senão segundo as leis civis, que os casamentos entre israelitas e cristãos eram válidos, que a lei de Moisés obrigava a considerar como irmãos todos aqueles que acreditavam num Deus criador, que os judeus tinham relativamente aos outros homens deveres de justiça e de caridade; que deviam obedecer as leis da pátria, exercer de preferência profissões mecânicas e liberais, e abster-se escrupulosamente da usura.

Por uma espécie de contradição, ou melhor, para tomar com uma mão o que era dado com a outra, o Sinédrio considerou o Talmud quase em pé de igualdade com a lei de Moisés.

Os judeus estrangeiros não aprovaram as decisões do Sinédrio; mas pouco importava aos judeus da França; eles conheciam o partido que poderiam tirar do fato de serem reconhecidos como cidadãos franceses.

Napoleão, através de dois decretos datados de 17 de março de 1808, deu autoridade legal às decisões do Sinédrio, e o culto judeu tornou-se um culto oficial.

O grande Sinédrio aprovou e sancionou tudo o que já tinha sido feito, segundo a vontade do Imperador.

Os judeus esgotaram todas as formas de adulação para marcar sua satisfação. No aniversário de nascimento do Imperador, a sinagoga de Paris foi transformada em “templo pagão” (é a própria expressão de que se servem os historiadores israelitas). O novo deus é o Imperador, cujo retrato, rodeado de flores, está no templo; discursos são pronunciados. O rabino Segré inspira-se em Daniel para louvar Napoleão: “... Verdadeiramente apareceu sobre a terra um gênio sobrenatural, cercado de uma grandeza e de uma glória infinitas. E eis que com as nuvens do céu vinha o Filho do Homem e o Ancião dos dias deu-lhe o poder, a honra e o reino”. O rabino Sinzheim tomou emprestadas a Isaías suas hipérboles: “Eis o meu servidor, cuja defesa assumirei; eis meu eleito, no qual minha alma colocou toda sua afeição. Derramarei sobre ele meu espírito, e ele fará justiça às nações; ele não será triste, nem precipitado quando exercer seu julgamento sobre a terra, e as ilhas aguardarão sua lei. Eu sou o Senhor que te conservei, que te estabeleci para seres o reconciliador do povo e a luz das nações”.

Todas as formas de linguagem e todos os idiomas deviam servir ao louvor de Napoleão. O rabino Segré pronunciou um discurso em italiano; o rabino Sinzheim fez um sermão em alemão; o rabino Cologne, deputado de Mântua, recitou uma ode em língua hebraica.

Um ano tinha se passado desde a dissolução da Assembléia dos Notáveis, quando Napoleão expediu os decretos de 17 de março de 1808. Esses decretos têm uma importância histórica considerável. No momento da sua expedição teria sido justo repetir o que fora dito no início das deliberações da Assembléia: “O culto mosaico sai pela primeira vez... da espécie de *incógnito* na qual esteve há dois mil anos”. Esses decretos fizeram do culto israelita — praticamente inexistente na véspera, e, em todo caso, completamente desprovido de organização — um culto oficial e legal.

Tais são, resumidas tão brevemente quanto possível, as diferentes etapas percorridas pelos judeus²⁷ até o dia em que começou para eles uma nova era: “O nome de Napoleão deve ser inscrito no frontispício da nova era que se abriu para os judeus”.

Ele foi, no considerar do povo deicida, mais longe do que a Assembléia Constituinte. Esta havia declarado os judeus cidadãos, se bem que tivessem permanecido estranhos a tudo aquilo que interessava à nossa pátria, e que tivessem sido freqüentemente um verdadeiro flagelo para ela; mas ela tinha parado aí. Napoleão foi mais longe; ele instalou os judeus na França e fez da organização do seu culto uma engrenagem administrativa posta sob a garantia da lei e sob a proteção dos poderes públicos. A sinagoga foi dali em diante uma instituição do Estado. O culto judeu tornava-se, pela vontade de Napoleão, igual ao culto católico. Uma espécie de França judia estabelecia-se assim, pela vontade do soberano, ao lado da velha França católica.

O grande Sinédrio não sobrevivera ao deicídio. Napoleão teve a audácia de querer restabelecê-lo, sem compreender que o povo judeu é um povo à parte, que sua existência, apesar da dispersão por toda a terra, é um milagre permanente, e que uma maldição pesa sobre ele, maldição que nada no mundo, nem mesmo o poder do maior gênio, poderia apagar. Ele acreditou que sua vontade seria suficientemente forte para fazer com que os judeus fossem franceses como os outros. Ele fracassou, e cem anos depois vemos que em vez de serem iguais a nós eles se tornaram nossos senhores.

O judeu Cahen disse muito bem nos *Archives Israélites* (t. VIII, p. 801, 1847): “O Messias veio para nós no dia 28 de fevereiro de 1790, com os Direitos do Homem”. O Messias significa aquilo que nos permite a conquista do mundo. Os Direitos do Homem deram, inicialmente, a liberdade econômica que permitiu aos judeus acumularem seu tesouro de guerra; depois a liberdade filosófica, que lhes serve para deformarem a moral e o espírito franceses; enfim, o sufrágio universal democrático e inorgânico que nos trouxe o outro Napoleão e que os fez passar da igualdade para a dominação sob a qual gememos.

Aquilo que eles fizeram na França fazem-no nas outras nações, graças aos mesmos princípios que Napoleão espalhou à ponta de espada em toda a Europa. “Como tudo já mudou para nós, exclamou o judeu Crémieux numa das primeiras assembléias da *Aliança Israelita Universal*, e em quão pouco tempo!”.

9. RABINOS, CONSISTÓRIOS E SINAGOGAS

Por decreto de 11 de dezembro de 1808, datado de Madri, Napoleão não se contentou em organizar no seio da França a raça judia, ele concedeu a consagração oficial ao seu culto. Ele instalou treze consistórios, com um consistório central em Paris; hierarquizou os rabinos, elevados por ele a uma espécie de dignidade sacerdotal e lhes deu um hábito.

O sacerdócio judeu pertence apenas aos filhos de Aarão, que não mais existem de maneira distinta; ele foi abolido, assim como os sacrifícios figurativos, por ocasião da destruição do Templo de Jerusalém.

Assim, quando os comissários imperiais fizeram esta pergunta:

— *Quem nomeia os rabinos? Que jurisdição eles tem?*

A Assembléia respondeu: “A qualificação de rabino não se encontra na lei de Moisés... As atribuições dos rabinos, onde existem, limitam-se a pregar a moral, a abençoar os casamentos e a pronunciar os divórcios”. Onde ninguém tinha a qualificação de rabino, essas funções eram

²⁷ Cf. *La Condition des Juifs en France depuis 1789*, por Henry-Lucien Brun. Paris, Nouvelle Librairie Nationale. Pode-se dizer que nesse livro os judeus pintaram a si mesmos. São os documentos e os fatos que nele falam, como nos livros de Taine sobre a Revolução.

cumpridas pelos anciãos, e mesmo onde os rabinos se encontravam elas podiam ser realizadas por outros judeus.

O nome “rabino” não significa “sacerdote”, mas “professor” ou “preceptor”; é dado àqueles que têm a reputação de bem conhecer a lei. Foi somente depois dos decretos de Napoleão que passaram a ser considerados como ministros do culto e que se lhes deu um caráter fictício, em contradição com a lei do Antigo Testamento.

Os rabinos são o que eram outrora os “escribas”, que de nenhum modo pertenciam à tribo de Levi. Eles são doutores da ciência religiosa. Mas nas suas pessoas nada há do sacerdócio. Este é o sentimento dos próprios judeus. Em apoio a essa afirmativa bastará reproduzir o próprio texto de um dos membros notáveis do consistório da cidade de Paris: “Os rabinos não são, como os párocos e os pastores das comunhões cristãs, os ministros *necessários* do nosso culto. O ofício das orações no seio dos nossos templos não se efetua por intermédio deles. Eles não são os confidentes das nossas consciências. Seu poder *nada pode* para a salvação das nossas almas... O diploma do rabinado é compatível com todas as profissões e contamos entre nós com rabinos advogados, rabinos de lojas e rabinos comerciantes de feiras”.²⁸

No entanto, agora gostam de designá-los com estes termos sagrados: os *padres*, os *pontífices*, o *sacerdócio* da nação. “Em Paris, diz o *Univers Israélite*, encontramos em presença de um fato acabado; esperamos que “nosso novo soberano pontífice” não esquecerá que ele é doravante o guia espiritual de todo o judaísmo francês, e não mais somente da comunidade de Paris”.²⁹ “Esses pontífices, diz Gougenot de Mousseaux, nada têm de pontífices; esses padres são padres apenas na aparência, para iludir os povos cristãos que os pagam. Se eles não criassem e fizessem circular entre nós essa audaciosa ficção, esse fantasma enganador do sacerdócio, perderiam aos olhos dos povos o prestígio de ter uma religião, esse bem, esse tesouro inapreciável que, após tantos séculos, morreu nas mãos deles; perderiam também perante o orçamento o direito de se apresentarem para receber os honorários e as taxas do culto que, sem uma religião e um ministro verdadeiramente sacerdotal, não passaria de uma ridícula e mentirosa paródia”.

Foi Napoleão quem constituiu a hierarquia moderna dos ministros do culto israelita. Ele lhe impôs suas leis na assembléia dos israelitas de 30 de maio de 1806.³⁰

Luís Filipe completou a obra.

“A ordenação real de 1831, diz o Revmo. Pe. Ratisbonne, sancionou essa singular anomalia de um *sacerdócio impossível*. Com efeito, os rabinos transformados em padres pela lei civil permaneceram sem autoridade entre os judeus e foram alvo de sarcasmos dos seus amigos e dos seus inimigos”.³¹

Desde 1885 o culto israelita compreende nove consistórios departamentais e outras tantas sinagogas consistoriais (Paris, Nancy, Bordéus, Marselha, Baonne, Lião, Vesoul, Lille e Besançon), e, ademais, um certo número, sempre crescente, de sinagogas comunais, espécie

²⁸ *Des Consistoires en France*, por Singer, membro do consistório, p. 32-33, Paris, 1820.

²⁹ *Univers Israélite*, dezembro de 1866, p. 147.

³⁰ “Esses ministros são o *grande rabino* do consistório central e os *rabinos* dos consistórios departamentais e das sinagogas particulares cujo estabelecimento foi autorizado”.

Chamam-se consistórios os conselhos encarregados de dirigir os negócios dos judeus.

O consistório é composto por dois rabinos e três outros membros escolhidos por uma assembléia dos notáveis, apresentados pelo consistório central e nomeados pelo Ministro do Interior, mediante indicação dos prefeitos.

Napoleão decretou quer seriam estabelecidos uma sinagoga e um consistório israelita em todos os departamentos que contassem 2.000 indivíduos professantes da religião judia e em Paris um consistório central.

Um decreto de dezembro do mesmo ano fixa o número das sinagogas consistoriais em 13. Havia 77.162 israelitas na França.

Deve-se lembrar que o império francês de então era bem mais extenso do que a atual França.

³¹ *La Question Juive*, p. 20.

de paróquias judias, que têm à testa *rabinos* e *ministros oficiantes*. Domina toda essa organização um consistório central estabelecido em Paris.

O culto judeu não se tornou apenas igual ao culto cristão; ele foi favorecido.

A lei de 14 de novembro de 1881 proíbe a qualquer culto ter um lugar de inumação particular; não obstante, os israelitas continuam a ter, em cada cidade importante, um cemitério especial.

Assim, um autor inteiramente devotado à causa judia, G. Baugey, doutor em direito, pôde, em 1899, terminar um estudo sobre a situação do culto israelita com a seguinte conclusão:

“Se se acrescenta que, de fato, a administração *não aplica* aquelas disposições legais que poderiam constituir a religião israelita em estado de inferioridade relativamente à religião católica, ao passo que *se mostra muito freqüentemente rigorosa em relação a esta última e aos seus ministros*, compreenderemos facilmente que a situação dos israelitas na França, do ponto de vista do culto, não é igual e inferior à dos outros franceses... Nada nos atos do governo permite dizer que o culto israelita seja perseguido” (*Conditions du culte israélite*, p. 285).

10. ESTADO CIVIL DOS JUDEUS

O decreto de 11 de dezembro de 1808 obrigou os judeus a adotarem novos nomes.

Os judeus não tinham nomes patronímicos, diz o abade Lémann; ao nome pessoal: *Jacó*, ou *Nathan*, ou *Moisés*, ou *Salomão*, acrescentavam, segundo antigo costume, a locução “filho de um tal”: Jacó, *filho* de Baruque, o qual, por seu turno, é *filho* de Samuel, o qual, por sua vez, é *filho* de Jonas.

Resultava desses nomes, sempre os mesmos, apesar da adição da cidade (Samuel de Francfurte, Nathan de Lisboa etc.) uma confusão nos negócios e uma facilidade para trocar de nome, facilidade que os judeus usavam cada vez que viam alguma vantagem.

O decreto ordenou a adoção de *um nome patronímico* de família e um *prenome fixo*.

Foi a partir daí que os judeus verdadeiramente entraram na sociedade e foram assimilados aos cidadãos.

Eles então forjaram nomes, tornados célebres hoje, e como eles não deviam, após o decreto, tirá-los da Escritura, torturaram a Bíblia: MOISÉS deu *Mosches*, *Moche*, *Manche*; LEVI deu *Loëvy*, *Levisthal*, *Halévy*; ABRAÃO deu *Brahm*; EFRAIM deu *Ephrussi*; ISRAEL, *Disraeli*.

Mas foram sobretudo a botânica, a geografia e a zoologia que serviram de fonte para a nomenclatura do novo dicionário.

Houve o judeu astronômico: *Stern*, estrela; *Goldstern*, estrela de ouro, e todos os nomes em *stern*; o judeu botânico: *Rosen*, rosa, *Rosenthal*, vale das rosas; *Blum*, flor; *Kornblüth*, centáurea etc.

Mas o judeu geográfico apareceu sobre todos e o decreto fez nascer *Crémieux* de l'Isère, *Carcassonne*, cidade onde havia bom número deles, *Worms*, *Lisbonne*, *Lyon*, *Allemand*, *Charleville* etc., etc.

Não faltou o judeu zoológico: *Wolff*, lobo; *Katz*, gato; *Beer*, urso, com seus derivados *Meyerbeer*, *Cerfbeer*, *Hirsch*, cervo.

Convidando-os, diz ainda o abade Lémann, a se vestirem com novos nomes, Napoleão iria tornar mais fáceis o assalto e a invasão das dignidades, das altas funções, do poder. Se eles tivessem continuado a se chamar simplesmente Jacó, Tobias, Israel, Baruque, Moisés, teriam sido mais tímidos a se apresentarem, a atravessarem as camadas sociais que os acolhiam, para subirem até os cumes. Eles teriam se limitado a se sentarem nos arredores da última posição, em lugar de visarem à primeira.

Um *Israel* jamais teria sido primeiro ministro na Inglaterra: um *Disraeli* o foi. *Baruque* ou *Tobias* jamais teriam ousado, na França, pretender o Ministério da Justiça: *Crémieux* o recebeu.

11. QUE SÃO HOJE OS JUDEUS ENTRE NÓS

Os códigos de Teodósio e de Justiniano, o direito canônico, as leis dos visigodos e as ordenações da Idade Média, os *ukases* dos tzares etc., tinham estabelecido uma situação especial para as populações judias, tribo nômade acampada no Estado, *consortium* de financistas temidos pelos verdadeiros produtores de riqueza, e seita essencialmente hostil à religião cristã.

A Assembléia Constituinte e Napoleão I mudaram esse estado de coisas: deram aos judeus os direitos do cidadão francês.

Agiram bem? Devemos felicitar-nos por essa inovação?

Se se considera que o *judaísmo* constitui não apenas um culto separado, mas uma raça imutável, que o judeu, antes da sua pátria aparente e física, pertence a uma pátria comum ideal à qual é difícil crer que algum dia renuncie; que assim, nação secreta no seio de cada nação que os adota, a um tempo cidadãos e estrangeiros, os judeus possuem para a conquista material do mundo armas especiais, e que suprimem em benefício deles toda igualdade nas condições da luta, percebe-se bem que erro cometeram os Estados modernos ao tratá-los em pé de igualdade com o restante dos cidadãos.

Após a organização imperial do culto judaico, os judeus nacionalizados franceses tornaram-se *duas vezes* cidadãos sobre a própria terra dos nossos pais, na qual somos *apenas um!* Ei-los tornados cidadãos franceses tanto quanto pode sê-lo um Montmorency; mas, ao mesmo tempo, e mais do que nunca, ei-los reconhecidos cidadãos judeus ou membros de uma nação que não é a nossa, que se ramifica e toma raízes no mundo todo, que se afirma por sua lei talmúdica, mortal inimiga da nossa, que sofre, querendo ou não, sob o jugo da sua ortodoxia religiosa, a *necessidade* de permanecer estrangeira em toda nação cujo governo a acolhe e a satisfaz. Cessando de viver a vida dos *dispersos*, os filhos de Jacó, *pela própria lei* que se esforça em fundi-los, tornaram-se um povo distinto e são reconhecidos como corpo de nação judaica. Eles gozam em paz os benefícios de uma assimilação que sua crença, seu coração, no seu âmago talmúdico, declara só poder ser provisória e fictícia para eles; e nós os vemos, no momento em que a lei parece misturar o sangue deles ao nosso nas veias do corpo social, se unirem, se estreitarem numa ligação mais sólida do que nunca, realmente preparados e disciplinados nessa nova organização, às vistas da política que lhes é própria e cujos acontecimentos lhes ditarão os conselhos no dia a dia. Não nos espantemos mais, pois, se esses fiéis do judaísmo se preparam, na ativa paciência da espera, para o ato supremo no qual se resumem, após séculos, as imorredouras esperanças do judeu farisaico, guiadas pelos rabinos do Talmude.

Gougenot des Mousseaux não exagera quando, após ter amontoado documentos sobre documentos em apoio à sua tese, a resumia assim:

“Auxiliados em todos os reinos da terra pelo socorro mútuo que se entreprestam com ardor os membros de suas comunidades; auxiliados pelos socorros que retiram das associações mistas e das contribuições industriais; auxiliados pelos socorros e pela proteção que lhes devem e lhes prodigalizam as sociedades secretas, nas quais seu posto é o posto supremo e cujo poder se iguala ou hoje domina todo poder; cidadãos da sua própria nação e cidadãos da nação que os adota, quer dizer, duas vezes cidadãos e duas vezes esplendidamente protegidos na pátria em que cada cristão só o é apenas uma vez, os judeus, cuja astúcia, cuja audácia e cuja habilidade tem sido sempre coisa proverbial, têm sobre todo nacional dos Estados cristãos a mais incontestável das vantagens e delas se prevalecem com uma habilidade singular para fazer crescer uma influência já tão grande. Simples observador do fato do qual não parecia discernir a causa, um homem de espírito de raça israelita escrevia, há algum tempo, com verdade: “Os judeus preenchem, guardada a proporção e graças à sua insistência, mais empregos do que as outras comunhões católicas e protestantes. Sua desastrosa influência faz-

se sentir sobretudo nos negócios que mais pesam sobre a fortuna do país; não existe empreendimento em que os judeus não tenham larga participação, nenhum empréstimo público que eles não monopolizem, nenhuma desgraça que eles não tenham preparado e da qual não tirem proveito: eles não têm razão para se queixar, como fazem diariamente, eles que têm todos os favores e que tiram todo o proveito” (*Cerfbeer de Medelsheim, Les Juifs*, p. 9).

“Numa palavra, fortes contra cada um de nós, pelas forças que as leis do Estado lhes emprestam, fortes por aquela que lhes dá, em meio à massa dos povos, a natural organização da comunidade judaica, fortes por aquelas que retiram das sociedades do ocultismo e das alianças criadas segundo a necessidade dos tempos e dos lugares por essas sociedades, os judeus, com observa Kluber, formam no seio dos reinos cristãos um Estado dentro do Estado. “Daí decorre, se a sociedade cristã permanece digna do seu nome e fiel na defesa dos seus direitos, que um antagonismo permanente entre o Estado e o judaísmo torna-se inevitável”,³² e que o triunfo do judeu (*quer dizer, a desordem dos Estados cristãos*) ou da civilização cristã é a consequência inevitável dessa luta”.

Tudo isso fora previsto.

Um livro publicado na Alsácia, no fim de 1790, sob o título *Les juifs doivent-ils être admis au titre de citoyens actifs?*, tinha lançado este brado de alerta: “Que o judeu seja cidadão sob todos os aspectos *pelos quais ele não for cidadão pernicioso*, muito bem; que todos *os direitos com os quais nossas leis poderiam vigiar sua consciência* lhe sejam dados sem distinção, muito bem; que ele possa enfim exercer seu culto desde que não perturbe a ordem.

“Tudo isso é possível, caridoso mesmo e deve ser largamente recomendado aos novos cidadãos. Mas *que em nenhum caso o judeu seja elegível para os corpos políticos, administrativos e judiciários*, quer dizer, que ele não seja revestido de nenhuma das funções importantes e delicadas, que sempre deveriam ser presididas pelos princípios de uma moral cristã.

“O gozo ilimitado de todos os direitos de cidadão colocaria as vantagens da condição do judeu acima daquela de qualquer outro francês, porque, de uma parte, ele colheria o ouro em abundância; e, de outra, esse ouro colocaria em suas correntes um grande número de escravos, cujos sufrágios ele dirigiria nas assembléias, e lhe serviriam de instrumentos para se elevar até a cadeira do presidente da nação, ou, então, para se colocar sobre as flores de lis”.

Esses pensamentos tinham inspirado Luís XVI quando ele começou a reformar a legislação relativa aos judeus; mas logo se perderam de vista os limites nos quais a reforma podia ser operada e se viu o que aconteceu.

Depois disso devemos nos espantar das queixas que se levantam por toda parte?

Um marselhês, socialista militante, escrevia há um ou dois anos aquilo que pode ser escrito na maior parte das nossas cidades: “Os judeus são os senhores da nossa cidade. Há mais de quatrocentas mil almas em Marselha. Eles são apenas um milhar. Isso não os impede de serem os detentores de todas as nossas riquezas. Ele possuem uma das grandes companhias de navegação. Eles têm a Bolsa. Eles têm os tribunais de comércio. Eles têm os juizes e advogados dos agentes de comércio. Eles têm quase toda a magistratura e o Ministério Público. O alto banco, os juzados estão povoados de Levy, de Cahen, de Mossé e de Bédarride.

“A administração é feudo deles, como em todo o resto da França.

“Eles têm também o alto comércio. Nossos marselheses dir-vos-ão que existe em toda a cidade *uma só* grande loja de confecções que não está nas mãos de Israel: essa única casa cristã não tem ainda um ano de existência. Os mesmos judeus que se isolavam, há cem anos, em tristes lojinhas no fundo de ruelas obscuras, ocupam atualmente as mais belas instalações.

³² Kluber. *Coup d’œil des délibérations diplomatiques du Congrès de Vienne*.

A rua Saint-Ferréol, a rua de Rome, a metade da Cannebière pertencem aos judeus. E eles são apenas mil... Isso não é natural!

“A grande força dos nossos judeus vem da solidariedade. Eles são dotados de um maravilhoso espírito de família e de um admirável espírito nacional. Em todas as ocasiões sabem formar contra os seus concorrentes cristãos um forte batalhão. Eles se unem e nos dias de sucesso penetram todos juntos em nossas fileiras. Os reveses que eles experimentam são suportados em comum ou, mais praticamente, entram em acordo para fazê-los suportar aos cristãos. Uma falência judia jamais atinge os judeus; e credores judeus são para eles melhores do que credores privilegiados: são credores sagrados. Eles não param de viver assim, fora de todo direito comum. São os primeiros a se porem fora da lei quando nisso têm alguma vantagem. Gostaríamos que eles tivessem que suportar também os inconvenientes desses negócios *fora da lei*. Os judeus formaram um Estado dentro do Estado. Que a lei considere o nascimento desse novo Estado e que a nação se ponha em guarda contra ele”.

O conselho com o qual o marselhês termina sua queixa começa a ser ouvido um pouco por toda parte. As nações se põem em guarda contra os judeus.

Se existe um país no qual não se deveria ter medo dos judeus, esse país é a Inglaterra. O exemplo do judeu Disraeli, o maior ministro conservador do século passado, parecia decisivo e tranquilizador. E no entanto a Inglaterra toma suas precauções. Alguns publicistas influentes, chocados com a excessiva proporção de judeus que se encontra entre os multimilionários e sobretudo entre os parlamentares e os diretores de jornais, começaram a campanha anti-semita.

Na Alemanha, na Rússia, os judeus são legalmente excluídos das fileiras militares. Na Áustria, na Espanha, na própria Itália, a tradição, a despeito da lei, opõe-se freqüentemente à admissão, entre os oficiais, dos membros da raça judia. Sabemos o que custa à França não ter levado em consideração essa prudência das nações.

As nações cristãs escaparão da dominação do judeu na medida em que elas saírem da política cosmopolita para voltarem à política nacional.

Ora, quem não o vê? A política seriamente nacional relega os judeus ao segundo plano. Os filhos de Israel formam, como os franco-maçons, seus aliados ou seus serventes-escudeiros, uma panelinha secreta dentro da grande sociedade nacional. Daí porque eles não podem ser os representantes oficiais da vida dessa sociedade nacional. As funções públicas devem ser confiadas na Inglaterra a ingleses, na Alemanha a alemães, na França a franceses. Não basta que os funcionários públicos pertençam legalmente à nação por um artifício de escrituras; é preciso que pertençam à alma da nação por seus ancestrais, pelos serviços prestados, por um patriotismo provado.

Porque não são apenas os interesses privados que estão em perigo em razão da situação privilegiada dada aos judeus hoje em dia; os interesses nacionais também estão.

Disraeli, que acabamos de mencionar, no seu livro *Coningsby* (p. 183-184; tradução francesa, p. 148 e segtes.) expôs, em 1844, com uma indizível complacência a superioridade crescente que a raça judia adquire na Europa e como ela prepara seu reino universal.

“Em consequência de lutas mil vezes repetidas..., o peso de mil e quinhentos anos de servidão sobrenatural abateu-se sobre nossas cabeças. Mas, longe de sermos quebrados sob esse fardo de opressão e ignomínias, nós zombamos dos esforços da invenção humana, que se esgotava em vão em nos perder... Os judeus! os judeus! É possível que vejais algum dia evidenciar-se um movimento de alguma importância na Europa sem que os judeus nele figurem em grande parte?

“... Essa diplomacia russa, tão cheia de mistérios; e diante da qual empalidece a Europa ocidental inteira, quem a organiza e a dirige? *Os judeus!* A poderosa revolução que se prepara e se trama na Alemanha, onde, de fato, ela logo será uma segunda reforma, mais considerável do que a primeira, sob quais auspícios adquire ela a plenitude do seu desenvolvimento? *Sob*

os auspícios do judeu. A quem toca o monopólio quase completo de todas as cátedras docentes? Neandre, o fundador do catolicismo espiritual, e Regius, o professor de teologia da Universidade de Berlim, não são *dois judeus*? Benary, essa celebridade da mesma Universidade, é *um judeu*, não é? E é ainda um *judeu* Wehl, o professor de Heidelberg... Numa palavra, qual é o nome dos professores alemães da raça judaica? Esse nome é *legião*!

“Quando cheguei a São Petersburgo tive uma entrevista com o Ministro das Finanças da Rússia, o conde Cancrim; era filho de um *judeu* da Lituânia.

“Na Espanha consegui uma audiência com o ministro Mendizabal. Mendizabal é o que eu mesmo sou, *o filho de um judeu*, de um convertido da província de Aragão.

“Em Paris quis conhecer a opinião do presidente do Conselho, e tive diante dos olhos um herói, um marechal do Império (aquele que um dia por pouco não se sentou no trono de Portugal), numa palavra, *o filho de um judeu* francês, Soult. Mas como! Soult, um judeu? Sim, sem dúvida, assim como *vários outros marechais do Império*, à testa dos quais encontra-se Masséna, que entre nós se chama Manasseh...

“Deixei Paris para ir a Berlim, e o ministro que visitei não era outro senão um *judeu* prussiano... *Este mundo é governado por personagens inteiramente diferentes daqueles imaginados pelos que não vêem o que se passa atrás dos bastidores...*”

Assim, em 1844, os ministérios dos maiores países da Europa eram dirigidos não pelos seus soberanos, mas por *judeus*. É um primeiro ministro da Inglaterra que nos afirma e o demonstra.

Depois dessa data o poderio judeu só cresceu.

“Eles mantêm encerrada, na hora presente, como numa rede, toda a sociedade cristã”, escrevia em 1868 o Padre Ratisbonne, judeu de nascimento.

Um outro inglês, Houston-Steward Chamberlain, fixado em Viena, na Áustria, publicou recentemente um livro: *Les Assises de la Civilisation*, que obteve fulminante sucesso na Alemanha. Guilherme II, após tê-lo devorado, leu-o em voz alta para a sua família e distribuiu por todo lado várias dezenas de exemplares.

Chamberlain não tem religião nem pátria. Ele se apóia numa só coisa, na sua qualidade de europeu. Ele é anti-semita, sem que seja fanático da idéia de raça, porque a inteligência, os modos de pensar do judeu pareceram-lhe inimigos dos seus, e porque a organização *política* dos judeus ajuda perigosamente seus ataques contra a cultura e a civilização ocidentais.

Foi o estudo, a reflexão, a observação que conduziram Chamberlain a esse ponto de vista.

“Chegou o dia, diz ele, após muitos anos de estudos independentes e desinteressados, em que percebi que uma força, no mundo contemporâneo, trabalha contra mim, aplica-se em destruir tudo o que é precioso para mim, tudo aquilo que constitui minha pessoa, tudo aquilo que os meus predecessores me legaram e aquilo que tenho a legar aos meus. Naquele dia um grande pavor abateu-se sobre mim”.

12. O COLETIVISMO E A HEGEMONIA DE ISRAEL

O escritor Bernard Lazare escreveu o que segue ao falar dos seus correligionários:

“Quanto à sua ação e à sua influência no socialismo contemporâneo, elas foram e são, sabemos, muito grandes.

“Foi Marx³³ quem deu impulso à Internacional através do manifesto de 1847, redigido por ele e Engels; não que se possa dizer que ele tenha “fundado” a Internacional, como afirmaram

³³ Bernard Lazare escreve em outro lugar:

aqueles que sempre consideram a Internacional como uma sociedade secreta cujos chefes foram os judeus, porque muitas causas conduziram à constituição da Internacional, mas Marx foi o instigador do comício operário realizado em Londres em 1864, e do qual saiu a Associação. Nela os judeus eram numerosos, e no Conselho Geral encontra-se apenas Karl Marx, secretário para a Alemanha e para a Rússia, e James Cohen, secretário para a Dinamarca. Além de Marx e Cohen, podemos citar Neumayer, secretário do escritório de correspondência da Áustria, Fribourg, que foi um dos diretores da Federação parisiense da Internacional, da qual também fizeram parte Lœb, Haltmayer, Laare e Armand Lévi. Léon Frankel, que dirigiu a seção alemã em Paris; Cohen, que foi delegado da Associação dos charuteiros de Londres ao Congresso da Internacional realizado em Bruxelas em 1868; Philippe Cœnen, que foi, no mesmo Congresso, o delegado da seção de Anvers da Internacional, tiveram mais tarde um papel durante a Comuna, na qual reencontraram outros correligionários.

“Quanto à organização do partido socialista, a contribuição dos judeus foi muito poderosa. Marx e Lasalle na Alemanha; Aaron Liberman e Adler na Áustria; Dobrojanu Ghéréa na Rumânia; Gompers, Kahn e de Lion nos Estados Unidos da América, foram ou ainda são os diretores ou iniciadores. Os judeus russos devem ocupar um lugar à parte nesse breve resumo. Os jovens estudantes, apenas saídos do gueto, participaram da agitação niilista; alguns — entre os quais mulheres — sacrificaram sua vida à causa emancipadora, e, ao lado desses médicos e desses advogados israelitas, é preciso colocar a massa considerável dos refugiados artesãos que fundaram em Londres e em Nova Iorque importantes aglomerações operárias, centros de propaganda socialista e mesmo comunista anarquista”.

Foram, pois, os judeus quem, segundo testemunho de um judeu, fundaram as primeiras associações socialistas.

Foram os grandes barões da Finança Judia que, em seguida, permitiram que o coletivismo se expandisse e prosperasse, mediante suas subvenções e a fundação de jornais pelos quais se propaga sua doutrina nas massas. A imprensa coletivista está nas mãos dos judeus em todos os países do mundo, e sabemos que entre nós o *Humanité*, porta-voz do cidadão Jaurès, foi fundado com os capitais fornecidos por doze judeus — “um para cada tribo”, dizia Urbain Gobier no seu *Terreur Juive*.

O coletivismo é o termo para o qual tendem os judeus, o coletivismo que, sob o pretexto de transferir tudo para o Estado, transferirá tudo para as mãos daqueles que se encontram dissimulados atrás da personalidade anônima do Estado.

O Estado, que operou a centralização do ponto de vista político, trabalha agora para centralizar nas suas mãos todas as forças econômicas. Ele já possuía um certo número de monopólios. Começou a monopolização das estradas de ferro; deixa ver suas intenções de monopolizar os seguros, o álcool etc.; fala também em dar a cada dia novos passos em direção ao confisco das sucessões através do aumento dos impostos?. O coletivismo estabelecer-se-á assim, pouco a pouco, sem violência, sem revolução, mediante o apossamento sucessivo de todas as manifestações econômicas, industriais ou comerciais da atividade francesa.

Um eminente sociólogo, Louis Durand, o fundador das Caixas rurais e operárias na França, faz-nos tocar com o dedo a arte e a tenacidade com as quais o fim do Deus-Estado é lentamente, sorrateiramente, mas seguramente buscado. Eis um resumo dos seus argumentos:

A opinião pública — diz ele — inquieta-se às vezes com as manifestações ruidosas e violentas do socialismo, greves, revoltas, incêndio de fábricas etc. Ela tem razão em se preocupar com isso.

Esse descendente (Karl Marx) de uma linhagem de rabinos e de doutores herdou em tudo a força lógica dos seus ancestrais; ele foi UM TALMUDISTA LÚCIDO E CLARO, que as minúcias bobas da prática não atrapalharam, um talmudista que praticou sociologia e aplicou suas qualidades inatas de exegeta à crítica da economia política (V. *L'Antisémitisme*, p. 342).

E no entanto, esses fatos, por lamentáveis que sejam, não passam de incidentes locais, que quase não têm importância em comparação com as medidas graves e gerais que fazem penetrar o socialismo nas nossas leis e nos nossos costumes, sob aparências benéficas e pacíficas, e, muito freqüentemente, com a aprovação das pessoas honestas, por demais confiantes.

O socialismo integral tende à socialização dos meios de produção e de troca. O Estado deve apoderar-se dos capitais para regular à sua vontade a produção e o consumo. A realização desse programa daria ao Estado um poder ilimitado sobre os indivíduos cujo bem-estar, e mesmo a vida, ficariam à mercê dos poderes públicos. Trememos ao pensamento do poder de que desfrutaria o Estado socialista, se algum dia conseguisse realizar seu programa.

Para dominar o comércio, a indústria, a agricultura, toda a produção nacional, bastaria ao Estado apoderar-se de três ou quatro ramos da atividade econômica que comandam e condicionam todos os outros. O Estado será senhor de tudo quando possuir exclusivamente o crédito, os transportes, os seguros e, em caso de necessidade, as minas (matérias primas).

Para ser senhor em um desses ramos, desnecessário que dele se apodere. Basta-lhe exercer essa indústria *a fundo perdido*, cobrindo os déficits com os recursos do imposto. É evidente que a indústria privada não poderia sustentar uma concorrência tão desproporcionada. Ora, é precisamente isso que o Estado tende a fazer há vários anos.

Vede já sua obra relativamente ao *crédito*:

Ele começou por organizar poupanças regionais agrícolas subvencionadas por ele (mais de cem milhões são afetados por esse serviço). Essas poupanças dependem inteiramente do Estado, porque ele se reserva o direito de retirar, à sua vontade, as subvenções renováveis a curto prazo.

Naturalmente, os agricultores não protestaram contra essa primeira tentativa. Pode-se taxar de socialista uma medida que traz benefício?

Segundo passo: crédito às indústrias agrícolas. Hábil medida de favorecimento, posto serem as classes agrícolas as mais opostas ao socialismo.

Terceiro passo: ele abrirá créditos para a construção de casas a preço reduzido.

Depois ele se dá a missão de abrir crédito para os marítimos.

Depois, através de projetos de lei relativos aos socorros aos alagados, ele se autoriza a emprestar aos pequenos comerciantes. É uma medida transitória... sem dúvida; mas esse crédito do Estado cessará de funcionar quando as inundações não passarem de uma lembrança???... Isto seria conhecer muito mal o Estado. Os jornais já nos dizem que uma delegação foi recebida pelo Ministro, pedindo que o Estado organize o crédito para os pequenos industriais e os pequenos comerciantes, "como fez para os agricultores".

Note-se: todas essas medidas são benéficas em si mesmas. Criadas pela iniciativa privada (tal como existem e florescem em outros países), seriam excelentes. Mas elas se tornam eminentemente perigosas quando o Estado substitui a iniciativa privada — que sempre faz o melhor preço — porque a ação do Estado mata essa última, e o resultado final não pode ser outro: o Estado tudo; o cidadão nada.

Em matéria de seguros o Estado foi um pouco menos depressa. Até agora ele se limitou a conceder subvenções aos seguros mútuos, o que lhe permite inspecioná-los.

Mas o Ministro da Agricultura anunciou um projeto de lei que objetiva fundar uma caixa de resseguros através do Estado. Como sempre, começa-se pela agricultura... para que ela não faça oposição.

Depois os marítimos, os industriais, os comerciantes virão dizer-lhe: "Porque garantis, às expensas do Estado e com dispensa de impostos, os agricultores e não nós?"

Isto será muito justo e o Estado se tornará o único segurador. Como, com efeito, as companhias privadas, gravadas com enormes impostos, poderiam sustentar a concorrência das

garantias do Estado, que não pagam impostos e que pode, em caso de déficit, apelar aos contribuintes?

De todos os lados vemos o Estado tender com perseverança em intervir com seus capitais, quer dizer, com os dinheiros dos contribuintes, no domínio da produção e da troca.

E para multiplicar ainda seus meios de ação, a lei da aposentadoria de operários, tal como foi votada pelo Senado, permite ao governo empregar uma parte dos capitais produzidos pela capitalização dos depósitos *em obras ou instituições diversas*.

Quanto à indústria dos transportes, inútil insistir: a Oeste foi recomprada, a Orleans vai ceder uma parte da sua malha, — falou-se também da recompra da Sul.

Mas, quando o Estado tiver terminado sua penetração metódica no domínio econômico, qual será a liberdade deixada aos cidadãos, cuja atividade econômica inteira estará então à mercê dos poderes públicos e que não poderão obter crédito se desagradam a prefeitura, nem pagar seus sinistros pelo seguro se são mal cotados?

Essas observações de Louis Durand são certamente dignas de atenção.

Dissemos que há dois mil anos os judeus ambicionam a conquista do mundo inteiro. Para dominar as nações é preciso destruir as instituições que constituem a ordem social, particularmente a ordem social cristã.

Por isso os princípios de 89, por isso os Direitos do Homem, por isso o Liberalismo, cujo vírus a franco-maçonaria insinua em todas as sociedades. Com esses venenos as instituições são desagregadas, mortas: Religião, Pátria, Propriedade, Exército, nada resiste. Como, de outra parte, os judeus se conservam como nação, como corpo de famílias, como comunidade de religião, breve como pátria, compreende-se sem dificuldade que essa organização, excludente de todas as outras, chegue a estabelecer seu domínio universal sobre os povos reduzidos a pó.

Eis a meta suprema dos judeus, eis o grande objetivo da nação judia.

A destruição da propriedade privada, a instituição do coletivismo do Estado representará um grande passo.

O coletivismo é o Estado que se substitui aos indivíduos na posse de todas as riquezas. Mas, que é o Estado? Todos os cidadãos reunidos em coletividade, respondem os judeus e os seus discípulos. Que se veja o que já é hoje. É o Estado, mas não é a França, que faz a guerra à Igreja. É o Estado, mas não é a França, que dispõe dos quatro ou cinco milhões que abastece o orçamento. Será o Estado, mas não será a França, que se tornará o único proprietário; e o Estado é o homem, são os homens que detêm o poder; é, serão os judeus.

Um erudito economista, du Mesnil Marigny, na sua *Histoire de l'économie politique des anciens peuples*, publicada em Paris, editora Plon, em 1878, creu poder, apoiando-se apenas nos fatos da economia e da estatística, formular estas previsões:

“A elevação política de Israel ao cume das grandezas parece pois certa, posto que neste momento nada parece poder conjurá-la. Assim, a menos que haja uma grande modificação na ordem e no movimento das sociedades, nós o veremos dentro em pouco, por extraordinário que pareça semelhante golpe de sorte, governar as nações, após ter aplicado em seu benefício todas as riquezas e, em seguida, multiplicar-se sem medida, expulsando da sua frente (Êxodo, XXIII, 30) os habitantes de toda a terra, assim como destruiu os cananeus e os aborígenes de nome Gessen. Certamente, criticar-se-á esse pressentimento da substituição das atuais raças das diversas partes do globo pelos israelitas, e não podemos deixar de admitir que essa previsão seja muito ousada.. Mas a história está aí para nos ensinar que em cada país as populações nativas são pouco a pouco substituídas pela colônia que, instalada provisoriamente sobre o seu território, é-lhe incontestavelmente superior em riquezas, em indústria, em faculdades produtoras de toda espécie...

... “Todavia, se, segundo as nossas previsões, os filhos de Jacó, aproveitando sua superioridade em tudo o que concerne a prosperidade e a longevidade neste mundo, chegarem a sobreviver a qualquer outra raça, como conhecemos o apego, o espírito de fraternidade que os une, ninguém contestará que é através deles que veremos realizar-se então essa era da humanidade, esse desejo de todos os filósofos, essa aspiração de todos os grandes corações, queremos dizer, a fraternidade universal... A partir de hoje, em razão dos fatos que expusemos, seria preciso ser cego para duvidar do soberbo futuro que está reservado aos israelitas”.³⁴

13. A POPULAÇÃO JUDIA

O número total dos judeus que existem no mundo é muito difícil de avaliar. Disseminados entre todos os povos, eles dissimulam em vários lugares sua nacionalidade e religião; e quando, como na França, o recenseamento não menciona mais o culto, oficialmente não há mais judeus, pois os judeus são naturalizados franceses.

Os documentos judeus que podem ser consultados só podem ser aceitos com reservas. Segundo o exige o interesse do dia, eles inflam ou diminuem os números.

Um trabalho sério sobre essa questão foi publicado em 1900. O autor, cujo nome não temos, faz preceder as estatísticas com esta nota:

“Tive muita dificuldade em reunir os documentos esparsos dos quais me servi. Indicarei como fontes acessíveis a todos:

1° O *Almanach de Gotha*, anos de 1898, 1899, 1900;

2° As *Geographisch Statistische Tabellen*, de Hubner;

3° A *Géographie Universelle*, de Elisée Reclus;

4° O *Dictionnaire de Géographie*, de Vivien-Saint-Martin.

“Além disso, consultei os relatórios oficiais de recenseamento publicados pelos diversos governos. Enfim, recorri igualmente aos Almanques judeus e às Revistas publicadas em Paris e Leipzig.

“Eis o resultado dessa comparação de documentos:

Nota. — Colocamos ao lado dos números dados por esse autor aqueles publicados em 21 de abril de 1910 pelos *Archives Israélites*, segundo o *Bureau de Statistique Juive*. Veremos que se os números são exatos tanto de um lado quanto do outro, deve ter havido grandes migrações nesses dez anos, notadamente na Ásia.

	1900	1910
Europa	7.800.000	8.853.599
África	500.000	325.778
Ásia.....	1.400.000	484.165
América	³⁵ 1.300.000	1.889.624
Oceania	20.000	27.106
Total.....	11.020.000	11.580.272

³⁴ *Op. cit.*, t. II, p. 283 e 285.

³⁵ Nova Iorque abrigaria atualmente 800.000 judeus.

“O total oferecido por Hubner (ano de 1893), continua nosso autor, é um pouco inferior: 10.860.000. Estudando as estatísticas, tivemos que reforçar ligeiramente os números que ele dá para a Europa, a África e a América, e diminuir um pouco aquele da Ásia”.

O mesmo autor diz em seguida como se repartem os 7.800.000 atribuídos à Europa.

“Agora, eis, segundo o *Almanach de Gotta* (ano de 1900), Hubner (ano 1898), e os documentos oficiais publicados pelos governos, o número da população judia nos diferentes Estados da Europa:

1900	1910
Alemanha	630.000 607.862
Áustria-Hungria	3.030.000 2.076.978
Bélgica	3.000 15.000
Bulgária	27.500 37.653
Dinamarca	4.000 3.176
Espanha	400 2.500
França	³⁶ 70.000 100.080
Grécia	10.000 8.350
Holanda	110.000 103.988
Inglaterra	80.000 247.760
Itália	40.000 35.617
Noruega	200 642
Portugal	1.100 1.200
Rumânia	243.000 266.652
Rússia	4.250.000 5.215.805
Sérvia	5.048 5.729
Suécia	3.402 3.012
Suíça	8.069 12.264
Turquia da Europa	140.000 ³⁷ 106.977
Total	8.655.719 8.851.165

O *Jewish Yearbook* também dá o percentual da população judia nas principais cidades do mundo: Borditcheo, 87.72; Jerusalém, 55; Odessa, 33.75; Varsóvia, 33.36; Nova Iorque, 26.30;

³⁶ Os judeus da França estão oficialmente divididos em doze circunscrições, dirigidas por outros tantos consistórios, que saem de um consistório central.

O *Univers Israélite* publicou esta estatística:

Anos de 1892, 1894, 1896 — Besançon, 2.200; Bordéus, 3.500; Lille, 3.200; Lião, 2.200; Marselha, 4.800; Nancy, 4.400; Vesoul, 4.100. A população do consistório de Bayonne não está indicada.

Anos de 1901, 1902 — Bayonne, 2.200; Besançon, 2.250; Bordéus, 3.000; Epinal-Vesoul, 3.900; Lille, 3.800; Marselha, 5.500; Nancy, 4.500.

Quanto à população judia de Paris, o autor do artigo, Mathieu Wolff, não dispõe, diz ele, de dados precisos que lhe permitam fixar o número.

“Creio, acrescenta M. Wolff, que se fica mais perto da verdade estimando a população israelita da França em 85.000 almas. A essas acrescentemos, se quiserem, os 48.000 judeus da Argélia”.

O número de prefeitos, vice-prefeitos, juizes e funcionários judeus, é quatro vezes, dez vezes mais elevado do que deveria ser, relativamente ao número dos judeus na população francesa.

Seu efetivo nos escalões superiores do exército cresce sem parar.

Em vinte anos a França contará com pelo menos uma centena ou menos de coronéis ou generais ou assemelhados judeus; a defesa da pátria estará nas mãos de um estado-maior de sem-pátrias

³⁷ O Escritório de Estatística Judia dá em 1910 também estes números: Creta, 1.150; Luxemburgo, 1.201; Gibraltar, 1.300; Bósnia-Herzegovina, 8.213.

Budapeste, 23.05; Amsterdã, 11.30; Viena, 8.75; Francfurte, 8.15; Montreal, 6.94; Constantinopla, 5.77; São Francisco, 6.94; Berlim, 4.85; Chicago, 3.58; Hamburgo, 2.34; Londres, 2.28; Paris, 2.07; Roma, 1.51; Bruxelas, 1.16; São Petersburgo, 0,83.

Pode ser interessante comparar o número de população alcançado atualmente pelos judeus àqueles de outrora.

Por ocasião da entrada deles na Terra prometida, eram 601.730 homens. Contando quatro pessoas para cada homem adulto, obtém-se uma população total de dois milhões e meio.

No tempo de Salomão a população de origem judia contava 1.300.000 combatentes, o que representa um total de 5.000.000 almas, o dobro da população do tempo da conquista.

Segundo Flávio Josefo, a Galiléia compreendia 3.000.000 no momento da expedição de Tito, o que permitiria avaliar a população da Palestina em 8.000.000. Mas os números dados por Josefo são de um evidente exagero. A Galiléia não tinha mais de 930 milhas quadradas. Haveria, pois, 30.000 habitantes por milha quadrada, o que é absolutamente impossível.

Como quer que seja, vemos que a raça judia é atualmente mais numerosa do que jamais foi.

Esse crescimento não data de longe.

“Um fenômeno nascido ontem, diz Gougenot des Mousseaux, acaba de causar uma estranha surpresa aos investigadores dos relatórios da estatística, e o repentino da sua produção parece designá-la como uma dessas advertências que a Providência se compraz em dar ao mundo e que a história registra sob o título de *signal do tempo*.

“Esse sinal é uma *anormal* multiplicação da espécie, é um inexprimível crescimento de população que, subitamente e simultaneamente por toda parte, se opera e se acentua no lar de Israel, no seio dos diversos povos aos quais ele se mistura... Será que depois de ter mantido, durante séculos, sobre a superfície do globo, o nível da população que nutria a Judéia, por ocasião da morte de Cristo, uma força *inteligente*, que jamais se fatigou de caminhar de acordo com o sentido das profecias judaico-cristãs, queria, em alguns anos, ao lado do poder intelectual e metálico de Israel, chegar subitamente ao cume de todas as posições sociais, dobrar, triplicar seu valor numérico? Será que ela queria criar para ele, pronta a mover-se ao toque de trombeta do homem que ela chamará seu Messias, um exército-mestre em todos os lugares de ouro e de ferro, esses dois metais que, sobre a ruína dos princípios da civilização cristã, tornaram-se as duas alavancas das mudanças sociais, as duas razões dominantes de todo poder moderno?”

14. A LÍNGUA UNIVERSAL

Para manter toda a humanidade sob seu domínio após tê-la conquistado, não basta ter rebaixado, abolido as barreiras que separam os homens em nacionalidades distintas e em confissões diversas e tê-la dotado de uma religião humanitária e de uma religião universal; será bom fazê-la adotar uma língua comum.

Do mesmo modo como vimos os trabalhos de aproximação que tendem a fazer desaparecer dos corações os sentimentos patrióticos e dos espíritos os dogmas revelados, assistimos a um poderoso esforço para criar uma língua internacional. E assim como a seita anti-cristã conseguiu que numerosos católicos se façam propagadores dos *princípios modernos*, os quais, segundo os judeus, são as mais seguras garantias do presente e do futuro do judaísmo e as condições mais energicamente vitais para sua expansão e seu mais alto desenvolvimento, assim os inventores do Esperanto ganharam numerosos católicos e entre eles vários muito influentes que se devotam a fazer adotar essa linguagem artificial.

Os primeiros ensaios de uma língua universal datam do século XVII.

Quase simultaneamente, Dalgarno e o bispo anglicano Wilkins escreveram, um, a *Ars signorum* (1664), outro, o *Mercury* (1668).

O objetivo desses autores era criar uma língua universal destinada a substituir todos os idiomas da terra por um outro modo de expressão dos pensamentos humanos: cada um dos signos em cada vocábulo devia representar um conceito.

Depois, foram publicados: a *Langue Universelle*, de Letellier (1852); a *Lingua Universal*, de Sotos Ochando (1854); o *Solrésol*, de Sudre (1866), o *Chabé* (1886), do engenheiro Maldant; o *Spokil* (1900), do doutor Nicolau.

A partir de 1839, Schipfer, na sua "Communicationsprache" tinha indicado a semelhança de numerosos vocábulos em diversas línguas européias e de formas morfológicas comuns. De Rudelle publicou em Bordéus, em 1859, uma gramática com alguns exemplos sob o nome de *Pantos dimou-glossa*; e em 1881, o pastor Schleyer, de Constança, publicou o *Volapuk*: língua universal (vol em lugar de world, mundo; a, sinal de união; puk, abreviação de speak, falar).

Imediatamente são publicados jornais, estabelecidos cursos, reunidos congressos; mas logo se percebe que, fácil para a correspondência, o instrumento imperfeito não basta para a comunicação oral.

A maioria dos adeptos, desencorajados, acredita ser impossível a solução do problema.

Mas o doutor Liptay, no seu projeto de *Langue Catholique*, demonstrou que a língua internacional existia em estado latente e que bastava tirá-la dos dicionários nacionais. Volk e Fuchs, em 1883, e Eichhorn, em 1886, publicaram, cada qual, um *Weltsprache*; Steiner, sua *Pasilingua* (1885) e o judeu Zamenhof seu *Esperanto*; outros fizeram outras tentativas.

Todos esses sistemas partem dos mesmos princípios: simplificação exagerada da gramática, que é sucessivamente reduzida a uma vintena de regras, e elaboração de um dicionário *a posteriori*, quer dizer, encontrado nas línguas nacionais procurando-se o máximo de internacionalidade em cada palavra.

Zamenhof, no Esperanto, através de um sistema de desarticulação dos vocábulos e da atribuição de sentido preciso aos afixos, forneceu o método do manuseio de um vocabulário muito copioso com um mínimo de raízes. Esse progresso contribui para a facilidade da aquisição mnemotécnica.

No mês de outubro de 1907, um comitê se reuniu no Colégio de França, estudou todos os projetos, ouviu os autores dos diversos sistemas e examinou a situação.

O Esperanto estava muito desenvolvido, graças ao apoio da Sociedade Francesa de Propaganda, presidida por de Beaufront, autor, ele também, de um projeto, o Adjuvanto, similar à obra de Zamenhof, que ele sacrificou. O Esperanto possuía uma literatura copiosa (um milhar de traduções de diversas obras, alguns originais); seus partidários eram em número de 100 a 200 mil; em três congressos (Bolonha, Gênova, Cambridge) provava-se que numerosos indivíduos de nacionalidades diferentes tinham-se compreendido falando uma língua artificial; através de centenas de cursos em todo o país, de uma vintena de jornais e revistas, a vitalidade do Esperanto era inegável.

Um primeiro *Congresso Internacional dos Esperantistas Católicos* foi realizado em Paris, de 30 de março a 3 de abril de 1910, no Instituto Católico de Paris. Dezoito delegados de diversas nações da Europa e da América estavam presentes, assim como numerosa e entusiasta assistência.

Esse congresso não se ocupou do Esperanto enquanto língua, mas o Esperanto foi a única língua utilizada durante as sessões.

A principal questão tratada foi a reunião de todos os cristãos num só aprisco sob o único Pastor, sucessor de São Pedro, vigário de Jesus Cristo. Ocupou-se também das obras católicas e dos meios de fortificá-las, tornando-as mais internacionais por intermédio da língua comum.

Os congressistas tiveram em vista apenas colocar a serviço da fé o novo instrumento de unificação do gênero humano.

Possam eles ter êxito! Bons espíritos temem o contrário.

Um deles, Charles Vincent, escreveu:

“Em plena Babel moderna, homens sonham em fundar uma língua única e universal, *como que ligando um povo através dos povos*. Um judeu, Zamenhof, é o instigador. “Aquele que espera crê no esperanto”. Seria ele precursor? — Quando se se declara partícipe desse novo modo de comunicação, é recomendado que *se inscreva, assine, se comprometa a usar insígnias*. Seria isso o prelúdio da “marca” futura? Os aderentes utilizam papéis, envelopes e selos especiais. Eles prometem traduzir todos os livros clássicos e outros, *a fim de que, dizem eles, não mais seja necessário recorrer ao texto original*. — Isso não facilitará novas falsificações? Assim agiram os fariseus outrora, em relação às Santas Escrituras, no retorno do cativo. — Enfim, eles têm a estrela flamejante da franco-maçonaria,³⁸ e sua divisa é: *Um povo sem pátria*”.

Um outro adversário:

“Isto seria a língua do humanitarismo sem tradição, o que se encaixa bem no plano de Israel. Coisa digna de atenção. Discutiu-se a instituição de um curso de esperanto nos nossos liceus, — inicialmente facultativo, para não chocar ninguém. Os professores do ensino secundário que se mostravam partidários desse “feliz progresso” eram conhecidos como pertencentes à judiaria ou à maçonaria, ou suspeitos de serem de uma ou de outra congregação”.

Um terceiro:

“Praticamente não existe dúvida de que o Esperanto seja uma tentativa judaico-maçônica que dissimula os meios empregados pela seita para preparar o nivelamento dos espíritos e das nações. Entre muitos outros indícios que fazem pensar nisso, a estrela maçônica de cinco pontas não é a insígnia preferida dos esperantistas?”

Charles Vincent concluiu assim o artigo acima:

“Experimento algum embaraço em me pronunciar. De uma parte não poderia pôr em dúvida a boa-fé dos esperantistas católicos; e o nome e a autoridade de Monsenhor Baudrillard impedem-me de formular uma opinião definitiva.

“Mas, infelizmente, após quarenta anos de combates nas fileiras católicas, conheço a inacreditável facilidade que elas têm para se abrirem aos desertores interesseiros do inimigo, sua ingenuidade em ouvir aqueles que tomam como guias do progresso “moderno”. E é-me impossível censurar a desconfiança daqueles que vêem nesse movimento “internacional” um dos aspectos desse método de destruição que Maurice Talmeyer denomina tão exatamente de “arte subterrânea”.

15. A CRISE RELIGIOSA DE ISRAEL

Em razão de sua mescla com os diversos povos europeus, a raça judia sofreu grandes transformações no século XIX. O judeu moderno hoje não guarda mais nada do judeu

³⁸ O convite para o congresso dos católicos esperantistas em Paris representava um círculo sustentado por duas asas, muito semelhantes ao disco egípcio alado. Esse círculo continha um pequeno mapa do mundo, limitado à África, Austrália e a uma porção do golfo de Bengala. No lugar em que figura o planalto central asiático encontrava-se uma grande estrela de cinco pontas. O selo era dominado por uma cruz.

A despeito da cruz, a estrela central pareceu aparentada de muito perto àquela do Grande-Oriente e as asas que a sustentam adquiriram aos olhos de várias pessoas um inquietante aspecto cabalístico.

tradicional, nem seu traje, nem sua língua, nem seus costumes, nem seus ritos, nem mesmo os traços da fisionomia.

O *Univers Israélite* (agosto de 1906, p. 590) lançou um brado de alerta, não hesitando em confessar que a situação parece desoladora e sem remédio. Tentaremos dar uma idéia disso.

I. — O MOVIMENTO DE CONVERSÕES. — No curso do mês de março de 1902, um apelo fora endereçado de Berlim às comunidades judias das cinco partes do mundo, com a finalidade de interessar os filhos de Israel na fundação de um escritório de estatística destinado a recolher todas as informações que poderiam ter por objeto o estado demográfico da raça, as condições da vida material e moral dos diversos agrupamentos, o desenvolvimento ulterior da sua prosperidade. É tal o espírito de solidariedade que resulta dos elementos esparsos dessa nação dividida e errante, que nos primeiros dias do mês de maio do mesmo ano uma *Sociedade de Estatística Judia* com sede em Berlim era fundada, organizada, ligada a uma vasta rede de sucursais criadas ao mesmo tempo em Viena, Lamberg, Odessa, Varsóvia, Tomsk, Filipopoli, Berna, Hamburgo, e escritórios de correspondentes estabelecidos em Estrasburgo, Posen, Zurique, Vilna, Pinsk, São Petersburgo, Amsterdã, Cincinnati, Nova Iorque. Graças aos numerosos e seguros documentos publicados pela sexta seção, *Estatística da Vida Religiosa*,³⁹ é possível de agora em diante seguir bem de perto e apreciar no seu justo valor o movimento insólito de conversões que se manifesta há trinta anos em Israel.

Segundo os dados oficialmente coletados no *Jewish Year-Book* de 1905, o número global da população judia no mundo era, naquela data, de 11.081.000 almas, das quais 8.748.000 na Europa, 1.556.000 na América, 354.000 na África, 342.000 na Ásia e 17.000 na Austrália.⁴⁰

Jean de Le Roy, o célebre missionário alemão que dedicou sua vida à evangelização dos judeus, chegou, mediante a reunião de uma multidão de preciosos documentos, a fixar em 250.000 o número dos judeus convertidos no curso do século XIX. Desse número, 73.000 teriam passado para o protestantismo, 58.000 ao catolicismo, 75.000 à Igreja ortodoxa, e o restante, cerca de vinte mil, seriam de confissão desconhecida.⁴¹

Qualquer que seja a importância desses números, eles não bastariam para dimensionar o tamanho da crise atual do judaísmo nem para deixar pressentir a saída fatal, porque não é somente o total das conversões e dos batismos que se trata de determinar, é muito mais sua constante progressão, que, sozinha, pode fielmente traduzir a intensidade desse poderoso movimento de cristianização. Porque é de notar que esse movimento, que data da emancipação dos judeus que se seguiu à Revolução, muito lento em se estabelecer, foi sempre se ampliando. Parece que Satã, vendo que sua hora se aproxima, se esforça em desviar o movimento que sacode Israel há alguns anos; porque muitas dessas conversões não são devidas a uma convicção religiosa solidamente estabelecida; elas são mais um cálculo todo humano. Há no entanto aquelas que são sinceras. Nós, filhos da Igreja católica, sabemos pela palavra de São Paulo acima lembrada que um dia, enxertada novamente na Oliveira pura que é Jesus Cristo, toda Israel reflorescerá. Não viu o século XIX as primícias dessa ressurreição nesses homens incomparáveis que, saídos das fileiras do judaísmo e revestidos do sacerdócio ao preço dos mais duros sacrifícios encheram a terra com os frutos do seu apostolado?⁴²

³⁹ Cf. *Jüdische Statistik, herausgegeben vom "Verein für jüdische Statistik" unter Redaktion von Dr. Alfred ROSSIG*. Berlim, 1905.

⁴⁰ Esses números, como se vê, diferem daqueles dados mais acima, embora deles muito se aproximem. Ademais, eles se referem a um outro ano.

⁴¹ J. de Le Roy, *Judentaufen im 19. Jahrhundert*, p. 49 e seg. Leipzig, 1899.

⁴² Basta citar os irmãos Rabistone e os irmãos Lémann.

Monsenhor Augustin Lémann, prelado da Casa de Sua Santidade, morreu no fim de junho de 1909. Seu irmão Joseph lhe sobreviveu. Nascidos ambos no judaísmo, após uma conversão espetacular, dedicaram suas vidas ao

Os batismos. — Um livro composto por um judeu sob o título *Baptêmes Israélites au XIX^e. siècle* e com esta epígrafe *Cum ira et studio* acaba de ser publicado em Berlim. Tem por autor o doutor Samter, reputado por sua elevada inteligência e seu profundo conhecimento de todas as questões religiosas, sociais e filosóficas da Alemanha.

“Os numerosos batismos de israelitas no século XIX formam, diz Samter, um dos mais tristes capítulos de nossa história. O célebre Schleiermacher, que viveu em Berlim, no próprio centro desse movimento anti-semita, declara que o judaísmo está perto da morte.

“Quase não há mais judeus convictos entre nós; temos vergonha do próprio nome de judeu; os jovens israelitas que freqüentam as escolas, as universidades, passam-se por cristãos.

“Quais são as causas dessas deserções lamentáveis? pergunta Samter. A convicção? pensais. De nenhum modo. Salvo raras exceções as causas são o desejo de promoção, o horror à humilhação. Mudar de religião é um comércio vantajoso para o judeu infiel; pois nós não somos alemães, não somos prussianos, se não somos cristãos. Assim, fazei-vos batizar, diz o conselheiro Pauls, encarando o batismo menos como ato religioso do que como garantia (na Alemanha) contra a exclusão das funções honoríficas ou governamentais”.

Samter fala em seguida das convicções dogmáticas exigidas do judeu que aspira ao batismo nos meios protestantes. Em geral, o ato de fé é exigido; mas as restrições mentais deixam à vontade a consciência do convertido. Ademais, quantos dentre os dissidentes excluem do seu ensino os artigos de fé que não lhes convêm, ou que não se encaixam nas suas opiniões modernistas? Quantos teólogos luteranos fazem concordar os dogmas com o sistema filosófico de Kant e de Hegel! “É o racionalismo pleno, que não aceita da religião senão aquilo que é admitido pela razão, exclama Samter, e freqüentemente são os rabinos convertidos que professam essas doutrinas”.

Dessa observação o autor passa à estatística dos batismos administrados no século XIX, principalmente na Prússia, Inglaterra, Rússia e Palestina. Seu levantamento apresenta um total de 200.000, dos quais 69.400 na Rússia, mais de 10.000 na Prússia, de 1880 a 1902; e 565 na igreja protestante do Monte Sião em Jerusalém. É na França, onde os judeus são menos oprimidos do que em outros lugares, nota Samter, que os batismos são em menor número — de onde ele judiciosamente infere “que as ameaças, as injustiças, as perspectivas de ganho fazem muito mais batismos do que as convicções sinceras”.

serviço da Igreja. Simultaneamente com a conversão à fé católica, converteram-se às mais puras tradições francesas. Em nenhum momento as névoas do liberalismo, nem da democracia, penetraram em suas inteligências. Seus escritos e seus discursos dão fê disso. Eles consideravam a Revolução Francesa como um acontecimento “satânico”. Seus estudos sobre o “Ingresso dos Judeus na Sociedade Francesa”, em 1789, fazem autoridade, assim como seus trabalhos de exegese hebraica.

Os dois irmãos Lémann eram alunos no liceu Ampère, de Lião, quando se converteram. A influência do célebre abade Noirot, que ensinava filosofia, tinha-nos abalado. Mas o golpe decisivo da graça é devido a duas religiosas de Saint-Joseph, Irmã Zeferina e Irmã Evarista, que, encarregadas da enfermaria, cuidaram deles durante uma doença que sofreram juntos, e cuja piedade foi decisiva para eles. Quando estavam convalescentes, o abade Murgues, capelão do liceu, confiou-os ao abade Rueil, vigário de Saint-Nizier. Este os catequisou e conferiu-lhes o batismo.

A insigne devoção à Santíssima Virgem e ao Crucifixo do Perdão, a ciência das Escrituras daquele que não mais vive, sua eloquência inflamada, toda nutrida nos Livros Santos, que se fez ouvir em todas as cátedras ilustres da França, em Lião, Paris, Orleans, Reims, suas obras sobre a Santíssima Virgem, sobre o Sionismo, sobre os Judeus após a era cristã e sua influência na Revolução Francesa, seus estudos sobre o Evangelho, notadamente sobre o quarto Evangelho e suas refutações ao apóstata Loisy, faziam dele uma personalidade eminente, estimada e venerada em Roma e na França. Sua bondade e a afabilidade da acolhida que reservava para todos fazia com que só tivesse amigos.

Os casamentos mistos. — Mas o fator mais poderoso na perdição para a religião de Israel é sem contradita a proteção que se concede cada vez mais, em todos os países, aos casamentos mistos. Constitui uma honra para um judeu desposar uma cristã e mais ainda para uma judia o unir-se a um cristão de boa nomeada. Os veteranos do rabinado não se podem consolar com as sensíveis perdas infligidas ao judaísmo sob esse aspecto. Eles procuram por toda parte um remédio para esse mal que se espalha, sem encontrar outros, até agora, além das suas redobradas maldições.

Nos casamentos mistos, três quartas partes dos filhos passam para o cristianismo, e podemos dizer que o outro quarto quase não conta para o judaísmo.

Na França essas uniões diminuíram mais após o caso Dreyfus, mas jamais foram muito numerosas, mesmo na aristocracia. A situação é diferente na Áustria, Hungria, Dinamarca e Suécia. Por toda parte é fácil observar uma progressão que cresce rapidamente, sobretudo nos últimos vinte e cinco anos.

A evangelização dos judeus. — O pensamento de converter os judeus à religião de Cristo não é novidade na Igreja Católica. Foi um uso muito antigo em Roma, igualmente adotado na maioria das cidades onde havia um gueto, uma comunidade judia, obrigar os israelitas a ouvirem cada ano, de preferência no Sábado Santo, e às vezes semanalmente, após o ofício do *sabbat*, um sermão sobre a divindade de Jesus.

Os abades Lémann e Ratisbonne inauguraram um meio mais prático para fazer penetrar o Evangelho no seio das comunidades judias, procedendo à organização de uma Sociedade de missionários destinados sobretudo à evangelização dos judeus da Palestina. A Congregação das Damas de Sião, fundada pelos irmãos Maria-Afonso e Teodoro Ratisbonne, em 1855, encarregou-se da educação das jovens judias e não tardou em multiplicar seus pensionatos, orfanatos, locais para trabalhos beneficentes, não somente na França e na Palestina, mas também na Inglaterra, Turquia, Líbano.

Mas nada iguala o espírito de empreendimento e engenhosa atividade que desenvolvem as Igrejas anglicana, presbiteriana e luterana para atraírem os israelitas. Somente na cidade de Londres existem nada menos do que trinta Sociedades exclusivamente dedicadas à evangelização dos judeus, e recentemente a maioria foi transferida para os bairros pobres, onde se encontra agrupada a população israelita. O protótipo de todas essas associações é a *London Society for promoting Christianity among the Jews*, fundada em 1808 pelo Rev. Lewis Way.

Os Estados Unidos, a partir de 1880, fundaram cerca de vinte dessas Sociedades, todas ricamente dotadas. Para um milhão de israelitas repartidos atualmente pelos grandes centros da América do Norte, não se conta com menos de cento e cinquenta missionários, que dispõem de um crédito de mais de 200.000 francos. A Dinamarca também tem seus missionários, assim como a Noruega, a Suíça. A Alemanha possui atualmente três Sociedades de missão judia.

Na França os protestantes não mostram um zelo tão grande. É com dificuldade que se menciona a *Société Française pour l'Évangélisation d'Israël*, fundada em 1888, pelo pastor J. Kruger: ela só tem um missionário para toda a França, o que não a impede de estar dotada de uma revista.

O doutor Samter conclui que todos esses esforços têm apenas pobres resultados: “Gastou-se muito dinheiro para obter um resultado nulo, diz ele, porque todos os milhares de batizados não são atualmente nem bons judeus, nem bons cristãos, e numerosos missionários renunciaram a uma tarefa tão ingrata”.

Se a Inglaterra, os Estados Unidos e mesmo a Alemanha despendem tantos esforços para arregimentar os judeus para as suas Igrejas, é de se presumir que o proselitismo cristão não seja o único fator a inspirá-los, e que interesses nacionais, que podemos adivinhar, estão muito gravemente engajados no negócio.

Ao interesse nacional junta-se o interesse privado. Pôde-se ler, num recente número da *Gazette Populaire de Cologne*, essas linhas atribuídas à pena de um rabino, o doutor F. Goldmann:

Em todos os ramos da Administração da Justiça, nas cátedras das escolas secundárias e das escolas superiores, nas próprias Forças Armadas encontra-se um grande número de judeus batizados. É infelizmente coisa universalmente conhecida que em todas essas pretensas conversões ao protestantismo, o batismo é recebido somente com vistas puramente materiais, a saber, para abrir caminho para melhores condições, sem que o convertido traga para a sua nova religião nada além de um sorriso cínico devido à facilidade com que ele se desembaraçou da antiga.

É por essa razão que o número dos judeus que recebem o batismo católico é muito restrito na Alemanha. Ali, como em toda parte, o padre católico tem o costume de examinar muito atentamente os motivos da conversão, e ele rejeita impiedosamente quem quer que pretenda receber o caráter cristão por “razões de negócios”. A maioria dos judeus que querem ter o nome de cristãos agrega-se à Igreja protestante, porque ali a não discussão dos motivos da sua conversão facilita sua aceitação.

O fato de que o convertido deve jurar observar a nova fé que presumivelmente abraça, de nenhuma maneira é de natureza a lhe tornar mais difícil a passagem de uma religião para outra. Assim como para a maioria dos judeus batizados essa nova fé é apenas uma questão de “negócios”, também a recitação do seu símbolo não passa de uma comédia, revoltante e injuriosa para todo crente convicto. O juramento desses judeus convertidos é, numa palavra, um perjúrio que os conduziria impiedosamente a uma prisão, se, em lugar de ser pronunciado na igreja diante do único juiz eterno, o fosse diante de um tribunal aqui de baixo, na presença de um juiz terrestre.

Ademais, quais podem ser as outras qualidades morais de pessoas que juram pelos motivos que conhecemos? Não é natural que depois de ter primeiramente renegado sua própria religião, depois enganado cinicamente os representantes de uma outra, olhem com desprezo e desdém tudo aquilo que carrega a marca religiosa? Tão logo lhes é permitido agir livremente na administração, na justiça, nas forças armadas, é inevitável que seus princípios imorais e suas tendências destrutivas da religião exerçam uma influência nefasta numa esfera tanto maior quanto mais altas as funções que ocupem.

II . — REFORMAS NO INTERIOR DO JUDAÍSMO. — No que concerne aos judeus que guardam a etiqueta judia, existe um movimento pronunciado de reformas. Esvaziam-se as sinagogas, os rabinos são abandonados. De modo semelhante a esses insetos mal protegidos pela natureza, que se revestem maravilhosamente, para se dissimularem, com as cores do meio em que vivem, o judeu faz-se ortodoxo com os ortodoxos, protestante com os protestantes, católico com os católicos; sobretudo, ele se faz incrédulo com os incrédulos. Em toda parte ele se moderniza, quer dizer, ele se “desjudaiza”, e, para melhor fazê-lo, cuida de rejeitar para longe de si, pisa aos pés todas as longínquas tradições, seus livros sagrados, e não somente sua doutrina, mas também sua moral. O apego excessivo e pueril a todos os velhos costumes logo cede lugar a um desprezo não menos exagerado por toda a herança do antigo judaísmo.

Não é fácil dar a razão adequada, nem mesmo uma razão aproximada dessa transformação instantânea no sentido da incredulidade. O judeu James Darmesteter reconhece que o judeu, no curso das épocas, jamais deixou de ser o secreto obstinado, o campeão oculto da incredulidade.⁴³ Ele faria, pois, hoje, com ele mesmo, o trabalho que fez no curso dos séculos com os outros.

Ainda hoje existem entre os judeus os ortodoxos irredutíveis, os entusiastas da tradição de Israel, que execram o batizado, fogem de todo contato com o incircunciso. Mesmo nas esferas brilhantes da sociedade moderna, ainda os encontramos, não obstante raros, esses judeus fiéis e zelosos.

Mas há muito tempo que não mais se lê a Bíblia na grande maioria das famílias, e que não se conhece mais nada da religião judaica. A crença no sobrenatural se desvaneceu; os

⁴³ James Darmesteter, *Coup d'œil sur l'histoire du peuple juif*, p. 16.

dois dogmas essenciais do judaísmo, a unidade de Deus e o messianismo, são interpretados como puros símbolos, e a prática religiosa não mais se enquadra com as novas concepções.

Para pôr termo a esses dilaceramentos íntimos, uma assembléia plenária dos rabinos da França foi convocada em Paris em junho de 1906. As discussões foram apaixonadas e a luta entre conservadores e modernistas distinguiu-se por sua aspereza e violência. Os modernistas acreditavam firmemente serem os senhores: ficaram, todavia, em desvantagem.

Em 1908 ou 1909, uma assembléia, compreendendo, é verdade, apenas os partidários do judaísmo liberal, reuniu-se em Londres, para estudar as causas dessas defecções. Indicou diversas. A primeira e principal é a discordância que existe entre os costumes e as idéias contemporâneas dos ocidentais e o pensamento oriental formado pela legislação mosaica. Ademais, a sinagoga é fria, os ofícios não apresentam mais interesse; as orações públicas são de outra época; os homens são separados das mulheres nas cerimônias do culto; a língua hebraica, de que se servem na liturgia, tornou-se incompreensível para a maioria dos assistentes, e ao conjunto falta a música. Daí advém que os próprios filhos de pais que são observadores austeros da lei procuram alhures uma orientação religiosa ou se deixam seduzir pelas teorias racionalistas.

Há alguns anos a judiaria inglesa empreendeu remediar esse estado de coisas e propôs reformas.

O serviço divino, que se realizava na manhã de sábado, foi transferido para a tarde, a fim de permitir que toda a comunidade participasse. As cerimônias litúrgicas foram radicalmente transformadas; o inglês substituiu o hebreu; as orações, escolhidas com gosto, foram adaptadas às necessidades atuais. Cantar-se-iam cânticos com o acompanhamento de órgãos e formar-se-ia um verdadeiro coral. Haveria sermões. Compor-se-ia um livro de orações para uso das famílias. Enfim, os cavalheiros poderiam sentar-se ao lado das damas.

Essas reformas foram calculadas, como se vê, em cima dos costumes das igrejas anglicanas. Foram admitidas com dificuldade. Muitos judeus gritaram que isso era sacrilégio e expulsaram da Sinagoga-Unida os principais fautores dessa revolução. Estes romperam abertamente com a organização estabelecida e se separaram. O número dos que aderem a eles cresce a cada dia.

Transformação semelhante foi tentada na Alemanha. Por volta de 1850, homens como Darmesteter, Munk, Weil, aplicaram-se em dar ao judaísmo um feitiço liberal, “mais conforme ao pensamento moderno”.

Existe na Alemanha uma judiaria liberal, que remonta a 1870. Ela se ocupa principalmente com obras de instrução, funda círculos de juventude e dá às mulheres uma larga parte na vida religiosa.

Em 1900, a União Liberal Israelita foi fundada em Paris, por Théodore Paralelamente. A nova comunidade pediu ao Consistório lhe concedesse uma das sinagogas: o pedido foi rejeitado, por estimarem os rabinos que as tendências dos reformadores modificariam de alto a baixo a religião tradicional. Diante dessa recusa, os judeus liberais abriram uma sinagoga para eles, e enviaram aos seus correligionários de Paris a seguinte circular:

Um certo número de israelitas parisienses, firmemente apegados aos princípios fundamentais da religião israelita, mas persuadidos da necessidade de colocar as formas exteriores do culto e os métodos da instrução religiosa em harmonia mais completa com as condições de existência, a ciência e a consciência modernas, conceberam o projeto de se constituírem num grupo no seio da grande comunidade parisiense que se vai reorganizar em cumprimento à lei sobre a separação entre as Igrejas e o Estado.

Não se trata de provocar uma cisão, um cisma. Tudo o que ambicionamos é poder celebrar nossos ofícios, instruir nossos filhos segundo nossas idéias, e pedimos para fazê-lo num dos templos existentes, de maneira a afirmar, por esse laço externo, nossa firme vontade de permanecer em comunhão de pensamento, trabalhos e encargos com o conjunto dos nossos correligionários.

Eis os princípios gerais que contamos aplicar na realização da nossa modesta reforma:

1° Paralelamente ao *sabbat*, instituir um ofício na manhã de domingo, para oferecer aos que não estão livres no sábado oportunidade de se instruírem e se edificarem.

2° Reduzir a duração desse ofício a uma hora, com a maioria das orações em francês e uma prédica de cada vez; esta poderá, em alguns dias, e sob controle do comitê diretor da associação, ser confiada a oradores não rabinos, segundo uma velha tradição israelita que merece ser recolocada em lugar de honra.

3° Tornar a instrução religiosa mais aprofundada, melhor adaptada aos resultados garantidos pela crítica moderna, que não faz senão realçar a grandeza e a originalidade do progresso religioso do qual nasceu o judaísmo.

4° Deixar a cada qual plena liberdade para seguir as práticas e cerimônias tradicionais; ficando bem entendido que elas não devem nem eclipsar nem substituir o essencial da religião que reside na comunhão do culto coletivo e no ardor da crença moral individual.

Numa palavra, buscamos uma obra não de separação e de perturbação, mas de renovação espiritual, que será de natureza a, sendo compreendida, recuperar para o judaísmo a juventude e o vigor, melhor assegurar seu caráter de doutrina sempre viva de verdade e de força moral, conciliar-lhe, enfim, mesmo fora, preciosas simpatias. O espírito, não a letra, verdade e vida, tal é nossa divisa.

Se essas idéias, senhor e caro correligionário, são as vossas, nós vos pedimos que nos remeta desde logo vossa adesão de princípio ao grupo em formação, que tomará o nome de “Associação Israelita Liberal de Paris”.

O *Univers Israélite* consagrou a essa associação liberal um longo artigo, cuja passagem principal vai transcrita:

Se bem que pessoalmente não sejamos partidário do serviço dominical, porque vemos nisso um encaminhamento em direção à absorção do judaísmo pelo cristianismo, e a supressão de uma garantia da liberdade de consciência, parecer-nos-ia lamentável que o consistório recusasse ceder aos apelos de uma categoria de pessoas que são israelitas como nós e que nada pedem de contrário à lei religiosa. Um ofício dominical é tão proibido quanto uma conferência, e se se trata somente de emprestar uma sala ou uma sinagoga uma ou duas horas por semana, a comunidade nada perderia com isso.

Esse templo da *União Liberal Israelita* foi inaugurado em Paris, num domingo, 2 de dezembro de 1907. O ofício “novo estilo” foi celebrado pelo rabino Louis-G. Lévy, fundador da União Liberal. À guisa de sermão ele desenvolveu seu programa. Os velhos costumes, que os hábitos orientais tinham introduzido nos ritos judaicos, não combinam mais com as condições da existência moderna e européia. A obrigação ritual de repouso no sábado, quando todo mundo trabalha, e a obrigação, de fato, de folgar ainda o domingo, dia feriado para todos que não são judeus, criam para este graves inconvenientes; assim também a Páscoa judia, que dura oito dias, o Yom-Kipur, três dias, etc. Existe nisso um tal entrave para os “negócios” que muitos israelitas se afastam das práticas da religião para conservarem a possibilidade de fazer frente à concorrência.

A *União Liberal Israelita* tem por finalidade remediar esse estado de coisas. Ela fará os ofícios do *sabbat* no domingo, em vez de no sábado. A Páscoa durará apenas vinte e quatro horas; as outras festas, igualmente. Curtas visitas à sinagoga substituirão as estações longas e repetidas às quais os israelitas estavam adstritos no curso dessas festas. Os homens se descobrirão diante do templo, porque “é o *signal moderno* do respeito”.

Que querem exatamente os reformistas? Acabamos de ver: um mínimo de culto, um mínimo de moral, um mínimo de dogma. Mas as exigências, em semelhante matéria, comportam um ponto de parada? Uma concessão leva a outra, e com a ousadia, que não deixa de cumprir seu papel, os programas modestos do início são bem depressa ultrapassados: tratava-se, inicialmente, apenas de fazer desaparecer o mobiliário envelhecido e murcho, de tornar o próprio edifício um pouco mais confortável.

Agora, vem-se exigir o sacrifício do repouso hebdomadário e das observâncias do *sabbat*, depois a supressão das leis relativas ao jejum, à abstinência, à escolha dos alimentos, enfim, o abandono das práticas da circuncisão.

Quanto ao dogma, conserva-se, é verdade, a crença na unidade de Deus e na Providência, que se encarrega de colocar Israel à frente das nações; mas as profecias messiânicas devem pôr-se de acordo com a Revolução de 1789 e com a emancipação dos judeus: *o Messias é a raça toda que marcha para a conquista dos povos*. Porque é de se notar que a maioria dos judeus que fazem uma profissão qualquer de cristianismo, consideram-se sempre como pertencendo à raça judia e como devendo aproveitar as promessas que lhe são feitas. Para os iniciados, a entrada puramente exterior dos judeus num cristianismo modernizado é o meio de chegarem e de prepararem esse cristianismo sem dogma, essa religião humanitária, essa Jerusalém da nova ordem de que falamos. Eles entram na sociedade cristã para nela serem um fermento de liberalismo. Não obstante, mesmo na Europa, existem judeus que perseguem por outras vias os destinos de Israel.

16. O SIONISMO

“Aquilo que o povo judeu fazia há cinco mil anos, diz Chateaubriand, ele ainda o faz. Ele assistiu dezessete vezes à ruína de Jerusalém, e nada pode desencorajá-lo; nada pode impedi-lo de dirigir seus olhares para SIÃO”.

Todo ano, no dia 20 de abril, por toda a terra, a nação judia se levanta, à mesma hora, como um só homem, pega a taça da bênção e repete três vezes: “No próximo ano, em Jerusalém!”⁴⁴

No livro *Les nations frémissantes contre Jésus-Christ et son Eglise* [As nações que rugem contra Jesus Cristo e sua Igreja], o abade Joseph Lémann diz: “Afirmando que em todas as partes do mundo pelas quais estão dispersos, nossos antigos correligionários ainda amam Jerusalém, freqüentemente rezam voltando-se para a direção de Jerusalém, praticam entre eles a caridade em nome de Jerusalém, esperam rever Jerusalém. E conheço países onde judeus muito pobres ou idosos demais para empreenderem a viagem sagrada, ver com seus olhos Jerusalém e nela colar seus lábios, fazem vir pequenos saquinhos cheios da terra de Jerusalém. No leito de morte, recomendam a seus filhos que os enterrem com essa terra da pátria sobre o coração...”

“Toda a religião judia está baseada na IDÉIA NACIONAL; não existe uma aspiração, uma pulsação que não seja PARA A PÁTRIA. Ao levantar, ao deitar, ao tomar assento à mesa, invocamos a Deus, para que Ele apresse nosso retorno a Jerusalém, sem demora, nestes dias!”.

No início da era cristã os judeus que residiam em Jerusalém vinham chorar no próprio lugar onde tinha sido enterrada a pedra fundamental do Templo. Esse lugar tem o nome de *pedra sagrada*. Elas a untavam com óleo e a regavam com suas lágrimas. Hoje, esse lugar da pedra sagrada está encravado na mesquita de Omar, construída sobre as ruínas do Templo de Salomão. Agora os judeus choram diante de um antemuro do Templo ou muralha que permaneceu em pé.

Eis como Joseph Lémann descreve essa cena:

“Todas as sextas-feiras à tarde, há dezenove séculos, quando o viajante cristão se dirige para esse lado, percebe, no cair da noite, grupos de pobres judeus que choram juntos. De um lado, as mulheres, sentadas em círculo, em atitude de dor... Mais longe, os homens, acorados sobre os destroços do Templo, beijam restos de muros; neles apóiam suas

⁴⁴ *Archives Israélites*, 1864, p. 335 a 350.

cabeças, enfiam as mãos com uma espécie de frenesi nas fendas das pedras... Ouve-se-os recitarem as lamentações de Jeremias e todos gemem, repetindo esse grito de dor: “*Quanto tempo ainda, ó meu Deus!*”

Os “Anais de Nossa Senhora de Sião na Terra Santa” (dezembro de 1878) descrevem a mesma cena quase nos mesmos termos: “Sexta-feira, às três horas da tarde, ao pé de uma alta muralha escurecida pelos séculos, único resto das bases que sustentam a esplanada do Templo de Salomão, uma centena de infelizes israelitas, com a Bíblia na mão, recitam em voz alta as lamentações de Jeremias; alguns soltam soluços de cortar a alma; outros se espremem convulsivamente contra as pedras da antiga muralha, e beijam-nas com amor; há os que enterram suas mãos nas fendas dessas veneráveis ruínas, e as passam em seguida sobre seus olhos e lábios; todos levantam os olhos e braços para o céu, pedindo com instância o socorro de Deus e a vinda do Messias!!”

V. Nós vo-lo suplicamos, Senhor, tende piedade de Sião.

R. Reuni os filhos de Jerusalém.

R. Apressai-vos, apressai-vos, Salvador de Sião.

V. Falai em favor de Jerusalém.

R. Que logo se restabeleça a dominação real em Sião.

V. Consolai os que choram por Jerusalém etc.

Não parece ter o profeta Jeremias visto essa cena de dor, quando exclama no capítulo XXX, versículo 15: “Por que gemes sobre tuas ruínas? Tua dor é incurável por causa das tuas iniquidades. Por causa da tua dureza fiz cair esses males sobre ti”?

Pareceu que os tempos modernos se prestavam à realização desses desejos e que o dever era auxiliar nisso.

Daí o SIONISMO.

Podemos remontar essa concepção a Moïse-Hesse, que publicou seu livro *Rome et Jérusalem* em 1848.

Segundo Hesse, o verdadeiro promotor do movimento é o doutor Herzl, redator-chefe do *Neue Freie Presse*, importante jornal de Viena.

“A emigração dos judeus, diz Herzl no livro que escreveu sobre a organização com a qual sonhava, efetuar-se-á pouco a pouco, de uma maneira regular e metódica.

“Os capitais necessários para lançar as bases do estabelecimento agrícola e industrial dos judeus na Palestina serão fornecidos pelo povo. O solo nacional, a Palestina, certamente será concedida aos judeus: as grandes potências preferirão certamente fundar ali um pequeno Estado neutro e pacífico, como fatalmente deve ser o futuro Estado judeu, a deixar que uma delas se apodere dessa região. O império turco terá ainda mais interesse nela, porque a venda desses territórios palestinos permitir-lhe-á restabelecer o estado das suas finanças, e a colonização e valorização da Palestina pelos judeus assegurar-lhe-ão vantagens econômicas incontestáveis.

“A fim de respeitar os escrúpulos da cristandade, os lugares santos serão colocados em regime de extraterritorialidade, regime garantido e reconhecido pelo direito internacional público. Para construir o Estado judeu temos, pois, o pessoal, os materiais e o plano; o terreno a ser edificado, nós o obteremos. Estamos, por conseguinte, exatamente a ponto, hoje, de preparar um domicílio para nossa nacionalidade libertada: para realizar esse objetivo, basta que o queiramos, mas é necessário o querer de todas as nossas forças

“Restaurar o poder judeu em Jerusalém, continua Herzl, não é pois somente garantir um lugar de asilo para os infelizes judeus, é soerguer-lhes a coragem abatida, reanimar no coração a fé em si mesmos, devolver-lhes a consciência e o orgulho da raça. Não é Palestina, além disso, a terra a que estão ligadas todas as tradições religiosas e nacionais do povo judeu? Em

todos os períodos de sua história, foi a Jerusalém, e sobretudo à colina sagrada de Sião, que se ligaram as esperanças místicas, a fé em dias melhores, em meio às provas.”

Os judeus da Rússia, Polônia, Rumânia, Finlândia, saudaram o livro de Herzl como um ato de libertação.

Realizam-se regularmente em Bâle congressos que têm a missão de desenvolver a questão sionista. O primeiro ocorreu em 24 de agosto de 1897. No de 1898 os sionistas decretaram a construção, naquela localidade, de um palácio que sediará o congresso anual e o comitê permanente. Marmoreck de Vienne foi encarregado de levantar a planta segundo as indicações que lhe foram dadas: uma grande sala de sessões para o congresso, escritórios para os secretários, restaurantes, e uma peça de grandes dimensões destinada a receber a “Biblioteca nacional judia”. Essa biblioteca já era muito rica, mas os livros reunidos pelos sionistas, não dispendo de lugar especial, estavam num estado de confusão prejudicial às obras e que os tornavam inúteis para os trabalhadores. O comitê de ação exprimia ao mesmo tempo a resolução de fundar uma academia hebraica.

Uma outra resolução do congresso de 1898 teve por objeto a criação, em Londres, de um banco internacional destinado a lançar e a sustentar a idéia judia.⁴⁵

No ano seguinte o *Intransigent* publicava a informação abaixo. Não sabemos dizer se era a realização de uma intenção expressa pelo congresso sionista.

“Uma Companhia judia (Limited), registrada de acordo com a lei inglesa sobre as sociedades anônimas, foi fundada com o capital de dois milhões de libras esterlinas, ou seja, cinquenta milhões de francos, dividido em 1.999.900 ações de uma libra esterlina e 100 partes de fundadores.

“A sociedade tem como secretário-geral J.-H. Lœwe. A sede social está estabelecida em Londres, Broad Street Avenue.

“O conselho de fiscalização é composto de vinte judeus de qualidade, entre os quais destacamos os seguintes nomes: Théodore Herzl, literato, de Viena; Bodenheimer, advogado, de Colônia; Bernstein Kohan, doutor em medicina, de Kissingers (Baviera); Samuel Pineles, negociante, de Galatz.

“O conselho de administração conta entre seus principais membros: David Wolffsohn, da casa Bernstein e Wolffsohn, de Colônia; J.-H. Kahn, da casa Lissa e Kahn, de La Haye; S.-L. Heymann, de Londres; Rodolphe Schauer, de Mayence; Horenssein, negociante, de Kiev. Banco da Sociedade: London and Provincial Bank (Limited), 7, Bank Buildings, Lothbury, Londres.

“A composição das diversas comissões encarregadas de dirigir essa Companhia financeira judia está estabelecida com um marcante ecletismo. Há aí bons israelitas da Áustria, da Holanda, da Rússia, sobretudo da Alemanha.

“Mas particularmente interessante é a preciosa indicação fornecida pelos estatutos sobre a finalidade da Sociedade.

“Ali está dito isto: A Companhia não tem como finalidade exclusiva a aquisição de lucros e a distribuição de dividendos.

“*Ela tem por finalidade dedicar-se às operações ordinárias bancárias em todas as regiões do globo, segundo o exigir o interesse do povo judeu, de acordo com o parecer do conselho de administração*”.

Ao Congresso de 1901 acorreram mais de duzentos delegados. Vinham da Mandchúria, da América, do Tchad, da Sibéria, do sul da África, do Egito e de toda a Europa.

⁴⁵ O banco de Londres tem atualmente três sucursais, uma em Jerusalém, uma outra em Jaffa e a terceira em Caiffa.

O Dr. Herzl, presidente da comissão permanente de ação, fez saber que fora recebido em audiência particular pelo sultão e que este havia declarado abertamente que o sionismo encontraria nele um poderoso protetor.

Após o presidente, diferentes membros da comissão de ação prestaram contas da situação relativamente à propaganda.

Os números citados merecem atenção. Assim é que um delegado vienense anuncia que toda a Europa oriental está perpassada por um ardor de proselitismo extraordinário. Na Bulgária, de 6.000 judeus 2.000 são sionistas. A Rússia conta com 600 grupos, dispondo cada qual de pelo menos 1.000 francos para a propaganda.

O número oficial oferecido ao congresso, por toda a Europa, no capítulo “Movimento”, é de 150.000 francos.

O movimento sionista alcançou também a Inglaterra. Assim foi que de Haas anunciou que quatro e meio por cento dos israelitas ingleses aderiram ao sionismo.

É em Londres sobretudo, e através das boas disposições do Banco colonial — do qual são membros ricos israelitas e mesmo cristãos, que o sionismo encontra apoio. Um inglês, Hall Caine, enviou uma carta ao Congresso declarando que ele, cristão sionista!!, admirava muito os judeus e que era tempo de eles pensarem *em construir cidades* para eles mesmos, após terem construído muitas para os outros. Eles formariam na Palestina, sob a proteção do sultão e sob o *controle das outras nações*, uma República judia.

Os sionistas adotaram uma bandeira *simbólica* que flutuou sobre o cassino de Bâle durante os quatro dias de duração do Congresso. Sobre um fundo branco, duas faixas azuis longitudinais enquadram dois *triângulos* superpostos que representam uma estrela de seis pontas.

Após o congresso de 1903 produziu-se um incidente que causou grande rumor. Num baile promovido por judeus na casa de um judeu, com o objetivo de união e solidariedade, um judeu da Rússia chamado Chain Selik Louban disparou dois tiros de revólver contra um outro judeu, o escritor Max Nordau.

Max Nordau trouxera ao Congresso as propostas de Chamberlain, que oferecia a reconstituição da nação judia não na Palestina, mas em Uganda. O congresso compreendia 490 membros. Essa proposta desencadeou uma tempestade. Max Nordau foi acusado de ter traído o ideal judeu, que deve tender para Jerusalém e para nenhum outro lugar.

Max Nordau contou que os sionistas, ao ouvi-lo, “puseram-se a rolar no solo, com os olhos injetados de sangue, a boca retorcida, espuma nos lábios, horrivelmente contorcidos. Foi preciso transportá-los para fora e dispensei-lhes meus cuidados como médico. Eles me condenaram à morte e o executor, designado pela sorte, veio de Berna com esse objetivo”.

O confronto entre Chain Louban e o Dr. Max Nordau, confronto que foi processado pelo juiz de Valles, é particularmente interessante.

Os dois adversários colocaram nitidamente a questão judia. Um e outro reconheceram que o judeu constituía mais do que uma religião, mais do que uma raça, uma nação, e que essa nação jamais deveria fundir-se, assimilar-se a outros povos. Ambos concluíram pela necessidade de reconstituir o reino de Israel.

O que divide o doutor Max Nordau e Chain Louban é o fato de o primeiro ser um oportunista, que prefere ver o povo judeu reconstituir sua nação na África a permanecer no estado de povo errante, ao passo que o intransigente, o estudioso sionista declara que a nação judia se estabelecerá na Palestina e unicamente na Palestina.

O sétimo congresso foi aberto, sempre em Bâle, no dia 26 de julho de 1905. Mais de setecentos delegados, dos quais mais de cem vindos dos países de além-mar, estavam

reunidos. Representavam vinte e dois Estados.⁴⁶ No discurso de abertura, o Dr. Max Nordau lembrou a memória do Dr. Herzl, promotor do movimento sionista. Foi nomeado presidente com seis vice-presidentes de diferentes países, onze assessores e treze secretários para oito línguas diferentes. O presidente, após essas eleições, leu seu discurso-programa, que não foi publicado.

No dia seguinte, um dos vice-presidentes, Walmorok, de Paris, fez seu relatório sobre a gestão da comissão de ação. Constatou o desenvolvimento contínuo do movimento sionista.

No dia 28 de julho realizou-se a importante discussão sobre o lugar de reunião de Israel dispersa. Seria a África, seria a Palestina? O número dos oradores inscritos ultrapassava o habitual. A mesa diretora propôs designar quatro que falariam em nome dos outros. O Dr. Syrken, de Paris, se opôs. A maioria não foi da sua opinião, e a agitação da Assembléia foi tal que o presidente se viu constrangido a encerrar a sessão. Na ante-sala, nas escadarias, houve troca de socos e a polícia teve de intervir.

A discussão foi retomada à tarde, sem nenhum acordo. Suspensa às 7 horas, foi a sessão reiniciada às 9 horas.

29 de julho era dia do *sabbat*.

No dia 30 a questão a colonização de Uganda pelos judeus foi finalmente encerrada.

O congresso, agradecendo o governo inglês pela oferta, votou a seguinte resolução:

“O Congresso mantém firmemente os princípios do seu programa, que indicam o estabelecimento de uma pátria para o povo judeu na Palestina. Ele recusa qualquer colonização fora da Palestina ou em países vizinhos”.

Os opositores protestaram, deixaram a sala gesticulando, para redigir e endereçar ao povo judeu um protesto contra o tratamento que a maioria lhes havia infligido.

Outras sessões foram realizadas nos dias seguintes, nas quais foram tratadas questões menos importantes: a nomeação da comissão de organização composta de 31 membros; a manutenção da comissão da Palestina com seu crédito anual; a constituição do fundo nacional para compra de terrenos na Palestina, desde que essas aquisições pudessem ser feitas em bases seguras.

No dia 2 de agosto, Frommensen, em nome dos delegados americanos, deixou sob a guarda do Congresso a bandeira sionista que, na exposição de Saint-Louis, flutuara entre as das outras nações.

Depois, um fato novo aconteceu. No dia 28 de julho do ano anterior, os jornais de Londres publicavam esta notícia:

“Os chefes do partido juventude-turca, que querem atrair as simpatias de todos os partidos e dos adeptos de todas as religiões, teriam inscrito no seu programa, se acreditarmos num telegrama recebido de São Petersburgo pelo “Daily Telegraph”, a retrocessão da Palestina aos judeus de acordo com a base do projeto dos sionistas. Compreende-se agora por que os israelitas abraçaram tão depressa a causa dos Jovens-Turcos”.

A persistência dos sionistas em recusarem um após outro os territórios que lhes foram oferecidos, inicialmente na América, depois na África, nessas regiões mais próprias à colonização do que a Palestina hodierna, mostra bem que o objetivo deles é a restauração de Israel de conformidade com a pressuposta predestinação de que Israel chegará à dominação de todos os povos.

Enquanto esperam, os judeus, solidamente ligados entre si, constituem em cada nação um Estado dentro do Estado, levando, em caso de revolução, como acabamos de ver na Rússia, a contribuição da sua influência e da sua ação a todos os partidos subversivos. Não existe

⁴⁶ As associações sionistas eram, na abertura desse congresso, em número de 1.572.

revolução que não faça avançar a obra de desorganização universal que deve permitir a Israel estabelecer seu domínio sobre todos os povos.

Não foi mais em Bâle, mas em Hamburgo, que se reuniu no final de dezembro de 1909 o novo congresso sionista. Ele permitiu verificar um notável crescimento de poder do movimento que seduz os judeus pobres, particularmente os da Rússia, Áustria e Rumânia, em direção à reconstituição de um Estado judeu.

Além dos congressos internacionais que se realizam cada ano em Bâle, o sionismo mantém congressos regionais em diversos países, assim no Novo Mundo como no Antigo. A imprensa não parece preocupada em noticiá-los. *La Vérité*, de Quebec, publicou o relatório do congresso realizado em Montreal, em 4 e 5 de junho de 1905. 260 delegados estavam presentes. De Sola, que o presidia, fez um discurso entusiasta. Proclamou claramente que os judeus constituem uma raça distinta, na qual se deve manter a consciência que tem de sua antiga glória, e as grandezas que o futuro lhe reserva. Antes de se separarem, os congressistas elegeram a comissão preparatória para o congresso do ano seguinte.

As colônia agrícolas que os judeus têm na Palestina constituem atualmente um dos aspectos mais interessantes da propaganda sionista.

Em 1870, um judeu chamado Netter fundou em Jaffa uma escola de agricultura para os judeus, e Jaffa tornou-se o verdadeiro centro da colonização israelita na Palestina.

Em 1882, emissários judeus foram à Terra Santa comprar terras para as colônias em preparação, lugares de refúgio oferecidos aos judeus expulsos do meio dos cristãos católicos ou cismáticos da Europa central e oriental.

Desde então os judeus continuam a se instalar na Palestina. Inicialmente eles realizaram compras de propriedades, depois compraram aldeias árabes inteiras. Para isso aproveitam um ano de penúria ou de calamidades para enviarem os cobradores do imposto, os quais exigem o imediato pagamento. Como não há um só cêntimo na aldeia, é-se forçado a recorrer aos judeus, que se apressam a emprestar... à taxa de 200% e contra a hipoteca da aldeia inteira (a propriedade é indivisa nas aldeias da Palestina). Ao cabo de um ano, a aldeia é vendida aos judeus a preço vil. A penetração judia na Palestina é patrocinada abertamente pela *Alliance Israélite*; ela recebe, como vimos, os estímulos e os subsídios de todos os grandes judeus. Sua principal alavanca é a *Anglo-Jewish Colonisation Association*, fundada pelo barão de Hirsch, e à qual esse ilustre flibusteiro deixou, ao morrer, 250 milhões. Ela tem igualmente o apoio da *Anglo-Palestina Company*, fundada, como dissemos, para essa finalidade.

“Os próprios Rothschild, diz Edouard Drumond, tão prudentes e hábeis, interessam-se enormemente nessa retomada de posse do reino de Israel. Assim é que Edmond de Rothschild, após ter feito comprar às suas expensas uma quantidade de aldeias, reuniu todas essas colônias judias nas mãos da *Anglo-Jewish Association*, acrescentando uma doação de 20 milhões”.

Se os ricos israelitas favorecem o estabelecimento dos seus correligionários na Palestina, isso não equivale a dizer que eles entendam dever abandonar a Europa, onde, sendo os reis das finanças, ocupam posições privilegiadas. Ademais, para o objetivo final que a nação persegue, é útil que permaneçam no seio dos outros povos.

No momento atual, diz o *Boletim da Sociedade Italiana de Geografia*, um terço da Palestina está nas mãos dos judeus. Eles têm propriedades consideráveis por toda parte: mais de quarenta por cento das terras cultiváveis do distrito de Jaffa; setenta e cinco por cento do território do distrito de Tiberíade; grandes extensões de terra a oeste do Jordão, nos arredores de Jerusalém, de Jaffa e de Caifa. Fundaram escolas, estabeleceram uma gráfica, e redigem um jornal muito divulgado. Jerusalém já é uma cidade conquistada; a maioria da sua população atual é judia.

O número de judeus cresce a cada ano na Palestina. Dizer seu número exato seria impossível, porque os registros do estado civil são desconhecidos e os recenseamentos periódicos reduzem-se, em suma, a estimativas mais ou menos aproximativas. Mas não exageramos se levamos seu número, em toda a Palestina, a 100.000, o que representa a oitava parte da população total do país.

Em Jerusalém, no século XVII, havia apenas uma centena de famílias judias; em 1877, contavam-se 15.000 judeus; em 1903 esse número tinha se elevado para 35.000; e atualmente podemos avaliar seu número em 50.000. Afora a Cidade Santa, suas colônias estão disseminadas pelo país inteiro; em Hebron eles são 1.500; em Jaffa, 4.000; em Gaza, 100; em Napluse, 200; em Haifa, 900; em Acco, 1.000; em Tiberíade, 3.500; em Safed formam a imensa maioria da população: 24.000 para 35.000 habitantes. Ademais, possuem várias colônias agrícolas de menor importância: em Akir (a antiga Ekrou dos filisteus), em Artouf, em Zammarin perto de Cesaréia, em Athlit, em Es-Sadjara, entre o Tabor e Tiberíade, etc. Além disso, podemos estar certos de encontrar uma ou várias famílias judias em todas as cidadezinhas e aldeias onde exista esperança de lucro, até Kerak, no coração do país dos beduínos.

Os judeus da Palestina, disse o doutor Motzkine no congresso sionista de 1898, devem aprender e falar o hebreu, de modo a estabelecer, pelo uso dessa língua, uma solidariedade indispensável entre todos os membros da raça. De fato, na colônia de Recbovoth, que, fundada em 1890 por uma sociedade polonesa, não tem mais de 250 habitantes, os cursos de língua hebraica são muito concorridos, e a geração jovem fala o hebreu puro.

Na ordem de idéias aberta pelo sionismo, um jornal americano, o *Pearson's Weekly*, anunciou que os franco-maçons de Boston formaram uma "Companhia" com o objetivo de reconstruir o templo de Salomão.

Outro projeto: discute-se a constituição de um Parlamento judeu, Parlamento que seria internacional, nem é preciso dizer, e que, semelhante aos congressos socialistas ou à conferência do Marrocos, teria sede ora numa cidade, ora em outra. O *Jewish World* de 15 de dezembro de 1908 publicou a esse respeito as declarações eminentemente sugestivas de um nacionalista judeu ativo e irrequeto, B.-J. Belisha:

"O que queremos, diz Belisha, é uma instituição que fosse poderosa e efetiva, uma instituição que representasse todos os judeus numa Assembléia internacional judia, que seria baseada nos princípios democráticos e responsável perante a *nação judia*.

"Precisamos de um Parlamento para Israel reunida. As organizações sionistas e territoriais não passam de seções. Temos necessidade de um Parlamento que agiria como o Grande Conselho de *toda a nação*. Naturalmente, ele não poderia ser um corpo legislativo; não poderia manter suas decisões pela força, mas poderia exercer um grande poder moral.

"O que proponho é que essa assembléia internacional seja composta de 500 membros, eleitos por todas as comunidades judias do mundo, proporcionalmente ao seu número e à sua importância. Todo homem e toda mulher acima de dezoito anos poderia ser eleitor subscrevendo a soma de 2 *shillings* e 6 *pence* por ano, e se um milhão de indivíduos dessem adesão a essa proposta, teríamos uma renda anual de 125.000 libras esterlinas...

"O escritório central ficaria sediado em Londres ou em Paris. Haveria uma sessão anual do Parlamento, que duraria um mês, e essa sessão seria realizada por revezamento em todos os principais centros judeus do mundo, para excitar o interesse do partido e mantê-lo. Esse Parlamento ficaria sediado até que nós pudéssemos transferi-lo para uma terra que nos pertencesse".

Seria esse Parlamento o ensaio, o esboço da Convenção que os revolucionários de 93 já desejavam para governar a República universal na qual devem se fundir todas as nações do universo, e para a qual as idéias internacionalistas preparam os caminhos no espírito dos povos???

Por tudo quanto acabamos de dizer do nº 8 ao nº 16, é fácil ver como esse problema é profundo, e extenso o movimento que, há um século, agita o povo judeu. Evidentemente, é um sinal.

17. ESTÁ PRÓXIMO O INGRESSO DOS JUDEUS NA IGREJA?

“A primeira consequência do ato de emancipação, diz Joseph Lémann,⁴⁷ foi para os judeus *a ruína das tradições e das práticas* que constituíam essencialmente a *vida judia*. Por tanto tempo quanto esse povo fora desprezado e posto de lado, por tanto tempo ele se conservara fervoroso, unido às suas tradições, porque é próprio da perseguição ou da hostilidade fazer com que o perseguido se apóie em qualquer idéia, em qualquer crença. O povo judeu apoiava-se, pois, na sua religião, em razão da qual estava em hostilidade contra o resto do gênero humano. A despeito das puras práticas do mosaísmo tornadas impossíveis depois da queda de Jerusalém, ele observava com escrúpulo as prescrições cem vezes mais rígidas dos seus rabinos. O Talmude, esse livro de chumbo, pesava sobre ele. Mas a partir de 1791, quer dizer, depois da sua reentrada na sociedade, a maioria dos israelitas, para se porem em harmonia com as exigências da lei civil, e sobretudo para poderem figurar nessa vida de festas e prazeres que reencontraram ao saírem dos guetos, abandonaram uma a uma as tradições, os costumes dos seus pais, suas práticas incômodas: de sorte que, como uma primeira vez, após a queda de Jerusalém, o mosaísmo puro tinha degenerado em talmudismo, eis que o próprio talmudismo degenera, por seu turno, em racionalismo ou em indiferença, quer dizer, em niilismo”.

O mesmo autor expõe assim as consequências que essa mesma emancipação tem para nós:

“Desde sempre eles eram uma potência hostil. Eram igualmente uma potência financeira, com a qual era preciso contar. Tornaram-se uma potência civil pelos direitos do cidadão que a Constituição lhes reconheceu. Napoleão fez novamente deles uma potência religiosa, dando vida ao seu culto e aos seus rabinos. Nada mais lhes resta senão se tornarem uma potência política, que disporá, entre as nações hospitaleiras, do tesouro, da legislação, do exército e da diplomacia. Chegarão aí...” Hoje podemos dizer: Chegaram.

Os judeus estão emancipados; vão se converter verdadeiramente, realizar em nossos dias as profecias e entrar em massa na verdadeira Igreja? À primeira vista parece que estão mais longe disso do que jamais estiveram.

Vimos que não somente ocupam nos exércitos de perseguidores da Igreja as primeiras fileiras, mas também que muitos dentre eles perderam a fé, e são os instigadores desse movimento que, nos dois hemisférios, quer dissolver todas as religiões no humanitarismo.

É provável, no entanto, que nos desígnios da Providência uma coisa prepare a outra.

Os judeus conseguiram humilhar as nações cristãs infiéis, e castigá-las, e durante um tempo que só Deus conhece, o castigo se tornará cada vez mais visível e mais grave. Mas ao exercício da justiça sucederá o da misericórdia; e pode dar-se que quando os chefes da conjuração anti-cristã virem seus planos fracassar e todo seu poder quebrar-se na mesma hora em que crerem ter uma vitória definitiva, voltem-se para seu vencedor e como Saulo exclamem: “Quem sois, Senhor? Senhor, que quereis que eu faça?” — E o Senhor responderá, como nos primeiros dias do cristianismo: “Vai levar meu nome diante das nações, diante dos reis e diante dos filhos de Israel”.

Sua pregação reconduzirá o rebanho ao aprisco.

⁴⁷ *Les nations frémissantes contre Jésus-Christ et son Eglise*, 194.

O fato acontecerá certamente um dia. Deus o afirmou. A hora e o modo permanecem Seu segredo.

Todas as interpretações das Sagradas Escrituras sobre esse aspecto sempre encontraram da parte da Santa Sé e da Igreja uma completa reserva. “Com uma mão, diz Lémann, a Santa Igreja segura as divinas Escrituras que anunciam essa conversão, e com a outra Ela se apresta a abençoar o antigo povo de Deus, que Ela espera e pelo qual Ela reza. Mas eis tudo. Os caminhos pelos quais eles retornarão e a época desse retorno Ela ignora. E todas as vezes que se Lhe apresentaram interpretações que tiravam sua autoridade das divinas Escrituras, a Igreja permaneceu reservada, reverenciando “os sete selos misteriosos que somente o leão da tribo de Judá descobrirá”.⁴⁸

“O retorno de Israel, diz o doutor Allioli, é da mais alta importância, pois a inteira conversão dos judeus será a inteira conversão do mundo”.

É o que dá a entender São Paulo (capítulo XI da sua Epístola aos Romanos): “*Acaso rejeitou Deus o seu povo? De maneira alguma! — Pois eu mesmo sou israelita. Deus não rejeitou o seu povo, que conheceu na Sua presciência. — Que direi, pois? Tropeçaram, acaso, para caírem para sempre? Certamente não*”.

O grande Apóstolo faz em seguida esta memorável e consoladora predição: “Ora, se o seu pecado ocasionou a riqueza do mundo, e sua decadência a riqueza dos gentios, que não será a sua plenitude?... Porque se da *sua rejeição* resultou a reconciliação do mundo, que não será *sua reintegração* senão um retorno (para o mundo) *da morte à vida?*”.

Já antes de São Paulo, o profeta-rei Davi havia contemplado essa era singular, até aquele dia de um impulso de todos os povos da terra, sem exceção, em direção ao Senhor, por ocasião da conversão de Israel. Sua alma se exalta e exclama a essa visão: “*Nações, louvai todas o Senhor, povos, louvai-O todos, PORQUE sua misericórdia manifestou-se sobre nós (Israel) e porque a verdade (as promessas) estender-se-á a todos os séculos*”.⁴⁹

E antes de Moisés, Davi: “O Senhor teu Deus reconduzirá teus cativos, e terá piedade de ti, e te reunirá de novo do meio das nações dentre as quais te houver espalhado. Ainda que os teus exilados se encontrassem na extremidade dos céus, dali te tirará o Senhor teu Deus e te buscará e te introduzirá na terra que teus pais possuíram e te dará a sua possessão, e abençoando-te, far-te-á mais numeroso do que o foram teus pais”.⁵⁰

Os acontecimentos que se desenrolam há um século lembram-nos ainda esta célebre predição de Oséias:

“Os filhos de Israel ficarão durante muito tempo sem rei, sem chefe, sem sacrifício, sem altar: e depois disso voltarão e buscarão o Senhor seu Deus e Davi seu Rei”.⁵¹

No seu livro *Les nations frémissantes contre Jésus-Christ et son Eglise*, p. 196, Lémann chama a atenção para este fato:

“Há trinta anos (isto fora escrito em 1876), num santuário de Roma, a Virgem Maria se revelava com sua glória e suas ternuras a um judeu (Libermann), cuja conversão foi como um toque de trompete do Apocalipse na Igreja. Desde essa hora, como a um sinal de Maria, começou no mundo, de uma maneira lenta, mas certa, a conversão dos judeus. Desde então, o judaísmo moderno dividiu-se em duas correntes: uma, o *falso* judaísmo, que corre a perder-se no racionalismo e na indiferença; mas a outra, *verdadeiro* judaísmo, que silenciosamente quer completar-se, aperfeiçoar-se e coroar-se no catolicismo. Porque o judaísmo é o Messias *prometido*; o cristianismo é o Messias *vindo*”.

⁴⁸ Apocalipse, V, 5.

⁴⁹ Salmo CXVI.

⁵⁰ Deut., XXX, 3-6.

⁵¹ Oséias, III, 4-5.

18. A QUESTÃO JUDIA NO CONCÍLIO DO VATICANO

A questão judia ocupa cada vez mais todos os espíritos. Os livros que tratam dela se multiplicam e os jornais têm de falar nisso quase todos os dias. A Igreja tem uma solução para essa questão, toda de caridade e de paz. Ela foi apresentada por quinhentos e dezesseis bispos no Concílio do Vaticano, nestes termos:

“Os Padres abaixo-assinados pedem ao santo Concílio Ecumênico do Vaticano, em humilde e urgente oração, que ele se digne de, através de um convite todo paternal, prevenir a infortunadíssima nação de Israel; ou seja, que ele exprima o desejo de que, fatigados enfim de uma espera não menos vã do que longa, os israelitas se apressem em reconhecer o Messias, nosso Salvador, Jesus Cristo, verdadeiramente prometido a Abraão e anunciado por Moisés: aperfeiçoando e coroando, assim, a religião mosaica sem mudá-la.

“De uma parte, os Padres abaixo-assinados têm a firmíssima confiança de que o santo Concílio terá compaixão dos israelitas, porque eles são sempre caríssimos a Deus por causa dos seus pais, e porque *foi deles que nasceu Cristo segundo a carne*.

“De outra parte, os mesmos Padres partilham a doce e íntima esperança de que essa manifestação de ternura e de honra será, com a ajuda do Espírito Santo, bem acolhida por vários dos filhos de Abraão, porque os obstáculos que os embaraçam até este dia parecem mais e mais desaparecer desde que caiu o antigo muro de separação.

“Queira, pois, o Céu que o mais cedo possível eles aclamem Cristo dizendo-Lhe: “Hosana ao Filho de Davi! Bendito seja aquele que vem em nome do Senhor!”

“Queira o Céu que eles acorram a se lançar entre os braços da Imaculada Virgem Maria, que, já irmã deles segundo a carne, pode ser ainda mãe deles segundo a graça, como nossa é!”

Eis o desejo e a esperança da Santa Igreja, que não quer arrancar o arbusto partido, nem apagar a mecha que ainda fumeja, mas aspira unicamente a salvar com as nações os restos da casa de Israel.

Alguns dias antes da apresentação desta súplica, o Papa Pio IX, ao receber em audiência os abades Lémann, apóstolos infatigáveis da conversão de Israel, exclamava: “Eis os dois irmãos israelitas, os dois sacerdotes que têm tanto zelo pela salvação do seu povo. Ah! para obter todas estas assinaturas, deveis ter trabalhado e vos fatigado muito”. Os dois irmãos responderam: “Sim, Santíssimo Padre, trabalhamos muito; personificando em nós todo o nosso povo, nós éramos o judeu errante, e o judeu errante terminou suas caminhadas ao subir as escadas de todos os Bispos do mundo, reunidos em Roma. Em Roma fizemos pela última vez a volta ao mundo”. E Pio IX redarguiu com ternura: “Meus filhos, aceito vosso *postulatum*, eu mesmo o remeterei ao secretário do Concílio. Sim, convém, sim, é bom dirigir aos israelitas algumas palavras de exortação e de encorajamento. Vossa nação tem nas Escrituras promessas certas do retorno. Se a vindima não pode ser feita por inteiro, que o Céu nos conceda pelos menos alguns cachos”. Depois, abençoando com amor esses dois bons sacerdotes: “Trabalhai por vosso povo, é vossa vocação, continuai vossa trilha; deveis fazer por ele aquilo que fez Moisés: libertá-lo”.

Num outro dia o Papa Pio IX também dizia aos mesmos abades Lémann, pelos quais tinha grande afeição: “Rezemos pelos israelitas, a fim de que tenham parte no triunfo da Igreja”.

19. ASSOCIAÇÃO DE ORAÇÕES PELA CONVERSÃO DOS JUDEUS

Por volta do fim do ano de 1903, um eclesiástico da diocese de Paris, intérprete de alguns piedosos fiéis, dirigia-se à Casa-mãe da Congregação de Nossa Senhora de Sião para comunicar o desejo que haviam concebido de suscitar entre os cristãos seculares uma associação de orações cujo objetivo seria a conversão do povo de Israel.

Esse desejo, tão conforme ao impulso experimentado pelos dois irmãos Maria Teodoro e Maria Afonso Ratisbonne, em seguida à milagrosa conversão de 20 de janeiro de 1842, devia ser favoravelmente acolhido pela Congregação nascida do milagre.

Todavia, não houve pressa em se dar seguimento a esse desejo; e, apesar das reiteradas instâncias, de dezembro de 1903 a dezembro de 1904 o projeto ficou sem execução.

Insistiu-se, então, com mais vigor, para que as almas de boa vontade que tinham estendido o pequeno círculo pudessem enfim se encontrar e unir suas orações através da assistência a uma missa mensal, cuja celebração se faria no altar de Nossa Senhora de Sião. Tendo esse desejo recebido a sanção de Sua Excelência o Cardeal-Arcebispo de Paris, que colocou a nova Associação sob a direção dos padres de Nossa Senhora de Sião, foi a missa fixada para o dia 25 de janeiro, festa da conversão de São Paulo.

Naquela ocasião os associados se uniram pela primeira vez à oração que há sessenta anos as Filhas de Sião repetem diariamente no momento mais solene do Santo Sacrifício. É aquela que o próprio Salvador, expirando sobre a Cruz, dirigiu a Deus em favor do Seu povo: "PAI, PERDOAI-LHES PORQUE NÃO SABEM O QUE FAZEM".

Em cada uma das reuniões que regularmente se seguiram àquela de 25 de janeiro, essa súplica se eleva entre dois cânticos carregados de amor compassivo por Israel. Ela exala do coração e dos lábios dos associados, cujo número, desde então, não parou de crescer com maravilhosa rapidez.

Simpatias que pareciam esperar apenas por um toque para se produzirem despertam por toda parte.

Um movimento de misericordiosa caridade vem ao encontro de um impulso motivado há tanto tempo.

A iniciativa de fervorosos zeladores e de piedosas zeladoras soube conquistar numerosos foros de intercessão, repartidos por diversos pontos da França, da Itália e da Palestina: religiosas franciscanas, dominicanas, capuchinhas e clarissas, jovens confiadas a esses diversos estabelecimentos, sacerdotes, cristãos e cristãs que vivem no meio secular, todos juntos formavam no fim do primeiro ano um total de cerca de mil pessoas. Esses progressos já consoladores estavam longe de fazer pressentir a extensão que obtiveram.

Efetivamente, uma corrente de caridade ardente invadiu com um impulso comunicativo o Tirol, a Baviera, a Irlanda. Aldeias inteiras pedem para se inscrever, seguindo seus pastores. Em várias escolas a oração "*Deus de bondade*" é recitada em comum, grande número de famílias acrescentam-na às orações da manhã e da noite.

Como no tempo da vinda do Redentor à terra, são também os habitantes dos campos que se encarregam a si mesmos de espalhar a boa nova da salvação, cuja aurora se levanta sobre Israel. Mas eis que, simultaneamente do lado da Terra Santa, abre-se um horizonte não menos carregado de esperanças. É um Príncipe da Igreja, são seus colaboradores, são suas mais dignas ovelhas que se inscrevem na Associação. "Mais do que nunca é momento de rezar pela conversão dos judeus", declara monsenhor Picardo ao se inscrever em primeiro lugar nessa pacífica cruzada. Em Túnis, monsenhor o Arcebispo, concedendo seu *imprimatur* à oração, digna-se de colocar-se ele próprio à frente dos associados. Sua Alteza acrescenta, com convicção bem digna da sua eminente piedade, que essa inscrição pessoal é toda para seu proveito, pois ela lhe permite participar das indulgências a ela ligadas. Essas indulgências foram concedidas primeiramente por Leão XIII para a oração "*Deus de bondade*" que os sacerdotes e as religiosas de Nossa Senhora de Sião recitam quotidianamente. Mais recentemente, a pedido de uma Irmã israelita convertida, zeladora, zelosa tão infatigável quanto

inteligente, nosso Santíssimo Padre o Papa Pio X dignou-se, no dia 22 de março de 1906, de conceder à Associação novos e importantes favores.

Essas indulgências, imprimindo à obra um novo entusiasmo, foram o ponto de partida de um desenvolvimento mais rápido ainda, e em menos de dois anos elevaram a mais de 18.000 o número dos associados (em janeiro de 1908 o número dos associados era de 50.000) espalhados pela França, Inglaterra, Escócia, Bélgica, Holanda, Alemanha, Áustria, Itália, Tunísia e até nas Índias inglesas e no Canadá.

“O pensamento de trabalhar por Israel ganha todos os corações”, escrevia uma piedosa cristã. E acrescentava: “Nesses tempos perturbados de discórdias, divisões, dissensões, como é bonito, como é tocante ver formar-se essa liga de orações, essa união de almas animadas por um só desejo, perseguindo o mesmo objetivo: trazer de volta a Deus o povo sempre caro ao Seu Coração”.

Parece que nos nossos dias o Salvador deseja estender às almas cristãs a missão outrora dada por Ele aos discípulos. “Ide antes de tudo às ovelhas perdidas da Casa de Israel”.

Propagar a Associação que tem por finalidade realizar essa injunção divina é, pois, entrar nos desígnios misericordiosos de Jesus; é também fazer um ato de amor e devotamento à Igreja que espera da conversão de Israel seu mais decisivo triunfo: é alegrar o céu; é preparar para o mundo uma era de paz e de ressurreição; é amealhar para si mesmo tesouros de méritos.

Se o reino dos Céus é garantido ao copo de água daquele que mais não pode oferecer, quanto mais não será concedido àqueles cuja oração perseverante terá apressado o dia que verá cair Israel aos pés do seu Redentor!

ORAÇÃO DOS ASSOCIADOS

(100 dias de indulgência. Leão XIII, 15 de julho de 1893)

“Deus de bondade, Pai das misericórdias, nós Vos suplicamos pelo Coração Imaculado de Maria e pela intercessão dos Patriarcas e dos Santos Apóstolos, que lanceis um olhar de compaixão sobre os restos de Israel, a fim de que eles cheguem ao conhecimento do nosso único Salvador Jesus Cristo, e que participem das graças preciosas da Redenção. Pai, perdoai-lhes, porque não sabem o que fazem”.

INDULGÊNCIAS PLENÁRIAS PERPÉTUAS

(Concedidas por nosso Santo Padre o Papa Pio X, em 22 de março de 1906)

1. Uma indulgência plenária na Sexta-Feira Santa a todos os membros da Associação de orações que, tendo confessado e comungado, recitarem a oração *Pro perfidis judæis*, que a Igreja reza no Sábado Santo, ou pelo menos um “Pai-nosso”, uma “Ave-Maria” e o “Glória ao Pai”.

2. Uma indulgência plenária que ganham na primeira sexta-feira de cada mês os membros associados desde que, nas suas orações, Missas, comunhões, tenham a intenção de pedir a Deus a conversão dos judeus, e isso sem que tenham a necessidade de nenhuma outra fórmula especial.

Após ter-nos sido feita essa comunicação, encontramos as seguintes informações nos Anais da Missão de Nossa Senhora de Sião:

Por um Breve datado de 24 de agosto de 1909, Sua Santidade Pio X dignou-se erigir em *Arquiconfraria* a Associação de orações em favor de Israel.

A sede da nova Arquiconfraria foi fixada em Jerusalém, na Basílica *Ecce Homo*, que serve de capela para as religiosas de Nossa Senhora de Sião.

Convinha que a sede dessa Arquiconfraria ficasse na Cidade Santa, na qual os vestígios sagrados do antigo e do novo povo de Deus se conservam, confirmando-se uns aos outros; na qual, diante dos peregrinos do mundo inteiro, as próprias ruínas testemunham a autenticidade dos fatos que evocam; na qual a realização das antigas profecias corresponde à realização

daquelas que ainda estão por se verificar, notadamente no que concerne à conversão dos restos de Israel.

O movimento, partido da França, estende-se com rapidez verdadeiramente prodigiosa, e logo não haverá terra por demais distante em que algumas almas de elite não implorem para obter a conversão de Israel. Às adesões, inicialmente todas individuais, sucedem longas listas de centenas, milhares de novos associados. Em certos países, nos quais a fé cristã permanece mais viva, os corações são de tal forma conquistados para esse apostolado que paróquias inteiras se inscrevem.

Os aderentes vêm de todas as classes da sociedade, assim como vieram ao Evangelho os primeiros cristãos; vêm também das fileiras daqueles que na Igreja constituem a “porção escolhida”. Eminentemente prelados, sacerdotes, em grande número, religiosos e religiosas oferecem-se para participar de uma obra cujo objetivo é apressar o ingresso do povo judeu no aprisco e obter a unidade na fé católica.

Mais de trinta arcebispos e bispos alistaram-se entre os associados. A oração “*Deus de bondade*” foi traduzida para dezoito línguas, não em razão de adesões futuras e problemáticas, mas para satisfazer as necessidades dos membros já conquistados para o novo apostolado. Em certas regiões é tal a comoção das almas que ela se comunica aos próprios israelitas; diversos deles, para os quais a luz divina começa a se levantar, pedem para serem inscritos, desejosos de rezar eles também pela sua própria conversão.

Essas orações começam a produzir fruto. Poderia parecer inicialmente às almas de pouca fé que o Céu permanecesse obstinadamente fechado, mas eis que a graça desce com tal abundância que por toda parte germes escondidos fermentam e prometem uma opulenta colheita.

Ainda não é o despertar de um povo para a verdadeira fé, mas para muitas almas retas os véus se rasgam; elas reconhecem Aquele que seus pais ignoraram, e entre elas várias, na alegria da verdade conquistada, aspiram à honra do apostolado.

Os *Annales de la Mission de Notre-Dame de Sion* assinalam essas conversões na França, Prússia, Áustria, Hungria, Polônia, América. Por toda parte elas manifestam fatos tão espetaculares quanto consoladores.

